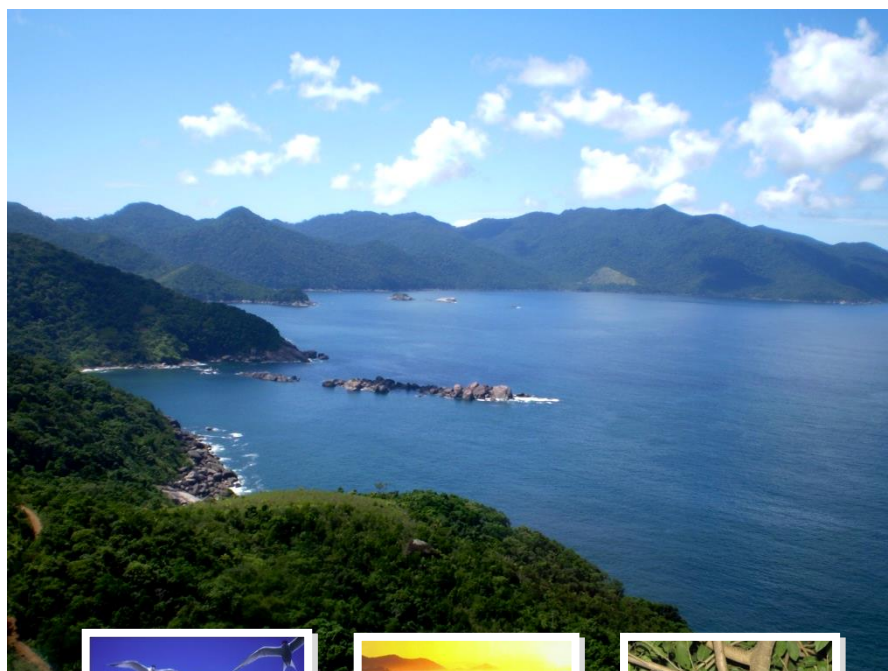


# PARQUE ESTADUAL DE ILHABELA



## PLANO DE MANEJO

### ANEXOS



Imagens da capa:

Ilha de São Sebastião – Carolina R. Bio Poletto  
Gaiotão (*Larus dominicanus*) – Fausto P. Campos  
Caiçara – Lica Campos  
Cururuá – Marcelo Dutra

Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

## Sumário

Anexo 1. Agenda e listas de presença das oficinas.....	17
Anexo 2. Hipsometria.....	26
Anexo 3. Declividade.....	27
Anexo 4. Vista parcial dos 27 pontos amostrados para ictiofauna na Ilha de São Sebastião	28
Anexo 5. Localização dos 27 pontos amostrados da ictiofauna na Ilha de São Sebastião.....	29
Anexo 6. Pontos de amostragem de dados primários da herpetofauna no PEIb.....	30
Anexo 7. Locais de amostragem da herpetofauna no PEIb.....	31
Anexo 8. Transecções realizadas na amostragem da avifauna.....	32
Anexo 9. Armadilhas de captura viva.....	33
Anexo 10. Esforço de amostragem de pequenos mamíferos em cada sítio e suas respectivas localizações geográficas e fitofisionomias.....	34
Anexo 11. Esforço da amostragem de morcegos em cada sítio e suas respectivas localizações geográficas e fitofisionomias.....	35
Anexo 12. Localizações geográficas, fitofisionomias e esforços de amostragem em cada sítio de armadilhamento fotográfico na Ilha de São Sebastião.....	36
Anexo 13. Exemplos de métodos de levantamento de mastofauna.....	37
Anexo 14. Localizações geográficas, fitofisionomias e esforços de amostragem em cada sítio de armadilhamento fotográfico na Ilha de São Sebastião.....	38
Anexo 15. Atividades e procedimentos de campo para a caracterização das comunidades com indícios de tradicionalidade.....	39
Anexo 16. Lista dos entrevistados no trabalho de campo realizados para o programa de uso público.....	40

Anexo 17. Roteiros de Uso Público .....	43
Anexo 18. Valorações e ponderações para os pilares da visão .....	46
Anexo 19. Informações referentes às séries históricas das estações pluviométricas localizadas nos municípios de Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba .....	62
Anexo 20. Vazões mínimas calculadas para as sub-bacias .....	63
Anexo 21. Informações relacionadas aos pontos outorgados junto ao DAEE no município de Ilhabela para captação de água superficial e subterrânea .....	64
Anexo 22. Informações relacionadas aos pontos outorgados junto ao DAEE no município de Ilhabela para lançamento superficial .....	66
Anexo 23. Exemplo de captações irregulares dentro e fora do PEIb .....	67
Anexo 24. Informações relacionadas ao uso dos recursos hídricos pelas comunidades tradicionais caiçaras.....	68
Anexo 25. Exemplos das unidades de terreno planícies flúvio-marinhas e praias.....	71
Anexo 26. Exemplos das unidades de terreno, corpos de tálus e cones de dejeção.....	72
Anexo 27. Exemplos das unidades de terreno morros e colinas .....	73
Anexo 28. Exemplos das unidades de terreno montanhosos .....	74
Anexo 29. Exemplos das unidades de terreno ilhas dos Búzios e da Vitória .....	75
Anexo 30. Imagens referentes ao inventário dos impactos ambientais .....	76
Anexo 31. Ilustração demonstrando a dinâmica de ocupação e posterior colonização do bambu a partir de clareiras.....	79
Anexo 32. Vista geral do continuum de formações vegetacionais da floresta ombrófila densa de terras baixas, submontana e montana da porção sul da ilha de São Sebastião .....	79



Anexo 33. Perfil diagrama e foto representativa da vegetação refúgio montano sobre topos de morros .....	80
Anexo 34. Fotos ilustrativas de refúgios montanos .....	81
Anexo 35. Fotografias ilustrando a ocorrência de espécies de bambu sobre afloramentos.	82
Anexo 36. Perfis diagramas representativos da vegetação floresta ombrófila densa .....	84
Anexo 37. Conjunto de fotografias ilustrando áreas com vegetação sobre costão rochoso	84
Anexo 38. Conjunto de fotografias ilustrando áreas com campo antrópico na Ilha de São Sebastião.....	86
Anexo 39. Listagem de espécies botânicas permitiu identificar algumas espécies associadas a estádios sucessionais específicos e às síndromes de dispersão .....	87
Anexo 40. Lista de espécies vegetais do PEIb .....	88
Anexo 41. Listagem de 50 espécies-problema que foram diagnosticadas na área do parque .....	116
Anexo 42. Lista de espécies de mamíferos registradas através de revisão da literatura e coleta de campo no município de Ilhabela .....	118
Anexo 43. Cuíca-de-quatro-olhos, rato-do-mato e rato-de-espinho .....	121
Anexo 44. Frugívoro e insetívoros.....	122
Anexo 45. Jaguatiricas fotografadas .....	123
Anexo 46. Tatu-de-rabo-mole e tatu-galinha .....	124
Anexo 47. Gabiru .....	125
Anexo 48. Lista de espécies de mamíferos registradas através de dados secundários nos municípios de entorno do PEIb e dados primários e secundários do município de Ilhabela .....	126
Anexo 49. Espécimes de gambá .....	128

Anexo 50. Cuíca-de-três-listras .....	129
Anexo 51. Tamanduá-mirim .....	130
Anexo 52. Girau utilizado para abater animais e cartucho de arma de fogo, encontrados na Ilha de São Sebastião .....	131
Anexo 53. Poço em castelhanos onde foi encontrada fezes de lontra.....	132
Anexo 54. Registros de fezes da capivara, pegada de paca e dispositivo de armadilhamento fotográfico da paca.....	133
Anexo 55. Cutia fotografada no Parque das Cachoeiras, em Ilhabela .....	134
Anexo 56. Gambá-de-orelha-preta .....	135
Anexo 57. Gabiru .....	136
Anexo 58. Gato doméstico avistado durante campanha de campo.....	137
Anexo 59. Frutos de coco-amargoso e saputá .....	138
Anexo 60. Lista das aves registradas no Parque Estadual de Ilhabela e região em 2010 .....	139
Anexo 61. Espécies registradas no arquipélago de Ilhabela entre abril e maio de 2011 .....	158
Anexo 62. Espécies de aves que não são registradas há mais de 45 anos e/ou possuem apenas um registro no arquipélago de Ilhabela Espécies de aves que não são registradas há mais de 45 anos e ou possuem apenas um registro no Arquipélago de Ilhabela.....	165
Anexo 63. Lista de espécies de aves ameaçadas de extinção registradas no Parque Estadual de Ilhabela (PEIb) e entorno (continente e ilhas) .....	169
Anexo 64. Lista de aves das ilhas dos Búzios, da Vitória e de São Sebastião Lista de aves das Ilhas dos Búzios, da Vitória e de São Sebastião.....	171
Anexo 65. Aves registradas durante as transecções realizadas.....	180

Anexo 66. Espécies de anfíbios e répteis registradas para o PEIb (Ilha de São Sebastião, Ilha dos Búzios e Ilha da Vitória), considerando dados primários e secundários ....	184
Anexo 67. Espécies de anfíbios encontradas em associação a diferentes tipos de ambientes .....	188
Anexo 68. Espécies de anfíbios encontradas em atividade reprodutiva durante o levantamento de dados primários .....	189
Anexo 69. Espécies endêmicas da Ilha de São Sebastião .....	190
Anexo 70. Espécies registradas nos cursos d'água da Ilha de São Sebastião .....	191
Anexo 71. Lista das Espécies Com Potencial Ocorrência nos cursos d'água do Parque Estadual da Ilhabela - PEIb.....	195
Anexo 72. Características estruturais dos riachos em cada ponto amostrado.....	199
Anexo 73. Características físicas e químicas da água dos riachos em cada ponto amostrado na Ilha de São Sebastião.....	201
Anexo 74. Fotos de algumas espécies de macro-crustáceos registradas nos riachos da Ilha .....	202
de São Sebastião .....	202
Anexo 75. Ictiofauna de água doce amostrada na Ilha de São Sebastião .....	203
Anexo 76. Ictiofauna estuarina amostrada na Ilha de São Sebastião.....	204
Anexo 77. Ictiofauna amostrada na Ilha de São Sebastião .....	205
Anexo 78. Fotos ilustrativas da captação de água irregular .....	207
Anexo 79. Fotos Ilustrativas do Aterro Sanitário do Município de Ilhabela .....	208
Anexo 80. Fotos ilustrativas das estruturas de transbordo do município de Ilhabela.....	210
Anexo 81. Fotos ilustrativas do centro de triagem.....	211

Anexo 82. Foto ilustrativa da área de deposição de podas e resíduos de materiais para construção .....	212
Anexo 83. Iniciativas para a promoção cultural local .....	213
Anexo 84. Estabelecimento comercial e espaço de manifestação dos artesãos .....	214
Anexo 85. Peças artesanais .....	215
Anexo 86. Matriz de Nossa Senhora D'Ajuda.....	216
Anexo 87. Matérias publicadas sobre o Parque Estadual de Ilhabela (PEIb).....	217
Anexo 88. Matriz histórico - Ilhabela .....	219
Anexo 89. Matriz de políticas públicas do município de Ilhabela - Leis (2000 - 2010).....	221
Anexo 90. Placas de vende-se terreno .....	226
Anexo 91. Sede Administrativa do Parque Estadual de Ilhabela e Sala de Reunião .....	227
Anexo 92. Ficha do Sítio Concheiro Vitória I.....	228
Anexo 93. Ficha do Sítio Concheiro Vitória II .....	230
Anexo 94. Fotografias ilustrativas da ocorrência arqueológica.....	232
Anexo 95. Local de ocorrência de material arqueológico histórico.....	233
Anexo 96. Ficha do Sítio Concheiro Vitória III.....	234
Anexo 97. Ficha do Sítio Concheiro Vitória IV.....	236
Anexo 98. Ficha do Sítio Concheiro Vitória V.....	238
Anexo 99. Ficha do Sítio Concheiro Búzios I.....	240
Anexo 100. Ficha do Sítio Concheiro Búzios II .....	242
Anexo 101. Ficha do Sítio Concheiro Búzios III.....	244
Anexo 102. Ficha do Sítio Abrigo Búzios I.....	246

Anexo 103. Ficha do Sítio Abrigo Búzios II .....	248
Anexo 104. Ficha do Sítio Fazenda Búzios I .....	250
Anexo 105. Ficha do Sítio Fazenda Búzios II.....	252
Anexo 106. Ficha do Sítio Pitangueiras.....	254
Anexo 107. Ficha do Sítio Baepi I.....	256
Anexo 108. Ficha do Sítio Abrigo Toca do Winny .....	258
Anexo 109. Ficha do Sítio Fazenda dos Borges .....	260
Anexo 110. Ficha do Sítio Engenho Figueira .....	262
Anexo 111. Sítios arqueológicos localizados na Zona de Amortecimento do Parque Estadual de Ilhabela.....	264
Anexo 112. Bem histórico e arquitetônico em área do PEIb .....	280
Anexo 113. Ficha do Farol da Ponta Grossa .....	281
Anexo 114. Ficha do Farol da Ponta da Sela.....	281
Anexo 117. Fichas resumos .....	289
Anexo 118. Casas caiçaras de pau-a-pique.....	293
Anexo 119. Listas dos recursos florestais conhecidos pelas comunidades residentes no interior do PEIb.....	294
Anexo 120. Casa de farinha, aspecto marcante de sociedades tradicionais.....	297
Anexo 121. Artesanato da Ilha dos Búzios e da Ilha da Vitória.....	298
Anexo 122. Pescador fazendo acabamento em canoa de madeira.....	299
Anexo 123. Relação das comunidades do entorno do PEIb com as atividades turísticas ....	300
Anexo 124. Relação PEIb X Comunidade .....	302

Anexo 125. Relação das comunidades do entorno do PEIb com a gestão da UC, segundo Nogara (2005) .....	307
Anexo 126. Primeira Etapa do Rallye Náutico do YCI PEIb .....	309
Anexo 127. Metodologia do zoneamento para o plano de manejo do PEIb, com critérios e ponderações de cada temática .....	310
Anexo 128a. Oficina de planejamento estratégico.....	326
Anexo 128b. Oficina de zoneamento.....	341
Anexo 128c. Oficina de Zoneamento – continuação.....	404
Anexo 128d. Oficina de educação ambiental.....	423
Anexo 128e. Oficina de apresentação e consolidação do zoneamento e Zona de Amortecimento.....	433
Anexo 128 f. Oficina de Visitação.....	466
Anexo 128g. Oficina de interação socioambiental .....	485
Anexo 128h. Oficina de pesquisa .....	502
Anexo 128i. Oficina de proteção e gestão.....	514
Anexo 128j. Oficina conclusiva.....	529
Anexo 129a. Relato das oficinas de diagnóstico.....	621
Anexo 129b. Relato das oficinas de zoneamentoRelatório de Atividades.....	643
Anexo 129c. Relato das oficinas de programa.....	671
Anexo 130. Sede administrativa do PEIb.....	685
Anexo 131. Sede operacional do PEIb.....	686
Anexo 132. Guarita da Estrada dos Castelhanos.....	687

Anexo 133. Comparação de informações sobre as trilhas do PEIb a partir de fontes oficiais .....	688
Anexo 134. Folheto atual do PEIb .....	690
Anexo 135. Placa de identificação da sede do PEIb.....	691
Anexo 136. Folheto de atrativos turísticos da Ilha de São Sebastião com referências errôneas sobre o PEIb .....	692
Anexo 137. Folheto de atrativos turísticos da Ilha de São Sebastião com informações diferenciadas .....	693
Anexo 138. Informações errôneas em folheto de atrativos turísticos da Ilha de São Sebastião.....	694
Anexo 139. Trecho de revista sem referência ao PEIb .....	694
Anexo 140. Mapa em revista com referência ao PEIb .....	696
Anexo 141. Pannel em secretaria municipal com referência errônea ao PEIb .....	697
Anexo 142. Folheto de atrativos turísticos da Ilha de São Sebastião sem referências ao PEIb .....	698
Anexo 143. Placa da instituição e placa do programa Trilhas de São Paulo .....	699
Anexo 144. Sinalização não oficial na Praia de Enxovas e na Praia de Indaiaúba.....	700
Anexo 145. Sinalização de distância, oficial, na Trilha do Pico do Baepi e sinalização não oficial de direção entre as praias Indaiaúba e Vermelha.....	701
Anexo 146. Pannel com identificação de fauna na base da torre de observação da Trilha da Água Branca e pannel interpretativo na Trilha do Pico do Baepi.....	702
Anexo 147. Pannel na Trilha do Pico do Baepi e placa no início da Trilha da Cachoeira do Veloso.....	703
Anexo 148. Placa do Programa Trilhas de São Paulo e placas de diferentes padrões na Trilha da Água Branca .....	704

Anexo 149. Placa coberta de vegetação na Estrada de Castelhanos .....	705
Anexo 150. Placa de identificação dos limites do PEIb.....	706
Anexo 151. Painel com identificação de fauna na base da torre de observação da Trilha da Água Branca e painel interpretativo na Trilha do Pico do Baepi.....	707
Anexo 152. Placas com versão também na língua inglesa, na Trilha Sepituba – Bonete e Praia do Bonete .....	708
Anexo 153. Sinalizações do percurso da trilha que liga as praias de Indaiaúba e Vermelha .....	709
Anexo 154. Estrutura para placa interpretativa e estrutura para placa direcional .....	710
Anexo 155. Sinalização turística.....	711
Anexo 156. Painel sobre trilhas de Ilhabela.....	712
Anexo 157. Detalhe do texto do painel que faz referência ao Parque.....	713
Anexo 158. Painel após a saída da balsa na Ilha de São Sebastião .....	714
Anexo 159. Secretaria de Turismo e Fomento .....	715
Anexo 160. Postos de informação ao turista da vila e no sul da Ilha de São Sebastião.....	716
Anexo 161. Informações disponíveis no guia “Roteiros de Mergulho” sobre a Ilha de São Sebastião.....	717
Anexo 162. Algumas das atividades náuticas no entorno do PEIb .....	718
Anexo 163. Informações do guia “Roteiros de Mergulho” sobre a vida marinha da região	719
Anexo 164. Informações disponíveis no guia “Roteiros de Mergulho” sobre algumas ilhas do arquipélago de Ilhabela .....	720
Anexo 165. Resumo das trilhas levantadas no período de campo .....	721
Anexo 166. Praia do Poço .....	730



Anexo 167. Voçorocas e erosões subterrâneas no percurso da Trilha do Poço.....	731
Anexo 169. Início da Trilha da Friagem.....	733
Anexo 170. Cachoeira da Friagem e Cachoeira Couro de Boi.....	734
Anexo 171. Trecho de trilha bem definido e parte da trilha com caminho indefinido .....	735
Anexo 172. Variação de paisagem na Trilha da Cachoeira da Friagem.....	736
Anexo 173. Formação rochosa na Trilha da Cachoeira da Friagem e estrutura de abastecimento de água do antigo engenho da Fazenda Siriúba .....	737
Anexo 174. Mangueiras de captação de água nas cachoeiras do PEIb.....	738
Anexo 175. Fitas de amarração de mangueiras espalhadas e pedaços de mangueiras abandonadas na mata .....	739
Anexo 176. Declividade acentuada na Trilha do Baepi.....	740
Anexo 177. Mirante no primeiro patamar da Trilha do Baepi.....	741
Anexo 178. Desvio de escada da Trilha do Baepi e Trilha do Bananal do Quilombo .....	742
Anexo 179. Inscrições em árvores e em rochas na Trilha do Baepi .....	743
Anexo 180. Cachoeira do Bananal .....	744
Anexo 181. Poço da Pedra, Poço da Escada, Poço da Ducha, Poço do Jequitibá e Poço do Jabuti .....	745
Anexo 182. Torre de observação de aves e vista panorâmica da torre na Trilha da Água Branca.....	746
Anexo 183. Avarias em equipamento de lazer infantil.....	747
Anexo 184. Poços na Trilha da Cachoeira dos Três Tombos ou Pancada d'Água .....	748
Anexo 185. Piso elevado (deck) na trilha da Cachoeira dos Três Tombos.....	749

Anexo 186. O piso da trilha em forma de vala, escadas com erosão na Trilha da Cachoeira dos Três Tombos.....	750
Anexo 187. Início de trilha com corredor de arame farpado e tela e portal de pedra na Trilha da Cachoeira do Veloso .....	751
Anexo 188. Queda e base com poço na Cachoeira do Veloso.....	752
Anexo 189. Placa com mensagem de acesso permitido apenas para campistas.....	753
Anexo 190. Leitos irregulares com erosão na Trilha do Bonete.....	754
Anexo 191. Cachoeira da Laje e Praia do Bonete.....	755
Anexo 192. Vista panorâmica de mirante natural.....	756
Anexo 193. Capela e cruzeiro na comunidade de Bonete.....	757
Anexo 194. Deslizamento e rio com risco de enchente na Trilha do Bonete.....	758
Anexo 195. Trilha alternativa aberta recentemente na Trilha do Bonete .....	759
Anexo 196. Praia de Enxovas.....	760
Anexo 197. Leito com erosão e trecho íngreme na Trilha Bonete – Enxovas.....	761
Anexo 198. Trilha íngreme .....	762
Anexo 199. Mirante com vista da Praia de Enxovas e Praia de Indaiaúba .....	763
Anexo 200. Saída da Praia de Indaiaúba em direção à Praia Vermelha.....	764
Anexo 201. Marcações em árvores e amarrações de embalagem de alimento em galhos de árvores na Trilha Indaiaúba – Vermelha .....	765
Anexo 202. Praia Mansa.....	766
Anexo 203. Trechos íngremes com piso irregular entre a Praia Vermelha e a Praia Mansa	767
Anexo 204. Praia dos Castelhanos.....	768

Anexo 205. Piso irregular e erosão na Trilha Mansa – Castelhanos.....	769
Anexo 206. Bancos em clareira na Trilha da Cachoeira do Gato .....	770
Anexo 207. Contenção que necessita de manutenção na Trilha da Cachoeira do Gato.....	771
Anexo 208. Mangueiras de água ao longo da trilha e na ponte pênsil .....	772
Anexo 209. Intensas erosões na Estrada dos Castelhanos .....	773
Anexo 210. Sequência da erosão e do deslocamento de sedimentos da Estrada dos Castelhanos.....	774
Anexo 211. Sedimentos da Estrada de Castelhanos.....	775
Anexo212. Descrição básica de trilhas levantadas no período de campo .....	776
Anexo 213. Relatório de investimento dos recursos provenientes da TPA – Taxa de Preservação Ambiental.....	779
Anexo 214. Levantamento mensal da utilização das trilhas do PEIb por agências e receptivos .....	782
Anexo 215. Pesquisa de satisfação do Programa Trilhas de São Paulo .....	783
Anexo 216. Ficha de controle de visitação na Estrada dos Castelhanos para agências.....	784
Anexo 217. Ficha de agendamento para acompanhamento nas trilhas do PEIb.....	785
Anexo 218. Controle de visitantes – guarita Estrada dos Castelhanos.....	786
Anexo 219. Estacas preparadas para o monitoramento das trilhas e estaca instalada na Trilha da Cachoeira do Veloso.....	787
Anexo 220. Exemplos de mapas com os limites do PEIb desenhados pelos entrevistados pertencentes à categorias diferenciadas citadas abaixo .....	788
Anexo 221. Escolas de Ilhabela .....	789
Anexo 222. Legislação incidente.....	793

Anexo 223. Andamento das ações de desapropriação indireta/indenizatórias.....	808
Anexo 224. Mapas: Situação fundiária / domínio; Áreas apresentadas em ações de desapropriação indireta e processos administrativos; e Principais legislações incidentes sobre o PEIb .....	814
Anexo 225. Tabela de informações sobre as áreas objeto das ações de desapropriação indireta.....	817
Anexo 226. Tabela de sistematização dos dados dos processos administrativos do SMA, IF e da FF (localização de áreas) .....	826
Anexo 227. Tabela de sistematização dos dados dos processos administrativos do SMA, IF e da FF (outros assuntos) .....	834
Anexo 228. Tabela de sistematização dos dados dos processos administrativos dda PGE.	835
Anexo 229. Portaria FF DE N.º 211.2014.....	836
Anexo 230. Portaria Normativa FF Nº 218-2014 .....	856
Anexo 230. Tabela de sítios arqueológicos.....	864
Anexo 231. Estimativas de recursos necessários à implementação do Plano de Manejo por Programas de Gestão.....	871

Anexo 1. Agenda e listas de presença das oficinas

<b>PARTICIPANTES DAS OFICINAS</b>	
<b>Oficina Inicial</b>	
<b>Representante</b>	<b>Entidade/Comunidade</b>
Alexandre G. Gandini Salto	Associação Comércio e Indústria de Ilhabela
Carlos Roberto Nunes	Instituto Ilhabela Sustentável
Carolina Bio Poletto	Fundação Florestal / PEIb
Dalvina	Associação Sementes do Futuro
Eron Duarte de Souza	Marinha do Brasil
Gisele de Souza	Prefeitura Municipal de Ilhabela
Harry Finger	Prefeitura Municipal de Ilhabela
Humberto Gallo Júnior	Instituto Florestal
Jorge Guaracy Ribeiro	Associação Amigos de Bairro da Barra Velha
Klaus Duarte Barretto	Casa da Floresta
Leonardo N. Sales	Associação Elementos da Natureza
Lilian Ferreira de Oliveira	Prefeitura Municipal de Ilhabela
Lucília Pansera Spiritus	Associação Mantenedora do Aquário de Ilhabela / Sala Verde
Marcela Sobral	Prefeitura Municipal de Ilhabela
Marcus Schmidt	Associação Elementos da Natureza / Cambuci Projetos
Maurício Rubio Pinto Alves	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
Mônica Cabello de Brito	Casa da Floresta
Nelson Tubis	Associação de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares de Ilhabela
Pedro Henrique	Casa da Floresta
Pedro Paulo	Associação das Operadoras de Mergulho do Litoral Norte
<b>Oficina de Planejamento Estratégico</b>	
<b>Representante</b>	<b>Entidade/Comunidade</b>
Alexandre G. Gandini Salto	Associação Comércio e Indústria de Ilhabela
Carlos Alberto de Oliveira Pinto	Câmara Municipal de Ilhabela
Carlos Roberto Nunes	Instituto Ilhabela Sustentável
Carolina Bio Poletto	Fundação Florestal / PEIb
Cláudia Shida	Fundação Florestal / PEIb
Débora Gutierrez	Parque Estadual Ilha Anchieta
Emília Sato	Parque Estadual Ilha Anchieta
Emiliano César Bernardo	Espaço Cultural Pés no Chão
Gerhard Kempkes	ICMBio ESEC Tupinambás
Gilda Nunes	Instituto Ilhabela Sustentável
Humberto Gallo Júnior	Instituto Florestal
Kátia Freire	Prefeitura Municipal de Ilhabela
Leonardo N. Sales	Associação Elementos da Natureza
Marcelo Casoni	Centro para Conservação da Biodiversidade
Marcus Schmidt	Associação Elementos da Natureza / Cambuci Projetos
Maria Inez Ferreira	Rotary
Matheus Bianco	Associação de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares de Ilhabela
Rafael Guedes	Prefeitura Municipal de Ilhabela

Wagner Gomes de Almeida	PEIb
<b>Capacitação para Zoneamento</b>	
<b>Representante</b>	<b>Entidade/Comunidade</b>
Alexandre G. Gandini Salto	Associação Comércio e Indústria de Ilhabela
Arturo Justicia	Azimuth Ponto de Cultura
Carlos Nunes	Instituto Ilhabela Sustentável
Carolina Bio Poletto	Fundação Florestal / PEIb
Cláudia Shida	Fundação Florestal / PEIb
Débora Gutierrez	Parque Estadual Ilha Anchieta
Délio Margarido dos Santos	Associação dos Pescadores Artesanais de Ilhabela
Flávio Henrique Rodrigues	Geotech – Geotecnia Ambiental
Gilda Nunes	Instituto Ilhabela Sustentável
Guido Botto	Associação dos Monitores de Ilhabela
João Batista Dias	PEIb
Leonardo N. Sales	Associação Elementos da Natureza
Lucila Pinsard Vianna	Fundação Florestal / APA Marinha LN
Lucília Pansera Spiritus	Associação Mantenedora do Aquário de Ilhabela / Sala Verde
Luísa Candançan da Silva	PEIb
Marcelo Fernando Rosa da Silva	PEIb
Maria Cristina Bruncek Ferreira	Espaço Cultural Pés no Chão
Marta Santana de Araujo	Prefeitura Municipal de Ilhabela
Matheus Bianco	Associação de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares de Ilhabela
Paulo Andrade Molinari	Associação dos Pescadores Artesanais de Ilhabela
Paulo Roberto	PEIb
Rafael Guedes	Prefeitura Municipal de Ilhabela
Winy Luiz Midões	PEIb
<b>Oficina de Zoneamento 1</b>	
<b>Representante</b>	<b>Entidade/Comunidade</b>
Alain Briatte Mantchev	Associação de Engenheiros e Arquitetos de Ilhabela
Alexandre G. Gandini Salto	Associação Comércio e Indústria de Ilhabela
Andréia M. Esteves	Petrobras
Arturo Justicia	Azimuth Ponto de Cultura
Carlos Alberto de Oliveira Pinto	Câmara Municipal de Ilhabela
Carlos Alexandre H. Miranda	Petrobras
Carlos Eduardo Leme de Moraes Rosso	Prefeitura Municipal de Ilhabela
Carlos Roberto Nunes	Instituto Ilhabela Sustentável
Carolina Bio Poletto	Fundação Florestal / PEIb
Cláudia Shida	Fundação Florestal / PEIb
Cláudia Sant'Anna Francisco	PEIb
Cleber Luiz dos Santos	Prefeitura Municipal de Ilhabela
Cristina Arruda Tubis	Associação de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares de Ilhabela / Observatório Social de Ilhabela
Daniel Ferreira Dias	Morador de Ilha+belá
Daniella Marcondes	Prefeitura Municipal de Ilhabela
Danrley Furigá Fikpeng	Comunidade indígena
Dorival Roberto	PEIb

Flávio Henrique Rodrigues	UNESP
Georges Grego	Instituto Ilhabela Sustentável
Gilda Nunes	Instituto Ilhabela Sustentável
Harry Finger	Prefeitura Municipal de Ilhabela
Joana Fava C. Alves	PEIb
Jorge Guaracy Ribeiro	Prefeitura Municipal de Ilhabela
José Cláudio	PEIb
José Francisco dos Santos	PEIb
José Luiz Moreira	Colônia de Pescadores Z6
Kelen Luciana Leite Ferreira	ICMBio ESEC Tupinambás
Leonardo N. Sales	Associação Elementos da Natureza
Lucília Pansera Spiritus	Associação Mantenedora do Aquário de Ilhabela / Sala Verde
Luísa Candançan da Silva	PEIb
Luísa Candançan da Silva	PEIb
Marcelo Batista de Oliveira	Instituto Ilhabela Sustentável
Marcelo Dutra	Associação dos Monitores de Ilhabela
Marcelo Fernando Rosa da Silva	PEIb
Marco Aurelio da Silva	Polícia Ambiental
Marcus Schmidt	Associação Elementos da Natureza / Cambuci Projetos
Maria Cristina Bruncek Ferreira	Espaço Cultural Pés no Chão
Maria Inez Ferreira	Rotary
Mauricio Rubio Pinto Alves	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
Paulo R. S. Souza	PEIb
Plácido Cali	Gestão Arqueológica
Rafael Guedes	Morador de Ilhabela
Vivian Tafarello Gruppi	Petrobras
Wagner Gomes de Almeida	PEIb
<b>Oficina de Zoneamento 2</b>	
<b>Representante</b>	<b>Entidade/Comunidade</b>
André Queiroz	Comunidade do Bonete
Bernadete Galvão Fernandez	PEIb
Carlos Roberto Nunes	Instituto Ilhabela Sustentável
Carolina Bio Poletto	Fundação Florestal / PEIb
Cristina Arruda Tubis	Associação de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares de Ilhabela / Observatório Social de Ilhabela
Danrley Furigá Fikpeng	Comunidade indígena
Emiliano Cesar Bernardo	Espaço Cultural Pés no Chão
Fabrcio Yanes	Associação dos Monitores de Ilhabela
Gilda Nunes	Instituto Ilhabela Sustentável
Guido Botto	Associação dos Monitores de Ilhabela
João Batista Dias	PEIb
Jorge Guaracy Ribeiro	Prefeitura Municipal de Ilhabela
José Cláudio	PEIb
José Francisco dos Santos	PEIb
José Luiz Moreira	Colônia de Pescadores Z6
Kelen Luciana Leite	ICMBio ESEC Tupinambás
Luísa Candançan da Silva	PEIb

Marcelo B. Oliveira	Instituto Ilhabela Sustentável
Marcelo Dutra	Associação de Monitores de Ilhabela
Márcio Bortolusso	Photoverde Produções
Marcus Schmidt	Associação Elementos da Natureza / Cambuci Projetos
Maria Cristina Bruncek Ferreira	Espaço Cultural Pés no Chão
Maria Inez Ferreira	Rotary
Marina Morales Bezerra	Associação dos Monitores de Ilhabela
Matheus Bianco	Associação de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares de Ilhabela
Paulo Andrade Molinari	Associação dos Pescadores Artesanais de Ilhabela
Ronald Kraag	Vitae Qualitas
Sidnei Raimundo	USP / EACH
<b>Reunião Técnica Zona de Amortecimento</b>	
<b>Representante</b>	<b>Entidade/Comunidade</b>
Adriano Truffi Lima	Companhia Docas de São Sebastião
Carlos Alexandre H. Miranda	Petrobras
Carolina Bio Poletto	Fundação Florestal / PEIb
Cláudia Shida	Fundação Florestal / PEIb
Edson M. Lobato	PESM São Sebastião
Érica S. L. Agassi	
Ícaro Cunha	Unisantos
Jorge Guaracy Ribeiro	Prefeitura Municipal de Ilhabela
Márcio Rocha	Delegacia da Capitania dos Portos
Marcos Vinicius de Mello	Petrobras
Marcus Henrique Carneiro	Instituto de Pesca
Rogério Ribeiro de Sá	Prefeitura Municipal de Ilhabela
Sérgio Roberto do Vale	Prefeitura Municipal de Ilhabela
Tatiana Nader	Petrobras
<b>Oficina do Subprograma de Educação Ambiental</b>	
<b>Representante</b>	<b>Entidade/Comunidade</b>
Andréia M. Esteves	Petrobras
Anne Santana	Prefeitura Municipal de Ilhabela
Arturo Justicia	Azimuth Ponto de Cultura
Carolina Bio Poletto	Fundação Florestal / PEIb
Cláudia Shida	Fundação Florestal / PEIb
Cláudia Sant'Anna Francisco	PEIb
Estefânia Ferreira	Petrobras
Gerhard Kempkes	ICMBio ESEC Tupinambás
Guido Botto	Associação dos Monitores de Ilhabela
João Batista Dias	PEIb
Leonardo N. Sales	Associação Elementos da Natureza
Lucília Pansera Spiritus	Associação Mantenedora do Aquário de Ilhabela / Sala Verde
Marcelo Dutra	Associação dos Monitores de Ilhabela
Maria Cristina Bruncek Ferreira	Espaço Cultural Pés no Chão
Maria Inez Ferreira	Rotary
Miro Fernandes	Associação de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares de Ilhabela
Nelson Tubis Martins	Associação de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares de Ilhabela
Rafaela Ap. Nery Salim	Prefeitura Municipal de Ilhabela
Ricardo Rosa dos Santos	Prefeitura Municipal de Ilhabela



Wagner Gomes de Almeida	PEIb
Winy Luiz Midões	PEIb
<b>Oficina de Zoneamento Final</b>	
<b>Representante</b>	<b>Entidade/Comunidade</b>
Alain Briatte Mantchev	Associação de Engenheiros e Arquitetos de Ilhabela
André Queiroz	Comunidade do Bonete
Carlos Roberto Nunes	Instituto Ilhabela Sustentável
Carolina Bio Poletto	Fundação Florestal / PEIb
Cláudia Shida	Fundação Florestal / PEIb
Cláudia de Sant'Anna Francisco	PEIb
Daniella Marcondes	Prefeitura Municipal de Ilhabela
Edson M. Lobato	Fundação Florestal / PESM Núcleo São Sebastião
Fabrizio Yanes	Associação dos Monitores de Ilhabela
Flávio Henrique Rodrigues	UNESP
Gilda Nunes	Instituto Ilhabela Sustentável
Humberto Gallo Júnior	Instituto Florestal
Ícaro Cunha	Unisantos
Irani Gomes Mele	Rotary
Leopoldo Pedalini Neto	COMTUR
Lucília Panseira Spiritus	Associação Mantenedora do Aquário de Ilhabela / Sala Verde
Luísa Candançan da Silva	PEIb
Marcelo B. Oliveira	Instituto Ilhabela Sustentável
Marcelo Dutra	Associação de Monitores de Ilhabela
Marcelo Fernando Rosa da Silva	PEIb
Marciel Teixeira	Morador de Ilhabela
Márcio Bortolusso	Photoverde Produções
Maria Inez Ferreira	Rotary
Marina Morales Bezerra	Associação dos Monitores de Ilhabela
Rafael Guedes	Morador de Ilhabela
Raymundo Araújo	Pousada Recanto da Vila
Rosângela Vieira	Prefeitura Municipal de Ilhabela
Sidnei Raimundo	USP / EACH
Wagner Gomes de Almeida	PEIb
Winy Luiz Midões	PEIb
Yukie Kabashima	Consultor do PM PEIb
<b>Oficina do Subprograma de Visitação</b>	
<b>Representante</b>	<b>Entidade/Comunidade</b>
André Queiroz	Comunidade do Bonete
André Venco	Associação dos Moradores dos Bairros do Sul de Ilhabela
Carlos Roberto Nunes	Instituto Ilhabela Sustentável
Carolina Bio Poletto	Fundação Florestal / PEIb
Cláudia Shida	Fundação Florestal / PEIb
Cláudia de Sant'Anna Francisco	PEIb
Cristina Arruda Tubis	Associação de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares de Ilhabela / Observatório Social de Ilhabela

Daniella Marcondes	Prefeitura Municipal de Ilhabela
Fabrcio Yanes	Associação dos Monitores de Ilhabela
Gilda Nunes	Instituto Ilhabela Sustentável
Guido Botto	Associação dos Monitores de Ilhabela
Halph Alberghini	Associação dos Monitores de Ilhabela
Isaura de Jesus Santos	Comunidade do Saco Sombrio
João Felipe Campoy	Morador de Ilhabela
Jorge Guaracy Ribeiro	Prefeitura Municipal de Ilhabela
Leonardo N. Sales	Associação Elementos da Natureza
Luana S. Araújo	Prefeitura Municipal de Ilhabela
Lucília Pansera Spiritus	Associação Mantenedora do Aquário de Ilhabela / Sala Verde
Luísa Candançan da Silva	PEIb
Marcelo B. Oliveira	Instituto Ilhabela Sustentável
Marcelo Dutra	Associação dos Monitores de Ilhabela
Marcelo Fernando Rosa da Silva	PEIb
Márcio Bortolusso	Photoverde Produções
Maria Aparecida S. dos Santos Moura	Comunidade do Saco Sombrio
Maria Inez Ferreira	Rotary
Marina Morales Bezerra	Associação dos Monitores de Ilhabela
Matheus Bianco	Associação de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares de Ilhabela
Miro Fernandes	Associação de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares de Ilhabela
Paulo Eduardo Ceccarelli	Pousada Manga Rosa
Valdir A. Barbosa	Morador de Ilhabela
Winy Luiz Midões	PEIb

#### **Oficina do Programa de Interação Socioambiental**

<b>Representante</b>	<b>Entidade/Comunidade</b>
Aguinaldo dos Santos	PEIb
Alex T. Damico	Pouco do Grego
André Queiroz	Comunidade do Bonete
Carolina Bio Poletto	Fundação Florestal / PEIb
Cláudia Shida	Fundação Florestal / PEIb
Cláudia de Sant'Anna Francisco	PEIb
Dorival Roberto	PEIb
Emiliano César Bernardo	Espaço Cultural Pés no Chão
Gilda Nunes	Instituto Ilhabela Sustentável
Gisela Testa	Ilhabela.org
João Felipe	Morador de Ilhabela
Leonardo N. Sales	Associação Elementos da Natureza
Lucila Pinsard Vianna	Fundação Florestal / APA Marinha LN
Luísa Candançan da Silva	PEIb
Márcia de O. Cardoso	Petrobras
Márcio Bortolusso	Photoverde Produções
Maria Inez Ferreira	Rotary
Mariana Soares de Almeida Pirró	Associação Elementos da Natureza

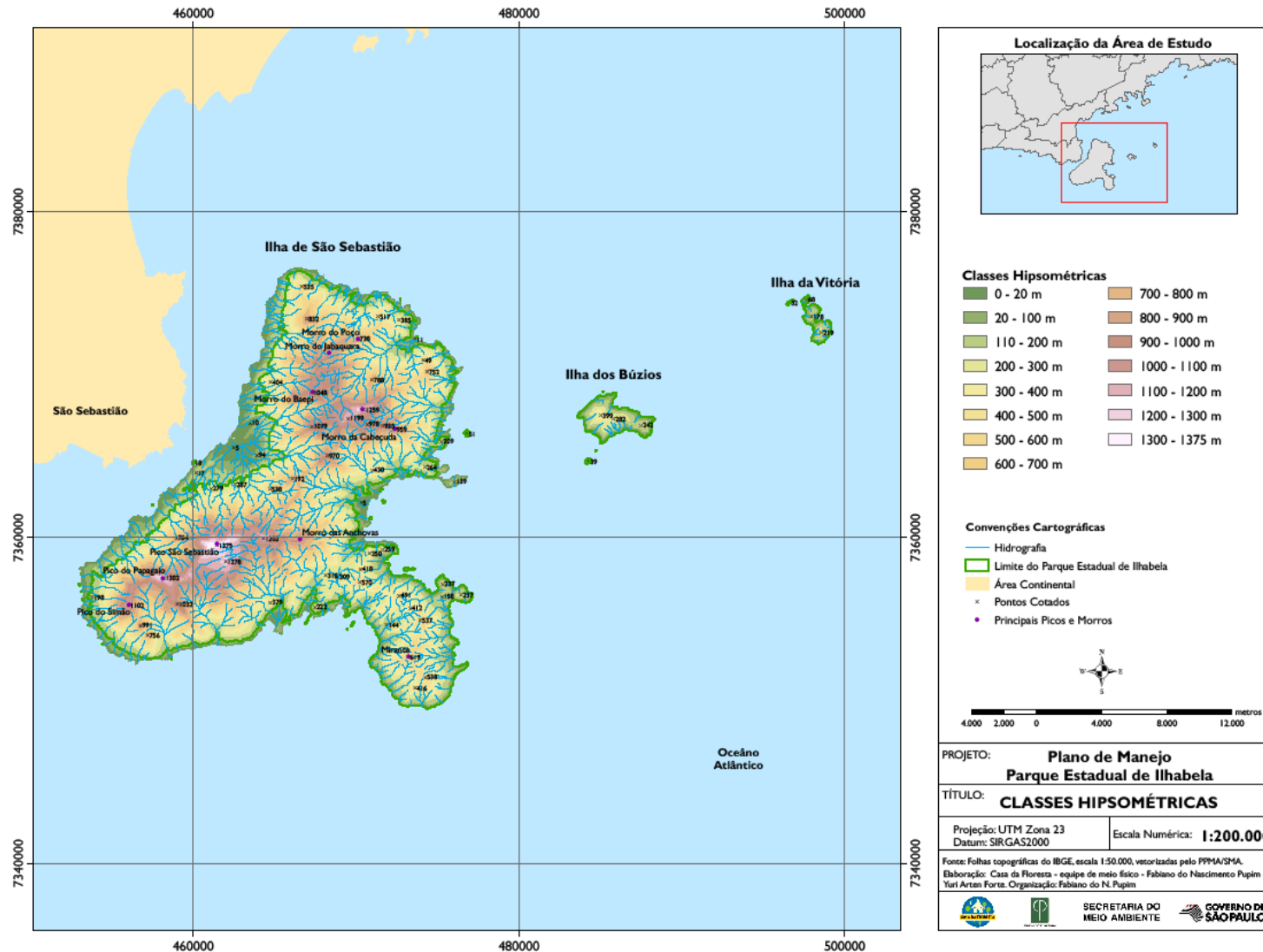
Wagner Gomes de Almeida	PEIb
Winy Luiz Midões	PEIb
<b>Oficina do Programa de Pesquisa</b>	
<b>Representante</b>	<b>Entidade/Comunidade</b>
Aguinaldo dos Santos	PEIb
Carolina Bio Poletto	Fundação Florestal / PEIb
Cláudia Shida	Fundação Florestal / PEIb
Dorival Roberto	PEIb
Flávio Henrique Rodrigues	UNESP
Humberto Gallo Júnior	Instituto Florestal
Kátia Silva	Centro para Conservação da Biodiversidade
Luísa Candançan da Silva	PEIb
Marcelo Casoni	Centro para Conservação da Biodiversidade
Mariana Soares Almeida Pirró	Associação Elementos da Natureza
Rosângela Vieira	Prefeitura Municipal de Ilhabela
Wagner Gomes de Almeida	PEIb
Winy Luiz Midões	PEIb
<b>Oficina do Programa de Proteção e Gestão</b>	
<b>Representante</b>	<b>Entidade/Comunidade</b>
Ademir Francisco de Gouveia	Polícia Ambiental
Aguinaldo dos Santos	PEIb
Carlos Eduardo Leme de M. Rosso	Prefeitura Municipal de Ilhabela
Carolina Bio Poletto	Fundação Florestal / PEIb
Cláudia Shida	Fundação Florestal / PEIb
Cláudia de Sant'Anna Francisco	PEIb
Cléber Luiz dos Santos	Prefeitura Municipal de Ilhabela
Daniella Marcondes	Prefeitura Municipal de Ilhabela
Danilo de Oliveira Godoy	Base dos Bombeiros
Dorival Roberto	PEIb
Gisela Testa	Ilhabela.org
Humberto Gallo Júnior	Instituto Florestal
Iraê Abate	PESM São Sebastião
Isaías dos Santos Cortês	PESM Picinguaba
José Cláudio	PEIb
José Francisco dos Santos	PEIb
Kátia Kornetoff	Prefeitura Municipal de Ilhabela
Kátia Regina Freire	Prefeitura Municipal de Ilhabela
Luísa Candançan da Silva	PEIb
Marcelo Fernando Rosa da Silva	PEIb
Márcio Bortolusso	Photoverde Produções
Maria Inez Ferreira	Rotary
Orlando F. dos Santos Filho	Base dos Bombeiros
Paulo Afonso Cruz	Base dos Bombeiros
Paulo Andrade Molinari	Associação dos Pescadores Artesanais de Ilhabela
Valdivino Ferreira	Polícia Ambiental
Winy Luiz Midões	PEIb
<b>Oficina Conclusiva</b>	
<b>Representante</b>	<b>Entidade/Comunidade</b>

Ademir Francisco de Gouveia	Polícia Ambiental
Aguinaldo dos Santos	PEIb
Alain Briatte Mantchev	Associação de Engenheiros e Arquitetos de Ilhabela
Alex T. Damico	Pouso do Grego
André Queiroz	Comunidade do Bonete
Anselmo Tambellini	Associação de Engenheiros e Arquitetos de Ilhabela
Antônio Luiz Colucci	Prefeito - Prefeitura Municipal de Ilhabela
Arturo Justicia	Azimuth – Ponto de Cultura
Bernadete Galvão Fernandez	Prefeitura Municipal de Ilhabela
Carlos Alexandre H. Miranda	Petrobras
Carlos Roberto Nunes	Instituto Ilhabela Sustentável
Carolina Bio Poletto	Fundação Florestal / PEIb
Cláudia Shida	Fundação Florestal / PEIb
Clarissa Mariotti	Instituto Ilhabela Sustentável
Cláudia de Sant'Anna Francisco	PEIb
Daniella Marcondes	Prefeitura Municipal de Ilhabela
Débora Gutierrez	APA Marinha LN / Parque Estadual Ilha Anchieta
Edson M. Lobato	Fundação Florestal / PESM Núcleo São Sebastião
Fabrcio Yanes	Associação dos Monitores de Ilhabela
Gilberto Gardino Mourão	Instituto Terra e Mar
Gilda Nunes	Instituto Ilhabela Sustentável
Gisela Testa	Ilhabela.org
Harry Finger	Prefeitura Municipal de Ilhabela
Joana Fava C. Alves	PEIb
João Batista Dias	PEIb
João Ivomar de Araújo	PEIb
Jorge Guaracy Ribeiro	Prefeitura Municipal de Ilhabela
José Cláudio	PEIb
José Francisco dos Santos	PEIb
Leopoldo Pedalini Neto	COMTUR
Lívia Maria Apuleo	Instituto Terra e Mar
Luciano Ribeiro Bottino	Associação de Engenheiros e Arquitetos de Ilhabela
Lucila Pinsard Vianna	Fundação Florestal / APA Marinha LN
Lucília Pansera Spiritus	Associação Mantenedora do Aquário de Ilhabela / Sala Verde
Luísa Candançan da Silva	PEIb
Marcelo B. Oliveira	Instituto Ilhabela Sustentável
Marcelo Dutra	Morador de Ilhabela
Marcelo Fernando Rosa da Silva	PEIb
Marciel Teixeira	Morador de Ilhabela
Márcio Bortolusso	Photoverde Produções
Marco Aurelio da Silva	Polícia Ambiental
Marcos Vinícius de Mello	Petrobras
Marcus Henrique Carneiro	Instituto de Pesca
Maria Aparecida S. Rezende	Núcleo Plano de Manejo / Fundação Florestal

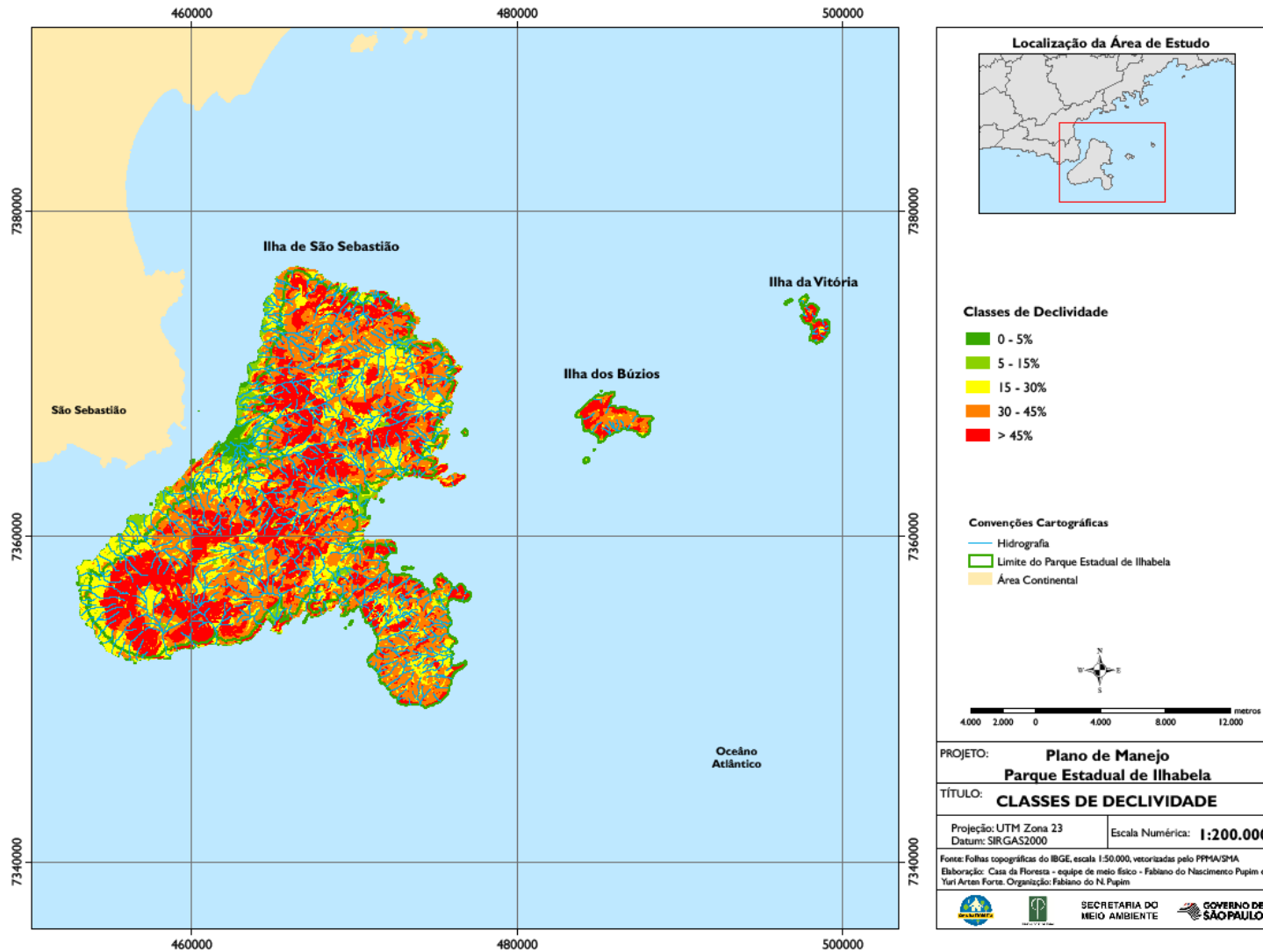
Marilene R. Santos	PEIb
Marina Morales Bezerra	Associação dos Monitores de Ilhabela
Miro Fernandes	Associação de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares de Ilhabela
Paulo Andrade Molinari	Associação dos Pescadores Artesanais de Ilhabela
Paulo Eduardo Ceccarelli	Pousada Manga Rosa
Paulo Roberto dos Santos	PEIb
Regina Nogueira	Projeto Rondon
Ronaldo Monteiro	Prefeitura Municipal de Ilhabela
Sérgio Roberto do Vale	Prefeitura Municipal de Ilhabela
Sidnei Raimundo	USP – EACH
Teresa Cristina Caiuby	Sala Verde – Ilhabela
Vera Lúcia Freire	Instituto Ilhabela Sustentável / CONSEG
Wagner Gomes de Almeida	PEIb
Winy Luiz Midões	PEIb
Yukie Kabashima	Consultora PM PEIb
<b>Oficina com o Setor Náutico</b>	
<b>Representante</b>	<b>Entidade/Comunidade</b>
Sérgio R. Nieckele	Náutica Mistral
Sérgio R. N. Moraes	ASSONA
Marcos S. Moller	Marina Porto Ilhabela
Mara E. M. de Souza	ASSONA
Paulo Cesar Lamblet	YCI
Gunnar E. Moller	Marina Porto Ilhabela
José M. Ramirez	Centro Náutico Ilhabela
Antonio A. M. Lopes	Pindá Iate Clube
Edward Boehringer	IIS

Obs.: Encontram-se em CD as Listas de Presença dos Participantes e os e-mails enviados.

## Anexo 2. Hipsometria



### Anexo 3. Declividade





Anexo 4. Vista parcial dos 27 pontos amostrados para ictiofauna na Ilha de São Sebastião



Fonte: Cristina S. Gonçalves (1 a 14 de agosto de 2010), exceto foto do ponto 26 (André T. da Silva)



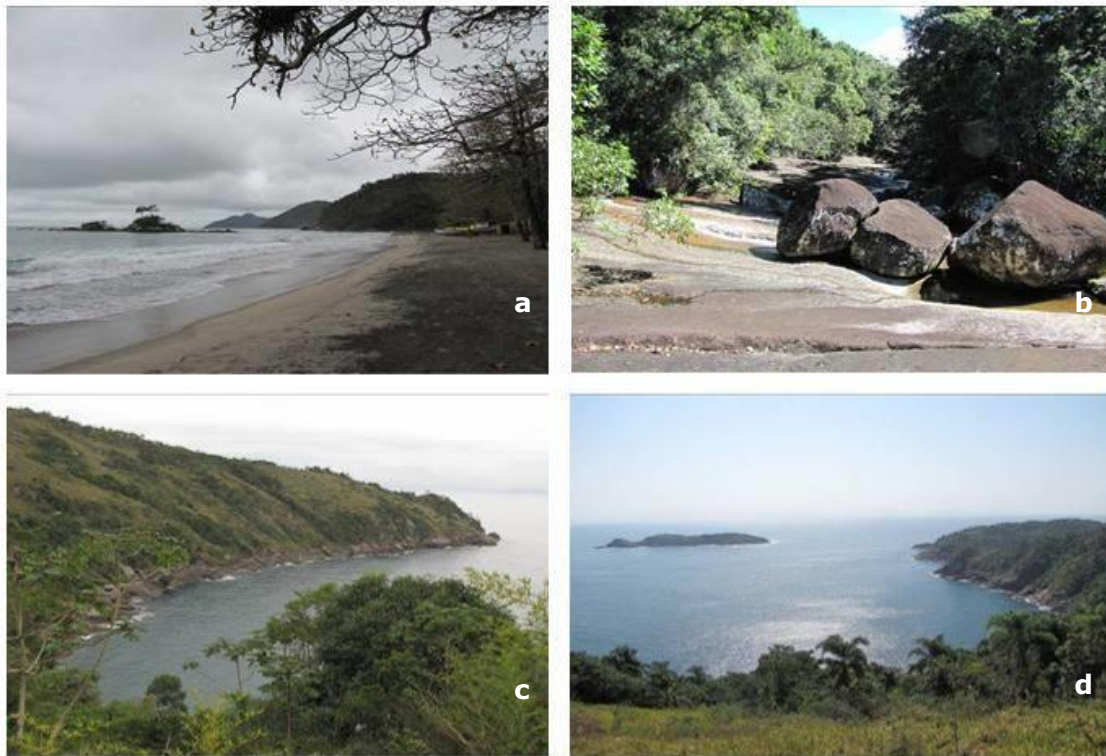
Anexo 5. Localização dos 27 pontos amostrados da ictiofauna na Ilha de São Sebastião

Ponto	Setor	Drenagem	Coordenadas Geográficas (UTM – 23K)	Altitude (metros)
1	Leste	Ribeirão do Engenho	470388 – 7361919	15
2	Leste	Ribeirão do Engenho	470157 – 7362694	65
3	Leste	Ribeirão do Engenho	470622 – 7362374	20
4	Leste	Ribeirão do Engenho	470497 – 7362251	20
5	Leste	Ribeirão dos Castelhanos	470985 – 7363064	55
6	Leste	Ribeirão dos Castelhanos	470960 – 7363040	52
7	Leste	Riacho – praia de Castelhanos	470397 – 7361392	10
8	Centro	Cachoeira das Tocas	463875 – 7364403	165
9	Centro	Córrego das Tocas	465677 – 7362201	660
10	Centro	Córrego das Tocas	465807 – 7362770	510
11	Nordeste	Ribeirão do Poço	473713 – 7372112	10
12	Nordeste	Ribeirão do Poço	473432 – 7372042	20
13	Nordeste	Ribeirão do Poço	473291 – 7371944	30
14	Nordeste	Ribeirão do Poço	473506 – 7372140	20
15	Nordeste	Ribeirão do Poço	473105 – 7371748	55
16	Nordeste	Ribeirão do Poço	472372 – 7371942	115
17	Centro	Córrego das Tocas – Cachoeira da Água Branca	464583 – 7362744	465
18	Centro	Córrego das Tocas – acima Reservatório Sabesp	463508 – 7363686	570
19	Centro	Córrego das Tocas – Reservatório Sabesp	463450 – 7363823	190
20	Centro	Riacho – área urbana	464370 – 7364873	80
21	Centro Sul	Córrego da Lage	457938 – 7352703	110
22	Centro Sul	Cachoeira da Lage	458351 – 7353137	105
23	Centro Sul	Córrego da Lage	456094 – 7352963	120
24	Centro Sul	Córrego da Lage	454210 – 7358411	45
25	Centro	Riacho – área urbana	463318 – 7365690	10
26	Nordeste	Córrego de Jabaquara	469523 – 7374370	120
27	Nordeste	Córrego de Jabaquara	468831 – 7374866	110

Anexo 6. Pontos de amostragem de dados primários da herpetofauna no PEIb

<b>Ponto</b>	<b>Local</b>	<b>Coordenadas UTM (23K)</b>		<b>Descrição/fisionomia</b>
1	Ilha de São Sebastião (Castelhanos)	0470359	7360278	Trilha Castelhanos - Praia Vermelha (Restinga, costão rochoso e Floresta Ombrófila Densa)
2	Ilha de São Sebastião (Castelhanos)	0470672	7363716	Trilha da Cachoeira do Gato (Floresta Ombrófila Densa)
3	Ilha de São Sebastião (Castelhanos)	0468225	7362419	Estrada de Castelhanos (Restinga, Floresta Ombrófila Densa)
4	Ilha de São Sebastião (Praia do Poço)	0473669	7372180	Trilha do Poço - Jabaquara (Floresta Ombrófila Densa)
5	Ilha de São Sebastião (Praia do Poço)	0473220	7371767	Trilha da Cachoeira do Poço (Floresta Ombrófila Densa)
6	Ilha de São Sebastião (Praia do Poço)	0473669	7372180	Praia do Poço
7	Ilha de São Sebastião (Siriúba)	0465019	7373319	Início da trilha da Cachoeira da Friagem (Fragmento de Floresta Ombrófila Densa no interior de condomínio)
8	Ilha dos Búzios	0485503	7367880	Trilha da Roça (Capinzal, Bambu e Floresta Ombrófila Densa)
9	Ilha dos Búzios	0486426	7368060	Trilha da Costeira (Costão rochoso e Floresta Ombrófila Densa)
10	Ilha dos Búzios	0485670	7368253	Arredores da escola (Floresta Ombrófila Densa)
11	Ilha da Vitória	0497840	7374430	Trilha da Vitória (Caminho principal do Costão Rochoso até a Escola)
12	Ilha da Vitória	0498085	7374220	Trilha da captação de água (Bambu, Floresta Ombrófila Densa)
13	Ilha da Vitória	0497825	7373927	Vertente oceânica (Costão Rochoso, Capinzal, Bambu e Floresta Ombrófila Densa)

Anexo 7. Locais de amostragem da herpetofauna no PEIb



**a. Praia de Castelhanos, b. Cachoeira do Poço, c. Ilha dos Búzios e d. Ilha da Vitória**

Anexo 8. Transecções realizadas na amostragem da avifauna

**Transecções realizadas na amostragem da avifauna no Parque Estadual de Ilhabela, agosto de 2010.**

<b>Transecções</b>	<b>Zona</b>	<b>X UTM</b>	<b>Y UTM</b>	<b>Descrição/Fisionomia</b>
Trilha do Gato	23K	470727	7363777	Floresta Ombrófila Densa em estágio médio e avançado de regeneração
Estrada dos Castelhanos	23K	469395	7362884	Floresta Ombrófila Densa em estágio médio e avançado de regeneração
Laje	23K	458378	7353260	Floresta Ombrófila Densa em estágio médio e avançado de regeneração
Jabaquara	23K	470897	7374710	Floresta Ombrófila Densa em estágio médio e avançado de regeneração
Poço I e Poço II (trilha de acesso à praia do Poço)	23K	472470	7372107	Floresta Ombrófila Densa em estágio médio e avançado de regeneração
Guanxumas	23K	485899	7368169	Floresta Ombrófila Densa em estágio pioneiro, inicial e médio de regeneração, bambuzal
Caminho Guanxumas-Porto do Meio	23K	485419	7368766	Floresta Ombrófila Densa em estágio pioneiro, inicial e médio de regeneração, bambuzal
Vitória	23K	498180	7374384	Floresta Ombrófila Densa em estágio pioneiro, inicial e médio de regeneração, bambuzal
Comunidade Vitória	23K	498180	7374384	Floresta Ombrófila Densa em estágio pioneiro, inicial e médio de regeneração, bambuzal

Anexo 9. Armadilhas de captura viva



Fonte: Paul François Colas-Rosas.

**Armadilhas de captura viva: A- modelo sherman e B- modelo tomahawk**

Anexo 10. Esforço de amostragem de pequenos mamíferos em cada sítio e suas respectivas localizações geográficas e fitofisionomias

Sítio	Coordenada UTM	Fitofisionomia	Esforço amostral
Cachoeira da Laje – Ilha de São Sebastião	23K 457899/7352761 23K 458162/7353432	Floresta Ombrófila Densa	150 armadilhas-noite
Estrada dos Castelhanos – Ilha de São Sebastião	23K 464272/7362736 23K 464292/7362469	Floresta Ombrófila Densa	55 armadilhas-noite
Ilha dos Búzios	23K 485557/7367911	Floresta Ombrófila Densa	100 armadilhas-noite
Ilha da Vitória	23K 497981/7374182	Bambuzal	100 armadilhas-noite
	23K 498190/7374356	Floresta Ombrófila Densa	

Anexo 11. Esforço da amostragem de morcegos em cada sítio e suas respectivas localizações geográficas e fitofisionomias



Fotos: Paul François Colas-Rosas

**Redes-de-neblina (mist nets) disposta em base com três redes (A) e medição individual de morcegos (B)**

Anexo 12. Localizações geográficas, fitofisionomias e esforços de amostragem em cada sítio de armadilhamento fotográfico na Ilha de São Sebastião

Sítio	Coordenada UTM	Fitofisionomia		Esforço amostral
Cachoeira da Laje – Ilha de São Sebastião	23K 458333/7353202 23K 458228/7352945	Floresta Densa	Ombrófila	12.312 m <sup>2</sup> .h
Estrada dos Castelhanos – Ilha de São Sebastião	23K 464286/7362637 23K 464366/7362523	Floresta Densa	Ombrófila	5.994 m <sup>2</sup> .h
Ilha dos Búzios	23K 485895/7368126	Floresta Densa	Ombrófila	4.860 m <sup>2</sup> .h
Ilha da Vitória	23K 497962/7374246	Bambuzal		6.210 m <sup>2</sup> .h
	23K 498140/7374366	Floresta Densa	Ombrófila	



Anexo 13. Exemplos de métodos de levantamento de mastofauna



Fotos: Elson Fernandes de Lima/Casa da Floresta

**Exemplos de métodos de levantamento de mastofauna: Armadilha fotográfica (câmera-trap) (A) e registro oportunístico (pegada no solo – ex: paca *Cuniculus paca*) (B)**

Anexo 14. Localizações geográficas, fitofisionomias e esforços de amostragem em cada sítio de armadilhamento fotográfico na Ilha de São Sebastião

**Localizações geográficas, fitofisionomias e esforços de amostragem em cada sítio de armadilhamento fotográfico na Ilha de São Sebastião.**

Sítio	Coordenada UTM	Fitofisionomia	Esforço amostral
Laje	23K 457671 / 7352776	Floresta Ombrófila Densa	240 armadilha.hora
Laje	23K 458007 / 7352877	Floresta Ombrófila Densa	240 armadilha.hora
Poço	23K 472432 / 7371965	Floresta Ombrófila Densa	48 armadilha.hora
Poço	23K 473585 / 7372258	Floresta Ombrófila Densa	48 armadilha.hora
Poço	23K 473234 / 7371821	Floresta Ombrófila Densa	48 armadilha.hora
Poço	23K 473026 / 7371890	Floresta Ombrófila Densa	48 armadilha.hora
Ponta da Pacuíba	23K 467879 / 7375581	Floresta Ombrófila Densa	192 armadilha.hora
Veloso	23K 456065 / 7358548	Floresta Ombrófila Densa	216 armadilha.hora
Veloso	23K 456090 / 7358599	Floresta Ombrófila Densa	216 armadilha.hora
Água Branca	23K 464087 / 7362903	Floresta Ombrófila Densa	216 armadilha.hora
Água Branca	23K 464324 / 7362786	Floresta Ombrófila Densa	216 armadilha.hora
Friagem	23K 465799 / 7372912	Floresta Ombrófila Densa	216 armadilha.hora
Friagem	23K 466277 / 7372853	Floresta Ombrófila Densa	216 armadilha.hora
Toca da Goteira	23K 463868 / 7363886	Floresta Ombrófila Densa	144 armadilha.hora
Cambaraú	23K 454899 / 7359455	Bambuzal	48 armadilha.hora

Anexo 15. Atividades e procedimentos de campo para a caracterização das comunidades com indícios de tradicionalidade

**Atividades e procedimentos de campo para a caracterização das comunidades com indícios de tradicionalidade no PEIb, em 2010 e 2011.**

ATIVIDADE	PROCEDIMENTO
<b>Definir e contextualizar a comunidade tradicional caiçara de Ilhabela</b>	Perguntas geradoras
<b>Caracterizar (e espacializar) a comunidade tradicional caiçara existente no arquipélago de Ilhabela:</b>	Material sistematizado a partir de dados secundários (por comunidade)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• relações familiares, dinâmica migratória, organização e constituição do território;</li> </ul>	Perguntas geradoras, atividade coletiva árvore genealógica
<ul style="list-style-type: none"> <li>• relações etnobiológicas com o ambiente insular</li> </ul>	Perguntas geradoras – atividades com desenhos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• atividades econômicas e/ou de subsistência (pesca, extrativismo, agricultura, práticas artesanais, turismo e outras rendas complementares) e infraestruturas relacionadas (barcos, píer, estiva, rancho, casa de farinha, câmara fria, etc.)</li> </ul>	Texto, tabela
<ul style="list-style-type: none"> <li>• número de famílias, indivíduos e casas;</li> </ul>	Pirâmide, tabela, texto, mapa terrestre
<ul style="list-style-type: none"> <li>• saúde, educação, energia e saneamento básico (água, esgoto e lixo);</li> </ul>	Texto, gráficos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• formas de organização social (associação, igreja, grupo de artesãos, grupo de jovens, etc.);</li> </ul>	Texto, perguntas geradoras
<ul style="list-style-type: none"> <li>• condições de acessos e conflitos relacionados;</li> </ul>	Mapa terrestre, perguntas geradoras, questionário educativo, atividades com ferramentas
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar, caracterizar e mapear (em croqui) as áreas de ocupação e uso (terrestre e marinha) das comunidades tradicionais caiçaras.</li> </ul>	Mapa terrestre e marinho
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Discorrer sobre a utilização de recursos florestais e madeireiros provenientes do PEIb para a confecção de canoas, remos, casas, artesanato e uso como lenha;</li> </ul>	Perguntas geradoras, questionário educativo, atividades com ferramentas de DRP
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar e caracterizar as principais questões e conflitos (e vetores de pressão) que permeiam a vida das comunidades tradicionais caiçaras existentes dentro do PEIb.</li> </ul>	Em 2010, Análise de dados secundários e levantamentos nas comunidades no interior do PEIb Em 2011, checagem das informações obtidas e levantamento em campo das relações de conflitos – Diagrama de Venn

Anexo 16. Lista dos entrevistados no trabalho de campo realizados para o programa de uso público

**Lista dos entrevistados no trabalho de campo no período de 1 a 14 de agosto de 2010, realizados para o Programa de Uso Público (considerando subprogramas de Visitação Pública e Educação Ambiental)**

Entrevistados	Instituição	Cargo	Fones	Email	Site	Data
Carlos Nunes	Instituto Ilhabela Sustentável/ Movimento Nossa Ilha Mais Bela/ Associação dos Moradores do Sul da Ilha/ Associação dos Desportistas de Ilhabela	Secretário Executivo	12 3896-3015/9793-9853	carlos.r.nunes@uol.com.br	www.nossailhamaisbela.org.br, www.semcontainer.org.br	12/08/10
Cristina Arruda de Aquino Tubis Martins	Grupo Gestor 65 municípios indutores do Turismo, Forum Regional do Circuito Litoral Norte, ABHRI, Observatório Social, GT Educação - Ilhabela Sustentável	Coordenadora/ gestora/ diretora/	12 3894-9449/ 9177-9578/ 3894-1663 res	cristinaarruda@pousadavilladaprainha.com.br	www.pousadavilladaprainha.com.br	10/08/10
Denise	Terra e Mar Turismo	Gerente	12 3896-4040/ 9766-7575	contato@terraemarturismo.com	www.terraemarturismo.com	09/08/10
Djane Vitoriano de Jesus	Secretaria Municipal de Turismo e Fomento	Secretária de Turismo	(12) 3895-7220 / (12) 3895-7259	turismo@ilhabela.sp.gov.br, gicarmelo@ig.com.br	Internet: www.ilhabela.sp.gov.br	10/08/10
Edilson Moretto	Conselho Municipal de Turismo - COMTUR/ Pousada do Alemão	Presidente/ Proprietário	12 3894-9290/9380/ 9772-1940	reservas@alemao.tur.br	Não	09/08/10
Emiliano Cesar Bernardo	Espaço Cultural Pés no Chão	Membro	12 3826-6727/ 9707-0117	pes@pesnochao.org.br, emiliano@pesnochao.org.br	www.pesnochao.org.br	11/08/10
Fabricio Caiçara/ Marcelo Caiçara	Caiçara Turismo	Sócios	12 3896-4019/ 3894/ 9122-7140 Marcelo	fabricioguia@hotmail.com, caicarailhabela@hotmail.com	www.caicarailhabela.com.br	05/08/10 13/08/10
Fernando Rodrigues Mendes/ Roberto Fazini Jr/ Maria Leonor Marques Moraes Fazini	326 Grupo Escoteiro Cururuá - Região SP	Diretor Presidente/ Sec Adm/ Assessora	12 9146-5314 Fernando/ 3896-2539/9752-0600 Fazini	rodrigues.fernando3@hotmail.com, f2z@bol.com.br	Não	10/08/10
Hélio Inácio Santana	Instituto Mão Dupla/ Azimuth Ponto	presidente/	12 9185-6114	heliomaodupla@gmail.com	www.azimuth.org.br	06/08/10

Entrevistados	Instituição	Cargo	Fones	Email	Site	Data
	de Cultura e Sustentabilidade	Coord pedagógico			www.institutomaodupla.com.br	
João Paulo de Souza	SAB Portinho/ GT Educação Instituto Ilhabela Sustentável	Presidente	12 9149-5193	jpilha@hotmail.com	Não	12/08/10
Jorge Ribeiro	Guaracy Conselho Desenvolvimento Socioambiental/ SAB Barra Velha	Presidente/ Membro	12 9719-9268	jguaracy@uol.com.br	Não	05/08/10
Lidia Sarmento/ Olga Magali Guazzelli/ Marília Almeida Cunha de Tulho	Sec. Mun. Educação	Secretária de Educação/ Diretoras Pedagógicas	12 3896-2250/ 9101-8729	lidiailha@hotmail.com, gabinete@ilhaeduc.ibl.com.br, ilhahome@hotmail.com, marilha22@hotmail.com	www.educacaoilhabela.ibl.com.br	12/08/10
Ligia Perissinoto Tavares Martins/ Leonardo Sales/ Mariana Pirró	Elementos da Natureza	Financeiro/ Presidente/ Administrativo	12 3896-6385/ 9768-4321 Leo/8131-0093 Mariana	leo_trunk@hotmail.com	www.elementosdanatureza.org.br	03/08/10
Lucília Pansera Spiritus	Associação Mantenedora "Aquário de Ilhabela"		12 3895-8475/ 8189-8230	luspirtus@uol.com.br	Não	04/08/10
Luis Maio	Associação Ilhabela Receptivo, Hotelaria e Gastronomia/ Ilha Flat Hotel	Presidente/ Gerente	12 3895-3000	luismaioilhabela@hotmail.com	http://www.bemvindoailhabela.com.br	09/08/10
Marcos Aurélio Alves Nascimento	Sementes do Futuro	Vice Presidente	12 8154-9291	marcosparque@hotmail.com sementesdofuturo@hotmail.com	Não	12/08/10
Marcos Vittorazzo/ Marcos Cara	Maremar Turismo/ AHBRI/ Adventure Team	Diretor	12 3896-3679/8152-5413	ilhabela@maremar.tur.br	www.maremar.tur.br	04/08/10
Maria dos Reis Carvalho Vieira e 14 associados	Associação Centro de Triagem de Materiais Recicláveis da Ilhabela - CTR	Presidente	12 3896-3893/ 9189-3550	malureciadora@hotmail.com	Não	12/08/10
Matheus Bianco	Fernanda Bianco Viagens e Turismo; NART - ACI - Núcleo das Agências e Receptivo Turístico de Ilhabela	Diretor, Coordenador	12 3896-4186	matheus@fernandabianco.com.br	www.fernandabianco.com.br ,	09/08/10
Mauricio Edson	Sumitica Viagens e Turismo Ltda e CT	Sócios/	12 3896-2096	sumitaturismo@ig.com.br	Não	05/08/10

Entrevistados	Instituição	Cargo	Fones	Email	Site	Data
Ricciardi/ Josemar Santos Sousa	Estrada Castelhanos	membro CT				
Rafael, Michele	Ecoway Passeios, Viagens e Turismo	Sócios	12 3896-7222/7333/8001	ecowaypasseios@hotmail.com	www.ecowaypasseio.com.br	05/08/10
Ricardo Correa Prata de Almeida	Colonial Diver	Diretor de Operações de Mergulho	12 3894-9459/7898-9883	colonialdiver@colonialdiver.com.br	www.colonialdiver.com.br	10/08/10
Roberto Loudes do Nascimento	Colônia de Percadores Z06 "Senador Vergueiro" de Ilhabela	Presidente	12 3896-2763/9603-2513	colz6@speedmax.com.br	Não	12/08/10
Rodrigo Oliveira Fernandes	Jeep Park Turismo	Atendente/guia	12 3896-5660	contato@jeepparkturismo.com.br	www.jeepparkturismo.com.br	10/08/10
Rogério Domingues	XXVIII Grupo Escoteiro do Mar Maembype	Diretor Técnico e Chefe da Tropa Senior	12 9737-7478	dominguesrogerio@hotmail.com	www.escotismo.org.br	10/08/10

**Roteiro Específico utilizado em entrevista semiestruturada com Agências, Operadoras e Receptivos Turísticos.**

Nome:	
Nome da Instituição/Grupo/Comunidade:	
Profissão:	Cargo/Função:
Há quanto tempo neste cargo:	Naturalidade:
Telefone(s):	E-mail:
Site:	Data:

Atividades turístico-recreativas e náuticas	Nº no croqui	Descrição	Relação com agentes locais (agências, hotéis, pousadas, guias, barcos, etc )
Quais as atividades mais procuradas pelos clientes?			
Há reclamações sobre algum "produto"? (aglomerações, lixo, infraestrutura, etc.)			
Qual o "produto" de maior interesse para esta agência?			
Existe demanda por novos atrativos?			
Com quais agências de outras cidades vocês operam?			
Informações sobre cruzeiros marítimos – número de visitantes atendidos, épocas do ano, perfil, etc.			
Vocês tem que pagar alguma taxa para exercer estas atividades?			
Vocês tem que pedir alguma autorização para exercer suas atividades?			
Quantas pessoas atende ao longo do ano/sazonalidade/tipologia?			
Como você percebe o desenvolvimento do turismo em Ilhabela e qual a influência do Parque neste desenvolvimento?			
Quantas pessoas trabalham com vocês? Quantos são moradores da Ilha? Fixos e Temporários?			
Teria alguma proposta de como poderia ser melhorada a atividade turística em parceria com o Parque?			

**A) Roteiro Específico utilizado em entrevista semiestruturada com Secretarias e ONGs.**

Nome do entrevistado:	
Nome da Instituição/Grupo/Comunidade:	
Profissão:	Cargo/Função:
Há quanto tempo neste cargo:	Naturalidade:
Telefone(s):	E-mail:
Site:	
Data:	Local Entrevista/Setor:
Entrevistador:	
Palavra de avaliação:	

<b>1. PLANO MANEJO</b>	1.1. Sabe o que é? Sim ( ) Não ( )	1.2. Sabia que está sendo realizado? Sim ( ) Não ( ) Como ficou sabendo?
	1.3. O que você espera do PM?	

<b>2. PARQUE</b>	2.1. Que lugares do Parque você já visitou? Com que frequência? Finalidade?
	2.2. O que você destacaria da relação entre o município e o Parque? Quais são os pontos positivos e quais são negativos desta relação?*

	2.3. O que você destacaria da relação entre a sua instituição e o Parque? Quais são os pontos positivos e quais são negativos desta relação?*
	2.4. Quais os pontos positivos e negativos do Parque?
	2.5 Divulga informações sobre o Parque? Quais? Como?
	2.6 O que poderia melhorar no Parque?

**\*\*Dos pontos destacados preencher a tabela abaixo:**

Pontos Negativos/ Pontos Positivos	Ano	Posição da Instituição	Posição da UC	Resultado

<b>3. CONHECIMENTO LEGISLAÇÃO E INFRAÇÕES</b>	Nos últimos 10 anos, você destacaria alguma legislação ou política pública que se relaciona com o Município, com o Parque ou com sua instituição/grupo/comunidade?
---	--

<b>4. ATUAÇÃO</b>	4.1 Quais os projetos que sua instituição desenvolve? Quais os parceiros nestes projetos?	
	4.2 Quais destes projetos são relacionados ao turismo?	4.3 E quais os relacionado à Educação Ambiental?
	4.4 Quais destes projetos estão relacionados ao Parque Estadual de Ilhabela?	
	4.5 E quais estão vinculados a políticas públicas/programas de governo/outros?	
	4.6 Quais são as propostas que sua instituição tem para o desenvolvimento do município?	
	4.7 De que forma sua instituição pode ser parceira e ajudar o Parque e de que forma o Parque pode ser parceiro de sua instituição?	
	4.8 Você indica outra instituição, grupo ou pessoa que possamos contactar para obter maiores informações?	

### 5. Outras Questões

### 6. Sugestões/Comentários

### C) Roteiro Específico utilizado em entrevista semiestruturada com Associações.

Nome:	
Nome da Instituição/Grupo/Comunidade:	
Profissão:	Cargo/Função:
Há quanto tempo neste cargo:	Naturalidade:
Telefone(s):	E-mail:
Site:	Data:

1.1. Sabe o que é Plano de Manejo? Sim ( ) Não ( )	1.2. Sabia que está sendo realizado o Plano de Manejo do Parque Estadual de Ilhabela? Sim ( ) Não ( ) Como ficou sabendo?
O que você espera do Plano de Manejo?	
O que motivou a criação da associação de bairro?	
A associação possui reunião de moradores? Como é a participação dos moradores na associação? Quem participa?	
Qual a relação do seu bairro com o Parque Estadual? Há participação nas reuniões do Conselho	



Consultivo? O que motiva ou desmotiva esta participação?
Quais são as principais demandas da comunidade? Enumere as prioridades.
A associação possui alguma empresa/cooperativa que gere renda para a associação ou para os membros dela?
Existem dados da associação relativa aos moradores associados e ao bairro? Ex: quantidade de pessoas, escolas, igrejas...
Quais são as atividades desenvolvidas pela comunidade? Quais podem causar impactos positivos? Por que? Quais podem causar impactos negativos? Por que? Quais são as atividades econômicas que você considera sustentáveis?
Quais são os parceiros da associação e o que você destaca desta relação?
De que forma sua instituição pode ser parceira e ajudar o Parque e de que forma o Parque pode ser parceiro de sua instituição?
Outras questões/Observações
Você indica outra instituição, grupo ou pessoa que possamos contactar para obter maiores informações? Quem? Tem o contato (fone/email?)

### **Valorações e ponderações para os pilares da visão: conservação, visitação e comunidades com indícios de tradicionalidade**

- **1. Conservação**

Para identificar gradientes importantes para a conservação, foram selecionados aspectos do meio físico e biológico.

- Recursos Hídricos

As áreas de nascentes são fundamentais à conservação dos recursos naturais e seus serviços ambientais. Foram espacializadas as áreas de nascente utilizando-se o mapa da hidrografia do IBGE, não havendo campo para a aferição das mesmas. Foi feito um “buffer” de 50m dessas nascentes, classificando-os como peso 6 para a conservação. Este também foi o peso dado à faixa de 30 metros dos rios.

No que se refere a qualidade das águas, os pontos de monitoramento da CETESB com suas condições considerando o IQA em ótima, boa, regular e ruim, foram ponderados segundo a tabela abaixo. Para fins de espacialização foram considerados os trechos, com 30 metros de buffer, a montante do ponto de monitoramento com a condição da qualidade.

**Tabela 1. Valoração do dado qualidade das águas (IQA) para conservação**

<b>IQA</b>	<b>Peso do dado</b>
ótima	5
boa	4
regular	3
ruim	2

No que se refere balneabilidade, a valoração considerou que:

**Tabela 2. Valoração do dado balneabilidade das praias para conservação**

<b>IQA</b>	<b>Peso do dado</b>
boa	5
regular	3
ruim	2

- Declividade

A declividade é o tema que possui um alto valor para a conservação e proteção. O critério para a valoração deste tema foi o percentual de intervalos de declividade, considerando que o aumento da declividade está diretamente relacionado com o aumento da fragilidade aos processos erosivos. Declividades inferiores a 5% são áreas planas, que possuem grande fragilidade decorrente dos processos dinâmicos que aqui ocorrem. Já as declividades entre 5 e 15% se encontram em categorias de instabilidade, muito fracas e fracas; declividades entre 15 e 30% são áreas mais frágeis, pertencendo a categorias média e forte e, portanto, valorados com peso 3; já áreas com declividades superiores a 45 % são áreas extremamente

frágeis, uma vez que, ainda segundo o mesmo autor, encontram-se em categoria de instabilidade muito forte, sendo valorados com peso 5 (Tabela 3).

**Tabela 3. Valoração do dado do tema declividade para conservação**

Classes de Declividade (%)	Descrição de relevo	Descrição da fragilidade	Peso do dado
0-5	Plano ou quase plano	Forte	5
5-15	Suave ondulado	Fraca	2
15-30	Ondulado	Média	3
30-45	Muito ondulado	Forte	4
Superior a 45%	Forte ondulado	Muito forte	5

- Geomorfologia

Os tipos do relevo foram selecionados como indicador, pois quando associado aos dados de declividade, é possível uma compreensão da morfodinâmica que evidencia a suscetibilidade das áreas. Os critérios para valoração dos dados estão descritos na tabela 4.

**Tabela 4. Valoração do dado e do tema geomorfologia para conservação**

Compartimentos do relevo	Peso do dado
Montanhas	5
Afloramentos rochosos	5
Corpos de Tálus e Cones de Dejeção	4
Praias Arenosas	4
Planícies Flúvio-Marinhas	4
Morros	3
Colinas Médias	2

- Pedologia

Os tipos de solos foram selecionados como indicador, pois quando associado aos dados de declividade, tipos de relevo é possível uma compreensão da morfodinâmica que evidencia a suscetibilidade das áreas. Os critérios para valoração dos dados estão descritos na tabela 5.

**Tabela 5. Valoração do dado e do tema pedologia para conservação**

Tipos de solos	Peso do dado
PVA1, 2, PV (declive, textura binária, erosão)	4
CX1, RL1, RL2 (declive, raso, rochas e pedras, escorregamentos e quedas de blocos)	5
CX2 (rochas, pedras)	4
CX3, E (encharcamento, rochas)	5

- Vegetação

Por meio do diagnóstico do meio biótico foram identificados na área do PEIb os aspectos mais referentes à conservação da biodiversidade. Neste item serão abordados os aspectos associados especificamente à conservação da vegetação.

**Tabela 6. Valoração do dado e do tema vegetação para conservação**

CLASSES	PESO
Floresta Ombrofila Densa Alto-Montana (primaria)	4
Floresta Ombrofila Densa de Terras Baixas (primaria degradada)	3
Floresta Ombrofila Densa de Terras Baixas (primaria)	4
Floresta Ombrofila Densa Montana (primaria degradada)	3
Floresta Ombrofila Densa Montana (primaria)	4
Floresta Ombrofila Densa Submontana (primaria degradada)	3
Floresta Ombrofila Densa Submontana (primaria)	4
Formação pioneira com influencia marinha (costao rochoso)	5
Formação pioneira com influencia marinha (praias)	5
Refugio alto-montano	5
Refugio montano	5
Vegetação secundaria de Floresta Ombrofila Densa de Terras Baixas (capoeirão)	3
Vegetação secundaria de Floresta Ombrofila Densa de Terras Baixas (capoeirinha a capoeira)	2
Vegetação secundaria de Floresta Ombrofila Densa Montana (capoeirão)	3
Vegetação secundaria de Floresta Ombrofila Densa Montana (capoeirinha a capoeira)	2
Vegetação secundaria de Floresta Ombrofila Densa Submontana (capoeirao)	3
Vegetação secundaria de Floresta Ombrofila Densa Submontana (capoeirinha a capoeira)	2

- Fauna

Para cada grupo faunístico, as espécies encontradas por meio de dados primários e secundários que se encontravam nas listas de espécies ameaçadas de SP, IBAMA e IUCN ou eram endêmicas ou que se encontravam criticamente em perigo foram ponderadas com o valor 5. Já as espécies quase ameaçadas ou vulneráveis, foram valoradas com o peso 4.

Para cada grupo faunístico, estabeleceu-se um buffer, considerando a ordem de evolução e área de domínio. Para mastofauna, foram considerados 500m; para avifauna, 400m; répteis, 200m; anfíbios, 100m. No caso da ictiofauna, considerou-se o trecho do curso d'água de mesma ordem.

- **2. Impactos**

Os impactos aos objetivos da UC foram ponderados de -5 a -2, onde o valor -5 tem um impacto maior.

- Meio Físico

Os impactos mapeados pelo consultor de meio físico foram valorados com peso -5, consistem de erosões, movimentos de massa, quedas de blocos e área de empréstimo de material.

- Vegetação Uso e Ocupação

O mapa de vegetação, uso e ocupação foi valorado com os seguintes pesos:

**Tabela 7. Valoração do dado e do tema vegetação, uso e ocupação para conservação**

CLASSES	PESO
Área urbana	-5
Aglomerado de casas	-4
Campo antrópico	-4
Vegetacao secundaria de Floresta Ombrofila Densa de Terras Baixas (capoeirao)	-2
Vegetacao secundaria de Floresta Ombrofila Densa de Terras Baixas (capoeirinha a capoeira)	-3
Vegetacao secundaria de Floresta Ombrofila Densa Montana (capoeirao)	-2
Vegetacao secundaria de Floresta Ombrofila Densa Montana (capoeirinha a capoeira)	-3
Vegetacao secundaria de Floresta Ombrofila Densa Submontana (capoeirao)	-2
Vegetacao secundaria de Floresta Ombrofila Densa Submontana (capoeirinha a capoeira)	-3

- Fauna

Espécies problemas existentes e passíveis de espacialização foram valoradas com -5, utilizando-se as mesmas áreas buffer estabelecidas para a conservação.

- Meio Antrópico

Para mapear impactos de captação de água, lançamento, foram utilizados buffers de 50 m e valorados com o peso -5. Já a área da SABESP, por não oferecer o pagamento desse serviço ambiental à UC, foi valorado com o peso -3.

Boletins\_ocorrenciã - buffer 100m, valorados com -5

Todos os cursos d'água com aplicação de controle biológico pela Sucen foram ponderados com peso -4, que apesar de ser biodegradável, deve haver estudos sobre os impactos causados sobre a fauna.

- Trilhas e Atrativos

**Importância Para a Conservação** – objetivo de analisar a pressão que a visitação no conjunto trilhas e atrativos exerce na Unidade de Conservação. Por tratar-se de impactos negativos, a pontuação será feita com valores negativos.

- 1) **Conservação** – Avaliação dos elementos que podem causar, diretamente, impactos negativos aos recursos da unidade de conservação.

1.1) **Vulnerabilidade das Áreas** – Analisar os níveis de fragmentação da área natural protegida.

Pontos	Características
-3	O conjunto trilhas e atrativos que passa por zonas de elevada diversidade biológica, áreas com ecossistemas e espécies vulneráveis e/ou sensíveis
-2	O conjunto trilhas e atrativos isolados que não passam por zonas de elevada diversidade biológica, áreas com ecossistemas e espécies vulneráveis e/ou sensíveis, mas que podem permitir acesso a áreas vulneráveis.
-1	O conjunto trilhas e atrativos que passa em posição periférica à mata, com existência ou não de outras trilhas próximas, que não dão acesso a nenhuma zona especialmente vulnerável
0	O conjunto trilhas e atrativos que passa em posição periférica à mata, próximo a zonas urbanas, rurais, habitadas

1.2) **Característica das Trilhas** – Analisar a largura das trilhas. Quanto maior a largura, maiores são as probabilidades de alterações ao meio.

Pontos	Características
-3	Acima de 3,0 m de largura
-2	De 1,5 a 3,0 m de largura
-1	De 0,5 a 1,5 m de largura
0	Até 0,5 m de largura

1.3) **Distribuição do Uso ao Longo do Ano** – Avaliação em relação à concentração ou dispersão de visitação ao longo do ano.

Pontos	Características
-3	Pressão de visitação elevada durante o ano com aumento significativo em épocas do ano como verão, férias escolares e feriados
-2	Pressão de visitação contínua e moderada ao longo do ano com incremento em determinadas épocas do ano
-1	Visitação escassa ao longo do ano sem aumentos sazonais significativos
0	Visitação esporádica ou inexistente

1.4) **Impactos Sobre o Terreno** – Avaliação da quantidade de prováveis pontos com traçados inadequados que causam impactos sobre o terreno por descarga de sedimentos, problema de aumento de erosão, aumento da turbulência da água, traçado inadequado. Classificação é feita através da identificação de número de pontos com maiores propensões a problemas de erosão (traçado

em linha de queda d'água) em mapa com o traçado das trilhas e curvas de nível por quilômetro de trilha. Lembrando que no mapa, as trilhas devem ser diferenciadas das estradas para não confundir a análise.

Pontos	Características
-3	Mais de 2 pontos por Km
-2	De 1,1 a 2 pontos por Km
-1	De 0,1 a 1 ponto por Km
0	Nenhum ponto

1.5) **Atividades** – Avaliação através da descrição de diferentes atividades que são ou podem ser praticadas atualmente no conjunto trilhas e atrativos da Unidade.

Pontos	Características
-3	Atividades de alto impacto com uso de veículos motorizados, caça, pesca, extração vegetal / mineral, com elevada frequência; uso de aparelhos sonoros; em grupos grandes, superior a 30 pessoas sem monitor, e mais de 5 grupos numerosos por dia; esportes de aventura <sup>1</sup> de alto impacto
-2	Atividades de médio impacto como caminhadas com grupos monitorados médios a grandes (15 a 30 pessoas), atividades de aventura <sup>2</sup> , safári fotográfico <sup>3</sup> , atividades de lazer como piqueniques e banhos em cachoeira
-1	Atividades de baixo impacto como caminhada individual ou em grupos pequenos monitorados (até 15 pessoas), observação de fauna / flora
0	Estudos científicos e fiscalização, ambas seguindo regras de mínimo impacto

1.6) **Vandalismo** – Verificação da existência de vandalismo como um dos sinais de pressão aos recursos naturais da Unidade.

Pontos	Características
-3	Constante presença de pichações, inscrições em árvores e rochas, galhos quebrados, infraestrutura danificada
-2	Moderada presença de pichações, inscrições em árvores e rochas, galhos quebrados, infraestrutura danificada
-1	Eventual presença de pichações, inscrições em árvores e rochas, galhos quebrados, infraestrutura danificada
0	Rara ou nenhuma presença de pichações, inscrições em árvores e rochas, galhos quebrados, infraestrutura danificada

1.7) **Presença de Lixo** – Verificação da existência de lixo como um dos sinais de pressão aos recursos naturais da Unidade.

<sup>1</sup> Esportes de aventura – aqui foram consideradas as atividades de risco em áreas naturais, cujo objetivo principal são a emoção, riscos e competição, sendo a natureza apenas um pano de fundo (cenário), com consideráveis impactos negativos aos recursos naturais

<sup>2</sup> Atividades de aventura – aqui foram consideradas as atividades de risco em áreas naturais, que envolvam emoção, riscos controlados e desejo de contemplar a natureza por diferentes ângulos, com uso de técnicas e equipamentos específicos e a adoção de procedimentos para garantir a segurança pessoal e de terceiros e o respeito ao patrimônio ambiental e sociocultural, além de oferecerem pouco impacto negativo ao meio, como por exemplo, o *rapel* e o *rafting*.

<sup>3</sup> Safári fotográfico – prática esportiva na qual a caça fotográfica (substituição da arma pela máquina fotográfica) se mescla a qualidades artísticas e fotográficas com outras esportivas como capacidade de orientação, navegação pela área natural, conhecimento de natureza e trilhas. Os objetivos da caça são a fauna em geral. É uma atividade organizada, na qual os participantes recebem uma lista de objetivos de caça.

Pontos	Características
-3	Presença constante de lixo ao longo da trilha e em seus atrativos
-2	Moderada presença de lixo ao longo da trilha e em seus atrativos
-1	Eventual ou pouca presença de lixo ao longo da trilha e em seus atrativos
0	Rara ou nenhuma presença de lixo ao longo da trilha e em seus atrativos

2) **Gestão** – Itens relacionados à capacidade da Unidade em proteger seus recursos naturais em relação ao uso de visitação.

2.1) **Capacidade de Manutenção** – Relacionada à capacidade da unidade em manter a qualidade e bom estado dos recursos naturais que se pretende proteger.

Pontos	Características
-3	Nunca ou quase nunca existe recurso de qualquer tipo para promover a qualidade e bom estado da estrutura oferecida aos visitantes
-2	Os elementos para promover a qualidade e bom estado dos recursos naturais diante do uso de visitação, tais como recursos humanos, recursos financeiros, pessoal devidamente capacitado, equipamentos, monitoramento de impactos, são em geral deficitárias, ou os recursos existem temporariamente por originados de projetos pontuais
-1	Possui quase todos os elementos para promover a qualidade e bom estado dos recursos naturais diante do uso de visitação, tais como recursos humanos, recursos financeiros, pessoal devidamente capacitado, equipamentos, monitoramento de impactos, mas por vezes alguns dos itens são deficientes
0	Possui todos os elementos para promover a qualidade e bom estado dos recursos naturais diante do uso de visitação, tais como recursos humanos, recursos financeiros, pessoal devidamente capacitado, equipamentos, monitoramento de impactos, continuamente

2.2) **Capacidade de Fiscalização** – Relacionada à capacidade da Unidade de fiscalizar de forma a proteger os recursos naturais em relação às atividades de visitação.

Pontos	Características
-3	Sem ou quase sem recursos necessários para efetuar a fiscalização
-2	Existem poucos recursos para a fiscalização, sendo feito, quando possível apenas em pontos de maior prioridade
-1	Possui quase todos os elementos para fiscalização, mas por vezes alguns dos itens são deficientes
0	Plena capacidade de fiscalização, com recursos humanos em quantidade suficientes, devidamente capacitados e com equipamentos adequados

2.3) **Pesquisas Desenvolvidas Sobre a Unidade** – A existência de pesquisas desenvolvidas sobre a Unidade por fornecer subsídios para a sua gestão, assim, entende-se que quanto mais pesquisas existirem, melhor a chance de proteção dos recursos naturais.

Pontos	Características
--------	-----------------



-3	Nenhuma, ou a pesquisa que foi feita não chega para pessoal da gestão, ou não se realiza por dificuldades burocráticas e de segurança.
-2	Poucas pesquisas, descontínuas ou desconexas, mas que podem fornecer, direta ou indiretamente, subsídios para o manejo da Unidade
-1	Existência de algumas pesquisas, que fornecem ou podem fornecer subsídios, direta ou indiretamente, para o manejo da Unidade
0	Existência contínua de pesquisas, fornecendo, direta ou indiretamente, subsídios para o manejo da Unidade e a divulgação de seus valores

2.4) **Comunicação dos Valores da Unidade** – Capacidade da Unidade em transmitir os valores da Unidade para promover a melhor conservação da área.

Pontos	Características
-3	Nenhuma
-2	Rara existência de comunicação sobre os valores da Unidade através de sinalização, atividades monitoradas, materiais impressos, envolvimento com diversos atores sociais, mídia, entre outros
-1	Existência moderada de comunicação sobre os valores da Unidade através de sinalização, atividades monitoradas, materiais impressos, envolvimento com diversos atores sociais, mídia, entre outros
0	Existência contínua de comunicação sobre os valores da Unidade através de sinalização, atividades monitoradas, materiais impressos, envolvimento com diversos atores sociais, mídia, entre outros

2.5) **Existência de Atividades de Educação e Interpretação Ambiental** – Como forma de auxiliar na proteção dos recursos naturais da Unidade, através da informação e sensibilização dos visitantes.

Pontos	Características
-3	Inexistência de atividades de Educação e Interpretação Ambiental, ou estas não são feitas de forma adequada (grupos muito grandes, monitores mal preparados, entre outros)
-2	Existência esporádica de atividades de Educação e Interpretação Ambiental, em condições desconhecidas ou detectadas como inadequadas
-1	Existência de atividades de Educação e Interpretação Ambiental com certa regularidade e dentro de uma programação
0	Existência de atividades de Educação e Interpretação Ambiental constantes com regularidade, controle de qualidade e resultados (avaliação)

- **3. Comunidades Tradicionais**
- Declividade

As classes de declividades foram valoradas conforme as fragilidades, sendo que as áreas menos frágeis são mais adequadas a ocupação somente nas áreas identificadas como de uso dessas comunidades.

Classes de Declividade (%)	Descrição de relevo	Descrição da fragilidade	Peso do dado
0-5	Plano ou quase plano	Forte	2
5-15	Suave ondulado	Fraca	5

15-30	Ondulado	Média	4
30-45	Muito ondulado	Forte	3
Superior a 45%	Forte ondulado	Muito forte	2

Ao redor das moradias das comunidades tradicionais foi feito um buffer de 100m.

As áreas de uso das populações tradicionais foram ponderadas segundo a tabela abaixo:

<b>Classe</b>	<b>Peso do dado</b>
Área de antiga ocupação	4
Área de antigas roças e extração de sapé	5
Área de captação de água	5
Área de extrativismo esporádico	4
Área de extrativismo intensivo	5
Área de uso intensivo	5

Para as áreas de todos os cercos identificados foi feito buffer de 50m, e com peso 5.

- **4. Visitação, Educação Ambiental e Patrimônio Histórico-cultural**

- Patrimônio Histórico-cultural

Os patrimônios, com buffer de 400m, foram valorados considerando o estado de conserva o do mesmo, conforme tabela abaixo:

PATRIMONIO	ILHA	Grau_de_Co	Tipo_s�tio	P_CONSERV	P_VISIT	OCUP_ATUAL	TIPO_PATRI
Sítio Concheiro Vitória I	Ilha da Vitória	75,000000	Pre colonial	3	3	não há	Sítio arqueológico
Sítio Concheiro Vitória II	Ilha da Vitória	85,000000	Pre colonial Concheiro	5	4	não há	Sítio arqueológico
Ocorrência Arqueológica 01	Ilha da Vitória	0,000000					Ocorrência arqueológica
Ocorrência Arqueológica 2	Ilha da Vitória	0,000000					Ocorrência arqueológica
Sítio Concheiro Vitória III	Ilha dos Pescadores	75,000000	Pre colonial e historico	5	5	há uma casa sobre parte do sítio. Ocupante desconhecido	Sítio arqueológico
Sítio Concheiro Vitória IV	Ilha dos Pescadores	85,000000	Pre colonial	5	5	não há. Mas utilizado para roça.	Sítio arqueológico
Sítio Concheiro Vitória V	Ilha dos Pescadores	95,000000	Pre colonial	5	5	não há. Mas utilizado para roça.	Sítio arqueológico
Sítio Concheiro Búzios I	Ilha dos Búzios	50,000000	Pre colonial	3	2	sim, vários, além de caminho.	Sítio arqueológico
Sítio Concheiro Búzios II	Ilha dos Búzios	95,000000	Pre colonial	5	3	não há	Sítio arqueológico
Sítio Concheiro Búzios III	Ilha dos Búzios	85,000000	Pre colonial	5	5	não há	Sítio arqueológico
Sítio Abrigo Búzios I	Ilha dos Búzios	95,000000	Pre colonial	4	2	não há	Sítio arqueológico
Sítio Abrigo Búzios II	Ilha dos Búzios	95,000000	Pre colonial	4	2	não há	Sítio arqueológico
Sítio Fazenda Búzios I (SP-IB-40)	Ilha dos Búzios	75,000000	Historico	3	2	não há. Mas a área � ocupada para roça de mandioca e banana	Sítio arqueológico
Sítio Fazenda Búzios II (SP-IB-68)	Ilha dos Búzios	50,000000	Historico	2	2	vários. �rea com casas.	Sítio arqueológico
Sítio Pitangueiras	Ilha dos Búzios	50,000000	Historico	3	3	não há	Sítio arqueológico
Ocorrência Arqueológica 01 - Pitangueiras	Ilha dos Búzios	0,000000					Ocorrência arqueológica
Ocorrência Arqueológica 02 -	Ilha dos Búzios	0,000000					Ocorrência

PATRIMONIO				ILHA	Grau_de_Co	Tipo_sítio	P_CONSERV	P_VISIT	OCUP_ATUAL	TIPO_PATRI
Pitangueiras										arqueológica
Ocorrência	Arqueológica	03	-	Ilha dos Búzios	0,000000					Ocorrência arqueológica
Pitangueiras										arqueológica
Ocorrência	Arqueológica	04	-	Ilha dos Búzios	0,000000					Ocorrência arqueológica
Pitangueiras										arqueológica
Ocorrência Arqueológica 05 - Costeira				Ilha dos Búzios	0,000000					Ocorrência arqueológica
Ocorrência Arqueológica 06 - Costeira				Ilha dos Búzios	0,000000					Ocorrência arqueológica
Sítio Fazenda dos Borges				Ilha de São Sebastião	75,000000	Historico	3	4	não há	Sítio arqueológico
Sítio Baepi I				Ilha de São Sebastião	0,000000	Historico	2	4	não há	Sítio arqueológico
Sítio Toca do Winny				Ilha de São Sebastião	0,000000	Historico	3	5	não há	Sítio arqueológico
Sítio Engenho Figueira				Ilha de São Sebastião	0,000000	Historico	3	3	não há	Sítio arqueológico

- Mergulho

Todos os pontos de mergulho identificados no roteiro de mergulho foi ponderado com o peso 5.

- Atrativos e Trilhas

**Importância Para a Visitação** – Objetivo de analisar a pressão de visitação existente no conjunto trilhas e atrativos da Unidade.

- 1) **Hierarquização de Atrativos** – Verificar as características que possam fazer com que o visitante desperte interesse.

- 1.1) **Atratividade** – Relacionada a características peculiares e o interesse que pode despertar nos visitantes.

Pontos	Características
3	Todo conjunto trilhas e atrativos de excepcional e de grande interesse, com significação para o mercado turístico internacional, capaz de, por si só, motivar importantes correntes de visitantes, atuais e potenciais
2	Conjunto trilhas e atrativos com aspectos excepcionais em um país, capaz de motivar uma corrente atual ou potencial de visitantes deste país ou estrangeiros, em conjunto com outros atrativos próximos a este
1	Conjunto trilhas e atrativos com algum aspecto expressivo, capaz de interessar visitantes oriundos de lugares no próprio país que tenham chegado à área por outras motivações turísticas, ou capaz de motivar fluxos turísticos regionais e locais (atuais e potenciais)
0	Conjunto de trilhas e atrativos sem méritos suficientes, mas que formam parte do patrimônio turístico como elementos que podem complementar outros de maior hierarquia. Podem motivar correntes turísticas locais, em particular a demanda de recreação popular

- 1.2) **Atrativos Naturais**

Pontos	Características
3	Existência de ampla variedade de atrativos naturais como cachoeiras, rios, poços, lagos, mirantes naturais, diversidade de paisagens e ambientes, vegetações marcantes, etc.
2	Existência de moderada variedade de atrativos naturais como cachoeiras, rios, poços, lagos, mirantes naturais, diversidade de paisagens e ambientes, vegetações marcantes, etc.
1	Existência de pouca variedade de atrativos naturais como cachoeiras, rios, poços, lagos, mirantes naturais, diversidade de paisagens e ambientes, vegetações marcantes, etc.
0	Nenhum

- 1.3) **Atrativos Histórico-culturais**

Pontos	Características
3	Existência de ampla variedade de atrativos histórico-culturais como sítios arqueológicos, igrejas, ruínas, etc. e sua singularidade
2	Existência de moderada variedade de atrativos histórico-culturais como sítios

	arqueológicos, igrejas, ruínas, etc. e sua singularidade
1	Existência de pouca variedade de atrativos histórico-culturais como sítios arqueológicos, igrejas, ruínas, etc. e sua singularidade
0	Nenhum

- 1.4) **Grau de Uso Atual** – Volume de visitantes efetivos no conjunto trilhas e atrativos

Pontos	Características
3	Grande fluxo o ano todo
2	Grande fluxo em determinados períodos do ano
1	Médio fluxo ao longo do ano
0	Pouco ou nenhum fluxo ao longo do ano

- 1.5) **Singularidade** – Fundamenta-se na singularidade ou raridade do conjunto trilhas e atrativos. Quanto mais se assemelhar a outros, menos interessante ou prioritário.

Pontos	Características
3	Elementos singulares e/ou raros, dificilmente encontrado em outras localidades
2	Elementos singulares e/ou raros, encontrado em algumas outras localidades
1	Elementos bastante comuns, que podem ser encontrados com muita facilidade em outras localidades.
0	Elementos bastante comuns, que podem ser encontrados com muita facilidade em outras localidades e comuns também dentro da própria Unidade

- 1.6) **Apoio Local e Comunitário** – A partir da opinião de líderes comunitários e de instituições, analisar o grau de interesse da comunidade local e ONGs para o desenvolvimento e disponibilidade ao público

Pontos	Características
3	Apoiado por grande parte da comunidade e ONGs
2	Apoio razoável da comunidade e ONGs
1	Apoiado por uma pequena parte da comunidade e ONGs
0	Nenhum ou oposição de alguns setores sociais

- 1.7) **Estado da Conservação da Paisagem Circundante** – Verificar através da observação in loco o estado de conservação da paisagem no entorno do conjunto trilhas e atrativos. São avaliações visuais gerais, sem intenção de entrar em detalhes, por exemplo, da composição de espécies e estágio sucessional.

Pontos	Características
3	Ótimo estado de conservação
2	Bom estado de conservação
1	Estado de conservação regular
0	Péssimo estado de conservação

- 1.8) **Infraestrutura** – Verificar in loco se existe infraestrutura disponível no conjunto trilhas e atrativos e o estado desta.

Pontos	Características
3	Existente e em ótimas condições
2	Existente, mas necessitando de intervenções / melhorias
1	Existente, porém em estado precário
0	Inexistente

- 1.9) **Acesso** – Verificar as vias de acesso existentes e as condições destas.

1.9.1) **Acesso Até o Início das Trilhas**

Pontos	Características
3	Em ótimas condições
2	Necessitando de intervenções e melhorias
1	Em estado precário
0	Inexistente

1.9.2) **Trilhas em Si**

Pontos	Características
3	Em ótimas condições
2	Necessitando de intervenções e melhorias
1	Em estado precário
0	Inexistente

- 1.10) **Público** – Perfil atual dos visitantes do conjunto trilhas e atrativos.

1.10.1) **Origem**

Pontos	Características
3	Visitantes até nível internacional
2	Visitantes até nível nacional
1	Visitantes até nível regional
0	Não recebem visitantes

1.10.2) **Tipo**

Pontos	Características
3	Público geral, incluindo portadores de necessidades especiais, grupos e escolares, excursões
2	Público geral, incluindo grupos de amigos e familiares, mas não chegando a tamanho de grupos de estudantes ou excursões
1	Específico e em pequeno número: Pessoas fisicamente bem preparadas, observadores de fauna, fotógrafos de fauna e flora
0	Nenhum ou restrito (fiscalização, pesquisa, monitoramento)

- 2) **Gestão** – Itens relacionados à capacidade da Unidade em executar a gestão adequada da visitação no conjunto trilhas e atrativos.

- 2.1) **Capacidade de Manutenção** – Relacionada à capacidade da unidade em manter a qualidade e bom estado das estruturas oferecidas aos visitantes

Pontos	Características
3	Possui todos os elementos para promover a qualidade e bom estado da estrutura oferecida aos visitantes, tais como recursos humanos, recursos financeiros, pessoal devidamente capacitado, equipamentos, continuamente.
2	Possui quase todos os elementos para promover a qualidade e bom estado da estrutura oferecida aos visitantes, tais como recursos humanos, recursos financeiros, pessoal devidamente capacitado, equipamentos, mas por vezes alguns dos itens são deficientes.
1	Os elementos para promover a qualidade e bom estado da estrutura aos visitantes, tais como recursos humanos, recursos financeiros, pessoal devidamente capacitado, equipamentos, são em geral deficitárias, ou os recursos existem temporariamente por originados de projetos pontuais.
0	Nunca ou quase nunca existe recurso de qualquer tipo para promover a qualidade e bom estado da estrutura oferecida aos visitantes.

- 2.2) **Capacidade de Fiscalização** – Relaciona à capacidade da unidade em fiscalizar os visitantes e seus atos no conjunto trilhas e atrativos.

Pontos	Características
3	Plena capacidade de fiscalização, com recursos humanos em quantidade suficientes, devidamente capacitados e com equipamentos adequados
2	Possui quase todos os elementos para fiscalização, mas por vezes alguns dos itens são deficientes
1	Existem poucos recursos para a fiscalização, sendo feito, quando possível apenas em pontos de maior prioridade
0	Sem ou quase sem recursos necessários para efetuar a fiscalização

- 2.3) **Segurança aos Visitantes** – Relacionado ao nível de segurança aos visitantes.

#### 2.3.1) Decorrentes de Comportamentos Humanos

Pontos	Características
3	Existe grande sensação de segurança pelo visitante em relação a riscos decorrentes de comportamentos humanos como assalto, furto, agressão, entre outros. Nenhum ou raros são os registros de ocorrências no conjunto trilhas e atrativos
2	Existe média sensação de segurança pelo visitante em relação a riscos decorrentes de comportamentos humanos como assalto, furto, agressão, entre outros. Ocorrem esporadicamente registros de ocorrências no conjunto trilhas e atrativos
1	Existe baixa sensação de segurança pelo visitante em relação a riscos decorrentes de comportamentos humanos como assalto, furto, agressão, entre outros. Ocorrem moderados registros de ocorrências no conjunto trilhas e atrativos
0	Não existe sensação de segurança pelo visitante em relação a riscos decorrentes de comportamentos humanos como assalto, furto, agressão, entre outros. Existem constantes registros de ocorrências no conjunto trilhas e atrativos

- 2.3.2) **Decorrentes do Meio Físico** – Da lista abaixo verificar quantos os fatores abaixo (ABNT, 2008) se aplicam ao conjunto trilhas e atrativos:

- a) Exposição a desprendimentos espontâneos de pedras durante o percurso;



- b) Exposição a desprendimentos de pedras provocados pelo próprio grupo ou outro durante o percurso;
- c) Eventualidade de queda no vazio ou por um declive acentuado;
- d) Existência de passagens onde seja necessário o uso das mãos para progredir no percurso;
- e) Exposição a trechos permanentemente escorregadios, pedregosos ou alagados durante o percurso;
- f) Exposição a trechos escorregadios ou alagados devido às chuvas durante o percurso;
- g) Travessia de rios ou outros corpos d'água com correnteza, a vau (sem ponte);
- h) Alta probabilidade de chuvas intensas ou contínuas para o período;
- i) Alta probabilidade de que pela noite a temperatura caia abaixo de 0°C;
- j) Alta probabilidade de que a temperatura caia abaixo de 5° C e a umidade relativa do ar supere os 90%;
- k) Alta probabilidade de exposição a ventos fortes ou frios;
- l) Alta probabilidade de que a umidade relativa do ar seja inferior aos 30%;
- m) Alta probabilidade de exposição ao calor em temperatura acima de 32° C;
- n) Longos trechos de exposição ao sol forte;
- o) Tempo de realização da atividade igual ou superior a 1 hora de marcha sem passar por um lugar habitado, um telefone de socorro (ou sinal de celular ou radiocomunicador) ou uma estrada aberta com fluxo de veículos;
- p) Tempo de realização da atividade igual ou superior a 3 horas de marcha sem passar por um lugar habitado, um telefone de socorro (ou sinal de celular ou radiocomunicador) ou uma estrada aberta com fluxo de veículos;
- q) A diferença entre o tempo necessário para completar o percurso e a quantidade de horas restantes de luz natural no fim do dia (disponível na época do ano considerada) é menor que 3 horas;
- r) Eventual diminuição da visibilidade por fenômenos atmosféricos que possa aumentar consideravelmente a dificuldade de orientação ou a localização de pessoas em algum trecho do percurso;
- s) Trajeto por vegetação densa ou por terreno irregular que possa dificultar a orientação ou a localização de pessoas em algum trecho do percurso;
- t) Região ou trechos sem acesso à água potável.

Pontos	Características
3	Até 4 fatores
2	De 5 a 8 fatores
1	De 9 a 12 fatores
0	Acima de 13 fatores

Anexo 19. Informações referentes às séries históricas das estações pluviométricas localizadas nos municípios de Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba

**Informações referentes às séries históricas das estações pluviométricas localizadas nos municípios de Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba**

<b>Município</b>	<b>Estação</b>	<b>Nome</b>	<b>Série histórica</b>	<b>Dados consistidos</b>
Ilhabela	E2 012	Ilhabela	04/1942 a 06/2004	01/1958 a 12/1992
Ilhabela	E2 050	Usina da Água Branca	12/1957 a 08/1975	01/1973 a 12/1974
Ilhabela	E2 142	Burrifas	09/1975 a 05/1998	01/1976 a 12/1992
Ubatuba	E1 003	Ponta da Trindade	10/1944 a 07/1974	01/1958 a 12/1968
Ubatuba	E1 004	Picinguaba	10/1944 a 05/2000	01/1958 a 12/1970 e 01/1978 a 12/1991
Ubatuba	E2 003	Ubatuba (Estação Exp. Frutas)	10/1936 a 12/1969	nenhum
Ubatuba	E2 009	Mato Dentro	05/1956 a 09/2004	01/1958 a 12/1991
Ubatuba	E2 052	Ubatuba	08/1945 a 06/2000	01/1958 a 12/1991
Ubatuba	E2 122	Maranduba	03/1970 a 05/2001	03/1970 a 12/1991
São Sebastião	E2 124	Maresias	02/1970 a 12/1999	01/1971 a 12/1992
São Sebastião	E2 045	São Francisco	03/1943 a 09/2004	01/1958 a 12/1992

Anexo 20. Vazões mínimas calculadas para as sub-bacias

**Vazões mínimas calculadas para as sub-bacias baseando-se na média de sete dias consecutivos e um período de retorno de dez anos (método desenvolvido pelo DAEE)**

<b>Sub-bacia 1</b>	<b>Q<sub>7,10</sub> (m<sup>3</sup>.s<sup>-1</sup>)</b>	<b>Sub-bacia 2</b>	<b>Q<sub>7,10</sub> (m<sup>3</sup>.s<sup>-1</sup>)</b>
P média anual (SIGRHI) = 1.577 mm	0.057	P média anual (SIGRHI) = 1.558 mm	0.066
P média anual = 1.505 mm	0.05	P média anual = 1.505 mm	0.06
<b>Sub-bacia 3</b>	<b>Q<sub>7,10</sub> (m<sup>3</sup>.s<sup>-1</sup>)</b>	<b>Sub-bacia 4</b>	<b>Q<sub>7,10</sub> (m<sup>3</sup>.s<sup>-1</sup>)</b>
P média anual (SIGRHI) = 1.729 mm	0.056	P média anual (SIGRHI) = 1.541 mm	0.087
P média anual = 1.505 mm	0.04	P média anual = 1.505 mm	0.082
<b>Sub-bacia 5</b>	<b>Q<sub>7,10</sub> (m<sup>3</sup>.s<sup>-1</sup>)</b>	<b>Sub-bacia 6</b>	<b>Q<sub>7,10</sub> (m<sup>3</sup>.s<sup>-1</sup>)</b>
P média anual (SIGRHI) = 1.536 mm	0.049	P média anual (SIGRHI) = 1.497 mm	0.013
P média anual = 1.505 mm	0.046	P média anual = 1.505 mm	0.013
<b>Sub-bacia 7</b>	<b>Q<sub>7,10</sub> (m<sup>3</sup>.s<sup>-1</sup>)</b>	<b>Sub-bacia 8</b>	<b>Q<sub>7,10</sub> (m<sup>3</sup>.s<sup>-1</sup>)</b>
P média anual (SIGRHI) = 1.568 mm	0.015	P média anual (SIGRHI) = 1.582 mm	0.091
P média anual = 1.505 mm	0.013	P média anual = 1.505 mm	0.08
<b>Sub-bacia 9</b>	<b>Q<sub>7,10</sub> (m<sup>3</sup>.s<sup>-1</sup>)</b>	<b>Sub-bacia 10</b>	<b>Q<sub>7,10</sub> (m<sup>3</sup>.s<sup>-1</sup>)</b>
P média anual (SIGRHI) = 1.575 mm	0.035	P média anual (SIGRHI) = 1.568 mm	0.038
P média anual = 1.505 mm	0.031	P média anual = 1.505 mm	0.034
<b>Sub-bacia 11</b>	<b>Q<sub>7,10</sub> (m<sup>3</sup>.s<sup>-1</sup>)</b>	<b>Sub-bacia 12</b>	<b>Q<sub>7,10</sub> (m<sup>3</sup>.s<sup>-1</sup>)</b>
P média anual (SIGRHI) = 1.644 mm	0.14	P média anual (SIGRHI) = 1.644 mm	0.058
P média anual = 1.505 mm	0.113	P média anual = 1.505 mm	0.047
<b>Sub-bacia 13</b>	<b>Q<sub>7,10</sub> (m<sup>3</sup>.s<sup>-1</sup>)</b>	<b>Sub-bacia 14</b>	<b>Q<sub>7,10</sub> (m<sup>3</sup>.s<sup>-1</sup>)</b>
P média anual (SIGRHI) = 1.687 mm	0.03	P média anual (SIGRHI) = 1.768 mm	0.032
P média anual = 1.505 mm	0.022	P média anual = 1.505 mm	0.022
<b>Sub-bacia 15</b>	<b>Q<sub>7,10</sub> (m<sup>3</sup>.s<sup>-1</sup>)</b>	<b>Sub-bacia 16</b>	<b>Q<sub>7,10</sub> (m<sup>3</sup>.s<sup>-1</sup>)</b>
P média anual (SIGRHI) = 1.773 mm	0.03	P média anual (SIGRHI) = 1.755 mm	0.012
P média anual = 1.505 mm	0.02	P média anual = 1.505 mm	0.008
<b>Sub-bacia 17</b>	<b>Q<sub>7,10</sub> (m<sup>3</sup>.s<sup>-1</sup>)</b>	<b>Sub-bacia 17a</b>	<b>Q<sub>7,10</sub> (m<sup>3</sup>.s<sup>-1</sup>)</b>
P média anual (SIGRHI) = 1.735 mm	0.058	P média anual (SIGRHI) = 1.577 mm	0.132
P média anual = 1.505 mm	0.041	P média anual = 1.505 mm	0.094
<b>Sub-bacia 17b</b>	<b>Q<sub>7,10</sub> (m<sup>3</sup>.s<sup>-1</sup>)</b>		
P média anual (SIGRHI) = 1.676 mm	0.049		
P média anual = 1.487 mm	0.038		

Anexo 21. Informações relacionadas aos pontos outorgados junto ao DAEE no município de Ilhabela para captação de água superficial e subterrânea

**Informações relacionadas aos pontos outorgados junto ao DAEE no município de Ilhabela para captação de água superficial e subterrânea**

	Uso	Usuário	Situação administrativa	Vazão m3.h-1	Hora/Dia	Dia/Mês	Mês/Ano	Distância Foz (Km)	Nome do Rio/Aquífero
1	Captação em nascente	Solalti	Cadastrado	1.00	24	30	0	2.50	Córrego da Bicuiba
2	Captação subterrânea	Uso urbano	Lic. Perfuração	0.50	3	0	0	0.00	Cristalino
3	Captação subterrânea	Solalti	Lic. Perfuração	2.00	3	0	0	0.00	Cristalino
4	Captação subterrânea	Solalti	Lic. Perfuração	2.00	2	0	0	0.00	Cristalino
5	Captação subterrânea	Uso urbano	Lic. Perf. e Impl.	1.00	6	0	0	0.00	Cristalino
6	Captação subterrânea	Uso urbano	Lic. Perf. e Impl.	1.00	4	0	0	0.00	Cristalino
7	Captação subterrânea	Uso urbano	Portaria	2.66	3	0	0	0.00	Cristalino
8	Captação superficial	Uso urbano	Cadastrado	0.05	24	30	0	0.00	Oceano Atlântico
9	Captação superficial	Uso urbano	Cadastrado	1.00	1	0	0	0.58	Córrego da Flecha
10	Captação superficial	Solalti	Cadastrado	3.50	1	0	0	0.85	Rio Ariro (Rib. João Rodrigues)
11	Captação superficial	Solalti	Impl. Autorizada	0.50	20	30	0	0.10	Oceano Atlântico
12	Captação superficial	Público	Impl. Autorizada	1.00	20	30	0	0.65	Córrego da Praia mansa
13	Captação superficial (AP)	Público	Impl. Autorizada	266.00	24	30	0	1.20	Ribeirão São Sebastião
14	Captação superficial	Público	Impl. Autorizada	69.00	24	0	0	1.80	Córrego das Tocas (Rib. Água Branca)
15	Captação superficial (AP)	Público	Impl. Autorizada	7.21	24	30	0	0.90	Rib. do Bonete (Cor. do Figueirinha)
16	Captação superficial (AP)	Público	Impl. Autorizada	86.40	24	30	0	2.70	Córrego do Cego
17	Captação superficial	Uso rural	Portaria	0.25	24	30	0	1.00	Córrego da Flecha
18	Captação superficial	Uso rural	Portaria	0.45	24	30	0	1.90	Córrego da Cachoeira
19	Captação superficial	Outros	Portaria	1.00	24	30	0	0.65	Córrego da Flecha
20	Captação superficial (AP)	Público	Portaria	1.20	24	30	0	0.17	Córrego do Cego
21	Captação superficial	Solalti	Portaria	1.33	24	30	0	0.25	Oceano Atlântico
22	Captação superficial	Aquicultor	Portaria	10.00	6	0	0	1.15	Cór. da Paquera (Rib. Água Branca)
23	Captação superficial	Uso rural	Portaria	2.50	24	30	0	0.95	Oceano Atlântico
24	Captação superficial	Industrial	Portaria	288.00	24	30	0	1.85	Córrego das Tocas

	<b>Uso</b>	<b>Usuário</b>	<b>Situação administrativa</b>	<b>Vazão m3.h-1</b>	<b>Hora/Dia</b>	<b>Dia/Mês</b>	<b>Mês/Ano</b>	<b>Distância Foz (Km)</b>	<b>Nome do Rio/Aquífero</b>
25	Captação superficial	Loteador	Portaria	3.84	24	30	0	1.65	Córrego da Cachoeira
26	Captação superficial	Uso rural	Portaria	5.00	24	30	0	0.80	Oceano Atlântico
27	Captação superficial	Uso rural	Portaria	5.70	24	30	0	0.45	Oceano Atlântico
28	Captação superficial	Termoelétrica	Req. Indeferido	22.68	24	30	0	1.70	Oceano Atlântico
29	Captação superficial	Público		22.00	24	0	0	0.50	Oceano Atlântico
30	Captação superficial	Público		29.00	24	0	0	1.00	Oceano Atlântico
31	Captação superficial	Público		90.00	24	0	0	1.00	Córrego do Cego

Fonte: DAEE (2010)

Anexo 22. Informações relacionadas aos pontos outorgados junto ao DAEE no município de Ilhabela para lançamento superficial

**Informações relacionadas aos pontos outorgados junto ao DAEE no município de Ilhabela para lançamento superficial**

	<b>Uso</b>	<b>Usuário</b>	<b>Situação administrativa</b>	<b>Vazão m3.h-1</b>	<b>Hora/Dia</b>	<b>Dia/Mês</b>	<b>Mês/Ano</b>	<b>Distância Foz (Km)</b>	<b>Nome do Rio</b>
32	Lançamento superficial	Solalti	Cadastrado	3.50	1	0	0	0.60	Rio Ariro (Rib. João Rodrigues)
33	Lançamento superficial	Solalti	Impl. Autorizada	0.50	24	30	0	0.07	Oceano Atlântico
34	Lançamento superficial	Público	Impl. Autorizada	1.40	24	30	0	0.20	Oceano Atlântico
35	Lançamento superficial	Aquicultor	Portaria	10.00	6	0	0	1.10	Cór. da Paquera (Rib. Água Branca)
36	Lançamento superficial	Público	Portaria	2.30	24	30	0	0.80	Córrego das Tocas
37	Lançamento superficial	Industrial	Portaria	288.00	24	30	0	1.53	Córrego das Tocas
38	Lançamento superficial	Público	Portaria	3.60	24	30	0	0.06	Oceano Atlântico
39	Lançamento superficial	Solalti	Portaria	30.00	6	30	0	0.15	Oceano Atlântico
40	Lançamento superficial	Público		15.00	0	0	0	0.00	Oceano Atlântico

Anexo 23. Exemplo de captações irregulares dentro e fora do PEIB



Fotos: Casa da Floresta/Carolina R. Fontana (08/07/2010)

**Exemplo de captações irregulares dentro e fora do PEIB. (A) Captações próximas à Cachoeira do Veloso; (B) Entrada da Cachoeira da Pancada d'Água; (C) Captação na Cachoeira da Pancada d'Água; (D) Captações próximas à Cachoeira do Gato**



Anexo 24. Informações relacionadas ao uso dos recursos hídricos pelas comunidades tradicionais caiçaras

**Informações relacionadas ao uso dos recursos hídricos pelas comunidades tradicionais caiçaras**

Comunidade Tradicional	Sistema de Captação e Distribuição	Principais Problemas
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ilha de Vitória</li> <li>• 45 habitantes</li> <li>• 16 casas caiçaras</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A água da “Lagoa” é destinada apenas para lavar a louça e roupa. Outras duas minas (do Sr. Ramiro e do Sr. Zé) garantem água para consumo direto;</li> <li>• A água é armazenada em caixas d’água e transportada manualmente para as casas por meio de galões;</li> <li>• As 11 casas que não possuem mangueiras (água encanada) armazenam água em tambores.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de banheiros em 15 casas;</li> <li>• Ausência de água encanada em 11 casas;</li> <li>• Presença de grande maciço de bambu (<i>Phyllostachys aurea</i>) na área da “Lagoa”;</li> <li>• Agravantes: mangueiras sem torneiras, uso excessivo, descontrole no abastecimento de caixas d’água; gerador consome cerca de 2.500 litros por noite.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ilha de Búzios - Guanxumas</li> <li>• 75 habitantes</li> <li>• 24 casas caiçaras (3 fechadas e 1 em construção) e 2 casas de turistas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cachoeira da Guanxumas - segundo maior sistema de armazenamento;</li> <li>• Cachoeira da escola - seca em períodos de estiagem;</li> <li>• Mina da Ruth - em épocas de estiagem a água não é suficiente para encher a única caixa d’água que é abastecida por ela;</li> <li>• Cachoeira da Ponta - no período de estiagem falta água para abastecer a comunidade;</li> <li>• Cachoeira da Costeira – a água é distribuída por mangueiras; apenas uma residência apresenta caixa d’água, as demais armazenam em tambores, sendo comum o desperdício por meio de mangueiras sem torneiras;</li> <li>• Cachoeira de Mãe Joana – apresenta três cursos d’água capazes de abastecer os moradores.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 17 casas apresentam banheiros, sendo que 9 lançam diretamente os efluentes em valas, 7 utilizam fossas negras e apenas 1 utiliza fossa séptica;</li> <li>• A água da pia e dos tanques percorre canos e valas abertas.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ilha de Búzios - Porto do Meio</li> <li>• 96 habitantes</li> <li>• 36 casas caiçaras (1 em construção, 1 abandonada e 1 em ruínas) e 2 casas de turistas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cachoeira da Costeira – existem três pontos de captação, sendo um na nascente (poço construído), outro abaixo da nascente (aproveitando o excedente do poço) e um ponto localizado na nascente de um efluente dessa cachoeira;</li> <li>• Poço do Zé e poço do André – a vazão nestes dois pontos é pequena, chegando a faltar água;</li> <li>• Cachoeira do Pedro – apresenta dois pontos de captação, sendo um na nascente e outro em um poço;</li> <li>• Cachoeira do Vicente – apresenta um ponto de captação na nascente e outro abaixo da nascente;</li> <li>• Cachoeira da Escola – existe um ponto de captação a oeste e outra a leste;</li> <li>• Poço do Cais – poço com baixa vazão.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 23 casas apresentam banheiros, sendo 3 com fossa séptica, 5 com valas que adentram a mata e 15 que escoam diretamente por grotas;</li> <li>• Presença de um sistema semi-estruturado de escoamento de efluentes, organizado pelos moradores, porém com alguns problemas estruturais como canos vazando e esgoto sendo lançado diretamente para a costeira;</li> <li>• Há diferentes conflitos pelo uso da água nos pontos de captação a, c, d, e e.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ilha de Búzios - Pitangueiras</li> <li>• 13 habitantes</li> <li>• 4 casas (1 fechada)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O abastecimento das moradias é feito por uma única cachoeira que deságua a nordeste da vila caiçara - os moradores relatam a existência de pouca água.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existe banheiro em todas as casas com sistema de fossa negra;</li> <li>• O esgoto é lançado diretamente em uma vala que atravessa a lateral das casas, comportando-se como um curso d’água intermitente com esgoto a céu aberto.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sombrio</li> <li>• 21 habitantes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Três pontos de captação de água são responsáveis pelo abastecimento da</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de banheiro em 2 casas;</li> <li>• 5 casas apresentam banheiros com</li> </ul>

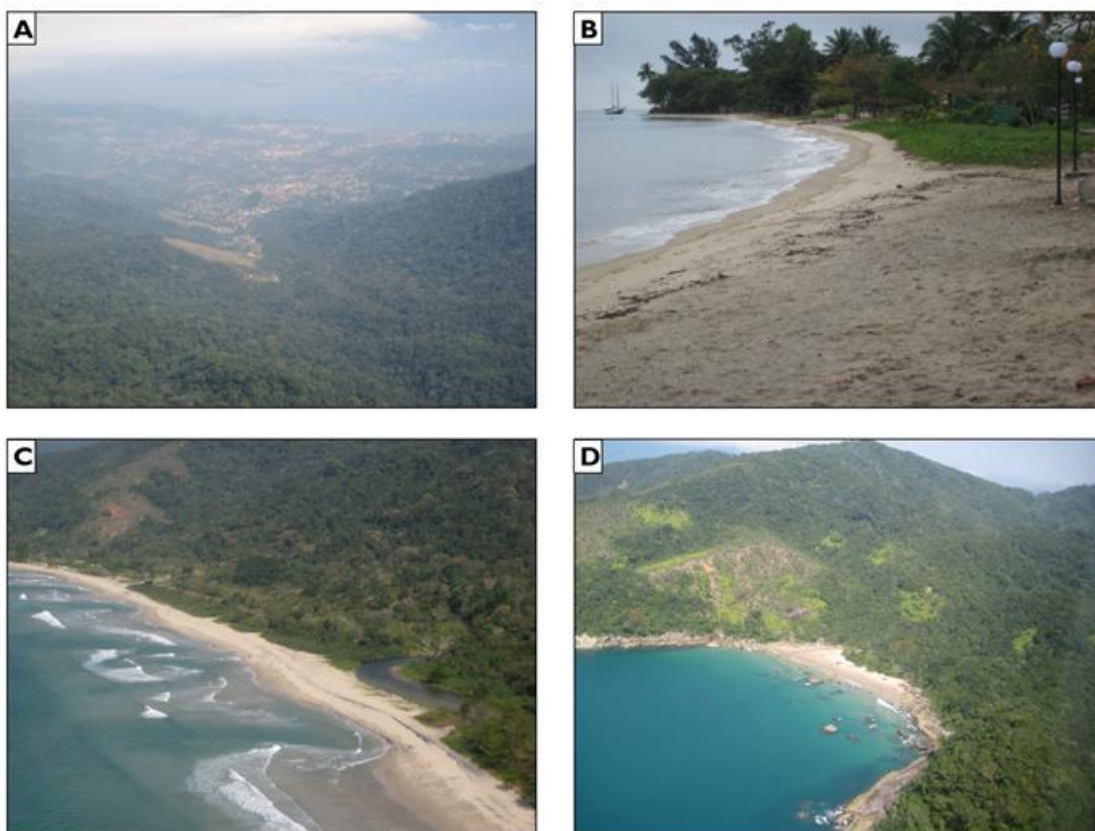


Comunidade Tradicional	Sistema de Captação e Distribuição	Principais Problemas
<ul style="list-style-type: none"> <li>• 9 casas caiçaras (2 em construção) e 6 casas de turistas</li> </ul>	<p>comunidade: nascente do Buraco, Buraco e Fonte Principal;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Em períodos de estiagem a água da Fonte Principal, a qual abastece a maioria das casas, diminui consideravelmente</li> </ul>	<p>estrutura de fossa séptica;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os moradores correlacionam a voçoroca (Buraco da Saúva) com o secamento da nascente e a diminuição da vazão do curso d'água que os abastece;</li> <li>• Outras nascentes e cursos d'água se encontram em situação de degradação, principalmente em função da ausência e/ou desequilíbrio da vegetação na cabeceira de drenagem.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Praia da Figueira</li> <li>• 21 habitantes</li> <li>• 7 casas caiçaras (1 abandonada e 1 em construção) e 1 casa de turista (fechada)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O abastecimento da população é feito pela Cachoeira da Galhetas, Cachoeira da Figueira e Cachoeira do Canto.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de banheiro em 2 casas;</li> <li>• 4 casas apresentam banheiros, sendo 3 com fossa séptica e 1 escoar os efluentes para grotas</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Praia Mansa</li> <li>• 21 habitantes</li> <li>• 9 casas (uma em construção)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunidade contemplada pelo projeto "Bela Ilha" - a água que abastece as casas é captada da Cachoeira da Praia Mansa, a 600 metros acima das casas, é armazenada em duas caixas d'água de 5000 litros e tratada por meio de um sistema de filtragem e cloração antes de ser distribuída;</li> <li>• A água abastece todas as casas e é utilizada para gerar energia e produzir gelo (câmara fria)</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Canto da Lagoa</li> <li>• 61 habitantes</li> <li>• 24 casas caiçaras (4 fechadas e uma em construção), 3 casas de turistas, 3 campings e 3 restaurantes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A água que abastece a comunidade da Lagoa é captada da Cachoeira do Velho, por um sistema coletivo único que capta a água e distribui para a maioria das casas;</li> <li>• Como a quantidade de água armazenada e distribuída, às vezes, se torna insuficiente, eles vêm estruturando captações independentes desse sistema coletivo;</li> <li>• As casas, bares e restaurantes localizados ao norte da barra da Lagoa, captam água da mesma cachoeira, porém, por sistemas de mangueiras independentes;</li> <li>• As residências de famílias tradicionais que vivem no extremo norte da comunidade são abastecidas por uma nascente da Cachoeira do Quilombo, a qual deságua no meio da praia dos Castelhanos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de banheiro em 2 casas;</li> <li>• 19 casas que apresentam banheiro, sendo 8 com fossa séptica, 10 fossa negra e 1 casa utiliza um tambor plástico;</li> <li>• Agravantes: muitos desses banheiros não apresentam ligação de água para a descarga, comprometendo as condições de higiene; há problemas de funcionamento dos 2 sistemas de fossas em função do solo arenoso e proximidade da praia e/ou rio;</li> <li>• O escoamento da água da pia e do tanque, em 4 casas, é direcionado diretamente ao rio da Lagoa, enquanto que nas outras 19 residências a água escoar pelo terreiro e infiltra no solo;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Canto do Ribeirão</li> <li>• 39 habitantes</li> <li>• 9 casas caiçaras, 7 de turistas (2 com caseiro) e 1 restaurante</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A comunidade é abastecida pela bacia hidrográfica do Ribeirão dos Castelhanos, onde se encontra a Cachoeira do Gato;</li> <li>• Todas as casas apresentam água encanada, captada em quatro pontos localizados próximos um dos outros. Existe uma tubulação de inox, instalada por um antigo proprietário turista, que capta a água e abastece 6 casas diretamente. As demais captam o recurso através de mangueiras e armazenam em caixas d'água individuais, de 200 a 250 litros que abastecem uma ou mais famílias.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de banheiro em 1 casa;</li> <li>• 8 apresentam banheiro, sendo que 1 com fossa séptica e as demais com fossa negra;</li> <li>• As condições de higiene são classificadas como precárias, mesmo nas residências com banheiros;</li> <li>• Todas as casas escoam a água da pia e tanque para os terreiros.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Praia da Guanxuma</li> <li>• 26 habitantes</li> <li>• 7 casas caiçaras (4</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A água que abastece esta comunidade é captada a cerca de 2000m de distância, na praia da Caveira, por meio de mangueira, sendo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de banheiro em 1 casa;</li> <li>• 6 casas possuem banheiro, mas todo esgoto é escoado por meio de valas.</li> </ul>

Comunidade Tradicional	Sistema de Captação e Distribuição	Principais Problemas
fechadas), 1 de turista e 2 bares	armazenado em um sistema coletivo e distribuído para 7 casas. • Os quiosques da praia captam água da microbacia da Guanxuma.	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Praia da Serraria</li> <li>• 70 habitantes</li> <li>• 18 casas caiçaras (1 em construção) e 2 casas dos proprietários das terras</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Parta da população é abastecida por água captada, por meio de mangueira, em uma nascente da Cachoeira Seca, e outra parte é abastecida pela água da Cachoeira da Serraria.</li> <li>• Apenas duas casas apresentam caixas d'água, assim a maioria das residências possui ligação de água no tanque, do lado de fora da casa e sem a presença de torneiras.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de banheiro em 3 casas;</li> <li>• 14 casas apresentam banheiros, sendo 8 com fossa séptica e 6 com fossa negra;</li> <li>• 14 casas destinam a água da pia e do tanque diretamente para o rio, 1 para vala e 2 direto na praia.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Praia da Fome</li> <li>• 30 habitantes</li> <li>• 9 casas caiçaras (1 em construção), 4 casas de turistas (2 fechadas e 1 com caseiro), 1 quiosque de proprietário externo e 2 com internos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A comunidade capta água em dois pontos do curso hídrico que forma a Cachoeira da Barroca e também do curso d'água da Cachoeira da Fome.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Todas as casas possuem banheiro, sendo que 3 com fossa séptica e 6 com fossa negra;</li> <li>• Apesar da existência de banheiros em todas as residências, as condições de construção e escoamento do esgoto não são adequadas;</li> <li>• Um curso d'água que corta a comunidade é utilizado para descarte de lixo e água proveniente da pia e do tanque.</li> </ul>

Fonte: Pirró (2008)

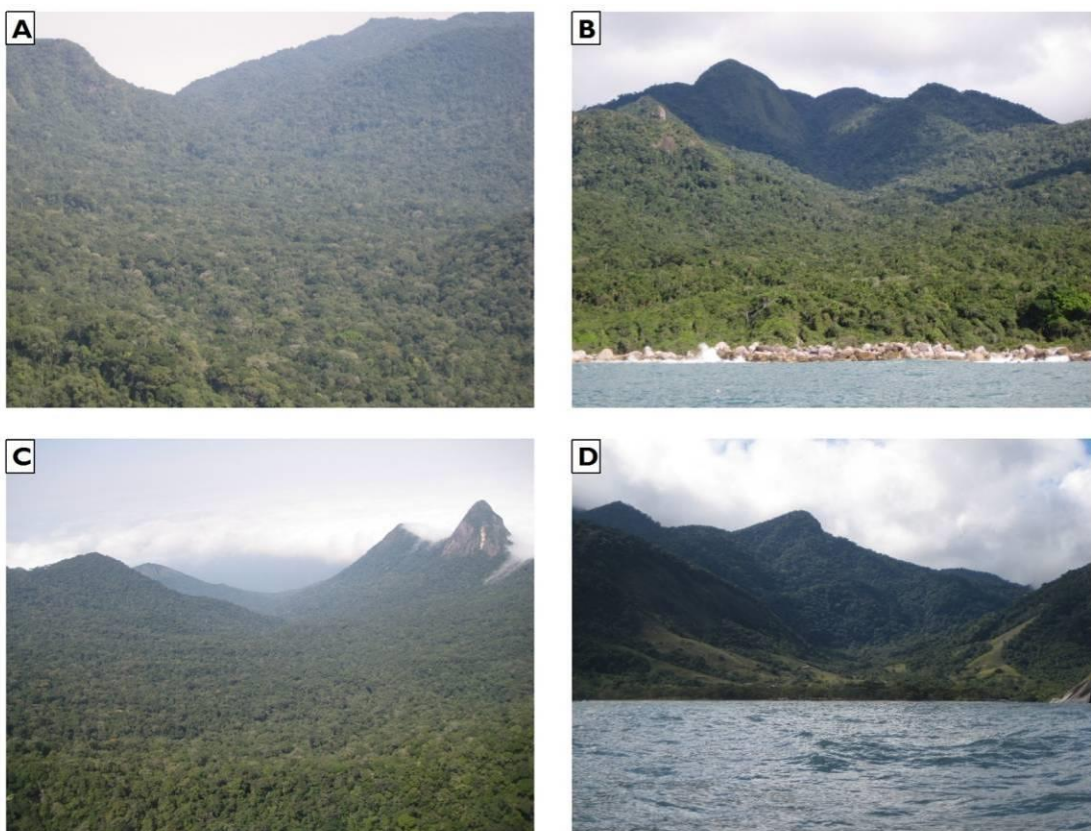
Anexo 25. Exemplos das unidades de terreno planícies flúvio-marinhas e praias



Fotos: Fabiano do Nascimento Pupim

**Exemplos das Unidades de Terreno Planícies Flúvio-Marinhas e Praias: A) Planície do Perequê;  
B) Praia do Perequê; C) Planície e praia dos Castelhanos;  
D) Praia da Serrania**

Anexo 26. Exemplos das unidades de terreno, corpos de tálus e cones de dejeção



Fotos: Fabiano do Nascimento Pupim

**Exemplos das unidades de terreno corpos de tálus e cones de dejeção: A) Cone de dejeção na porção central da Ilha de São Sebastião; B) Morro do Poço com depósitos na sua base; C) Pico aguçado de relevo montanhoso e amplo cone de dejeção na base; D) Corpos de tálus e cones de dejeção preenchendo o anfiteatro do Bonete**

Anexo 27. Exemplos das unidades de terreno morros e colinas

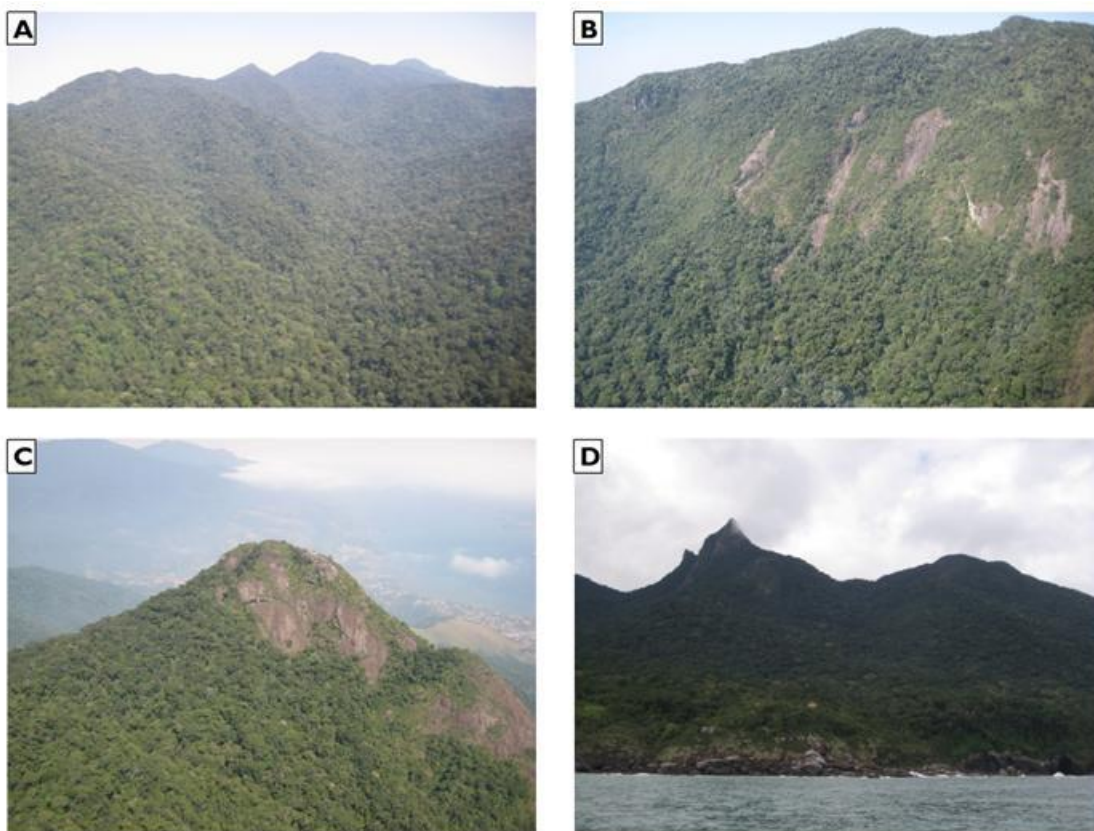


Fotos: Fabiano do Nascimento Pupim

**Exemplos das Unidades de Terreno Morros e Colinas: A) Relevo de colinas ao sul da Planície do Perequê; B) Morros e colinas na porção norte do canal de São Sebastião; C) Contato entre morros e colinas e relevo de montanhas; D) Coberturas de alteração mais espessas nessa unidade, até 3 m**



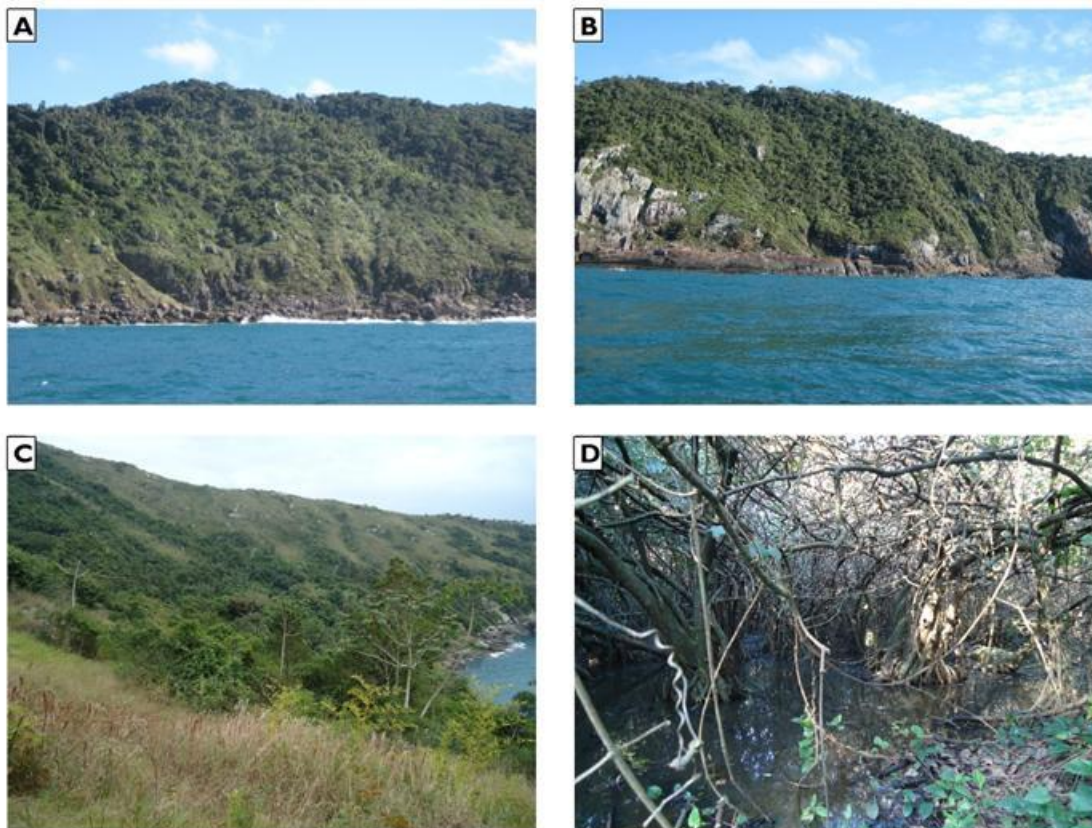
Anexo 28. Exemplos das unidades de terreno montanhosos



Fotos: Fabiano do Nascimento Pupim

**Exemplos das Unidades de Terreno Montanhosos(em Rochas Alcalinas e Granito-Gnáissicas):**  
**A) Terreno montanhoso no centro da ilha de São Sebastião, em rochas granito-gnáissicas; B) Escarpas muito íngremes, subverticais, típicas dessas unidades; C) Afloramentos rochosos são comuns nos principais picos, Pico do Baepi D) Formas de topos agudas e grandes amplitudes altimétricas, relevo do sul da ilha de São Sebastião**

Anexo 29. Exemplos das unidades de terreno ilhas dos Búzios e da Vitória



Fotos: A e B - Fabiano do Nascimento Pupim, C e D - Vagner de Araújo Gabriel

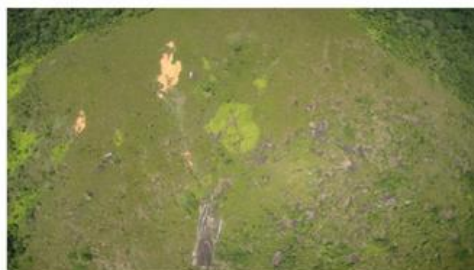
**Exemplos das unidades de terreno ilhas dos Búzios e da Vitória: A) Terreno da Ilha dos Búzios, onde são comuns as encostas muito íngremes compostas por matações B) Terreno da Ilha da Vitória, também com encostas íngremes, porém com menores amplitudes altimétricas quando comparada à Ilha dos Búzios; C) Encostas íngremes e com cobertura vegetal degradada da ilha dos Búzios; D) Área alagada, com solos hidromórficos, na Ilha da Vitória**



Anexo 30. Imagens referentes ao inventário dos impactos ambientais



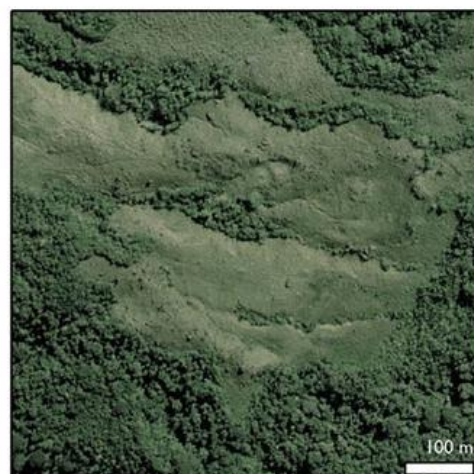
Ponto 1



Ponto 1



Ponto 2



Pontos 3 e 4



Pontos 5 e 6



Ponto 7





**Ponto 8**



**Pontos 9 e 10**



**Pontos 11 e 12**



**Pontos 13 e 14**



**Ponto 14**



**Ponto 15**





**Ponto 16**



**Ponto 17**



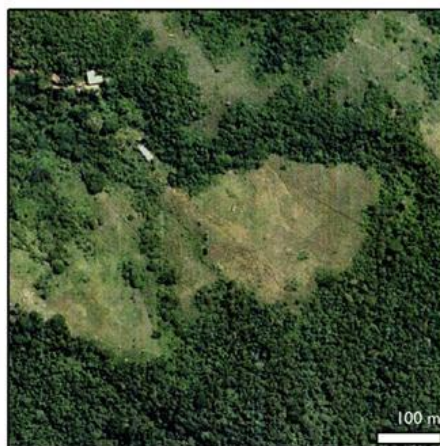
**Ponto 18**



**Pontos 19 e 20**



**Ponto 21**

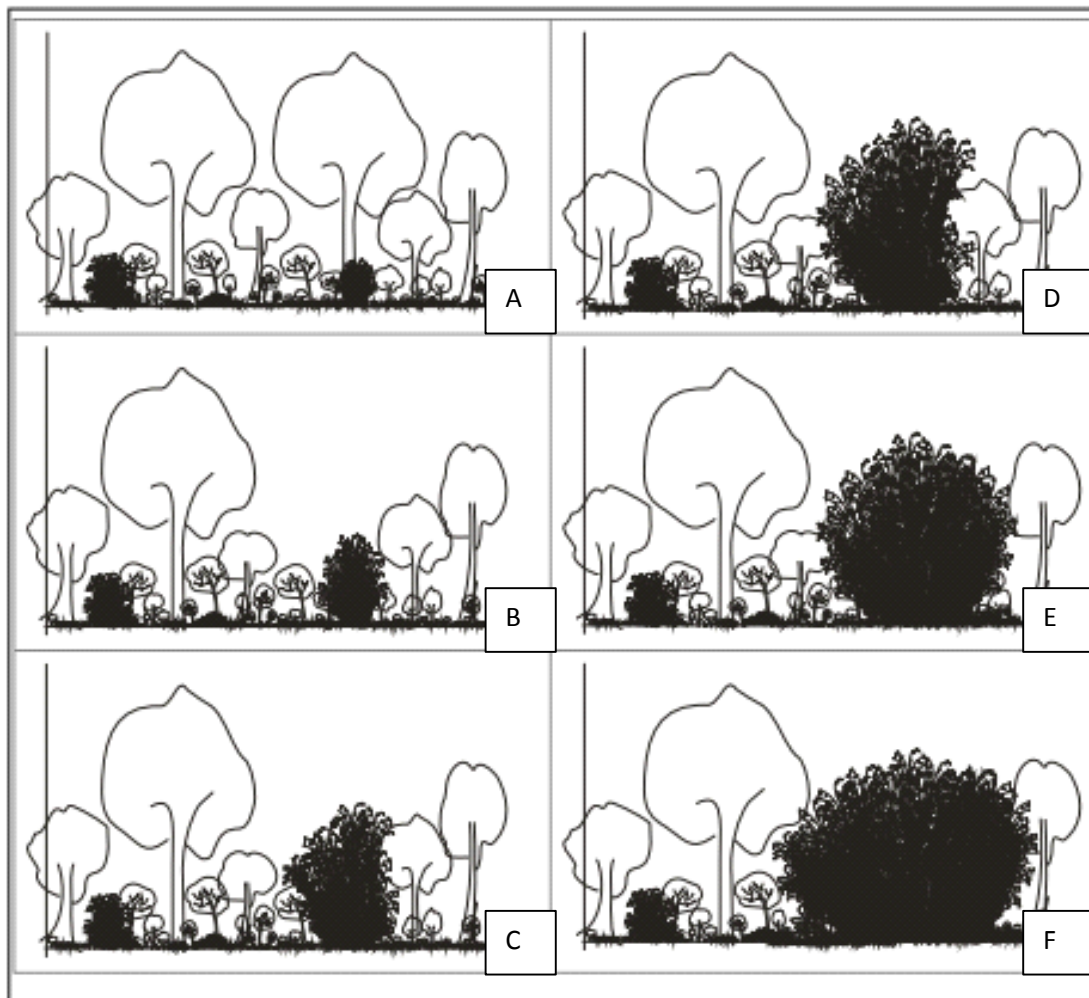


**Ponto 22**

Crédito: fotos de Fabiano do Nascimento Pupim; imagens aéreas obtidas a partir das ortofotos, em escala 1:35000, do levantamento PPM/SMA, 2000/2001

Imagens referentes ao inventário dos impactos ambientais caracterizados na Tabela 29, cuja distribuição dos pontos é apresentada na Figura 3

Anexo 31. Ilustração demonstrando a dinâmica de ocupação e posterior colonização do bambu a partir de clareiras



Fonte: adaptado de Mantovani & Pavão, PEI, 2008

**Demonstração da dinâmica de ocupação e posterior colonização do bambu, a partir de clareiras (A a F)**

Anexo 32. Vista geral do continuum de formações vegetacionais da floresta ombrófila densa de terras baixas, submontana e montana da porção sul da ilha de são sebastião

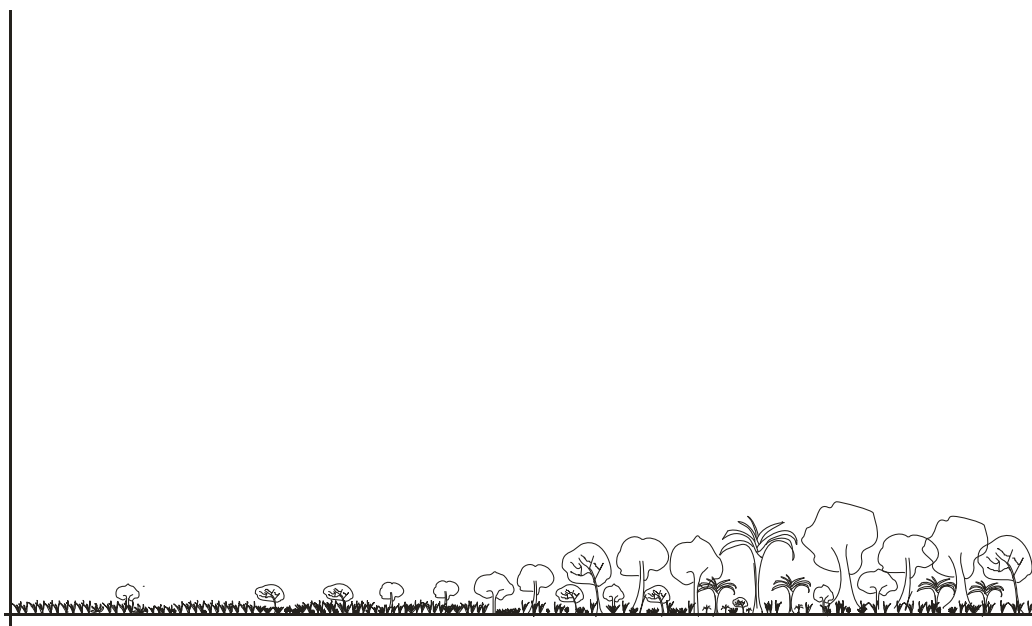


Fonte: Lidia S. Bertolo, jul 2010

**Vista geral do continuum de formações vegetacionais da Floresta Ombrófila Densa de terras baixas, submontana e montana da porção sul da Ilha de São Sebastião**



Anexo 33. Perfil diagrama e foto representativa da vegetação refúgio montano sobre topos de morros



Vista aérea de formações savânicas/campestre e a transição destas à Floresta Ombrófila associada aos topos de morros. Ilha de São Sebastião. (Lídia S. Bertolo, set 2010 )

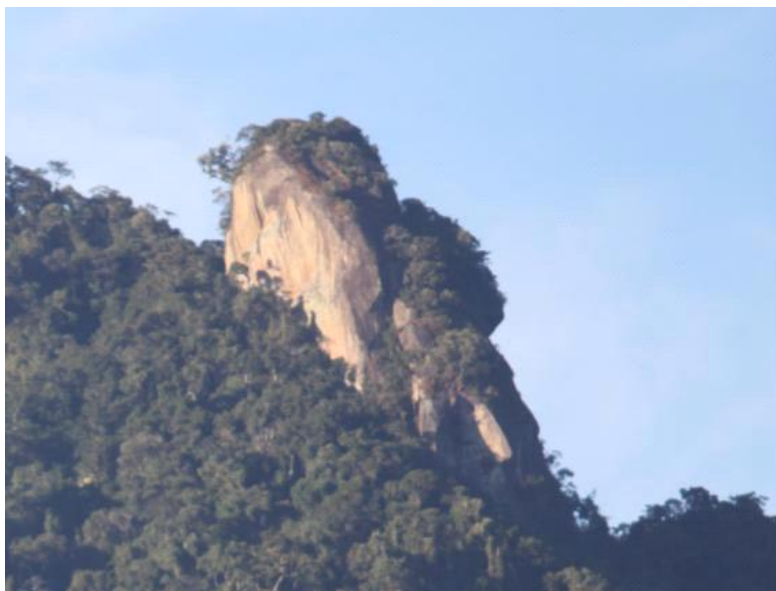


Fonte: Tatiana Pavão, set 2010

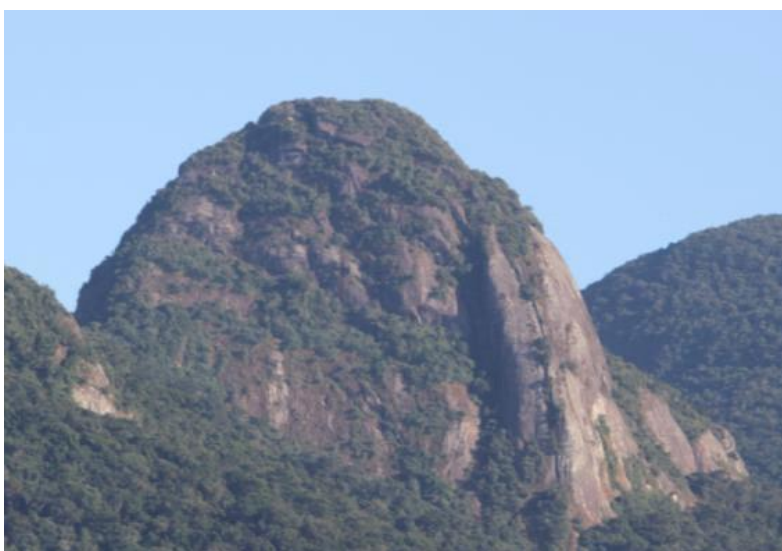
**Perfil diagrama e foto representativa da vegetação refúgio montano sobre topos de morros; estas formações, em gradiente, ocorrem nas áreas de topos de morros, associadas a solos rasos**

Anexo 34. Fotos ilustrativas de refúgios montanos

**A- Vista geral de vegetação sobre afloramento rochoso no pico do Papagaio (1.307metros). (Tatiana Pavão, ago 2010.)**



**B- Vista geral de vegetação sobre afloramento rochoso na região sul da ilha de São Sebastião, sentido Noroeste. (Lidia S. Bertolo, ago 2010.)**



**C- Vista geral de vegetação sobre afloramento rochoso – trilha de acesso a praia de**

**Fotos ilustrativas de refúgios montanos**

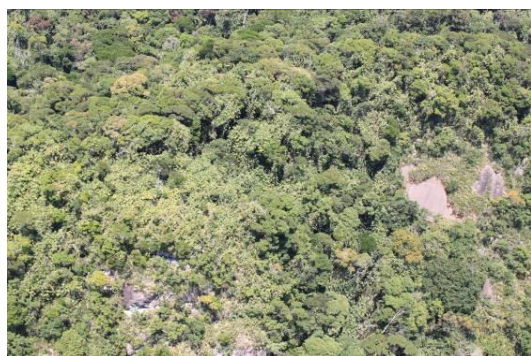
Anexo 35. Fotografias ilustrando a ocorrência de espécies de bambu sobre afloramentos



**A1**



**A2**



**B1**



**B2**

Fonte: Lidia S. Bertolo, ago 2010

**Fotografias ilustrando a ocorrência de espécies de bambu sobre afloramentos (A1 e A2); em B1 e B2, destacam-se as populações de bambu**

Anexo 36. Perfis diagramas representativos da vegetação floresta ombrófila densa

**Perfis diagrama representativos da vegetação floresta ombrófila densa montana: trecho de vegetação da floresta ombrófila densa montana (A); eperfil, sem escala, de extenso trecho da floresta ombrófila densa montana (B)**



Fonte: Tatiana Pavão, set 2010



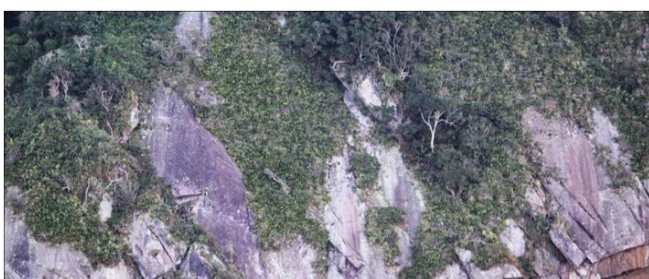
Anexo 37. Conjunto de fotografias ilustrando áreas com vegetação sobre costão rochoso



A



C



B



D

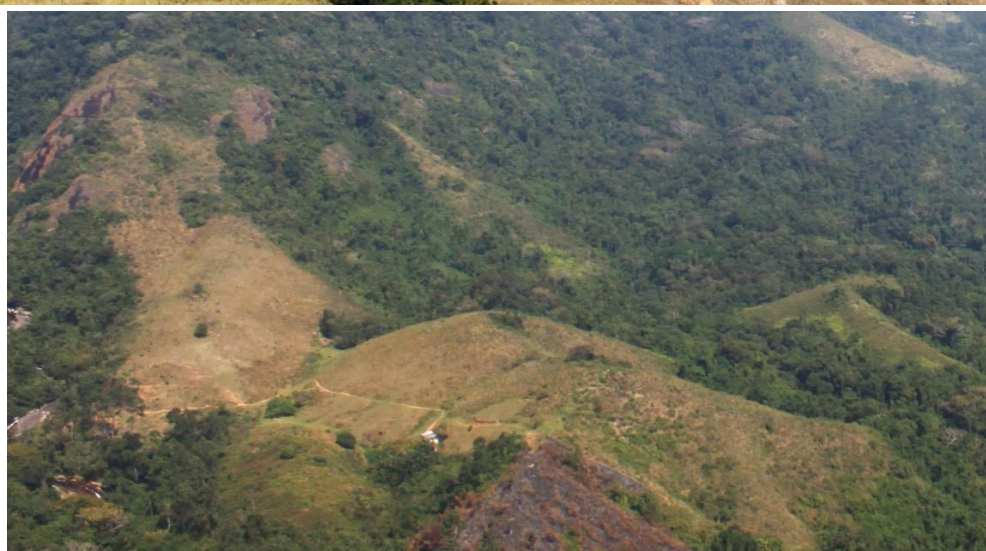
Fonte: Lídia S. Bertolo, ago 2010

**Conjunto de fotografias do PEIb ilustrando áreas com vegetação sobre Costão rochoso (A a D)**

Anexo 38. Conjunto de fotografias ilustrando áreas com campo antrópico na Ilha de São Sebastião



A



B

Fonte: Lídia S. Bertolo, ago 2010

**Conjunto de fotografias ilustrando áreas com campo antrópico na Ilha de São Sebastião (A e B)**

Anexo 39. Listagem de espécies botânicas permitiu identificar algumas espécies associadas a estádios sucessionais específicos e às síndromes de dispersão

<b>Família</b>	<b>Espécie</b>	<b>Estádio Sucessional</b>	<b>Síndrome de Dispersão</b>
Aquifoliaceae Bercht. & J. Presl	<i>Ilex theizans</i> Mart. ex Reissek	ST	ZOO
Arecaceae Bercht. & J. Presl	<i>Bactris setosa</i> Mart.	PI	ZOO
Arecaceae Bercht. & J. Presl	<i>Geonoma elegans</i> Mart.	SB	ZOO
Celastraceae R. Br.	<i>Cheiloclinium cognatum</i> (Miers) A.C. Sm.	SB	ZOO
Chrysobalanaceae R. Br.	<i>Parinari excelsa</i> Sabine	ST	ZOO
Elaeocarpaceae Juss.	<i>Sloanea guianensis</i> (Aubl.) Benth.	ST	
Euphorbiaceae Juss.	<i>Tetrorchidium rubrivenium</i> Poepp.	PI	AUT
Lacistemataceae Mart.	<i>Lacistema lucidum</i> Schnizl.	ST	ZOO
Lamiaceae Martinov	<i>Aegiphila sellowiana</i> Cham.	PI	ZOO
Lauraceae Juss.	<i>Licaria armeniaca</i> (Nees) Kosterm.	ST	ZOO
Lauraceae Juss.	<i>Ocotea odorifera</i> Rohwer	ST	ZOO
Magnoliaceae Juss.	<i>Talauma ovata</i> A. St.-Hil.	SM	
Malpighiaceae Juss.	<i>Bunchosia fluminensis</i> Griseb.	SB	ZOO
Malvaceae Juss.	<i>Eriotheca pentaphylla</i> (Vell.) A. Robyns	ST	AUT
Meliaceae Juss.	<i>Cabralea canjerana</i> (Vell.) Mart. subsp. <i>canjerana</i>	SM	
Monimiaceae Juss.	<i>Mollinedia schottiana</i> (Spreng.) Perkins	SB	ZOO
Myristicaceae R. Br.	<i>Virola gardneri</i> (A. DC.) Warb.	ST	ZOO
Myrsinaceae R. Br.	<i>Rapanea umbellata</i> (Mart.) Mez	ST	
Myrtaceae Juss.	<i>Calyptranthes lucida</i> Mart. ex DC.	SB	ZOO
Myrtaceae Juss.	<i>Eugenia cuprea</i> (O. Berg) Mattos	SB	ZOO
Myrtaceae Juss.	<i>Gomidesia schaueriana</i> O. Berg	SB	ZOO
Myrtaceae Juss.	<i>Myrceugenia myrcioides</i> (Cambess.) O. Berg	SB	ZOO
Myrtaceae Juss.	<i>Gomidesia spectabilis</i> (DC.) O. Berg	SM	
Nyctaginaceae Juss.	<i>Guapira opposita</i> (Vell.) Reitz	ST	ZOO
Ochnaceae DC.	<i>Ouratea multiflora</i> (Pohl) Engl.	SB	ZOO
Rubiaceae Juss.	<i>Psychotria mapourioides</i> DC.	SB	ZOO
Solanaceae Juss.	<i>Solanum inaequale</i> Vell.	PI	ZOO

Anexo 40. Lista de espécies vegetais do PEIb

**1 - Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo – SP; 2 – IBAMA/BR; 3 - World Conservation Union - IUCN**

Família	Epíteto Específico	Nome Popular	Categoria de Ameaça		
			1	2	3
Acanthaceae Juss.	<i>Hygrophila brasiliensis</i> (Spreng.) Lindau				
Acanthaceae Juss.	<i>Sanchezia nobilis</i> Hook.				
Achariaceae Harms	<i>Carpotroche brasiliensis</i> (Raddi) Endl.				
Amaranthaceae Juss.	<i>Alternanthera maritima</i> (Mart.) A. St.-Hil.				
Amaranthaceae Juss.	<i>Blutaparon portulacoides</i> (A. St.-Hil.) Mears				
Amaranthaceae Juss.	<i>Celosia grandifolia</i> Moq.				
Amaranthaceae Juss.	<i>Iresine portulacoides</i> (A. St.-Hil.) Moq.				
Amaryllidaceae J, St.-Hil	<i>Fourcroya gigantea</i> (Vent.) Hook.	Pita			
Anacardiaceae R. Br.	<i>Schinus terebinthifolius</i> Raddi	Aroeira-mansa, Aroeira-vermelha, Aroeira, Aroeira-precoce, Aroeira-pimenteira, Aroeira-da-praia, Aroeira-do-brejo, Aroeira-negra, Aroeira-branca, Aroeira-do-campo, Aroeira-do-sertão, Fruto-de-raposa, Aroeira-do-Paraná, Fruto-de-sabi, Coração-de-bugre, Aguaraiba, Bálsamo, Cambuí, Cabuí			
Anacardiaceae R. Br.	<i>Tapirira guianensis</i> Aubl.	Jobo, Tapirirá, Copiúva, guapiruba, Cedrói, Aroeirana, Fruta-de-pombo, Tatapiririca (PA), Cupiúva (PE), Pau-pombo, Cedrói (Amazônia), Peito-de-Pombo (Sul), Camboatá, Jobo, bom-nome (AL, Fruto-do-pombo, Cedro-Novo			
Anacardiaceae R. Br.	<i>Tapirira obtusa</i> (Benth.) J.D. Mitch.	jobo, pau-pombo, fruto-de-pombo			
Annonaceae Juss.	<i>Annona cacans</i> Warm.	cortição, araticum-cagão, araticum-de-paca, quaresma, corticeira, coração-de-boi, anona-cagona, corticeiro, araticum-pará			
Annonaceae Juss.	<i>Annona dolabripetala</i> Raddi				
Annonaceae Juss.	<i>Annona glabra</i> L.	anona-lisa, araticum, araticum-do-brejo, araticum-da-praia,			



Família	Epíteto Específico	Nome Popular	Categoria de Ameaça		
			1	2	3
		araticupana, corticeira, panã			
Annonaceae Juss.	<i>Guatteria australis</i> A. St.-Hil.	pindaúva-preta			
Annonaceae Juss.	<i>Guatteria elliptica</i> R.E. Fr.				
Annonaceae Juss.	<i>Porcelia macrocarpa</i> (Warm.) R.E. Fr.	Louro-branco, Banana-de-macaco, Pindaúva-do-mato			
Annonaceae Juss.	<i>Rollinia sericea</i> (R.E. Fr.) R.E. Fr.	Cortiça, Curtiça, Araticum-pecanine, Araticum, Cortiça-ouriga, Curtição, Pinha-da-mata			
Annonaceae Juss.	<i>Rollinia sylvatica</i> (A. St.-Hil.) Martius	Araticum-mirim, araticum-do-mato, cortiça-amarela			
Annonaceae Juss.	<i>Xylopia brasiliensis</i> Spreng.	pindaubuna, pindaíba, cortiça, bindaíba			
Anthocerotaceae Dumort.	<i>Anthoceros punctatus</i> L.				
Anthocerotaceae Dumort.	<i>Phaeoceros laevis</i> (L.)				
Apocynaceae Juss.	<i>Aspidosperma olivaceum</i> Müll. Arg.	guatambu			
Apocynaceae Juss.	<i>Aspidosperma parvifolium</i> A. DC.	guatambu, tambu, peroba-vermelha, pequiá-branco, pau-de-tanho-branco, pequiá-marfim			
Apocynaceae Juss.	<i>Malouetia arborea</i> (Vell.) Miers	pé-de-coelho			
Apocynaceae Juss.	<i>Oxypetalum banksii</i> Schult.	Cipó-leiteiro			
Apocynaceae Juss.	<i>Tabernaemontana laeta</i> Mart.	Leiteiro			
Aquifoliaceae Bercht. & J. Presl	<i>Ilex amara</i> Loes.	Caúna-lisa, congonha-miúda			
Aquifoliaceae Bercht. & J. Presl	<i>Ilex dumosa</i> Reissek	Congonha-miúda, Caúna-dos-capões, Caúna, Caúna, Cauninha, Caa-xira, Erva-piriquita			
Aquifoliaceae Bercht. & J. Presl	<i>Ilex integerrima</i> Reissek				
Aquifoliaceae Bercht. & J. Presl	<i>Ilex taubertiana</i> Loes.	Bataia			
Aquifoliaceae Bercht. & J. Presl	<i>Ilex theizans</i> Mart. ex Reissek	Congonha, Caúna-amargosa, Orelha-de-mico, Caúna, Carvalho-branco, Miqueira, Caúna-de-folha-grande			
Araceae Juss.	<i>Anthurium beyrichianum</i> Kunth				
Araceae Juss.	<i>Anthurium comtum</i> Schott				
Araceae Juss.	<i>Philodendron bipinnatifidum</i> Schott ex Endl.	Banana-de-macaco, Guaimbê, Nanacá, Bambudo-brejo, Imbê, Banana-de-imbê, Banana-de-morcego, Banana-do-brejo, Banana-do-mato.			
Araceae Juss.	<i>Philodendron martianum</i> Engl.				

Família	Epíteto Específico	Nome Popular	Categoria de Ameaça		
			1	2	3
Araceae Juss.	<i>Philodendron ornatum</i> Schott				
Araliaceae Juss.	<i>Dendropanax cuneatus</i> (DC.) Decne. & Planch.	Maria-preta, pau-de-tamanco			
Araliaceae Juss.	<i>Dendropanax monogynus</i> (Vell.) Seem.	mandioqueira			
Araliaceae Juss.	<i>Dendropanax monogynus</i> (Vell.) Seem.	Caroba-de-flor-verde (MG, SP), Ipê-verde, Caroba-brava, Ipê-de-flor-verde, Ipê-mandioca, Ipê-da-várzea, Aipê, Cinco-Chagas, Ipê-Mirim, Ipê-Pardo (SC), Caroba-do-Campo, Carobinha-verde, Jacarandá (RS)			
Araliaceae Juss.	<i>Hydrocotyle quinqueloba</i> Ruiz & Pav.				
Araliaceae Juss.	<i>Hydrocotyle umbellata</i> L.				
Araliaceae Juss.	<i>Oreopanax capitatus</i> (Jacq.) Decne. & Planch.				
Araliaceae Juss.	<i>Schefflera angustissima</i> (Marchal) Frodin				
Araliaceae Juss.	<i>Schefflera calva</i> (Cham.) Frodin & Fiaschi				
Arecaceae Bercht. & J. Presl	<i>Syagrus botryophora</i> (Mart.) Mart.	Pati			
<a href="#">Arecaceae Bercht. &amp; J. Presl</a>	<i>Astrocaryum aculeatissimum</i> (Schott) Burret				
Arecaceae Bercht. & J. Presl	<i>Attalea dubia</i> (Mart.) Burret	Indaiauba, indaiá			
Arecaceae Bercht. & J. Presl	<i>Bactris setosa</i> Mart.	Tucum, Jacum, Tucum-bravo, Tucum-amarelo, Tucum-do-brejo, Uva-da-terra, Coco-de-natal, Marajá-iba			
Arecaceae Bercht. & J. Presl	<i>Euterpe edulis</i> Mart.				
Arecaceae Bercht. & J. Presl	<i>Geonoma elegans</i> Mart.	Guaricangas			
Asteraceae Bercht. & J. Presl	<i>Achyrocline satureioides</i> (Lam.) DC.	Alecrim-de-parede, Camomila-nacional, Carrapichinho-de-agulha, Chá-de-lagoa, Losna-domato, Macela, Macela-amarela, Macelinha, Marcela, Marcela-da-terra, Marcela-do-campo, Macela-do-sertão.			
Asteraceae Bercht. & J. Presl	<i>Ageratum conyzoides</i> L.	Mentraso, Cacália-Mentraso, Camará-opela, Catinga-de-barão (MA), Catinga-de-bode (RS, RJ), Cúria, Erva-de-Santa-Lúcia, Erva-de-São-João, Erva-de-			

Família	Epíteto Específico	Nome Popular	Categoria de Ameaça		
			1	2	3
		São-José, Maria-Preta (MA), Mentraste, Picão-branco, Picão-Roxo			
Asteraceae Bercht. & J. Presl	<i>Baccharis dracunculifolia</i> DC.	Alecrim-do-campo, Vassoureira (SC), Alecrim, Alecrim-de-vassoura, Vassoura, Vassourinha, Cilca			
Asteraceae Bercht. & J. Presl	<i>Baccharis trimera</i> (Less.) DC.	Carqueja, Carqueja-do-mato, Bacórida, Cacália, Condamina, Quina-de-Condamine, Tiririca-de-babado (BA), Carqueja-amargosa, Bacanta, Bacorida, Carque, Cacália-amarga, Cacaia-amarga, Vassoura (RS), Vassourinha			
Asteraceae Bercht. & J. Presl	<i>Centratherum punctatum</i> Cass.	Perpétua, Perpétua-do-mato, Perpétua-roxa, Perpétua-roxa-do-mato			
Asteraceae Bercht. & J. Presl	<i>Conyza rivularis</i> Gardner				
Asteraceae Bercht. & J. Presl	<i>Cosmos caudatus</i> Kunth	Amor-de-moça, Carrapicho-de-agulha, Picão (PE), Picão-de-padre (PE), Bem-me-quer, Picão-do-norte, Cosmos (BA), Cravo-de-defunto			
Asteraceae Bercht. & J. Presl	<i>Cosmos sulphureus</i> Cav.	Cósmo-amarelo, Picão, Picão Grande, Áster-do-méxico			
Asteraceae Bercht. & J. Presl	<i>Eclipta alba</i> (L.) Hassk.	Agrião-do-brejo, Erva-Botão, Lanceta, Surucuína, Coacica, Coatiá, Quebra-Pedra, Sucurima, Cravo-brabo (PE), Erva-Botão, Erva-Lanceta, Tangaracá			
Asteraceae Bercht. & J. Presl	<i>Elephantopus mollis</i> Kunth	Erva-grossa, Língua-de-vaca, Erva-de-colégio, Pé-de-elefante, Fumo-bravo (PE), Fumo-da-mata (PE), Erva-do-diabo (MG), Sossoia, Suçuaia, Suaçacaá, Erva-de-veado			
Asteraceae Bercht. & J. Presl	<i>Mikania hemisphaerica</i> Sch. Bip. ex Baker				
Asteraceae Bercht. & J. Presl	<i>Mikania laevis</i> DC.				
Asteraceae Bercht. & J. Presl	<i>Mikania trinervis</i> Hook. & Arn.				
Asteraceae Bercht. & J. Presl	<i>Piptocarpha axillaris</i> (Less.) Baker	canela-podre, cambará-do-campo, maria-mole, pau-			

Família	Epíteto Específico	Nome Popular	Categoria de Ameaça		
			1	2	3
		toucinho			
Asteraceae Bercht. & J. Presl	<i>Piptocarpha macropoda</i> (DC.) Baker				
Asteraceae Bercht. & J. Presl	<i>Pseudogynoxys benthamii</i> Cabrera				
Asteraceae Bercht. & J. Presl	<i>Pterocaulon alopecuroides</i> (Lam.) DC.	Barbasco, Barbaço, Verbasco, Calça-de-velho, Branqueja, Alecrim-das-paredes, Calção-de-velho, Tingui, Verbasco-do-brasil			
Asteraceae Bercht. & J. Presl	<i>Sonchus oleraceus</i> L.	Chicória-brava, Ciúmo, Serralha, Serralha-brava, Serralheira, Serralha-lisa, Serralha-verdadeira			
Asteraceae Bercht. & J. Presl	<i>Sphagneticola trilobata</i> (L.) Pruski	Margaridão, Mal-me-quer, Malmequer-do-brejo, Picão-da-praia, Vedelia			
Asteraceae Bercht. & J. Presl	<i>Stiffia fruticosa</i> (Velloso) D.J.N. Hind & Semir	jambeiro do mato, rabo de cotia, esponjeira, estífia-vermelha			
Asteraceae Bercht. & J. Presl	<i>Symphiopappus polystachyus</i> Baker				
Asteraceae Bercht. & J. Presl	<i>Vernonia discolor</i> (Spreng.) Less.	vassourão-preto, pau-toucinho, vassourão-banco, vassourão-de-folha-larga			
Asteraceae Bercht. & J. Presl	<i>Vernonia polyanthes</i> Less.	Assa-peixe, Assapeixe - branco, Cambará-guaçú, Cambará-açú, Cambará-branco, Chamarrita (SC)			
Asteraceae Bercht. & J. Presl	<i>Vernonia scorpioides</i> (Lam.) Pers.	Enxuga, Erva-preá, Nogueirinha, Erva-de-são-simão (SC, RS), erva-de-preá (RJ), Capichingui-de-bicho			
Asteraceae Bercht. & J. Presl	<i>Vernonia serrata</i> Less.				
Bartramiaceae Schwägr.	<i>Philonotis hastata</i> (Duby) Wijk & Margad.				
Begoniaceae Agardh	C. <i>Begonia bidentata</i> Raddi				
Begoniaceae Agardh	C. <i>Begonia convolvulacea</i> (Klotzsch) A. DC.				
Begoniaceae Agardh	C. <i>Begonia hirtella</i> Link				
Begoniaceae Agardh	C. <i>Begonia hugelii</i> (Klotzsch) A. DC.				
Begoniaceae Agardh	C. <i>Begonia spinibarbis</i> Irmsch.				
Begoniaceae Agardh	C. <i>Begonia venosa</i> Skan ex Hook. f.		VU		
Bignoniaceae Juss.	<i>Anemopaegma chamberlaynii</i> (Sims) Bureau & K. Schum.				



Família	Epíteto Específico	Nome Popular	Categoria de Ameaça		
			1	2	3
Bignoniaceae Juss.	<i>Cybistax antisyphilitica</i> (Mart.) Mart.	Caroba-de-flor-verde (MG, SP), Ipê-verde, Caroba-brava, Ipê-de-flor-verde, Ipê-mandioca, Ipê-da-várzea, Aipê, Cinco-Chagas, Ipê-Mirim, Ipê-Pardo (SC), Caroba-do-Campo, Carobinha-verde, Jacarandá (RS)			
Bignoniaceae Juss.	<i>Jacaranda puberula</i> Cham.	Jacarandá, carobinha, caroba-do-cerrado, carovado-brejo			
Bignoniaceae Juss.	<i>Pyrostegia venusta</i> (Ker Gawl.) Miers	Cipó-de-São-João (SP, PR, RS), Flor-de-São-João (RJ, SP), Cipó-bela-flor (SP), Cipó-de-fogo (BA), Marquesa-de-bela (RJ), Cipó-de-lagarticha (BA), Cipó-de-lagarto (BA)			
Bignoniaceae Juss.	<i>Sparattosperma leucanthum</i> (Vell.) K. Schum.	Caroba-branca (SP), Caroba-de-flor-branca, Cinco-Chagas, cinco-folhas, Ipê-batata, Ipê-bóia, Ipê-branco, Tarumã (MS)			
Bignoniaceae Juss.	<i>Tabebuia cassinoides</i> (Lam.) DC.	Caixeta, ipê-caixeta			
Bignoniaceae Juss.	<i>Tabebuia chrysotricha</i> (Mart. ex A. DC.) Standl.	ipê-amarelo-da-mata, ipê-do-campo, ipê-amarelo-cascudo, ipê-amarelo-paulista			
Bignoniaceae Juss.	<i>Tabebuia rosealba</i> (Ridl.) Sandwith	ipê-branco			
Bignoniaceae Juss.	<i>Tabebuia serratifolia</i> (Vahl) G. Nicholson	ipê-amarelo, ipê-amarelo-do-cerrado			
Bignoniaceae Juss.	<i>Zeyheria tuberculosa</i> (Vell.) Bureau	ipê-tabaco, ipê-felpudo			
Bixaceae Kunth	<i>Bixa orellana</i> L.	Urucu, Urucum, Colorau, Açafroa, Açafroeira-da-terra(BA) (Lorenzi 2008)			
Boraginaceae Juss.	<i>Cordia curassavica</i> (Jacq.) Roem. & Schult.	Erva-baleeira, Baleeira, Córdia			
Boraginaceae Juss.	<i>Cordia ecalyculata</i> Vell.	claraíba, café-de-bugre, louro-salgueiro, louro-mole			
Boraginaceae Juss.	<i>Cordia superba</i> Cham.	Baba-de-boi, babosa-branca, cordia, grão-de-galo			
Boraginaceae Juss.	<i>Cordia taguahyensis</i> Vell.				
Boraginaceae Juss.	<i>Cordia trichotoma</i> (Vell.) Arráb. ex Steud.	Louro-pardo			
Bromeliaceae Juss.	<i>Aechmea nudicaulis</i> (L.) Griseb.				
Bromeliaceae Juss.	<i>Billbergia pyramidalis</i> (Sims) Lindl.				
Bromeliaceae Juss.	<i>Bromelia antiacantha</i> Bertol.				
Bromeliaceae Juss.	<i>Canistrum lindenii</i> fo. <i>elatum</i> Reitz				

Família	Epíteto Específico	Nome Popular	Categoria de Ameaça		
			1	2	3
Bromeliaceae Juss.	<i>Nidularium billbergioides</i> (Schult. f.) L.B. Sm.				
Bromeliaceae Juss.	<i>Nidularium innocentii</i> Lem.				
Bromeliaceae Juss.	<i>Quesnelia marmorata</i> (Lem.) Read				
Bromeliaceae Juss.	<i>Tillandsia stricta</i> Sol. ex Sims				
Bromeliaceae Juss.	<i>Vriesea carinata</i> Wawra				
Bromeliaceae Juss.	<i>Vriesea ensiformis</i> (Vell.) Beer				
Bromeliaceae Juss.	<i>Vriesea incurvata</i> Gaudich.				
Bromeliaceae Juss.	<i>Vriesea philippocoburgii</i> Wawra				
Bryaceae Schwägr.	<i>Bryum grandifolium</i> (Taylor) Müll. Hal.				
Bryidae Engl.	<i>Phyllogonium viride</i> Brid.				
Cactaceae Juss.	<i>Opuntia vulgaris</i> Mill.				
Cactaceae Juss.	<i>Rhipsalis oblonga</i> Loefgr.				NT
Cactaceae Juss.	<i>Rhipsalis teres</i> (Vell.) Steud.				
Caesalpinioideae /Fabaceae Lindl.	<i>Copaifera lucens</i> Dwyer	copaíba			
<a href="#">Calophyllaceae</a> J. Agardh	<i>Calophyllum brasiliense</i> Cambess.				
Calyceae R. Br. ex Rich.	<i>Acicarpa spathulata</i> R. Br.	Espinho-de-roseta, Rosetão			
<a href="#">Calymperaceae</a> Kindb.	<i>Calymperes palisotii</i> Schwägr.				
Campanulaceae Juss.	<i>Centropogon cornutus</i> (L.) Druce				
Cannabaceae Martinov	<i>Trema micrantha</i> (L.) Blume	Gurindiba, crindiuva, Curindiba (PI), Grandiuva (SC), Pau-de-pólvora, Orindiuva, Coatiudiba			
Capparaceae Juss.	<i>Crateva tapia</i> L.	tapiá, cabaceira, pau-d'álho			
Cardiopteridaceae Blume	<i>Citronella paniculata</i> (Mart.) R.A. Howard	pau-de-corvo, congonha, assis, pau-de-sapo, congonha-verdadeira, falsa-congonheira			
Caricaceae Dumort.	<i>Jacaratia spinosa</i> (Aubl.) A. DC.	jacaratiá, mamão-do-mato, mamãozinho, barrigudo, chamburu, mamãozinho-da-mata			
Celastraceae R. Br.	<i>Maytenus cf. patens</i> Reissek				
Celastraceae R. Br.	<i>Cheiloclinium cognatum</i> (Miers) A.C. Sm.	falsa-uivara, Ibitiura			
Celastraceae R. Br.	<i>Maytenus cestrifolia</i> Reissek	Laranjinha			
Celastraceae R. Br.	<i>Maytenus evonymoides</i> Reissek	Maytenus			
Celastraceae R. Br.	<i>Maytenus robusta</i> Reissek	cafezinho, coração-de-bugre, seca-ligeiro			
Celastraceae R. Br.	<i>Salacia elliptica</i> (Mart. ex Schult.) G. Don	Siputá			
Chrysobalanaceae R. Br.	<i>Licania gardneri</i> (Hook. f.) Fritsch				

Família	Epíteto Específico	Nome Popular	Categoria de Ameaça		
			1	2	3
Chrysobalanaceae R. Br.	<i>Licania hoehnei</i> Pilg.				
Chrysobalanaceae R. Br.	<i>Licania kunthiana</i> Hook. f.				
Chrysobalanaceae R. Br.	<i>Licania nitida</i> Hook. f.				
Chrysobalanaceae R. Br.	<i>Licania octandra</i> (Hoffmanns. ex Roem. & Schult.) Kuntze				
Chrysobalanaceae R. Br.	<i>Licania tomentosa</i> (Benth.) Fritsch	Oiti, gauili, oitizeiro, oiti-da-praia			
Chrysobalanaceae R. Br.	<i>Parinari excelsa</i> Sabine				
Chrysobalanaceae R. Br.	<i>Parinari excelsa</i> Sabine				
Clethraceae Klotzsch	<i>Clethra scabra</i> Pers.	Carne-de-vaca, Guaperó, peroba-brava, peroba-café			
Clusiaceae Lindl.	<i>Clusia criuva</i> Cambess.	manguerana, clusia			
Clusiaceae Lindl.	<i>Garcinia gardneriana</i> (Planch. & Triana) Zappi	bacupari, bacoparé, escropari, remelento, bacurimirim			
Clusiaceae Lindl.	<i>Rheedia gardneriana</i> Planch. & Triana				
Commelinaceae Mirb.	<i>Dichorisandra hexandra</i> (Aubl.) Standl.	Carrapicho-beiço-de-boi, Carrapicho, Amoroso, Pega-pega			
Commelinaceae Mirb.	<i>Gibasis geniculata</i> (Jacq.) Rohweder				
Commelinaceae Mirb.	<i>Tradescantia fluminensis</i> Vell.				
Commelinaceae Mirb.	<i>Tradescantia zanonii</i> (L.) Sw.				
Compositae Giseke	<i>Bidens pilosa</i> L.	Amor-seco, Carrapicho, Carrapicho-de-agulha, Carrapicho-de-duas-pontas, Carrapicho-Picão, Coambi, Cuambri, Cuambu, Erva-Picão, Fura-Capa (PE), Guambu, Macela-do-Campo, Picão, Picão-Amarelo, Picão-das-horas, Picão-do-campo, Picão-preto, Pico-Pico, Piolho-de-padre			
Compositae Giseke	<i>Eremanthus erythropappus</i> (DC.) MacLeish				
Compositae Giseke	<i>Piptocarpha macropoda</i> (DC.) Baker				
Convolvulaceae Juss.	<i>Ipomoea pes-caprae</i> (L.) R. Br.	Batateira da praia			
Convolvulaceae Juss.	<i>Ipomoea tiliacea</i> (Willd.) Choisy				
Cunoniaceae R. Br.	<i>Lamanonia ternata</i> Vell.	Cangalheiro, guaperê, guaraporê			
Cyperaceae Juss.	<i>Pleurostachys graminifolia</i> Brongn.	p			
Cyperaceae Juss.	<i>Remirea maritima</i> Aubl.	Pinheirinho-da-praia			

Família	Epíteto Específico	Nome Popular	Categoria de Ameaça		
			1	2	3
Dicranaceae Schimp.	<i>Holomitrium olfersianum</i> Hornsch.				
Dicranaceae Schimp.	<i>Leucobryum clavatum</i> Hampe				
Dilleniaceae Salisb.	<i>Doliocarpus schottianus</i> Eichler				
Elaeocarpaceae Juss.	<i>Sloanea guianensis</i> (Aubl.) Benth.	Braúna, sloanea			
Elaeocarpaceae Juss.	<i>Sloanea hirsuta</i> (Schott) Planch. ex Benth.				
Elaeocarpaceae Juss.	<i>Sloanea monosperma</i> Vell.	Ouriço, Oitica, Carrapicheira, sapopema			
Elaeocarpaceae Juss.	<i>Sloanea obtusifolia</i> (Moric.) K. Schum.				
Erpodiaceae Broth.	<i>Erpodium glaziovii</i> Hampe				
Erythroxylaceae	<i>Erythroxylum cuspidifolium</i> Mart.	arco-de-pipa, cataúba, cocão, fruta-de-pomba, guareita, sobragi, sobrasil, subrail			
Erythroxylaceae	<i>Erythroxylum pulchrum</i> A.St.-Hil.	arco-de-pipa, cataúba, cocão, fruta-de-pomba, guareita, sobragi, sobrasil, subrail			
Euphorbiaceae Juss.	<i>Acalypha amblyodonta</i> (Müll. Arg.) Müll. Arg.				
Euphorbiaceae Juss.	<i>Actinostemon concolor</i> (Spreng.) Müll. Arg.	Laranjeira-do-mato			
Euphorbiaceae Juss.	<i>Actinostemon klotzschii</i> Pax				
Euphorbiaceae Juss.	<i>Alchornea glandulosa</i> Poepp.	Tapiá, Tanheiro de folha longa, Maria mole, Tamanqueiro			
Euphorbiaceae Juss.	<i>Alchornea sidifolia</i> Müll. Arg.	Tapiá-guaçú, Boleiro			
Euphorbiaceae Juss.	<i>Alchornea triplinervia</i> (Spreng.) Müll. Arg.	Tapi, algodoeiro, boleira, canela-raposa, tamanqueiro, pau-de-tamanco			
Euphorbiaceae Juss.	<i>Aparisthium cordatum</i> Baill	Pau-de-facho, marmeleiro, velome, morocotó, Pasu-taquara			
Euphorbiaceae Juss.	<i>Caryodendron grandifolium</i> Pax				
Euphorbiaceae Juss.	<i>Caryodendron janeirense</i> Müll. Arg.	Guavira, pau-gamela, triango, amendoim			
Euphorbiaceae Juss.	<i>Chamaesyce hirta</i> (L.) Millsp.	Erva-de-santa-luzia			
Euphorbiaceae Juss.	<i>Chamaesyce hyssopifolia</i> (L.) Small				
Euphorbiaceae Juss.	<i>Chamaesyce prostrata</i> (Aiton) Small				
Euphorbiaceae Juss.	<i>Croton floribundus</i> Spreng.	Capixingui			
Euphorbiaceae Juss.	<i>Croton macrobothrys</i> Baill.				
Euphorbiaceae Juss.	<i>Croton salutaris</i> Casar.	sangra-de-drago, caixeta			
Euphorbiaceae Juss.	<i>Croton urucurana</i> Baill.	sangra-d'agua			
Euphorbiaceae Juss.	<i>Dalechampia brasiliensis</i> Lam.				
Euphorbiaceae Juss.	<i>Dalechampia ficifolia</i> Lam.				
Euphorbiaceae Juss.	<i>Dalechampia pentaphylla</i> Lam.				

Família	Epíteto Específico	Nome Popular	Categoria de Ameaça		
			1	2	3
Euphorbiaceae Juss.	<i>Euphorbia heterophylla</i> L.	Amendoim-bravo, Leiteira (RS), Parece-mas-não-é (PE), Flor-de-poeta, Adeus-Brasil (RS), café-do-bispo (RS), Leiteiro, Café-do-diabo, Mata-brasil			
Euphorbiaceae Juss.	<i>Euphorbia pulcherrima</i> Willd. ex Klotzsch				
Euphorbiaceae Juss.	<i>Fragariopsis scandens</i> A. St.-Hil.				
Euphorbiaceae Juss.	<i>Joannesia princeps</i> Vell.	Andá-assu			
Euphorbiaceae Juss.	<i>Julocroton triqueter</i> (Lam.) Didr.				
Euphorbiaceae Juss.	<i>Maprounea guianensis</i> Aubl.	Leiterinho, bonifácio			
Euphorbiaceae Juss.	<i>Pausandra morisiana</i> (Casar.) Radlk.				
Euphorbiaceae Juss.	<i>Pera glabrata</i> Poepp. ex Baill.	Sapateiro			
Euphorbiaceae Juss.	<i>Sapium glandulatum</i> (Vell.) Pax	Leiteiro, pau-de-leite			
Euphorbiaceae Juss.	<i>Sebastiania corniculata</i> (Vahl) Müll. Arg.	Falsa-guanxuma, Guanxuma-de-chifre			
Euphorbiaceae Juss.	<i>Tetraplandra riedelii</i> Müll. Arg.				
Euphorbiaceae Juss.	<i>Tetrorchidium rubrivenium</i> Poepp.	Canemuçu, Canemaçu, Canemão, Bauna, Embirão, Caxeta, Caxeta-amarela, Guatinga-branca, Peroba-d'água-amarela, pita, Bauna			
Fabaceae Lindl.	<i>Andira anthelmia</i> (Vell.) J.F. Macbr.	Garacuí, Angelim-amargoso, Baga-de-morcego, Jacarandá-morcego, angelim-do-campo, angelim-pedra, angelim-de-morcego			
Fabaceae Lindl.	<i>Bauhinia forficata</i> Link	Pata de vaca			
Fabaceae Lindl.	<i>Bauhinia variegata</i> L.	Pata de vaca, Casco de vaca lilás, Unha de vaca lilás			
<a href="#">Fabaceae Lindl.</a>	<i>Caesalpinia echinata</i> Lam.	pau-brasil, pau-rosado		2	EN
Fabaceae Lindl.	<i>Canavalia obtusifolia</i> (Lam.) DC.				
Fabaceae Lindl.	<i>Canavalia parviflora</i> Benth.				
Fabaceae Lindl.	<i>Canavalia rosea</i> (Sw.) DC.	Feijão-da-praia			
Fabaceae Lindl.	<i>Cassia ferruginea</i> (SCHRADER) Schrader ex DC.	Cássia-fistula / Chuva-de-ouro /Cássia / Chuva-de-ouro-giagnte/ Tarpira-coina			
Fabaceae Lindl.	<i>Cassia fistula</i> L.	Cássia-imperial			
Fabaceae Lindl.	<i>Centrolobium robustum</i> (Vell.) Mart. ex Benth.	Araribá-amarelo/ Araribá			
Fabaceae Lindl.	<i>Centrosema virginianum</i> (L.) Benth.	Feijão do mato, Feijãozinho da capoeira, Jequiririrana			
Fabaceae Lindl.	<i>Chamaecrista nictitans</i> (L.) Moench				
Fabaceae Lindl.	<i>Copaifera trapezifolia</i> Hayne	copaiba			

Família	Epíteto Específico	Nome Popular	Categoria de Ameaça		
			1	2	3
Fabaceae Lindl.	<i>Crotalaria lanceolata</i> E. Mey.	Guiso-de-cascável, Chocalho-de-Cascavel, Chocalho, Xique-xique, Feijão-de-guisoos, Crotalária.			
Fabaceae Lindl.	<i>Crotalaria mucronata</i> Desv.	Xique-xique, Cascaveleira, Chocalho-de-cascavel, Guizo-de-cascavel, Maracá, Chocalho, Guiseiro, Crotalária, Mata-pasto-branco, Mata-pasto-pé-de-pinto			
Fabaceae Lindl.	<i>Crotalaria retusa</i> L.				
Fabaceae Lindl.	<i>Dahlstedtia pentaphylla</i> (Taub.) Burkart				
Fabaceae Lindl.	<i>Dahlstedtia pinnata</i> (Benth.) Malme	Falsa-eritrina, Guaraná, Guaraná-Timbó, crista-de-galo			
Fabaceae Lindl.	<i>Desmodium incanum</i> DC.	Carrapicho-beiço-de-boi, Pega-Pega (SC), Amores-do-campo, Baba-de-boi, Marmelada-de-cavalo, Amores-de-vaqueiro, Carrapicho, Agarra-agarra, Mata-pasto.			
Fabaceae Lindl.	<i>Desmodium uncinatum</i> (Jacq.) DC.				
Fabaceae Lindl.	<i>Erythrina crista-galli</i> L.	Suinã, corticeira-de-banhado/ sananduva, eritrina-de-crista-de-galo			
Fabaceae Lindl.	<i>Erythrina speciosa</i> Andrews	Mulungu-do-litoral, Eritrina-dandelabro			
<a href="#">Fabaceae Lindl.</a>	<i>Hymenaea courbaril</i> L.	Jatobá			
Fabaceae Lindl.	<i>Inga capitata</i> Desv.	Ingá costela, ingá-feijão, Ingá-ferradura, ingá-ferro, ingá-de-flor-vermelha			
Fabaceae Lindl.	<i>Inga cf. sessilis</i> (Vell.) Mart.	Ingá-macaco, Ingá-ferradura, Ingá-carneiro (PR)			
Fabaceae Lindl.	<i>Inga edulis</i> Mart.	ingá-feijao, ingá-de-metro			
Fabaceae Lindl.	<i>Inga marginata</i> Willd.	Ingá-feijão, Ingá, Ingá-dedo, Ingá-mirim (BA)			
Fabaceae Lindl.	<i>Inga semialata</i> (Vell.) Mart.	Ingá			
<a href="#">Fabaceae Lindl.</a>	<i>Inga sessilis</i> (Vell.) Mart.	Ingá-ferradura			
Fabaceae Lindl.	<i>Inga striata</i> Benth.	Ingá-banana; Ingá-cipó; Ingá-de-quatro-quinas			
Fabaceae Lindl.	<i>Inga vera</i> Willd.	ingá-quatro-quinas/ ingá-do-brejo/ Ingá-liso / Ingá / Ingá-da-várzea / Ingá-comum / Ingá-açu			

Família	Epíteto Específico	Nome Popular	Categoria de Ameaça		
			1	2	3
Fabaceae Lindl.	<i>Lonchocarpus nitidus</i> (Vogel) Benth.	Angelim-bravo (CE), embira-de-sapo (MG), maracanã (SC), Imbirinha, Pau-de-canizil (SC), Pau-de-óleo, Rabo-de-bugio (PR), Sapuva, Cumarurana, Maracanã-da-grande (SC), Rabo-de-macaco (RS, SC).			
Fabaceae Lindl.	<i>Machaerium lanceolatum</i> (Vell.) J.F. Macbr.				
Fabaceae Lindl.	<i>Machaerium nyctitans</i> (Vell.) Benth.	Bico-de-pato, jacarandá-bico-de-pato			
Fabaceae Lindl.	<i>Mimosa pudica</i> L.	Dormideira, Sensitiva, Dorme-dorme, Malícia-de-mulher, Dorme-Maria, Erva-viva, Mimosa, Arranhadeira, Malícia, Juquiri-rasteiro, Malícia-roxa (PA), Morre-leão (MG), Vergonha, Malícia-das-mulheres			
Fabaceae Lindl.	<i>Newtonia glaziovii</i> (Harms) Burkart ex Barth & Yoneshigue	Caovi			
Fabaceae Lindl.	<i>Ormosia arborea</i> (Vell.) Harms	Olho-de-cabra, Olho-de-cabra vermelho			
Fabaceae Lindl.	<i>Peltogyne angustiflora</i> Ducke				
Fabaceae Lindl.	<i>Piptadenia adiantoides</i> (Spreng.) J.F. Macbr.				
Fabaceae Lindl.	<i>Piptadenia gonoacantha</i> (Mart.) J.F. Macbr.	Pau-jacare			
Fabaceae Lindl.	<i>Piptadenia paniculata</i> Benth.	Cobi, Angico, Unha-de-gato, Angico-paniculata, Canela-amarela			
Fabaceae Lindl.	<i>Pithecellobium langsdorffii</i> Benth.	raposeira branca, timbuva, olho-de-pomba			
Fabaceae Lindl.	<i>Pithecellobium lusorium</i> (Vell.) Benth.				
Fabaceae Lindl.	<i>Pseudopiptadenia leptostachya</i> (Benth.) Rauschert				
Fabaceae Lindl.	<i>Pseudopiptadenia warmingii</i> (Benth.) G.P. Lewis & M.P. Lima	Cavi			
Fabaceae Lindl.	<i>Pterocarpus rohrii</i> Vahl	Aldrago-miúdo, aldrago, pau-sangue			
Fabaceae Lindl.	<i>Schizolobium parahyba</i> (Vell.) S.F. Blake	Guapuruvu			
Fabaceae Lindl.	<i>Sclerolobium denudatum</i> Vogel	Passuare			
Fabaceae Lindl.	<i>Senna angulata</i> (Vogel) H.S. Irwin & Barneby	Manduirana, Mamanga			
Fabaceae Lindl.	<i>Senna macranthera</i> (DC. ex Collad.) H.S. Irwin & Barneby	Aleluiao, Ibichuna, fedegoso, manduirana			
Fabaceae Lindl.	<i>Senna multijuga</i> (Rich.) H.S. Irwin & Barneby	Pau-cigarra, aleluieiro, aleluia			



Família	Epíteto Específico	Nome Popular	Categoria de Ameaça		
			1	2	3
Fabaceae Lindl.	<i>Senna tropica</i> (Vell.) H.S. Irwin & Barneby				
Fabaceae Lindl.	<i>Sophora tomentosa</i> L.	Feijão-de-praia			
Fabaceae Lindl.	<i>Swartzia acutifolia</i> Vogel	saco-de-bode			
Fabaceae Lindl.	<i>Swartzia langsdorffii</i> Raddi	Pacová-de-macaco, Jacarandá-banana, Jacarandá-de-sangue, Banana-de-papagaio (AL)			
Fabaceae Lindl.	<i>Tachigali multijuga</i> Benth.	Tachi, Jataúba, ingá-bravo			
Fabaceae Lindl.	<i>Vigna luteola</i> (Jacq.) Benth.				
Fabaceae Lindl.	<i>Zygia cauliflora</i> (Willd.) Killip				
Faboideae	<i>Andira fraxinifolia</i> Benth.	angelim-doce, , angelim-rosa, angelim-do-mato, mata-baratas, pau-de-morcego, pinhão-do-mato			
Fissidentaceae Schimp.	<i>Fissidens asplenioides</i> Hedw.				
Fissidentaceae Schimp.	<i>Fissidens zollingeri</i> Mont.				
Gentianaceae Juss.	<i>Voyria aphylla</i> (Jacq.) Pers.				
Gesneriaceae Rich. & Juss.	<i>Codonanthe devosiana</i> Lem.				
Helicophyllaceae Broth.	<i>Helicophyllum torquatum</i> (Hook.) Brid.				
Humiriaceae A. Juss.	<i>Vantanea compacta</i> (Schnizl.) Cuatrec.	guaraparim, guarapari, garapari			
Hypnaceae Schimp.	<i>Chryso-hypnum diminutivum</i> (Hampe) W.R. Buck				
Hypnaceae Schimp.	<i>Vesicularia vesicularis</i> (Schwägr.) Broth.				
Hypopterygiaceae Mitt.	<i>Hypopterygium tamarisci</i> (Sw.) Brid. ex Müll. Hal.				
Hypoxidaceae R. Br.	<i>Hypoxis decumbens</i> L.	Mariçó-bravo, Falsa-tiririca, Maririçó-silvestre, Maririçó-bravo, Tiririca-brava, Tiririca-de-flor-amarela, Tiririca			
Iridaceae Juss.	<i>Neomarica lutea</i> (Herb.) Sprague				
Jubulaceae H. Klinggr.	<i>Frullania brasiliensis</i> Raddi				
Jubulaceae H. Klinggr.	<i>Frullania ericoides</i> (Nees ex Mart.) Mont.				
Jubulaceae H. Klinggr.	<i>Frullania gibbosa</i> Nees				
Jubulaceae H. Klinggr.	<i>Frullania neesii</i> Lindenb.				
<a href="#">Jungermanniaceae</a>	<i>Frullania glomerata</i> (Lehm. & Lindenb.) Nees & Mont.				
Lacistemataceae Mart.	<i>Lacistema lucidum</i> Schnizl.	Guruguva, guacazinho, guacazito			DD
Lacistemataceae Mart.	<i>Lacistema pubescens</i> Mart.	Capote-de-sanhaço			
Lamiaceae Martinov	<i>Aegiphila sellowiana</i> Cham.	Tamanqueiro, Minura, Papagaio, Pau-de-tamanco			

Família	Epíteto Específico	Nome Popular	Categoria de Ameaça		
			1	2	3
Lamiaceae Martinov	<i>Marsypianthes chamaedrys</i> (Vahl) Kuntze	Betônia-brava (CE), Alfavaca-de-cheiro (BA), Rabugem-de-cachorro (BA), Erva-de-cabra (PA), hortelã-do-campo, Erva-de-paracari (PA), Coração-de-frade (MG), Vassoura (BA)			
Lamiaceae Martinov	<i>Vitex polygama</i> Cham.	tarumã, tarumã-do-cerrado			
Lauraceae Juss.	<i>Aiouea acarodomatifera</i> Kosterm.	Canela	VU		LC
Lauraceae Juss.	<i>Aniba firmula</i> (Nees & C. Mart.) Mez	Canela-de-cheiro			
Lauraceae Juss.	<i>Aniba viridis</i> Mez				
Lauraceae Juss.	<i>Beilschmiedia emarginata</i> (Meisn.) Kosterm.	Canela, caneloa-oiti, canela-tapinha, batalha, canela-coco			
Lauraceae Juss.	<i>Beilschmiedia fluminensis</i> Kosterm.	Canela			
Lauraceae Juss.	<i>Cassytha filiformis</i> L.				
Lauraceae Juss.	<i>Cryptocarya aschersoniana</i> Mez	Canela, canela-batalha, canela-areia, canela-branca			
Lauraceae Juss.	<i>Cryptocarya saligna</i> Mez	Canela			
Lauraceae Juss.	<i>Endlicheria paniculata</i> (Spreng.) J.F. Macbr.	Canela, canela-frade, canela-jacuá, canela-cheirosa, louro, madeira-de-rei, canela-caroba, canela-de-cantagalo, canela-peluda, canela-cornuta			
Lauraceae Juss.	<i>Licaria armeniaca</i> (Nees) Kosterm.	canela			
Lauraceae Juss.	<i>Nectandra leucantha</i> Nees & Mart.	canela			
Lauraceae Juss.	<i>Nectandra membranacea</i> (Sw.) Griseb.	Canela, Canela-Amarela, Canela-do-mato, Canela-da-mata-ciliar, Canela-do-córrego			
Lauraceae Juss.	<i>Nectandra nitidula</i> Nees & Mart.	Canela-Amarela, canela, canela-d-mato, canela-do-corrego, canela-da-mata-ciliar			
Lauraceae Juss.	<i>Nectandra psammophila</i> Nees & C. Mart.	Canela-Amarela			EN
Lauraceae Juss.	<i>Nectandra puberula</i> (Schott) Nees	Canela			
Lauraceae Juss.	<i>Ocotea bicolor</i> Vattimo-Gil				
Lauraceae Juss.	<i>Ocotea catharinensis</i> Mez	Canela preta, canela-coqueiro, canela-pinheiro, canela-amarela, canleabroto, canela-bicha			
Lauraceae Juss.	<i>Ocotea daphnifolia</i> (Meisn.) Mez	Canela	EN		
Lauraceae Juss.	<i>Ocotea dispersa</i> (Nees) Mez	Canela			
Lauraceae Juss.	<i>Ocotea frondosa</i> (Meisn.) Mez	Canela, caju-do-mato, canela-do-mato	VU		
Lauraceae Juss.	<i>Ocotea nunesii</i> Vattimo		VU		

Família	Epíteto Específico	Nome Popular	Categoria de Ameaça		
			1	2	3
Lauraceae Juss.	<i>Ocotea odorifera</i> Rohwer	Canela-sassafrás, sassafrás, Sassafrás-amarelo, Canela-Funcho, Sassafrás-preto, Sassafrás-rajado, Sassafrázinho, Canela-parda, Canela-cheirosa (PR), Casca-Cheirosa, Louro-cheiroso (PR).			
Lauraceae Juss.	<i>Ocotea puberula</i> (Rich.) Nees	Canela-guaicá, canela-sebo, guaicá, canela-parda, canela-pimenta, canela-de-corvo			
Lauraceae Juss.	<i>Ocotea pulchella</i> Mart.	Canela-preta, canela-lageana, canela-nhumirim, canelinha, canela-do-brejo, canela-pimenta, caneleira			
Lauraceae Juss.	<i>Ocotea teleiandra</i> (Meisn.) Mez	Canela-iacuá, Canela-limão			
Lauraceae Juss.	<i>Urbanodendron bahiense</i> (Meisn.) Rohwer	Canela	VU	2	EN
Lecythidaceae A. Rich.	<i>Cariniana estrellensis</i> (Raddi) Kuntze	Jequitiba-branco, Barauna	QA		
Lecythidaceae A. Rich.	<i>Cariniana legalis</i> (Mart.) Kuntze	Jequitiba-rosa, jequitibá-vermelho, jequitibá-cedro, estopa, jequitibá-branco	QA		VU
Lecythidaceae A. Rich.	<i>Eschweilera ovata</i> (Cambess.) Miers	Biriba, Imbiriba, Biriba-branca, Bririba-preta, Tauarisinho (MA), Ibirabá, Sapucainha			
Lejeuneaceae Cas.-Gil	<i>Bryopteris diffusa</i> (Sw.) Nees				
Lejeuneaceae Cas.-Gil	<i>Bryopteris fruticulosa</i> Taylor				
Lejeuneaceae Cas.-Gil	<i>Ceratolejeunea cornuta</i> (Lindenb.) Schiffner				
Lejeuneaceae Cas.-Gil	<i>Cheilejeunea rigidula</i> (Mont.) R.M. Schust.				
Lejeuneaceae Cas.-Gil	<i>Lejeunea cancellata</i> Nees & Mont. ex Mont.				
Lejeuneaceae Cas.-Gil	<i>Lejeunea laetevirens</i> Nees & Mont.				
Lejeuneaceae Cas.-Gil	<i>Lejeunea phyllobola</i> Nees & Mont. ex Mont.				
Lejeuneaceae Cas.-Gil	<i>Leptolejeunea elliptica</i> (Lehm. & Lindenb.) Schiffner				
Lejeuneaceae Cas.-Gil	<i>Lopholejeunea nigricans</i> (Lindenb.) Stephani				
Lejeuneaceae Cas.-Gil	<i>Lopholejeunea subfusca</i> (Nees) Schiffner				
Lejeuneaceae Cas.-Gil	<i>Schiffneriolejeunea polycarpa</i> (Nees) Gradst.				
Lejeuneaceae Cas.-Gil	<i>Taxilejeunea pterigonia</i> (Lehm. & Lindenb.) Schiffner				
Lophocoleaceae De Not.	<i>Lophocolea martiana</i> Nees				

Família	Epíteto Específico	Nome Popular	Categoria de Ameaça		
			1	2	3
Magnoliaceae Juss.	<i>Talauma ovata</i> A. St.-Hil.	Pinha-d-brejo, Talauma, Baguaçú			
Malpighiaceae Juss.	<i>Bunchosia fluminensis</i> Griseb.	Guaraucaia			
Malpighiaceae Juss.	<i>Heteropterys nitida</i> DC.				
Malpighiaceae Juss.	<i>Stigmaphyllon arenicola</i> C.E. Anderson				
Malvaceae Juss.	<i>Chorisia speciosa</i> A. St.-Hil.	Paineira/ paineira-rosa/ paineira-branca/ paineira-vermelha			
Malvaceae Juss.	<i>Eriotheca pentaphylla</i> (Vell.) A. Robyns	Embiruçú			
Malvaceae Juss.	<i>Guazuma ulmifolia</i> Lam.	mutambo, fruta-de-macaco, guaxima-torcida, araticum-bravo, embira			
Malvaceae Juss.	<i>Hibiscus pernambucensis</i> Arruda	guaxima-do-mangue, algodão-do-bejo, algodão-da-praia			
Malvaceae Juss.	<i>Luehea divaricata</i> Mart.	Açoita-cavalo, Juazeiro-de-árvore			
Malvaceae Juss.	<i>Pavonia rosea</i> Wall. ex Moris				
Malvaceae Juss.	<i>Quararibea turbinata</i> (Sw.) Poir.				
Malvaceae Juss.	<i>Sida rhombifolia</i> L.	Guaxuma, Mata-pasto (SC), Vassourinha, Relógio, Vassoura-relógio (BA), Guaxima, Malva, Vassourinha-do-campo, Malva-preta (PA), Tupitixa			
Malvaceae Juss.	<i>Triumfetta bartramii</i> L.	Carrapichão, Barba-de-boi, Carrapicho-da-calçada, Amor-do-campo, Carrapicho-redondo, Carrapicheiro			
Malvaceae Juss.	<i>Triumfetta semitriloba</i> Jacq.	Carrapicho-da-calçada, Carrapichão, Carrapicho-miúdo, Juta-nacional, Carrapicho-de-linho, Guanxuma, Carrapicho (PE,SP), Carrapicho-de-boi			
Marantaceae R. Br.	<i>Calathea colorata</i> Benth.				
Marcgraviaceae Bercht. & J. Presl	<i>Norantea brasiliensis</i> Choisy	Agarra-pé			
Marchantiaceae	<i>Dumortiera hirsuta</i> (Sw.) Nees				
Marchantiaceae	<i>Marchantia chenopoda</i> L.				
Melastomataceae Juss.	<i>Ossaea confertiflora</i> (DC.) Triana				
Melastomataceae Juss.	<i>Clidemia hirta</i> (L.) D. Don				
Melastomataceae Juss.	<i>Clidemia neglecta</i> D. Don				
Melastomataceae Juss.	<i>Leandra carassana</i> (DC.) Cogn.				
Melastomataceae Juss.	<i>Leandra mosenii</i> Cogn.				
Melastomataceae Juss.	<i>Meriania calyptata</i> (Naudin) Triana				

Família	Epíteto Específico	Nome Popular	Categoria de Ameaça		
			1	2	3
Melastomataceae Juss.	<i>Miconia brasiliensis</i> (Spreng.) Triana				
Melastomataceae Juss.	<i>Miconia cabussu</i> Hoehne	Cabuçú, jacatirão, pixirica, pixiricão			
Melastomataceae Juss.	<i>Miconia cf. latecrenata</i> (DC.) Naudin				
Melastomataceae Juss.	<i>Miconia cinnamomifolia</i> Naudin	Jacatirão, jacatirão-açú,			
Melastomataceae Juss.	<i>Miconia cubatanensis</i> Hoehne				
Melastomataceae Juss.	<i>Miconia dodecandra</i> Cogn.				
Melastomataceae Juss.	<i>Miconia doriana</i> Cogn.				
Melastomataceae Juss.	<i>Miconia fasciculata</i> Gardner				
Melastomataceae Juss.	<i>Miconia hymenonervia</i> (Raddi) Cogn.	Jacatirão			
Melastomataceae Juss.	<i>Miconia inaequidens</i> (DC.) Naudin				
Melastomataceae Juss.	<i>Miconia latecrenata</i> (DC.) Naudin				
Melastomataceae Juss.	<i>Mouriri chamissoana</i> Cogn.	Guamirim-ripa, Jacatirão-poca			
Melastomataceae Juss.	<i>Tibouchina clavata</i> (Pers.) Wurdack	Orelha de onça			
Melastomataceae Juss.	<i>Tibouchina estrellensis</i> (Raddi) Cogn.				
Melastomataceae Juss.	<i>Tibouchina granulosa</i> (Desr.) Cogn.	Quaresmeira, quaresmeira-rosa, quaresmeira-roxa			
Melastomataceae Juss.	<i>Tibouchina holosericea</i> Baill.	Orelha-de-mula			
Melastomataceae Juss.	<i>Tibouchina mutabilis</i> Cogn.	manacá-da-serra			
Melastomataceae Juss.	<i>Tibouchina pulchra</i> Cogn.	Quaresmeira, Branquinho, manacá-da-serra			
Melastomataceae Juss.	<i>Tibouchina scrobiculata</i> Cogn.				
Meliaceae Juss.	<i>Cabralea canjerana</i> (Vell.) Mart. subsp. <i>canjerana</i>	Canjarana, Canjerana, Canjerana-de-prego, Cajarana, Canharana (SC), Cedro-canjerana, Pau-de-santo, Caierana, Canjarana-do-litoral, Cajá-espúrio (Lorenzi 2008)			
Meliaceae Juss.	<i>Cedrela fissilis</i> Vell.	Cedro/ Cedro-rosa/ cedrinho	QA		EN
Meliaceae Juss.	<i>Cedrela odorata</i> L.	cedro-do-brejo	QA		VU
Meliaceae Juss.	<i>Guarea macrophylla</i> Vahl	Marinheiro			
Meliaceae Juss.	<i>Trichilia casaretti</i> C. DC.	Catiguá			
Meliaceae Juss.	<i>Trichilia lepidota</i> Mart.				
Meliaceae Juss.	<i>Trichilia pallens</i> C. DC.	Catiguá, baga-de-morcego			LR/NT
Meliaceae Juss.	<i>Trichilia silvatica</i> C. DC.				
Meteoriaceae Kindb.	<i>Meteoridium remotifolium</i> (Müll. Hal.) Manuel				
Monimiaceae Juss.	<i>Mollinedia boracensis</i> Peixoto				
Monimiaceae Juss.	<i>Mollinedia gilgiana</i> Perkins		VU	x	CR
Monimiaceae Juss.	<i>Mollinedia oligantha</i> Perkins				
Monimiaceae Juss.	<i>Mollinedia pachysandra</i> Perkins		VU		

Família	Epíteto Específico	Nome Popular	Categoria de Ameaça		
			1	2	3
Monimiaceae Juss.	<i>Mollinedia schottiana</i> (Spreng.) Perkins	Pimenteira, Capixim, Espeteiro			
Monimiaceae Juss.	<i>Mollinedia uleana</i> Perkins				
Monimiaceae Juss.	<i>Mollinedia widgrenii</i> A. DC.				
Moraceae	<i>Artocarpus heterophyllus</i> Lam.	jaqueira			
Moraceae Gaudich.	<i>Ficus adhatodifolia</i> Schott ex Spreng.				
Moraceae Gaudich.	<i>Ficus cyclophylla</i> (Miq.) Miq.				
Moraceae Gaudich.	<i>Ficus enormis</i> Mart. ex Miq.	figueira-de-pedra			
Moraceae Gaudich.	<i>Ficus insipida</i> Willd.	figueira-do-brejo/ figueira-branca			
Moraceae Gaudich.	<i>Ficus luschnathiana</i> (Miq.) Miq.				
Moraceae Gaudich.	<i>Ficus pulchella</i> Schott ex Spreng.				
Moraceae Gaudich.	<i>Maclura tinctoria</i> (L.) D. Don ex Steud.	Taiúva, Tajuva (SC, PR), Amora-branca, Tatajuva, Tatajuba (GO, MT), Tatajiba (MG), Amarelinho (ES, MG), Amoreira (PR), Jataíba, Moreira, Limãorana (MT, GO), Tatané, Pau-Amarelo, Taúba, Pau-de-fogo, amora-da-mata			
Moraceae Gaudich.	<i>Sorocea bonplandii</i> (Baill.) W.C. Burger, Lanj. & Wess. Boer	Canxim, Cincho			
Myriniaceae Schimp.	<i>Helicodontium capillare</i> (Hedw.) A. Jaeger				
Myristicaceae R. Br.	<i>Virola bicuhyba</i> (Schott ex Spreng.) Warb.	Bicuíba, bocuva			
Myristicaceae R. Br.	<i>Virola gardneri</i> (A. DC.) Warb.				
Myrsinaceae R. Br.	<i>Ardisia guianensis</i> (Aubl.) Mez				
Myrsinaceae R. Br.	<i>Ardisia martiana</i> Miq.				
Myrsinaceae R. Br.	<i>Myrsine coriacea</i> (Sw.) R. Br. ex Roem. & Schult.	Capororoca			
Myrsinaceae R. Br.	<i>Myrsine ferruginea</i> (Ruiz & Pav.) Spreng.				
Myrsinaceae R. Br.	<i>Myrsine guianensis</i> (Aubl.) Kuntze				
Myrsinaceae R. Br.	<i>Rapanea ferruginea</i> (Ruiz & Pav.) Mez	Capororoca, Azeitona-do-mato, Camará, Capororocaçu, Capororoca-vermelha, Pororoca, Capororoca-Mirim			
Myrsinaceae R. Br.	<i>Rapanea guianensis</i> Aubl.	Capororoca-Branca, Capororoca-do-cerrado			
Myrsinaceae R. Br.	<i>Rapanea umbellata</i> (Mart.) Mez	Caporocão, capororoca, capororoca-branca, capororoca-da-folha-grande,			
Myrtaceae Juss.	<i>Calyptanthes grandifolia</i> O. Berg				

Família	Epíteto Específico	Nome Popular	Categoria de Ameaça		
			1	2	3
Myrtaceae Juss.	<i>Calyptranthes lanceolata</i> O. Berg				
Myrtaceae Juss.	<i>Calyptranthes lucida</i> Mart. ex DC.				
Myrtaceae Juss.	<i>Calyptranthes strigipes</i> O. Berg				
Myrtaceae Juss.	<i>Campomanesia guaviroba</i> Benth. & Hook.f.	Gabiroba-da-mata			
Myrtaceae Juss.	<i>Eugenia cambucarana</i> Kiaersk.				
Myrtaceae Juss.	<i>Eugenia cuprea</i> (O. Berg) Mattos				
<a href="#">Myrtaceae Juss.</a>	<i>Eugenia glomerata</i> Spring ex Mart.				
Myrtaceae Juss.	<i>Eugenia melanogyna</i> (D.Legrand) Sobral	Araçarana			
<a href="#">Myrtaceae Juss.</a>	<i>Eugenia mosenii</i> (Kasusel) Sobral				
Myrtaceae Juss.	<i>Eugenia oblongata</i> O. Berg	Orelha-de-mula			
<a href="#">Myrtaceae Juss.</a>	<i>Eugenia obovata</i> O. Berg				
Myrtaceae Juss.	<i>Eugenia prasina</i> O. Berg				VU
<a href="#">Myrtaceae Juss.</a>	<i>Eugenia stictosepala</i> Kiaersk.				
<a href="#">Myrtaceae Juss.</a>	<i>Eugenia stipitata</i> McVaugh				
Myrtaceae Juss.	<i>Eugenia subavenia</i> O. Berg				
<a href="#">Myrtaceae Juss.</a>	<i>Eugenia sulcata</i> Spring ex Martius				
Myrtaceae Juss.	<i>Eugenia tinguayensis</i> Cambess.				
Myrtaceae Juss.	<i>Eugenia uniflora</i> L.	Pitanga, Pitangueira, Pitangueira-vermelha, Pitanga-roxa, Pitanga-branca, Pitanga-rósea, Pitanga-do-mato			
Myrtaceae Juss.	<i>Gomidesia flagellaris</i> D. Legrand		VU		
Myrtaceae Juss.	<i>Gomidesia schaueriana</i> O. Berg				
Myrtaceae Juss.	<i>Gomidesia spectabilis</i> (DC.) O. Berg				
Myrtaceae Juss.	<i>Marlierea cf. suaveolens</i> Cambess.				
Myrtaceae Juss.	<i>Marlierea excoriata</i> Mart.				
Myrtaceae Juss.	<i>Marlierea obscura</i> O. Berg	Guajapiroca			
Myrtaceae Juss.	<i>Marlierea sylvatica</i> (Gardner) Kiaersk.				
Myrtaceae Juss.	<i>Marlierea tomentosa</i> Cambess.	Guapuruna			
Myrtaceae Juss.	<i>Myrceugenia myrcioides</i> (Cambess.) O. Berg	Araçarana			LR/NT
Myrtaceae Juss.	<i>Myrceugenia myrcioides</i> (Cambess.) O. Berg	Araçarana			
Myrtaceae Juss.	<i>Myrcia fallax</i> (Rich.) DC.	Coração-tinto			
Myrtaceae Juss.	<i>Myrcia pubipetala</i> Miq.	Guamirim-araçá			
Myrtaceae Juss.	<i>Myrcia recurvata</i> O. Berg				
Myrtaceae Juss.	<i>Myrcia rostrata</i> DC.	Guamirim-chorão			
Myrtaceae Juss.	<i>Myrcia spectabilis</i> DC.				
Myrtaceae Juss.	<i>Myrciaria floribunda</i> (H. West ex Willd.) O. Berg	Camboim, Jabuticabinha, Murta, Duque, Goiabarana, Araçazeiro			



Família	Epíteto Específico	Nome Popular	Categoria de Ameaça		
			1	2	3
Myrtaceae Juss.	<i>Neomitranthes glomerata</i> (D. Legrand) D. Legrand				
Myrtaceae Juss.	<i>Psidium cattleianum</i> Sabine	China-guava, Araçá, Araçá-amarelo, Araçazeiro, Araçá-do-Campo, Araçá-Vermelho, Araçá-Doce, Araçá-Manteiga, Araçazeiro			
Myrtaceae Juss.	<i>Psidium guineense</i> Sw.				
Neckeraceae Schimp.	<i>Porotrichum longirostre</i> (Hook.) Mitt.				
<i>Neckeropsis disticha</i> (Hedw.) Kindb.	<i>Neckeropsis disticha</i> (Hedw.) Kindb.				
Nyctaginaceae Juss.	<i>Guapira hirsuta</i> (Choisy) Lundell				
Nyctaginaceae Juss.	<i>Guapira nitida</i> (Schmidt) Lundell	Angélica, maria-mole			
Nyctaginaceae Juss.	<i>Guapira opposita</i> (Vell.) Reitz	Maria-mole			
Nyctaginaceae Juss.	<i>Mirabilis jalapa</i> L.	Maravilha, Pó-de-arroz, Bonina, Boas-Noites, Jalapa-falsa, Belas-Noites, Beijos-de-frades, Maravilha-de-forquilha, Bons-dias, Boa-Morte, Erva-de-Santa-Catarina, Flor-das-quatro-horas, Erva-triste, Jalapa-bastarda, Jalapa, Batata-de-purga			
Nyctaginaceae Juss.	<i>Neea pendulina</i> Heimerl	Cafezinho			
Nyctaginaceae Juss.	<i>Pisonia ambigua</i> Heimerl	Maria-faceira			
Ochnaceae DC.	<i>Ouratea multiflora</i> (Pohl) Engl.	Coração-de-bugre-branco, coité-da-mata			
Ochnaceae DC.	<i>Ouratea parviflora</i> (A. DC.) Baill.				
Ochnaceae DC.	<i>Ouratea parviflora</i> Engl.	Coração-de-bugre-vermelho			
Ochnaceae DC.	<i>Quiina glazovii</i> Engl.				
Ochnaceae DC.	<i>Sauvagesia erecta</i> L.				
Octoblepharaceae (Cardot) A. Eddy ex M. Menzel	<i>Octoblepharum albidum</i> Hedw.				
Oleaceae R. Br.	<i>Tetrastylidium grandifolium</i> (Baill.) Sleumer				
Oleaceae Hoffmanns. & Link	<i>Chionanthus filiformis</i> (Vell.) P.S. Green				
Oleaceae Hoffmanns. & Link	<i>Ligustrum lucidum</i> W.T. Aiton	Alfeneiro, Alfeneiro -do-Japão, Ligustro			
Orchidaceae Juss.	<i>Epidendrum fulgens</i> Brongn.				
Orchidaceae Juss.	<i>Habenaria pleiophylla</i> Hoehne & Schltr.				
Orchidaceae Juss.	<i>Oncidium flexuosum</i> (Kunth) Lindl.				
Orthotrichaceae Arn.	<i>Groutiella apiculata</i> (Hook.) H.A. Crum & Steere				
<a href="#">Orthotrichaceae Arn.</a>	<i>Macrocoma orthotrichoides</i> (Raddi)				

Família	Epíteto Específico	Nome Popular	Categoria de Ameaça		
			1	2	3
	Wijk & Margad.				
Oxalidaceae R. Br.	<i>Oxalis cytisoides</i> C. Mart. & Zucc.				
Pallaviciniaceae	<i>Symphyogyna aspera</i> Stephani				
Passifloraceae Juss. ex Rousset	<i>Passiflora elegans</i> Mast.				
Passifloraceae Juss. ex Rousset	<i>Passiflora amethystina</i> J.C. Mikan				
<a href="#">Passifloraceae Juss. ex Rousset</a>	<i>Passiflora capsularis</i> L.				
Passifloraceae Juss. ex Rousset	<i>Passiflora eichleriana</i> Mast.	Maracujá-de-cobra			
Passifloraceae Juss. ex Rousset	<i>Passiflora eichleriana</i> Mast.	Maracujá-de-cobra			
Phyllanthaceae Martinov	<i>Hieronyma alchorneoides</i> Allemão				
Phyllanthaceae Martinov	<i>Phyllanthus juglandifolius</i> Willd.				
Phyllanthaceae Martinov	<i>Phyllanthus niruri</i> L.	Quebra-pedra, Quebra- panela, Erva-Pombinha, Arrebenta-Pedra, Saxifraga, Conami, Quebra-Pedra- branco (BA), Saudade-da- mulher, Arranca-Pedra, Fura- parede			
Phyllanthaceae Martinov	<i>Phyllanthus tenellus</i> Roxb.	Quebra-pedra, Erva- pombinha (MG), Arrebenta- pedra			
Phytolaccaceae R. Br.	<i>Gallesia integrifolia</i> (Spreng.) Harms	Pau-d'alto			
Phytolaccaceae R. Br.	<i>Phytolacca dioica</i> L.	Ibiratai, cebolão			
Phytolaccaceae R. Br.	<i>Phytolacca thyrsoiflora</i> Fenzl ex J.A. Schmidt	Fruto-de-pombo, Caruru- bravo, Caruru-de-cacho, Tinge-ovos, Erva-de-cachos, Cururu-selvagem, Tintureira, Cururu-açu (BA), Cururu-de- porco (SP), Cupieiro.			
Phytolaccaceae R. Br.	<i>Rivina humilis</i> L.				
Phytolaccaceae R. Br.	<i>Seguiera aculeata</i> Jacq.				
Picramniaceae Fernando & Quinn	<i>Picramnia ciliata</i> Mart.				
Picramniaceae Fernando & Quinn	<i>Picramnia crenata</i> (Vell.) Hassl.				
Pilotrichaceae Kindb.	<i>Callicostella ciliata</i> (Schimp.) A. Jaeger				
Pilotrichaceae Kindb.	<i>Callicostella pallida</i> (Hornsch.) Ångström				
Pilotrichaceae Kindb.	<i>Thamniopsis incurva</i> (Hornsch.) W.R. Buck				
Piperaceae Giseke	<i>Peperomia alata</i> Ruiz & Pav.				
Piperaceae Giseke	<i>Peperomia glabella</i> (Sw.) A. Dietr.				

Família	Epíteto Específico	Nome Popular	Categoria de Ameaça		
			1	2	3
Piperaceae Giseke	<i>Peperomia martiana</i> Miq.				
Piperaceae Giseke	<i>Piper aduncum</i> L.	Pimenta-de-macaco, Caapeba, ganchinho			
Piperaceae Giseke	<i>Piper amplum</i> Kunth				
Piperaceae Giseke	<i>Piper arboreum</i> Aubl.				
Piperaceae Giseke	<i>Piper cf. caldense</i> C. DC.				
Piperaceae Giseke	<i>Piper concinnatoris</i> Yunck.				
Piperaceae Giseke	<i>Piper gaudichaudianum</i> Kunth	Jaborandi			
Piperaceae Giseke	<i>Piper lepturum</i> Kunth				
Piperaceae Giseke	<i>Piper permucronatum</i> Yunck.				
Piperaceae Giseke	<i>Piper regnellii</i> (Miq.) C. DC.				
Piperaceae Giseke	<i>Piper richardiifolium</i> Kunth				
Piperaceae Giseke	<i>Piper solmsianum</i> C. DC.				
Piperaceae Giseke	<i>Pothomorphe umbellata</i> (L.) Miq.	Pariparoba, Caapeba			
Plagiochilaceae	<i>Plagiochila disticha</i> (Lehm. & Lindenb.) Lindenb.				
Plagiochilaceae	<i>Plagiochila martiana</i> Nees				
Plagiochilaceae	<i>Plagiochila patentissima</i> Stephani				
Plagiochilaceae	<i>Plagiochila rutilans</i> Lindenb.				
Plantaginaceae Juss.	<i>Bacopa monnieri</i> (L.) Wettst.	Bacopá			
Plantaginaceae Juss.	<i>Scoparia dulcis</i> L.	Vassourinha, Tapixaba (SP), Tapoçaba, Vassourinha-mofina (BA), Tapeçaba, Vassourinha-Tubicaba (RS), Tupixaba, Vassourinha-miúda, Vassourinha-de-botão (CE), Vassourinha-doce (MG)			
Poaceae Barnhart	<i>Chusquea bambusoides</i> Hack.				
Poaceae Barnhart	<i>Eleusine indica</i> (L.) Gaertn.	Capim-pé-de-galinha, Pé-de-galinha, Capim-de-coroa-d'ouro, Pata-de-galinha, Capim-da-cidade, Capim-de-burro, Grama-de-coradouro, Grama-sapo, Pé-de-papagaio, Capim-fubá, Flor-de-grama			
Poaceae Barnhart	<i>Eragrostis ciliaris</i> (L.) R. Br.	Capim-de-rola, Capim-mimoso, Capim-pelo-de-rato, Capim-fino, Capim-penacho (PE), Capim-bosta-de-rola (PE), Campim-de-canário (BA)			
Poaceae Barnhart	<i>Imperata brasiliensis</i> Trin.	Sapé, Capim-sapé, Sapé-Macho, Capim-estrepo, Navalhas (MG), Capim-Agrete (SC), Capim-			

Família	Epíteto Específico	Nome Popular	Categoria de Ameaça		
			1	2	3
		Massapé (PA), Campim-peba, Capim-de-bezerro, Juapé, Suapé			
Poaceae Barnhart	<i>Melinis minutiflora</i> P. Beauv.	Capim-gordura, Capim-meloso, Capim-melado, Capim-Catingueiro, Capim-cabelo-de-negro, Capim-gordo, Capim-de-Frei-Luiz, Catingueiro			
Poaceae Barnhart	<i>Panicum maximum</i> Jacq.	Capim-colonião, Capim-guiné, Capim-sempre-verde, Capim-da-colônia, Capim-guaçu (SC), Capim-murumbu, Capim-de-planta, Capim-de-cavalo, Capim-de-mula, Capim-de-corte, Milhã, Capim-coloninho			
Poaceae Barnhart	<i>Schizachyrium condensatum</i> (Kunth) Nees	Rabo-de-burro, Capim-rabo-de-burro, Capim-rabo-de-gato, Macega, Barba-de-bode-de-vassoura, Cola-de-zorro, Cauda-de-zorro, Bambuzinho			
Poaceae Barnhart	<i>Setaria poiretiana</i> (Schult.) Kunth	Capim-canoão, Canoão, Capim-geriva, Capim-jiriva, Capim-palmeira, Capim-coqueirinho, Capim-leque, Capim-amargoso, Gramadoce			
Poaceae Barnhart	<i>Stenotaphrum secundatum</i> (Walter) Kuntze				
Poaceae Barnhart	<i>Urochloa plantaginea</i> (Link) R.D. Webster	Capim-marmelada, Marmelada, Papuã, Capim-papuã (RS), Capim-Milhã-branca, Capim-doce (SC), Capim-São-Paulo (SC), Capim-Guatemela (RS), Capim-parlote, Grama-major, Grama-paulista, Milhã-branca			
Polygalaceae Hoffmanns. & Link	<i>Polygala paniculata</i> L.	Barba-de-São-Pedro, Mimosinha, Bromil, Alecrim-de-Santa-Catarina, Arrozinho, Alcacuz-de-Santa-Catarina, Ipeca-bastarda			
Polygonaceae Juss.	<i>Coccoloba confusa</i> R.A. Howard				
Polytrichaceae Schwägr.	<i>Polytrichum commune</i> Hedw.				
Pottiaceae Schimp.	<i>Hyophila involuta</i> (Hook.) A. Jaeger				
Pottiaceae Schimp.	<i>Hyophiladelphus agrarius</i> (Hedw.) R.H. Zander				

Família	Epíteto Específico	Nome Popular	Categoria de Ameaça		
			1	2	3
Pottiaceae Schimp.	<i>Tortella humilis</i> (Hedw.) Jenn.				
Primulaceae Batsch ex Borkh.	<i>Rapanea gardneriana</i> (A. DC.) Mez				
Primulaceae Batsch ex Borkh.	<i>Stylogyne ambigua</i> (Mart.) Mez				
Proteaceae Juss.	<i>Roupala brasiliensis</i> Klotzsch	Carne-de-vaca, carvalho-brasileiro, carvalho-rosa			
Proteaceae Juss.	<i>Roupala paulensis</i> Sleumer				
Proteaceae Juss.	<i>Roupala sculpta</i> Sleumer		VU		
Pteridaceae E.D.M. Kirchn.	<i>Doryopteris pentagona</i> Pic. Serm.				
Racopilaceae Kindb.	<i>Racopilum tomentosum</i> (Hedw.) Brid.				
Radulaceae K. Müller	<i>Radula cubensis</i> K. Yamada				
Radulaceae K. Müller	<i>Radula javanica</i> Gottsche				
Radulaceae K. Müller	<i>Radula nudicaulis</i> Stephani				
Ranunculaceae Juss.	<i>Clematis dioica</i> L.				
Ranunculaceae Juss.	<i>Clematis dioica</i> L.				
Rhamnaceae Juss.	<i>Colubrina glandulosa</i> Perkins	Saguaragi, sobrasil, saguaraji-vermelho, saguaragi-amarelo			
Rhizogoniaceae Broth.	<i>Pyrrhobryum spiniforme</i> (Hedw.) Mitt.				
Rhizophoraceae Pers.	<i>Rhizophora mangle</i> L.	Mangue-vermelho, Sapateiro			LC
Rosaceae Juss.	<i>Prunus myrtifolia</i> (L.) Urb.	Pessegueiro-bravo, Marmelo-bravo, Pessegueiro-do-mato, Varoveira			
Rosaceae Juss.	<i>Rubus sect. rosaefolii</i> Focke	Amora-brava, amora, amora-silvestre			
Rubiaceae Juss.	<i>Alseis floribunda</i> Schott	Armação-da-serra, quina-de-São Paulo			
Rubiaceae Juss.	<i>Amaioua intermedia</i> Mart.	Marmelada, Guruguva-verdadeira			
Rubiaceae Juss.	<i>Bathysa australis</i> (A.St.-Hil.) K. Schum.				
Rubiaceae Juss.	<i>Bathysa gymnocarpa</i> K. Schum.				
Rubiaceae Juss.	<i>Bathysa mendoncae</i> K. Schum.				
Rubiaceae Juss.	<i>Bathysa meridionalis</i> L.B. Sm. & Downs	Quina-de-Santa Catarina			
Rubiaceae Juss.	<i>Bathysa stipulata</i> (Vell.) C. Presl				
Rubiaceae Juss.	<i>Chiococca alba</i> (L.) Hitchc.				
Rubiaceae Juss.	<i>Coccocypselum geophiloides</i> Wawra				
Rubiaceae Juss.	<i>Coccocypselum hasslerianum</i> Chodat	Espuma de sapo			
Rubiaceae Juss.	<i>Coccocypselum krauseanum</i> Standl.				
Rubiaceae Juss.	<i>Cordia concolor</i> (Cham.) Kuntze				
Rubiaceae Juss.	<i>Coussarea contracta</i> (Walp.) Müll. Arg.				
Rubiaceae Juss.	<i>Coussarea friburgensis</i> M. Gomes				

Família	Epíteto Específico	Nome Popular	Categoria de Ameaça		
			1	2	3
Rubiaceae Juss.	<i>Coussarea meridionalis</i> (Vell.) Müll. Arg. var. <i>meridionalis</i>	Grinalda			
Rubiaceae Juss.	<i>Coussarea meridionalis</i> var. <i>porophylla</i> (Vell.) M. Gomes	Grinalda			
Rubiaceae Juss.	<i>Coussarea nodosa</i> (Benth.) Müll. Arg.		EN		
Rubiaceae Juss.	<i>Coutarea hexandra</i> (Jacq.) K. Schum.	Quina, Quina-quina, Quineira (SP), Quina-de-Pernambuco, Quina-do-Pará, Quina -do-Piauí, Quina-branca, Quina de Dom Diogo, Amora do Mato, Murta-do-mato (SP, MG)			
Rubiaceae Juss.	<i>Faramea morsoniana</i> Müll. Arg.				
Rubiaceae Juss.	<i>Faramea tetragona</i> Müll. Arg.				
Rubiaceae Juss.	<i>Faramea truncata</i> DC.				
Rubiaceae Juss.	<i>Guettarda viburnoides</i> Cham. & Schltldl.	Guapeva, veludo			
Rubiaceae Juss.	<i>Ixora chinensis</i> Lam.	Ixora-chinesa, Ixora-vermelha, Alfinete-gigante			
Rubiaceae Juss.	<i>Manettia gracilis</i> Cham. & Schltldl.				
Rubiaceae Juss.	<i>Palicourea croceoides</i> Ham.				
Rubiaceae Juss.	<i>Posoqueria acutifolia</i> Mart.				
Rubiaceae Juss.	<i>Posoqueria latifolia</i> (Rudge) Roem. & Schult.				
Rubiaceae Juss.	<i>Psychotria ambigua</i> Wight & Arn.				
Rubiaceae Juss.	<i>Psychotria astrelantha</i> Wernham				
Rubiaceae Juss.	<i>Psychotria carthagenensis</i> Jacq.	erva-de-galinha			
Rubiaceae Juss.	<i>Psychotria cf. glaziovii</i> Müll. Arg.				
Rubiaceae Juss.	<i>Psychotria deflexa</i> DC.				
Rubiaceae Juss.	<i>Psychotria glaziovii</i> Müll. Arg.				
Rubiaceae Juss.	<i>Psychotria laciniata</i> Vell.				
Rubiaceae Juss.	<i>Psychotria leiocarpa</i> Cham. & Schltldl.				
Rubiaceae Juss.	<i>Psychotria mapourioides</i> DC.				
Rubiaceae Juss.	<i>Psychotria nemorosa</i> Gardner				
Rubiaceae Juss.	<i>Psychotria nuda</i> (Cham. & Schltldl.) Wawra	Grandiuva			
Rubiaceae Juss.	<i>Psychotria patentinervia</i> Müll. Arg.				
Rubiaceae Juss.	<i>Psychotria suterella</i> Müll. Arg.				
Rubiaceae Juss.	<i>Rudgea coriacea</i> (Spreng.) K. Schum.				
Rubiaceae Juss.	<i>Rudgea jasminoides</i> (Cham.) Müll. Arg.	rudgea			
Rubiaceae Juss.	<i>Rudgea jasminoides</i> subsp. <i>micrantha</i> Zappi				
Rubiaceae Juss.	<i>Rustia formosa</i> (Cham. & Schltldl. ex DC.) Klotzsch	Genipapo			

Família	Epíteto Específico	Nome Popular	Categoria de Ameaça		
			1	2	3
Rutaceae	<i>Conchocarpus gaudichaudianus</i> (A. St.-Hil.) Kallunki & Pirani				
Rutaceae	<i>Dictyoloma vandellianum</i> A.Juss.	tingui			
Rutaceae Juss.	<i>Zanthoxylum rhoifolium</i> Lam.	mamica-de-porca			
Sabiaceae Blume	<i>Meliosma sellowii</i> Urb.	Pau-macaco			
Sabiaceae Blume	<i>Meliosma sinuata</i> Urb.				
Salicaceae Mirb.	<i>Banara parviflora</i> (A. Gray) Benth.				
Salicaceae Mirb.	<i>Casearia decandra</i> Jacq.	Cafezeiro-do-mato			
Salicaceae Mirb.	<i>Casearia sylvestris</i> Sw.	guaçatonga, Cabore			
Salicaceae Mirb.	<i>Xylosma glaberrima</i> Sleumer				
Sapindaceae Juss.	<i>Allophylus petiolulatus</i> Radlk.	Baga-de-morcego, Casca-solta, Timbó-mirim, Fruta-de-pombo, Fruta-de-paraó			
Sapindaceae Juss.	<i>Allophylus sericeus</i> Radlk.	Três-folhas-vermelhas, Laranjeira-do-mato			
Sapindaceae Juss.	<i>Cupania oblongifolia</i> Mart.	Cuvantã			
Sapindaceae Juss.	<i>Matayba elaeagnoides</i> Radlk.	Camboatã, camboatã-branco			
Sapindaceae Juss.	<i>Matayba guianensis</i> Aubl.				
Sapindaceae Juss.	<i>Matayba juglandifolia</i> Radlk.	Camboatã-branco			
Sapindaceae Juss.	<i>Paullinia coriacea</i> Casar.				
Sapindaceae Juss.	<i>Paullinia meliifolia</i> Juss.				
Sapindaceae Juss.	<i>Serjania caracasana</i> (Jacq.) Willd.				
Sapotaceae Juss.	<i>Chrysophyllum flexuosum</i> Mart.				
Sapotaceae Juss.	<i>Chrysophyllum inornatum</i> Mart.				
Sapotaceae Juss.	<i>Ecclinusa ramiflora</i> Mart.	pindaúva			
Sapotaceae Juss.	<i>Manilkara subsericea</i> (Mart.) Dubard	Maçaranduba, Maçaranduba-da-praia, Maçaranduba-de-leite, Caxeta, Cambiira, Sapota-grande			
Sapotaceae Juss.	<i>Pouteria grandiflora</i> (A. DC.) Baehni				
Sapotaceae Juss.	<i>Pouteria psammophila</i> (Mart.) Radlk.				
Sapotaceae Juss.	<i>Pouteria sapota</i> (Jacq.) H.E.Moore & Stearn				
Sapotaceae Juss.	<i>Pouteria venosa</i> (Mart.) Baehni	Aboirana, Bapeba, Bapeba-pêssego (ES), Guacá-de-leite, Quebra-serra (SC)			
Sapotaceae Juss.	<i>Pradosia lactescens</i> (Vell.) Radlk.				
Sematophyllaceae Broth.	<i>Meiothecium boryanum</i> (Müll. Hal.) Mitt.				
Sematophyllaceae Broth.	<i>Sematophyllum galipense</i> (Müll. Hal.) Mitt.				
Sematophyllaceae Broth.	<i>Sematophyllum subpinnatum</i> (Brid.) E. Britton				
Siparunaceae (A. DC.)	<i>Siparuna brasiliensis</i> (Spreng.) A. DC.	limaozinho			



Família	Epíteto Específico	Nome Popular	Categoria de Ameaça		
			1	2	3
Schodde					
Siparunaceae (A. DC.) Schodde	<i>Siparuna guianensis</i> Aubl.				
Siparunaceae (A. DC.) Schodde	<i>Siparuna tenuipes</i> Perkins	limaozinho			
Solanaceae Juss.	<i>Athenaea cf. schottiana</i> Sendtn.				
Solanaceae Juss.	<i>Athenaea cuspidata</i> Witasek				
Solanaceae Juss.	<i>Aureliana fasciculata</i> (Vell.) Sendtn.				
Solanaceae Juss.	<i>Capsicum frutescens</i> L.				
Solanaceae Juss.	<i>Cestrum intermedium</i> Sendtn.	Coerana, Mata-boi, Peloteira-preta			
Solanaceae Juss.	<i>Cestrum viminalis</i> Sendtn.				
Solanaceae Juss.	<i>Cyphomandra diploconos</i> (Mart.) Sendtn.				
Solanaceae Juss.	<i>Solanum diploconos</i> (Mart.) Bohs				
Solanaceae Juss.	<i>Solanum falcatum</i> Witasek				
Solanaceae Juss.	<i>Solanum inaequale</i> Vell.	Peloteira			
Solanaceae Juss.	<i>Solanum pseudoquina</i> A. St.-Hil.	Quina-de-Sao-Paulo, canema			
Solanaceae Juss.	<i>Solanum swartzianum</i> Roem. & Schult.				
Stereophyllaceae W.R. Buck & Ireland	<i>Stereophyllum radiculosum</i> (Hook.) Mitt.				
Symplocaceae Desf.	<i>Symplocos aegrota</i> Brand	Angélica			
Symplocaceae Desf.	<i>Symplocos celastrinea</i> Mart. ex Miq.				
Symplocaceae Desf.	<i>Symplocos cf. laxiflora</i> Benth.				
Symplocaceae Desf.	<i>Symplocos falcata</i> Brand				
Symplocaceae Desf.	<i>Symplocos laxiflora</i> Benth.				
Symplocaceae Desf.	<i>Symplocos neglecta</i> Brand				
Symplocaceae Desf.	<i>Symplocos variabilis</i> Mart. ex Miq.				
Thuidiaceae Schimp.	<i>Thuidium delicatulum</i> (Hedw.) Schimp.				
Trichocoleaceae	<i>Trichocolea tomentosa</i> (Sw.) Gottsche				
Trigoniaceae A. Juss.	<i>Trigonia nivea</i> Cambess.	Cipó -prata, Falso-cipó-prata			
Urticaceae Juss.	<i>Boehmeria caudata</i> Sw.	Assa-peixe, Urtiga mansa			
Urticaceae Juss.	<i>Cecropia glaziovii</i> Snethl.				
Urticaceae Juss.	<i>Cecropia pachystachya</i> Trécul	Embaúva, Embaúba, Imbaúba, Umbaúba, Umbaubeira, Umbaúba-do- Brejo, Ambaíba, Árvore-da- preguiça, caixeta			
Urticaceae Juss.	<i>Coussapoa microcarpa</i> (Schott) Rizzini	Figueira/ figueira-mata-pau			
Urticaceae Juss.	<i>Pilea hyalina</i> Fenzl				
Urticaceae Juss.	<i>Urera baccifera</i> (L.) Gaudich. ex Wedd.	Urtigão, Urtiga-vermelha, Urtiga-brava			
Urticaceae Juss.	<i>Urera mitis</i> (Vell.) Miq.	Urtigão			

Família	Epíteto Específico	Nome Popular	Categoria de Ameaça		
			1	2	3
Verbenaceae J. St.-Hil.	<i>Citharexylum myrianthum</i> Cham.	Pau-viola/ pombeiro			
Verbenaceae J. St.-Hil.	<i>Lantana trifolia</i> L.	Uvinha-do-campo, Erva-de-grilo, Falsa-cidreira, Milho-de-grilo, Cambará-de-três-folhas			
Verbenaceae J. St.-Hil.	<i>Lantana undulata</i> Schrank	Cambará-rugoso , Cambará-branco , Lantana-branca			
Vitaceae Juss.	<i>Cissus sulcicaulis</i> (Baker) Planch.				
Vochysiaceae A. St.-Hil.	<i>Vochysia bifalcata</i> Warm.	Pau-de-vinho			
Vochysiaceae A. St.-Hil.	<i>Vochysia magnifica</i> Warm.	Pau-de-vinho, Pau-novo			
Woodsiaceae Herter	<i>Diplazium ambiguum</i> Raddi				
Woodsiaceae Herter	<i>Diplazium celtidifolium</i> Kunze				

Categoria de ameaça: (1) Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo–SP: BR - Baixo Risco, VU – Vulnerável, EN - Em perigo, CR - Criticamente em perigo, EX - Presumivelmente extinta. (2) IBAMA-BR (3) World Conservation Union-IUCN - Categorias de ameaça: EX - Extinta, EW- Extinta na natureza, CR - Em perigo crítico, EN - Em perigo, VU- vulnerável, NT - Quase ameaçada, DD - Dados insuficientes, LC- Pouco preocupante

Anexo 41. Listagem de 50 espécies-problema que foram diagnosticadas na área do parque

Família	Espécie com Autor
Asteraceae Bercht. & J. Presl	<i>Achyrocline satureioides</i> (Lam.) DC.
	<i>Ageratum conyzoides</i> L.
	<i>Baccharis dracunculifolia</i> DC.
	<i>Baccharis trimera</i> (Less.) DC.
	<i>Centratherum punctatum</i> Cass.
	<i>Cosmos caudatus</i> Kunth
	<i>Cosmos sulphureus</i> Cav.
	<i>Eclipta alba</i> (L.) Hassk.
	<i>Elephantopus mollis</i> Kunth
	<i>Pterocaulon alopecuroides</i> (Lam.) DC.
	<i>Sonchus oleraceus</i> L.
	<i>Sphagneticola trilobata</i> (L.) Pruski
	<i>Vernonia polyanthes</i> Less.
	<i>Vernonia scorpioides</i> (Lam.) Pers.
Bignoniaceae Juss.	<i>Pyrostegia venusta</i> (Ker Gawl.) Miers
	<i>Sparattosperma leucanthum</i> (Vell.) K. Schum.
Boraginaceae Juss.	<i>Cordia curassavica</i> (Jacq.) Roem. & Schult.
Commelinaceae Mirb.	<i>Dichorisandra hexandra</i> (Aubl.) Standl.
Compositae Giseke	<i>Bidens pilosa</i> L.
Euphorbiaceae Juss.	<i>Euphorbia heterophylla</i> L.
	<i>Sebastiania corniculata</i> (Vahl) Müll. Arg.
Fabaceae Lindl.	<i>Crotalaria lanceolata</i> E. Mey.
	<i>Crotalaria mucronata</i> Desv.
	<i>Crotalaria retusa</i> L.
	<i>Desmodium incanum</i> DC.
	<i>Mimosa pudica</i> L.
Hypoxidaceae R. Br.	<i>Hypoxis decumbens</i> L.
Lamiaceae Martinov	<i>Aegiphila sellowiana</i> Cham.
	<i>Marsypianthes chamaedrys</i> (Vahl) Kuntze
Malvaceae Juss.	<i>Sida rhombifolia</i> L.
	<i>Triumfetta semitriloba</i> Jacq.
Nyctaginaceae Juss.	<i>Mirabilis jalapa</i> L.
Phyllanthaceae Martinov	<i>Phyllanthus niruri</i> L.
	<i>Phyllanthus tenellus</i> Roxb.
Piperaceae Giseke	<i>Piper aduncum</i> L.
	<i>Pothomorphe umbellata</i> (L.) Miq.
Plantaginaceae Juss.	<i>Scoparia dulcis</i> L.
Poaceae Barnhart	<i>Eleusine indica</i> (L.) Gaertn.
	<i>Eragrostis ciliaris</i> (L.) R. Br.
	<i>Imperata brasiliensis</i> Trin.
	<i>Melinis minutiflora</i> P. Beauv.
	<i>Panicum maximum</i> Jacq.
	<i>Schizachyrium condensatum</i> (Kunth) Nees
	<i>Setaria poiretiana</i> (Schult.) Kunth
	<i>Urochloa plantaginea</i> (Link) R.D. Webster
Rosaceae Juss.	<i>Rubus</i> sect. <i>rosaefolii</i> Focke

<b>Família</b>	<b>Espécie com Autor</b>
Solanaceae Juss.	Cestrum intermedium Sendtn.
Trigoniaceae A. Juss.	Trigonia nivea Cambess.
Urticaceae Juss.	Urera baccifera (L.) Gaudich. ex Wedd.
Verbenaceae J. St.-Hil.	Lantana trifolia L.

Anexo 42. Lista de espécies de mamíferos registradas através de revisão da literatura e coleta de campo no município de Ilhabela

**Lista de espécies de mamíferos registradas através de revisão da literatura e coleta de campo no município de Ilhabela, SP.**  
**Grau de Ameaça: LC- não ameaçada, NT- quase ameaçada, VU- vulnerável, EN- ameaçada, DD- deficiente em dados**

ORDEM/Família	Nome Científico	Nome Popular	Grau de Ameaça			Local de Ocorrência			Fonte
			ESP	MMA	IUCN	Ilha de São Sebastião	Ilha dos Búzios	Ilha da Vitória	
<b>DIDELPHIMORPHIA</b>									
Didelphidae	<i>Caluromys philander</i>	Cuíca-lanosa	LC	LC	LC	X			2, 6, 8, 10
	<i>Didelphis aurita</i>	Gambá-de-orelha-preta	LC	LC	LC	X			4, <b>12</b>
	<i>Gracilinanus microtarsus</i>	Catita	LC	LC	LC	X		X	2
	<i>Marmosops incanus</i>	Cuíca	NT	LC	LC	X			2
	<i>Monodelphis americana</i>	Cuíca-de-três-listras	NT	DD	LC	X			6
	<i>Philander frenatus</i>	Cuíca-de-quatro-olhos	NT	LC	LC	X			6, <b>12</b>
<b>XENARTHRA</b>									
Dasypodidae	<i>Dasypus novemcinctus</i>	Tatu-galinha	LC	LC	LC	X			6, 7, <b>12</b>
	<i>Cabassous tatouay</i>	Tatu-de-rabo-mole	DD	DD	LC	X			11
<b>CHIROPTERA</b>									
Phyllostomidae	<i>Anoura caudifer</i>	Morcego-beija-flor	LC	LC	LC	X	X	X	2, 4, <b>12</b>
	<i>Anoura geoffroyi</i>	Morcego-beija-flor	LC	LC	LC	X	X		2, 4, <b>12</b>
	<i>Artibeus fimbriatus</i>	Morcego-de-fruta	LC	LC	LC	X	X	X	3, <b>12</b>
	<i>Artibeus lituratus</i>	Morcego-de-fruta	LC	LC	LC	X	X	X	4, <b>12</b>
	<i>Artibeus obscurus</i>	Morcego-de-fruta	LC	LC	LC	X	X	X	<b>12</b>
	<i>Carollia perspicillata</i>	Morcego-de-fruta	LC	LC	LC	X			3, 4, <b>12</b>
	<i>Chiroderma doriae</i>	Morcego-de-fruta	LC	DD	LC	X	X		<b>12</b>
	<i>Desmodus rotundus</i>	Morcego-vampiro	LC	LC	LC	X		X	2, 3
	<i>Diaemus youngi</i>	Morcego-vampiro	VU	LC	LC	X			2
	<i>Diphylla ecaudata</i>	Morcego-vampiro	VU	LC	LC	X			2
	<i>Glossophaga soricina</i>	Morcego-de-fruta	LC	LC	LC	X	X	X	4, <b>12</b>
	<i>Phyllostomus hastatus</i>	Morcego	LC	LC	LC	X			4

ORDEM/Família	Nome Científico	Nome Popular	Grau de Ameaça			Local de Ocorrência			Fonte
			ESP	MMA	IUCN	Ilha de São Sebastião	Ilha dos Búzios	Ilha da Vitória	
	<i>Platyrrhinus lineatus</i>	Morcego-de-fruta	LC	LC	LC	X	X	X	3, <b>12</b>
	<i>Sturnira lilium</i>	Morcego-de-fruta	LC	LC	LC	X	X	X	4, <b>12</b>
	<i>Tonatia bidens</i>	Morcego	LC	LC	DD	X		X	3, <b>12</b>
	<i>Trachops cirrhosus</i>	Morcego	LC	LC	LC	X			<b>12</b>
	<i>Vampyroides caraccioli</i>	Morcego	LC	LC	LC	X			<b>12</b>
Molossidae	<i>Eumops auripendulus</i>	Morcego	DD	LC	LC	X			3
	<i>Nyctinomops laticaudatus</i>	Morcego	DD	LC	LC	X			3
Vespertilionidae	<i>Myotis nigricans</i>	Morcego-borboleta	LC	LC	LC	X		X	3, <b>12</b>
	<i>Histiotus velatus</i>	Morcego	LC	LC	DD		X		<b>12</b>
Noctilidae	<i>Noctilio leporinus</i>	Morcego-pescador	LC	LC	LC	X			<b>12</b>
<b>PRIMATES</b>									
Cebidae	<i>Cebus nigritus</i>	Macaco-prego	NT	LC	NT	X			1, <b>12</b>
<b>CARNIVORA</b>									
Carnivora	<i>Leopardus pardalis</i>	Jaguaririca	VU	VU	LC	X			6, 8, <b>12</b>
	<i>Leopardus tigrinus</i>	Gato-do-mato-pequeno	VU	VU	VU	X			6, 7, 8
Mustelidae	<i>Lontra longicaudis</i>	Lontra	NT	LC	DD	X			3, 6, 8, <b>12</b>
<b>RODENTIA</b>									
Caviidae	<i>Hydrochoerus hydrochaeris</i>	Capivara	LC	LC	LC	X			1, 3, 6, 8, <b>12</b>
Cuniculidae	<i>Cuniculus paca</i>	Paca	NT	LC	LC	X			1, 6, 7, 9, <b>12</b>
Cricetidae	<i>Akodon cf. cursor</i>	Rato-do-mato	LC	LC	LC	X			6
	<i>Calomys tener</i>	Rato-calunga	LC	LC	LC	X			3
	<i>Holochilus brasiliensis</i>	Rato-do-mato	DD	LC	LC	X			8
	<i>Nectomys squamipes</i>	Rato-d'água	LC	LC	LC	X			3, 5, 6, 8
	<i>Oryzomys russatus</i>	Rato-do-mato	VU	LC	LC	X	X	X	3, 5, 6, 9, <b>12</b>
	<i>Oligoryzomys flavescens</i>	Rato-do-mato	LC	LC	LC	X			3

ORDEM/Família	Nome Científico	Nome Popular	Grau de Ameaça			Local de Ocorrência			Fonte
			ESP	MMA	IUCN	Ilha de São Sebastião	Ilha dos Búzios	Ilha da Vitória	
	<i>Oligoryzomys nigripes</i>	Rato-do-mato	LC	LC	LC	X			5, 8
	<i>Oxymycterus dasytrichus</i>	Rato-do-brejo	LC	LC	LC	X			3, 5, 8
	<i>Thaptomys nigrita</i>	Rato-do-mato	VU	LC	LC	X			6
Dasyproctidae	<i>Dasyproctaleporina</i>	Cutia	LC	LC	LC	X			10, <b>12</b>
Echimydae	<i>Phyllomys thomasi</i>	Cururuá	EN	EM	EN	X			5, 6, 9, 10, <b>12</b>
	<i>Trinomys iheringi</i>	Rato-de-espinho	LC	LC	LC	X			3, 5, 6, 8, <b>12</b>
	<i>Kannabateomys amblyonix</i>	Rato-de-taquara	DD	LC	LC	X			6
Muridae	<i>Rattus rattus</i>	Gabiru	LC	LC	LC	X		X	<b>12</b>
Sciuridae	<i>Guerlinguetus ingrami</i>	Caxinguelê	LC	LC	LC	X			1, 3, 6, 7, 8, <b>12</b>
<b>TOTAL</b>	<b>51 espécies</b>		<b>7</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>50 spp.</b>	<b>11 spp.</b>	<b>13 spp.</b>	

**Fonte:** 1-Koester-Gobbo (2007); 2-Uieda (1982); 3-Base de dados Sinbiota (2010); 4-Museu de Zoologia da Universidade de Campinas-CRIA (2010); 5-Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo-CRIA (2010); 6-Olmos, F. (1996); 7-Müller (1966) *apud* Olmos (1996); 8-Luederwaldt (1929); 9-Ihering (1897); 10-Marcelo Dutra (dados não publicados); 11-Fernanda Centeno (dados não publicados); 12-este estudo.



Anexo 43. Cuíca-de-quatro-olhos, rato-do-mato e rato-de-espinho



Fotos: A/B- Paul François Colas-Rosas e C- Elson Fernandes de Lima /Casa da Floresta

**A - Cuíca-de-quatro-olhos *Philander frenatus*, B- rato-do-mato *Oryzomys russatus* e C- rato-de-espinho *Trinomys iheringi* registrados no Parque Estadual de Ilhabela, SP**

Anexo 44. Frugívoro e insetívoros



Fotos: Paul François Colas-Rosas

**A- Frugívoro *Vampyroides caraccioli* da família Phyllostomidae, B- Insetívoro *Histiotus velatus* da família Vespertilionidae e C- Insetívoro *Nyctinomops laticaudatus* da família Molossidae registrados no Parque Estadual de Ilhabela, SP**

Anexo 45. Jagatiricas fotografadas

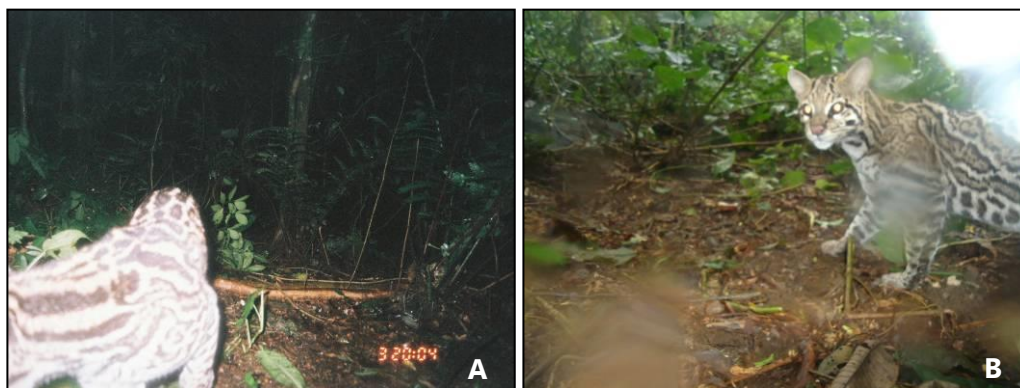


Foto: Elson Fernandes de Lima / Casa da Floresta

**Jagatiricas *Leopardus pardalis* fotografadas (A) na trilha da Água Branca e(B) próximo à cachoeira do Veloso**

Anexo 46. Tatu-de-rabo-mole e tatu-galinha



Fotos: A- Fernanda da Cruz Centeno; B- Elson Fernandes de Lima/Casa da Floresta

**(A) Tatu-de-rabo-mole *Cabassous tatouay* e (B) Tatu-galinha *Dasypus novemcinctus* registrados no Parque Estadual de Ilhabela, SP**

Anexo 47. Gabiru

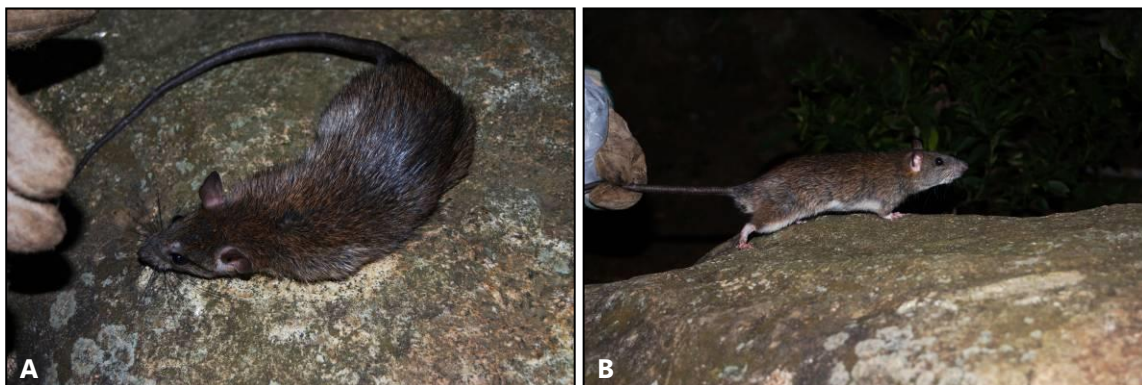


Foto: Rodrigo Almeida Nobre e Paul François Colas-Rosas/Casa da Floresta

**Gabiru *Rattus rattusem*(A) vista dorsal, e (B) vista lateral**

Anexo 48. Lista de espécies de mamíferos registradas através de dados secundários nos municípios de entorno do PEIB e dados primários e secundários do município de Ilhabela

**Grau de Ameaça:** LC- não ameaçada, NT- quase ameaçada, VU- vulnerável, EN- ameaçada, DD- deficiente em dados. **Município:** Car- Caragatatuba, SSeb- São Sebastião

ORDEM/Família	Nome Científico	Nome Popular	Grau de Ameaça			Município		
			SP	MMA	IUCN	Car	SSeb	
<b>DIDELPHIMORPHIA</b>								
	Didelphidae	<i>Caluromys philander</i>	Cuíca-lanosa	LC	LC	LC		X
		<i>Didelphis aurita</i>	Gambá, Saruê	LC	LC	LC	X	X
		<i>Marmosa murina</i> *•	Marmosinha	-	LC	LC		X
		<i>Metachirus nudicaudatus</i> •	Cuíca-de-quatro-olhos	NT	LC	LC	X	
		<i>Monodelphis scalops</i> •	Cuíca	NT	LC	LC		X
		<i>Monodelphis americana</i> •	Cuíca-de-três-listras	NT	DD	LC		X
<b>CHIROPTERA</b>								
	Emballonuridae	<i>Peropteryx macrotis</i> •	Morcego	LC	LC	LC		X
		<i>Peropteryx kappleri</i> •	Morcego	LC	LC	LC		X
	Phyllostomidae	<i>Anoura caudifer</i>	Morcego-beija-flor	LC	LC	LC	X	X
		<i>Artibeus cinereus</i> •	Morcego-de-fruta	LC	LC	LC		X
		<i>Artibeus lituratus</i>	Morcego-de-fruta	LC	LC	LC	X	X
		<i>Artibeus fimbriatus</i>	Morcego-de-fruta	LC	LC	LC	X	X
.3A		<i>Artibeus obscurus</i>	Morcego-de-fruta	LC	LC	LC		X
		<i>Carollia perspicillata</i>	Morcego-de-fruta	LC	LC	LC	X	X
		<i>Chrotopterus auritus</i> •	Morcego	LC	LC	LC		X
		<i>Desmodus rotundus</i>	Morcego-vampiro	LC	LC	LC		X
		<i>Dermanura cinérea</i>	Morcego	LC	LC	LC		X
		<i>Diphylla ecaudata</i>	Morcego-vampiro	VU	LC	LC		X
		<i>Glossophaga soricina</i>	Morcego-beija-flor	LC	LC	LC		X
		<i>Glyphonycteris sylvestris</i> •	Morcego					
		<i>Micronycteris megalotis</i> •	Morcego	LC	LC	LC		X
		<i>Mimon bennettii</i> •	Morcego	LC	LC	LC		X
		<i>Phyllostomus hastatus</i>	Morcego	LC	LC	LC		X
		<i>Platyrrhinus lineatus</i>	Morcego	LC	LC	LC		X
		<i>Platyrrhinus recifinus</i> •	Morcego	DD	LC	LC		X
		<i>Sturnira lilium</i>	Morcego	LC	LC	LC	X	X
		<i>Sturnira tildae</i> •	Morcego	LC	LC	LC		X

ORDEM/Família	Nome Científico	Nome Popular	Grau de Ameaça			Município		
			SP	MMA	IUCN	Car	SSeb	
	<i>Tonatia bidens</i>	Morcego	LC	LC	DD		X	
	<i>Trachops cirrhosus</i>	Morcego	LC	LC	LC		X	
	<i>Vampyroides caraccioli</i>	Morcego	LC	LC	LC		X	
Molossidae	<i>Cynomops abrasus</i> •	Morcego	LC	LC	DD		X	
	<i>Molossus rufus</i> •	Morcego	LC	LC	DD		X	
Vespertilionidae	<i>Lasiurus blossevillii</i> •	Morcego	LC	LC	LC		X	
	<i>Myotis nigricans</i>	Morcego	LC	LC	LC		X	
<b>PRIMATES</b>								
Atelidae	<i>Alouatta guariba</i> •	Bugio-ruivo	NT	LC	LC	X	X	
Cebidae	<i>Cebus nigritus</i>	Macaco-prego	NT	LC	NT	X	X	
<b>CARNIVORA</b>								
Mustelidae	<i>Galictis cuja</i>	Furão	DD	LC	LC		X	
<b>RODENTIA</b>								
Cricetidae	<i>Akodon cf. cursor</i>	Rato-do-mato	LC	LC	LC	X		
	<i>Brucepattersonius iheringi</i> •	Rato-do-mato	-	LC	LC		X	
	<i>Calomys tener</i>	Rato-calunga	LC	LC	LC		X	
	<i>Nectomys squamipes</i>	Rato-d'água	LC	LC	LC		X	
	<i>Oligoryzomys flavescens</i>	Rato-do-mato	LC	LC	LC		X	
	<i>Rhipidomys mastacalis</i> •	Rato-calunga	NT	LC	LC		X	
	<i>Thaptomys nigrita</i>	Rato-do-mato	VU	LC	LC	X		
Dasyproctidae	<i>Dasyprocta azarae</i>	Cutia	LC	LC	LC		X	
Echimyidae	<i>Trinomys iheringi</i>	Rato-de-espinho	LC	LC	LC	X	X	
Sciuridae	<i>Guerlinguetus ingrani</i>	Caxinguelê	LC	LC	LC	X		
<b>TOTAL</b>		<b>47 espécies</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>13 spp</b>	<b>42 spp</b>	

\* espécies não listadas para o Estado de São Paulo (PERCEQUILLO e KIERULFF, 2009), provavelmente se tratando de outra espécie semelhante. •Espécies não listadas para as Ilhas de São Sebastião, Ilha dos Búzios e Ilha da Vitória, tratando-se de espécies de potencial ocorrência nesses locais.



Anexo 49. Espécimes de gambá



Foto: Elson Fernandes de Lima

**Espécime de gambá 2106, *Didelphis aurita* (veja orelha preta), coletado em Ilhabela, cuja identificação estava incorreta no Museu de Zoologia da Unicampe o espécime 1709, *Didelphis albiventris* (veja orelha branca), coletado em Campinas, SP**

Anexo 50. Cuíca-de-três-listras



Foto: Fernanda da Cruz Centeno

**Cuíca-de-três-listras *Monodelphis* sp. capturada na região da Toca da Goteira do Parque Estadual de Ilhabela em set/2006 durante o estudo de Centeno (2008)**

Anexo 51. Tamanduá-mirim



Foto: Denis Prado Amorosino

**Tamanduá-mirim *Tamandua tetradactyla* capturado em um sítio próximo ao PEIb em Ilhabela, SP**

Anexo 52. Girau utilizado para abater animais e cartucho de arma de fogo, encontrados na Ilha de São Sebastião



Fotos: A- Yukie Kabashima e B- Elson Fernandes de Lima/Casa da Floresta

**Girau utilizado para abater animais encontrados, próximo à Cachoeira da Friagem (A); e Cartucho de arma de fogo encontrados na Ilha de São Sebastião, em Ilhabela, SP (B)**

Anexo 53. Poço em castelhanos onde foi encontrada fezes de lontra



Fotos: André Teixeira da Silva

**Poço em Castelhanos onde foi encontrada fezes de lontra *Lontra longicaudis*(A); edetalhe das fezes, Ilhabela, SP (B)**

Anexo 54. Registros de fezes da capivara, pegada de paca e dispositivo de armadilhamento fotográfico da paca



Fotos: A e B- Yukie Kabashima, C- Elson Fernandes de Lima/Casa da Floresta

**A - Registros de fezes da capivara *Hydrochoerus hydrochaeris*; B – pegada da paca *Cuniculuspaca*; e C – fotografia por dispositivo de armadilhamento fotográfico da paca *Cuniculus pacano* Parque Estadual de Ilhabela, SP**

Anexo 55. Cutia fotografada no Parque das Cachoeiras, em Ilhabela



Foto: Marcelo Dutra

***Cutia Dasyprocta leporina* fotografada no Parque das Cachoeiras em Ilhabela, SP**



Anexo 56. Gambá-de-orelha-preta



Foto: Elson Fernandes de Lima/Casa da Floresta

**Gambá-de-orelha-preta *Didelphis aurita* registrado através de camera-trap durante campanha de campo no Parque Estadual de Ilhabela, SP**



Anexo 57. Gabiru



Fotos: A- Acervo Paul François Colas-Rosas; B- Elson Fernandes de Lima/Casa da Floresta

**A - *Gabiru Rattus* sp; e B - Lixo depositado no norte da ilha de São Sebastião**

Anexo 58. Gato doméstico avistado durante campanha de campo



Foto: Klaus Duarte Barretto/Casa da Floresta

**Gato doméstico avistado durante campanha de campo, Ilhabela, SP**

Anexo 59. Frutos de coco-amargoso e saputá



Foto: Elson Fernandes de Lima/Casa da Floresta

**Frutos de coco-amargoso *Syagrus pseudococos*(A); e saputá *Manilkara huberi* (B), predados por macaco-prego *Cebus nigrinus* no Parque Estadual de Ilhabela, SP**

Anexo 60. Lista das aves registradas no Parque Estadual de Ilhabela e região em 2010

Espécie (por família)	Nome Popular	Dieta <sup>1</sup>	Ambiente <sup>2</sup>	Estrato <sup>3</sup>	Migrató-ria <sup>4</sup>	Endemis-mo <sup>5</sup>	Grau de ameaça <sup>6</sup>		
							SP	BR	GL
<b>Tinamidae</b>									
<i>Tinamus solitarius</i>	macuco	P (v,i), F (ps), G	F	C		MA	VU		Q
<i>Crypturellus obsoletus</i>	inhambuguaçu	P (v,i), F (ps), G	F	C					
<i>Crypturellus tataupa</i>	inhambu-chintã	P (v,i), F (ps), G	F	C					
<b>Anatidae</b>									
<i>Dendrocygna bicolor</i>	marreca-caneleira	P (i), H, I	P						
<i>Dendrocygna viduata</i>	irerê	P (i), H, I	P						
<i>Dendrocygna autumnalis</i>	asa-branca	P (i), H, I	P						
<i>Cairina moschata</i>	pato-do-mato	P (i), H, I	AC (R), P						
<b>Cracidae</b>									
<i>Penelope obscura</i>	jacuaçu	F (ds), P (i), I	F	C, S, M, D			Q		
<i>Aburria jacutinga</i>	jacutinga	F (ds), P (i), I	F	C, M, D		MA	CR	EN	EN
<b>Odontophoridae</b>									
<i>Odontophorus capueira</i>	uru	P (v,i), F (ps), G	F	C		MA			
<b>Podicipedidae</b>									
<i>Podiceps major</i>	mergulhão-grande	Pis	P		MS				
<b>Spheniscidae</b>									
<i>Spheniscus magellanicus</i>	pingüim-de-magalhães	Pis, P (i)	M		MS				Q
<b>Diomedidae</b>									
<i>Thalassarche chlororhynchos</i>	albatroz-de-nariz-amarelo	Pis	M		MS		VU	VU	EN
<i>Thalassarche melanophris</i>	albatroz-de-sobrancelha	Pis	M		MS		VU	VU	EN
<i>Diomedea exulans</i>	albatroz-gigante	Pis	M		MS		VU	VU	VU
<b>Procellariidae</b>									
<i>Daption capense</i>	pomba-do-cabo	Pis, P (i), N	M		MS				

Espécie (por família)	Nome Popular	Dieta <sup>1</sup>	Ambiente <sup>2</sup>	Estrato <sup>3</sup>	Migrató-ria <sup>4</sup>	Endemis-mo <sup>5</sup>	Grau de ameaça <sup>6</sup>		
							SP	BR	GL
<i>Pterodroma macroptera</i>	fura-buxo-de-cara-cinza	Pis, P (i)	M		MS				
<i>Pachyptila desolata</i>	faigão-rola	Pis, P (i)	M		MS				
<i>Pachyptila belcheri</i>	faigão-de-bico-fino	Pis, P (i)	M		MS				
<i>Procellaria aequinoctialis</i>	pardela-preta	Pis, P (i)	M		MS		VU	VU	VU
<i>Calonectris borealis</i>	bobo-grande	Pis, P (i)	M		MN				
<i>Calonectris edwardsii</i>	bobo-de-cabo-verde	Pis, P (i)	M		MN#				
<i>Puffinus griseus</i>	bobo-escuro	Pis, P (i)	M		MS				
<i>Puffinus gravis</i>	bobo-grande-de-sobre-branco	Pis, P (i)	M		MS				
<i>Puffinus puffinus</i>	bobo-pequeno	Pis, P (i)	M		MN				
<b>Hydrobatidae</b>									
<i>Oceanites oceanicus</i>	alma-de-mestre	P (i)	M		MS				
<b>Sulidae</b>									
<i>Sula leucogaster</i>	atobá-pardo	Pis	M						
<b>Phalacrocoracidae</b>									
<i>Phalacrocorax brasilianus</i>	biguá	Pis, P (i)	M, P						
<b>Fregatidae</b>									
<i>Fregata magnificens</i>	fragata	Pis	M, P						
<b>Ardeidae</b>									
<i>Nycticorax nycticorax</i>	savacu	Pis, P (v,i)	P						
<i>Nyctanassa violacea</i>	savacu-de-coroa	Pis, P (i)	P				VU		
<i>Butorides striata</i>	socozinho	Pis, P (v,i)	P						
<i>Bubulcus ibis</i>	garça-vaqueira	P (v), I	AC, P		M				
<i>Ardea cocoi</i>	garça-moura	Pis, P (v,i)	P						
<i>Ardea alba</i>	garça-branca-grande	Pis, P (v,i)	P						
<i>Pilherodius pileatus</i>	garça-real	Pis, P (i)	P		DD		VU		
<i>Egretta thula</i>	garça-branca-pequena	Pis, P (i)	P						

Espécie (por família)	Nome Popular	Dieta <sup>1</sup>	Ambiente <sup>2</sup>	Estrato <sup>3</sup>	Migrató-ria <sup>4</sup>	Endemis-mo <sup>5</sup>	Grau de ameaça <sup>6</sup>		
							SP	BR	GL
<i>Egretta caerulea</i>	garça-azul	Pis, P (i)	P						
<b>Threskiornithidae</b>									
<i>Plegadis chihi</i>	caraúna-de-cara-branca	Pis, P (v,i)	P		DD				
<i>Platalea ajaja</i>	colhereiro	Pis, P (i)	P		M				
<b>Cathartidae</b>									
<i>Cathartes aura</i>	urubu-de-cabeça-vermelha	N	AC						
<i>Coragyps atratus</i>	urubu-de-cabeça-preta	N	AC						
<b>Accipitridae</b>									
<i>Chondrohierax uncinatus</i>	caracoleiro	P (v,i), I	S		DD		Q		
<i>Elanoides forficatus</i>	gavião-tesoura	P (v), I	AC		M				
<i>Harpagus bidentatus</i>	gavião-ripina	P (v), I	F	M, D	DD				
<i>Harpagus diodon</i>	gavião-bombachinha	P (v), I	F	S, M, D					
<i>Leucopternis lacernulatus</i>	gavião-pombo-pequeno	P (v), I	F	S, M, D		MA	VU	VU	VU
<i>Leucopternis polionotus</i>	gavião-pombo-grande	P (v), I	F	D		MA	VU		Q
<i>Rupornis magnirostris</i>	gavião-carijó	P (v), I	AC						
<i>Buteo albicaudatus</i>	gavião-de-rabo-branco	P (v,i), I	AC						
<i>Buteo brachyurus</i>	gavião-de-cauda-curta	P (v), I	S						
<i>Spizaetus melanoleucus</i>	gavião-pato	P (v)	F	D			CR		
<i>Spizaetus tyrannus</i>	gavião-pega-macaco	P (v)	F	D			VU		
<i>Spizaetus ornatus</i>	gavião-de-penacho	P (v)	F	D			CR		
<b>Falconidae</b>									
<i>Caracara plancus</i>	caracará	P (v), N, I	AC						
<i>Milvago chimachima</i>	carrapateiro	P (v), N, I	AC						
<i>Herpetotheres cachinnans</i>	acauã	P (v), I	S						
<i>Micrastur ruficollis</i>	falcão-caburé	P (v), I	F	S, M					
<i>Micrastur semitorquatus</i>	falcão-relógio	P (v), I	S						
<i>Falco sparverius</i>	quiriquiri	P (v), I	AC						

Espécie (por família)	Nome Popular	Dieta <sup>1</sup>	Ambiente <sup>2</sup>	Estrato <sup>3</sup>	Migrató-ria <sup>4</sup>	Endemis-mo <sup>5</sup>	Grau de ameaça <sup>6</sup>		
							SP	BR	GL
<i>Falco deiroleucus</i>	falcão-de-peito-laranja	P (v), I	S						
<i>Falco femoralis</i>	falcão-de-coleira	P (v), I	AC						
<b>Aramidae</b>									
<i>Aramus guarauna</i>	carão	P (i)	P						
<b>Rallidae</b>									
<i>Aramides cajanea</i>	saracura-três-potes	P (v,i), I	P, S						
<i>Aramides saracura</i>	saracura-do-mato	P (v,i), H	F, P	S		MA			
<i>Amaurolimnas concolor</i>	saracura-lisa	P (v,i), I	P, S						
<i>Laterallus viridis</i>	sanã-castanha	G, I	AC						
<i>Laterallus melanophaius</i>	sanã-parda	G, H, I	P						
<i>Porzana flaviventer</i>	sanã-amarela	G, I	P						
<i>Pardirallus nigricans</i>	saracura-sanã	P (v,i), H, I	P						
<i>Gallinula melanops</i>	frango-d'água-carijó	P (i), H, I	P		MS		VU		
<i>Porphyrio martinica</i>	frango-d'água-azul	H, I	P						
<i>Fulica armillata</i>	carqueja-de-bico-manchado	H, I	P		MS		Q		
<b>Charadriidae</b>									
<i>Vanellus chilensis</i>	quero-quero	I	AC, C, P						
<i>Pluvialis dominica</i>	batuiriçu	P (i)	C, P				Q		
<i>Pluvialis squatarola</i>	batuiriçu-de-axila-preta	P (i)	C, P		MN		Q		
<i>Charadrius semipalmatus</i>	batuíra-de-bando	P (i)	C, P		MN				
<i>Charadrius collaris</i>	batuíra-de-coleira	P (i)	C, P						
<b>Scolopacidae</b>									
<i>Numenius phaeopus</i>	maçarico-galego	P (i)	C, P		MN				
<i>Actitis macularius</i>	maçarico-pintado	P (i)	C, P		MN				
<i>Tringa solitaria</i>	maçarico-solitário	P (i)	C, P		MN				
<i>Tringa melanoleuca</i>	maçarico-grande-de-perna-amarela	P (i)	C, P		MN				



Espécie (por família)	Nome Popular	Dieta <sup>1</sup>	Ambiente <sup>2</sup>	Estrato <sup>3</sup>	Migrató-ria <sup>4</sup>	Endemis-mo <sup>5</sup>	Grau de ameaça <sup>6</sup>		
							SP	BR	GL
<i>Tringa flavipes</i>	maçarico-de-perna-amarela	P (i)	C, P		MN				
<i>Calidris alba</i>	maçarico-branco	P (i)	C, P		MN				
<i>Calidris fuscicollis</i>	maçarico-de-sobre-branco	P (i)	C, P		MN				
<i>Calidris melanotos</i>	maçarico-de-colete	P (i)	C, P		MN				
<b>Jacanidae</b>									
<i>Jacana jacana</i>	jaçanã	P (v,i), I	AC						
<b>Laridae</b>									
<i>Larus dominicanus</i>	gaivotão	Pis, N	M, P		M				
<b>Sternidae</b>									
<i>Sternula superciliaris</i>	trinta-réis-anão	Pis	M		M		VU		
<i>Phaetusa simplex</i>	trinta-réis-grande	Pis, P (i)	M		M		VU		
<i>Sterna hirundo</i>	trinta-réis-boreal	Pis	M		MS				
<i>Sterna hirundinacea</i>	trinta-réis-de-bico-vermelho	Pis, P (i)	M		MS		Q		
<i>Sterna trudeaui</i>	trinta-réis-de-coroa-branca	Pis	M		MS				
<i>Thalasseus sandvicensis</i>	trinta-réis-de-bando	Pis	M		MN		VU		
<i>Thalasseus maximus</i>	trinta-réis-real	Pis	M		M		VU	VU	
<b>Rynchopidae</b>									
<i>Rynchops niger</i>	talha-mar	Pis	M, P		M				
<b>Columbidae</b>									
<i>Columbina talpacoti</i>	rolinha-roxa	G, F (ps)	AC						
<i>Columba livia</i>	pombo-doméstico	G, F (ps)	AA						
<i>Patagioenas picazuro</i>	pombão	G, F (ps)	S		DD				
<i>Patagioenas cayennensis</i>	pomba-galega	G, F (ps)	F	C, M, D					
<i>Patagioenas plumbea</i>	pomba-amargosa	G, F (ps)	F	C, M, D					
<i>Zenaida auriculata</i>	pomba-de-bando	G	AC						
<i>Leptotila verreauxi</i>	juriti-pupu	G, F (ps)	F	C, S					

Espécie (por família)	Nome Popular	Dieta <sup>1</sup>	Ambiente <sup>2</sup>	Estrato <sup>3</sup>	Migrató-ria <sup>4</sup>	Endemis-mo <sup>5</sup>	Grau de ameaça <sup>6</sup>		
							SP	BR	GL
<i>Leptotila rufaxilla</i>	juriti-gemeadeira	G, F (ps)	F	C, S					
<i>Geotrygon montana</i>	pariri	G, F (ps)	F	C, S					
<b>Psittacidae</b>									
<i>Pyrrhura frontalis</i>	tiriba-de-testa-vermelha	F (ps)	F	D					
<i>Pyrrhura leucotis</i>	tiriba-de-orelha-branca	F (ps)	F	D				VU	
<i>Forpus xanthopterygius</i>	tuim	F (ps)	AC						
<i>Brotogeris tirica</i>	periquito-rico	F (ps)	F	D		MA			
<i>Touit surdus</i>	apuim-de-cauda-amarela	F (ps)	F	D		MA			VU
<i>Pionopsitta pileata</i>	cuiú-cuiú	F (ps)	F	D	M	MA			
<i>Pionus maximiliani</i>	maitaca-verde	F (ps)	F	D					
<i>Amazona farinosa</i>	papagaio-moleiro	F (ps)	F	D			CR		
<i>Amazona aestiva</i>	papagaio-verdadeiro	F (ps), G	F	D			Q		
<i>Triclaria malachitacea</i>	sabiá-cica	F (ps)	F	M, D		MA	VU		Q
<b>Cuculidae</b>									
<i>Piaya cayana</i>	alma-de-gato	P (i), I	AC						
<i>Coccyzus melacoryphus</i>	papa-lagarta-acanelado	I	S		M				
<i>Crotophaga major</i>	anu-coroça	P (i), I	S (R)				VU		
<i>Crotophaga ani</i>	anu-preto	P (i), I	AC						
<i>Guira guira</i>	anu-branco	P (i), I	AC						
<i>Tapera naevia</i>	saci	I	AC						
<b>Tytonidae</b>									
<i>Tyto alba</i>	coruja-da-igreja	P (v), I	AC						
<b>Strigidae</b>									
<i>Megascops choliba</i>	corujinha-do-mato	P (v), I	S						
<i>Pulsatrix koeniswaldiana</i>	murucututu-de-barriga-amarela	P (v), I	F	S, M		MA			
<i>Bubo virginianus</i>	jacurutu	P (v), I	S (R)				VU		
<i>Strix virgata</i>	coruja-do-mato	P (v), I	F	S, M, D					

Espécie (por família)	Nome Popular	Dieta <sup>1</sup>	Ambiente <sup>2</sup>	Estrato <sup>3</sup>	Migrató-ria <sup>4</sup>	Endemis-mo <sup>5</sup>	Grau de ameaça <sup>6</sup>		
							SP	BR	GL
<i>Glaucidium minutissimum</i>	caburé-miudinho	P (v), I	F	S, M, D		MA			
<i>Athene cunicularia</i>	coruja-buraqueira	P (v), I	AC						
<i>Asio clamator</i>	coruja-orelhuda	P (v), I	AC						
<i>Asio stygius</i>	mocho-diabo	P (v), I	S						
<b>Nyctibiidae</b>									
<i>Nyctibius griseus</i>	mãe-da-lua	I	S						
<b>Caprimulgidae</b>									
<i>Lurocalis semitorquatus</i>	tuju	I	F	A, D	DD				
<i>Chordeiles acutipennis</i>	bacurau-de-asa-fina	I	AC		M				
<i>Nyctidromus albicollis</i>	bacurau	I	AC						
<i>Nyctiphrynus ocellatus</i>	bacurau-ocelado	I	AC						
<i>Caprimulgus parvulus</i>	bacurau-chintã	I	AC		M				
<i>Hydropsalis torquata</i>	bacurau-tesoura	I	AC						
<b>Apodidae</b>									
<i>Streptoprocne zonaris</i>	taperuçu-de-coleira-branca	I	AC						
<i>Chaetura cinereiventris</i>	andorinhão-de-sobre-cinzento	I	S						
<i>Chaetura meridionalis</i>	andorinhão-do-temporal	I	S		M				
<b>Trochilidae</b>									
<i>Ramphodon naevius</i>	beija-flor-rajado	Nect, I	F	S		MA			Q
<i>Glaucis hirsutus</i>	balança-rabo-de-bico-torto	Nect, I	F	S					
<i>Phaethornis ruber</i>	rabo-branco-rubro	Nect, I	F	S					
<i>Phaethornis eurynome</i>	rabo-branco-de-garganta-rajada	Nect, I	F	S		MA			
<i>Eupetomena macroura</i>	beija-flor-tesoura	Nect, I	AC						
<i>Aphantochroa cirrochloris</i>	beija-flor-cinza	Nect, I	F	S, M		MA			
<i>Florisuga fusca</i>	beija-flor-preto	Nect, I	F	M, D	M				
<i>Colibri serrirostris</i>	beija-flor-de-orelha-violeta	Nect, I	S		M				
<i>Anthracothorax nigricollis</i>	beija-flor-de-veste-preta	Nect, I	S						

Espécie (por família)	Nome Popular	Dieta <sup>1</sup>	Ambiente <sup>2</sup>	Estrato <sup>3</sup>	Migrató-ria <sup>4</sup>	Endemis-mo <sup>5</sup>	Grau de ameaça <sup>6</sup>		
							SP	BR	GL
<i>Lophornis chalybeus</i>	topetinho-verde	Nect, I	F	M, D	M				
<i>Thalurania glaucopis</i>	beija-flor-de-fronte-violeta	Nect, I	F	S, M		MA			
<i>Hylocharis cyanus</i>	beija-flor-roxo	Nect, I	S						
<i>Leucochloris albicollis</i>	beija-flor-de-papo-branco	Nect, I	F	S, M, D					
<i>Amazilia versicolor</i>	beija-flor-de-banda-branca	Nect, I	F	S, M, D					
<i>Amazilia brevirostris</i>	beija-flor-de-bico-preto	Nect, I	S						
<i>Amazilia fimbriata</i>	beija-flor-de-garganta-verde	Nect, I	S						
<i>Amazilia lactea</i>	beija-flor-de-peito-azul	Nect, I	S						
<i>Clytolaema rubicauda</i>	beija-flor-rubi	Nect, I	F	S, M, D	M	MA			
<i>Heliophryx auritus</i>	beija-flor-de-bochecha-azul	Nect, I	F	D			Q		
<i>Calliphlox amethystina</i>	estrelinha-ametista	Nect, I	S						
<b>Trogonidae</b>									
<i>Trogon viridis</i>	surucuá-grande-de-barriga-amarela	F (ds), I	F	M, D					
<i>Trogon surrucura</i>	surucuá-variado	F (ds), I	F	M		MA			
<i>Trogon rufus</i>	surucuá-de-barriga-amarela	F (ds), I	F	S, M					
<b>Alcedinidae</b>									
<i>Megasceryle torquata</i>	martim-pescador-grande	Pis	P, S (R)						
<i>Chloroceryle amazona</i>	martim-pescador-verde	Pis	P						
<i>Chloroceryle aenea</i>	martinho	Pis	P, S (R)						
<i>Chloroceryle americana</i>	martim-pescador-pequeno	Pis	P, S (R)						
<i>Chloroceryle inda</i>	martim-pescador-da-mata	Pis	P, S (R)						
<b>Momotidae</b>									
<i>Baryphthengus ruficapillus</i>	juruva-verde	P (v,i), F (ds), I	F	S					
<b>Bucconidae</b>									
<i>Notharchus swainsoni</i>	macuru-de-barriga-castanha	I	F	S, M	M	MA	Q		
<i>Malacoptila striata</i>	barbudo-rajado	I	F	S					

Espécie (por família)	Nome Popular	Dieta <sup>1</sup>	Ambiente <sup>2</sup>	Estrato <sup>3</sup>	Migrató-ria <sup>4</sup>	Endemis-mo <sup>5</sup>	Grau de ameaça <sup>6</sup>		
							SP	BR	GL
<b>Ramphastidae</b>									
<i>Ramphastos toco</i>	tucanuçu	F (ds), P (v), I	S						
<i>Ramphastos vitellinus</i>	tucano-de-bico-preto	F (ds), P (v), I	F	D					
<i>Ramphastos dicolorus</i>	tucano-de-bico-verde	F (ds), P (v), I	F	D		MA			
<i>Selenidera maculirostris</i>	araçari-poca	F (ds), P (v), I	F	D		MA	Q		
<i>Pteroglossus bailloni</i>	araçari-banana	F (ds), P (v), I	F	D		MA	VU		Q
<b>Picidae</b>									
<i>Picumnus cirratus</i>	pica-pau-anão-barrado	I	S						
<i>Picumnus temminckii</i>	pica-pau-anão-de-coleira	I	S			MA			
<i>Melanerpes flavifrons</i>	benedito-de-testa-amarela	I	F	D		MA			
<i>Veniliornis spilogaster</i>	picapauzinho-verde-carijó	I	S						
<i>Piculus flavigula</i>	pica-pau-bufador	I	F	M					
<i>Colaptes melanochloros</i>	pica-pau-verde-barrado	I	S						
<i>Colaptes campestris</i>	pica-pau-do-campo	I	AC						
<i>Celeus flavescens</i>	pica-pau-de-cabeça-amarela	I	F	S, M, D					
<i>Dryocopus lineatus</i>	pica-pau-de-banda-branca	I	S						
<i>Campephilus robustus</i>	pica-pau-rei	I	F	M, D		MA	Q		
<b>Thamnophilidae</b>									
<i>Hypoedaleus guttatus</i>	chorão-carijó	I	F	S		MA			
<i>Mackenziaena severa</i>	borralhara	I	F	S		MA			
<i>Thamnophilus doliatus</i>	choca-barrada	I	S						
<i>Thamnophilus caerulescens</i>	choca-da-mata	I	F	S					
<i>Dysithamnus stictothorax</i>	choquinha-de-peito-pintado	I	F	S, M			Q		Q
<i>Dysithamnus mentalis</i>	choquinha-lisa	I	F	S					
<i>Myrmotherula gularis</i>	choquinha-de-garganta-pintada	I	F	S		MA			
<i>Myrmotherula minor</i>	choquinha-pequena	I	F	S		MA	VU	VU	VU

Espécie (por família)	Nome Popular	Dieta <sup>1</sup>	Ambiente <sup>2</sup>	Estrato <sup>3</sup>	Migrató-ria <sup>4</sup>	Endemis-mo <sup>5</sup>	Grau de ameaça <sup>6</sup>		
							SP	BR	GL
<i>Myrmotherula unicolor</i>	choquinha-cinzenta	I	F	S		MA	VU		Q
<i>Herpsilochmus rufimarginatus</i>	chorozinho-de-asa-vermelha	I	F	S					
<i>Drymophila ferruginea</i>	trovoada	I	F	S		MA			
<i>Drymophila ochropyga</i>	choquinha-de-dorso-vermelho	I	F	S		MA	Q		Q
<i>Drymophila squamata</i>	pintadinho	I	F	S					
<i>Terenura maculata</i>	zidedê	I	F	S		MA			
<i>Pyriglena leucoptera</i>	papa-taoca-do-sul	I	F	S		MA			
<b>Conopophagidae</b>									
<i>Conopophaga lineata</i>	chupa-dente	I	F	C, S					
<i>Conopophaga melanops</i>	cuspidor-de-máscara-preta	I	F	C, S		MA			
<b>Grallariidae</b>									
<i>Grallaria varia</i>	tovacuçu	I	F	C					
<i>Hylopezus nattereri</i>	pinto-do-mato	I	F	C, S		MA			
<b>Rhinocryptidae</b>									
<i>Merulaxis ater</i>	entufado	I	F	C, S		MA	Q		Q
<i>Scytalopus notorius</i>	tapaculo-preto	I	F	C, S		MA			
<i>Scytalopus speluncae</i>	tapaculo-do-espinhaço	I	F	C, S		MA			
<b>Formicariidae</b>									
<i>Formicarius colma</i>	galinha-do-mato	I	F	C					
<i>Chamaeza campanisona</i>	tovaca-campainha	I	F	C					
<i>Chamaeza meruloides</i>	tovaca-cantadora	I	F	C		MA			
<b>Scleruridae</b>									
<i>Sclerurus scansor</i>	vira-folha	I	F	C, S					
<b>Dendrocolaptidae</b>									
<i>Dendrocincla turdina</i>	arapaçu-pardo	I	F	S, M		MA			

Espécie (por família)	Nome Popular	Dieta <sup>1</sup>	Ambiente <sup>2</sup>	Estrato <sup>3</sup>	Migrató-ria <sup>4</sup>	Endemis-mo <sup>5</sup>	Grau de ameaça <sup>6</sup>		
							SP	BR	GL
<i>Sittasomus griseicapillus</i>	arapaçu-verde	I	F	S, M, D					
<i>Xiphocolaptes albicollis</i>	arapaçu-de-garganta-branca	I	F	S, M, D		MA			
<i>Dendrocolaptes platyrostris</i>	arapaçu-grande	I	F	S, M, D					
<i>Xiphorhynchus fuscus</i>	arapaçu-rajado	I	F	S		MA			
<i>Lepidocolaptes angustirostris</i>	arapaçu-de-cerrado	I	AC						
<i>Lepidocolaptes squamatus</i>	arapaçu-escamado	I	F	S, M, D					
<i>Lepidocolaptes falcinellus</i>	arapaçu-escamado-do-sul	I	F	S, M, D		MA			
<i>Campylorhamphus falcularius</i>	arapaçu-de-bico-torto	I	F	M, D		MA			
<b>Furnariidae</b>									
<i>Furnarius figulus</i>	casaca-de-couro-da-lama	I	AC						
<i>Furnarius rufus</i>	joão-de-barro	I	AC						
<i>Synallaxis ruficapilla</i>	pichororé	I	F	S		MA			
<i>Synallaxis spixi</i>	joão-teneném	I	AC						
<i>Cranioleuca pallida</i>	arredio-pálido	I	F	D		MA			
<i>Anabacerthia amaurotis</i>	limpa-folha-miúdo	I	F	S		MA			Q
<i>Syndactyla rufosuperciliata</i>	trepador-quiete	I	F	S					
<i>Philydor lichtensteini</i>	limpa-folha-ocráceo	I	F	M, D		MA			
<i>Philydor atricapillus</i>	limpa-folha-coroado	I	F	S		MA			
<i>Philydor rufum</i>	limpa-folha-de-testa-baia	I	F	M, D					
<i>Anabazenops fuscus</i>	trepador-coleira	I	F	S, M		MA			
<i>Cichlocolaptes leucophrus</i>	trepador-sobrancelha	I	F	M, D		MA			
<i>Automolus leucophthalmus</i>	barranqueiro-de-olho-branco	I	F	S					
<i>Lochmias nematura</i>	joão-porca	I	F (R)	S					
<i>Heliobletus contaminatus</i>	trepadorzinho	I	F	D		MA			

Espécie (por família)	Nome Popular	Dieta <sup>1</sup>	Ambiente <sup>2</sup>	Estrato <sup>3</sup>	Migrató-ria <sup>4</sup>	Endemis-mo <sup>5</sup>	Grau de ameaça <sup>6</sup>		
							SP	BR	GL
<i>Xenops minutus</i>	bico-virado-miúdo	I	F	S, M					
<b>Tyrannidae</b>									
<i>Mionectes rufiventris</i>	abre-asa-de-cabeça-cinza	F (ds), I	F	S, M		MA			
<i>Leptopogon amaurocephalus</i>	cabeçudo	I	F	S, M					
<i>Hemitriccus orbitatus</i>	tiririzinho-do-mato	I	F	S, M, D		MA			Q
<i>Hemitriccus furcatus</i>	papa-moscas-estrela	I	F	S, M		MA	VU		VU
<i>Myiornis auricularis</i>	miudinho	I	F	S, M, D		MA			
<i>Todirostrum poliocephalum</i>	teque-teque	I	F	S, M		MA			
<i>Todirostrum cinereum</i>	ferreirinho-relógio	I	S						
<i>Phyllomyias burmeisteri</i>	piolhinho-chiador	I	F	M, D					
<i>Phyllomyias virescens</i>	piolhinho-verdoso	I	F	M, D		MA			
<i>Phyllomyias fasciatus</i>	piolhinho	I	S						
<i>Myiopagis caniceps</i>	guaracava-cinzenta	I	F	D					
<i>Elaenia flavogaster</i>	guaracava-de-barriga-amarela	F (ds), I	S						
<i>Elaenia mesoleuca</i>	tuque	F (ds), I	F	M, D					
<i>Elaenia chiriquensis</i>	chibum	F (ds), I	AC		M				
<i>Elaenia obscura</i>	tucão	F (ds), I	F	M, D					
<i>Camptostoma obsoletum</i>	risadinha	F (ds), I	AC						
<i>Serpophaga subcristata</i>	alegrinho	I	S						
<i>Phylloscartes oustaleti</i>	papa-moscas-de-olheiras	I	F	S, M		MA			Q
<i>Tolmomyias sulphurescens</i>	bico-chato-de-orelha-preta	I	F	M					
<i>Platyrinchus mystaceus</i>	patinho	I	F	S					
<i>Platyrinchus leucoryphus</i>	patinho-gigante	I	F	S, M		MA	VU		VU
<i>Onychorhynchus swainsoni</i>	maria-leque-do-sudeste	I	F	S, M		MA	VU		VU
<i>Myiophobus fasciatus</i>	filipe	F (ds), I	AC						



Espécie (por família)	Nome Popular	Dieta <sup>1</sup>	Ambiente <sup>2</sup>	Estrato <sup>3</sup>	Migrató-ria <sup>4</sup>	Endemis-mo <sup>5</sup>	Grau de ameaça <sup>6</sup>		
							SP	BR	GL
<i>Myiobius barbatus</i>	assanhadinho	I	F	S, M					
<i>Myiobius atricaudus</i>	assanhadinho-de-cauda-preta	I	F	S, M					
<i>Hirundinea ferruginea</i>	gibão-de-couro	I	S		M				
<i>Lathrotriccus euleri</i>	enferrujado	I	F	S	M				
<i>Cnemotriccus fuscatus</i>	guaracavuçu	I	F	S					
<i>Contopus cinereus</i>	papa-moscas-cinzento	I	S						
<i>Pyrocephalus rubinus</i>	príncipe	I	AC		M				
<i>Knipolegus cyanirostris</i>	maria-preta-de-bico-azulado	I	F	M, D	M				
<i>Knipolegus nigerrimus</i>	maria-preta-de-garganta-vermelha	I	S			MA			
<i>Satrapa icterophrys</i>	suiriri-pequeno	I	AC						
<i>Xolmis velatus</i>	noivinha-branca	I	AC		M				
<i>Muscipipra vetula</i>	tesoura-cinzenta	F (ds), I	F	D		MA			
<i>Fluvicola nengeta</i>	lavadeira-mascarada	I	AC						
<i>Arundinicola leucocephala</i>	freirinha	I	P						
<i>Colonia colonus</i>	viuvinha	I	F	D					
<i>Machetornis rixosa</i>	suiriri-cavaleiro	I	I						
<i>Legatus leucophaeus</i>	bem-te-vi-pirata	F (ds), I	S		M				
<i>Myiozetetes similis</i>	bentevizinho-de-penacho-vermelho	F (ds), I	S						
<i>Pitangus sulphuratus</i>	bem-te-vi	P (v), F (ds), I	AC						
<i>Philohydor lictor</i>	bentevizinho-do-brejo	I	P						
<i>Myiodynastes maculatus</i>	bem-te-vi-rajado	F (ds), I	F	M, D	M				
<i>Megarynchus pitangua</i>	neinei	F (ds), I	S		M				
<i>Empidonomus varius</i>	peitica	F (ds), I	S		M				
<i>Tyrannus melancholicus</i>	suiriri	F (ds), I	AC		M				
<i>Tyrannus savana</i>	tesourinha	I	AC		M				
<i>Rhytipterna simplex</i>	vissia	I	F	S, M					

Espécie (por família)	Nome Popular	Dieta <sup>1</sup>	Ambiente <sup>2</sup>	Estrato <sup>3</sup>	Migrató-ria <sup>4</sup>	Endemis-mo <sup>5</sup>	Grau de ameaça <sup>6</sup>		
							SP	BR	GL
<i>Syrstes sibilator</i>	gritador	I	F	D	M				
<i>Myiarchus swainsoni</i>	irrê	F (ds), I	S		M				
<i>Myiarchus ferox</i>	maria-cavaleira	F (ds), I	S						
<i>Myiarchus tyrannulus</i>	maria-cavaleira-de-rabo-enferrujado	F (ds), I	S						
<i>Attila phoenicurus</i>	capitão-castanho	I	F	D					
<i>Attila rufus</i>	capitão-de-saíra	F (ds), I	F	S, M, D		MA			
<b>Cotingidae</b>									
<i>Phibalura flavirostris</i>	tesourinha-da-mata	F (ds), I	F	M, D			Q		Q
<i>Carpornis cucullata</i>	corocochó	F (ds), I	F	M, D		MA			Q
<i>Procnias nudicollis</i>	araponga	F (ds), I	F	D		MA	VU		VU
<i>Lipaugus lanioides</i>	tropeiro-da-serra	F (ds), I	F	S, M		MA	VU		Q
<i>Pyroderus scutatus</i>	pavó	F (ds), I	F	M, D			VU		
<b>Pipridae</b>									
<i>Neopelma chrysolophum</i>	fruxu	F (ds), I	F	S, M		MA			
<i>Piprites chloris</i>	papinho-amarelo	F (ds), I	F	M, D					
<i>Ilicura militaris</i>	tangarazinho	F (ds), I	F	M, D		MA			
<i>Manacus manacus</i>	rendeira	F (ds), I	F	S					
<i>Chiroxiphia caudata</i>	tangará	F (ds), I	F	S		MA			
<b>Tityridae</b>									
<i>Oxyruncus cristatus</i>	araponga-do-horto	F (ds), I	F	D					
<i>Schiffornis virescens</i>	flautim	F (ds), I	F	S, M		MA			
<i>Laniisoma elegans</i>	chibante	F (ds), I	F	S, M, D			VU		
<i>Iodopleura pipra</i>	anambezinho	F (ds), I	F	D		MA	EN		Q
<i>Tityra cayana</i>	anambé-branco-de-rabo-preto	F (ds), I	F	D					
<i>Pachyramphus castaneus</i>	caneleiro	F (ds), I	F	M, D					
<i>Pachyramphus</i>	caneleiro-preto	F (ds), I	S	S, M, D	DD				

Espécie (por família)	Nome Popular	Dieta <sup>1</sup>	Ambiente <sup>2</sup>	Estrato <sup>3</sup>	Migrató-ria <sup>4</sup>	Endemis-mo <sup>5</sup>	Grau de ameaça <sup>6</sup>		
							SP	BR	GL
<i>polychopterus</i>									
<i>Pachyramphus marginatus</i>	caneleiro-bordado	F (ds), I	S				Q		
<i>Pachyramphus validus</i>	caneleiro-de-chapéu-preto	F (ds), I	F	M, D	DD				
<b>Vireonidae</b>									
<i>Cyclarhis gujanensis</i>	pitiguari	F (ds), I	S						
<i>Vireo olivaceus</i>	juruviara	I	F	M, D	M				
<i>Hylophilus poicilotis</i>	verdinho-coroado	I	S			MA			
<i>Hylophilus thoracicus</i>	vite-vite	F (ds), I	S						
<b>Corvidae</b>									
<i>Cyanocorax cristatellus</i>	gralha-do-campo	F (ds), P (v), I	AC			CE			
<b>Hirundinidae</b>									
<i>Tachycineta leucorrhoa</i>	andorinha-de-sobre-branco	I	AC		M				
<i>Tachycineta meyeri</i>	andorinha-chilena	I	AC		MS				
<i>Progne tapera</i>	andorinha-do-campo	I	AC		M				
<i>Progne chalybea</i>	andorinha-doméstica-grande	I	AC		M				
<i>Pygochelidon cyanoleuca</i>	andorinha-pequena-de-casa	I	AC						
<i>Atticora tibialis</i>	calcinha-branca	I	F	A, D					
<i>Stelgidopteryx ruficollis</i>	andorinha-serradora	I	AC (R)		M				
<b>Troglodytidae</b>									
<i>Troglodytes musculus</i>	corruíra	I	AC						
<i>Cantorchilus longirostris</i>	garrinção-de-bico-grande	P (i), I	F	C, S					
<b>Poliopitidae</b>									
<i>Ramphocaenus melanurus</i>	bico-assovelado	I	F	S, M					
<b>Turdidae</b>									
<i>Turdus flavipes</i>	sabiá-una	F (ds), I	F	S, M, D					
<i>Turdus rufiventris</i>	sabiá-laranjeira	F (ds), P (i), I	S						

Espécie (por família)	Nome Popular	Dieta <sup>1</sup>	Ambiente <sup>2</sup>	Estrato <sup>3</sup>	Migrató-ria <sup>4</sup>	Endemis-mo <sup>5</sup>	Grau de ameaça <sup>6</sup>		
							SP	BR	GL
<i>Turdus leucomelas</i>	sabiá-barranco	F (ds), P (i), I	S						
<i>Turdus amaurochalinus</i>	sabiá-poca	F (ds), P (i), I	S						
<i>Turdus albicollis</i>	sabiá-coleira	F (ds), I	F	S, M					
<b>Mimidae</b>									
<i>Mimus saturninus</i>	sabiá-do-campo	F (ds), I	AC						
<b>Motacillidae</b>									
<i>Anthus lutescens</i>	caminheiro-zumbidor	I	AC						
<i>Anthus correndera</i>	caminheiro-de-espora	I	P		MS				
<b>Coerebidae</b>									
<i>Coereba flaveola</i>	cambacica	Nect, I	S						
<b>Thraupidae</b>									
<i>Saltator fuliginosus</i>	pimentão	F (ds,ps), I	F	M, D		MA			
<i>Saltator similis</i>	trinca-ferro-verdadeiro	F (ds,ps), H, I	S						
<i>Orchesticus abeillei</i>	sanhaçu-pardo	F (ds), I	F	D		MA	Q		Q
<i>Orthogonys chloricterus</i>	catirumbava	F (ds), I	F	M, D		MA			
<i>Thlypopsis sordida</i>	saí-canário	F (ds), I	S						
<i>Trichothraupis melanops</i>	tiê-de-topete	F (ds), I	F	S, M					
<i>Tachyphonus cristatus</i>	tiê-galo	F (ds), I	F	S					
<i>Tachyphonus coronatus</i>	tiê-preto	F (ds), H, I	F	S		MA			
<i>Tachyphonus rufus</i>	pipira-preta	F (ds), I	F	S, M			VU		
<i>Ramphocelus bresilius</i>	tiê-sangue	F (ds), I	S			MA			
<i>Thraupis sayaca</i>	sanhaçu-cinzento	F (ds), H, I	S						
<i>Thraupis cyanoptera</i>	sanhaçu-de-encontro-azul	F (ds), I	F	M, D	M	MA			Q
<i>Thraupis ornata</i>	sanhaçu-de-encontro-amarelo	F (ds), I	F	M, D	M	MA			
<i>Thraupis palmarum</i>	sanhaçu-do-coqueiro	F (ds), I	S						
<i>Pipraeidea melanonota</i>	saíra-viúva	F (ds), I	F	S, M					
<i>Tangara seledon</i>	saíra-sete-cores	F (ds), I	F	M, D		MA			

Espécie (por família)	Nome Popular	Dieta <sup>1</sup>	Ambiente <sup>2</sup>	Estrato <sup>3</sup>	Migrató-ria <sup>4</sup>	Endemis-mo <sup>5</sup>	Grau de ameaça <sup>6</sup>		
							SP	BR	GL
<i>Tangara cyanocephala</i>	saíra-militar	F (ds), I	F	M, D		MA			
<i>Tangara desmaresti</i>	saíra-lagarta	F (ds), I	F	M, D		MA			
<i>Tangara cayana</i>	saíra-amarela	F (ds), I	AC						
<i>Tangara peruviana</i>	saíra-sapucaia	F (ds), I	F	M, D	DD	MA	EN		VU
<i>Tersina viridis</i>	saí-andorinha	F (ds), I	F	M, D	DD				
<i>Dacnis cayana</i>	saí-azul	F (ds), Nect, I	S						
<i>Chlorophanes spiza</i>	saí-verde	F (ds), Nect, I	F	D					
<i>Hemithraupis guira</i>	saíra-de-papo-preto	F (ds), I	F	D	DD				
<i>Hemithraupis ruficapilla</i>	saíra-ferrugem	F (ds), I	F	D		MA			
<i>Conirostrum speciosum</i>	figuinha-de-rabo-castanho	Nect, I	F	D	DD				
<b>Emberizidae</b>									
<i>Zonotrichia capensis</i>	tico-tico	G, I	AC						
<i>Haplospiza unicolor</i>	cigarra-bambu	G, I	F	S, M		MA			
<i>Sicalis flaveola</i>	canário-da-terra-verdadeiro	G	AC						
<i>Sicalis luteola</i>	tipio	G	AC						
<i>Embernagra platensis</i>	sabiá-do-banhado	G, I	AC				VU		
<i>Volatinia jacarina</i>	tiziu	G	AC		M				
<i>Sporophila frontalis</i>	pixoxó	G	F	S, M	DD	MA	CR	VU	VU
<i>Sporophila lineola</i>	bigodinho	G	AC		M				
<i>Sporophila caerulescens</i>	coleirinho	G	AC						
<i>Sporophila angolensis</i>	curió	G	AC (R)				VU		
<i>Tiaris fuliginosus</i>	cigarra-do-coqueiro	G	F	S, M					
<i>Arremon semitorquatus</i>	tico-tico-do-mato	I	F	C, S		MA			
<b>Cardinalidae</b>									
<i>Habia rubica</i>	tiê-do-mato-grosso	F (ds), I	F	S					
<i>Cyanoloxia brissonii</i>	azulão	G, F (ps), I	F	S			VU		
<b>Parulidae</b>									

Espécie (por família)	Nome Popular	Dieta <sup>1</sup>	Ambiente <sup>2</sup>	Estrato <sup>3</sup>	Migrató-ria <sup>4</sup>	Endemis-mo <sup>5</sup>	Grau de ameaça <sup>6</sup>		
							SP	BR	GL
<i>Parula pitiayumi</i>	mariquita	I	F	D					
<i>Geothlypis aequinoctialis</i>	pia-cobra	I	AC						
<i>Basileuterus culicivorus</i>	pula-pula	I	F	S, M					
<i>Basileuterus leucoblepharus</i>	pula-pula-assobiador	I	F	C, S					
<i>Phaeothlypis rivularis</i>	pula-pula-ribeirinho	I	F (R)	C, S					
<b>Icteridae</b>									
<i>Cacicus haemorrhous</i>	guaxe	F (ds), I	S						
<i>Cacicus chrysopterus</i>	tecelão	F (ds), I	S						
<i>Icterus cayanensis</i>	encontro	F (ds), I	S						
<i>Gnorimopsar chopi</i>	graúna	G, I	AC				Q		
<i>Chrysomus ruficapillus</i>	garibaldi	G, I	P						
<i>Molothrus bonariensis</i>	vira-bosta	G, I	AC		M				
<i>Sturnella supercilialis</i>	polícia-inglesa-do-sul	G, I	P						
<b>Fringillidae</b>									
<i>Sporagra magellanica</i>	pintassilgo	G	AC						
<i>Euphonia chlorotica</i>	fim-fim	F (ds)	S						
<i>Euphonia violacea</i>	gaturamo-verdadeiro	F (ds)	F	D					
<i>Euphonia cyanocephala</i>	gaturamo-rei	F (ds)	S						
<i>Euphonia pectoralis</i>	ferro-velho	F (ds)	F	M, D		MA			
<b>Estrildidae</b>									
<i>Estrilda astrild</i>	bico-de-lacre	G	AA						
<b>Passeridae</b>									
<i>Passer domesticus</i>	pardal	G, I	AA						

1 - F (ds)= Frugívoro dispersor de sementes, F (ps)= Frugívoro predador de sementes, G= Granívoro, H= Herbívoro, I= Insetívoro, N= Necrófago, Nect= Nectarívoro, Pis= Piscívoro, P (i)= Predador de invertebrados, P (v)= Predador de vertebrados; 2 - A= Áreas abertas com alguma arborização, AA= Áreas antrópicas, C= Campos e capinzais,

F= Florestas, M= Mar, P= Palustre, S= Ambiente semi florestal, bordas e capoeiras, (R)= frequênta zonas ripárias. 3 Apenas para espécies florestais: A= Aéreo, C= Chão, D= Dossel, M= Médio, S= Sub-bosque. 4 - M= Migratório, MS= Migratório oriundo do Hemisfério Sul, MN= Migratório oriundo do Hemisfério Norte, DD= Dados deficientes, # Indica status não confirmado. 5 - MA= Mata Atlântica, CE= Cerrado. 6 - CR= Criticamente em perigo, EN= Em perigo, VU= Vulnerável à extinção, Q= quase ameaçada, SP= estado de São Paulo de acordo com São Paulo (2008), BR= Brasil de acordo com IBAMA (2003), GL= Globo de acordo com IUCN (2003).

Anexo 61. Espécies registradas no arquipélago de Ilhabela entre abril e maio de 2011

**Localidades:** Cast. = Estrada de Castelhanos; Laje = estrada até a cachoeira da Laje; Jab. = Área do Parque próxima à praia do Jabaquara; Búz. = Ilha dos Búzios; Vit. = Ilha da Vitória;  
**Cabras = Ilhas das Cabras (Cagadinha) próxima à Vitória; Pesc. = Ilha do Pescador; Entorno = Ilhabela fora dos limites do Parque Estadual. Status = categoria da lista estadual de espécies ameaçadas de extinção no estado de São Paulo. CR = criticamente em perigo; EN = em perigo e VU = vulnerável**

Nome do Táxon	Nome Popular	Cast.	Laje	Jab.	Búz.	Vit.	Cabras	Pesc.	Codó	Entorno	Status
<b>Tinamiformes</b>											
Tinamidae											
<i>Tinamus solitarius</i> (Vieillot, 1819)	macuco	1									VU
<b>Suliformes</b>											
Fregatidae											
<i>Fregata magnificens</i> Mathews, 1914	tesourão				1		1	1		1	
Sulidae											
<i>Sula leucogaster</i> (Boddaert, 1783)	atobá-pardo				1		1	1		1	
Phalacrocoracidae											
<i>Phalacrocorax brasilianus</i> (Gmelin, 1789)	biguá									1	
<b>Pelecaniformes</b>											
Ardeidae											
<i>Ardea alba</i> Linnaeus, 1758	garça-branca-grande									1	
<i>Egretta thula</i> (Molina, 1782)	garça-branca-pequena									1	
<i>Egretta caerulea</i> (Linnaeus, 1758)	garça-azul									1	
<b>Cathartiformes</b>											
Cathartidae											
<i>Cathartes aura</i> (Linnaeus, 1758)	urubu-de-cabeça-vermelha			1							
<i>Coragyps atratus</i> (Bechstein, 1793)	urubu-de-cabeça-preta				1	1	1	1		1	
<b>Accipitriformes</b>											
Accipitridae											
<i>Rupornis magnirostris</i> (Gmelin, 1788)	gavião-carijó			1		1					



Nome do Táxon	Nome Popular	Cast.	Laje	Jab.	Búz.	Vit.	Cabras	Pesc.	Codó	Entorno	Status
<b>Falconiformes</b>											
Falconidae											
<i>Caracara plancus</i> (Miller, 1777)	caracará			1		1			1	1	
<i>Milvago chimachima</i> (Vieillot, 1816)	carrapateiro									1	
<b>Gruiformes</b>											
Rallidae											
<i>Aramides cajanea</i> (Statius Muller, 1776)	saracura-três-potes									1	
<b>Charadriiformes</b>											
Charadriidae											
<i>Vanellus chilensis</i> (Molina, 1782)	quero-quero									1	
Scolopacidae											
<i>Actitis macularius</i> (Linnaeus, 1766)	maçarico-pintado								1		
Laridae											
<i>Larus dominicanus</i> Lichtenstein, 1823	gaivotão					1		1	1	1	
Sternidae											
<i>Sterna hirundinacea</i> Lesson, 1831	trinta-réis-de-bico-vermelho									1	
<i>Thalasseus acuflavidus</i> (Cabot, 1847)	trinta-réis-de-bando									1	VU
<i>Thalasseus maximus</i> (Boddaert, 1783)	trinta-réis-real									1	VU
<b>Columbiformes</b>											
Columbidae											
<i>Columbina talpacoti</i> (Temminck, 1811)	rolinha-roxa									1	
<i>Columba livia</i> Gmelin, 1789	pombo-doméstico									1	
<i>Patagioenas picazuro</i> (Temminck, 1813)	pombão									1	
<i>Leptotila verreauxi</i> Bonaparte, 1855	juriti-pupu	1									
<b>Psittaciformes</b>											
Psittacidae											
<i>Pyrrhura frontalis</i> (Vieillot, 1817)	tiriba-de-testa-vermelha	1	1	1						1	
<i>Forpus xanthopterygius</i> (Spix, 1824)	tuim	1		1						1	

Nome do Táxon	Nome Popular	Cast.	Laje	Jab.	Búz.	Vit.	Cabras	Pesc.	Codó	Entorno	Status
<i>Brotogeris tirica</i> (Gmelin, 1788)	periquito-rico	1	1	1	1					1	
<i>Pionus maximiliani</i> (Kuhl, 1820)	maitaca-verde	1	1	1						1	
<i>Amazona farinosa</i> (Boddaert, 1783)	papagaio-moleiro	1								1	CR
<b>Cuculiformes</b>											
Cuculidae											
<i>Piaya cayana</i> (Linnaeus, 1766)	alma-de-gato		1								
<b>Apodiformes</b>											
Apodidae											
<i>Chaetura cinereiventris</i> Sclater, 1862	andorinhão-de-sobre-cinzento			1						1	
<i>Chaetura meridionalis</i> Hellmayr, 1907	andorinhão-do-temporal									1	
Trochilidae											
<i>Ramphodon naevius</i> (Dumont, 1818)	beija-flor-rajado	1	1							1	
<i>Phaethornis eurynome</i> (Lesson, 1832)	rabo-branco-de-garganta-rajada									1	
<i>Eupetomena macroura</i> (Gmelin, 1788)	beija-flor-tesoura									1	
<i>Florisuga fusca</i> (Vieillot, 1817)	beija-flor-preto				1					1	
<i>Chlorostilbon lucidus</i> (Shaw, 1812)	besourinho-de-bico-vermelho				1						
<i>Thalurania glaucopis</i> (Gmelin, 1788)	beija-flor-de-fronte-violeta	1		1						1	
<i>Amazilia fimbriata</i> (Gmelin, 1788)	beija-flor-de-garganta-verde									1	
<i>Heliothryx auritus</i> (Gmelin, 1788)	beija-flor-de-bochecha-azul									1	
<b>Trogoniformes</b>											
Trogonidae											
<i>Trogon viridis</i> Linnaeus, 1766	surucuá-grande-de-barriga-amarela		1								
<b>Coraciiformes</b>											
Alcedinidae											
<i>Megaceryle torquata</i> (Linnaeus, 1766)	martim-pescador-grande					1				1	
<i>Chloroceryle americana</i> (Gmelin, 1788)	martim-pescador-pequeno									1	
<b>Piciformes</b>											
Ramphastidae											

Nome do Táxon	Nome Popular	Cast.	Laje	Jab.	Búz.	Vit.	Cabras	Pesc.	Codó	Entorno	Status
<i>Ramphastos toco</i> Statius Muller, 1776	tucanuçu									1	
<i>Ramphastos dicolorus</i> Linnaeus, 1766	tucano-de-bico-verde	1	1	1						1	
Picidae											
<i>Picumnus cirratus</i> Temminck, 1825	pica-pau-anão-barrado	1	1								
<i>Veniliornis spilogaster</i> (Wagler, 1827)	picapauzinho-verde-carijó			1						1	
<i>Celeus flavescens</i> (Gmelin, 1788)	pica-pau-de-cabeça-amarela	1									
<i>Campephilus robustus</i> (Lichtenstein, 1818)	pica-pau-rei		1								
<b>Passeriformes</b>											
Thamnophilidae											
<i>Terenura maculata</i> (Wied, 1831)	zidedê	1		1							
<i>Myrmeciza squamosa</i> Pelzeln, 1868	papa-formiga-de-grota	1	1	1							
<i>Myrmotherula gularis</i> (Spix, 1825)	choquinha-de-garganta-pintada	1	1								
<i>Dysithamnus mentalis</i> (Temminck, 1823)	choquinha-lisa	1	1	1	1						
<i>Herpsilochmus rufimarginatus</i> (Temminck, 1822)	chorozinho-de-asa-vermelha			1							
<i>Mackenziaena severa</i> (Lichtenstein, 1823)	borralhara			1							
<i>Pyriglena leucoptera</i> (Vieillot, 1818)	papa-taoca-do-sul	1	1								
<i>Dryophila ferruginea</i> (Temminck, 1822)	trovoada	1	1	1							
<i>Dryophila ochropyga</i> (Hellmayr, 1906)	choquinha-de-dorso-vermelho		1								
Conopophagidae											
<i>Conopophaga lineata</i> (Wied, 1831)	chupa-dente	1	1								
Formicariidae											
<i>Chamaeza campanisona</i> (Lichtenstein, 1823)	tovaca-campainha	1	1								
Scleruridae											
<i>Sclerurus scansor</i> (Ménétriès, 1835)	vira-folha		1								
Dendrocolaptidae											
<i>Dendrocincla turdina</i> (Lichtenstein, 1820)	arapaçu-liso									1	

Nome do Táxon	Nome Popular	Cast.	Laje	Jab.	Búz.	Vit.	Cabras	Pesc.	Codó	Entorno	Status
<i>Sittasomus griseicapillus</i> (Vieillot, 1818)	arapaçu-verde	1	1								
<i>Xiphorhynchus fuscus</i> (Vieillot, 1818)	arapaçu-rajado	1									
Furnariidae											
<i>Furnarius rufus</i> (Gmelin, 1788)	joão-de-barro									1	
<i>Philydor atricapillus</i> (Wied, 1821)	limpa-folha-coroado	1	1								
<i>Philydor rufum</i> (Vieillot, 1818)	limpa-folha-de-testa-baia									1	
<i>Synallaxis ruficapilla</i> Vieillot, 1819	pichororé	1		1							
Pipridae											
<i>Chiroxiphia caudata</i> (Shaw & Nodder, 1793)	tangará	1	1								
Tityridae											
<i>Myiobius barbatus</i> (Gmelin, 1789)	assanhadinho	1	1								
<i>Schiffornis virescens</i> (Lafresnaye, 1838)	flautim	1	1								
<i>Pachyrhamphus castaneus</i> (Jardine & Selby, 1827)	caneleiro	1		1						1	
Tyrannoidea <i>Incertae sedis</i>											
<i>Platyrinchus mystaceus</i> Vieillot, 1818	patinho	1	1								
Rhynchocyclidae											
<i>Leptopogon amaurocephalus</i> Tschudi, 1846	cabeçudo									1	
<i>Phylloscartes oustaleti</i> (Sclater, 1887)	papa-moscas-de-olheiras	1									
<i>Tolmomyias sulphurescens</i> (Spix, 1825)	bico-chato-de-orelha-preta	1								1	
<i>Todirostrum cinereum</i> (Linnaeus, 1766)	ferreirinho-relógio									1	
Tyrannidae											
<i>Hirundinea ferruginea</i> (Gmelin, 1788)	gibão-de-couro									1	
<i>Camptostoma obsoletum</i> (Temminck, 1824)	risadinha									1	
<i>Elaenia flavogaster</i> (Thunberg, 1822)	guaracava-de-barriga-amarela			1	1						
<i>Elaenia mesoleuca</i> (Deppe, 1830)	tuque				1						
<i>Attila rufus</i> (Vieillot, 1819)	capitão-de-saíra	1									
<i>Myiarchus swainsoni</i> Cabanis & Heine, 1859	irré									1	

Nome do Táxon	Nome Popular	Cast.	Laje	Jab.	Búz.	Vit.	Cabras	Pesc.	Codó	Entorno	Status
<i>Myiarchus ferox</i> (Gmelin, 1789)	maria-cavaleira									1	
<i>Pitangus sulphuratus</i> (Linnaeus, 1766)	bem-te-vi				1	1				1	
<i>Myiodynastes maculatus</i> (Stadius Muller, 1776)	bem-te-vi-rajado									1	
<i>Megarynchus pitangua</i> (Linnaeus, 1766)	neinei									1	
<i>Myiozetetes similis</i> (Spix, 1825)	bentevizinho-de-penacho-vermelho									1	
<i>Tyrannus melancholicus</i> Vieillot, 1819	suiriri									1	
<i>Colonia colonus</i> (Vieillot, 1818)	viuvinha			1						1	
<i>Myiophobus fasciatus</i> (Stadius Muller, 1776)	filipe				1						
<i>Fluvicola nengeta</i> (Linnaeus, 1766)	lavadeira-mascarada				1					1	
Vireonidae											
<i>Cyclarhis gujanensis</i> (Gmelin, 1789)	pitiguari	1			1					1	
Hirundinidae											
<i>Pygochelidon cyanoleuca</i> (Vieillot, 1817)	andorinha-pequena-de-casa									1	
<i>Progne chalybea</i> (Gmelin, 1789)	andorinha-doméstica-grande									1	
<i>Stelgidopteryx ruficollis</i> (Vieillot, 1817)	andorinha-serradora				1					1	
Troglodytidae											
<i>Troglodytes musculus</i> Naumann, 1823	corruíra				1	1				1	
<i>Cantorchilus longirostris</i> (Vieillot, 1819)	garrinchão-de-bico-grande	1		1							
Turdidae											
<i>Turdus rufiventris</i> Vieillot, 1818	sabiá-laranjeira	1			1					1	
<i>Turdus amaurochalinus</i> Cabanis, 1850	sabiá-poca									1	
<i>Turdus albicollis</i> Vieillot, 1818	sabiá-coleira	1	1		1						
Coerebidae											
<i>Coereba flaveola</i> (Linnaeus, 1758)	cambacica	1			1	1				1	
Thraupidae											
<i>Saltator fuliginosus</i> (Daudin, 1800)	pimentão	1									
<i>Saltator similis</i> d'Orbigny & Lafresnaye, 1837	trinca-ferro-verdadeiro			1							
<i>Tachyphonus coronatus</i> (Vieillot, 1822)	tiê-preto	1	1		1					1	

Nome do Táxon	Nome Popular	Cast.	Laje	Jab.	Búz.	Vit.	Cabras	Pesc.	Codó	Entorno	Status
<i>Ramphocelus bresilius</i> (Linnaeus, 1766)	tiê-sangue	1			1					1	
<i>Lanio melanops</i> (Vieillot, 1818)	tiê-de-topete	1	1							1	
<i>Tangara seledon</i> (Statius Muller, 1776)	saíra-sete-cores	1								1	
<i>Tangara cyanocephala</i> (Statius Muller, 1776)	saíra-militar			1							
<i>Tangara sayaca</i> (Linnaeus, 1766)	sanhaçu-cinzento	1			1	1				1	
<i>Tangara palmarum</i> (Wied, 1823)	sanhaçu-do-coqueiro				1					1	
<i>Tangara peruviana</i> (Desmarest, 1806)	saíra-sapucaia			1							EN
<i>Tersina viridis</i> (Illiger, 1811)	saí-andorinha									1	
<i>Dacnis cayana</i> (Linnaeus, 1766)	saí-azul	1								1	
<i>Hemithraupis ruficapilla</i> (Vieillot, 1818)	saíra-ferrugem			1							
Emberizidae											
<i>Zonotrichia capensis</i> (Statius Muller, 1776)	tico-tico			1	1						
<i>Haplopiza unicolor</i> Cabanis, 1851	cigarra-bambu		1								
<i>Sporophila caerulea</i> (Vieillot, 1823)	coleirinho				1					1	
Cardinalidae											
<i>Habia rubica</i> (Vieillot, 1817)	tiê-do-mato-grosso	1									
Parulidae											
<i>Parula pitayumi</i> (Vieillot, 1817)	mariquita	1								1	
<i>Geothlypis aequinoctialis</i> (Gmelin, 1789)	pia-cobra				1	1					
<i>Basileuterus culicivorus</i> (Deppe, 1830)	pula-pula	1	1								
Fringillidae											
<i>Euphonia violacea</i> (Linnaeus, 1758)	gaturamo-verdadeiro			1							
<i>Euphonia pectoralis</i> (Latham, 1801)	ferro-velho	1	1								
Estrildidae											
<i>Estrilda astrild</i> (Linnaeus, 1758)	bico-de-lacre									1	
Passeridae											
<i>Passer domesticus</i> (Linnaeus, 1758)	pardal									1	
<b>Riqueza</b>		48	30	28	25	10	3	4	3	75	

Anexo 62. Espécies de aves que não são registradas há mais de 45 anos e/ou possuem apenas um registro no arquipélago de Ilhabela Espécies de aves que não são registradas há mais de 45 anos e ou possuem apenas um registro no Arquipélago de Ilhabela.

Espécies (por família)	Nome Popular	Ano de Registro	Fonte de Dados
<b>Anatidae</b>			
<i>Dendrocygna viduata</i>	irerê	2009	WIKIAVES (2010)
<i>Cairina moschata</i>	pato-do-mato	1925	LUEDERWALDT (1929)
<b>Podicipedidae</b>			
<i>Podiceps major</i>	mergulhão-grande	-	SÃO PAULO (1998)
<b>Diomedeidae</b>			
<i>Thalassarche melanophris</i>	albatroz-de-sobrancelha	1993	OLMOS et al. (1995)
<i>Diomedea exulans</i>	albatroz-gigante	-	SÃO PAULO (1998)
<b>Procellariidae</b>			
<i>Daption capense</i>	pomba-do-cabo	-	SÃO PAULO (1998)
<i>Pterodroma macroptera</i>	fura-buxo-de-cara-cinza	1925	LUEDERWALDT (1929)
<i>Pachyptila desolata</i>	faigão-rola	1925	LUEDERWALDT (1929)
<i>Pachyptila belcheri</i>	faigão-de-bico-fino	-	SÃO PAULO (1998)
<i>Procellaria aequinoctialis</i>	pardela-preta	-	SÃO PAULO (1998)
<i>Calonectris edwardsii</i>	bobo-de-cabo-verde	1997	WIKIAVES (2010)
<b>Phalacrocoracidae</b>			
<i>Phalacrocorax brasilianus</i>	biguá	2010	PLANO DE MANEJO DO PEIb (2010)
<b>Ardeidae</b>			
<i>Nyctanassa violacea</i>	savacu-de-coroa	2008	WIKIAVES (2010)
<i>Ardea cocoi</i>	garça-moura	2007	WIKIAVES (2010)
<b>Threskiornithidae</b>			
<i>Plegadis chihi</i>	caraúna-de-cara-branca	2010	WIKIAVES (2010)
<b>Accipitridae</b>			
<i>Elanoides forficatus</i>	gavião-tesoura	1965	MULLER (1966)
<i>Harpagus bidentatus</i>	gavião-ripina	1993-94	OLMOS (1996)
<i>Leucopternis lacernulatus</i>	gavião-pombo-pequeno	2005	KOESTER-GOBBO (2007)
<i>Spizaetus ornatus</i>	gavião-de-penacho	1984	WILLIS e ONIKI (2003)
<b>Falconidae</b>			
<i>Herpetotheres cachinnans</i>	acauã	2009	WIKIAVES (2010)
<i>Falco sparverius</i>	quiriquiri	1965	MULLER (1966)
<i>Falco deiroleucus</i>	falcão-de-peito-laranja	1993-94	OLMOS (1996)
<b>Rallidae</b>			
<i>Fulica armillata</i>	carqueja-de-bico-manchado	1965	MULLER (1966)
<b>Charadriidae</b>			
<i>Pluvialis dominica</i>	batuiraçu	-	SÃO PAULO (1998)
<i>Pluvialis squatarola</i>	batuiraçu-de-axila-preta	-	SÃO PAULO (1998)
<i>Charadrius semipalmatus</i>	batuíra-de-bando	2009	WIKIAVES (2010)
<i>Charadrius collaris</i>	batuíra-de-coleira	-	SÃO PAULO (1998)
<b>Scelopacidae</b>			

Espécies (por família)	Nome Popular	Ano de Registro	Fonte de Dados
<i>Tringa solitaria</i>	maçarico-solitário	-	SÃO PAULO (1998)
<i>Tringa melanoleuca</i>	maçarico-grande-de-perna-amarela	-	SÃO PAULO (1998)
<i>Tringa flavipes</i>	maçarico-de-perna-amarela	-	SÃO PAULO (1998)
<i>Calidris alba</i>	maçarico-branco	-	SÃO PAULO (1998)
<i>Calidris melanotos</i>	maçarico-de-colete	-	SÃO PAULO (1998)
<b>Jacanidae</b>			
<i>Jacana jacana</i>	jaçanã	2010	WIKIAVES (2010)
<b>Sternidae</b>			
<i>Sternula superciliaris</i>	trinta-réis-anão	-	SÃO PAULO (1998)
<i>Phaetusa simplex</i>	trinta-réis-grande	-	SÃO PAULO (1998)
<i>Sterna trudeaui</i>	trinta-réis-de-coroa-branca	1915	MZUSP (2010)
		1937	MZUSP Apud OLMOS et al. (1995)
<b>Rynchopidae</b>			
<i>Rynchops niger</i>	talha-mar	-	SÃO PAULO (1998)
<b>Psittacidae</b>			
<i>Touit surdus</i>	apuim-de-cauda-amarela	1993-94	OLMOS (1996)
<b>Cuculidae</b>			
<i>Crotophaga major</i>	anu-coroca	2007	WIKIAVES (2010)
<b>Strigidae</b>			
<i>Strix virgata</i>	coruja-do-mato	1997	MZUSP (2010)
<i>Athene cunicularia</i>	coruja-buraqueira	1993-94	OLMOS (1996)
<b>Nyctibiidae</b>			
<i>Nyctibius griseus</i>	mãe-da-lua	2008	WIKIAVES (2010)
<b>Caprimulgidae</b>			
<i>Lurocalis semitorquatus</i>	tuju	1993-94	OLMOS (1996)
<b>Trochilidae</b>			
<i>Glaucis hirsutus</i>	balança-rabo-de-bico-torto	1965	MULLER (1966)
<i>Anthracothorax nigricollis</i>	beija-flor-de-veste-preta	1993-94	OLMOS (1996)
<i>Clytolaema rubicauda</i>	beija-flor-rubi	1993-94	OLMOS (1996)
<b>Momotidae</b>			
<i>Baryphthengus ruficapillus</i>	juruva-verde	1993-94	OLMOS (1996)
<b>Ramphastidae</b>			
<i>Ramphastos toco</i>	tucanuçu	2009	WIKIAVES (2010)
<b>Picidae</b>			
<i>Colaptes melanochloros</i>	pica-pau-verde-barrado	1993-94	OLMOS (1996)
<b>Thamnophilidae</b>			
<i>Myrmotherula minor</i>	choquinha-pequena	1965	MULLER (1966)
<i>Drymophila squamata</i>	pintadinho	1984	WILLIS e ONIKI (2003)
<b>Grallariidae</b>			
<i>Grallaria varia</i>	tovacuçu	1984	WILLIS e ONIKI (2003)
<b>Rhinocryptidae</b>			



Espécies (por família)	Nome Popular	Ano de Registro	Fonte de Dados
<i>Scytalopus notorius</i>	tapaculo-preto	2010	WIKIAVES (2010)
<i>Scytalopus speluncae</i>	tapaculo-do-espinhaço	1993-94	OLMOS (1996)
<b>Furnariidae</b>			
<i>Furnarius figulus</i>	casaca-de-couro-da-lama	2008	WIKIAVES (2010)
<i>Cranioleuca obsoleta</i>	arredio-oliváceo	1993-94	OLMOS (1996)
<i>Anabazenops fuscus</i>	trepador-coleira	1984	WILLIS e ONIKI (2003)
<i>Cichlocolaptes leucophrus</i>	trepador-sobrancelha	1984	WILLIS e ONIKI (2003)
<b>Tyrannidae</b>			
<i>Myiornis auricularis</i>	miudinho	2006-07	SILVEIRA (2007)
<i>Myiopagis caniceps</i>	guaracava-cinzenta	1984	WILLIS e ONIKI (2003)
<i>Serpophaga subcristata</i>	alegrinho	1993-94	OLMOS (1996)
<i>Knipolegus cyanirostris</i>	maria-preta-de-bico-azulado	1984	WILLIS e ONIKI (2003)
<i>Satrapa icterophrys</i>	suiriri-pequeno	2009	WIKIAVES (2010)
<i>Tyrannus savana</i>	tesourinha	1997	GUIX (2007)
<i>Myiarchus swainsoni</i>	irrê	1965	MULLER (1966)
<i>Myiarchus tyrannulus</i>	maria-cavaleira-de-rabo-enferrujado	1984	WILLIS e ONIKI (2003)
<b>Cotingidae</b>			
<i>Lipaugus lanioides</i>	tropeiro-da-serra	1993-94	OLMOS (1996)
<b>Pipridae</b>			
<i>Manacus manacus</i>	rendeira	1965	MULLER (1966)
<b>Tityridae</b>			
<i>Laniisoma elegans</i>	chibante	1997	GUIX (2007)
<i>Iodopleura pipra</i>	anambezinho	-	CEO (2010)
<i>Tityra cayana</i>	anambé-branco-de-rabo-preto	1993-94	OLMOS (1996)
<b>Vireonidae</b>			
<i>Hylophilus poicilotis</i>	verdinho-coroado	2006	VASCONCELOS e OLMOS (2009)
<b>Hirundinidae</b>			
<i>Progne tapera</i>	andorinha-do-campo	1993-94	OLMOS (1996)
<b>Motacillidae</b>			
<i>Anthus correndera</i>	caminheiro-de-espora	1965	MULLER (1966)
<b>Thraupidae</b>			
<i>Tangara desmaresti</i>	saíra-lagarta	2010	WIKIAVES (2010)
<b>Emberizidae</b>			
<i>Sicalis luteola</i>	tipio	1963	MZUSP (2010)
<i>Embernagra platensis</i>	sabiá-do-banhado	-	CEO (2010)
<i>Sporophila frontalis</i>	pioxó	1993-94	OLMOS (1996)
<i>Sporophila angolensis</i>	curió	1965	MULLER (1966)
<b>Cardinalidae</b>			
<i>Cyanoloxia brissonii</i>	azulão	1965	MULLER (1966)
<b>Icteridae</b>			
<i>Icterus cayanensis</i>	encontro	2010	PLANO DE MANEJO DO PEIb (2010)
<b>Fringillidae</b>			

<b>Espécies (por família)</b>	<b>Nome Popular</b>	<b>Ano de Registro</b>	<b>Fonte de Dados</b>
<i>Sporagra magellanica</i>	pintassilgo	2008	WIKIAVES (2010)

Anexo 63. Lista de espécies de aves ameaçadas de extinção registradas no Parque Estadual de Ilhabela (PEIb) e entorno (continente e ilhas)

Espécies (por família)	Nome Popular	Categoria de Ameaça <sup>1</sup>			Local de Registro <sup>2</sup>		
		SP	Brasil	Globo	PEIb	Cont.	ilhas
<b>Tinamidae</b>							
<i>Tinamus solitarius</i>	macuco	VU		Q	X	X	
<b>Cracidae</b>							
<i>Aburria jacutinga</i>	jacutinga	CR	EN	EN	X	X	
<b>Diomedeidae</b>							
<i>Thalassarche chlororhynchos</i>	albatroz-de-nariz-amarelo	VU	VU	EN	X	X	
<i>Thalassarche melanophris</i>	albatroz-de-sobrancelha	VU	VU	EN	X		
<i>Diomedea exulans</i>	albatroz-gigante	VU	VU	VU	X		X
<b>Procellariidae</b>							
<i>Procellaria aequinoctialis</i>	pardela-preta	VU	VU	VU	X		
<b>Ardeidae</b>							
<i>Nyctanassa violacea</i>	savacu-de-coroa	VU			X	X	
<i>Pilherodius pileatus</i>	garça-real	VU				X	
<b>Accipitridae</b>							
<i>Leucopternis lacernulatus</i>	gavião-pombo-pequeno	VU	VU	VU	X	X	
<i>Leucopternis polionotus</i>	gavião-pombo-grande	VU		Q	X	X	
<i>Spizaetus melanoleucus</i>	gavião-pato	CR			X	X	
<i>Spizaetus tyrannus</i>	gavião-pega-macaco	VU			X		
<i>Spizaetus ornatus</i>	gavião-de-penacho	CR			X	X	
<b>Rallidae</b>							
<i>Gallinula melanops</i>	frango-d'água-carijó	VU			X		
<b>Sternidae</b>							
<i>Sternula superciliaris</i>	trinta-réis-anão	VU			X	X	X
<i>Phaetusa simplex</i>	trinta-réis-grande	VU			X	X	
<i>Thalasseus sandvicensis</i>	trinta-réis-de-bando	VU			X	X	X
<i>Thalasseus maximus</i>	trinta-réis-real	VU	VU		X	X	X
<b>Psittacidae</b>							
<i>Pyrrhura leucotis</i>	tiriba-de-orelha-branca		VU			X	
<i>Touit surdus</i>	apuim-de-cauda-amarela			VU	X		
<i>Amazona farinosa</i>	papagaio-moleiro	CR			X	X	
<i>Tricharia malachitacea</i>	sabiá-cica	VU		Q		X	

Espécies (por família)	Nome Popular	Categoria de Ameaça <sup>1</sup>			Local de Registro <sup>2</sup>		
		SP	Brasil	Globo	PEIb	Cont.	ilhas
<b>Cuculidae</b>							
<i>Crotophaga major</i>	anu-coroca	VU			X		
<b>Strigidae</b>							
<i>Bubo virginianus</i>	jacurutu	VU				X	
<b>Ramphastidae</b>							
<i>Pteroglossus bailloni</i>	araçari-banana	VU		Q		X	
<b>Thamnophilidae</b>							
<i>Myrmotherula minor</i>	choquinha-pequena	VU	VU	VU	X	X	
<i>Myrmotherula unicolor</i>	choquinha-cinzenta	VU		Q		X	
<b>Tyrannidae</b>							
<i>Hemitriccus furcatus</i>	papa-moscas-estrela	VU		VU		X	
<i>Platyrinchus leucoryphus</i>	patinho-gigante	VU		VU		X	
<i>Onychorhynchus swainsoni</i>	maria-leque-do-sudeste	VU		VU		X	
<b>Cotingidae</b>							
<i>Procnias nudicollis</i>	araponga	VU		VU	X	X	X
<i>Lipaugus lanioides</i>	tropeiro-da-serra	VU		Q	X		
<i>Pyroderus scutatus</i>	pavó	VU			X	X	X
<b>Tityridae</b>							
<i>Laniisoma elegans</i>	chibante	VU			X	X	
<i>Iodopleura pipra</i>	anambezinho	EN		Q	X		
<b>Thraupidae</b>							
<i>Tachyphonus rufus</i>	pipira-preta	VU				X	
<i>Tangara peruviana</i>	saíra-sapucaia	EN		VU	X	X	
<b>Emberizidae</b>							
<i>Embernagra platensis</i>	sabiá-do-banhado	VU			X		
<i>Sporophila frontalis</i>	pioxó	CR	VU	VU	X		
<i>Sporophila angolensis</i>	curió	VU			X	X	
<b>Cardinalidae</b>							
<i>Cyanoloxia brissonii</i>	azulão	VU			X	X	X
<b>Total</b>					<b>31</b>	<b>30</b>	<b>7</b>

<sup>1</sup>CR= Criticamente em perigo, EN= Em perigo, VU= Vulnerável à extinção, Q= quase ameaçada (SÃO PAULO, 2008; BRASIL, 2003; IUCN, 2003)

<sup>2</sup>Cont.: Continente, municípios de São Sebastião e Caraguatatuba); ilhas: Arquipélago de Alcatrazes, Ilhas Apará e Itaçuze (São Sebastião) e Ilha Anchieta (Ubatuba)

Anexo 64. Lista de aves das ilhas dos Búzios, da Vitória e de São Sebastião Lista de aves das Ilhas dos Búzios, da Vitória e de São Sebastião

**Dados primários – P; e dados secundários - S**

Espécie	Nome Popular	Ilhas					
		Búzios		Vitória		São Sebastião	
		P	S	P	S	P	S
<b>Tinamidae</b>							
<i>Tinamus solitarius</i> *	macuco					X	X
<b>Anatidae</b>							
<i>Dendrocygna viduata</i>	irerê						X
<i>Cairina moschata</i>	pato-do-mato						X
<i>Cairina moschata</i> x <i>Pato doméstico</i>	pato-do-mato hibridizado			X			
<b>Cracidae</b>							
<i>Aburria jacutinga</i> *	jacutinga					X	X
<b>Odontophoridae</b>							
<i>Odontophorus capueira</i> *	uru					X	X
<b>Podicipedidae</b>							
<i>Podiceps major</i>	mergulhão-grande						X
<b>Spheniscidae</b>							
<i>Spheniscus magellanicus</i>	pinguim-de-magalhães					X	X
<b>Diomedidae</b>							
<i>Thalassarche chlororhynchos</i>	albatroz-de-nariz-amarelo						X
<i>Thalassarche melanophris</i>	albatroz-de-sobrancelha						X
<b>Procellariidae</b>							
<i>Pachyptila desolata</i>	faigão-rola						X
<i>Calonectris borealis</i>	bobo-grande						X
<i>Puffinus gravis</i>	bobo-grande-de-sobre-branco						X
<i>Puffinus puffinus</i>	bobo-pequeno						X
<b>Sulidae</b>							
<i>Sula leucogaster</i>	atobá-pardo		X		X	X	X
<b>Phalacrocoracidae</b>							
<i>Phalacrocorax brasilianus</i>	biguá					X	
<b>Fregatidae</b>							
<i>Fregata magnificens</i>	fragata	X		X	X	X	X
<b>Ardeidae</b>							
<i>Nyctanassa violacea</i>	savacu-de-coroa						X
<i>Butorides striata</i>	socozinho		X				X
<i>Bubulcus ibis</i>	garça-vaqueira		X		X	X	X
<i>Ardea cocoi</i>	garça-moura						X
<i>Ardea alba</i>	garça-branca-grande					X	X
<i>Egretta thula</i>	garça-branca-pequena					X	X
<i>Egretta caerulea</i>	garça-azul					X	X
<b>Threskiornithidae</b>							
<i>Plegadis chihi</i>	caraúna-de-cara-branca						X
<b>Cathartidae</b>							

Espécie	Nome Popular	Ilhas					
		Búzios		Vitória		São Sebastião	
		P	S	P	S	P	S
<i>Cathartes aura</i>	urubu-de-cabeça-vermelha			X		X	X
<i>Coragyps atratus</i>	urubu-de-cabeça-preta	X		X		X	X
<b>Accipitridae</b>							
<i>Elanoides forficatus</i>	gavião-tesoura						X
<i>Harpagus bidentatus</i>	gavião-ripina						X
<i>Harpagus diodon</i>	gavião-bombachinha				X		X
<i>Leucopternis lacernulatus*</i>	gavião-pombo-pequeno						X
<i>Leucopternis polionotus*</i>	gavião-pombo-grande					X	X
<i>Rupornis magnirostris</i>	gavião-carijó	X	X	X		X	X
<i>Buteo albicaudatus</i>	gavião-de-rabo-branco						X
<i>Buteo brachyurus</i>	gavião-de-cauda-curta						X
<i>Spizaetus melanoleucus</i>	gavião-pato					X	X
<i>Spizaetus tyrannus</i>	gavião-pega-macaco					X	X
<i>Spizaetus ornatus</i>	gavião-de-penacho						X
<b>Falconidae</b>							
<i>Caracara plancus</i>	caracará	X					X
<i>Milvago chimachima</i>	carrapateiro	X		X		X	X
<i>Herpetotheres cachinnans</i>	acauçã						X
<i>Falco sparverius</i>	quiriquiri						X
<i>Falco deiroleucus</i>	falcão-de-peito-laranja						X
<b>Rallidae</b>							
<i>Aramides cajanea</i>	saracura-três-potes	X	X	X	X	X	X
<i>Laterallus viridis</i>	sanã-castanha		X				X
<i>Laterallus melanophaius</i>	sanã-parda						X
<i>Pardirallus nigricans</i>	saracura-sanã						X
<i>Gallinula melanops</i>	frango-d'água-carijó						X
<i>Porphyrio martinica</i>	frango-d'água-azul		X		X		X
<i>Fulica armillata</i>	carqueja-de-bico-manchado						X
<b>Charadriidae</b>							
<i>Vanellus chilensis</i>	quero-quero		X		X	X	X
<i>Pluvialis dominica</i>	batuiriçu						X
<i>Pluvialis squatarola</i>	batuiriçu-de-axila-preta						X
<i>Charadrius semipalmatus</i>	batuíra-de-bando						X
<i>Charadrius collaris</i>	batuíra-de-coleira						X
<b>Scolopacidae</b>							
<i>Tringa solitaria</i>	maçarico-solitário						X
<i>Tringa melanoleuca</i>	maçarico-grande-de-perna-amarela						X
<i>Tringa flavipes</i>	maçarico-de-perna-amarela						X
<i>Calidris alba</i>	maçarico-branco						X
<i>Calidris melanotos</i>	maçarico-de-colete						X
<b>Jacaniidae</b>							
<i>Jacana jacana</i>	jaçanã						X
<b>Laridae</b>							
<i>Larus dominicanus</i>	gaiivotão	X				X	X

Espécie	Nome Popular	Ilhas					
		Búzios		Vitória		São Sebastião	
		P	S	P	S	P	S
<b>Sternidae</b>							
<i>Sternula superciliaris</i>	trinta-réis-anão						X
<i>Phaetusa simplex</i>	trinta-réis-grande						X
<i>Sterna hirundinacea</i>	trinta-réis-de-bico-vermelho					X	X
<i>Sterna trudeaui</i>	trinta-réis-de-coroa-branca						X
<i>Thalasseus sandvicensis</i>	trinta-réis-de-bando						X
<i>Thalasseus maximus</i>	trinta-réis-real						X
<b>Rynchopidae</b>							
<i>Rynchops niger</i>	talha-mar						X
<b>Columbidae</b>							
<i>Columbina talpacoti</i>	rolinha-roxa				X	X	X
<i>Columba livia</i>	pombo-doméstico					X	X
<i>Patagioenas picazuro</i>	pombão					X	X
<i>Patagioenas cayennensis</i>	pomba-galega	X				X	X
<i>Patagioenas plumbea</i>	pomba-amargosa		X			X	X
<i>Zenaida auriculata</i>	pomba-de-bando						X
<i>Leptotila verreauxi</i>	jurití-pupu	X	X	X	X	X	X
<i>Leptotila rufaxilla</i>	jurití-gemeadeira				X		X
<b>Psittacidae</b>							
<i>Pyrrhura frontalis</i>	tiriba-de-testa-vermelha					X	X
<i>Forpus xanthopterygius</i>	tuim					X	X
<i>Brotogeris tirica*</i>	periquito-rico	X	X			X	X
<i>Touit surdus*</i>	apuim-de-cauda-amarela						X
<i>Pionopsitta pileata*</i>	cuiú-cuiú						X
<i>Pionus maximiliani</i>	maitaca-verde	X	X		X	X	X
<i>Amazona farinosa</i>	papagaio-moleiro					X	X
<b>Cuculidae</b>							
<i>Piaya cayana</i>	alma-de-gato		X		X		X
<i>Coccyzus melacoryphus</i>	papa-lagarta-acanelado		X				X
<i>Crotophaga major</i>	anu-coroca						X
<i>Crotophaga ani</i>	anu-preto	X	X	X	X		X
<i>Guira guira</i>	anu-branco						X
<i>Tapera naevia</i>	saci						X
<b>Tytonidae</b>							
<i>Tyto alba</i>	coruja-da-igreja						X
<b>Strigidae</b>							
<i>Megascops choliba</i>	corujinha-do-mato						X
<i>Pulsatrix koeniswaldiana*</i>	murucututu-de-barriga-amarela						X
<i>Strix virgata</i>	coruja-do-mato						X
<i>Athene cunicularia</i>	coruja-buraqueira						X
<i>Asio clamator</i>	coruja-orelhuda						X
<b>Nyctibiidae</b>							
<i>Nyctibius griseus</i>	mãe-da-lua						X
<b>Caprimulgidae</b>							

Espécie	Nome Popular	Ilhas					
		Búzios		Vitória		São Sebastião	
		P	S	P	S	P	S
<i>Lurocalis semitorquatus</i>	tuju						X
<i>Nyctidromus albicollis</i>	bacurau					X	X
<i>Nyctiphrynus ocellatus</i>	bacurau-ocelado					X	X
<i>Hydropsalis torquata</i>	bacurau-tesoura		X			X	X
<b>Apodidae</b>							
<i>Streptoprocne zonalis</i>	taperuçu-de-coleira-branca			X		X	X
<i>Chaetura cinereiventris</i>	andorinhão-de-sobre-cinzento					X	X
<i>Chaetura meridionalis</i>	andorinhão-do-temporal						X
<b>Trochilidae</b>							
<i>Ramphodon naevius*</i>	beija-flor-rajado					X	X
<i>Glaucis hirsutus</i>	balança-rabo-de-bico-torto						X
<i>Phaethornis eurynome*</i>	rabo-branco-de-garganta-rajada					X	X
<i>Eupetomena macroura</i>	beija-flor-tesoura	X				X	X
<i>Florisuga fusca</i>	beija-flor-preto		X				X
<i>Colibri serrirostris</i>	beija-flor-de-orelha-violeta		X				X
<i>Anthracothorax nigricollis</i>	beija-flor-de-veste-preta						X
<i>Lophornis chalybeus</i>	topetinho-verde						X
<i>Thalurania glaucopis*</i>	beija-flor-de-fronte-violeta		X			X	X
<i>Leucochloris albicollis</i>	beija-flor-de-papo-branco		X				X
<i>Amazilia versicolor</i>	beija-flor-de-banda-branca		X			X	
<i>Amazilia brevirostris</i>	beija-flor-de-bico-preto		X				X
<i>Amazilia fimbriata</i>	beija-flor-de-garganta-verde					X	X
<i>Amazilia lactea</i>	beija-flor-de-peito-azul					X	X
<i>Clytolaema rubricauda*</i>	beija-flor-rubi						X
<i>Heliothryx auritus</i>	beija-flor-de-bochecha-azul						X
<i>Calliphlox amethystina</i>	estrelinha-ametista		X				X
<b>Trogonidae</b>							
<i>Trogon viridis</i>	surucuá-grande-de-barriga-amarela					X	X
<i>Trogon surrucura*</i>	surucuá-variado					X	X
<i>Trogon rufus</i>	surucuá-de-barriga-amarela					X	X
<b>Alcedinidae</b>							
<i>Megasceryle torquata</i>	martim-pescador-grande	X				X	X
<i>Chloroceryle amazona</i>	martim-pescador-verde						X
<i>Chloroceryle americana</i>	martim-pescador-pequeno					X	X
<i>Chloroceryle inda</i>	martim-pescador-da-mata						X
<b>Momotidae</b>							
<i>Baryphthengus ruficapillus</i>	juruva-verde						X
<b>Ramphastidae</b>							
<i>Ramphastos toco</i>	tucanuçu						X
<i>Ramphastos dicolorus*</i>	tucano-de-bico-verde					X	X
<i>Selenidera maculirostris*</i>	araçari-poca					X	X
<b>Picidae</b>							
<i>Picumnus cirratus</i>	pica-pau-anão-barrado					X	X
<i>Picumnus temminckii*</i>	pica-pau-anão-de-coleira					X	X



Espécie	Nome Popular	Ilhas					
		Búzios		Vitória		São Sebastião	
		P	S	P	S	P	S
<i>Melanerpes flavifrons</i> *	benedito-de-testa-amarela					X	X
<i>Veniliornis spilogaster</i>	picapauzinho-verde-carijó					X	X
<i>Colaptes melanochloros</i>	pica-pau-verde-barrado						X
<i>Colaptes campestris</i>	pica-pau-do-campo						X
<i>Celeus flavescens</i>	pica-pau-de-cabeça-amarela					X	X
<i>Dryocopus lineatus</i>	pica-pau-de-banda-branca						X
<i>Campephilus robustus</i> *	pica-pau-rei						X
<b>Thamnophilidae</b>							
<i>Mackenziaena severa</i> *	borralhara					X	X
<i>Thamnophilus caeruleus</i>	choca-da-mata						X
<i>Dysithamnus mentalis</i>	choquinha-lisa	X	X			X	X
<i>Myrmotherula gularis</i> *	choquinha-de-garganta-pintada					X	X
<i>Myrmotherula minor</i> *	choquinha-pequena						X
<i>Herpsilochmus rufimarginatus</i>	chorozinho-de-asa-vermelha					X	X
<i>Drymophila ferruginea</i> *	trovoada					X	X
<i>Drymophila ochropyga</i> *	choquinha-de-dorso-vermelho					X	X
<i>Drymophila squamata</i>	pintadinho						X
<i>Terenura maculata</i> *	zidedê					X	X
<i>Pyriglena leucoptera</i> *	papa-taoca-do-sul					X	X
<i>Myrmeciza loricata</i> *	formigueiro-assobiador						X
<b>Conopophagidae</b>							
<i>Conopophaga lineata</i> *	chupa-dente					X	X
<i>Conopophaga melanops</i>	cuspidor-de-máscara-preta					X	X
<b>Grallariidae</b>							
<i>Grallaria varia</i>	tovacuçu						X
<b>Rhinocryptidae</b>							
<i>Merulaxis ater</i> *	entufado					X	X
<i>Scytalopus notorius</i> *	tapaculo-preto						X
<i>Scytalopus speluncae</i> *	tapaculo-do-espinhaço						X
<b>Formicariidae</b>							
<i>Chamaeza campanisona</i>	tovaca-campainha					X	X
<b>Scleruridae</b>							
<i>Sclerurus scansor</i>	vira-folha					X	X
<b>Dendrocolaptidae</b>							
<i>Dendrocincla turdina</i> *	arapaçu-pardo					X	X
<i>Sittasomus griseicapillus</i>	arapaçu-verde					X	X
<i>Dendrocolaptes platyrostris</i>	arapaçu-grande						X
<i>Xiphorhynchus fuscus</i> *	arapaçu-rajado					X	X
<i>Lepidocolaptes squamatus</i>	arapaçu-escamado						X
<b>Furnariidae</b>							
<i>Furnarius figulus</i>	casaca-de-couro-da-lama						X
<i>Furnarius rufus</i>	joão-de-barro					X	X
<i>Synallaxis ruficapilla</i> *	pichororé					X	X
<i>Synallaxis spixi</i>	joão-teneném					X	X

Espécie	Nome Popular	Ilhas					
		Búzios		Vitória		São Sebastião	
		P	S	P	S	P	S
<i>Anabacerthia amaurotis</i> *	limpa-folha-miúdo						X
<i>Philydor lichtensteini</i> *	limpa-folha-ocráceo					X	X
<i>Philydor atricapillus</i> *	limpa-folha-coroado					X	X
<i>Philydor rufum</i>	limpa-folha-de-testa-baia					X	X
<i>Anabazenops fuscus</i> *	trepador-coleira						X
<i>Cichocolaptes leucophrus</i> *	trepador-sobrancelha						X
<i>Lochmias nematura</i>	joão-porca					X	X
<b>Tyrannidae</b>							
<i>Mionectes rufiventris</i> *	abre-asa-de-cabeça-cinza		X			X	X
<i>Leptopogon amaurocephalus</i>	cabeçudo	X				X	X
<i>Hemitriccus cf. orbitatus</i> *	tiririzinho-do-mato					X	
<i>Myiornis auricularis</i> *	miudinho						X
<i>Todirostrum poliocephalum</i> *	teque-teque					X	X
<i>Phyllomyias fasciatus</i>	piolhinho		X			X	X
<i>Myiopagis caniceps</i>	guaracava-cinzenta						X
<i>Elaenia flavogaster</i>	guaracava-de-barriga-amarela	X					X
<i>Elaenia mesoleuca</i>	tuque		X		X		X
<i>Elaenia chiriquensis</i>	chibum				X		X
<i>Campostoma obsoletum</i>	risadinha	X				X	X
<i>Serpophaga subcristata</i>	alegrinho						X
<i>Phylloscartes oustaleti</i> *	papa-moscas-de-olheiras					X	X
<i>Tolmomyias sulphurescens</i>	bico-chato-de-orelha-preta					X	X
<i>Platyrrhynchus mystaceus</i>	patinho					X	X
<i>Myiophobus fasciatus</i>	filipe		X				X
<i>Myiobius barbatus</i>	assanhadinho					X	X
<i>Hirundinea ferruginea</i>	gibão-de-couro		X				X
<i>Lathrotriccus euleri</i>	enferrujado				X		X
<i>Cnemotriccus fuscatus</i>	guaracavuçu				X		X
<i>Contopus cinereus</i>	papa-moscas-cinzento						X
<i>Pyrocephalus rubinus</i>	príncipe						X
<i>Knipolegus cyanirostris</i>	maria-preta-de-bico-azulado						X
<i>Knipolegus nigerrimus</i> *	maria-preta-de-garganta-vermelha					X	X
<i>Fluvicola nengeta</i>	lavadeira-mascarada					X	X
<i>Colonia colonus</i>	viuvinha					X	X
<i>Machetornis rixosa</i>	suiriri-cavaleiro					X	X
<i>Legatus leucophaeus</i>	bem-te-vi-pirata						X
<i>Myiozetetes similis</i>	bentevizinho-de-penacho-vermelho		X			X	X
<i>Pitangus sulphuratus</i>	bem-te-vi	X	X	X		X	X
<i>Myiodynastes maculatus</i>	bem-te-vi-rajado						X
<i>Megarynchus pitangua</i>	neinei		X			X	X
<i>Empidonomus varius</i>	peítica		X				X
<i>Tyrannus melancholicus</i>	suiriri		X		X	X	X
<i>Tyrannus savana</i>	tesourinha						X
<i>Sirystes sibilator</i>	gritador						X
<i>Myiarchus swainsoni</i>	irré						X

Espécie	Nome Popular	Ilhas					
		Búzios		Vitória		São Sebastião	
		P	S	P	S	P	S
<i>Myiarchus ferox</i>	maria-cavaleira	X	X	X	X		X
<i>Myiarchus tyrannulus</i>	maria-cavaleira-de-rabo-enferrujado						X
<i>Attila rufus*</i>	capitão-de-saíra	X	X	X	X	X	X
<b>Cotingidae</b>							
<i>Phibalura flavirostris</i>	tesourinha-da-mata						X
<i>Carpornis cucullata*</i>	corocochó					X	X
<i>Procnias nudicollis*</i>	araponga					X	X
<i>Lipaugus lanioides*</i>	tropeiro-da-serra						X
<i>Pyroderus scutatus</i>	pavó						X
<b>Pipridae</b>							
<i>Neopelma chrysolophum*</i>	fruxu					X	X
<i>Piprites chloris</i>	papinho-amarelo						X
<i>Manacus manacus</i>	rendeira						X
<i>Chiroxiphia caudata*</i>	tangará					X	X
<b>Tityridae</b>							
<i>Schiffornis virescens*</i>	flautim					X	X
<i>Laniisoma elegans</i>	chibante						X
<i>Iodopleura pipra*</i>	anambezinho						X
<i>Tityra cayana</i>	anambé-branco-de-rabo-preto						X
<i>Pachyramphus castaneus</i>	caneleiro					X	X
<i>Pachyramphus polychopterus</i>	caneleiro-preto						X
<b>Vireonidae</b>							
<i>Cyclarhis gujanensis</i>	pitiguari	X	X			X	X
<i>Vireo olivaceus</i>	juruviana				X		X
<i>Hylophilus poicilotis*</i>	verdinho-coroado						X
<b>Corvidae</b>							
<i>Cyanocorax cristatellus</i>	gralha-do-campo						X
<b>Hirundinidae</b>							
<i>Progne tapera</i>	andorinha-do-campo						X
<i>Progne chalybea</i>	andorinha-doméstica-grande					X	X
<i>Pygochelidon cyanoleuca</i>	andorinha-pequena-de-casa					X	X
<i>Stelgidopteryx ruficollis</i>	andorinha-serradora					X	X
<b>Troglodytidae</b>							
<i>Troglodytes musculus</i>	corruíra	X		X	X	X	X
<i>Cantorchilus longirostris</i>	garrinchão-de-bico-grande					X	X
<b>Turdidae</b>							
<i>Turdus flavipes</i>	sabiá-una						X
<i>Turdus rufiventris</i>	sabiá-laranjeira	X		X	X	X	X
<i>Turdus leucomelas</i>	sabiá-barranco	X		X		X	X
<i>Turdus amaurochalinus</i>	sabiá-poca		X			X	X
<i>Turdus albicollis</i>	sabiá-coleira	X	X		X	X	X
<b>Motacillidae</b>							

Espécie	Nome Popular	Ilhas					
		Búzios		Vitória		São Sebastião	
		P	S	P	S	P	S
<i>Anthus lutescens</i>	caminhheiro-zumbidor				X		X
<i>Anthus correndera</i>	caminhheiro-de-espora						X
<b>Coerebidae</b>							
<i>Coereba flaveola</i>	cambacica	X	X	X	X	X	X
<b>Thraupidae</b>							
<i>Saltator fuliginosus*</i>	pimentão					X	X
<i>Saltator similis</i>	trinca-ferro-verdadeiro					X	X
<i>Orthogonys chloricterus*</i>	catirumbava						X
<i>Thlypopsis sordida</i>	saí-canário						X
<i>Trichothraupis melanops</i>	tiê-de-topete		X			X	X
<i>Tachyphonus coronatus*</i>	tiê-preto	X	X		X	X	X
<i>Ramphocelus bresilius*</i>	tiê-sangue	X	X	X	X	X	X
<i>Thraupis sayaca</i>	sanhaçu-cinzento	X	X	X	X	X	X
<i>Thraupis cyanoptera*</i>	sanhaçu-de-encontro-azul						X
<i>Thraupis ornata*</i>	sanhaçu-de-encontro-amarelo					X	X
<i>Thraupis palmarum</i>	sanhaçu-do-coqueiro	X	X	X		X	X
<i>Pipraeidea melanonota</i>	saíra-viúva		X				X
<i>Tangara seledon*</i>	saíra-sete-cores					X	X
<i>Tangara cyanocephala*</i>	saíra-militar					X	X
<i>Tangara desmaresti*</i>	saíra-lagarta						X
<i>Tangara peruviana*</i>	saíra-sapucaia			X			X
<i>Tersina viridis</i>	saí-andorinha					X	X
<i>Dacnis cayana</i>	saí-azul					X	X
<i>Chlorophanes spiza</i>	saí-verde					X	X
<i>Hemithraupis ruficapilla*</i>	saíra-ferrugem					X	X
<b>Emberizidae</b>							
<i>Zonotrichia capensis</i>	tico-tico	X	X	X	X	X	X
<i>Haplospiza unicolor*</i>	cigarra-bambu		X				X
<i>Sicalis flaveola</i>	canário-da-terra-verdadeiro		X				X
<i>Sicalis luteola</i>	tipio		X				
<i>Embernagra platensis</i>	sabiá-do-banhado						X
<i>Volatinia jacarina</i>	tiziu		X		X	X	X
<i>Sporophila frontalis*</i>	pioxó						X
<i>Sporophila caerulea</i>	coleurinho		X	X	X	X	X
<i>Sporophila angolensis</i>	curió						X
<b>Cardinalidae</b>							
<i>Habia rubica</i>	tiê-do-mato-grosso					X	X
<i>Cyanoloxia brissonii</i>	azulão						X
<b>Parulidae</b>							
<i>Parula pitiayumi</i>	mariquita	X				X	X
<i>Geothlypis aequinoctialis</i>	pia-cobra	X	X	X	X	X	X
<i>Basileuterus culicivorus</i>	pula-pula		X	X	X	X	X
<i>Phaeothlypis rivularis</i>	pula-pula-ribeirinho					X	X
<b>Icteridae</b>							
<i>Icterus cayanensis</i>	encontro					X	

Espécie	Nome Popular	Ilhas					
		Búzios		Vitória		São Sebastião	
		P	S	P	S	P	S
<i>Gnorimopsar chopi</i>	graúna						X
<i>Molothrus bonariensis</i>	vira-bosta			X		X	X
<b>Fringillidae</b>							
<i>Sporagra magellanica</i>	pintassilgo						X
<i>Euphonia chlorotica</i>	fim-fim						X
<i>Euphonia violacea</i>	gaturamo-verdadeiro					X	X
<i>Euphonia pectoralis*</i>	ferro-velho					X	X
<b>Estrildidae</b>							
<i>Estrilda astrild</i>	bico-de-lacre					X	X
<b>Passeridae</b>							
<i>Passer domesticus</i>	pardal					X	X
<b>Número de espécies por tipo de dado</b>		<b>34</b>	<b>54</b>	<b>26</b>	<b>34</b>	<b>146</b>	<b>292</b>
<b>Número total de espécies</b>		<b>69</b>		<b>45</b>		<b>156</b>	

\*Espécies endêmicas da Mata Atlântica (PACHECO e BAUER, 2000).

Anexo 65. Aves registradas durante as transecções realizadas na Estrada dos Castelhanos (C), Trilha da Cachoeira do Gato (G), Trilha da Laje (L), Trilha do Jabaquara-Poço e Cachoeira do Poço (P) - ago 210

Espécie (por família)	Nome Popular	Locais de Amostragem				
		C	G	L	P	Total
<b>Tinamidae</b>						
<i>Tinamus solitarius</i>	macuco	5	1	2	10	18
<b>Cracidae</b>						
<i>Aburria jacutinga</i>	jacutinga	2				2
<b>Odontophoridae</b>						
<i>Odontophorus capueira</i>	uru	x				
<b>Cathartidae</b>						
<i>Cathartes aura</i>	urubu-de-cabeça-vermelha				2	2
<b>Accipitridae</b>						
<i>Rupornis magnirostris</i>	gavião-carijó				1	1
<i>Leucopternis polionotus</i>	gavião-pombo-grande				1	1
<i>Spizaetus melanoleucus</i>	gavião-pato				1	1
<i>Spizaetus tyrannus</i>	gavião-pega-macaco				1	1
<b>Columbidae</b>						
<i>Patagioenas cayennensis</i>	pomba-galega	1				1
<i>Patagioenas plumbea</i>	pomba-amargosa	2				2
<i>Leptotila verreauxi</i>	juriti-pupu				4	4
<b>Psittacidae</b>						
<i>Pyrrhura frontalis</i>	tiriba-de-testa-vermelha	2		x	2	4
<i>Forpus xanthopterygius</i>	tuim	8		1	4	13
<i>Brotogeris tirica</i>	periquito-rico	4			6	10
<i>Pionus maximiliani</i>	maitaca-verde	21		x	2	23
<i>Amazona farinosa</i>	papagaio-moleiro	60	1	4		65
<b>Caprimulgidae</b>						
<i>Nyctidromus albicollis</i>	bacurau			1	3	4
<i>Nyctiphrynus ocellatus</i>	bacurau-ocelado				1	1
<i>Hydropsalis torquata</i>	bacurau-tesoura				1	1
<b>Apodidae</b>						
<i>Chaetura cinereiventris</i>	andorinhão-de-sobre-cinzento		6			6
<b>Trochilidae</b>						
<i>Ramphodon naevius</i>	beija-flor-rajado				5	5
<i>Phaethornis eurynome</i>	rabo-branco-de-garganta-rajada				1	1
<i>Thalurania glaucopis</i>	beija-flor-de-frente-violeta	3	1		8	12
<i>Amazilia fimbriata</i>	beija-flor-de-garganta-verde	4			4	8
<b>Trogonidae</b>						
<i>Trogon viridis</i>	surucuá-grande-de-barriga-amarela	1				1
<i>Trogon surrucura</i>	surucuá-variado				2	2
<i>Trogon rufus</i>	surucuá-de-barriga-amarela	2				2
<b>Ramphastidae</b>						

Espécie (por família)	Nome Popular	Locais de Amostragem				
		C	G	L	P	Total
<i>Ramphastos dicolorus</i>	tucano-de-bico-verde	3		1	3	7
<i>Selenidera maculirostris</i>	araçari-poca			x	1	1
<b>Picidae</b>						
<i>Picumnus cirratus</i>	pica-pau-anão-barrado	3		2		5
<i>Picumnus temminckii</i>	pica-pau-anão-de-coleira				2	2
<i>Melanerpes flavifrons</i>	benedito-de-testa-amarela				2	2
<i>Veniliornis spilogaster</i>	picapauzinho-verde-carijó	1		1	2	4
<i>Celeus flavescens</i>	pica-pau-de-cabeça-amarela	3			1	4
<b>Thamnophilidae</b>						
<i>Mackenziaena severa</i>	borralhara	1			1	2
<i>Dysithamnus mentalis</i>	choquinha-lisa	3	1	2	7	13
<i>Myrmotherula gularis</i>	choquinha-de-garganta-pintada	3	2	5	6	16
<i>Herpsilochmus rufimarginatus</i>	chorozinho-de-asa-vermelha	1			2	3
<i>Drymophila ferruginea</i>	trovoada	9		1	7	17
<i>Drymophila ochropyga</i>	choquinha-de-dorso-vermelho	1			3	4
<i>Terenura maculata</i>	zidedê	1			4	5
<i>Pyriglena leucoptera</i>	papa-taoca-do-sul	1		1	14	16
<i>Myrmeciza squamosa</i>	papa-formiga-de-grota	14	2	7	18	41
<b>Conopophagidae</b>						
<i>Conopophaga lineata</i>	chupa-dente	3	1	1	5	10
<i>Conopophaga melanops</i>	cuspidor-de-máscara-preta	2	1	3	2	8
<b>Rhinocryptidae</b>						
<i>Merulaxis ater</i>	entufado				10	10
<b>Formicariidae</b>						
<i>Chamaeza campanisona</i>	tovaca-campainha	2		1		3
<b>Scleruridae</b>						
<i>Sclerurus scansor</i>	vira-folha	1		6	9	16
<b>Dendrocolaptidae</b>						
<i>Dendrocincla turdina</i>	arapaçu-pardo				2	2
<i>Sittasomus griseicapillus</i>	arapaçu-verde	3	1	2	4	10
<i>Xiphorhynchus fuscus</i>	arapaçu-rajado				3	3
<b>Furnariidae</b>						
<i>Synallaxis ruficapilla</i>	pichororé	3			6	9
<i>Synallaxis spixi</i>	joão-teneném			1		1
<i>Philydor lichtensteini</i>	limpa-folha-ocráceo	1		1		2
<i>Philydor atricapillus</i>	limpa-folha-coroado	6		2	3	11
<i>Philydor rufum</i>	limpa-folha-de-testa-baia	4	1		3	8
<i>Lochmias nematura</i>	joão-porca		1	1	1	3
<b>Tyrannidae</b>						
<i>Mionectes rufiventris</i>	abre-asa-de-cabeça-cinza		1			1
<i>Leptopogon amaurocephalus</i>	cabeçudo	5			3	8
<i>Hemitriccus cf. orbitatus</i>	tiririzinho				1	1
<i>Phyllomyias fasciatus</i>	piolhinho			1		1
<i>Camptostoma obsoletum</i>	risadinha			1		1
<i>Phylloscartes oustaleti</i>	papa-moscas-de-olheiras	2			1	3

Espécie (por família)	Nome Popular	Locais de Amostragem				
		C	G	L	P	Total
<i>Tolmomyias sulphurescens</i>	bico-chato-de-orelha-preta	5	2	2	8	17
<i>Platyrinchus mystaceus</i>	patinho	4	2	1	2	9
<i>Myiobius barbatus</i>	assanhadinho	1		1		2
<i>Knipolegus nigerrimus</i>	maria-preta-de-garganta-vermelha			1		1
<i>Colonia colonus</i>	viuvinha			1	5	6
<i>Myiozetetes similis</i>	bentevizinho-de-penacho-vermelho				2	2
<i>Pitangus sulphuratus</i>	bem-te-vi				2	2
<i>Tyrannus melancholicus</i>	suiriri	1				1
<i>Attila rufus</i>	capitão-de-saíra	1			6	7
<b>Cotingidae</b>						
<i>Carpornis cucullata</i>	corocochó	x				
<i>Procnias nudicollis</i>	araponga	2	1			3
<b>Pipridae</b>						
<i>Neopelma chrysolophum</i>	fruxu	1				1
<i>Chiroxiphia caudata</i>	tangará	6	1	2	28	37
<b>Tityridae</b>						
<i>Schiffornis virescens</i>	flautim	3		1	4	8
<i>Pachyramphus castaneus</i>	caneleiro	5			5	10
<b>Vireonidae</b>						
<i>Cyclarhis gujanensis</i>	pitiguari	1	1		4	6
<b>Troglodytidae</b>						
<i>Cantorchilus longirostris</i>	garrinchão-de-bico-grande	2			3	5
<b>Turdidae</b>						
<i>Turdus rufiventris</i>	sabiá-laranjeira	1			3	4
<i>Turdus leucomelas</i>	sabiá-barranco				1	1
<i>Turdus amaurochalinus</i>	sabiá-poca			2		2
<i>Turdus albicollis</i>	sabiá-coleira	4	1	2	9	16
<b>Coerebidae</b>						
<i>Coereba flaveola</i>	cambacica	2			12	14
<b>Thraupidae</b>						
<i>Saltator fuliginosus</i>	pimentão	2	1	1	3	7
<i>Saltator similis</i>	trinca-ferro-verdadeiro		1			1
<i>Saltator maxillosus</i>	bico-grosso				1	1
<i>Trichothraupis melanops</i>	tiê-de-topete	1		1	16	18
<i>Tachyphonus coronatus</i>	tiê-preto	3		2	5	10
<i>Ramphocelus bresilius</i>	tiê-sangue				2	2
<i>Thraupis ornata</i>	sanhaçu-de-encontro-amarelo				9	9
<i>Thraupis palmarum</i>	sanhaçu-do-coqueiro				1	1
<i>Tangara seledon</i>	saíra-sete-cores	1			12	13
<i>Tangara cyanocephala</i>	saíra-militar	10		10	5	25
<i>Tersina viridis</i>	saí-andorinha				1	1
<i>Chlorophanes spiza</i>	saí-verde				2	2
<i>Hemithraupis ruficapilla</i>	saíra-ferrugem	6			x	6
<b>Emberizidae</b>						



Espécie (por família)	Nome Popular	Locais de Amostragem				
		C	G	L	P	Total
<i>Sporophila caerulescens</i>	coleirinho			x	1	1
<b>Cardinalidae</b>						
<i>Habia rubica</i>	tiê-do-mato-grosso	5	2	6	2	15
<b>Parulidae</b>						
<i>Parula pitiayumi</i>	mariquita	8	2		6	16
<i>Basileuterus culicivorus</i>	pula-pula	13	2	4	12	31
<i>Phaeothlypis rivularis</i>	pula-pula-ribeirinho				1	1
<b>Icteridae</b>						
<i>Icterus cayanensis</i>	encontro				2	2
<b>Fringillidae</b>						
<i>Euphonia violacea</i>	gaturamo-verdadeiro				1	1
<i>Euphonia pectoralis</i>	ferro-velho	2		1	3	6
	<b>Total</b>	<b>284</b>	<b>36</b>	<b>86</b>	<b>363</b>	<b>769</b>

Os números indicam a quantidade de indivíduos registrados.

Campos assinalados com "x" indicam registros oportunos, ou seja, feitos fora da transecção.

Anexo 66. Espécies de anfíbios e répteis registradas para o PEIb (Ilha de São Sebastião, Ilha dos Búzios e Ilha da Vitória), considerando dados primários e secundários

Classe	Ordem	Família	Espécie	Ilha de São Sebastião		Ilha dos Búzios		Ilha da Vitória	
				Primários	Secundários	Primários	Secundários	Primários	Secundários
Amphibia	Anura	Brachycephalidae	<i>Brachycephalus nodoterga</i> aff.		X				
			<i>Ischnocnema erythromera</i> cf.		X				
			<i>Ischnocnema guentheri</i>	X	X				
			<i>Ischnocnema</i> aff. <i>parva</i>		X				
			<i>Ischnocnema parva</i>		X				
			<i>Ischnocnema</i> sp.		X				
			<i>Ischnocnema</i> sp. 1 (gr. <i>lactea</i> )		X				
			<i>Ischnocnema</i> sp. 2 (gr. <i>lactea</i> )		X				
		Bufonidae	<i>Dendrophryniscus brevipollicatus</i>	X	X	X			
			<i>Rhinella ornate</i>	X	X				
		Centrolenidae	<i>Vitreorana uranoscopa</i>	X					
		Craugastoridae	<i>Haddadus binotatus</i>	X	X	X	X	X	X
		Cycloramphidae	<i>Cycloramphus boraceiensis</i>	X	X				
			<i>Cycloramphus eleutherodactylus</i>		X	X	X	X	X
			<i>Proceratophrys boiei</i>		X				
			<i>Thoropa taophora</i>		X	X	X	X	X

Classe	Ordem	Família	Espécie	Ilha de São Sebastião		Ilha dos Búzios		Ilha da Vitória	
				Primários	Secundários	Primários	Secundários	Primários	Secundários
		Hemiphractidae	<i>Flectonotus fissilis</i>	X	X	X			
			<i>Flectonotus cf. goeldi</i>				X		
		Hylidae	<i>Aplastodiscus eugenioi</i>	X	X				
			<i>Bokermannohyla hylax</i>	X	X				
			<i>Dendropsophus berthaltzae</i>	X	X				
			<i>Dendropsophus microps</i>	X					
			<i>Dendropsophus sp.</i>		X				
			<i>Hypsiboas albomarginatus</i>		X				
			<i>Hypsiboas faber</i>	X	X				
			<i>Phasmahyla gutatta</i>		X				
			<i>Scinax aff. catharinae</i>	X	X				
			<i>Scinax argyreornatus</i>		X				
			<i>Scinax fuscovarius</i>		X				
			<i>Scinax hayii</i>	X	X			X	
			<i>Scinax aff. perpusillus</i>	X	X	X	X	X	
			<i>Trachycephalus mesophaeus</i>		X				
		Hylodidae	<i>Hylodes asper</i>	X	X				
			<i>Hylodes phyllodes</i>		X	X	X		
		Leiuperidae	<i>Physalaemus cf. moreirae</i>	X	X				
		Leptodactylidae	<i>Leptodactylus cf. latrans</i>	X	X				
			<i>Leptodactylus cf. marmoratus</i>	X	X		X		X

Classe	Ordem	Família	Espécie	Ilha de São Sebastião		Ilha dos Búzios		Ilha da Vitória	
				Primários	Secundários	Primários	Secundários	Primários	Secundários
		Microhylidae	<i>Chiasmocleis carvalhoi</i>		X				
			<i>Myersiella microps</i>		X				
			<i>Stereocyclops parkeri</i>		X				
	Gymnophiona	Caecilidae	<i>Siphonops insulanus</i>		X				
Reptilia	Squamata	Amphisbaenidae	<i>Amphisbaena microcephala</i>		X				
			<i>Amphisbaena</i> sp.		X		X		
		Anguidae	<i>Diploglossus fasciatus</i>		X				
		Gekkonidae	<i>Hemidactylus mabouia</i>	X	X	X		X	
		Gymnophthalmidae	<i>Placosoma cordylinum</i>		X				
			<i>Placosoma glabellum</i>		X				
		Leiosauridae	<i>Enyalius iheringii</i>	X	X				
			<i>Enyalius perditus</i>		X				
		Phyllodactylidae	<i>Gymnodactylus darwini</i>		X				
		Polychrotidae	<i>Polychrus marmoratus</i>		X				
		Scincidae	<i>Mabuya caissara</i>		X				
		Teiidae	<i>Tupinambis merianae</i>		X		X	X	
		Anomalepididae	<i>Liotyphlops caissara</i>		X				
		Colubridae	<i>Chironius bicarinatus</i>		X		X		
			<i>Chironius foveatus</i>		X				
			<i>Chironius laevicollis</i>		X				
			<i>Spilotes pullatus</i>	X	X				
		Dipsadidae	<i>Clelia plumbea</i>		X				
			<i>Dipsas albifrons</i>		X				
			<i>Dipsas alternans</i>		X				

Classe	Ordem	Família	Espécie	Ilha de São Sebastião		Ilha dos Búzios		Ilha da Vitória	
				Primários	Secundários	Primários	Secundários	Primários	Secundários
			<i>Dipsas neivai</i>	X	X				
			<i>Dipsas petersi</i>		X				
			<i>Echineranthera cephalostriata</i>		X				
			<i>Echineranthera persimilis</i>		X				
			<i>Erythrolamprus aesculapii</i>		X				
			<i>Imantodes cenchoa</i>		X				
			<i>Liophis miliaris</i>		X			X	X
			<i>Oxyrhopus clathratus</i>		X				
			<i>Sibynomorphus neuwiedi</i>		X				
			<i>Siphlophis longicaudatus</i>		X				
			<i>Siphlophis pulcher</i>		X		X		
			<i>Taeniophalus affinis</i>		X				
			<i>Taeniophalus bilineatus</i>		X				
			<i>Thamnodynastes</i> cf. <i>nattereri</i>		X				
			<i>Xenodon neuwiedii</i>		X				
		Elapidae	<i>Micrurus corallinus</i>		X		X		X
		Viperidae	<i>Bothrops jararacussu</i>	X	X				X
			<i>Bothropoides jararaca</i>	X	X	X	X	X	X
	Testudines	Chelidae	<i>Hydromedusa maximiliani</i>		X				

Anexo 67. Espécies de anfíbios encontradas em associação a diferentes tipos de ambientes



Fonte: Thais H. Condez

**Espécies de anfíbios encontradas em associação a diferentes tipos de ambientes amostrados no PEIb (a. *Dendrophryniscus brevipollictus*, *Flectonotus fissilis* e *Scinax* aff. *perpusillus*; b. *Cycloramphus boraceiensis*, *Hylodes asper* e *Hylodes phyllodes*; c. *Haddadus binotatus*; *Leptodactylus* cf. *marmoratus*, *Physalaemus* cf. *moreirae*)**

Anexo 68. Espécies de anfíbios encontradas em atividade reprodutiva durante o levantamento de dados primários



Espécies de anfíbios encontradas em atividade reprodutiva no PEIb durante o levantamento de dados primários (a. *Rhinella ornata* em atividade de vocalização, b. *Scinax aff. perpusillus* em amplexo, c. *Dendrophryniscus brevipollicatus* e desova, d. ímago de *Hylodes phyllodes*)

Anexo 69. Espécies endêmicas da Ilha de São Sebastião



Espécies endêmicas da Ilha de São Sebastião a. *Siphonops insulanus* e b. *Liotyphlops caissara*



Anexo 70. Espécies registradas nos cursos d'água da Ilha de São Sebastião

**Espécies registradas nos cursos d'água da Ilha de São Sebastião. As coordenadas destacadas em itálico remetem a localização central do Município de Ilha Bela (conforme as bases de dados utilizadas), não podendo ser consideradas para indicar um local específico de ocorrência das respectivas espécies**

Ordem	Família	Gênero	Espécie	Nome Popular	No. de Coleta	Fisio-nomia	Fonte de Dados	Categori-a de Ameaça (S. Paulo)	Categori-a de Ameaça (IBAMA)	Espécies Problema (invasora/exótica)	Zon-a	X UTM	Y UTM
Characiformes	Characidae	Hollandichthys	<i>Hollandichthys multifasciatus</i> (Eigenmann & Norris, 1900)	Lambari-bembeca	MZUS P: 1554; 1687; 1802.		SPECIESLINK, 2010				23 K	464335	7371535
Characiformes	Characidae	Hollandichthys	<i>Hollandichthys multifasciatus</i> (Eigenmann & Norris, 1900)	Lambari-bembeca	MCP: 30661; 30662		BUCKUP & MENEZES, 2003				23 K	462993	7365065
Characiformes	Characidae	Hollandichthys	<i>Hollandichthys multifasciatus</i> (Eigenmann & Norris, 1900)	Lambari-bembeca	MCP: 30662		BUCKUP & MENEZES, 2003				23 K	463444	7365620
Characiformes	Crenuchidae	Characidium	<i>Characidium</i> sp	Mocinha, Charutinho	MZUS P: 1116; 1940; 1950		SPECIESLINK, 2010				23 K	464335	7371535

Ordem	Família	Gênero	Espécie	Nome Popular	No. de Coleta	Fisio-nomi a	Fonte de Dados	Categori a de Ameaça (S. Paulo)	Categori a de Ameaça (IBAMA)	Espécies Problem a (invasor a/ exótica)	Zon a	X UTM	Y UTM
Siluriformes	Callichthyidae	Callichthys	<i>Callichthys callichthys</i> (Linnaeus, 1758)	Caborja	MZUS P: 2187		SPECIESLINK, 2010				23 K	458219	7372249
Siluriformes	Heptapteridae	Rhamdioglanis	<i>Rhamdioglanis frenatus</i> Ihering, 1907	Mandi-pintado			MENEZES et al. (2007)				23 K	458219	7372249
Siluriformes	Heptapteridae	Pimelodella	<i>Pimelodella cf. lateristriga</i> (Müller & Troschel, 1849)	Mandizinho	MZUS P: 1024		SPECIESLINK, 2010				23 K	464335	7371535
Siluriformes	Trichomycteridae	Trichomycterus	<i>Trichomycterus</i> sp.	Cambeva	MZUS P: 2203		SPECIESLINK, 2010				23 K	464335	7371535
Siluriformes	Loricariidae	Schizolecis	<i>Schizolecis guntheri</i> (Miranda Ribeiro, 1918)	Cascudinho	MZUS P: 5365 à 5380; 2697; 2700; 8345; 8346; 8347; 960		SPECIESLINK, 2010				23 K	464335	7371535
Gymnotiformes	Gymnotidae	Gymnotus	<i>Gymnotus</i> cf. <i>carapo</i> Linnaeus, 1758	Tuvira	MZUS P: 2643		SPECIESLINK, 2010				23 K	458219	7372249

Ordem	Família	Gênero	Espécie	Nome Popular	No. de Coleta	Fisio-nomia	Fonte de Dados	Categoria de Ameaça (S. Paulo)	Categoria de Ameaça (IBAMA)	Espécies Problema (invasora/exótica)	Zona	X UTM	Y UTM
Gymnotiformes	Gymnotidae	Gymnotus	<i>Gymnotus pantherinus</i> (Steindachner, 1908)	Tuvira	MCP: 31531		BUCKUP & MENEZES, 2003				23 K	463444	7365620
Cyprinodontiformes	Poeciliidae	Phalloceros	<i>Phalloceros sharpagos</i> Lucinda, 2008	Guaru, barrigudinho	MZUS P: 49940		BUCKUP & MENEZES, 2003;				23 K	458219	7372249
Cyprinodontiformes	Poeciliidae	Phalloceros	<i>Phalloceros sharpagos</i> Lucinda, 2008	Guaru, barrigudinho	MCP: 31129		BUCKUP & MENEZES, 2003 LUCINDA et al. (2008)				23 K	463444	7365620
Cyprinodontiformes	Poeciliidae	Phalloceros	<i>Phalloceros sharpagos</i> Lucinda, 2008	Guaru, barrigudinho	MCP: 31131		BUCKUP & MENEZES, 2003				23 K	462993	7365065
Cyprinodontiformes	Poeciliidae	Poecilia	<i>Poecilia vivipara</i> Schneider, 1801	Lebiste	MZUS P: 1581; 1591; 64061		SPECIESLINK, 2010			Espécie exótica	23 K	458219	7372249
Synbranchiformes	Synbranchidae	Synbranchus	<i>Synbranchus marmoratus</i> Bloch, 1795	Muçum	MZUS P: 2671; 2679		SPECIESLINK, 2010				23 K	458219	7372249

Ordem	Família	Gênero	Espécie	Nome Popular	No. de Coleta	Fisio-nomia	Fonte de Dados	Categoria de Ameaça (S. Paulo)	Categoria de Ameaça (IBAMA)	Espécies Problemática (invasora/exótica)	Zona	X UTM	Y UTM
Perciformes	Cichlidae	Geophagus	<i>Geophagusbrasiliensis</i> (Quoy & Gaimard, 1824)	Cará	MZUSP: 49942		BUCKUP & MENEZES, 2003				23 K	458219	7372249
Perciformes	Cichlidae	Geophagus	<i>Geophagusbrasiliensis</i> (Quoy & Gaimard, 1824)	Cará	MCP: 31492		BUCKUP & MENEZES, 2003				23 K	463444	7365620
Perciformes	Cichlidae	Geophagus	<i>Geophagusbrasiliensis</i> (Quoy & Gaimard, 1824)	Cará	MCP: 31493		BUCKUP & MENEZES, 2003				23 K	462993	7365065
Perciformes	Gobiidae	Awaous	<i>Awaous tajasica</i> Lichstenstein, 1822		MZUSP: 1108; 2605; 49939		SPECIESLINK, 2010				23 K	458219	7372249

LEGENDA: MZUSP – Museu da Universidade de São Paulo; MCP -Museu de Ciências e Tecnologia da PUCRS

Anexo 71. Lista das Espécies Com Potencial Ocorrência nos cursos d'água do Parque Estadual da Ilhabela - PEIb

**Lista das espécies com potencial ocorrência nos cursos d'água do PEIb. As espécies destacadas em cinza tiveram registro confirmado nas drenagens do município de São Sebastião (SP)**

Ordem	Família	Gênero	Espécie com autor	Nome Popular	Fonte de Dados	Categoria de Ameaça (São Paulo)	Categoria de Ameaça (IBAMA)	Categoria de Ameaça (IUCN)	Espécies Problema (invasora/exótica)
Characiformes	Curimatidae	Steindachnerina	Steindachnerina sp	Saguiru	SPECIESLINK, 2010				
Characiformes	Characidae	<i>Astyanax</i>	<i>Astyanax janeiroensis</i> Eigenmann, 1908	Lambari	MENEZES et al., 2007				
Characiformes	Characidae	<i>Astyanax</i>	<i>Astyanax</i> sp	Lambari	SPECIESLINK, 2010				
Characiformes	Characidae	<i>Bryconamericus</i>	<i>Bryconamericus microcephalus</i> Miranda Ribeiro, 1908	Lambari	MENEZES et al., 2007				
Characiformes	Characidae	<i>Deuterodon</i>	<i>Deuterodon</i> cf. <i>pedri</i> Eigenmann, 1908	Lambari	BUCKUP & MENEZES, 2003; SPECIESLINK, 2010				
Characiformes	Characidae	<i>Hyphessobrycon</i>	<i>Hyphessobrycon bifasciatus</i> Ellis, 1911	Lambari-limão	MENEZES et al., 2007				
Characiformes	Characidae	<i>Hyphessobrycon</i>	<i>Hyphessobrycon griemi</i> Hoedeman, 1957	Lambari	MENEZES et al., 2007; SPECIESLINK, 2010				
Characiformes	Characidae	<i>Hyphessobrycon</i>	<i>Hyphessobrycon reticulatus</i> Ellis, 1911	Lambari	MENEZES et al., 2007				
Characiformes	Characidae	<i>Oligosarcus</i>	<i>Oligosarcus hepsetus</i> (Cuvier, 1829)	Tabacuju, peixe-cachorro	MENEZES et al., 2007				

Ordem	Família	Gênero	Espécie com autor	Nome Popular	Fonte de Dados	Categoria de Ameaça (São Paulo)	Categoria de Ameaça (IBAMA)	Categoria de Ameaça (IUCN)	Espécies Problema (invasora/exótica)
Characiformes	Characidae	<i>Probolodus</i>	<i>Probolodus heterostomus</i> Eigemann, 1911	Lambari	MENEZES et al., 2007				
Characiformes	Characidae	<i>Spintherobolus</i>	<i>Spintherobolus broccae</i> Myers, 1925	Lambarzinho	MENEZES et al., 2007	VU	VU		
Characiformes	Characidae	Mimagoniates	<i>Mimagoniates microlepis</i> (Steindachner, 1877)	Manjubinha	MENEZES et al., 2007 SPECIESLINK, 2010				
Characiformes	Characidae	<i>Mimagoniates</i>	<i>Mimagoniates lateralis</i> (Nichols, 1913)	Manjubinha	MENEZES et al., 2007	EN	VU		
Characiformes	Curimatidae	<i>Cyphocharax</i>	<i>Cyphocharax sanctaecatarinae</i> (Fernández-Yepez, 1948)	Saguiru	SPECIESLINK, 2010				
Characiformes	Crenuchidae	<i>Characidium</i>	<i>Characidium japuhybense</i> Travasso, 1949	Charutinho, mocinha	MENEZES et al., 2007				
Characiformes	Crenuchidae	<i>Characidium</i>	<i>Characidium lanei</i> Travassos, 1967	Charutinho, mocinha	MENEZES et al., 2007 SPECIESLINK, 2010				
Characiformes	Erythrinidae	<i>Hoplias</i>	<i>Hoplias</i> cf. <i>malabaricus</i> (Bloch, 1794)	Traíra	MENEZES et al., 2007 SPECIESLINK, 2010				
Siluriformes	Callichthyidae	<i>Hoplosternum</i>	<i>Hoplosternum littorale</i> (Hancock, 1828)	Caborja	MENEZES et al., 2007				
Siluriformes	Callichthyidae	<i>Scleromystax</i>	<i>Scleromystax barbatus</i> (Quoy & Gaimard, 1824)	Andrezinho, coridora	MENEZES et al., 2007 SPECIESLINK, 2010				
Siluriformes	Callichthyidae	<i>Scleromystax</i>	<i>Scleromystax prionotus</i> (Nijssen & Isbrücker, 1908b)	Corredora, coridora	MENEZES et al., 2007	VU			
Siluriformes	Callichthyidae	<i>Corydoras</i>	<i>Corydoras nattereri</i> Steindachner, 1877	Coridora	MENEZES et al., 2007				

Ordem	Família	Gênero	Espécie com autor	Nome Popular	Fonte de Dados	Categoria de Ameaça (São Paulo)	Categoria de Ameaça (IBAMA)	Categoria de Ameaça (IUCN)	Espécies Problema (invasora/exótica)
Siluriformes	Heptapteridae	<i>Acentronichthys</i>	<i>Acentronichthys leptos</i> Eigemann & Eigenmann, 1889	Bagre-mole	BUCKUP & MENEZES, 2003; MENEZES et al., 2007; SPECIESLINK, 2010				
Siluriformes	Heptapteridae	<i>Rhamdia</i>	<i>Rhamdia quelen</i> (Quoy & Gaimard, 1824)	Jundiá, bagre	MENEZES et al., 2007				
Siluriformes	Loricariidae	<i>Parotocinclus</i>	<i>Parotocinclus maculicauda</i> (Steindachner, 1877)	Cascudinho	MENEZES et al., 2007				
Siluriformes	Loricariidae	<i>Pseudotothyris</i>	<i>Pseudotothyris obtusa</i> (Miranda Ribeiro, 1911)	Cascudinho	BUCKUP & MENEZES, 2003; MENEZES et al., 2007; SPECIESLINK, 2010				
Siluriformes	Loricariidae	<i>Ancistrus</i>	<i>Ancistrus multispinnis</i> Regan, 1912	Barbudinho	MENEZES et al., 2007				
Siluriformes	Loricariidae	<i>Rineloricaria</i>	<i>Rineloricaria kronei</i> (Miranda Ribeiro, 1911)	Pito, cascudo-chinelo	MENEZES et al., 2007; SPECIESLINK, 2010				
Siluriformes	Loricariidae	<i>Kronichthys</i>	<i>Kronichthys heylandi</i> (Boulenger, 1900)	cascudinho	BUCKUP & MENEZES, 2003; MENEZES et al., 2007; SPECIESLINK, 2010				
Siluriformes	Loricariidae	<i>Microglanis</i>	<i>Microglanis cottoides</i> Boulenger, 1891	Barinho	MENEZES et al., 2007				
Siluriformes	Trichomycteridae	<i>Trichogenes</i>	<i>Trichogenes longipinnis</i> Britskii & Ortega, 1983	Cambeva	MENEZES et al., 2007	EN	VU		

Ordem	Família	Gênero	Espécie com autor	Nome Popular	Fonte de Dados	Categoria de Ameaça (São Paulo)	Categoria de Ameaça (IBAMA)	Categoria de Ameaça (IUCN)	Espécies Problema (invasora/exótica)
Siluriformes	Trichomycteridae	<i>Trichomycterus</i>	<i>Trichomycterus zonatus</i> (Eigenmann, 1918)	Cambeva	BUCKUP & MENEZES, 2003; MENEZES et al., 2007; SPECIESLINK, 2010				
Cyprinodontiformes	Poeciliidae	<i>Phalloptychus</i>	<i>Phalloptychus januarius</i> (Hensel, 1868)	Guaru	MENEZES et al., 2007				
Cyprinodontiformes	Rivulidae	<i>Cryptolebias</i>	<i>Cryptolebias brasiliensis</i> (Valenciennes, 1821)	Peixe-anual	MENEZES et al., 2007				
Cyprinodontiformes	Rivulidae	<i>Rivulus</i>	<i>Rivulus santensis</i> Köhler, 1906	Rivulus	MENEZES et al., 2007				
Cyprinodontiformes	Rivulidae	<i>Simpsonichthys</i>	<i>Simpsonichthys constanciae</i> (Myers, 1942)	Peixe-anual	MENEZES et al., 2007				
Cyprinodontiformes	Rivulidae	<i>Simpsonichthys</i>	<i>Simpsonichthys izecksohni</i> (Cruz, 1983)	Peixe-anual	MENEZES et al., 2007				
Perciformes	Cichlidae	<i>Crenicichla</i>	<i>Crenicichla lacustris</i> (Castelnau, 1856)	Joaninha	MENEZES et al., 2007	DD			



Anexo 72. Características estruturais dos riachos em cada ponto amostrado

**Características estruturais dos riachos em cada ponto amostrado, considerando a largura média (m), a profundidade média (cm), o substrato predominante, a velocidade predominante da corrente, o grau de sombreamento (%) e o estado de preservação da mata ciliar**

Ponto	Larg.	Prof.	Substrato	Velocidade	Sombreamento	Preservação
1	20	60	Areia e cascalho	Moderada/rápida	25-50	Parcialmente desmatado
2	10	30	Matação	Rápida	75-100	Preservado
3	4	20	Cascalho, seixo e matação	Moderada	75-100	Preservado
4	8	30	Areia, seixo e matação	Rápida	50-75	Preservado
5	3	40	Areia e matação	Rápida	75-100	Preservado
6	8	20	Matação, seixo	Moderada	50-75	Preservado
7	4	50	Material vegetal e areia	Lenta	50-75	Parcialmente desmatado
8	20	40	Cascalho, areia e matação	Rápida/torrente	50-75	Parcialmente desmatado
9	1	10	Cascalho	Moderada /rápida	50-75	Preservado
10	1	10	Areia e cascalho	Rápida	75-100	Preservado
11	30	150	Areia e cascalho	Lenta	0-25	Preservado
12	4	100	Areia e material vegetal	Lenta	75-100	Preservado
13	10	50	Matação e cascalho	Rápida	50-75	Preservado
14	3	20	Areia e matação	Rápida	75-100	Preservado
15	4	30	Matação e seixo	Rápida	75-100	Preservado
16	20	150	Matação e areia	Lenta	75-100	Preservado
17	10	50	Matação, areia e seixo	Rápida	75-100	Parcialmente desmatado
18	10	40	Matação e seixo	Rápida	75-100	Parcialmente desmatado
19	30	200	Areia	Lenta	0-25	Parcialmente desmatado
20	2	20	Cascalho e areia	Moderada	25-50	Desmatado
21	2	30	Areia	Moderada	50-75	Parcialmente desmatado
22	30	50	Matação e areia	Rápida	25-50	Preservado
23	5	30	Matação e seixo	Rápida	50-75	Parcialmente desmatado
24	5	20	Matação e areia	Rápida	50-75	Parcialmente desmatado
25	15	25	Seixo e cascalho	Rápida	25-50	Desmatado
26	2	20	Matação e areia	Rápida	75-100	Preservado
27	3	30	Seixo e areia	Moderada	75-100	Parcialmente

Ponto	Larg.	Prof.	Substrato	Velocidade	Sombreamento	Preservação
						desmatado

Anexo 73. Características físicas e químicas da água dos riachos em cada ponto amostrado na Ilha de São Sebastião

**Características físicas e químicas da água dos riachos em cada ponto amostrado na Ilha de São Sebastião, considerando o pH, a condutividade ( $\mu\text{S/cm}$ ), a temperatura ( $^{\circ}\text{C}$ ) e o oxigênio dissolvido na água (% e mg/L)**

Ponto	pH	Condutividade ( $\mu\text{S/cm}$ )	T. água ( $^{\circ}\text{C}$ )	OD (%)	OD (mg/L)
1	7.14	37.21	18.4	97.2	9.09
2	7.09	36.55	18.3	99.1	9.29
3	7.31	38.74	19.1	96.6	8.94
4	7.10	37.64	18.6	96.6	9.04
5	6.97	27.75	18.2	97.9	9.23
6	7.12	33.46	18.7	96.6	8.76
7	7.26	51.15	18.5	91.9	8.65
8	7.37	28.16	17.2	97.0	9.33
9	7.09	26.90	17.0	89.5	8.62
10	7.22	32.90	17.6	92.2	8.70
11	7.13	28.98	16.6	97.2	9.44
12	6.76	31.51	17.3	95.8	9.24
13	7.17	32.12	17.4	96.8	9.24
14	7.32	28.00	16.4	97.5	-
15	7.24	28.08	16.5	94.2	9.19
16	7.29	28.00	16.9	92.8	9.00
17	7.62	31.90	16.9	94.9	9.20
18	7.70	36.18	17.3	98.3	9.34
19	8.08	36.60	17.1	93.0	8.93
20	7.54	54.87	18.6	93.7	8.74
21	6.57	82.61	18.1	77.0	7.34
22	7.05	19.85	17.3	97.0	9.27
23	7.07	37.78	18.0	96.0	9.06
24	7.40	57.35	19.0	95.0	8.86
25	7.38	35.46	17.6	95.0	9.19
26	7.65	26.89	18.2	98.0	9.24
27	7.86	58.08	17.8	95.0	8.97

Anexo 74. Fotos de algumas espécies de macro-crustáceos registradas nos riachos da Ilha de São Sebastião



Fonte: André T. Silva

**Amostras de espécies de macro-crustáceos registradaso nos riachos da Ilha de São Sebastião entre os dias 1 e 14 de agosto de 2010: A. *Macrobrachium sp 2*; B. *Palaemon cf. pandaliformes***

Anexo 75. Ictiofauna de água doce amostrada na Ilha de São Sebastião

**Ictiofauna de água doce amostrada na Ilha de São Sebastião, durante 1 a 14 de agosto de 2010**

<b>Espécies</b>	<b>Nome Popular</b>	<b>Número de exemplares capturados</b>	<b>Local de Ocorrência</b>
<b>CHARACIFORMES</b>			
Characidae			
<i>Hollandichthys multifasciatus</i> (Eigenmann & Norris, 1900)	Lambari-listrado	24	P7, P18, P19
Crenuchidae			
<i>Characidium japyhybense</i> Travassos, 1949	Mocinha	76	P8, P15, P16, P17, P18, P21
<b>CYPRINODONTIFORMES</b>			
Poeciliidae			
<i>Phalloceros harpagos</i> Lucinda, 2008	Guaru	119	P7, P18, P19, P20, P21, P25
<i>Poecilia reticulata</i> Peters, 1859	Lebiste*	79	P20, P24
<b>SILURIFORMES</b>			
Heptapteridae			
<i>Acentronichthys leptos</i> Eigenmann & Eigenmann, 1889	Bagre-mole	2	P15
<i>Rhamdioglanis frenatus</i> Ihering, 1907	Mandizinho	6	P15, P16
Trichomycteridae			
<i>Trichomycterus alternatus</i> (Eigenmann, 1917)	Bagrinho	25	P8, P17, P18
<b>GYMNOTIFORMES</b>			
Gymnotidae			
<i>Gymnotus pantherinus</i> (Steindachner, 1908)	Tuvira	2	P12, P25
<b>Total</b>		<b>333</b>	

\* Espécie exótica (introduzida)

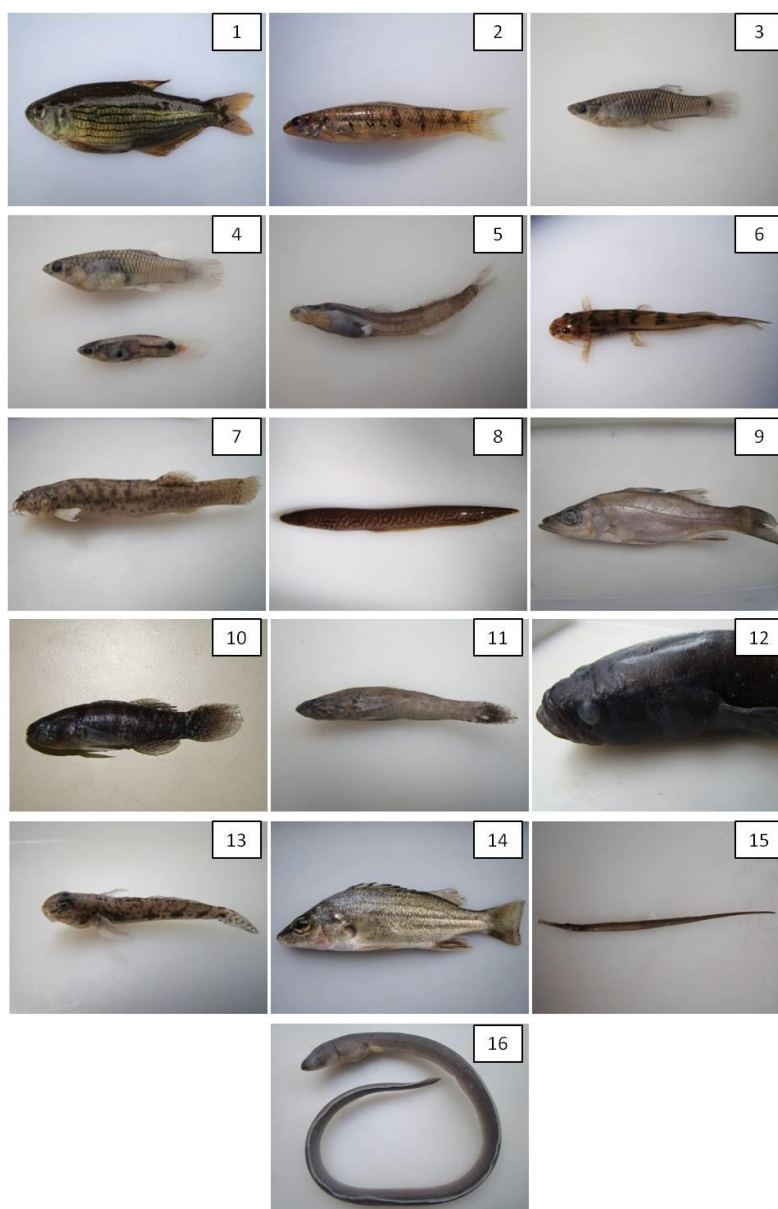
Anexo 76. Ictiofauna estuarina amostrada na Ilha de São Sebastião

**Ictiofauna estuarina amostrada na Ilha de São Sebastião, durante 1 a 14 de agosto de 2010**

<b>Espécies</b>	<b>Nome Popular</b>	<b>Número de exemplares capturados</b>	<b>Local de Ocorrência</b>
<b>PERCIFORMES</b>			
Centropomidae			
<i>Centropomus parallelus</i> Poey, 1860	Robalo*	4	P1, P11
Eleotridae			
<i>Dormitator maculatus</i> (Bloch, 1792)	Amborê	3	P7
<i>Eleotris pisonis</i> (Gmelin, 1789)	Amborê	41	P1, P3, P7
<i>Guavina guavina</i> (Valenciennes, 1837)	Amborê	1	P25
Gobiidae			
<i>Ctenogobius shufeldti</i> (Jordan & Eigenmann, 1887)	Amborê	12	P11, P25
Haemulidae			
<i>Pomadasys ramosus</i> (Poey, 1860)	Cocoroca	1	P11
<b>SYNGNATHIFORMES</b>			
Syngnathidae			
<i>Microphis lineatus</i> (Kaup, 1856)	Peixe-caximbo	1	P1
<b>ANGUILLIFORMES</b>			
Ophichthidae			
<i>Myrophis punctatus</i> Lütken, 1852	Muriongo-mirim	1	P1
<b>Total</b>		<b>64</b>	

\*Ameaçada de Sobreexploração – AS (BRESSAN et al., 2009)

Anexo 77. Ictiofauna amostrada na Ilha de São Sebastião



Fonte: Cristina S. Gonçalves (agosto de 2010)

**Ictiofauna amostrada na Ilha de São Sebastião: Espécies de água doce: 1)lambati-listrado *Hollandichthys multifasciatus*, 2)mocinha *Characidium japuhybensis*, 3)guaru *Phalloceros harpagos* (fêmea), 4)lebiste *Poecilia reticulata* (acima: fêmea, abaixo: macho), 5)bagre-mole *Acentronichthys leptos*, 6)mandizinho *Ramdioglanis frenatus*, 7)bagrinho *Trichomycterus alternatus*, 8)tuvira *Gymnotus pantherinus*. Espécies marinhas: 9)robalo *Centropomus parallelus*, 10)amborê *Dormitator maculatus*, 11) amborê *Eleotris pisonis*, 12) amborê *Guavina guavina*, 13) amborê *Ctenogobius shufeldti*, 14)cocoroca *Pomadasys ramosus*, 15)peixe-caximbo *Microphis lineatus*, 16)muriongo-mirim *Myrophis punctatus*.**



Anexo 78. Fotos ilustrativas da captação de água irregular



Fotos ilustrativas da captação de água irregular

Anexo 79. Fotos Ilustrativas do Aterro Sanitário do Município de Ilhabela

Vista Panorâmica do Aterro Sanitário



Local de retirada de terra para cobrir o antigo lixão Manta impermeabilizante



Túbulos para saída de gás



Caixa de armazenamento do chorume



Créditos: Equipe Meio Antrópico – Elise Mazon Albejante – AGO/2011; e Pedro Henrique Ferreira Costa – AGO/2010

Estrutura de canalização



Créditos: Equipe Meio Antrópico – Elise Mazon Albejante – AGO/2010

Erosão acelerada



Estrada de acesso ao aterro



Créditos: Equipe Meio Antrópico – Elise Mazon Albejante – AGO/2010

Readequação do antigo lixão



Créditos: Equipe Meio Antrópico – Elise Mazon Albejante – AGO/2010

**Fotos ilustrativas do aterro sanitário do município de Ilhabela**



Anexo 80. Fotos ilustrativas das estruturas de transbordo do município de Ilhabela



Créditos: Equipe Meio Antrópico – Elise Mazon Albejante – AGO/2010

**Fotos ilustrativas das estruturas de transbordo do município de Ilhabela**

## Anexo 81. Fotos ilustrativas do centro de triagem



Créditos: Equipe Meio Antrópico – Elise Mazon Albejante – AGO/2010

### **Fotos ilustrativas do Centro de Triagem**

Anexo 82. Foto ilustrativa da área de deposição de podas e resíduos de materiais para construção



Créditos: Equipe Meio Antrópico – Elise Mazon Albejante – AGO/2010

**Foto ilustrativa da área de deposição de podas e resíduos de materiais para construção**

## Anexo 83. Iniciativas para a promoção cultural local



Créditos: Equipe Meio Antrópico – AGO/2010

### Iniciativas para a promoção cultural local

Anexo 84. Estabelecimento comercial e espaço de manifestação dos artesãos



Créditos: Equipe Meio Antrópico – Elise Mazon Albejante – AGO/2010

**Estabelecimento comercial e espaço de manifestação dos artesãos (Secretaria de Cultura, FUNDACI e SUTACO)**



Anexo 85. Peças artesanais



Créditos: Equipe Meio Antrópico – Pedro Henrique Ferreira Costa – AGO/2010

**Peças artesanais**

Anexo 86. Matriz de Nossa Senhora D'Ajuda



Créditos: Equipe Meio Antrópico – Pedro Henrique Ferreira Costa – AGO/2010

**Matriz de Nossa Senhora D'Ajuda**

Anexo 87. Matérias publicadas sobre o Parque Estadual de Ilhabela (PEIb)

**Matérias publicadas sobre o Parque Estadual de Ilhabela (PEIb)**

<b>Meio de Comunicação</b>	<b>Matérias - PEIb</b>	<b>Data</b>
<b>Prefeitura de Ilhabela</b>	Visitação da Sede pelo Projeto Espaço Amigo	13/4/2010
	Regulamentações para Uso da Estrada de Castelhanos	29/12/2009
	PEIb na Adventure Sports Fair	28/7/2009
	Curso de Condutores de 4X4	15/5/2009
	Estrada de Castelhanos	17/2/2009
	História do PEIb	20/1/2009
	Curso de Monitor Ambiental (PEIb e Prefeitura)	7/8/2008
	Informações sobre o PEIb	10/9/2007
<b>Revista Ilhabela</b>	Castelhanos	10/12/2008
	Museu de Historia Natural	11/7/2008
	Castelhanos aventura off-road	25/3/2008
	Meio Ambiente - Destaque do verão	25/3/2008
	Ecoturismo	5/11/2007
	Reestruturação de Trilhas	27/4/2007
	História do PEIb	3/11/2006
	PEIb - Destino Ecoturístico	20/7/2005
<b>Imprensa Livre</b>	ICMS Ecológico	9/7/2010
	Congelamentos Habitacionais	26/6/2010
	Investimento para Estrada de Castelhanos	1/5/2010
	Áreas de Risco	15/4/2010
	Investimento em Fiscalização Ambiental	23/6/2010
	Instalação da Estrada Parque	25/3/2010
	Região mais preservada do estado	24/3/2010
	Projeto Estrada Parque	20/3/2010
	Energia e Telefone comunidades tradicionais	18/3/2010
	Discussão Estrada Parque	17/3/2010
	Escola de canoa caiçara	7/1/2010
	Acampamento no PEIb	5/1/2010
	Inauguração de trilha	26/10/2009
	Obra Emergencial na Estrada de Castelhanos	23/10/2009
	Estrada Castelhanos-Impasse DER e PEIb	22/10/2009
	Crescimento desordenado ameaça PEIb	15/7/2008
	Pente Fino Ambiental	5/6/2008
	Demarcação do PEIb	1/5/2008
	Corrida de Castelhanos	13/7/2007
	Projeto Educação Física e Meio Ambiente leva alunos ao pico do Baepi	11/6/2007
	Xico Graziano discute hoje impactos ambientais no Litoral Norte	12/1/2007
Turismo em Castelhanos	7/12/2006	
Luiz Lobo cobra demarcação do PEIb	22/6/2006	

<b>Meio de Comunicação</b>	<b>Matérias - PEIb</b>	<b>Data</b>
	Laudos Conflitantes sobre invasão do PEIb	21/9/2005
	Sobrevôo-averiguar crimes ambientais	4/8/2005
	Envio de denúncias para MMA	19/4/2005
	Apuração de denúncias sobre loteamentos irregulares	25/3/2005
	Preservação de mananciais Bonete recebe financiamento	30/1/2004
	Estado prevê investimentos em Parques Estaduais	28/11/2003

Fonte: Prefeitura Municipal de Ilhabela; Revista Ilhabela; Imprensa Livre (2010)

Anexo 88. Matriz histórico - Ilhabela

**Matriz histórico – Ilhabela**

ILHABELA		
Histórico	<b>Antecedentes Histórico</b>	A multiplicação de engenhos de açúcar junto à necessidade de controle dos contrabandos na região, a freguesia de Nossa Senhora da Ajuda e Bom Sucesso tornou-se vila em 3 de setembro de 1805, recebendo o nome de Vila Bela da Princesa, autônoma da Vila de São Sebastião, no continente.
	<b>Data de Fundação</b>	Decretada Sesmaria e cedida a Diogo de Unhate em 1602; Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda e Bom Sucesso; Tornou-se Vila em 18º5, desmembrada da Vila de São Sebastião; Em 1934 a Vila foi reconduzida à categoria de distrito do município de São Sebastião; No mesmo ano (5 de setembro 1934) adquiriu autonomia municipal; Em 1940 sofreu alteração no nome do Município e passou a chamar Formos. Em 1944 ocorreu outra alteração para Ilhabela

Fonte: SEADE; IBGE

**Matriz características socioeconômicas – Ilhabela**

ILHABELA			
Características Socioeconômicas	<b>PIB (em milhões de reais)</b>	R\$ 238, 92 (2007)	
	<b>Posição em relação aos municípios do Estado (645 municípios)</b>	245º posição (2007)	
	<b>Participação no Estado</b>	0,026464 (2007)	
	<b>Participação de cada setor econômico</b>	Agropecuária	2,43% (2007)
		Serviços	85,83% (2007)
		Indústria	11,74% (2007)
	<b>Participação de cada setor econômico nos vínculos empregatícios (%)</b>	Agropecuária	0,30% (2008)
		Indústria	1,96% (2008)
		Comércio	23,33% (2008)
		Construção Civil	2,43% (2008)
Serviços		71,98% (2008)	
<b>Renda per capita em salários mínimos</b>	<b>2,24 salários mínimos/ 4,99% dos domicílios ¼ do salário mínimo e 13,24%, ½.</b>		

### Matriz índice de bem-estar social

ILHABELA			
Índice de Bem Estar Social	Extensão Territorial		348, 30 Km <sup>2</sup>
	População	Total	27.690 hab. (estimada em 2009)
		Urbana (%)	99,16%
		Rural (%)	0,84%
	Densidade Demográfica		81,90 (estimada em 2009)
	Taxa Geométrica de Cresc.		3,23 (estimada em 2009)
	Grau de Urbanização		99,16 (estimada em 2009)
	Taxa de Natalidade (por mil habitantes)		18,86 (2008)
	Taxa de Mortalidade (por mil habitantes)		5,02 (2008)
	Educação	Taxa Analfabetismo	9,31% (2000)
	Saúde	Infraestrutura Local	7 Unidade Básicas de Saúde (2007) Coeficiente Leito SUS: 1,49 (por 1000 hab.)

Fonte: SEADE; IBGE

### Matriz vulnerabilidade social

ILHABELA		
Vulnerabilidade Social	IDH (posição no ranking dos estadual – 645 municípios)	307º
	IPVS (% da população exposta)	Baixa Vuln.: 39,05% / Média Vuln.: 30,62% / Alta Vuln.: 7,63%

Fonte: SEADE

Anexo 89. Matriz de políticas públicas do município de Ilhabela - Leis (2000 - 2010)

LEI	ASSUNTO	BENEFICIÁRIO
838/2010	Modifica o artigo 37 da lei complementar nº 529, que institui o código de posturas do município de Ilhabela e da outras providências	Comunidade de Ilhabela
836/2010	Lei Orçamentária para 2011	Comunidade de Ilhabela
829/2010	Institui como Patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural o Farol e o Forte Ponta das Canas	Comunidade de Ilhabela - Turismo
827/2010	Saneamento básico e energia. Autorização de convênios entre município e o Estado. ARSESP e SABESP	Comunidade de Ilhabela
820/2010	Dispões sobre o reaproveitamento do óleo vegetal	Comunidade de Ilhabela
804/2010	Criação do Fundo Municipal de Políticas Culturais em Ilhabela – FUMPCI	Comunidade de Ilhabela - Turismo
798/2010	Autoriza Recebimento de repasse do Estado de recursos a fundo perdido para Obras de Infraestrutura Urbana	Comunidade de Ilhabela - Turismo
782/2010	Autoriza convenio entre municipio e a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social para "Construção e aquisição de material permanente para a Instalação do Programa Quero Vida"	Comunidade de Ilhabela
781/2010	Autoriza Recebimento de repasse do Estado de recursos para Identificação e Controle da População de Cães e Gatos	Comunidade de Ilhabela –PEIb
776/2010	Autoriza Recebimento de repasse do Estado de recursos a fundo perdido para Obras de Infraestrutura turística	Comunidade de Ilhabela - Turismo
773/2009	Ano Plurianual de Ilhabela entre 2010 e 2013	Comunidade de Ilhabela
767/2009	Semana Municipal da Não Violência	Comunidade de Ilhabela
764/2009	Autoriza Recebimento de repasse do Estado de recursos a fundo perdido para Obras de Infraestrutura Urbana	Comunidade de Ilhabela - Turismo
763/2009	Planta Genérica de Valores e Métodos de Avaliação da Propriedade Imobiliária	Agentes imobiliários
746/2009	Institui calendário com datas comemorativas associadas a temas ambientais em Ilhabela	Comunidade de Ilhabela –PEIb
745/2009	Disciplina o plantio, o replantio, a poda, a supressão e o uso adequado e planejamento da arborização urbana	Comunidade de Ilhabela - PEIb
743/2009	Política Municipal de Educação Ambiental	Comunidade de Ilhabela –PEIb
736/2009	Institui o programa municipal de qualidade ambiental, introduz mecanismos de controle da origem da madeira utilizada na execução de obras e serviços públicos na administração municipal direta e indireta	Comunidade de Ilhabela - PEIb
734/2009	Autoriza Recebimento de repasse do Estado de recursos a fundo perdido para Obras de Infraestrutura Urbana	Comunidade de Ilhabela - Turismo
732/2009	Autoriza Recebimento de repasse do Estado de recursos a fundo perdido para Construção de Centro de Eventos e Teatro Municipal	Comunidade de Ilhabela

<b>LEI</b>	<b>ASSUNTO</b>	<b>BENEFICIÁRIO</b>
<b>723/2009</b>	Cria o programa de envelhecimento ativo	Comunidade de Ilhabela - Turismo
<b>718/2009</b>	Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2010	Comunidade de Ilhabela
<b>693/2009</b>	Altera a redação da lei 547/2007, que criou a taxa de preservação ambiental - tpa, e acresce dispositivo no código tributário municipal	Comunidade de Ilhabela –PEIb
<b>658/2008</b>	Programa de Controle Populacional de Cães e Gatos, Cria Conselho Municipal de Saúde e Bem Estar Animal	Comunidade de Ilhabela - PEIb
<b>655/2008</b>	Acrescenta o § 1º do Artigo 174 do Plano Diretor de Desenvolvemento Socioambiental de Ilhabela	Comunidade de Ilhabela –PEIb
<b>651/2008</b>	Atividade de Monitor Ambiental Municipal	Comunidade de Ilhabela –PEIb
<b>650/2008</b>	Modifica dispositivos da lei que Dispõe sobre a Prestação de Serviço de Transporte em Veículos Utilitários com Tração nas quatro rodas	Comunidade de Ilhabela – Turismo
<b>632/2008</b>	Autoriza Convenio entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e entidades ou organizações de Assistência Social para execução descentralizada do Programa de Proteção Social Básica	Comunidade de Ilhabela
<b>611/2008</b>	Acrescenta um Capítulo na Lei Complementar Nº 529/2007 que institui o Código de Postura de Ilhabela	Comunidade de Ilhabela
<b>610/2008</b>	Dispõe sobre as Diretrizes orçamentárias para o ano de 2009	Comunidade de Ilhabela
<b>603/2008</b>	Dispõe sobre Normas Gerais Conferindo tratamento diferenciado e favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte em Ilhabela	Comunidade de Ilhabela – microempresário
<b>598/2008</b>	Dispõe sobre a utilização de sacolas e sacos ecológicos utilizados pelos estabelecimentos comerciais em Ilhabela	Comunidade de Ilhabela – PEIb
<b>595/2008</b>	Cria cargos no quadro de pessoal permanente da prefeitura municipal da estância balneária de ilhabela e altera dispositivos das leis municipais nº 052/2001, nº 169/2003, nº 497/2007 e nº 887/2000	Comunidade de Ilhabela
<b>594/2008</b>	“Autoriza o executivo a promover programa para educação ambiental denominado “lixo que não é lixo” nas escolas da rede municipal de ensino	Comunidade de Ilhabela – PEIb
<b>590/2008</b>	Autoriza a celebração de convênio entre o município e o instituto de qualidade de ensino	Comunidade de Ilhabela - PEIb
<b>571/2008</b>	Dispõe sobre a instalação de aquecimento de água por energia solar em edificações do município de Ilhabela	Comunidade de Ilhabela
<b>566/2008</b>	Institui o fórum de políticas públicas sustentáveis e agenda 21 do município de ilhabela, define suas atribuições, organização e composição	Comunidade de Ilhabela – PEIb
<b>555/2007</b>	Dispõe sobre o descarte e a destinação final de restos e vasilhames de qualquer natureza, de óleo lubrificante, de líquido de arrefecimento de motores, de aditivos de combustíveis e lubrificantes e de todo e qualquer resíduo perigoso previsto na nbr 10.004, no âmbito do município de Ilhabela	Comunidade de Ilhabela - PEIb
<b>549/2007</b>	Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial	Comunidade de Ilhabela - Turismo
<b>547/2007</b>	Cria a taxa de preservação ambiental – tpa, acresce dispositivo no	Comunidade de



<b>LEI</b>	<b>ASSUNTO</b>	<b>BENEFICIÁRIO</b>
	código tributário municipal	Ilhabela – PEIb
<b>529/2007</b>	Institui o Código de Posturas do município de Ilhabela	Comunidade de Ilhabela
<b>525/2007</b>	Modifica o Artigo 4º da Lei 699/97 que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA	Comunidade de Ilhabela – PEIb
<b>524/2007</b>	Dispõe sobre a responsabilidade pela destinação de pilhas, baterias e lâmpadas usadas no âmbito do município de Ilhabela	Comunidade de Ilhabela – PEIb
<b>514/2007</b>	Cria a Semana do Movimento pela dança, no âmbito do Município de Ilhabela	Comunidade de Ilhabela - Turismo
<b>512/2007</b>	Institui o Selo Verde no Município de Ilhabela	Comunidade de Ilhabela - PEIb
<b>491/2007</b>	Dispõe sobre as Diretrizes orçamentárias para o ano de 2008	Comunidade de Ilhabela
<b>430/2006</b>	Dispõe sobre a distribuição de Cartilha de primeiros socorros aos motoristas de ônibus, táxis e lotações de passageiros no município de Ilhabela	Comunidade de Ilhabela - PEIb
<b>421/2006</b>	Dispõe sobre a Instituição do Plano Diretor de Desenvolvimento Socioambiental do Município de Ilhabela	Comunidade de Ilhabela – PEIb
<b>410/2006</b>	Dispõe sobre as Diretrizes orçamentárias para o ano de 2007	Comunidade de Ilhabela
<b>399/2006</b>	Autoriza Recebimento de repasse do Estado de recursos a fundo perdido para implantação de guias, sarjetas e pavimentação da Avenida São Paulo, no bairro Barra Velha	Comunidade de Ilhabela - Turismo
<b>388/2006</b>	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ilhabela a receber, mediante contrato específico, recursos financeiros do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição – Fecop	Comunidade de Ilhabela – PEIb
<b>385/2006</b>	Autoriza o poder executivo a firmar termo de cooperação com o Instituto Agrônomo da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo	Comunidade de Ilhabela - PEIb
<b>372/2005</b>	Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Ilhabela para o exercício de 2006 a 2009	Comunidade de Ilhabela
<b>357/2005</b>	Altera redação da Lei nº 684 de 22 de dezembro de 1997 que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo de Ilhabela	Comunidade de Ilhabela – PEIb - Turismo
<b>326/2005</b>	Dispõe sobre as Diretrizes orçamentárias para o ano de 2006	Comunidade de Ilhabela
<b>313/2004</b>	Institui o Prêmio Ecologia e Ambientalismo no Município de Ilhabela	Comunidade de Ilhabela - PEIb
<b>312/2004</b>	Estima a receita e fixa a Despesa do Município de Ilhabela, para o Exercício de 2005	Comunidade de Ilhabela
<b>300/2004</b>	Prorroga e altera a vigência da Lei nº 225/2003, que instituiu a Planta Genérica de valores e métodos de avaliação da propriedade imobiliária, para efeito de lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano para o exercício de 2005	Agentes Imobiliários
<b>280/2004</b>	Dispõe sobre as Diretrizes orçamentárias para o ano de 2005	Comunidade de Ilhabela

<b>LEI</b>	<b>ASSUNTO</b>	<b>BENEFICIÁRIO</b>
<b>241/2003</b>	Dispõe sobre a desincorporação de área municipal localizada no bairro do Bonete e autoriza a sua concessão de uso pelo prazo de 05 (cinco) anos, prorrogáveis por mais cinco anos, mediante autorização legislativa	Investidores
<b>234/2003</b>	Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo a participar da Constituição Da Fundação Agência De Bacias Hidrográficas a ser instituída nas bacias hidrográficas do Litoral Norte, dirigida aos corpos d'água superficiais e subterrâneos do domínio do Estado De São Paulo	Comunidade de Ilhabela – PEIB
<b>232/2003</b>	Dispõe sobre a prestação dos serviços de transporte em veículos utilitários com tração nas quatro rodas	Comunidade de Ilhabela - Turismo
<b>229/2003</b>	Dispõe sobre o horário de funcionamento dos bares da cidade de Ilhabela	Comunidade de Ilhabela - Turismo
<b>228/2003</b>	Disciplina o sossego auditivo e o bem estar social	Comunidade de Ilhabela - Turismo
<b>225/2003</b>	Instituiu a Planta Genérica de valores e métodos de avaliação da propriedade imobiliária, para efeito de lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano para o exercício de 2004	Agentes Imobiliários
<b>214/2003</b>	Autoriza a celebração de convênio entre a Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ilhabela e a Associação Centro de Triagem de Materiais Recicláveis de Ilhabela – CTR	Comunidade de Ilhabela - PEIB
<b>204/2003</b>	Cria cargos, amplia, reclassifica e redistribui vagas de cargos existentes no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ilhabela, altera dispositivos das Leis Municipais nº. 885 E 887 de 5 de janeiro de 2000	Comunidade de Ilhabela
<b>198/2003</b>	Dispõe sobre as Diretrizes orçamentárias para o ano de 2004	Comunidade de Ilhabela
<b>155/2002</b>	Dispõe sobre a Estrutura Administrativa e Funcional da Câmara Municipal da Estância Balneária de Ilhabela	Comunidade de Ilhabela
<b>148/2002</b>	Instituiu a Planta Genérica de valores e métodos de avaliação da propriedade imobiliária, para efeito de lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano para o exercício de 2003	Agentes Imobiliários
<b>131/2002</b>	Modifica redação do Artigo 1º da Lei Nº 058/2001, que autoriza a celebração de convênio entre a Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ilhabela e a Universidade de São Paulo – USP	Comunidade de Ilhabela
<b>120/2002</b>	Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar convênio com entidade Sociedade Civil de Educação e Cultura do Litoral Norte – Mantenedora das Faculdades Integradas Módulo – Caraguatatuba, para fins de proporcionar aos professores, que atuam na rede da Secretaria Municipal de Educação, o que estabelece a LDB, em seu Artigo 62	Comunidade de Ilhabela
<b>119/2002</b>	Dispõe sobre as Diretrizes orçamentárias para o ano de 2003	Comunidade de Ilhabela
<b>96/2002</b>	Cria o programa de Controle e Combate aos Vetores Transmissores de Doenças de Interesse a Saúde Pública	Comunidade de Ilhabela
<b>78/2001</b>	Dispõe sobre a criação de vereadores mirins	Comunidade de Ilhabela – PEIB

<b>LEI</b>	<b>ASSUNTO</b>	<b>BENEFICIÁRIO</b>
<b>77/2001</b>	Instituiu a Planta Genérica de valores e métodos de avaliação da propriedade imobiliária, para efeito de lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano para o exercício de 2002	Agentes Imobiliário
<b>75/2001</b>	Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Ilhabela para o exercício de 2002 a 2005	Comunidade de Ilhabela
<b>74/2001</b>	Estima a receita e fixa a Despesa do Município de Ilhabela, para o Exercício de 2002	Comunidade de Ilhabela
<b>58/2001</b>	Autoriza a celebração de convênio entre a Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ilhabela e a Universidade de São Paulo – USP	Comunidade de Ilhabela – PEIb
<b>42/2001</b>	Autoriza o Fundo Social de Solidariedade do Município da Estância Balneária de Ilhabela, representando o município, a celebrar convênio com o Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo – FUSSESP	Comunidade de Ilhabela
<b>31/2001</b>	Dispõe sobre as Diretrizes orçamentárias para o ano de 2002	Comunidade de Ilhabela
<b>23/2001</b>	Institui o Programa de Garantia de Renda Mínima, associado a Ações Sócio-Educativas, e determina outras Providências – “Bolsa Escola”	Comunidade de Ilhabela
<b>16/2001</b>	Institui o Programa Municipal de Conservação de Estradas Rurais de Terra Projeto Melhor Caminho, da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento	Comunidade de Ilhabela – PEIb
<b>15/2001</b>	Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar convênio com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, com interveniência do Ministério da Educação – MEC, representado pelo comitê Assessor de Gestão	Comunidade de Ilhabela
<b>8/2001</b>	Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Educação objetivando a implantação e o desenvolvimento de programa na área da educação	Comunidade de Ilhabela – PEIb
<b>977/2000</b>	Instituiu a Planta Genérica de valores e métodos de avaliação da propriedade imobiliária, para efeito de lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano para o exercício de 2001	Agentes Imobiliário
<b>950/2000</b>	Autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção as oficinas culturais da Fundação Arte e Cultura de Ilhabela	Comunidade de Ilhabela
<b>948/2000</b>	Proíbe a captura de isca viva, para utilização de barcos atuneiros, nas baías e enseadas da costa, em redor das ilhas que constituem o arquipélago de Ilhabela	Comunidade de Ilhabela – APA do Litoral Norte
<b>940/2000</b>	Estabelece áreas de especial interesse turístico para fins de ecoturismo	Comunidade de Ilhabela – PEIb
<b>936/2000</b>	Altera o Anexo I da Lei Nº 646/97, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Ilhabela para o exercício de 1998 a 2001	Comunidade de Ilhabela
<b>935/2000</b>	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual de 2001	Comunidade de Ilhabela – PEIb
<b>931/2000</b>	Concede desconto de 50% no IPTU incidente sobre terrenos não edificados e que possuam área de preservação	Comunidade de Ilhabela – PEIb

Fonte: Câmara Municipal

## Anexo 90. Placas de vende-se terreno



Créditos: Equipe Meio Antrópico – Pedro Henrique Ferreira Costa – AGO/2010

### Placas de vende-se terreno

Anexo 91. Sede Administrativa do Parque Estadual de Ilhabela e Sala de Reunião




Créditos: Equipe Meio Antrópico – Pedro Henrique Ferreira Costa – AGO/2010

**Sede administrativa do Parque Estadual de Ilhabela e sala de reunião**

Anexo 92. Ficha do Sítio Concheiro Vitória I

Ficha do sítio Concheiro Vitória I

CADASTRO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS		 FUNDAÇÃO FLORESTAL	
PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DE ILHABELA			
Nome do Sítio: <b>Concheiro Vitória I</b>	Sigla: SP-IB-09	<input type="checkbox"/> Pré-Colonial <input type="checkbox"/> Histórico	
Município: Ilhabela	Localidade: Ilha da Vitória	UC: Parque Estadual de Ilhabela	
Descrição Sumária: Sítio contendo conchas, mariscos, ossos de peixes, artefatos líticos, etc.			
Proprietário do Imóvel: PEIb		Ocupante atual: não há	
Endereço: área próxima ao caminho de acesso a comunidade de Vitória			
Projeto: Projeto Arqueológico de Ilhabela			
Arqueólogo: Plácido Cali		Data da Pesquisa: 2000	
Tipo do Sítio: CONCHEIRO		Tradição: -	
Tamanho (área): ?	Grau de Conservação (0 a 100%): 75%	Datação: ?	
Material arqueológico registrado: Material malacológico, ossos de peixe, lascas de quartzo.			
Outros vestígios (elementos construtivos, fogueiras, manchas, etc): -			
Atividades desenvolvidas no local: Coleta de superfície (em 2000).			
Coordenadas UTM:	Datum:	Coordenadas Geográficas: S 23°44'27.00" e W 45° 1'18.98".	Datum:
Referências Bibliográficas: CALI, CALI, Plácido. <i>Relatório de Atividades do Projeto Arqueológico de Ilhabela</i> . São José dos Campos: Cedepac, dezembro de 2000.			



Observações:


Outras referências bibliográficas:

CALI, Plácido. *Relatório de Atividades do Projeto Arqueológico de Ilhabela*. São José dos Campos: Gestão Arqueológica Consultoria, abril de 2007.

CALI, Plácido. *Relatório de Atividades do Projeto Arqueológico de Ilhabela*. São José dos Campos: Gestão Arqueológica Consultoria, junho de 2006.

Fotografia: Plácido Cali, 2000

**Ficha do sítio Concheiro Vitória II.**

<b>CADASTRO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS</b>		<b>PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DE ILHABELA</b>	
		 FUNDAÇÃO FLORESTAL	
Nome do Sítio: <b>Concheiro Vitória II</b>	Sigla: SP-IB-10	Pré-Colônia <input type="checkbox"/>	Histórico <input type="checkbox"/>
Município: Ilhabela	Localidade: Ilha da Vitória	UC: Parque Estadual de Ilhabela	
Descrição Sumária: Sítio contendo conchas, mariscos, ossos de peixes, ossos humanos, artefatos líticos, etc.			
Proprietário do Imóvel: PEIb		Ocupante atual: não há	
Endereço: área próxima ao caminho de acesso a comunidade de Vitória			
Projeto: Projeto Arqueológico de Ilhabela			
Arqueólogo: Plácido Cali		Data da Pesquisa: 2000; 2006	
Tipo do Sítio: CONCHEIRO		Tradição: -	
Tamanho (área): ?	Grau de Conservação (0 a 100%): 85%		Datação: ?
Material arqueológico registrado: Material malacológico, ossos de peixe, lascas de quartzo.			
Outros vestígios (elementos construtivos, fogueiras, manchas, etc): - Abrigo sob rocha			
Atividades desenvolvidas no local: Coleta de superfície (em 2000).			
Coordenadas UTM:	Datum:	Coordenadas Geográficas: S 23° 44' 29.0" e W 45° 01' 23.5".	Datum:
Referências Bibliográficas: CALI CALI, Plácido. Relatório de Atividades do Projeto Arqueológico de Ilhabela. São José dos Campos: Cedepac, dezembro de 2000.			





Observações:

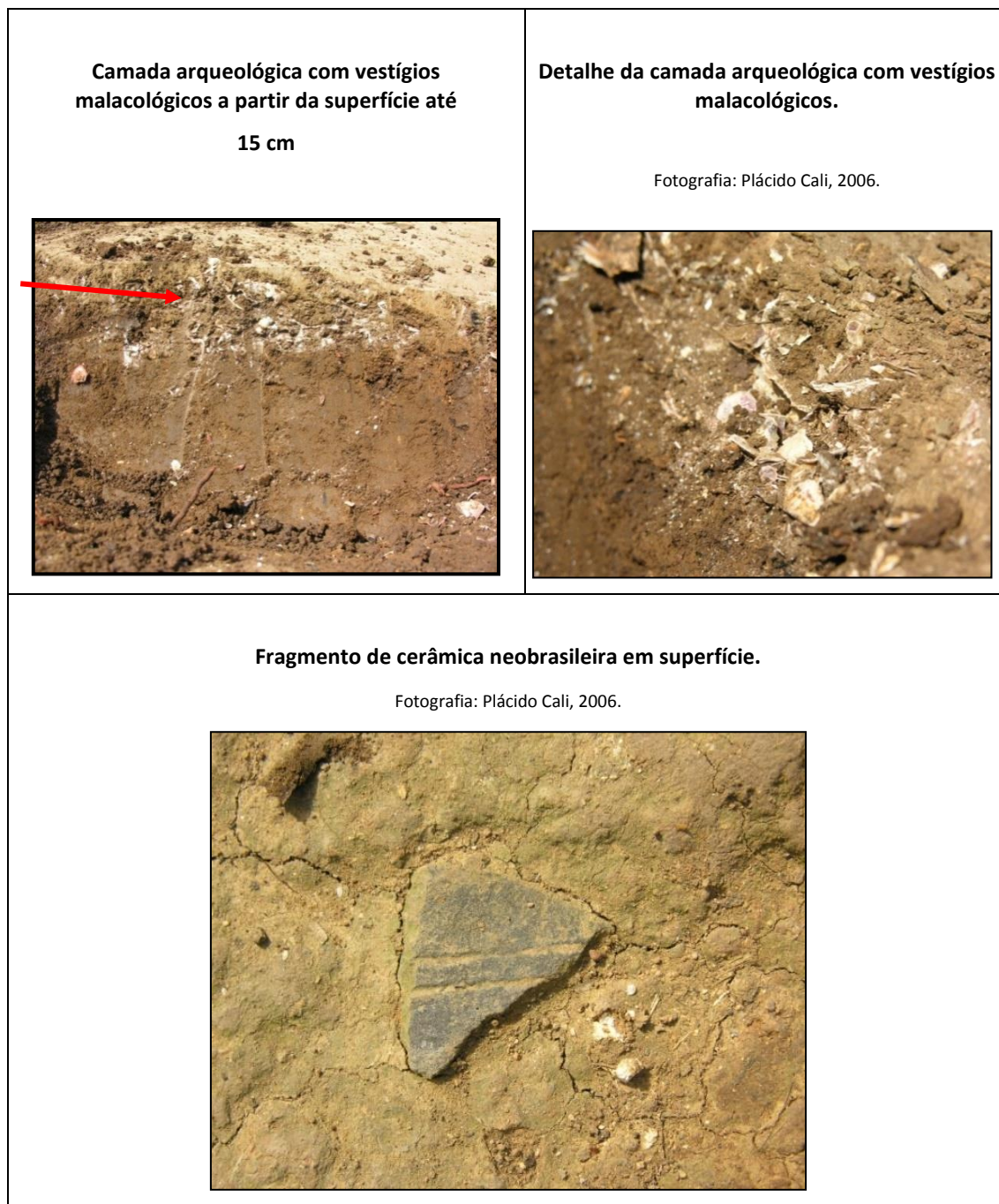
Presença de sepultamentos humanos

Outras referências bibliográficas:

CALI, Plácido. *Relatório de Atividades do Projeto Arqueológico de Ilhabela*. São José dos Campos: Gestão Arqueológica Consultoria, abril de 2007.

Fotografia: Plácido Cali, 2006

Anexo 94. Fotografias ilustrativas da ocorrência arqueológica



**Fotografias ilustrativas da ocorrência arqueológica 01**

Anexo 95. Local de ocorrência de material arqueológico histórico




Fotografia: Plácido Cali, 2006

**Local de ocorrência de material arqueológico histórico**

Anexo 96. Ficha do Sítio Concheiro Vitória III

**Ficha do Sítio Concheiro Vitória III**

<b>CADASTRO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS</b>			 FUNDAÇÃO FLORESTAL
<b>PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DE ILHABELA</b>			
Nome do Sítio: <b>Concheiro Vitória III</b>	Sigla: SP-IB-11	Pré-Colonial <input type="checkbox"/> Histórico <input type="checkbox"/>	
Município: Ilhabela	Localidade: Ilha dos Pescadores	UC: Parque Estadual de Ilhabela	
Descrição Sumária: Sítio contendo conchas, mariscos, ossos de peixes, terra preta, artefatos líticos, etc. Em superfície, presença de material histórico séc. XVIII.			
Proprietário do Imóvel: PEIb	Ocupante atual: há uma casa sobre parte do sítio. Ocupante desconhecido		
Endereço: Ilha dos Pescadores, de frente para Ilha da Vitória			
Projeto: Projeto Arqueológico de Ilhabela			
Arqueólogo: Plácido Cali		Data da Pesquisa: 2000	
Tipo do Sítio: Multicomponencial (concheiro/histórico)		Tradição: -	
Tamanho (área): ?	Grau de Conservação (0 a 100%): 75%	Datação: ?	
Material arqueológico registrado: Material malacológico, ossos de peixe, lascas de quartzo. Faiança portuguesa padrão listel; cerâmica neobrasileira.			
Outros vestígios (elementos construtivos, fogueiras, manchas, etc):			
Atividades desenvolvidas no local: Coleta de superfície (em 2000).			
Coordenadas UTM:	Datum:	Coordenadas Geográficas: S 23° 44' 375" W 45° 01' 382"	Datum:
Referências Bibliográficas: CALI, Plácido. Relatório de Atividades do Projeto Arqueológico de Ilhabela. São José dos Campos: Cedepac, dezembro de 2000.			



Observações:

Outras referências bibliográficas:


CALI, Plácido. *Relatório de Atividades do Projeto Arqueológico de Ilhabela*. São José dos Campos: Gestão Arqueológica Consultoria, abril de 2007.

CALI, Plácido. *Relatório de Atividades do Projeto Arqueológico de Ilhabela*. São José dos Campos: Gestão Arqueológica Consultoria, junho de 2006.

Fotografia: Plácido Cali, 2000

Anexo 97. Ficha do Sítio Concheiro Vitória IV

**Ficha do Sítio Concheiro Vitória IV**

<b>ADASTRO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS</b>		<b>PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DE ILHABELA</b>		 FUNDAÇÃO FLORESTAL
Nome do Sítio: <b>Concheiro Vitória IV</b>		Sigla: SP-IB-06		Pré-Colonial <input type="checkbox"/> Histórico <input type="checkbox"/>
Município: Ilhabela	Localidade: Ilha dos Pescadores		UC: Parque Estadual de Ilhabela	
Descrição Sumária: Sítio contendo conchas, mariscos, ossos de peixes, terra preta, ossos humanos, artefatos líticos, etc.				
Proprietário do Imóvel: PEIb		Ocupante atual: não há. Mas utilizado para roça.		
Endereço: Ilha dos Pescadores, meia encosta, de frente para Ilha da Vitória				
Projeto: Projeto Arqueológico de Ilhabela				
Arqueólogo: Plácido Cali			Data da Pesquisa: 2000	
Tipo do Sítio: CONCHEIRO			Tradição: -	
Tamanho (área): ?	Grau de Conservação (0 a 100%): 85%		Datação: ?	
Material arqueológico registrado: Material malacológico, ossos de peixe, lascas de quartzo.				
Outros vestígios (elementos construtivos, fogueiras, manchas, etc): Sepultamentos humanos				
Atividades desenvolvidas no local: Coleta de superfície (em 2000).				
Coordenadas UTM:	Datum:	Coordenadas Geográficas: S 23° 44' 363" W 45° 01' 414"	Datum:	
Referências Bibliográficas: CALI, Plácido. Relatório de Atividades do Projeto Arqueológico de Ilhabela. São José dos Campos: Cedepac,				

dezembro de 2000.



Observações:

Outras referências bibliográficas:


CALI, Plácido. *Relatório de Atividades do Projeto Arqueológico de Ilhabela*. São José dos Campos: Gestão Arqueológica Consultoria, abril de 2007. CALI, Plácido. *Relatório de Atividades do Projeto Arqueológico de Ilhabela*. São José dos Campos: Gestão Arqueológica Consultoria, junho de 2006.

Fotografia: Plácido Cali, 2000



Anexo 98. Ficha do Sítio Concheiro Vitória V

**Ficha do Sítio Concheiro Vitória V**

<b>CADASTRO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS</b>		<b>PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DE ILHABELA</b>	
		 <small>FUNDAÇÃO FLORESTAL</small>	
Nome do Sítio: <b>Concheiro Vitória V</b>		Sigla: SP-IB-12	Pré-Colonial <input type="checkbox"/> Histórico <input type="checkbox"/>
Município: Ilhabela	Localidade: Ilha dos Pescadores		UC: Parque Estadual de Ilhabela
Descrição Sumária: Sítio contendo conchas, mariscos, ossos de peixes, terra preta, artefatos líticos, etc.			
Proprietário do Imóvel: PEIb		Ocupante atual: não há. Mas utilizado para roça.	
Endereço: Ilha dos Pescadores, meia encosta, de frente para o Continente			
Projeto: Projeto Arqueológico de Ilhabela			
Arqueólogo: Plácido Cali		Data da Pesquisa: 2000	
Tipo do Sítio: CONCHEIRO		Tradição: -	
Tamanho (área): ?	Grau de Conservação (0 a 100%): 95%		Datação: ?
Material arqueológico registrado: Material malacológico, ossos de peixe, lascas de quartzo.			
Outros vestígios (elementos construtivos, fogueiras, manchas, etc):			
Atividades desenvolvidas no local: Coleta de superfície (em 2000).			
Coordenadas UTM:	Datum:	Coordenadas Geográficas: S 23° 44' 373" W 45° 01' 437"	Datum:
Referências Bibliográficas: CALI, Plácido. Relatório de Atividades do Projeto Arqueológico de Ilhabela. São José dos Campos: Cedepac, dezembro de 2000.			





Observações:

Outras referências bibliográficas:


CALI, Plácido. *Relatório de Atividades do Projeto Arqueológico de Ilhabela*. São José dos Campos: Gestão Arqueológica Consultoria, abril de 2007.

CALI, Plácido. *Relatório de Atividades do Projeto Arqueológico de Ilhabela*. São José dos Campos: Gestão Arqueológica Consultoria, junho de 2006.

Fotografia: Plácido Cali, 2000.

Anexo 99. Ficha do Sítio Concheiro Búzios I

**Ficha do Sítio Concheiro Búzios I**

<b>CADASTRO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS</b>		<b>PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DE ILHABELA</b>	
		 <small>FUNDAÇÃO FLORESTAL</small>	
Nome do Sítio: <b>Concheiro Búzios I</b>		Sigla: SP-IB-05	Pré-Colonial <input type="checkbox"/> Histórico <input type="checkbox"/>
Município: Ilhabela	Localidade: Ilha dos Búzios	UC: Parque Estadual de Ilhabela	
Descrição Sumária: Sítio contendo conchas, mariscos, ossos de peixes, terra preta, artefatos líticos, etc.			
Proprietário do Imóvel: PEIb		Ocupante atual: sim, vários, além de caminho.	
Endereço: Ilha dos Búzios, Porto do Meio			
Projeto: Projeto Arqueológico de Ilhabela			
Arqueólogo: Plácido Cali		Data da Pesquisa: 2000	
Tipo do Sítio: CONCHEIRO		Tradição: -	
Tamanho (área): ?	Grau de Conservação (0 a 100%): 50%		Datação: ?
Material arqueológico registrado: Material malacológico, ossos de peixe, lascas de quartzo.			
Outros vestígios (elementos construtivos, fogueiras, manchas, etc):			
Atividades desenvolvidas no local: Coleta de superfície (em 2000).			
Coordenadas UTM:	Datum:	Coordenadas Geográficas: S 23° 47' 593" W 45° 08' 994"	Datum:
Referências Bibliográficas: CALI, Plácido. Relatório de Atividades do Projeto Arqueológico de Ilhabela. São José dos Campos: Cedepac, dezembro de 2000.			
		CALI, Plácido. <i>Relatório de Atividades do Projeto Arqueológico de Ilhabela</i> . São José	




dos Campos: Gestão Arqueológica  
Consultoria, abril de 2007.  
CALI, Plácido. *Relatório de Atividades do  
Projeto Arqueológico de Ilhabela*. São José os  
Campos: Gestão Arqueológica Consultoria,  
junho de 2006.

Fotografia: Plácido Cali, 2000.

Anexo 100. Ficha do Sítio Concheiro Búzios II

**Ficha do Sítio Concheiro Búzios II**

<b>CADASTRO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS</b>		<b>PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DE ILHABELA</b>	
		 <small>FUNDAÇÃO FLORESTAL</small>	
Nome do Sítio: <b>Concheiro Búzios II</b>		Sigla: SP-IB-07	Pré-Colonial <input type="checkbox"/> Histórico <input type="checkbox"/>
Município: Ilhabela	Localidade: Ilha dos Búzios	UC: Parque Estadual de Ilhabela	
Descrição Sumária: Sítio contendo conchas, mariscos, ossos de peixes, terra preta, artefatos líticos, etc.			
Proprietário do Imóvel: PEIb		Ocupante atual: não há	
Endereço: Ilha dos Búzios, Saco da Corujá			
Projeto: Projeto Arqueológico de Ilhabela			
Arqueólogo: Plácido Cali		Data da Pesquisa: 2000	
Tipo do Sítio: CONCHEIRO		Tradição: -	
Tamanho (área): ?	Grau de Conservação (0 a 100%): 95%		Datação: ?
Material arqueológico registrado: Material malacológico, ossos de peixe, lascas de quartzo.			
Outros vestígios (elementos construtivos, fogueiras, manchas, etc):			
Atividades desenvolvidas no local: -			
Coordenadas UTM:	Datum:	Coordenadas Geográficas: S 23° 48' 14.75" W 45° 09' 27.38"	Datum:
Referências Bibliográficas: CALI, Plácido. Relatório de Atividades do Projeto Arqueológico de Ilhabela. São José dos Campos: Cedepac, dezembro de 2000.			
		Observações:	



Outras referências bibliográficas:

CALI, Plácido. *Relatório de Atividades do Projeto Arqueológico de Ilhabela*. São José dos Campos: Gestão Arqueológica Consultoria, abril de 2007.

CALI, Plácido. *Relatório de Atividades do Projeto Arqueológico de Ilhabela*. São José dos Campos:

Gestão Arqueológica Consultoria, junho de

2006. **Fotografia: Plácido Cali, 2000**

Anexo 101. Ficha do Sítio Concheiro Búzios III

Ficha do Sítio Concheiro Búzios III

<b>CADASTRO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS</b>		<b>PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DE ILHABELA</b>	
<b>Nome do Sítio:</b> <b>Concheiro Búzios III</b>		Sigla: SP-IB-08	Pré-Colonial <input type="checkbox"/> Histórico <input checked="" type="checkbox"/>
Município: Ilhabela	Localidade: Ilha dos Búzios	UC: Parque Estadual de Ilhabela	
Descrição Sumária: Sítio contendo conchas, mariscos, ossos de peixes, terra preta, artefatos líticos, ossos humanos, etc.			
Proprietário do Imóvel: PEIb		Ocupante atual: não há	
Endereço: Ilha dos Búzios, Saco da mãe Joana			
Projeto: Projeto Arqueológico de Ilhabela			
Arqueólogo: Plácido Cali		Data da Pesquisa: 2000	
Tipo do Sítio: CONCHEIRO		Tradição: -	
Tamanho (área): ?	Grau de Conservação (0 a 100%): 85%		Datação: ?
Material arqueológico registrado: Material malacológico, ossos de peixe, lascas de quartzo.			
Outros vestígios (elementos construtivos, fogueiras, manchas, etc): Sepultamentos humanos			
Atividades desenvolvidas no local: -			
Coordenadas UTM:	Datum:	Coordenadas Geográficas: S 23° 48' 180" W 45° 07' 411"	Datum:
Referências Bibliográficas: CALI, Plácido. Relatório de Atividades do Projeto Arqueológico de Ilhabela. São José dos Campos: Cedepac, dezembro de 2000.			



Observações:

Outras referências bibliográficas:

CALI, Plácido. *Relatório de Atividades do Projeto Arqueológico de Ilhabela*.

São José dos Campos: Gestão Arqueológica Consultoria, abril de 2007.

CALI, Plácido. *Relatório de Atividades do Projeto Arqueológico de Ilhabela*.

São José dos Campos: Gestão Arqueológica Consultoria, junho de 2006.

Fotografia: Plácido Cali, 2000

Anexo 102. Ficha do Sítio Abrigo Búzios I

**Ficha do Sítio Abrigo Búzios I**


<b>CADASTRO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS</b>		 FUNDAÇÃO FLORESTAL	
<b>PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DE ILHABELA</b>			
Nome do Sítio: <b>Sítio Abrigo Búzios I</b>		Sigla: SP-IB-13	Pré-Colonial <input checked="" type="checkbox"/> Histórico <input type="checkbox"/>
Município: Ilhabela	Localidade: Ilha dos Búzios	UC: Parque Estadual de Ilhabela	
Descrição Sumária: Sítio contendo cerâmica			
Proprietário do Imóvel: PEIb		Ocupante atual: não há	
Endereço: Ilha dos Búzios, Morro São Paulo			
Projeto: Projeto Arqueológico de Ilhabela			
Arqueólogo: Plácido Cali		Data da Pesquisa: 2000	
Tipo do Sítio: ABRIGO SOB ROCHA		Tradição: -	
Tamanho (área): ?	Grau de Conservação (0 a 100%): 95%		Datação: ?
Material arqueológico registrado: cerâmica			
Outros vestígios (elementos construtivos, fogueiras, manchas, etc): Carvão de fogueira			
Atividades desenvolvidas no local: -			
Coordenadas UTM:	Datum:	Coordenadas Geográficas:	Datum:
Referências Bibliográficas: CALI, Plácido. Relatório de Atividades do Projeto Arqueológico de Ilhabela. São José dos Campos: Cedepac, dezembro de 2000.			



Imagem: Figura 47




Observações:

Fotografia: Plácido Cali, 2000

Anexo 103. Ficha do Sítio Abrigo Búzios II


**Ficha do Sítio Abrigo Búzios II**

<b>CADASTRO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS</b>		<b>PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DE ILHABELA</b>	
		 <small>FUNDAÇÃO FLORESTAL</small>	
Nome do Sítio: <b>Sítio Abrigo Búzios II</b>		Sigla: SP-IB-14	Pré-Colonial <input type="checkbox"/> Histórico <input type="checkbox"/>
Município: Ilhabela	Localidade: Ilha dos Búzios	UC: Parque Estadual de Ilhabela	
Descrição Sumária: Sítio contendo cerâmica			
Proprietário do Imóvel: PEIb		Ocupante atual: não há	
Endereço: Ilha dos Búzios, Morro São Paulo			
Projeto: Projeto Arqueológico de Ilhabela			
Arqueólogo: Plácido Cali		Data da Pesquisa: 2000	
Tipo do Sítio: ABRIGO SOB ROCHA		Tradição: -	
Tamanho (área): ?	Grau de Conservação (0 a 100%): 95%		Datação: ?
Material arqueológico registrado: cerâmica			
Outros vestígios (elementos construtivos, fogueiras, manchas, etc):			
Atividades desenvolvidas no local: -			
Coordenadas UTM:	Datum:	Coordenadas Geográficas:	Datum:
Referências Bibliográficas: CALI, Plácido. Relatório de Atividades do Projeto Arqueológico de Ilhabela. São José dos Campos: Cedepac, dezembro de 2000.			
		Observações:	



Fotografía: Plácido Cali, 2000

**Ficha do Sítio Fazenda Búzios I.**

<b>CADASTRO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS</b>		<b>PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DE ILHABELA</b>	
		 <small>FUNDAÇÃO FLORESTAL</small>	
Nome do Sítio: <b>Sítio Fazenda Búzios I</b>		Sigla: SP-IB-40	Pré-Colonial <input type="checkbox"/> Histórico <input checked="" type="checkbox"/>
Município: Ilhabela	Localidade: Ilha dos Búzios	UC: Parque Estadual de Ilhabela	
Descrição Sumária: Sítio histórico com cerâmica neobrasileira e faiança do Sec. XIX.			
Proprietário do Imóvel: PEIb		Ocupante atual: não há. Mas a área é ocupada para roça de mandioca e banana	
Endereço: Ilha dos Búzios, Morro São Paulo			
Projeto: Projeto Arqueológico de Ilhabela			
Arqueólogo: Plácido Cali		Data da Pesquisa: 2000	
Tipo do Sítio: Histórico		Tradição: -	
Tamanho (área): ?	Grau de Conservação (0 a 100%): 75%	Datação: ?	
Material arqueológico registrado: cerâmica neobrasileira e faiança do Sec. XIX.			
Outros vestígios (elementos construtivos, fogueiras, manchas, etc):			
Atividades desenvolvidas no local: -			
Coordenadas UTM:	Datum:	Coordenadas Geográficas:	Datum:
Referências Bibliográficas: CALI, Plácido. Relatório de Atividades do Projeto Arqueológico de Ilhabela. São José dos Campos: Cedepac, dezembro de 2000.			



Observações:

Fotografia: Plácido Cali, 2000

Anexo 105. Ficha do Sítio Fazenda Búzios II

Ficha do Sítio Fazenda Búzios II.

<b>CADASTRO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS</b>		<b>PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DE ILHABELA</b>	
<b>Nome do Sítio:</b> <b>Sítio Fazenda Búzios II</b>		Sigla: SP-IB-68	Pré-Colonial <input type="checkbox"/> Histórico <input checked="" type="checkbox"/>
Município: Ilhabela	Localidade: Ilha dos Búzios	UC: Parque Estadual de Ilhabela	
Descrição Sumária: Sítio histórico com cerâmica neobrasileira e faiança do Sec. XIX.			
Proprietário do Imóvel: PEIb		Ocupante atual: vários. Área com casas.	
Endereço: Ilha dos Búzios			
Projeto: Projeto Arqueológico de Ilhabela			
Arqueólogo: Plácido Cali		Data da Pesquisa: 2002	
Tipo do Sítio: Histórico		Tradição: -	
Tamanho (área): ?	Grau de Conservação (0 a 100%): 50%	Datação: ?	
Material arqueológico registrado: cerâmica neobrasileira e faiança do Sec. XIX.			
Outros vestígios (elementos construtivos, fogueiras, manchas, etc):			
Atividades desenvolvidas no local: -			
Coordenadas UTM:	Datum:	Coordenadas Geográficas: S 23° 47' 610" W 45 ° 08' 897"	Datum:
Referências Bibliográficas: CALI, Plácido. <i>Relatório de Atividades do Projeto Arqueológico de Ilhabela</i> . São José dos Campos: Gestão Arqueológica Consultoria, junho de 2006.			

Imagem:	Observações:
---------	--------------

**Ficha do Sítio Pitangueiras**


<b>CADASTRO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS</b>		<b>PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DE ILHABELA</b>	
		 <small>FUNDAÇÃO FLORESTAL</small>	
Nome do Sítio: <b>Sítio Pitangueiras</b>		Sigla: SP-IB-70	Pré-Colonial <input type="checkbox"/> Histórico <input checked="" type="checkbox"/>
Município: Ilhabela	Localidade: Ilha dos Búzios	UC: Parque Estadual de Ilhabela	
Descrição Sumária: Sítio histórico com cerâmica neobrasileira e faiança do Sec. XIX.			
Proprietário do Imóvel: PEIb		Ocupante atual: não há	
Endereço: Ilha dos Búzios			
Projeto: Projeto Arqueológico de Ilhabela			
Arqueólogo: Plácido Cali		Data da Pesquisa: 2006	
Tipo do Sítio: Histórico		Tradição: -	
Tamanho (área): ?	Grau de Conservação (0 a 100%): 50%	Datação: ?	
Material arqueológico registrado: cerâmica neobrasileira e faiança do Sec. XIX.			
Outros vestígios (elementos construtivos, fogueiras, manchas, etc): Alicerces em alvenaria de pedra e ca			
Atividades desenvolvidas no local: -			
Coordenadas UTM:	Datum:	Coordenadas Geográficas: S 23° 47'58.7" e W 45° 09'24.9"	Datum:
Referências Bibliográficas: CALI, Plácido. <i>Relatório de Atividades do Projeto Arqueológico de Ilhabela</i> . São José dos Campos: Gestão Arqueológica Consultoria, abril de 2007.			




Imagem: Figura 50



Figura 51: Fragmento de pote de cerâmica neobrasileira com decoração em relevo, ponteadado e inciso.

Fotografia: Plácido Cali, 2000


**Ficha do Sítio Baepi I**

<b>CADASTRO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS</b>		<b>PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DE ILHABELA</b>	
		 <small>FUNDAÇÃO FLORESTAL</small>	
Nome do Sítio: <b>Sítio Baepi I</b>		Sigla: SP-IB-57	Pré-Colonial <input type="checkbox"/> Histórico <input checked="" type="checkbox"/>
Município: Ilhabela	Localidade: Ilha de São Sebastião, Trilha do Baepi	UC: Parque Estadual de Ilhabela	
Descrição Sumária: Sítio histórico com cerâmica neobrasileira e faiança do Sec. XIX.			
Proprietário do Imóvel: PEIb		Ocupante atual: não há	
Endereço: Ilha de São Sebastião, Baepi			
Projeto: Projeto Arqueológico de Ilhabela			
Arqueólogo: Plácido Cali		Data da Pesquisa: 2003	
Tipo do Sítio: Histórico		Tradição: -	
Tamanho (área): ?	Grau de Conservação (0 a 100%): ?	Datação: ?	
Material arqueológico registrado: cerâmica neobrasileira, grés, telhas e faiança do Sec. XIX.			
Outros vestígios (elementos construtivos, fogueiras, manchas, etc):			
Atividades desenvolvidas no local: -			
Coordenadas UTM: 23 K Longitude 46.44. 473 Latitude 73.67.856	Datum:	Coordenadas Geográficas:	Datum:
Referências Bibliográficas: CALI, Plácido. <i>Relatório de Atividades do Projeto Arqueológico de Ilhabela</i> . São José dos Campos, agosto de 2003.			
Imagem: Figura 52		Observações:	



Fotografía: Plácido Cali, 2000.

**Ficha do Sítio Abrigo Toca do Winny**

<b>CADASTRO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS</b>		<b>PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DE ILHABELA</b>		 FUNDAÇÃO FLORESTAL
Nome do Sítio: <b>Sítio Abrigo Toca do Winny</b>		Sigla: SP-IB-65	Pré-Colonial <input type="checkbox"/> Histórico <input checked="" type="checkbox"/>	
Município: Ilhabela	Localidade: Ilha de São Sebastião, Trilha da Água Branca		UC: Parque Estadual de Ilhabela	
Descrição Sumária: Sítio histórico com cerâmica neobrasileira do Sec. XIX.				
Proprietário do Imóvel: PEIb		Ocupante atual: não há		
Endereço: Ilha de São Sebastião, Água Branca				
Projeto: Projeto Arqueológico de Ilhabela				
Arqueólogo: Plácido Cali		Data da Pesquisa: 2003		
Tipo do Sítio: Histórico			Tradição: -	
Tamanho (área): ?	Grau de Conservação (0 a 100%): 85%		Datação: ?	
Material arqueológico registrado: cerâmica neobrasileira, grés, telhas e faiança do Sec. XIX.				
Outros vestígios (elementos construtivos, fogueiras, manchas, etc):				
Atividades desenvolvidas no local: -				
Coordenadas UTM: 463381.27 E 7363434.37 S		Datum:	Coordenadas Geográficas: Datum:	
Referências Bibliográficas: CALI, Plácido. <i>Relatório de Atividades do Projeto Arqueológico de Ilhabela</i> . São José dos Campos: Gestão Arqueológica Consultoria, abril de 2007.				




Observações:

Outras referências bibliográficas:

CALI, Plácido. *Relatório de Atividades do Projeto Arqueológico de Ilhabela*. São José dos Campos: Gestão Arqueológica Consultoria, junho de 2006.

Fotografia: Plácido Cali, 2000.

**Ficha do Sítio Fazenda dos Borges**


<b>CADASTRO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS</b>		<b>PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DE ILHABELA</b>		 FUNDAÇÃO FLORESTAL
Nome do Sítio: <b>Sítio Fazenda dos Borges</b>		Sigla: SP-IB-17	Pré-Colonial <input type="checkbox"/> Histórico <input checked="" type="checkbox"/>	
Município: Ilhabela	Localidade: Ilha de São Sebastião, Borges/Toca		UC: Parque Estadual de Ilhabela	
Descrição Sumária: Sítio histórico com ruínas em alvenaria de pedra e barro				
Proprietário do Imóvel: PEIb		Ocupante atual: não há		
Endereço: Ilha de São Sebastião, Morro dos Borges. Acesso pela trilha da Cachoeira da Toca				
Projeto: Projeto Arqueológico de Ilhabela				
Arqueólogo: Plácido Cali		Data da Pesquisa: 2000		
Tipo do Sítio: Histórico			Tradição: -	
Tamanho (área): ?	Grau de Conservação (0 a 100%): 75%		Datação: ?	
Material arqueológico registrado:				
Outros vestígios (elementos construtivos, fogueiras, manchas, etc):				
Atividades desenvolvidas no local: -				
Coordenadas UTM:		Datum:	Coordenadas Geográficas:	
Referências Bibliográficas: CALI, Plácido. Relatório de Atividades do Projeto Arqueológico de Ilhabela. São José dos Campos: Cedepac, dezembro de 2000.				
Imagem: Figura 54				



Observações:

Fotografia: Plácido Cali, 2000.




**Ficha do Sítio Engenho Figueira**

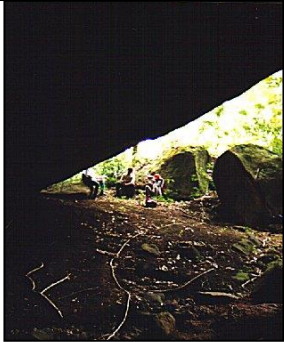



<b>CADASTRO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS</b>		<b>PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DE ILHABELA</b>	
		 FUNDAÇÃO FLORESTAL	
Nome do Sítio: <b>Sítio Engenho Figueira</b>		Sigla: SP-IB-73	Pré-Colonial <input type="checkbox"/> Histórico <input checked="" type="checkbox"/>
Município: Ilhabela	Localidade: Ilha de São Sebastião, Figueira		UC: Parque Estadual de Ilhabela
Descrição Sumária: Sítio histórico com ruínas em alvenaria de pedra e cal.			
Proprietário do Imóvel: PEIb		Ocupante atual: não há	
Endereço: Ilha de São Sebastião, Praia da Figueira.			
Projeto:			
Arqueólogo:		Data da Pesquisa:	
Tipo do Sítio: Histórico		Tradição: -	
Tamanho (área): ?	Grau de Conservação (0 a 100%): ?		Datação: ?
Material arqueológico registrado:			
Outros vestígios (elementos construtivos, fogueiras, manchas, etc): ruínas			
Atividades desenvolvidas no local: -			
Coordenadas UTM:	Datum:	Coordenadas Geográficas: 23°53'8.78" S 45°16'37.70"W	Datum:
Referências Bibliográficas: CALI, Plácido. <i>Relatório de Atividades do Projeto Arqueológico de Ilhabela</i> . São José dos Campos: Gestão Arqueológica Consultoria, abril de 2007.			
Observações:			









Anexo 111. Sítios arqueológicos localizados na Zona de Amortecimento do Parque Estadual de Ilhabela


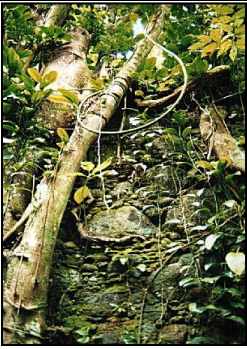
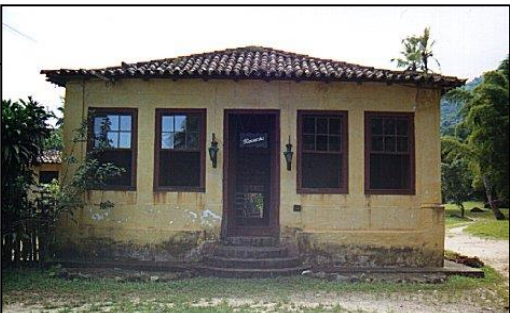
NOME DO SÍTIO	TIPO	IMAGEM
<b>ENGENHO BARRA VELHA</b>	Histórico	 <p><b>Fig. 56: Ruínas do Engenho da Fazenda Barra Velha, construído em alvenaria de pedra e cal.</b></p> <p>Foto: Plácido Cali, 2000.</p>
CARACTERÍSTICAS		
Ruínas do antigo engenho da Barra Velha, feito em alvenaria de pedra e cal. A construção foi destruída em 2000.		
LOCALIZAÇÃO: Bairro Barra Velha		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		
<b>ALDEIA VIANA</b>	Pré-colonial	 <p><b>Fig. 57: Fragmentos de cerâmica indígena evidenciados em superfície.</b></p> <p>Foto: Plácido Cali, 2000.</p>
CARACTERÍSTICAS		
Antiga aldeia indígena que se localizava em um morro na praia do Viana. O sítio foi quase que totalmente destruído na década de 1970, mas ainda contém milhares de fragmentos de cerâmica indígena, aparentemente de tradição Itararé.		
LOCALIZAÇÃO: Bairro Viana		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		
<b>ABRIGO FURNAS I</b>	Pré-colonial	 <p><b>Fig. 58: Interior do abrigo sob rocha. Sítio Abrigo Furnas I.</b></p> <p>Foto: Plácido Cali, 2000.</p>
CARACTERÍSTICAS		
Abrigo sob rocha contendo conchas, ossos, diversos artefatos líticos e cerâmica em superfície. Foi parcialmente destruído.		
LOCALIZAÇÃO: Bairro Furnas		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		


NOME DO SÍTIO		TIPO	IMAGEM
<b>ABRIGO CASTELHANOS</b>		Histórico	
CARACTERÍSTICAS			
Abrigo sob rocha contendo cerâmica sem decoração, também sendo encontrado fragmento de garrafa de grés do séc. XIX e cerâmica.			
LOCALIZAÇÃO: Trilha da Cachoeira do Gato, sentido Laje Preta			
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA			<p><b>Fig. 59: Interior do abrigo sob rocha. Sítio Abrigo Castelhanos.</b></p> <p>Foto: Plácido Cali, 2000.</p>
<b>ABRIGO SACO DA CAPELA</b>		Pré-colonial	
CARACTERÍSTICAS			
Abrigo sob rocha contendo carvão e cerâmica sem decoração.			
LOCALIZAÇÃO: Bairro Saco da Capela			
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA			<p><b>Fig. 60: Vista do abrigo.</b></p> <p>Foto: Plácido Cali, 2000.</p>
<b>ILHOTE</b>		Multicomponencial	
CARACTERÍSTICAS			
Incidência de material histórico (faiança e cerâmica séc. XIX) e cerâmica e lítios (pré-colonial)			
LOCALIZAÇÃO:			
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA			<p><b>Fig. 61: Vista do sítio.</b></p> <p>Foto: Plácido Cali, 2000.</p>
<b>FAZENDA SIRIÚBA</b>		Histórico	
CARACTERÍSTICAS			
Ruínas de um engenho do século XIX feito em alvenaria de pedra e cal. No local ainda é possível encontrar fragmentos de louças da época.			


LOCALIZAÇÃO: Bairro Siriúba		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		<b>Fig. 62: Vista do engenho adaptado.</b> Foto: Plácido Cali, 2000.
NOME DO SÍTIO	TIPO	IMAGEM
<b>ITAPECERICA I</b>	Multicomponencial	
CARACTERÍSTICAS		
Local onde foram encontrados por morador dois machados de pedra polida. Próximo há fragmentos de cerâmica neobrasileira do séc. XIX.		
LOCALIZAÇÃO:		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		<b>Fig. 63: Parede da Igreja em alvenaria de pedra e cal.</b> Foto: Plácido Cali, 2000.
<b>FORTE PONTA DAS CANAS</b>	Histórico	
CARACTERÍSTICAS		
Antigo forte feito em alvenaria de pedra e cal.		
LOCALIZAÇÃO: Ponta das Canas		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		<b>Fig. 64: Vista das estruturas do antigo forte.</b> Foto: Plácido Cali, 2000.
<b>FAZENDA LAJE PRETA</b>	Histórico	
CARACTERÍSTICAS		
Ruínas da antiga fazenda da Laje Preta, com construções em alvenaria de pedra e cal. Contém colunas de 01 metro de diâmetro.		
LOCALIZAÇÃO: Laje Preta		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		<b>Fig. 65: Paredes em alvenaria de pedra e cal.</b> <b>Fazenda Laje Preta.</b> Foto: Plácido Cali, 2000.
<b>IGREJA DOS CASTELHANOS</b>	Histórico	
CARACTERÍSTICAS		





Ruínas de antiga igreja feita em alvenaria de pedra e cal, com cerca de 400 m <sup>2</sup> .	
LOCALIZAÇÃO: Entre a estrada de Castelhanos e trilha da Cachoeira do Gato	
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA	<b>Fig. 66: Parede da Igreja em alvenaria de pedra e cal.</b>  Foto: Plácido Cali, 2000.

NOME DO SÍTIO	TIPO	IMAGEM
<b>ENGENHO CASTELHANOS</b>	Histórico	 <p><b>Fig. 67: Engrenagens do maquinário para moer cana de açúcar.</b></p> <p>Foto 2000.</p>
CARACTERÍSTICAS		
Ruínas de engenho de cana de açúcar feito em alvenaria de tijolos.		
LOCALIZAÇÃO: Entre a estrada de Castelhanos e trilha da Cachoeira do Gato		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		
<b>ENGENHO VELHO</b>	Histórico	 <p><b>Fig. 68: Parede em alvenaria de pedra e cal.</b></p> <p>Foto: Plácido Cali, 2000.</p>
CARACTERÍSTICAS		
Ruínas de um engenho do século XIX feito em alvenaria de pedra e cal.		
LOCALIZAÇÃO: Entre a estrada de Castelhanos e trilha da Cachoeira do Gato		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		
<b>ENGENHO NOVO</b>	Histórico	

CARACTERÍSTICAS		
Local de antiga fazenda com engenho. A casa sede, em alvenaria de pedra e cal está bem conservada. Os demais equipamentos foram destruídos em função de novas construções no local.		
LOCALIZAÇÃO:		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		<b>Fig. 69: Antiga casa localizada na área do Engenho Novo.</b> Foto: Plácido Cali, 2000.
<b>SERRARIA</b>	Histórico	
CARACTERÍSTICAS		
Ruínas em alvenaria de pedra e cal.		
LOCALIZAÇÃO: Bairro da Serraria		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		<b>Fig. 70: Parede em alvenaria de pedra e cal.</b> Foto: Plácido Cali, 2000.

NOME DO SÍTIO	TIPO	IMAGEM
<b>ENGENHO COCAIA I</b>	Histórico	
CARACTERÍSTICAS		
Local de antigo engenho, hoje destruído. Apesar de se localizar em uma área já loteada, é possível encontrar vários artefatos do século XIX.		
LOCALIZAÇÃO:		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		<b>Fig. 71: Vista da área do sítio.</b> Foto: Plácido Cali, 2000
<b>ENGENHO PACUÍBA I</b>	Histórico	
CARACTERÍSTICAS		
Ruínas de um engenho do século XIX feito em alvenaria de pedra e cal. Este é o único sítio de Ilhabela que foi completamente escavado/pesquisado.		
LOCALIZAÇÃO: Bairro da Pacuíba		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		<b>Fig. 72: Vista das ruínas do engenho Pacuíba I.</b> Foto: Plácido Cali, 2001.

<b>PACUÍBA II</b>	Histórico	
CARACTERÍSTICAS		
Ruínas de construção do século XIX feita em alvenaria de pedra e cal. Quase que totalmente destruído, restando apenas uma coluna.		
LOCALIZAÇÃO: Bairro da Pacuíba		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		<b>Fig. 73: Sítio Engenho Pacuíba II. Coluna em alvenaria de pedra e cal.</b> Foto: Plácido Cali, 2000.
<b>ENGENHO FURNAS I</b>	Histórico	
CARACTERÍSTICAS		
Ruínas de um engenho do século XIX feito em alvenaria de pedra e cal. Encontra-se bastante destruído.		
LOCALIZAÇÃO: Bairro de Furnas		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		<b>Fig. 74: Vista de parte das ruínas do engenho.</b> Foto: Plácido Cali, 2000.





NOME DO SÍTIO	TIPO	IMAGEM
<b>ENGENHO FURNAS II</b>	Histórico	
CARACTERÍSTICAS		
Ruínas de um engenho do século XIX feito em alvenaria de pedra e cal. O local apresenta milhares de artefatos no solo.		
LOCALIZAÇÃO: Bairro de Furnas		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		<b>Fig. 75: Coluna em alvenaria de pedra e cal.</b> Foto: Plácido Cali, 2000.
<b>ENGENHO JABAQUARA I</b>	Histórico	
CARACTERÍSTICAS		
Ruínas de um engenho d'água do século XIX feito em alvenaria de pedra e cal.		
LOCALIZAÇÃO: Bairro do Jabaquara		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		<b>Fig. 76: Ruínas de Engenho na praia de Jabaquara.</b>







		Foto: Plácido Cali, 2000.
<b>ENGENHO DA FEITICEIRA I</b>	Histórico	 <p><b>Fig. 77: Ruínas de engenho no bairro da Feiticeira.</b></p> <p>Foto: Plácido Cali, 2000.</p>
CARACTERÍSTICAS		
Ruínas de um engenho d'água do século XIX feito em alvenaria de pedra e cal.		
LOCALIZAÇÃO: Bairro da Feiticeira		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		
<b>FAZENDA SÃO MATHIAS</b>	Histórico	 <p><b>Fig. 78: Vista da casa sede da fazenda.</b></p> <p>Foto: Plácido Cali, 2000.</p>
CARACTERÍSTICAS		
Antiga fazenda com casa sede e engenho d'água. A casa sede sofreu algumas alterações.		
LOCALIZAÇÃO: Bairro da Feiticeira		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		







NOME DO SÍTIO	TIPO	IMAGEM
<b>ENGENHO TATAMBORA</b>	Histórico	 <p data-bbox="895 678 1362 768"><b>Fig. 79: Local da roda d'água do engenho Tatambora.</b></p> <p data-bbox="1018 819 1241 846">Foto: Plácido Cali, 2000.</p>
CARACTERÍSTICAS		
Ruínas de um engenho do século XIX feito em alvenaria de pedra e cal.		
LOCALIZAÇÃO: Bairro Tatambora		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		 <p data-bbox="908 1245 1350 1272"><b>Fig. 80: Casa sede da Fazenda Taubaté.</b></p> <p data-bbox="1018 1283 1241 1310">Foto: Plácido Cali, 2000.</p>
CARACTERÍSTICAS		
Ruínas de um engenho do século XIX feito em alvenaria de pedra e cal. No local ainda é possível encontrar fragmentos de louças da época.		
LOCALIZAÇÃO: Bairro Taubaté		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		 <p data-bbox="866 1675 1393 1731"><b>Fig. 81: Parte externa do engenho, com a roda d'água ainda preservada.</b></p> <p data-bbox="1018 1742 1241 1769">Foto: Plácido Cali, 2000.</p>
<b>ENGENHO COCAIA II</b>	Histórico	
CARACTERÍSTICAS		
Engenho d'água em alvenaria de pedra e cal em bom estado de conservação.		
LOCALIZAÇÃO: Bairro Cocaia		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		
<b>COCAIA III</b>	Histórico	
CARACTERÍSTICAS		
Ruínas de uma construção com alicerces de pedra e barro e artefatos no local.		

LOCALIZAÇÃO: Bairro Cocaia	
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA	<b>Fig. 82: Alicerces de pedra e barro.</b> Foto: Plácido Cali, 2000.


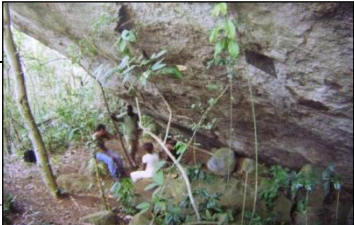
NOME DO SÍTIO	TIPO	IMAGEM
<b>COCAIA IV</b>	Histórico	
CARACTERÍSTICAS		
Ruínas de uma construção com alicerces de pedra e barro e artefatos no local.		
LOCALIZAÇÃO: Bairro Cocaia		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		<b>Fig. 83: Construção em alvenaria de pedra e barro.</b> Foto: Plácido Cali, 2000.
<b>ENGENHO PRAIA GRANDE</b>	Histórico	
CARACTERÍSTICAS		
Ruínas de uma construção de pedra e cal (provavelmente engenho d'água). Quase totalmente destruído pela construção de uma casa no local.		
LOCALIZAÇÃO: Bairro Praia Grande		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		<b>Fig. 84: Parede do antigo engenho integrada à casa em construção.</b> Foto: Plácido Cali, 2000.
<b>NAUFRÁGIO CASTELHANOS</b>	Histórico	
CARACTERÍSTICAS		
Naufrágio de embarcação que foi coberta pela areia da praia, sendo visível apenas parcialmente.		
LOCALIZAÇÃO:		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		<b>Fig. 85: Local da embarcação enterrada.</b> Foto: Plácido Cali, 2000.
<b>FORTE DA FEITICEIRA</b>	Histórico	
CARACTERÍSTICAS		
Local do antigo Forte da Feiticeira. O forte foi destruído na década de 1980, sendo necessário pesquisas para determinação de vestígios no local.		






LOCALIZAÇÃO: Bairro da Feiticeira	
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA	<b>Fig. 86: Local onde, segundo informações, estava localizado o Forte da Feiticeira. Hoje totalmente destruído.</b> Foto: Plácido Cali, 2000.

NOME DO SÍTIO	TIPO	IMAGEM
<b>BORRIFOS</b>	Histórico	 <p><b>Fig. 87: Local do sítio, com alicerces de construções.</b> Foto: Plácido Cali, 2000.</p>
CARACTERÍSTICAS		
Alicerces de paredes em alvenaria de pedra e cal e um forno. Há cerâmica neobrasileira e faiança do século XIX.		
LOCALIZAÇÃO: Bairro Borrifos		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		
<b>SERRA DO PORTINHO</b>	Histórico	 <p><b>Fig. 88: Alicerces de pedra e barro.</b> Foto: Plácido Cali, 2000.</p>
CARACTERÍSTICAS		
Alicerces de pedra e barro de uma construção. Presença de Telhas.		
LOCALIZAÇÃO: Bairro Portinho		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		
<b>JABAQUARA II</b>	Histórico	 <p><b>Fig. 89: Antigo forno e restos de telhas.</b> Foto: Plácido Cali, 2004.</p>
CARACTERÍSTICAS		
Alicerces de pedra e barro. Forno de pedra.		
LOCALIZAÇÃO: Bairro Jabaquara		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		
<b>JABAQUARA III</b>	Histórico	
CARACTERÍSTICAS		


Vestígios de alicerces e artefatos séc. XIX. Totalmente destruído.	
LOCALIZAÇÃO: Bairro Jabaquara	
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA	<b>Fig. 90: Local do sítio, com telhas capa e canal.</b> Foto: Plácido Cali, 2004.




NOME DO SÍTIO	TIPO	IMAGEM
<b>JABAQUARA IV</b>	Histórico	
CARACTERÍSTICAS		
Alicerces de pedra e barro. Faiança e cerâmica neobrasileira séc. XIX.		
LOCALIZAÇÃO: Bairro Jabaquara		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		<b>Fig. 91: Alicerces de pedra e barro e telhas.</b> Foto: Plácido Cali, 2004.
<b>JABAQUARA V</b>	Histórico	
CARACTERÍSTICAS		
Alicerces de pedra e barro.		
LOCALIZAÇÃO: Bairro Jabaquara		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		<b>Fig. 92: Alicerces de pedra e barro.</b> Foto: Plácido Cali, 2004.
<b>FURNAS III</b>	Histórico	
CARACTERÍSTICAS		
Alicerces de pedra e barro. Faiança, cerâmica neobrasileira séc. XIX e telhas. Local utilizado para plantação de feijão e banana. Sítio parcialmente destruído.		
LOCALIZAÇÃO: Bairro Furnas		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		<b>Fig. 93: Alicerces de pedra de antiga construção.</b> Foto: Plácido Cali, 2004.
<b>ABRIGO FURNAS II</b>	Histórico	


<b>CARACTERÍSTICAS</b>	
Abrigo sob rocha com louça e cerâmica neobrasileira do séc. XIX.	
LOCALIZAÇÃO: Bairro Furnas	
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA	<b>Fig. 94: Vista do abrigo sob rocha. Sítio Furnas III.</b> Foto: Plácido Cali, 2002.



NOME DO SÍTIO	TIPO	IMAGEM
<b>VIANA II</b>	Histórico	 <p><b>Fig.95: Local com faiança e cerâmica neobrasileira, Séc. XIX.</b> Foto: Plácido Cali, 2001.</p>
<b>CARACTERÍSTICAS</b>		
Louça e cerâmica neobrasileira do séc. XIX. Totalmente destruído pela construção de casas.		
LOCALIZAÇÃO: Bairro Viana		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		
<b>ENGENHO DO POÇO</b>	Histórico	 <p><b>Fig.96: Ruínas do Engenho do Poço.</b> Foto: Plácido Cali, 2005.</p>
<b>CARACTERÍSTICAS</b>		
Ruínas de um engenho do século XIX feito em alvenaria de pedra e cal. Louça, cerâmica neobrasileira, vidro e telhas do séc. XIX.		
LOCALIZAÇÃO: Praia do Poço		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		
<b>TATAMBORA II</b>	Histórico	
<b>CARACTERÍSTICAS</b>		
Ruínas de construção em alvenaria de pedra e cal. Louça, cerâmica neobrasileira, vidro e telhas do séc. XIX.		
LOCALIZAÇÃO: Bairro Tatambora		





PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		<b>Fig.97: Construção em alvenaria de pedra e cal.</b> Foto: Plácido Cali, 2004.
<b>DO GALENO</b>	Histórico	
CARACTERÍSTICAS		
Alicerces de pedra e barro. Faiança e cerâmica neobrasileira do séc. XIX.		
LOCALIZAÇÃO: Bairro Itapeperica		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		<b>Fig.98: Alicerces de pedra de antiga construção.</b> Foto: Plácido Cali, 2005.

NOME DO SÍTIO	TIPO	IMAGEM
<b>ITAGUAÇU I</b>	Histórico	
CARACTERÍSTICAS		
Louça e cerâmica neobrasileira do séc. XIX. Totalmente destruído pela construção de casas.		
LOCALIZAÇÃO: Bairro Itaguaçu		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		<b>Fig. 99: Fragmentos de faiança e cerâmica, séc. XIX.</b> Foto: Plácido Cali, 2002.
<b>SERRARIA DA LAJE</b>	Histórico	
CARACTERÍSTICAS		
Local com maquinário de ferro da antiga Serraria		
LOCALIZAÇÃO: Fazenda da Laje		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		<b>Fig. 100: Peça do maquinário da antiga Serraria da Laje.</b> Foto: Plácido Cali, 2005.
<b>RUÍNAS DA ARMAÇÃO I</b>	Histórico	
CARACTERÍSTICAS		
Ruínas de construção feita em alvenaria de pedra e cal.		



LOCALIZAÇÃO: Bairro Armação		<b>Fig. 101: Detalhe da parede em alvenaria de pedra e cal.</b> Foto: Plácido Cali, 2005.
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		
<b>RUÍNAS DA ARMAÇÃO II</b>	Histórico	
CARACTERÍSTICAS		
Ruínas de construção feita em alvenaria de pedra e cal, com colunas e calçadas de pedra.		
LOCALIZAÇÃO: Bairro Armação		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		
		<b>Fig. 102: Vista das ruínas com a coluna ao fundo.</b> Foto: Plácido Cali, 2006.


NOME DO SÍTIO	TIPO	IMAGEM
<b>PRAIA VERMELHA I</b>	Histórico	
CARACTERÍSTICAS		
Local com incidência de artefatos arqueológicos, como louças do séc. XIX importadas da Inglaterra e cerâmica neobrasileira.		
LOCALIZAÇÃO: Praia Vermelha		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		<b>Fig. 103: Fragmentos de cerâmica neobrasileira encontrados.</b> Foto: Plácido Cali, 2005.
<b>CEMITÉRIO DE CASTELHANOS</b>	Histórico	
CARACTERÍSTICAS		
Local do antigo cemitério contendo túmulos e sepulturas		
LOCALIZAÇÃO: Castelhanos		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		
		<b>Fig. 104: Túmulos do cemitério de Castelhanos.</b> Foto: Plácido Cali, 2005.
<b>POÇO DE CASTELHANOS</b>	Histórico	
CARACTERÍSTICAS		

Ruínas de um engenho do século XIX feito em alvenaria de pedra e cal. No local ainda é possível encontrar fragmentos de louças da época.		
LOCALIZAÇÃO: Castelhanos		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		<b>Fig. 105: Poço em alvenaria de pedra e cal.</b> Foto: Plácido Cali, 2005.
<b>RUÍNAS DE CASTELHANOS I</b>	Histórico	
CARACTERÍSTICAS		
Ruínas de construção feita em alvenaria de pedra e cal, já bastante destruída, contendo louças, cerâmica e artefatos do séc. XIX		
LOCALIZAÇÃO:		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		<b>Fig. 106: Ruínas em alvenaria de pedra e cal.</b> Foto: Plácido Cali, 2005.

NOME DO SÍTIO	TIPO	IMAGEM
<b>VELOSO I</b>	Histórico	
CARACTERÍSTICAS		
Sítio Histórico com cerâmica neobrasileira, faiança, telha e vidro, do séc. XIX. Foi escavado/pesquisado por Cali (2004).		
LOCALIZAÇÃO: Bairro Veloso		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		<b>Fig. 107: Escavação do sítio Veloso I.</b> Foto: Plácido Cali, 2004.
<b>VELOSO II</b>	Histórico	
CARACTERÍSTICAS		
Local com fragmentos de cerâmica neobrasileira, faiança, telha e vidro, tudo do séc. XIX.		
LOCALIZAÇÃO: Bairro Veloso		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		<b>Fig. 108: Fragmentos de cerâmica faianças, séc. XIX.</b> Foto: Plácido Cali, 2005.



<b>ILHOTE II</b>	?	
<b>CARACTERÍSTICAS</b>		
Local com incidência de fragmentos de cerâmica sem decoração		
LOCALIZAÇÃO: Bairro do Ilhote		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		<p><b>Fig. 109: Vista da área do sítio.</b> Foto: Plácido Cali, 2005.</p>
<b>BARRA VELHA II</b>	Histórico	
<b>CARACTERÍSTICAS</b>		
Local com fragmentos de cerâmica neobrasileira, faiança, telha e vidro, tudo do séc. XIX.		
LOCALIZAÇÃO: Bairro Barra Velha		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		
		<p><b>Fig. 110: Vista da área do sítio.</b> Foto: Plácido Cali, 2006.</p>

NOME DO SÍTIO	TIPO	IMAGEM
<b>ALDEIA BARRA VELHA</b>	Histórico	
<b>CARACTERÍSTICAS</b>		
Sítio indígena ceramista. Predominam fragmentos de potes cerâmicos de tradição Itararé		
LOCALIZAÇÃO: Bairro Barra Velha		
PROPRIEDADE: <input type="checkbox"/> PÚBLICA <input checked="" type="checkbox"/> PRIVADA		
		<p><b>Fig. 111: Fragmento de cerâmica indígena no sítio.</b> Foto: Plácido Cali, 2006.</p>

**BENS ARQUITETÔNICOS EM ÁREA DO PARQUE ESTADUAL DE ILHABELA**



**Fig. 113: Vista do Farol na década de 1970.**

Foto: autor desconhecido. Acervo Arthur

Bem:

**FAROL DA PONTA DO BOI**

Localização: Ilha de São Sebastião, Ponta do Boi

Coordenadas: latitude 23°58,1'S longitude 45° 15,6'W

Função: Farol costeiro

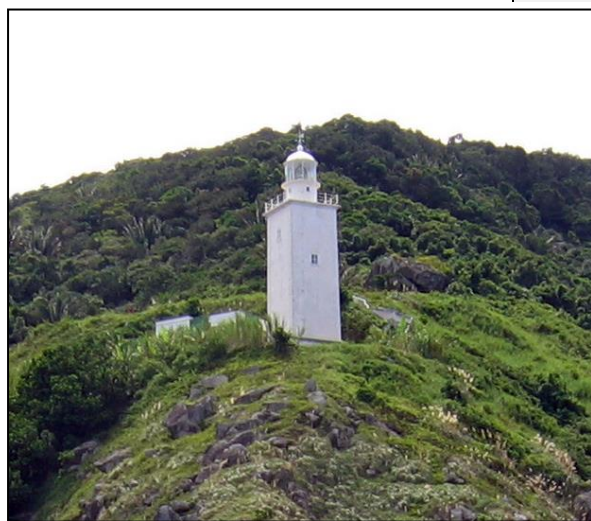
Ano da construção: 1900

Propriedade: Marinha do Brasil

Técnica construtiva: Alvenaria

Outras informações:

- Estrutura: torre quadrangular branca em alvenaria, lanterna branca e edifício anexo
- Altura da torre: 17 metros
- Altitude: 70 metros
- Alcance luminoso: 40,7 Km (22 milhas)
- Segundo a Marinha, a construção durou 20 meses e o material de metal, importado da França, era levado pelo mar.



**Fig. 114: Farol Ponta do Boi.**

Foto: Miguel V. Lima. LIMA, Miguel V. *Mapeamento da Sensibilidade Ambiental do Arquipélago de Ilhabela*. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 2007. Diss.



**Fig. 115: Imagem aérea do forte.**

Foto de Bruno Rocha disponível no site: <http://www.panoramio.com/photo/11953571>

**BENS ARQUITETÔNICOS NA ZONA DE AMORTECIMENTO DO PARQUE**



**Fig. 120: Farol da Ponta Grossa.**  
Foto: Miguel V. Lima

Bem:

**FAROL DA PONTA GROSSA**

Localização: Ilha de São Sebastião, Ponta Grossa

Coordenadas: latitude 23° 27,3`S longitude 45° 15,6`W

Função: Farol costeiro

Ano da construção: 1932

Propriedade: Marinha do Brasil

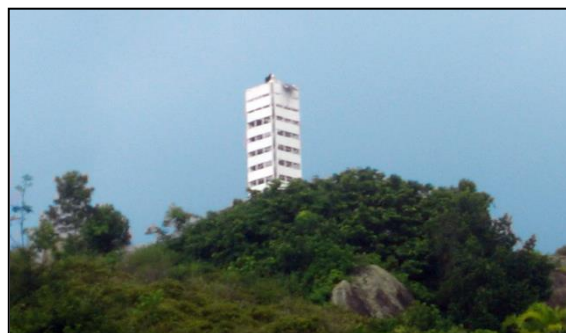
Técnica construtiva: Alvenaria

Outras informações:

- Estrutura: torre quadrangular, possivelmente edificada sobre o farol anterior
- Altura da torre: ?
- Altitude: 65 metros



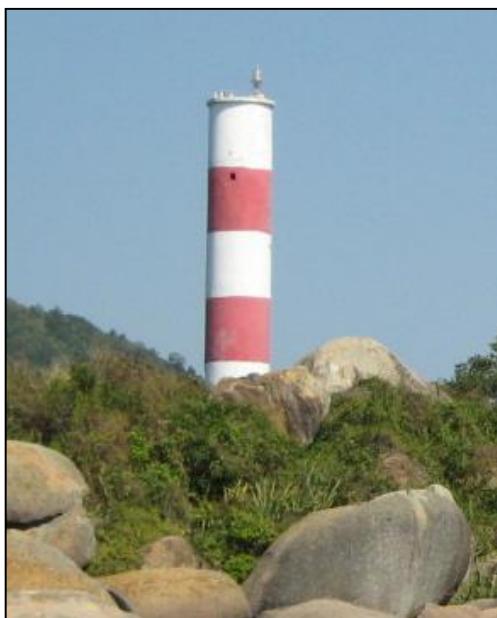
**Fig. 121: Farol da Ponta Grossa.**  
Foto: por J. Augusto. Disponível do site:  
<http://www.panoramio.com/photo/40754164>



**Fig. 122: Farol da Ponta Grossa.**  
Foto: Miguel V. Lima.  
LIMA, Miguel V. *Mapeamento da Sensibilidade Ambiental do Arquipélago de Ilhabela*. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 2007. Diss. Mestrado

FONTE: <http://www.lighthousedepot.com/>; <http://www.unc.edu/~rowlett/lighthouse>; Teresa Reis (Portugal)

**BENS ARQUITETÔNICOS NA ZONA DE AMORTECIMENTO DO PARQUE**



**Fig. 123: Farol da Ponta da Sela.**

Foto: Miguel V. Lima

Bem:

**FAROL DA PONTA DA SELA**

Localização: Ilha de São Sebastião, Ponta da Sela

Coordenadas: ?

Função: Farol costeiro

Ano da construção: ?

Propriedade: Marinha do Brasil

Técnica construtiva: ?

Outras informações:

Estrutura: torre redonda

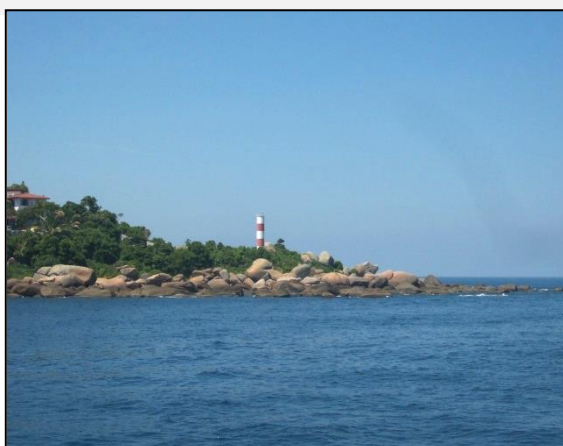
Altura: ?

Altitude: ?



**Fig. 124: Farol da Ponta Grossa.**

Foto: Miguel V. Lima. LIMA, Miguel V. *Mapeamento da Sensibilidade Ambiental do Arquipélago de Ilhabela*. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 2007. Diss. Mestrado



**Fig. 125: Farol da Ponta da Sela.**

Foto: por Migiwasa. Disponível do site: <http://commondatastorage.googleapis.com/static.panoramio.com/photos/original/1886527.jpg>

FONTE:



**BENS ARQUITETÔNICOS NA ZONA DE AMORTECIMENTO DO PARQUE**



**Fig. 126: Farol da Ponta das Canas.**

Foto: Miguel V. Lima.  
LIMA, Miguel V. *Mapeamento da Sensibilidade Ambiental do Arquipélago de Ilhabela*. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 2007

Bem:

**FAROL PONTA DAS CANAS**

Localização: Ilha de São Sebastião, Ponta das Canas

Coordenadas: 23K 465238/7375853

Função: Farol costeiro

Ano da construção: meados do século XVIII

Propriedade: Marinha do Brasil

Técnica construtiva:

Outras informações:

Sítio é remanescente do primeiro forte construído com o objetivo de resguardar dos corsários o canal de Toque-Toque. Sua construção utilizou presos, escravos e indígenas como mão-de-obra. O muro que lhe servia de fortificação ainda permanece bem preservado.



**Fig. 127: Farol da Ponta das Canas.**

Foto: Plácido Cali, 2000.



**Fig. 128: Imagem aérea com a localização do Farol Ponta das Canas.**

Base Google Earth, 2009.

## BENS IMÓVEIS NA ZONA DE AMORTECIMENTO DO PARQUE



**Fig. 129: Imagem da moenda abandonada no terreno do sítio Engenho Furnas I.**

Foto: Plácido Cali, 2000.



**Fig. 130: Imagem da moenda abandonada no terreno do sítio Engenho Furnas I.**

Foto: Plácido Cali, 2000.

Bem:

### MOENDA DE ROLO

Localização: Ilha de São Sebastião, Furnas

Origem: Inglaterra

Função: Moer cana de açúcar

Matéria-prima: ferro

Histórico: Utilizada em engenho existente, hoje em ruínas (sítio Engenho Furnas I)

Localização atual: Propriedade onde se localiza o sítio Engenho Furnas I

Outras informações:

- Foi retirada de seu local de origem por um dos proprietários do imóvel. Depois reapareceu em outro local dentro da mesma propriedade.

Bem:

### MOENDA DE ROLO

Localização: Ilha de São Sebastião, Jabaquara

Origem: ?

Função: Moer cana de açúcar

Matéria-prima: ferro

Histórico: Utilizada em engenho existente, hoje em ruínas (sítio Engenho Jabaquara I)

Localização atual: Propriedade onde se localiza o sítio Engenho Jabaquara I

Outras informações:

## BENS IMÓVEIS NA ZONA DE AMORTECIMENTO DO PARQUE



**Fig. 131: Imagem da moenda abandonada no terreno do sítio Engenho Furnas I.**

Foto: Plácido Cali, 2000.

Bem:

### MOENDA DE ROLO

Localização: Ilha de São Sebastião, Estrada de Castelhanos

Origem: ?

Função: Moer cana de açúcar

Matéria-prima: ferro

Histórico: Utilizada em engenho existente, hoje em ruínas (sítio Engenho Castelhanos)

Localização atual: Propriedade onde se localiza o sítio Engenho Engenho Castelhanos

Outras informações:



**Fig. 132: Imagem da moenda no antigo engenho, juntamente com outras peças.**

Foto: Plácido Cali, 2000.

Bem:

### MOENDA DE ROLO

Localização: Ilha de São Sebastião, Cocaia

Origem: ?

Função: Moer cana de açúcar

Matéria-prima: ferro

Histórico: Utilizada em engenho existente, hoje desativado (sítio Engenho Cocaia II)

Localização atual: Propriedade onde se localiza o sítio Engenho Cocaia II

Outras informações:

FONTE: FONTE: CALI, Plácido. *Projeto Arqueológico de Ilhabela, Relatório Ano I*. São José dos Campos: Cedepac, dezembro de 2000.



## Pedra de Mó

Utilizada para triturar e moer cereais, como milho, trigo e outros, para produção de farinha. Em Portugal também era utilizada para esmagar azeitonas, na produção de azeite.

Esta era uma pedra de mó, de um par existente. Eram peças redondas e planas, de rocha dura e resistente.

A rigor, a palavra Mó significa um conjunto de duas pedras. A base, ou mão-de-mó é fixa e imóvel. Acima da mão-de-mó fica a pedra de moer, que é a peça que realiza a moenda quando se choca contra a mão-de-mó.

Chamadas de “Moendas de Pedra Mó” ou “Trapiche”, podiam ter as Mós na posição vertical, girando sobre um eixo central (figuras 133, 135 e 136), ou posicionadas na horizontal, uma sobre a outra. Nesse caso a base, ou mão-de-mó é fixa e imóvel. Acima da mão-de-mó fica a pedra de moer, que é a peça que realiza a moenda quando se choca contra a mão-de-mó.



**Fig. 133: Trapiche com 3 mós.**

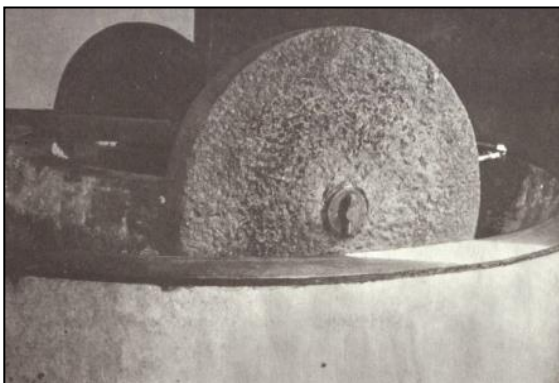
Museu Etnográfico e Cultural de Ninho do Açor,  
Portugal.



**Fig. 134: Trapiche com a pedra de moer girando sobre a mão de mó.**

Museu Etnográfico e Cultural de Ninho do Açor, Portugal.

Site: <http://ninhodoacor.blogspot.com>.



**Figs. 135 / 136: Trapiche do Lagar de Azeite, de Campos do Jordão, 1979.**

Publicado em Ruy Gama (1983).



## BENS IMÓVEIS NA ZONA DE AMORTECIMENTO DO PARQUE



**Fig. 136: Imagem da**

Foto: Plácido Cali, 2000.

Bem:

**PEDRA DE MÓ (ou de Moer)**

Localização: Ilha de São Sebastião, Serraria

Origem: Incerta. Muito utilizadas e m Portugal

Função: Utilizada para triturar e moer cereais, como milho, trigo e outros, para produção de farinha.

Matéria-prima: ?

Localização atual: Propriedade onde se localiza o sítio

Outras informações:



**Fig. 137: Pedra com um furo no meio, parte do equipamento para beneficiamento. O contorno das linhas amarelas indica sua forma.** Foto: Plácido Cali, 2000.

Bem:

**PEDRA DE MÓ (ou de Moer)**

Localização: Ilha de São Sebastião, Laje Preta

Origem: Incerta. Muito utilizadas e m Portugal

Função: Utilizada para triturar e moer cereais, como milho, trigo e outros, para produção de farinha.

Matéria-prima: ?

Localização atual: Propriedade onde se localiza o sítio Fazenda Laje Preta

Outras informações:

FONTE: CALI, Plácido. *Projeto Arqueológico de Ilhabela, Relatório Ano I*. São José dos Campos: Cedepac, dezembro de 2000.

## BENS IMÓVEIS NA ZONA DE AMORTECIMENTO DO PARQUE



**Fig. 138: Imagem da Base de presa de parafuso.**  
Plácido Cali, 2000.



**Fig. 139: Prensa de parafuso com a base idêntica à existente no sítio Ruínas do Guarauzinho, com a fenda na parte central superior e furos nas laterais, para fixação. O Parafuso regulava a pressão aplicada.** Museu Etnográfico e Cultural de Ninho do Açor, Portugal.  
Site <http://ninhodoacor.blogspot.com>

Bem:

**BASE DE PRENSA DE PARAFUSO**

Localização: Ilha de São Sebastião, Serraria

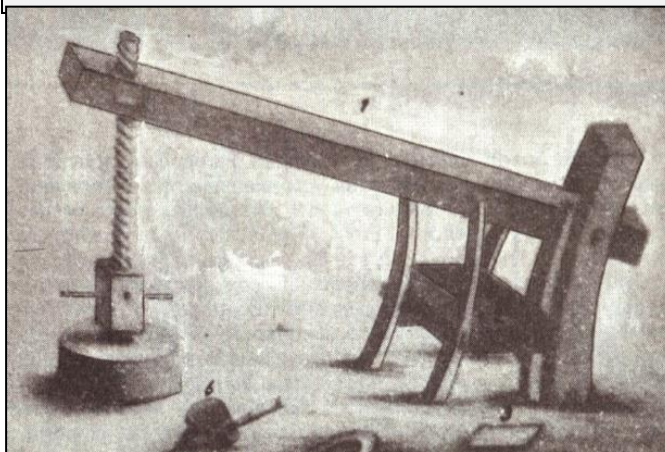
Origem: Incerta.

Função: Base de prensa de parafuso. Sustenta a prensa

Matéria-prima: ?

Localização atual: Praia da Serraria

Outras informações:



**Fig. 140: Prensa de parafuso usada na indústria de anil.**

Desenho existente no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), reproduzido por Feres (1963).

FONTE: CALI, Plácido. *Projeto Arqueológico de Ilhabela, Relatório Ano I*. São José dos Campos: Cedepac, dezembro de 2000.

### **A Ilha de São Sebastião – (França, 1951)**

O estudo de geografia humana realizado na Ilha de São Sebastião ainda é um dos mais completos que descrevem os aspectos físicos da paisagem, a vida e modos caíçaras na região do litoral norte Paulista. São apresentadas características geográficas da ilha e a presença humana interagindo com o meio; os diferentes ciclos econômicos, os processos de transformação do uso do solo em Ilhabela e região entre final do século XVI e início do XVII; fala-se do estabelecimento de engenhos de cana-de-açúcar para produção de aguardente, ao período do café no final do século XVIII. É abordado o grande fluxo de colonos portugueses, franceses e ingleses que conseguiram sesmarias, ocupando grande parte dos terrenos agricultáveis com o uso de mão-de-obra escrava. O autor descreve com bastante propriedade os sistemas agrícolas caíçaras e faz uma avaliação da sua sustentabilidade da agricultura para a Ilha de São Sebastião.

### **A Ilha dos Búzios - (Willems, 1957)**

Antropólogo inglês desenvolveu estudo com a população caíçara da Ilha dos Búzios na década de 50, descrevendo aspectos da cultura cabocla e da área rural do litoral sul brasileiro, demonstrando aspectos de homogeneidade na cultura: o cultivo da mandioca, e a pesca como atividades básicas e as técnicas de confecção de canoas e construção de moradias. Relaciona com a cultura indígena, negra e européia. Faz uma análise detalhada sobre a comunidade da Ilha dos Búzios, apresentando semelhanças e diferenças em relação aos demais povoados do litoral sul do Brasil; apresenta características físicas da ilha; dados da história; discorre sobre os modelos de ocupação; sobre aspectos populacionais; traços físicos dos moradores; fala sobre o sistema de propriedade de terra; sobre as atividades econômicas; fontes de renda; o regime de trabalho; as relações familiares; organização comunitária; as atividades de lazer; padrões de comportamento e discorre sobre a posição cultural da Ilha dos Búzios, apresentando-a como parte de uma cultura maior e demonstrando seu dinamismo.

### **Ensaio de Antropologia Indígena e Caiçara - (Mussolini 1980)**

O artigo traz descrições da pesca da tainha, rotas de comercialização do pescado; equipamentos de captura, suas técnicas de fabricação, reparo e utilização, e seus custos; conhecimentos ecológicos dos mestres; ideologia dos pescadores; partilha das receitas. O recorte etnográfico desse artigo, portanto, configura um périplo que inclui a ilha de São Sebastião, cercada e percorrida, por sua vez em toda a sua extensão (praia do Bonete, baía dos Castelhanos, Saco do Sombrio), o canal e os "baixos" de São Sebastião, já no continente, e daqui até Santos e Ilha Grande. O foco principal do trabalho é constituído pela descrição pormenorizada da técnica do "cerco", e descreve com precisão os movimentos das canoas, os lanços das redes de tresmalho, as batidas dos remos para assustar os peixes, o recolher das redes e até a partilha do pescado.

### **Da Mata para o Mar: A Construção da Canoa Caiçara em Ilhabela/SP- (Maldonado, 2001)**

Dissertação de mestrado discorre sobre a atividade tradicional de construção de canoa inserida na problemática ambiental, uma vez que a madeira para construção encontra-se em áreas de proteção ambiental. Estudo analisa a construção material e simbólica da canoa caiçara em Ilhabela e enfoca aspectos relativos à organização sócio-espacial; formas de apropriação; limitações impostas pelo território protegido e propriedade privada; percepção dos caiçaras quanto às limitações e os mecanismos internos de regulação de acesso aos recursos naturais.

Aborda-se a especificidade da canoa caiçara em relação a outras embarcações de grupos sociais distintos, as diferenciações conforme a atividade de pesca; são apresentadas etapas de construção de uma canoa e as relações sociais decorrentes desta atividade. Constata-se que a canoa é o meio de transporte mais adequado ao ambiente insular, o principal instrumento da pesca artesanal e a mais importante produção material da cultura caiçara, definidora das relações de solidariedade, reciprocidade e identidade cultural do grupo; e representa autonomia, uma vez que o caiçara domina o processo de construção.

### **Ilhabela: Diagnóstico Sócio-Econômico e Ambiental – (SMA, 1992)**

Diagnóstico elaborado como parte dos estudos para o Plano de Gestão do Parque Estadual de Ilhabela – fase 1 Plano de Manejo. Apresenta características gerais da comunidade tradicional caiçara do Arquipélago e dados específicos de cada uma das comunidades, tais como: histórico, atividade econômica, população, árvores genealógicas, educação, saúde, religião, fundiário, infraestrutura, disposição espacial da comunidade, aspectos construtivo das casas e infra-estrutura. Apresenta dados gerais de pesca (calendário, locais e sazonalidade); medicina caseira; alimentação; lista de recursos naturais extraídos (madeira, ervas, fauna citada. E traz propostas para Instituto Florestal.

O presente estudo considerou os povoados como “comunidades Isoladas” sendo diagnosticados 17 aldeamentos com elementos da cultura tradicional. (Jabaquara, Fome, Serraria, Caveira, Guanxuma, Estácio, Castelhanos, Mansa, Vermelha, Figueira, Sombrio, Tocas, Indaiaúba, Enchovas, Bonete, Búzios e Vitória)

### **Diagnóstico Sócio-Econômico e Ambiental das Comunidades Isoladas - (Pirró & Mattos, 2002)**

Documento elaborado para subsidiar o Plano Diretor do Município de Ilhabela. Segue modelo de diagnóstico anterior e atualiza dados por comunidade de: população, árvores genealógicas, educação, atividade econômica, saúde, religião, caracterização fundiária, construções e infra-estrutura, localização, acesso, transporte e descrição da paisagem. Apresenta tabela com necessidades imediatas e propostas para o plano gestor municipal.

O presente estudo considerou 16 comunidades tradicionais excluindo a comunidade do Jabaquara por ter sido interligada com o centro urbano através de estrada, mesmo ainda tendo indícios de tradicionalidade.

### **Subsídios para o Plano de Manejo do Parque Estadual de Ilhabela: inserção das comunidades tradicionais caiçaras – (Nogara, 2005)**

Estudo realizado para subsidiar fase 2 do Plano de Manejo PEIb. Apresenta texto de contextualização da questão comunidades tradicionais e unidades de conservação; caracterização geral das comunidades tradicionais de Ilhabela; faz uma análise estratégica para inserção das comunidades no processo de gestão do PEIb. Apresenta análise dos vetores de conflitos: a relação entre cada comunidade com a gestão do PEIb (tanto as do interior como as do entorno da unidade); a relação das comunidades com as atividades turísticas; e relação com as atividades marítimas (pesca empresarial, pesca desportiva, atividades portuárias). Faz proposta para regulamentação das comunidades inseridas nos limites e no entorno do PEIb, propondo medidas provisórias e análise para criação e implementação de RDS. Faz recomendações para Zoneamento dos ambientes marinhos de entorno do PEIb e criação de RDS Marinha.

Apresenta informações de caracterização das comunidades: histórico do município e Parque Estadual de Ilhabela; características gerais de populações tradicionais; condições socioeconômicas das comunidades trabalhadas, dados de população; ocupação física das comunidades; meios de acesso e uso dos ambientes marinhos; discorre sobre a atividade da pesca artesanal; sobre os diplomas legais incidentes sobre o ambiente marinho e apresenta mapas de uso e ocupação terrestre e marinho de cada comunidade (escala 1: 10 000).

O estudo manteve as 16 comunidades trabalhadas no diagnóstico anterior, porém indicou que os povoados de Enchovas e Indaiaúba não possuem mais indícios de tradicionalidade, uma vez que a presença de proprietários particulares foi responsável pela dissolução ou descaracterização da comunidade tradicional.

### **BELA ILHA: Relatório Socioambiental das Comunidades Tradicionais Caiçaras do Arquipélago de Ilhabela - SP: Impactos do de saneamento ambiental nas comunidades contempladas – (Pirró, 2008)**

Relatório realizado com as comunidades a serem contempladas pelo Projeto Bela Ilha de Saneamento Ambiental (inclui-se todas as comunidades inseridas no PEIb) e seis comunidades do entorno (Mansa, Lagoa, Ribeirão, Guanxumas, Serraria, Fome). Apresenta contexto do trabalho e relevância do saneamento e abordagem antropológica; discorre sobre a categoria de população tradicional e legislação incidente sobre comunidade tradicionais de Ilhabela, e apresenta contexto geral das comunidades caiçaras.

Apresenta a metodologia adotada e faz análise por comunidade quanto a: caracterização geográfica, leitura da comunidade sobre o projeto, análise demográfica, impactos e medidas mitigatórias, e recomendações para o projeto. Como conclusão traz análise geral dos aspectos trabalhados por comunidade.

O estudo por ter como objetivo específico caracterizar as comunidades atingidas pelo projeto de saneamento ambiental, não considerou todas as comunidades tradicionais do Arquipélago, excluindo aquelas que já possuem sistema de saneamento (devido á presença de proprietários particulares

ou projetos governamentais já desenvolvidos) Desta forma não são considerados nas tabelas e gráficos apresentados as comunidades do Bonete, Vermelha e Eustáquio.

### **Programa da Ação Participativa para a Pesca Artesanal – Relatórios por Comunidades - Relatórios do DRP e Banco de projetos - (SOMA/PETROBRÁS, 2009)**

Relatório de diagnóstico participativo realizado com comunidades de pesca artesanal, consideradas diretamente afetadas pela instalação do Projeto Mexilhão, para o plano de compensação ambiental. Relatório realizado nas cinco comunidades inseridas no Parque Estadual de Ilhabela (Vitória, Guanxumas, Porto do Meio/Pitangueiras, Figueira, Sombrio) e três comunidades do entorno (Fome, Guanxuma, Eustáquio).

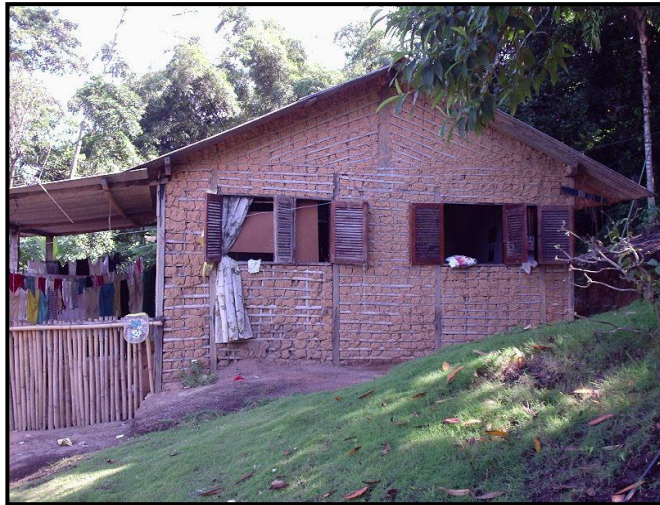
É apresentada a metodologia do DRP adotada no trabalho; e um contexto municipal e regional contendo: histórico, dados demográfica, economia, pesca, meio ambiente. Em seguida é feita análise específica da comunidade, a partir dos resultados do DRP e fontes secundárias, caracterizando modo de vida, ambiente e organização social (histórico, família, cultura, ocupação do solo e fundiário, modos de vida, hábitos alimentares, habilidades pessoais, renda e despesas, associativismo, relacionamento entre comunidades, reivindicações, conflitos, segurança, acesso e informação, relacionamento com órgão públicos, problemas ambientais); aspectos de infraestrutura (serviços públicos básicos, escola, acessos e meio de transporte, comunicação, habilitação, saúde, esporte e lazer.

Então é discorre-se sobre a cadeia produtiva da pesca, onde são apresentados dados precisos e detalhados, quantitativos e qualitativos, referentes às atividades e a estrutura para a pesca em cada uma das comunidades do interior do PEIb. Dentre eles: os principais pesqueiros, as espécies e épocas de captura; o material usado para pesca e nas embarcações e suas as formas de obtenção; as artes de pesca, as estratégias e rotina dos pescadores das diferentes comunidades; as espécies de maior interesse comercial; informações sobre os documentos e licenças; sobre a frota local e infra-estrutura para desembarque; formas de armazenamento do pescado; dados de comercialização e renda pela pesca, além das interferências que são desfavoráveis a esta atividade.

Por fim as outras cadeias produtivas (maricultura, agricultura, artesanato, turismo) e suas relações; os sonhos e potencialidades das comunidades.



Anexo 118. Casas caiçaras de pau-a-pique



FONTE: Pirró (2010) FOTO: Alain Mantchev, 2006

**Casas caiçaras de pau-a-pique**



Anexo 119. Listas dos recursos florestais conhecidos pelas comunidades residentes no interior do PEIb

### Saco do Sombrio

Nome Popular	Uso	Local
Embiruçu	Canoa	Floresta
Figueira	Canoa	Floresta
Guapuruvú	Canoa	Floresta

### Praia da Figueira

Nome Popular	Uso	Local
Jacoperana	Madeira fraca - Artesanato	Próximo das casas
Folha Larga	Madeira fraca - Artesanato	Floresta
Cedrinho Branco	Madeira fraca - Artesanato	Floresta
Imbiruçu	Madeira fraca - Artesanato	Floresta
Embuçuiba*(comida de macuco)	Madeira fraca - Artesanato	Floresta
Bataia *(comida de paca)	Madeira fraca - Artesanato	Floresta
Coabirana	Madeira fraca - Artesanato	Floresta
Caixeta	Artesanato	Floresta
Bambu Taquaruçu	Cestos balaios	Floresta
Bambu gigante	Rolo de cerco	Floresta
Guapuruvu	Canoa	Floresta
Ingá	Canoa	Floresta
Figueira Parda	Canoa	Floresta
Jequitibá	Canoa	Floresta
Imbiruçu	Canoa	Floresta
Ingá Guaçú	Canoa	Madeira que mais tem na Figueira , próximo da comunidade
Ingá Cajarana	Canoa	Madeira que mais tem na Figueira, próximo da comunidade
Bucuíba	Canoa	Floresta
Bataia	Canoa	Floresta
Loro (Branco)	Canoa	Floresta
Canela	Canoa	Floresta
Aracarana	Madeiras fortes (construção, esteio)	Floresta
Jacatirão	Madeiras fortes (construção, esteio)	Floresta
Tabucuba	Madeiras fortes (construção, esteio)	Floresta
Ipê	Madeiras fortes (construção, esteio)	Floresta
Canela Preta	Madeiras fortes (construção, esteio)	Floresta
Araribá	Madeiras fortes (Construção, esteio)	Floresta
Patieiro	Madeiras fortes (construção, esteio, rolo para puxar canoa)	Floresta
Taquaruçu	Artesanato	Floresta

### Ilha dos Búzios

Nome Popular	Uso	Local
Paineira	artesanato (barco, canoinha, gamela, remo)	
Cedro	artesanato (barco, canoinha, gamela, remo)	
Angelim	artesanato (barco, canoinha, gamela, remo)	
Caixeta	artesanato (barco, canoinha, gamela, remo)	Difícil de achar muda e semente
Jacatirão	Estivado/rancho/casa	
Tabucu	Estivado/rancho/casa	
Jambeiro do Mato	Estivado/rancho/casa	
Bambu	Pau a pique, artesanato (Taquaruçu)	
Tabaturu - Tambataru	Artesanato	Difícil de achar muda e semente
Coberana	Canoa	
Ingá	Canoa	
Bucuiba	Canoa	
Jequitibá	Canoa	
Guapuruvu	Canoa	
Figueira	Canoa	
Capororoca	Casa/Rancho/estivado	
Abrico	Casa/Rancho/estivado	
Guatambu	Casa/Rancho/estivado	
Flecha de Ubá	Artesanato (gaiola)	

### Ilha da Vitória

Nome Popular	Uso	Local
Paineira	Artesanato (barco, canoinha, gamela, remo)	
Cedro	Artesanato (barco, canoinha, gamela, remo)	
Angelim	Artesanato (barco, canoinha, gamela, remo)	
Caixeta	Artesanato (barco, canoinha, gamela, remo)	Difícil de achar muda e semente
Jacatirão	Estivado/rancho/casa	
Ipe	casa	
Gupiranga	Construção	Difícil de achar – mato grosso
Bacuiba	Canoa	Mato do Parcel - Leste
Itauna	Construção	Difícil de achar
Canela		
Guacá		
Figueira	Canoa	Mato do Parcel Leste
Bacubixaba	Canoa	Mato do Parcel Leste
Peloteira	Canoa	Mato do Parcel Leste
Rabo de Biju	Canoa	Mato do Parcel Leste
Guiti	Canoa (muito dura)	Mato do Parcel Leste
Cedrinho	Canoa miúda	
Figo	Canoa miúda	
Cabaturu	Cano miuda	
Capororoca Uçu	Estivado, construção (envarado)	Cresce rápido

<b>Nome Popular</b>	<b>Uso</b>	<b>Local</b>
Coqueiro de Lagarto		
Paina	Artesanato	Plantam em volta das casas
Tabucu	Estivado/rancho/casa	
Cambará de Faxe	Construção (envarado)	
Guapiranga	Construção (envarado)	
Capororoca Vermelha	Construção	Perto das casas (plantadas)
Aia	Casa	

Anexo 120. Casa de farinha, aspecto marcante de sociedades tradicionais



Fonte: Pirró (2010) - Acervo Elementos da Natureza (2008)

**Casa de farinha, aspecto marcante de sociedades tradicionais**

Anexo 121. Artesanato da Ilha dos Búzios e da Ilha da Vitória



Fonte: Pirró (2010)

**Artesanato da Ilha dos Búzios e da Ilha da Vitória**

Anexo 122. Pescador fazendo acabamento em canoa de madeira



Fonte: Pirró (2010) - Fotos: Pirró, 2003. Acervo Elementos da Natureza, 2009

**Pescador fazendo acabamento em canoa de madeira; e a canoa no mar: principal meio de transporte**

Anexo 123. Relação das comunidades do entorno do PEIb com as atividades turísticas

**Relação das comunidades do entorno do PEIb com as atividades turísticas (NOGARA, 2005) - não atualizado**

<b>Comunidades</b>	<b>Relação Comunidade X Turismo</b>	<b>Limitações</b>	<b>Diretrizes /Potenciais</b>
<b>Canto do Ribeirão</b>	Contato com turismo sob a forma de prestação de serviços (caseiros e construção civil) e pelo intenso fluxo turístico que passa pela comunidade.	Crescimento desordenado da comunidade, venda de pequenas posses, construções próximas; Falta de infra-estrutura básica (saneamento, captação de água e acúmulo de resíduos sólidos); Moradores não participam nem usufruem as atividades de ecoturismo realizadas pelas agências de Ilhabela (visita aos pontos turísticos).	Local de relevância turística, de grande beleza cênica. Local de passagem para pontos turísticos como cachoeira do gato, mirante de Castelhanos e trilha para as praias do Norte; Estruturação e ordenamento dos pontos turísticos; Estruturação paisagística e urbanística para possibilitar a interação da comunidade com as atividades turísticas; Moradores interessados em participar das atividades turísticas.
<b>Canto da Lagoa</b>	Intenso contato com turistas na praia. Ocorrência de conflitos fundiários e intensa ocupação da praia com bares e estacionamento	Ocupação turística intensa, descaracterização sociocultural.	Local potencial para camping e hospedarias caiçaras; Comunidade de pescadores com potencial de fornecimento de produtos marinhos para bares e restaurantes
<b>Praia Mansa</b>	Pouco contato com turismo, somente com quem passa na trilha	Sem relevantes atrativos turísticos	Prestação de serviços de transporte marítimo e passeios (grande frota de canoas) Fornecimento de produtos marinhos (peixes, marisco) para bares e restaurantes; Visita aos cercos flutuantes e maricultura.
<b>Praia Vermelha</b>	Relação de conflito com proprietário veranista	Área "privada" e ocupada por duas residências – veranistas.	Fornecimento de produtos marinhos (peixes, marisco) para bares e restaurantes;
<b>Saco do Eustáquio</b>	Não há comunidade. Local é ponto tradicional de turismo marítimo	Foi recentemente comprada – Propriedade Privada – Futuro empreendimento turístico. Com a possibilidade de privatização de acesso e passagem Carência de água, captação em outra localidade.	Realizar parceria para fomentar turismo ecológico na região procurando absorver população e produtos locais, gerando emprego e renda.
<b>Praia da Guanxuma</b>	Boa relação com atividades turísticas.	Enseada virada para ondulação de leste e com muitas pedras, dificulta acesso marítimo; Considerável acúmulo de resíduos sólidos.	Moradores possuem dois bares na praia e têm interesse em receber turismo – bar e quartos; Inserir comunidade no circuito de trilhas/ecoturismo como ponto de parada para pernoite e alimentação.



<b>Comunidades</b>	<b>Relação Comunidade X Turismo</b>	<b>Limitações</b>	<b>Diretrizes /Potenciais</b>
<b>Praia da Serraria</b>	Relação de conflito com proprietário veranista.	Propriedade "particular", proíbe ocupação da área de praia e abertura para atividades turísticas.	Ponto final da trilha Bonete – Castelhanos – Serraria; Trilha entre Guanxuma e Serraria apresenta bom potencial para uso turístico; Comunidade da Serraria apresenta potencial para fazer transporte de volta dos turistas para a vila, pois tem grande frota de barcos.
<b>Praia da Fome</b>	Relação intensa com turismo marítimo e conflitos fundiários.	Propriedade "particular", proíbe ocupação da área de praia e procura restringir atividades turísticas.	Ordenamento das atividades de turismo marítimo, escunas e barcos que visitam a praia.
<b>Praia do Bonete</b>	Intensa relação de dependência com o turismo de veraneio e de segunda residência.	Rápido crescimento populacional e especulação imobiliária; Descaracterização cultural e crescimento desordenado e predatório, ameaçando recursos hídricos e florestais, áreas desmatadas.	Local de extrema beleza cênica, com atrativos de aventura, surf, mergulho e trilhas; Existência de infra-estrutura turística instalada: campings, pousadas e restaurantes, sistema de saneamento e captação de água; Ponto de partida para circuito ecoturístico da trilha Bonete – Castelhanos – Serraria;
<b>Saco das Enchovas e Saco das Tocas</b>	Não há comunidade; Moradores são caseiros.	Propriedade de veranistas.	Garantir livre acesso às praias e pelos caminhos de servidão que configuram o circuito Bonete – Castelhanos – Serraria.
<b>Praia de Indaiatuba</b>	Não há comunidade; Moradores são caseiros.	Propriedade de veranistas.	Garantir livre acesso às praias e pelos caminhos de servidão que configuram o circuito Bonete – Castelhanos – Serraria.

### **Relação PEIb X Comunidade (Depoimentos de Moradores):**

#### **Vitória**

Para a comunidade, o Parque é muito mal visto, o pessoal reclama muito, quando tem visita todos da comunidade reclamam que eles só proibem e não orientam em nada. "Falou em parque, é a pior coisa que existe".

Sobre o Parque, fala que não tem nada de bom, que nunca ajudaram em nada, para ele, nunca fizeram nada, mas ele também nunca fez nada para o Parque. Diz que só fazem promessas mas nunca conseguem realizar nada. Quando fala que é área de Parque, não concorda, porque eles nunca estiveram presentes e nunca prestaram alguma ajuda à comunidade. Sua vida não sofre nenhuma interferência do Parque, ele consegue resolver as suas necessidades por conta própria.

Explica que tem dificuldade em conseguir autorização para retirada das madeiras para arrumar a sua casa. No momento está preocupado com sua família, pois sua casa corre risco de cair.

Da relação com o Parque, lembra do problema com o fogo, que na sua opinião foi uma boa coisa. (Marcelo)

Reconhece que a relação com o Parque é distante, e pergunta se eles conseguiriam madeira tratada para arrumar as estivas, já que não podem retirar as madeiras. Para eles, seria bom o eucalipto tratado, não só para as estivas, mas também para a construção das casas.

Sobre a relação com o Parque, fala que nunca teve muitos problemas, mas que eles orientam para não fazer queimadas. Sobre a maneira de fazer as roças, disse que o Parque alterou o jeito e o tamanho das roças, principalmente na realização de aceiros para evitar que o fogo passe para o mato.

*(Dados obtidos em campo)*

#### **Guanxumas dos Búzios**

A "Florestal" é mal vista por repreender a prática de roça e de tirar madeira para os estivados e caminhos, por prometer que trará madeira e arrumada a estrutura e não realizar, por pouco aparecer na comunidade.

"Impedir o fogo é algo bom do Parque. O fogo prejudica a ilha."

*(Dados levantados em campo)*

#### **Porto do Meio/Pitangueiras**

NO DRP realizado com a comunidade de Porto do Meio, o Parque Estadual não foi citado dentre as instituições/órgãos públicos que se relacionam com a comunidade.(SOMA,2009)

Presença do PEIb: proíbe atividades mas é ausente. Moradores cansados de promessas. Mal vêm o parque por não poderem:

Vender as terras e casas (gostariam de vender para comprar imóvel na cidade)

Turistas não poderem se instalar na ilha (turistas levam benfeitorias – arrumam acesso(estivados, caminhos), levam luz)

Parque não faz nada além de prometer

O Parque precisa estar mais presente, é área de preservação. Quem vai fiscalizar, não tem polícia militar, ambiental, etc. Aqui não tem ninguém, a bronca do povo é que o Parque não fiscaliza e não informa. Lá em Castelhanos dá pra chegar por terra, aqui fica difícil. O pessoal fica louco da vida. Diz que é área de Parque mas ninguém vem. Só vem quando tem gente montando casa, gente de fora, daí eles vem. (Ditinha)

O Parque não existe aqui (Sr. Benedito Pitangueiras)

(dados levantados em campo)

### **Figueira**

Um dos poucos conflitos percebidos e identificados diz respeito à ocupação do solo e ao uso de recursos naturais.

Segundo os moradores o PEIb, não deixam mexer em nada. Reclamam que não podem depender da terra, seja para plantio de roças, nos moldes antigos de rotação de áreas e queimadas, seja para aproveitamento de madeira ou outros produtos da floresta, para confecção de canoas e artesanatos, construção de moradias, entre outros usos.

Não estão claras, para os pescadores, quais são as restrições a que eles estão impostos, nem se há limites possíveis para aproveitamento da floresta. Alguns relatam que é possível tirar madeira e outros derivados para a confecção de artefatos de pesca, por exemplo, mas isso necessita de uma permissão do Parque Estadual. Outros acreditam que esta permissão não existe e que qualquer uso da floresta é proibido. (SOMA, 2009)

Por outro lado há segurança ao saber que o Parque não permitirá que pessoas de fora venham se estabelecer no local, contrariamente à vontade dos moradores locais. Segundo eles: Quando acontece alguma coisa aqui agente comunica o parque. Nessa parte o Parque é bom!

A falta de informações claras sobre estas medidas que regulam o uso e ocupação no Parque estão entre as maiores críticas dos moradores sobre a atuação do órgão na comunidade (SOMA)

Comunidade conformada com proibição e imposição do PEIb. Importância de haver trabalho de valorização cultural.

Sr. Lauro explica que desconhece até aonde vai o limite da área do Parque. Tem dúvidas também na área de sobreposição entre a Marinha e o Parque Estadual. É explicado que quem administra esta faixa é a Secretaria de Patrimônio da União – SPU.

Se. Maurício reclama sobre a atuação do Parque, e que estão numa área de “cota zero”. Estas áreas poderiam abranger somente as áreas dos costões rochosos, onde não tem praia e ninguém morando. Não entende porque a cota zero é só no Sombrio e na Figueira, onde tem comunidades? Acha que teriam que ser indenizados para deixar a comunidade, já que existe restrição a todo tipo de usos de recursos e construções. Caso contrário deveriam ser autorizados para a utilização das áreas e a coleta dos recursos.

Sr. Lauro explica que muitas árvores se regeneram facilmente, bastando retirar uma árvore velha, que a regeneração cresce e acaba fechando a área em muito pouco tempo. Acha que deveria ser mais flexibilizado o uso das Madeiras para fazer as canoas de voga.

Sr. Maurício pergunta sobre o licenciamento da limpeza das áreas para fazer roça. Também explica que não são mais concedidas licenças para a pesca, mesmo que tradicional.

Cita um exemplo da Praia de Indaiaúba, onde o proprietário Marcos de Moraes comprou toda a praia e empregou a comunidade toda.

(dados levantados em campo – 2010)

## **Sombrio**

O Parque/Florestal não olha o lado das pessoas.

Atrapalha porque não podem derrubar árvore nos lugares bons para plantar. Por outro lado não atrapalha, porque ajuda a proteger o lugar. Caso contrário as pessoas que tem dinheiro invadiriam.

Não atrapalha, sempre aparece na comunidade, fica lá em baixo, dão uma olhada e vão embora. Antigamente tinham problemas com a Florestal que impediam de fazer roça, horta.

*“Para mim não tem problema, faço minha roça, minha casa”*

Não podem vender nada na ilha. Terreno, casa, por causa do PEIb. O turista quer comprar, mas o Parque não permite. Para a comunidade é bom, mantém a tranquilidade. Turista perturba, coloca som alto, faz barulho.

*“O Parque atrapalha um pouco, mas também alguma coisa é bom. Nós precisamos às vezes retirar alguma coisa, uma árvore pra fazer canoa ou derrubar pra abrir uma roça. Nós não moramos na cidade, não temos salário e por isto nós precisamos usar o mato”.*

*“Não estragamos de propósito, mas aproveitamos tudo”*

*Queimada aqui é difícil, nós cuidamos, não fazemos queimada, isto é uma coisa boa do Parque.*

*Eu vi no Porto Novo, perto do Juqueriquere, uma queimada grande, estava estragando tudo. Porque que eles não vão olhar lá também, porque só agente é que temos que cuidar? A regra devia ser para todos.”*

*Para construir nossas casas, muitas vezes não autorizam pra retirar madeira, isto revolta porque nós não temos salário pra comprar os materiais. Como vamos fazer?*

*O Parque me explicou o que não pode fazer, eles me disseram que não pode cortar pedra, fazer mineração, não pode derrubar árvore pra fazer canoa e nem pode derrubar árvore para fazer casa. Me disseram que se precisar derrubar alguma madeira, precisa ir lá e pedir uma autorização. O problema é que esta autorização demora uns 2 anos, eu acho que eles autorizam meio que escondido, porque se eles autorizarem um, todos vão querer. Por isto eles não autorizam muito mesmo. Além disto, eles só autorizam aquelas árvores que já estão no chão, não para derrubar. Isto atrapalha porque a madeira das árvores caídas já fica seca, não é boa de trabalhar.”*

*Eu acho que não está certo, quando uma pessoa que necessita e eles não autorizam. E quando outros pagam, eles autorizam. Então, como eu não tenho dinheiro eles não me autorizam*

*Se o pessoal do Parque deixa a gente, o Turista entra e acaba com tudo. Por isto é bom, senão o pessoal que tem dinheiro invadia e não sobrava nada. Hoje a Ilhabela é mais pro turista do que pro morador local.*

*Tinha uma árvore de Guapuruvu estava caindo em cima da casa do Ditinho, os galhos estavam caindo e quebrando as telhas. Dai eu peguei e derrubei mesmo sem pedir autorização. Então passou um tempo e veio o pessoal do Parque, vieram fazer alguma fiscalização. Quando ele viu que tinha uma árvore cortada do lado da casa, ele me disse: Voce não pode derrubar! Dai eu respondi: Eu sei que não posso, mas também não pode deixar a árvore no caminho de casa. Ele disse que tinha que pedir autorização, mas só que ia demorar demais. Depois ficou tudo certo, conversei com a Marília, ficou tudo certo."*

*"Vou falar e vc pode gravar:*

*Nós nascemos aqui, vivemos aqui.*

*Eu nasci aqui me criei aqui. Meu pai nasceu aqui criou-se aqui. Meu avô era daqui.*

*Só que o que está acontecendo é que a gente vive aqui com nossos filhos, que são todos daqui, então já vem de uns 30 anos quase que a gente não pode fazer nada para manter nossos filhos.*

*O problema é esse.*

*A gente tem que plantar o feijão, a mandioca, a batata, milho, banana e a gente vive disso, vive da terra, entendeu?*

*Só que não estão deixando a gente fazer isso. No tempo do meu pai a agente fazia.*

*Nós não temos salário fora, não temos nada a gente vive só do peixe e da plantação. Não podemos plantar nada porque não podemos derrubar um lugarzinho para fazer uma roça. Dependemos de canoa para pescar. Mas não podemos fazer uma canoinha.*

*Vem muita gente aqui. Não são só vocês. Vem muita gente que não dá apoio para nós. Não vem uma pessoa aqui e diz: vocês são nativos, o pai é daqui os avós são daqui, então vocês têm o direito de ter um lugarzinho para fazer a roça de vocês, de ter uma canoinha para buscar peixe.*

*A gente não vai sair daqui nunca. Não temos capacidade, não temos estudo. Vocês têm estudo, não dependem de peixe nem de roça, vocês têm o ordenado de vocês, vão no mercado. E nós, vamos viver de que? Só queria ter uma resposta, pergunto para todo mundo e ninguém me dá uma resposta.*

*Se alguém quiser comprar meu terreno eu vendo. Vendo e vou embora. Na ilha a gente não planta mesmo, vou morrer de fome aqui? Aqui é para nós é tudo proibido, mas se liberar a gente fica mais tranqüilo, fica a vontade.*

*A gente não pode fazer nada. Mas quem tem dinheiro pode. Esse lugar que estamos (Yatch Clube) como está aqui? Você tem resposta para me dar?"*

*Por aqui tem gente. Quando você vem aqui ta conversando com quem? Com pedra, com mata, com bicho? Por aqui tem gente. Quando eles vieram criar o parque eles já acharam a gente aqui. Se eles achassem aqui sem gente tudo bem. É um desrespeito. Nós aqui vamos morrer de fome, vocês não, vocês não dependem do que tem aqui.*

*Por isso vou falar uma coisa: nos não vamos respeitar a lei de vocês. Porque se nós respeitarmos a lei de vocês nós vamos morrer de fome. Concorda comigo?*

*A gente sabe respeitar a natureza. Não tem queimada, não tem nada cortado. Tem muita queimada acabando com o mundo todo. Nós entendemos que não podemos derrubar a mata toda, nem botar fogo em tudo. Nós entendemos que se derrubar a mata, nossa água acaba, então não podemos.*

*A lei deles tá tudo errada.*

*Se tem uma pessoa de fora fazendo algo errado a gente pode avisar a florestal. Nós ajudamos a proteger. Não vamos deixar os milionários chegarem aqui comprarem tudo, desmatar. Porque prejudica nós, prejudica a natureza. Então nós não deixamos. Mas então nós temos o direito de fazer o que precisamos. Não é o que queremos, é o que precisa. A gente depende disso, né?"*

Anexo 125. Relação das comunidades do entorno do PEIb com a gestão da UC, segundo Nogara (2005)

**Relação das comunidades do entorno do PEIb com a gestão da UC, segundo Nogara (2005)**

<b>Comunidade no Entorno PEIb</b>	<b>Relação Comunidade X Gestão do PEIb</b>	<b>Limitações</b>
<b>Praia da Fome, Guanxuma e Estácio</b>	Casas e terrenos de turistas; Moradores do local trabalham com bares na praia. Turismo diário por barcos Pouca relação entre moradores e o PEIb.	Área de entorno do PEIb com conflitos fundiários.
<b>Praia da Serraria</b>	Área de propriedade particular. Conflito entre proprietário e moradores; Relação conflituosa com PEIb; histórico de conflitos relacionados à derrubada de árvores e ocorrência de tráfico de animais.	Área de entorno do PEIb, sob domínio privado; Histórico conflitante entre polícia ambiental e comunidade; Comunidade inserida em área sob domínio privado, com conflitos fundiários e com restrições de ocupação da praia;
<b>Canto do Ribeirão</b>	Moradores utilizam recursos do PEIb para construção e artesanato. Moradores participaram do projeto de monitoramento da Trilha do Gato em 2004; porém se colocaram contrários ao projeto de melhoria da trilha em 2006, por não terem sido atendidos para melhoria de captação de água.	Histórico de proibição para as atividades agrícolas/roças e canoas Conflitos devido à estrada de Castelhanos; Comunidade sem organização comunitária; Forte processo de descaracterização cultural e loteamento irregular com venda de terrenos para veranistas; Área de entorno do PEIb.
<b>Canto da Lagoa</b>	Moradores têm boa relação com o PEIb; já participaram de reuniões. Compreendem importância de proteção da biodiversidade.	Proibição do corte de árvores para construção de canoas; Forte especulação imobiliária sobre as áreas comunitárias; Área de entorno do PEIb.
<b>Praia Mansa</b>	Moradores têm boa relação com o PEIb; participam do Conselho Consultivo e CT Comunidades Tradicionais	Proibição do corte de árvores para construção de canoas; Área de entorno do PEIb.
<b>Praia Vermelha</b>	Moradores têm boa relação com o PEIb; já participaram de reuniões.	Proibição do corte de árvores para construção de canoas; Comunidade inserida em área sob domínio privado, com conflitos fundiários e com restrições de ocupação da praia; Área de entorno do PEIb.



<b>Comunidade no Entorno PEIb</b>	<b>Relação Comunidade X Gestão do PEIb</b>	<b>Limitações</b>
<b>Praia do Bonete</b>	Relação conflituosa com PEIb; Conflitos com o PEIb pelo corte de árvores para canoas e uso intensivo do fogo para demarcar posses.	Comunidade com alto índice de crescimento populacional e de ocupação por veranistas; Ponto turístico da Ilhabela sob gestão da Prefeitura Municipal.
<b>Praia das Enchovas e Indaiaúba</b>	Não há comunidade, apenas famílias que prestam serviço como caseiros.	Área de entorno do PEIb, sob domínio particular

Anexo 126. Primeira Etapa do Rallye Náutico do YCI PEIb



Fonte: <http://www.yci.com.br/rallye-2010-1a-etapa-inscricoes.shtm>

**Primeira etapa do Rallye Náutico do YCI, realizado na subsede localizada no Saco do Sombrio, cota "zero" do Parque Estadual de Ilhabela**

Anexo 127. Metodologia do zoneamento para o plano de manejo do PEIb, com critérios e ponderações de cada temática

O zoneamento baseou-se em critérios e zonas definidas no Roteiro Metodológico do IBAMA (IBAMA, 2002), na metodologia do Zoneamento do Mosaico da Juréia-Itatins e na adaptação do zoneamento estabelecido pelo PGA, de acordo com parâmetros identificados nos diagnósticos realizados para a revisão deste Plano de Manejo.

São critérios indicativos de valores para a conservação: representatividade; riqueza e diversidade de espécies, áreas de transição, suscetibilidade ambiental, presença de sítios históricos e culturais. Já os critérios indicativos para a vocação de uso e disponibilidade de serviços são: potencial para visitação/conscientização ambiental, presença de infraestrutura, usos conflitantes. Para cada temática, foram definidos critérios, sendo estes valorados em alto, médio e baixo grau.

Acrescentaram-se também critérios indicativos de impactos à conservação, uma vez que o enquadramento em um zona deve considerar ações voltadas a recuperação e monitoramento.

As classes de legenda ou tipo de informação de cada tema do diagnóstico são avaliadas segundo suas potencialidades e fragilidades, para atender aos objetivos do PEIB e seus diversos programas. A ponderação de cada tema foi estabelecida pela atribuição de valores de acordo com a respectiva importância para a conservação, ao desenvolvimento de atividades de visitação e educação ambiental e, negativamente, aos impactos para a conservação.

Para cada tema, cujos dados são passíveis de espacialização, foram feita ponderações considerando os gradientes de zonas de grande pertinência à conservação. Para as áreas cujos dados são de altíssima importância, qualidade e/ou conformidade para conservação foram ponderados com peso 5. Para as áreas cujos dados são de alta importância, qualidade e/ou conformidade para conservação foram ponderados com peso 4 Já os dados com peso de valor intermediário (3), são aqueles cuja importância ou qualidade para conservação é média. Os dados com valoração (2) são aqueles cuja importância ou qualidade para conservação é baixa..

Para os dados de altíssima importância, qualidade e/ou conformidade para o desenvolvimento de atividades de visitação e educação foram ponderados com peso 5. Para as áreas cujos dados são de alta importância, qualidade e/ou conformidade para o uso público foram ponderados com peso 4. Já os dados com peso de valor intermediário (3), são aqueles cuja importância ou qualidade para uso público é média. Os dados com valoração (2) são aqueles cuja importância ou qualidade para uso público é baixa.

Para a avaliação de áreas que se encontram em desconformidade com a conservação, ou que causam impactos à UC, ou que necessitam de recuperação, foram ponderadas negativamente. Sendo que as áreas mais impactantes tem valores (-5), diminuindo gradativamente até -2.

A partir da ponderação, são obtidos mapas que representam a importância do território para os temas e para o conjunto dos mesmos de acordo com a conservação, ao uso público e às atividades impactantes.

Face às questões pertinentes da comunidade tradicional, ponderaram-se as temáticas, voltadas à manutenção de sua cultura, relações sociais e tradições.

Esses mapas foram cruzados pelo método de sobreposição, obtendo-se mapas intermediários. Estes mapas são cruzados, considerando o grau de importância de cada programa para cada categoria de Unidade de Conservação. O resultado desse último cruzamento é um mapa síntese.

Os limites das zonas devem ser ajustados considerando:

- a) uma hierarquia de importância entre os diferentes objetivos e programas, onde áreas de alto valor para a conservação prevalecem sobre áreas com alto valor para infra-estrutura;
- b) Limites identificáveis no campo (linhas férreas, estradas, rios e outros de visibilidade equivalente);
- c) um gradiente de conservação ambiental da zona mais preservada no interior para as zonas com maior possibilidade de uso nas periferias da Unidade;
- d) as trilhas existentes para as atividades ligadas a visitantes, sendo que essas zonas devem estar interligadas entre si a fim de permitir o conhecimento da Unidade como um todo.
- e) microbacias e influência do espaço aéreo (ventos que conduzam emissões gasosas, por exemplo) e do subsolo (que possa comprometer os aquíferos e os solos da UC)

- **1. Conservação.**

Para identificar gradientes importantes para a conservação, foram selecionados aspectos do meio físico e biológico

- Recursos Hídricos

As áreas de nascentes são fundamentais à conservação dos recursos naturais e seus serviços ambientais. Foram espacializadas as áreas de nascente utilizando-se o mapa da hidrografia do IBGE, não havendo campo para a aferição das mesmas. Foi feito um "buffer" de 50m dessas nascentes, classificando-os como peso 6 para a conservação. Este também foi o peso dado à faixa de 30 metros dos rios.

No que se refere a qualidade das águas, os pontos de monitoramento da CETESB com suas condições considerando o IQA em ótima, boa, regular e ruim, foram ponderados segundo a tabela abaixo. Para fins de espacialização foram considerados os trechos, com 30 metros de buffer, a montante do ponto de monitoramento com a condição da qualidade.

Valoração do dado qualidade das águas (IQA) para conservação	
IQA	Peso do Dado
ótima	5
boa	4
regular	3
ruim	2

No que se refere balneabilidade, a valoração considerou que:

<b>Valoração do dado balneabilidade das praias para conservação</b>	
<b>IQA</b>	<b>peso do dado</b>
boa	5
regular	3
ruim	2

- Declividade

A declividade é o tema que possui um alto valor para a conservação e proteção. O critério para a valoração deste tema foi o percentual de intervalos de declividade, considerando que o aumento da declividade está diretamente relacionado com o aumento da fragilidade aos processos erosivos. Declividades inferiores a 5% são áreas planas, que possuem grande fragilidade decorrente dos processos dinâmicos que aqui ocorrem. Já as declividades entre 5 e 15% se encontram em categorias de instabilidade, muito fracas e fracas; declividades entre 15 e 30% são áreas mais frágeis, pertencendo a categorias média e forte e, portanto, valorados com peso 3; já áreas com declividades superiores a 45 % são áreas extremamente frágeis, uma vez que, ainda segundo o mesmo autor, encontram-se em categoria de instabilidade muito forte, sendo valorados com peso 5.

<b>Valoração do dado do tema declividade para conservação</b>			
<b>Classes de Declividade (%)</b>	<b>Descrição de Relevô</b>	<b>Descrição da Fragilidade</b>	<b>Peso do Dado</b>
0-5	Plano ou quase plano	Forte	5
5-15	Suave ondulado	Fraca	2
15-30	Ondulado	Média	3
30-45	Muito ondulado	Forte	4
Superior a 45%	Forte ondulado	Muito forte	5

- Geomorfologia

Os tipos do relevo foram selecionados como indicador, pois quando associado aos dados de declividade, é possível uma compreensão da morfodinâmica que evidencia a suscetibilidade das áreas. Os critérios para valoração dos dados estão descritos na tabela :

<b>Valoração do dado e do tema geomorfologia para conservação</b>	
<b>Compartimentos do Relevô</b>	<b>Peso do Dado</b>
Montanhas	5
Afloramentos rochosos	5
Corpos de Tálus e Cones de Dejeção	4
Praias Arenosas	4
Planícies Flúvio-Marinhas	4
Morros	3
Colinas Médias	2

- Pedologia

Os tipos de solos foram selecionados como indicador, pois quando associado aos dados de declividade, tipos de relevo é possível uma compreensão da morfodinâmica que evidencia a suscetibilidade das áreas. Os critérios para valoração dos dados estão descritos na tabela abaixo:

<b>Valoração do dado e do tema pedologia para conservação</b>	
<b>Tipos de Solos</b>	<b>Peso do Dado</b>
PVA1, 2, PV (declive, textura binária, erosão)	4
CX1, RL1, RL2 (declive, raso, rochas e pedras, escorregamentos e quedas de blocos)	5
CX2 (rochas, pedras)	4
CX3, E (encharcamento, rochas)	5

- Vegetação

Por meio do diagnóstico do meio biótico foram identificados na área do PEIb os aspectos mais referentes à conservação da biodiversidade. Neste item serão abordados os aspectos associados especificamente à conservação da vegetação.

<b>Classes</b>	<b>Peso</b>
Floresta Ombrofila Densa Alto-Montana (primaria)	4
Floresta Ombrofila Densa de Terras Baixas (primaria degradada)	3
Floresta Ombrofila Densa de Terras Baixas (primaria)	4
Floresta Ombrofila Densa Montana (primaria degradada)	3
Floresta Ombrofila Densa Montana (primaria)	4
Floresta Ombrofila Densa Submontana (primaria degradada)	3
Floresta Ombrofila Densa Submontana (primaria)	4
Formação pioneira com influencia marinha (costao rochoso)	5
Formação pioneira com influencia marinha (praias)	5
Refugio alto-montano	5
Refugio montano	5
Vegetação secundaria de Floresta Ombrofila Densa de Terras Baixas (capoeirão)	3
Vegetação secundaria de Floresta Ombrofila Densa de Terras Baixas (capoeirinha a capoeira)	2
Vegetação secundaria de Floresta Ombrofila Densa Montana (capoeirão)	3
Vegetação secundaria de Floresta Ombrofila Densa Montana (capoeirinha a capoeira)	2
Vegetação secundaria de Floresta Ombrofila Densa Submontana (capoeirão)	3
Vegetação secundaria de Floresta Ombrofila Densa Submontana (capoeirinha a capoeira)	2

- Fauna

Para cada grupo faunístico, as espécies encontradas por meio de dados primários e secundários que se encontravam nas listas de espécies ameaçadas de SP, IBAMA e IUCN ou eram endêmicas ou que se encontravam criticamente em perigo foram ponderadas com o valor 5. Já as espécies quase ameaçadas ou vulneráveis, foram valoradas com o peso 4.

Para cada grupo faunístico, estabeleceu-se um buffer, considerando a ordem de evolução e área de domínio. Para mastofauna, foram considerados 500m; para avifauna, 400m; répteis, 200m; anfíbios, 100m. No caso da ictiofauna, considerou-se o trecho do curso d'água de de mesma ordem.

- Pedologia

Os tipos de solos foram selecionados como indicador, pois quando associado aos dados de declividade, tipos de relevo é possível uma compreensão da morfodinâmica que evidencia a suscetibilidade das áreas. Os critérios para valoração dos dados estão descritos na tabela 6.2.

- **2. Impactos**

Os impactos aos objetivos da UC foram ponderados de -5 a -2, onde o valor -5 tem um impacto maior.

- Meio Físico

Os impactos mapeados pelo consultor de meio físico foram valorados com peso -5, consistem de erosões, movimentos de massa, quedas de blocos e área de empréstimo de material.

- Vegetação Uso e Ocupação

O mapa de vegetação, uso e ocupação foi valorado com os seguintes pesos:

Classes	Peso
Área urbana	-5
Aglomerado de casas	-4
Campo antrópico	-4
Vegetação secundária de Floresta Ombrofila Densa de Terras Baixas (capoeirão)	-2
Vegetação secundária de Floresta Ombrofila Densa de Terras Baixas (capoeirinha a capoeira)	-3
Vegetação secundária de Floresta Ombrofila Densa Montana (capoeirão)	-2
Vegetação secundária de Floresta Ombrofila Densa Montana (capoeirinha a capoeira)	-3
Vegetação secundária de Floresta Ombrofila Densa Submontana (capoeirão)	-2
Vegetação secundária de Floresta Ombrofila Densa Submontana (capoeirinha a capoeira)	-3

- Fauna

Espécies problemas existentes e passíveis de especialização foram valoradas com -5, utilizando-se as mesmas áreas buffer estabelecidas para a conservação.

- Meio Antrópico

Para mapear impactos de captação de água, lançamento, foram utilizados buffer de 50 m e valorados com o peso -5,. Já a área da SABESP, por não oferecer o pagamento desse serviço ambiental à UC, foi valorado com o peso -3.

boletins\_ocorrendia - buffer 100m, valorados com -5

Todos os cursos d'água com aplicação de controle biológico pela Sucen foram ponderados com peso -4, que apesar de ser biodegradável, deve haver estudos sobre os impactos causados sobre a fauna.

- Trilhas e Atrativos

**Importância Para a Conservação** – objetivo de analisar a pressão que a visitação no conjunto trilhas e atrativos exerce na Unidade de Conservação. Por tratar-se de impactos negativos, a pontuação será feita com valores negativos.

- 3) **Conservação** – avaliação dos elementos que podem causar, diretamente, impactos negativos aos recursos da unidade de conservação.

1.8) **Vulnerabilidade das áreas** – analisar os níveis de fragmentação da área natural protegida.

Pontos	Características
-3	O conjunto trilhas e atrativos que passa por zonas de elevada diversidade biológica, áreas com ecossistemas e espécies vulneráveis e/ou sensíveis
-2	O conjunto trilhas e atrativos isolados que não passam por zonas de elevada diversidade biológica, áreas com ecossistemas e espécies vulneráveis e/ou sensíveis, mas que podem permitir acesso a áreas vulneráveis.
-1	O conjunto trilhas e atrativos que passa em posição periférica � mata, com existência ou não de outras trilhas próximas, que não dão acesso a nenhuma zona especialmente vulnerável
0	O conjunto trilhas e atrativos que passa em posição periférica � mata, próximo a zonas urbanas, rurais, habitadas

1.9) **Característica das Trilhas** – analisar a largura das trilhas. Quanto maior a largura, maiores são as probabilidades de alterações ao meio.

Pontos	Características
-3	Acima de 3,0 m de largura
-2	De 1,5 a 3,0 m de largura
-1	De 0,5 a 1,5 m de largura
0	Até 0,5 m de largura

1.10) **Distribuição do Uso ao Longo do Ano** – avaliação em relação   concentração ou dispersão de visitação ao longo do ano.

Pontos	Características
-3	Pressão de visitação elevada durante o ano com aumento significativo em épocas do ano como verão, férias escolares e feriados
-2	Pressão de visitação contínua e moderada ao longo do ano com incremento em determinadas épocas do ano
-1	Visitação escassa ao longo do ano sem aumentos sazonais significativos
0	Visitação esporádica ou inexistente

1.11) **Impactos Sobre o Terreno** – avaliação da quantidade de prováveis pontos com traçados inadequados que causam impactos sobre o terreno por descarga de sedimentos, problema de aumento de erosão, aumento da turbulência da água, traçado inadequado. Classificação é feita através da identificação de número de pontos com maiores propensões a problemas de erosão (traçado em linha de queda d'água) em mapa com o traçado das trilhas e curvas de nível por quil metro de trilha. Lembrando que no mapa, as trilhas devem ser diferenciadas das estradas para não confundir a análise.



Pontos	Características
-3	Mais de 2 pontos por Km
-2	De 1,1 a 2 pontos por Km
-1	De 0,1 a 1 ponto por Km
0	Nenhum ponto

1.12) **Atividades** – avaliação através da descrição de diferentes atividades que são ou podem ser praticadas atualmente no conjunto trilhas e atrativos da Unidade.

Pontos	Características
-3	Atividades de alto impacto com uso de veículos motorizados, caça, pesca, extração vegetal / mineral, com elevada frequência; uso de aparelhos sonoros; em grupos grandes, superior a 30 pessoas sem monitor, e mais de 5 grupos numerosos por dia; esportes de aventura <sup>4</sup> de alto impacto
-2	Atividades de médio impacto como caminhadas com grupos monitorados médios a grandes (15 a 30 pessoas), atividades de aventura <sup>5</sup> , safári fotográfico <sup>6</sup> , atividades de lazer como piqueniques e banhos em cachoeira
-1	Atividades de baixo impacto como caminhada individual ou em grupos pequenos monitorados (até 15 pessoas), observação de fauna / flora
0	Estudos científicos e fiscalização, ambas seguindo regras de mínimo impacto

1.13) **Vandalismo** – verificação da existência de vandalismo como um dos sinais de pressão aos recursos naturais da Unidade.

Pontos	Características
-3	Constante presença de pichações, inscrições em árvores e rochas, galhos quebrados, infraestrutura danificada
-2	Moderada presença de pichações, inscrições em árvores e rochas, galhos quebrados, infraestrutura danificada
-1	Eventual presença de pichações, inscrições em árvores e rochas, galhos quebrados, infraestrutura danificada
0	Rara ou nenhuma presença de pichações, inscrições em árvores e rochas, galhos quebrados, infraestrutura danificada

1.14) **Presença de Lixo** – verificação da existência de lixo como um dos sinais de pressão aos recursos naturais da Unidade.

Pontos	Características
-3	Presença constante de lixo ao longo da trilha e em seus atrativos
-2	Moderada presença de lixo ao longo da trilha e em seus atrativos
-1	Eventual ou pouca presença de lixo ao longo da trilha e em seus atrativos
0	Rara ou nenhuma presença de lixo ao longo da trilha e em seus atrativos

<sup>4</sup> Esportes de aventura – aqui foram consideradas as atividades de risco em áreas naturais, cujo objetivo principal são a emoção, riscos e competição, sendo a natureza apenas um pano de fundo (cenário), com consideráveis impactos negativos aos recursos naturais

<sup>5</sup> Atividades de aventura – aqui foram consideradas as atividades de risco em áreas naturais, que envolvam emoção, riscos controlados e desejo de contemplar a natureza por diferentes ângulos, com uso de técnicas e equipamentos específicos e a adoção de procedimentos para garantir a segurança pessoal e de terceiros e o respeito ao patrimônio ambiental e sociocultural, além de oferecerem pouco impacto negativo ao meio, como por exemplo, o *rapel* e o *rafting*.

<sup>6</sup> Safári fotográfico – prática esportiva na qual a caça fotográfica (substituição da arma pela máquina fotográfica) se mescla a qualidades artísticas e fotográficas com outras esportivas como capacidade de orientação, navegação pela área natural, conhecimento de natureza e trilhas. Os objetivos da caça são a fauna em geral. É uma atividade organizada, na qual os participantes recebem uma lista de objetivos de caça.

- 4) **Gestão** – itens relacionados à capacidade da Unidade em proteger seus recursos naturais em relação ao uso de visitação.

2.6) **Capacidade de Manutenção** – relacionada à capacidade da unidade em manter a qualidade e bom estado dos recursos naturais que se pretende proteger.

Pontos	Características
-3	Nunca ou quase nunca existe recurso de qualquer tipo para promover a qualidade e bom estado da estrutura oferecida aos visitantes
-2	Os elementos para promover a qualidade e bom estado dos recursos naturais diante do uso de visitação, tais como recursos humanos, recursos financeiros, pessoal devidamente capacitado, equipamentos, monitoramento de impactos, são em geral deficitárias, ou os recursos existem temporariamente por originados de projetos pontuais
-1	Possui quase todos os elementos para promover a qualidade e bom estado dos recursos naturais diante do uso de visitação, tais como recursos humanos, recursos financeiros, pessoal devidamente capacitado, equipamentos, monitoramento de impactos, mas por vezes alguns dos itens são deficientes
0	Possui todos os elementos para promover a qualidade e bom estado dos recursos naturais diante do uso de visitação, tais como recursos humanos, recursos financeiros, pessoal devidamente capacitado, equipamentos, monitoramento de impactos, continuamente

2.7) **Capacidade de Fiscalização** – relacionada à capacidade da Unidade de fiscalizar de forma a proteger os recursos naturais em relação às atividades de visitação.

Pontos	Características
-3	Sem ou quase sem recursos necessários para efetuar a fiscalização
-2	Existem poucos recursos para a fiscalização, sendo feito, quando possível apenas em pontos de maior prioridade
-1	Possui quase todos os elementos para fiscalização, mas por vezes alguns dos itens são deficientes
0	Plena capacidade de fiscalização, com recursos humanos em quantidade suficientes, devidamente capacitados e com equipamentos adequados

2.8) **Pesquisas Desenvolvidas Sobre a Unidade** – a existência de pesquisas desenvolvidas sobre a Unidade por fornecer subsídios para a sua gestão, assim, entende-se que quanto mais pesquisas existirem, melhor a chance de proteção dos recursos naturais.

Pontos	Características
-3	Nenhuma, ou a pesquisa que foi feita não chega para pessoal da gestão, ou não se realiza por dificuldades burocráticas e de segurança.
-2	Poucas pesquisas, descontínuas ou desconexas, mas que podem fornecer, direta ou indiretamente, subsídios para o manejo da Unidade
-1	Existência de algumas pesquisas, que fornecem ou podem fornecer subsídios, direta ou indiretamente, para o manejo da Unidade
0	Existência contínua de pesquisas, fornecendo, direta ou indiretamente, subsídios para o manejo da Unidade e a divulgação de seus valores

2.9) **Comunicação dos Valores da Unidade** – capacidade da Unidade em transmitir os valores da Unidade para promover a melhor conservação da área.

Pontos	Características
-3	Nenhuma
-2	Rara existência de comunicação sobre os valores da Unidade através de sinalização, atividades monitoradas, materiais impressos, envolvimento com diversos atores sociais, mídia, entre outros
-1	Existência moderada de comunicação sobre os valores da Unidade através de sinalização, atividades monitoradas, materiais impressos, envolvimento com diversos atores sociais, mídia, entre outros
0	Existência contínua de comunicação sobre os valores da Unidade através de sinalização, atividades monitoradas, materiais impressos, envolvimento com diversos atores sociais, mídia, entre outros

2.10) **Existência de Atividades de Educação e Interpretação Ambiental** – como forma de auxiliar na proteção dos recursos naturais da Unidade, através da informação e sensibilização dos visitantes.

Pontos	Características
-3	Inexistência de atividades de Educação e Interpretação Ambiental, ou estas não são feitas de forma adequada (grupos muito grandes, monitores mal preparados, entre outros)
-2	Existência esporádica de atividades de Educação e Interpretação Ambiental, em condições desconhecidas ou detectadas como inadequadas
-1	Existência de atividades de Educação e Interpretação Ambiental com certa regularidade e dentro de uma programação
0	Existência de atividades de Educação e Interpretação Ambiental constantes com regularidade, controle de qualidade e resultados (avaliação)

- **3. Comunidades tradicionais**
- Declividade

As classes de declividades foram valoradas conforme as fragilidades, sendo que as áreas menos frágeis são mais adequadas a ocupação somente nas áreas identificadas como de uso dessas comunidades.

Classes de Declividade (%)	Descrição de Relevo	Descrição da Fragilidade	Peso do Dado
0-5	Plano ou quase plano	Forte	2

5-15	Suave ondulado	Fraca	5
15-30	Ondulado	Média	4
30-45	Muito ondulado	Forte	3
Superior a 45%	Forte ondulado	Muito forte	2

Ao redor das moradias das comunidades tradicionais foi feito um buffer de 100m. As áreas de uso das populações tradicionais foram ponderadas segundo a tabela abaixo:

Classe	Peso do Dado
Área de antiga ocupação	4
Área de antigas roças e extração de sapé	5
Área de captação de água	5
Área de extrativismo esporádico	4
Área de extrativismo intensivo	5
Área de uso intensivo	5

Para as áreas de todos os cercos identificados foi feito buffer de 50m, e com peso 5.

#### • 4. Visitação, Educação Ambiental e Patrimônio Histórico-cultural

- Patrimônio Histórico-cultural

Os patrimônios, com buffer de 400m, foram valorados considerando o estado de conservação do mesmo, conforme tabela abaixo:

Patrimônio	Ilha	Grau_de_Co	Tipo_sítio	P_conserv	P_visit	Ocup_Atual	Tipo_Patri
Sítio Concheiro Vitória I	Ilha da Vitória	75,000000	Pre colonial	3	3	não há	Sítio arqueológico
Sítio Concheiro Vitória II	Ilha da Vitória	85,000000	Pre colonial concheiro	5	4	não há	Sítio arqueológico
Ocorrência Arqueológica 01	Ilha da Vitória	0,000000					Ocorrência arqueológica
Ocorrência Arqueológica 2	Ilha da Vitória	0,000000					Ocorrência arqueológica
Sítio Concheiro Vitória III	Ilha dos Pescadores	75,000000	Pre colonial e historico	5	5	há uma casa sobre parte do sítio. Ocupante desconhecido	Sítio arqueológico
Sítio Concheiro Vitória IV	Ilha dos Pescadores	85,000000	Pre colonial	5	5	não há. Mas utilizado para roça.	Sítio arqueológico
Sítio Concheiro Vitória V	Ilha dos Pescadores	95,000000	Pre colonial	5	5	não há. Mas utilizado para roça.	Sítio arqueológico
Sítio Concheiro Búzios I	Ilha dos Búzios	50,000000	Pre colonial	3	2	sim, vários, alúm de caminho.	Sítio arqueológico

Patrimônio	Ilha	Grau_de_Co	Tipo_sítio	P_conserv	P_visit	Ocup_Atual	Tipo_Patri
Sítio Concheiro Búzios II	Ilha dos Búzios	95,000000	Pre colonial	5	3	não há	Sítio arqueológico
Sítio Concheiro Búzios III	Ilha dos Búzios	85,000000	Pre colonial	5	5	não há	Sítio arqueológico
Sítio Abrigo Búzios I	Ilha dos Búzios	95,000000	Pre colonial	4	2	não há	Sítio arqueológico
Sítio Abrigo Búzios II	Ilha dos Búzios	95,000000	Pre colonial	4	2	não há	Sítio arqueológico
Sítio Fazenda Búzios I (SP-IB-40)	Ilha dos Búzios	75,000000	Historico	3	2	não há. Mas a área é ocupada para roça de mandioca e banana	Sítio arqueológico
Sítio Fazenda Búzios II (SP-IB-68)	Ilha dos Búzios	50,000000	Historico	2	2	vários. Área com casas.	Sítio arqueológico
Sítio Pitangueiras	Ilha dos Búzios	50,000000	Historico	3	3	não há	Sítio arqueológico
Ocorrência Arqueológica 01 - Pitangueiras	Ilha dos Búzios	0,000000					Ocorrência arqueológica
Ocorrência Arqueológica 02 - Pitangueiras	Ilha dos Búzios	0,000000					Ocorrência arqueológica
Ocorrência Arqueológica 03 - Pitangueiras	Ilha dos Búzios	0,000000					Ocorrência arqueológica
Ocorrência Arqueológica 04 - Pitangueiras	Ilha dos Búzios	0,000000					Ocorrência arqueológica
Ocorrência Arqueológica 05 - Costeira	Ilha dos Búzios	0,000000					Ocorrência arqueológica
Ocorrência Arqueológica 06 - Costeira	Ilha dos Búzios	0,000000					Ocorrência arqueológica
Sítio Fazenda dos Borges	Ilha de São Sebastião	75,000000	Historico	3	4	não há	Sítio arqueológico
Sítio Baepi I	Ilha de São Sebastião	0,000000	Historico	2	4	não há	Sítio arqueológico
Sítio Toca do Winny	Ilha de São Sebastião	0,000000	Historico	3	5	não há	Sítio arqueológico

Patrimônio	Ilha	Grau_de_Co	Tipo_sítio	P_conserv	P_visit	Ocup_Atual	Tipo_Patri
Sítio Engenho Figueira	Ilha de São Sebastião	0,000000	Historico	3	3	não há	Sítio arqueológico

- Mergulho

Todos os pontos de mergulho identificados no roteiro de mergulho foi ponderado com o peso 5

- Atrativos e Trilhas

**Importância Para a Visitação** – objetivo de analisar a pressão de visitação existente no conjunto trilhas e atrativos da Unidade.

- 3) **Hierarquização de Atrativos** – verificar as características que possam fazer com que o visitante desperte interesse.

1.11) **Atratividade** – relacionada a características peculiares e o interesse que pode despertar nos visitantes.

Pontos	Características
3	Todo conjunto trilhas e atrativos de excepcional e de grande interesse, com significação para o mercado turístico internacional, capaz de, por si só, motivar importantes correntes de visitantes, atuais e potenciais
2	Conjunto trilhas e atrativos com aspectos excepcionais em um país, capaz de motivar uma corrente atual ou potencial de visitantes deste país ou estrangeiros, em conjunto com outros atrativos próximos a este
1	Conjunto trilhas e atrativos com algum aspecto expressivo, capaz de interessar visitantes oriundos de lugares no próprio país que tenham chegado à área por outras motivações turísticas, ou capaz de motivar fluxos turísticos regionais e locais (atuais e potenciais)
0	Conjunto de trilhas e atrativos sem méritos suficientes, mas que formam parte do patrimônio turístico como elementos que podem complementar outros de maior hierarquia. Podem motivar correntes turísticas locais, em particular a demanda de recreação popular

1.12) **Atrativos Naturais**

Pontos	Características
3	Existência de ampla variedade de atrativos naturais como cachoeiras, rios, poços, lagos, mirantes naturais, diversidade de paisagens e ambientes, vegetações marcantes, etc.
2	Existência de moderada variedade de atrativos naturais como cachoeiras, rios, poços, lagos, mirantes naturais, diversidade de paisagens e ambientes, vegetações marcantes, etc.
1	Existência de pouca variedade de atrativos naturais como cachoeiras, rios, poços, lagos, mirantes naturais, diversidade de paisagens e ambientes, vegetações marcantes, etc.
0	Nenhum

1.13) **Atrativos Histórico-culturais**

Pontos	Características
3	Existência de ampla variedade de atrativos histórico-culturais como sítios arqueológicos, igrejas, ruínas, etc. e sua singularidade
2	Existência de moderada variedade de atrativos histórico-culturais como sítios arqueológicos, igrejas, ruínas, etc. e sua singularidade
1	Existência de pouca variedade de atrativos histórico-culturais como sítios arqueológicos, igrejas, ruínas, etc. e sua singularidade
0	Nenhum

1.14) **Grau de Uso Atual** – volume de visitantes efetivos no conjunto trilhas e atrativos

Pontos	Características
3	Grande fluxo o ano todo
2	Grande fluxo em determinados períodos do ano
1	Médio fluxo ao longo do ano
0	Pouco ou nenhum fluxo ao longo do ano

- 1.15) **Singularidade** – fundamenta-se na singularidade ou raridade do conjunto trilhas e atrativos. Quanto mais se assemelhar a outros, menos interessante ou prioritário.

Pontos	Características
3	Elementos singulares e/ou raros, dificilmente encontrado em outras localidades
2	Elementos singulares e/ou raros, encontrado em algumas outras localidades
1	Elementos bastante comuns, que podem ser encontrados com muita facilidade em outras localidades.
0	Elementos bastante comuns, que podem ser encontrados com muita facilidade em outras localidades e comuns também dentro da própria Unidade

- 1.16) **Apoio Local e Comunitário** – a partir da opinião de líderes comunitários e de instituições, analisar o grau de interesse da comunidade local e ONGs para o desenvolvimento e disponibilidade ao público

Pontos	Características
3	Apoiado por grande parte da comunidade e ONGs
2	Apoio razoável da comunidade e ONGs
1	Apoiado por uma pequena parte da comunidade e ONGs
0	Nenhum ou oposição de alguns setores sociais

- 1.17) **Estado da Conservação da Paisagem Circundante** – verificar através da observação *in loco* o estado de conservação da paisagem no entorno do conjunto trilhas e atrativos. São avaliações visuais gerais, sem intenção de entrar em detalhes, por exemplo, da composição de espécies e estágio sucessional.

Pontos	Características
3	Ótimo estado de conservação
2	Bom estado de conservação
1	Estado de conservação regular
0	Péssimo estado de conservação

- 1.18) **Infraestrutura** – verificar *in loco* se existe infraestrutura disponível no conjunto trilhas e atrativos e o estado desta.

Pontos	Características
3	Existente e em ótimas condições
2	Existente, mas necessitando de intervenções / melhorias
1	Existente, porém em estado precário
0	Inexistente

- 1.19) **Acesso** – verificar as vias de acesso existentes e as condições destas.

1.9.1) **Acesso Até o Início das Trilhas**

Pontos	Características
--------	-----------------

3	Em ótimas condições
2	Necessitando de intervenções e melhorias
1	Em estado precário
0	Inexistente

#### 1.9.2) Trilhas em si

Pontos	Características
3	Em ótimas condições
2	Necessitando de intervenções e melhorias
1	Em estado precário
0	Inexistente

1.20) **Público** – perfil atual dos visitantes do conjunto trilhas e atrativos.

#### 1.10.1) Origem

Pontos	Características
3	Visitantes até nível internacional
2	Visitantes até nível nacional
1	Visitantes até nível regional
0	Não recebem visitantes

#### 1.10.2) Tipo

Pontos	Características
3	Público geral, incluindo portadores de necessidades especiais, grupos e escolares, excursões
2	Público geral, incluindo grupos de amigos e familiares, mas não chegando a tamanho de grupos de estudantes ou excursões
1	Específico e em pequeno número: Pessoas fisicamente bem preparadas, observadores de fauna, fotógrafos de fauna e flora
0	Nenhum ou restrito (fiscalização, pesquisa, monitoramento)

4) **Gestão** – itens relacionados à capacidade da Unidade em executar a gestão adequada da visitação no conjunto trilhas e atrativos.

2.4) **Capacidade de Manutenção** – relacionada à capacidade da unidade em manter a qualidade e bom estado das estruturas oferecidas aos visitantes

Pontos	Características
3	Possui todos os elementos para promover a qualidade e bom estado da estrutura oferecida aos visitantes, tais como recursos humanos, recursos financeiros, pessoal devidamente capacitado, equipamentos, continuamente.
2	Possui quase todos os elementos para promover a qualidade e bom estado da estrutura oferecida aos visitantes, tais como recursos humanos, recursos financeiros, pessoal devidamente capacitado, equipamentos, mas por vezes alguns dos itens são deficientes.
1	Os elementos para promover a qualidade e bom estado da estrutura aos visitantes, tais como recursos humanos, recursos financeiros, pessoal devidamente capacitado, equipamentos, são em geral deficitárias, ou os recursos existem temporariamente por originados de projetos pontuais.



0	Nunca ou quase nunca existe recurso de qualquer tipo para promover a qualidade e bom estado da estrutura oferecida aos visitantes.
---	--

2.5) **Capacidade de Fiscalização** – relaciona à capacidade da unidade em fiscalizar os visitantes e seus atos no conjunto trilhas e atrativos.

Pontos	Características
3	Plena capacidade de fiscalização, com recursos humanos em quantidade suficientes, devidamente capacitados e com equipamentos adequados
2	Possui quase todos os elementos para fiscalização, mas por vezes alguns dos itens são deficientes
1	Existem poucos recursos para a fiscalização, sendo feito, quando possível apenas em pontos de maior prioridade
0	Sem ou quase sem recursos necessários para efetuar a fiscalização

2.6) **Segurança aos Visitantes** – relacionado ao nível de segurança aos visitantes.

### 2.3.1) Decorrentes de Comportamentos Humanos

Pontos	Características
3	Existe grande sensação de segurança pelo visitante em relação a riscos decorrentes de comportamentos humanos como assalto, furto, agressão, entre outros. Nenhum ou raros são os registros de ocorrências no conjunto trilhas e atrativos
2	Existe média sensação de segurança pelo visitante em relação a riscos decorrentes de comportamentos humanos como assalto, furto, agressão, entre outros. Ocorrem esporadicamente registros de ocorrências no conjunto trilhas e atrativos
1	Existe baixa sensação de segurança pelo visitante em relação a riscos decorrentes de comportamentos humanos como assalto, furto, agressão, entre outros. Ocorrem moderados registros de ocorrências no conjunto trilhas e atrativos
0	Não existe sensação de segurança pelo visitante em relação a riscos decorrentes de comportamentos humanos como assalto, furto, agressão, entre outros. Existem constantes registros de ocorrências no conjunto trilhas e atrativos

2.3.2) **Decorrentes do Meio Físico** – da lista abaixo verificar quantos os fatores abaixo (ABNT, 2008) se aplicam ao conjunto trilhas e atrativos:

- u) Exposição a desprendimentos espontâneos de pedras durante o percurso;
- v) Exposição a desprendimentos de pedras provocados pelo próprio grupo ou outro durante o percurso;
- w) Eventualidade de queda no vazio ou por um declive acentuado;
- x) Existência de passagens onde seja necessário o uso das mãos para progredir no percurso;
- y) Exposição a trechos permanentemente escorregadios, pedregosos ou alagados durante o percurso;
- z) Exposição a trechos escorregadios ou alagados devido às chuvas durante o percurso;
- aa) Travessia de rios ou outros corpos d'água com correnteza, a vau (sem ponte);
- bb) Alta probabilidade de chuvas intensas ou contínuas para o período;
- cc) Alta probabilidade de que pela noite a temperatura caia abaixo de 0°C;

- dd) Alta probabilidade de que a temperatura caia abaixo de 5° C e a umidade relativa do ar supere os 90%;
- ee) Alta probabilidade de exposição a ventos fortes ou frios;
- ff) Alta probabilidade de que a umidade relativa do ar seja inferior aos 30%;
- gg) Alta probabilidade de exposição ao calor em temperatura acima de 32° C;
- hh) Longos trechos de exposição ao sol forte;
- ii) Tempo de realização da atividade igual ou superior a 1 hora de marcha sem passar por um lugar habitado, um telefone de socorro (ou sinal de celular ou radiocomunicador) ou uma estrada aberta com fluxo de veículos;
- jj) Tempo de realização da atividade igual ou superior a 3 horas de marcha sem passar por um lugar habitado, um telefone de socorro (ou sinal de celular ou radiocomunicador) ou uma estrada aberta com fluxo de veículos;
- kk) A diferença entre o tempo necessário para completar o percurso e a quantidade de horas restantes de luz natural no fim do dia (disponível na época do ano considerada) é menor que 3 horas;
- ll) Eventual diminuição da visibilidade por fenômenos atmosféricos que possa aumentar consideravelmente a dificuldade de orientação ou a localização de pessoas em algum trecho do percurso;
- mm) Trajeto por vegetação densa ou por terreno irregular que possa dificultar a orientação ou a localização de pessoas em algum trecho do percurso;
- nn) Região ou trechos sem acesso à água potável.

Pontos	Características
3	Até 4 fatores
2	De 5 a 8 fatores
1	De 9 a 12 fatores
0	Acima de 13 fatores

## Anexo 128a. Oficina de planejamento estratégico



### OFICINA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - PLANO DE MANEJO DO PEIb

**DATA:** 18 de maio de 2011

**HORÁRIO:** 9 às 17h

**LOCAL:** Sede Administrativa do PEIb

#### PAUTA:

09:00 - 10:30h - Informes das etapas do Plano de Manejo

Apresentação do método de planejamento estratégico

10:30 - 11:15 - Construção da Visão para o Parque Estadual de Ilhabela

11:15 - 12:30 - Identificação dos pontos negativos do PEIb (pontos fracos e ameaças)

14:00 - 15:30 - Identificação dos pontos positivos do PEIb (pontos fortes e oportunidades)

15:30 - 16:00 - análise da situação estratégica

16:00 - 16:30 - apresentação da matriz de situação estratégica elaborada pelos funcionários do PEIb

#### PARTICIPANTES:

Organização / Instituição	Nome
PMI / SMMA	1. Kátia R. Freire dos Santos
Câmara Municipal de Ilhabela	2. Carlos Alberto de O. Pinto (CC)
Pés no Chão	3. Cristina Bruncek
ACIlhabela	4. Alexandre G. Sandini Salto
AHBRI	5. Maria Inez Ferreira 6. Matheus Bianco (CC)
Instituto Ilhabela Sustentável	7. Gilda Nunes 8. Carlos Roberto Nunes
IF - PEIA	9. Humberto Gallo Junior (CC)
PEIA	10. Débora Gutierrez 11. Emília Sato
ESEC Tupinambás	12. Gerhard Kempkes (CC)
Associação Elementos da Natureza	13. Leonardo Sales 14. Marcus Vinicius Schmidt
CEBIO	15. Luiz Marcelo Casoni
PEIb	16. Carolina Bio Poletto 17. Claudia Sant'Anna Ferreira 18. Dorival Roberto dos Santos 19. Ginessa Correa Lemos 20. Joana F. Cardoso Alves 21. João Batista Dias

	22. José Francisco dos Santos 23. Luísa Candançan da Silva 24. Marcelo Fernando Rosa da Silva 25. Marcus Vinicius G. Santos 26. Paulo Roberto dos S. Souza 27. Wagner Gomes de Almeida 28. Winny Luiz da Silva
FF/ NPM	Claudia Shida Ana Carolina Linardi

### 1. No que se Refere aos Informes das Etapas do Plano:

Nas temáticas "pedologia, vegetação e avifauna", pesquisadores do Instituto Florestal estão fazendo as complementações necessárias, sendo que o último campo ocorreu na semana anterior a desta reunião de conselho. Os consultores de patrimônio histórico-cultural, visitação e herpetofauna complementaram informações do banco de dados geográfico.

Também durante os últimos dois meses foram realizadas 05 visitas totalizando 11 dias nas comunidades tradicionais caiçaras do interior do PEIb com o objetivo de mobilizá-las e prepará-las para as oficinas de diagnóstico.

A partir da complementação do diagnóstico e mobilizações, as oficinas de diagnósticos com as comunidades tradicionais do interior do PEIb poderão ser realizadas com o objetivo de retornar as informações às mesmas. Só então ocorrerão as oficinas de zoneamento, na qual se define o "onde" e "o que pode ou não ser feito" no PEIb. A partir dessas oficinas, terá início uma série de 07 oficinas com a participação de todo Conselho Consultivo e demais atores sociais, uma vez que assim teremos a visão das comunidades bem como seus zoneamentos para subsidiar as discussões.

Foi feita a apresentação da ferramenta de planejamento estratégico, o SWOT. Foi explicado que essa ferramenta foi aplicada junto aos funcionários do Parque, cujos resultados seriam apresentados ao final do dia.

### 2. Construção da Visão para o Parque Estadual de Ilhabela

Foram distribuídas filipetas a todos os presentes com exceção dos funcionários que participaram nos dias anteriores, para que todos escrevessem "Como imaginam, desejam que o Parque esteja daqui a cinco anos", ou seja, qual a visão de todos os presentes para o PEIb.

A **VISÃO** consensuada do PEIb foi:

***"Parque promovendo a preservação, manejo e recuperação dos recursos naturais, organizado e estruturado, fazendo a gestão integrada e participativa com a população***

***.... por meio ....***

***do desenvolvimento de turismo sustentável, fiscalização, atividades de pesquisa e educação ambiental, garantindo a continuidade da cultura e bem estar das comunidades tradicionais"***

Foi explicado que, no caso de Unidades de Conservação de Proteção Integral, como é o caso da categoria Parque, não são permitidas atividades de uso direto dos recursos naturais (Lei 9.985/2000 - SNUC). Ainda segundo esta Lei, em seu artigo 42, no caso das "populações

*tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes (...) até que seja possível efetuar o reassentamento de que trata este artigo, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações".* Desta forma, foi esclarecido que na categoria Parque as populações tradicionais não podem permanecer, sendo garantido seu modo de vida até a indenização e realocação.

### 3. Identificação dos Pontos Negativos e Positivos do PEIb e Análise da Situação Estratégica pelo Conselho Consultivo

#### **Matriz da situação estratégica do PEIb**

<p><b>Pontos fracos</b></p> <p>PF.1. Falta de gestão eficiente e participativa, necessitando fortalecimento</p> <p>P.F.2. Falta de recursos humanos, financeiros e materiais (alojamento, base de fiscalização, sinalização, veículos)</p> <p>PF. 3.Falta de estruturas manutenção das trilhas</p> <p>PF.4. Falta de fiscalização</p> <p>PF.5.Falta de demarcação da área do Parque</p> <p>PF.6.Necessidade de controle do turismo desordenado</p> <p>PF.7. Distanciamento das comunidades e falta de estrutura para maior integração</p> <p>PF.8. Falta de comunicação, de conhecimento e conscientização da população sobre a importância do PEIb e seus ecossistemas</p>	<b>CRESCIMENTO</b>	<p><b>Oportunidades</b></p> <p>O1. Existência de atrativos turísticos para Ilhabela, gerando empregos e renda para a população local</p> <p>O2. É uma opção de lazer para a população local, regional, estadual, nacional e mundial</p> <p>O3. Oportunidade de ter um grupo gestor do destino indutor (65 destinos Indutores) focado na gestão do turismo com foco na melhoria e desenvolvimento da ilha</p> <p>O4. Extensa área de Mata Atlântica e belezas naturais e alta biodiversidade</p> <p>O5. Área protegida propicia oportunidades de pesquisa (TCCs, teses, monografias, etc.)</p> <p>O6. A biodiversidade do seu ecossistema, o PEIb é uma "ILHA"</p> <p>O7. Fornecimento de serviços ambientais e recursos naturais</p> <p>O8. Grande potencial arqueológico</p> <p>O9. Plano de manejo poderá ser um "case" entre as UC</p> <p>O10. Co-gestão participativa (3º setor) *geração de emprego/renda dentro do PEIb</p> <p>O11. Potencial para o desenvolvimento de uma estratégia de gestão compartilhada do PEIb com o envolvimento ativo das comunidades caiçaras, a partir de seus conhecimentos tradicionais sobre os ambientes, os recursos naturais e suas técnicas de manejo agroextrativista</p> <p>O12. Eventos internacionais como a Copa e Olimpíadas</p> <p>O13. Área Importante de Aves - "important Bird Area" Bird Life. Potencial para captação de recursos para a conservação</p> <p>O14. Maior visibilidade para o tema da sustentabilidade na mídia em geral</p>
<p><b>SOBREVIVÊNCIA</b></p> <p><b>Ameaças</b></p> <p>A.1. Distanciamento da política ambiental do município de Ilhabela</p> <p>A.2. Dependência das políticas estaduais que desconhecem muitas vezes nossa realidade</p> <p>A.3. Falta de articulação com outros instrumentos de ordenamento e gestão territorial (ZEE, Plano Diretor Municipal)</p> <p>A.4. Regularização fundiária: será um grande conflito, uma vez que legalmente o estado somente indeniza terras com documentação regularizada, porém nas comunidades tradicionais, isso não existe</p> <p>A.9. Turismo em massa</p> <p>A.5. Grandes interesses econômicos se contrapõem aos objetivos do parque</p> <p>A.6. Grandes empreendimentos (porto, gasoduto, estação de gás) e o crescimento populacional previsto para a região, acarretando no aumento da pressão sobre a UC.</p> <p>A.7. Ocupações irregulares em locais de "difícil fiscalização"</p> <p>A.8. Ocupação antrópica consolidada em seu entorno</p> <p>A.10. Desunião</p> <p>A.11. Geográfico (tamanho e dificuldade de acesso marítimo / terrestre)</p> <p>Fiscalização (não tem acesso a maioria de seu território/ convênio com a marinha)</p> <p>A.12. Desigualdades Sociais</p> <p>A.13. Atividades ilegais (caça, extração de recursos naturais e pressão do crescimento urbano sobre a UC)</p> <p>A.14. Captação irregular de água</p> <p>A.15. Aumento no número de animais domésticos na área do PEIb</p> <p>A.16. Introdução de espécies exóticas no entorno</p> <p>A.17. Espécies em extinção dentro da UC</p> <p>A.18. Pressão das comunidades tradicionais localizadas no nor oeste e sudoeste da ilha sobre o PEIb</p>		<b>MANUTENÇÃO</b>

Após realizar a matriz foi feita a seguinte pergunta: Dentro dos aspectos internos (pontos fracos e fortes) quais os que se destacam mais? Pontos Fracos.

E dos aspectos externos quais os que se destacam mais? Oportunidades

O diagnóstico estratégico atual do PEIb, nessa oficina é: CRESCIMENTO

#### 4. Identificação de Ações/Diretrizes para o Parque Alcançar o Desenvolvimento

##### **Ações para reduzir os pontos fracos**

Pontos Fracos	Ações Propostas
PF.1. Falta de gestão eficiente e participativa, necessitando de seu fortalecimento	Aproveitar de forma mais intensa o fato da ilha ter sido escolhida pelo Governo Federal como destino indutor para o fortalecimento do turismo sustentável (PF1+2+3+4+6)
P.F.2. Falta de recursos humanos, financeiros e materiais (alojamento, base de fiscalização, sinalização, veículos)	Realização de parcerias com instituições públicas e privadas; Viabilizar concursos públicos para ampliar o quadro funcional. (PF1+2+3+4)
PF.3. Falta de estruturas manutenção das trilhas	Conscientizar o governo do Estado das necessidades e importância do PEIb, buscando maiores investimentos na UC (PF1+2+3+4)
PF.4. Falta de fiscalização	
PF.5. Falta de demarcação da área do Parque	promover a sinalização dos limites do Parque
PF.6. Necessidade de controle do turismo desordenado	Estabelecer normas e diretrizes para a atividade do turismo, no âmbito do Programa de Uso Público - Visitação (PF6)
PF.7. Distanciamento das comunidades e falta de estrutura para maior integração	Estabelecer um programa de interação do parque com as comunidades, com estratégias e ações que promovam maior integração e fortalecimento das culturas tradicionais (PF7)
PF.8. Falta de comunicação, de conhecimento e conscientização da população sobre a importância do PEIb e seus ecossistemas	Estabelecer um plano de comunicação, no âmbito do programa de interação socioambiental com estratégias que promovam maior integração com a população local (PF8)

Comentários:

- No caso do PF5 "Falta de demarcação da área do Parque" a ação não seria sinalizar os limites do Parque?. A ação correspondente "Fazer gestão junto à PGE para que seja feita a regularização fundiária do Parque" por depender de outra instituição não estaria mais correlacionada à questão de regularização fundiária, identificada em ameaça?
- O PF.6. Estava como "turismo desordenado", foi reescrito como sugestão.

##### **Contribuições via internet:**

- **Rafael Guedes:** No caso do PF5 "Falta de demarcação da área do Parque" a ação não seria sinalizar os limites do Parque?. A ação correspondente "Fazer gestão junto à PGE para que seja feita a regularização fundiária do Parque" por depender de outra instituição não estaria mais

correlacionada à questão de regularização fundiária, identificada em ameaça? CONCORDO COM ELA NOS DOIS QUESTIONAMENTOS

- **Humberto Gallo Junior:** No caso do PF5: A ação neste caso seria promover a sinalização dos limites do Parque, pois o ponto fraco identificado não se refere à questão da regularização e sim a demarcação física da UC.

### Ações para minimizar os riscos das ameaças

Ameaças	Ações Propostas
A.1. Distanciamento da política ambiental do município de Ilhabela	
A.2. Dependência das políticas estaduais que desconhecem muitas vezes nossa realidade	
A.3. Falta de articulação com outros instrumentos de ordenamento e gestão territorial (ZEE, Plano Diretor Municipal)	
A.4. Regularização fundiária: será um grande conflito, uma vez que legalmente o estado somente indeniza terras com documentação regularizada, porém nas comunidades tradicionais, isso não existe	Fazer gestão junto à PGE para que seja feita a regularização fundiária do Parque (PF5)
A.9. Turismo em massa	
A.5. Grandes interesses econômicos se contrapõem aos objetivos do parque	
A.6. Grandes empreendimentos (porto, gasoduto, estação de gás) e o crescimento populacional previsto para a região, acarretando no aumento da pressão sobre a UC.	Unir o conselho consultivo para fortalecer em prol do parque; Fortalecendo a gestão do parque; Através do plano de manejo, implantar demarcações (demarcação nas vias de acesso atuais). (A5+6+7+8)
A.7. Ocupações irregulares em locais de "difícil fiscalização"	
A.8. Ocupação antrópica consolidada em seu entorno	
A.10 - desunião	
A.11. Geográfico (tamanho e dificuldade de acesso marítimo / terrestre Fiscalização (não tem acesso a maioria de seu território/ convênio com a marinha	Ações de conscientização, capacitação; Interagir e vivenciar a UC (escolas, poder público, comunidade); Através do ecoturismo sustentável, criação de emprego e renda, possibilitando a inserção social; Centro de tradição da cultura caiçara. (A11+12+13+14+15+16+17)
A.12. Desigualdades Sociais	
A.13. Atividades ilegais (caça, extração de recursos naturais e pressão do crescimento urbano sobre a UC)	Para minimizar esta ameaça é fundamental resolver os pontos fracos de falta de recursos e falta de fiscalização eficiente. Assim, as soluções são: buscar recursos nacionais e internacionais (BID), desenvolvimento de projetos para captação de recurso público-privado, implantar taxa de visitação. (A13)
A.14. Captação irregular de água	
A.15. Aumento no número de animais domésticos na área do PEIb	



A.16. Introdução de espécies exóticas no entorno	elaborar cartilhas e fazer palestras no município para alertar os riscos da introdução de espécies exóticas
A.17. Espécies em extinção dentro da UC	
A.18. Pressão das comunidades tradicionais localizadas no noroeste e sudoeste da ilha sobre o PEIB	

- **Contribuições via internet:**
- **Rafael Guedes:** - Em relação da Tabela 3 ações para a minimizar os riscos das ameaças - A.16. Introdução de espécies exóticas no entorno - uma ação proposta é elaborar cartilhas e fazer palestras no município para alertar os riscos da introdução de espécies exóticas, trabalhar mais com esse tema.

### Ações para aproveitar as oportunidades

Oportunidades	Ações Propostas
O1. Existência de atrativos turísticos para Ilhabela gerando empregos e renda para a população local	O potencial ecoturístico possibilita a co-gestão de atrativos de forma a minimizar ameaças através de fiscalização (O1+2+3+10)
O2. É uma opção de lazer para a população local, regional, estadual, nacional e mundial	
O3. Oportunidade de ter um grupo gestor do destino indutor (65 destinos Indutores) focado na gestão do turismo com foco na melhoria e desenvolvimento da ilha	Ilhabela, um dos 65 destinos indutores de turismo, tem oportunidade de conseguir recursos para estruturar as trilhas e monitorar o ecoturismo (O3)
O4. Extensa área de Mata Atlântica e belezas naturais e alta biodiversidade	O fato de Ilhabela ser um lugar preservado dá visibilidade para conseguir recursos para pesquisa de espécies ameaçadas, conservação dos recursos hídricos, etc. (O4+6+7+8)
O5. Área protegida propicia oportunidades de pesquisa (TCCs, teses, monografias, etc.)	
O6. A biodiversidade do seu ecossistema, o PEIB é uma "ILHA"	
O7. Fornecimento de serviços ambientais e recursos naturais	
O8. Grande potencial arqueológico	Aproveitar o potencial arqueológico, a cultura caiçara e o ecoturismo para diminuir a sazonalidade turística (O8)
O9. Plano de manejo poderá ser um "case" entre as UC	
O10. Co-gestão participativa (3º setor) * geração de emprego/renda dentro do PEIB	
O11. Potencial para o desenvolvimento de uma estratégia de gestão compartilhada do PEIB com o envolvimento ativo das comunidades caiçaras, a partir de seus conhecimentos tradicionais sobre os ambientes, os recursos naturais e suas técnicas de manejo agroextrativista	
O12. Eventos internacionais como a Copa e	

Olimpíadas	
O13. Área Importante de Aves - "important Bird Area" Bird Life. Potencial para captação de recursos para a conservação	
O14. Maior visibilidade para o tema da sustentabilidade na mídia em geral	

### Ações para manutenção e melhoria dos pontos fortes

Pontos Fortes	Ações Propostas
FO1. O momento mundial é pela preservação e sustentabilidade. Temos 85% de PEIb	Delimitação física das áreas do parque (FO1)
FO2. Manejo da Biodiversidade (fauna e flora)	Criar um programa de apoio para fiscalização voluntária Criar um programa de fiscalização integrada com as outras UCs (ex: PEIb com ESEC Tupinambás, APA Litoral Norte) (FO2+3)
FO3. Boa integração com as UCs próximas	
FO4. Gestora comprometida com PEIb e seu entorno, além do bom conhecimento das problemáticas do município	
FO5. Existência de funcionários capacitados, competentes e com compromisso em melhorar a gestão do parque	Criar programa de capacitação e aperfeiçoamento técnico dos funcionários do PEIb (FO5)
FO6. Conselho consultivo bem estruturado	Capacitação em gestão de UC para os membros do Conselho, propiciando maior apoio aos gestores Maior divulgação das ações do Conselho do PEIb Estabelecer um programa de metas do Conselho e das Câmaras Técnicas (FO6)
FO8. Trabalhos de conscientização nas escolas municipais, levando a importância dos trabalhos realizados no PEIb	Programa de educação ambiental continuada (FO7+8)
FO7. A proximidade da área urbana do município com os limites do PEIb, possibilitando construir uma relação mais forte com a sociedade	
FO9. . Necessidade de priorização do PEIb nas ações e políticas públicas	Incentivar a mobilização da Sociedade na cobrança de melhorias para a gestão participativa do PEIB (FO9) para Conscientizar o governo do Estado das necessidades e importância do PEIB
F10. FF empenhada em fortalecer as UCs e com foco em estabelecer uma gestão mais ágil e eficiente (cenário - institucional)	Criação de marco legal, bem como prever no plano de manejo a possibilidade de concessão e co-gestão, em parceria com o governo estadual (PGE?) Criação de um marco legal, em parceria com governo estadual, que possibilite a geração de receitas destinadas ao próprio PEIb (FO9+10)
FO11. Autonomia da FF para firmar parcerias e convênios	Busca de convênios com as instituições de Ensino e Pesquisa (FO11)

Comentários:

O FO9 "Conscientizar o governo do Estado das necessidades e importância do PEIb" não estaria relacionado com a ação? Ou é a conscientização do governo. Verificar com participantes.

- **Contribuições via internet:**
- **Rafael Guedes:** FO9 "Conscientizar o governo do Estado das necessidades e importância do PEIb" não estaria relacionado com a ação? Ou é a conscientização do governo. Verificar com participantes. NA MINHA OPINIÃO " conscientizar o governo do Estado...." É UMA AÇÃO.
- **Débora Gutierrez:** Eu não entendi o segundo comentário da Cláudia, ela fala de uma questão levantada pelo meu grupo mas não consegui identificar qual a dúvida! De qualquer maneira acho q falamos sobre incentivar a população a cobrar o Estado por melhorias no PEIb. Espero ter esclarecido, se puder ajudar mais me escrevam.
- **Humberto Gallo Junior:** FO9 não foi colocado como ponto forte e sim como uma necessidade prioritária.

#### 5. Apresentação da Matriz de Situação Estratégica Elaborada pelos Funcionários do PEIb

Foi apresentado pelos funcionários o SWOT, sendo que o mesmo foi realizado por:

Claudia Sant'Anna Ferreira

Dorival Roberto dos Santos

Ginessa Correa Lemos

Joana F. Cardoso Alves

João Batista Dias

José Francisco dos Santos

Luísa Candanção da Silva

Marcelo Fernando Rosa da Silva

Marcus Vinicius G. Santos

Marilene Ribeiro do Santos

Paulo Roberto dos S. Souza

Sillas Marques Santana

Wagner Gomes de Almeida

Winny Luiz da Silva

Carolina Bio Poletto

A visão é:

*"Preservando e manejando os recursos naturais e gerando benefícios para o entorno, com maior participação da sociedade e com o comprometimento e valorização dos funcionários*

*.... por meio da....*

*fiscalização eficiente, do desenvolvimento do turismo sustentável, de atividades de educação ambiental e pesquisa, e parcerias com o poder público, iniciativa privada e terceiro setor e comunidades tradicionais"*

## 6. Identificação dos Pontos Negativos e Positivos do PEIb e Análise da Situação Estratégica Pelos Funcionários do Peib

### Matriz da situação estratégica do PEIb

<p style="text-align: center;"><b><u>Pontos fracos</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Necessidade de maior apoio dos órgãos do governo a UC (capacitação dos funcionários - legislação, combate a incêndios, primeiros socorros, taxidermia/ maior suporte a fiscalização) *</li> <li>• Falta de funcionários e técnicos*</li> <li>• Falta de infraestrutura (guarita para receber a demanda de turismo local, e manejo das trilhas, alojamento) e equipamentos (embarcação, rádio, veículos) *</li> <li>• Falta de autonomia do PEIb</li> <li>• Necessidade de controle de tráfego de veículos e turismo em massa na estrada de castelhanos</li> <li>• Necessidade de controle do turismo nas trilhas e atrativos do parque</li> <li>• Falta de divulgação do PEIb de eventos e atividades</li> <li>• Necessidade de reaproximação, diálogo e dedicação com as comunidades</li> <li>• Falta de agilidade nos processos do Estado (desburocratização/terceirização)</li> <li>• Salários baixos dos funcionários*</li> <li>• Imagem negativa/enfraquecida do PEIb para a sociedade, instituições públicas e empresas que não valorizam e não enxergam como potencial</li> <li>• Necessidade de manejo de áreas degradadas</li> <li>• Falta de instrumentos regulatórios e apropriação do turismo por parte das gerencias e diretorias da FF</li> <li>• Orçamento anual reduzido impossibilita e/ou limita trabalhos*</li> <li>• Aplicabilidade do uso da tecnologia (softwares) como ferramenta para otimização das atividades realizadas pelo PEIb</li> <li>• Falta de conhecimento do PEIb pelas próprias pessoas da UC</li> <li>• Falta de clareza nas questões de filmagem no interior da UC (verbal / escrito) *</li> <li>• Grande número de visitantes em um único atrativo*</li> <li>• Falta de acompanhamento das pessoas no interior do PEIb</li> <li>• Necessidade de incentivos para manutenção da equipe de terceirizados e estado</li> <li>• Necessidade de planejamento das atividades do parque, integração das prioridades e definição das atribuições de cada funcionário</li> <li>• Realização de eventos na área do PEIb com resíduos sólidos</li> </ul>	<b>CRESCIMENTO</b>	<p style="text-align: center;"><b><u>Oportunidades</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhecimento nacional e internacional da mata atlântica como bioma prioritário para a conservação</li> <li>• Poucas comunidades no interior do parque, facilitando a interação</li> <li>• Alta visibilidade capaz de atrair investimentos</li> <li>• Estabelecimento de regras direcionadas para o PEIb</li> <li>• Possibilidade de desenvolver com a comunidade uma divulgação com artesanato caiçara</li> <li>• Potencial para desenvolvimento de pesquisa científica e colaboração com instituições de ensino e pesquisa/projetos</li> <li>• Grande número de estudantes interessados em estagiar no PEIb</li> <li>• Desenvolvimento de segmento do ecoturismo: turismo científico, turismo de base comunitária, observação de aves, trilhas interpretativas</li> <li>• Possibilidade de atividades de contemplação aos recursos hídricos de cunho sensorial</li> <li>• Existência de muitos atrativos: belezas naturais, sítios arqueológicos como city tour; cachoeiras/ cultura tradicional</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b><u>SOBREVIVÊNCIA</u></b></p> <p style="text-align: center;"><b><u>Ameaças</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pressão da caça dentro e fora do PEIb/ Intenso tráfico de animais</li> <li>• Falta de valorização da cultura caiçara na comunidade (“tráfico de farinha”, artesanato, crenças religiosas)</li> <li>• Possibilidade de resort ecológico dentro da UC</li> <li>• Necessidade de controlar/readequar as mangueiras no PEIb</li> <li>• Falta de comunicação (equipamentos) entre PEIb e comunidade</li> <li>• Necessidade de alinhamento com planejamento e ações da prefeitura/instituições (ex: informações sobre trilhas de forma errada)</li> <li>• Forte pressão para realizar turismo a cavalo dentro da trilha e o entorno da ilha com abertura de novas trilhas</li> </ul>	<b>MANUTENÇÃO</b>	<p style="text-align: center;"><b><u>DESENVOLVIMENTO</u></b></p> <p style="text-align: center;"><b><u>Pontos fortes</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A gestora é presente, mas tem pouca autonomia</li> <li>• Os funcionários possuem dedicação, boas intenções, determinação e raça para preservar o PEIb.</li> <li>• Conselho do parque</li> <li>• Boas relações com as comunidades tradicionais</li> <li>• O bom trabalho de educação ambiental que o Parque vem fazendo nos últimos anos</li> <li>• Implantação de programa de uso público</li> <li>• Vigilância do patrimônio</li> <li>• Aquisição do prédio da cadeia e fórum com boa localização</li> <li>• Elaboração de um bom plano de manejo</li> <li>• Investimentos do projeto de ecoturismo</li> <li>• Temos uma embarcação!</li> <li>• Equipe diversificada (idade, origens, formação).</li> </ul>

## Ações para reduzir os Pontos Fracos.

Pontos Fracos	Ações
Necessidade de maior apoio dos órgãos do governo a UC (capacitação dos funcionários - legislação, combate a incêndios, primeiros socorros, taxidermia/ maior suporte a fiscalização) *	Promover capacitações internas e entre outras UC Melhorar a qualificação dos funcionários com relação a fiscalização. Dar apoio para intervir de maneira eficaz na fiscalização Ter responsabilidade e compromisso com a UC e comunidades tradicionais Institutos, ONGs, Conselho se unirem para tomar providencias em relação aos problemas do PEIb Na questão da fiscalização, há a necessidade de um curso de leis abrangentes na questão de infrações e manuseio de armas com as autoridades competentes (exercito/ policia federal) para bom andamento do trabalho
Falta de funcionários e técnicos*	Abertura de concurso público e/ou terceirização de alguns serviços Organizar programa de estágios/voluntários durante o ano inteiro
Salários baixos dos funcionários*	
Imagem negativa/enfraquecida do PEIb para a sociedade, instituições públicas e empresas que não valorizam e não enxergam como potencial	Sensibilização contínua da sociedade para a importância da conservação e potencial do PEIb através da participação em fóruns e GTs, promoção de palestras para públicos específicos, atividades de educação ambiental
Falta de infraestrutura (guarita para receber a demanda de turismo local, e manejo das trilhas, alojamento) e equipamentos (embarcação, rádio, veículos).*	Guaritas em pontos estratégicos - procurar parcerias com empresas privadas que tem compensação ambiental para pagar Veículos - mais empenho dos Diretores da FF Viabilização para aquisição de novos equipamentos elaboração de propostas e projetos de parceria público-privado para implantação de infraestrutura e realização de ações nas trilhas
Necessidade de manejo de áreas degradadas	Propiciar oportunidades para plantio de espécies nativas em áreas degradadas no sentido de estudo do meio e lazer.
Necessidade de controle de trafego de veículos e turismo em massa na estrada de castelhanos	Rever a portaria que está em vigor, que deveria ser melhor fiscalizada Mais clareza nas decisões em relação da estrada de Castelhanos, assim evitaria conflitos com jipeiro, que acontecem nos finais de semana quando a direção está ausente.
Necessidade de controle do turismo nas trilhas e atrativos do parque	Parceria entre estado, município e terceiro setor Sensibilização permanente dos prestadores de serviço na UC Investir esforços nas concessões Contratação de mais monitores para maior controle de visitantes nas trilhas
Falta de divulgação do PEIb de eventos e atividades	Divulgação do produto, o parque. Trabalhar com empresas ligadas a desenvolvimento sustentável para ter uma apresentação do produto com qualidade/ Propiciar filmes institucionais utilizando a UC e seus recursos para que sirvam de acervo para educação ambiental, uso público, etc.
Necessidade de reaproximação, diálogo e dedicação com as comunidades	Dar mais atenção e se fazer presente para as comunidades tradicionais, ouvindo e respeitando mais as prioridades deles e procurar resolver/ uma casa de apoio para os funcionários nas Ilhas/

Pontos Fracos	Ações
Falta de agilidade nos processos do Estado (desburocratização/terceirização)	Descentralização de alguns processos operacionais do PEIb, tornando-os mais rápidos, visando à desburocratização
Aplicabilidade do uso da tecnologia (softwares) como ferramenta para otimização das atividades realizadas pelo PEIb	Treinamentos para os funcionários quanto ao uso de softwares (programas) para a frota e para o controle de documentos
Falta de conhecimento do PEIb pelas próprias pessoas da UC	Realização de saídas para confraternização e acompanhamento de trabalhos leves em campo
Falta de autonomia do PEIb	
Falta de instrumentos regulatórios e apropriação do turismo por parte das gerencias e diretorias da FF*	
Orçamento anual reduzido impossibilita e/ou limita trabalhos	
Falta de clareza nas questões de filmagem no interior da UC (verbal / escrito) *	
Grande número de visitantes em um único atrativo*	
Falta de acompanhamento das pessoas no interior do PEIb	
Necessidade de incentivos para manutenção da equipe terceirizada e estado	
Necessidade de planejamento das atividades do parque, integração das prioridades e definição das atribuições de cada funcionário	
Realização de eventos na área do PEIb com resíduos sólidos após	Exigir a limpeza por parte dos realizadores/

#### Ações para minimizar os riscos das Ameaças.

Ameaças	Ações
Pressão da caça dentro e fora do PEIb/ Intenso tráfego de animais	Fortalecer a educação ambiental e trabalho com fiscalização preventiva/ presença nas trilhas existentes controle/ fechamento daquelas que não há interesse de uso pelo PEIb (presença de turistas inibe a atividade de caça???) / alinhar-se com a Polícia Ambiental, prefeitura, corpo de bombeiro no combate a infratores que agem dentro e fora da UC/ incentivar o 3º setor no que concerne ao combate de malefícios que acontecem (prevenção)
Forte pressão para realizar turismo a cavalo dentro da trilha e o entorno da ilha com abertura de novas trilhas	Não abrir novas trilhas hoje não temos condições de fiscalizar novas trilhas/
Possibilidade de resort ecológico dentro da UC	
Falta de valorização da cultura caiçara na comunidade ("tráfico" de farinha, artesanato, crenças religiosas)	Desenvolver projetos de valorização da cultura caiçara, viabilizar transporte de artesanato feito nas comunidades

Ameaças	Ações
Falta de comunicação (equipamentos) entre PEIb e comunidade	
Necessidade de alinhamento com planejamento e ações da prefeitura/instituições (ex: informações sobre trilhas de forma errada)	
Alta rotatividade de pessoas que trabalham no parque em curto prazo	
Necessidade de controlar/readequar as mangueiras no PEIb	

### Ações para aproveitar as Oportunidades.

Oportunidades	Ações
Reconhecimento nacional e internacional da mata atlântica como bioma prioritário para a conservação	Instituir no PEIb um departamento de comunicação ou um programa de comunicação a fim de mostrar para investidores, comunidades e turistas os atrativos do PEIb
Alta visibilidade capaz de atrair investimentos	
Estabelecimento de regras direcionadas para o PEIb	
Possibilidade de desenvolver com a comunidade uma divulgação com artesanato caiçara	Sensibilização de comunidades tradicionais onde já existe turismo para o turismo de base comunitária Centro de artesanato para os caiçaras das comunidades tradicionais Fazer parcerias com associação de moradores da baía de castelhanos para divulgação do artesanato caiçara
Grande número de estudantes interessados em estagiar no PEIb	Dar mais atenção ao estagiários o ano todo para que eles tenham mais oportunidade de interagir com o parque// dar oportunidade e condições para que alunos sejam monitores mirins para poderem conhecer melhor o parque
Potencial para desenvolvimento de pesquisa científica e colaboração com instituições de ensino e pesquisa/projetos	Implantação do programa de pesquisa: participar de eventos estudantis, dando palestras, o que poderia incentivar o estudante a ter o PEIb como objeto de pesquisa/projeto. Possibilita a implantação de novos programas e/ou melhoria dos que já tem. Interação com docentes de universidades para integrar demandas UC e formação profissional
Desenvolvimento de segmento do ecoturismo: turismo científico, turismo de base comunitária, observação de aves, trilhas interpretativas	Acampamento para observação de aves na estrada de Castelhanos com apoio da comunidade e pessoas terceirizadas
Possibilidade de atividades	

de contemplação aos recursos hídricos de cunho sensorial	
	Explorar as belezas naturais já exploradas no próprio Parque e nas Ilhas e não aumentar a exploração de outras belezas não exploradas
	Articular e dar suporte a agências de receptivo, comunidades tradicionais, monitores ambientais e SETUR para a formatação de novos produtos turísticos

### Ações para manutenção e melhoria dos Pontos Fortes.

Pontos Fortes	Ações
Os funcionários possuem dedicação, boas intenções, determinação e raça para preservar o PEIb.	Valorização do funcionário, junto com a unidade Manter esses funcionários estimulados, com melhores salários e mais cursos de capacitação. Uniforme dos funcionários, respaldo jurídico e apoio da FF. Intercâmbio com outras UC seria uma forma de capacitar e manter em alta a raça e determinação
A gestora é presente, mas tem pouca autonomia	Há a necessidade de união e compartilhamento do compromisso e responsabilidades. Só o compromisso com a unidade não adianta se não houver compromisso e responsabilidade de toda a equipe.
Boas relações dos funcionários com as comunidades tradicionais	Relação com a comunidade e de levar informação com panfletos e placas
O bom trabalho de educação ambiental que o Parque vem fazendo nos últimos anos	A direção fornecer material audiovisual para a equipe de educação ambiental enfim apoiar em todas as suas necessidades para que as crianças saiam da escola com uma formação definitiva Melhorar o material de educação ambiental para melhorar o trabalho nas escolas (DVDs, cartazes, fotos de animais). A educação ambiental tem que ser valorizada porque ela é o caminho das futuras gerações. Fortalecimento e capacitação dos funcionários Procurar parcerias com entidades do terceiro setor para capacitar monitores de educação ambiental Propiciar momentos de lazer aos visitantes (ex: ouvir/gravar canto das aves)
Potencial das trilhas para a educação ambiental com escolas	Fortalecimento e capacitação dos funcionários Procurar parcerias com entidades do terceiro setor para capacitar monitores de educação ambiental.
Elaboração de um bom plano de manejo	
Implantação de programa de uso público	Ações do programa de uso público: manutenção de trilhas; monitoramento de impactos; condução de grupos; elaboração de projetos (sinalização, centro de visitantes, etc.); implantação do projeto de monitoria de trilhas na temporada e controle de visitação (em parceria com Pref. Municipal)
Equipe diversificada (idade, origens, formação)	



Pontos Fortes	Ações
Vigilância do patrimônio	Solucionar a infra-estrutura da guarita o mais rápido possível para melhor andamento do trabalho (interno e externo)
	Contratar mais vigilantes patrimoniais
	Selecionar melhor as empresas que iriam dar suporte ao parque e fiscalização
	Auxiliar os vigilantes a serem mais capacitados na UC para que possam auxiliar is visitantes a fazerem suas visitas melhor no parque
Aquisição do prédio da cadeia e fórum com boa localização	
Conselho do parque	Promover a capacitação dos conselheiros do PEIb
Investimentos do projeto de ecoturismo	
Temos uma embarcação!	
CT ecoturismo no COMTUR participação no Grupo Gestor dos 65 destinos Indutores do Turismo (GG65) - fóruns	

#### 7. Próximas Etapas

- Cronograma será encaminhado segunda feira (23/05)
- Matriz estratégica do Conselho e dos funcionários será encaminhada até segunda feira (23/05)
- SNUC e Decreto serão encaminhados via email
- Material contendo: SWOT consolidado com o diagnóstico será enviado em 30 dias
- Treinamento do método de Zoneamento para o Conselho – 20/06

## Zoneamento

O Zoneamento é uma parte muito importante dos Planos de Manejo.

Por isso, já foram estabelecidas em Decretos e em normativas institucionais alguns tipos de zonas, onde os objetivos, as normas e os usos e as atividades permitidas e não permitidas já são do conhecimento de todos.

Vamos conhecer quais são as zonas possíveis para o Parque Estadual da Ilhabela!

**Cada plano de manejo poderá trazer um detalhamento ainda maior para as suas zonas, conforme as especificidades encontradas em cada UC, em cada localidade. Mas, não poderemos ser menos restritivos do que o que já está estabelecido para cada zona. Então temos que estudar caso a caso.**

ZONAS	OBJETIVOS E METAS	NORMAS GERAIS	
		PODE	NÃO PODE
<b>1. INTANGÍVEL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Preservação e proteção integral de ecossistemas e dos recursos genéticos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Fiscalização, monitoramento ambiental e pesquisa, e</li> <li>➤ pesquisa científica, se não puder ser realizada em outras zonas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ nenhuma visitação.</li> <li>➤ comprometer a integridade dos recursos naturais.</li> <li>➤ Instalar quaisquer infra-estrutura.</li> <li>➤ Se deslocar em veículos motorizados.</li> </ul>

ZONAS	OBJETIVOS E METAS	NORMAS GERAIS	
		PODE	NÃO PODE
<b>2. PRIMITIVA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Preservação e proteção integral de ecossistemas e dos recursos genéticos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ fazer pesquisa, monitoramento ambiental.</li> <li>➤ fiscalização.</li> <li>➤ educação ambiental</li> <li>➤ Fazer interpretação dos atributos só através de folhetos e/ou recursos indiretos.</li> <li>➤ Fiscalização constante</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ comprometer a integridade dos recursos naturais.</li> <li>➤ deixar lixo.</li> <li>➤ instalar infra-estrutura.</li> <li>➤ Trafegar com veículos (exceto em ocasiões especiais, para a proteção da Unidade)</li> </ul>

ZONAS	OBJETIVOS E METAS	NORMAS GERAIS	
<b>3. USO EXTENSIVO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ É zona de transição entre a Zona Primitiva e a Zona de Uso Intensivo</li> <li>➤ Manutenção de um ambiente natural com mínimo impacto humano.</li> <li>➤ acesso e facilidade públicos para educação e recreação</li> <li>➤ As atividades de interpretação e recreação devem facilitar a compreensão e a apreciação dos recursos naturais das áreas pelos visitantes.</li> <li>➤ Nas Estações ecológicas a zona deve ser pequena e na periferia da Unidade</li> </ul>	<b>Parques</b>	
		<b>PODE</b>	<b>NÃO PODE</b>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Pesquisa, o monitoramento ambiental, a visitação e a fiscalização.</li> <li>➤ Instalar equipamentos simples para a interpretação dos recursos naturais e a recreação, em harmonia com a paisagem.</li> <li>➤ visitação menos restritiva: acampamento e mirantes com infraestrutura simples, trilhas, sinalização e pontos de descanso.</li> <li>➤ Instalar sanitários</li> <li>➤ Fiscalização constante.</li> <li>➤ Trânsito de veículo a no máximo de 40 km/h.</li> <li>➤ Banhos, sem quaisquer tipos de vendas de alimentos ou outro comércio.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ uso de embarcações com motores abertos e mal regulados</li> <li>➤ uso de buzinas</li> </ul>

ZONAS	OBJETIVOS E METAS	NORMAS GERAIS	
<b>4. HISTÓRICO</b>	Proteger sítios	<b>PODE</b>	<b>NÃO PODE</b>

<p><b>CULTURAL</b></p>	<p>históricos ou arqueológicos, em harmonia com o meio ambiente.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Pesquisas sem danos ao ambiente</li> <li>➤ Instalar infra - estruturas sem comprometer os atributos naturais e culturais.</li> <li>➤ Interpretação dos atributos desta Zona no Centro de Visitantes ou no Centro de Vivência caso a visitação não seja permitida.</li> <li>➤ Fiscalização periódica</li> <li>➤ Estabelecimento de um Termo de Compromisso com as populações residentes dentro da UC, definindo caso a caso as normas específicas</li> </ul>	<p>A retirada ou a alteração de quaisquer atributos histórico cultural. Alteração das características originais dos sítios histórico-culturais</p>
------------------------	--	--	--

ZONAS	OBJETIVOS E METAS	NORMAS GERAIS	
5. USO	Facilitar a recreação	PODE	NÃO PODE

<p><b>INTENSIVO</b></p>	<p>intensiva e educação ambiental em harmonia com o meio. O ambiente é mantido o mais próximo possível do natural. Pode equipamentos para visitação pública, preferencialmente instalados no interior da Unidade, de modo a levarem os visitantes a conhecerem melhor o Parque.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Pesquisa</li> <li>⇒ As atividades de lazer e recreação devem levar o visitante a entender a filosofia e as práticas de conservação da natureza.</li> <li>⇒ Centro de Visitantes</li> <li>⇒ Museus, lanchonetes</li> <li>⇒ Instalações para serviços de guias e condutores</li> <li>⇒ Churrasqueiras, mesas para piquenique</li> <li>⇒ Abrigos, trilhas</li> <li>⇒ Uso das infra-estruturas subordinada à capacidade de suporte estabelecida.</li> <li>⇒ Construções e reformas integradas harmonicamente com o meio ambiente.</li> <li>⇒ A fiscalização intensiva</li> <li>⇒ Serviços autorizados como lanchonete</li> <li>⇒ Camping com infra-estrutura completa</li> <li>⇒ Estacionamentos</li> <li>⇒ Locais para apoio à visitação (mirantes, pontos de banho, piquenique e outros). Sinalização educativa, interpretativa ou indicativa.</li> <li>⇒ Trânsito de veículos a baixas velocidades (máximo de 40 km).</li> <li>⇒ O tratamento dos esgotos com tecnologias alternativas de baixo impacto.</li> <li>⇒ Acondicionar separadamente, recolher e escoar os resíduos sólidos gerados nas instalações.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Retirar materiais para a construção ou a reforma dos recursos naturais da Unidade</li> <li>⇒ Uso de buzinas</li> <li>⇒ Esgotos sem tratamento</li> </ul>
-------------------------	---	---	---

ZONAS	OBJETIVOS E METAS	NORMAS GERAIS
6. USO ESPECIAL	Minimizar o impacto da implantação das estruturas ou os efeitos das obras no ambiente natural ou cultural do Parque.	<b>PODE</b>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Conter a sede da Unidade e a centralização dos serviços da mesma, sem visitação. infra-estrutura necessária à administração</li> <li>⇒ pesquisa</li> <li>⇒ As instalações deverão estar localizadas na periferia da Unidade.</li> <li>⇒ As construções e reformas em harmonia com o meio ambiente.</li> <li>⇒ O estacionamento de veículos destinado aos funcionários e prestadores de serviços.</li> <li>⇒ Possuir locais específicos para a guarda e o depósito dos resíduos sólidos gerados na Unidade, a serem removidos para o aterro sanitário, fora da UC.</li> <li>⇒ Fiscalização permanente.</li> <li>⇒ Transito de veículos em baixas velocidades sem o uso de buzinas.</li> <li>⇒ Os esgotos tratado com tecnologias alternativas de baixo impacto.</li> </ul>

ZONAS	OBJETIVOS E METAS	NORMAS GERAIS
7. USO CONFLITANTE	Fazer acordos para diminuir ou extinguir os impactos em áreas ocupadas por empreendimentos de utilidade pública: gasodutos, oleodutos, linhas de transmissão, antenas, captação de água, barragens, estradas, cabos óticos e outros.	<b>PODE</b>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ Empreendimentos de utilidade pública.</li> <li>⇒ Atividades para a gestão da UC: <ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ - fiscalização</li> <li>⇒ - proteção</li> <li>⇒ - manutenção de infra-estrutura específica e serviços inerentes aos empreendimentos de utilidade pública.</li> </ul> </li> <li>⇒ fiscalização intensiva</li> <li>⇒ Buscar a colaboração entre gestão da Unidade e os ocupantes da zona de conflito.</li> <li>⇒ Ter o acompanhamento, por funcionários da UC, dos serviços de manutenção do empreendimento.</li> <li>⇒ Adotar ações preventivas e mitigadoras para riscos destes empreendimentos.</li> </ul>

ZONAS	OBJETIVOS E METAS	NORMAS GERAIS	
8. RECUPERAÇÃO	Restaurar áreas	<b>PODE</b>	<b>NÃO PODE</b>

	<p>altamente impactadas, normalmente as faixas marginais de cursos d'água ou áreas muito declivosas. Deter a degradação dos recursos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Pesquisa, Monitoramento, Proteção, Educação ambiental, conforme estabelecido nos projetos específicos de recuperação</li> <li>➤ Recuperação natural dos ecossistemas degradados</li> <li>➤ Priorizar a recuperação natural</li> <li>➤ Usar espécies nativas na recuperação induzida</li> <li>➤ Eliminar as espécies exóticas porventura existentes.</li> <li>➤ Interpretar os trabalhos de recuperação induzida para o público no Centro de Visitantes ou no Centro de Vivência.</li> <li>➤ Incentivar pesquisas sobre os processos de regeneração natural</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Implantar recuperação induzida mediante projeto específico</li> <li>➤ Instalar infraestrutura</li> <li>➤ Acesso do público visitante. O acesso será permitido somente aos pesquisadores, técnicos, ou eventuais moradores.</li> </ul>
--	--	--	--

Segundo a Lei 9.985/2000 (SNUC): **ZONA DE AMORTECIMENTO**: é o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.

### **Proposta Preliminar de Metodologia de Zoneamento para o Plano de Manejo do PE Ilhabela.**

O zoneamento baseou-se em critérios e zonas definidas no Roteiro Metodológico do IBAMA (IBAMA, 2002), na metodologia do Zoneamento do Mosaico da Juréia-Itatins e na adaptação do zoneamento estabelecido pelo PGA, de acordo com parâmetros identificados nos diagnósticos realizados para a revisão deste Plano de Manejo.

São critérios indicativos de valores para a conservação: representatividade; riqueza e diversidade de espécies, áreas de transição, suscetibilidade ambiental, presença de sítios históricos e culturais. Já os critérios indicativos para a vocação de uso e disponibilidade de serviços são: potencial para visitação/conscientização ambiental, presença de infraestrutura, usos conflitantes. Para cada temática, foram definidos critérios, sendo estes valorados em alto, médio e baixo grau.

Acrescentaram-se também critérios indicativos de impactos à conservação, uma vez que o enquadramento em um zona deve considerar ações voltadas a recuperação e monitoramento.

As classes de legenda ou tipo de informação de cada tema do diagnóstico são avaliadas segundo suas potencialidades e fragilidades, para atender aos objetivos do PEIB e seus diversos programas. A ponderação de cada tema foi estabelecida pela atribuição de valores de acordo com a respectiva importância para a conservação, ao desenvolvimento de atividades de visitação e educação ambiental e, negativamente, aos impactos para a conservação.

Para cada tema, cujos dados são passíveis de espacialização, foram feitas ponderações considerando os gradientes de zonas de grande pertinência à conservação. Para as áreas cujos dados são de altíssima importância, qualidade e/ou conformidade para conservação



foram ponderados com peso 5. Para as áreas cujos dados são de alta importância, qualidade e/ou conformidade para conservação foram ponderados com peso 4. Já os dados com peso de valor intermediário (3), são aqueles cuja importância ou qualidade para conservação é média. Os dados com valoração (2) são aqueles cuja importância ou qualidade para conservação é baixa..

Para os dados de altíssima importância, qualidade e/ou conformidade para o desenvolvimento de atividades de visitação e educação foram ponderados com peso 5. Para as áreas cujos dados são de alta importância, qualidade e/ou conformidade para o uso público foram ponderados com peso 4. Já os dados com peso de valor intermediário (3), são aqueles cuja importância ou qualidade para uso público é média. Os dados com valoração (2) são aqueles cuja importância ou qualidade para uso público é baixa.

Para a avaliação de áreas que se encontram em desconformidade com a conservação, ou que causam impactos à UC, ou que necessitam de recuperação, foram ponderadas negativamente. Sendo que as áreas mais impactantes tem valores (-5), diminuindo gradativamente até -2.

A partir da ponderação, são obtidos mapas que representam a importância do território para os temas e para o conjunto dos mesmos de acordo com a conservação, ao uso público e às atividades impactantes.

Face às questões pertinentes da comunidade tradicional, ponderaram-se as temáticas, voltadas à manutenção de sua cultura, relações sociais e tradições.

Esses mapas foram cruzados pelo método de sobreposição, obtendo-se mapas intermediários. Estes mapas são cruzados, considerando o grau de importância de cada programa para cada categoria de Unidade de Conservação. O resultado desse último cruzamento é um mapa síntese.

Os limites das zonas devem ser ajustados considerando:

- a) uma hierarquia de importância entre os diferentes objetivos e programas, onde áreas de alto valor para a conservação prevalecem sobre áreas com alto valor para infra-estrutura;
- b) Limites identificáveis no campo (linhas férreas, estradas, rios e outros de visibilidade equivalente);
- c) um gradiente de conservação ambiental da zona mais preservada no interior para as zonas com maior possibilidade de uso nas periferias da Unidade;
- d) as trilhas existentes para as atividades ligadas a visitantes, sendo que essas zonas devem estar interligadas entre si a fim de permitir o conhecimento da Unidade como um todo.
- e) microbacias e influência do espaço aéreo (ventos que conduzam emissões gasosas, por exemplo) e do subsolo (que possa comprometer os aquíferos e os solos da UC)

- **1. Conservação.**

Para identificar gradientes importantes para a conservação, foram selecionados aspectos do meio físico e biológico

- Recursos Hídricos

As áreas de nascentes são fundamentais à conservação dos recursos naturais e seus serviços ambientais. Foram espacializadas as áreas de nascente utilizando-se o mapa da hidrografia do IBGE, não havendo campo para a aferição das mesmas. Foi feito um “buffer” de 50m dessas nascentes, classificando-os como peso 6 para a conservação. Este também foi o peso dado à faixa de 30 metros dos rios.

No que se refere a qualidade das águas, os pontos de monitoramento da CETESB com suas condições considerando o IQA em ótima, boa, regular e ruim, foram ponderados segundo a tabela abaixo. Para fins de espacialização foram considerados os trechos, com 30 metros de buffer, a montante do ponto de monitoramento com a condição da qualidade.

<b>Valoração do dado qualidade das águas (IQA) para conservação</b>	
<b>IQA</b>	<b>Peso do Dado</b>
ótima	5
boa	4
regular	3
ruim	2

No que se refere balneabilidade, a valoração considerou que:

<b>Valoração do dado balneabilidade das praias para conservação</b>	
<b>IQA</b>	<b>Peso do Dado</b>
boa	5
regular	3
ruim	2

- Declividade

A declividade é o tema que possui um alto valor para a conservação e proteção. O critério para a valoração deste tema foi o percentual de intervalos de declividade, considerando que o aumento da declividade está diretamente relacionado com o aumento da fragilidade aos processos erosivos. Declividades inferiores a 5% são áreas planas, que possuem grande fragilidade decorrente dos processos dinâmicos que aqui ocorrem. Já as declividades entre 5 e 15% se encontram em categorias de instabilidade, muito fracas e fracas; declividades entre 15 e 30% são áreas mais frágeis, pertencendo a categorias média e forte e, portanto, valorados com peso 3; já áreas com declividades superiores a 45 % são áreas extremamente frágeis, uma vez que, ainda segundo o mesmo autor, encontram-se em categoria de instabilidade muito forte, sendo valorados com peso 5.

<b>Valoração do dado do tema declividade para conservação</b>			
<b>Classes de</b>	<b>Descrição de Relevô</b>	<b>Descrição da</b>	<b>Peso do</b>

Declividade (%)		Fragilidade	Dado
0-5	Plano ou quase plano	Forte	5
5-15	Suave ondulado	Fraca	2
15-30	Ondulado	Média	3
30-45	Muito ondulado	Forte	4
Superior a 45%	Forte ondulado	Muito forte	5

- Geomorfologia

Os tipos do relevo foram selecionados como indicador, pois quando associado aos dados de declividade, é possível uma compreensão da morfodinâmica que evidencia a suscetibilidade das áreas. Os critérios para valoração dos dados estão descritos na tabela.

Valoração do dado e do tema geomorfologia para conservação	
Compartimentos do Relevo	Peso do Dado
Montanhas	5
Afloramentos rochosos	5
Corpos de Tálus e Cones de Dejeção	4
Praias Arenosas	4
Planícies Flúvio-Marinhas	4
Morros	3
Colinas Médias	2

- Pedologia

Os tipos de solos foram selecionados como indicador, pois quando associado aos dados de declividade, tipos de relevo é possível uma compreensão da morfodinâmica que evidencia a suscetibilidade das áreas. Os critérios para valoração dos dados estão descritos na tabela abaixo.

Valoração do dado e do tema pedologia para conservação	
Tipos de Solos	Peso do Dado
PVA1, 2, PV (declive, textura binária, erosão)	4
CX1, RL1, RL2 (declive, raso, rochas e pedras, escorregamentos e quedas de blocos)	5
CX2 (rochas, pedras)	4
CX3, E (encharcamento, rochas)	5

- Vegetação

Por meio do diagnóstico do meio biótico foram identificados na área do PEIb os aspectos mais referentes à conservação da biodiversidade. Neste item serão abordados os aspectos associados especificamente à conservação da vegetação.

Classes	Peso
---------	------

Floresta Ombrofila Densa Alto-Montana (primaria)	4
Floresta Ombrofila Densa de Terras Baixas (primaria degradada)	3
Floresta Ombrofila Densa de Terras Baixas (primaria)	4
Floresta Ombrofila Densa Montana (primaria degradada)	3
Floresta Ombrofila Densa Montana (primaria)	4
Floresta Ombrofila Densa Submontana (primaria degradada)	3
Floresta Ombrofila Densa Submontana (primaria)	4
Formacao pioneira com influencia marinha (costao rochoso)	5
Formacao pioneira com influencia marinha (praias)	5
Refugio alto-montano	5
Refugio montano	5
Vegetacao secundaria de Floresta Ombrofila Densa de Terras Baixas (capoeirao)	3
Vegetacao secundaria de Floresta Ombrofila Densa de Terras Baixas (capoeirinha a capoeira)	2
Vegetacao secundaria de Floresta Ombrofila Densa Montana (capoeirao)	3
Vegetacao secundaria de Floresta Ombrofila Densa Montana (capoeirinha a capoeira)	2
Vegetacao secundaria de Floresta Ombrofila Densa Submontana (capoeirao)	3
Vegetacao secundaria de Floresta Ombrofila Densa Submontana (capoeirinha a capoeira)	2

- Fauna

Para cada grupo faunístico, as espécies encontradas por meio de dados primários e secundários que se encontravam nas listas de espécies ameaçadas de SP, IBAMA e IUCN ou eram endêmicas ou que se encontravam criticamente em perigo foram ponderadas com o valor 5. Já as espécies quase ameaçadas ou vulneráveis, foram valoradas com o peso 4.

Para cada grupo faunístico, estabeleceu-se um buffer, considerando a ordem de evolução e área de domínio. Para mastofauna, foram considerados 500m; para avifauna, 400m; répteis, 200m; anfíbios, 100m. No caso da ictiofauna, considerou-se o trecho do curso d'água de de mesma ordem.

- Pedologia

Os tipos de solos foram selecionados como indicador, pois quando associado aos dados de declividade, tipos de relevo é possível uma compreensão da morfodinâmica que evidencia a suscetibilidade das áreas. Os critérios para valoração dos dados estão descritos na tabela 6.2.

- **2. Impactos**

Os impactos aos objetivos da UC foram ponderados de -5 a -2, onde o valor -5 tem um impacto maior.

- Meio Físico

Os impactos mapeados pelo consultor de meio físico foram valorados com peso -5, consistem de erosões, movimentos de massa, quedas de blocos e área de empréstimo de material.

- Vegetação Uso e Ocupação

O mapa de vegetação, uso e ocupação foi valorado com os seguintes pesos:

Classes	Peso
Área urbana	-5
Aglomerado de casas	-4
Campo antrópico	-4
Vegetacao secundaria de Floresta Ombrofila Densa de Terras Baixas (capoeirao)	-2
Vegetacao secundaria de Floresta Ombrofila Densa de Terras Baixas (capoeirinha a capoeira)	-3
Vegetacao secundaria de Floresta Ombrofila Densa Montana (capoeirao)	-2
Vegetacao secundaria de Floresta Ombrofila Densa Montana (capoeirinha a capoeira)	-3
Vegetacao secundaria de Floresta Ombrofila Densa Submontana (capoeirao)	-2
Vegetacao secundaria de Floresta Ombrofila Densa Submontana (capoeirinha a capoeira)	-3

- Fauna

Espécies problemas existentes e passíveis de especialização foram valoradas com -5, utilizando-se as mesmas áreas buffer estabelecidas para a conservação.

- Meio Antrópico

Para mapear impactos de captação de água, lançamento, foram utilizados buffer de 50 m e valorados com o peso -5,. Já a área da SABESP, por não oferecer o pagamento desse serviço ambiental à UC, foi valorado com o peso -3.

boletins\_ocorrenciã - buffer 100m, valorados com -5

Todos os cursos d'água com aplicação de controle biológico pela Sucen foram ponderados com peso -4, que apesar de ser biodegradável, deve haver estudos sobre os impactos causados sobre a fauna.

- Trilhas e Atrativos

**Importância Para a Conservação** – objetivo de analisar a pressão que a visitação no conjunto trilhas e atrativos exerce na Unidade de Conservação. Por tratar-se de impactos negativos, a pontuação será feita com valores negativos.

- 5) **Conservação** – avaliação dos elementos que podem causar, diretamente, impactos negativos aos recursos da unidade de conservação.

1.15) **Vulnerabilidade das Áreas** – analisar os níveis de fragmentação da área natural protegida.

Pontos	Características
-3	O conjunto trilhas e atrativos que passa por zonas de elevada diversidade biológica, áreas

	com ecossistemas e espécies vulneráveis e/ou sensíveis
-2	O conjunto trilhas e atrativos isolados que não passam por zonas de elevada diversidade biológica, áreas com ecossistemas e espécies vulneráveis e/ou sensíveis, mas que podem permitir acesso a áreas vulneráveis.
-1	O conjunto trilhas e atrativos que passa em posição periférica à mata, com existência ou não de outras trilhas próximas, que não dão acesso a nenhuma zona especialmente vulnerável
0	O conjunto trilhas e atrativos que passa em posição periférica à mata, próximo a zonas urbanas, rurais, habitadas

1.16) **Característica das Trilhas** – analisar a largura das trilhas. Quanto maior a largura, maiores são as probabilidades de alterações ao meio.

Pontos	Características
-3	Acima de 3,0 m de largura
-2	De 1,5 a 3,0 m de largura
-1	De 0,5 a 1,5 m de largura
0	Até 0,5 m de largura

1.17) **Distribuição do Uso ao Longo do Ano** – avaliação em relação à concentração ou dispersão de visitação ao longo do ano.

Pontos	Características
-3	Pressão de visitação elevada durante o ano com aumento significativo em épocas do ano como verão, férias escolares e feriados
-2	Pressão de visitação contínua e moderada ao longo do ano com incremento em determinadas épocas do ano
-1	Visitação escassa ao longo do ano sem aumentos sazonais significativos
0	Visitação esporádica ou inexistente

1.18) **Impactos Sobre o Terreno** – avaliação da quantidade de prováveis pontos com traçados inadequados que causam impactos sobre o terreno por descarga de sedimentos, problema de aumento de erosão, aumento da turbulência da água, traçado inadequado. Classificação é feita através da identificação de número de pontos com maiores propensões a problemas de erosão (traçado em linha de queda d'água) em mapa com o traçado das trilhas e curvas de nível por quilômetro de trilha. Lembrando que no mapa, as trilhas devem ser diferenciadas das estradas para não confundir a análise.

Pontos	Características
-3	Mais de 2 pontos por Km
-2	De 1,1 a 2 pontos por Km
-1	De 0,1 a 1 ponto por Km
0	Nenhum ponto

1.19) **Atividades** – avaliação através da descrição de diferentes atividades que são ou podem ser praticadas atualmente no conjunto trilhas e atrativos da Unidade.

Pontos	Características
-3	Atividades de alto impacto com uso de veículos motorizados, caça, pesca, extração vegetal / mineral, com elevada freqüência; uso de aparelhos sonoros; em grupos grandes, superior a 30 pessoas sem monitor, e mais de 5 grupos numerosos por dia; esportes de aventura <sup>7</sup> de alto impacto
-2	Atividades de médio impacto como caminhadas com grupos monitorados médios a grandes (15 a 30 pessoas), atividades de aventura <sup>8</sup> , safári fotográfico <sup>9</sup> , atividades de lazer como piqueniques e banhos em cachoeira
-1	Atividades de baixo impacto como caminhada individual ou em grupos pequenos monitorados (até 15 pessoas), observação de fauna / flora
0	Estudos científicos e fiscalização, ambas seguindo regras de mínimo impacto

1.20) **Vandalismo** – verificação da existência de vandalismo como um dos sinais de pressão aos recursos naturais da Unidade.

Pontos	Características
-3	Constante presença de pichações, inscrições em árvores e rochas, galhos quebrados, infraestrutura danificada
-2	Moderada presença de pichações, inscrições em árvores e rochas, galhos quebrados, infraestrutura danificada
-1	Eventual presença de pichações, inscrições em árvores e rochas, galhos quebrados, infraestrutura danificada
0	Rara ou nenhuma presença de pichações, inscrições em árvores e rochas, galhos quebrados, infraestrutura danificada

1.21) **Presença de Lixo** – verificação da existência de lixo como um dos sinais de pressão aos recursos naturais da Unidade.

Pontos	Características
-3	Presença constante de lixo ao longo da trilha e em seus atrativos
-2	Moderada presença de lixo ao longo da trilha e em seus atrativos
-1	Eventual ou pouca presença de lixo ao longo da trilha e em seus atrativos
0	Rara ou nenhuma presença de lixo ao longo da trilha e em seus atrativos

6) **Gestão** – itens relacionados à capacidade da Unidade em proteger seus recursos naturais em relação ao uso de visitação.

<sup>7</sup> Esportes de aventura – aqui foram consideradas as atividades de risco em áreas naturais, cujo objetivo principal são a emoção, riscos e competição, sendo a natureza apenas um pano de fundo (cenário), com consideráveis impactos negativos aos recursos naturais

<sup>8</sup> Atividades de aventura – aqui foram consideradas as atividades de risco em áreas naturais, que envolvam emoção, riscos controlados e desejo de contemplar a natureza por diferentes ângulos, com uso de técnicas e equipamentos específicos e a adoção de procedimentos para garantir a segurança pessoal e de terceiros e o respeito ao patrimônio ambiental e sociocultural, além de oferecerem pouco impacto negativo ao meio, como por exemplo, o *rapel* e o *rafting*.

<sup>9</sup> Safári fotográfico – prática esportiva na qual a caça fotográfica (substituição da arma pela máquina fotográfica) se mescla a qualidades artísticas e fotográficas com outras esportivas como capacidade de orientação, navegação pela área natural, conhecimento de natureza e trilhas. Os objetivos da caça são a fauna em geral. É uma atividade organizada, na qual os participantes recebem uma lista de objetivos de caça.

2.11) **Capacidade de Manutenção** – relacionada à capacidade da unidade em manter a qualidade e bom estado dos recursos naturais que se pretende proteger.

Pontos	Características
-3	Nunca ou quase nunca existe recurso de qualquer tipo para promover a qualidade e bom estado da estrutura oferecida aos visitantes
-2	Os elementos para promover a qualidade e bom estado dos recursos naturais diante do uso de visitação, tais como recursos humanos, recursos financeiros, pessoal devidamente capacitado, equipamentos, monitoramento de impactos, são em geral deficitárias, ou os recursos existem temporariamente por originados de projetos pontuais
-1	Possui quase todos os elementos para promover a qualidade e bom estado dos recursos naturais diante do uso de visitação, tais como recursos humanos, recursos financeiros, pessoal devidamente capacitado, equipamentos, monitoramento de impactos, mas por vezes alguns dos itens são deficientes
0	Possui todos os elementos para promover a qualidade e bom estado dos recursos naturais diante do uso de visitação, tais como recursos humanos, recursos financeiros, pessoal devidamente capacitado, equipamentos, monitoramento de impactos, continuamente

2.12) **Capacidade de Fiscalização** – relacionada à capacidade da Unidade de fiscalizar de forma a proteger os recursos naturais em relação às atividades de visitação.

Pontos	Características
-3	Sem ou quase sem recursos necessários para efetuar a fiscalização
-2	Existem poucos recursos para a fiscalização, sendo feito, quando possível apenas em pontos de maior prioridade
-1	Possui quase todos os elementos para fiscalização, mas por vezes alguns dos itens são deficientes
0	Plena capacidade de fiscalização, com recursos humanos em quantidade suficientes, devidamente capacitados e com equipamentos adequados

2.13) **Pesquisas Desenvolvidas Sobre a Unidade** – a existência de pesquisas desenvolvidas sobre a Unidade por fornecer subsídios para a sua gestão, assim, entende-se que quanto mais pesquisas existirem, melhor a chance de proteção dos recursos naturais.



Pontos	Características
-3	Nenhuma, ou a pesquisa que foi feita não chega para pessoal da gestão, ou não se realiza por dificuldades burocráticas e de segurança.
-2	Poucas pesquisas, descontínuas ou desconexas, mas que podem fornecer, direta ou indiretamente, subsídios para o manejo da Unidade
-1	Existência de algumas pesquisas, que fornecem ou podem fornecer subsídios, direta ou indiretamente, para o manejo da Unidade
0	Existência contínua de pesquisas, fornecendo, direta ou indiretamente, subsídios para o manejo da Unidade e a divulgação de seus valores

2.14) **Comunicação dos Valores da Unidade** – capacidade da Unidade em transmitir os valores da Unidade para promover a melhor conservação da área.

Pontos	Características
-3	Nenhuma
-2	Rara existência de comunicação sobre os valores da Unidade através de sinalização, atividades monitoradas, materiais impressos, envolvimento com diversos atores sociais, mídia, entre outros
-1	Existência moderada de comunicação sobre os valores da Unidade através de sinalização, atividades monitoradas, materiais impressos, envolvimento com diversos atores sociais, mídia, entre outros
0	Existência contínua de comunicação sobre os valores da Unidade através de sinalização, atividades monitoradas, materiais impressos, envolvimento com diversos atores sociais, mídia, entre outros

2.15) **Existência de Atividades de Educação e Interpretação Ambiental** – como forma de auxiliar na proteção dos recursos naturais da Unidade, através da informação e sensibilização dos visitantes.

Pontos	Características
-3	Inexistência de atividades de Educação e Interpretação Ambiental, ou estas não são feitas de forma adequada (grupos muito grandes, monitores mal preparados, entre outros)
-2	Existência esporádica de atividades de Educação e Interpretação Ambiental, em condições desconhecidas ou detectadas como inadequadas
-1	Existência de atividades de Educação e Interpretação Ambiental com certa regularidade e dentro de uma programação
0	Existência de atividades de Educação e Interpretação Ambiental constantes com regularidade, controle de qualidade e resultados (avaliação)

- **3. Comunidades Tradicionais**
- Declividade

As classes de declividades foram valoradas conforme as fragilidades, sendo que as áreas menos frágeis são mais adequadas a ocupação somente nas áreas identificadas como de uso dessas comunidades.

Classes de Declividade (%)	Descrição de Relevô	Descrição da Fragilidade	Peso do Dado
0-5	Plano ou quase plano	Forte	2
5-15	Suave ondulado	Fraca	5
15-30	Ondulado	Média	4
30-45	Muito ondulado	Forte	3
Superior a 45%	Forte ondulado	Muito forte	2

Ao redor das moradias das comunidades tradicionais foi feito um buffer de 100m.

As áreas de uso das populações tradicionais foram ponderadas segundo a tabela abaixo:

Classe	Peso do Dado
Área de antiga ocupação	4
Área de antigas roças e extração de sapé	5
Área de captação de água	5
Área de extrativismo esporádico	4
Área de extrativismo intensivo	5
Área de uso intensivo	5

Para as áreas de todos os cercos identificados foi feito buffer de 50m, e com peso 5.

#### • 4. Visitação, Educação Ambiental e Patrimônio Histórico-cultural

- Patrimônio Histórico-cultural

Os patrimônios, com buffer de 400m, foram valorados considerando o estado de conservação do mesmo, conforme tabela abaixo:

Patrimônio	Ilha	Grau_de_Co	Tipo_sítio	P_Conserv	P_Visit	Ocup_Atual	Tipo_Patri
Sítio Concheiro Vitória I	Ilha da Vitória	75,000000	Pre colonial	3	3	não há	Sítio arqueológico
Sítio Concheiro Vitória II	Ilha da Vitória	85,000000	Pre colonial concheiro	5	4	não há	Sítio arqueológico
Ocorrência Arqueológica 01	Ilha da Vitória	0,000000					Ocorrência arqueológica
Ocorrência Arqueológica 2	Ilha da Vitória	0,000000					Ocorrência arqueológica
Sítio Concheiro Vitória III	Ilha dos Pescadores	75,000000	Pre colonial e historico	5	5	há uma casa sobre parte do sítio. Ocupante desconhecido	Sítio arqueológico

Patrimônio	Ilha	Grau_de_Co	Tipo_sítio	P_Conserv	P_Visit	Ocup_Atual	Tipo_Patri
Sítio Concheiro Vitória IV	Ilha dos Pescadores	85,000000	Pre colonial	5	5	não há. Mas utilizado para roça.	Sítio arqueológico
Sítio Concheiro Vitória V	Ilha dos Pescadores	95,000000	Pre colonial	5	5	não há. Mas utilizado para roça.	Sítio arqueológico
Sítio Concheiro Búzios I	Ilha dos Búzios	50,000000	Pre colonial	3	2	sim, vários, alUm de caminho.	Sítio arqueológico
Sítio Concheiro Búzios II	Ilha dos Búzios	95,000000	Pre colonial	5	3	não há	Sítio arqueológico
Sítio Concheiro Búzios III	Ilha dos Búzios	85,000000	Pre colonial	5	5	não há	Sítio arqueológico
Sítio Abrigo Búzios I	Ilha dos Búzios	95,000000	Pre colonial	4	2	não há	Sítio arqueológico
Sítio Abrigo Búzios II	Ilha dos Búzios	95,000000	Pre colonial	4	2	não há	Sítio arqueológico
Sítio Fazenda Búzios I (SP-IB-40)	Ilha dos Búzios	75,000000	Historico	3	2	não há. Mas a área é ocupada para roça de mandioca e banana	Sítio arqueológico
Sítio Fazenda Búzios II (SP-IB-68)	Ilha dos Búzios	50,000000	Historico	2	2	vários. Área com casas.	Sítio arqueológico
Sítio Pitangueiras	Ilha dos Búzios	50,000000	Historico	3	3	não há	Sítio arqueológico
Ocorrência Arqueológica 01 - Pitangueiras	Ilha dos Búzios	0,000000					Ocorrência arqueológica
Ocorrência Arqueológica 02 - Pitangueiras	Ilha dos Búzios	0,000000					Ocorrência arqueológica
Ocorrência Arqueológica 03 - Pitangueiras	Ilha dos Búzios	0,000000					Ocorrência arqueológica
Ocorrência Arqueológica 04 - Pitangueiras	Ilha dos Búzios	0,000000					Ocorrência arqueológica
Ocorrência Arqueológica 05 - Costeira	Ilha dos Búzios	0,000000					Ocorrência arqueológica

Patrimônio	Ilha	Grau_de_Co	Tipo_sítio	P_Conserv	P_Visit	Ocup_Atual	Tipo_Patri
Ocorrência Arqueológica 06 - Costeira	Ilha dos Búzios	0,000000					Ocorrência arqueológica
Sítio Fazenda dos Borges	Ilha de São Sebastião	75,000000	Historico	3	4	não há	Sítio arqueológico
Sítio Baepi I	Ilha de São Sebastião	0,000000	Historico	2	4	não há	Sítio arqueológico
Sítio Toca do Winny	Ilha de São Sebastião	0,000000	Historico	3	5	não há	Sítio arqueológico
Sítio Engenho Figueira	Ilha de São Sebastião	0,000000	Historico	3	3	não há	Sítio arqueológico

- Mergulho

Todos os pontos de mergulho identificados no roteiro de mergulho foi ponderado com o peso 5

- Atrativos e Trilhas

**Importância Para a Visitação** – objetivo de analisar a pressão de visitação existente no conjunto trilhas e atrativos da Unidade.

- 5) **Hierarquização de Atrativos** – verificar as características que possam fazer com que o visitante desperte interesse.

1.21) **Atratividade** – relacionada a características peculiares e o interesse que pode despertar nos visitantes.

Pontos	Características
3	Todo conjunto trilhas e atrativos de excepcional e de grande interesse, com significação para o mercado turístico internacional, capaz de, por si só, motivar importantes correntes de visitantes, atuais e potenciais
2	Conjunto trilhas e atrativos com aspectos excepcionais em um país, capaz de motivar uma corrente atual ou potencial de visitantes deste país ou estrangeiros, em conjunto com outros atrativos próximos a este
1	Conjunto trilhas e atrativos com algum aspecto expressivo, capaz de interessar visitantes oriundos de lugares no próprio país que tenham chegado à área por outras motivações turísticas, ou capaz de motivar fluxos turísticos regionais e locais (atuais e potenciais)
0	Conjunto de trilhas e atrativos sem méritos suficientes, mas que formam parte do patrimônio turístico como elementos que podem complementar outros de maior hierarquia. Podem motivar correntes turísticas locais, em particular a demanda de recreação popular

1.22) **Atrativos Naturais**

Pontos	Características
3	Existência de ampla variedade de atrativos naturais como cachoeiras, rios, poços, lagos, mirantes naturais, diversidade de paisagens e ambientes, vegetações marcantes, etc.

2	Existência de moderada variedade de atrativos naturais como cachoeiras, rios, poços, lagos, mirantes naturais, diversidade de paisagens e ambientes, vegetações marcantes, etc.
1	Existência de pouca variedade de atrativos naturais como cachoeiras, rios, poços, lagos, mirantes naturais, diversidade de paisagens e ambientes, vegetações marcantes, etc.
0	Nenhum

1.23) **Atrativos Histórico-culturais**

Pontos	Características
3	Existência de ampla variedade de atrativos histórico-culturais como sítios arqueológicos, igrejas, ruínas, etc. e sua singularidade
2	Existência de moderada variedade de atrativos histórico-culturais como sítios arqueológicos, igrejas, ruínas, etc. e sua singularidade
1	Existência de pouca variedade de atrativos histórico-culturais como sítios arqueológicos, igrejas, ruínas, etc. e sua singularidade
0	Nenhum

1.24) **Grau de Uso Atual** – volume de visitantes efetivos no conjunto trilhas e atrativos

Pontos	Características
3	Grande fluxo o ano todo
2	Grande fluxo em determinados períodos do ano
1	Médio fluxo ao longo do ano
0	Pouco ou nenhum fluxo ao longo do ano

1.25) **Singularidade** – fundamenta-se na singularidade ou raridade do conjunto trilhas e atrativos. Quanto mais se assemelhar a outros, menos interessante ou prioritário.

Pontos	Características
3	Elementos singulares e/ou raros, dificilmente encontrado em outras localidades
2	Elementos singulares e/ou raros, encontrado em algumas outras localidades
1	Elementos bastante comuns, que podem ser encontrados com muita facilidade em outras localidades.
0	Elementos bastante comuns, que podem ser encontrados com muita facilidade em outras localidades e comuns também dentro da própria Unidade

1.26) **Apoio Local e Comunitário** – a partir da opinião de líderes comunitários e de instituições, analisar o grau de interesse da comunidade local e ONGs para o desenvolvimento e disponibilidade ao público

Pontos	Características
3	Apoiado por grande parte da comunidade e ONGs
2	Apoio razoável da comunidade e ONGs
1	Apoiado por uma pequena parte da comunidade e ONGs
0	Nenhum ou oposição de alguns setores sociais

- 1.27) **Estado da Conservação da Paisagem Circundante** – verificar através da observação *in loco* o estado de conservação da paisagem no entorno do conjunto trilhas e atrativos. São avaliações visuais gerais, sem intenção de entrar em detalhes, por exemplo, da composição de espécies e estágio sucessional.

Pontos	Características
3	Ótimo estado de conservação
2	Bom estado de conservação
1	Estado de conservação regular
0	Péssimo estado de conservação

- 1.28) **Infraestrutura** – verificar *in loco* se existe infraestrutura disponível no conjunto trilhas e atrativos e o estado desta.

Pontos	Características
3	Existente e em ótimas condições
2	Existente, mas necessitando de intervenções / melhorias
1	Existente, porém em estado precário
0	Inexistente

- 1.29) **Acesso** – verificar as vias de acesso existentes e as condições destas.

1.9.1) **Acesso Até o Início das Trilhas**

Pontos	Características
3	Em ótimas condições
2	Necessitando de intervenções e melhorias
1	Em estado precário
0	Inexistente

1.9.2) **Trilhas em si**

Pontos	Características
3	Em ótimas condições
2	Necessitando de intervenções e melhorias
1	Em estado precário
0	Inexistente

- 1.30) **Público** – perfil atual dos visitantes do conjunto trilhas e atrativos.

1.10.1) **Origem**

Pontos	Características
3	Visitantes até nível internacional
2	Visitantes até nível nacional
1	Visitantes até nível regional
0	Não recebem visitantes

1.10.2) **Tipo**

Pontos	Características
3	Público geral, incluindo portadores de necessidades especiais, grupos e escolares, excursões
2	Público geral, incluindo grupos de amigos e familiares, mas não chegando a tamanho de grupos de estudantes ou excursões

1	Específico e em pequeno número: Pessoas fisicamente bem preparadas, observadores de fauna, fotógrafos de fauna e flora
0	Nenhum ou restrito (fiscalização, pesquisa, monitoramento)

6) **Gestão** – itens relacionados à capacidade da Unidade em executar a gestão adequada da visita no conjunto trilhas e atrativos.

2.7) **Capacidade de Manutenção** – relacionada à capacidade da unidade em manter a qualidade e bom estado das estruturas oferecidas aos visitantes

Pontos	Características
3	Possui todos os elementos para promover a qualidade e bom estado da estrutura oferecida aos visitantes, tais como recursos humanos, recursos financeiros, pessoal devidamente capacitado, equipamentos, continuamente.
2	Possui quase todos os elementos para promover a qualidade e bom estado da estrutura oferecida aos visitantes, tais como recursos humanos, recursos financeiros, pessoal devidamente capacitado, equipamentos, mas por vezes alguns dos itens são deficientes.
1	Os elementos para promover a qualidade e bom estado da estrutura aos visitantes, tais como recursos humanos, recursos financeiros, pessoal devidamente capacitado, equipamentos, são em geral deficitárias, ou os recursos existem temporariamente por originados de projetos pontuais.
0	Nunca ou quase nunca existe recurso de qualquer tipo para promover a qualidade e bom estado da estrutura oferecida aos visitantes.

2.8) **Capacidade de Fiscalização** – relaciona à capacidade da unidade em fiscalizar os visitantes e seus atos no conjunto trilhas e atrativos.

Pontos	Características
3	Plena capacidade de fiscalização, com recursos humanos em quantidade suficientes, devidamente capacitados e com equipamentos adequados
2	Possui quase todos os elementos para fiscalização, mas por vezes alguns dos itens são deficientes
1	Existem poucos recursos para a fiscalização, sendo feito, quando possível apenas em pontos de maior prioridade
0	Sem ou quase sem recursos necessários para efetuar a fiscalização

2.9) **Segurança aos Visitantes** – relacionado ao nível de segurança aos visitantes.

### 2.3.1) Decorrentes de Comportamentos Humanos

Pontos	Características
3	Existe grande sensação de segurança pelo visitante em relação a riscos decorrentes de comportamentos humanos como assalto, furto, agressão, entre outros. Nenhum ou raros são os registros de ocorrências no conjunto trilhas e atrativos
2	Existe média sensação de segurança pelo visitante em relação a riscos decorrentes de comportamentos humanos como assalto, furto, agressão, entre outros. Ocorrem esporadicamente registros de ocorrências no conjunto trilhas e atrativos
1	Existe baixa sensação de segurança pelo visitante em relação a riscos decorrentes de comportamentos humanos como assalto, furto, agressão, entre outros. Ocorrem moderados registros de ocorrências no conjunto trilhas e atrativos
0	Não existe sensação de segurança pelo visitante em relação a riscos decorrentes de

comportamentos humanos como assalto, furto, agressão, entre outros. Existem constantes registros de ocorrências no conjunto trilhas e atrativos

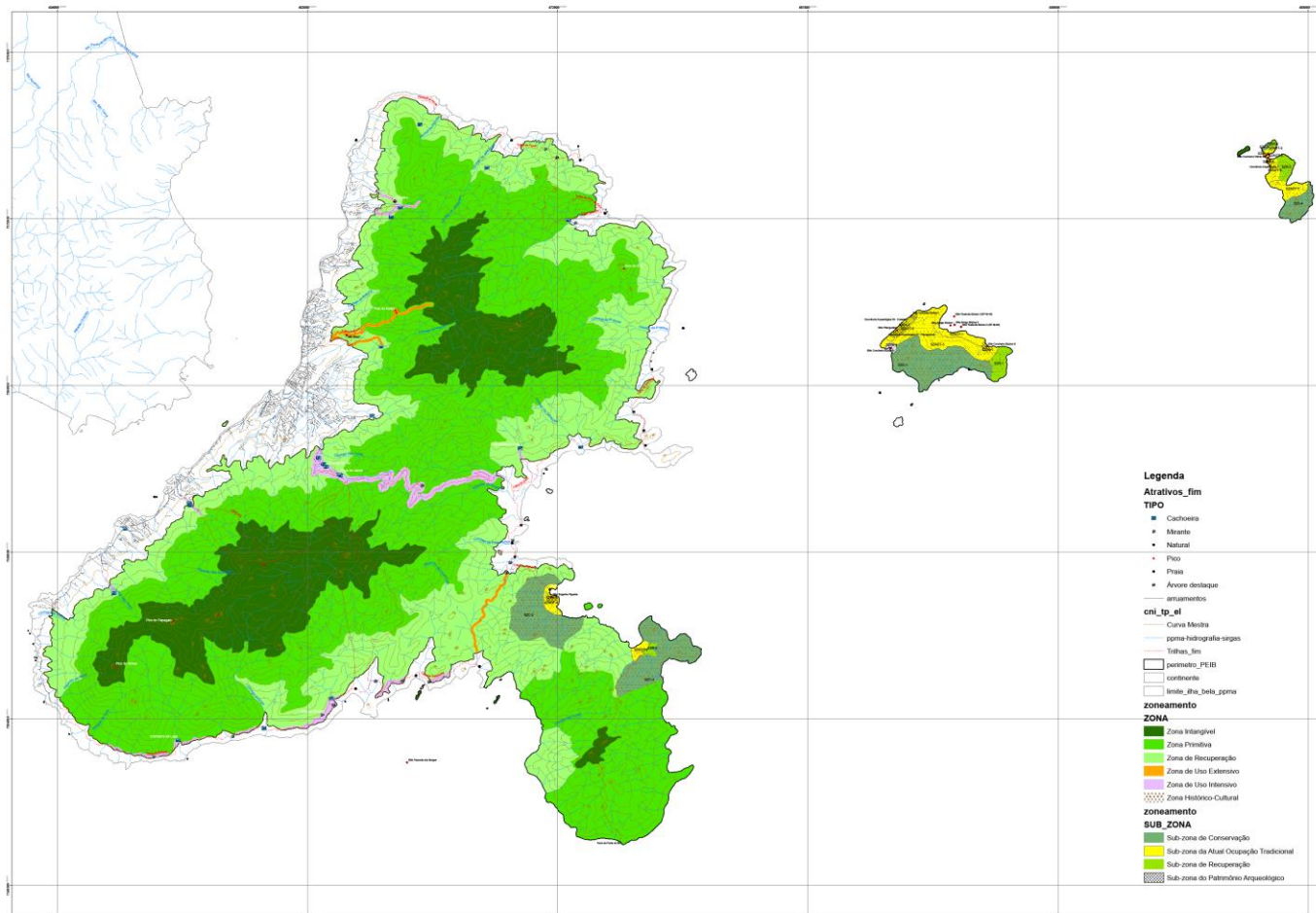
2.3.2) **Decorrentes do Meio Físico** – da lista abaixo verificar quantos os fatores abaixo (ABNT, 2008) se aplicam ao conjunto trilhas e atrativos:

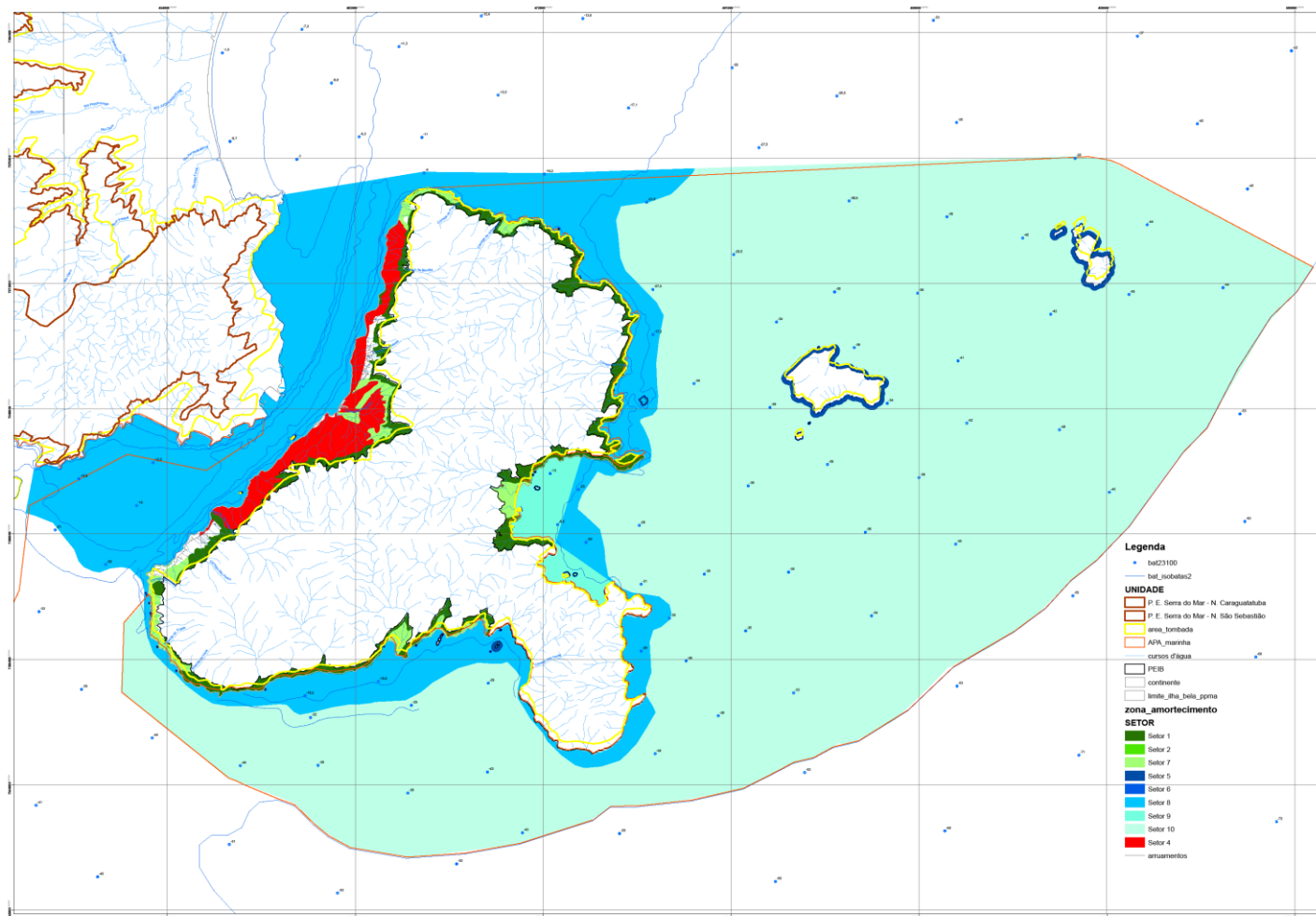
- oo) Exposição a desprendimentos espontâneos de pedras durante o percurso;
- pp) Exposição a desprendimentos de pedras provocados pelo próprio grupo ou outro durante o percurso;
- qq) Eventualidade de queda no vazio ou por um declive acentuado;
- rr) Existência de passagens onde seja necessário o uso das mãos para progredir no percurso;
- ss) Exposição a trechos permanentemente escorregadios, pedregosos ou alagados durante o percurso;
- tt) Exposição a trechos escorregadios ou alagados devido às chuvas durante o percurso;
- uu) Travessia de rios ou outros corpos d'água com correnteza, a vau (sem ponte);
- vv) Alta probabilidade de chuvas intensas ou contínuas para o período;
- ww) Alta probabilidade de que pela noite a temperatura caia abaixo de 0°C;
- xx) Alta probabilidade de que a temperatura caia abaixo de 5° C e a umidade relativa do ar supere os 90%;
- yy) Alta probabilidade de exposição a ventos fortes ou frios;
- zz) Alta probabilidade de que a umidade relativa do ar seja inferior aos 30%;
- aaa) Alta probabilidade de exposição ao calor em temperatura acima de 32° C;
- bbb) Longos trechos de exposição ao sol forte;
- ccc) Tempo de realização da atividade igual ou superior a 1 hora de marcha sem passar por um lugar habitado, um telefone de socorro (ou sinal de celular ou radiocomunicador) ou uma estrada aberta com fluxo de veículos;
- ddd) Tempo de realização da atividade igual ou superior a 3 horas de marcha sem passar por um lugar habitado, um telefone de socorro (ou sinal de celular ou radiocomunicador) ou uma estrada aberta com fluxo de veículos;
- eee) A diferença entre o tempo necessário para completar o percurso e a quantidade de horas restantes de luz natural no fim do dia (disponível na época do ano considerada) é menor que 3 horas;
- fff) Eventual diminuição da visibilidade por fenômenos atmosféricos que possa aumentar consideravelmente a dificuldade de orientação ou a localização de pessoas em algum trecho do percurso;
- ggg) Trajeto por vegetação densa ou por terreno irregular que possa dificultar a orientação ou a localização de pessoas em algum trecho do percurso;
- hhh) Região ou trechos sem acesso à água potável.

Pontos	Características
3	Até 4 fatores



2	De 5 a 8 fatores
1	De 9 a 12 fatores
0	Acima de 13 fatores





## OFICINA DE ZONEAMENTO - PLANO DE MANEJO DO PEIb

**DATA:** 20 de julho de 2011

**HORÁRIO:** 9 às 17h

**LOCAL:** Sede Administrativa do PEIb

### **PAUTA:**

09:00 - 09:40 - Abertura e apresentação dos objetivos e dos participantes

09:40 - 10:40 - Apresentação dos conceitos de zonas, metodologia e proposta técnica do zoneamento

10:40 - 12:30 - Divisão de grupos (zona de amortecimento, Zonas de conservação da natureza e de usos) - tarefa :analisar a proposta dos limites do zoneamento e sugerir alterações; propor usos de todas as zonas, principalmente nas áreas de divergência de manejo.

12:30 - 13:30 - almoço

13:30 - 15:00 - Continuação dos trabalhos em grupo e preparação para apresentação na plenária

15:00 - 16:30 - Apresentação dos grupos em plenária em power point

16:30 - 17:30 - Encerramento

### **PARTICIPANTES:**

#### 8. Abertura e Apresentação dos Objetivos e dos Participantes

Carolina Bio, Diretora do PEIb, abriu a reunião contextualizando o trabalho dentro do contexto do Plano de Manejo e passou a palavra a Sidnei Raimundo, moderador da oficina, que explicou que o zoneamento é o cruzamento entre as potencialidades e fragilidades dos diversos levantamentos, onde se defini o onde e como. Já quando das oficinas de programas serão definidos o "o que, como, quando, quem faz". Falou que as zonas tem nomes já estabelecidos nacionalmente desde 2002 com o Roteiro Metodológico de Planos de Manejo do IBAMA. Segundo Kelen, esse Roteiro foi já revisado pelo ICMBio.

Lucília perguntou qual a diferença entre IBAMA e ICMBio. Kelen explicou que o ICMBio é responsável pela padronização do roteiro de planos de manejo e administração das Unidades de Conservação (UC) Federais. Já o IBAMA é responsável pela fiscalização fora da UC.



#### 9. Apresentação dos Conceitos de Zonas, Metodologia e Proposta Técnica do Zoneamento

Claudia Shida lembrou que na Oficina de Planejamento Estratégico – SWOT foram estabelecidos quatro pilares na **visão** que todos construíram para o Parque, que são: a conservação; a visitação; a pesquisa e; enquanto os moradores tradicionais estiverem no parque, a garantia do seu modo de vida.

Foi feito o paralelo da construção de uma casa, onde se defini o local para o quarto, casa, banheiro, cozinha. O zoneamento é a etapa na qual está se definindo no parque, onde será o quarto dos animais, onde será a sala que receberão os visitantes, onde será o banheiro e onde será a cozinha do Parque. Também se defini as regras, por exemplo, não se cozinha no banheiro, não se toma banho na cozinha. Para não se definir a cozinha no banheiro, é importante a participação de todos. Para o quarto dos animais dá-se o nome de zona intangível, na qual não se pode visitar, somente podendo realizar pesquisas, monitoramento e fiscalização. Já na zona primitiva pode somente ter atividades de educação ambiental; na zona de uso extensivo a visitação pode ocorrer, mas de forma controlada. Já na zona de uso intensivo pode instalar infraestruturas como centro de visitantes, estacionamentos, Serviços autorizados como lanchonete. Foi apresentado o material de apoio com a descrição detalhada das normas gerais que pode e não pode em cada zona (Anexo 1)

Além disso, é importante como em uma casa conversar com os vizinhos para estabelecer regras de convívio. Quando se estabelece essas regras, define-se a **zona de amortecimento**.

Relembrou-se da Oficina de Treinamento de zoneamento, conforme slides no quadro 1:

<p>Relembrando por que o zoneamento é tão importante?</p> <p>1</p>	<p>Para evitarmos...</p>  <p>Antes dos Reis - 2010</p> <p>Antes Depois</p> <p>2</p>	<p>Essa realidade parece estar longe da nossa bela ilha...</p> <p>3</p>
 <p>4</p>	<p>É isso que queremos?</p> <p>5</p>	<p>Para evitarmos tais situações, precisamos ter um método consistente de zoneamento!</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Que mostre a correlação entre os diagnósticos, as normas, as zonas e as ações.</li> <li>2) Que explicita as limitações e potencialidades de cada área, considerando as temáticas estabelecidas na visão que são: <ul style="list-style-type: none"> <li>• A conservação da natureza</li> <li>• Os usos atuais e seus impactos</li> <li>• A visitação</li> <li>• A garantia do modo de vida das comunidades tradicionais</li> </ul> </li> </ol> <p>6</p>

**Quadro 1. Slides da apresentação relembrando a Oficina de Treinamento da metodologia do zoneamento**

Foi explanado que os consultores e pesquisadores dos diagnósticos apresentaram propostas de critérios e pesos para cada temática, pensando nos quatro pilares. Toda a descrição da proposta metodológica do zoneamento foi disponibilizada como material de apoio (Anexo 2).

Para exemplificar a consultora de visitação Yukie apresentou os critérios e pesos estabelecidos.. Yukie fala que para a visitação considerou-se dois tópicos: a

importância para a VISITAÇÃO e a importância para a CONSERVAÇÃO. Para o tópico importância para visitação, os critérios adotados foram:

#### ↳ Importância para a VISITAÇÃO

- Atratividade
- Atrativos naturais
- Atrativos histórico-culturais
- Grau de uso atual
- Singularidade
- Apoio local e comunitário
- Estado de conservação da paisagem circundante
- Infraestrutura

#### ↳ Importância para a VISITAÇÃO (cont.)

- Acesso
  - ▶ Acesso até o início das trilhas
  - ▶ Trilhas em si
- Público
  - ▶ Origem
  - ▶ Tipo
- Gestão
  - ▶ Capacidade de manutenção
  - ▶ Capacidade de fiscalização

#### ↳ Importância para a VISITAÇÃO (cont.)

- Segurança aos visitantes
  - ▶ Decorrentes de comportamentos humanos
  - ▶ Decorrentes do meio físico

Para o tópico importância para conservação, os critérios adotados foram:

#### ↳ Importância para a CONSERVAÇÃO

- Conservação
  - ▶ Vulnerabilidade das áreas
  - ▶ Características das trilhas
  - ▶ Distribuição do uso ao longo do ano
  - ▶ Impactos sobre o terreno
  - ▶ Atividades
  - ▶ Vandalismo
  - ▶ Presença de lixo

#### ↳ Importância para a CONSERVAÇÃO (cont.)

- Gestão
  - ▶ Capacidade de manutenção
  - ▶ Capacidade de fiscalização
  - ▶ Pesquisas desenvolvidas sobre a Unidade
  - ▶ Comunicação de valores da Unidade
  - ▶ Existência de atividades de educação e interpretação ambiental

Foi colocado pesos e o resultado total foi:

## ↘ Tabelas - Total Geral e Resultados

TOTAL GERAL DE PONTOS		Classific.	Pontos	Hierarquia / Prioridades - Geral (Interesse para Visitação + Importância para Conservação)
-8	Trilha do Poço - Jabaquara	1*	7	Trilha da Água Branca
-4	Trilha da Cachoeira do Poço	2*	6	Trilha do Baepi
-5	Trilha da Cachoeira da Friagem	3*	4	Trilha da Cachoeira dos Três Tombos ou Pancada D'Água
6	Trilha do Baepi	3*	4	Trilha da Cachoeira do Veloso
-4	Trilha do Bananal do Quilombo (ou Trilha da Cachoeira do Bananal)	4*	2	Trilha da Cachoeira do Gato
7	Trilha da Água Branca	5*	1	Trilha do Bonete (trecho Sepituba - Bonete)
4	Trilha da Cachoeira dos Três Tombos ou Pancada D'Água	6*	-2	Estrada de Castelhanos
4	Trilha da Cachoeira do Veloso	7*	-4	Trilha da Cachoeira do Poço
1	Trilha do Bonete (trecho Sepituba - Bonete)	7*	-4	Trilha do Bananal do Quilombo (ou Trilha da Cachoeira do Bananal)
-6	Trilha Bonete - Enxovas	8*	-5	Trilha da Cachoeira da Friagem
-5	Trilha Enxovas - Indaiaúba	8*	-5	Trilha Enxovas - Indaiaúba
-8	Trilha Indaiaúba - Vermelha	9*	-6	Trilha Bonete - Enxovas
-7	Trilha Vermelha - Mansa	9*	-6	Trilha Mansa - Castelhanos

## ↘ Tabelas - Total Geral e Resultados

Classific.	Pontos	Prioridade para Visitação	Classific.	Pontos	Prioridade para Conservação - quer se proteger, e evitar visitação, se possível
1*	25	Trilha do Baepi	1*	-23	Trilha do Bonete (trecho Sepituba - Bonete)
2*	24	Trilha do Bonete (trecho Sepituba - Bonete)	1*	-23	Estrada de Castelhanos
3*	23	Trilha da Água Branca	2*	-20	Trilha da Cachoeira da Friagem
3*	23	Trilha da Cachoeira dos Três Tombos ou Pancada D'Água	2*	-20	Trilha do Bananal do Quilombo (ou Trilha da Cachoeira do Bananal)
4*	21	Estrada de Castelhanos	3*	-19	Trilha do Baepi
5*	20	Trilha da Cachoeira do Veloso	3*	-19	Trilha da Cachoeira dos Três Tombos ou Pancada D'Água
6*	19	Trilha da Cachoeira do Gato	4*	-18	Trilha do Poço - Jabaquara
7*	16	Trilha do Bananal do Quilombo (ou Trilha da Cachoeira do Bananal)	4*	-18	Trilha Indaiaúba - Vermelha
8*	15	Trilha da Cachoeira da Friagem	4*	-18	Trilha Vermelha - Mansa
9*	12	Trilha Enxovas - Indaiaúba	4*	-18	Trilha Mansa - Castelhanos
9*	12	Trilha Mansa - Castelhanos	5*	-17	Trilha Bonete - Enxovas
10*	11	Trilha Bonete - Enxovas	5*	-17	Trilha Enxovas - Indaiaúba
10*	11	Trilha Vermelha - Mansa	5*	-17	Trilha da Cachoeira do Gato



10. Divisão de Grupos (Zona de Amortecimento, Zonas de Conservação da Natureza e de Usos) - Tarefa :Analisar a Proposta dos Limites do Zoneamento e Sugerir Alterações; Propor Usos de Todas as Zonas, Principalmente nas Áreas de Divergência de Manejo

Os participantes foram divididos em 3 Grupos: ZONA DE AMORTECIMENTO, ZONAS DA NATUREZA E ZONAS DOS USOS. Cada grupo deveria eleger um coordenador que estaria responsável pelo tempo e participação e um relator para as anotações de alterações e apresentação em plenária

Foi orientado que os grupos olhassem a proposta das zonas e, caso achassem pertinente, alterassem tanto os limites das zonas (anexos 3 e 4) quanto nas propostas de normas apresentadas (anexos 5 e 6).

Face a rica discussão e contribuições nos grupos foi discutido após o almoço a proposta de realizar mais um período para continuação dos trabalhos, sendo que ao final da reunião estabeleceu-se os seguintes passos:

- 1) Continuação da oficina de zoneamento no dia 25 de julho das 13 às 17hs na sede do PEIB.
- 2) Envio do material para que todos os participantes analisem as propostas de zoneamento do PEIB e zona de amortecimento, bem como respectivas normas. Comprometendo-se a já trazer contribuições e sugestões de alterações.
- 3) Devolutiva dos resultados aos participantes, via e-mail até o dia 03 de agosto.

Os resultados de cada grupo estão descritos a seguir.

### **Grupo “Natureza”**

Participantes: Inês, Joana, João, Gilda, Dani, Beto, Daniela, Paulo, Marcelo, Marcus

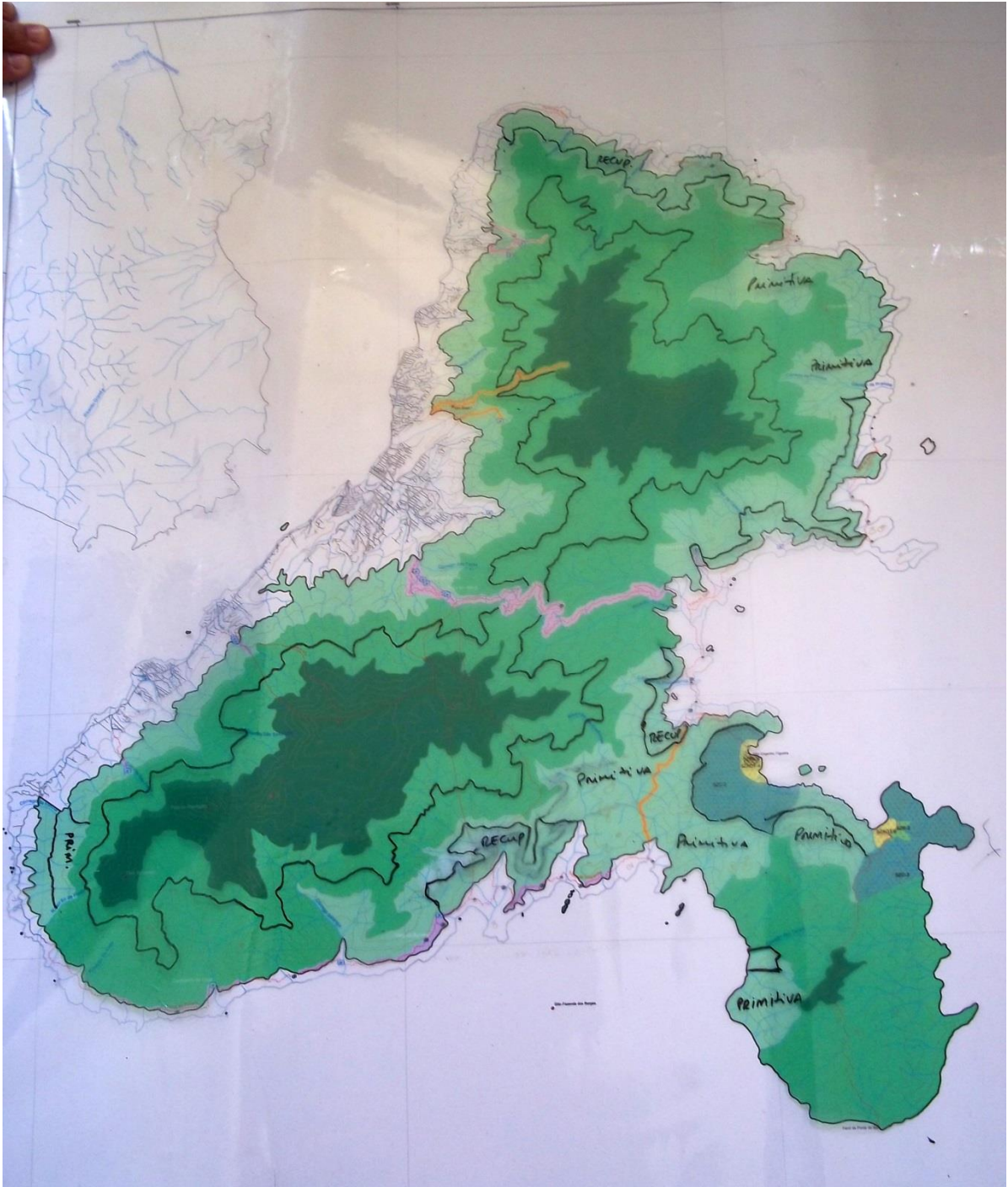
- ✓ Alteração da zona intangível para “acima da cota 600”.  
Inês e Gilda sugerem o aumento da zona intangível. Gilda e Topé propõe juntar a zona Intangível por conta da vegetação primária – Floresta ombrófila densa Montana (primária)
- ✓ Verificar coma SUCEN locais de aplicação e alterá-los de forma a não aplicá-lo na zona intangível
- ✓ Zona primitiva – proibida a educação ambiental. Todos concordam em proibir a educação ambiental na zona primitiva, já que está sendo estabelecida 2 zonas extensivas nas áreas de futuras trilhas. Gilda sugere que toda a mata primária seja zona primitiva e todos concordam.
- ✓ Alteração da trilha do Bonete para extensiva até a praia de Indaiaúba  
Todos quiseram mudar a trilha do Bonete para extensiva. Funcionários do PEIB lembraram da fragilidades das áreas da trilha do Bonete, sendo que Inês e Gilda tem a preocupação com impactos nas trilhas do Bonete.
- ✓ Diminuir o buffer das trilhas para 30m

- ✓ Descer a zona primitiva até o limite do PEIb (cota 100 do areado até a Ponta do Boi, e até os limites na baía dos catelhanos (até unir as 2 zonas primitivas desta área). Permanece zona de recuperação o entorno. Do sombrio até a Figueira, abaixo da cota 200; do saquinho até Enxovas, abaixo da cota 300 (da trilha que chaga na praia Vermelha até a atual zona primitiva abaixo da cota 200). Deixar como zona extensiva Enxovas – Vermelha. Daniela, Paulo e Gilda propõe descer para 300m zona primitiva atrás da Fome.

Marcelo Dutra e funcionários do PEIb discutiram sobre Ponta do Boi e acham que não deve ser aberta qualquer trilha. Uma vez que se fez a proposta de que na zona de primitiva não se pode ter atividades de educação ambiental e, portanto, não se poderia abrir novas trilhas. Marcelo Dutra também informa que a base da marinha não utiliza nenhum acesso por terra.

- ✓ Levar para oficina de comunidades a idéia de fazer projeto de recuperação florestal próximo a comunidades. Marcus ressalta que é importante que trabalhos de recuperação das áreas seja feito utilizando mão-de-obra da comunidade tradicional. Grupo concorda em deixar zona de recuperação no entorno, porém bem menor do que a proposta.
- ✓ Fazer valer o decreto de Estrada-Parque que regulamenta os usos na estrada de Castelhanos. Além disso, Gilda aponta a necessidade de projetos e tratamento especial para a cota 400 do início da estrada de Castelhanos, em função do hot spot de fauna.
- ✓ Discutir impactos sobre recursos hídricos na região da estrada de Castelhanos
- ✓ Estudo sobre capacidade de carga de todas as trilhas (considerando dias de chuva e regras especiais para estes)
- ✓ Implantação de passarelas e túneis de fauna na estrada de Castelhanos
- ✓ Discutir estratégias de conservação (e ações) para região próxima à cota 400 da estrada de Castelhanos ("Hot spot" de fauna)
- ✓ Próxima oficina: discutir normas das zonas (principalmente extensiva e intensiva)

A seguir as alterações na Proposta de Zoneamento:



**Alterações propostas pelo Grupo Uno zoneamento do PEIB**

## **Grupo “Usos”**

Participantes: Zé Luiz, Flávio, Marcelo Caiçara, Wagner, Bicudo, Carlos, Cris, Alexandre, Lu, Andrea, Claudia, Luisa

- ✓ Zona Intangível – trilha Sombrio
- ✓ Transforma em zona primitiva – trilha do Bonete – Laje/ Castelhanos (entorno)
- ✓ Baixar cota 100 – zona entre trilhas Bonete e Castelhanos até área de zona primitiva (Obs: cota 100 da laje até cachoeira do saquinho)
- ✓ Estudo de mudança de traçado da trilha que chega em Indaiauba amenizando a subida em zig-zag
- ✓ Recomendar a regularização da área do sombrio sujeita ao cancelamento da autorização ambiental (parque) para continuação do uso (cancelar anuência e sugerir outra normatização) Ficam pendentes condicionantes no termo de compromisso
- ✓ No córrego do poço aumentar a área primitiva e descer até a cota 200 até o encontro da Zona já delimitada (entorno da estrada de Castelhanos).
- ✓ Ponta do Boi face leste baixar cota para 200 – reanalise da equipe de vegetação e geologia.
- ✓ Na toca – zona histórico cultural (Obs: confrontar com imagens de satélite – sobreposição)
- ✓ Cachoeira 3 tombos até ribeirão do frade cai para cota 300 (checar foto interpretação de Buzios)
- ✓ Onde o Parque se transforma em cota 100 - Ponta das canas – zona primitiva passa para cota 200

## **TRILHAS**

### **Ações para disciplinar:**

Recomendações para o plano diretor →

- “tombamento” de trilhas na zona do município
- Trilha do Quilombo - passar a ser de uso intensivo
- Proposta → Trilhas do Jabaquara e fome
- – passar a ser de uso intensivo
- 

## **NORMATIZAR TRÁFEGO**

- Elaborar uma minuta do decreto para o secretário do meio ambiente solicitando ao governador do estado que paralise as obras de abertura da estrada do Bonete condicionando o projeto à compatibilização das normas do Parque
- Castelhanos – Ponta Ribeirão até Serraria – Trilha de uso extensivo. Recomendar para a prefeitura o tombamento da trilha conforme o plano diretor
- Fome e Poço – Trilha de uso extensivo
- Estudo de abertura da Antiga Trilha – Enxovas – Vermelha via Sapopemba + tombamento
- Recomendar a regularização da área do Iate Club no Sombrio – sujeita a cancelamento da autorização ambiental (parque) para continuação do uso (cancelar anuência e sugerir outra normatização). Ficam pendentes as condicionantes no termo de compromisso.



**Alterações propostas pelo Grupo Usos e zoneamento do PEIB**

## **Grupo “Amortecimento”**

Participantes: Aurélio, Rafael, Daniel, Carlos, Cleber, Guaraci, Arturo, Vivian, Alexandre, Alain, Kelen

- ✓ **Recomendação Geral :**
  - levantamento de proprietários de terras limítrofes ao Parque (Setor 1 e 7) a fim de negociar recuperação de áreas degradadas;
  - Providencias quanto a liberação do uso do PREP (PROGRAMA DE RASTREAMENTO DE EMBARCAÇÃO DE PESCA) utilizado pelo IBAMA para o PEIb e Pamb no sentido de fortalecer a fiscalização das áreas próximas as comunidades tradicionais;
  - CATI trabalhar em projetos de desenvolvimento sustentável em parceria com comunidades e ONGs
  - Diagnostico da real utilização da comunidade dentro da área de PEIb., Ilhas e outras comunidades tradicionais, para então resolver junto aos mesmos qual a classificação em que deverá se enquadrar a nova U.C.
  - Qualquer proposta de manutenção das vias de acesso (estrada e trilhas) contar com a manifestação direta do PEIb e comunidades envolvidas.
  - Mapeamento da área de pesca tradicional das comunidades do arquipélago de Ilhabela, a partir dos dados iniciais da Petrobras
  
- ✓ **Setor 1**
  - Empreendimentos e atividades de impacto potencial limítrofe ao Parque – Necessário ter a anuência do Parque junto aos processos requeridos junto a prefeitura.
  - Transforma o trecho terrestre da ilha das Cabras até o trecho identificado no mapa, entre as cotas 100 e 200m em setor 1
    - a) Bonete
      - manutenção das vias de acesso; definir competência de manutenção, deve-se consultar a comunidade para permissão de uso da mesma; Sub setor 1.A - Reduzir taxa de ocupação residencial e comercial para 5%.
      - Bonete Comunidade – Energia elétrica (definir junto à comunidade);
    - b) Castelhanos
      - Castelhanos Praia – Reduzir taxa de ocupação residencial e comercial para 5%. (exceto para comunidades tradicionais) – Criação de áreas /reserva Caiçara.
      - Castelhanos Acesso – Definir competência para manutenção;
      - Castelhanos Estrada – Aplicar Setor 1.A, considerar levantamento de fauna.
      - Considerar as restrições relacionadas as taxas de ocupação em função dos levantamentos de fauna para áreas de entrada e saída da estrada de Castelhanos.



As restrições também estão relacionados as ocupações tradicionais bem como os modos de vida

- Propor para CONDEPHAAT e Plano Diretor a criação de Reservas Caiçaras

✓ **Setor 2**

- Poço e Fome – Criar reserva Caiçara

✓ **Setor 4**

- Ilha da Cabras a ponta da Sela – Recomenda-se aplicabilidade do que está descrito no Setor 1, aumentando também a Z1, começando da cota 100 a 120;

✓ **Setor 5**

a) Ilha de Búzios, Vitória e Pescadores

- Indicar a inclusão de novas áreas no caso de uma proposta de recategorização.
- Implantação de limites visuais para a proteção das áreas de cerco e pesca artesanal, por meio de sinalização visual. Essa sinalização deve ser realizada junto com a marinha e APA
- Questionou-se a manutenção de passagem de embarcações, uma vez que não se pode proibir.
- Mergulho contemplativo no entorno da CAGADINHA condicionado a estudo de demanda.
- Ordenamento das atividades de mergulho contemplativo, proibição de caça sub
- Mergulho contemplativo entorno das ilhas
- Barcos credenciados e locais de fundeio demarcados, bem como áreas de mergulho
- Informar empresas de pesca de frete e agencias de mergulho
- A gestora da APA encaminhou sugestões que foram lidas, sendo que como objetivo e metas uma nova redação foi proposta: Proteger as rotas das embarcações artesanais dos moradores das Ilhas. Proteger áreas de uso da pesca artesanal (artes de pesca tradicionais como por exemplo armadilhas para polvo, cercos flutuantes, espinhel, redes de espera) , garantir subsistência dos ilhéus. Como sugestão o grupo incluiu que fosse expresso que fossem dos tradicionais do arquipélago da Ilhabela.
- No que se refere a recomendação “não haver desembarque e embarcações, salvo das comunidades tradicionais” – a gestora da APA sugere que o desembarque esteja condicionado ao consentimento das populações tradicionais, uma vez que caso a comunidade tenha interesse em algum dia desenvolver atividades de turismo de base comunitária. Também sugeriu a redação “Interdição da pratica de pesca submarina”, inclusão de: “Limitação da pratica de pesca amadora, para no Maximo 1 barco por vez, desde que respeitando as artes de pesca dos moradores,

bem como seu modo de vida”, colocando a todos a necessidade de estabelecer como se controla; “Deverão ser instalados cartazes e bóias para a sinalização das restrições de aproximação e desembarque, bem como sinalização das áreas de interdição. Tais normativas devem ser objeto de aviso aos navegantes, pela marinha do Brasil, bem como de fiscalização pela policia ambiental do estado de são Paulo (no entanto ressalta a viabilidade desta recomendação). Sugeriu também a análise para inclusão das normativas da Z1M do ZEE

✓ **Setor 6**

- Vitoria e Búzios - Estipular limites para movimentação náutica através de sinalização visual. (bóias);
- Atividade náutica nas proximidades, exigir credenciamento de embarcação junto ao Parque.
- A gestora da APA também sugeriu a inclusão nos objetivos e metas de: “Proteger ambientes marinhos frágeis” Sugeriu também a análise para inclusão das normativas da Z1M do ZEE

✓ **Setor 8**

- Separar o canal do setor 8, passando para novo setor (setor 11).
- Colocar as normas do Decreto do Santuário Ecológico
- Todos os objetivos e metas contidas no setor 10 devem ser deslocados para o Setor 8
- Ampliar a área do setor 8 - baía de Castelhanos da Ponta da Cabeçuda a Ponta do Rosário

✓ **Setor 9**

- Saco do Sombrio – Reavaliar TC/97 entre com YCI com prazo para manifestação sob pena de revogação da anuência das atividades do parque (Uso da comunidade, PEIb e PMI).
- As instalações do YCI (sede e sub-sede) – apoiar ações de fiscalização, educação, pesquisa (transporte, embarcações, desembarque, comunicação, alojamento, recolhimento do esgoto tratado e lixo)

✓ **Setor 10**

- Canal – recomenda-se separar o canal do setor 8 “ trecho apontado no Mapa”??!
- Movimentação de água de lastro, lixo de navios e lavagens de tanque petrolino... Fazer contato com a Marinha para definições referentes a sinalização.

✓ **Novo Setor (Setor 11)**



- Separar o canal do setor 8, passando para novo setor (setor 11).
- Monitoramento de água de lastro, lixo dos navios e lavagem de tanque petroleiro

A gestora da APA levanta pontos a serem pensados como:

- Possibilidade de adotar a definição de que aqüicultura de baixo impacto é até 2000m<sup>2</sup> de lamina d'água.
- Retirar a autorização de recifes artificiais:
- Inserir nas normas gerais, que parque tem que dar anuência para as áreas de aqüicultura.



Alterações propostas pelo Grupo Amortecimento no zoneamento do PEIB

## **ANEXO 5 - Parque Estadual da Ilhabela**

### **Normas Gerais**

#### **São permitidas:**

- ✓ Preservação e conservação da natureza
- ✓ Restauração da natureza
- ✓ Pesquisa Científica
- ✓ Educação Ambiental
- ✓ Visitação pública
- ✓ Lazer e recreação
- ✓ Atividades comerciais desde que firmado em acordo formal com a FF

#### **São proibidas:**

- ✓ Desmatamento de áreas naturais
- ✓ Todos os tipos de caça, coleta de plantas e animais silvestres
- ✓ Queimadas
- ✓ Mineração
- ✓ Moradias, construção de casas,
- ✓ abertura de novas estradas, barragens etc.
- ✓ Criação de animais silvestres e domésticos
- ✓ Feitio de Roça
- ✓ Uso de agrotóxico
- ✓ Lançamento de esgoto
- ✓ Deposição de lixo
- ✓ Os materiais para construção e reforma de quaisquer infraestruturas não poderão ser retirados dos recursos naturais da UC

(SNUC)

*"Art. 42. As populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes.*

*§ 1o O Poder Público, por meio do órgão competente, priorizará o reassentamento das populações tradicionais a serem realocadas.*

*§ 2o Até que seja possível efetuar o reassentamento de que trata este artigo, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações".*

## ZONA INTANGÍVEL

ZONAS	DESCRIÇÃO GERAL	OBJETIVOS E METAS	NORMAS GERAIS
<b>INTANGÍVEL</b>	<p>É aquela onde ocorreu pouca intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico.</p> <p>Esta é a área de melhor estado de conservação do parque.</p>	<p>O objetivo geral do manejo é a preservação do ambiente natural.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ As atividades permitidas serão a pesquisa, o monitoramento ambiental e a fiscalização;</li> <li>➤ A interpretação dos atributos desta zona se dará somente através de folhetos e/ou recursos indiretos, inclusive aqueles oferecidos no centro de visitantes;</li> <li>➤ As atividades permitidas não poderão comprometer a integridade dos recursos naturais;</li> <li>➤ Não serão permitidas quaisquer instalações de infra-estrutura;</li> <li>➤ É proibido o tráfego de veículos nesta zona, exceto em ocasiões especiais, em casos de necessidade de proteção da Unidade;</li> <li>➤ A fiscalização será constante nesta zona.</li> </ul>
ZONAS	DELIMITAÇÃO	JUSTIFICATIVA	NORMAS ESPECIFICAS
<b>ZI-1</b>	<p>Arquipélago de Vitória - Ilhote das Cabras ou Cagadinha, Ilhas da Prainha, da Figueira e do Codó</p>	<p>Ocorrência de sítios de nidificação de aves marinhas, algumas ameaçadas de extinção.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Não é permitido o desembarque na ilha.</li> <li>➤ Somente a comunidade tradicional de Vitória pode utilizar a costeira para sua pesca, uma vez que este é seu modo de vida. No entanto, ficou acordado que os ninhos e seus ovos não serão mexidos ou retirados.</li> <li>➤ Deve-se incluir um raio de 50 m de mar no entorno dessas ilhas a fim de evitar que a passagem de embarcações perturbe as aves em seus ninhos.</li> <li>➤ Deverão ser instalados cartazes e bóias para a sinalização das restrições de aproximação e desembarque.</li> </ul>
<b>ZI-2</b>	<p>Ponta do Boi - Pico do Mirante</p>	.	➤
<b>ZI-3</b>	<p>Topo da Serra - Pico Papagaio/ Pico São Sebastião</p>		➤

<b>INTANGÍVEL</b>	Topo do Morro da Serraria e Morro da Cabeçada		<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ As atividades permitidas serão a pesquisa, o monitoramento ambiental e a fiscalização;</li> <li>➤ A interpretação dos atributos desta zona se dará somente através de folhetos e/ou recursos indiretos, inclusive aqueles oferecidos no centro de visitantes;</li> <li>➤ As atividades permitidas não poderão comprometer a integridade dos recursos naturais;</li> <li>➤ Não serão permitidas quaisquer instalações de infra-estrutura;</li> <li>➤ É proibido o tráfego de veículos nesta zona, exceto em ocasiões especiais, em casos de necessidade de proteção da Unidade;</li> <li>➤ A fiscalização será constante nesta zona.</li> </ul>
-------------------	---	--	---

#### ZONA PRIMITIVA

ZONAS	DESCRIÇÃO GERAL	OBJETIVOS E METAS	NORMAS GERAIS
<b>PRIMITIVA</b>	É aquela onde ocorreu pouca intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico. Esta é a área de melhor estado de conservação do parque.	O objetivo geral do manejo é a preservação do ambiente natural.	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ As atividades permitidas serão a pesquisa, o monitoramento ambiental e a fiscalização;</li> <li>➤ A interpretação dos atributos desta zona se dará somente através de folhetos e/ou recursos indiretos, inclusive aqueles oferecidos no centro de visitantes;</li> <li>➤ As atividades permitidas não poderão comprometer a integridade dos recursos naturais;</li> <li>➤ Não serão permitidas quaisquer instalações de infra-estrutura;</li> <li>➤ É proibido o tráfego de veículos nesta zona, exceto em ocasiões especiais, em casos de necessidade de proteção da Unidade;</li> <li>➤ A fiscalização será constante nesta zona.</li> </ul>
ZONAS	DELIMITAÇÃO	JUSTIFICATIVA	NORMAS ESPECIFICAS
<b>PRIMITIVA Ponta do Boi</b>	É aquela onde ocorreu pouca intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico. Esta é a área de melhor estado de conservação do parque.	O objetivo geral do manejo é a preservação do ambiente natural.	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤</li> </ul>

<b>PRIMITIVA- Morro do Pico São Sebastião</b>	Abrange a área do entroncamento entre ribeirão do Frade e o Limite do PEIB, até o limite do PEIB e o Corrego Ipiranga, onde sobe pelo rio até alcançar a cota 400 quando segue em direção a leste por esta cota	O objetivo geral do manejo é a preservação do ambiente natural.	⇒
---	---	---	---

### ZONA USO EXTENSIVO

ZONAS	DESCRIÇÃO GERAL	OBJETIVOS E METAS	NORMAS GERAIS
<b>USO EXTENSIVO</b>		O objetivo do manejo é a manutenção de um ambiente natural com mínimo impacto humano, possibilitando oferecer acesso e facilidade para pequenos grupos para fins educativos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ As atividades permitidas serão a pesquisa, o monitoramento ambiental, a fiscalização, a educação ambiental;</li> <li>⇒ As atividades de interpretação e educação ambiental terão como objetivo facilitar a compreensão e a apreciação dos recursos naturais das áreas pelos visitantes. As atividades de educação ambiental deverão ser agendadas e monitoradas.</li> <li>⇒ Esta zona será constantemente fiscalizada;</li> <li>⇒ É expressamente proibido a emissão de sons acima das normas estabelecidas pela legislação em vigor.</li> <li>⇒ Não pode ter implementação de infra-estrutura, com exceção de equipamentos para monitoramento; e de infraestrutura básica (corrimões, escadas, pinguelas etc, com materiais ecológicos e em harmonia com o ambiente)</li> <li>⇒</li> <li>⇒ Não são permitidos quaisquer tipos de vendas de alimentos ou outros.</li> <li>⇒ É permitida a sinalização para proteção, educação ambiental e monitoramento.</li> <li>⇒ <b>NORMAS GERAIS PARA TRILHAS DE USO EXTENSIVO DO PEIB:</b></li> <li>⇒ No caso de trilhas, é permitida a instalação de banheiros (com tecnologias ecológicas) no início das mesmas, como infraestrutura de apoio ao monitoramento</li> <li>⇒ Deve-se seguir as normas da ABNT pertinentes à visitaçao</li> <li>⇒ Atividades permitidas serão conservação, proteção, pesquisa, visitaçao e administração;</li> <li>⇒ Esta zona deverá comportar sinalização educativa, interpretativa e/ou indicativa;</li> <li>⇒ As atividades previstas devem levar o visitante a entender a filosofia e as práticas de conservação da natureza;</li> <li>⇒ Todas as construções e reformas voltadas para a visitaçao deverão estar harmonicamente</li> </ul>

			<p>integradas com o meio ambiente;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ É proibida a emissão de som acima das normas estabelecidas pela legislação em vigor;</li> <li>➤ Os esgotos deverão receber tratamento suficiente para não contaminarem rios, riachos nascentes e solo. O tratamento dos esgotos deve priorizar tecnologias alternativas de baixo impacto. As estruturas já existentes deverão ser readequadas;</li> <li>➤ Os resíduos sólidos gerados nas infra-estruturas previstas deverão ser acondicionados para coleta seletiva (orgânico e reciclável), recolhidos periodicamente e depositados em local destinado para recolhimento pela municipalidade;</li> <li>➤ Não pode haver pernoite, acampamento e uso de fogueiras;</li> <li>➤ A fiscalização será intensiva nesta zona.</li> <li>➤ Não é permitida a circulação de veículos ou motocicletas, salvo para a fiscalização</li> <li>➤ A decisão sobre qualquer intervenção em trilhas já existentes, dentro ou no entorno de comunidades tradicionais, devem ter a participação das mesmas no processo.</li> <li>➤ É proibida a captação de água sem prévia autorização do PEIb</li> </ul>
ZONAS	DELIMITAÇÃO	JUSTIFICATIVA	NORMAS ESPECIFICAS
<b>USO EXTENSIVO Trilha do Baepi e Trilha da cachoeira do Bananal do Quilombo</b>	É aquela constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem, voltada à visitação pública.	O objetivo geral do manejo é o de facilitar a recreação e educação ambiental em harmonia com o meio.	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Trilha do Baepi: proibido o tráfego de bicicletas; obrigatório o acompanhamento de monitor ambiental credenciado</li> <li>➤ Bananal: obrigatoriedade de monitor ambiental por conta de riscos?</li> <li>➤ Manejo da trilha voltado para a observação de aves</li> <li>➤ proibido o tráfego de bicicletas</li> </ul>

<p><b>USO EXTENSIVO</b> <b>Trilha Indaiauba -</b> <b>praia Vermelha</b></p>	<p>É aquela constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem, voltada à visitação pública.</p>	<p>O objetivo geral do manejo é o de facilitar a recreação e educação ambiental em harmonia com o meio.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Atividades permitidas serão conservação, proteção, pesquisa, visitação e administração;</li> <li>➤ Esta zona deverá comportar sinalização educativa, interpretativa e/ou indicativa;</li> <li>➤ As atividades previstas devem levar o visitante a entender a filosofia e as práticas de conservação da natureza;</li> <li>➤ Todas as construções e reformas voltadas para a visitação deverão estar harmonicamente integradas com o meio ambiente;</li> <li>➤ É proibida a emissão de som acima das normas estabelecidas pela legislação em vigor;</li> <li>➤ Os esgotos deverão receber tratamento suficiente para não contaminarem rios, riachos nascentes e solo. O tratamento dos esgotos deve priorizar tecnologias alternativas de baixo impacto. As estruturas já existentes deverão ser readequadas;</li> <li>➤ Os resíduos sólidos gerados nas infra-estruturas previstas deverão ser acondicionados para coleta seletiva (orgânico e reciclável), recolhidos periodicamente e depositados em local destinado para recolhimento pela municipalidade;</li> <li>➤ Não pode haver acampamento e uso de fogueiras;</li> <li>➤ A fiscalização será intensiva nesta zona.</li> <li>➤ Não é permitida a circulação de veículos ou motocicletas, salvo para a fiscalização</li> <li>➤ Deverá ser realizado estudo de viabilidade de alteração do traçado (traçado antigamente usado pelos caiçaras), para início na praia das enxovas e manter acesso somente a praia de indaiauba</li> <li>➤ Recomendado o acompanhamento de monitor ambiental credenciado preferencialmente local</li> <li>➤ Respeitar horário de funcionamento do PEIb (8h às 17h)</li> </ul>
---	--	---	--

#### ZONA HISTORICO CULTURAL

ZONAS	DESCRIÇÃO GERAL	OBJETIVOS E METAS	NORMAS GERAIS
<p><b>HISTÓRICO CULTURAL</b></p>	<p>É aquela onde são encontrados patrimônios históricos e culturais materiais, que serão preservados, estudados, restaurados (quando necessário) e interpretados para o público, servindo à pesquisa e educação.</p>	<p>O objetivo geral do manejo é o de proteger patrimônios históricos materiais, em harmonia com o meio ambiente</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ As atividades permitidas serão: pesquisa, proteção, uso público e conservação, restauração e recuperação do patrimônio histórico-cultural material;</li> <li>➤ Durante a visitação será proibida a retirada ou a alteração de quaisquer atributos que se constituam no objeto desta zona;</li> <li>➤ Não será permitida a alteração das características originais dos patrimônios histórico-culturais;</li> <li>➤ Quaisquer infra-estruturas instaladas nesta zona quando permitidas, não poderão comprometer os atributos da mesma;</li> <li>➤ As pesquisas a serem efetuadas nesta zona deverão ser compatíveis com os objetivos da Unidade e não poderão alterar o meio ambiente;</li> </ul>



SUB-ZONAS	DELIMITAÇÃO	JUSTIFICATIVA	NORMAS ESPECIFICAS
			<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Deverá haver fiscalização periódica em toda esta zona. A visitação está condicionada ao estado de conservação do patrimônio e sinalização adequada;</li> <li>➤ Quando a restauração ou recuperação do patrimônio material necessitar de obras, o acondicionamento do material deverá ser feito na zona de uso intensivo ou uso especial.</li> </ul>
<b>Sub-zona da Atual Ocupação Tradicional</b> <b>Compatibilizar o uso das comunidades tradicionais com os objetivos da UC</b>	Guanxumas – Local das atuais moradias da população atual (SZAOT1) Porto do Meio Costeira e Pitangueiras (SZAOT2)		<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Nessa sub-zona, os moradores da população tradicional têm o modo de vida e subsistência garantidos, com anuência do Parque.</li> <li>➤ Ação: os termos de compromisso serão pactuados com as comunidades, garantindo os processos de apropriação e participação das comunidades tradicionais.</li> <li>➤ Somente moradias</li> </ul>
	<b>Sítios Concheiros Vitoria III, IV e V</b> SZAOT8		<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Nessa sub-zona, os moradores da população tradicional têm o modo de vida e subsistência garantidos, com anuência do Parque.</li> <li>➤ Ação: os termos de compromisso serão pactuados com as comunidades, garantindo os processos de apropriação e participação das comunidades tradicionais.</li> <li>➤ Nessa zona, não é permitida a autorização de novas construções e ampliações, devido a existência do patrimônio arqueológico</li> </ul>
	Porto do Meio Costeira e Pitangueiras (SZAOT3) Praia da Figueira (SZAOT4)		<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Nessa sub-zona, os moradores da população tradicional têm o modo de vida e subsistência garantidos, com anuência do Parque.</li> <li>➤ Ação: os termos de compromisso serão pactuados com as comunidades, garantindo os processos de apropriação e participação das comunidades tradicionais. Área para roças e extrativismos.</li> <li>➤ Na Praia da Figueira, ainda há moradias</li> </ul>
	Ilha Vitoria (SZAOT7) Ilha Vitoria (SZAOT9)		<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Nessa sub-zona, os moradores da população tradicional têm o modo de vida e subsistência garantidos, com anuência do Parque.</li> <li>➤ Ação: os termos de compromisso serão pactuados com as comunidades, garantindo os</li> </ul>

			processos de apropriação e participação das comunidades tradicionais. Área para extrativismos.
	<b>Ilha Vitória (SZAOT6)</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Nessa sub-zona, os moradores da população tradicional têm o modo de vida e subsistência garantidos, com anuência do Parque.</li> <li>➤ Ação: os termos de compromisso serão pactuados com as comunidades, garantindo os processos de apropriação e participação das comunidades tradicionais.</li> <li>➤ Somente moradias, rocas</li> <li>➤ Nesta Zona é uma área de grande importância à conservações, não sendo permitido matar qualquer animal, inclusive a cobra endêmica da Ilha.</li> <li>➤ Será feito um trabalho com população para como proceder com a cobra.</li> </ul>
	<b>Saco do Sombrio (SZAOT5)</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Nessa sub-zona, os moradores da população tradicional têm o modo de vida e subsistência garantidos, com anuência do Parque.</li> <li>➤ Ação: os termos de compromisso serão pactuados com as comunidades, garantindo os processos de apropriação e participação das comunidades tradicionais.</li> <li>➤ Moradias e área para roças e extrativismos.</li> </ul>
<b>Sub-zona do Patrimônio Arqueológico Conservar os Patrimônios histórico-culturais</b>	Sítio Concheiro Búzios II (SZPA-3)		<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Recomendação: Estudo prioritário para delimitação do sítio arqueológico</li> <li>➤ Norma: Permitido somente a realização de conservação do Sítio Arqueológico e atividades de pesquisa. Devido ao acesso, fica proibida a abertura de acesso e visitação.</li> </ul>
	Porto do Meio Costeira e Pitangueiras (SZAP-2) Sítio Concheiro Búzios III (SZAP1)		<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Recomendação: Estudo prioritário para delimitação do sítio arqueológico</li> <li>➤ Após delimitação do sítio, restringir o acesso e realizar projeto no IPHAN para liberação à visitação e definir a sub-zona de moradia e área e o tipo de uso da população tradicional</li> <li>➤ Capacitação da população local interessada para realização de atividades de monitoramento e visitação dos sítios arqueológicos</li> <li>➤ Norma: visitação monitorada, preferencialmente por integrantes da população tradicional residente, após aprovação do projeto pelo IPHAN</li> </ul>
	<b>Sítios Concheiros Vitoria III, IV e V (SZAP-4)</b> <b>Sítio Engenho Figueira (SZPA6)</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Recomendação: Estudo prioritário para delimitação do sítio arqueológico</li> <li>➤ Após delimitação do sítio, restringir o acesso e realizar projeto no IPHAN para liberação à visitação e definir a sub-zona de moradia e área e o tipo de uso da população tradicional</li> <li>➤ Capacitação da população local interessada para realização de atividades de monitoramento e visitação dos sítios arqueológicos</li> <li>➤ Norma: visitação monitorada, preferencialmente por integrantes da população tradicional residente, após aprovação do projeto pelo IPHAN</li> </ul>
	<b>Sítios Concheiros Vitoria I e II (SZPA5)</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Recomendação: Estudo prioritário para delimitação do sítio arqueológico</li> <li>➤ Após delimitação do sítio Concheiro Vitoria II, restringir o acesso e realizar projeto no IPHAN</li> </ul>

			<p>para liberação à visitação e definir a sub-zona de moradia e área e o tipo de uso da população tradicional</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Capacitação da população local interessada para realização de atividades de monitoramento e visitação dos sítios arqueológicos</li> <li>➤ Norma: visitação monitorada do sítio Concheiro Vitoria II, preferencialmente por integrantes da população tradicional residente, após aprovação do projeto pelo IPHAN</li> <li>➤ O sítio Concheiro Vitoria I por estar em má conservação, o potencial para visitação é baixo</li> <li>➤ Já o sítio Concheiro Vitoria II está em melhor estado de conservação e portanto com potencial de visitação alto</li> </ul>
<b>Sub-zona de recuperação</b> <b>Recuperar as áreas degradadas</b>	Ilha de Búzios (SZR1) <b>Ilha Vitória(SZR4)</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ As atividades permitidas serão a pesquisa, o monitoramento e proteção ambiental e recuperação dos ecossistemas degradados;</li> <li>➤ São permitidas pequenas intervenções para manejo. A recuperação somente será feita com o uso de espécies nativas, priorizando o uso de essenciais nativas de interesse para a população tradicional e fauna, devendo ser eliminadas as espécies exóticas porventura existentes, quando recomendado tecnicamente;</li> <li>➤ Os trabalhos de recuperação poderão ser interpretados para o público no centro de visitantes;</li> <li>➤ Não serão permitidas instalações nesta zona, com exceção daquelas necessárias ao desenvolvimento das atividades permitidas;</li> <li>➤ Tais instalações serão provisórias, preferentemente construídas em madeira de reflorestamento. Os resíduos sólidos gerados nestas instalações terão o mesmo tratamento citado na zona de uso intensivo</li> </ul>
	<b>Saco do Sombrio (SZR2)</b>	Além do sapezal, a enorme voçoroca deve ser recuperada ou controlada para a conservação ambiental e segurança dos moradores tradicionais	
	<b>Ilha Vitória (SZR3)</b>		
<b>sub-zona de conservação</b>	Ilha de Búzios (SZC1) Praia da Figuera (SZC2)		<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Nesta Zona é uma área de grande importância à conservações, não sendo permitido matar qualquer animal, inclusive a cobra endêmica da Ilha.</li> <li>➤ Será feito um trabalho com população para como proceder com a cobra</li> <li>➤ Além das normas das outras sub-zonas de recuperação</li> </ul> <p>➤ As atividades permitidas serão a pesquisa, o monitoramento e proteção ambiental.</p>

<b>Conservação da natureza</b>	Saco do Sombrio (SZC3)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Nessa sub-zona, os moradores da população tradicional têm o modo de vida e subsistência garantidos, com anuência do Parque.</li> <li>➤ Ação: os termos de compromisso serão pactuados com as comunidades, garantindo os processos de apropriação e participação das comunidades tradicionais. Área para roças e extrativismos.</li> </ul> <p>Recomendação: priorizar estudos mais detalhados de vegetação e fauna para estabelecer uma zona de conservação mais restritiva e áreas para manejo de recursos naturais, bem como trilhas, pontos de captação de água das comunidades</p> <p>Estimular o resgate e manutenção do etnoconhecimento das comunidades tradicionais.</p> <p>Propiciar a educação ambiental para conservação e manejo dos recursos naturais</p>
	<b>Ilha Vitória (SZC4 E SZC5)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Nas atividades permitidas serão a pesquisa, o monitoramento e proteção ambiental.</li> <li>➤ Nessa sub-zona, os moradores da população tradicional têm o modo de vida e subsistência garantidos, com anuência do Parque.</li> <li>➤ Ação: os termos de compromisso serão pactuados com as comunidades, garantindo os processos de apropriação e participação das comunidades tradicionais. Área para roças e extrativismos.</li> </ul> <p>Recomendação: priorizar estudos mais detalhados de vegetação e fauna para estabelecer uma zona de conservação mais restritiva e áreas para manejo de recursos naturais, bem como trilhas, pontos de captação de água das comunidades</p> <p>Estimular o resgate e manutenção do etnoconhecimento das comunidades tradicionais.</p> <p>Propiciar a educação ambiental para conservação e manejo dos recursos naturais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Nesta Zona é uma área de grande importância à conservações, não sendo permitido matar qualquer animal, inclusive a cobra endêmica da Ilha.</li> <li>➤ Será feito um trabalho com população para como proceder com a cobra</li> </ul>

Lacunas de conhecimento:

- Locais de captação de Buzios das comunidades tradicionais
- Mapear as trilhas de acesso exclusivo das comunidades

A Ilha de Buzios e Vitória devem ter estudos da portaria 029 para a recategorização da área, desde que haja áreas de conservação restritiva.

<p><b>HISTÓRICO CULTURAL</b></p>	<p>Sítio Baepi I (200m do entorno do sítio)</p>	<p>O objetivo geral do manejo é o de proteger patrimônios históricos materiais, em harmonia com o meio ambiente</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ As atividades permitidas serão: pesquisa, proteção, uso público e conservação, restauração e recuperação do patrimônio histórico-cultural material;</li> <li>➤ Durante a visitação será proibida a retirada ou a altera�o de quaisquer atributos que se constituam no objeto desta zona;</li> <li>➤ Não será permitida a altera�o das características originais dos patrimônios histórico-culturais;</li> <li>➤ Quaisquer infra-estruturas instaladas nesta zona quando permitidas, não poderão comprometer os atributos da mesma;</li> <li>➤ As pesquisas a serem efetuadas nesta zona deverão ser compatíveis com os objetivos da Unidade e não poderão alterar o meio ambiente;</li> <li>➤ Deverá haver fiscaliza�o per�dica em toda esta zona. A visita�o está condicionada ao estado de conserva�o do patrimônio e sinaliza�o adequada;</li> <li>➤ Quando a restaura�o ou recupera�o do patrimônio material necessitar de obras, o acondicionamento do material deverá ser feito na zona de uso intensivo ou uso especial.</li> </ul>
<p><b>HISTÓRICO CULTURAL</b></p>	<p>Sítio Toca do Winny (200m do entorno do sítio)</p>	<p>O objetivo geral do manejo � o de proteger patrimônios históricos materiais, em harmonia com o meio ambiente</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ As atividades permitidas serão: pesquisa, prote�o, uso público e conserva�o, restaura�o e recupera�o do patrimônio histórico-cultural material;</li> <li>➤ Durante a visita�o será proibida a retirada ou a altera�o de quaisquer atributos que se constituam no objeto desta zona;</li> <li>➤ Não será permitida a altera�o das características originais dos patrimônios histórico-culturais;</li> <li>➤ Quaisquer infra-estruturas instaladas nesta zona quando permitidas, não poderão comprometer os atributos da mesma;</li> <li>➤ As pesquisas a serem efetuadas nesta zona deverão ser compatíveis com os objetivos da Unidade e não poderão alterar o meio ambiente;</li> <li>➤ Deverá haver fiscaliza�o per�dica em toda esta zona. A visita�o está condicionada ao estado de conserva�o do patrimônio e sinaliza�o adequada;</li> <li>➤ Quando a restaura�o ou recupera�o do patrimônio material necessitar de obras, o acondicionamento do material deverá ser feito na zona de uso intensivo ou uso especial.</li> </ul>

## ZONA USO INTENSIVO

ZONAS	DESCRIÇÃO GERAL	OBJETIVOS E METAS	NORMAS GERAIS
<b>USO INTENSIVO</b>	É aquela constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem, voltada à visitação pública.	O objetivo geral do manejo é o de facilitar a recreação e educação ambiental em harmonia com o meio.	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Atividades permitidas serão conservação, proteção, pesquisa, visitação e administração;</li> <li>➤ Esta zona deverá comportar sinalização educativa, interpretativa e/ou indicativa;</li> <li>➤ As atividades previstas devem levar o visitante a entender a filosofia e as práticas de conservação da natureza;</li> <li>➤ Todas as construções e reformas deverão estar harmonicamente integradas com o meio ambiente;</li> <li>➤ A circulação de veículos será feita a baixas velocidades (máximo de 30 km/h) e a critério da administração.</li> <li>➤ É proibido o tráfego de veículos automotores, com exceção da Estrada de Castelhanos</li> <li>➤ É proibida a emissão de som acima das normas estabelecidas pela legislação em vigor;</li> <li>➤ Os esgotos deverão receber tratamento suficiente para não contaminarem rios, riachos nascentes e solo. O tratamento dos esgotos deve priorizar tecnologias alternativas de baixo impacto. As estruturas já existentes deverão ser readequadas;</li> <li>➤ Os resíduos sólidos gerados nas infra-estruturas previstas deverão ser acondicionados para coleta seletiva (orgânico e reciclável), recolhidos periodicamente e depositados em local destinado para recolhimento pela municipalidade;</li> <li>➤ Não pode haver pernoite, acampamento e uso de fogueiras;</li> <li>➤ A fiscalização será intensiva nesta zona.</li> <li>➤ <b>NORMAS PARA TODAS AS TRILHAS DE USO INTENSIVO DO PEIb</b></li> <li>➤ É proibido o tráfego de bicicletas com exceção da Estrada de Castelhanos e trilha do Bonete, cujos leitos tem largura suficiente para o fluxo de pedestres e bicicletas</li> <li>➤ Estudar o ordenamento da visitação em bicicleta (horários, normas, delimitação de "ciclo-faixa") afim de evitar conflito com pedestres (castelhanos e sepituba-bonete)</li> <li>➤ Proibida a prática de esportes de aventura em locais não autorizados e enquanto não houver regulamentação para a realização dos mesmos</li> <li>➤ Estudar o ordenamento e regulamentação de esportes de aventura (RAPEL)</li> <li>➤ É proibido fazer churrasco</li> <li>➤ Atividades comerciais como lanchonetes e restaurantes apenas mediante autorização e assinatura de termo de compromisso com Parque</li> <li>➤ A decisão sobre qualquer intervenção em trilhas já existentes, dentro ou no entorno de comunidades tradicionais, devem ter a participação das mesmas no processo.</li> <li>➤ É proibida a captação de água no interior do Parque sem prévia autorização do autorização</li> </ul>

ZONAS	DELIMITAÇÃO	JUSTIFICATIVA	NORMAS ESPECIFICAS
<b>USO INTENSIVO</b>	<p>Estrada de Castelhanos e Água Branca</p> <p>O trecho inicial tanto da trilha da água Branca quanto da estrada de Castelhanos é de alta importância para a conservação, especialmente pela ocorrência de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção dos diversos grupos faunísticos levantados</p>		<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ devido à alta fragilidade ao longo da estrada é proibida a intervenção de impacto sem licenciamento ambiental e autorização dos órgãos competentes.</li> <li>➤ deverá ser observada a resolução conjunta SMA/ST 001/2010 para qualquer atividade ou intervenção na mesma</li> <li>➤ As regras específicas da Estrada serão estabelecidas por meio de Portaria da FF</li> <li>➤ a trilha "Atalho" da estrada de Castelhanos, apesar de estar em zona de uso Intensivo deve ter alto controle</li> <li>➤ Não é permitida a retirada de cascalho.</li> <li>➤ recomenda-se estudos específicos para impactos da implantação do estacionamento e mirante e viabilidade socio-econômica e ambiental.</li> </ul>
<b>USO INTENSIVO</b>	Trilha do Veloso		➤
<b>USO INTENSIVO</b>	Trilha do Gato	O objetivo geral do manejo é o de facilitar a recreação e educação ambiental em harmonia com o	➤ a visita deve ser realizada com monitores cadastrados preferencialmente locais

		meio.	
<b>USO INTENSIVO</b>	Trilha dos três tombos		↻
<b>USO INTENSIVO</b>	Trilhas da Friagem e de couro de Boi		↻
<b>USO INTENSIVO</b>	Trilha do Bonete		<ul style="list-style-type: none"> <li>↻ Devido à elevada importância de conservação é proibido o alargamento da trilha</li> <li>↻ Devido à elevada importância de conservação não é permitido o acesso de veículos automotores, exceto oficiais e dos atuais proprietários da fazenda da lage</li> <li>↻ Qualquer intervenção ou implantação de infraestrutura ao longo da trilha do Bonete, em área de Parque ou nos trechos sob domínio do Município, deve ter anuência do Parque para ser executada</li> <li>↻ Deve ser mantida uma porteira fechada na sepituba para impedir a passagem de veículos não oficiais (exceto dos atuais proprietários da Fazenda) com estrutura suficiente para impedir a passagem de motos pelas laterais (DISCUSSÃO NA OFICINA DE VISITAÇÃO)</li> <li>↻</li> </ul>

#### ZONA USO ESPECIAL

ZONAS	DESCRIÇÃO GERAL	OBJETIVOS E METAS	NORMAS GERAIS
<b>USO ESPECIAL</b>	É aquela que contém as áreas necessárias à administração, manutenção e serviços da UC, abrangendo postos de fiscalização e outros.	O objetivo geral do manejo é minimizar o impacto da implantação das estruturas ou os efeitos das obras no ambiente natural e cultural do Parque.	<ul style="list-style-type: none"> <li>↻ Atividades admitidas para todas as categorias de unidades: infra-estrutura necessária à administração, pesquisa, proteção;</li> <li>↻ As construções e reformas deverão estar em harmonia com o meio ambiente;</li> <li>↻ O estacionamento de veículos nesta zona somente será permitido aos funcionários da unidade, pesquisadores, veículos autorizados pela gestão do parque;</li> <li>↻ Esta zona deverá conter locais específicos para a guarda e o depósito dos resíduos sólidos gerados na unidade para serem devidamente encaminhados até local para coleta pelo município;</li> <li>↻ Os veículos deverão transitar em baixas velocidades (máximo de 30km/h)</li> <li>↻ Será proibida a emissão de sons acima das normas estabelecidas pela legislação em vigor ;</li> <li>↻ Os esgotos deverão receber tratamento suficiente para não contaminarem rios, riachos, nascentes e solo. O tratamento dos esgotos deve priorizar tecnologias alternativas de baixo impacto. As estruturas já existentes deverão ser readequadas;</li> </ul>



↻ A fiscalização será permanente nesta zona.

## ZONA RECUPERAÇÃO

ZONAS	DESCRIÇÃO GERAL	OBJETIVOS E METAS	NORMAS GERAIS
<b>RECUPERAÇÃO</b>	É aquela que contém áreas já recuperadas em estágio avançado de conservação que necessitam ainda de alguma recuperação.	O objetivo geral de manejo é deter a degradação dos recursos ou restaurar a área.	<ul style="list-style-type: none"> <li>↻ As atividades permitidas serão a pesquisa, o monitoramento e proteção ambiental e recuperação natural/ou induzida dos ecossistemas degradados;</li> <li>↻ São permitidas pequenas intervenções para manejo. A recuperação somente será feita com o uso de espécies nativas, devendo ser eliminadas as espécies exóticas porventura existentes, quando recomendado tecnicamente;</li> <li>↻ Os trabalhos de recuperação poderão ser interpretados para o público no centro de visitantes;</li> <li>↻ As pesquisas sobre os processos de regeneração natural/induzida deverão ser incentivadas;</li> <li>↻ Não serão permitidas instalações nesta zona, com exceção daquelas necessárias ao desenvolvimento das atividades permitidas;</li> <li>↻ Tais instalações serão provisórias, preferentemente construídas em madeira de reflorestamento. Os resíduos sólidos gerados nestas instalações terão o mesmo tratamento citado na zona de uso intensivo;</li> <li>↻ O acesso a esta zona será restrito aos funcionários do Parque e pesquisadores; demais casos deverão obter autorização da gestão do parque;</li> <li>↻ A fiscalização será permanente nesta zona, com ênfase às áreas de pressão urbana</li> <li>↻ Na recuperação induzida somente poderão ser usadas espécies nativas, devendo ser eliminadas as espécies exóticas porventura existentes;</li> <li>↻ As áreas de recuperação deverão ser sinalizadas</li> <li>↻ A decisão sobre a abertura de novas trilhas ou qualquer intervenção em trilhas já existentes, devem ter prévia autorização do PEIb. No caso de trilhas dentro ou no entorno de comunidades tradicionais, deve haver a participação das mesmas no processo de decisão.</li> <li>↻</li> </ul>
ZONAS	DELIMITAÇÃO	JUSTIFICATIVA	NORMAS ESPECIFICAS
<b>RECUPERAÇÃO Ponta</b>			↻

<b>do Boi Face Leste</b>			
<b>RECUPERAÇÃO</b>	Ilha das Cabras.	Devido ao plantio de muitas espécies exóticas é fundamental a recuperação da área.	Quando da resolução judicial da área, fazer análise das edificações para possível aproveitamento nas atividades de administração ou manejo do parque

## **ANEXO 6- Zona de Amortecimento**

### **CRITÉRIOS PARTE TERRESTRE**

#### **ZEE e PDM**

Crítérios parte marinha

ZEE

Uso do mar das comunidades tradicionais do PEIB

Áreas de nificação de aves com zonas de amortecimento de 200 m de largura ao redor das ilhas de Búzios e Vitória e de 50-100 ao redor das ilhotas e lajes do parque, com o fim de proteger as potenciais zonas de descanso nidificação de aves marinhas na região.

<b>ZONAS</b>	<b>DESCRIÇÃO GERAL</b>	<b>OBJETIVOS E METAS</b>	<b>RECOMENDAÇÕES</b>
<b>AMORTECIMENTO</b>		Minimizar os impactos negativos sobre a UC e expandir a interação com a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Onde o limite do PEIB é 200m recomenda-se a não construção de edificações ou infraestrutura da cota 180 a 200m. Já onde o limite do parque é 100m recomenda-se a não construção de edificações ou infraestrutura da cota 80 a 100m</li> <li>➤ Licenciamento de obras limítrofes ao parque, averbar reserva</li> </ul>

ZONAS	DESCRIÇÃO GERAL	OBJETIVOS E METAS	RECOMENDAÇÕES
			<p>legal em áreas naturais contíguas ao parque</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ A UC deverá se manifestar sobre as atividades estabelecidas em Resolução Especifica SMA, bem como:</li> <li>➤ - expansão portuária, que exijam EIA/RIMA;</li> <li>➤ - dragagem de manutenção e aprofundamento de canal;</li> <li>➤ - implantação de infraestrutura de transporte, rede de água e esgoto e duto de combustíveis e gás, que exijam EIA/RIMA;</li> <li>➤ - - Mineração que exijam EIA/RIMA ;</li> <li>➤ - - outras atividades com supressão de vegetação que exijam EIA-RIMA cuja área de influência direta atinja o parque</li> <li>➤ - novas construções em áreas limítrofes ao parque</li> </ul>
<p><b>Setor 1</b></p>	<p>Todas as Z1 do ZEE e Zonas de Uso com Alta Restrição 1 - as áreas que possuem como características relevos de inclinação predominante acima de 47%, recobertos por floresta ou não, constituindo –se zonas de alta restrição de uso por razões geotécnicas e ecológicas</p>		<p><b>USOS E ATIVIDADES PERMITIDAS SEGUNDO ZEE E PLANO DIRETOR</b></p> <p>“I- pesquisa científica relacionada à preservação, conservação e recuperação ambiental e ao manejo auto-sustentado das espécies da fauna e flora regional;</p> <p>II - Educação Ambiental;</p> <p>III - manejo auto-sustentado, condicionado à existência de Plano Manejo;</p> <p>IV - empreendimentos de ecoturismo com finalidade e padrões que não alterem as características ambientais da zona;</p> <p>V - pesca artesanal;</p> <p>VI - ocupação humana de baixos efeitos impactantes</p> <p>VII- Será permitido uso/ocupação em módulos de tamanho mínimo de 10.000m<sup>2</sup> com taxa de ocupação residencial de 10%, coeficiente de aproveitamento de 0,10 e taxa de ocupação comercial de 10% e coeficiente de aproveitamento de 0,20, respeitadas as diretrizes de ocupação definidas em lei.</p> <p>VIII - É vedada abertura de vias de acesso e impermeabilização para circulação terrestre de veículos automotores.</p> <p>IX - É de responsabilidade do empreendedor que atuar nessas áreas o abastecimento de água e disposição e tratamento de resíduos líquidos e sólidos provenientes do empreendimento.</p> <p>X - Resguarda-se o direito de uso aos parcelamentos anteriores a</p>

ZONAS	DESCRIÇÃO GERAL	OBJETIVOS E METAS	RECOMENDAÇÕES
			este Plano, legalmente aprovados, obedecidas as diretrizes para ocupação constante na presente lei.
<b>Setor 2</b>	Zona de Restrição Total à ocupação (ZRT) do Plano Diretor compreende toda área de costões rochosos e praias		<b>USOS E ATIVIDADES PERMITIDAS SEGUNDO PLANO DIRETOR</b> “a) Terrenos não urbanizáveis por razões de ordem geotécnica e ecológica; b) Módulos não parceláveis e não desmembráveis nem mesmo por direitos hereditários. Quando se tratar de uso de interesse público específico, qualquer atividade/edificação deverá submeter-se aos órgãos licenciadores ambientais”
<b>Setor 4</b>	Áreas urbanas consolidadas e aglomerados de casas e Z4		Recomenda-se o uso de espécies nativas para paisagismo. <b>USOS E ATIVIDADES PERMITIDAS SEGUNDO ZEE</b> “Aqueles estabelecidos para a Z1T, Z2T e Z3T: I - equipamentos públicos e de infra-estrutura necessários ao desenvolvimento urbano; II - ocupação para fins urbanos; III - unidades comerciais e de serviços, e atividades de baixo impacto ambiental”
<b>Setor 5</b>	200m do entorno das ilhas de Búzios, Vitória, Cagadinha e da Figueira	proteger as potenciais zonas de descanso e nidificação de aves marinhas na região. Criar corredores de acesso às ilhas de Búzios e Vitória de pequenas embarcações e garantir a pesca dos moradores tradicionais	não haver desembarque e embarcações, salvo das comunidades tradicionais Não realizar atividades de caça submarina Deverão ser instalados cartazes e bóias para a sinalização das restrições de aproximação e desembarque.
<b>Setor 6</b>	50m do entorno das ilhotas e lajes do parque	. Criar corredores de acesso às ilhas de Búzios e Vitória de pequenas embarcações e garantir a pesca dos moradores tradicionais	não haver desembarque e embarcações, salvo das comunidades tradicionais Não realizar atividades de caça submarina Deverão ser instalados cartazes e bóias para a sinalização das restrições de aproximação e desembarque.
<b>Setor 7</b>	Todas as Z2 do ZEE	I - elevada recorrência de áreas de preservação permanente, com restrições da Lei 4.771/65, e de riscos geotécnicos; II - áreas contínuas de vegetação em estágio avançado de regeneração e fauna associada,	Aqueles estabelecidos para a Z1T: I - aquicultura; II - mineração com base no Plano Diretor Regional de Mineração, respeitando o Plano Diretor Municipal;

ZONAS	DESCRIÇÃO GERAL	OBJETIVOS E METAS	RECOMENDAÇÕES
		com ocorrência de supressão ou de alteração de até 30% de cobertura vegetal, com restrições do Dec. Fed. 750/93; III - ocorrência de áreas com declividade média entre 30% e 47%; IV - áreas sujeitas à inundação	III - beneficiamento dos produtos de manejo sustentado.
<b>Setor 8</b>	Z2M do ZEE	I - estrutura abiótica alterada por atividades antrópicas; II - comunidade biológica em bom estado, mas com perturbações estruturais e funcionais localizadas; III - existência de atividades de aquicultura de baixo impacto ambiental; IV - ocorrência de atividades de recreação de contato primário	Aqueles estabelecidos para a Z1M: (I - pesquisa científica e educação ambiental relacionada à conservação da biodiversidade; II - manejo auto-sustentado de recursos marinhos, desde que previsto em Plano de Manejo aprovados pelos órgãos ambientais competentes; III - pesca artesanal, exceto arrasto; IV - extrativismo de subsistência.; V - ecoturismo. - Na Zona de Amortecimento das Unidades de Conservação são aqueles estabelecidos nos Planos de Manejo; - Nas propriedades cuja faixa entre-marés seja classificada em sua totalidade como Z1M e não houver acesso terrestre, será permitido a implantação de estruturas náuticas Classe I).  I - pesca artesanal e amadora; II - aquicultura de baixo impacto; III - estruturas náuticas Classe I e II; IV - recifes artificiais; V - manejo sustentado de recursos marinhos, desde que previsto em Plano de Manjo aprovado pelos órgãos ambientais competentes.
<b>Setor 9</b>	Z2ME do ZEE		As mesmas atividades do Z1M, conforme ZEE e aquicultura de baixo impacto
<b>Setor 10</b>		Estabelecer "áreas cabeça de ponte" (áreas com vegetação natural arbórea estrategicamente situadas em ambas as margens do Canal de São Sebastião), para os insetos, aves e morcegos, especialmente para os que participam nos processos de polinização de flores e/ou	

ZONAS	DESCRIÇÃO GERAL	OBJETIVOS E METAS	RECOMENDAÇÕES
		disseminação de sementes. Estas áreas reduziriam o isolamento da Ilha em relação às áreas continentais próximas e incrementariam o intercâmbio genético entre as populações de plantas e animais que habitam o ambientes florestais. Estas "áreas cabeça de ponte" devem ser estabelecidas em ambas as margens do canal, onde as distâncias entre o continente e Ilha são menores.	

### RESOLUÇÃO SMA 11/10

**Art. 2º** - Deverão ser submetidos para análise e expedição de anuência do órgão gestor das unidades de conservação os processos de licenciamento dos seguintes empreendimentos ou atividades:

**I - aqueles enquadrados nas seguintes tipologias:**

- a) refinarias de petróleo;
- b) siderúrgicas;
- c) indústrias em que haja processos de redução de minério;
- d) indústrias de celulose;
- e) indústrias de vidro plano;
- f) usinas de açúcar e álcool;
- g) indústrias de cimento ;
- h) incineradores industriais;
- i) indústrias de automóvel;
- j) indústrias de fertilizantes que processem rocha fosfática;
- k) complexos químicos ou petroquímicos;
- l) transbordo, tratamento e disposição final de resíduos sólidos
- m) estradas.

**II - quaisquer tipologias que venham a acarretar:**

- a) supressão de vegetação nativa em área superior a 5,0 (cinco) hectares;
- b) supressão de vegetação nativa em área superior a 1,0 (um) hectare em área com cobertura florestal contígua à unidade de conservação;
- c) impactos na qualidade e/ou quantidade de água em bacia de drenagem a montante da unidade de conservação.



## OFICINA DE ZONEAMENTO - PLANO DE MANEJO DO PEIb



**DATA:** 20 de julho de 2011

**HORÁRIO:** 9 às 17h

**LOCAL:** Sede Administrativa do PEIb

### PAUTA:

09:00 - 09:40 - Abertura e apresentação dos objetivos e dos participantes

09:40 -10:40- Apresentação dos conceitos de zonas, metodologia e proposta técnica do zoneamento.

10:40 - 12:30 - Divisão de grupos (zona de amortecimento, Zonas de conservação da natureza e de usos) - tarefa :analisar a proposta dos limites do zoneamento e sugerir alterações; propor usos de todas as zonas, principalmente nas áreas de divergência de manejo.

12:30 - 13:30 - almoço

13:30 - 15:00 - Continuação dos trabalhos em grupo e preparação para apresentação na plenária

15:00 - 16:30 - Apresentação dos grupos em plenária em power point

16:30 - 17:30 - Encerramento

### CONTINUAÇÃO OFICINA

**DATA:** 25 de julho de 2011

**HORÁRIO:** 13 às 17h

### PARTICIPANTES:

#### 11. Abertura e Apresentação dos Objetivos e dos Participantes

Carolina Bio, Diretora do PEIb, abriu a reunião contextualizando o trabalho dentro do contexto do Plano de Manejo e passou a palavra a Sidnei Raimundo, moderador da oficina, que explicou que o zoneamento é o cruzamento entre as potencialidades e fragilidades dos diversos levantamentos, onde se defini o onde e como. Já quando das oficinas de programas serão definidos o “o que, como, quando, quem faz”. Falou que as zonas tem nomes já estabelecidos nacionalmente desde 2002 com o Roteiro Metodológico de Planos de Manejo do IBAMA. Segundo Kelen, esse Roteiro foi já revisado pelo ICMBio.

Lucília perguntou qual a diferença entre IBAMA e ICMBio. Kelen explicou que o ICMBio é responsável pela padronização do roteiro de planos de manejo e administração das Unidades de Conservação (UC) Federais. Já o IBAMA é responsável pela fiscalização fora da UC.



## 12. Apresentação dos Conceitos de Zonas, Metodologia e Proposta Técnica do Zoneamento

Claudia Shida relembrou que na Oficina de Planejamento Estratégico – SWOT foram estabelecidos quatro pilares na **visão** que todos construíram para o Parque, que são: a conservação; a visitação; a pesquisa e; enquanto os moradores tradicionais estiverem no parque, a garantia do seu modo de vida.

Foi feito o paralelo da construção de uma casa, onde se defini o local para o quarto, casa, banheiro, cozinha. O zoneamento é a etapa na qual está se definindo no parque, onde será o quarto dos animais, onde será a sala que receberão os visitantes, onde será o banheiro e onde será a cozinha do Parque. Também se defini as regras, por exemplo, não se cozinha no banheiro, não se toma banho na cozinha. Para não se definir a cozinha no banheiro, é importante a participação de todos. Para o quarto dos animais dá-se o nome de zona intangível, na qual não se pode visitar, somente podendo realizar pesquisas, monitoramento e fiscalização. Já na zona primitiva pode somente ter atividades de educação ambiental; na zona de uso extensivo a visitação pode ocorrer, mas de forma controlada. Já na zona de uso intensivo pode instalar infraestruturas como centro de visitantes, estacionamentos, Serviços autorizados como lanchonete. Foi apresentado o material de apoio com a descrição detalhada das normas gerais que pode e não pode em cada zona (Anexo 1)

Além disso, é importante como em uma casa conversar com os vizinhos para estabelecer regras de convívio. Quando se estabelece essas regras, define-se a **zona de amortecimento**.

Relembrou-se da Oficina de Treinamento de zoneamento, conforme slides no quadro 1:

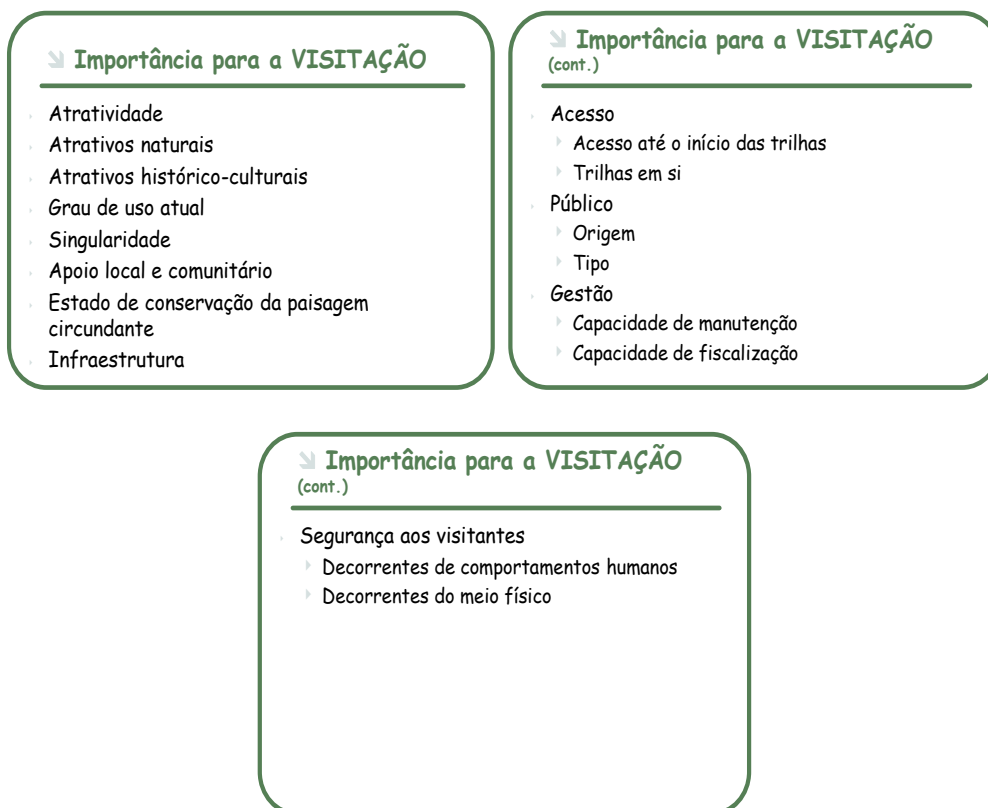
<p>Relembrando por que o zoneamento é tão importante?</p> <p>1</p>	<p>Para evitarmos...</p>  <p>Angra dos Reis - 2010</p> <p>Antes Depois</p> <p>2</p>	<p>Essa realidade parece estar longe da nossa bela ilha...</p> <p>3</p>
 <p>4</p>	<p>É isso que queremos?</p> <p>5</p>	<p>Para evitarmos tais situações, precisamos ter um método consistente de zoneamento!</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Que mostre a correlação entre os diagnósticos, as normas, as zonas e as ações</li> <li>2) Que explicita as limitações e potencialidades de cada área, considerando as temáticas estabelecidas na visão que são: <ul style="list-style-type: none"> <li>• A conservação da natureza</li> <li>• Os usos atuais e seus impactos</li> <li>• A visitação</li> <li>• A garantia do modo de vida das comunidades tradicionais</li> </ul> </li> </ol> <p>6</p>

**Quadro 1. Slides da apresentação relembrando a Oficina de Treinamento da metodologia do zoneamento**

Foi explanado que os consultores e pesquisadores dos diagnósticos apresentaram propostas de critérios e pesos para cada temática, pensando nos quatro pilares. Toda a

descrição da proposta metodológica do zoneamento foi disponibilizada como material de apoio (Anexo 2).

Para exemplificar a consultora de visitação Yukie apresentou os critérios e pesos estabelecidos. Yukie fala que para a visitação considerou-se dois tópicos: a importância para a VISITAÇÃO e a importância para a CONSERVAÇÃO. Para o tópico importância para visitação, os critérios adotados foram:



Para o tópico importância para conservação, os critérios adotados foram:

### ↘ Importância para a CONSERVAÇÃO

---

- **Conservação**
  - ▶ Vulnerabilidade das áreas
  - ▶ Características das trilhas
  - ▶ Distribuição do uso ao longo do ano
  - ▶ Impactos sobre o terreno
  - ▶ Atividades
  - ▶ Vandalismo
  - ▶ Presença de lixo

### ↘ Importância para a CONSERVAÇÃO (cont.)

---

- **Gestão**
  - ▶ Capacidade de manutenção
  - ▶ Capacidade de fiscalização
  - ▶ Pesquisas desenvolvidas sobre a Unidade
  - ▶ Comunicação de valores da Unidade
  - ▶ Existência de atividades de educação e interpretação ambiental

Foi colocado pesos e o resultado total foi:

## ➤ Tabelas - Total Geral e Resultados

TOTAL GERAL DE PONTOS		Classific.	Pontos	Hierarquia / Prioridades - Geral (Interesse para Visitação + Importância para Conservação)
-8	Trilha do Poço - Jabaquara	1°	7	Trilha da Água Branca
-4	Trilha da Cachoeira do Poço	2°	6	Trilha do Baepi
-5	Trilha da Cachoeira da Friagem	3°	4	Trilha da Cachoeira dos Três Tombos ou Pancada D'Água
6	Trilha do Baepi	3°	4	Trilha da Cachoeira do Veloso
-4	Trilha do Bananal do Quilombo (ou Trilha da Cachoeira do Bananal)	4°	2	Trilha da Cachoeira do Gato
7	Trilha da Água Branca	5°	1	Trilha do Bonete (trecho Sepituba - Bonete)
4	Trilha da Cachoeira dos Três Tombos ou Pancada D'Água	6°	-2	Estrada de Castelhanos
4	Trilha da Cachoeira do Veloso	7°	-4	Trilha da Cachoeira do Poço
1	Trilha do Bonete (trecho Sepituba - Bonete)	7°	-4	Trilha do Bananal do Quilombo (ou Trilha da Cachoeira do Bananal)
-6	Trilha Bonete - Enxovas	8°	-5	Trilha da Cachoeira da Friagem
-5	Trilha Enxovas - Indaiaúba	8°	-5	Trilha Enxovas - Indaiaúba
-8	Trilha Indaiaúba - Vermelha	9°	-6	Trilha Bonete - Enxovas
-7	Trilha Vermelha - Mansa	9°	-6	Trilha Mansa - Castelhanos

## ➤ Tabelas - Total Geral e Resultados

Classific.	Pontos	Prioridade para Visitação	Classific.	Pontos	Prioridade para Conservação - quer se proteger, e evitar visitação, se possível
1°	25	Trilha do Baepi	1°	-23	Trilha do Bonete (trecho Sepituba - Bonete)
2°	24	Trilha do Bonete (trecho Sepituba - Bonete)	1°	-23	Estrada de Castelhanos
3°	23	Trilha da Água Branca	2°	-20	Trilha da Cachoeira da Friagem
3°	23	Trilha da Cachoeira dos Três Tombos ou Pancada D'Água	2°	-20	Trilha do Bananal do Quilombo (ou Trilha da Cachoeira do Bananal)
4°	21	Estrada de Castelhanos	3°	-19	Trilha do Baepi
5°	20	Trilha da Cachoeira do Veloso	3°	-19	Trilha da Cachoeira dos Três Tombos ou Pancada D'Água
6°	19	Trilha da Cachoeira do Gato	4°	-18	Trilha do Poço - Jabaquara
7°	16	Trilha do Bananal do Quilombo (ou Trilha da Cachoeira do Bananal)	4°	-18	Trilha Indaiaúba - Vermelha
8°	15	Trilha da Cachoeira da Friagem	4°	-18	Trilha Vermelha - Mansa
9°	12	Trilha Enxovas - Indaiaúba	4°	-18	Trilha Mansa - Castelhanos
9°	12	Trilha Mansa - Castelhanos	5°	-17	Trilha Bonete - Enxovas
10°	11	Trilha Bonete - Enxovas	5°	-17	Trilha Enxovas - Indaiaúba
10°	11	Trilha Vermelha - Mansa	5°	-17	Trilha da Cachoeira do Gato

13. Divisão de Grupos (Zona de Amortecimento, Zonas de Conservação da Natureza e de Usos) - Tarefa :Analisar a Proposta dos Limites do Zoneamento e Sugerir Alterações; Propor Usos de Todas as Zonas, Principalmente nas Áreas de Divergência de Manejo

Os participantes foram divididos em 3 Grupos: ZONA DE AMORTECIMENTO, ZONAS DA NATUREZA E ZONAS DOS USOS. Cada grupo deveria eleger um coordenador que estaria

responsável pelo tempo e participação e um relator para as anotações de alterações e apresentação em plenária

Foi orientado que os grupos olhassem a proposta das zonas e, caso achassem pertinente, alterassem tanto os limites das zonas (anexos 3 e 4) quanto nas propostas de normas apresentadas (anexos 5 e 6).

Face a rica discussão e contribuições nos grupos foi discutido após o almoço a proposta de realizar mais um período para continuação dos trabalhos, sendo que ao final da reunião estabeleceu-se os seguintes passos:

- 4) Continuação da oficina de zoneamento no dia 25 de julho das 13 às 17hs na sede do PEIB.
- 5) Envio do material para que todos os participantes analisem as propostas de zoneamento do PEIB e zona de amortecimento, bem como respectivas normas. Comprometendo-se a já trazer contribuições e sugestões de alterações.
- 6) Devolutiva dos resultados aos participantes, via e-mail até o dia 03 de agosto.

Os resultados de cada grupo estão descritos a seguir.

Na segunda etapa da oficina de zoneamento, os grupos continuaram seus trabalhos e estão apresentados, a seguir, por grupos

### **GRUPO “Natureza”**

Participantes: Inês, Joana, João, Gilda, Dani, Beto, Daniela, Paulo, Marcelo, Marcus

Em 25 de julho, novos participantes Fabrício e Emiliano

- ✓ Alteração da zona intangível para “acima da cota 600”.  
Inês e Gilda sugerem o aumento da zona intangível. Gilda e Topé propõe juntar a zona Intangível por conta da vegetação primária – Floresta ombrófila densa Montana (primária)
- ✓ Verificar coma SUCEN locais de aplicação e alterá-los de forma a não aplicá-lo na zona intangível
- ✓ Zona primitiva – proibida a educação ambiental. Todos concordam em proibir a educação ambiental na zona primitiva, já que está sendo estabelecida 2 zonas extensivas nas áreas de futuras trilhas. Gilda sugere que toda a mata primária seja zona primitiva e todos concordam.
- ✓ Alteração da trilha do Bonete para extensiva até a praia de Indaiaúba  
Todos quiseram mudar a trilha do Bonete para extensiva. Funcionários do PEIB lembraram da fragilidades das áreas da trilha do Bonete, sendo que Inês e Gilda tem a preocupação com impactos nas trilhas do Bonete.
- ✓ Diminuir o buffer das trilhas para 30m
- ✓ Descer a zona primitiva até o limite do PEIB (cota 100 do areado até a Ponta do Boi, e até os limites na baía dos catelhanos (até unir as 2 zonas primitivas desta área).

Permanece zona de recuperação o entorno. Do sombrio até a Figueira, abaixo da cota 200; do saquinho até Enxovas, abaixo da cota 300 (da trilha que chaga na praia Vermelha até a atual zona primitiva abaixo da cota 200). Deixar como zona extensiva Enxovas – Vermelha. Daniela, Paulo e Gilda propõe descer para 300m zona primitiva atrás da Fome.

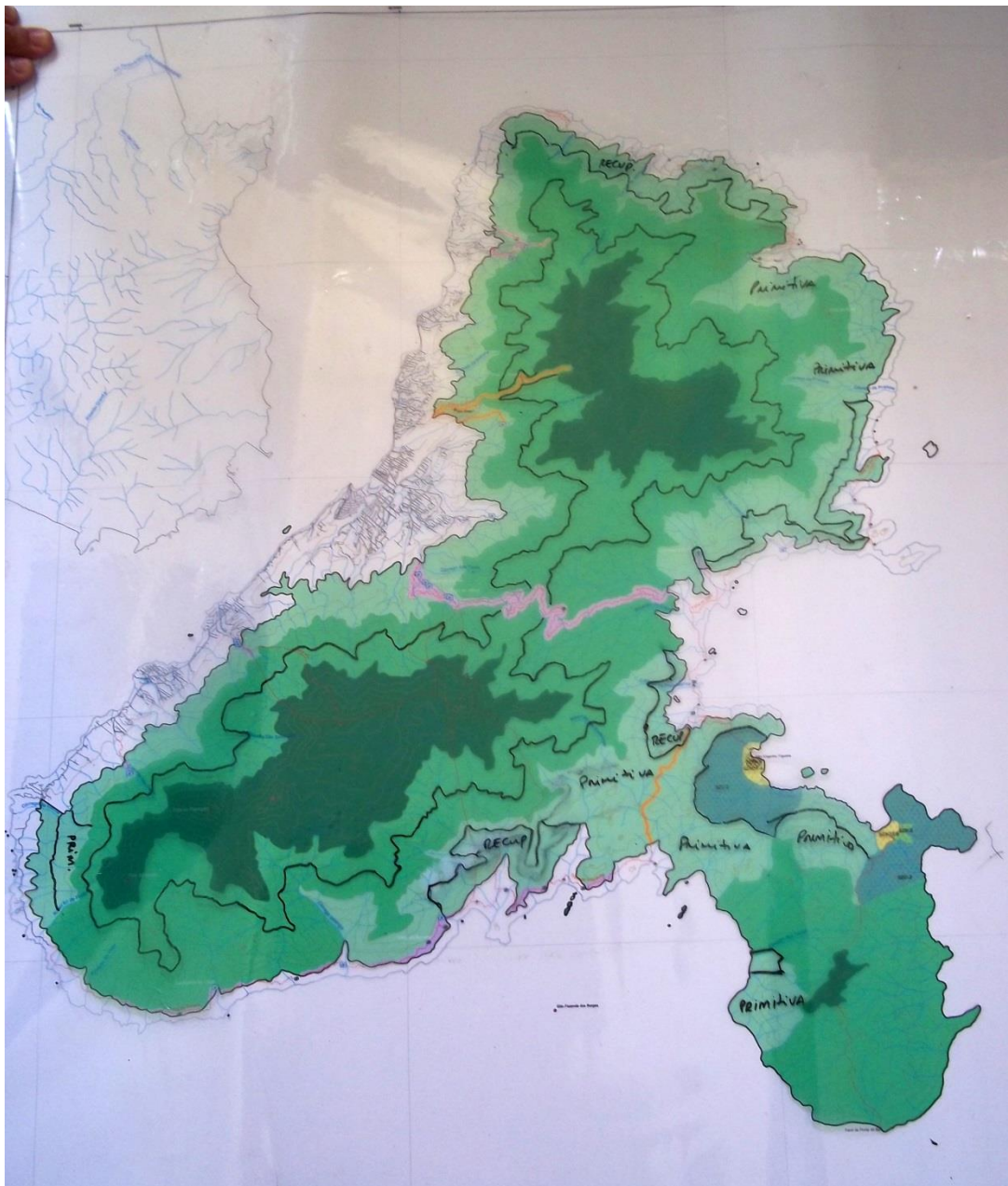
Marcelo Dutra e funcionários do PEIb discutiram sobre Ponta do Boi e acham que não deve ser aberta qualquer trilha. Uma vez que se fez a proposta de que na zona de primitiva não se pode ter atividades de educação ambiental e, portanto, não se poderia abrir novas trilhas. Marcelo Dutra também informa que a base da marinha não utiliza nenhum acesso por terra.

- ✓ Levar para oficina de comunidades a idéia de fazer projeto de recuperação florestal próximo a comunidades. Marcus ressalta que é importante que trabalhos de recuperação das áreas seja feito utilizando mão-de-obra da comunidade tradicional. Grupo concorda em deixar zona de recuperação no entorno, porém bem menor do que a proposta.
- ✓ Fazer valer o decreto de Estrada-Parque que regulamenta os usos na estrada de Castelhanos. Além disso, Gilda aponta a necessidade de projetos e tratamento especial para a cota 400 do início da estrada de Castelhanos, em função do hot spot de fauna.
- ✓ Discutir impactos sobre recursos hídricos na região da estrada de Castelhanos
- ✓ Estudo sobre capacidade de carga de todas as trilhas (considerando dias de chuva e regras especiais para estes)
- ✓ Implantação de passarelas e túneis de fauna na estrada de Castelhanos
- ✓ Discutir estratégias de conservação (e ações) para região próxima à cota 400 da estrada de Castelhanos ("Hot spot" de fauna)
- ✓ Próxima oficina: discutir normas das zonas (principalmente extensiva e intensiva)

#### Complementações realizadas no dia 25 de julho:

- ✓ Priorizar estudos para avaliar a vulnerabilidade de todas as trilhas existentes e possíveis novas trilhas por pesquisadores devidamente autorizados pela COTEC / IF
- ✓ Normas gerais da zona extensiva:
  - pernoite proibido exceto com autorização da COTEC ou PEIb.
  - Obrigatório monitor ambiental credenciado, com exceção na trilha Sepituba- Bonete, onde é recomendado o acompanhamento de monitor ambiental credenciado
  - Proibido bicicletas, com exceção da trilha Sepituba – Bonete, onde é permitida a bicicleta sem motor.
  - Permitida a construção de pequena guarita de apoio à fiscalização e monitoramento
  - Permitida instalação de infraestruturas de apoio, como passarelas de pedestres

- ✓ Capacidade de carga para todas as trilhas
- ✓ Eventos esportivos no interior do PEIb devem passar pela avaliação e ter autorização do PEIb
- ✓ Garantir o acesso por trilha até a praia de Indaiaúba
- ✓ Priorizar a capacitação e contratação de moradores locais como monitores ambientais nas trilhas que passam dentro ou no entorno das comunidades (credenciados pelo PEIb e com cadastro na PMI)
- ✓ Zona de Uso Especial – só para gestão do parque e comunidades - trilha



Jabaquara/Fome/Poço

A seguir as alterações na Proposta de Zoneamento:



## **Alterações propostas pelo Grupo Uno zoneamento do PEIB**

## **GRUPO “Usos”**

Participantes: Zé Luiz, Flávio, Marcelo Caiçara, Wagner, Bicudo, Carlos, Cris, Alexandre, Lucilia, Andrea, Claudia, Luisa, Tina

Em 25 de julho, novos participantes Márcio, Mateus, André, Guido, Marina

- ✓ Transformar em zona primitiva – trilha do Bonete – Laje/ Castelhanos (entorno)
- ✓ Baixar cota 200 – zona entre trilhas Bonete e Castelhanos até área de zona primitiva (Obs: cota 100 da laje até cachoeira do saquinho)
- ✓ No córrego do poço aumentar a área primitiva e descer até a cota 200 até o encontro da Zona já delimitada (entorno da estrada de Castelhanos).
- ✓ Ponta do Boi face leste baixar cota para 200 – reanálise da equipe de vegetação e geologia.
- ✓ Na toca – zona histórico cultural (Obs: confrontar com imagens de satélite – sobreposição)
- ✓ Cachoeira 3 tombos até ribeirão do frade cai para cota 300 (checar foto interpretação de Buzios)
- ✓ Onde o Parque se transforma em cota 100 - Ponta das canas – zona primitiva passa para cota 200
- ✓ Recomendar a regularização da área do sombrio sujeita ao cancelamento da autorização ambiental (parque) para continuação do uso (cancelar anuência e sugerir outra normatização) Ficam pendentes condicionantes no termo de compromisso

## **TRILHAS**

- Recomendações para o plano diretor - “tombamento” de trilhas na zona do município
- Trilha do Quilombo - passar a ser de uso intensivo
- Trilha Jabaquara – fome: uso intensivo
- Trilha Fome – Poço: Trilha de uso extensivo só para pedestres (sem motor) e recomendação de estudos para viabilidade de trilha para bicicletas
- Trilhas: Ponta do Boi, Pico de São Sebastião, Caminho do Estevão, Serraria-Poço, Cachoeira do Areado: necessidade de estudos (de forma participativa) para viabilidade de abertura das trilhas e alteração da zona, bem como recomendações de manejo e uso
- Elaborar uma minuta do decreto para o secretário do meio ambiente solicitando ao governador do estado que paralise as obras de abertura da estrada do Bonete condicionando o projeto à compatibilização das normas do Parque
- Trilha Ponta Ribeirão (Castelhanos) – Serraria: uso extensivo.
- Estudo de mudança de traçado da trilha que chega em Indaiaba amenizando a subida em zig-zag
- Estudo de abertura da Antiga Trilha Enxovas – Vermelha via Sapopemba

- Realizar estudos de potencial, bem como normas de uso, para a prática de esportes de aventura em todas as trilhas oficiais
- Trilha do Bananal: Utilizar traçado secundário para observação de aves
- Recomendação: reconhecimento pelo município da Trilha Bonete-Indaiauba como servidão
- Trilhas de Uso Extensivo:
  - Qualquer intervenção deverá ser autorizada pelo PEIb
  - A pernoite só será permitida em acordo com as norma do órgão gestor e em caso de haver estrutura do PEIb para tal finalidade
  - Proibido o tráfego de bicicletas
  - Incluir no texto das atividades permitidas “visitação de baixo impacto”
  - Todo resíduo sólido gerado pelo visitante deverá ser trazido de volta pelo próprio
  - Alterações no piso da trilha (tais como alargamento, roçada, etc.) somente com autorização do PEIb
  - Recomenda-se a presença de monitor ambiental credenciado pelo PEIb e, a não observância dessa condição exime a administração pública de qualquer intercorrência com o visitante neste trajeto

#### **ESTRADA DOS CASTELHANOS**

- ✓ Que seja concluída/regularizada a doação do trecho municipal para o Estado (DER)
- ✓ O leito carroçável da estrada não poderá ser impermeabilizado (manter como estrada de terra)
- ✓ Devido a fragilidade ao longo da estrada é proibida a intervenção sem autorização do PEIB de demais órgãos competentes (ALTERAR TEXTO NAS NORMAS)
- ✓ Estabelecer emergencialmente número máximo de veículos de acordo com: capacidade física da estrada, impactos do uso, objetivos de conservação, capacidade do estacionamento
- ✓ Empresas/operadoras de turismo devem estar cadastradas junto ao PEIb segundo exigências estabelecidas em Portaria FF
- ✓ Não será permitido tráfego de vans (apenas até a guarita/estrada da trilha da Água Branca)
- ✓ Só será permitido o transporte de turista por veículos 4x4
- ✓ Recomendação: construção de passarela para pedestres sobre o rio de castelhanos (ao final da estrada)
- ✓ Implantação de estacionamento antes do rio de castelhanos



### **Alterações propostas pelo Grupo Usos o zoneamento do PEIB**

#### **GRUPO "Amortecimento"**

Participantes: Aurélio, Rafael, Daniel, Carlos, Cleber, Guaraci, Arturo, Vivian, Alexandre, Alain, Kelen

Em 25 de julho, novos participantes Paulo

- ✓ Recomendação Geral :
- levantamento de proprietários de terras limítrofes ao Parque (Setor 1 e 7) a fim de negociar recuperação de áreas degradadas;

- Providencias quanto a liberação do uso do PREP (PROGRAMA DE RASTREAMENTO DE EMBARCAÇÃO DE PESCA) utilizado pelo IBAMA para o PEIb e PAmb no sentido de fortalecer a fiscalização das áreas próximas as comunidades tradicionais;
- CATI trabalhar em projetos de desenvolvimento sustentável em parceria com comunidades e ONGs
- Diagnostico da real utilização da comunidade dentro da área de PEIb., Ilhas e outras comunidades tradicionais, para então resolver junto aos mesmos qual a classificação em que deverá se enquadrar a nova U.C.
- Qualquer proposta de manutenção das vias de acesso (estrada e trilhas) contar com a manifestação direta do PEIb e comunidades envolvidas.
- Mapeamento da área de pesca tradicional das comunidades do arquipélago de Ilhabela, a partir dos dados iniciais da Petrobras
- Complementações realizadas no dia 25 de julho:
- ✓ Recomendação ao Plano Diretor: reservas legais das propriedades contíguas ao parque averbadas preferencialmente próximas ao limite.
- ✓ **Setor 1**
- Empreendimentos e atividades de impacto potencial limítrofe ao Parque – Necessário ter a anuência do Parque junto aos processos requeridos junto a prefeitura.
- Transforma o trecho terrestre da ilha das Cabras até o trecho identificado no mapa, entre as cotas 100 e 200m em setor 1
- c) Bonete
- manutenção das vias de acesso; definir competência de manutenção, deve-se consultar a comunidade para permissão de uso da mesma; Sub setor 1.A - Reduzir taxa de ocupação residencial e comercial para 5%.
- Bonete Comunidade – Energia elétrica (definir junto à comunidade);
- d) Castelhanos
- Castelhanos Praia – Reduzir taxa de ocupação residencial e comercial para 5%. (exceto para comunidades tradicionais) – Criação de áreas /reserva Caiçara.
- Castelhanos Acesso – Definir competência para manutenção;
- Castelhanos Estrada – Aplicar Setor 1.A, considerar levantamento de fauna.
- Considerar as restrições relacionadas as taxas de ocupação em função dos levantamentos de fauna para áreas de entrada e saída da estrada de Castelhanos. As restrições também estão relacionados as ocupações tradicionais bem como os modos de vida
- Propor para CONDEPHAAT e Plano Diretor a criação de Reservas Caiçaras
- ✓ **Setor 2**

- Poço e Fome – Criar reserva Caiçara

✓ **Setor 4**

- Ilha da Cabras a ponta da Sela – Recomenda-se aplicabilidade do que está descrito no Setor 1, aumentando também a Z1, começando da cota 100 a 120;

✓ **Setor 5**

b) Ilha de Búzios, Vitória e Pescadores

- Indicar a inclusão de novas áreas no caso de uma proposta de recategorização.
- Implantação de limites visuais para a proteção das áreas de cerco e pesca artesanal, por meio de sinalização visual. Essa sinalização deve ser realizada junto com a marinha e APA
- Questionou-se a manutenção de passagem de embarcações, uma vez que não se pode proibir.
- Mergulho contemplativo no entorno da CAGADINHA condicionado a estudo de demanda.
- Ordenamento das atividades de mergulho contemplativo, proibição de caça sub
- Mergulho contemplativo entorno das ilhas
- Barcos credenciados e locais de fundeio demarcados, bem como áreas de mergulho
- Informar empresas de pesca de frete e agencias de mergulho
- A gestora da APA encaminhou sugestões que foram lidas, sendo que como objetivo e metas uma nova redação foi proposta: Proteger as rotas das embarcações artesanais dos moradores das Ilhas. Proteger áreas de uso da pesca artesanal (artes de pesca tradicionais como por exemplo armadilhas para polvo, cercos flutuantes, espinhel, redes de espera) , garantir subsistência dos ilhéus. Como sugestão o grupo incluiu que fosse expresso que fossem dos tradicionais do arquipélago da Ilhabela.
- No que se refere a recomendação “não haver desembarque e embarcações, salvo das comunidades tradicionais” – a gestora da APA sugere que o desembarque esteja condicionado ao consentimento das populações tradicionais, uma vez que caso a comunidade tenha interesse em algum dia desenvolver atividades de turismo de base comunitária. Também sugeriu a redação “Interdição da pratica de pesca submarina”, inclusão de: “Limitação da pratica de pesca amadora, para no Maximo 1 barco por vez, desde que respeitando as artes de pesca dos moradores, bem como seu modo de vida”, colocando a todos a necessidade de estabelecer como se controla; “Deverão ser instalados cartazes e bóias para a sinalização das restrições de aproximação e desembarque, bem como sinalização das áreas de interdição. Tais normativas devem ser objeto de aviso aos navegantes, pela marinha do Brasil, bem como de fiscalização pela policia ambiental do estado de são Paulo

(no entanto ressalta a viabilidade desta recomendação). Sugeriu também a análise para inclusão das normativas da Z1M do ZEE

Complementações realizadas no dia 25 de julho:

- ✓ Proibição da limpeza de peixe na área, uma vez que esta atividade prejudica a pesca dos pescadores tradicionais das Ilhas
- ✓ Proibição de pesca a 200m das ilhas
- ✓ Monitoramento de hidrocarboneto (óleo)
  
- ✓ **Setor 6**
  - Vitória e Búzios - Estipular limites para movimentação náutica através de sinalização visual. (bóias);
  - Atividade náutica nas proximidades, exigir credenciamento de embarcação junto ao Parque.
  - A gestora da APA também sugeriu a inclusão nos objetivos e metas de: "Proteger ambientes marinhos frágeis" Sugeriu também a análise para inclusão das normativas da Z1M do ZEE
  
- ✓ **Setor 8**
  - Separar o canal do setor 8, passando para novo setor (setor 11).
  - Colocar as normas do Decreto do Santuário Ecológico
  - Todos os objetivos e metas contidas no setor 10 devem ser deslocados para o Setor 8
  - Ampliar a área do setor 8 - baía de Castelhanos da Ponta da Cabeçuda a Ponta do Rosário

Complementações realizadas no dia 25 de julho:

- Na área Ampliar a área do setor 8 - baía de Castelhanos da Ponta da Cabeçuda a Ponta do Rosário – proibição de arrasto de embarcações acima de 15 metros (ou 14metros)
- Setor 8a - proibição de arrasto de embarcações acima de 15 metros (ou 14metros)
- Aumenta a fiscalização no canal (sul da ilha) no defeso do camarão
  
- ✓ **Setor 9**
  - Saco do Sombrio – Reavaliar TC/97 entre com YCI com prazo para manifestação sob pena de revogação da anuência das atividades do parque (Uso da comunidade, PEIb e PMI).

- As instalações do YCI (sede e sub-sede) – apoiar ações de fiscalização, educação, pesquisa (transporte, embarcações, desembarque, comunicação, alojamento, recolhimento do esgoto tratado e lixo)

✓ **Setor 10**

- Canal – recomenda-se separar o canal do setor 8 “ trecho apontado no Mapa”??!
- Movimentação de água de lastro, lixo de navios e lavagens de tanque petrolino... Fazer contato com a Marinha para definições referentes a sinalização.

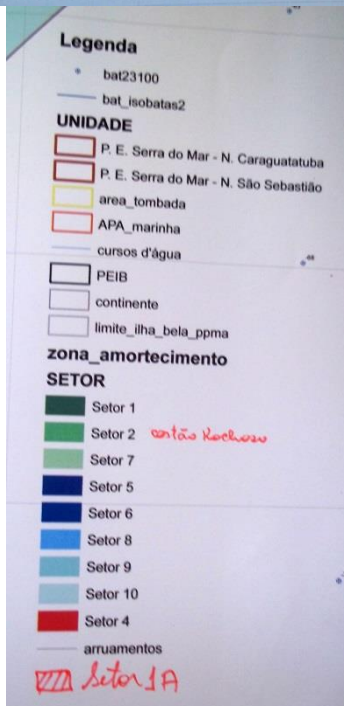
✓ **Novo Setor (Setor 11)**

- Separar o canal do setor 8, passando para novo setor (setor 11).
- Monitoramento de água de lastro, lixo dos navios e lavagem de tanque petroleiro
- Complementações realizadas no dia 25 de julho:
- Monitoramento de óleo

A gestora da APA levanta pontos a serem pensados como:

- Possibilidade de adotar a definição de que aquícultura de baixo impacto é até 2000m<sup>2</sup> de lamina d’agua.
- Retirar a autorização de recifes artificiais:
- Inserir nas normas gerais, que parque tem que dar anuência para as áreas de aquícultura.





Alterações propostas pelo Grupo Amortecimento no zoneamento do PEIB

#### 14. Apresentação dos Grupos em Plenária

No dia 25 de julho, os grupos apresentaram suas sugestões e propostas, que foram debatidas em plenária.

#### **No que se refere a ZONA DE AMORTECIMENTO, foi acordado que:**

- ✓ Em Castelhanos, considerar entre a cota 50 e 100 com recomendações da Z1, foi explicado que é uma solicitação inclusiva da comunidade de Castelhanos
- ✓ No Jabaquara, discutiu-se aumentar como Z1, no entanto ficou acordado que a equipe irá rever os limites, com curvas de nível e foto aérea.
- ✓ Ficou acordado que na área dos costões, com exceção do canal, qualquer intervenção deverá ter manifestação do PEIb
- ✓ Nas comunidades tradicionais, considerar as recomendações da Zona de Interesse Específico do Plano Diretor. Acrescentar recomendações da Zona de Interesse Específico do Plano Diretor, sendo que Castelhanos e Bonete, deverá ser compatível com Z4OD.
- ✓ Sobre a recomendação "Barcos credenciados e locais de fundeio demarcados, bem como áreas de mergulho" no Setor 5, se propôs uma detalhamento de que haja o "Credenciamento de barcos para uso comercial no entorno das ilhas
- ✓ Ordenamento para poitas e bóias, considerando os locais de pesca
- ✓ Apesar da sugestão de retirada de recifes artificiais como atividades permitidas, em plenária não foi aceita. Desta forma os recifes artificiais no Setor 8 estão mantidas. Foi acrescentado que haja: Sinalização de recifes artificiais
- ✓ Sugerir à Marinha e Prefeitura o tombamento dos faróis como patrimônio histórico. Desta forma seriam mais um atrativo na Ilhabela.
- ✓ Na área de extensão ao Santuário ecológico, a pesca artesanal deve estar permitida, uma vez que é área dos pescadores

#### **No que se refere ao ZONEAMENTO DO PEIb, foi acordado que:**

- ✓ Apesar das propostas de aumento da zona primitiva e intangível, será refinado com a equipe técnica IF/FF, os limites das zonas primitivas e de recuperação
- ✓ O buffer no entorno das trilhas é de 30 metros de cada lado.
- ✓ Para a estrada de Castelhanos, o buffer será de 50 metros
- ✓ A discordância entre a abertura ou não de novas trilhas, ficou acordado que deverão haver estudos . Acrescentou-se o estudo das trilhas Jabaquara/Fome/Poço.
- ✓ A trilha do Bananal, apesar de um grupo propor como Zona de uso intensivo. Ficou acordado em plenária a manutenção desta trilha em Zona de Uso Extensivo

- ✓ A trilha do Bonete foi proposta como Zona de Uso Extensiva, o que após discussões, foi aceita. Também foi ressaltada a importância de se definir onde começa a trilha do Bonete

Os próximos passos foram:

- ✓ Equipe de coordenação sistematizará os resultados da oficina
- ✓ Apresentação dos resultados no dia 16 de agosto (terça) às 14hr



## OFICINA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL- PLANO DE MANEJO DO PEIb

**DATA:** 10 de agosto de 2011

**HORÁRIO:** 9 às 17h

**LOCAL:** Sede Administrativa do PEIb

### PAUTA:

09:00 - 09:40 - Abertura e apresentação dos participantes

09:40 - 10:40 - Apresentação do diagnóstico de Educação Ambiental

10:40 - 12:30 - Divisão de grupos - tarefa :analisar a proposta dos eixos temáticos e ações;  
propor ações.

12:30 - 13:30 - almoço

13:30 - 15:00 - Continuação dos trabalhos em grupo e preparação para apresentação na  
plenária

15:00 - 16:30 - Apresentação dos grupos em plenária - Mercado de Informações

16:30 - 17:30 - Encerramento

Carolina Bio, Diretora do PEIb, abriu a reunião contextualizando o trabalho dentro do processo do Plano de Manejo ressaltou que a Educação Ambiental, por ser um tema transversal, permeia todos os demais programas, sendo por essa razão de uma série.

Foi apresentando o diagnóstico conforme, slides abaixo.

### Potencial PEIb

- extensa área conservada de Mata Atlântica em formações insulares, com altitudes que variam desde o nível do mar até 1.379 m
- gama de ambientes e de espécies vegetais e animais a eles associadas, além de dezenas de atrativos histórico-culturais e arqueológicos
- pressões de demanda por diversos usos : especulação imobiliária; captação irregular de água em rios e cachoeiras; o uso turístico e degradador da Estrada dos Castelhanos; a caça indiscriminada em diversas regiões do Parque.; visitação numerosa concentrada em determinados atrativos
- **educação ambiental** transversalizada e emancipadora, como uma estratégia de informação e formação que permeia todas as áreas de conhecimento - tendem a diminuir os conflitos existentes
- a partir do momento em que as pessoas conhecem e entendem o meio natural e desenvolvem uma noção de co-responsabilidade sobre este, é o início da mudança de comportamento para atitudes mais condizentes com a atual realidade.

### Objetivo do Programa de EA

identificar, planejar, direcionar e monitorar as ações de educação voltadas à conservação dos recursos naturais, com destaque para o potencial de conservação do PEIb e sua Zona de Amortecimento

### Diagnóstico

1996 – estruturação das atividades de educação ambiental  
1997 – desenvolvimento das atividades de EA nas escolas estaduais - "Projeto Parque na Escola - Escola no Parque". Até 1999, forte atuação nas escolas, com inserção do PEIb no cronograma das atividades curriculares  
Pés no Chão, FUNDACI e o PEIB - "As sapatilhas vão Dançar"  
1998 – PEIb trouxe o Instituto Butantan - exposição de serpentes vivas; a UNICAMP - exposição de animais taxidermizados  
1999 – Projeto Ambiental Memórias Silvestres, cujo objetivo era promover a interação Homem e Natureza- palestras sobre temas ambientais e caminhadas monitoradas. Parcerias: Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Cultura e Meio Ambiente, Diretoria Estadual de Ensino, Escolas particulares, Universidades, Empresas, Escoteiros e ONGs.  
Parceria com a Secretaria da Cultura, exposições sobre o PEIb na FUNDACI

### Diagnóstico

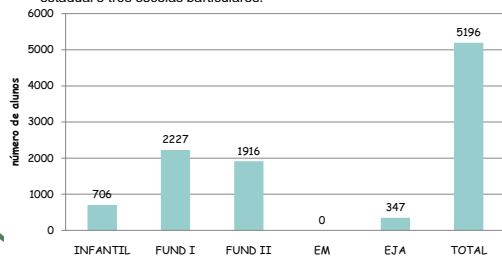
2000 – palestras nas igrejas e associações amigos de bairro no tema ambiental.  
atividades de educação ambiental nas escolas municipais (2 a 4 ano) e particulares (1 ano ao 3 colegial)  
Universidades - Mackenzie, UNICSul, Anhembi-Morumbi, Módulo, FASS, UNILAVRAS, Univ. de Viçosa – dados para conclusão de curso  
2001 – parceria com escoteiros – Grupo Cururuá - Programa "Mata Atlântica - a diversidade da Vida". Grupo de Escoteiros de São Sebastião e Caraguatatuba  
2001 a 2004 - o PEIb desenvolvia trabalhos conjunto de Educação ambiental com PAMB  
replanteio no mangue com a escola em Paúba, entre outras ações  
2004 a 2006 - grupo Essência de Jacareí que estuda ervas medicinais

### Diagnóstico 2008 e 2010

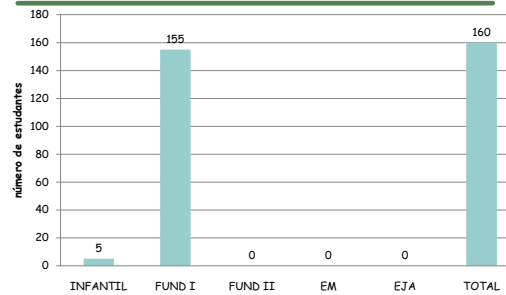
- Grande parte do público atendido: escolas
- Atividades mais frequentes: realização de palestras e visitas à Trilha da Água Branca, além de espaços da cidade e do PEIb.
- Temas trabalhados: relação entre seres humanos e recursos naturais, mata atlântica, biodiversidade, PEIb, mangue e água.
- Parceria nos projetos de Educação Ambiental desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação trabalham com estudantes desde a Educação Infantil até o 5º ano do Ensino Fundamental I e o Fundamental II (6º ao 9º ano)
- Diferentes setores, sejam educadores, empresários ou funcionários ligados ao turismo, e mesmo membros ou dirigentes de ONGs desconhecem o Parque em suas dimensões e limites
- Formação de monitores

### Escolas em Ithabela

17 escolas da rede municipal de ensino localizadas na zona urbana e mais oito situadas nas comunidades tradicionais, duas escolas da rede estadual e três escolas particulares.



### Escolas nas comunidades tradicionais



Após a apresentação, Ricardo responsável da PMI pela Educação nas Comunidades Tradicionais ressaltou a necessidade de atualização dos dados, uma vez que a partir de 2011 já há Fundamental II, com aproximadamente 90 alunos.

Foi ressaltado a importância deste programa, como tema transversal à gestão do PEIb. Apesar das atividades de EA ocorrem a muito tempo, ainda no diagnóstico identificou que há confusão nas dimensões, limites e mesmo das características do PEIb, quais atrativos da cidade encontram-se dentro ou fora da UC, entre outras questões relacionadas. Enfatizou-se a importância de criar uma estratégia que reverta o quadro e otimize os esforços realizados. Explicou-se que a partir dos diagnósticos montou-se uma proposta com algumas ações para subsidiar as discussões. Os participantes foram divididos em 3 Grupos para discutir os eixos temáticos. Cada grupo deveria eleger um coordenador que estaria

responsável pelo tempo e participação e um relator para as anotações de alterações e apresentação em plenária.

Foi orientado que os grupos olhassem a proposta das ações por eixo e, caso achassem pertinente, alterassem e/ou complementassem. Foi explicado que deveriam ser complementados: eixo temático, Ações, Responsáveis, Apoio/Parcerias, Prazos e as prioridades que deveriam ser as em vermelho (1) - alta prioridade; em azul (2)- média prioridade e amarelo (3) - baixa prioridade.

Após os trabalhos em grupo, foi feito o Mercado de Informações, em plenária, quando cada grupo apresentou suas propostas, sendo ainda feitas complementações.

Os seguintes passos:

- 7) Sistematização das informações e encaminhamento a todos os presentes e Conselho Consultivo. Será dada uma semana para complementação de sugestões, não sendo possível a alteração das propostas realizadas em oficina.

Os resultados de cada grupo estão descritos a seguir.

## GRUPO 1

Participantes: Rafaela, M. Cristina (Tina), Joãozinho, Inez, Ane e Guido

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/Parcerias	Prazos	Prioridade
<b>Projetos e educação ambiental – PEIb e ZA por público alvo</b>	Projeto de EA dentro das escolas. Projeto escola no Parque/ O Parque na escola <ul style="list-style-type: none"> <li>Aborda a sustentabilidade como tema transversal;</li> <li>Visitação ao Parque para reconhecimento na área.</li> </ul>	PEIb Secretaria de Educação	Secretaria municipal de Educação e Secretaria municipal de Meio ambiente	Médio	2
	Projeto de visitação <ul style="list-style-type: none"> <li>Residentes na ilha: oficinas de educação ambiental para crianças e grupos sociais – teatro, gincanas, piqueniques, etc;</li> <li>Visitantes de fora: escolas com ações de estudo do meio; atividades de educação ambiental para grupos sociais e turistas em geral.</li> </ul>	PEIb	Monitores; Grupo Pés no Chão (ONG); Azimuth (ONG); escoteiros/guarda mirim; Elementos da Natureza (ONG); Secretaria municipal de Educação, Turismo, Cultura, Meio ambiente	Médio	2
	Criação de uma câmara técnica para elaboração de projetos de educação ambiental.	PEIb Prefeitura (Secretaria municipal de Educação e Secretaria municipal de Meio ambiente)	Sociedade civil, conselho consultivo do PEIb	Imediato	1
	Criação de um projeto especial para comunidades tradicionais	PEIb Prefeitura (Secretaria municipal de Educação e Secretaria municipal de Meio ambiente)	Secretaria municipal de Educação, Turismo, Cultura, Meio ambiente; Sociedade organizada.	Médio	2
	Elaborar um programa de educomunicação socioambiental do PEIb	PEIb	Ponto de Cultura		1

<b>Eixos Temáticos</b>	<b>Ações</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Apoio/Parcerias</b>	<b>Prazos</b>	<b>Prioridade</b>
<b>Subsídios para interpretação ambiental no PEIb</b>	Mapeamento dos sítios arqueológicos possíveis para visitação	PEIb IPHAN	Prefeitura (secretaria municipal de Cultura)	Curto	1
	Reconhecimento e tombamento dos sítios pelo IPHAN e CONDEPHAAT	PEIb	Prefeitura, OSCIP	Médio	1
	Criação de câmara técnica para estudos e projetos de educação/orientação e interpretação ambiental dentro das trilhas e roteiros monitorados	PEIb	Associação de monitores, secretaria municipal de meio ambiente	Curto	1
	Criação de um calendário ecológico	PEIb (câmara técnica)		Médio	2
	Estudo de viabilidade de co-gestão/concessão do controle e manejo das trilhas, bem como atividades de educação ambiental e sinalização com OSCIP municipais	PEIb	Instituições de pesquisa, ONG	Médio	1
	Criação de centro de cultura caiçara;	PEIb Secretaria municipal de Cultura, secretaria municipal de Turismo	Prefeitura, iniciativa privada, ONG	Imediato	2
	Centro de informações turísticas – final de semana e temporada	PEIb Secretaria municipal de Cultura, secretaria municipal de Turismo	Prefeitura, iniciativa privada, ONG	Imediato	1
	Todas as informações devem ser bilíngüe (inglês)	PEIb		Imediato	1
	Implantação de projetos ambientais em sítios arqueológicos	PEIb			2
	Estudo para viabilidade e implantação de projeto de educação ambiental das trilhas: Friagem/Couro do boi/Bananal/Indaiaúba/Vermelha/Atalho de Castelhanos	PEIb	Prefeitura, OSCIP	Médio	1
Revitalização e implantação das trilhas oficiais: Baepi/Água Branca/Pancada d'água (Três Tombos)/Veloso/Cachoeira Gato e Bonete	PEIb	Prefeitura, OSCIP	Curto	1	
<b>Capacitações</b>	Oficina de capacitação para colaboradores do setor	PEIb	Prefeitura;	Curto	1



Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/Parcerias	Prazos	Prioridade
	produtivo do turismo: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Associações;</li> <li>• Informações gerais sobre o PEIb;</li> <li>• Visitação</li> </ul> *A partir de estudos de uma câmara técnica de capacitação		SEBRAE/SENAC; Bird watching USP - Universidades		
	Parceiros do Parque (falar a mesma língua/afinar o trabalho em conjunto)	PEIb	Todos os parceiros (prefeitura, ONG, empresa privada, etc.)	Curto	1
	Funcionários do Parque para trabalho com crianças	PEIb	Prefeitura/PEIb	Curto	1
	Professores efetivos da rede municipal e particular trabalharemos com o PEIb	PEIb Prefeitura	PEIb, prefeitura, FUNDESPA	Curto	1
	Associação de engenheiros e arquitetos (apresentação das normas gerais do Parque para construção)	PEIb	Prefeitura, PEIb	Curto	1

## GRUPO 2

Participantes: Leonardo, Stefania, Miro, Gerhard, Luísa

Eixo Temático	Ações	Responsáveis	Apoio/Parcerias	Prazos	Prioridade (de 1 a 3)
<b>Articulação Institucional e Parcerias</b>	captação de recursos para apoio do programa de voluntariado (hospedagem e alimentação)	PEIb	AHBRI/ ACEI	curto até 1 ano	2
	Identificar os potenciais parceiros e instituições que interagem ações de EA (SMMA, Sec educação, SETUR) assoc. Comunitárias, agências, ONGs	PEIb	instituições identificadas como parceiras	imediate	1
	Formar um GT EA para fortalecer e integrar as ações de EA	PEIb	instituições identificadas como parceiras	curto até 1 ano	2
	sistematizar as informações geradas pelo GT EA - banco de dados- criar matriz relacionando projetos desta UC com outras iniciativas regionais, APA marinha, ESEC	PEIb	Petrobrás	médio	2

<b>Eixo Temático</b>	<b>Ações</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Apoio/ Parcerias</b>	<b>Prazos</b>	<b>Prioridade (de 1 a 3)</b>
	tupinambás ICM Bio, PMI				
	Formalizar parceria PEIb/PMI de forma que as secretarias municipais incorporem ações de EA do PEIb	PEIb e PMI		imediatos	1
	Convidar por email voluntários cadastrados para manifestarem seu interesse em participar d uma capacitação de educação ambiental. Dessa forma, já se teria um diagnóstico da quantidade de pessoas disponíveis para esse trabalho.	PEIb		Curto até 1 ano	1
<b>Atuação em Fóruns e Conselhos</b>	apresentar diretrizes de EA para Conselhos	PEIb	Fórum CBH, APA marinha, Cultural municipal, educação, meio ambiente, GT educação e outras ONGs	Curto até 6 meses	1
	integrar-se à uma agenda comum dos encontros (fóruns, conselhos e GTs)	PEIb		Curto até 8 meses	2
	Divulgar os projetos propostos dentro do GT EA. Apresentar pontos em comum entre os projetos (matriz)	PEIb		médio até 2 anos	2
	Mensagens via rádio FM de sensibilização	PEIb		imediatos	1
	Desenvolver KIT multimídia para escolas (vídeos, cartazes, jogos)	PEIb	Sec. Educação e ONGs	longo até 3 anos	2
<b>Divulgação</b>	Distribuição de folder em locais de grande circulação (centro de informação, hotéis, eventos) com controle de distribuição para saber público alvo atingido	PEIb		imediatos	1
	Colocar links, banner ou lembrete sobre o PEIb nos sites de empresas de Ilhabela (pousadas restaurantes, agencias, DERSA)	PEIb	Assoc. Comercial, AHBRI, DERSA	curto (até 1 ano)	2
	Frases de sensibilização e advertência na sinalização municipal	PEIb/ PMI		curto (até 1 ano)	3
	Divulgação na balsa (foto, painel) e na área de espera, mídia eletrônica com institucionais	PEIb e DERSA	Ponto de Cultura	Curto até 6 meses	3
	Material impresso com divulgação "múltipla" para ser entregue na cobrança da balsa	PEIb e DERSA	Ass. Hotéis e		2

Eixo Temático	Ações	Responsáveis	Apoio/ Parcerias	Prazos	Prioridade (de 1 a 3)
	(sobre PEIb, PMI, DERSA, hotéis etc.)		pousadas, DERSA, PMI, Petrobrás, ONGs		
	Inserir conteúdo do PEIb na associação comercial no guia de Ilhabela andróide				1
	Concursos de frases de efeito				
	Divulgação nos supermercados e nas recepções de hotel.				

### GRUPO 3

Participantes: Andréia, Winny, Joana, Cláudia, Ricardo, Marcelo

Eixo Temático	Ações	Responsáveis	Apoio/ Parcerias	Prazos	Prioridade (de 1 a 3)
<b>Ampliar Sistema de Registro de Visitação/Agendamento de Grupos</b>	Colocar link apenas para EA no site do PEIb com informações sobre; agendamento de escolas, contato, formulário de cadastro e solicitação de agendamento, cronograma de eventos de EA.	PEIb/ FF		médio	3
	Melhorar a divulgação do Site do PEIb	PEIb	PMI, agências, pousadas	curto	3
	Controlar visitação em todas as trilhas oficiais o ano inteiro e estudar como viabilizar controle. Opções: 1- Possível contrato com PMI para fixar destinação de % ou valor fixo da TPA para contratação de monitores ambientais e manutenção de trilhas 2- Estabelecer cobrança para tornar a visitação auto-sustentável 3- Agências pagariam o serviço e teriam benefício fiscal	PEIb faria a gestão de funcionários e /ou supervisionaria empresa concessionária	PMI (setor Jurídico, SMMA, SETUR, RECEITA) ONGs, Empresas	médio	1
	informatizar o controle de visitantes nas trilhas (uso de tablets, contador eletrônico) e criar sistema de registro de dados que otimize a organização e análise dos mesmos	PEIb deve criar projeto e buscar parceiros	PMI, COMTUR, CT Ecoturismo para elaborar projeto e Ministérios, empresas, PMI para	médio	1

Eixo Temático	Ações	Responsáveis	Apoio/ Parcerias	Prazos	Prioridade (de 1 a 3)
			desenvolver sistema		
<b>Sistematização de Dados de Visitação e Educação Ambiental</b>	Centralizar em um banco de dados único e online, todas as ações de EA ocorrentes no município a fim de evitar-se sobreposição de ações: uso da ferramenta do SG65 do Ministério do Turismo, banco de dados do Geoprocessamento da PMI ou criar um terceiro.	PEIb e PMI	Secretaria Municipal de Educação, ONGs, Petrobrás	médio a longo	1
	Relacionar o banco de dados do PEIb com o sistema online para atualização constante	PEIb	Ministérios, empresas	médio a longo	1
	Criar mecanismo legal para comprometimento do sistema único.	PMI (Jurídico, Câmara dos vereadores)	FF/PEIb, ONGs	médio	1
	Capacitar mão de obra para manipulação do banco de dados do PEIb e sistema único e/ou contratar	PEIb/ FF	PMI, empresas, ministério, Petrobrás	médio	1
<b>Integração dos Agendamentos de Visitação e Educação Ambiental</b>	Centralizar agendas de visitação turística e educação ambiental em ferramenta online (google docs ou outro)	PEIb		Cuto médio	2
	Definir antecedência mínima de 15 dias para solicitação de agendamento e divulgar obrigatoriedade de formalização da solicitação de agendamento por meio de ofício (Impresso ou por email)	PEIb		Cuto médio	3
<b>Outros</b>	desenvolver diferentes roteiros de educação ambiental, temáticos (ex: fauna e flora, cultura caiçara, história de Ilha- sítios arqueológicos) para escolas e universidades	PEIb	Secretaria de Educação, Associação de Monitores	médio	
	Padronizar informações sobre o PEIb (regras, agendamento, trilhas oficiais etc.) nos sites do município (PMI, Associações, <i>trade</i> )	PEIb	PMI, <i>trade</i> , ass. monitores	curto	1
	Instalação de Totem na entrada da cidade e São Sebastião sobre "Ilhabela- Município- Parque"	PMI		médio	2

<b>Eixo Temático</b>	<b>Ações</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Apoio/ Parcerias</b>	<b>Prazos</b>	<b>Prioridade (de 1 a 3)</b>
	Desenvolver ações de educação ambiental na Balsa (panfletagem, materiais audiovisual, outros) para informar o visitante sobre o município e o Parque, regras de conduta, divulgação de eventos, retorno sobre utilização da TPA	PEIb, PMI	DERSA, ONGs, Empresas	curto	2
	Parceria com Centro de Triagem de Ilhabela para produção de papel reciclado para panfletagem na balsa	Peib, PMI	empresas, ONGs	curto	2
	instalação de sistema de comunicação digital da balsa com sinal de internet para download de aplicativo com informações de Ilhabela	DERSA	PMI, PEIb		

Anexo 128e. Oficina de apresentação e consolidação do zoneamento e Zona de Amortecimento

## OFICINA DE APRESENTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ZONEAMENTO E ZONA DE AMORTECIMENTO



**DATA:** 16 de agosto de 2011

**HORÁRIO:** 14h às 17:30h

**LOCAL:** Sede Administrativa do PEIb

### **PAUTA:**

14:30 - 14:45 - Abertura e apresentação dos participantes

14:45 - 15:30 - Apresentação da Zona de Amortecimento

15:30 - 16:00 - Discussão da Zona de Amortecimento.

16:00 - 16:45 - Apresentação do Zoneamento do PEIb

16:45 - 17:30 - Discussão do Zoneamento

17:30 - 18:00 - Encerramento

Claudia Shida abriu a reunião lembrando que o processo de construção do zoneamento iniciou na Oficina de Zoneamento realizada em 20 de julho, seguida da oficina do dia 25 de julho, na qual havia sido acordado que deveria ser apresentado o resultado das duas oficinas. Ressalta que também foi realizada uma Reunião Técnica para aprofundamento da Zona de Amortecimento, realizada no dia 03 de agosto, com a participação da Capitania dos Portos, Petrobrás, Porto de São Sebastião, UniSantos, Instituto de Pesca, Polícia Ambiental, APA Marinha Litoral Norte, Parque Estadual da Serra do Mar (Núcleo São Sebastião), CETESB e Prefeitura Municipal de Ilhabela. Foi apresentada a proposta consolidada dos limites e recomendações da zona de amortecimento.

Em plenária, foram feitas as seguintes complementações:

- 1) no Setor do Canal 1 de São Sebastião, incluir as normas da APA Municipal Marinha
- 2) No Setor Canal 2 - área do Porto organizado acrescentar nos usos permitidos turismo náutico
- 3) no setor baía de castelhanos 1 complementar pesca de arrasto de parelha
- 3) No Setor Área urbana: acrescentar uma redação que contemple que durante um determinado período de anos, as atividades em desconformidade com os padrões de qualidade ambiental e sustentabilidade serão toleradas, sendo para tanto incentivado um plano de adequação das mesmas, que também devem estar em conformidade com o Plano Diretor.
- 4) fazer uma revisão geral do texto de forma a contemplar atividades não previstas nos usos permitidos e não permitidos
- 5) No Setor Conservação Marinha, acrescentar nos usos permitidos: turismo náutico e sinalização

6) No Setor Interesse Específico, acrescentar o Poço.

Após consenso na Zona de Amortecimento, iniciou-se a apresentação do Zoneamento do PEIb.

Face a nova demanda de necessidade do plano de manejo incorporar ao contexto ambiental o contexto social (homem inserido na natureza), especialmente por meio do desenvolvimento de atividades de turismo de aventura e ecoturismo e, que todo o processo do plano considera a construção com a sociedade; a equipe de elaboração do Plano não poderia simplesmente fazer qualquer alteração, quer seja pela inclusão ou não das atividades sem discutir com os participantes das oficinas. Retomou-se então dois pontos que deveriam ser melhor discutidos e então consensuados.

1) Transforma-se em Zona Primitiva as áreas definidas como Zona Intangível nas quais há interesse em desenvolver alguma atividade?

2) Mantém-se a proibição de atividades de educação ambiental e visitação na Zona Primitiva?

Desta forma, após apresentação da proposta consolidada e discussões sobre os pontos divergentes ou contraditórios, ficou estabelecido que:

1) Na Zona de Uso Extensivo, quando se refere a restrição de captação de água, da mesma forma que se pensou na Zona de Amortecimento, colocar como recomendação o incentivo do programa de regularização da captação de água no PEIb e Zona de Amortecimento, de forma a possibilitar um tempo hábil para a adequação à norma estabelecida.

2) Na trilha da Cachoeira do Gato a redação deve ser alterada para: o controle de entrada e saída dos visitantes deve ser realizado por monitores cadastrados preferencialmente locais.

3) Na Zona Primitiva ficou acordado em manter as atividades permitidas no roteiro metodológico do IBAMA, no qual estabelece o desenvolvimento de atividades de visitação restrita e controlada, bem como educação ambiental. Acrescentou-se: turismo sustentável de baixo impacto.

4) Todos os termos no plano de manejo "capacidade de carga" serão substituídos por "manejo do impacto da visitação"

5) Na Zona Intangível foi questionado o motivo do desenho não ter considerado a quase união desta zona próximo a Estrada dos Castelhanos. Foi explicado que: utilizou-se o critério de cotas e ainda, devido a Estrada dos Castelhanos ser Zona de Uso Intensivo, é difícil estar diretamente contígua a zona Intangível e que para a fauna é importante garantir o fluxo, independente da zona estabelecida. Ficou acordado em manter como apresentado nesta data.

6) Foi ressaltado que faltava na apresentação o texto: "estudos (de forma participativa) para viabilidade de abertura das trilhas e alteração da zona, bem como recomendações de manejo e uso (Ponta do Boi, Pico de São Sebastião, Caminho do Estevão, Serraria-Poço, Cachoeira do Areado)". Foi explicado que foi uma falha e que está incluído no texto do capítulo.

7) Cogitou-se fazer um 'buffer' nas trilhas de São Sebastião e Estevão transformando-as em Zona Primitiva, pois tecnicamente seria questionado a razão de fragmentar a zona Intangível. No entanto, foi colocado que não seria possível fazer a alteração, pois muitos dos participantes das oficinas anteriores não estavam presentes. Desta forma ficou acordado que se mantém a Zona intangível proposta inicialmente, considerando que serão realizados estudos de forma participativa para a viabilidade de abertura de trilhas e possivelmente alteração da zona.



Desta forma, o texto final consolidado está descrito abaixo.

## **Normas Gerais**

### **São permitidas:**

- Preservação e conservação da natureza
- Restauração da natureza
- Pesquisa Científica
- Educação Ambiental
- Visitação pública
- Lazer e recreação
- Atividades comerciais desde que firmado em acordo formal com a FF

### **São proibidas:**

- Desmatamento de áreas naturais
- Todos os tipos de caça, coleta de plantas e animais silvestres
- Queimadas
- Mineração
- Moradias, construção de casas,
- Abertura de novas estradas, barragens etc.
- Criação de animais silvestres e domésticos
- Feitio de Roça
- Uso de agrotóxico
- Lançamento de esgoto
- Deposição de lixo
- Os materiais para construção e reforma de quaisquer infraestruturas não poderão ser retirados dos recursos naturais da UC

## **1 1. Zoneamento do Parque Estadual de Ilhabela**

De acordo com as especificações do Roteiro Metodológico (Ibama, 2002), "o zoneamento constitui um instrumento de ordenamento territorial, usado como recurso para se atingir melhores resultados no manejo da UC, pois estabelece usos diferenciados para cada zona, segundo seus objetivos". O zoneamento é conceituado na Lei 9.985/00 (SNUC) como "definição de setores ou zonas em uma Unidade de Conservação com objetivos de manejo e normas específicas, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz".

Os dados a seguir apresentados tiveram como base as etapas do Plano de Manejo do PEIB, os quais forneceram subsídios técnicos para a adequada definição geográfica de cada zona estabelecida neste Plano.

### *1.1 Critérios de Zoneamento*

O zoneamento baseou-se em critérios e zonas definidas no Roteiro Metodológico do IBAMA (IBAMA, 2002), na metodologia do Zoneamento do Mosaico da Juréia-Itatins e na adaptação do zoneamento estabelecido pelo PGA, de acordo com parâmetros identificados nos diagnósticos realizados para a revisão deste Plano de Manejo.

São critérios indicativos de valores para a conservação: representatividade; riqueza e diversidade de espécies, áreas de transição, suscetibilidade ambiental, presença de sítios históricos e culturais. Já os critérios indicativos para a vocação de uso e disponibilidade de serviços são: potencial para visitação/conscientização ambiental, presença de infraestrutura, usos conflitantes (Tabela 82). Para cada temática, foram definidos critérios, sendo estes valorados em alto, médio e baixo grau.

Acrescentaram-se também critérios indicativos de impactos à conservação, uma vez que o enquadramento em um zona deve considerar ações voltadas a recuperação e monitoramento.

Critérios utilizados para o estabelecimento do Zoneamento.

<b>Critérios Indicativos da Singularidade da Unidade de Conservação</b>	
Critérios indicativos de valores para a conservação	▪ Representatividade
	▪ Riqueza e diversidade de espécies
	▪ Áreas de transição
	▪ Suscetibilidade ambiental
	▪ Presença de sítios históricos e culturais
Critérios indicativos para a vocação de uso	▪ Potencial para visitação
	▪ Potencial para conscientização ambiental
	▪ Presença de infra-estrutura
	▪ Uso conflitante
	▪ Presença de população

Fonte: Ibama (2002).

As classes de legenda ou tipo de informação de cada tema do diagnóstico são avaliadas segundo suas potencialidades e fragilidades, para atender aos objetivos do PEIB e seus diversos programas. A ponderação de cada tema foi estabelecida pela atribuição de valores de acordo com a respectiva importância para a conservação, ao desenvolvimento de atividades de visitação e educação ambiental e, negativamente, aos impactos para a conservação.

Para cada tema, cujos dados são passíveis de espacialização, foram feitas ponderações considerando os gradientes de zonas de grande pertinência à conservação. Para as áreas cujos dados são de altíssima importância, qualidade e/ou conformidade para conservação foram ponderados com peso 5. Para as áreas cujos dados são de alta importância, qualidade e/ou conformidade para conservação foram ponderados com peso 4. Já os dados com peso de valor intermediário (3), são aqueles cuja importância ou qualidade para conservação é média. Os dados com valoração (2) são aqueles cuja importância ou qualidade para conservação é baixa..

Para os dados de altíssima importância, qualidade e/ou conformidade para o desenvolvimento de atividades de visitação e educação foram ponderados com peso 5. Para as áreas cujos dados são de alta importância, qualidade e/ou conformidade para o uso público foram ponderados com peso 4. Já os dados com peso de valor intermediário (3),

são aqueles cuja importância ou qualidade para uso público é média. Os dados com valoração (2) são aqueles cuja importância ou qualidade para uso público é baixa.

Para a avaliação de áreas que se encontram em desconformidade com a conservação, ou que causam impactos à UC, ou que necessitam de recuperação, foram ponderadas negativamente. Sendo que as áreas mais impactantes tem valores (-5), diminuindo gradativamente até -2.

A partir da ponderação, são obtidos mapas que representam a importância do território para os temas e para o conjunto dos mesmos de acordo com a conservação, ao uso público e às atividades impactantes.

Face às questões pertinentes da comunidade tradicional, ponderaram-se as temáticas, voltadas à manutenção de sua cultura, relações sociais e tradições.

Esses mapas foram cruzados pelo método de sobreposição, obtendo-se mapas intermediários. Estes mapas são cruzados, considerando o grau de importância de cada programa para cada categoria de Unidade de Conservação. O resultado desse último cruzamento é um mapa síntese. Este mapa síntese foi apresentado em 3 oficinas de Zoneamento e uma reunião técnica de zoneamento, sendo o resultado final consolidado no Mapa

Os limites das zonas devem ser ajustados considerando:

- a) uma hierarquia de importância entre os diferentes objetivos e programas, onde áreas de alto valor para a conservação prevalecem sobre áreas com alto valor para infra-estrutura;
- b) Limites identificáveis no campo (linhas férreas, estradas, rios e outros de visibilidade equivalente);
- c) um gradiente de conservação ambiental da zona mais preservada no interior para as zonas com maior possibilidade de uso nas periferias da Unidade;
- d) as trilhas existentes para as atividades ligadas a visitantes, sendo que essas zonas devem estar interligadas entre si a fim de permitir o conhecimento da Unidade como um todo.
- e) microbacias e influência do espaço aéreo (ventos que conduzam emissões gasosas, por exemplo) e do subsolo (que possa comprometer os aquíferos e os solos da UC).

## **2 1.1. Zona Intangível**

### **3 1.1.1. Descrição Geral, Objetivos e Metas**

- Ilhote das Cabras (Cagadinha), Ilhas da Prainha, da Figueira e do Codó
- Ponta do Boi - Pico do Mirante
- Topo da Serra - Pico Papagaio/ Pico São Sebastião
- Topo do Morro da Serraria e Morro da Cabeçuda
- 93% da zona abrangem as áreas de Floresta Ombrófila Densa Montana (primária) e refúgios montanos.
- 72% em declividades acima de 30%, em áreas com declividade de 15 a 30%, mas principalmente acima de 45%,

- 94% desta zona encontram-se e Terrenos impróprios e/ou muito susceptíveis a interferências, sendo importantes áreas para a conservação dos recursos naturais em ambientes insulares.

**Objetivos e Meta:** Preservação e conservação das áreas em melhor estado de conservação do Arquipélago de Ilhabela e áreas importantes para a nidificação de aves marinhas, algumas ameaçadas de extinção.

#### **4 1.1.2. Normas Gerais**

##### **São permitidas:**

- Pesquisa, o monitoramento ambiental e a fiscalização;
- A interpretação dos atributos desta zona se dará somente através de folhetos e/ou recursos indiretos, inclusive aqueles oferecidos no centro de visitantes;
- As atividades permitidas não poderão comprometer a integridade dos recursos naturais;
- A fiscalização será constante nesta zona

##### **São proibidas:**

- O tráfego de veículos nesta zona, exceto em ocasiões especiais, em casos de necessidade de proteção da Unidade;
- Quaisquer instalações de infra-estrutura

##### **Recomendações:**

- Articular com a SUCEN para alteração dos locais de aplicação do controle biológico a borrachudos, de forma a não aplicá-lo na zona intangível
- Priorizar estudos para avaliar a vulnerabilidade de todas as trilhas existentes e possíveis novas trilhas por pesquisadores devidamente autorizados pela COTEC/ IF
- Priorizar estudos de manejo do impacto da visitação para todas as trilhas próximas a esta zona.
- Realizar estudos (de forma participativa) para viabilidade de abertura de trilhas e alteração da zona, bem como recomendações de manejo e uso (Ponta do Boi, Pico de São Sebastião, Caminho do Estevão).

#### **a) Zona Intangível – Ilhote das Cabras (Cagadinha), Ilhas da Prainha, da Figueira e do Codó**

##### **São permitidas:**

- Para Ilhote das Cabras (Cagadinha): Somente a comunidade tradicional de Vitória pode utilizar a costeira para sua pesca, uma vez que este é seu modo de vida. No entanto, ficou acordado que os ninhos e seus ovos não serão mexidos ou retirados.

##### **São proibidas:**

- O desembarque na ilha.

**Recomendações:**

- Deve-se incluir um raio de, no mínimo 50 m de mar no entorno dessas ilhas, a fim de evitar que a passagem de embarcações perturbe as aves em seus ninhos.
- Deverão ser instalados cartazes e bóias para a sinalização das restrições de aproximação e desembarque.

**5 1.2. Zona Primitiva****6 1.2.1. Descrição Geral, Objetivos e Metas**

- Ponta do Boi
- Morro do Pico Papagaio/ Pico São Sebastião
- Morro da Serraria e Morro da Cabeçuda
- Ilhas da Serraria, dos Castelhanos, da Lagoa, das Galhetas e demais lajes e ilhotas
- Predomina Floresta Ombrófila Densa Submontana (primaria)(56%) e Floresta Ombrófila Densa Montana (primaria) (20%) e refúgios montanos.
- 68% em declividades acima de 30%,
- 85% desta zona encontram-se e Terrenos impróprios e/ou muito susceptíveis a interferências, sendo importantes áreas para a conservação dos recursos naturais em ambientes insulares

Objetivos e Meta: Preservação e conservação das áreas em bom estado de conservação do Arquipélago de Ilhabela.

**7 1.2.2. Normas Gerais****São permitidas:**

- Pesquisa, o monitoramento ambiental e a fiscalização;
- Atividades de visitação restrita e controlada, bem como educação ambiental
- Turismo sustentável de baixo impacto
- A interpretação dos atributos desta zona se dará somente através de folhetos e/ou recursos indiretos, inclusive aqueles oferecidos no centro de visitantes;
- As atividades permitidas não poderão comprometer a integridade dos recursos naturais;
- A fiscalização será constante nesta zona.

**São proibidas:**

- O tráfego de veículos nesta zona, exceto em ocasiões especiais, em casos de necessidade de proteção da Unidade;
- Quaisquer instalações de infra-estrutura

**Recomendações:**

- Priorizar estudos para avaliar a vulnerabilidade de todas as trilhas existentes e possíveis novas trilhas por pesquisadores devidamente autorizados pela COTEC/ IF
- Priorizar estudos de manejo do impacto da visitação para todas as trilhas próximas a esta zona
- Realizar estudos (de forma participativa) para viabilidade de abertura das trilhas e alteração da zona, bem como recomendações de manejo e uso (trechos das trilhas de Ponta do Boi, Pico de São Sebastião e Caminho do Estevão).

## **8 1.3. Zona de Recuperação**

### **9 1.3.1. Descrição Geral, Objetivos e Metas**

- Trecho Ponta do Boi
- Ilha das Cabras
- Demais áreas impactadas
- 42% dessa zona são ocupadas por Vegetação secundária de Floresta Ombrofila Densa Submontana (capoeirão); e
- 38% por Floresta Ombrofila Densa Submontana (primária)
- No entanto, especialmente a área do Canal de São Sebastião e algumas áreas ocupadas apresentam impactos e vetores de pressão que afetam as áreas, sendo necessário portanto a recuperação.

Objetivos e Meta: Contenção da degradação dos recursos ou restauração a área.

### **10 1.3.2. Normas Gerais**

#### **São permitidas:**

- Pesquisa, o monitoramento e proteção ambiental e recuperação natural/ou induzida dos ecossistemas degradados;
- Pequenas intervenções para manejo. A recuperação somente será feita com o uso de espécies nativas, devendo ser eliminadas as espécies exóticas porventura existentes, quando recomendado tecnicamente;
- Os trabalhos de recuperação poderão ser interpretados para o público no Centro de Visitantes;
- Os resíduos sólidos gerados nestas instalações terão o mesmo tratamento citado na zona de uso intensivo;
- O acesso a esta zona será restrito aos funcionários do Parque e pesquisadores; demais casos deverão obter autorização da gestão do parque;
- A fiscalização será permanente nesta zona, com ênfase às áreas de pressão urbana
- Na recuperação induzida somente poderão ser usadas espécies nativas, devendo ser eliminadas as espécies exóticas porventura existentes;
- As áreas de recuperação deverão ser sinalizadas
- A decisão sobre a abertura de novas trilhas ou qualquer intervenção em trilhas já existentes, devem ter prévia autorização do PEIb. No caso de trilhas dentro ou no entorno de comunidades tradicionais, deve haver a participação das mesmas no processo de decisão.

**São proibidas:**

- Instalações nesta zona, com exceção daquelas necessárias ao desenvolvimento das atividades permitidas. Tais instalações serão provisórias, preferentemente construídas em madeira de reflorestamento.

**Recomendações:**

- Incentivar pesquisas sobre os processos de regeneração natural/induzida.
- Fomentar projetos de recuperação florestal nas comunidades tradicionais residentes no PEIb e seu entorno. Os trabalhos de recuperação das áreas deverão utilizar mão-de-obra da comunidade tradicional, sempre que possível.
- Priorizar estudos de manejo do impacto da visita para todas as trilhas próximas a esta zona.
- Realizar estudos de potencial e viabilidade para desenvolvimento de atividades de turismo sustentável, incluindo esportes de aventura, como por exemplo montanhismo, mountain bike, canoagem, entre outros
- Realizar o levantamento da demanda, do potencial e das necessidades, junto às comunidades, para o desenvolvimento de Turismo de Base Comunitária nas comunidades tradicionais de Ilhabela.

**a) Zona de Recuperação - Ilha das Cabras:**

- Quando da resolução judicial da área, fazer análise das edificações para possível aproveitamento nas atividades de administração ou manejo do parque

**11 1.4. Zona Histórico-Cultural****12 1.4.1. Descrição Geral, Objetivos e Metas**

- Ilha dos Búzios
- Ilha da Vitória
- Saco do Sombrio
- Praia da Figueira
- Sítio Baepi I (200m do entorno do sítio)
- Sítio Toca do Winny (200m do entorno do sítio)

Objetivos e Meta: Proteção dos patrimônios históricos materiais e imateriais, em harmonia com o meio ambiente.

**13 1.4.2. Normas Gerais****São permitidas:**

- Pesquisa, proteção, uso público e conservação, restauração e recuperação do patrimônio histórico-cultural material;
- Quaisquer infra-estruturas instaladas nesta zona quando permitidas, não poderão comprometer os atributos da mesma;
- As pesquisas a serem efetuadas nesta zona deverão ser compatíveis com os objetivos da Unidade e não poderão alterar o meio ambiente;
- Deverá haver fiscalização periódica em toda esta zona. A visitação está condicionada ao estado de conservação do patrimônio e sinalização adequada;
- Quando a restauração ou recuperação do patrimônio material necessitar de obras, o acondicionamento do material deverá ser feito na zona de uso intensivo ou uso especial.
- Na Ilha dos Pescadores é possível a visitação, com acompanhamento de monitores credenciados preferencialmente locais.

#### **São proibidas:**

- Retirada ou a alteração de quaisquer atributos que se constituam no objeto desta zona;
- Alteração das características originais dos patrimônios histórico-culturais
- Em Guanxumas de Búzios e Ilha da Vitória, ainda é proibida a visitação devido a solicitação das comunidades
- Na Ilha dos Pescadores, não é permitido acampamento e acesso à casa do morador tradicional.

#### **Recomendações:**

- A Ilha dos Búzios e da Vitória devem ter estudos da Portaria 029/2010 para a recategorização da área, desde que haja áreas de conservação restritiva.
- levantamento da demanda, do potencial e das necessidades, junto às comunidades, para o desenvolvimento de Turismo de Base Comunitária nas comunidades tradicionais de Ilhabela
- Estudar a Toca do Estevão para incluí-la como Zona de Patrimônio Histórico - Cultural
- Localizar os locais de captação das comunidades tradicionais
- Mapear as trilhas de acesso exclusivo das comunidades

#### **a) Sub-zona da Atual Ocupação Tradicional**

##### **Descrição Geral, Objetivos e Metas**

- Guanxumas (Búzios) – Local das atuais moradias da população atual. Ilha de Búzios-Guanxumas, Porto do Meio, Costeira, Pitangueiras; Arquipélago de Vitória: Ilhas de Vitória e dos Pescadores; Praia da Figueira; Saco do Sombrio

Objetivos e Metas: Compatibilização do uso das comunidades tradicionais com os objetivos da UC.



**São permitidas:**

- pesquisa, o monitoramento e proteção ambiental e recuperação dos ecossistemas degradados
- Nessa sub-zona, os moradores da população tradicional têm o modo de vida e subsistência garantidos, com anuência do Parque.
- os termos de compromisso serão pactuados com as comunidades, garantindo os processos de apropriação e participação das comunidades tradicionais.
- Somente moradias
- Na praia da Figueira e; Porto do Meio, Costeira e Pitangueiras; Ilha Vitória; Saco do Sombrio, além das moradias são áreas de roças e extrativismo.

**São proibidas:**

- No caso das sub-zonas Sítios Concheiros Vitoria III, IV e V, não é permitida a autorização de novas construções e ampliações, devido a existência do patrimônio arqueológico
- No caso da Ilha Vitória, por ser área de grande importância à conservações, não é permitido matar qualquer animal, inclusive a cobra endêmica da Ilha. Será feito um trabalho com população para como proceder com a cobra.

**Recomendações:**

- No Saco do Sombrio, reavaliar TC/97 entre com YCI com prazo para manifestação sob pena de revogação da anuência das atividades do parque (Uso da comunidade, PEIb e PMI).As instalações do YCI (sede e sub-sede) – apoiar ações de fiscalização, educação, pesquisa (transporte, embarcações, desembarque, comunicação, alojamento, recolhimento do esgoto tratado e lixo). Ficam pendentes condicionantes no termo de compromisso

**b) Sub-zona do Patrimônio Arqueológico****Descrição Geral, Objetivos e Metas**

- Ilha de Búzios: Sítio Concheiro Búzios II e III; Porto do Meio- Costeira e Pitangueiras; Arquipélago da Vitoria - Sítios Concheiros Vitoria I, II, III, IV e V; Praia da Figueira: Sítio Engenho Figueira.

Objetivos e Metas: Conservar os patrimônios histórico-culturais materiais

**São permitidas:**

- pesquisa, o monitoramento e proteção ambiental e recuperação dos ecossistemas degradados

- Sítio Concheiro Búzios II: Permitido somente a realização de conservação do Sítio Arqueológico e atividades de pesquisa. Devido ao acesso, fica proibida a abertura de acesso e visitação.
- Costeira e Pitangueiras; Sítio Concheiro Búzios III; Sítios Concheiros Vitória I, II, III, IV e V: Após delimitação do sítio, restringir o acesso e realizar projeto no IPHAN para liberação à visitação e definir a sub-zona de moradia e área e o tipo de uso da população tradicional visitação monitorada, preferencialmente por integrantes da população tradicional residente, após aprovação do projeto pelo IPHAN
- O sítio Concheiro Vitória I por estar em má conservação, o potencial para visitação é baixo. Já o sítio Concheiro Vitória II está em melhor estado de conservação e portanto com potencial de visitação alto.

**São proibidas:**

- No caso das sub-zonas Sítios Concheiros Vitória III, IV e V, não é permitida a autorização de novas construções e ampliações, devido a existência do patrimônio arqueológico
- No caso da Ilha Vitória, por ser área de grande importância à conservações, não é permitido matar qualquer animal, inclusive a cobra endêmica da Ilha. Será feito um trabalho com população para como proceder com a cobra.
- Após delimitação do sítio Concheiro Vitória II, restringir o acesso e realizar projeto no IPHAN para liberação à visitação e definir a sub-zona de moradia e área e o tipo de uso da população tradicional.

**Recomendações:**

- Realizar estudo prioritário para delimitação do sítio arqueológico
- Capacitar a população local interessada para realização de atividades de monitoramento e visitação dos sítios arqueológicos, naqueles permitido.

**c) Sub-zona de Recuperação das Áreas Degradadas**

**Descrição Geral, Objetivos e Metas**

- Ilha de Búzios; Ilha Vitória; Saco do Sombrio

Objetivos e Metas: Recuperar as áreas degradadas

**São permitidas:**

- pesquisa, o monitoramento e proteção ambiental e recuperação dos ecossistemas degradados
- pequenas intervenções para manejo. A recuperação somente será feita com o uso de espécies nativas, priorizando o uso de essenciais nativas de interesse para a população tradicional e fauna, devendo ser eliminadas as espécies exóticas porventura existentes, quando recomendado tecnicamente;

- Os trabalhos de recuperação poderão ser interpretados para o público no centro de visitantes;
- Na ilha Vitória, a área do Sapezal, por ser uma área de grande importância à conservações, não sendo permitido matar qualquer animal, inclusive a cobra endêmica da Ilha. Será feito um trabalho com população para como proceder com a cobra.

**São proibidas:**

- instalações nesta zona, com exceção daquelas necessárias ao desenvolvimento das atividades permitidas. Tais instalações serão provisórias, preferentemente construídas em madeira de reflorestamento.

**d) Sub-zona Conservação**

**Descrição Geral, Objetos e Metas**

- Ilha dos Búzios; Praia da Figuera (SZC2); Saco do Sombrio, Ilha da Vitória.

Objetivos e Metas: Conservação da natureza.

**São permitidas:**

- pesquisa, o monitoramento e proteção ambiental
- Nessa sub-zona, os moradores da população tradicional têm o modo de vida e subsistência garantidos, com anuência do Parque.
- Os termos de compromisso serão pactuados com as comunidades, garantindo os processos de apropriação e participação das comunidades tradicionais. Área para roças e extrativismos.
- Na ilha Vitória, por ser uma área de grande importância à conservações, não sendo permitido matar qualquer animal, inclusive a cobra endêmica da Ilha. Será feito um trabalho com população para como proceder com a cobra

**Recomendações:**

- Priorizar estudos mais detalhados de vegetação e fauna para estabelecer uma zona de conservação mais restritiva e áreas para manejo de recursos naturais, bem como trilhas, pontos de captação de água das comunidades
- Estimular o resgate e manutenção do etnoconhecimento das comunidades tradicionais.
- Propiciar a educação ambiental para conservação e manejo dos recursos naturais.

## **14 1.5. Zona de Uso Extensivo**

### **15 1.5.1. Descrição Geral, Objetivos e Metas**

Traçado das seguintes trilhas com um buffer de 30m para cada lado:

- Trilha do Pico do Baepi
- Trilha da Cachoeira do Bananal do Quilombo
- Trilha Indaiauba - Vermelha
- Trilha do Bonete

Objetivos e Meta: O objetivo do manejo é a manutenção de um ambiente natural com mínimo impacto humano e facilitar a recreação e educação ambiental em harmonia com o meio.

### **16 1.5.2. Normas Gerais**

#### **São permitidas:**

- Conservação, proteção, pesquisa, o monitoramento ambiental, visitação, educação ambiental e administração;
- As atividades de educação ambiental deverão ser agendadas e monitoradas.
- No caso de trilhas, é permitida a instalação de banheiros (com tecnologias ecológicas) no início das mesmas, como infraestrutura de apoio ao monitoramento
- Deve-se seguir as normas da ABNT pertinentes à visitação
- Esta zona deverá comportar sinalização educativa, interpretativa e/ou indicativa;
- Todas as construções e reformas voltadas para a visitação deverão estar harmonicamente integradas com o meio ambiente;
- Os esgotos deverão receber tratamento suficiente para não contaminarem rios, riachos nascentes e solo. O tratamento dos esgotos deve priorizar tecnologias alternativas de baixo impacto. As estruturas já existentes deverão ser readequadas;
- Os resíduos sólidos gerados nas trilhas deverão ser recolhidos e carregados pelo usuário;
- A fiscalização será intensiva nesta zona.
- A decisão sobre qualquer intervenção em trilhas já existentes, dentro ou no entorno de comunidades tradicionais, devem ter a participação das mesmas no processo.
- Construção de pequena guarita de apoio à fiscalização e monitoramento
- Instalação de infraestruturas de apoio, como passarelas de pedestres
- Sinalização para proteção, educação ambiental e monitoramento.

#### **São proibidas:**

- Implementação de infraestrutura, com exceção de equipamentos para monitoramento; e de infraestrutura básica (corrimões, escadas, pinguelas etc, com materiais ecológicos e em harmonia com o ambiente)
- Quaisquer tipos de vendas de alimentos ou outros.
- Emissão de som acima das normas estabelecidas pela legislação em vigor;
- Pernoite, acampamento e uso de fogueiras;

- Circulação de veículos ou motocicletas, salvo para a fiscalização
- Captação de água sem prévia autorização do PEIb

**Recomendações:**

- As atividades de interpretação e educação ambiental terão como objetivo facilitar a compreensão e a apreciação dos recursos naturais das áreas pelos visitantes.
- As atividades previstas devem levar o visitante a entender a filosofia e as práticas de conservação da natureza
- Realizar estudos de potencial e viabilidade para desenvolvimento de atividades de turismo sustentável, incluindo esportes de aventura, como por exemplo montanhismo, mountain bike, canoagem, entre outros
- Incentivar a elaboração de um programa de disciplinamento da captação de água no PEIb e Zona de Amortecimento, de forma a possibilitar um tempo hábil para a adequação à norma estabelecida.

**a) Zona de Uso Extensivo – Trilha do Baepi e Trilha da Cachoeira do Bananal do Quilombo**

**São permitidas:**

- Bananal: obrigatoriedade de monitor ambiental por conta de riscos
- Baepi: obrigatório o acompanhamento de monitor ambiental credenciado
- Manejo da trilha voltado para a observação de aves

**São proibidas:**

- Tráfego de bicicletas

**b) Zona de Uso Extensivo – Trilha Indaiauba - Vermelha**

**São permitidas:**

- Respeitar horário de funcionamento do PEIb (8h às 17h)

**São proibidas:**

- Tráfego de bicicletas

**Recomendações:**

- Acompanhamento de monitor ambiental credenciado preferencialmente local
- Realizar estudo de viabilidade de alteração do traçado (traçado antigamente usado pelos caiçaras), para início na praia das Enxovas e manter acesso somente a praia de Indaiauba. Também deve-se realizar estudo de mudança de traçado da trilha que chega em Indaiauba amenizando a subida em zig-zag.

### **c) Zona de Uso Extensivo – Trilha do Bonete**

#### **São permitidas:**

- Qualquer intervenção ou implantação de infraestrutura ao longo da trilha do Bonete, em área de Parque ou nos trechos sob domínio do Município, deve ter anuência do Parque para ser executada
- Deve ser mantida uma porteira fechada na Sepituba para impedir a passagem de veículos com estrutura suficiente para impedir a passagem de motos pelas laterais

#### **São proibidas:**

- Alargamento da trilha, devido à elevada importância de conservação
- O acesso de veículos automotores

#### **Recomendações:**

- Elaborar uma minuta do decreto para o secretário do meio ambiente solicitando ao governador do Estado que paralise as obras de abertura da estrada do Bonete condicionando o projeto à compatibilização das normas do Parque
- Estudar o ordenamento da visitação com bicicleta (horários, normas, delimitação de "ciclo-faixa") a fim de evitar conflito com pedestres.

## **17 1.6. Zona de Uso Intensivo**

### **18 1.6.1. Descrição Geral, Objetivos e Metas**

Traçado das seguintes trilhas com um buffer de 50m de cada lado:

- Estrada dos Castelhanos
- Trilha da Água Branca

Traçado das seguintes trilhas com um buffer de 30m de cada lado:

- Trilha do Veloso,
- Trilha da Cachoeira do Gato,
- Trilha da Pancada D'Água (três tombos),
- Trilhas da Friagem e Couro do Boi

Objetivos e Meta: promoção de recreação e educação ambiental em harmonia com o meio.

### **19 1.6.2. Normas Gerais**

#### **São permitidas:**

- Atividades voltadas à conservação, proteção, pesquisa, visitação e administração;
- Sinalização educativa, interpretativa e/ou indicativa;
- A circulação de veículos será feita a baixas velocidades (máximo de 30 km/h) e a critério da administração.

- Os esgotos deverão receber tratamento suficiente para não contaminarem rios, riachos nascentes e solo. O tratamento dos esgotos deve priorizar tecnologias alternativas de baixo impacto. As estruturas já existentes deverão ser readequadas;
- Os resíduos sólidos gerados nas infra-estruturas previstas deverão ser acondicionados para coleta seletiva (orgânico e reciclável), recolhidos periodicamente e depositados em local destinado para recolhimento pela municipalidade;
- A fiscalização será intensiva nesta zona.
- Atividades comerciais como lanchonetes e restaurantes apenas mediante autorização e assinatura de termo de compromisso com Parque
- A decisão sobre qualquer intervenção em trilhas já existentes, dentro ou no entorno de comunidades tradicionais, devem ter a participação das mesmas no processo.

#### **São proibidas:**

- Tráfego de veículos automotores, com exceção da Estrada dos Castelhanos
- Emissão de som acima das normas estabelecidas pela legislação em vigor;
- Pernoite, acampamento e uso de fogueiras;
- Tráfego de bicicletas com exceção da Estrada dos Castelhanos,
- Prática de esportes de aventura em locais não autorizados e enquanto não houver regulamentação para a realização dos mesmos
- Fazer churrasco
- Captação de água no interior do Parque sem prévia autorização do PEIb

#### **Recomendações:**

- Priorizar estudo sobre manejo do impacto da visitação de todas as trilhas (considerando dias de chuva e regras especiais para estes)
- As atividades previstas devem levar o visitante a entender a filosofia e as práticas de conservação da natureza;
- Todas as construções e reformas deverão estar harmonicamente integradas com o meio ambiente;
- Estudar o ordenamento da visitação com bicicleta (horários, normas, delimitação de "ciclo-faixa") a fim de evitar conflito com pedestres (Castelhanos)
- Estudar o ordenamento e regulamentação de esportes de aventura (Rapel, Montanhismo, entre outros)
- Realizar estudos de potencial e viabilidade para o desenvolvimento de atividades de turismo sustentável, incluindo esportes de aventura, como por exemplo montanhismo, mountain bike, canoagem, entre outros

#### **a) Zona de Uso Intensivo – Castelhanos e Água Branca**

- As regras específicas da Estrada serão estabelecidas por meio de Portaria da FF.
- Fazer valer o decreto de Estrada-Parque que regulamenta os usos na Estrada dos Castelhanos.

**São permitidas:**

- a trilha "Atalho" da estrada dos Castelhanos, apesar de estar em zona de uso Intensivo deve ter alto controle
- Implantação de passarelas e túneis de fauna na estrada dos Castelhanos no trecho mais próximo das zonas intangíveis
- Implantação de estacionamento, antes do rio

**São proibidas:**

- A intervenção de impacto sem licenciamento ambiental e autorização dos órgãos competentes, devido à alta fragilidade ao longo da estrada.
- Retirada de cascalho.

**Recomendações:**

- Deverá ser observada a resolução conjunta SMA/ST 001/2010 para qualquer atividade ou intervenção na mesma
- realizar estudos específicos de impactos na implantação dos estacionamentos e mirante bem como a viabilidade socioeconômica e ambiental.
- Há necessidade de projetos e tratamento especial para a cota 400 do início da estrada de Castelhanos, em função do hot spot de fauna, bem como dos impactos sobre recursos hídricos na região da estrada de Castelhanos.

**b) Zona de Uso Intensivo – trilha do Gato**

- O controle de entrada e saída dos visitantes deve ser realizado por monitores cadastrados preferencialmente locais

**20 2. Zona de Amortecimento****21****22 2.1. Objetivo Geral**

Os objetivos da ZA são: promover atividades de impacto positivo, minimizar os impactos negativos sobre a UC e expandir a interação com a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região.

**2.1.1. Objetivos Específicos**

- Favorecer as articulações interinstitucionais e potencializar as iniciativas relacionadas à proteção e recuperação dos remanescentes florestais na região de entorno do PEIB, visando garantir a manutenção da biodiversidade e dos recursos hídricos;
- Integrar ações com as demais instituições do SEAQUA - Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental;



- Articular com o município, a sociedade e instituições responsáveis pelo planejamento territorial, gestão do uso da terra e dos recursos hídricos, o apoio à elaboração e/ou revisão do plano diretor municipal e do Zoneamento Ecológico Econômico de forma integrada, maximizando ganho ambiental em todo o entorno do PEIB;
- Articular e apoiar a elaboração e implementação de projetos e ações visando o desenvolvimento sustentável da região;
- Contribuir para a integração da dimensão ambiental nas políticas setoriais de forma a conciliá-las com os objetivos do PEIB;
- Colaborar no controle ambiental das atividades e dos agentes causadores de poluição ou degradação ambiental;
- Elevar a qualidade ambiental e a qualidade de vida das comunidades do entorno do PEIB, concomitantemente à proteção do patrimônio natural, histórico, étnico e cultural;
- Articular e apoiar projetos que contribuam para incorporar as comunidades vizinhas às atividades de conservação e uso indireto do PEIB; e
- Restringir a implantação de empreendimentos e execução de atividades com impacto negativo sobre o PEIB.

23

## 24 2.2. Critérios Gerais

- Uma área que abranja todo o Arquipélago de Ilhabela;
- Áreas de nidificação de aves com recomendação de zonas de amortecimento de 200 m de largura ao redor das ilhas de Búzios e Vitória e de 50-100m ao redor das ilhotas e lajes do parque, com o fim de proteger as potenciais zonas de descanso nidificação de aves marinhas na região.
- Uso do mar pelas comunidades tradicionais do PEIB
- Empreendimentos, cujo EIA/RIMA indica influência sobre o Arquipélago de Ilhabela.
- Limite da Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte (APA Marinha LN), bem como o Decreto nº 953/92 que dispõe sobre a criação do Santuário Ecológico e Decreto nº 1011/02
- Limites do Porto Organizado e respectivo Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) (Porto de São Sebastião - Autoridade Portuária, 2009)
- Lei Municipal nº 848/92 que cria a Área de Proteção Ambiental Marinha de São Sebastião, denominada A.P.A. – ALCATRAZES.

Considerou-se também para o estabelecimento das recomendações a Resolução SMA 11/2010 que estabelece em seu Art. 2º que "deverão ser submetidos para análise e expedição de anuência do órgão gestor das unidades de conservação os processos de licenciamento dos seguintes empreendimentos ou atividades:

- ***I - aqueles enquadrados nas seguintes tipologias:***
  - ***a) refinarias de petróleo;***
  - ***b) siderúrgicas;***
  - ***c) indústrias em que haja processos de redução de minério;***

- **d)** indústrias de celulose;
- **e)** indústrias de vidro plano;
- **f)** usinas de açúcar e álcool;
- **g)** indústrias de cimento ;
- **h)** incineradores industriais;
- **i)** indústrias de automóvel;
- **j)** indústrias de fertilizantes que processem rocha fosfática;
- **k)** complexos químicos ou petroquímicos;
- **l)** transbordo, tratamento e disposição final de resíduos sólidos
- **m)** estradas
  
- **II - quaisquer tipologias que venham a acarretar:**
  - **a)** supressão de vegetação nativa em área superior a 5,0 (cinco) hectares;
  - **b)** supressão de vegetação nativa em área superior a 1,0 (um) hectare em área com cobertura florestal contígua à unidade de conservação;
  - **c)** impactos na qualidade e/ou quantidade de água em bacia de drenagem a montante da unidade de conservação"

Devido às diferentes pressões exercidas e a necessidade do estabelecimento de normas distintas, foi feita a setorização da ZA apresentada e discutida nas duas etapas da Oficina de Zoneamento e em reunião com os setores envolvidos para ajustes e adequações.

25

## **26 2.3. Normas Gerais**

Deverão ser submetidos para análise e expedição de anuência do órgão gestor das unidades de conservação os processos de licenciamento dos empreendimentos ou atividades estabelecidas em Resolução Específica SMA, e ainda:

- expansão portuária, que exija EIA/RIMA;
- dragagem de manutenção e aprofundamento de canal;
- implantação de infra estrutura de transporte, rede de água e esgoto e duto de combustíveis e gás, que exijam EIA/RIMA;
- Mineração que exija EIA/RIMA ;
- outras atividades com supressão de vegetação que exijam EIA-RIMA cuja área de influência direta atinja o PEIb
- novas construções em áreas limítrofes ao parque
- aqüicultura.

As atividades permitidas além das descritas e especificadas abaixo, são todas aquelas que não comprometem o objetivo geral da zona de amortecimento, estabelecido no item 2.1, bem como os objetivos e metas específicos de cada setor.

## **27 2.4. Recomendações Gerais**

- No licenciamento de obras limítrofes ao PEIb, averbar reserva legal em áreas naturais contíguas ao mesmo
- Realizar o levantamento de proprietários de terras limítrofes ao Parque a fim de negociar a recuperação de áreas degradadas;
- Realizar o mapeamento da área de pesca tradicional das comunidades do Arquipélago de Ilhabela, a partir dos dados iniciais da Petrobras e Instituto de Pesca (IP).
- Articular junto ao Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) para a liberação do uso do PREPS (Programa de Rastreamento de Embarcação de Pesca) para o FF/PEIb e Polícia Ambiental (PAmb) no sentido de fortalecer a fiscalização das áreas próximas as comunidades tradicionais;
- Articular junto a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e outras instituições para realização de trabalhos projetos de desenvolvimento sustentável em parceria com comunidades e ONGs
- Realizar o diagnóstico da real utilização da área do PEIb pelas comunidades do entorno para subsidiar estudos de criação de novas UCs.
- Promover a gestão compartilhada das vias de acesso (estrada e trilhas) entre PEIb e Prefeitura com a participação das comunidades.
- Recomenda-se o uso de espécies nativas para paisagismo
- Recomendações para o plano diretor - "tombamento" de trilhas nas áreas do município
- Incentivar atividades que promovam a sustentabilidade
- Articular e pactuar com órgãos competentes com atuação na Zona de Amortecimento.
- Implantar a delimitação física do PEIb por meio do plantio de espécies nativas com diferentes épocas de floração

## **28 2.5. Marinha**

### **29 2.5.1. Setor Conservação Marinha**

#### **30 2.5.1.1. Descrição geral, Objetivos e Metas**

- Coincide com o Santuário ecológico Ilha das Cabras:
- Zona costeira com respectiva coluna d'água numa largura de 50m e 1.500m de extensão ao longo da beira-mar, entre o Portinho e a Praia das Pedras Miúdas
- Inclui-se uma área de 50m da coluna d'água até a Ilha da Prainha

Objetivos e Metas: Proteção do ecossistema, preservação da fauna marinha, repovoamento piscícola e regeneração de criadouros naturais da fauna marinha.

#### **31 2.5.1.2. Normas e Recomendações Gerais**

##### **Atividades e usos permitidos:**

- somente a pesca artesanal assim entendida por meio de anzol, covos e redes de malha,
- atividades de pesquisa científica regularmente autorizada
- mergulho contemplativo
- Turismo e esportes náuticos
- Sinalização

##### **Atividades e usos não permitidos:**

- É proibida a pesca em escala comercial, inclusive a captura de peixes dos tamanhos denominados de "aquário"
- É proibida a pratica de pesca submarina

##### **Recomendações:**

- A UC deverá se manifestar sobre Empreendimentos e atividades de impacto potencial nos processos requeridos junto à prefeitura.
- Devido a questões de segurança e salvaguarda não instalar infraestrutura de apoio náutico

### **32 2.5.2. Setor Entorno das Ilhas**

#### **33 2.5.2.1. Descrição Geral, Objetivos e Metas**

- 200 metros ao redor das Ilhas: Búzios, Vitória, Ilhota da Figueira, Ilhote das Cabras (ou Cagadinha) e Ilha da Prainha
- 50 metros ao redor das demais ilhas, ilhotes e lajes.
- Na ilha das Cabras, os limites abrangem a coluna d' água entre suas extremidades até o Santuário Ecológico

Objetivos e Metas: Proteger as potenciais zonas de descanso e nidificação de aves marinhas na região. Proteger ambientes marinhos frágeis. Proteger as rotas das embarcações artesanais dos moradores do arquipélago da Ilhabela, bem como as áreas de uso da pesca artesanal, garantindo assim subsistência das comunidades tradicionais caiçaras.

#### **34 2.5.2.2. Normas e Recomendações Gerais**

##### **Usos e atividades permitidos (em acordo com ZEE):**

- Pesquisa científica e educação ambiental relacionada à conservação da biodiversidade
- Manejo sustentável de recursos marinhos, desde que previsto em Plano de Manejo aprovado pelos órgãos ambientais competentes
- Pesca artesanal
- Extrativismo de subsistência
- Turismo sustentável, turismo náutico, esportes náuticos, arqueologia subaquática, turismo cultural
- O turismo será estruturado dentro de regras junto à comunidade
- Aquicultura de baixo impacto.
- Nas propriedades cuja faixa entre-marés seja classificada em sua totalidade como Z1M e não houver acesso terrestre, será permitida a implantação de estruturas náuticas Classe I

##### **E ainda:**

- É permitido o mergulho contemplativo no entorno das ilhas. O desembarque será permitido de forma organizada conforme acordo/deliberações do parque com as populações tradicionais. Deve-se demarcar locais de fundeio de barcos de uso comercial bem como áreas de mergulho

##### **Usos e atividades não permitidos:**

- Pesca de arrasto por parelha
- disposição dos resíduos da limpeza de peixe

##### **Recomendações:**

- Sinalizar áreas de restrição Tais normativas devem ser objeto de aviso aos navegantes, pela Marinha do Brasil, bem como de fiscalização pela Polícia Ambiental. Recomenda-se para tanto, o levantamento dos pontos de fundeio (GPS)
- Efetuar o credenciamento de barcos de uso comercial
- Limitar a prática de pesca amadora, respeitando as artes de pesca dos moradores tradicionais
- Disciplinar a pesca submarina de forma participativa com os atores envolvidos contemplando as áreas de restrição
- Considerar o uso do território marinho nos estudos de recategorização, no caso das Ilhas da Vitória e dos Búzios

- Articular com a Federação de Pesca subaquática. Propor a criação de “passaporte azul” para a pesca submarina.

### **35 2.5.3. Setor Oceânico**

#### **36 2.5.3.1. Descrição Geral, Objetivos e Metas**

- Coincide com limite da APA marinha LN exceto setores da Baía de Castelhanos

Objetivos e Metas: Garantir a conservação das ilhas costeiras do Arquipélago de Ilhabela, a conservação dos estoques pesqueiros, minimizar os impactos de grandes empreendimentos sobre o mesmo, e promover atividades sustentáveis.

#### **37 2.5.3.2. Normas e Recomendações Gerais**

##### **Usos e atividades permitidas (em acordo com ZEE):**

- Pesquisa científica e educação ambiental relacionada à conservação da biodiversidade
- Manejo sustentável de recursos marinhos, desde que previsto em Plano de Manejo aprovados pelos órgãos ambientais competentes
- Pesca artesanal
- Extrativismo de subsistência
- Turismo sustentável
- Pesca amadora
- Aquicultura sustentável
- Estruturas náuticas Classe I e II
- tráfego aquaviário

##### **Usos e atividades não permitidos (em acordo com normas da APA - Resolução SMA 69/2009 e Santuário Ecológico):**

- Pesca de arrasto por parelha
- Pesca com compressor de ar ou outro equipamento de sustentação
- Pesca submarina nas costas norte e nordeste da Ilha de São Sebastião (entre a Ponta das Canas e Ponta de Itapema)

##### **Recomendações:**

- Aumentar a fiscalização no defeso do camarão

### **38 2.5.4. Setor Baía de Castelhanos 1**

#### **39 2.5.4.1. Descrição Geral, Objetivos e Metas**

- Coincide com Z2ME do ZEE

Objetivos e Metas: Manter a funcionalidade dos ecossistemas garantindo a conservação da diversidade biológica, do patrimônio histórico, paisagístico, cultural e arqueológico; e promover a manutenção e melhoria da qualidade das águas costeiras.

#### **40 2.5.4.2. Normas e Recomendações Gerais**

##### **Usos e atividades permitidas (em acordo com ZEE):**

- Pesquisa científica e educação ambiental
- Pesca artesanal
- Extrativismo de subsistência
- Turismo sustentável
- Nas propriedades cuja faixa entre-marés seja classificada em sua totalidade como Z1M e não houver acesso terrestre, será permitida a implantação de estruturas náuticas Classe I
- Aquicultura sustentável;
- Manejo sustentável de recursos marinhos, desde que previsto em Plano de Manejo aprovado pelos órgãos ambientais
- Tráfego aquaviário

##### **Usos e atividades não permitidos, em acordo com ZEE e normas da APA Marinha (Resolução SMA 69/2009):**

- Pesca de arrasto por parelha
- Pesca com compressor de ar ou outro equipamento de sustentação

#### **41 2.5.5 . Setor Baía de Castelhanos 2**

##### **42 2.5.5.1. Descrição Geral, Objetivos e Metas**

- Baía de Castelhanos: da Ponta da Cabeçuda a Ponta do Rosário, excetuando-se o Setor Baía de Castelhanos 1

Objetivos e Metas: Manter a funcionalidade dos ecossistemas garantindo a conservação da diversidade biológica, do patrimônio histórico, paisagístico, cultural e arqueológico; e promover a manutenção e melhoria da qualidade das águas costeiras.

#### **43 2.5.5.2. Normas e Recomendações Gerais**

- Além dos usos e atividades permitidas e não permitidas do Setor Baía de Castelhanos 1:

##### **Usos e atividades não permitidos:**

- Arrasto de embarcações acima de 15 metros ou potência acima de "X"

#### **44 2.5.6.Setor Canal 1**

##### **45 2.5.6.1. Descrição Geral, Objetivos e Metas**

- Canal de São Sebastião (do farol da Ponta da Sela à Ponta do Toque-Toque em São Sebastião e do farol da Ponta das Canas à Ponta do Arpoar em São Sebastião), exceto o Setor Canal 2

Objetivos e Metas: Estabelecer “áreas cabeça de ponte” (áreas com vegetação natural arbórea estrategicamente situadas em ambas as margens do Canal de São Sebastião), para os insetos, aves e morcegos, especialmente os que participam nos processos de polinização de flores e/ou disseminação de sementes. Estas áreas reduziriam o isolamento da Ilha em relação às áreas continentais próximas e incrementariam o intercâmbio genético entre as populações de plantas e animais que habitam os ambientes florestais.

##### **46 2.5.6.2. Normas e Recomendações Gerais**

###### **Usos e atividades permitidas:**

- Pesquisa científica e educação ambiental relacionadas à conservação da biodiversidade;
- Manejo sustentável de recursos marinhos, desde que previsto em Plano de Manejo aprovado pelos órgãos ambientais competentes;
- Pesca artesanal;
- Extrativismo de subsistência;
- Turismo sustentável.
- Aquicultura sustentável
- Turismo náutico
- Tráfego aquaviário e fundeio,
- bem como as normas estabelecidas na APA MarinhaMunicipal dos Alcatrazes quando da regulamentação da mesma

###### **Recomendações:**

- Incentivar ações que promovam melhoria de qualidade ambiental
- Incentivar o ordenamento de poitas e bóias em conjunto às Prefeituras, Marinha e SPU

#### **47 2.5.7. Setor Canal 2 Área do Porto Organizado**

##### **48 2.5.7.1. Descrição Geral, Objetivos e Metas**

- Polígono do Porto organizado

Objetivos e Metas: Estabelecer “áreas cabeça de ponte” (áreas com vegetação natural arbórea estrategicamente situadas em ambas as margens do Canal de São Sebastião), para os insetos, aves e morcegos, especialmente os que participam nos processos de polinização



de flores e/ou disseminação de sementes. Estas áreas reduziriam o isolamento da Ilha em relação às áreas continentais próximas e incrementariam o intercâmbio genético entre as populações de plantas e animais que habitam os ambientes florestais.

#### **49 2.5.7.2. Normas e Recomendações Gerais**

##### **Usos e atividades permitidas:**

- Tráfego aquaviário e fundeio
- turismo náutico,
- bem como as normas estabelecidas na APA Marinha Municipal dos Alcatrazes quando da regulamentação da mesma

##### **Recomendações:**

- Compatibilizar e integrar ao Programa de Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto e às normas da Marinha, considerando atividades pesqueira, turística e outras.
- As normas e o monitoramento devem considerar os padrões de qualidade de diferentes usos e critérios de sensibilidade ambiental.

## **50 2.6. Terrestre**

### **51 2.6.1. Setor Conservação**

#### **52 2.6.1.1 Descrição Geral, Objetivos e Metas**

- Na face voltada para continente (limite do PEIb 200m) da cota 180 a 200m.
- Na face voltada para oceano (limite do PEIb 100m) da cota 80 a 100m
- Quando o PEIb desce da cota 200 pra 100 (Ponta da Sela), o limite deste setor segue o córrego sem nome até a cota 120.

Objetivos e Metas: Garantir uma área de remanescentes de vegetação natural ou de áreas a serem recuperadas, minimizando os impactos negativos sobre o PEIb.

**53**

#### **54 2.6.1.2. Normas e Recomendações Gerais**

##### **Recomendações:**

- Recomenda-se a não autorização de novas edificações ou infra estrutura

### **55 2.6.2. Setor de Restrição Total**

#### **56 2.6.2.1. Descrição Geral**

- Compreende toda área de costões rochosos e praias(em acordo com o Plano Diretor)

Objetivos e Metas: Proteger os ambientes costeiros da Ilha de São Sebastião.

57

#### **58 2.6.2.2. Normas e Recomendações Gerais**

##### **Usos não permitidos (em acordo com o Plano Diretor):**

- urbanização de terrenos por razões de ordem geotécnica e ecológica;
- parcelamento e desmembramento de módulos nem mesmo por direitos hereditários.

##### **Usos Permitidos:**

- Quando se tratar de uso de interesse público específico, qualquer atividade/edificação deverá submeter-se aos órgãos licenciadores ambientais
- E ainda:
- Na área dos costões, com exceção do canal, qualquer intervenção deverá ter manifestação do PEIb

#### **59 2.6.3. Setor de Alta Restrição 1**

##### **60 2.6.3.1. Descrição Geral**

- Da Ponta das Canas, ao córrego do Ribeirão dos Castelhanos excetuando-se o Setor de Alta Restrição 2 na Ponta das Canas e Praia de Jabaquara; Setor de Conservação; Setor de Interesse Específico e Setor de Restrição Total
- Do canto direito da Praia Vermelha até a Ponta do Costão (limite do PEIb), excetuando-se o Setor Conservação e o Setor de Restrição Total
- Ao Sul:
- Do limite do PEIb da Ponta Grande até o divisor do Ribeirão do Bonete, excetuando-se o Setor Conservação e o Setor de Restrição Total
- Do córrego da Flecha até curso d' água, excetuando-se Setor de Conservação, Setor de Restrição Total e Setor Alta Restrição 2
- Área urbana:
- Da Ponta da Sela à Ponta das Canas fazendo limite superior com o Setor de Conservação e limite inferior com o Setor de Área Urbana, e excetuando-se o Setor de Alta restrição 1a e o Setor de Alta Restrição 2 na região central

Objetivos e Metas: Conservar áreas importantes para conservação ambiental.

#### **61 2.6.3.2. Normas e Recomendações Gerais**

- O PEIb deverá se manifestar sobre empreendimentos e atividades de impacto potencial nos processos requeridos junto à prefeitura.

##### **Usos e atividades permitidas em acordo com ZEE e Plano Diretor:**

- Pesquisa científica relacionada à preservação, conservação e recuperação ambiental e ao manejo sustentável das espécies da fauna e flora regional;
- Educação Ambiental;
- Manejo sustentável, condicionado à existência de Plano Manejo;
- Empreendimentos de turismo sustentável;
- Ocupação humana de baixos efeitos impactantes
- Permitido uso/ocupação em módulos de tamanho mínimo de 10.000m<sup>2</sup> com taxa de ocupação residencial de 10%, coeficiente de aproveitamento de 0,10 e taxa de ocupação comercial de 10% e coeficiente de aproveitamento de 0,20, respeitadas as diretrizes de ocupação definidas em lei.

#### **Usos não permitidos:**

- Abertura de novas vias de acesso e impermeabilização para circulação terrestre de veículos automotores.

#### **Recomendações:**

- Elaborar um planejamento integrado de vias de acesso de interesse pelo Parque, Prefeitura e Câmara Municipal.
- É de responsabilidade do empreendedor que atuar nessas áreas o abastecimento de água e disposição e tratamento de resíduos líquidos e sólidos provenientes do empreendimento.

### **62 2.6.4. Setor de Alta Restrição 1a**

#### **63 2.6.4.1. Descrição Geral**

- Do lado direito da Praia do Bonete até o córrego da Vista, fazendo limite superior com o Setor de Conservação e limite inferior com o Setor de Restrição Total
- Na região central do canal, nas proximidades da Estrada dos Castelhanos, fazendo limite superior com o Setor de Conservação e limite inferior com o Setor de Área Urbana
- Na praia de Castelhanos, nas proximidades da Estrada, fazendo limite superior com o Setor de Conservação e limite inferior com o Setor de Restrição Total, sobrepondo-se em parte com o Setor de Interesse Específico.

Objetivos e Metas: Conservar áreas de hot spot de fauna da Ilha de São Sebastião.

#### **64 2.6.4.2. Normas e Recomendações Gerais**

##### **Normas e Recomendações do Setor de Alta Restrição 1, alterando:**

- A taxa de ocupação residencial e comercial para 5%

E ainda, como **recomendações:**

- Bonete: Verificar a sobreposição da competência sobre as regras, a responsabilidade da manutenção e buscar compatibilizar das normas e atividades da trilha. Deve-se consultar a comunidade na tomada de decisões.
- Definir junto à comunidade demandas e alternativas energéticas.
- Castelhanos: Verificar a sobreposição da competência sobre as regras, a responsabilidade da manutenção e buscar compatibilizar das normas e atividades da estrada. Deve-se consultar a comunidade na tomada de decisões.

## **65 2.6.5. Setor de Alta Restrição 2**

### **66 2.6.5.1. Descrição Geral**

- Coincide com a Z2 do ZEE exceto Castelhanos, Indaiauba, Enxovas e Bonete
- Ao Sul:
  - Do Ribeirão da Vista ao Córrego da Flecha, fazendo limite superior com o Setor de Conservação e limite inferior com o Setor de Restrição Total, excetuando-se o Setor de Alta Restrição 1
  - Na região central do município fazendo limite superior com Setor de Alta Restrição 1 e limite inferior com Setor de Área Urbana e a vegetação natural próximo a Foz do Córrego da Paquera;
- Ao norte:
  - Da Ponta das Canas ao Córrego do Pacuíba, fazendo limite superior com Setor de Alta Restrição 1 e limite inferior com Setor de Restrição Total
  - Na Praia do Jabaquara fazendo limite superior com Setor de Conservação e limite inferior com Setor de Restrição Total

Objetivos e Metas: Manter a funcionalidade dos ecossistemas, garantindo a conservação dos recursos genéticos, do patrimônio histórico, paisagístico, cultural e arqueológico; promover programas de manutenção, controle da poluição e proteção das nascentes e vegetação ciliar com vistas a garantir a quantidade e qualidade das águas.

### **67 2.6.5.2. Normas e Recomendações Gerais**

#### **Atividade e Usos permitidos (em acordo com o ZEE):**

- Pesquisa científica relacionada à preservação, conservação e recuperação ambiental e ao manejo sustentável das espécies da fauna e flora regional;
- Educação Ambiental;
- Manejo sustentável, condicionado à existência de Plano Manejo;
- Empreendimentos de turismo sustentável com finalidade e padrões que não alterem as características ambientais da zona;
- Pesca artesanal;
- Ocupação humana de baixos efeitos impactantes
- Aquicultura;
- Mineração com base no Plano Diretor Regional de Mineração, respeitando o Plano Diretor Municipal;

- Beneficiamento dos produtos de manejo sustentável.

## **68 2.6.6. Setor de Interesse Específico**

### **69 2.6.6.1. Descrição Geral**

Em acordo com o Plano Diretor, as seguintes comunidades:

- Bonete
- Castelhanos (Vermelha, Mansa, Lagoa e Ribeirão)
- Eustáquio,
- Serraria
- Guanxuma
- Fome
- Enxovas

E ainda, inclui-se a comunidade:

- Poço

Objetivos e Metas: Garantir o modo de vida das comunidades tradicionais da Ilha de São Sebastião.

## **70 2.6.6.2. Normas e Recomendações Gerais**

### **Atividade e Usos permitidos (em acordo com o PD):**

- Atividades representativas das práticas culturais caiçaras como pesca artesanal, agricultura de roça, artesanato, festas entre outras e acesso aos recursos ambientais;
- Atividade de promoção ambiental com restauração e conservação das Áreas de Preservação Permanente, de modo a garantir qualidade de vida ao ambiente e às futuras gerações;
- Atividades de promoção socioeconômica de baixo efeito impactante.

### **Recomendações:**

- Incentivar estudo para adequação das normas legais existentes à realidade local, com ampla participação das comunidades, no caso de Castelhanos e Bonete
- Elaborar regramento específico junto às comunidades na revisão do Plano Diretor
- Em todas as áreas com população tradicional: estudo para criação de UC de Uso Sustentável para proteção das mesmas, com a participação das comunidades.
- Levantar a demanda, o potencial e as necessidades, junto às comunidades, para o desenvolvimento de Turismo de Base Comunitária nas comunidades tradicionais de Ilhabela

## **71 2.6.7. Setor de Área Urbana**

### **72 2.6.7.1. Descrição Geral**

- Coincide com as zonas Z4 e Z4OD do ZEE

Objetivos e Metas: Propiciar o desenvolvimento sustentável e a integração do município com o PEIb.

### **73 2.6.7.2. Normas e Recomendações Gerais**

#### **Usos e atividades permitidos (em acordo com o ZEE):**

- Pesquisa científica relacionada à preservação, conservação e recuperação ambiental e ao manejo sustentável das espécies da fauna e flora regional;
- Educação Ambiental;
- Manejo sustentável, condicionado à existência de Plano Manejo;
- Empreendimentos de turismo sustentável;
- Pesca artesanal;
- Ocupação humana de baixos efeitos impactantes
- Aquicultura;
- Mineração com base no Plano Diretor Regional de Mineração, respeitando o Plano Diretor Municipal;
- Beneficiamento dos produtos de manejo sustentável.
- Equipamentos públicos e de infra-estrutura necessários ao desenvolvimento urbano;
- Ocupação para fins urbanos;
- Unidades comerciais e de serviços, e atividades de baixo impacto ambiental
- Empreendimentos de turismo e lazer, parcelamentos e condomínios compatíveis com o Plano Diretor e diretrizes fixadas nos Planos e Programas de Z4OD, garantindo a distribuição e tratamento de água, coleta e destinação final de efluentes líquido e dos resíduos sólidos coletados
- Na região do canal de São Sebastião, quando da revisão do ZEE, incorporar novas zonas que por ventura ocorrer, bem como as recomendações de usos e atividades permitidas

#### **Recomendações:**

- Induzir/estimular programas de adequação e recuperação ambiental e atividades sustentáveis com vistas à melhoria da qualidade ambiental

## OFICINA DE VISITAÇÃO- PLANO DE MANEJO DO PEIb



**DATA:** 17 de agosto de 2011

**HORÁRIO:** 9h às 17h30

**LOCAL:** Sede Administrativa do PEIb

### **PAUTA:**

09:30 - Abertura e apresentação dos participantes

10:00 - Apresentação das dinâmicas e dos conteúdos do trabalho (Plano de Ação)

10:30 - Trabalho em Grupo

12:30 - Almoço

13:30 - Continuação dos trabalhos em grupo e preparação para apresentação na plenária

15:00 - Apresentação dos grupos em plenária

17:30 - Encerramento

Carolina Bio, Diretora do PEIb abriu a reunião contextualizando o trabalho dentro do processo do Plano de Manejo e explicou que o Programa de Uso Público se divide em Subprograma de Educação Ambiental, cuja oficina foi realizada na semana passada, e Subprograma de Visitação. Completou que na presente oficina, os participantes contribuiriam com a construção do Programa de Gestão da Visitação do PEIb com a proposição de ações. Carolina explicou brevemente que cada grupo iniciaria as discussões com base em propostas de ações provenientes do diagnóstico e de outras oficinas, como as de zoneamento e de Educação Ambiental.

Em seguida, Sidney Raimundo explicou como seria a programação do dia e propôs que cada participante se apresentasse brevemente. Após a apresentação de todos os presentes, Sidney explicou que seria feito um Plano de Ação e exemplificou que tal plano consiste basicamente de uma tabela onde se inserem as diretrizes, os eixos temáticos, as ações, os responsáveis e prazos. Sidney explicou como deveria ser feito o preenchimento das cartelas e organizadas as informações.

Claudia Shida apresentou a tabela inicial do Plano de Ação que cada grupo receberia e explicou como deveria ser preenchido cada campo. Mostrou que algumas ações já estavam na tabela e que as mesmas deveriam ser lidas antes de se iniciarem os trabalhos. Se o grupo discordasse que qualquer proposta, deveriam apontar no impresso. Novas propostas deveriam ser escritas em novas cartelas. Claudia sugeriu que se iniciassem os trabalhos e Sidney organizou a divisão dos grupos.

Os participantes foram divididos em 3 Grupos (a divisão foi feita pelos próprios participantes segundo seus interesses) para discutir os eixos temáticos, ações, responsáveis, apoio/parcerias, prazos e as prioridades (alta, média e baixa). Cada grupo deveria eleger um coordenador que estaria responsável pelo tempo e participação e um relator para as anotações de alterações e apresentação em plenária.

Após o término das discussões, cada grupo apresentou suas propostas em plenária, e os demais participantes fizeram as complementações/sugestões.

Claudia Shida explicou que o material produzido na oficina seria sistematizado e enviado a todos os participantes e membros do Conselho Consultivo por email. Os participantes terão o prazo de uma semana para complementação de sugestões, não sendo possível a alteração das propostas realizadas em oficina. Claudia consultou os participantes sobre o interesse em serem co-autores dos capítulos referentes aos Programas de cujas oficinas participaram e os mesmos concordaram.

Os resultados de cada grupo estão descritos a seguir.



**GRUPO 1**

**Agenciamento e Operacionalização.**

Diretrizes	Eixos Temáticos	Ação	Responsável	Apoio/Parcerias	Prazo	Prioridade
<b>Agenciamento e Operacionalização</b>		• Detalhamento do sistema de comunicação, apto a solicitar socorro aos órgãos locais e regionais responsáveis pela defesa civil, segurança social e defesa da saúde, na ocorrência de sinistros comunicados aos servidores da UC que estiverem em exercício; Reativação do sistema de radio com frequência VHF do PEIb, na estrada de Castelhanos.	Bombeiros e PEIb.	Trade, Defesa Civil, PMI, Comunidade, Samu	1	média
	Plano de Uso Público e Plano de Gestão de Riscos e Contingências	Dar continuidade ao mapeamento das áreas de riscos do plano de contingencia para possíveis novos atrativos.	PEIb	Trade e Iniciativa Privada	2	média
		Implantar o projeto de sinalização nos atrativos com informações técnicas.	PEIb, iniciativa privada, Trade	Trade, PMI e Iniciativa Privada.	2	média
		Manejo de impacto da visitação para estabelecer regras de uso dos atrativos.	PEIb e PMI	COMTUR e Iniciativa Privada	2	média
		• Detalhamento e localização dos materiais e equipamentos para atendimentos de contingências à disposição da equipe da Unidade.	Responsável pelo GVBS	Trade, Iniciativa Privada e Comunidade	2	baixa
		• Protocolo de responsabilidades da equipe da UC no atendimento a emergências.	PEIb e GVBS	ABETA e ABNT	2	baixa
	Agendamento de Visitação e Educação Ambiental	Centralizar agendas de visitação turística e educação ambiental em ferramenta online (google docs ou outro)	PEIb		Curto médio	média
		Definir antecedência mínima de 15 dias para solicitação de agendamento e divulgar obrigatoriedade de formalização da solicitação de agendamento por meio de ofício (Impresso ou por email). Para grupos de pesquisa, estudo do meio e escolas (Educação Ambiental).	PEIb e Trade	Seguradoras	Curto médio	baixa

Diretrizes	Eixos Temáticos	Ação	Responsável	Apoio/Parcerias	Prazo	Prioridade
	Sistematização dos Dados de Visitação	É necessário criar um banco de dados organizado;				
		As empresas devidamente cadastradas e autorizadas pelo PEIb para trabalhar em sua área deverá articular com a PMI e Câmara Municipal o benefício fiscal.	PEIb e Trade	ACEI,AHBRI e COMTUR	2	média
		O responsável pela manipulação e análise desses dados deve estar devidamente capacitado, sendo minimamente apto a utilizar as ferramentas disponíveis, sejam arquivos em papel, seja em forma informatizada e com competência para detectar problemas nos dados;	PEIb e PMI			
		Tanto os questionários quanto o banco de dados deve ser simples e claros de forma a não gerar excessivas dúvidas na hora do preenchimento e análise;	PEIb	Secretaria Municipal de Educação, ONGs, Petrobrás	médio a longo	alta
		Deve-se pensar em dados a longo prazo, portanto não é recomendável a todo o tempo criar diferentes tipos de arquivo, e caso seja necessária a alteração, lembrar de transferir os dados existentes para o novo modelo, para que as informações possam ser avaliadas de forma mais ampla;	PMI (Jurídico, Câmara dos vereadores)	Ministérios, empresas	médio a longo	alta
		Devem existir procedimentos para cada atividade (contagem, entrevista, compilação de dados, etc.), para que em caso de ausência de funcionário ou mudança do quadro funcional, que o trabalho continue a ser executado com a mesma qualidade.	PEIb/PMI	FF FF/PEIb, ONGs	médio	alta
		Centralizar em um banco de dados único e online, todas as ações de UP ocorrentes no município a fim de evitar-se sobreposição de ações: uso da ferramenta do SG65 do Ministério do Turismo, banco de dados do Geoprocessamento da PMI ou criar um terceiro. Contratação de uma empresa seguradora para implementação de um sistema integrado que organize os dados de visitação que será alimentado pelas agências locais.	PEIb e Trade	PMI, ministério, Seguradoras empresas, Petrobrás.	médio	média

Diretrizes	Eixos Temáticos	Ação	Responsável	Apoio/Parcerias	Prazo	Prioridade
		Relacionar o banco de dados do PEIb com o sistema online para atualização constante	PEIb/ FF			
		Criar mecanismo legal para comprometimento do sistema único.	PEIb		médio	baixa
		Capacitar mão de obra para manipulação do banco de dados do PEIb e sistema único e/ou contratar	PEIb faria a gestão de funcionários e /ou supervisionaria empresa concessionária	PMI, agências, pousadas	curto	baixa
		É necessário que os dados sejam coletados continuamente e caso não seja possível inicialmente, recomenda-se a escolha daquelas prioritárias pelo fato de receber maior pressão de visitação e que são objetos de monitoramento de impactos.		PMI (setor Jurídico, SMMA, SETUR, RECEITA) ONGs, Empresas	médio	alta
		Colocar link apenas para UP no site do PEIb com informações sobre; agendamento de escolas, contato, formulário de cadastro e solicitação de agendamento, cronograma de eventos	PEIb e FF		medio	baixa
		Melhorar a divulgação do Site do PEIb				
		Controlar visitação em todas as trilhas oficiais o ano inteiro e estudar como viabilizar controle. Opções:	PEIb deve criar projeto e buscar parceiros			
		Possível contrato com PMI para fixar destinação de % ou valor fixo da TPA para contratação de monitores ambientais e manutenção de trilhas. Contratação de Monitores Ambientais o ano todo nas trilhas.	PEIb e PMI	PMI, COMTUR, CT Ecoturismo para elaborar projeto e Ministérios, empresas, PMI para desenvolver sistema. Ong's, trade e Iniciativa Privada	médio	alta

Diretrizes	Eixos Temáticos	Ação	Responsável	Apoio/Parcerias	Prazo	Prioridade	
		Estabelecer cobrança para tornar a visitação auto-sustentável. Nas trilhas auto guiadas. Ex. Cachoeira do gato, Baepi, Agua Branca, Veloso Bananal, Laje e Friagem.	PEIb e PMI	COMTUR Ongs Trade Iniciativa Privada			
		Agências pagariam o serviço e teriam benefício fiscal					
	Controle "Trilhas de SP"	Venda do passaporte; Controle de Estoque; Controle de passaportes carimbados. Disponibilizar a venda do Passaporte Trilhas de SP e carimbo, para as operadoras.	PEIb	Agt Operadoras Hotéis Pousadas	curto	baixa	
		Cobrar agências que não fizeram cadastro - via CT					
	Cadastro de Prestadores	Reativar Cadastro de Prestadores de Serviço;					
		atualizar cadastro de jipeiros + adesivo					
		Cobrar Gerência de Ecoturismo para criação da resolução que obriga cadastro + marca parque;					
		Vincular cadastro à regulamentação dos usos; Buscar certificação junto a ABNT através de parcerias. Estabelecer prazo para cadastramento de prestadores de serviço para atuarem no PEIb.	PMI Sectur PEIb	COMTUR Acei AHBRI Iniciativa Privada	curto	alta	
	Pesquisa sobre o Perfil de Visitantes	Atualmente existe questionário padrão do Programa Trilhas de São Paulo, porém a quantidade de questionários aplicados é muito baixa, sem valor estatístico. Vê-se necessário primeiramente estudar as dificuldades encontradas atualmente pelos responsáveis por esse trabalho, e buscar formas de aprimoramento. Caso o problema seja a quantidade de questões, recomenda-se o uso de outras estratégias para conseguir informações mais relevantes para a gestão do Parque, seja a forma de abordar, tamanho do questionário, formas de entrevista, entre outros	Operadoras, Pousadas e Sectur			curto	baixa
		Fazer parceria com as operadoras de turismo e pousadas para a aplicação de questionários do Trilhas de SP.					

Diretrizes	Eixos Temáticos	Ação	Responsável	Apoio/Parcerias	Prazo	Prioridade
		Os questionários podem ser entregues no check out.				
		Projeto de visitação		Monitores; Grupo Pés no Chão (ONG); Azimuth (ONG);		
	Atividades de Visitação e Educação ambiental	Residentes na ilha: oficinas de educação ambiental para crianças e grupos sociais – teatro, gincanas, piqueniques, etc;	PEIb	escoteiros/guarda mirim; Elementos da Natureza (ONG); Secretaria municipal de Educação, Turismo, Cultura, Meio ambiente	Medio	média
		Visitantes de fora: escolas com ações de estudo do meio; atividades de educação ambiental para grupos sociais e turistas em geral.				

**GRUPO 2**

**Manejo da Visitação.**

Diretrizes	Eixos Temáticos/Linhas de Ação	Ação	Responsável	Apoio/Parcerias	Prazo	Prioridade
<b>Manejo da Visitação</b>	Regulamentação de Usos	Regularizar usos e atividades de acordo com: zoneamento do PEIb, Classificação de Riscos e nível de dificuldade do percurso, número de visitantes por grupo, entre outros. Para a REGULAMENTAÇÃO: 1- Levantar atividades potenciais a serem desenvolvidas e regulamentadas (usando a terminologia da ABNT) 2- Incluir em cada regulamentação a obrigatoriedade de todos os prestadores de serviços seguirem as normas da ABNT	PEIb, PMI, trade, CT Ecoturismo, Especialistas	Especialistas, técnicos, praticantes experientes, bombeiros, ABNT, ABETA, ONGs, Associações	Início Imediato, curto prazo	alta
		O Parque deverá dar licença de operação para cada prestador (especificando a atividade e o local para operação)	PEIb e PMI	Operadores, Agências, COMTUR, técnicos, PMI formariam comissão para vistoriar CT Ecoturismo, ONGs	Início Imediato, curto prazo	alta
		Regularizar situação do domínio da Estrada de Castelhanos- transferência do segundo trecho pela Prefeitura para o Estado (DER) e regulamentar o uso da Estrada-Parque tanto ara o trade quanto para particulares, levando-se encontra o futuro estacionamento como limitante				
		Regulamentar visitação para grupo de escoteiros e igrejas				
	Manutenção de Trilhas e Atrativos	As trilhas atualmente utilizadas para visitação apresentam problemas especialmente relacionados a traçados e drenagem, sendo necessária também a capacitação de pessoal responsável pelo manejo das trilhas				

Diretrizes	Eixos Temáticos/Linhas de Ação	Ação	Responsável	Apoio/Parcerias	Prazo	Prioridade
		Revitalização e implantação das trilhas de acordo com projetos e propostas já elaborados (diagnostico PM, Projeto Ecoturismo, entre outros) priorizando as oficiais: Baepi/Água Branca/Pancada d'água (Três Tombos)/Veloso/Cachoeira Gato e Bonete	PEIb	Prefeitura, OSCIP	Curto	alta
		Buscar parcerias para implantação de estrutura nas demais trilhas do Projeto de Ecoturismo e para Sinalização de todas as trilhas oficiais	PEIb OMI CC COMTUR ONGs Monitores	Empresas privadas, Convênios co Governo Federal, Voluntários Amigos do Verde	início imediato execução em médio prazo	alta
		Estudos de potencial e viabilidade para desenvolvimento de atividades de turismo sustentável, incluindo esportes de aventura, como por exemplo montanhismo, mountain bike, canoagem, entre outros				
		levantamento da demanda, do potencial e das necessidades (junto às comunidades, para o desenvolvimento de Turismo de Base Comunitária nas comunidades tradicionais de Ilhabela				
		Verificar sobreposição de competência ou responsabilidades e compatibilizar normas e instrumentos legais das vias de acesso (Bonete e Castelhanos)				
		Manutenção periódica no meio físico e infraestruturas nas trilhas oficiais (frequência a definir de acordo com cada trilha)- buscar parceiros para a manutenção	PEIb PMI e Parceiros	Monitores, trade, PMI, Ongs, Empresas, voluntários	início imediato- ação continuada	média
		Realizar estudos do potencial de implantação de novas atividades e locais para sua realização (considerando possibilidade de implementação de trilhas existentes mas não utilizadas turisticamente e trilha de longo percurso- ex: Bonete e Jabaquara para ciclo trilha)	PEIb PMI PPP	Associação de engenheiros e arquitetos, CT ecotur, CC, COMTUR	início imediato - médio longo prazo	média
		Aquisição de equipamentos para manejo de trilhas e estruturas (ferramentas, materiais )e EPIs				

Diretrizes	Eixos Temáticos/Linhas de Ação	Ação	Responsável	Apoio/Parcerias	Prazo	Prioridade
		Aquisição de equipamentos de escritório para a gestão do Uso Público (ex: computadores, HD externos)				
		Incentivar o ordenamento de poitas e bóias		Prefeitura, Marinha SPU		
	Presença Institucional em Pontos Estratégicos	É importante a presença institucional, além da sinalização adequada, em locais com maior pressão de visitação. Guaritas ou estruturas similares para recepção e monitoramento de visitantes e fiscalização. A implantação dessa estrutura deve estar atrelada à existência de recursos humanos suficientes e deve prever estrutura sanitária adequada	PEIb PMI CT CC COMTUR	PPP Fundos de financiamento Municipal Estadual e federal	Curto médio (simultâneo à implantação de infraestrutura	alta
		Criação de núcleos em pontos estratégicos (considerando localização geográfica-norte, sul, leste, oeste, centro da Ilha de São Sebastião), associados à entradas de trilha com infraestrutura como: recepção, facilidades para o visitante	PEIb PMI CT CC COMTUR	PPP Fundos de financiamento Municipal Estadual e federal	Curto médio (simultâneo à implantação de infraestrutura	alta
	Monitoramento e Avaliação de Impactos (Gestão de Impactos)	Implantar monitoramento periódico em todas as trilhas oficiais associado/condicionado à implantação do controle contínuo da visitação. (priorizar trilhas se necessário)	PEIb PMI Agências, Monitores e outros usuários	Parceria para capacitações: PPP técnicos FF Universidades	médio	média
		padronização das informações coletadas nos controles e questionários de visitação (conter por exemplo: número de visitantes, número de grupos, número de visitantes por grupo, horários, permanência)	PEIb PMI Agências, Monitores, CT ecotur	Universidades, especialistas, ONG	curto início imediato	baixa
		Criação de Museus de Sítio, trilhas e roteiros monitorados, material gráfico, treinamento de guardas parque, parcerias com monitores e operadoras de turismo				
	Promoção do Patrimônio Arqueológico no PEIB e ZA	estruturar Cursos, Oficinas, produção de material gráfico para-didático				
		Disponibilizar a documentação original e a reproduzida				



Diretrizes	Eixos Temáticos/Linhas de Ação	Ação	Responsável	Apoio/Parcerias	Prazo	Prioridade
		para consulta pública de forma organizada e eficiente				
		material gráfico impresso de divulgação, como folders e cartilhas.				
		identificar, estudar e cadastrar sítios e avaliar viabilidade para uso turístico de sítios dentro do PEIb ou para pesquisa	Instituto Histórico e Arqueológico de Ilhabela, Universidades, outras Instituições de Pesquisa, especialistas	PMI/ SEC Cultura, COMTUR	médio longo	baixa
		Fomentar criação de leis municipais de proteção aos sítios históricos e arqueológicos	PMI Câmara	Sociedade civil organizada, IPHAN, Condephaat	médio longo	média
		Implantar sinalização dos sítios	PMI PEIb Instituto Histórico e Arqueológico	Instituições de Pesquisa, PPP, Proprietários	médio longo	baixa

74 GRUPO 3

75 Capacitação / RH/ Divulgação / Marketing / Parcerias.

Diretrizes	Eixos Temáticos/Linhas de Ação	Ação	Responsável	Apoio/Parcerias	Prazo	Prioridade
Gestão de Pessoas	Recursos Humanos	Ampliar e reavaliar o sistema de contratação de serviços terceirizados	PEIb	Prefeitura, TPA, AMAI, ONG	Curto	
		Implantar programa de capacitação continuada interna	PEIb	Sebrae, Senac, universidades	Curto	
		Ampliar e melhorar programa de voluntariado (Universidades, OGs)	PEIb CC	ONGs AMEI Defesa Civil Bombeiros SUCEN	Curto	baixa
		Criar Grupo Voluntário de Busca e Salvamento	PEIb CC	ONGs AMEI Defesa Civil Bombeiros SUCEN	Curto	baixa
		Contratar profissional (IS) para elaboração de projeto provenientes na CT Ecoturismo ou outros; contratar e capacitar funcionários para Centro de Visitantes - feriados e finais de semana	PEIb	PMI ONGs outras Iniciativa privada, Instituições educacionais	Curto	alta
	Planejamento do Serviço de Monitores no PEIb	Divulgar as trilhas nas quais são obrigatórios os monitores ambientais credenciados, preferencialmente locais conforme Zoneamento (Baepi, Bananal, Sombrio). Já nas demais trilhas é recomendado o acompanhamento de monitor ambiental credenciado, preferencialmente local. Informar sobre como e onde contatar este profissional, bem como os motivos.	PEIb, CCPEIb, AMEI	Sistema S, AMEI, comunidades, agências	Curto	
		Para melhorar o serviço de visitas monitoradas, promover parceria com agências para intermediar o contato entre o visitante e o monitor. O monitor deve estar devidamente capacitado e credenciado, e durante o exercício de sua atividade no Parque é interessante que utilize crachá de identificação padronizado que pode ser providenciado pela instituição. +uniformes	PEIb	Sistema S, AMEI, comunidades, agências		
		criação de cadastro de monitores com, no mínimo, as seguintes informações: Nome; Apelido (pelo qual é conhecido nas atividades de monitoria); Idade; Sexo; Grau de escolaridade;	PEIb	AMEI, Sec. Turismo		

Diretrizes	Eixos Temáticos/Linhas de Ação	Ação	Responsável	Apoio/Parcerias	Prazo	Prioridade
		Tempo de experiência dentro do PEIb; Outras competências (línguas, educação ambiental, técnicas verticais, etc.); Empresa em que trabalha; Cursos de atualização realizados com data; Onde mora – cidade e bairro.				
		Monitores portarem rádio / sistema de comunicação, Kit primeiros socorros obrigatório. Longo percurso – GPS/Mapa (conforme classificação de nível de dificuldade acima de médio)	AMEI	SETUR PEIb iniciativa privada TPA	Médio	baixa
	Capacitação	Viabilizar cursos de capacitação para funcionários atuantes no manejo de trilhas da unidade, podendo se estender a voluntários. Os voluntários que participarem das capacitações devem se comprometer com trabalhos na UC. Temas sugeridos: • Planejamento, implantação e manutenção de trilhas; • Monitoramento de impactos em trilhas; • Educação e interpretação ambiental; trabalhos com grupos específicos (necessidades especiais, idosos etc) • Planejamento de sinalização em áreas naturais NORMAS ABNT, Primeiros Socorros	PEIb SETUR(para os itens acrescentados )	AMEI Sistema S ABETA ONGs Petrobrás Bombeiros Iate Clube, APAE, Sec Educação, SMMA, Saúde, MTUR	Médio	alta
		Capacitar comunidades tradicionais	PEIb SETUR (para os itens acrescentados )	AMEI Sistema S ABETA ONGs Petrobrás Bombeiros Iate Clube	Médio	média
		Capacitar funcionários- línguas - inglês e espanhol		SEC Educação Saúde, SMMA, AMEI, MTUR iniciativa privada		média
		Para a realização da capacitação, podem ser feitas parcerias com ONGs, instituições públicas e privadas, agências de turismo, além de voluntários.				
		Oficina de capacitação para colaboradores do setor produtivo do turismo:	PEIb	Prefeitura;	Curto	alta

Diretrizes	Eixos Temáticos/Linhas de Ação	Ação	Responsável	Apoio/Parcerias	Prazo	Prioridade
		• Associações; trade (hotéis, agências, jipeiros, AMEI) Associação de engenheiros e arquitetos (apresentação das normas gerais do Parque para construção)etc		SEBRAE/SENAC;		
		Parceiros do Parque (nivelamento de informações/afinar o trabalho em conjunto)	PEIb	Todos os parceiros (prefeitura, ONG, empresa privada, etc.)	Curto	alta
		Capacitar Funcionários do Parque para trabalho com crianças	PEIb	Prefeitura/PEIb	Curto	alta
<b>Articulação interinstitucional e parcerias</b>	Captação de Recursos	Acompanhamento de Editais	CC PEIb, CT	OSI (Observatório Social de Ilhabela), AMEI		
		Captação de recursos junto ao Setor privado e TACs	Instituições Proponentes com Aval do CC do PEIb	Instituições (ONGs) PMI, órgãos licenciadores, FF, iniciativa privada, comunidade	médio	alta
		captação de recursos para apoio do programa de voluntariado (hospedagem e alimentação)	PEIb	AHBRI/ ACEI	curto até 1 ano	média
	Parcerias com Proprietários Particulares	Alguns acessos a atrativos do Parque, como na Trilha da Cachoeira do Veloso e na Trilha do Bonete, é feito parcialmente por áreas particulares e comunidade. A parceria com os proprietários dessas áreas pode ser uma solução para o manejo de algumas trilhas e atrativos da unidade	PMIb, CMIb	MPE, PEIb, trade		
	Turismo de Base Comunitária	O Turismo de Base Comunitária deve ser incentivado sempre que possível.				
		implementar projeto piloto em uma comunidade (ex: Sombrio) definir, levantar potenciais, criar produto	PEIb	Iate Clube Petrobrás, Ongs, Prefeitura, SENAR, operadores, comunidade, AMEI MTUR	Curto	alta
	Parcerias na ZA	Gestão compartilhada das vias de acesso (caminhos trilhas e estrada Parque)	PEIb, Prefeitura, DER	Petrobrás, Sec Transporte		média

Diretrizes	Eixos Temáticos/Linhas de Ação	Ação	Responsável	Apoio/Parcerias	Prazo	Prioridade
		Tombamento das trilhas do município já definidas no Plano Diretor e PGT	Prefeitura, Câmara Municipal	Comtur, CMMA, PEIb		
		3º setor				
		Identificar os potenciais parceiros e instituições que interagem ações de UP (SMMA, SETUR, associações. Comunitárias, agências, ONGs)	PEIb	instituições identificadas como parceiras	Curto	alta
		Consolidar / sistematizar as informações geradas pelo GT EA coma CT Eco em um banco de dados- criando matriz relacionando projetos desta UC com outras iniciativas regionais, APA marinha, ESEC tupinambás ICMBio, PMI, CBH	PEIb	Petrobrás, ONG, outras UC, PMI	médio	média
		Formalizar parceria PEIb/PMI de forma que as secretarias municipais incorporem ações de UP do PEIb	PEIb e PMI	Sec Turismo, SMMA	imediatos	alta
		Articular com a PMI o programa de controle populacional de animais das comunidades tradicionais	APA Ilha	veterinários, PMI, APA Ilha e outras ONGs	Curto	baixa
		Desenvolver e implantar projeto piloto de base comunitária fora da área do PEIb- ex: Bonete	PEIb e PMI	Petrobrás, ONGs, SENAR, Operadores, MTUR, CT Comunidades, AMAB Bonete	médio	baixa
		Levantar áreas de pecuária e outros tipos de criação de animais com o objetivo de estabelecer delimitação de áreas evitando entrar na unidade de conservação	Vigilância sanitária	PMI APAIlha, PEIb e proprietários	médio	baixa
		Convidar por email voluntários cadastrados para manifestarem seu interesse em participar de uma capacitação de educação ambiental. Dessa forma, já se teria um diagnóstico da quantidade de pessoas disponíveis para esse trabalho.	PEIb	IIS, AMEI	Curto até 1 ano	alta
		Atuação em Fóruns	Atuação e funcionamento da Câmara Técnica (CT) Ecoturismo: Participação do PEIb - CT. Estrada Parque, CT. Comunidades, CT Ecoturismo, GG65, COMTUR, CMMA e outros conselhos			

Diretrizes	Eixos Temáticos/Linhas de Ação	Ação	Responsável	Apoio/Parcerias	Prazo	Prioridade
		apresentar diretrizes de UP para Conselhos (articulação com os Conselhos)	PEIb	Fórum CBH, APA marinha, Cultural municipal, educação, meio ambiente, GT educação e outras ONGs	Curto até 6 meses	alta
		integrar-se à uma agenda comum dos encontros (fóruns, conselhos e GTs)/ Fórum dos Conselhos/Casa dos Conselhos	PEIb	Todos os Conselhos	Curto até 8 meses	média
		Divulgar os projetos propostos pela CT Eco. Apresentar pontos em comum entre outros projetos (matriz)	PEIb/CT	Conselhos	médio até 2 anos	média
<b>Divulgação - eventos, publicações, mídia, sinalização</b>	Participação em Eventos	Fomentar maior atuação do PEIb nos eventos do município, como Semana de Vela, Semana do Meio Ambiente, Semana Caiçara, Verão Ilhabela Viva, Jogos das Comunidades Tradicionais, Semana Esportiva "Play Team", Corrida dos Oceanos, Campeonato Brasileiro de Canoas Havaiana, Evento Aniversário da Cidade, X Terra, Dia do Meio Ambiente, DMSC entre outros.	PEIb	ONG, Sec Turismo, Sec Esportes		
		Fomentar participação do PEIb em feiras e simpósios (adventure sports fair, salão do turismo, avistar)	PEIb SETUR	trade, PMI, FF	Curto	média
	Divulgação de Informações sobre o PEIb	padronização de informações sobre o PEIb[1] regras, agendamento, trilhas oficiais etc.) nos sites do município (PMI, Associações, trade)	PEIb	PMI, trade, ass. monitores	Curto	alta
		Mensagens via rádio FM de sensibilização	PEIb	Rádio comunitário e outras rádios	imediatos	alta
		Desenvolver KIT multimídia para escolas (vídeos, cartazes, jogos)	PEIb	Sec. Educação e ONGs	longo até 3 anos	média
		Distribuição de folder e atividades de educação ambiental (panfletagem, materiais audiovisual, outros) em locais de grande circulação (balsa, centro de informação, hotéis, eventos) com controle de distribuição para saber público alvo atingido. Este material deve informar o visitante sobre o município e o	PEIb, PMI	DERSA, ONGs, Empresas, instituições (ACI, AHBRI), SECTUR	Imediato/ Curto	média

Diretrizes	Eixos Temáticos/Linhas de Ação	Ação	Responsável	Apoio/Parcerias	Prazo	Prioridade
		Parque, regras de conduta, divulgação de eventos, retorno sobre utilização da TPA				
		Divulgar através de contas como SABESP ELETRO IPTU com frases de efeito de conscientização para a preservação do PEIb	PEIb	ELETRO SABESP PMI	médio	baixa
		Colocar links, banner ou lembrete sobre o PEIb nos sites de empresas de Ilhabela (pousadas restaurantes, agencias, DERSA)	PEIb	Assoc. Comercial, AHBRI, DERSA, Guia da Ilha	curto (até 1 ano)	média
		Frases de sensibilização e alerta na sinalização municipal/ imobiliário urbano. Padronizar tamanhos	PEIb/ PMI		curto (até 1 ano)	baixa
		Divulgação na balsa (foto, painel) e na área de espera, mídia eletrônica com informações institucionais	PEIb e DERSA	Ponto de Cultura	Curto até 6 meses	baixa
		Desenvolver Material impresso (folder) com divulgação "múltipla" para ser entregue na cobrança da balsa (sobre PEIb, PMI, DERSA, hotéis etc.)	PEIb e DERSA	Ass. Hotéis e pousadas, DERSA, PMI, Petrobrás, ONGs		média
		Inserir conteúdo do PEIb na associação comercial no guia de Ilhabela andróide (IPAD iPhone)	ACEI	ACEI, AHBRI, COMTUR, SECTUR		alta
		Lançar Concursos de frases de efeito	Sec. Educação, Cultura	ONG, Associação		
		Divulgação do PEIb nos supermercados e nas recepções de hotel.	PEIb	Associações (ACEI, AHBRI, outros)		
		Parceria com Centro de Triagem de Ilhabela para produção de papel reciclado para panfletagem na balsa	PEIb, PMI	empresas, ONGs	Curto	média
		Fomentar a instalação de sistema de comunicação digital da balsa com sinal de internet para download de aplicativo com informações de Ilhabela	DERSA	PMI, PEIb		
		Padronizar as informações devem ser bilíngüe (inglês)	PEIb		Imediato	alta
		Propor Criação de centro de cultura caiçara;	PEIb Secretaria municipal de Cultura,	Prefeitura, iniciativa privada, ONG	Imediato	média

Diretrizes	Eixos Temáticos/Linhas de Ação	Ação	Responsável	Apoio/Parcerias	Prazo	Prioridade
			secretaria municipal de Turismo			
		Centro de informações turísticas – abrir final de semana e temporada (utilizar espaço do centro de visitação)	PEIb Secretaria municipal de Cultura, secretaria municipal de Turismo	Prefeitura, iniciativa privada, ONG	Imediato	alta
		Elaborar um programa de educomunicação socioambiental do PEIb	PEIb	ONG SECTUR		alta
		Atualização do site da FF/ Conteúdo / Redes Sociais				
		Registro fotográfico das ações de UP				
		Criar acervo fotográfico organizado, com fotos fornecidas pelos visitantes				
		<u>Estudar necessidade de Placas emergenciais[2]</u>	PEIb			
		Projeto Sinalização Parques: Instalação de Totem na entrada da cidade e São Sebastião sobre "Ilhabela- Município- Parque" e outros	CMDSA		médio	média
		Contratar plano de Marketing para a divulgação do PEIb (OBS: O Plano de Marketing abrange todas as ações propostas para divulgação e poderia substituir o EIXO TEMÁTICO DIVULGAÇÃO, excluindo-se apenas a ação junto ao Centro de Triagem para produção de papel reciclado -proposta na oficina de EA)	FF	PEIb PMI ONGs, Iniciativa privada	médio	média
		Criar site do PEIb				média
		Criar passaporte trilhas PEIb com informação padronizada	PEIb			baixa



Diretrizes	Eixos Temáticos/Linhas de Ação	Ação	Responsável	Apoio/Parcerias	Prazo	Prioridade
		Divulgar através de contas como SABESP ELETRO IPTU com frases de efeito de conscientização para a preservação do PEIb	PEIb	ELETRO SABESP PMI	médio	baixa
		Divulgar em revistas TV e outras mídias voltadas para o público internacional	FF	PMI Trade Agências publicitárias	médio	baixa

## OFICINA DE INTERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL - PLANO DE MANEJO DO PEIb

**DATA:** 24 de agosto de 2011

**HORÁRIO:** 9h às 17h00

**LOCAL:** Sede Administrativa do PEIb

**PAUTA:**



Carolina Bio, Diretora do PEIb abriu a reunião propondo realizar os trabalhos em dois grupos devido a quantidade de participantes. Foi ressaltado que este programa é o que se relaciona o Parque com os órgãos do município e região assim como com as comunidades tradicionais. Dessa forma o programa envolve todos os atores que se relacionam como Parque.

Os participantes foram distribuídos em dois temas: zona de amortecimento e potencialização do conselho consultivo + comunidades tradicionais para discutir, complementar as ações propostas e identificar responsáveis e parceiros. Assim iniciou-se a apresentação das propostas para o programa de Pesquisa, sendo complementadas ações e identificados responsáveis e parceiros.

Abaixo do resultado da oficina realizada dia 24/08, seguem as propostas de ações levantadas nas comunidades nos 2 últimos meses em oficinas de trabalho pela equipe do PEIb, FF – núcleo de planos de manejo e consultores do plano. Devido à dificuldade de reunir a comunidade, as propostas de ações para comunidade da Ilha da Vitória foram levantadas por família (casa a casa) por orientação do agente de campo da comunidade.

Assim, ficou acordado que o relato seria encaminhado aos participantes e Conselho Consultivo para contribuições, sendo que todos poderiam acrescentar propostas, mas não excluí-las ou alterá-las

Seguem abaixo as ações estabelecidas em plenária para o programa de interação socioambiental, em vermelho estão destacadas as ações com prioridade alta. Foram também feitas alterações na redação.

**Diretriz: Potencialização do Conselho Consultivo.**

<b>Eixo Temático</b>	<b>Ações</b>	<b>Responsável</b>	<b>Apoio/Parceria</b>	<b>Prazo</b>	<b>Prioridade</b>
<b>Fortalecimento do Conselho Consultivo</b>	Capacitar os conselheiros a cada nova gestão para nivelar conhecimento dos membros sobre a dinâmica da UC e comunidades do entorno e o papel do conselho e das representações	PEIb / CCPEIb	Prefeitura, ONGs (IIS), associações e antigos conselheiros.	Curto	Alta
	Regularizar a representação do conselho em documento oficial	PEIb	Entidades representativas do conselho	Curto	Alta
	Estimular o fortalecimento comunitário nos bairros de entorno para participação no conselho	PEIb / CCPEIb	Conselhos, prefeitura, associações amigos de bairro, imprensa, rádio	Médio	Baixa
	Criar um plano de comunicação para divulgar as ações do conselho (convite para oficinas/resultados dos trabalhos) através de jornais, revistas, etc.	PEIb	Conselheiros / Meios de comunicação / FF	Médio	Baixa
	Viabilizar o acesso à participação das comunidades tradicionais	PEIb / CCPEIb / FF	Prefeitura, ONGs, Associações, YCI, jipeiros, náuticas, Marinha	Curto	Baixa
<b>Avaliação do Funcionamento do Conselho</b>	Analisar, periodicamente, a representatividade e participação dos membros bem como o papel e atuação do CC PEIb na gestão do PEIb	PEIb / CCPEIb	Pesquisadores, conselhos, ONGs, Câmara, IIS, instituições de ensino	Médio	Alta
<b>Fortalecimento da CT Comunidades Tradicionais</b>	Reformular as ações da CT para melhorar o envolvimento e participação da comunidade na gestão do PEIb	CT e comunidade	PEIb, PMI, ONGs, CCPEIb	Curto	Média
	Viabilizar recursos para participação de representantes nas reuniões (transporte, hospedagem, alimentação)	PEIb, CCPEIb, CT, FF	YCI, Prefeitura, jipeiros, ACIIIhabela, Marinha, náutica, COMTUR	Curto	Média
	Elaboração de projetos para captação de recursos	CT / ONGs	Petrobras, Editais públicos, empresas privadas, PMI (TPA)	Médio	Média
	Promover parcerias com instituições de ensino e pesquisa para apoiar ações nas comunidades	PEIb / IF	CT, instituições de ensino	Longo	Baixa

<b>Eixo Temático</b>	<b>Ações</b>	<b>Responsável</b>	<b>Apoio/Parceria</b>	<b>Prazo</b>	<b>Prioridade</b>
	Realizar reuniões nas comunidades envolvendo todas as comunidades	CT	PEIb, YCI, PMI, náuticas, Marinha	Médio	Alta
	Viabilizar recursos para realizar reuniões / encontros nas comunidades	FF	PMI (TPA), editais públicos, empresas privadas (Petrobras), ONGs	Curto	Alta
	Promover o acesso das comunidades às informações de projetos e políticas relacionadas a elas	PEIb / CT Comunidades	Associações locais, PMI, ONGs	Médio	Baixa
<b>Fortalecimento da CT Ecoturismo</b>	Reformular objetivos da CT tendo como objetivo principal o fomento do ecoturismo e turismo sustentável integrando os trabalhos do PEIb com outras ações do município	CT Ecoturismo	TRADE, Abeta, COMTUR, ONGs, Prefeitura, SECTUR, SEBRAE, associação de monitores	Curto	Média
	Desenvolver projetos e normatizações para estruturação do ecoturismo	CT Ecoturismo	TRADE, Abeta, ONGs, Prefeitura, FF, associação de monitores	Médio	Média
	Integrar-se ao COMTUR para estimular o desenvolvimento do ecoturismo	PMI /PEIb	COMTUR e CCPEIb	Curto	Alta
	Criar plano de comunicação para envolvimento dos atores e comunidade e integração das ações da CT Ecoturismo	CT Ecoturismo	Especialistas, empresas privadas, ONGs, associações e TRADE	Longo	Baixa
	Nivelar conhecimento dos membros da CT	PEIb	Abeta, SEBRAE, SENAR, especialistas, FF, federações	Curto	Média
<b>Fortalecimento da CT Estrada dos Castelhanos</b>	Formar de fato um grupo gestos da estrada dos Castelhanos	FF / DER	Câmara, COMTUR, FF, PMI, AMOR, Castelhanos, prestadores e serviço	Curto	Alta
<b>Formação da CT Educação Ambiental</b>	Levantar outros grupos de discussão já existentes e avaliar a necessidade de criação de uma CT ou integração dos trabalhos	PEIb / CCPEIb	ONGs, GTEA – CBH, IIS	Curto	Média

Eixo Temático	Ações	Responsável	Apoio/Parceria	Prazo	Prioridade
RH	Contratar equipe técnica multidisciplinar para elaboração de projetos, captar de recursos e integrar CTs e CCPEIb	PEIb	ONGs, COMTUR, TPA, SEBRAE	Médio	Média

**Diretriz: Gestão Integrada da Zona de Amortecimento - Minimização das pressões sobre o PEIb.**

Eixos temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/parcerias	Prazos	Prioridade
<b>Esgotamento Sanitário</b>	Apoiar, articular e acompanhar os projetos de ampliação do tratamento de esgoto	PMI, Governo do Estado	PEIb, CBH, Sabesp, Conselho PEIb, CMMA, COMTUR, CMDSA, SABs	Curto	Média
	Buscar alternativas para execução de esgoto sanitário nos bairros não contemplados pela concessionária (Sabesp)	Sociedade civil organizada (ONG, AMABs, Conselhos de classe)	CBH, PMI, CETESB, Sabesp, Assoc Engenheiros e Arquitetos, Petrobrás, Cia Docas, Iniciativa privada	Curto	Alta
	Integrar-se ao GT embarcação CBH/APA para normatizar o esgotamento sanitário	CCPEIb, PMI, PMSS	APA, CBH, CETESB, Assoc. marinhas, Iates clubes, Assoc. construtores de barcos, Marinha, Petrobrás, Cia Docas,	Curto	Média
<b>Resíduos Sólidos</b>	Fortalecer o Projeto de Composteira do PEIb, e outras iniciativas sustentáveis relacionadas a resíduos sólidos	PEIb	PMI	Médio	Baixa
	Incentivar a coleta seletiva e o trabalho do Centro de Triagem por meio de campanhas de sensibilização	PMI, Sociedade Civil, Iniciativa privada	AMABs, iniciativa privada, associações (ACEI, AHBRI)	Curto	Média
	Articular com as prefeituras do Litoral Norte ação conjunta para solução dos resíduos sólidos	CCPEIb, CMMA, CMDSA	CBH, CETESB, Prefeituras, Iniciativas privadas	Curto	Alta
	Apoiar, incentivar projeto de educação/informação sobre lixo no mar	Conselhos PEIb e APA	Marinas, operadoras de turismo, PMI, PMSS,	Médio	Média

Eixos temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/parcerias	Prazos	Prioridade
			Petrobras, Cia Docas, Marinha, Embarcação, Min.Turismo		
	Realizar ações de educação ambiental nos atrativos turísticos e comunidades	PEIb, PMI	Associações, ONG, GTEA	Médio	Baixa
	Aferir, junto a CBH, DAEE, Sabesp e Prefeitura, os pontos de captação irregular de água.	PMI	Sabesp, SUCEN	Curto/Médio	Média
	Apoiar e incentivar a ampliação do tratamento e da distribuição de água para os casos possíveis e soluções alternativas para os demais.	PMI, Sabesp	CBH, iniciativa privada, associação de bairro e de classes	Médio	Média
	Apoiar e incentivar plano de adequação das captações de água não regularizadas, que também devem estar em conformidade com o Plano Diretor	CMMA, CMDSA	Sabesp, DAEE, CBH, AMABs	Médio	Média
<b>Recursos Hídricos</b>	Articular com a CETESB, a inclusão de outras praias no monitoramento da balneabilidade	CMMA, CMDSA, CCPEIb	PMI, Sociedade Civil, CETESB, Sabesp, CBH	Médio	Baixa
	Articular com a CETESB, a inclusão de outros rios no monitoramento de águas interiores	CMMA, CMDSA, CCPEIb	PMI, Sociedade Civil, CETESB, Sabesp, CBH	Médio	Baixa
	Fazer protocolo de autorizações/regularizações de captação no interior do PEIb e áreas limítrofes	FF/PEIb, CETESB	PMI, DAEE, CBH	Curto	Alta
	Apoiar e incentivar a sensibilização e outras atividades sobre a importância da água na vida dos seres vivos	PEIb, ONGs	PMI, CBH, Sabesp	Médio	Média
	Articular com a SUCEN para alteração dos locais de aplicação do controle biológico de borrachudos, de forma a não aplicá-lo na zona intangível	PEIb	PMI, SUCEN	Curto	Média
	Estabelecer protocolo de atuação da SUCEN no PEIb	PEIb	PMI, SUCEN	Curto	Média
<b>Saúde</b>	Apoiar a estruturação do município para atendimento de acidentes com animais peçonhentos	PMI	PEIb, comunidades, inst. Butantan, Santa Casa, trade	Curto	Média
	Criar Grupo Voluntário de Busca e Salvamento	CCPEIb	ONGs, AMEI Defesa Civil Bombeiros SUCEN	Curto	Baixa
	Apoiar campanha de controle de vetores de doenças epidemiológicas	PEIb, PMI (sec. Saude)	Sec. Estadual de Saúde, SUCEN	Médio	Baixa
	Apoiar o município para dar condições de atendimento à saúde para	PEIb,	ONGs, iniciativa privada,	Curto	Média

Eixos temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/parcerias	Prazos	Prioridade
	comunidades tradicionais	Comunidades	Universidade		
	Implantar um programa continuado de erradicação e monitoramento das populações de animais domésticos e roedores alóctones dentro do PEIb e entorno	PEIb, PMI	APAIha, CT, comunidades	Curto	Média
	Realizar campanha para evitar soltura de animais domésticos e exóticos	PEIb, PMI	CEBIO, APAIha, ONG	Curto	Média
	Integrar-se ao Programa Municipal de Respeito Animal, que inclui a castração de animais domésticos, sua contenção à áreas urbanas, dentre outras medidas	PEIb, PMI	APAIha, ONG, comunidades	Curto	Média
<b>Atividades Religiosas</b>	Elaborar normas e usos permitidos no PEIb	CCPEIb	Entidades religiosas	Médio	Baixa
	Promover ações de interação com as entidades religiosas para divulgação da UC	CCPEIb	Entidades religiosas	Longo	Baixa
<b>Caça e Tráfico de Animais Silvestres</b>	Criar uma GT para discutir estratégias de ações efetivas	CCPEIb	PMI, Conselhos, Pol. Militar, PAmb, ONGs	Curto	Média
	Realizar a inspeção dos passageiros na saída da balsa e em pontos estratégicos (como pier, Jabaquara, água branca, sepituba)	PEIb, PAmb, Dersa e PMI,	Marinha, comunidades	Médio	Alta
	Fazer ações de sensibilização nas comunidades tradicionais incentivando outras ações como, por exemplo, birdwatching	CCPEIb, PAmb	ONGs (CEBIO, IIS), Rencatas	Médio/Longo	Média
	Promover ações de educação ambiental sobre o tema caça e tráfico de animais silvestres	CCPEIb, PAmb	ONGs, PMI, GTEA, Rencatas	Curto	Média
	Propor a criação de lei municipal de crimes ambientais	CCPEIb, Câmara dos vereadores	CMMA, ONGs	Curto	Média
<b>Extrativismo Vegetal</b>	Incentivar o plantio de espécies de plantas autóctones da ilha com interesse comercial (ornamentais como fonte para o artesanato, medicina natural, alimento ou para a construção civil)	PEIb, PMI	ONGs, CEDS, Iniciativa privada	Longo	Baixa
	Elaborar em conjunto com comunidades (do interior e entorno) procedimentos para regular a extração de madeiras, e, ao mesmo tempo, compensar com plantio de espécies utilizadas	PEIb, PMI	Comunidades, ONGs, Universidades	Curto	Média
	Elaborar em conjunto com comunidades (do interior e entorno) procedimentos para regular a doação de árvores caídas naturalmente	PEIb, PMI	Comunidades, ONGs, Universidades	Curto	Média
	Realizar inventário das canoas existentes (proprietário, madeira, estado de conservação, entre outros dados); identificar a durabilidade e a demanda futura, por família;	PEIb, PMI	Comunidades, ONGs, Universidades	Médio	Baixa
	Incentivar conservação das canoas existentes, de modo a aumentar a vida útil	PEIb, PMI	Iniciativa privada	Médio	Baixa

Eixos temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/parcerias	Prazos	Prioridade
	Identificar árvores matrizes, que são utilizadas para confecção de canoas e artesanato e realizar a coleta de sementes, produção de mudas e plantio	PEIb e comunidades	Universidade	Médio	Média
	Controlar as extensões de campos de samambaias nas ilhas de Búzios e Vitória.	PEIb	Universidade, comunidades	Médio	Média
	Controlar as populações de plantas domesticadas ou úteis ao homem, que não são autóctones e que são potencialmente colonizadoras ou invasoras	PEIb, PMI	ACEI, Assoc. engenheiros e arquitetos, ONGs	Médio	Média
	Implantar um programa continuado de erradicação e monitoramento das populações de espécies de plantas alóctones invasoras e potencialmente invasoras	PEIb, PMI	ACEI, Assoc. engenheiros e arquitetos, ONGs	Médio	Média
	Divulgar lista de espécies nativas e exóticas ornamentais junto a floriculturas, viveiro e lojas especializadas em jardinagens e paisagismos	PEIb, PMI	ACEI, Assoc. engenheiros e arquitetos, ONGs	Curto	Média
	Promover ações de sensibilização junto a associação de engenheiros e arquitetos, floriculturas, viveiro e lojas especializadas em jardinagens e paisagismos para o uso de espécies nativas e capacitá-los	PEIb, PMI	ACEI, Assoc. engenheiros e arquitetos, ONGs	Curto	Média
	Estabelecer um acordo/convenio com a Prefeitura de Ilhabela com a finalidade de plantar em espaços públicos espécies autóctones, a partir de mudas/sementes recolhidas na própria ilha, (viveiro municipal e do PEIb).	PEIb, PMI	ACEI, Assoc. engenheiros e arquitetos, ONGs	Curto	Média
	Estruturar o viveiro do PEIb como centro de aprendizado	PEIb, PMI	ONGs, iniciativa privada, universidade	Longo	Baixa
	Propor a criação de lei municipal para proibição de venda de espécies exóticas	CCPEIb, Câmara dos Vereadores	CMMA, ONGs	Longo	Baixa
<b>Incentivo ao Estabelecimento dos Corredores Ecológicos e Criação de UCs</b>	Realizar estudos para implantação de “áreas trampolim” nas zonas urbanas da Ilhabela situadas próximas ao município de São Sebastião como corredores ecológicos.	PEIb	Institutos de pesquisa, CEDS, Cebimar/USP	Longo	Baixa
	Apoiar e divulgar o projeto de incentivo de implantação de RPPN (FF) em áreas contiguas	PEIb, PMI	CEDS, FF, ONGs, AMABs, Assoc. RPPN do Estado	Médio	Média
	Estimular e apoiar a criação de UCs	PMI, CMMA	PEIb, Conselhos, ONGs	Curto	Média
	Elaborar estudos para criação de passarelas e tunes para travessia de animais em corredores (estradas)	PEIb	Universidade, centros de pesquisa, iniciativa privada (Petrobras, etc.), ONGs	Longo	Baixa
<b>Estabelecimento e Fortalecimento de</b>	Estruturar Grupo para discussão da Zona de Amortecimento do PEIb com destaque ao Canal de São Sebastião com o objetivo de integrar as ações de	Petrobrás	PEIb, APA, Cia Docas, Assoc. Pescadores,	Curto	Alta



Eixos temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/parcerias	Prazos	Prioridade
<b>Relações Institucionais</b>	mitigação e compensação ambiental e de trocar informações		CETESB, Sabesp, CBH, Dersa, Marinha, Prefeituras, SPU, PMI, PMSS, conselhos		
	Articular acordos e ações em conjunto para gestão de áreas com sobreposição de competências (entorno do PEIb)	PEIb	APA, Cia Docas, Petrobrás, Assoc. Pescadores, Cetesb, Sabesp, CBH, Dersa, Marinha, Prefeituras, SPU	Curto	Média
	Estimular o voluntariado ambiental que vele pela preservação dos recursos naturais e pelas normas de conservação das zonas limítrofes do Parque.	PEIb, 3º setor	PMI	Longo	Baixa
	Elaborar rede de relações sociais do PEIb identificando conflitos, parceiros, projetos, necessidade de aproximação, etc. com o objetivo de integrar e compatibilizar as ações do Programa com a rede	CCPEIb, conselhos	Instituições envolvidas na rede	Curto	Média
	Participar da elaboração/revisão do Plano de manejo da APA e Plano Diretor de Ilhabela e São Sebastião	CCPEIb	APA, PMI, PMSS, CMDSA, CMMA, COMTUR	Curto	Média
	Contratar plano de Marketing para a divulgação do PEIb (OBS: O Plano de Marketing abrange todas as ações propostas para divulgação e poderia substituir o EIXO TEMÁTICO DIVULGAÇÃO – Programa de Visitação)	FF	PEIb PMI ONGs, Iniciativa provada	Médio	Média
	<b>Desenvolvimento de Alternativas Sustentáveis</b>	Incentivar práticas sustentáveis ambiental, social e economicamente de pequenos negócios no entorno imediato.	ONGs, CMMA	SEBRAE, CEDS	Longo
Desenvolver proposta de certificação (marca PEIb) de produtos e serviços sustentáveis, propiciando condições para a exploração econômica da marca do PEIb pela população do entorno		PEIb	Comunidades, ONGs, Agências de turismo	Médio	Média
Valorizar e promover a cultura local nas ações de gestão do PEIb (marketing, educação, comunicação, pesquisa)		PEIb	ONGs, comunidades	Curto	Média
Favorecer a contratação de mão de obra local e incentivar a capacitação		PMI, ONGs, entidades de classe	Sistema S,	Médio	Média
Realizar inventário das práticas artesanais tradicionais contendo, por exemplo: tipos de artesanatos confeccionados; as técnicas tradicionais utilizadas; artesãos responsáveis.		CT Comunidades	PMI, comunidades, SEBRAE	Longo	Baixa
Valorizar e promover desenvolvimento do artesanato local com vistas à obtenção de renda de forma sustentável;		Sec Turismo e Cultura	Comunidades, sistema S, ONGs, PMI,	Médio/Longo	Média

Eixos temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/parcerias	Prazos	Prioridade
	Realizar projetos de manejo e monitoramento florestal com coleta de sementes, produção de mudas e plantio, com envolvimento comunitário	PEIb, IF, ONGs, iniciativa privada, PMI	CEDS	Longo	Baixa
	Estabelecer parcerias com ONGs e universidades para o desenvolvimento de projetos de educação e de uso sustentável de recursos	PEIb, ONGs, OMI, universidades	CEDS	Curto	Média
	Promover cursos de capacitação de economia solidária e iniciativas que promovam o desenvolvimento local em prol da conservação da natureza.	PEIb, PMI	Sistema S, ONGs, universidades, iniciativa privada	Longo	Baixa
	Captar recursos para o desenvolvimento de projetos de atividades sustentáveis	PEIb, PMI, ONGs	Os 3 setores	Curto	Média
<b>Pesca</b>	Consolidar diagnósticos e mapeamento das atividades das população tradicionais	CT Pesca (APA), CT comunidades (PEIb)	Petrobras, Cia Docas, comunidades, IO, PMI, Associações de pesca, colônia de pesca	Curto	Média
	Apoiar a fiscalização da atividade pesqueira	PEIb	APA, comunidades, PAmb, ACEI (assoc. náutica) Assoc. de marinas do LN, MPA	Curto	Média
	Participar Ada CT Pesca e Maricultura da APA e contribuir com o ordenamento e regulamentação das atividades pesqueiras	CCPEIb	Colônia/associação de pesca, PMI, PMSS, IP	Curto	Média
	Integrar a T comunidades do PEIb com a CT Pesca da APA	CCPEIb, CG APA		Curto	Média
<b>Turismo Náutico</b>	Apoiar/provocar o ordenamento de navios (cruzeiros e de carga)	PEIb, APA	Petrobrás, Cia docas, AMABs, Sectur	Curto	Média
	Apoiar e participar das ações de ordenamento da pesca amadora	CCPEIb, APA	Assoc Pesca amadora, Marinas, clubes náuticos, operadoras, MPA	Médio/Longo	Média
	Provocar a regulamentação das atividades de esportes náuticos incluindo a sinalização das praias	CCPEIb, CG APA	Marinha, PMI, PMSS, Operadoras de turismo	Médio/Longo	Baixa

**Diretriz: Comunidades Tradicionais.**

<b>Eixos Temáticos</b>	<b>Ações</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Apoio/parcerias</b>	<b>Prazos</b>	<b>Prioridade</b>
<b>Todas as Comunidades</b>	Estudar a viabilidade de implantação de maricultura;	APA Marinha	Institutos de pesquisa (CEBIMar), MPA e outros	Médio	Baixa
	Estruturar o PEIb para atuar junto às comunidades (recursos físicos e humanos);	FF	CCPEIb, CT Comunidades, ONGs	Curto	Alta
	Apoiar às associações de moradores e outras formas de organização comunitária (jovens, mulheres, artesãos, monitores, etc.)	PEIb, PMI	Associações, conselhos, ONGs, CT, SENAR	Curto	Baixa
	Identificar e fomentar alternativas de trabalho e geração de renda sustentável	PEIb, PMI	Associações, conselhos, ONGs, CT, SENAR	Médio	Alta
	Estudar a viabilidade de delimitação de território para uso da pesca artesanal	APA Marinha, MPA, Gerco, Associação de pescadores	PEIb, Marinha, CATI, comunidades	Médio	Média
	Realizar reuniões periódicas e eventos nas comunidades, objetivando dar transparência ao processo de gestão da UC, criando um canal de comunicação com os moradores	PEIb	PMI, YCI, CCPEIb	Curto	Média
	Estabelecer um meio efetivo de comunicação com as comunidades	FF	PMI, YCI, Marinha		Alta
	Promover capacitação de moradores locais como monitores ambientais / agentes de conservação	PEIb, PMI	PMI, SENAR, ONGs, FF	Médio	Média
	Levantar demanda, potencial e necessidades, para o desenvolvimento de Turismo de Base Comunitária	PEIb, CT comunidades, comunidades	ONGs, associações, PMI, PEIb	Curto	Média
	Promover encontros/reuniões nas comunidades tradicionais para troca de experiências	CT Comunidades, PEIb	Associações das comunidades, YCI, PMI	Médio	Baixa
	Promover ações e projetos para valorização e fortalecimento das práticas tradicionais (casa de farinha, artesanatos, história do local, construção de barro, etc.)	PEIb, PMI	ONGs, associações, comunidades	Médio	Média
	Estimular o associativismo através do fomento da organização e integração de grupos. Capacitação de lideranças.	CTs	ONGs, associações, instituições de ensino, comunidades	Médio	Média
<b>Na Zona de Amortecimento</b>	Recomendar zonas de plantio de espécies arbóreas de crescimento rápido destinadas ao extrativismo ligado às atividades tradicionais. (canoas e	PEIb	PMI, CT, especialistas, instituições de ensino	Longo	Baixa

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/parcerias	Prazos	Prioridade
	artesanato).				
	Apoiar projetos da Cultura caiçara, que estão em andamento.	PEIb, Prefeitura, ONGs,	Secr. Emprego (SUTACO Superintendência do Trabalho Artesanal nas Com.), ONGs, PMI, Petrobras, CTs	Curto	Baixa
	Atualizar o levantamento do uso do território	PEIb	PMI, pesquisadores, instituições de ensino, CTs e especialistas	Curto	Média
	Incentivar o planejamento de ocupação por comunidade, relacionando capacidade de suporte do ambiente e demanda das famílias.	PEIb	PMI, pesquisadores, instituições de ensino, CTs e especialistas	Médio	Média
	Incentivar a construção que valorize as técnicas tradicionais (pau a pique e terra) e aspectos da paisagem cultural	PEIb	PMI, pesquisadores, instituições de ensino, CTs e especialistas	Curto	Média
	Apoiar os estudos de viabilidade de criação e implementação de UC de Uso Sustentável contígua ao PEIb, abrangendo as áreas ocupadas e usadas pelas comunidades tradicionais	PEIb (CT Comunidades), PMI	Comunidades, CTs, instituições de ensino, AEA Ilhabela, CMDSA, pesquisadores, Câmara	Longo	Baixa
	Capacitar moradores como guarda-vidas	Bombeiros, PMI	Petrobras, PEIb, Associação de moradores	Curto	Baixa
	Fomentar atuação de equipe de salvamento na temporada	Bombeiros, PMI	Petrobras, PEIb, Associação de moradores	Curto	Baixa
<b>No Interior do PEIb</b>	Realizar projetos de recuperação da biodiversidade	FF, PEIb, comunidades	ONGs, universidades, iniciativa privada (Petrobras), pesquisadores/especialistas	Longo	Baixa
	Elaborar Planos de Uso Tradicional (PUT) por comunidade, amparados nos termos legais contidos no SNUC, por meio de termos de acordo de uso.	PEIb e comunidades	CT comunidades, PMI, universidades, ONGs, especialistas	Médio	Alta
	Melhorar o desembarque nas comunidades	PEIb, PMI	ONGs, iniciativa privada (Petrobras)	Curto	Alta
	Estudos para recategorização conforme Resolução 029, considerando o território marinho usados pelas comunidades tradicionais.	PEIb, APA Marinha, comunidades	ONGs, universidades, especialistas, PMI	Longo	Baixa
	Autorizar e acompanhar reformas, construções, etc. de acordo com Portaria FF Específica	PEIb, CCPEIb	PAmb, comunidade, PMI	Curto	Média
	Implantar sinalização do PEIb nas entradas das comunidades	PEIb,	-----	Médio	Baixa

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/parcerias	Prazos	Prioridade
		comunidade			

## Programa Interação Socioambiental

### Comunidade da Figueira.

O que Precisa para Garantir o Modo de Vida	O que tem que Fazer	Quem tem que Fazer	Quem Pode Ajudar e Como	Quando se Inicia a Ação
<b>Desenvolver o turismo na Figueira</b>	Local para oferecer refeição (quiosque) comunitário	Pedir autorização falando que todos da comunidade irão utilizar o quiosque		
	Canoa para desembarque			
	Oferecer produtos da comunidade (farinha, artesanato, casa de farinha)	Comunidade fazer roça (mandioca, cana, horta) e precisa pedir autorização para fazer roça	PEIb para autorização	
	Arrumar trilha para o Engenho e mantê-la			
	Divulgar a Praia da Figueira	Parque Comunidade pode ir conversar com agências que trazem turistas		
	Artesanato	Comunidade deve pedir autorização para o Parque para retirar o bambu, a madeira, etc.	PEIb para autorização	
	Ter roteiros			
	Capacitação / curso para turismo de base comunitária, birdwatching	Parque oferecer cursos Comunidade tem que selecionar 2 ou 3 representantes para oficina de Base Comunitária/ Curso de monitores	Prefeitura	2º Semestre de 2011
<b>Venda de refeição</b>	Tirar alvará da Prefeitura	Prefeitura	Prefeitura deve esclarecer e orientar os procedimentos para tirar o alvará	

## Comunidade do Sombrio.

O que Precisa para Garantir o Modo de Vida	O que tem que Fazer	Quem tem que Fazer	Quem Pode Ajudar e Como	Quando se Inicia a Ação
<b>Desenvolver o turismo no Sombrio</b>	Abertura de trilha (saco do Rosário – mais fácil); Saco grande e Ponta do Boi (18 km)	A abertura pode ser realizada pela comunidade	Deve ter autorização do PEIb	
	Capacitação de Monitores locais	PEIb oferecer cursos para a comunidade		
	Curso de turismo de Base Comunitária	PEIb oferecer cursos para a comunidade		
	Estruturar as trilhas (placas, pontes, corrimão, etc)	A comunidade pode estruturar	PEIb deve autorizar e contribuir na execução	
	Divulgação			
<b>Venda de alimentos</b>	Fazer roça	Comunidade	PEIb, uma vez que tem que ter autorização	
	Aprender a cozinhar	Comunidade		
	Tirar alvará da Prefeitura	Prefeitura	Prefeitura deve esclarecer os procedimentos para tirar o alvará	
<b>Melhorar o desembarque da comunidade</b>	Rampa de concreto com carreta de encalhe para desembarque (subida do barco) + rancho	YC Ilhabela	PEIb + comunidade dizer o melhor local para a rampa	
<b>Luz</b>	Encaminhar solicitação para ser beneficiado pelo Programa Luz para Todos	Prefeitura	PEIb pode ajudar a redigir carta	
<b>Escola</b>	Pedido de escola para comunidade Comunidade do Sombrio + Praia da Figueira fazer uma carta	Prefeitura	PEIb pode ajudar a redigir carta	
<b>Igreja</b>		Igreja Católica		
<b>Artesanato</b>	Verificar o interesse dos jovens em aprender o artesanato			
	Curso / capacitação para fazer “novos” artesanatos			
<b>Recuperação da Voçoroca</b>	Estudo para avaliação de como recuperar Chamar especialistas junto com comunidade	PEIb + comunidade	Defesa civil	
<b>Recuperação do sapezal e demais áreas degradadas</b>	Estudo para elaboração de um plano de recuperação a ser realizado junto com comunidade			

## Comunidade do Porto do Meio.

O que Precisa para Garantir o Modo de Vida	O que tem que Fazer	Quem tem que Fazer	Quem Pode Ajudar e Como	Quando se Inicia a Ação
<b>Artesanato (bambu, palha de bananeira, tecido)</b>	Local na cidade para vender o artesanato		Fundo Social (na Vila, porém o problema é porcentagem que fica); projeto Pés no Chão para levar o artesanato à cidade	
	Mostrar artesanato que o Porto do Meio faz (divulgação)			
	Tem que pagar alguém para buscar bambu			
	Tem vontade de aprender novos artesanatos (Curso)	Parque	Pés no Chão, Elementos, SENAR, Petrobrás, Sec. Cultura (Prefeitura)	
<b>Visitantes</b>	Tem que ter local para descer (estiva ou píer?)			
	Tem que ter gente para receber e dar a passagem			
	Divulgar que o Porto do Meio vai ter visitação. Os turistas devem respeitar a comunidade com regras que ela estabelecer�			
	Tem que ver na comunidade se tem gente que se interessa em fazer curso para receber visitantes			
<b>Vender refeic�o</b>	Precisa de produto (peixe, farinha)	Comunidade		
<b>A comunidade tem que se unir</b>				
<b>Resolver a questão do lixo para ter turismo</b>	A Prefeitura tem que passar de casa em casa pra falar sobre o acondicionamento em sacos	Prefeitura		
<b>LUZ</b>	Tem que fazer visitas para saber o local onde vai instalar as placas Trazer logo as placas	Prefeitura		

## Comunidade Guanxumas dos Búzios.

O que Precisa para Garantir o Modo de Vida	O que tem que Fazer	Quem tem que Fazer	Quem Pode Ajudar e Como	Quando se Inicia a Ação
<b>Melhoria da pesca</b>	Fazer rede para espinhel, anzol, embarcação		Fundo Social (na Vila, porém o problema é porcentagem que fica); projeto Pés no Chão para levar o artesanato à cidade	
	Remo	Artesão da comunidade	PEIb (autorização de retirada da madeira)	
	Estiva, ver alternativa para madeira de eucalipto tratado			
	Conhecer a experiência de outras cooperativas e comunidades tradicionais	Comunidade (ver grupo interessado) e PEIb (dar condições: transporte, hospedagem, alimentação)	Prefeitura	Curto rápido
	Fazer respeitar os cercos (não cortar rede ou passar por cima com barco)	PAmb fiscaliza; Marinha mostra onde ficam cercos	PEIb	
	Câmara fria para conservação do peixe			
<b>Entregar peixe direto para peixaria que paga pouco/demora para pagar (cooperativa não paga direito e fica devendo).</b>	Cooperativa tem que ter caminhão			
<b>Luz</b>	Instalar a placa	Eleto Guascor Prefeitura	PEIb	
<b>Pescadores terem Box para vender direto</b>	Ver como funciona box em Ilhabela, quem é responsável pelo mesmo	PEIb	Prefeitura SEBRAE	
<b>Desenvolver atividades com os jovens</b>	Fazer reunião com jovens para definir prioridades de ações	PEIb		
<b>Colônia ajudar a estabelecer um preço mínimo do pescado</b>	Conversar com a Colônia; Marcar reunião	Comunidade	PEIb	
<b>Expandir projeto do "Pés no</b>	Estruturar projeto para englobar Guanxumas	PEIb		



<b>Chão"</b>				
<b>Melhorar o caminho para Costeira</b>	Construção de pontes	PEIb	Prefeitura	
<b>Espécies de plantas para artesanato</b>	Estudar tipo de artesanato e espécies usadas			
	Recuperar áreas com espécies estudadas			
	Contratação de mão-de-obra local	Prefeitura		
	Realizar mais reuniões do PEIb com jovens, mulheres, homens para aprofundar ações necessárias para garantir modo de vida			

### Comunidade Ilha da Vitória.

<b>Ações/Famílias</b>	<b>Fam 1</b>	<b>Fam 2</b>	<b>Fam 3</b>	<b>Fam 4</b>	<b>Fam 5</b>
Abertura de trilhas para visitaçãõ;	N	S	S	S	S
Abertura de novas trilhas para visitaçãõ;	N	N/A	N	N	N
Desenvolvimento do artesanato;	S		S	S	S
Curso de 1 <sup>os</sup> socorros;	S	S	S	S	S
Curso de animais peçonhentos;	S	S	S	S	S
Reforma das casas de farinha (4);	S	S	S	S	S
Saneamento (banheiro);	S	S	N	N	N
Captação de água de chuva;	S	S	JÁ TEM	S	S
Construção de um espaço comunitário (reuniões do PEIb, venda de artesanatos, acomodação da equipe);	S	S	S	S	S
Capacitação de monitor local;	N	S	S	S	S
Identificação/construção de local para desembarque de turistas;	N	S	S	S	S
Controle de visitaçãõ (agendamento, autorização, comunicação da comunidade).	N	S	S	S	S
<b>Propostas Adicionais</b>					
Pier para desembarque da comunidade	S	S	S	S	S
Campanha de segurança alimentar (treinamento para plantar)					
Curso de horta medicinal/comunitária (verduras, fibras, cultivo de animais?)					
Definição de poitas com a Marinha do Brasil					

Prolongar projeto Pés no Chão					
Construção de rancho comunitário					
Projeto de guincho/roldanas para desembarque de materiais pesados					

### OFICINA DE PESQUISA- PLANO DE MANEJO DO PEIb



**DATA:** 25 de agosto de 2011

**HORÁRIO:** 9h às 16h00

**LOCAL:** Sede Administrativa do PEIb

**PAUTA:**

Carolina Bio, Diretora do PEIb abriu a reunião propondo realizar os trabalhos em plenária devido a quantidade de participantes. Foi ressaltado que este programa é o que subsidia todos os demais, no entanto, a participação é pequena em comparação com as demais oficinas. Foi ressaltado que todos os parques modelo no exterior tem sua gestão toda baseada na pesquisa, sendo fundamental a estruturação deste programa no PEIb.

Assim iniciou-se a apresentação das propostas para o programa de Pesquisa, sendo complementadas ações e identificados responsáveis e parceiros.

Foram também priorizadas as ações para a Diretriz "Gestão das Atividades de Pesquisa e Manejo", considerando prioridades alta, média e baixa. Nos projetos para subsidiar os demais programa foram elencados 9 (nove) estudos e nos projetos de Manejo, outros 9 (nove) estudo, totalizando 18 projetos prioritários. Estes projetos foram elencados em alta, média e baixa prioridades.

Quando da discussão da Diretriz "Gestão das Atividades de Pesquisa e Manejo", foi proposto incluir como normas gerais no zoneamento: todas as pesquisas que envolvam coletas devem estar acompanhadas de funcionários do PEIb. Quando da discussão "Articulação interinstitucional" foi proposto incluir como recomendação geral na Zona de Amortecimento: Articular com a Prefeitura para estabelecer normas de pesquisas.

Assim, ficou acordado que o relato seria encaminhado aos participantes e Conselho Consultivo para contribuições, sendo que todos poderiam acrescentar propostas, mas não excluí-las ou alterá-las

Seguem abaixo as ações estabelecidas em plenária para o programa de pesquisa, em vermelho estão destacadas as inclusões. Foram também feitas alterações na redação.

**76 Diretriz: Gestão das Atividades de Pesquisa e Manejo.**

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/Parcerias	Prazos	Prioridade
<b>Estruturação e Normatização do Programa</b>	Implantar Banco de Dados sobre os projetos de pesquisa em andamento/concluídos	PEIB / IF	Pesquisadores voluntários		alta
	Implantar biblioteca com pesquisas concluídas para consulta pública				
	Elaborar cadastro total (incluindo informações, mapas, imagens de satélites e fotografias) de espécies, sítios arqueológicos, trilhas, meio físico, comunidades, etc				
	Determinar um fluxograma (pesquisador-cotec-UC-GTPesquisa-COTEC-pesquisador) bem como normas específicas da UC para a realização de pesquisas (diferenciando tipos de pesquisa e objetivos). Incluir no formulário/ autorização da COTEC, o número de indivíduos a serem coletados				alta
	Elaborar roteiros para visitas técnicas dos pesquisadores. Dentre os itens a serem considerados são: pesquisador faça contato com o PEIB				
	Elaborar protocolo de orientação para coleta de dados especializados, com projeção e datum				
	Exigir relatório parcial das pesquisas para acompanhar o andamento				
	Exigir ao fim dos projetos de pesquisa desenvolvidos, a entrega de uma cópia do trabalho em papel, quando necessário, e uma digital para arquivo				média
	Solicitar que as pesquisas realizadas nas comunidades tradicionais considerem o conhecimento e envolvimento das mesmas nos estudos		CT Pesquisa e CT Comum.		
	Solicitar a espacialização dos dados levantados pelos pesquisadores				
	Solicitar a contribuição do pesquisador na elaboração de material específico e simplificado do projeto, em linguagem acessível para a divulgação e conscientização de funcionários, moradores e visitantes da UC				
	Solicitar ao pesquisador a apresentação dos resultados no CC e nas comunidades, quando for o caso				
	Implantar infraestrutura (alojamento, laboratório, torre de observação, centro de pesquisa) e contratar equipe		Prefeitura, CEBIO		média

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/Parcerias	Prazos	Prioridade
	Criar GT de pesquisa (PEIb ou LN) para: ajudar na avaliação dos projetos; levantar temas prioritários e lacunas de conhecimento para fomentar pesquisas que possam subsidiar a gestão do PEIb; buscar e divulgar editais para financiamento de projetos e pesquisas		IG, CEBIO, IP, IO, faculdades da região, UC, TAMAR		alta
	Analisar necessidade de coleta e acompanhar todas as pesquisas que tenham coleta. Os funcionários que acompanham a pesquisa devem estar cientes das coletas e demais exigências				
	Formar grupo e capacitar voluntários / funcionários, parceiros, monitores para acompanhar pesquisadores		Ass. de monitores, Pref. ONG		média
<b>Articulação Interinstitucional</b>	Articular, junto a Cotec, para o estabelecimento de um sistema de avaliação de processos mais ágil, por exemplo, estruturar um sistema de cadastro, acompanhamento e retorno de pareceres via internet	PEIB / IF			alta
	Articulações com instituições de pesquisa e de fomento, resultando em parcerias para o desenvolvimento de pesquisas prioritárias e necessárias ao manejo e gestão do PEIb				alta
	Criação de cadastro regional de pareceristas (consultores <i>ad hoc</i> ) na avaliação de processos				
	Elaborar Cursos, Oficinas, Simpósios em parceria com Institutos de Pesquisa, ONGs, CNPq, FAPESP etc.	PEIb			
	Divulgar grandes temas junto aos Institutos de Pesquisa		Inst. Pesq, ONG, CNPq, FAPESP, etc		
	Buscar financiamento junto a fundos públicos e privados		ONG, Inst. Pesq. PMI		
	Divulgar no município as pesquisas realizadas	PEIb, PMI	ONG, Inst. Pesq. imprensa local		
	Disponibilizar banco de dados e normas de pesquisa no site do PEIb e parceiros	PEIB / IF	Inst. Pesq		
	Articular com Prefeitura para estabelecer normas de pesquisa na ZA	PEIb, CMDSA, CMMA, Câmara de vereadores			

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/Parcerias	Prazos	Prioridade
	Articular com IF para implantar base de pesquisa na região	FF			
	Articular com a Prefeitura para usar recursos de TPA em divulgação / educação ambiental		PMI		
Apoio aos demais Programas de Gestão	Organizar e disponibilizar informações necessárias ao manejo e gestão da UC.				
	Adaptar resultados das pesquisas para educação ambiental				
	Subsidiar informações para eventos regionais e esclarecimentos sobre a fauna e flora; espécies de importância médica e acidentes ofídicos; importância do PEIb na conservação da biodiversidade, explorando aspectos da caça, captura e tráfico de animais, etc.				

## 77 Projetos Para Subsidiar os Demais Programas

### Visitação.

Ações	Prioridade
Dar continuidade ao mapeamento das áreas de riscos do plano de contingência para possíveis novos atrativos.	média
Levantar atividades potenciais a serem desenvolvidas e regulamentadas (usando a terminologia da ABNT)	alta
Estudos de potencial e viabilidade para desenvolvimento de atividades de turismo sustentável, incluindo esportes de aventura, como exemplo montanhismo, mountain bike, canoagem, entre outros. Estudar o ordenamento e regulamentação de esportes de aventura (Rapel, Montanhismo, entre outros)	
realizar estudos específicos de impactos na implantação dos estacionamentos e mirante bem como a viabilidade socioeconômica e ambiental.	
estudos (de forma participativa) para viabilidade de abertura de trilhas e alteração da zona, bem como recomendações de manejo e uso (Ponta do Boi, Pico de São Sebastião, Caminho do Estevão, Areado com pesquisadores devidamente autorizados pela COTEC/ IF	
Levantamento da demanda, do potencial e das necessidades (junto às comunidades, para o desenvolvimento de Turismo de Base Comunitária nas comunidades tradicionais de Ilhabela	baixa
Realizar estudos do potencial de implantação de novas atividades e locais para sua realização (considerando possibilidade de implementação de trilhas existentes, mas não utilizadas turisticamente e trilha de longo percurso- ex: Bonete e Jabaquara para ciclo trilha)	média
Estudar o ordenamento da visitação com bicicleta (horários, normas, delimitação de "ciclo-faixa") a fim de evitar conflito com pedestres no Bonete e Castelhanos	
Elaborar projeto de implementação do programa de voluntariado (Universidades, ONGs). Incluindo captação de recursos para (hospedagem e alimentação	baixa

Estudos de manejo do impacto da visitação para todas as trilhas .	alta
Estudos de manejo do impacto da visitação para estrada dos Castelhanos	alta
Estudo de viabilidade de co-gestão/concessão do controle e manejo das trilhas, bem como atividades de educação ambiental e sinalização com OSCIP municipais	média

### Educação Ambiental.

Ações	Prioridade
Estudo para viabilidade e implantação de projeto de educação ambiental das trilhas: Friagem/Couro do boi/Bananal/Indaiaúba/Vermelha/Atalho de Castelhanos	Alta

### Interação Socioambiental.

Ações	Prioridade
Estudos em conjunto com comunidades (do interior e entorno) para elaborar os procedimentos para regular a extração de madeiras, e, ao mesmo tempo, compensar com plantio de espécies utilizadas	baixa
Realizar inventário das canoas existentes (proprietário, madeira, estado de conservação, entre outros dados); identificar a durabilidade e a demanda futura, por família;	
Identificar árvores matrizes, que são utilizadas para confecção de canoas e realizar a coleta de sementes e produção de mudas	
Estruturar o viveiro do PEIb como centro de aprendizado	
Estudar a viabilidade ambiental, social e econômica de pequenos negócios no entorno imediato.	
Realizar inventário das práticas artesanais tradicionais contendo, por exemplo: tipos de artesanatos confeccionados; as técnicas tradicionais utilizadas; artesãos responsáveis.	
Estudar a viabilidade de implantação de maricultura;	
Estudar a disponibilidade de recursos pesqueiros e viabilidade econômica para as comunidades tradicionais	
Estudar a viabilidade de delimitação de território para uso da pesca artesanal	

Atualizar o levantamento do uso do território das comunidades tradicionais (roça, extrativismo, ocupação), captações de água e trilhas de acesso exclusivo das mesmas	alta
Apoiar os estudos de viabilidade de criação e implementação de UC de Uso Sustentável contígua ao PEIb, abrangendo as áreas ocupadas e usadas pelas comunidades tradicionais	
Realizar estudos nas Ilhas dos Búzios e da Vitória para a recategorização da área, desde que haja áreas de conservação restritiva, e considerando o território marinho	média

78

### 79 Projetos de Manejo e Monitoramento

### 80 Manejo da Estrada de Castelhanos.

Eixos Temáticos	Ações	Prioridade
<b>Projeto de recuperação e monitoramento da Estrada de Castelhanos</b>	Recuperação dos sistemas ecológicos, estabilidade do solo, identificação de áreas para incorporação de matéria orgânica em solo exposto, reflorestamento por meio da substituição de espécies exóticas por pioneiras e desbaste parcial de trepadeiras lenhosas	
	Estudo de viabilidade geotécnica para intervenções na estrada	alta
	Monitoramento frequente e ações de conservação	

81

### 82 Manejo do Meio Físico.

Eixos Temáticos	Ações	Prioridade
<b>Clima</b>	Caracterização das diferentes variáveis meteorológicas envolvidas nos fenômenos climáticos, suas dinâmicas ao longo do ano e, se possível, estudá-las nas diferentes vertentes da Ilha de São Sebastião	
<b>Contenção de áreas de risco de erosão</b>	Estabelecer técnicas adequadas para contenção de processos erosivos na UC.	
	Estudos geotécnicos nas áreas de contato entre PEIb e zona de expansão urbana, para que não ocorram eventos geológicos no interior do PEIB que causem perdas ou danos a população do entorno.	
<b>Manejo da qualidade e quantidade dos recursos hídricos de água doce</b>	Monitoramento de um corpo hídrico inserido em uma microbacia com vegetação em bom estado de preservação, comparativamente a um corpo hídrico inserido em uma microbacia com uma vegetação alterada.	
	Levantar dados quantitativos de vazão; e levantar e avaliar o impacto das captações irregulares no volume d'água dos trechos, contemplando as diferentes épocas do anos	
	Promover estudos com o objetivo de compreender a dinâmica natural das variáveis físicas, químicas e biológicas dos principais corpos d'água, bem como a maneira com que o turismo pode influenciar essas características	



83

**84 Manejo da Biodiversidade.**

<b>Eixos Temáticos</b>	<b>Ações</b>	<b>Prioridade</b>
<b>Manejo recursos naturais e serviços ambientais</b>	Promover monitoramento dos ecossistemas costeiros (praias, costões e manguezais) no PEIb e ZA.	baixa
	Identificação e valoração de serviços ambientais do PEIb	média
	Estudo e monitoramento da dinâmica de uso e ocupação da terra e vetores de pressão sobre o PEIb	alta

85

**86 Manejo da Flora.**

<b>Eixos Temáticos</b>	<b>Ações</b>	<b>Prioridade</b>
<b>Manejo da flora nativa, com atenção especial às espécies em risco de extinção ou que sofrem pressão endogâmica local</b>	Promover a recuperação da cobertura vegetal e estabilização dos processos erosivos na porção oeste do PE de Ilhabela, onde o parque faz limite com as áreas de crescimento urbano.	média
	Recuperação da vegetação original das Ilhas dos Búzios e da Vitória e de outras localidades do PEIb,	
	Manejar as populações de espécies de plantas que produzem sementes grandes e que contam com escassos disseminadores	
	Reintroduzir, em diversas zonas da ilha, espécies-chave de plantas nativas no que se refere à produtividade de frutos carnosos para os frugívoros e predadores e dispersores de sementes,	
	Controlar as extensões de campos de samambaias nas ilhas de Búzios e Vitória.	
	Controlar as populações de plantas domesticadas ou úteis ao homem, que não são autóctones e que são potencialmente colonizadoras ou invasoras dentro do PEIb	
	Realizar projetos de manejo florestal com coleta de sementes e produção de mudas no local, e envolvimento comunitário	
	Realizar projetos nas áreas de sapezais, de modo a compreender como se dá a regeneração da floresta a partir desta forma de perturbação	
	Promover o plantio de espécies nativas cujas populações estejam em declínio, adotando medidas que favoreçam seu enriquecimento	
	Recomendar e apoiar zonas de plantio de espécies arbóreas de crescimento rápido destinadas ao extrativismo ligado às atividades tradicionais. (canoas e artesanato).	
<b>Retirada de</b>	Monitoramento específico para o acompanhamento e controle da densidade de populações de bambus em todas as vegetações que compõem o Parque, principalmente nas Ilhas da Vitória e Búzios	
	Mapear áreas com necessidade de retirada de espécies exóticas.	

**espécies alóctones** Monitorar e controlar as populações de plantas alóctones invasoras e potencialmente invasoras

## 87 Manejo da Fauna.

Eixos temáticos	Ações	Prioridade
<b>Manejo da fauna nativa do parque, com atenção especial às espécies em risco de extinção ou que sofrem pressão endogâmica local</b>	Levantamentos da vegetação, e grupos faunísticos na Trilha do Indaiaúba, na Ponta do Boi, de acesso limitado, que abrange costões rochosos e a floresta de encosta logo acima	
	Apoiar pesquisas que tenham como objetivo caracterizar a herpetofauna local, por meio de estudos realizados em longo prazo	
	Promover estudos que relacionem a diversidade dos diversos grupos faunísticos à grande heterogeneidade ambiental observada nesta UC, fornecendo subsídios às ações de manejo propriamente ditas e cobrindo as lacunas de conhecimento no PEIb	baixa
	apoiar pesquisas sobre espécies de herpetofauna listadas em alguma categoria de ameaça e espécies endêmicas;	
	incentivar estudos sobre anfíbios e répteis especialistas quanto a utilização do ambiente para avaliação da qualidade ambiental	
	monitorar a longo prazo as comunidades e espécies bioindicadoras, pertencentes aos grupos funcionais chave (e.g., dispersores de sementes grandes), endêmicas ou ameaçadas de extinção.	
	Levantar e monitorar os sítios de nidificação, e possíveis novos sítios de nidificação, das aves marinhas e pelágicas, com estimativa de casais reprodutivos nas ilhas Cagadinha e da Figueira e nas ilhotas da Prainha e Codó.	
	Avaliar e monitorar o impacto do turismo sobre a diversidade local de espécies de aves e sobre o comportamento de espécies previamente selecionadas, atentando para a habituação, aumento de distância de fuga, perturbação de nidificação e de forrageio.	alta
	Levantar população, mapear os ninhos e monitorar o sucesso reprodutivo do papagaio-moleiro, de espécies ameaçadas de extinção como jacutinga, gavião-pombo pequeno, aves pelágicas e outros, estabelecendo esquemas de fiscalização específicos nessas áreas de nidificação e dormitório	média
	Monitorar a Praia da Figueira e praias na Zona de Amortecimento do PEIb no que se refere às espécies migratórias de aves	
	Controle de morcegos-vampiro na Ilha dos Búzios e Ilha da Vitória através de abrigo noturno adequado as criações de galinhas.	
	Estudos de reintrodução de espécies que disseminam sementes de grandes dimensões	
	Promover estudos científicos sobre possíveis efeitos dos tratamentos de controle de borrachudos com BTI na fauna de invertebrados dos sistemas fluviais	
	<b>Manejo de populações de espécies exóticas</b>	Identificar e estabelecer contatos com centros de triagem de fauna locais para o recebimento dos animais alóctones capturados
Limitar as populações de cães e gatos domésticos, tanto quanto ao número de exemplares como no que se refere ao acesso às diferentes áreas.		

	Estabelecer um programa de controle da introdução de espécies exóticas e silvestres na Ilha de São Sebastião intensificando, em parceria com a polícia ambiental, a fiscalização na entrada e saída da balsa. Retirada e/ou controle dos animais domésticos do interior da unidade de conservação.	
<b>Controle de animais sentinelas/vetores na transmissão de doenças</b>	Controlar população das espécies cujo status sanitário é suspeito, tanto no parque, como no entorno, evitando a transmissão de zoonoses aos animais silvestres e/ou às pessoas.	
	Controle e manejo do gabiru exótico <i>Rattus rattus</i> nas Ilha do PEIb visando a conservação das espécies nativas e bem estar das comunidades tradicionais presentes. Principalmente na ilha da Vitória, foi detectada uma população dessa espécie próxima a habitações humanas e também no interior de fragmentos de mata.	

88

### 89 Gestão e Manejo do Patrimônio Histórico-cultural.

<b>Eixos temáticos</b>	<b>Ações</b>	<b>Prioridade</b>
<b>Manejo dos Sítios arqueológicos</b>	Identificação do patrimônio arqueológico. Prospecção, Geoprocessamento, Análise ambiental, estudo histórico documental, entrevistas. Estudar a Toca do Estevão para incluí-la como Zona de Patrimônio Histórico - Cultural	baixa
	Proteção do patrimônio arqueológico - Recuperação de acervos arqueológicos em poder de particulares, fiscalização contra destruição de sítios. Educação Patrimonial	baixa
	Estudo do patrimônio arqueológico. Escavação Arqueológica, Datação, estudo do acervo gerado. Realizar estudo prioritário para delimitação do sítio arqueológico.	
	Promoção do patrimônio arqueológico. Criação de Museus de Sítio, trilhas e roteiros monitorados, material gráfico, treinamento de guardas parque, parcerias com monitores e operadoras de turismo	alta
<b>Manejo para os acervos arqueológicos</b>	Criação de espaço museológico:	
<b>Manejo para o patrimônio arquitetônico</b>	Realizar estudos e registro do Farol da Ponta do Boi para fins de divulgação e valorização do Parque	
	Considerar a arquitetura tradicional caiçara, com suas técnicas construtivas, partido arquitetônico, uso de matérias-primas, etc., para fins de registro.	
<b>Manejo para o patrimônio arquivístico</b>	Realizar levantamentos (Ampliar os acervos conhecidos, de interesse do Parque, Realizar levantamentos junto as comunidades do Parque em busca de documentos de interesse)	
	Promover a conservação (Elaborar e executar Programa de Conservação da Documentação obtida, Conscientização dos moradores, Incentivos fiscais e outros)	

	Realizar a promoção (Disponibilizar a documentação original e a reproduzida para consulta pública de forma organizada e eficiente, Promover atividades educativas (oficinas, exposições) a partir da documentação)	
	Promover estudo (Desenvolver pesquisas sobre o acervo para fundamentar a organização e a promoção)	
	Disponibilizar, através dos instrumentos de pesquisa convencionais (listagens, guia, inventários etc.) ou informatizados, as informações necessárias à consulta pública dos documentos textuais e iconográficos de valor histórico e/ou cultural.	
	Propor um programa de conservação e preservação dos documentos, no caso de obtenção de documentos originais.	
	Desenvolver pesquisas sobre o acervo para fundamentar a organização e promover atividades educativas (oficinas, exposições etc.).	

## 90 Outras Pesquisas.

Tema	Principais Pesquisas
<b>Meio físico</b>	Vetorização da base planialtimétrica, em escala de 1:10.000.
	Mapeamento tipos de solos em maior detalhe, escala 1:25.000 ou maior.
	Caracterização das propriedades físico, química e mineralógica dos tipos de solos, com enfoque nas áreas de uso tradicional.
	Estudo do potencial de exploração das águas subterrâneas nas diferentes ilhas
<b>Biodiversidade</b>	Ampliação do conhecimento básico sobre a vegetação e flora para compreensão da composição florística e estrutural das diversas fitofisionomias, bem como a dinâmica das comunidades que ocorrem na área do Parque e em sua zona de amortecimento.
	Ampliação do conhecimento de ecossistemas excepcionais como o Refúgio Montano em topos de morros; as comunidades sobre afloramentos rochosos; e as formações que compõem do costão rochoso à Floresta Ombrófila de Terras Baixas.
	Estudos relacionados aos peixes d bioma Mata Atlântica voltados para o manejo, conservação e preservação dos remanescentes deste bioma e das espécies que nele habitam
	Levantamentos da icitiofauna com número maior de pontos de amostragem em trechos de menor altitude e mais próximos ao local de desembocadura, visando melhor caracterização de espécies marinho-estuarinas
	Levantamentos de avifauna na encosta leste das Ilhas dos Búzios e da Vitória e nos picos das Ilhas de São Sebastião
	Promover estudos sobre polinização de plantas autóctones no Parque por animais (incluindo abelhas Euglossini, dípteros, himenópteros, lepidópteros, pássaros e morcegos), dando especial ênfase no papel das plantas alóctones como possíveis competidoras pelos polinizadores.
	Promover estudos de avaliação e monitoramento da diversidade genética das populações de plantas que produzem megafritos, remanescentes na Ilha de São Sebastião. Considerar a possibilidade de transportar sementes destas espécies de plantas do continente próximo à ilha e vice-versa.
	Promover a pesquisa científica, dando ênfase aos estudos de flora e vegetação, invertebrados, relações mutualísticas (especialmente quanto à polinização de flores e disseminação de sementes de plantas autóctones e alóctones).
Levantamento para verificar a ocorrência da avifauna e outras espécies ameaçadas não detectadas em áreas de difícil acesso.	

Levantamentos na face da ilha de Búzios voltada ao mar aberto, com atenção para ocorrência e registro de palmito-juçara e araponga que ocorrem na ilha, embora não tenham sido encontrados

Estudos sobre problemas de sinonímias e descrição de novas espécies, verificando a coexistência das espécies de formigueiro *Myrmeciza loricata* e *Myrmeciza squamosa* e de tapaculos *Scytalopus speluncae* e *Scytalopus notorius* na Ilha de São Sebastião

Levantamentos das espécies de mastofauna que podem ainda não estar listadas para o Parque e pesquisas com temas específicos ou que investiguem sobre a abundância das diferentes espécies

Nas ilhas a pesquisa deve ser incentivada em busca da ocorrência de espécies endêmicas de mastofauna e que poderiam ser desconhecidas da ciência

Promover estudos sobre dispersão de sementes nas ilhas do Parque

## OFICINA DE PROTEÇÃO E GESTÃO - PLANO DE MANEJO DO PEIb

**DATA:** 31 de agosto de 2011

**HORÁRIO:** 9h às 17h00

**LOCAL:** Sede Administrativa do PEIb

**PAUTA:**



Carolina Bio, Diretora do PEIb, iniciou a reunião cumprimentando os presentes. Em seguida ela fez uma breve explicação sobre os programas de gestão e proteção do PEIb contextualizando no processo de elaboração do plano de manejo. Ela lembrou que esta seria a última oficina dos programas de gestão da unidade antes da oficina conclusiva. Cláudia Shida falou sobre algumas questões relevantes para serem consideradas nos trabalhos parcerias para fiscalização, ela ressaltou a importância de desenvolver estes trabalhos integrando esforços com outros órgãos fiscalizadores da região para maior eficiência e efetividade da proteção na unidade. Carolina sugeriu o trabalho fosse realizado em três grupos, sendo um para propor ações e diretrizes de gestão e o restante para proteção.

Os participantes foram distribuídos nos seguintes temas: Atuação Político-estratégica, Elaboração do Plano de Proteção e Integração do sistema de fiscalização com os demais órgãos com atribuições correlatas. Os participantes foram orientados a discutir cada ação, complementá-las ou excluir caso o grupo não concordasse e identificar responsáveis e parceiros.

Assim, ficou acordado que o relato da oficina seria encaminhado aos participantes e Conselho Consultivo para contribuições, sendo que todos poderiam acrescentar propostas, mas não excluí-las ou alterá-las.

Seguem abaixo as ações estabelecidas em plenária para os programas de gestão e proteção. Em vermelho estão destacadas as ações com prioridade alta. Foram também feitas alterações na redação.

## Programa Proteção

### 91 Diretriz: Infraestrutura, Bens e Equipamentos

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/Parcerias	Prazos	Prioridade
<b>Aquisição e manutenção de bens e equipamentos</b>	Realizar manutenção mais ágil dos veículos				
	Manutenção da embarcação recém-adquirida pelo parque				
	Melhorar sistema de radiocomunicação entre bases, veículos, embarcações e equipes móveis (ex: rádios HT, NEXTEL). Adquirir consertar rádio HT e adquirir sistema de radio aberto				
	Ativar repetidora				
	Substituir veículos 4x4				
	Desenvolver projeto e instalar um sistema de monitoramento com câmeras de longo alcance tipo DOMO na Guarita e na laje, quando da instalação da infraestrutura				
	Adquirir uniforme completo, mochila				
	Agilizar o controle de equipamentos. A equipe de plantão pega na sexta o kit (GPS, máquina fotográfica, lanterna, primeiros socorros)				
<b>Infraestrutura</b>	Instalar Guaritas no final de Castelhanos (1), Laje (2), Jabaquara. Instalar bases de apoio nas ilhas				
	Instalar cancelas na Guarita de Castelhanos				

### 92 Diretriz: Gestão de Pessoas.

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/Parcerias	Prazos	Prioridade
<b>Adequação da estrutura de recursos humanos (quadro de funcionários, serviços terceirizados)</b>	Solicitar 9 postos fixos de 12h de guarda patrimonial. 2 para sede da Vila, 1 para Itaguassu, 2 para futura base de castelhanos, como prioridades e mais: 2 para futura base Sepituba, 2 futura base Jabaquara				
	Ampliar equipe técnica para atender demandas nos processos do PEIb				
	Regularização do cargo IF/FF				
<b>Capacitação dos agentes do sistema de</b>	Capacitar equipe de fiscalização para elaborar laudos / valoração de danos				



<b>fiscalização e controle</b>	Promover cursos de capacitação (primeiros socorros, incêndios, animais peçonhentos, GPS, resgate, computação)				
	Realizar capacitação para atuação na área ambiental				

93

**94 Diretriz : Elaboração do Plano de Proteção.**

<b>Eixos Temáticos</b>	<b>Ações</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Apoio/Parcerias</b>	<b>Prazos</b>	<b>Prioridade</b>
<b>Criação de CT de Proteção</b>	Solicitar atuação da Polícia com apoio da sociedade civil e PMI	CT	CONSEG, sociedade civil, ONG, PMI, associações, jipeiros	Curto/contínuo	
	Divulgar campanhas de denúncia à Polícia Ambiental para caça, tráfico de animais, invasão, desmatamento	PEIb, PMI, PAmb	CONSEG, sociedade civil, ONG, PMI/SecEdu, associações, jipeiros	Curto	Média
	Disk denúncia no Parque	PEIb	ONG, PMI/SecEdu, associações, jipeiros	Médio	Média
	Estabelecer fluxo sistemático de informações com demais agentes de fiscalização	CT	associações, jipeiros	Curto	Média
	Divulgar ações e responsabilidades do programa de proteção	PEIb	FF	Médio	
	Divulgar ações ilegais que ocorrem no PEIb à sociedade civil	CT	Jornais gratuitos, PMI, rádios	Curto	Alta
<b>Atividades de Proteção</b>	Fazer um mapa para localizar conflitos e orientar ações de fiscalização	PEIb		Imediato	Alta
	Propor Criação de Lei Municipal de Crimes Ambientais *mudou de eixo temático	Câmara de Vereadores e PMI	Sociedade civil	Médio	Média
	Realizar vistorias em atendimento ao MP, PJ, CETESB, etc. Usar GPS, máquina fotográfica, altímetro, fita métrica diariamente nas vistorias	PEIb/PAmb			
	Estabelecer rotinas de fiscalização a fim de garantir o fechamento das trilhas não constantes no zoneamento para uso público.	PEIb		Curto	Média
	Implantar/ acompanhar plano de contingências		Bombeiro, defesa civil, GVBS, ONG, ass. monitores	Médio	Média
	Fiscalização para coibir captações de água irregulares e orientar os		PAmb	Médio	Baixa

<b>Eixos Temáticos</b>	<b>Ações</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Apoio/Parcerias</b>	<b>Prazos</b>	<b>Prioridade</b>
	procedimentos para análise e ajustamento dentro do PEIb				
	Retirada das captações de água irregulares nas áreas abastecidas pela SABESP	PEIb, SABESP, PMI, PMI (Saúde, educação), CETESB	PAmb, fiscalização	Médio	Baixa
	Proibir e monitorar a soltura de animais vindos de outros lugares no PEIb	PEIb, PAmb	Lojas que vendem animais, ONGs, SMMA, Dersa	Curto	
	Prevenção de novas ocupações nas cotas 100 e 200m e Ilhas	PEIb, PAmb, PMI - diretoria de comunidades	ONG	Curto	Média
	Controlar a presença de lixo, esgoto	PEIb	Jipeiros, trade, monitores	Curto	
	Realizar vistorias em atendimento ao MP, PJ, CETESB, etc. Usar GPS, máquina fotográfica, altímetro, fita métrica diariamente nas vistorias	PEIb, PAmb			
	Elaborar laudos ambientais e de valoração de danos	PEIb	PAmb e CETESB	Médio	
	Desenvolver atividades de educação ambiental para prevenir atividades ilegais	PEIb, PAmb, PMI (SMMA, SecEdu)	ONG, monitores, associações de bairros, fiscalização	Médio	Média
	Implantar e monitorar centro de recebimento e/ou reabilitação de animais silvestres e marinhos na ZA. Criar fluxograma e lista de contatos para encaminhamento desses animais	PMI (Saúde), IBAMA	PEIb, PAmb, clínicas veterinárias, ONG	Longo	Baixa
<b>Caça e Tráfico de Animais</b>	Realizar inspeção e autuação dos passageiros na saída da balsa e pontos estratégicos	Dersa, PEIb, PMI (fiscalização), PAmb	Sociedade, ONG, associação de monitores	Curto	Média
	Fazer ações de sensibilização nas comunidades tradicionais incentivando outras ações como birdwatching e estudos do meio e outros órgãos como PAmb, monitores	PEIb	ONG, comunidades, PMI, IF, CEBIO	Médio	
	Inibição das atividades de caça ilegal e tráfico de animais através de constante fiscalização em pontos críticos das trilhas do PEIb e fixação de placas sobre a proibição da caça ou captura de animais silvestres e	FF + PAmb		Curto/Médio	Alta

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/Parcerias	Prazos	Prioridade
	alertando sobre o ato criminoso (Lei 9.605/98 Art. 29º - “É Proibido matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida”, incidindo como pena a detenção de 6 meses a um ano e multa);				
<b>Estruturação de Banco de Dados da Proteção</b>	Rever os documentos utilizados pelos funcionários para embargos e padronizá-los para facilitar o armazenamento e a troca de dados informatizados	PEIb		Médio	
	Melhorar procedimentos administrativos para autuação (ex: demolição, embargo)	FF		Longo	Média
	Armazenar dados de rotinas de fiscalização no banco de dados	PEIb		Curto	
	Elaborar projeto para implantação de banco de dados informatizado. (sistema com uso de ipad, etc)		SMMA	Curto	Alta

95

**96 Diretriz: Integração do Sistema de Fiscalização com os Demais Órgãos com Atribuições Correlatas.**

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/Parcerias	Prazos	Prioridade
<b>Implantação dos projetos Pró-Parque e Pró-Mar e garantir o efetivo envolvimento dos órgãos</b>	Definir ações e operações conjuntas	PEIb, PAmb	Polícia civil e militar, bombeiros, MP, PMI, Defesa civil, sociedade civil, ONG	Curto	Alta
	Estabelecer rotina de avaliação e planejamento padronizadas (FF-PAmb)			Médio	Média
	Definir condutas de abordagem			Curto	Média
	Definir troca de informações			Curto	Média
	Integração dos trabalhos técnicos do PEIb e da UC próximas para estabelecer diretrizes e a proposição de ações	FF – GCA UCs (estaduais, federais e municipais)	Agência ambiental, FF, PMI, IBAMA, ONGs, MP	Médio	Média
	Integrar ações da defesa civil para avaliação de áreas de risco	IG, PEIb, Defesa civil	IPT, Agência ambiental, PMI	Longo	Baixa
	Unificar ações de fiscalização pontuadas PEIb/PESM mensalmente	PEIb, PESM	PAmb	Curto	Alta

	Integrar ações PEIb - Corpo de bombeiros para busca, salvamento e incêndio na mata	Corpo de bombeiros, PEIb	Defesa civil, PAmb, voluntários, SUCEN, associação de monitores, ONG, PESM, COE	Curto	Média
	Realizar ação integrada na saída da balsa para coibir atividade ilegal que afeta a fauna silvestre	PAmb, IBAMA	PEIb, PMI, PM	Médio	Baixa
	Integrar ações de fiscalização da PMI especialmente em áreas limítrofes	PEIb, PMI	PM, comunidade, ONG	Curto	Baixa
	Articular apoio para ajustar porte de arma á equipe de proteção	Polícia federal	SMA, SSP, MP, ICMBio	Médio	Alta
	Centralizar contato em caso de ocorrências ou ações pontuais	PeIb	PAmb, PMI, PM, bombeiros, defesa civil, MP, PESM	Curto	Alta
	Articular para coibir a instalação de criadouros de animais no entorno da UC	PEIb, PAmb, PMI	ONG, comunidade	Curto	Baixa

97

**98 Diretriz: Demarcação dos Limites do PEIb.**

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/Parcerias	Prazos	Prioridade
Instalação dos marcos divisórios		FF	PEIb	Médio / Na área urbana curto	Alta

**Programa de Gestão**

**99 Diretriz: Infraestrutura, Bens e Equipamentos.**

<b>Eixos Temáticos</b>	<b>Ações</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Apoio/ Parcerias</b>	<b>Prazos</b>	<b>Prioridade</b>
<b>Incremento ou restauração de instalações físicas para atendimento aos programas de gestão</b>	Guarita - Realizar manutenção e adequação de forma que atenda os objetivos básicos da CIPA, melhorando a qualidade do ambiente de trabalho de modo a tornar compatível e permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador. Adequação e manutenção do sistema de coleta de esgoto.				
	Sede Operacional – Idem ao item acima.				
	Construção de base/alojamento de pesquisa				
	Sede Vila – manutenção periódica, por meio da contratação de serviço especializado em bens tombados				
	Espaço físico para melhor acomodar equipamentos, documentos entre outros materiais de uso dos programas de gestão.				
	Construção de base de apoio com sanitários (para uso público) na entrada das trilhas oficiais (Pancada D'água, Veloso, Bonete, Baepi, Gato, Friagem, Couro do Boi)				
	Instalação de bases de fiscalização em pontos estratégicos (Jabaquara, Laje, Castelhanos)				
	Instalação de bases de apoio (para pernoite e realização de reuniões) nas Ilhas da Vitória e dos Búzios				
<b>Adequação do sistema de coleta de resíduos</b>	Guarita – melhoria do sistema de coleta seletiva de resíduos (interno e externo).				
<b>Adequação e manutenção do sistema de coleta de esgoto</b>	De todas as bases existentes				
<b>Manutenção/ Aquisição de equipamentos para atender os programas</b>	Adquirir computadores novos para Sede operacional e Administrativa, sendo no mínimo dois equipamentos com capacidade para manipulação de banco de dados, a ser instalado na atual sede administrativa.				
	Melhorar compartilhamento de rede entre os computadores da UC.				

<b>de gestão</b>	Melhorar sistema de comunicação entre as bases (Guarita, Sede Operacional e Sede Administrativa) Aquisição de aparelhos e linha telefônica.				
	Contratar empresa prestadora de serviço de suporte a equipamentos de informática.				
	Renovação e manutenção periódica da frota de veículos (carros e motos).				

### 100 Diretriz : Gestão Administrativa e Financeira.

<b>Eixos Temáticos</b>	<b>Ações</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Apoio/ Parcerias</b>	<b>Prazos</b>	<b>Prioridade</b>
<b>Criação de banco de dados, integrando os programas de gestão</b>	Contratar serviços especializados em sistema de informação e rede para estruturação do banco de dados;				
	Estruturar formulários para preenchimento dos dados em campo, a partir do sistema;				
	Capacitar gestor e equipe da UC de modo a padronizar os procedimentos e efetivar a alimentação do banco de dados periodicamente				
<b>Apoio e acompanhamento às demandas dos programas fornecendo os subsídios administrativos e financeiros</b>	Apoiar os demais programas no que diz respeito às questões administrativas e financeiras, tais como formalização de parcerias, elaboração de cartas e ofícios, organizar atividades, alocar recursos, etc.				
	Planejar, organizar, controlar e acompanhar o consumo e execução de serviços, tais como materiais de escritório para consumo dos programas, materiais de higienização pessoal e predial, material de consumo de equipamentos de informática, gêneros alimentícios entre outros.				
<b>Implantação de sistema de monitoramento e avaliação orçamentária</b>	Realizar planejamento sistemático anual conjunto com toda equipe da UC e elaborar cronograma financeiro por programa de gestão, estabelecendo prioridades.				
<b>Recursos financeiros</b>	Fazer o planejamento anual dos recursos financeiros necessários à gestão da UC, incluindo a demanda de todos os programas				
	Solicitar recursos orçamentários mensalmente				
	Efetuar a prestação de contas mensalmente				
	Buscar recursos extra-orçamentários para subsidiar os outros programas				

<b>Aperfeiçoamento dos TdR para a contratação de serviços terceirizados</b>	Adequar os TdR para contratação de serviços terceirizados, adequando às rotinas e necessidades locais. Deve-se ainda incluir nos TdR capacitações específicas à temática ambiental e mais especificamente as UC, instrumentos de monitoramento de qualidade dos serviços prestados e indicadores de desempenho dos funcionários terceirizados				
<b>Rotinas administrativas</b>	Atendimento ao público – denúncias, informações processuais, territorial, legislação, pesquisa científica e acadêmica entre outras				
	Agendamento de atendimento técnico de reuniões internas e externas				
	Agendamento do espaço físico “auditório” cedido a outras instituições setor público para cursos, palestras e reuniões, seminários, exposições, etc.				
	Encaminhamentos de processos administrativos internos e externos, rotinas administrativas internas (laudos, parecer técnico, termo de referencia, orçamentos, compras, pagamentos, prestação de contas em geral).				

### 101 Diretriz : Gestão de Pessoas.

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/ Parcerias	Prazos	Prioridade
<b>Capacitação e melhoria contínua dos funcionários do PEIb</b>	Principais temáticas: informática, administração pública, geoprocessamento, manuseio de GPS, legislação ambiental, gestão de pessoas, elaboração de laudos e valoração de danos, línguas, salvatagem, manejo de animais peçonhentos e defesa pessoal. Especificamente para os vigilantes patrimoniais, devem ser promovidos cursos referentes a importância e funcionamento da UC, legislações específicas e atendimento ao público;				
	Elabora documento com o regulamento interno único para todo o PEIb objetivando orientar todos os funcionários e terceirizados sobre os procedimentos da UC e suas obrigações funcionais para com o mesmo.				
	Melhorar a apresentação dos funcionários e diferenciá-la por equipe (crachá de identificação ou uniforme padronizado do PEIb).				
	Promover a participação dos funcionários em treinamento, seminário ou congresso. É importante acordar que o funcionário que participar de qualquer capacitação repasse as informações e apresente seu conteúdo aos demais funcionários, para que o compartilhamento de informações seja estimulado.				
	Realizar reuniões bimestrais de planejamento entre todos os funcionários e por equipe/programa				

	Apresentar e discutir junto ao Conselho o planejamento anual do PEIb				
	Apresentar ao conselho consultivo as ações realizadas em todos os programas e execução financeira ao final de cada exercício.				
<b>Gestão de Recursos Humanos</b>	Efetuar a solicitação de férias, licença prêmio, folgas, afastamento, diárias, viagens, etc.				
	Fazer o controle de frequência individual e coletiva dos funcionários				
	Acompanhar os contratos de serviços terceirizados – frequência/atestado de execução de serviço				
	Acompanhar o bom funcionamento e a utilização dos EPIs e EPCs e solicitar manutenção quando necessário				
	Distribuir e acompanhar as funções/atividades e carga horária de todos os funcionários				
	No contrato de serviços terceirizados, prever uniformização adequada				
<b>Adequação do quadro de funcionários para suprir as necessidades mínimas dos programas de gestão</b>	Implantação um programa permanente de voluntariado, inclusive para dar suporte a ações de controle (controle de espécies invasoras, remoção de resíduos, recuperação de áreas)				
	Elaboração de cadastro, em um banco de dados, com as informações sobre voluntários e suas atribuições no PEIb;				

### 102 Diretriz: Atuação Político-estratégica.

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/ Parcerias	Prazos	Prioridade
<b>Articulação e parcerias internas e externas</b>	Fazer articulação com a Fundação Florestal/GCA para viabilizar demandas da UC.	PEIb	FF, GCA	Curto	Média
	Elencar os temas específicos para planejar as articulações com outros órgãos segundo as necessidades do PEIb		Conselho consultivo	Curto	Média
	Fazer articulação com outros órgãos e instâncias de governo para buscar parcerias, compatibilizar ações e definir/dividir competências e responsabilidades (ex. Prefeituras, Petrobrás, CIA DOCAS, CETESB, DER, DERSA, Marinha, Polícia Ambiental, entre outros)		PMI, Petrobras, Docas, CETESB, DER, Dersa, Marinha, PAmb, PM, bombeiros, defesa civil	Curto	Alta



Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/ Parcerias	Prazos	Prioridade
	Formalizar parcerias com instituições, 1º, 2º e 3º setores	PEIb/FF/1º, 2º e 3º setores/PMI	----- ----	Médio	Média
	Firmar parceria formal com bombeiros para formar GVBS	SMA e SSP, PEIb, bombeiros	Voluntários, PMI, monitores	Médio	Baixa
	Articulação com ministério público para recursos de compensações, TAC, etc. sejam direcionados para estas ações	PEIb/FF	Ministério público, conselho consultivo	Curto	Alta
	Compatibilizar as ações e estratégias com as outras UCs de forma a integrar os trabalhos e otimizar os recursos disponíveis	PEIb/Outras UCs, FF	Prefeituras dos municípios onde estão as UCs, instituições locais e regionais proponentes	Curto	Média
	Favorecer o diálogo com 2º e 3º setores para o desenvolvimento de projetos que atendam as demandas do PEIb	PEIb, CC PEIb, CTs	2º e 3º setores, monitores	Médio	Média
	Efetivar a operação da estrada-parque de Castelhanos com possibilidade de envolver 2º e 3º setores	FF/DER	2º e 3º setores, trade, PMI, bombeiros, defesa civil, PAmb, PM	Médio	Baixa
	Articular com órgãos licenciadores e SMA/FF para manifestação da UC em projetos/empreendimentos	PEIb/FF/SMA	CC PEIb	Curto	Alta
	Articular com órgãos licenciadores/empreendedores o acompanhamento das informações sobre os processos de licenciamento				Média

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/ Parcerias	Prazos	Prioridade
	Acompanhar a efetivação das ações de mitigação/compensação e condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento				Alta
<b>Participação e envolvimento em grupos/fóruns</b>	Participar de reuniões, GTs e fóruns com atuações regionais e/ou políticas, como por exemplo, GTMPOA, COMDIAL, APA, CBH, para inserir os PEIb regionalmente e articular sua atuação e envolvimento.	CC PEIb, PEIb			Média
	Compartilhar resultados (definições, encaminhamentos, discussões) dos fóruns para os atores interessados			Médio	Baixa
<b>Acompanhamento e integração com ações e projetos de outros órgãos</b>	Acompanhar ações e projetos de entidades governamentais e não governamentais em Ilhabela para inserir o PEIb nas discussões bem como otimizar e compartilhar as ações	PEIb/Conselho, CTs	IIS, entidades responsáveis pelas ações	Curto	Média
	Incentivar a criação de banco de dados único com todos os projetos e ações do município (ex. ferramenta SG65 ou DPD/PMI)	PMI/PEIb	Todas as instituições do município (ONGs, Ricardo)	Longo	Baixa
	Incentivar o comprometimento das instituições em preencher e atualizar este banco de dados e definir a periodicidade	PMI/PEIb/ONG /Casa dos conselhos	Instituições	Longo	Baixa

- Lembrete: mecanismo com envio de email automático com alerta sobre ações para cadastrados.

**Diretriz: Comunicação e Marketing.**

<b>Eixos Temáticos</b>	<b>Ações</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Apoio/ Parcerias</b>	<b>Prazos</b>	<b>Prioridade</b>
<b>Elaborar Plano de Marketing do PEIb</b>	Contratar plano de Marketing para a divulgação do PEIb	FF	PEIb PMI ONGs, Iniciativa provada	Médio	Média
	Padronização de informações sobre o PEIb regras, agendamento, trilhas oficiais etc.) nos sites do município (PMI, Associações, trade)	PEIb	PMI, trade, ass. monitores	Curto	Alta
	Mensagens via rádio FM de sensibilização	PEIb	Rádio comunitário e outras rádios	Imediato	Alta
	Desenvolver KIT multimídia para escolas (vídeos, cartazes, jogos)	PEIb	Sec. Educação e ONGs	Longo até 3 anos	Média
	Distribuição de folder e atividades de educação ambiental (panfletagem, materiais audiovisual, outros) em locais de grande circulação (balsa, centro de informação, hotéis, eventos) com controle de distribuição para saber público alvo atingido. Este material deve informar o visitante sobre o município e o Parque, regras de conduta, divulgação de eventos, retorno sobre utilização da TPA	PEIb, PMI	DERSA, ONGs, Empresas, instituições (ACI, AHBRI), SECTUR	Imediato/ Curto	Média
	Divulgar através de contas como SABESP ELETRO IPTU com frases de efeito de conscientização para a preservação do PEIb	PEIb	ELETRO SABESP PMI	Médio	Baixa
	Colocar links, banner ou lembrete sobre o PEIb nos sites de empresas de Ilhabela (pousadas restaurantes, agencias, DERSA)	PEIb	Assoc. Comercial, AHBRI, DERSA, Guia da Ilha	Curto (até 1 ano)	Média
	Frases de sensibilização e alerta na sinalização municipal/ imobiliário urbano. Padronizar tamanhos	PEIb/ PMI		Curto (até 1 ano)	Baixa
	Divulgação na balsa (foto, painel) e na área de espera, mídia eletrônica com informações institucionais	PEIb e DERSA	Ponto de Cultura	Curto até 6 meses	Baixa
Desenvolver Material impresso (folder) com divulgação "múltipla" para ser entregue na cobrança da balsa (sobre PEIb, PMI, DERSA, hotéis etc.)	PEIb e DERSA	Ass. Hotéis e pousadas, DERSA, PMI, Petrobrás, ONGs		Média	

<b>Eixos Temáticos</b>	<b>Ações</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Apoio/ Parcerias</b>	<b>Prazos</b>	<b>Prioridade</b>
	Inserir conteúdo do PEIb na associação comercial no guia de Ilhabela andróide (IPAD iPhone)	ACEI	ACEI, AHBRI, COMTUR, SECTUR		Alta
	Lançar Concursos de frases de efeito	Sec. Ed. Cult.	ONG, Associação		
	Divulgação do PEIb nos supermercados e nas recepções de hotel.	PEIb	Associações (ACEI, AHBRI, outros)		
	Parceria com Centro de Triagem de Ilhabela para produção de papel reciclado para panfletagem na balsa	PEIb, PMI	Empresas, ONGs	Curto	Média
	Fomentar a instalação de sistema de comunicação digital da balsa com sinal de internet para download de aplicativo com informações de Ilhabela	DERSA	PMI, PEIb		
	Padronizar as informações devem ser bilíngüe (inglês)	PEIb		Imediato	Alta
	Propor Criação de centro de cultura caiçara;	PEIb / SMun. de Cultura, SMun de Turis	Prefeitura, iniciativa privada, ONG	Imediato	Média
	Centro de informações turísticas – abrir final de semana e temporada (utilizar espaço do centro de visitação)	PEIb / SMun. de Cultura, SMun de Turis	Prefeitura, iniciativa privada, ONG	Imediato	Alta
	Elaborar um programa de educomunicação socioambiental do PEIb	PEIb	ONG SECTUR		Alta
	Atualização do site da FF/ Conteúdo / Redes Sociais				
	Registro fotográfico das ações de UP				
	Criar acervo organizado, com fotos fornecidas pelos visitantes				
	Estudar necessidade de Placas emergenciais [2]	PEIb			
	Projeto Sinalização Parques: Instalação de Totem na entrada da cidade e São Sebastião sobre "Ilhabela- Município- Parque" e outros	CMDSA		Médio	Média
	Melhorar o site do PEIb	PEIb			Média
	Criar passaporte trilhas PEIb com informação padronizada	PEIb			Baixa
	Divulgar através de contas como SABESP ELETRO IPTU com frases de efeito de conscientização para a preservação do PEIb	PEIb	ELETRO SABESP PMI	Médio	Baixa
	Divulgar em revistas TV e outras mídias voltadas para o público internacional	FF	PMI Trade Agências publicitárias	Médio	Baixa

<b>Eixos Temáticos</b>	<b>Ações</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Apoio/ Parcerias</b>	<b>Prazos</b>	<b>Prioridade</b>
<b>Estreitamento das relações entre UC e as populações do entorno</b>	Identificar e padronizar ações de atendimento a público;				
	Treinar e integrar toda a equipe e colaboradores para essas ações;				
	Identificar e viabilizar novos canais de informação de serviços e atividades da UC.				
<b>Participação em eventos</b>	Fomentar maior atuação do PEIb nos eventos do município, como Semana de Vela, Semana do Meio Ambiente, Semana Caiçara, Verão Ilhabela Viva, Jogos das Comunidades Tradicionais, Semana Esportiva "Play Team", Corrida dos Oceanos, Campeonato Brasileiro de Canoa Havaiana, Evento Aniversário da Cidade, X Terra, Dia do Meio Ambiente, DMSC entre outros.	PEIb	ONG, Sec. Turismo, Sec. Esportes		
	Fomentar participação do PEIb em feiras e simpósios (adventure sports fair, salão do turismo, avistar)	PEIb SETUR	Trade, PMI, FF	Curto	Média

### **OFICINA CONCLUSIVA - PLANO DE MANEJO DO PEIb**

**DATA:** 14 de setembro de 2011

**HORÁRIO:** 9h às 15h00

**LOCAL:** Esporte Clube de Ilhabela



Carolina Bio, Diretora do PEIb, iniciou a reunião cumprimentando os presentes e agradecendo o empenho e participação de todos. Ressaltou que era um momento muito importante, devido à finalização deste documento tão esperado por Ilhabela. Passou a palavra ao Prefeito, Antônio Luiz Colucci, que enfatizou a importância deste documento e da participação das pessoas na elaboração do mesmo. Destacou também a importância da relação do município com o PEIb, devido ao tamanho que o Parque ocupa do município, sendo essencial o uso sustentável dos serviços ambientais. Parabenizou a participação de todos

Foi apresentada uma síntese de todo o processo, sendo os principais slides elencados abaixo:

Foi explicado que a dinâmica dos trabalhos seria como um congresso, sendo que todas as normas, recomendações do zoneamento e zona de amortecimento estariam expostas, assim como as diretrizes, eixos temáticos, ações, responsáveis, parceiros, prazos. Em cada programa e no zoneamento, o responsável pelo parque estaria presente para esclarecer dúvidas e registrar complementações e sugestões nas normas e ações consolidadas e discutidas nas oficinas. Assim, seria realizada uma plenária para fechamento dos trabalhos e a confraternização de todos os participantes.

Em plenária, cada responsável apresentou as complementações, alterações e inclusões, e as mesmas foram discutidas e consensuadas.

Ficou acordado que:

A ação que propunha a Lei de Crimes Ambientais foi excluída, pois conforme orientação jurídica somente no âmbito federal pode ser realizada.

Os próximos passos foram:

- Será encaminhado o relato da Oficina no dia seguinte até a hora do almoço
- Será disponibilizado o CD com os capítulos finais quando o mesmo for encaminhado ao CONSEMA, e será enviado um e-mail a todos os participantes informando-os do andamento do processo;
- Os participantes, devido à participação e contribuições, estão como co-autores dos programas.
- A sistematização da avaliação do processo de elaboração do Plano de Manejo encontra-se no anexo 1.

## Zoneamento PEIb.

Normas Gerais	
São permitidas:	São proibidas:
<ul style="list-style-type: none"><li>• Preservação e conservação da natureza</li><li>• Restauração da natureza</li><li>• Educação Ambiental</li><li>• Visitação pública</li><li>• Lazer e recreação</li><li>• Manutenção de acessos e trilhas com autorização do PEIb</li><li>• Atividades comerciais desde que firmado em acordo formal com a FF</li><li>• Pesquisa Científica. Todas as pesquisas que envolvam coletas devem estar acompanhadas de funcionários do PEIb</li><li>• Projetos de pesquisa devem ser apresentados segundo as normas pertinentes do Ibama (Ibama, IN. 154, 01/03/07, Art. 7) e IF (Normas Cotec), autorizados e cadastrados;</li><li>• A coleta de frutos e/ou sementes para fins de produção de mudas a serem utilizadas na restauração do PEIb, será permitida mediante aprovação, pelo órgão gestor da UC, de projeto técnico, que especifique quantidades e origens conforme Resolução SMA 68/2008.</li><li>• O uso de sementes do PEIb para fins de pesquisa científica será permitido, quando do registro e autorização da mesma na COTEC/IF, assim como junto ao Gestor do PEIb, conforme Resolução SMA 68/2008.</li><li>• A coleta e utilização de sementes do PEIb para fins de recuperação de áreas degradadas no seu entorno (Zona de Amortecimento) só será permitida mediante comprovação da inexistência de matrizes das espécies requeridas em fragmentos externos ao PEIb, nas quantidades, locais e características pretendidas no projeto técnico apresentado ao órgão gestor da UC, em conformidade com o artigo 4 da Resolução SMA 68/2008.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Desmatamento de áreas naturais</li><li>• Todos os tipos de caça, coleta de plantas e animais silvestres</li><li>• Queimadas</li><li>• Mineração</li><li>• Moradias, construção de casas<sup>10</sup>,</li><li>• Abertura de novas estradas, barragens etc.</li><li>• Criação de animais silvestres e domésticos</li><li>• Feitio de Roça</li><li>• Uso de agrotóxico</li><li>• Lançamento de esgoto</li><li>• Deposição de lixo</li><li>• Os materiais para construção e reforma de quaisquer infraestruturas não poderão ser retirados dos recursos naturais da UC</li></ul>

<sup>10</sup> "Art. 42. As populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes.

§ 1o O Poder Público, por meio do órgão competente, priorizará o reassentamento das populações tradicionais a serem realocadas.

§ 2o Até que seja possível efetuar o reassentamento de que trata este artigo, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações".(SNUC).

Zona	Descrição	Usos Permitidos	Usos Proibidos	Recomendações
Zona Intangível (ZI)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ilhote das Cabras (Cagadinha), Ilhas da Prainha, da Figueira e do Codó</li> <li>Ponta do Boi - Pico do Mirante</li> <li>Topo da Serra - Pico Papagaio/ Pico São Sebastião</li> <li>Topo do Morro da Serraria e Morro da Cabeçada</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A interpretação dos atributos desta zona se dará somente através de folhetos e/ou recursos indiretos, inclusive aqueles oferecidos no centro de visitantes;</li> <li>Realização de pesquisa científica de baixo impacto, desde que não possa ser realizada em condições semelhantes em outras zonas e sem caracterizar atividades experimentais que interfiram na dinâmica original dos processos ecológicos que ocorrem no Parque;</li> <li>Coleta de frutos e/ou sementes vinculada a projetos técnicos como subsídio a processos de restauração dos ecossistemas, e apenas de espécies não encontradas em outras zonas, mediante justificativa inclusa no projeto;</li> <li>Realização de atividades e pesquisas de monitoramento ambiental do PEIb;</li> <li>A fiscalização será constante nesta zona</li> <li>Intervenções para correção de impactos causados pela presença humana (ex.: contenção de talude).</li> <li>As atividades permitidas não poderão comprometer a integridade dos recursos naturais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O tráfego de veículos nesta zona, exceto em ocasiões especiais, em casos de necessidade de proteção da Unidade;</li> <li>Uso de substâncias que possam alterar quaisquer formas de vida ou matérias inorgânicas.</li> <li>Realização de experimentos;</li> <li>Abertura ou alargamento de trilhas e acessos existentes. A abertura de novas trilhas pode ocorrer somente se indicado por estudos complementares</li> <li>Instalação de qualquer tipo de infra-estrutura;</li> <li>Visitação pública, exceto quando indicado por estudo complementares: qualquer tipo de atividade com outros fins que não sejam relacionados ao manejo do Parque (proteção, pesquisa e monitoramento).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A coleta de espécimes da flora e fauna na ZI deverá ser evitada ao máximo;</li> <li>Articular com a SUCEN para alteração dos locais de aplicação do controle biológico a borrachudos, de forma a não aplicá-lo na zona intangível</li> <li>Priorizar estudos para avaliar a vulnerabilidade de todas as trilhas existentes e possíveis novas trilhas por pesquisadores devidamente autorizados pela COTEC/ IF</li> <li>Priorizar estudos de manejo do impacto da visitação para todas as trilhas próximas a esta zona.</li> <li>Realizar estudos (de forma participativa) para viabilidade de abertura de trilhas e alteração da zona, bem como recomendações de manejo e uso (Ponta do Boi, Pico de São Sebastião, Caminho do Estevão e outras trilhas)</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ilhote das Cabras (Cagadinha), Ilhas da Prainha, da Figueira e do Codó</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Para Ilhote das Cabras (Cagadinha): Somente a comunidade tradicional de Vitória pode utilizar a costeira para sua pesca, uma vez que este é seu modo de vida. No entanto, ficou acordado que os ninhos e seus ovos não serão mexidos ou retirados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O desembarque nas ilhas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Delimitar ao redor das ilhas um raio de, no mínimo 50 m de mar no entorno dessas ilhas, a fim de evitar que a passagem de embarcações perturbe as aves em seus ninhos.</li> <li>Deverão ser instalados cartazes e bóias para a sinalização das restrições de aproximação e desembarque</li> </ul>



Zona	Descrição	Usos Permitidos	Usos Proibidos	Recomendações
<b>Zona Primitiva (ZP)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ponta do Boi</li> <li>• Morro do Pico Papagaio/ Pico São Sebastião</li> <li>• Morro da Serraria e Morro da Cabeçuda</li> <li>• Ilhas da Serraria, dos Castelhanos, da Lagoa, das Galhetas e demais lajes e ilhotas</li> <li>• Predomina Floresta Ombrófila Densa Submontana (primaria)(56%) e Floresta Ombrófila Densa Montana (primaria) (20%) e refúgios montanos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização de pesquisa científica de baixo e médio impacto, bem como atividades e pesquisas de monitoramento do PEIb;</li> <li>• Coleta de frutos e/ou sementes em árvores matrizes, vinculadas a projetos de restauração florestal do PEIb e produção de mudas no viveiro do Parque;</li> <li>• Atividades de visitação restrita e controlada, bem como educação ambiental</li> <li>• Turismo sustentável de baixo impacto</li> <li>• A interpretação dos atributos desta zona também ocorrerá através de folhetos e/ou recursos indiretos, inclusive aqueles oferecidos no centro de visitantes;</li> <li>• As atividades permitidas não poderão comprometer a integridade dos recursos naturais;</li> <li>• Erradicação e o manejo de espécies exóticas e invasoras;</li> <li>• Instalação de sinalização indicativa; e</li> <li>• A fiscalização constante nesta zona visando combater a caça, ocupação, extração vegetal, fogo, visitação irregular e outras formas de degradação ambiental</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instalação de novas infra-estruturas, exceto em casos justificados para fins de fiscalização e compatíveis com os parâmetros de mínimo impacto estabelecidos; e</li> <li>• O tráfego de veículos nesta zona, exceto em ocasiões especiais, em casos de necessidade de proteção da Unidade;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A fiscalização deve ser contínua, especialmente no contato com áreas de maior pressão;</li> <li>• As pesquisas sobre a extração de recursos naturais como, por exemplo, o palmito juçara e a fauna cinegética devem ter caráter prioritário;</li> <li>• Além das pesquisas sobre biodiversidade, recomenda-se a realização de estudos para avaliar a vulnerabilidade de todas as trilhas existentes e possíveis novas trilhas por pesquisadores devidamente autorizados pela COTEC/ IF</li> <li>• Devem ser priorizados estudos de manejo do impacto da visitação para todas as trilhas próximas a esta zona</li> <li>• Deverão ser realizados estudos (de forma participativa) para viabilidade de abertura das trilhas e alteração da zona, bem como recomendações de manejo e uso (trechos das trilhas da Ponta do Boi, Pico de São Sebastião, Caminho do Estevão e outras trilhas</li> <li>• Deverão ser realizados estudos do potencial de implantação de novas atividades e locais para sua realização (considerando possibilidade de implementação de trilhas existentes, mas não utilizadas turisticamente; trilha de longo percurso - trilha 360º- ex: Bonete e Jabaquara para ciclo trilha e trilha para pedestres e ciclistas na divisa do PEIb – cota 200 ou próximo a esta))</li> </ul>

Zona	Descrição	Usos Permitidos	Usos Proibidos	Recomendações
Zona de Uso Extensivo (ZUE)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Trilha do Pico do Baepi</li> <li>Trilha da Cachoeira do Bananal do Quilombo</li> <li>Trilha Indaiauba - Vermelha</li> <li>Trilha do Bonete</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atividades voltadas à conservação, proteção, pesquisa, o monitoramento ambiental, visitação, educação ambiental e administração;</li> <li>As atividades de educação ambiental deverão ser agendadas e monitoradas.</li> <li>A fiscalização será intensiva nesta zona.</li> <li>No caso de trilhas, é permitida a instalação de banheiros (com tecnologias ecológicas) no início das mesmas, como infraestrutura de apoio ao monitoramento</li> <li>As atividades devem estar em conformidade com as normas da ABNT referentes à visitação, atividades turísticas, esportes, prestação de serviços, etc.</li> <li>Instalação de sinalização educativa, interpretativa e/ou indicativa;</li> <li>Instalação de construções e reformas voltadas para a visitação desde que harmonicamente integradas com o meio ambiente;</li> <li>Instalação de esgotamento sanitário, com tratamento suficiente para não contaminarem rios, riachos nascentes e o solo. O tratamento dos esgotos deve priorizar tecnologias alternativas de baixo impacto. As estruturas já existentes deverão ser readequadas;</li> <li>Intervenção em trilhas já existentes, dentro ou no entorno de comunidades tradicionais, desde que com participação das mesmas no processo.</li> <li>Construção de pequena guarita de apoio à fiscalização e monitoramento</li> <li>O manejo com vistas à restauração e recuperação da flora e da paisagem;</li> <li>Instalação de equipamentos facilitadores simples para a comunicação e interpretação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de infraestrutura, com exceção de equipamentos para monitoramento; e de infraestrutura básica (corrimões, escadas, pinguelas etc, com materiais ecológicos e em harmonia com o ambiente);</li> <li>Quaisquer tipos de vendas de alimentos ou outros;</li> <li>Emissão de som acima das normas estabelecidas pela legislação em vigor;</li> <li>Acampamento e uso de fogueiras;</li> <li>Pernoite, com exceção para grupos e pessoas que tenham a autorização do PEIb</li> <li>Circulação de veículos ou motocicletas, salvo para a fiscalização;</li> <li>Captação de água sem prévia autorização do PEIb;</li> <li>Acondicionamento e disposição de resíduos sólidos gerados nas trilhas. Estes resíduos deverão ser recolhidos e carregados pelo usuário;</li> <li>Disposição de quaisquer resíduos ou restos de materiais de qualquer natureza e embalagens fora de recipientes adequados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O processo de implantação e gestão de atividades de visitação pública na ZUE deve iniciar-se com a implantação de um programa de monitoramento dos impactos da visitação;</li> <li>As atividades de interpretação e educação ambiental terão como objetivo facilitar a compreensão e a apreciação dos recursos naturais das áreas pelos visitantes.</li> <li>As atividades previstas devem levar o visitante a entender a filosofia e as práticas de conservação da natureza</li> <li>Deverão ser realizados estudos de potencial e viabilidade para o desenvolvimento de atividades de turismo sustentável, incluindo esportes de aventura, como por exemplo montanhismo, mountain bike, canoagem, entre outros</li> <li>Incentivar a elaboração de um programa de disciplinamento da captação de água no PEIb e Zona de Amortecimento, de forma a possibilitar um tempo hábil para a adequação à norma estabelecida.</li> <li>A instalação de qualquer tipo de edificação, como quiosque, equipamentos facilitadores para visita educacional e interpretativa, bem como banheiro e estacionamento, deve ser dimensionada para pequenos grupos e utilizar-se de</li> </ul>

Zona	Descrição	Usos Permitidos	Usos Proibidos	Recomendações
		<p>ambiental, de segurança e apoio à visitação, tais como placas para proteção, educação ambiental e monitoramento, delimitadores de pisoteio, corrimões, passarelas de pedestres, quiosques de abrigo para a sinalização interpretativa, desde que se preserve a harmonia com a paisagem e em condições de mínimo impacto;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Caso estritamente necessário, será permitida a manutenção e melhoria de acessos ou abertura de novas trilhas e/ou picadas e estruturas, com o mínimo impacto ao meio natural, com finalidades de fiscalização, pesquisa, visitação e educação, somente para o atendimento a atividades em</li> <li>• A inclusão ou exclusão de trilhas na ZUE por meio de publicação de portaria da FF, mediante justificativa que considere os critérios estabelecidos neste documento para esta zona.</li> </ul>		<p>técnicas construtivas de mínimo impacto;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Projetos de pesquisa nas áreas de uso público e de impactos da visitação devem ser incentivados;</li> <li>• Os acessos delimitados como ZUE compreendem tanto o leito do acesso,</li> <li>• como uma faixa de 30m para cada lado, formando o corredor.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trilha do Baepi e Trilha da Cachoeira do Bananal do Quilombo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manejo da trilha voltado para a observação de aves</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tráfego de bicicletas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acompanhamento de monitor ambiental credenciado por conta de riscos</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trilha Indaiauba - Vermelha</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tráfego de bicicletas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acompanhamento de monitor ambiental credenciado preferencialmente local</li> <li>• Deverão ser realizados estudos de viabilidade de alteração do traçado (traçado antigamente usado pelos caiçaras), para início na praia das Enxovas e manter acesso somente a praia de Indaiauba. Também deve-se realizar estudo de mudança de traçado da trilha que chega em</li> </ul>

Zona	Descrição	Usos Permitidos	Usos Proibidos	Recomendações
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Trilha do Bonete</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Qualquer intervenção ou implantação de infraestrutura ao longo da trilha do Bonete, em área de Parque ou nos trechos sob domínio do Município, desde que com anuência do Parque para ser executada</li> <li>Fechamento da porteira na Sepituba para impedir a passagem de veículos com estrutura suficiente para impedir a passagem de motos pelas laterais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Alargamento da trilha, devido à elevada importância de conservação;</li> <li>O acesso de veículos automotores.</li> </ul>	<p>Indaiauba amenizando a subida em zig-zag.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar uma minuta do decreto para o secretário do meio ambiente solicitando ao governador do Estado que paralise as obras de abertura da estrada do Bonete condicionando o projeto à compatibilização das normas do Parque</li> <li>Estudar o ordenamento da visitação com bicicleta (horários, normas, delimitação de "ciclo-faixa") a fim de evitar conflito com pedestres</li> </ul>
<b>Zona de Uso Intensivo (ZUI)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Traçado das seguintes trilhas com um buffer de 50m de cada lado:</li> <li>Estrada dos Castelhanos</li> <li>Trilha da Água Branca</li> <li>Traçado das seguintes trilhas com um buffer de 30m de cada lado:</li> <li>Trilha do Veloso,</li> <li>Trilha da Cachoeira do Gato,</li> <li>Trilha da Pancada D'Água</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atividades voltadas à conservação, proteção, pesquisa, visitação e administração;</li> <li>Atividades de uso público tais como monitoramento, controle de visitantes e cobrança de ingressos, bem como suporte para atividades educacionais, recreativas, esportivas, culturais e comunitárias, sempre em conformidade com os objetivos da UC e buscando a integração com a comunidade local e regional;</li> <li>Instalação de sinalização educativa, interpretativa e/ou indicativa;</li> <li>A circulação de veículos será feita a baixas velocidades (máximo de 30 km/h) e a critério da administração.</li> <li>Os esgotos deverão receber tratamento suficiente para não contaminarem rios, riachos nascentes e solo. O tratamento dos esgotos deve priorizar tecnologias alternativas de baixo impacto. As estruturas já existentes deverão ser readequadas;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A realização de qualquer tipo de obras ou edificações não autorizadas pelo órgão gestor;</li> <li>Tráfego de veículos automotores, com exceção da Estrada dos Castelhanos</li> <li>Tráfego de bicicletas, com exceção da Estrada dos Castelhanos,</li> <li>Emissão de som acima das normas estabelecidas pela legislação em vigor;</li> <li>Acampamento e uso de fogueiras;</li> <li>Pernoite, com exceção para grupos e pessoas que tenham a autorização do PEIb</li> <li>Prática de esportes de aventura em locais não autorizados e enquanto não houver</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>As atividades previstas devem levar o visitante a entender a filosofia e as práticas de conservação da natureza;</li> <li>Todas as construções e reformas deverão estar harmonicamente integradas com o meio ambiente;</li> <li>Devem ser priorizados estudos sobre manejo do impacto da visitação de todas as trilhas (considerando dias de chuva e regras especiais para estes)</li> <li>Realizar estudos sobre: o ordenamento da visitação com bicicleta (horários, normas, delimitação de "ciclo-faixa") a fim de evitar conflito com pedestres e veículos (Castelhanos); o potencial e a viabilidade para o desenvolvimento de atividades de turismo sustentável, incluindo esportes de aventura, como por exemplo montanhismo, mountain bike, canoagem, entre outros; e o</li> </ul>

Zona	Descrição	Usos Permitidos	Usos Proibidos	Recomendações
	(três tombos), <ul style="list-style-type: none"> <li>Trilhas da Friagem e Couro do Boi</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os resíduos sólidos gerados nas infra-estruturas previstas deverão ser acondicionados para coleta seletiva (orgânico e reciclável), recolhidos periodicamente e depositados em local destinado para recolhimento pela municipalidade;</li> <li>A fiscalização intensiva;</li> <li>Instalação de edificações voltadas a fiscalização e apoio à gestão da UC;</li> <li>A Prestação de serviços (restaurante, lanchonete, loja de conveniência) e instalação de infra-estrutura relacionada, mediante a aprovação e assinatura de termo de compromisso com a FF, conforme orientações e demandas do Programa de Uso Público;</li> <li>Manutenção dos acessos e trilhas, de maneira que essas ofereçam boa trafegabilidade e segurança aos usuários, sempre em acordo com a legislação ambiental;</li> <li>Se estritamente necessário, será permitida a abertura de novas trilhas e/ou picadas, com o mínimo impacto ao meio natural, com finalidades de fiscalização, pesquisa, educação, monitoramento e uso público;</li> <li>Intervenção em trilhas já existentes, dentro ou no entorno de comunidades tradicionais desde que haja participação das mesmas no processo.</li> <li>Será permitido o paisagismo de áreas a serem revegetadas somente com a utilização de espécies vegetais nativas regionais, mediante projeto autorizado pela instituição gestora do Parque e com indicação do responsável técnico.</li> </ul>	regulamentação para a realização dos mesmos; <ul style="list-style-type: none"> <li>A realização de manifestações artísticas, religiosas ou eventos esportivos e culturais coletivos sem autorização do Gestor do Parque;</li> <li>Realizar churrasco</li> <li>Captação de água no interior do Parque sem prévia autorização do PEIb</li> <li>Plantio de espécies exóticas à Floresta Ombrófila Densa da região, mesmo as ornamentais;</li> <li>Disposição de quaisquer resíduos ou restos de materiais de qualquer natureza e embalagens fora de recipientes adequados.</li> </ul>	ordenamento e regulamentação de esportes de aventura (Rapel, Montanhismo, entre outros) <ul style="list-style-type: none"> <li>As atividades de visitação poderão ser apoiadas por parcerias, mediante o estabelecimento de convênios, termos de cessão de uso, contratos de terceirização e de co-gestão;</li> <li>Enquanto as áreas não tiverem sua regularização realizada, os acessos da ZUI permanecem sendo utilizados para fins de gestão, fiscalização, visitação controlada e circulação de ocupantes. Quando da sua regularização, devem ser implantadas ações de manejo com a finalidade de recuperá-los, melhorando a trafegabilidade, reduzindo sua largura e procedendo o manejo para fins de</li> <li>restauração florestal de suas margens.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Castelhanos e Água Branca</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Alto controle da trilha "Atalho" da Estrada dos Castelhanos, apesar de estar em zona de uso</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A intervenção de impacto sem licenciamento ambiental e</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>As regras específicas da Estrada serão estabelecidas por meio de Portaria da</li> </ul>

Zona	Descrição	Usos Permitidos	Usos Proibidos	Recomendações
		<p>Intensivo</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação de passarelas e túneis de fauna na estrada dos Castelhanos no trecho mais próximo das zonas intangíveis</li> <li>• Implantação de estacionamento, antes do rio.</li> </ul>	<p>autorização dos órgãos competentes, devido à alta fragilidade ao longo da estrada.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Retirada de cascalho.</li> </ul>	<p>FF.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Efetivar e implantar as ações previstas na Resolução Conjunta SMA/ST nº 001/2010 que dispõe sobre a implementação dos Planos de implantação e operação da Estrada dos Castelhanos.</li> <li>• Deverá ser observada a Resolução Conjunta SMA/ST nº 001/2010 para qualquer atividade ou intervenção na mesma</li> <li>• Realizar estudos específicos de impactos na implantação dos estacionamentos, mirante e outras intervenções, bem como a viabilidade socioeconômica e ambiental.</li> <li>• Há necessidade de projetos e tratamento especial para a cota 400 do início da Estrada dos Castelhanos, em função do hot spot de fauna, bem como dos impactos sobre os recursos hídricos na região da Estrada dos Castelhanos</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• trilha do Gato</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O controle de entrada e saída dos visitantes deve ser realizado por monitores cadastrados preferencialmente locais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•</li> </ul>

Zona	Descrição	Usos Permitidos	Usos Proibidos	Recomendações
Zona Histórico-Cultural (ZHC)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ilha dos Búzios</li> <li>• Ilha da Vitória</li> <li>• Saco do Sombrio</li> <li>• Praia da Figueira</li> <li>• Sítio Baepi I (200m do entorno do sítio)</li> <li>• Sítio Toca do Winny (200m do entorno do sítio)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atividades voltadas a pesquisa, proteção, uso público e conservação, restauração e recuperação do patrimônio histórico-cultural material;</li> <li>• A instalação de quaisquer infra-estruturas, quando permitidas, não poderão comprometer os atributos da mesma;</li> <li>• As pesquisas compatíveis com os objetivos da Unidade, não podendo alterar o meio ambiente;</li> <li>• Fiscalização periódica em toda esta zona.</li> <li>• A visitação está condicionada ao estado de conservação do patrimônio e sinalização adequada, bem como, nos locais onde há a presença de comunidades com indícios de tradicionalidade, a visitação dependerá de regulamentação específica a ser elaborada juntamente com as comunidades;</li> <li>• Quando a restauração ou recuperação do patrimônio material necessitar de obras, o acondicionamento do material deverá ser feito na zona de uso intensivo ou uso especial.</li> <li>• Na Ilha dos Pescadores é possível a visitação, após o estabelecimento de normas específicas e com o acompanhamento de monitores credenciados preferencialmente locais.</li> <li>• Atividades e usos necessários à manutenção do modo de vida tradicional e à conservação dos bens imateriais, mediante termos de compromisso ambiental acordados entre as famílias com evidências de tradicionalidade e a FF;</li> <li>• Restauro e manutenção de estruturas objetivando sua conservação, valorização e uso educativo e sensibilizador, mediante projetos elaborados por profissional qualificado e aprovação da FF;</li> <li>• Caso necessário, será permitida a melhoria de acessos, com o mínimo impacto ao ambiente natural, com finalidades de fiscalização, pesquisa e acesso aos moradores locais, em consonância com os objetivos de manejo do PEIb.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Retirada ou a alteração de quaisquer atributos que se constituam no objeto desta zona;</li> <li>• Alteração das características originais dos patrimônios histórico-culturais</li> <li>• Em Guanxumas dos Búzios e Ilha da Vitória, ainda é proibida a visitação devido a solicitação das comunidades, até que seja suficientemente discutida e regulamentada;</li> <li>• Na Ilha dos Pescadores, não é permitido acampamento e acesso à casa do morador tradicional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Ilha dos Búzios e da Vitória devem ter estudos da Portaria 029/2010 para a recategorização da área, desde que hajam áreas de conservação restritiva.</li> <li>• Deverá ser levantada a demanda, o potencial e as necessidades, junto às comunidades, para o desenvolvimento de Turismo de Base Comunitária nas comunidades tradicionais de Ilhabela</li> <li>• Realizar estudos para a prospecção da Toca do Estevão, e caso seja indicado tecnicamente, incluí-la como Zona de Patrimônio Histórico - Cultural</li> <li>• Nas comunidades tradicionais localizadas no interior do PEIb, localizar os locais de captação de água e mapear as trilhas de acesso exclusivo das mesmas.</li> <li>• Quaisquer construções nesta zona devem estar em harmonia e integradas à paisagem e à história regional e, para sua efetiva implementação, necessitam do parecer de um especialista;</li> <li>• Todas as atividades desenvolvidas devem atentar não somente aos impactos paisagísticos, mas da mesma forma, aos impactos culturais, os quais desencadeiam impactos ambientais/paisagísticos;</li> <li>• As atividades de educação e visitação só poderão ser realizadas em territórios tradicionais após a autorização das comunidades e realização de trabalhos com vistas ao fortalecimento da identidade da população.</li> </ul>

Zona	Descrição	Usos Permitidos	Usos Proibidos	Recomendações
Sub-zona da Atual Ocupação Tradicional	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ilha dos Búzios: Guanxumas, Porto do Meio, Costeira, Pitangueiras;</li> <li>Arquipélago da Vitória: Ilhas da Vitória e dos Pescadores;</li> <li>Praia da Figueira;</li> <li>Saco do Sombrio.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atividades voltadas a pesquisa, o monitoramento e proteção ambiental e recuperação dos ecossistemas degradados</li> <li>Nessa sub-zona, os moradores da população tradicional têm o modo de vida e subsistência garantidos, com anuência do Parque.</li> <li>os termos de compromisso serão pactuados com as comunidades, garantindo os processos de apropriação e participação das comunidades tradicionais.</li> <li>Somente moradias</li> <li>Na praia da Figueira; Ilha dos Buzios (Guanxumas, Porto do Meio, Costeira e Pitangueiras); Ilha da Vitória e Saco do Sombrio, além das moradias, as áreas de roças e extrativismo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>No caso das sub-zonas Sítios Concheiros Vitória III, IV e V, não é permitida a autorização de novas construções e ampliações, devido a existência do patrimônio arqueológico</li> <li>No caso da Ilha Vitória, por ser área de grande importância à conservações, não é permitido matar qualquer animal, inclusive a cobra endêmica da Ilha. Será feito um trabalho com a população para como proceder com a cobra.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>No Saco do Sombrio, reavaliar TC/97 entre PEIb e YCI com prazo para manifestação sob pena de revogação da anuência das atividades. As instalações do YCI (sede e sub-sede) devem apoiar ações do PEIb, PMI e Comunidade, tais como: fiscalização, educação, pesquisa, (transporte, desembarque, comunicação, alojamento, recolhimento do esgoto tratado e lixo). Ficam pendentes condicionantes no termo de compromisso</li> </ul>



Zona	Descrição	Usos Permitidos	Usos Proibidos	Recomendações
Sub-zona do Patrimônio Arqueológico	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ilha dos Búzios: Sítio Concheiro Búzios II e III; Porto do Meio, Costeira e Pitangueiras;</li> <li>Arquipélago da Vitória: Sítios Concheiros Vitória I, II, III, IV e V;</li> <li>Praia da Figueira: Sítio Engenho Figueira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atividades voltadas a pesquisa, o monitoramento e proteção ambiental e recuperação dos ecossistemas degradados</li> <li>Sítio Concheiro Búzios II: Permitido somente a realização de conservação do Sítio Arqueológico e atividades de pesquisa. Devido ao acesso, fica proibida a abertura de acesso e visitação.</li> <li>Costeira e Pitangueiras; Sítio Concheiro Búzios III; Sítios Concheiros Vitória I, II, III, IV e V: Após delimitação do sítio, restringir o acesso e realizar projeto no IPHAN para liberação à visitação e definir a sub-zona de moradia e área e o tipo de uso da população tradicional visitação monitorada, preferencialmente por integrantes da população tradicional residente, após aprovação do projeto pelo IPHAN</li> <li>O sítio Concheiro Vitória I por estar em má conservação, tem baixo potencial para visitação. Já o sítio Concheiro Vitória II está em melhor estado de conservação e portanto com potencial de visitação alto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>No caso das sub-zonas Sítios Concheiros Vitória III, IV e V, não é permitida a autorização de novas construções e ampliações, devido a existência do patrimônio arqueológico</li> <li>No caso da Ilha da Vitória, por ser área de grande importância à conservações, não é permitido matar qualquer animal, inclusive a cobra endêmica da Ilha. Será feito um trabalho com população para como proceder com a cobra.</li> <li>Após delimitação do sítio Concheiro Vitória II, restringir o acesso e realizar projeto no IPHAN para liberação à visitação e definir a sub-zona de moradia e área e o tipo de uso da população tradicional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar estudo prioritário para delimitação do sítio arqueológico</li> <li>Capacitar a população local interessada para realização de atividades de monitoramento e visitação dos sítios arqueológicos, naqueles permitido</li> </ul>

Zona	Descrição	Usos Permitidos	Usos Proibidos	Recomendações
Sub-zona de Recuperação	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ilha dos Búzios; Ilha da Vitória; Saco do Sombrio</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atividades voltadas a pesquisa, monitoramento e proteção ambiental e recuperação dos ecossistemas degradados</li> <li>pequenas intervenções para manejo. A recuperação somente será feita com o uso de espécies nativas, priorizando o uso de essências nativas de interesse para a população tradicional e fauna, devendo ser eliminadas as espécies exóticas porventura existentes, quando recomendado tecnicamente;</li> <li>Os trabalhos de recuperação poderão ser interpretados para o público no centro de visitantes;</li> <li>Na Ilha da Vitória, a área do Sapezal, por ser uma área de grande importância à conservações, não é permitido matar qualquer animal, inclusive a cobra endêmica da Ilha. Será feito um trabalho com população para como proceder com a cobra</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>instalações nesta zona, com exceção daquelas necessárias ao desenvolvimento das atividades permitidas. Tais instalações serão provisórias, preferentemente construídas em madeira de reflorestamento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li></li> </ul>
Sub-zona Conservação	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ilha dos Búzios; Praia da Figuera (SZC2); Saco do Sombrio, Ilha da Vitória</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atividades voltadas a pesquisa, monitoramento e proteção ambiental</li> <li>Moradia, roça e extrativismo, por moradores tradicionais, pois os mesmo têm o modo de vida e subsistência garantidos, com anuência do Parque.</li> <li>Os termos de compromisso serão pactuados com as comunidades, garantindo os processos de apropriação e participação das comunidades tradicionais. Área para roças e extrativismos.</li> <li>Na ilha Vitória, por ser uma área de grande importância à conservações, não é permitido matar qualquer animal, inclusive a cobra endêmica da Ilha. Será feito um trabalho com população para como proceder com a cobra</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Priorizar estudos mais detalhados de vegetação e fauna para estabelecer uma zona de conservação mais restritiva e áreas para manejo de recursos naturais, bem como trilhas e pontos de captação de água das comunidades</li> <li>Estimular o resgate e manutenção do etnoconhecimento das comunidades tradicionais.</li> <li>Propiciar a educação ambiental para conservação e manejo dos recursos naturais</li> </ul>

Zona	Descrição	Usos Permitidos	Usos Proibidos	Recomendações
102.1.1.1 Zona de Recuperação (ZR)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Trecho Ponta do Boi</li> <li>Ilha das Cabras</li> <li>Demais áreas impactadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atividades voltadas a pesquisa, o monitoramento e proteção ambiental e recuperação natural/ou induzida dos ecossistemas degradados;</li> <li>Utilização de técnicas de recuperação direcionada, desde que indicada e apoiada por estudos científicos, os quais devem ser compatíveis com os objetivos desta zona e devidamente autorizados pelo órgão gestor;</li> <li>A recuperação somente com uso de espécies nativas, devendo ser eliminadas as espécies exóticas porventura existentes, quando recomendado tecnicamente;</li> <li>Atividades de uso público de baixo impacto ao meio físico e biótico e com fins educativos. Os trabalhos de recuperação também poderão ser interpretados para o público no Centro de Visitantes;</li> <li>Os resíduos sólidos gerados nestas instalações terão o mesmo tratamento citado na zona de uso intensivo;</li> <li>O acesso a esta zona será restrito aos funcionários do Parque e pesquisadores; demais casos deverão obter autorização da gestão do parque;</li> <li>A fiscalização permanente nesta zona, com ênfase às áreas de pressão urbana</li> <li>Instalação de sinalização das áreas de recuperação</li> <li>A decisão sobre a abertura de novas trilhas ou qualquer intervenção em trilhas já existentes, desde que com prévia autorização do PEIb. No caso de trilhas dentro ou no entorno de comunidades tradicionais, deve haver a</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Instalações de infraestrutura nesta zona, com exceção daquelas necessárias ao desenvolvimento das atividades permitidas. Tais instalações serão provisórias, preferentemente construídas em madeira de reflorestamento.</li> <li>Utilização de qualquer tipo de fertilizante químico e/ou agrotóxicos, bem como a utilização de espécies exóticas ou translocadas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Incentivar pesquisas sobre os processos de regeneração natural/induzida.</li> <li>Fomentar projetos de recuperação florestal nas comunidades tradicionais residentes no PEIb e seu entorno. Os trabalhos de recuperação das áreas deverão utilizar mão-de-obra da comunidade tradicional, sempre que possível.</li> <li>Devem ser priorizados estudos de manejo do impacto da visitação para todas as trilhas próximas a esta zona.</li> <li>Realizar estudos de: potencial e viabilidade para desenvolvimento de atividades de turismo sustentável, incluindo esportes de aventura, como por exemplo montanhismo, mountain bike, canoagem, entre outros; levantamento da demanda, do potencial e das necessidades, junto às comunidades, para o desenvolvimento de Turismo de Base Comunitária nas comunidades tradicionais de Ilhabela</li> <li>Matrizes selecionadas para a produção de frutos/sementes com qualidade genética poderão continuar a ser utilizadas para este fim mesmo após a restauração da área;</li> <li>Os acessos classificados como ZR serão utilizados para fins de pesquisa, fiscalização, gestão e circulação</li> </ul>

Zona	Descrição	Usos Permitidos	Usos Proibidos	Recomendações
		participação das mesmas no processo de decisão.		<p>temporária de ocupantes. Nos mesmos também devem ocorrer as devidas intervenções, visando minimizar o alargamento dos respectivos leitos, devido aos processos naturais do meio físico (erosão, acúmulo de água, dentre outros), que contribuem para a alteração da flora e da fauna de fragmentos de vegetação secundária existentes ao longo desses acessos, estejam eles localizados na ZP ou na ZR. Nesses mesmos acessos deve-se proceder ao manejo para restauração florestal.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Deverão ser realizados estudos do potencial de implantação de novas atividades e locais para sua realização (considerando possibilidade de implementação de trilhas existentes, mas não utilizadas turisticamente; trilha de longo percurso - trilha 360º- ex: Bonete e Jabaquara para ciclo trilha e trilha para pedestres e ciclistas na divisa do PEIb – cota 200 ou próximo a esta))</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ilha das Cabras</li> </ul>	•	•	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quando da resolução judicial da área, fazer análise das edificações para possível aproveitamento nas atividades de administração ou manejo do parque.</li> </ul>

Zona	Descrição	Usos Permitidos	Usos Proibidos	Recomendações
Zona de Uso Especial (ZE) ( em função do tamanho, não esta espacializado no mapa)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sede Administrativa e Centro de Interpretação Ambiental e Sede Operacional (fora do PEIb)</li> <li>Posto de Fiscalização/Gu arita</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os acessos que compõem a ZE serão utilizados para fins de fiscalização, gestão, pesquisa e demais programas de gestão.;</li> <li>Todos os efluentes gerados devem contar com tratamento em acordo com a legislação;</li> <li>A restauração da Sede da Vila deve seguir os padrões estabelecidos pelo IPHAN, por ser tombado pelo CONDEPHAAT</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Otimizar a infraestrutura já existente.</li> </ul>

Zona	Descrição	Usos Permitidos	Usos Proibidos	Recomendações
Zona de Uso Conflitante (ZUC)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Compõem esta zona, o YCI (base do Saco do Sombrio); a Avenida Perimetral Norte (do km 10,5 ao 11,6) e a Avenida Perimetral Sul (do km 17,7 ao 18,0)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Deverá ser elaborado o cadastro georeferenciado destas áreas/infraestruturas, contendo a empresa, os responsáveis diretos e o contato para comunicação;</li> <li>Futuras obras a serem implantadas devem dispor de projetos previamente aprovados pela direção da FF e demais órgãos com competência legal;</li> <li>A gestão da UC deverá apoiar a capacitação e participação dos profissionais envolvidos no controle dos acessos, bem como articular ações integradas de fiscalização com a Polícia Ambiental;</li> <li>É responsabilidade das empresas o apoio à confecção, instalação e manutenção, nas áreas e/ ou nas estradas e acessos às suas estruturas e equipamentos, de placas informativas sobre o Parque, as restrições de acesso e permanência nesses locais, limite de velocidade e outros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>As empresas devem apresentar relatórios de passivo ambiental, com proposta de recuperação ambiental, a serem analisados pelo órgão ambiental no âmbito da regularização da licença ambiental;</li> <li>Todas as empresas e concessionárias deverão, por meio de instrumentos jurídicos, estabelecer as ações necessárias ao cumprimento das recomendações estabelecidas neste Plano de Manejo;</li> <li>A renovação de licenças ambientais destes empreendimentos estará condicionada ao Programa de Monitoramento Ambiental providenciado pelos operadores em prazos compatíveis com a renovação e submetido à apreciação do órgão gestor do Parque;</li> <li>Todas as empresas deverão celebrar por meio de instrumentos jurídicos, parcerias para estabelecer e disciplinar as responsabilidades das partes no exercício de suas atividades no PEIb; e</li> <li>A revisão deste Plano de Manejo deverá reavaliar as propostas de administração e compatibilização das infraestruturas, com vistas à permanência e harmonização, buscando o aperfeiçoamento da gestão do PEIb na ZUC.</li> </ul>

## Zona de Amortecimento.

Normas Gerais	Recomendações Gerais	Usos Não Permitidos	Recomendações para os Órgãos Licenciadores	Recomendações para os Empreendedores
<p>Deverão ser submetidos para análise e expedição de anuência do órgão gestor das unidades de conservação os processos de licenciamento dos empreendimentos ou atividades estabelecidas em Resolução Específica SMA, e ainda:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- expansão portuária, que exija EIA/RIMA;</li> <li>- dragagem de manutenção e aprofundamento de canal;</li> <li>- implantação de infra estrutura de transporte, rede</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• No licenciamento de obras limítrofes ao PEIb, averbar reserva legal em áreas naturais contíguas ao mesmo</li> <li>• Realizar o levantamento de proprietários de terras limítrofes ao Parque a fim de negociar a recuperação de áreas degradadas;</li> <li>• Realizar o mapeamento da área de pesca tradicional das comunidades do Arquipélago de Ilhabela, a partir dos dados iniciais da Petrobras e Instituto de Pesca (IP).</li> <li>• Articular junto ao Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) para a liberação do uso do PREPS (Programa de Rastreamento de Embarcação de Pesca) para o FF/PEIb e Polícia Ambiental (PAmb) no sentido de fortalecer a fiscalização das áreas próximas as comunidades tradicionais;</li> <li>• Articular junto a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e outras instituições para realização de trabalhos projetos de desenvolvimento sustentável em parceria com comunidades e ONGs</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação de empreendimentos e execução de atividades com impacto negativo direto sobre o Parque;</li> <li>• O corte da vegetação nas florestas contíguas ao Parque, conforme a Lei da Mata Atlântica (Lei 11.428 de 22/12/06);</li> <li>• Supressão da cobertura vegetal, sempre que localizada nos Setores assim estabelecidos na Zona de Amortecimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recomendar a manutenção ou faixas de vegetação florestal nativa localizadas entre o PEIb e as áreas destinadas aos empreendimentos;</li> <li>• Exigir a manutenção dos remanescentes vegetais nativos entre o PEIb e a área do empreendimento passível de licenciamento ambiental;</li> <li>• Devem ser observados nos empreendimentos os ou</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os empreendimentos ou atividades previstos na Resolução Conana nº 237/97, propostos na ZA deverão apresentar no Plano de Trabalho do EIA os seguintes itens:</li> <li>• Diagnose e prognose do uso da terra na ZA considerando os cenários atuais e futuros com e sem a implantação do projeto;</li> <li>• Plano ou programa de Monitoramento ambiental continuado na UC e zona de amortecimento (incluindo aéreo, terrestre e marinho), agregando novas tecnologias e serviços de inteligência, com o objetivo de produzir conhecimento e informação gerando instrumentos preventivos aplicáveis à gestão do PEIb, minimizando os impactos negativos do empreendimento sobre as áreas e subsidiando análise de futuros empreendimentos que influenciem a Unidade.</li> <li>• Avaliação de possível surgimento de núcleos urbanos atraídos pelo empreendimento diante da fragilidade dos municípios em relação à ocupação irregular;</li> <li>• Avaliação da infraestrutura de apoio atual e futura como consumo e tratamento de água, fornecimento de energia elétrica, transportes, destinação de resíduos sólidos, concentração de empregados, fornecedores, clientes, comércio de alimentos, entre outros. Esses fatores devem ser considerados como</li> </ul>

Normas Gerais	Recomendações Gerais	Usos Não Permitidos	Recomendações para os Órgãos Licenciadores	Recomendações para os Empreendedores
<p>de água e esgoto e duto de combustíveis e gás, que exijam EIA/RIMA;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Mineração que exija EIA/RIMA ;</li> <li>- outras atividades com supressão de vegetação que exijam EIA-RIMA cuja área de influência direta atinja o PEIb</li> <li>- novas construções em áreas limítrofes ao parque</li> <li>- aquicultura.</li> <li>- Ampliação de estruturas náuticas</li> </ul> <p>As atividades permitidas além das descritas e especificadas abaixo, são todas aquelas que não</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar o diagnóstico da real utilização da área do PEIb pelas comunidades do entorno para subsidiar estudos de criação de novas UCs.</li> <li>• Promover a gestão compartilhada das vias de acesso (estradas e trilhas) entre PEIb e Prefeitura com a participação das comunidades.</li> <li>• Recomenda-se o uso de espécies nativas para paisagismo</li> <li>• Recomendações para o plano diretor - "tombamento" de trilhas nas áreas do município</li> <li>• Incentivar atividades que promovam a sustentabilidade</li> <li>• Articular e pactuar com órgãos competentes com atuação na Zona de Amortecimento.</li> <li>• Implantar a delimitação física do PEIb por meio do plantio de espécies nativas com diferentes épocas de floração e / ou por traçado não pavimentado para pedestres e ciclistas</li> <li>• Articular com a Prefeitura para estabelecer normas de pesquisas no município semelhantes e compatíveis com às do PEIb</li> <li>• Articular com proprietários de terras para incentivar o reflorestamento de áreas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• do PEIb;</li> <li>• O cultivo de Organismos Geneticamente Modificados sob qualquer condição em toda a Zona de Amortecimento do PEIb;</li> <li>• A supressão ou impedimento da regeneração das Áreas de Preservação Permanente (APP)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ampliações a baixa densidade de ocupação dos terrenos, a manutenção da permeabilidade e o máximo de permanência da vegetação existente;</li> <li>• As intervenções de empreendimento os deverão observar estratégias construtivas ou tecnológicas que impeçam, ao máximo, a fragmentação dos ambientes;</li> <li>• Exigir a averbação e recuperação das Reservas Legais e APP e, quando viável, incentivar</li> </ul>	<p>possíveis impactos do empreendimento na UC;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O cultivo de espécies deverá estar em conformidade com legislação e /ou normatizações específicas</li> <li>• Medidas mitigadoras que contemplem inclusive a compra de áreas no entorno da AID que integrem o empreendimento e permita seu isolamento, atenuando sua inevitável atração para instalação de atividades de todos os tipos;</li> <li>• Medidas mitigadoras para obras lineares que contemplem padrões construtivos que promovam o não-aumento da fragmentação dos remanescentes existentes;</li> <li>• Obras de infraestrutura ou atividades consideradas de utilidade pública deverão prever em seus orçamentos alternativas tecnológicas que mitiguem os impactos adversos previstos na ZA.</li> <li>• O EIA realizado em toda a ZA deverá adotar métodos diretos e indiretos para diagnósticos da fauna que contemplem amostragem de todos os grupos: avifauna, mastofauna, pequenos mamíferos e morcegos; herpetofauna; icitiofauna e invertebrados e adotem princípios de sazonalidade. O monitoramento dos impactos à fauna deverá ser realizado a cada 4 anos com a mesma metodologia do EIA, ou àquela indicada após sua análise enquanto existirem as instalações ou atividades de forma a permitir ações de manejo em qualquer prazo;</li> <li>• O EIA realizado em toda a ZA deverá adotar</li> </ul>



Normas Gerais	Recomendações Gerais	Usos Não Permitidos	Recomendações para os Órgãos Licenciadores	Recomendações para os Empreendedores
comprometem o objetivo geral da zona de amortecimento, estabelecido no item 2.1, bem como os objetivos e metas específicos de cada setor.	<p>degradadas com projetos de neutralização do carbono</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Incentivar e apoiar o monitoramento e campanha de esclarecimento em relação às espécies invasoras no ambiente marinho, como o coral sol, em parceria com a APA LN e sociedade civil</li> <li>Incentivar e apoiar a elaboração de plano de ação emergencial voltado a acidentes com vazamento de óleo</li> </ul>		a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN);	<p>metodologias de diagnósticos para a flora que contemplem além da identificação de espécies e estágios de regeneração a análise de fragmentação e favorecimento de invasoras, entre outros impactos adversos específicos. O monitoramento dos impactos à flora deverá ser realizado em intervalos adequados de tempo com a mesma metodologia do EIA, ou àquela indicada após sua análise, enquanto existirem as instalações ou atividades de forma a permitir ações de manejo em qualquer prazo.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>O projeto deverá pautar-se pela busca incessante de sustentabilidade da ZA.</li> </ul>

Área Marinha				
Setor	Descrição Geral, Objetivos e Metas	Usos e Atividades Permitidos	Usos e Atividades não Permitidos	Recomendações

Área Marinha				
Setor	Descrição Geral, Objetivos e Metas	Usos e Atividades Permitidos	Usos e Atividades não Permitidos	Recomendações
Setor Conservação Marinha	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coincide com o Santuário Ecológico da Ilha das Cabras: Zona costeira com respectiva coluna d'água numa largura de 50m e 1.500m de extensão ao longo da beira-mar, entre o Portinho e a Praia das Pedras Miúdas</li> <li>• Inclui-se uma área de 50m da coluna d'água até a Ilha da Prainha</li> <li>• Objetivos e metas: Proteção do ecossistema, preservação da fauna marinha, repovoamento piscícola e regeneração de criadouros naturais da fauna marinha.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• somente a pesca artesanal assim entendida por meio de anzol, covos e redes de malha,</li> <li>• atividades de pesquisa científica regularmente autorizada</li> <li>• mergulho contemplativo</li> <li>• Turismo e esportes náuticos</li> <li>• Sinalização</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesca em escala comercial, inclusive a captura de peixes dos tamanhos denominados de "aquário"</li> <li>• Prática de pesca submarina</li> <li>• Instalação de infraestrutura de apoio náutico, devido a questões de segurança e salvaguarda</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A UC deverá se manifestar sobre empreendimentos e atividades de impacto potencial nos processos requeridos junto à prefeitura.</li> </ul>

Área Marinha				
Setor	Descrição Geral, Objetivos e Metas	Usos e Atividades Permitidos	Usos e Atividades não Permitidos	Recomendações
Setor entorno das ilhas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 200 metros ao redor das Ilhas: dos Búzios, da Vitória e da Prainha; e Ilhotas: da Figueira e das Cabras (ou Cagadinha)</li> <li>• 50 metros ao redor das demais ilhas, ilhotas e lajes.</li> <li>• Na ilha das Cabras, os limites abrangem a coluna d' água entre suas extremidades até o Santuário Ecológico</li> <li>• Objetivos e metas: Proteger as potenciais zonas de descanso e nidificação de aves marinhas na região. Proteger ambientes marinhos frágeis. Proteger as rotas das embarcações artesanais dos moradores do arquipélago de Ilhabela, bem como as áreas de uso da pesca artesanal, garantindo assim a subsistência das comunidades tradicionais caiçaras</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisa científica e educação ambiental relacionada à conservação da biodiversidade</li> <li>• Manejo sustentável de recursos marinhos, desde que previsto em Plano de Manejo aprovado pelos órgãos ambientais competentes</li> <li>• Pesca artesanal</li> <li>• Extrativismo de subsistência</li> <li>• Turismo sustentável, turismo náutico, esportes náuticos, arqueologia subaquática e turismo cultural</li> <li>• O turismo será estruturado dentro de regras junto à comunidade</li> <li>• Aquicultura de baixo impacto.</li> <li>• Nas propriedades cuja faixa entre-marés seja classificada em sua totalidade como ZIM e não houver acesso terrestre, será permitida a implantação de estruturas náuticas Classe I.</li> <li>• Instalação de sinalização de áreas de restrição. Tais normativas devem ser objeto de aviso aos navegantes, pela Marinha do Brasil, bem como de fiscalização pela Polícia Ambiental.</li> <li>• E ainda:</li> <li>• É permitido o mergulho contemplativo no entorno das ilhas. O desembarque será permitido de forma organizada conforme acordo/deliberações do parque com as populações tradicionais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesca de arrasto por parelha</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recomenda-se para tanto, o levantamento dos pontos de fundeio (GPS)</li> <li>• Demarcar locais de fundeio de barcos de uso comercial bem como áreas de mergulho</li> <li>• Efetuar o credenciamento de barcos de uso comercial</li> <li>• Limitar a prática de pesca amadora, respeitando as artes de pesca dos moradores tradicionais</li> <li>• Disciplinar, de forma participativa, a pesca submarina com os atores envolvidos contemplando as áreas de restrição</li> <li>• Considerar o uso do território marinho nos estudos de recategorização, no caso das Ilhas da Vitória e dos Búzios</li> <li>• Articular com a Federação de Pesca Submarina. Propor a criação de "passaporte azul" para a pesca submarina.</li> <li>• disposição dos resíduos da limpeza de peixe</li> </ul>

Área Marinha				
Setor	Descrição Geral, Objetivos e Metas	Usos e Atividades Permitidos	Usos e Atividades não Permitidos	Recomendações
Setor Oceânico	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coincide com limite da APA marinha LN exceto setores da Baía de Castelhanos</li> <li>• Objetivos e metas: Garantir a conservação das ilhas costeiras do Arquipélago de Ilhabela, a conservação dos estoques pesqueiros, minimizar os impactos de grandes empreendimentos sobre o mesmo, e promover atividades sustentáveis.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisa científica e educação ambiental relacionada à conservação da biodiversidade</li> <li>• Manejo sustentável de recursos marinhos, desde que previsto em Plano de Manejo aprovados pelos órgãos ambientais competentes</li> <li>• Pesca artesanal</li> <li>• Extrativismo de subsistência</li> <li>• Turismo sustentável</li> <li>• Pesca amadora</li> <li>• Aquicultura sustentável</li> <li>• Estruturas náuticas Classe I e II</li> <li>• tráfego aquaviário</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesca de arrasto por parelha</li> <li>• Pesca com compressor de ar ou outro equipamento de sustentação</li> <li>• Pesca submarina nas costas norte e nordeste da Ilha de São Sebastião (entre a Ponta das Canas e Ponta de Itapema)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumentar a fiscalização no defeso do camarão e parelha</li> </ul>
Setor Baía de Castelhanos 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coincide com Z2ME do ZEE</li> <li>• Objetivos e metas: Manter a funcionalidade dos ecossistemas garantindo a conservação da diversidade biológica, do patrimônio histórico, paisagístico, cultural e arqueológico; e promover a manutenção e melhoria da qualidade das águas costeiras.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisa científica e educação ambiental</li> <li>• Pesca artesanal</li> <li>• Extrativismo de subsistência</li> <li>• Turismo sustentável</li> <li>• Nas propriedades cuja faixa entre-marés seja classificada em sua totalidade como Z1M e não houver acesso terrestre, será permitida a implantação de estruturas náuticas Classe I</li> <li>• Aquicultura sustentável;</li> <li>• Manejo sustentável de recursos marinhos, desde que previsto em Plano de Manejo aprovado pelos órgãos ambientais</li> <li>• Tráfego aquaviário</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesca de arrasto por parelha</li> <li>• Pesca com compressor de ar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•</li> </ul>

Área Marinha				
Setor	Descrição Geral, Objetivos e Metas	Usos e Atividades Permitidos	Usos e Atividades não Permitidos	Recomendações
Setor Baía de Castelhanos 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>Baía de Castelhanos: da Ponta da Cabeçuda a Ponta do Rosário, excetuando-se o Setor Baía de Castelhanos 1</li> <li>Objetivos e metas: Manter a funcionalidade dos ecossistemas garantindo a conservação da diversidade biológica, do patrimônio histórico, paisagístico, cultural e arqueológico; e promover a manutenção e melhoria da qualidade das águas costeiras.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Além dos usos e atividades permitidas e não permitidas do Setor Baía de Castelhanos 1:</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Arrasto de embarcações acima de 15 metros ou potência acima de "X"</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li></li> </ul>

Área Marinha				
Setor	Descrição Geral, Objetivos e Metas	Usos e Atividades Permitidos	Usos e Atividades não Permitidos	Recomendações
Setor Canal 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>Canal de São Sebastião (do farol da Ponta da Sela à Ponta do Toque-Toque em São Sebastião e do farol da Ponta das Canas à Ponta do Arpoar em São Sebastião), exceto o Setor Canal 2</li> <li>Objetivos e metas: Estabelecer “áreas cabeça de ponte” (áreas com vegetação natural arbórea estrategicamente situadas em ambas as margens do Canal de São Sebastião), para os insetos, aves e morcegos, especialmente os que participam nos processos de polinização de flores e/ou disseminação de sementes. Estas áreas reduziriam o isolamento da Ilha em relação às áreas continentais próximas e incrementariam o intercâmbio genético entre as populações de plantas e animais que habitam os ambientes florestais.</li> <li>Eventos e regatas ecológicas com vistas à gestão sustentável do Canal, com possibilidade de delimitação de zonas de usos específicos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Pesquisa científica e educação ambiental relacionadas à conservação da biodiversidade;</li> <li>Manejo sustentável de recursos marinhos, desde que previsto em Plano de Manejo aprovado pelos órgãos ambientais competentes;</li> <li>Pesca artesanal;</li> <li>Extrativismo de subsistência;</li> <li>Turismo sustentável.</li> <li>Aquicultura sustentável</li> <li>Turismo náutico</li> <li>Tráfego aquaviário e fundeio, bem como as normas estabelecidas na APA Marinha Municipal dos Alcatrazes quando da regulamentação da mesma</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Incentivar ações que promovam melhoria de qualidade ambiental</li> <li>Incentivar o ordenamento de poitas e bóias em conjunto às Prefeituras, Marinha e SPU</li> </ul>

Área Marinha				
Setor	Descrição Geral, Objetivos e Metas	Usos e Atividades Permitidos	Usos e Atividades não Permitidos	Recomendações
Setor Canal 2 - Área do porto organizado	<ul style="list-style-type: none"> <li>Polígono do Porto organizado</li> <li>Objetivos e metas: Estabelecer "áreas cabeça de ponte" (áreas com vegetação natural arbórea estrategicamente situadas em ambas as margens do Canal de São Sebastião), para os insetos, aves e morcegos, especialmente os que participam nos processos de polinização de flores e/ou disseminação de sementes. Estas áreas reduziriam o isolamento da Ilha em relação às áreas continentais próximas e incrementariam o intercâmbio genético entre as populações de plantas e animais que habitam os ambientes florestais.</li> <li>Eventos e regatas ecológicas com vistas à gestão sustentável do Canal, com possibilidade de delimitação de zonas de usos específicos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tráfego aquaviário e fundeio</li> <li>Turismo náutico,</li> <li>Normas estabelecidas na APA Marinha Municipal dos Alcatrazes quando da regulamentação da mesma</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Compatibilizar e integrar ao Programa de Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto e às normas da Marinha, considerando atividades pesqueira, turística e outras.</li> <li>As normas e o monitoramento devem considerar os padrões de qualidade de diferentes usos e critérios de sensibilidade ambiental.</li> </ul>

**Área Terreste**

Setor	Descrição Geral, Objetivos e Metas	Usos e Atividades Permitidos	Usos e Atividades Não Permitidos	Recomendações
Setor Conservação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Na face voltada para continente (limite do PEIb 200m) da cota 180 a 200m.</li> <li>• Na face voltada para oceano (limite do PEIb 100m) da cota 80 a 100m</li> <li>• Quando o PEIb desce da cota 200 pra 100 (Ponta da Sela), o limite deste setor segue o córrego sem nome até a cota 120</li> <li>• Objetivos e metas: Garantir uma área de remanescentes de vegetação natural ou de áreas a serem recuperadas, minimizando os impactos negativos sobre o PEIb</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar delimitação física do PEIb por meio de plantio de espécies nativas com diferentes épocas de floração e / ou por traçado não pavimentado para pedestres e ciclistas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recomenda-se a não autorização de novas edificações ou infra estrutura</li> </ul>
Setor de Restrição Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreende toda área de costões rochosos e praias(em acordo com o Plano Diretor)</li> <li>• Objetivos e metas: Proteger os ambientes costeiros da Ilha de São Sebastião</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quando se tratar de uso de interesse público específico, qualquer atividade/edificação deverá submeter-se aos órgãos licenciadores ambientais</li> <li>• E ainda:</li> <li>• Na área dos costões, com exceção do canal, qualquer intervenção deverá ter manifestação do PEIb</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• urbanização de terrenos por razões de ordem geotécnica e ecológica;</li> <li>• parcelamento e desmembramento de módulos nem mesmo por direitos hereditários.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•</li> </ul>



## Área Terrestre

Setor	Descrição Geral, Objetivos e Metas	Usos e Atividades Permitidos	Usos e Atividades Não Permitidos	Recomendações
<b>Setor de Alta Restrição 1</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Da Ponta das Canas, ao córrego do Ribeirão dos Castelhanos excetuando-se os Setores: Alta Restrição 2 na Ponta das Canas e Praia de Jabaquara; Conservação; Interesse Específico e de Restrição Total</li> <li>• Do canto direito da Praia Vermelha até a Ponta do Costão (limite do PEIb), excetuando-se o Setor Conservação e o Setor de Restrição Total</li> <li>• Ao Sul:</li> <li>• Do limite do PEIb da Ponta Grande até o divisor do Ribeirão do Bonete, excetuando-se o Setor Conservação e o Setor de Restrição Total</li> <li>• Do córrego da Flecha até curso d' água, excetuando-se Setor de Conservação, Setor de Restrição Total e Setor Alta Restrição 2</li> <li>• Área urbana: da Ponta da Sela à Ponta das Canas fazendo limite superior com o Setor de Conservação e limite inferior com o Setor de Área Urbana, e excetuando-se o Setor de Alta restrição 1a e o Setor de Alta Restrição 2 na região central</li> <li>• Objetivos e metas: Conservar importantes áreas naturais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O PEIb deverá se manifestar sobre empreendimentos e atividades de impacto potencial nos processos requeridos junto à prefeitura.</li> <li>• Pesquisa científica relacionada à preservação, conservação e recuperação ambiental e ao manejo sustentável das espécies da fauna e flora regional;</li> <li>• Educação Ambiental;</li> <li>• Manejo sustentável, condicionado à existência de Plano Manejo;</li> <li>• Empreendimentos de turismo sustentável;</li> <li>• Ocupação humana de baixos efeitos impactantes</li> <li>• Permitido uso/ocupação em módulos de tamanho mínimo de 10.000m<sup>2</sup> com taxa de ocupação residencial de 10%, coeficiente de aproveitamento de 0,10 e taxa de ocupação comercial de 10% e coeficiente de aproveitamento de 0,20, respeitadas as diretrizes de ocupação definidas em lei.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abertura de novas vias de acesso e impermeabilização para circulação terrestre de veículos automotores.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaborar um planejamento integrado de vias de acesso de interesse pelo Parque, Prefeitura e Câmara Municipal.</li> <li>• É de responsabilidade do empreendedor que atuar nessas áreas o abastecimento de água e disposição e tratamento de resíduos líquidos e sólidos provenientes do empreendimento.</li> </ul>

Área Terreste				
Setor	Descrição Geral, Objetivos e Metas	Usos e Atividades Permitidos	Usos e Atividades Não Permitidos	Recomendações
Setor de Alta Restrição 1a	<ul style="list-style-type: none"> <li>Do lado direito da Praia do Bonete até o córrego da Vista, fazendo limite superior com o Setor de Conservação e limite inferior com o Setor de Restrição Total</li> <li>Na região central do canal, nas proximidades da Estrada dos Castelhanos, fazendo limite superior com o Setor de Conservação e limite inferior com o Setor de Área Urbana</li> <li>Na praia de Castelhanos, nas proximidades da Estrada, fazendo limite superior com o Setor de Conservação e limite inferior com o Setor de Restrição Total, sobrepondo-se em parte com o Setor de Interesse Específico.</li> <li>Objetivos e metas: Conservar áreas de hot spot de fauna da Ilha de São Sebastião</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Normas e Recomendações do Setor de Alta Restrição 1, alterando:</li> <li>A taxa de ocupação residencial e comercial para 5%</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Bonete: Verificar a sobreposição da competência sobre as regras, a responsabilidade da manutenção e buscar compatibilizar das normas e atividades da trilha. Deve-se consultar a comunidade na tomada de decisões. Definir junto à comunidade demandas e alternativas energéticas.</li> <li>Castelhanos: Verificar a sobreposição da competência sobre as regras, a responsabilidade da manutenção e buscar compatibilizar das normas e atividades da estrada. Deve-se consultar a comunidade na tomada de decisões.</li> <li>Construir uma ponte/passarela sobre o rio na praia dos Castelhanos para evitar o impacto causado pelos veículos no curso d'água</li> </ul>

**Área Terreste**

Setor	Descrição Geral, Objetivos e Metas	Usos e Atividades Permitidos	Usos e Atividades Não Permitidos	Recomendações
Setor de Alta Restrição 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coincide com a Z2 do ZEE exceto Castelhanos, Indaiauba, Enxovas e Bonete</li> <li>• Ao Sul:</li> <li>• Do Ribeirão da Vista ao Córrego da Flecha, fazendo limite superior com o Setor de Conservação e limite inferior com o Setor de Restrição Total, excetuando-se o Setor de Alta Restrição 1</li> <li>• Na região central do município fazendo limite superior com Setor de Alta Restrição 1 e limite inferior com Setor de Área Urbana e a vegetação natural próximo a Foz do Córrego da Paquera;</li> <li>• Ao norte:</li> <li>• Da Ponta das Canas ao Córrego do Pacuíba, fazendo limite superior com Setor de Alta Restrição 1 e limite inferior com Setor de Restrição Total</li> <li>• Na Praia do Jabaquara fazendo limite superior com Setor de Conservação e limite inferior com Setor de Restrição Total</li> <li>• Objetivos e metas: Manter a funcionalidade dos ecossistemas, garantindo a conservação dos recursos genéticos, do patrimônio histórico, paisagístico, cultural e arqueológico; promover programas de manutenção, controle da poluição e proteção das nascentes e vegetação ciliar com vistas a garantir a quantidade e qualidade das águas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisa científica relacionada à preservação, conservação e recuperação ambiental e ao manejo sustentável das espécies da fauna e flora regional;</li> <li>• Educação Ambiental;</li> <li>• Manejo sustentável, condicionado à existência de Plano Manejo;</li> <li>• Empreendimentos de turismo sustentável com finalidade e padrões que não alterem as características ambientais da zona;</li> <li>• Pesca artesanal;</li> <li>• Ocupação humana de baixos efeitos impactantes</li> <li>• Aquicultura;</li> <li>• Mineração com base no Plano Diretor Regional de Mineração, respeitando o Plano Diretor Municipal;</li> <li>• Beneficiamento dos produtos de manejo sustentável.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•</li> </ul>

**Área Terreste**

Setor	Descrição Geral, Objetivos e Metas	Usos e Atividades Permitidos	Usos e Atividades Não Permitidos	Recomendações
Setor de Interesse Específico	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em acordo com o Plano Diretor, as seguintes comunidades:</li> <li>• Bonete</li> <li>• Castelhanos (Vermelha, Mansa, Lagoa e Ribeirão)</li> <li>• Eustáquio,</li> <li>• Serraria</li> <li>• Guanxuma</li> <li>• Fome</li> <li>• Enxovas</li> <li>• E ainda, inclui-se a comunidade:</li> <li>• Poço</li> <li>• Objetivos e metas: Garantir o modo de vida das comunidades tradicionais da Ilha de São Sebastião</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atividades representativas das práticas culturais caiçaras como pesca artesanal, agricultura de roça, artesanato, festas entre outras e acesso aos recursos ambientais de forma sustentável;</li> <li>• Atividade de promoção ambiental com restauração e conservação das Áreas de Preservação Permanente, de modo a garantir qualidade de vida ao ambiente e às futuras gerações;</li> <li>• Atividades de promoção socioeconômica de baixo efeito impactante.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incentivar estudo para adequação das normas legais existentes à realidade local, com ampla participação das comunidades, no caso de Castelhanos e Bonete</li> <li>• Elaborar regramento específico junto às comunidades na revisão do Plano Diretor</li> <li>• Realizar estudos para criação de UC de Uso Sustentável para proteção das populações tradicionais, com a participação das mesmas, em todas as áreas onde houver morador tradicional</li> <li>• Levantar a demanda, o potencial e as necessidades, junto às comunidades, para o desenvolvimento de Turismo de Base Comunitária nas comunidades tradicionais de Ilhabela</li> <li>• Incentivar uma política de habitação nas comunidades tradicionais com as diretrizes de: fortalecer o continuum da cultura construtiva local e o manejo dos recursos naturais, melhoramento das condições de moradia, valorização do patrimônio arquitetônico e preservação da paisagem cultural caiçara;</li> </ul>

Área Terrestre				
Setor	Descrição Geral, Objetivos e Metas	Usos e Atividades Permitidos	Usos e Atividades Não Permitidos	Recomendações
Setor de Área Urbana	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coincide com as zonas Z4 e Z4OD do ZEE</li> <li>• Objetivos e metas: Propiciar o desenvolvimento sustentável e a integração do município com</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisa científica relacionada à preservação, conservação e recuperação ambiental e ao manejo sustentável das espécies da fauna e flora regional;</li> <li>• Educação Ambiental;</li> <li>• Manejo sustentável, condicionado à existência de Plano Manejo;</li> <li>• Empreendimentos de turismo sustentável;</li> <li>• Pesca artesanal;</li> <li>• Ocupação humana de baixos efeitos impactantes</li> <li>• Aquicultura;</li> <li>• Mineração com base no Plano Diretor Regional de Mineração, respeitando o Plano Diretor Municipal;</li> <li>• Beneficiamento dos produtos de manejo sustentado.</li> <li>• Equipamentos públicos e de infra-estrutura necessários ao desenvolvimento urbano;</li> <li>• Ocupação para fins urbanos;</li> <li>• Unidades comerciais e de serviços, e atividades de baixo impacto ambiental</li> <li>• Empreendimentos de turismo e lazer, parcelamentos e condomínios compatíveis com o Plano Diretor e diretrizes fixadas nos Planos e Programas de Z4OD, garantindo a distribuição e tratamento de água, coleta e destinação final de efluentes líquido e dos resíduos sólidos coletados</li> <li>• Na região do canal de São Sebastião, quando da revisão do ZEE, incorporação de novas zonas que por ventura ocorrer, bem como as recomendações de usos e atividades permitidas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Induzir/estimular programas de adequação e recuperação ambiental e atividades sustentáveis com vistas à melhoria da qualidade ambiental.</li> </ul>

## Programa Gestão

### Diretriz: Infraestrutura, Bens e Equipamentos.

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/ Parcerias	Prazos	Prioridade
<b>Incremento ou restauração de instalações físicas para atendimento aos programas de gestão</b>	Realizar manutenção periódica da Sede da Vila, por meio da contratação de serviço especializado em bens tombados				
	Implantar espaço físico para melhor acomodar equipamentos, documentos entre outros materiais de uso dos programas de gestão.				
	Realizar manutenção e adequação da Guarita de forma que atenda os objetivos básicos da CIPA, melhorando a qualidade do ambiente de trabalho de modo a tornar compatível e permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador. Adequação e manutenção do sistema de coleta de esgoto.				
	Sede Operacional – Idem ao item acima				
	Construir estacionamento na Estrada dos Castelhanos, antes do rio e ponte para carros e/ou pedestres sobre o mesmo				
<b>Adequação do sistema de coleta de resíduos</b>	Melhorar o sistema de coleta seletiva de resíduos (interno e externo) da Guarita				
<b>Adequação e manutenção do sistema de coleta de esgoto</b>	Adequar e dar manutenção nos sistemas de coleta de esgoto de todas as bases existentes, bem como das novas edificações, priorizando alternativas sustentáveis				
<b>Manutenção/ Aquisição e controle de equipamentos para atender os programas de gestão</b>	Adquirir computadores novos para Sede operacional e Administrativa, sendo no mínimo dois equipamentos com capacidade para manipulação de banco de dados, a ser instalado na atual sede administrativa. Adquirir no mínimo dois HD externos (para backups de segurança e para transporte de arquivos grandes). Avaliar a necessidade de melhoria dos computadores para todos os programas de forma a garantir que pelo menos um computador por programa esteja em bom estado.				
	Elaborar TdR para manutenção permanente de informática e telefonia em parceria com demais UC do LN				
	Elaborar um plano de gerenciamento ambiental (saneamento, resíduos, captação de água, etc para o PEIb)				
	Melhorar compartilhamento de rede entre os computadores da UC.				

	Melhorar sistema de comunicação entre as bases (Guarita, Sede Operacional e Sede Administrativa), veículos, embarcações e equipes móveis (ex: HT, NEXTEL). Adquirir/consertar rádio HT e adquirir sistema de radio aberto. Adquirir aparelhos e linha telefônica. Reativar sistemática de rádio frequência VHF na Estrada dos Castelhanos				
	Contratar empresa prestadora de serviço de suporte a equipamentos de informática.				
	Realizar a renovação e manutenção periódica e mais ágil da frota de veículos (carros e motos) e embarcação. Substituir 1 veículo 4x4 (Land-Rover)				
	Ativar repetidora (especialmente para os programas de proteção, uso público, interação socioambiental)				

### Diretriz : Gestão Administrativa e Financeira.

Eixos temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/ Parcerias	Prazos	Prioridade
<b>Criação de banco de dados, integrando os programas de gestão</b>	Implantar banco de dados informatizado (sistema com uso de iPad, etc) e integrado entre os programas. Prioritariamente para os programas de Pesquisa, Uso Público e Proteção Divulgar o banco e convidar parceiros para contribuir com a alimentação do mesmo	PEIb		Curto	
	Contratar serviços especializados em sistema de informação e rede para estruturação do banco de dados e controle de processos;				
	Estruturar formulários para preenchimento dos dados em campo, a partir do sistema. A estruturação de cada formulário, deve ser realizada por cada programa				
	Relacionar o banco de dados do PEIb com sistema online para atualização constante	PEIb/ FF			
	Capacitar gestor e equipe da UC de modo a padronizar os procedimentos e efetivar a alimentação do banco de dados periodicamente e sistema único. O responsável pela manipulação e análise desses dados deve estar devidamente capacitado, sendo minimamente apto a utilizar as ferramentas disponíveis, sejam arquivos em papel, seja em forma informatizada e com competência para detectar problemas nos dados;	PEIb (gestão de func. e/ou supervisão da empresa concessionária)	PMI, agências, pousadas	curto	baixa
<b>Apoio e acompanhamento às demandas dos programas fornecendo os subsídios administrativos e financeiros</b>	Apoiar os demais programas no que diz respeito às questões administrativas e financeiras, tais como formalização de parcerias, elaboração de cartas e ofícios, organizar atividades, alocar recursos, etc.				
	Planejar, organizar, controlar e acompanhar o consumo e execução de serviços, tais como materiais de escritório para consumo dos programas, materiais de higienização pessoal e predial, material de consumo de equipamentos de informática, gêneros alimentícios entre outros.				
<b>Implantação de sistema de monitoramento e avaliação orçamentária</b>	Realizar planejamento sistemático anual conjunto com toda equipe da UC e elaborar cronograma financeiro por programa de gestão, estabelecendo prioridades.				

<b>Recursos financeiros</b>	Fazer o planejamento anual dos recursos financeiros necessários à gestão da UC, incluindo a demanda de todos os programas				
	Solicitar recursos orçamentários mensalmente				
	Efetuar a prestação de contas mensalmente				
	Buscar recursos extra-orçamentários para subsidiar os outros programas				
<b>Aperfeiçoamento dos TdR para a contratação de serviços terceirizados</b>	Adequar os TdR para contratação de serviços terceirizados, adequando às rotinas e necessidades locais. Deve-se ainda incluir nos TdR capacitações específicas à temática ambiental e mais especificamente as UC, instrumentos de monitoramento de qualidade dos serviços prestados e indicadores de desempenho dos funcionários terceirizados. No contrato de serviços terceirizados, prever uniformização adequada				
	Realizar o atendimento ao público – denúncias, informações processuais, territorial, legislação, pesquisa científica e acadêmica entre outras. Prever a inclusão do disk denúncia do programa de proteção nas rotinas administrativas				
<b>Rotinas administrativas</b>	Agendar atendimento técnico de reuniões internas e externas				
	Agendar o espaço físico “auditório” cedido a outras instituições setor público para cursos, palestras e reuniões, seminários, exposições, etc.				
	Encaminhar processos administrativos internos e externos, rotinas administrativas internas (laudos, parecer técnico, termo de referencia, orçamentos, compras, pagamentos, prestação de contas em geral).				

**Diretriz: Gestão de Pessoas.**

<b>Eixos Temáticos</b>	<b>Ações</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Apoio/ Parcerias</b>	<b>Prazos</b>	<b>Prioridade</b>	
<b>Capacitação e melhoria contínua dos funcionários do PEIb</b>	Promover capacitações contínuas nas principais temáticas: informática, administração pública, gestão de pessoas, políticas públicas, planejamento e gestão, moderação de conflitos, turismo sustentável, comunidades tradicionais, educação, legislação ambiental, geoprocessamento, manuseio de GPS, elaboração de laudos e valoração de danos, salvatagem, manejo de animais peçonhentos e defesa pessoal. Especificamente para os vigilantes patrimoniais, devem ser promovidos cursos referentes a importância e funcionamento da UC, legislações específicas e atendimento ao público;	PEIb	Sebrae, Senac, universidades	curto		
	Elaborar documento com o regulamento interno único para todo o PEIb objetivando orientar todos os funcionários e terceirizados sobre os procedimentos da UC e suas obrigações funcionais para com o mesmo.					
	Capacitar funcionários - línguas - inglês e espanhol		SEC Educação Saúde, SMMA, AMEI, MTUR iniciativa privada		média	
	Melhorar a apresentação dos funcionários e diferenciá-la por equipe (crachá de identificação ou uniforme padronizado do PEIb). Prever uniformização adequada no contrato de serviços terceirizados					



	Promover a participação dos funcionários em treinamento, seminário ou congresso. É importante acordar que o funcionário que participar de qualquer capacitação repasse as informações e apresente seu conteúdo aos demais funcionários, para que o compartilhamento de informações seja estimulado.				
	Realizar reuniões bimestrais de planejamento entre todos os funcionários e por equipe/programa				
	Apresentar e discutir junto ao Conselho o planejamento anual do PEIb				
	Apresentar ao conselho consultivo as ações realizadas em todos os programas e execução financeira ao final de cada exercício.				
<b>Gestão de Pessoas</b>	Efetuar a solicitação de férias, licença prêmio, folgas, afastamento, diárias, viagens, etc.				
	Fazer o controle de frequência individual e coletiva dos funcionários				
	Acompanhar os contratos de serviços terceirizados – frequência/atestado de execução de serviço				
	Acompanhar o bom funcionamento e a utilização dos EPIs e EPCs e solicitar manutenção quando necessário				
	Distribuir e acompanhar as funções/atividades e carga horária de todos os funcionários				
<b>Adequação da estrutura de recursos humanos (quadro de funcionários, serviços terceirizados)</b>	Ampliar e melhorar programa de voluntariado (Universidades, ONGs), inclusive para dar suporte a ações de controle (controle de espécies invasoras, remoção de resíduos, recuperação de áreas)	PEIb CC	ONGs Defesa Bombeiros SUCEN. RONDON AMEI Civil Projeto	Curto	baixa
	Implantar cadastro, em banco de dados, com as informações sobre voluntários e suas atribuições no PEIb;				
	Ampliar equipe técnica para atender demandas nos processos do PEIb				
	Reavaliar e ampliar e o sistema de contratação de serviços terceirizados	PEIb	Prefeitura, AMAI, ONG	TPA, curto	
	Contratar equipe técnica multidisciplinar para elaboração de projetos, captação de recursos e integração das CTs e CCPEIb	PEIb	ONGs, TPA, SEBRAE	COMTUR, Médio	Média

## Diretriz: Atuação Político-estratégica

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/ Parcerias	Prazos	Prioridade
<b>Articulação e parcerias internas e externas</b>	Fazer articulação com a Fundação Florestal/GCA para viabilizar demandas da UC.	PEIb	FF, GCA	Curto	Média
	Elencar os temas específicos para planejar as articulações com outros órgãos segundo as necessidades do PEIb		Conselho consultivo	Curto	Média
	Fazer articulação com outros órgãos e instâncias de governo para buscar parcerias, compatibilizar ações e definir/dividir competências e responsabilidades (ex. Prefeituras, Petrobrás, CIA DOCAS, CETESB, DER, DERSA, Marinha, Polícia Ambiental, entre outros)		PMI, Petrobras, Docas, CETESB, DER, Dersa, Marinha, PAmb, PM, bombeiros, defesa civil AGENDA 21 Ilhabela	Curto	Alta
	Formalizar parcerias com instituições, 1º, 2º e 3º setores	PEIb/FF/1º, 2º e 3º setores/PMI	----- ---	Médio	Média
	Firmar parceria formal com bombeiros para formar GVBS	SMA e SSP, PEIb, bombeiros	Voluntários, PMI, monitores	Médio	Baixa
	Articulação com ministério público para recursos de compensações, TAC, etc. sejam direcionados para estas ações	PEIb/FF	Ministério público, conselho consultivo	Curto	Alta
	Compatibilizar as ações e estratégias do Plano de Manejo do PEIb com as outras UCs de forma a integrar os trabalhos e otimizar os recursos disponíveis	PEIb/Outras UCs, FF	Prefeituras dos municípios onde estão as UCs, instituições locais e regionais	Curto	Média

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/ Parcerias	Prazos	Prioridade	
			proponentes			
	Compatibilizar e integrar as recomendações do PEIb ao Programa de Gestão Ambiental do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto e às normas da Marinha, considerando atividades pesqueira, turística e outras	PEIb, CIA DOCAS, Marinha	PMI, PMSS			
	Favorecer o diálogo com 2º e 3º setores para o desenvolvimento de projetos que atendam as demandas do PEIb	PEIb, CC PEIb, CTs	2º e 3º setores, monitores	Médio	Média	
	Efetivar a operação da estrada-parque de Castelhanos com possibilidade de envolver 2º e 3º setores	FF/DER	2º e 3º setores, trade, PMI, bombeiros, defesa civil, PAmb, PM	Médio	Baixa	
	Articular com órgãos licenciadores e SMA/FF para manifestação da UC em projetos/empreendimentos	PEIb/FF/SMA	CC PEIb	Curto	Alta	
	Articular com órgãos licenciadores/empreendedores o acompanhamento das informações sobre os processos de licenciamento				Média	
	Acompanhar a efetivação das ações de mitigação/compensação e condicionantes estabelecidas nos processos de licenciamento				Alta	
<b>Participação e envolvimento em grupos/fóruns</b>	Participar de reuniões, GTs e fóruns com atuações regionais e/ou políticas, como por exemplo, GTMPOA, COMDIAL, APA, CBH, para inserir os PEIb regionalmente e articular sua atuação e envolvimento.	CC PEIb, PEIb				Média
	Compartilhar resultados (definições, encaminhamentos, discussões) dos fóruns para os atores interessados					Médio
<b>Acompanhamento e integração com ações e projetos de outros</b>	Acompanhar ações e projetos de entidades governamentais e não governamentais em Ilhabela para inserir o PEIb nas discussões bem como otimizar e compartilhar as ações	PEIb/Conselho, CTs			IIS, entidades responsáveis pelas ações	Curto

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/ Parcerias	Prazos	Prioridade
órgãos	Incentivar a criação de banco de dados único com todos os projetos e ações do município (ex. ferramenta SG65 ou DPD/PMI)	PMI/PEIb	Todas as instituições do município (ONGs, Ricardo)	Longo	Baixa
	Incentivar o comprometimento das instituições em preencher e atualizar este banco de dados e definir a periodicidade Lembrete: mecanismo com envio de email automático com alerta sobre ações para cadastrados	PMI/PEIb/ONG /Casa dos conselhos	Instituições	Longo	Baixa

**Diretriz: Comunicação e Marketing.**

<b>Eixos Temáticos</b>	<b>Ações</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Apoio/ Parcerias</b>	<b>Prazos</b>	<b>Prioridade</b>
<b>Elaborar Plano de Marketing do PEIb</b>	Contratar plano de Marketing para a divulgação do PEIb	FF	PEIb PMI ONGs, Iniciativa privada	Médio	Média
	Padronizar informações sobre o PEIb regras, agendamento, trilhas oficiais etc.) nos sites do município (PMI, Associações, trade)	PEIb	PMI, trade, ass. monitores	Curto	Alta
	Estabelecer estratégias de divulgação dos serviços e produtos ambientais desenvolvidos e oferecidos pela UC				
	Articular a inclusão do PEIb em publicações de turismo como guias de viagens, mapas				
	Divulgar mensagens de sensibilização via rádio FM	PEIb	Rádio comunitário e outras rádios	Imediato	Alta
	Considerar as divulgações específicas do programa de proteção: ações ilegais que ocorrem no PEIb à sociedade civil; ações e responsabilidades do programa de proteção; campanhas de denúncia à Polícia Ambiental para caça, tráfico de animais, invasão, desmatamento.				
	Divulgar no município as pesquisas realizadas, bem como e normas, procedimentos e incentivos de pesquisa no site do PEIb e parceiros	PEIb, PMI	ONG, Inst. Pesq. imprensa local		
	Divulgar as ações do conselho (convite para oficinas/resultados dos trabalhos) através de jornais, revistas, etc. conforme definido no CC				
	Desenvolver KIT multimídia para escolas (vídeos, cartazes, jogos)	PEIb	Sec. Educação e ONGs	Longo até 3 anos	Média
	Distribuir folder e realizar atividades de educação ambiental (panfletagem, materiais audiovisual, outros) em locais de grande circulação (balsa, centro de informação, hotéis, eventos) com controle de distribuição para saber público alvo atingido. Este material deve informar o visitante sobre o município e o Parque, regras de conduta, divulgação de eventos, retorno sobre utilização da TPA	PEIb, PMI	DERSA, ONGs, Empresas, instituições (ACI, AHBRI), SECTUR	Imediato/ Curto	Média
Divulgar através de contas como SABESP ELEKTRO IPTU com frases de efeito de conscientização para a preservação do PEIb	PEIb	ELETRO SABESP PMI	Médio	Baixa	
Colocar links, banner ou lembrete sobre o PEIb nos sites de empresas de Ilhabela (pousadas restaurantes, agencias, DERSA)	PEIb	Assoc. Comercial, AHBRI,	Curto (até 1 ano)	Média	

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/ Parcerias	Prazos	Prioridade
			DERSA, Guia da Ilha		
	Lançar concursos de frases de efeito	Sec. Ed. Cult.	ONG, Associação		
	Divulgar frases de sensibilização e alerta na sinalização municipal/ imobiliário urbano. Padronizar tamanhos	PEIb/ PMI		Curto (até 1 ano)	Baixa
	Divulgar na balsa (foto, painel) e na área de espera, mídia eletrônica com informações institucionais	PEIb e DERSA	Ponto de Cultura	Curto até 6 meses	Baixa
	Desenvolver material impresso (folder) com divulgação "múltipla" para ser entregue na cobrança da balsa (sobre PEIb, PMI, DERSA, hotéis etc.)	PEIb e DERSA	Ass. Hotéis e pousadas, DERSA, PMI, Petrobrás, ONGs		Média
	Inserir conteúdo do PEIb na associação comercial no guia de Ilhabela andróide (iPad, iPhone)	ACEI	ACEI, AHBRI, COMTUR, SECTUR		Alta
	Divulgar o PEIb nos supermercados e nas recepções de hotel.	PEIb	Associações (ACEI, AHBRI, outros)		
	Fomentar a instalação de sistema de comunicação digital da balsa com sinal de internet para download de aplicativo com informações de Ilhabela	DERSA	PMI, PEIb		
	Padronizar as informações que devem ser bilíngüe (inglês)	PEIb		Imediato	Alta
	Elaborar um programa de educomunicação socioambiental do PEIb	PEIb	ONG SECTUR		Alta
	Melhorar, atualizar e divulgar o site do PEIb/ FF e Redes Sociais	PEIb			Média
	Estruturar um banco de dados com registro fotográfico das ações de cada programa				
	Estudar necessidade de Placas emergenciais	PEIb			
	Implantar o projeto de Sinalização do Parque: Instalação de Totem na entrada da cidade e São Sebastião sobre "Ilhabela- Município- Parque" e outros	CMDSA		Médio	Média
	Divulgar calendário de datas comemorativas com palestras, exposições e ações ambientais ligadas ao tema eleito de cada mês.				
	Disponibilizar a documentação original e a reproduzida do patrimônio histórico-cultural para consulta pública de forma organizada e eficiente				

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/ Parcerias	Prazos	Prioridade
	Divulgar em revistas TV e outras mídias voltadas para o público internacional	FF	PMI Trade Agências publicitárias	Médio	Baixa
<b>Estreitamento das relações entre UC e as populações do entorno</b>	Identificar e padronizar ações de atendimento a público;				
	Treinar e integrar toda a equipe e colaboradores para essas ações;				
<b>Participação em eventos</b>	Identificar e viabilizar novos canais de informação de serviços e atividades da UC.				
	Fomentar maior atuação do PEIb nos eventos do município, como Semana de Vela, Semana do Meio Ambiente, Semana Caiçara, Verão Ilhabela Viva, Jogos das Comunidades Tradicionais, Semana Esportiva "Play Team", Corrida dos Oceanos, Campeonato Brasileiro de Canoa Havaiana, Evento Aniversário da Cidade, X Terra, Dia do Meio Ambiente, DMSC entre outros.	PEIb	ONG, Sec. Turismo, Sec. Esportes		
	Fomentar participação do PEIb em feiras e simpósios (adventure sports fair, salão do turismo, avistar)	PEIb SETUR	Trade, PMI, FF	Curto	Média

### Programa Proteção

#### Diretriz: Infraestrutura, Bens e Equipamentos.

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/ Parcerias	Prazos	Prioridade
<b>Incremento ou restauração de instalações físicas para atendimento aos programas de gestão</b>	Instalar guaritas no final da Estrada dos Castelhanos, Sepituba, Jabaquara. Instalar cancela na Guarita de Castelhanos, para maior controle do programa de proteção. É importante a presença institucional, além da sinalização adequada, em locais com maior pressão de visitação. Guaritas ou estruturas similares para recepção e monitoramento de visitantes e fiscalização. A implantação dessa estrutura deve estar atrelada à existência de recursos humanos suficientes e deve prever estrutura sanitária adequada	PEIb PMI CT CC COMTUR	PPP Fundos de financiament o Municipal Estadual e federal	Curto médio (simultâneo à implantação de infraestrutur a	alta
	Desenvolver projeto e instalar um sistema de monitoramento com câmeras de longo alcance tipo DOMO na Guarita e na laje, quando da instalação da infraestrutura (especialmente para os programas de proteção e uso público)				
<b>Manutenção/ Aquisição e controle de equipamentos</b>	Agilizar o controle de equipamentos. A equipe de proteção em plantão pega na sexta o kit (GPS, máquina fotográfica, lanterna, primeiros socorros)				
	Adquirir uniforme completo, incluindo mochila para a equipe de proteção que efetivamente realizar incursões na mata				

**Diretriz: Gestão de Pessoas.**

<b>Eixos Temáticos</b>	<b>Ações</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Apoio/Parcerias</b>	<b>Prazos</b>	<b>Prioridade</b>
<b>Adequação da estrutura de recursos humanos (quadro de funcionários, serviços terceirizados)</b>	Solicitar 9 postos fixos de 12h de guarda patrimonial. 2 para sede da Vila, 1 para Itaguassu, 2 para futura base de castelhanos, como prioridades e mais: 2 para futura base Sepituba, 2 futura base Jabaquara				
	Articular para a regularização do cargo IF/FF				
	Articular para consolidação do plano de carreira de guarda-parque				
<b>Capacitação dos agentes do sistema de fiscalização e controle</b>	Capacitar equipe de fiscalização para elaborar laudos / valoração de danos				
	Promover cursos de capacitação (primeiros socorros, incêndios, animais peçonhentos, GPS, resgate, computação)				
	Realizar capacitação para atuação na área ambiental, especialmente dos terceirizados				



**Diretriz : Elaboração do Plano de Proteção.**

<b>Eixos Temáticos</b>	<b>Ações</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Apoio/ Parcerias</b>	<b>Prazos</b>	<b>Prioridade</b>
<b>Criação de CT de Proteção</b>	Solicitar atuação da Polícia com apoio da sociedade civil e PMI	CT	CONSEG, sociedade civil, ONG, associações, jipeiros, APA Marinha	Curto/contínuo	
	Divulgar campanhas de denúncia à Polícia Ambiental para caça, tráfico de animais, invasão, desmatamento	PEIb, PAMB	PMI, CONSEG, sociedade civil, ONG, PMI/SecEdu, associações, jipeiros, APA	Curto	Média
	Implantar e divulgar o disque denúncia no Parque	PEIb	ONG, PMI/SecEdu, associações, jipeiros, APA	Médio	Média
	Estabelecer fluxo sistemático de informações com demais agentes de fiscalização	CT	Marinha	Curto	Média
	Divulgar ações e responsabilidades do programa de proteção	PEIb	FF	Médio	
	Divulgar ações ilegais que ocorrem no PEIb	CT	Jornais gratuitos, PMI, rádios	Curto	Alta
	Criar uma GT para discutir estratégias de ações efetivas contra a caça e o tráfico de animais	CCPEIb	PMI, Conselhos, Pol. Militar, PAMB, ONGs	Curto	Média
<b>Atividades de Proteção</b>	Fazer um mapa para localizar conflitos e orientar ações de fiscalização	PEIb	APA Marinha	Imediato	Alta
	Realizar vistorias em atendimento ao MP, PJ, CETESB, etc. Usar GPS, máquina fotográfica, altímetro, fita métrica diariamente nas vistorias	PEIb/PAMB			
	Estabelecer rotinas de fiscalização a fim de garantir o fechamento das trilhas não constantes no zoneamento para uso público.			Curto	Média
	Implantar/ acompanhar plano de contingências	PEIb	Bombeiro, defesa civil, GVBS, ONG, ass. monitores	Médio	Média
	Realizar a fiscalização para coibir captações de água irregulares e orientar os procedimentos para análise e ajustamento dentro do PEIb		PAMB	Médio	Baixa
	Propor a retirada as captações de água irregulares nas áreas abastecidas pela SABESP	PEIb, SABESP,	PAMB, fiscalização	Médio	Baixa

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/ Parcerias	Prazos	Prioridade
		PMI, PMI (Saúde, educação), CETESB			
	Proibir a soltura de animais vindos de outros lugares no PEIb	PEIb, PAmb	Lojas que vendem animais, ONGs, SMMA, Dersa	Curto	
	Prevenir novas ocupações nas cotas 100 e 200m e Ilhas	PEIb, PAmb, PMI -diretoria de comunidades	ONG	Curto	Média
	Controlar a presença de lixo, esgoto	PEIb	Jipeiros, trade, monitores	Curto	
	Realizar o levantamento de proprietários de terras limítrofes ao PEIb e incentivar/ negociar a recuperação de áreas degradadas e criação de RPPN				
	Realizar vistorias em atendimento ao MP, PJ, CETESB, etc. Usar GPS, máquina fotográfica, altímetro, fita métrica diariamente nas vistorias	PEIb, PAmb			
	Elaborar laudos ambientais e de valoração de danos	PEIb	PAmb e CETESB	Médio	
	Desenvolver atividades de educação ambiental para prevenir atividades ilegais	PEIb, PAmb, PMI (SMMA, SecEdu)	ONG, monitores, associações de bairros, fiscalização	Médio	Média
	Avaliar a viabilidade de implantar centro de recebimento e/ou reabilitação de animais silvestres e marinhos na ZA. Criar fluxograma e lista de contatos para encaminhamento desses animais	PMI (Saúde), IBAMA	PEIb, PAmb, clínicas veterinárias, ONG, APA Marinha	Longo	Baixa
<b>Caça e Tráfico de Animais</b>	Acompanhar a inspeção dos passageiros na saída da balsa e em pontos estratégicos (como píeres, Jabaquara, água branca, Sepituba)	PEIb, PAmb, Dersa e PMI (fiscalização)	Marinha, Sociedade, ONG, associação de monitores	Curto/Médio	Alta
	Fazer ações de sensibilização nas comunidades tradicionais incentivando outras ações como birdwatching e estudos do meio e outros órgãos como PAmb, monitores	CCPEIb, PAmb	ONGs (CEBIO, IIS), Rencatas	Médio/Longo	Média

<b>Eixos Temáticos</b>	<b>Ações</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Apoio/ Parcerias</b>	<b>Prazos</b>	<b>Prioridade</b>
	Promover ações de educação ambiental sobre o tema caça e tráfico de animais silvestres	CCPEIb, PAmb	ONGs, PMI, GTEA, Rencas	Curto	Média
	Inibir atividades de caça ilegal e tráfico de animais através de constante fiscalização em pontos críticos das trilhas do PEIb e fixação de placas sobre a proibição da caça ou captura de animais silvestres e alertando sobre o ato criminoso (Lei 9.605/98 Art. 29º)	FF + PAmb		Curto/M édio	Alta
<b>Estruturação de Banco de Dados da Proteção</b>	Subsidiar o Programa de Gestão para a implantação do banco de dados informatizado (sistema com uso de iPad, etc)				
	Rever os documentos utilizados pelos funcionários para embargos e padronizá-los para facilitar o armazenamento e a troca de dados informatizados	PEIb		Médio	
	Melhorar procedimentos administrativos para autuação (ex: demolição, embargo)	FF		Longo	Média
	Armazenar dados de rotinas de fiscalização no banco de dados do PEIb	PEIb		Curto	

104

**Diretriz: Integração do Sistema de Fiscalização com os Demais Órgãos com Atribuições Correlatas.**

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/ Parcerias	Prazos	Prioridade
<b>Implantação dos projetos Pró-Parque e Pró-Mar e garantir o efetivo envolvimento dos órgãos</b>	Definir ações e operações conjuntas	PEIb, PAmb, APA Marinha	Polícia civil e militar, bombeiros, MP, PMI, Defesa civil, sociedade civil, ONG	Curto	Alta
	Estabelecer rotina de avaliação e planejamento padronizadas (FF-PAmb)			Médio	Média
	Definir condutas de abordagem			Curto	Média
	Definir troca de informações			Curto	Média
<b>104.1.1.1.1.1.1.1 Estabelecimento de parceria para maior integração das ações de fiscalização na UC e no entorno imediato.</b>	Integrar os trabalhos técnicos do PEIb e da UC próximas para estabelecer diretrizes e a proposição de ações	FF – GCA UCs (estaduais, federais e municipais)	Agência ambiental, FF, PMI, IBAMA, ONGs, MP	Médio	Média
	Integrar ações da defesa civil para avaliação de áreas de risco	IG, PEIb, Defesa civil	IPT, Agência ambiental, PMI	Longo	Baixa
	Unificar ações de fiscalização pontuadas PEIb/PESM mensalmente	PEIb, PESM, APA Marinha	PAmb	Curto	Alta
	Integrar ações PEIb e Corpo de bombeiros para busca, salvamento e incêndio na mata	Corpo de bombeiros, PEIb	Defesa civil, PAmb, voluntários, SUCEN, associação de monitores, ONG, PESM, COE	Curto	Média
	Realizar ação integrada na saída da balsa para coibir atividade ilegal que afeta a fauna silvestre	PAmb, IBAMA	PEIb, PMI, PM	Médio	Baixa
	Integrar ações de fiscalização da PMI especialmente em áreas limítrofes	PEIb, PMI	PM, comunidade, ONG	Curto	Baixa
	Articular apoio para ajustar porte de arma à equipe de proteção	Polícia federal	SMA, SSP, MP, ICMBio	Médio	Alta
	Centralizar contato em caso de ocorrências ou ações pontuais	PeIb	PAmb, PMI, PM, bombeiros, defesa civil, MP, PESM	Curto	Alta
	Articular para coibir a instalação de criadouros de animais no entorno da UC	PEIb, PAmb, PMI	ONG, comunidade	Curto	Baixa

**Diretriz: Demarcação dos Limites do PEIb.**

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/ Parcerias	Prazos	Prioridade
Demarcação Física	Instalação dos marcos divisórios	FF	PEIb	Médio / Na área urbana curto	Alta
	Implantar delimitação física do PEIb por meio de plantio de espécies nativas com diferentes épocas de floração e / ou por traçado não pavimentado para pedestres e ciclistas				

**Programa Pesquisa****Diretriz: Infraestrutura, Bens e Equipamentos.**

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/ Parcerias	Prazos	Prioridade
Incremento ou restauração de instalações físicas para atendimento aos programas de gestão	Implantar infraestrutura (alojamento, laboratório, torre de observação, centro de pesquisa)	PEIb/IF	Prefeitura, CEBIO		média

**Diretriz : Gestão de Pessoas.**

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/ Parcerias	Prazos	Prioridade
Adequação da estrutura de recursos humanos (quadro de funcionários,	Definir responsável pela coordenação do Programa de Pesquisa e Manejo do Patrimônio	PEIb/ IF	Prefeitura, CEBIO		média

<b>serviços terceirizados)</b>	Criar GT de pesquisa (PEIb ou LN) para: ajudar na avaliação dos projetos; levantar temas prioritários e lacunas de conhecimento para fomentar pesquisas que possam subsidiar a gestão do PEIb; buscar e divulgar editais para financiamento de projetos e pesquisas		IG, CEBIO, IP, IO, faculdades da região, UC, TAMAR		alta
	Formar grupo e capacitar voluntários / funcionários, parceiros, monitores para acompanhar pesquisadores		Ass. de monitores, Pref. ONG		média

**Diretriz: Gestão das Atividades de Pesquisa e Manejo.**

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/ Parcerias	Prazos	Prioridade
<b>Estruturação e Normatização do Programa</b>	Implantar Banco de Dados sobre os projetos de pesquisa em andamento/concluídos. Este banco deve ser posteriormente integrado com o BD do programa de Gestão	PEIB / IF	Pesquisadores voluntários		alta
	Elaborar cadastro total (incluindo informações, mapas, imagens de satélites e fotografias) de espécies, sítios arqueológicos, trilhas, meio físico, comunidades, etc				
	Implantar biblioteca com pesquisas concluídas para consulta pública				
	Determinar um fluxograma (pesquisador-cotec-UC-GTPesquisa-COTEC-pesquisador) bem como normas específicas da UC para a realização de pesquisas (diferenciando tipos de pesquisa e objetivos). Incluir no formulário/ autorização da COTEC, o número de indivíduos a serem coletados		ONG (como IIS e outras)		alta
	Elaborar roteiros para visitas técnicas dos pesquisadores. Dentre os itens a serem considerados são: pesquisador faça contato com o PEIB				
	Elaborar protocolo de orientação para coleta de dados espacializados, com projeção e datum				
	Exigir relatório parcial das pesquisas para acompanhar o andamento				
	Exigir ao fim dos projetos de pesquisa desenvolvidos, a entrega de uma cópia do trabalho em papel, quando necessário, e uma digital para arquivo				média
	Solicitar que as pesquisas realizadas nas comunidades tradicionais considerem o conhecimento e envolvimento das mesmas nos estudos		CT Pesquisa e CT Comum.		
	Solicitar a espacialização dos dados levantados pelos pesquisadores				
	Solicitar a contribuição do pesquisador na elaboração de material específico e simplificado do projeto, em linguagem acessível para a divulgação e conscientização de funcionários, moradores e visitantes da UC				
	Solicitar ao pesquisador a apresentação dos resultados no CC e nas comunidades, quando for o caso				
	Analisar necessidade de coleta e acompanhar todas as pesquisas que tenham coleta. Os funcionários que acompanham a pesquisa devem estar cientes das coletas e demais exigências				

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/ Parcerias	Prazos	Prioridade
<b>Articulação Interinstitucional</b>	Articular, junto a Cotec, para o estabelecimento de um sistema de avaliação de processos mais ágil, por exemplo, estruturar um sistema de cadastro, acompanhamento e retorno de pareceres via internet	PEIB / IF			alta
	Articular com instituições de pesquisa e de fomento, visando parcerias para o desenvolvimento de pesquisas prioritárias e necessárias ao manejo e gestão do PEIB				alta
	Criar cadastro regional de pareceristas (consultores <i>ad hoc</i> ) na avaliação de processos				
	Elaborar Cursos, Oficinas, Simpósios em parceria com Institutos de Pesquisa, ONGs, CNPq, FAPESP etc.	PEIB			
	Divulgar grandes temas junto aos Institutos de Pesquisa		Inst. Pesq, ONG, CNPq, FAPESP, etc		
	Buscar financiamento junto a fundos públicos e privados		ONG, Inst. Pesq. PMI		
	Disponibilizar banco de dados e normas de pesquisa no site do PEIB e parceiros	PEIB / IF	Inst. Pesq		
	Articular com Prefeitura para estabelecer normas de pesquisa no município semelhantes e compatíveis com às do PEIB	PEIB, CMDSA, CMMA, Câmara de vereadores			
	Articular com IF para implantar base de pesquisa na região	FF			
	Articular com a Prefeitura para usar recursos de TPA em divulgação / educação ambiental		PMI		
<b>Apoio aos demais Programas de Gestão</b>	Organizar e disponibilizar informações necessárias ao manejo e gestão da UC. Não sobrepor interesses turísticos à legislação ou à conservação dos recursos naturais				
	Adaptar resultados das pesquisas para educação ambiental				
	Subsidiar informações para eventos regionais e esclarecimentos sobre a fauna e flora; espécies de importância médica e acidentes ofídicos; importância do PEIB na conservação da biodiversidade, explorando aspectos da caça, captura e tráfico de animais, etc.				



## Projetos para Subsidiar os Demais Programas

### Visitação.

Ações	Prioridade
Dar continuidade ao mapeamento das áreas de riscos do plano de contingencia para possíveis novos atrativos.	média
Realizar estudos específicos de impactos na implantação dos estacionamentos, mirante e outras intervenções, bem como a viabilidade socioeconômica e ambiental para a Estrada dos Castelhanos (implantar estacionamento em área antes do rio)	
Realizar estudos para avaliar a vulnerabilidade de todas as trilhas existentes e possíveis novas trilhas.	
Realizar estudos (de forma participativa) sobre a viabilidade de abertura de trilhas e alteração da zona, bem como para definir recomendações de manejo e uso (Ponta do Boi, Pico de São Sebastião, Caminho do Estevão, Areado, e outras trilhas) com pesquisadores devidamente autorizados pela COTEC/ IF	
Estudar o ordenamento da visitação com bicicleta no Bonete e Castelhanos (horários, normas, delimita�o de "ciclo-faixa") a fim de evitar conflitos com pedestres na trilha do Bonete e veículos no caso da Estrada dos Castelhanos	
Realizar estudo de viabilidade de altera�o do traçado da trilha Indaiaúba- Vermelha (traçado antigamente usado pelos caiçaras), para início na praia das enxovas e manter somente acesso � praia de Indaiaúba Também deve-se realizar estudo de mudança de traçado da trilha Vermelha- Indaiaúba, amenizando a subida em zig-zag.	
Elaborar projeto de implementa�o do programa de voluntariado (Universidades, ONGs). Incluindo capta�o de recursos para hospedagem e alimenta�o	baixa
Realizar estudos de manejo do impacto da visita�o para todas as trilhas .	alta
Realizar estudos de manejo do impacto da visita�o para estrada dos Castelhanos	alta
Realizar estudo de viabilidade de co-gestão/concessão do controle e manejo das trilhas, bem como atividades de educa�o ambiental e sinaliza�o com OSCIP municipais	m�dia

A�o	Responsável	Apoio/Parcerias	Prazo	Prioridade
Realizar estudos do potencial de implanta�o de novas atividades e locais para sua realiza�o (considerando possibilidade de implementa�o de trilhas existentes, mas não utilizadas turisticamente; trilha de longo percurso- ex: Bonete e Jabaquara para ciclo trilha e trilha para pedestres e ciclistas na divisa do PEIb – cota 200 ou próximo a esta)	PEIb PMI PPP	Associa�o de engenheiros e arquitetos, CT Ecotur, CC, COMTUR, ONGs, iniciativa privada	início imediato - médio longo prazo	m�dia
Realizar estudos de potencial e viabilidade para desenvolvimento de atividades de turismo sustentável, incluindo esportes de aventura, como exemplo montanhismo, mountain bike, canoagem, entre outros. Estudar o ordenamento e regulamenta�o de esportes de aventura (Rapel, Montanhismo, entre outros)				

### Educa o Ambiental.

A�es	Prioridade
Realizar estudo para viabilidade e implanta�o de projeto de educa�o ambiental das trilhas: Friagem/Couro do boi/Bananal/Indaiaúba/Vermelha/Atalho de Castelhanos	Alta

## Interação Socioambiental.

Ações	Prioridade
Estruturar o viveiro do PEIb como centro de aprendizado	
Estudar a viabilidade ambiental, social e econômica de pequenos negócios no entorno imediato.	
Fomentar Centro de Pesquisas Caiçaras (Plano Diretor)	
Estudar a viabilidade de implantação de projetos de reintrodução e manejo de palmito jussara pelas comunidades tradicionais	
Realizar inventário das práticas artesanais tradicionais contendo, por exemplo: tipos de artesanatos confeccionados; as técnicas tradicionais utilizadas; artesãos responsáveis.	
Estudar a disponibilidade de recursos pesqueiros e viabilidade econômica para as comunidades tradicionais	
Priorizar estudos mais detalhados de vegetação e fauna nas áreas ocupadas por comunidades, para estabelecer uma zona de conservação mais restritiva e áreas para manejo de recursos naturais, bem como trilhas e ponto de captação de água nas comunidades	

Ação	Responsável	Apoio/Parcerias	Prazo	Prioridade
Estudar a viabilidade de implantação de maricultura	APA Marinha, PEIb	Institutos de pesquisa (CEBIMar), MPA e outros	Médio	Baixa
Estudar a viabilidade de delimitação de área específica para uso da pesca artesanal	APA Marinha, MPA, Gerco, Associação de pescadores	PEIb, Marinha, CATI, comunidades	Médio	Média
Apoiar os estudos de viabilidade de criação e implementação de UC de Uso Sustentável contígua ao PEIb, abrangendo as áreas ocupadas e usadas pelas comunidades tradicionais	PEIB (CT Comunidades), PMI	Comunidades, CTs, instituições de ensino, AEA Ilhabela, CMDSA, pesquisadores, Câmara	Longo	Baixa
Estudos para recategorização conforme Resolução 029, das Ilhas Vitória e Búzios, considerando o território marinho usados pelas comunidades tradicionais e desde que haja áreas de conservação restritiva.	PEIb, APA Marinha, comunidades	ONGs, universidades, especialistas, PMI	Longo	Baixa
Realizar o mapeamento da área de pesca tradicional das comunidades do arquipélago de Ilhabela a partir dos dados iniciais da Petrobras e Instituto de Pesca (IP)				
Realizar diagnóstico da real utilização da área do PEIb pelas comunidades do entorno para subsidiar estudos de criação de novas UCs				

## Projetos de Manejo e Monitoramento

### Manejo da Estrada de Castelhanos.

Eixos Temáticos	Ações	Prioridade
<b>Projeto de recuperação e monitoramento da Estrada de Castelhanos</b>	Promover a recuperação dos sistemas ecológicos, estabilidade do solo, identificação de áreas para incorporação de matéria orgânica em solo exposto, reflorestamento por meio da substituição de espécies exóticas por pioneiras e desbaste parcial de trepadeiras lenhosas	
	Realizar estudo de viabilidade geotécnica para intervenções na estrada	alta
	Implantar o monitoramento frequente e ações de conservação	

106

### Manejo do Meio Físico.

Eixos Temáticos	Ações	Prioridade
<b>Clima</b>	Caracterizar as diferentes variáveis meteorológicas envolvidas nos fenômenos climáticos, suas dinâmicas ao longo do ano e, se possível, estudá-las nas diferentes vertentes da Ilha de São Sebastião	
<b>Contenção de áreas de risco de erosão</b>	Estabelecer técnicas adequadas para contenção de processos erosivos na UC.	
	Realizar estudos geotécnicos nas áreas de contato entre PEIB e zona de expansão urbana, para que não ocorram eventos geológicos no interior do PEIB que causem perdas ou danos a população do entorno.	
<b>Manejo da qualidade e quantidade dos recursos hídricos de água doce</b>	Implantar o monitoramento de um corpo hídrico inserido em uma microbacia com vegetação em bom estado de preservação, comparativamente a um corpo hídrico inserido em uma microbacia com uma vegetação alterada.	
	Levantar dados quantitativos de vazão; e levantar e avaliar o impacto das captações irregulares no volume d'água dos trechos, contemplando as diferentes épocas do anos	
	Promover estudos com o objetivo de compreender a dinâmica natural das variáveis físicas, químicas e biológicas dos principais corpos d'água, bem como a maneira com que o turismo pode influenciar essas características	

107

### Manejo da Biodiversidade.

Eixos Temáticos	Ações	Prioridade
<b>Manejo recursos naturais e serviços ambientais</b>	Promover monitoramento dos ecossistemas costeiros (praias, costões e manguezais) no PEIB e ZA.	baixa
	Promover a identificação e valoração de serviços ambientais do PEIB	média
	Realizar estudos e monitoramento da dinâmica de uso e ocupação da terra e vetores de pressão sobre o PEIB	alta

## Manejo da Flora.

Eixos Temáticos	Ações	Prioridade
<b>Manejo da flora nativa, com atenção especial às espécies em risco de extinção ou que sofrem pressão endogâmica local</b>	Promover a recuperação da cobertura vegetal e estabilização dos processos erosivos na porção oeste do PE de Ilhabela, onde o parque faz limite com as áreas de crescimento urbano.	média
	Promover a recuperação da vegetação original das Ilhas dos Búzios e da Vitória e de outras localidades do PEIb	
	Promover pesquisa através da coleta de sementes de espécies nativas para auxiliar na recuperação de áreas degradadas (produção de mudas em viveiro)	
	Promover a recuperação e/ou revegetação das áreas degradadas do PEIb, com coleta de sementes e mudas de espécies nativas do PEIb	
	Manejar as populações de espécies de plantas que produzem sementes grandes e que contam com escassos disseminadores	
	Reintroduzir, em diversas zonas da ilha, espécies-chave de plantas nativas no que se refere à produtividade de frutos carnosos para os frugívoros e predadores e dispersores de sementes,	
	Controlar as extensões de campos de samambaias nas ilhas de Búzios e Vitória.	
	Controlar as populações de plantas domesticadas ou úteis ao homem, que não são autóctones e que são potencialmente colonizadoras ou invasoras dentro do PEIb	
	Realizar projetos de manejo florestal com coleta de sementes e produção de mudas no local, e envolvimento comunitário	
	Realizar projetos nas áreas de sapezais, de modo a compreender como se dá a regeneração da floresta a partir desta forma de perturbação	
	Promover o plantio de espécies nativas cujas populações estejam em declínio, adotando medidas que favoreçam seu enriquecimento	
	Recomendar e apoiar zonas de plantio de espécies arbóreas de crescimento rápido destinadas ao extrativismo ligado às atividades tradicionais. (canoas e artesanato).	
	Implantar o monitoramento específico para o acompanhamento e controle da densidade de populações de bambus em todas as vegetações que compõem o Parque, principalmente nas Ilhas da Vitória e Búzios	
	Incentivar pesquisas sobre os processos de regeneração natural/induzida nas zonas de recuperação	
	Fomentar projetos de recuperação florestal nas comunidades tradicionais residentes no PEIb e seu entorno. Os trabalhos de recuperação das áreas deverão utilizar mão-de-obra da comunidade local, sempre que possível	
Priorizar pesquisas sobre extração de recursos naturais e a fauna cinegenética		

108

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/Parcerias	Prazos	Prioridade
<b>Retirada de Espécies Alóctones</b>	Mapear áreas com necessidade de retirada de espécies exóticas.				
	Controlar as extensões de campos de samambaias nas ilhas de Búzios e Vitória. Esta ação deve ser realizada em conjunto com o programa de Interação Socioambiental	PEIb	Universidade, comunidades	Médio	Média

Controlar as populações de plantas domesticadas ou úteis ao homem, que não são autóctones e que são potencialmente colonizadoras ou invasoras, especialmente nas ilhas de Búzios e Vitória. Esta ação deve ser realizada em conjunto com o programa de Interação Socioambiental	PEIb, PMI	ACEI, Assoc. engenheiros e arquitetos, ONGs	Médio	Média
Implantar um programa continuado de erradicação e monitoramento das populações de espécies de plantas alóctones invasoras e potencialmente invasoras. Esta ação deve ser realizada em conjunto com o programa de Interação Socioambiental	PEIb, PMI	ACEI, Assoc. engenheiros e arquitetos, ONGs	Médio	Média

### Manejo da Fauna.

Eixos Temáticos	Ações	Prioridade
<b>Manejo da fauna nativa do Parque, com atenção especial às espécies em risco de extinção ou que sofrem pressão endogâmica local</b>	Realizar levantamentos da vegetação, e grupos faunísticos na Trilha do Indaiaúba, na Ponta do Boi, que abrange costões rochosos e a floresta de encosta logo acima	
	Apoiar pesquisas que tenham como objetivo caracterizar a herpetofauna local, por meio de estudos realizados em longo prazo	
	Promover estudos que relacionem a diversidade dos diversos grupos faunísticos à grande heterogeneidade ambiental observada nesta UC, fornecendo subsídios às ações de manejo propriamente ditas e cobrindo as lacunas de conhecimento no PEIb	baixa
	Apoiar pesquisas sobre espécies de herpetofauna listadas em alguma categoria de ameaça e espécies endêmicas;	
	Incentivar estudos sobre anfíbios e répteis especialistas quanto a utilização do ambiente para avaliação da qualidade ambiental	
	Monitorar a longo prazo as comunidades e espécies bioindicadoras, pertencentes aos grupos funcionais chave (e.g., dispersores de sementes grandes), endêmicas ou ameaçadas de extinção.	
	Levantar e monitorar os sítios de nidificação, e possíveis novos sítios de nidificação, das aves marinhas e pelágicas, com estimativa de casais reprodutivos nas ilhas Cagadinha e da Figueira e nas ilhotas da Prainha e Codó.	
	Avaliar e monitorar o impacto do turismo sobre a diversidade local de espécies de aves e sobre o comportamento de espécies previamente selecionadas, atentando para a habituação, aumento de distância de fuga, perturbação de nidificação e de forrageio.	alta
	Levantar população, mapear os ninhos e monitorar o sucesso reprodutivo do papagaio-moleiro, de espécies ameaçadas de extinção como jacutinga, gavião-pombo pequeno, aves pelágicas e outros, estabelecendo esquemas de fiscalização específicos nessas áreas de nidificação e dormitório	média
	Monitorar a Praia da Figueira e praias na Zona de Amortecimento do PEIb no que se refere às espécies migratórias de aves	
	Promover o controle de morcegos-vampiro na Ilha dos Búzios e Ilha da Vitória através de abrigo noturno adequado as criações de galinhas.	
	Incentivar estudos de reintrodução de espécies que disseminam sementes de grandes dimensões	
	Promover estudos científicos sobre possíveis efeitos dos tratamentos de controle de borrachudos com BTI na fauna de invertebrados dos sistemas fluviais	
	Monitorar as comunidades, populações e as distribuições geográficas de organismos bioindicadores mais sensíveis a mudanças climáticas,	
	Realizar estudos para implantação de "áreas trampolim" nas zonas urbanas da Ilhabela situadas próximas ao município de São Sebastião como corredores ecológicos.	
Implantar e/ou apoiar centro de tratamento de animais silvestres e marinhos		
<b>Manejo de populações de espécies exóticas</b>	Identificar e estabelecer contatos com centros de triagem de fauna locais para o recebimento dos animais alóctones capturados	
	Limitar as populações de cães e gatos domésticos, tanto quanto ao número de exemplares como no que se refere ao acesso às diferentes áreas.	

	Incentivar, apoiar e promover a erradicação e monitoramento de espécies invasoras marinhas (ex: coral sol) nos costões do PEIb e sua ZA. Potenciais parceiros: Instituto de Biodiversidade Marinha e Instituto Terra e Mar	
	Estabelecer um programa de controle da introdução de espécies exóticas e silvestres na Ilha de São Sebastião intensificando, em parceria com a polícia ambiental, a fiscalização na entrada e saída da balsa.	
	Promover a retirada e/ou controle dos animais domésticos do interior da unidade de conservação.	
<b>Controle de animais sentinelas/vetores na transmissão de doenças</b>	Controlar população das espécies cujo status sanitário é suspeito, tanto no parque, como no entorno, evitando a transmissão de zoonoses aos animais silvestres e/ou às pessoas.	
	Promover o controle e manejo do gabiru exótico <i>Rattus rattus</i> nas Ilha do PEIb visando a conservação das espécies nativas e bem estar das comunidades tradicionais presentes. Principalmente na ilha da Vitória, foi detectada uma população dessa espécie próxima a habitações humanas e também no interior de fragmentos de mata.	

109

Ações	Responsáveis	Apoio/Parcerias	Prazos	Prioridade
Implantar um programa continuado de erradicação e monitoramento das populações de animais domésticos e roedores alóctones dentro do PEIb e entorno	PEIb, PMI	APAIlha, CT, comunidades	Curto	Média
Integrar-se ao Programa Municipal de Respeito Animal, que inclui a castração de animais domésticos, sua contenção à áreas urbanas, dentre outras medidas	PEIb, PMI	APAIlha, ONG, comunidades	Curto	Média
Realizar campanha para evitar soltura de animais domésticos e exóticos	PEIb, PMI	CEBIO, APAIlha, ONG	Curto	Média

### Gestão e Manejo do Patrimônio Histórico-cultural.

Eixos Temáticos	Ações	Prioridade
<b>Manejo dos Sítios Arqueológicos</b>	Identificar o patrimônio arqueológico. Prospecção, Geoprocessamento, Análise ambiental, estudo histórico documental, entrevistas. Estudar a Toca do Estevão para incluí-la como Zona de Patrimônio Histórico - Cultural	baixa
	Realizar estudo prioritário para delimitação dos sítios arqueológicos nas comunidades tradicionais	
	Proteger o patrimônio arqueológico - Recuperação de acervos arqueológicos em poder de particulares, fiscalização contra destruição de sítios. Educação Patrimonial	baixa
	Promover o estudo do patrimônio arqueológico. Escavação Arqueológica, Datação, estudo do acervo gerado. Realizar estudo prioritário para delimitação do sítio arqueológico.	
	Promover do patrimônio arqueológico. Criar Museus de Sítio, trilhas e roteiros monitorados, material gráfico, treinamento de guardas parque, parcerias com monitores e operadoras de turismo	alta
<b>Manejo para os acervos arqueológicos</b>	Criar espaço museológico:	

<b>Manejo para o Patrimônio Arquitetônico</b>	Realizar estudos e registro do Farol da Ponta do Boi para fins de divulgação e valorização do Parque	
	Considerar a arquitetura tradicional caiçara, com suas técnicas construtivas, partido arquitetônico, uso de matérias-primas, etc., para fins de registro.	
<b>Manejo para o Patrimônio Arquivístico</b>	Realizar levantamentos (Ampliar os acervos conhecidos, de interesse do Parque, Realizar levantamentos junto as comunidades do Parque em busca de documentos de interesse)	
	Promover a conservação (Elaborar e executar Programa de Conservação da Documentação obtida, Conscientização dos moradores, Incentivos fiscais e outros)	
	Realizar a promoção (Disponibilizar a documentação original e a reproduzida para consulta pública de forma organizada e eficiente, Promover atividades educativas (oficinas, exposições) a partir da documentação)	
	Promover estudo (Desenvolver pesquisas sobre o acervo para fundamentar a organização e a promoção)	
	Disponibilizar, através dos instrumentos de pesquisa convencionais (listagens, guia, inventários etc.) ou informatizados, as informações necessárias à consulta pública dos documentos textuais e iconográficos de valor histórico e/ou cultural.	
	Propor um programa de conservação e preservação dos documentos, no caso de obtenção de documentos originais.	
	Desenvolver pesquisas sobre o acervo para fundamentar a organização e promover atividades educativas (oficinas, exposições etc.).	

Eixo Temático	Ações	Responsável	Apoio/Parceria	Prazo	Prioridade
<b>Promoção do Patrimônio Arqueológico e Arquitetônico no PEIB e ZA</b>	Criar Museus de Sítio, trilhas e roteiros monitorados, material gráfico, treinamento de guardas parque, parcerias com monitores e operadoras de turismo				
	Incentivar a implantação do “Projeto para aproveitamento turístico de quatro sítios arqueológicos em Ilhabela”				
	Estruturar Cursos, Oficinas, produção de material gráfico para-didático sobre o patrimônio histórico-cultural do PEIB para os diferentes público-alvo				
	Disponibilizar a documentação original e a reproduzida para consulta pública de forma organizada e eficiente				
	Promover o reconhecimento e tombamento dos sítios pelo IPHAN e CONDEPHAAT	PEIB	Prefeitura, OSCIP	médio	1
	Definir materiais de apoio e divulgação (como impressos na forma de folders e cartilhas) sobre patrimônio histórico-cultural para os diferentes públicos alvo				
	Identificar, estudar e cadastrar sítios e avaliar viabilidade para uso turístico de sítios dentro do PEIB ou para pesquisa	PEIB, IPHAN; Instituto Histórico e Arqueológico de Ilhabela, Universidades, outras Instituições de Pesquisa, especialistas	PMI/ SEC Cultura, COMTUR	médio longo	baixa
	Fomentar criação de leis municipais de proteção aos sítios históricos e arqueológicos	PMI Câmara	Sociedade civil organizada, IPHAN, Condephaat	médio longo	média
Implantar sinalização dos sítios	PMI PEIB Instituto Histórico e Arqueológico	Instituições de Pesquisa, PPP, Proprietários	médio longo	baixa	



## Outras Pesquisas.

Tema	Principais Pesquisas
Meio Físico	Incentivar a vetorização da base planialtimétrica, em escala de 1:10.000.
	Mapear tipos de solos em maior detalhe, escala 1:25.000 ou maior.
	Caracterizar as propriedades físico, química e mineralógica dos tipos de solos, com enfoque nas áreas de uso tradicional.
	Realizar o estudo do potencial de exploração das águas subterrâneas nas diferentes ilhas
Biodiversidade	Ampliar o conhecimento básico sobre a vegetação e flora para compreensão da composição florística e estrutural das diversas fitofisionomias, bem como a dinâmica das comunidades que ocorrem na área do Parque e em sua zona de amortecimento.
	Ampliar o conhecimento de ecossistemas excepcionais como o Refúgio Montano em topos de morros; as comunidades sobre afloramentos rochosos; e as formações que compõem do costão rochoso à Floresta Ombrófila de Terras Baixas.
	Realizar estudos relacionados aos peixes do bioma Mata Atlântica voltados para o manejo, conservação e preservação dos remanescentes deste bioma e das espécies que nele habitam
	Realizar levantamentos da icitiofauna com número maior de pontos de amostragem em trechos de menor altitude e mais próximos ao local de desembocadura, visando melhor caracterização de espécies marinho-estuarinas
	Realizar levantamentos de avifauna na encosta leste das Ilhas dos Búzios e da Vitória e nos picos das Ilhas de São Sebastião
	Promover estudos sobre polinização de plantas autóctones no Parque por animais (incluindo abelhas Euglossini, dípteros, himenópteros, lepidópteros, pássaros e morcegos), dando especial ênfase no papel das plantas alóctones como possíveis competidoras pelos polinizadores.
	Promover estudos de avaliação e monitoramento da diversidade genética das populações de plantas que produzem megafrutos, remanescentes na Ilha de São Sebastião. Considerar a possibilidade de transportar sementes destas espécies de plantas do continente próximo à ilha e vice-versa.
	Promover a pesquisa científica, dando ênfase aos estudos de flora e vegetação, invertebrados, relações mutualísticas (especialmente quanto à polinização de flores e disseminação de sementes de plantas autóctones e alóctones).
	Realizar levantamento para verificar a ocorrência da avifauna e outras espécies ameaçadas não detectadas em áreas de difícil acesso.
	Realizar levantamentos na face da ilha de Búzios voltada ao mar aberto, com atenção para ocorrência e registro de palmito-juçara e araponga que ocorrem na ilha, embora não tenham sido encontrados
	Realizar estudos sobre problemas de sinonímias e descrição de novas espécies, verificando e a coexistência das espécies de formigueiro <i>Myrmeciza loricata</i> e <i>Myrmeciza squamosa</i> e de <i>tapaculos Scytalopus speluncae</i> e <i>Scytalopus notorius</i> na Ilha de São Sebastião
	Realizar levantamentos das espécies de mastofauna que podem ainda não estar listadas para o Parque e pesquisas com temas específicos ou que investiguem sobre a abundância das diferentes espécies
Nas ilhas a pesquisa deve ser incentivada em busca da ocorrência de espécies endêmicas de mastofauna e que poderiam ser desconhecidas da ciência	

Promover estudos sobre dispersão de sementes nas ilhas do Parque

## Programa Interação Socioambiental

### Diretriz: Infraestrutura, Bens e Equipamentos.

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/Parcerias	Prazos	Prioridade
Incremento ou restauração de instalações físicas para atendimento aos programas de gestão	Instalar bases de apoio (para pernoite e realização de reuniões) nas Ilhas da Vitória e dos Búzios				
	Articular para criação de centro de cultura caiçara	PEIb / SMun. de Cultura, SMun de Turis	Prefeitura, iniciativa privada, ONG	Imediato	Média

### Diretriz : Gestão de Pessoas.

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/Parcerias	Prazos	Prioridade
Adequação da estrutura de recursos humanos (quadro de funcionários, serviços terceirizados)	Elaborar projeto para contratação de apoio ao programa				
Capacitações	Formalizar parceria (Cooperação Técnica) com Projeto Rondon e Universidades para promover as capacitações				
	Capacitar e desenvolver atividades com professores das comunidades tradicionais residentes no PEIb e ZA para apropriação das informações levantadas. Esta ação está vinculada diretamente com o programa de Interação Socioambiental				
	Capacitar e desenvolver atividades com viveiros e empresas de paisagismo sobre a importância do uso de espécies ornamentais nativas da Mata atlântica nos trabalhos de paisagismos				
	Promover cursos de capacitação de economia solidária e iniciativas que promovam o desenvolvimento local em prol da conservação da natureza.	PEIb, PMI	Sistema S, ONGs, universidades, iniciativa privada	Longo	Baixa
	Promover capacitação de moradores locais como monitores ambientais / agentes de conservação	PEIb, PMI	PMI, SENAR, ONGs, FF	Médio	Média
Capacitar comunidades tradicionais no âmbito social, ambiental e cultural	PEIb, SECTUR	AMEI Sistema S ABETA ONGs	Médio	média	

			Petrobrás Bombeiros Clube	Iate		
	Capacitar comunidades locais interessada em realizar atividades de monitoria e monitoramento de sítios arqueológicos (previamente autorizados e abertos à visitação)					

**Diretriz: Potencialização do Conselho Consultivo.**

Eixo Temático	Ações	Responsável	Apoio/Pparceria	Prazo	Prioridade
<b>Fortalecimento do Conselho Consultivo</b>	Capacitar os conselheiros a cada nova gestão para nivelar conhecimento dos membros sobre a dinâmica da UC e comunidades do entorno e o papel do conselho e das representações	PEIb / CCPEIb	Prefeitura, ONGs (IIS), associações e antigos conselheiros.	Curto	Alta
	Regularizar a representação do conselho em documento oficial	PEIb	Entidades representativas do conselho	Curto	Alta
	Estimular o fortalecimento comunitário nos bairros de entorno para participação no conselho	PEIb / CCPEIb	Conselhos, prefeitura, associações amigos de bairro, imprensa, rádio	Médio	Baixa
	Criar um plano de comunicação para divulgar as ações do conselho (convite para oficinas/resultados dos trabalhos) através de jornais, revistas, etc.	PEIb	Conselheiros / Meios de comunicação / FF	Médio	Baixa
	Propiciar interação do CC PEIb com conselhos de UC da região				
	Viabilizar o acesso à participação das comunidades tradicionais	PEIb / CCPEIb / FF	Prefeitura, ONGs, Associações, YCI, jipeiros, náuticas, Marinha	Curto	Baixa
	Apoiar e acompanhar o funcionamento das CTs e GTs do CC				
<b>Avaliação do funcionamento do Conselho</b>	Analisar, periodicamente, a representatividade e participação dos membros bem como o papel e atuação do CC PEIb na gestão do PEIb	PEIb / CCPEIb	Pesquisadores, conselhos, ONGs, Câmara, IIS, instituições de ensino	Médio	Alta
<b>Fortalecimento da CT Comunidades Tradicionais</b>	Reformular as ações da CT para melhorar o envolvimento e participação da comunidade na gestão do PEIb	CT e comunidade	PEIb, PMI, ONGs, CCPEIb	Curto	Média
	Viabilizar recursos para participação de representantes nas reuniões (transporte, hospedagem, alimentação)	PEIb, CCPEIb, CT, FF	YCI, Prefeitura, jipeiros, ACIIIhabela, Marinha, náutica, COMTUR	Curto	Média
	Viabilizar recursos para realizar reuniões / encontros nas comunidades	FF	PMI (TPA), editais públicos, empresas privadas (Petrobras), ONGs	Curto	Alta
	Elaborar projetos do programa de interação socioambiental para captação de recursos	CT / ONGs	Petrobras, Editais públicos, empresas privadas, PMI (TPA)	Médio	Média

	Promover parcerias com instituições de ensino e pesquisa para apoiar ações nas comunidades	PEIb / IF	CT, instituições de ensino	Longo	Baixa
	Interagir com CT Pesca e maricultura da CGAPA				
	Realizar reuniões envolvendo todas as comunidades	CT	PEIb, YCI, PMI, náuticas, Marinha	Médio	Alta
	Nivelar e divulgar as informações PEIb e Plano de Manejo para as comunidades				
	Promover o acesso das comunidades às informações de projetos e políticas relacionadas a elas	PEIb / CT Comunidades	Associações locais, PMI, ONGs	Médio	Baixa
<b>Fortalecimento da CT Estrada dos Castelhanos</b>	Formar de fato um grupo gestor da Estrada dos Castelhanos	FF / DER	Câmara, COMTUR, FF, PMI, Ass Amor à Castelhanos, Agências e prestadores de serviço	Curto	Alta

110

**Diretriz: Gestão Integrada da Zona de Amortecimento - Minimização das Pressões sobre o PEIb.**

<b>Eixos Temáticos</b>	<b>Ações</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Apoio/Parcerias</b>	<b>Prazos</b>	<b>Prioridade</b>
<b>Esgotamento Sanitário</b>	Apoiar, articular e acompanhar os projetos de ampliação do tratamento de esgoto	PMI, Governo do Estado	PEIb, CBH, Sabesp, Conselho PEIb, CMMA, COMTUR, CMDSA, SABs	Curto	Média
	Promover, incentivar alternativas para execução de esgoto sanitário nos bairros não contemplados pela concessionária (Sabesp)	Sociedade civil organizada (ONG, AMABs, Conselhos de classe)	CBH, PMI, CETESB, Sabesp, Assoc Engenheiros e Arquitetos, Petrobrás, Cia Docas, Iniciativa privada	Curto	Alta
	Integrar-se ao GT embarcação CBH/APA para normatizar o esgotamento sanitário	CCPEIb, PMI, PMSS	APA, CBH, CETESB, Assoc. marinas, Iates clubes, Assoc. construtores de barcos, Marinha, Petrobrás, Cia Docas,	Curto	Média
<b>Resíduos Sólidos</b>	Fortalecer o Projeto de Composteira do PEIb, e outras iniciativas sustentáveis relacionadas a resíduos sólidos	PEIb	PMI	Médio	Baixa
	Incentivar a coleta seletiva e o trabalho do Centro de Triagem por meio de campanhas de sensibilização	PMI, Sociedade Civil, Iniciativa privada	AMABs, iniciativa privada, outras associações (ACEI, AHBRI)	Curto	Média
	Articular com as prefeituras do Litoral Norte ação conjunta para solução dos resíduos sólidos	CCPEIb, CMMA, CMDSA	CBH, CETESB, Prefeituras, Iniciativas privadas	Curto	Alta
	Apoiar, incentivar projeto de educação/informação sobre lixo no mar	Conselhos PEIb e APA	Marinas, operadoras de turismo, PMI, PMSS, Petrobras, Cia Docas, Marinha, GT Embarcação, Min.Turismo	Médio	Média
	Realizar ações de educação ambiental nos atrativos turísticos e comunidades	PEIb, PMI	Associações, ONG, GTEA	Médio	Baixa
<b>Recursos Hídricos</b>	Aferir, junto a CBH, DAEE, Sabesp e Prefeitura, os pontos de captação irregular de água.	PMI	Sabesp, SUCEN	Curto/ Médio	Média
	Apoiar e incentivar a ampliação do tratamento e da distribuição de água para os casos possíveis e soluções alternativas para os demais.	PMI, Sabesp	CBH, iniciativa privada, associação de bairro e de	Médio	Média

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/Parcerias	Prazos	Prioridade
			classes		
	Apoiar e incentivar a elaboração de um programa de disciplinamento da captação de água no PEIb e na Zona de amortecimento, de forma a possibilitar um tempo hábil para a adequação à norma estabelecida.Devem estar em conformidade com o Plano Diretor	CMMA, CMDSA	Sabesp, DAEE, CBH, AMABs	Médio	Média
	Articular com a CETESB, a inclusão de outras praias no monitoramento da balneabilidade	CMMA, CMDSA, CCPEIb	PMI, Sociedade Civil, CETESB, Sabesp, CBH	Médio	Baixa
	Articular com a CETESB, a inclusão de outros rios no monitoramento de águas interiores	CMMA, CMDSA, CCPEIb	PMI, Sociedade Civil, CETESB, Sabesp, CBH	Médio	Baixa
	Fazer protocolo de autorizações/regularizações de captação no interior do PEIb e áreas limítrofes	FF/PEIb, CETESB	PMI, DAEE, CBH	Curto	Alta
	Apoiar e incentivar a sensibilização e outras atividades sobre a importância da água na vida dos seres vivos	PEIb, PMI, ONGs	CBH, Sabesp	Médio	Média
<b>Saúde</b>	Articular com a SUCEN para alteração dos locais de aplicação do controle biológico de borrachudos, de forma a não aplicá-lo na zona intangível	PEIb	PMI, SUCEN	Curto	Média
	Estabelecer protocolo de atuação da SUCEN no PEIb	PEIb	PMI, SUCEN	Curto	Média
	Apoiar a estruturação do município para atendimento de acidentes com animais peçonhentos	PMI	PEIb, comunidades, inst. Butantan, Santa Casa, trade	Curto	Média
	Apoiar campanha de controle de vetores de doenças epidemiológicas	PEIb, PMI (sec. Saude)	Sec. Estadual de Saúde, SUCEN	Médio	Baixa
	Apoiar o município para dar condições de atendimento à saúde para comunidades tradicionais	PEIb, Comunidades	ONGs, iniciativa privada, Universidade	Curto	Média
<b>Atividades Religiosas</b>	Elaborar normas e usos permitidos no PEIb	CCPEIb	Entidades religiosas	Médio	Baixa
	Promover ações de interação com as entidades religiosas para divulgação da UC	CCPEIb	Entidades religiosas	Longo	Baixa
<b>Extrativismo Vegetal</b>	Incentivar o plantio de espécies de plantas autóctones da ilha com interesse comercial (ornamentais como fonte para o artesanato, medicina natural, alimento ou para a construção civil)	PEIb, PMI	ONGs, CEDS, Iniciativa privada	Longo	Baixa

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/Parcerias	Prazos	Prioridade
	Elaborar em conjunto com comunidades (do interior e entorno) procedimentos para regular a extração de madeiras, e, ao mesmo tempo, compensar com plantio de espécies utilizadas	PEIb, PMI	Comunidades, ONGs, Universidades	Curto	Média
	Elaborar em conjunto com comunidades (do interior e entorno) procedimentos para regular a doação de árvores caídas naturalmente	PEIb, PMI	Comunidades, ONGs, Universidades	Curto	Média
	Realizar inventário das canoas existentes (proprietário, madeira, estado de conservação, entre outros dados); identificar a durabilidade e a demanda futura, por família;	PEIb, PMI	Comunidades, ONGs, Universidades	Médio	Baixa
	Incentivar conservação das canoas existentes, de modo a aumentar a vida útil	PEIb, PMI	Iniciativa privada	Médio	Baixa
	Identificar árvores matrizes, que são utilizadas para confecção de canoas e artesanato e realizar a coleta de sementes, produção de mudas e plantio	PEIb e comunidades	Universidade	Médio	Média
	Divulgar lista de espécies nativas e exóticas ornamentais junto a floriculturas, viveiro e lojas especializadas em jardinagens e paisagismos	PEIb, PMI	ACEI, Assoc. engenheiros e arquitetos, ONGs	Curto	Média
	Promover ações de sensibilização junto à associação de engenheiros e arquitetos, floriculturas, viveiro e lojas especializadas em jardinagens e paisagismos para o uso de espécies nativas e capacitá-los	PEIb, PMI	ACEI, Assoc. engenheiros e arquitetos, ONGs	Curto	Média
	Estabelecer um acordo/convenio com a Prefeitura de Ilhabela com a finalidade de plantar em espaços públicos espécies autóctones, a partir de mudas/sementes recolhidas na própria ilha, (viveiro municipal e do PEIb).	PEIb, PMI	ACEI, Assoc. engenheiros e arquitetos, ONGs	Curto	Média
	Estruturar o viveiro do PEIb como centro de aprendizado	PEIb, PMI	ONGs, iniciativa privada, universidade	Longo	Baixa
	Propor a criação de lei municipal para proibição de venda de espécies exóticas	CCPEIb, Câmara dos Vereadores	CMMA, ONGs	Longo	Baixa
<b>Incentivo ao estabelecimento dos Corredores Ecológicos e criação de UCs</b>	Realizar estudos para implantação de "áreas trampolim" nas zonas urbanas da Ilhabela situadas próximas ao município de São Sebastião como corredores ecológicos.	PEIb	Institutos de pesquisa, CEDS, Cebimar/USP	Longo	Baixa
	Apoiar e divulgar o projeto de incentivo de implantação de RPPN (FF) em áreas contiguas	PEIb, PMI	CEDS, FF, ONGs, AMABs, Assoc. RPPN do Estado	Médio	Média
	Estimular e apoiar a criação de UCs	PMI, CMMA	PEIb, Conselhos, ONGs	Curto	Média
	Elaborar estudos para criação de passarelas e tunes para travessia de animais em	PEIb	Universidade, centros de	Longo	Baixa



Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/Parcerias	Prazos	Prioridade
	corredores (estradas), atentando para os trechos mais próximos das zonas intangíveis e aqueles apontados como de maior fragilidade ambiental		pesquisa, iniciativa privada (Petrobras, etc.), ONGs		
<b>Estabelecimento e fortalecimento de relações institucionais</b>	Estruturar grupo para discussão da Zona de Amortecimento do PEIb com destaque ao Canal de São Sebastião com o objetivo de integrar as ações de mitigação e compensação ambiental e de trocar informações	Petrobrás	PEIb, APA, Cia Docas, Assoc. Pescadores, CETESB, Sabesp, CBH, Dersa, Marinha, Prefeituras, SPU, PMI, PMSS, conselhos	Curto	Alta
	Articular acordos e ações em conjunto em conjunto com outros órgãos para gestão de áreas com sobreposição de competências (entorno do PEIb)	PEIb	APA, Cia Docas, Petrobrás, Assoc. Pescadores, Cetesb, Sabesp, CBH, Dersa, Marinha, Prefeituras, SPU	Curto	Média
	Estimular o voluntariado ambiental que vele pela preservação dos recursos naturais e pelas normas de conservação das zonas limítrofes do Parque.	PEIb, 3º setor	PMI	Longo	Baixa
	Elaborar rede de relações sociais do PEIb identificando conflitos, parceiros, projetos, necessidade de aproximação, etc. com o objetivo de integrar e compatibilizar as ações do Programa com a rede	CCPEIb, conselhos	Instituições envolvidas na rede	Curto	Média
	Celebrar por meio de instrumentos jurídicos parcerias para estabelecer e disciplinar as responsabilidades das partes no exercício de suas atividades no PEIb	Empresas			
	Articular junto ao Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) para a liberação do uso do PREPS (Programa de Rastreamento de Embarcação de Pesca) para o FF/PEIb e Polícia Ambiental (PAmb) no sentido de fortalecer a fiscalização das áreas próximas as comunidades tradicionais;	FF/PEIb, APA	MPA, PAmb, comunidades		
	Elaborar um planejamento integrado para a gestão compartilhada das vias de acesso de interesse (estrada e trilhas) pelo Parque, Prefeitura e Câmara Municipal, com a participação das comunidades.	PEIb, PMI, Câmara dos Vereadores	comunidades		
	Participar da elaboração/revisão do Plano de manejo da APA e Plano Diretor de Ilhabela e São Sebastião	CCPEIb	APA, PMI, PMSS, CMDSA, CMMA, COMTUR	Curto	Média
<b>Desenvolvimento de alternativas</b>	Incentivar práticas sustentáveis ambiental, social e economicamente de pequenos negócios no entorno imediato.	ONGs, CMMA	SEBRAE, CEDS	Longo	Baixa

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/Parcerias	Prazos	Prioridade
<b>sustentáveis</b>	Desenvolver proposta de certificação (marca PEIb) de produtos e serviços sustentáveis, propiciando condições para a exploração econômica da marca do PEIb pela população do entorno, como práticas de turismo sustentável	PEIb	Comunidades, ONGs, Agências de turismo	Médio	Média
	Valorizar e promover a cultura local nas ações de gestão do PEIb (marketing, educação, comunicação, pesquisa)	PEIb	ONGs, comunidades	Curto	Média
	Favorecer a contratação de mão de obra local e incentivar a capacitação	PMI, ONGs, entidades de classe	Sistema S,	Médio	Média
	Realizar inventário das práticas artesanais tradicionais contendo, por exemplo: tipos de artesanatos confeccionados; as técnicas tradicionais utilizadas; artesãos responsáveis.	CT Comunidades	PMI, comunidades, SEBRAE	Longo	Baixa
	Valorizar e promover desenvolvimento do artesanato local com vistas à obtenção de renda de forma sustentável;	Sec Turismo e Cultura	Comunidades, PMI, sistema S, ONGs	Médio/ Longo	Média
	Realizar projetos de manejo e monitoramento florestal com coleta de sementes, produção de mudas e plantio, com envolvimento comunitário	PEIb, IF, ONGs, iniciativa privada, PMI	CEDS	Longo	Baixa
	Estabelecer parcerias com ONGs e universidades para o desenvolvimento de projetos de educação e de uso sustentável de recursos	PEIb, ONGs, OMI, universidades	CEDS, IPEMA	Curto	Média
	Captar recursos para o desenvolvimento de projetos de atividades sustentáveis	PEIb, PMI, ONGs	Os 3 setores	Curto	Média
	Induzir/estimular programas de adequação e recuperação ambiental e atividades sustentáveis com vistas à melhoria da qualidade ambiental na zona de amortecimento				
	<b>Pesca</b>	Consolidar diagnósticos e mapeamento das atividades das populações tradicionais	CT Pesca (APA), CT comunidades (PEIb)	Petrobras, Cia Docas, comunidades, IO, PMI, Associações de pesca, colônia de pesca	Curto
Apoiar a fiscalização da atividade pesqueira		PEIb	APA, comunidades, PAmb, ACEI (assoc. náutica) Assoc. de marinas do LN, MPA	Curto	Média
Participar da CT Pesca e Maricultura da APA e contribuir com o ordenamento e regulamentação das atividades pesqueiras		CCPEIb	Colônia/associação de pesca, PMI, PMSS, IP	Curto	Média

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/Parcerias	Prazos	Prioridade
	Integrar a CT comunidades do PEIb com a CT Pesca da APA	CCPEIb, CG APA		Curto	Média
	Disciplinar de forma participativa a pesca submarina com os atores envolvidos contemplando as áreas de restrição				
	Incentivar estudo para adequação das normas legais existentes à realidade local, com ampla participação das comunidades, no caso, de Bonete e Castelhanos				
	Limitar a prática de pesca amadora, respeitando as artes de pesca dos moradores tradicionais				
<b>Turismo Náutico</b>	Apoiar/provocar o ordenamento de navios (cruzeiros e de carga)	PEIb, APA	Petrobrás, Cia docas, AMABs, Setur	Curto	Média
	Apoiar e participar das ações de ordenamento da pesca amadora	CCPEIb, APA	Assoc Pesca amadora, Marinas, clubes náuticos, operadoras, MPA	Médio/Longo	Média
	Provocar a regulamentação das atividades de esportes náuticos incluindo a sinalização das praias. Articular com operadores e parceiros do parque para acompanhar o ordenamento do turismo náutico	CCPEIb, CG APA	Marinha, PMI, PMSS, Operadoras de turismo	Médio/Longo	Baixa
	Incentivar a sinalização das praias para ordenamento da navegação	Prefeitura			
	Incentivar o ordenamento de poitas e bóias		Prefeitura, Marinha SPU		
	Instalar cartazes e bóias para a sinalização das restrições de aproximação e desembarque nas mesmas ilhas.	APA, Marinha	PEIb, comunidades		
	Sinalizar áreas de restrição no entorno das ilhas. Tais normativas devem ser objeto de aviso aos navegantes, pela Marinha do Brasil, bem como de fiscalização pela Polícia Ambiental. Recomenda-se para tanto, o levantamento dos pontos de fundeio (GPS)	APA, Marinha	PEIb, comunidades, PAmb, operadoras e agências		
	Demarcar locais de fundeio de barcos de uso comercial bem como áreas de mergulho no entorno das ilhas	APA, Marinha	PEIb, comunidades, PAmb, operadoras e agências		

**Diretriz: Comunidades Tradicionais.**

<b>Eixos Temáticos</b>	<b>Ações</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Apoio/Parcerias</b>	<b>Prazos</b>	<b>Prioridade</b>
<b>Todas as Comunidades</b>	Estruturar o PEIb para atuar junto às comunidades (recursos físicos e humanos);	FF	CCPEIb, CT Comunidades, ONGs	Curto	Alta
	Apoiar às associações de moradores e outras formas de organização comunitária (jovens, mulheres, artesãos, monitores, etc.)	PEIb, PMI	Associações, conselhos, ONGs, CT, SENAR	Curto	Baixa
	Identificar e fomentar alternativas de trabalho e geração de renda sustentável	PEIb, PMI	Associações, conselhos, ONGs, CT, SENAR	Médio	Alta
	Realizar reuniões periódicas e eventos nas comunidades, objetivando dar transparência ao processo de gestão da UC, criando um canal de comunicação com os moradores	PEIb	PMI, YCI, CCPEIb	Curto	Média
	Estabelecer um meio efetivo de comunicação com as comunidades	FF	PMI, YCI, Marinha		Alta
	Levantar demanda, potencial e necessidades, para o desenvolvimento de Turismo de Base Comunitária nas comunidades tradicionais de Ilhabela	PEIb (junto ao Prog Pesquisa e Visitação), CT comunidades, comunidades	ONGs, associações, PMI, APA, Azimuth, Ponto de Cultura e Sustentabilidade	Curto	Média
	Promover encontros/reuniões nas comunidades tradicionais para troca de experiências	CT Comunidades, PEIb	Associações das comunidades, YCI, PMI, APA, Azimuth, Ponto de Cultura e Sustentabilidade	Médio	Baixa
	Promover ações e projetos para valorização e fortalecimento das práticas tradicionais (casa de farinha, artesanatos, história do local, construção de barro, etc.)	PEIb, PMI	ONGs, associações, comunidades	Médio	Média
	Definir junto à comunidade demandas e alternativas energéticas				
	Estimular o associativismo nas comunidades por meio do fomento da organização e integração de grupos. Capacitação de lideranças.	CTs	ONGs, associações, instituições de ensino, comunidades. Projeto Germinar	Médio	Média
Articular junto a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e outras instituições para realização de trabalhos projetos de desenvolvimento sustentável em parceria com comunidades e ONGs	PEIb	CATI, ONGs, APA			

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/Parcerias	Prazos	Prioridade
<b>Na Zona de Amortecimento</b>	Recomendar zonas de plantio de espécies arbóreas de crescimento rápido destinadas ao extrativismo ligado às atividades tradicionais. (canoas e artesanato).	PEIb	PMI, CT, especialistas, instituições de ensino	Longo	Baixa
	Apoiar projetos da Cultura caiçara, que estão em andamento.	PEIb, Prefeitura, ONGs,	Secr. Emprego (SUTACO Superintendência do Trabalho Artesanal nas Com.), ONGs, PMI, Petrobras, CTs	Curto	Baixa
	Atualizar o levantamento do uso do território das comunidades tradicionais (roça, extrativismo, ocupação), captações de água e trilhas de acesso exclusivo das mesmas	PEIb (junto ao Prog Pesquisa)	PMI, pesquisadores, instituições de ensino, CTs e especialistas	Curto	Alta
	Incentivar o planejamento de ocupação por comunidade, relacionando capacidade de suporte do ambiente e demanda das famílias.	PEIb	PMI, pesquisadores, instituições de ensino, CTs e especialistas	Médio	Média
	Elaborar regramento específico junto às comunidades na revisão do Plano Diretor				
	Incentivar a construção que valorize as técnicas tradicionais (pau a pique e terra) e aspectos da paisagem cultural	PEIb	PMI, pesquisadores, instituições de ensino, CTs e especialistas	Curto	Média
<b>No Interior do PEIb</b>	Realizar projetos de recuperação da biodiversidade nos territórios das comunidades com evidências de tradicionalidade	FF, PEIb, comunidades	ONGs, universidades, iniciativa privada (Petrobras), pesquisadores/especialistas	Longo	Baixa
	Elaborar Planos de Uso Tradicional (PUT) por comunidade, amparados nos termos legais contidos no SNUC, por meio de termos de acordo de uso.	PEIb e comunidades	CT comunidades, PMI, universidades, ONGs, especialistas	Médio	Alta
	Melhorar o desembarque nas comunidades	PEIb, PMI	ONGs, iniciativa privada (Petrobras), APA	Curto	Alta
	Autorizar e acompanhar reformas, construções, etc. de acordo com Portaria FF Específica	PEIb, CCPEIb	PAmb, comunidade, PMI	Curto	Média
	Implantar sinalização do PEIb nas entradas das comunidades	PEIb, comunidade	-----	Médio	Baixa
	Garantir os processos de apropriação e participação das comunidades tradicionais pactuando com as mesmas os termos de compromisso				
	No Saco do Sombrio, reavaliar TC/97 entre PEIb e YCI (subsede e sede). Devem				

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/Parcerias	Prazos	Prioridade
	apoiar ações do PEIb, PMI e comunidade, tais como: fiscalização, educação, pesquisa, (transporte, desembarque, comunicação, alojamento, recolhimento do esgoto tratado e lixo). Ficam pendentes condicionantes no termo de compromisso				
	Realizar um trabalho com a população da Ilha da Vitória sobre como proceder com a cobra endêmica da ilha.				
	Estimular o resgate e a manutenção do etnoconhecimento as comunidades tradicionais				
	Realizar cadastro georreferenciado das infraestruturas nas zonas de uso conflitante, contendo a empresa, os responsáveis diretos e o contato para comunicação				

### Comunidade da Figueira.

O que Precisa para Garantir o Modo de Vida	O que tem que Fazer	Quem tem que Fazer	Quem Pode Ajudar e Como	Quando se Inicia a Ação
<b>Desenvolver o Turismo na Figueira</b>	Estabelecer local para oferecer refeição (quiosque) comunitário	Pedir autorização falando que todos da comunidade irão utilizar o quiosque	Agência Caiçara	
	Adquirir canoa para desembarque			
	Oferecer produtos da comunidade (farinha, artesanato, casa de farinha)	Comunidade fazer roça (mandioca, cana, horta) e precisa pedir autorização para fazer roça	PEIb para autorização, SENAR	
	Arrumar trilha para o Engenho e mantê-la			
	Divulgar a Praia da Figueira	Parque Comunidade pode ir conversar com agências que trazem turistas		
	Produzir Artesanato	Comunidade deve pedir autorização para o Parque para retirar o bambu, a madeira, etc.	PEIb para autorização, SENAR	

	Ter roteiros			
	◊promover capacitação / curso para turismo de base comunitária, birdwatching	Parque oferecer cursos Comunidade tem que selecionar 2 ou 3 representantes para oficina de Base Comunitária/ Curso de monitores	Prefeitura, SENAR	2º Semestre de 2011
<b>Venda de refeição</b>	Tirar alvará da Prefeitura	Prefeitura	Prefeitura deve esclarecer e orientar os procedimentos para tirar o alvará	

## Comunidade do Sombrio.

O que Precisa para Garantir o Modo de Vida	O que tem que Fazer	Quem tem que Fazer	Quem Pode Ajudar e Como	Quando se Inicia a Ação
<b>Desenvolver o Turismo no Sombrio</b>	◊Realizar abertura de trilha (saco do Rosário – mais fácil); Saco grande e Ponta do Boi (18 km)	A abertura pode ser realizada pela comunidade	Deve ter autorização do PEIb	
	◊Capacitar Monitores locais	PEIb oferecer cursos para a comunidade		
	◊Promover Curso de turismo de Base Comunitária	PEIb oferecer cursos para a comunidade, SENAR		
	◊Estruturar as trilhas (placas, pontes, corrimão, etc)	A comunidade pode estruturar	PEIb deve autorizar e contribuir na execução	
<b>Venda de Alimentos</b>	Divulgar a visitação e atrativos			
	Fazer roça	Comunidade	PEIb, uma vez que tem que ter autorização	
	Aprender a cozinhar	Comunidade, SENAR		
<b>Melhorar o desembarque da comunidade</b>	Tirar alvará da Prefeitura	Prefeitura	Prefeitura deve esclarecer os procedimentos para tirar o alvará	
	Instalar rampa de concreto com carreta de encalhe para desembarque (subida do barco) + rancho	YC Ilhabela	PEIb + comunidade dizer o melhor local para a rampa	
◊Luz	Encaminhar solicitação para ser beneficiado pelo Programa Luz para Todos	Prefeitura	PEIb pode ajudar a redigir carta	
<b>Escola</b>	Encaminhar pedido de escola para comunidade Comunidade do Sombrio + Praia da Figueira fazer uma carta	Prefeitura	PEIb pode ajudar a redigir carta	
<b>Igreja</b>		Igreja Católica		
<b>Artesanato</b>	Verificar o interesse dos jovens em aprender o artesanato			
	Promover Curso / capacitação para fazer “novos” artesanatos		SENAR	
<b>Recuperação da Voçoroca</b>	◊Realizar estudo para avaliação de como recuperar Chamar especialistas junto com comunidade	PEIb + comunidade	Defesa civil	
<b>Recuperação do sapezal e demais áreas degradadas</b>	Realizar estudo para elaboração de um plano de recuperação a ser realizado junto com comunidade			



## Comunidade do Porto do Meio.

O Que Precisa para Garantir o Modo de Vida	O que tem que Fazer	Quem tem que Fazer	Quem Pode Ajudar e Como	Quando se Inicia a Ação
<b>Artesanato (bambu, palha de bananeira, tecido)</b>	◊Estabelecer local na cidade para vender o artesanato		Fundo Social (na Vila, porém o problema é porcentagem que fica); projeto Pés no Chão para levar o artesanato à cidade, Azimuth, Ponto de Cultura - Projeto Mãos Caiçaras	
	Divulgar or artesanato de Porto do			
	Viabilizar a coleta de bambus			
	Promover capacitação der novos artesanatos (Curso)	Parque	Pés no Chão, Elementos, SENAR, Petrobrás, Sec. Cultura (Prefeitura)	
<b>Visitantes</b>	Instalar infraestrutura para desembarque (estiva ou píer)			
	Designar responsável pelo desembarque			
	Divulgar ao visitação em Porto do Meio. Os turistas devem respeitar a comunidade com regras que ela estabelecerá			
	Identificar na comunidade interessados em realizar curso de recepção de visitantes			
<b>Vender refeição</b>	Formatar produtos (peixe, farinha)	Comunidade		
<b>Resolver a questão do lixo para ter turismo</b>	Orientar a comunidade sobre o acondicionamento em sacos	Prefeitura		
◊Luz	Identificar os locais e implantar as placas solares	Prefeitura		

### Comunidade Guanxumas dos Búzios.

O que Precisa para Garantir o Modo de Vida	O que tem que Fazer	Quem tem que Fazer	Quem Pode Ajudar e Como	Quando se Inicia a Ação
<b>Melhoria da Pesca</b>	Promover os artefatos de pesca como rede para espinhel, anzol, embarcação		Fundo Social (na Vila, porém o problema é porcentagem que fica); projeto Pés no Chão para levar o artesanato à cidade	
	Fazer remo	Artesão da comunidade	PEIb (autorização de retirada da madeira)	
	◊Garantir a estiva, ver alternativa para madeira de eucalipto tratado			
	Promover a troca de experiências com outras cooperativas e comunidades tradicionais	Comunidade (ver grupo interessado) e PEIb (dar condições: transporte, hospedagem, alimentação)	Prefeitura, SENAR	Curto rápido
	Fazer respeitar os cercos (não cortar rede ou passar por cima com barco)	PAmb fiscaliza; Marinha mostra onde ficam cercos	PEIb	
	Instalar câmara fria para conservação do peixe			
<b>Entregar peixe direto para peixaria que paga pouco/demora para pagar (cooperativa não paga direito e fica devendo).</b>	Incentivar a aquisição de caminhão pela cooperativa			
<b>Luz</b>	Identificar os locais e implantar as placas solares	Eletro Guascor Prefeitura	PEIb	
<b>Local para venda direta do peixe</b>	Identificar procedimentos para uso dos box em Ilhabela, e responsável pelo mesmo	PEIb	Prefeitura SEBRAE	
<b>Desenvolver atividades com os jovens</b>	Incentivar e apoiar reunião com jovens para definição de prioridades de ações	PEIb		
<b>Estabelecimento de preço mínimo do pescado</b>	Articular com a Colônia	Comunidade	PEIb	
◊ <b>Incentivo ao artesanato local</b>	Expandir projeto do "Pés no Chão" para englobar Guanxumas	PEIb		
<b>Melhorar o caminho para</b>	Construir passarelas	PEIb	Prefeitura	

<b>Costeira</b>				
<b>Espécies de Plantas para Artesanato</b>	Estudar tipo de artesanato e espécies usadas			
	Recuperar áreas com espécies estudadas			
	Solicitar a contratação de mão-de-obra, preferencialmente, local	Prefeitura		
	Realizar mais reuniões do PEIb com jovens, mulheres, homens para aprofundar ações necessárias para garantir modo de vida			

### Comunidade Ilha da Vitória.

<b>Ações/Famílias</b>
Realizar a manutenção dastrilhas para visitação;
Estudar a viabilidade de abertura de novas trilhas para visitação;
Promover o desenvolvimento do artesanato;
Promover curso de 1 <sup>os</sup> socorros;
Realizar curso de animais peçonhentos;
Apoiar a reforma das casas de farinha (4);
Incentivar a implantação do saneamento (banheiro);
Incentivar a implantação de captação de água de chuva;
Viabilizar a construção de espaço comunitário (reuniões do PEIb, venda de artesanatos, acomodação da equipe);
Realizar a capacitação de monitor local;
Identificar/construir local para desembarque de turistas;
Promover o controle de visitação (agendamento, autorização, comunicação da comunidade).
<b>Propostas Adicionais</b>
Implantar píer para desembarque da comunidade
Apoiar e incentivar a realização de campanha de segurança alimentar (treinamento para plantar)
Apoiar e incentivar a realização de curso de horta medicinal/comunitária (verduras, fibras, cultivo de animais?)
Articular com a Marinha para a definição de poitas
Incentivar e apoiar a continuidade do projeto do Pés no Chão
Promover a construção de rancho comunitário
Estudar a viabilidade de projeto de guincho/roldanas para desembarque de materiais pesados

## Programa Uso Público

### Diretriz: Infraestrutura, Bens e Equipamentos.

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/Parcerias	Prazos	Prioridade
<b>Incremento ou restauração de instalações físicas para atendimento aos programas de gestão</b>	Instalar base de apoio com sanitários (para uso público) na entrada das trilhas oficiais (Pancada D'água, Veloso, Bonete, Baepi, Gato, Friagem, Couro do Boi)				
	Criação de núcleos em pontos estratégicos (considerando localização geográfica-norte, sul, leste, oeste, centro da Ilha de São Sebastião), associados às entradas de trilha com infraestrutura como: recepção, facilidades para o visitante	PEIb PMI CT CC COMTUR	PPP Fundos de financiamento Municipal Estadual e federal	Curto médio (simultâneo à implantação de infraestrutura)	Alta
	Abrir Centro de Visitantes também aos finais de semana e temporada para dar informações turísticas	PEIb / SMun. de Cultura, SMun de Turis	Prefeitura, iniciativa privada, ONG	Imediato	Alta
<b>Manutenção/ Aquisição e controle de equipamentos para atender os programas de gestão</b>	Adquirir equipamentos para manejo de trilhas e estruturas (ferramentas, materiais) e EPIs				

### Diretriz : Gestão de Pessoas.

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/Parcerias	Prazos	Prioridade
<b>Adequação da estrutura de recursos humanos (quadro de funcionários, serviços terceirizados)</b>	Criar Grupo Voluntário de Busca e Salvamento	CCPEIb	ONGs, AMEI Defesa Civil Bombeiros SUCEN	Curto	Baixa
	Contratar profissional para elaboração de projeto provenientes na CT Ecoturismo ou outros; contratar e capacitar funcionários para Centro de Visitantes - feriados e finais de semana	PEIb	PMI ONGs outras Iniciativa privada, Instituições educacionais	Curto	alta
<b>Planejamento do serviço de monitores no PEIb</b>	Divulgar as trilhas nas quais são obrigatórios os monitores ambientais credenciados, preferencialmente locais conforme Zoneamento (Baepi, Bananal, Sombrio). Já nas demais trilhas é recomendado o acompanhamento	PEIb, CCPEIb, AMEI	Sistema S, AMEI, comunidades, agências	curto	

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/Parcerias	Prazos	Prioridade
	de monitor ambiental credenciado, preferencialmente local. Informar sobre como e onde contatar este profissional, bem como os motivos. Em caso de experiência comprovada do visitante em trilha de auto-nível, o monitor passa a ser uma opção				
	Promover parceria com agências para intermediar o contato entre o visitante e o monitor e melhorar o serviço de visitas monitoradas, O monitor deve estar devidamente capacitado e credenciado, e durante o exercício de sua atividade no Parque é interessante que utilize crachá de identificação padronizado e/ou uniforme	PEIb	Sistema S, AMEI, comunidades, agências		
	Criar cadastro de monitores com, no mínimo, as seguintes informações: Nome; Apelido (pelo qual é conhecido nas atividades de monitoria); Idade; Sexo; Grau de escolaridade; Tempo de experiência dentro do PEIb; Outras competências (línguas, educação ambiental, técnicas verticais, etc.); Empresa em que trabalha; Cursos de atualização realizados com data; Onde mora – cidade e bairro.	PEIb	AMEI, Sec. Turismo		
	Proporcionar condições e equipamentos para que monitores portem rádio / sistema de comunicação, Kit primeiros socorros obrigatório. Longo percurso – GPS/Mapa (conforme classificação de nível de dificuldade acima de médio)	AMEI	SETUR PEIb iniciativa privada TPA	Médio	baixa
<b>Capacitações</b>	Realizar oficina de capacitação para colaboradores do setor produtivo do turismo: Associações; trade (hotéis, agências, jipeiros, AMEI) sobre normas, técnicas, sustentabilidade, segmentps e atividades turísticas como birdwatching etc. Associação de engenheiros e arquitetos (apresentação das normas gerais e recomendações do Parque para construção) etc;	PEIb	Prefeitura; SEBRAE/SENAC; Bird watching; USP - Universidades	Curto	alta
	Capacitar parceiros do Parque (nivelamento de informações/afinar o trabalho em conjunto)	PEIb	Todos os parceiros (PMI, ONG, iniciativa privada, etc.)	Curto	alta
	Incentivar e garantir o programa continuado de formação de monitores, vinculado ao Programa de Visitação, apoiar o associativismo e fomentar a inserção da ocupação no mercado de trabalho				
	Capacitar voluntários do Programa Amigos do Verde				
	Capacitar condutores de 4x4. Vinculada ao Programa de Visitação				
	Capacitar funcionários do Parque para trabalho com crianças	PEIb	Prefeitura/PEIb	Curto	alta
	Capacitar professores efetivos da rede municipal e particular para trabalharem com o PEIb	PEIb; Prefeitura	PEIb, prefeitura, FUNDESPA	Curto	1

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/Parcerias	Prazos	Prioridade
	Promover a capacitação sobre patrimônio histórico-cultural, com cursos e oficinas, abrangendo os funcionários do Parque, os moradores de comunidades em área do Parque e outros agentes públicos e privados envolvidos. O conteúdo desses cursos tratará dos seguintes assuntos, entre outros: História da região; Patrimônio cultural da região; Legislação ambiental e cultural; Formas de sustentabilidade do meio ambiente; Fiscalização, poder de polícia e direitos fundamentais constitucionais; Noções de cidadania				
	Capacitar moradores como guarda-vidas	Bombeiros, PMI	Petrobras, PEIb, Associação de moradores	Curto	Bombeiros, PMI
	Viabilizar cursos de capacitação para funcionários atuantes no manejo de trilhas da unidade, podendo se estender a voluntários. Os voluntários que participarem das capacitações devem se comprometer com trabalhos na UC. Temas sugeridos: Planejamento, implantação e manutenção de trilhas; Monitoramento de impactos em trilhas; Educação e interpretação ambiental; trabalhos com grupos específicos (necessidades especiais, idosos etc.); Planejamento de sinalização em áreas naturais; Normas ABNT; Primeiros Socorros	PEIb SETUR(para os itens acrescentados)	AMEI Sistema S ABETA ONGs Petrobrás Bombeiros Iate Clube, APAE, Sec Educação, SMMA, Saúde, MTUR	Médio	alta

**Diretriz: Fortalecimento e Criação de Câmara Técnica.**

Eixo Temático	Ações	Responsável	Apoio/Parceria	Prazo	Prioridade
<b>Fortalecimento da CT Ecoturismo</b>	Reformular objetivos da CT tendo como objetivo principal o fomento do ecoturismo e turismo sustentável integrando os trabalhos do PEIb com outras ações do município	CT Ecoturismo	TRADE, Abeta, COMTUR, ONGs, Prefeitura, SECTUR, SEBRAE, associação de monitores	Curto	Média
	Desenvolver projetos e normatizações para estruturação do ecoturismo	CT Ecoturismo	TRADE, Abeta, ONGs, Prefeitura, FF, associação de monitores	Médio	Média
	Integrar-se ao COMTUR para estimular o desenvolvimento do ecoturismo	PMI /PEIb	COMTUR e CCPEIb	Curto	Alta
	Criar plano de comunicação para envolvimento dos atores e comunidade e integração das ações da CT Ecoturismo	CT Ecoturismo	Especialistas, empresas privadas, ONGS, associações e TRADE	Longo	Baixa
	Nivelar conhecimento dos membros da CT	PEIb	Abeta, SEBRAE, SENAR, especialistas, FF, federações	Curto	Média

<b>Eixo Temático</b>	<b>Ações</b>	<b>Responsável</b>	<b>Apoio/Parceria</b>	<b>Prazo</b>	<b>Prioridade</b>
<b>Formação da CT Educação ambiental</b>	Levantar outros grupos de discussão já existentes e avaliar a necessidade de integração dos trabalhos	PEIb / CCPEIb	ONGs, GTEA – CBH, IIS	Curto	Média
	Criar uma câmara técnica para elaboração de projetos de educação ambiental.	PEIb; Prefeitura (Secretaria municipal de Educação e Secretaria municipal de Meio ambiente)	Sociedade civil, conselho consultivo do PEIb	Imediato	1
<b>Captação de recursos</b>	Acompanhar o lançamento de Editais de financiamentos	CC PEIb, CT	OSI (Observatório Social de Ilhabela), AMEI		
	Captar de recursos junto ao setor privado e TACs	Instituições Proponentes com Aval do CC do PEIb	Instituições (ONGs) PMI, órgãos licenciadores, FF, iniciativa privada, comunidade	médio	alta
	Captação de recursos para apoio do programa de voluntariado (hospedagem e alimentação)	PEIb	AHBRI/ ACEI	curto até 1 ano	média
<b>Parcerias com proprietários particulares</b>	Formalizar parceria com proprietários de áreas de acesso à atrativos do PEIb para o controle, manejo e manutenção dos mesmos	PMIb, CMIb	MPE, PEIb, trade		
<b>Turismo de Base Comunitária</b>	Incentivar o TBC sempre que possível. Deve ser trabalhado em conjunto com o Programa de Interação Socioambiental				
	Desenvolver e implantar projeto piloto de base comunitária fora da área do PEIb - ex: Bonete	PEIb e PMI	Petrobrás, ONGs, SENAR, Operadores, MTUR, CT Comunidades, AMAB Bonete	médio	baixa
	Implementar projeto piloto em uma comunidade (ex: Sombrio) definir, levantar potenciais, criar produto Deve ser trabalhado em conjunto com o Programa de Interação Socioambiental	PEIb	Iate Clube Petrobrás, Ongo, Prefeitura, SENAR, operadores, comunidade, MTUR AMEI	Curto	alta
<b>Parcerias na ZA</b>	Elaborar um planejamento integrado para a gestão compartilhada das vias de acesso de interesse (estrada e trilhas) pelo Parque, Prefeitura e Câmara Municipal, com a participação das comunidades.	PEIb, Prefeitura, DER, Câmara	Petrobrás, Sec Transporte		média
	Recomendar a inclusão no Plano Diretor o tombamento das trilhas em área de município (já definidas no Plano Diretor e PGT e outras trilhas diagnosticadas por levantamentos)	Prefeitura, Câmara Municipal	Comtur, CMMA, PEIb		

Eixo Temático	Ações	Responsável	Apoio/Parceria	Prazo	Prioridade
	Estimular parcerias com 3º setor				
	Identificar os potenciais parceiros e instituições que interagem ações de UP (SMMA, SETUR, associações. Comunitárias, agências, ONGs)	PEIb	instituições identificadas como parceiras	curto	alta
	Articular com ONGs, instituições públicas e privadas, agências de turismo, além de voluntários para viabilizar capacitações				
	Consolidar / sistematizar as informações geradas pelo GT EA como CT Ecoturismo em um banco de dados- criando matriz relacionando projetos desta UC com outras iniciativas regionais, APA marinha, ESEC tupinambás ICMBio, PMI, CBH	PEIb	Petrobrás, ONG, outras UC, PMI	médio	média
	Formalizar parceria PEIb/PMI de forma que as secretarias municipais incorporem ações de UP do PEIb	PEIb e PMI	Sec Turismo, SMMA	imediatos	alta
	Articular com a PMI o programa de controle populacional de animais das comunidades tradicionais	APA Ilha	veterinários, PMI, APA Ilha e outras ONGs	Curto	baixa
	Levantar áreas de pecuária e outros tipos de criação de animais com o objetivo de estabelecer delimitação de áreas evitando que os mesmos entrem na unidade de conservação	Vigilância sanitária	PMI APAIlha, PEIb e proprietários	médio	baixa
	Convidar por email voluntários cadastrados para manifestarem seu interesse em participar de uma capacitação de educação ambiental. Dessa forma, já teria-se um diagnóstico da quantidade de pessoas disponíveis para esse trabalho.	PEIb	IIS, AMEI	Curto até 1 ano	alta
<b>Atuação em Fóruns</b>	Garantir a atuação e funcionamento da Câmara Técnica (CT) Ecoturismo				
	Garantir a participação do PEIb na CT Estrada Parque, CT Comunidades, CT Ecoturismo, GG65, COMTUR, CMMA e outros fóruns				
	Apresentar diretrizes de UP para Conselhos (articulação com os Conselhos)	PEIb	Fórum CBH, APA marinha, Cultural municipal, educação, meio ambiente, GT educação e outras ONGs	Curto até 6 meses	alta
	Integrar-se a uma agenda comum dos encontros (fóruns, conselhos e GTs)/ Fórum dos Conselhos/Casa dos Conselhos	PEIb	Todos os Conselhos	Curto até 8 meses	média
	Divulgar os projetos propostos pela CT Ecoturismo. Apresentar pontos em comum com outros projetos (matriz)	PEIb/CT	Conselhos	médio até 2 anos	média

#### Diretriz: Integração das atividades de EA e Visitação

Eixo Temático	Ações	Responsável	Apoio/Parceria	Prazo	Prioridade
<b>Plano de Uso Público e Plano</b>	Fomentar atuação de equipe de salvamento na temporada	Bombeiros, PMI	Petrobras, PEIb,	Curto	Baixa



Eixo Temático	Ações	Responsável	Apoio/Parceria	Prazo	Prioridade
<b>de Gestão de Riscos e Contingências</b>			Associação de moradores		
	Detalhar o sistema de comunicação, apto a solicitar socorro aos órgãos locais e regionais responsáveis pela defesa civil, segurança social e defesa da saúde, na ocorrência de sinistros comunicados aos servidores da UC que estiverem em exercício.	Bombeiros e PEIb.	Trade, Defesa Civil, PMI, Comunidade, Samu	1	média
	Dar continuidade ao mapeamento das áreas de riscos do plano de contingência para possíveis novos atrativos.	PEIb	Trade e Iniciativa Privada	2	média
	Implantar o projeto de sinalização nos atrativos com informações técnicas.	PEIb, iniciativa privada, Trade	Trade, PMI e Iniciativa Privada.	2	média
	Implantar o manejo de impacto da visitação para estabelecer regras de uso dos atrativos.	PEIb e PMI	COMTUR e Iniciativa Privada	2	média
	Definir detalhamento e localização dos materiais e equipamentos para atendimentos de contingências à disposição da equipe da Unidade.	Responsável pelo GVBS	Trade, Iniciativa Privada e Comunidade	2	baixa
	Estabelecer protocolo de responsabilidades da equipe da UC no atendimento a emergências.	PEIb e GVBS	ABETA e ABNT	2	baixa
<b>Estruturação de banco de dados do Uso Público</b>	Subsidiar o Programa de Gestão para a implantação do banco de dados informatizado (sistema com uso de iPad, etc)				
	Estruturar um banco de dados com registro fotográfico das ações de UP				
	Criar e divulgar acervo organizado, com fotos fornecidas pelos visitantes				
	Capacitar o responsável pela alimentação do Banco de Dados do PEIb e Banco de Dados central <i>online</i> do Município, definido no Programa de Gestão				
	Criar banco de dados da visitação, elaborar questionários simples e claros de forma a não gerar excessivas dúvidas na hora do preenchimento e análise	PEIb	Secretaria Municipal de Educação, ONGs, Petrobrás	médio a longo	alta
	Manter um padrão de arquivo e pensar em dados a longo prazo, e caso seja necessária a alteração do padrão, lembrar de transferir os dados existentes para o novo modelo, para que as informações possam ser avaliadas de forma mais ampla;	PMI (Jurídico, Câmara dos vereadores)	Ministérios, empresas	médio a longo	alta
	Estabelecer procedimentos para cada atividade (contagem, entrevista, compilação de dados, etc.), para que em caso de ausência de funcionário ou mudança do quadro funcional, que o trabalho continue a ser executado com a mesma qualidade.	PEIb/PMI	FF/PEIb, ONGs	médio	alta
Centralizar em um banco de dados único e online, todas as ações de UP ocorrentes no município a fim de evitar-se sobreposição de ações: uso da ferramenta do SG65 do Ministério do Turismo, banco de dados do Geoprocessamento da PMI ou criar um terceiro. Avaliar a viabilidade de contratação de uma empresa seguradora para implementação de um sistema integrado que organize os dados de visitação que será alimentado pelas agências locais. O banco de dados do PEIb deve ter interface com o	PEIb e Trade	PMI, empresas, ministério, Petrobrás. Seguradoras	médio	média	

Eixo Temático	Ações	Responsável	Apoio/Parceria	Prazo	Prioridade
	online para atualização automática .				
	Criar mecanismo legal para comprometimento do sistema único.	PEIb		médio	baixa
	Fazer a coleta de dados continuamente e caso não seja possível inicialmente, recomenda-se a escolha de trilhas prioritárias pelo fato de receber maior pressão de visitação e que são objetos de monitoramento de impactos.		PMI (setor Jurídico, SMMA, SETUR, RECEITA) ONGs, Empresas	médio	alta
	Centralizar agendas de visitação turística e educação ambiental em ferramenta online (google docs ou outro)	PEIb		Curto médio	média
	Incentivar o controle da visitação (agência de fora de Ilhabela pode ou não atuar na Ilha)				
	Definir antecedência mínima de 15 dias para solicitação de agendamento e divulgar obrigatoriedade de formalização da solicitação de agendamento por meio de ofício (Impresso ou por email), para grupos de pesquisa, estudo do meio e escolas (Educação Ambiental).	PEIb e Trade	Seguradoras	Curto médio	baixa
	Estimular a articulação das empresas (devidamente cadastradas e autorizadas pelo PEIb) com a PMI e Câmara Municipal para o benefício fiscal.	PEIb e Trade	ACEI, AHBRI e COMTUR	2	média
	Colocar link apenas para UP no site do PEIb com informações sobre; agendamento de escolas, contato, formulário de cadastro e solicitação de agendamento, cronograma de eventos	PEIb e FF		medio	baixa
	Controlar visitação em todas as trilhas oficiais o ano inteiro e estudar como viabilizar controle. Opções:	PEIb deve criar projeto e buscar parceiros			
	Analisar viabilidade de contrato com PMI para fixar destinação de % ou valor fixo da TPA para contratação de monitores ambientais e manutenção de trilhas. Contratação de Monitores Ambientais o ano todo nas trilhas.	PEIb e PMI	PMI, COMTUR, CT Ecoturismo para elaborar projeto e Ministérios, empresas, PMI para desenvolver sistema. Ong's, trade e Iniciativa Privada	médio	alta
	Estabelecer cobrança para tornar a visitação auto-sustentável. Nas trilhas auto guiadas. Ex. Cachoeira do Gato, Baepi, Água Branca, Veloso, Bananal, Laje e Friagem.	PEIb e PMI	COMTUR, Ongs, Trade, Iniciativa Privada		
	Analisar e articular para viabilidade de agências que pagarem o serviço terem benefício fiscal				
	Criar passaporte trilhas PEIb com informação padronizada	PEIb/PMI	trade		
<b>Controle "Trilhas de SP"</b>	Estruturar Venda do passaporte; Controle de Estoque; Controle de passaportes carimbados. Disponibilizar a venda do Passaporte Trilhas de SP e carimbo, para as operadoras.	PEIb	Agt Operadoras Hotéis	curto	baixa

Eixo Temático	Ações	Responsável	Apoio/Parceria	Prazo	Prioridade
			Pousadas		
<b>Cadastro de Prestadores</b>	Cobrar agências que não fizeram cadastro - via CT				
	Reativar Cadastro de Prestadores de Serviço;				
	Atualizar cadastro de jipeiros + adesivo				
	Cobrar Gerência de Ecoturismo para criação da resolução que obriga cadastro + marca parque;				
	Vincular cadastro à regulamentação dos usos; Buscar certificação junto a ABNT através de parcerias. Estabelecer prazo para cadastramento de prestadores de serviço para atuarem no PEIb.	PMI; Setur; PEIb	COMTUR; Acei; AHBRI; Iniciativa Privada	curto	alta
	Cadastrar / credenciar embarcações de uso comercial				
<b>Pesquisa sobre o perfil de visitantes</b>	<p>Aprimorar a aplicação dos questionários existentes (quantidade aplicada é muito baixa). Caso o problema seja a quantidade de questões, recomenda-se o uso de outras estratégias para conseguir informações mais relevantes para a gestão do Parque, seja a forma de abordar, tamanho do questionário, formas de entrevista, entre outros</p> <p>Fazer parceria com as operadoras de turismo e pousadas para a aplicação de questionários do Trilhas de SP. Os questionários podem ser entregues no check out.</p>	Operadoras, Pousadas e Setur		curto	baixa

### Sub-Programa Educação Ambiental.

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/Parcerias	Prazos	Prioridade
<b>Consolidação e Desenvolvimento de projetos e educação ambiental – PEIb e ZA por público alvo</b>	Definir materiais de apoio e divulgação para os diferentes públicos-alvo: população fixa da Ilha (comunidades tradicionais, comunidades da zona amortecimento – alta e baixa renda, escolas, agências e operadoras de turismo, empresas de paisagismo/jardinagem, ONGs); população flutuante (visitantes de cruzeiros, veranistas, turistas em geral). O conteúdo deve abordar: o que é uma Unidade de Conservação, o que é o Parque Estadual, seus limites, normas e regras gerais, temáticas de conservação, impactos potenciais, ecoatitudes, entre outros. Deve ressaltar a importância da biologia em contexto de arquipélago e serviços ambientais fornecidos.		Escolas Estaduais e particulares		2
	Propiciar a educação ambiental para conservação e manejo dos recursos naturais		Comitê de Bacias Hidrográficas. Escolas Estaduais e particulares		

Eixos Temáticos	Ações	Responsáveis	Apoio/Parcerias	Prazos	Prioridade
	Consolidar e melhorar projeto de EA dentro das escolas. Projeto escola no Parque/ Parque na escola <ul style="list-style-type: none"> <li>Abordar a sustentabilidade como tema transversal. Consultar os Parâmetros Curriculares Nacional (PCN) como material de apoio;</li> <li>Visitação ao Parque para reconhecimento na área.</li> </ul>	PEIb;Secretaria de Educação	Secretaria municipal de Educação e Secretaria municipal de Meio ambiente. Escolas Estaduais e particulares	Médio	2
	Consolidar e melhorar palestras ministradas nas escolas, igrejas, fóruns e eventos, associação de bairro, escoteiros, etc. Foco de atuação, temas trabalhados, conceitos, material de apoio, etc				
	Elaborar projeto de visitação/ Educa�o Ambiental: <ul style="list-style-type: none"> <li>Residentes na ilha: oficinas de educa�o ambiental para crianças e grupos sociais – teatro, gincanas, piqueniques, etc;</li> <li>Visitantes de fora: escolas com a�oes de estudo do meio; atividades de educa�o ambiental para grupos sociais e turistas em geral.</li> </ul>	PEIb	Monitores;Grupo P�s no Chão (ONG); Azimuth (ONG); escoteiros/guarda mirim; Elementos da Natureza (ONG); Secretaria municipal de Educa�o, Turismo, Cultura, Meio ambiente	Médio	Média
	Criar um projeto especial para comunidades tradicionais. Deve ser elaborado junto ao Programa de Intera�o socioambiental	PEIb Prefeitura (Secretaria municipal de Educa�o e Secretaria municipal de Meio ambiente)	Secretaria municipal de Educa�o, Turismo, Cultura, Meio ambiente;Sociedade organizada. Comitê de Bacias Hidrográficas	Médio	2
	Elaborar um programa de educomunica�o socioambiental do PEIb	PEIb	Ponto de Cultura		1
<b>Subsídios para interpreta�o ambiental no PEIb</b>	Adequar o trabalho, a linguagem, as informaçoes transmitidas e a sensibiliza�o ambiental � proposta de trilhas temáticas estruturadas no Programa de Uso Público e implementadas no Projeto de Sinaliza�o, de forma a sensibilizar, educar, conscientizar e proporcionar maior variedade de op�oes ao visitante.				

<b>Eixos Temáticos</b>	<b>Ações</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Apoio/Parcerias</b>	<b>Prazos</b>	<b>Prioridade</b>
	Criar câmara técnica para estudos e projetos de educação/orientação e interpretação ambiental dentro das trilhas e roteiros monitorados	PEIb	Associação de monitores, secretaria municipal de meio ambiente	Curto	1
	Criar um calendário ecológico	PEIb (câmara técnica)		Médio	2
	Realizar estudo de viabilidade de co-gestão/concessão do controle e manejo das trilhas, bem como atividades de educação ambiental e sinalização com OSCIP municipais	PEIb	Instituições de pesquisa, ONG, Instituto Ilhabela Sustentável	Médio	1
	Elaborar todas as informações em duas línguas, no mínimo, português e inglês	PEIb		Imediato	1
	Promover atividades educativas (oficinas, exposições) a partir da documentação do patrimônio histórico-cultural. Diagnóstico do público alvo; realização de oficinas de saberes, cursos de música, dança tradicional, e outras manifestações culturais dos caiçaras locais; Cursos sobre a história local e regional seriam importantes, sendo que nas áreas onde já existem escolas, a história local e o patrimônio cultural poderiam ser inseridos na grade curricular. Parceira com Secretaria da Cultura, FUNDACI, Pés no Chão, entre outros				
	Implantar projetos ambientais em sítios arqueológicos	PEIb			2
	Elaborar material gráfico impresso de divulgação sobre patrimônio histórico-cultural, como folders e cartilhas. Criar ferramentas de divulgação da Cultura Caiçar (DVD, curtas, peças teatrais), utilizando recursos naturais, como filmagem nas trilhas				
	Realizar estudos para viabilidade e implantação de projeto de educação ambiental das trilhas: Friagem/Couro do boi/Bananal/Indaiaúba/Vermelha/Atalho de Castelhanos	PEIb	Prefeitura, OSCIP	Médio	1

## Sub-Programa Visitação

### Diretriz - Manejo da Visitação.

Eixos Temáticos/Linhas De Ação	Ação	Responsável	Apoio/Parcerias	Prazo	Prioridade
Regulamentação de Usos	Regulamentar usos e atividades de acordo com: zoneamento do PEIb, Classificação de Riscos e nível de dificuldade do percurso, número de visitantes por grupo, entre outros. Para a regulamentação: 1- Levantar atividades potenciais a serem desenvolvidas e regulamentadas (usando a terminologia da ABNT); 2- Incluir em cada regulamentação a obrigatoriedade de todos os prestadores de serviços seguirem as normas da ABNT	PEIb, PMI, trade, CT Ecoturismo, Especialistas	Especialistas, técnicos, praticantes experientes, bombeiros, ABNT, ABETA, ONGs, Associações	Início Imediato, curto prazo	alta
	Dar licença de operação para cada prestador (especificando a atividade e o local para operação)	PEIb e PMI	Operadores, Agências, COMTUR, técnicos, PMI formariam comissão para vistoriar CT Ecoturismo, ONGs	Início Imediato, curto prazo	alta
	Regularizar situação do domínio da Estrada de Castelhanos-transferência do segundo trecho pela Prefeitura para o Estado (DER) e regulamentar o uso da Estrada-Parque tanto para o trade quanto para particulares, levando-se em conta o futuro estacionamento como limitante				
	Regulamentar visitação para grupo de escoteiros e igrejas				
	Regulamentar monitoria, cadastramento/credenciamento, regras (número de visitantes/dia, tamanho dos grupos)				
	Elaborar minuta para o Secretário do Meio Ambiente solicitar um decreto do Governador paralisando a obra na Trilha do Bonete e condicionando o projeto à sua compatibilização com as normas do PEIb. Explicitar a obra e trecho. Necessidade de manter o projeto de passarelas de segurança (Areado, Vista, Laje e saquinho)				

<b>Eixos Temáticos/Linhas De Ação</b>	<b>Ação</b>	<b>Responsável</b>	<b>Apoio/Parcerias</b>	<b>Prazo</b>	<b>Prioridade</b>
<b>Manutenção de Trilhas e Atrativos</b>	Readequar/recuperar traçado e drenagem das trilhas, sendo necessária também a capacitação de pessoal responsável pelo manejo das trilhas				
	Revitalizar e implantar as trilhas de acordo com projetos e propostas já elaborados (diagnostico PM, Projeto Ecoturismo, entre outros) priorizando as oficiais: Baepi/Água Branca/Pancada d'água (Três Tombos)/Velo/Cachoeira Gato e Bonete	PEIb	Prefeitura, OSCIP	Curto	alta
	Buscar parcerias para implantação de estrutura nas demais trilhas do Projeto de Ecoturismo e para Sinalização de todas as trilhas oficiais	PEIb OMI CC COMTUR ONGs Monitores	Empresas privadas, Convênios co Governo Federal, Voluntários Amigos do Verde	início imediato execução em médio prazo	alta
	Verificar sobreposição de competência ou responsabilidades e compatibilizar normas e instrumentos legais, responsabilidades de manutenção das vias de acesso (Bonete e Castelhanos), consultando as comunidades para a tomada de decisão.				
	Executar manutenção periódica no meio físico e infraestruturas nas trilhas oficiais (frequência a definir de acordo com cada trilha) - buscar parceiros para a manutenção	PEIb PMI e Parceiros	Monitores, trade, PMI, Ongs, Empresas, voluntários	início imediato- ação continuada	média
<b>Monitoramento e Avaliação de Impactos (Gestão de Impactos)</b>	Implantar monitoramento periódico em todas as trilhas oficiais associado/condicionado à implantação do controle contínuo da visitação. (priorizar trilhas se necessário)	PEIb PMI Agências, Monitores e outros usuários	Parceria para capacitações: PPP técnicos FF Universidades	médio	média
	Padronizar informações coletadas nos controles e questionários de visitação (conter, por exemplo: número de visitantes, número de grupos, número de visitantes por grupo, horários, permanência)	PEIb PMI Agências, Monitores, CT ecotur	Universidades, especialistas, ONG	curto início imediato	baixa

## Anexo 1. Avaliação do Processo de Elaboração do Plano de Manejo

Dos 55 participantes, 25 responderam ao questionário.

### Questão 1: Você participou do Plano de Manejo do PEIb?

	Número de respostas
Sim	21
Não	4

### Se sim, quais etapas:

	Número de respostas
Diagnóstico/ entrevistas	9
Oficinas	18
Trabalhos de Campos	7
Outros	8
Reunido com instituições	1

### Questão 2: O que achou do processo participativo?

	Número de respostas
Ótimo	17
Suficiente	5
Poderia ter sido mais amplo	3
Insuficiente	0

1 comentário: Infelizmente tivemos pouco tempo

### Questão 3: Como você avalia o resultado?

	Número de respostas
Abrangente	10
Completo	7
Condiz com a realidade	12
Outro	2 - Participativo/ integrado

### Questão 4: Sugestões de melhoria no processo de elaboração do Plano de Manejo:

- A participação foi irrepreensível
- Tudo contemplado
- Contratação de profissionais qualificados da região ex: arqueólogos
- Reavaliação dos textos
- Maior participação da sociedade civil
- Maior participação dos consultores de diversas áreas nas oficinas
- Divulgação nos meios de educação e turismo dos passos trilhados e os próximos



Mais oficinas para cada tema  
Dar maior visibilidade  
Maior divulgação ao Público Geral principalmente com relação às conseqüências  
Participação e todos os atores

**Questão 5: Sugestões de melhoria no processo participativo do PEIb:**

Mais tempo e maior divulgação junto à comunidade  
Melhorar divulgação do CC PEIb  
Melhoria na divulgação para a população local  
Divulgar o andamento do processo de discussão e aprovação  
Maior divulgação  
Maior divulgação dos resultados  
Coleta de dados de forma ampla

**Questão 6: Sugestões de encaminhamentos/ações futuras do Plano de Manejo:**

Dar continuidade ao trabalho- operacionalização  
Continuar com a divulgação das próximas etapas  
Coordenação política para obtenção do apoio do CONSEMA  
Elaborar Plano de Implementação  
Criação de Plano de ação detalhado com cronograma, ações e prazo de execução, que seja referendado pelo conselho e aprovado pela Fundação  
Foco nos principais problemas  
Avaliação das ações propostas

**Questão 7: Sugestões/comentários:**

**PARABÉNS**

Sucesso, maravilhoso o plano, parabéns.  
Parabéns pelo amor dedicado.  
Parabéns a equipe do Parque Estadual.  
Projetos com estagiários, estudantes, universidades.  
Muito importante acontecer, ainda que atrasado, mas dá esperança de um olhar mais cuidadoso com a vida nessa área tão crítica e especial.

**DAR ÊNFASE AO PROGRAMA DE PROTEÇÃO**

Sim. Implementação de um programa de comunicação integrada - Plano de Manejo-  
Sociedade Civil - Poder Municipal  
Maior divulgação, jornal, faixa, rádio etc  
Divulgação em "site" oficial do processo de desenvolvimento

**PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DE ILHABELA - Oficina de  
Diagnóstico –Comunidades Tradicionais Caiçaras do Arquipélago de Ilhabela – SP  
ILHA DE VITÓRIA, ILHA DE BÚZIOS, PRAIA DA FIGUEIRA E SACO DO SOMBRIO**

**Relatório de Atividades**

**1. Pré-oficinas**

A equipe de consultores procurou iniciar uma estratégia para aumentar a participação das comunidades para as oficinas do Plano de Manejo do PEIb, através da realização de pré-oficinas.

Durante a permanência na comunidade, os consultores fizeram visitas porta-a-porta na grande maioria das casas dos moradores, informando sobre o conteúdo das oficinas, a programação da oficina de diagnóstico (anexo 1) e esclarecendo a comunidade sobre: "O que é o PEIb", "O que é o Plano de Manejo", "Qual momento estamos no processo de construção deste documento" e "a importância da participação da comunidade neste processo".

Entre os assuntos tratados durante as conversas foram abordados aspectos sobre o modo de vida caiçara e suas tradições, como a pesca, agricultura e extrativismo, as relações com o PEIb, as melhorias necessárias para a comunidade e suas expectativas para o futuro. Os assuntos foram orientados para abordar a proposta de oficina sobre o plano de manejo, entre os quais foram destacados a sua importância como um documento de são esclarecidas as práticas permitidas ou não, dentro da área do PEIb, a importância da participação da comunidade nas oficinas para definir em conjunto os acordos comunitários para a gestão do seu território, considerando a conservação dos recursos e da biodiversidade, além da manutenção da qualidade de vida.

Também foi apresentado o Projeto Juçara que está sendo desenvolvido pelas comunidades de Ubatuba, como uma a estratégia de desenvolvimento sustentável, geração de renda e melhoria da qualidade alimentar das comunidades tradicionais do Parque da Serra do Mar. Durante estas explicações a equipe apresentava o cartaz do projeto e entregava sementes da juçara, fazendo algumas explicações sobre os cuidados no plantio, como ambiente sombreado, terra fértil e úmida, semelhante ao encontrado no interior das florestas "maduras" encontradas no interior do PEIb.

Durante as visitas foi enfatizado que a juçara é uma espécie nativa da mata atlântica, mas que seu uso estaria sendo fomentado para o aproveitamento da polpa, sem a necessidade de abater a planta, como no caso do palmito, que é proibido por se tratar de uma espécie em extinção. Desta forma, considerou a degustação de suco e bolo de polpa de juçara, contribuindo para que a comunidade pudesse conhecer mais um uso em potencial para este recurso. Esta ação representa uma estratégia para contribuir para o entendimento sobre o significado do plano de manejo, de modo a exemplificar o que seria permitido conforme a legislação que incide nas áreas do Parque.

### 1.1. Pré Oficina - Guanxumas de Búzios - 03/06

Foram visitadas nove das XX famílias da comunidade, atingindo em média 15 pessoas. Seis famílias não estavam na Ilha por terem se mudado em definitivo ou por estarem em São Sebastião naquele período.. no diagnóstico – 19

Quando da apresentação do projeto Juçara, alguns moradores indicaram que em Búzios tem muitas áreas com Juçara, principalmente em cima do morro e que algumas pessoas gostam do palmito. Relataram que também que já tinham visto uma reportagem na televisão sobre a polpa da Juçara, que vem sendo utilizada para a merenda escolar em Ubatuba, e suas características nutricionais “com muita vitamina”.

A apresentação do Projeto Juçara e a entrega de sementes foi uma iniciativa que despertou muito interesse dos moradores, principalmente quando eles relacionaram as sementes com aquelas existentes na mata da ilha. Alguns fizeram questão de nos mostrar seus pés de açai, pupunha e fruta pão. Eles afirmaram que conheciam o Juçara, e que era comum as pessoas do lugar comerem o palmito, mas nunca tinha experimentado a polpa. Muitos ficaram bastante empolgados com essa possibilidade de gerar emprego e renda produzindo alimento, pois sabe que, *“...tem bastante Juçara no mato grosso desde lá da Mãe Joana até Pitangueiras”*

Muitas pessoas da comunidade lembraram vários momentos nos quais os funcionários do PEIb chegavam na Ilha e reprimiam o uso do fogo e o corte de madeira. Mas concordaram que uso descontrolado do fogo só trazia prejuízos para a natureza. Segundo eles, *“hoje em dia não tem mais queimada como tinha, antigamente ficava queimando dias, acabava com tudo...”*.

Conforme método de trabalho pré-estabelecido a equipe de consultores considerou o conhecimento atual dos moradores em relação ao Parque. Aproveitou-se o tema do fogo como um exemplo concreto para o PM PEIb, pois um acordo comunitário sobre o controle ou proibição das queimadas seria um exemplo de regras para utilizar os recursos naturais da Ilha, de forma a não ameaçar a fauna, as árvores, a água e a qualidade de vida da comunidade. Isto seria uma forma para construirmos o Plano de Manejo e estabelecer acordos entre a comunidade e o PEIb.

Sobre o uso das madeiras, os moradores afirmaram não concordar com a proibição, pois justificam o uso da madeira para canoas, que é o seu transporte, o modo de pescar e sobreviver, a construção de casas e estivas.

*“...como é que vamos fazer as estivas pra desembarcar com a minha família? O Parque uma vez veio até a Ilha e proibiu a retirada de madeira, disse que ele ia trazer madeira pra usar, mas isto nunca aconteceu até hoje”*.

Alguns representantes das famílias visitadas explicaram que nãoentendiam nada de Parque e o que mais preocupava era a falta de energia elétrica, comunicação na Ilha, dificuldades no atendimento da saúde e a educação dos filhos. Por outro lado reconhecem também que fatores como segurança e tranquilidade, casa própria e a água são pontos positivos do lugar.

Uma das colocações mais marcantes da fala de um morador também estava relacionada ao uso dos recursos florestais, neste caso em específico a madeira, “... não tem como ficarmos aqui sem tirar madeira, nós usamos para fazer estiva, artesanato...” . Outra colocação estava relacionada ao uso das canoas, “...árvore pra fazer canoa não tem mais, faz tempo que não fazem canoa aqui...”.

Outra consideração importante foi sobre a possibilidade de realocação dos comunitários para a cidade: “... se tivesse condição agente mudava pra cidade, se eles comprassem uma casa pra nós lá..., mas mudar pra pagar aluguel, ficar de favor na casa dos outros, ninguém quer sair daqui desse jeito não...”. Quando o assunto foi orientado para as práticas tradicionais agrícolas, os moradores reconheceram que os jovens estão interessados na pesca, não querem saber de plantar.

#### Visitas nos Bairros da Ponta, Costeira e Contato com Mãe Joana - 04/06

Foram visitadas as casas do bairro da Ponta para convidarmos os moradores para a Oficina de Diagnóstico. Os principais temas apresentados pela comunidade durante as visitas foram sobre o uso da madeira da Ilha para as estivas do porto, o fogo, a falta de luz e telefone, atendimento de saúde. Para alguns, “*muitas pessoas foram embora da ilha por questões de saúde e dinheiro, “...nossa ilha é muito desprezada...não melhora nada, só vem aqui filmar, tirar foto e vão embora...muitas promessas, até madeira pra estiva já prometeram, Petrobrás, placa solar, prefeitura...”*”.

Ressaltou-se que este momento era importante para que a comunidade se reúna e participe das oficinas para reivindicar seus direitos, que este documento do Plano de Manejo teria mais força, pois seria encaminhado para outras pessoas que poderiam ajudar. Na avaliação da comunidade todos estão muito descrentes de tantas promessas que já foram feitas e que nunca vêem os resultados. Um dos exemplos citados foi em relação aos projetos da Prefeitura, como o Luz para Todos que até hoje esperam uma visita para terem mais explicações.

Em visita às casas localizadas na área da Costeira todos demonstraram bastante interesse no tema do Parque e sobre o Plano de Manejo. Apontaram muitas dificuldades que as família passam ali na costeira, principalmente em relação a falta de luz e o atendimento de saúde. Outro ponto levantado foi a dificuldade do caminho até a escola, pois quando chove fica muito escorregadio, impedindo o acesso das crianças à escola.

#### Visitas nas Casas dos Bairros de Porto do Meio e Pitangueiras – 05/06

Foram visitadas 16 famílias na comunidade de Porto do Meio e uma família na área de Pitangueiras. Durante as conversas com moradores que produzem artesanato de madeira, foi citada a importância do manejo florestal para o uso sustentável das madeiras. Alguns moradores apontaram casos de pessoas que “...não sabem fazer bom uso da madeira da mata, vão lá metem o machado e deixam a madeira apodrecer lá...”. Alguns moradores alertaram que: “*nem todos vão receber vocês ou comparecer a reunião.*”

Alguns moradores estavam preocupados com a notícia que o PEIb vai demolir as casas que estão desocupadas na Ilha, que ninguém ajudou a construir e agora querem destruir tudo.

A seguir é apresentada uma síntese dos principais temas tratados durante as visitas nas casas dos moradores, além das suas expectativas em relação ao Parque e na melhoria das condições de vida no local.

Muitos moradores apresentaram muita preocupação com a atual condição de vida e falta de recursos financeiros para suprir as necessidades básicas de suas famílias. Dentre as expressões registradas destacamos as seguintes falas:

*“ o parque podia ajudar a construção de casa em nome de gente do lugar...aqui é ruim de condução, ninguém tem documento das casas, posse. Antigamente ninguém ligava, ninguém vinha preocupado com a mata, com as casas...”*

*“ tenho muitos problemas de saúde na família e não temos assistência nenhuma. Sou viúva sustentando a família com aposentadoria, tenho que pagar o transporte para tudo, e também para trazer o material do porto.”*

*“Dizem que vão derrubar as casas... a turma da Pitangueiras foi faz 5, 6 anos morar no bairro São Francisco”.*

*“fui conversar com a Carol (Dir. PEIb) para pedir autorização para construção de um quiosque no porto, para atender ao turismo náutico que visita o lugar. Isto é uma forma de gerar emprego e renda e conseguir me sustentar para permanecer morando na Ilha. Já tentei morar na cidade cinco vezes, mas não me adaptei. Tive a solicitação negada, mas estou bastante interessado em participar da oficina e buscar esclarecer essa e outras questões, como a retirada de madeira”.*

*“Aqui nós cortamos madeira quando precisamos, eu vou cortar para arrumar meu porto” .*

Durante a visita nas casas, um morador citou o desejo em ser indenizado pela Petrobrás por ter ficado sem pescar por quase um ano, após seu barco ter sido levado para a reforma pelo projeto de compensação do Programa de Apoio Participativo da Pesca (PAPP). Segundo ele seu prejuízo está em torno de R\$40.000,00.

Todos sempre revelavam uma profunda indignação com tantas pessoas que passam ali pra falar de vários projetos, mas que até agora nunca viram acontecer nada. Alguns disseram que não iriam à reunião porque já tinham perdido muito tempo nas reuniões na Petrobrás, da Prefeitura e que o Parque nunca resolvia nada “**...nós perdemos o nosso tempo pra resolver os problemas de vocês...**”.

## 1.2. Pré Oficina - Praia da Figueira – 11/07/2011

As visitas contemplaram as duas principais famílias do local, totalizando dez pessoas. De modo geral, conforme realizado anteriormente nas outras comunidades, a abordagem inicial considerou explicações sobre o Parque, o processo do Plano de Manejo, a apresentação do Projeto Juçara, entrega e plantio de sementes. Como forma de exemplificar o que é a oficina de diagnóstico, apresentamos uma comparação com a visita ao médico, na qual se busca investigar por meio dos sinais e sintomas quais as possíveis causas da enfermidade do paciente. Entregamos o material impresso com dados sobre a comunidade, bem como os mapas, afim de que eles pudessem pré visualizar as imagens e se preparar para as próximas fases do processo, enfatizando a importância da participação ativa da comunidade. Em seguida realizamos um levantamento de expectativas das famílias em relação ao PEIb, fazendo o registro de todas as demandas apresentadas.

Em relação ao Parque, a família 1 apresentou as seguintes expectativas:

<b>Parque</b>	retirada de madeira	canoas
		construções
		ferramentas
	roça para subsistência	prever área de pousio para recuperação
criar estrutura para receber turistas	centro de visitação para comercialização de produtos, guia para fazer trilhas e oferecer alimentação com a culinária local.	

Em relação ao Parque, a família 2 apresentou as seguintes expectativas:

<b>Parque</b>	retirada de madeira	canoas
		construções
		ferramentas
	roça para subsistência	prever área de pousio para recuperação
	Quiosque para receber turistas	centro de visitação para comercialização de produtos, guia para fazer trilhas e oferecer alimentação com a culinária local.
Educação	Construir escola na comunidade	

A comunidade também manifestou interesse em obter do PEIb mais esclarecimentos acerca das seguintes dúvidas temas: Quiosque para turismo; poder fazer roça, usar terra nova; Autorização para construir escola; usar e manejar árvores de madeiras, tanto para construir casas, canoas, remos ou ferramentas.

### **1.3. Pré Oficina – Saco do Sombrio - 11/07/2011**

Foram visitadas as casas de 4 famílias da comunidade do Saco do Sombrio, que se reuniram na sede do Yatch Club de Ilhabela YCI.

Entre as principais questões apresentadas pelos comunitários durante reunião realizada na Sub Sede do Yacht Clube, destacam-se as seguintes reivindicações:

- 1 – Abertura da trilha que leva das Galhetas para Praia da Figueira – importante para os alunos.
- 2 – Autorização para reforma das casas, construção e retirada de materiais da mata.
- 3 – Autorização de retirada de madeira para canoa e remo.
- 4 – Apoio para formação de novos construtores de canoa.
- 5 – Apoio para construção de uma escola no Saco do Sombrio, visto que isso depende de liberação do PEIb, além de que antigamente já existia uma escola na comunidade, mas que com o tempo caiu. Inclui uma professora que leciona na Praia da Serraria e que é da comunidade.
- 6 – Apoio para os adultos estudarem num curso de supletivo, com currículo adaptado a realidade local, cultura. Criação do Ensino Médio para que os alunos tenham como continuar seus estudos no local, sem ter que sair para a cidade ou para outras comunidades.
- 7 – Liberação para abertura de roças em terras novas.
- 8 – Produção de mudas frutíferas, laranja, banana. Dentre as variedades existentes hoje nas roças e quintais da comunidade, foram citadas 6 tipos, entre os quais: a banana vinagre, banana cinza, banana prata, banana ouro, banana nanica e banana da terra.
- 9 – A recuperação de terras degradadas, visto que existem muitas áreas de sapê e até erodidas no alto do morro.
- 10 – Deixar mais claro as informações sobre o que pode e o que não pode fazer na área do PEIb: (ex) retirada de madeira para fazer canoa, autorização para abertura de roça, as reformas e construções das casas.
- 11 – melhoria do atendimento médico uma vez que não tem frequência e o médico não passa nas casas quando necessário. Solicitam Atendimento com mais frequência, construção de um posto de saúde.
- 12- A comunidade está descrente com tantas promessas e desacredita de outros projetos.
- 13 – O funcionário do YCI considera que a comunidade precisa de uma estação de rádio e a formação de uma pessoa para fazer os primeiros socorros.
- 14 – Limites do Turismo: Evitar trânsito e mergulho nas áreas de cerco; regulamentar o uso do jetski; proibir a pesca nas áreas de cerco; Limitar o número de embarcações; demarcar as áreas de uso tradicional.

#### **1.4. Avaliação das Pré Oficinas**

De modo geral, percebemos que ao longo dos anos a comunidade vem experimentando frustrações decorrentes de promessas não cumpridas e projetos não realizados. Poucas expectativas foram correspondidas e isso deixa uma forte sensação de desconfiança sobre todos aqueles que vêm de fora com novas idéias. Sobre o PEIb eles sabem pouco, quase nada, e o que sabem esta ligado a repressão quanto ao uso dos recursos naturais, principalmente quanto a retirada de madeira e o uso do fogo. Todos os comunitários visitados nos receberam muito bem, porém, em principio a maioria demonstrou bastante indignação, pois se sentiam desrespeitados em seu lugar por pessoas que ali passaram colhendo suas esperanças, mas sem corresponder a sua devida solução.

### **2. Realização das Oficinas de Diagnóstico**

#### **2.1. Oficinas de Diagnóstico na Ilha dos Búzios**

##### **2.1.1. Comunidade de Guanxumas - 06/06**

A oficina contou com a participação de 12 moradores, adultos e jovens. A lista de presença encontra-se no anexo 2. Após uma breve apresentação dos participantes, a comunidade solicitou para que a equipe do Parque manifestasse os objetivos da oficina.

Claudia Shida - responsável técnica da Fundação Florestal pela elaboração do Plano de Manejo e Carolina Bio Poletto – diretora do PEIb, explicaram qual o significado do Parque fazendo uma comparação entre alguns exemplos de atividades que são realizadas pelas comunidades do interior e do entorno. Por exemplo, a construção de casas que podem ser autorizadas somente para moradores tradicionais no interior do PEIb, diferente para área do entorno, na qual é permitida a construção para pessoas de fora da comunidade. Complementaram as explicações sobre o processo do Plano de Manejo do PEIb, que deverá abordar os aspectos de (i) quem mora no parque; (ii) o que necessitam para viver e (iii) o que pode e o que não pode ser realizado nas áreas internas do PEIb, e de que forma, como estas poderiam acontecer.

Os representantes da comunidade apresentaram algumas necessidades para melhoria da vida no local, entre as quais, a iluminação nas casas, estivas para o desembarque nas pedras que dão acesso às casas. No decorrer da oficina, houve a necessidade de realizar uma mudança na estratégia para a participação dos moradores, visto que eram poucos representantes e, além do que, somente alguns destes manifestavam alguma proposta. A equipe propôs uma nova estratégia para enfatizar a participação e a organização como elementos essenciais no desenvolvimento comunitário. Dessa forma, no segundo dia, a oficina teve inicio com uma dinâmica chamada de “rede das relações”. Com um rolo barbante cada um dos participantes se apresentava e em seguida passavam o rolo para qualquer outro que estava presente da roda, com o qual identificasse algum tipo de relação. A idéia era que cada um dos participantes percebesse sua importância na sustentação da rede, suas inter-relações diretas e indiretas, bem como sua capacidade de fortalecer ou fragilizar a intensidade das relações. Foi possível refletir sobre temas como



união da comunidade e organização, além de fazer comparações com uma rede de pesca, na qual precisa estar bem “entrelhada” para pescar melhor.

Em seguida a atividade proposta foi desenhar junto aos presentes as relações da comunidade com instituições/ atores externos que trazem impactos positivos ou negativos. O Diagrama de Venn foi o método utilizado para representar estas relações, com a condução da FF para a mediação da atividade.

#### Resultados do Diagrama de Venn:

Colônia de Pescadores de São Sebastião: não traz facilidades financeiras, mas a relação é boa, visto que ajudam na documentação dos pescadores e embarcações (RG, CPF, Carteira de pesca, licenças de pesca, benefícios de defeso). A relação é melhor do que com a Colônia de Ilhabela.

Pesca Esportiva: a interação é conflituosa, pois vem atrapalhando a pesca tradicional, considerando que competem nas mesmas áreas de pesca. Como solução a proposta foi proibir a presença de barcos de pesca ou fretados, tendo firmado uma parceria com a APA Marinha.

Pesca – Caça Submarina: a relação é ruim, pois prejudica a pesca tradicional de cerco. A solução é proibição em parceria com a regulamentação imposta pela APA Marinha.

#### Prefeitura Municipal de Ilhabela:

Na área da saúde a relação é insatisfatória, existem muitas dificuldades no atendimento e envio de medicamentos. Como forma de solucionar o problema os moradores solicitam mais frequência no atendimento, indicação correta de remédios e mais médicos. A comunidade pode se reunir para discutir a questão, fazer acordos e pedir a presença de Prefeito.

Na área da educação a relação é boa, no entanto existem problemas relacionados à manutenção da estrutura da escola, e reclamações sobre a qualidade nutricional da merenda oferecida.

Em relação à infra-estrutura, a comunidade reclamou das promessas não atendidas do Projeto Luz para Todos, problemas no gerador e a falta de manutenção dos caminhos que ligam o bairro da Costeira à Escola.

PEIb: A relação é conflituosa, o parque não faz nada, embora os moradores tenham uma boa relação de amizade com os funcionários. Os moradores também solicitam a presença dos responsáveis da FF para discutir as possíveis soluções dos problemas. Dentre as soluções apresentadas pelos participantes estão:

-Reforma ou a construção de estivas a partir da doação de madeira tratada, com apoio da prefeitura e participação dos moradores no desembarque e construção.

Petrobras: a relação está ruim, pois conforme o planejado para a compensação do PAPP, os quatro barcos que seriam reformados ainda não foram entregues. A solução apresentada foi contar com o apoio do PEIb para promover um diálogo entre as partes com vista a agilizar o processo.

Após montar o diagrama foi questionado o que cada ator poderia fazer para melhorar as relações identificadas como conflituosas. Tentou-se também fazer o exercício do que a comunidade de Guanxumas poderia fazer para melhorar a relação. Foi feito o paralelo de que como todo relacionamento não é somente uma via de uma mão, que se um casal briga se eles não se conversam não tem como resolver os problemas. Cade o que eles conseguiram fazer para tentar melhorar a relação. Após a conclusão do Diagrama, foi conduzido a Validação do Diagnóstico. Os participantes tiveram a oportunidade de apontar sobre os mapas expostos suas considerações sobre as áreas de uso e ocupação, bem como confirmar os dados e realizar as correções pertinentes relacionadas ao número de pessoas, famílias, casas, casas de farinha, roça e usos dos recursos. Foram destacadas áreas de roça, área de coleta de madeira para canoa, para os remos, construções e estivas. Estas informações foram atualizadas e constam em anexo.

### **2.1.2. Comunidade de Porto do Meio – 08/06**

A oficina iniciou com a apresentação dos participantes por meio da “rede das relações”. Estavam presentes sete moradores - Sr. Mário “Baiacu”, Sr. Edgard, Sr. Aristides, Sr. André, Zico, Juliano e Gilmara.

A equipe iniciou um levantamento e avaliação das relações nas quais a comunidade mantém contatos. Em cada um destas, a equipe procurou obter mais informações sobre a intensidade da relação, os conflitos presentes e as possíveis soluções propostas pela comunidade para os problemas encontrados.

#### Resultados do Diagrama de Venn

Foram apresentados os seguintes atores externos e seus níveis de relação com o bairro de Porto do Meio, entre os quais se destacam:

##### Prefeitura Municipal de Ilhabela:

- Área da Educação tem uma boa relação por meio da escola.
- Área da Saúde tem uma relação ruim, considerando falta de atendimento periódico.
- Infraestrutura (luz e água), foram solicitadas informações da continuidade do Projeto Luz para Todos e a construção de reservatórios para água captada.

PEIb: Segundo Sr. Aristides, *“o parque foi bom para proteger nossa ilha, impediu gente de fora de construir aqui”*.

Claudia Shida aproveitou para enfatizar a importância do Plano de Manejo como um documento que irá organizar as atividades na comunidade, fazendo uma analogia com a organização do espaço num barco ou em uma residência, ou seja, relacionando área de dormir ou estar numa casa, com as áreas de construção ou abertura de roças na área da comunidade. Esta questão foi bastante destacada, pois caso a comunidade não participe destes acordos, o Parque poderia limitar áreas que não correspondessem à realidade local.

Um dos moradores expressou sua opinião, dizendo que *“depois do parque melhorou muito, mas pode melhorar ainda mais”*. E complementou dizendo que *“a relação com o parque é*

*forte, pois conseguiram impedir as queimadas, mas ainda estão impedindo de fazer algumas coisas”.*

Atividades Turísticas – As relações apresentadas nesta categoria e referem ao turismo náutico, mergulho de caça e contemplativo, barcos de frete para pesca esportiva.

Apresentou-se exemplos de atividade turística em Barra do Una/Juréia, enfatizando as importunações causadas pelos turistas aos moradores tradicionais, como uso de drogas e bebidas alcoólicas, ou a falta de respeito com os moradores tradicionais. Também foi o momento de apontar a necessidade de regulamentação desta atividade e questionar os participantes quanto a suas expectativas.

Os moradores não chegaram a um consenso sobre o desejo de fortalecer as relações com o turismo náutico, pois enquanto alguns expressavam o interesse nestas atividades, outros consideraram prejudiciais à pesca tradicional. Como solução foi proposto que sejam feitas recomendações para a Área de Proteção Ambiental Marinha – APA Marinha, a fim de regulamentar estas atividades, como limitar o número de embarcações e definição de limites em torno das áreas de pesca tradicional.

Colônia de Pesca de Ilhabela – A relação é positiva, ajuda nas necessidades dos pescadores como na emissão de documentos e licenças de pesca, mas indicam que a representatividade é fraca entre a classe. A Colônia está num momento de transição de diretoria.

Petrobras – Existe um conflito gerado com a expectativa de reforma dos barcos pelo projeto de compensação – PAPP e que ainda não foram atendidas. Foi sugerido que o Parque auxilie a comunidade para cobrar mais agilidade no processo.

Igreja – É importante para os moradores, embora não tenha nenhuma ação para fomentar a organização local.

Capitania – Ajudam quando necessita, em casos de emergência, ou na capacitação para emissão de carteira de navegação – Curso e certificação de Arrais.

Bombeiro – Ajudam quando necessitam, em chamados de emergência.

Guanxumas – Existem relações de parentesco e de ajuda mútua. Mas também algumas divergências em relação às atividades de mergulho que segundo alguns, prejudica a pesca com cercos. A sugestão foi fazer a tentativa de realizar uma reunião conjunta para decidir estas questões relacionadas as duas comunidades.

Segundo alguns moradores *“o governo federal não conhece aqui, eles nem sabem que mora gente nessa ilha”*, precisava mostrar este documento para as autoridades.

Shida apresentou o processo de condução do Plano de Manejo, bem como o retorno das informações aos superiores. Depois de finalizado este documento será enviado ao Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) órgão estadual para sua aprovação. Portanto, todo processo será avaliado e as informações serão acessadas por técnicos do governo, tornando público a realidade destas.

Foram apresentados os mapas e as imagens de satélite para aferição dos dados do diagnóstico com uma breve explicação sobre a importância e objetivos dos mapas,

destacando as formas de utilização dos recursos naturais (florestais e hídricos), formas de zoneamento e gestão do patrimônio histórico e cultural.

No período da tarde teve início atividade para aferir dados populacionais/ construções e atividade tradicionais, como roças, construção de canoas e produção de farinha e artesanatos. Os moradores puderam apontar as correções nos dados relacionados ao número de pessoas, famílias, casas de moradores e turistas, casas de farinha. A equipe destacou a importância da participação da comunidade na atualização destes dados, pois apresentam as reais características e informações atuais sobre o local. Também enfatizou o quanto importante é apropriarem-se do Plano de Manejo, considerando-o um documento que assegura os direitos e deveres para os moradores, evitando possíveis enganos e más intenções, denúncias equivocadas e conseqüentes multas. Os dados encontram-se atualizados no Diagnóstico.

#### Revisão dos Dados:

- 21 casas de moradores
- 5 casas de farinha

A seguinte questão foi levantada: *“O que as informações nos mostram para pensarmos no futuro?”*

Os encaminhamentos para a próxima reunião, a ser realizada em julho, foram discutidos juntos aos participantes. A ausência dos moradores, e a clara desunião da comunidade foram apontadas como um fator prejudicial no desenvolvimento das oficinas. A mobilização dependerá da própria comunidade. A questão: *“Qual o melhor jeito de organizar a reunião?”* Não teve uma resposta bem definida. Propostas como reuniões por núcleo familiar, reunião junto com o bairro de Guanxumas e outras continuaram a ser discutidas.

## **2.2. Oficina de Diagnóstico - Praia da Figueira – 13 de julho de 2011**

A oficina contou com a participação de três famílias, totalizando 13 pessoas. A lista de presença encontra-se em anexo. Os participantes se apresentaram e teve início a construção do diagrama de relações da comunidade.

Claudia Shida levantou junto ao grupo quais as relações que a comunidade apresenta, com outras instituições ou diferentes atores, podendo ser positivas ou conflituosas, e sua intensidade, fortes ou fracas.

#### Resultados do Diagrama Venn:

##### Outras Comunidades

Existem relações positivas de parentesco e colaboração com outras comunidades, com a Praia Mansa e Praia de Castelhanos a relação é forte, enquanto que com o Saco do Sombrio e Praia do Bonete a relação é menos intensa.

##### Educação

A relação é conflituosa, os moradores reconhecem a Prefeitura como responsável pela educação, mas manifestam a necessidade de construir uma escola na comunidade. A solução proposta foi combinar de preparar um abaixo assinado e entregar a reivindicação na Prefeitura. Existem atualmente 10 alunos matriculados na Praia da Figueira e quatro alunos no Saco do Sombrio. Reclamam que é difícil o deslocamento das crianças nos dias de tempo ruim e também pelo horário.

#### Saúde

O atendimento da saúde é muito demorado, a cada 40 dias. A relação é fraca. Será cobrado da Secretaria de Saúde melhoria na periodicidade das visitas.

#### Turismo

Atualmente a relação é fraca, mas existe muito movimento do pessoal que vai pro Saco do Sombrio e passa na Praia da Figueira. Às vezes acabam comprando um peixe ou fazem uma refeição no local.

#### Pescadores de Fora

É comum aparecerem alguns pescadores vindos do Rio de Janeiro ou de Santos, param para conversar, tomar um banho ou pescar um peixe com linha. Não há conflito, são bem recebidos.

#### Petrobrás

A relação é conflituosa. Contam que o projeto PAPP planejou a reforma dos barcos, algumas canoas foram avaliadas, mas não foram incluídas para a reforma. Os moradores solicitaram apoio para conseguir luz, mas este projeto já estaria sendo contemplado pela Prefeitura.

#### Parque Estadual de Ilhabela

Os moradores explicam que o Parque está presente, mas só para atrapalhar. Segundo eles, a Polícia Ambiental está mais presente, lembram que um morador levou uma multa porque tirou uma madeira para fazer remo. Reconhecem que a relação com o Parque é melhor, se comparada com a Polícia Ambiental, embora ainda seja uma relação conflituosa.

A comunidade não vê nenhum benefício em morar dentro do Parque, *"...antigamente era bem melhor, antes não tinha problema pra abrir uma roça..."*

Os moradores falam que não tem canoa e que tem medo de tirar uma árvore sem autorização, dizem o mesmo para a abertura de roça e para construir ou reformar sua casa. Reclamam que as autorizações demoram muito.

*"...o Parque tinha que dar as condições para a comunidade viver, do jeito que a gente vivia antigamente..."*

Carolina Bio Poletto, Diretora do PEIb, explica à comunidade quais as vantagens em estar vivendo dentro do Parque, principalmente no que diz respeito a pressão negativa exercida pelo turismo desordenado e pela especulação imobiliária, e defende os direitos de exercerem as atividades tradicionais.

Claudia Shida explica que as atividades tradicionais podem ser realizadas desde que estas sejam acordadas entre o PEIb e a comunidade, e constem no Plano de Manejo, daí a

importância do documento que está sendo construído. A comunidade também deve fazer a solicitação prévia de autorização para realização das seguintes atividades: retirada de madeira, abertura de roças, construção e reformas de casa.

Carolina apresenta como exemplo a Praia de Castelhanos, onde qualquer pessoa de fora pode construir. Explica que dentro do Parque a comunidade estaria de certa forma, mais protegida da especulação imobiliária.

Claudia Shida mostra na imagem de satélite os dados de fauna, vegetação, número de casas, roças, casas de farinha, sítios arqueológicos. Esses dados haviam sido levantados durante o Diagnóstico do Parque para o Plano de Manejo.

Um dos moradores explica o caso da casa que ele estava reformando, mas que foi embargada. A Equipe da FF explica este caso, no qual a reforma poderá ser autorizada, desde que seja solicitado pelo morador do local. É mais fácil conseguir a autorização para reforma do que para construção, mas de acordo com o caso ambas são possíveis.

É feita uma explicação sobre as atividades do Plano de Manejo, relacionando as oficinas de diagnóstico, zoneamento e programas de gestão. Para cada fase serão consideradas as demandas apresentadas pela comunidade, tais como abertura de roça, retirada de madeira, construção e reforma de casas e atendimento aos turistas com prestação de serviços.

Shida pergunta aos presentes se há interesse de abrir roça de subsistência. Alguns moradores manifestam interesse em manter a sua roça, justificando que mesmo que eles quisessem fazer, não iriam destruir tudo. Afirmam que seus antepassados sempre utilizavam a área, mas nunca destruíram as florestas. Explicam que a floresta pode se regenerar, que as árvores crescem rápido e em poucos anos você nem entra mais na área desmatada, e por isto justificam que não prejudicam a conservação dos recursos. Segundo eles, o problema maior é o fogo, pois sem queimada a floresta se regenera mais rápido.

(\*) lembrete: tirar o ponto com GPS da rede de malha.

Alguns moradores seguem explicando que a madeira de canoa é retirada muito longe da área da comunidade. Carolina aproveita para explicar que existe diferença entre fazer canoa para o uso tradicional, e fazer canoa para a venda como fazem os moradores na Praia do Bonete. Neste caso, a atividade para venda não seria permitida, pois acabaria comprometendo os recursos naturais que fazem parte da tradição caiçara.

#### Trilhas de Acesso da Comunidade

A comunidade ainda se utiliza das trilhas para a Praia de Indaiaúba, e que segue depois para o Bonete. Segundo informam, o trecho até Indaiaúba ainda está aberto, mas o proprietário da praia impede o acesso. A trilha das Enxovas é mais perto e é melhor que seja aberta para uso da comunidade.

Carolina questiona a comunidade sobre o uso das trilhas para o turismo, se estas poderiam ser abertas ao uso público, trazendo acesso a todas as comunidades. Claudia Shida explica que neste caso, que tipo de visita que a comunidade quer. Se eles não estiverem muito certos de como querem, pode acontecer a entrada de pessoas que desrespeitam a comunidade ou atividades ilegais. Conta que na Juréia aconteceram casos graves e a comunidade teve que se organizar para controlar atividades turísticas. Também citou

alternativas para uma visitação mais controlada, direcionando o perfil do turista, como grupos de observadores de aves ou “birdwatching”, turismo cultural, entre outros.

Colônia dos Pescadores de Ilhabela: Uma das famílias é afiliada à Colônia dos Pescadores de Ilhabela. O maior % de renda da comunidade é proveniente da pesca, a APA Marinha poderá contribuir com a proteção da pesca artesanal na região das comunidades.

Projeto do Bela Ilha: Carolina informa a comunidade sobre o início das ações na implementação do saneamento básico na Praia da Figueira, em 2011. Aproveita para confirmar o interesse da comunidade no projeto. Todos apóiam o início do projeto.

Perspectivas para os Jovens: Embora poucos jovens estivessem presentes, manifestaram suas expectativas para o futuro. A maioria dos rapazes pretende seguir como pescadores, as meninas esperam ter mais estudos na área das comunidades e ter condições de sair para a cidade.

#### Calendário da Comunidade

Atividades	Meses											
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Turismo												
Pesca de lula												
Pesca												
Pesca de tainha												
Plantio de mandioca												
Baixa de peixe												

Maioria das atividades que geram renda para a comunidade se concentra nos meses de primavera e verão, enquanto que nos meses de outono e inverno, a pesca é mais escassa e o turismo também é fraco. Claudia explica que deverá ser pensado em desenvolver novas atividades para os meses de baixa renda, colocando como sugestão para reflexão.

#### Diagrama de Relações na Comunidade da Praia da Figueira – OD 12/06/11

	Comunidade do Bonete	Pouca /Positiva	Parentesco, Colaboração, Boas Canoas
<b>Comunidade apresenta relações com -</b>	Prefeitura implantação de Luz e infra-estruturas	Carência / conflito	
	Prefeitura - Saúde	Fraca/positiva	
	Com a prefeitura, educação	fraca/conflito (qual?)	
	Atividades turísticas	Fraca nas duas direções	
	Pescadores	fraca	
	Petrobrás	Fraca/conflito	
	Parque	Fraca/conflito	
	Polícia ambiental	Forte/conflito	
	Comunidade do Sombrio	fraca	
	Comunidade de Praia Mansa	forte	
	Colônia de pescadores de Ilhabela (só uma família)	fraca	
	Comunidade de castelhanos	forte	
IBAMA	fraca		

### Retorno e Revisão dos Dados Diagnóstico do Plano de Manejo do PEIb

Foram apresentados os dados dos levantamentos realizados em 2010. As informações atualizadas seguem descritas abaixo e constam no documento do Diagnóstico.

Revisão dos dados do Diagnóstico:

- 4 casas de moradores
- 3 casas de pessoas de fora da comunidade
- Ausência de Igreja
- Pouco artesanato

Os moradores contam que o projeto das Escolas Caiçaras do ex - Secretário de Cultura Municipal chegou a encomendar várias peças para exposição, mas com o seu falecimento acabou ficando tudo parado. Dentre os objetos produzidos citam: canoinha, pássaros de madeira e cestos.

Foram apresentados dados referentes aos tipos de solos, vegetação e fauna (mamíferos, aves, répteis e peixes). Os moradores citam a ocorrência de ataques aos galinheiros, por gato do mato.

Os principais usos das madeiras segundo ordem de importância:

- construção de casas
- remos e cabos de ferramentas
- canoa
- pouco artesanato (canoinha)

Shida apresenta as áreas de uso da comunidade, que tinham sido levantadas de maneira ainda preliminar pela equipe técnica do Sub-módulo das Comunidades Tradicionais, elaborado pelos consultores Mariana Pirró e Marcus Schmidt (2010). A comunidade confirma as áreas de uso mais intenso e esporádico, que vai até as nascentes no limite da bacia hidrográfica. Essas confirmações constam atualizadas nos mapas de zoneamento.

### **2.3. Oficina de Diagnóstico - Saco do Sombrio - 28/06/2011**

A oficina foi realizada com a participação de oito representantes da comunidade, equipe da Fundação Florestal - FF e consultores da Cambuci Projetos Socioambientais e Associação Elementos da Natureza - ONG, reunidos na sede do YCI.

A equipe da FF faz uma apresentação do Plano de Manejo do PEIb, destacando aspectos legais para buscar um entendimento com as formas de usos tradicionais da comunidade.

Os moradores ouvem atentamente as explicações dos objetivos da oficina e explicam a forma como entendem este processo de entendimento com o:

*"...é preciso fazer um acordo, conversando e se entendendo, entre o Parque e a comunidade. Nós somos daqui, vivemos aqui e eu vou morrer aqui mesmo."*

*"Nós estamos sendo prejudicados pelo Parque, a proibição tem que ser para quem é de fora."*



Um dos moradores sugere que a equipe apresente no que realmente o Parque pode ajudar a comunidade. Carolina explica que o Parque Estadual é uma área que prevê a conservação da biodiversidade aliado ao uso sustentado para o turismo, pesquisa e educação ambiental e finaliza que o processo de construção do Plano de Manejo virá favorecer um entendimento com a comunidade, para que as atividades tradicionais possam ser realizadas de maneira que considerem os acordos acertados e a legislação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

*"...o documento precisa dizer o que a comunidade precisa e como as coisas podem melhorar..."*

Outro morador comunitário explica que... *"Nós não podemos fazer as coisas escondidas, mas precisamos fazer o que precisa. Antes de ser Parque nós já estávamos aqui. Nós não invadimos a área do Parque, foi o Parque que invadiu a nossa área..."*

Carol explica algumas vantagens de estar dentro do Parque para a comunidade, como por exemplo a proibição para o turista se estabelecer, citando com exemplo o processo de ocupação de outras comunidades do entorno. Claudia Shida pergunta o porquê que ainda não apareceu nenhum turista pra morar ou construir, e esclarece que o Parque não permite que as pessoas se estabeleçam, mas que somente os moradores tradicionais do Sombrios teriam este direito, desde que sejam feitos estes acordos entre a comunidade e o PEIb.

Um dos representantes da comunidade afirma que nunca deixou o turista comprar terra e construir na área do Parque e que sempre protegeram a área.

Carol explica que o Parque pode proteger a área para comunidade *"...O Parque precisa proteger as florestas, mas também deve proteger quem mora dentro. Mas para isto, precisa fazer um acordo sobre o que pode e o que não pode fazer"*.

Os moradores prosseguem explicando que precisam de muita coisa, como horta, roça, madeiras pra construir as casa e fazer canoas. *"... aqui não tem dinheiro, precisa produzir o que precisa pra viver."*

Carolina faz uma explicação sobre os exemplos de ações que poderiam ser feitas dentro do Parque: *"...Vocês podem construir as casas, mas precisa de uma autorização para que o parque fique sabendo o que está sendo feito no interior. A demora nas autorizações é por causa da falta de um Plano de Manejo, com os levantamentos das comunidades e com os acordos firmados sobre os usos"*.

Outro representante pergunta como fica quando um morador é casado com alguém de fora? Aproveita e complementa com informações de que o IBGE realizou um levantamento de todos os moradores do lugar.

Entre várias dúvidas que a comunidade possui em relação ao PEIb, eles questionaram sobre a abertura de roça: *"...Como funciona o processo de abertura de roça, como faz pra ter a licença para derrubar a floresta e plantar?"*

Carolina explica que precisa fazer um mapeamento das áreas de uso da comunidade, e planejar como será feito para considerar as áreas de cultivo e de descanso, só assim as áreas poderão ser autorizadas.

A comunidade explica que as áreas cansadas não produzem, e que precisa derrubar uma área nova e que se for para retirar uma árvore, é porque precisa.

Dizem também que não é fácil tirar madeira e fazer roça, que dá muito trabalho e, mesmo que eles pudessem, ninguém iria derrubar muito.

Carolina volta a explicar que todas estas restrições impostas decorrem da falta de um plano de manejo, por isto que não se pode autorizar sem antes conhecer a realidade.

A comunidade volta a questionar como fica no caso de reforma da casa: *"...Pode reformar? Como faz? As duas casas estão quase caindo..."*.

Complementam a questão e falam que o acordo com a comunidade deve contemplar a área de Marinha.

Shida e Carolina explicam que a questão levantada é parte da Área de Proteção Ambiental (APA) Marinha, entregando os mapas aos presentes e explicando seus limites.

A comunidade se mostra satisfeita com a criação da APA marinha mas lembram que a área é grande e falta fiscalização.

Carol explica que as denúncias anônimas podem ser feitas, e lembra que os cercos dos pescadores já foram levantados com o registro dos proprietários e as coordenadas com auxílio de GPS (Sistema de Posicionamento Global).

Os moradores reconhecem a iniciativa da equipe da FF, de que *"...antes não tinha muita explicação, era só repressão, mas hoje vocês estão vindo mais, explicando e conversando mais..."*.

Shida explica como que estas demandas da comunidade deverão ser incluídas no documento do Parque, através do próprio plano de manejo, com os Planos de Uso Tradicionais e os Termos de Compromisso.

Os moradores perguntam se estas atividades poderão ser realizadas antes do documento ficar pronto. Carolina explica que enquanto o documento não ficar pronto, estas atividades devem ser melhor avaliadas com a própria comunidade.

Outra questão levantada pelos moradores diz respeito aos pontos de ancoragem no píer, dando exemplo como o que está acontecendo na Vila, em Ilhabela. *"...Os píers estão sendo ocupados pelos barcos de turistas e os pescadores precisam se revezar para ancorar. Como fazer para reservar as áreas para os pescadores e a comunidade?"*

Carolina explica que estas são demandas para o Poder Municipal, que devem ser solicitadas junto à Prefeitura de Ilhabela.

São iniciadas discussões sobre as outras relações que a comunidade possui, considerando os aspectos positivos, os conflitos e a intensidade desta relação.

Colônia dos Pescadores: Existem pescadores filiados à Colônia de pescadores de São Sebastião e a da Ilhabela. Explicam que alguns pescadores pagam a colônia desde muitos anos, e que hoje querem saber sobre os seus direitos de aposentadoria.

Uma das pescadoras afiliadas explica que a Colônia auxilia com o registro para que os pescadores se aposentem pelo INSS e que a Colônia só envia a solicitação de seguro desemprego.

Yatch Clube de Ilhabela e Capitania dos Portos: A comunidade explica que não tem nenhum apoio do Yatch Club de Ilhabela ou da Marinha e de ninguém. Lembra que uma vez foi solicitada uma lancha para transporte de um paciente e que o YCI não ajudou, tratava-se de uma emergência.

Saúde: O atendimento médico é ruim, às vezes a equipe não vai até a comunidade, só mandam remédios, mas sem examinar os pacientes. O atendimento é só no YCI, e nem todos podem descer pra serem examinados. Segundo suas necessidades, a equipe médica precisa ir até as casas dos moradores. Precisa também melhorar a comunicação com a comunidade.

Shida explica que existem problemas e que eles precisam ser pensados pela própria comunidade para poder resolvê-los.

### **2.3.1. Oficina de Diagnóstico Saco do Sombrio - Segundo dia 29/06**

A oficina de Diagnóstico se prolongou até o dia seguinte, para que a comunidade pudesse refletir sobre as informações discutidas no dia anterior, e que fossem apresentados os dados do Diagnóstico realizado em 2010. Os dados foram apresentados para que fosse feita uma revisão, incluindo informações do número de casas, casas de farinha, ocupações de turistas, tipos de recursos extraídos das matas e etc.

#### Atualização dos Dados

A madeira é mais usada para construir as casas, para fazer canoa é difícil e poucas pessoas ainda sabem fazer.

O recurso mais utilizado para o artesanato é o bambu, sendo que poucas pessoas ainda fazem na comunidade do Sombrio. Só um morador faz artesanato com bambu.

Na casa de farinha, precisa trocar a madeira da mesa de prensa, denominada de "queijo". Antigamente utilizava uma gamela de madeira para recolher a maniquera, o caldo da mandioca brava.

Fonte de renda:

- 11 famílias vivem da pesca
- não há aposentados
- 1 Bolsa escola (família) de R\$ 32,00/criança
- 1 funcionário da Prefeitura para fazer coleta do lixo

No total a comunidade possui 11 casas de moradores, 4 de turistas, 1 casa de farinha.

Existem 7 crianças na comunidade sendo que somente 1 matriculada na escola.

Das 11 famílias, só 3 ainda fazem roça, sendo que estas pretendem continuar com esta atividade. Informam que a maioria das famílias não tem roça por três motivos:

- 1- impedimento da legislação que não permite derrubada em área nova, sendo que no capim a terra é fraca.
- 2- quem não tem roça, acaba usando a roça do outro, e isto desanima quem faz.
- 3- os bichos também estragam como a capivara

Existem atualmente 2 nascentes para captação de água, a que abastece o YCI, e a casa do Sr. Pedro e outra que abastece a casa de D. Isaura e D. Ângela.

1 só pessoa, manifestou interesse em sair da comunidade.

Marcus Schmidt explica a importância das roças e sobre a continuidade da tradição agrícola, além de prever a recuperação das terras cansadas. Também foi conversado sobre a importância de se planejar ações para o futuro, como o plantio de árvores ou recursos que não existem mais na área da comunidade, para que os filhos e os netos possam se utilizar também.

Shida explica que alguns problemas podem surgir com a introdução do turismo. A comunidade responde que o turismo pode não ajudar a todos da comunidade, pois segundo explicam *...“pode ser bom para alguns, mas ruim para outros da comunidade”*.

*“...Tem uns que vivem da pesca de mergulho e outros da pesca de cerco, por isto que fica difícil de fazer um acordo comum a todos”*.

Shida explica a importância de que as comunidades se entendam sobre as suas demandas para com o turismo, pois existem muitos interesses e que a comunidade precisa estar fortalecida. Mais ainda que precisam, a comunidade como um todo, decidir se querem a visitação ou não e que tipo de visitação.

Carolina pergunta sobre o interesse da comunidade para com o projeto de saneamento do Bela Ilha. Toda a comunidade manifesta interesse.

#### Diagrama de Relações da Comunidade do Saco do Sombrio

<b>Saco do Sombrio</b>	Parque	Forte / conflito	
	Bombeiro	Fraca/ apoio	
	Traineira	Forte/conflito	
	Prefeitura - Saúde	Fraca/conflito	
	Prefeitura – infra-estrutura	Fraca/conflito	
	Marinha	Fraca	
	Polícia ambiental	Forte/conflito	
	Colônia de pescadores de Ilhabela	Forte/conflito	
	Colônia de pescadores de São Sebastião	Forte/positiva	
	Yatch Club de Ilhabela	Forte/conflito	
	Parque	Forte/conflito	

#### Cronograma da Comunidade

Atividades	Meses											
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Turismo												
Pesca de lula												
Pesca de anchova												

Shida explica a importância da comunidade se organizar e saber o que é realmente a prioridade " ... o Estado não tem condições de ajudar em tudo, vocês precisam escolher o que é mais importante, e a demanda precisa sair daqui da comunidade."

#### 2.4. Oficina de Diagnóstico – Ilha de Vitória - 07/07/11

Participantes: Hilário, Zizinho, Maneco, Roberto, Adriano, Lidia, D. Maria

Carolina abre a reunião e explica os objetivos do Plano de Manejo do Parque Estadual de Ilhabela. Shida complementa a fala com informações sobre como organizar a área tradicional das comunidades. Fala sobre a importância em se realizar um zoneamento da área de uso, para evitar que esta organização seja diferente do que a comunidade reconhece.

Um dos moradores explica que em sua opinião as coisas não vão melhorar em nada porque o pessoal só vem fazer reunião e nunca melhora nada. Argumenta que o Parque não pode proibir a comunidade em fazer suas roças ou tirar madeira porque eles precisam para viver.

*"...melhorar o que? ...a vida aqui não vai melhorar nada...A minha rocinha não pode impedir não, preciso tirar madeira pra fazer estiva, se eu não puder como faço? Não são todos que tem roça, quem não tem roça não tem nada pra dizer agora".*

Shida explica que a comunidade tradicional pode plantar, mas que só precisa pedir autorização.

Outra reivindicação refere-se às estivas, pois o PEIb ajudou na construção de uma delas, mas que ainda falta construir um rancho para guardar os barcos. Apesar de que muitos não tenham roça por serem pescadores, este reclamam dos mergulhadores, dos barcos de pesca industrial e dos barcos fretados que acabam espantando os peixes.

Sobre a Educação: falam que os adultos tinham um curso de alfabetização, mas que o professor antigo que ministrava o curso foi embora. Explicam que os pais necessitam ir para a prefeitura para fazer a inscrição dos filhos no ensino fundamental II. Seria importante ter o EJA – Ensino de Jovens e Adultos - na Vitória.

Sobre a Saúde: O atendimento é muito demorado, chega a demorar de dois a três meses.

Projeto do Pés no Chão: Trata-se de um projeto de apoio ao artesanato, o Projeto Pés no Chão está dando apoio ao artesanato local. Explicam que a equipe vai de casa em casa e apóiam a comunidade na confecção dos objetos, fornecendo ajuda de custo para os artesãos. Mas a comunidade reclama que todo material para a produção, como a madeira e o bambu, vem todo de fora da Ilha, culpando o Parque que não autorizar.

Carolina explica que a comunidade poderia estar utilizando os materiais da Ilha, mas que a equipe do "Pés no Chão" deveria ter submetido o projeto para o Parque para pedir a liberação do uso.

As mulheres explicam que a comunidade tem uma estratégia prevendo a continuidade do projeto, todos depositam um percentual do lucro numa conta conjunta para comprar

materiais para quando o projeto acabar. Atualmente são 6 pessoas participando e recebendo, mas tem mais duas que deverão entrar também. Entre os artesanatos produzidos, explicam que estão sendo confeccionados cortinas de bambu, móveis, bonequinhas de pano, barcos de madeira, remo, chapéu e bolsa de fibra de banana.

Colônia de Pescadores: Existe relação com a Colônia de Ilhabela, contam que eles ajudam um pouco, mas que precisa melhorar muitas coisas, como na implantação da fábrica de gelo, compra de linha para fazer as redes de pesca, mais estrutura para conforto dos pescadores, como estaleiros e banheiros. Existe uma relação entre a Colônia e a Associação dos Pescadores. Acreditam que a tendência seja unir as duas instituições.

Diretor de Comunidades da Prefeitura de Ilhabela: A comunidade reclama que a atual diretoria não ajuda em nada, só resolve problemas da saúde. Como sugestão, um dos membros da equipe da FF sugere que seja criada uma Secretaria de Comunidades Tradicionais na Prefeitura, pois, uma diretoria não teria condições de atender tantas demandas.

Petrobrás: O Projeto PAPP só foi reformou alguns barcos, mas nunca mais apareceram. Discutem que muito da demora é por causa da dificuldade em arrumar pessoas capacitadas para prestar este tipo de serviço e que a própria comunidade poderia trabalhar neste projeto.

Sobre o uso das madeiras, Carolina explica que eles podem aproveitar as madeiras caídas, mas que se for ter que retirar uma madeira viva, necessita de autorização. A comunidade informa que a parte mais utilizada da Ilha para retirar recursos florestais como madeiras, é a parte do leste.

#### Correção dos Dados das Comunidades de Vitória:

- Casas tradicionais – 18 casas
- Casa de turista – 0
- Casa de farinha – 3 ( Ilha pequena, D. Benedita, Raimundo, Hilário (casa do Zizinho).
- Igreja – 0 , a comunidade solicita a construção de uma Igreja no local.
- Escola –
- Renda – 18 famílias depende da pesca,
- Roça – 3 pessoas ainda fazem como D. Benedita, Sr. Maneco, Sr. Zé.

Dos materiais mais utilizados, usa-se mais madeira para as (1) estivas, (2) construções, (3) artesanato, (4) estrutura da casa de pau a pique.

Dentre as embarcações, é melhor a chata para desembarcar, mas para visitar os cercos é melhor a canoa comum.

- Bolsa família – todas as 12 crianças matriculadas recebem a bolsa família
- Artesanato – 10 pessoas fazem e recebem renda
- Assalariados – são 4 pessoas funcionários da Prefeitura Municipal

#### Calendário

- Fev-junho - pesca de Lula.
- Nov-março - maior comercialização de peixe

A comunidade manifestou várias questões sobre a melhoria das condições de vida na Ilha da Vitória, entre as quais foram destacadas:

- a dificuldade em conseguir organizar a comunidade.
- a dificuldades para vender a produção direta para o comprador, sem o atravessador. Falta uma organização entre os pescadores para conseguirem manter um preço mínimo.
- só conseguiram melhorar a venda com o início do Projeto Pés no Chão, com isto, a venda está sendo realizada durante o ano todo.
- a pesca de currico é realizada a uma distância de 1 km da Ilha. É sugerido incluir esta área de proteção na APA Marinha do LN.

Shida explica algumas possibilidades de uso da Ilha pela comunidade, como o turismo, mas argumenta que tudo necessita ter uma regra de acesso com o objetivo de ordenar a atividade.

A comunidade fala que se for para continuar o projeto de artesanato, pode ser uma coisa boa levar para a Ilha mais modelos diferentes de artesanato, com outros materiais, novas técnicas de produção e apoio na comercialização.

**PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DE ILHABELA - Oficina de  
Zoneamento - Comunidades Tradicionais Caiçaras do Arquipélago de Ilhabela – SP  
ILHA DE VITÓRIA, ILHA DE BÚZIOS, PRAIA DA FIGUEIRA E SACO DO SOMBRIO**

**Oficinas de Zoneamento**

**1. Praia da Figueira - 06/ 07/ 11**

Moradores presentes: Sr. Zico, Manuel, Maurício, D. Bete, Dener, Monise, Flaviani, Sr. Valdir - Advogado de Castelhanos, Gabriel, Bruna, Caio, Bruno, Jorge Vitor dos Santos.

A oficina teve início com apresentação dos dados de zoneamento através do mapa das zonas de uso pré-estabelecidos, com áreas de usos diferenciadas por cor, por exemplo: verde - Zona de Conservação, Laranja - Zona de Patrimônio Histórico Cultural Arqueológico, áreas no entorno marinho da comunidade, Zona de Amortecimento e etc. Foi explicado que a discussão giraria em torno do que pode e o que não pode ser realizado em cada área e que as regras deveriam ser bem esclarecidas, tanto pela comunidade quanto para o Parque, de modo que ambos assumam compromissos e as responsabilidades nesta reunião.

A fim de contribuir com o entendimento dos moradores, foi apresentada a advogada da Fundação Florestal, Maria Aparecida, que trouxe o conhecimento sobre as questões fundiárias. Com a palavra, ela explicou o que significa o Termo de Compromisso que deverá ser construído em parceria com os técnicos da FF.

*"é um documento que formaliza um acordo entre a comunidade e o Parque, válido por todo período em que viverem aqui, no qual deverá constar dados da população, as solicitações de área para roça, retirada de madeira, assim como todas atividades extrativistas que sustentam a permanência da comunidade".*

O Termo de Compromisso está relacionado a um acordo com a comunidade, onde são apresentadas as suas necessidades e as formas legais para que possam realizá-las. Mediante a esta autorização realização das atividades que sustentam seu modo de vida são liberadas.

Seguiu-se então para as explicações referentes aos significados das diferentes áreas demarcadas no mapa, conforme os tipos de categorias de uso:

- Conservação/Extrativismo: área reservada à conservação onde, mediante autorização, será permitida a retirada de madeira, bambu, sementes, plantas e outros elementos necessários a manutenção do modo de vida da comunidade;
- Roça: área para o plantio;
- Quintais e construções: área para a criação de galinhas, produção de hortas, retirada de lenha, construção de moradias, casas de farinha e ranchos de pesca.



- Patrimônio histórico cultural arqueológico: área destinada estudos e à visitação monitorada.
- Recuperação: áreas que estão em estado avançado de conservação, mas ainda necessitam de algum projeto para a recuperação.

A comunidade perguntou se toda vez que necessitar retirar madeira ou realizar qualquer ação dentro da área do Parque, vão necessitar solicitar uma autorização.

A equipe da FF explicou que as autorizações serão avaliadas segundo a finalidade, a situação de ameaça/ impacto sobre o tipo de recurso, e o histórico de solicitações. As autorizações não serão liberadas quando se configurar o uso não tradicional, como uma forma de controlar o uso dos recursos e manter uma relação de confiança com a comunidade.

Um dos moradores apresentou resistência em relação a esta condição, pois não se sentiu confortável em pensar num futuro, numa relação de confiança, considerando que sua casa está com indicação de demolição e em menos de 3 anos ele poderá ter que ser realocado.

Maria Aparecida explicou que o caso específico daquela casa foi uma decisão judicial, o juiz só cumpriu a lei, considerando que o proprietário está ilegal na área do Parque.

Sr. Valdir, advogado do morador, questionou a equipe da FF sobre a situação emergencial neste caso. A advogada da FF lembrou que o uso dos recursos seria autorizado através de um Plano de Uso Tradicional, um documento que vai indicar quais são os recursos utilizados pela comunidade, bem como suas formas de uso, segundo seu modo de vida e tradição.

A comunidade discutiu a reforma da casa de farinha, na qual foi solicitada uma autorização para a construção em outro local. Uma das famílias de moradores solicitou uma reforma da casa no mesmo local, e que ela continue sendo comunitária.

Neste momento teve início as explicações referentes à área de Patrimônio Arqueológico da comunidade, onde as ruínas precisam ser preservadas, sem permitir que sejam descaracterizadas. A equipe levantou junto aos moradores presentes se as visitas deveriam ser guiadas por moradores locais, prevendo algum tipo de formação técnica-profissional. Como exemplo, foi apresentado o curso de monitores que aconteceu no PEIb, no qual a comunidade da Praia do Bonete manifestou interesse em participar e foi beneficiada por esse processo de capacitação. O objetivo deste seria atender e monitorar atividades turísticas específicas, tais como caminhadas em trilhas, observação de aves e visita a sítios arqueológicos.

Dentre as alternativas sugeridas, a formação técnica para a gestão ambiental dos recursos e a visitação de grupos de estudantes às comunidades tradicionais, foram mencionadas como possibilidades de geração de trabalho e renda.

Os moradores lembraram também que necessitam encaminhar uma solicitação à Prefeitura Municipal para a construção de uma escola na Praia da Figueira. Neste aspecto a comunidade reconheceu que deverá estar mais organizada e que deverá também manter entendimentos com a Comunidade do Saco do Sombrio, que também solicitou uma escola para a Prefeitura. Neste sentido, não houve ainda nenhum encaminhamento formal.

A equipe iniciou então a discussão sobre as áreas de uso na comunidade, apresentando o mapa de zoneamento, voltando o foco para os objetivos da oficina de zoneamento.

**Área em Rosa:**

O que pode: Pode construir as casas dos moradores tradicionais, mas não pode fazer roça e nem colocar fogo.

Quem pode: Moradores tradicionais

**Área em Verde:**

Extrativismo esporádico ou seletivo. Este tipo de atividade considera a retirada de recursos na floresta e poderá ser realizado a partir de um Plano de Uso Tradicional. Nesta área são realizadas atividades de retirada da madeira, abertura de caminhos e captação de água.

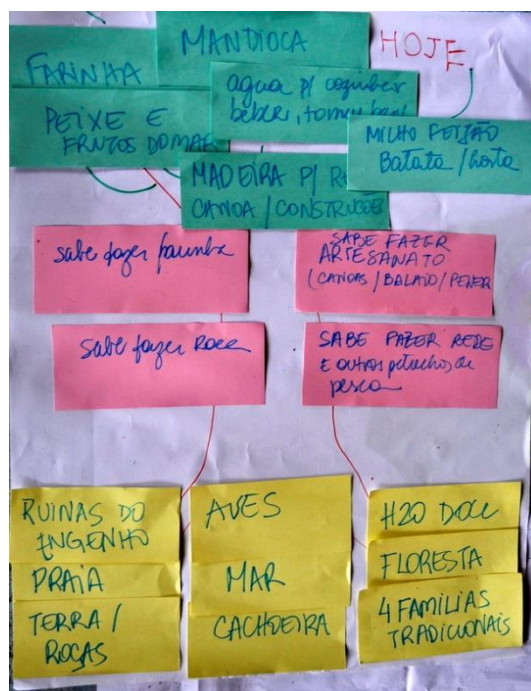
Esta área também pode ser utilizada para o turismo de Base comunitária, mas a proposta de uso deve estar em acordo com o Programa de Visitação

A equipe da FF explicou que o PEIb é responsável pela área terrestre, e que a área de marinha não faz parte do Parque. Por este motivo será prevista uma área de amortecimento para proteger as áreas dos cercos. A comunidade explicou que não há este tipo de problema na área da Praia da Figueira.

Sr. Valdir se apresentou como um advogado residente na Praia dos Castelhanos e está defendendo o caso do pedido de demolição da casa de um morador da Praia da Figueira. Ele explicou o caso para os presentes. Carolina faz uma recapitulação de todo o processo da ação demolitória, desde o seu início, justificando a posição do Parque em cumprir a lei. Também argumentou que entende a posição difícil da família, neste caso, e justifica os pedidos de prorrogação do processo. Maria Aparecida argumentou que pode solicitar mais uma prorrogação, mas o promotor poderá não aceitar. Sugeriu então que o material da demolição seja doado para a reforma da casa, ficando em uma situação mais razoável. Isto se justifica pelas dificuldades financeiras enfrentadas pela família em questão.

No período da tarde o grupo iniciou a construção da *Árvore das Competências*, ilustrando as características potenciais e prioridades da comunidade, como segue representado a seguir:

Figura 1. Árvore das competências representando as potencialidades da comunidade da



Praia da Figueira, com os recursos, processos e produtos

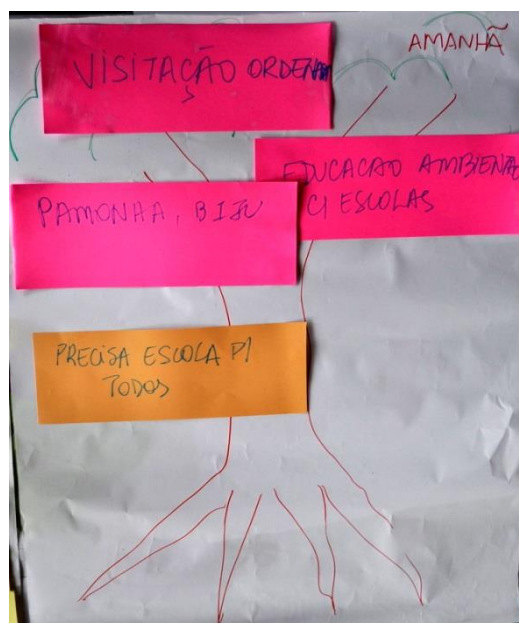


Figura 2: Árvore das competências representando as perspectivas futuras para a comunidade da Praia da Figueira

Tabela 1. Sistematização dos resultados obtidos na árvore de competências na comunidade da Praia da Figueira.

Raízes – Recursos	Tronco – Processos	Frutos – Produtos
-------------------	--------------------	-------------------

4 famílias de moradores tradicionais, água, florestas, roças, praia, mar, ruínas.	Conhecimentos da comunidade no manejo dos recursos, artes de pesca, tecnologias para construções e artesanato.	madeira para construção, lavoura de mandioca, farinha, água potável, peixes e frutos do mar, artesanato.
<b>Futuro</b>		
	Escolas técnicas para a formação	Visitação ordenada
	Cursos de capacitação em turismo (guias locais/culinária)	Educação ambiental com as escolas

Os moradores manifestaram o interesse por cursos de capacitação frente à forte demanda turística. Indicaram muitas oportunidades que existem no local, para receber os turistas, e o que poderia ser comercializado entre eles. Foram dados exemplos de alguns produtos que poderiam ser oferecidos para os turistas, como o artesanato, o serviço como guia local, a culinária tradicional.

Essas questões e possibilidades serão avaliadas e levadas para a próxima reunião, denominada Oficina de Programas, na qual serão discutidos os encaminhamentos e propostas para o desenvolvimento das atividades da comunidade em consonância com as ações do PEIb.

## 2. Ilha dos Búzios – Porto do Meio –12/ 07/ 11

**Participantes:** Aristides Costa, Isaias leite Costa, Elisabete Costa, Eduarda Costa, Aparecida Teixeira Costa, João Avelino Costa, Vicente Aristides Teixeira, Eliane Nascimento Paes Fernandes, Matheus Paes Teixeira, Benedito Firmo Teixeira.

Antes do início da oficina a equipe de consultores reforçou o convite para a participação da comunidade em visitas nas casas dos moradores. Esta prática é justificada visto que havia baixa participação da comunidade em geral. A equipe de consultores manteve a estratégia adotada nas Oficinas de Diagnóstico, com entregar de sementes de juçara e polpas para a apreciação dos moradores.

A oficina teve início com Cláudia Shida, técnica da FF, apresentando o mapa de zoneamento com as categorias de uso sugeridas para a área de Porto do Meio. A comunidade foi questionada sobre quais atividades e em quais locais estas seriam realizadas pelos moradores, exemplificando como áreas de moradia, a localização das atuais roças, as áreas de florestas onde são retiradas as madeiras para os diversos usos.

Os moradores apresentaram algumas atividades, dentre as quais foi destacada a confecção de artesanatos com uso de madeira e bambu, em área destinada ao extrativismo. A comunidade manifestou a necessidade de organizar a venda destes materiais e estabelecer um valor mínimo de pagamento do artesanato. Também foi discutida as áreas de uso para atividades relacionadas aos seus modos de vida, tais como roça, moradias e utilização de recursos florestais.

A equipe técnica da FF indicou a presença de sítios arqueológicos, enfatizando a importância em considerar estas áreas como fortes potenciais turísticos, incluindo a possibilidade da formação de monitores/ guias locais para levarem os visitantes nestas áreas, gerando renda extra para as famílias.

Quando a discussão considerou a utilização dos recursos florestais para construção de estivas e casas, alguns moradores solicitaram a doação de eucalipto tratado, a fim de evitar a retirada de espécies nativas da mata. Entre um dos acordos, a FF se comprometeu a trazer eucalipto tratado para a construção das estivas. Este acordo foi proposto como alternativa quando os moradores levantaram a possibilidade de solicitar autorização para o plantio de eucalipto em áreas na ilha.

Shida apresentou as condições para uso dos recursos naturais na Zona de Conservação (Área Verde), orientando os moradores que a solicitação de autorizações para as práticas de corte de madeira e a implementação de projetos de manejo são as principais exigências do PEIb.

Essas condições provocaram discussão acerca do que pode ser comercializado pela comunidade, como por exemplo, remos e outros artesanatos de madeira. A pergunta geradora foi : se todos tirarem madeira para fazer remos para vender, como que fica?"

A comunidade entendeu a necessidade de existir um acordo entre todos para essas atividades serem controladas, considerando os principais objetivos do PM, que é a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais do PEIb. A seguir são apresentados os resultados obtidos para o zoneamento das áreas de uso da comunidade de Porto do Meio, as atividades permitidas e não permitidas e como estas poderiam ser realizadas.

**Tabela 2. Sistematização dos resultados obtidos no mapa de zoneamento na comunidade de Porto do Meio, Ilha de Búzios.**

Área	O que pode	O que não pode	Como pode
<b>Rosa Manchada</b>	Roça de 3 famílias		
	Visitação controlada pelos monitores preferencialmente tradicionais		Onde já é roça, não precisa de autorização do parque
	Pegar madeira para lenha		Onde não é roça nova, precisa pedir autorização
	Conservar a água para todos		
<b>Patrimônio Arqueológico</b>	População tradicional pode morar e pode construir	Quem não é população tradicional não pode construir e nem fazer roça	Pedir autorização para o Parque e só depois construir
	Visitação controlada com monitores preferencialmente locais		Seu João Chefe da Trilha
	Pegar lenha ou madeira que já está caída, não precisa de autorização		
<b>Área Verde</b>		Não pode plantar eucalipto mas o Parque se compromete a trazer eucalipto tratado	Pedir ajuda para a Prefeitura trazer, para quem não tem barco
	Tirar madeira para estiva, construir, fazer remo e tirar bambu		Moradores pedem autorização do Parque
	Manejo das madeiras para fazer estiva, remo, construção e canoas		Precisa de apoio técnico para realizar manejo das madeiras
	visitação		Moradores pedem autorização do Parque
<b>Área de Recuperação</b>	Não usar		Apoio técnico para restaurar as formações e a terra agrícola
<b>Área Marinha</b>		Barco de frete, mergulhadores de caça submarina de pessoas de fora da Ilha	Normatização da APA deve ter a participação da comunidade pois afeta a sobrevivência da população

Entre as madeiras mais utilizadas pela comunidade para fazer remos foram indicadas a caxeta, tambataru e a peloteira. Foi discutida a possibilidade de se realizar um plano de manejo das árvores madeireiras. Alguns participantes reconheceram que estes recursos estão acabando e que deverá ser iniciado um levantamento mais aprofundado, prevendo o enriquecimento das florestas com estas espécies nativas. Shida perguntou se eles consideram importante a contratação de um técnico para realizar este levantamento. A maioria dos presentes concordou em prever a contratação deste técnico na área de manejo florestal.

#### Regras de Uso da Área Marinha

Quando foi citada a utilização dos recursos marinhos, a comunidade apresentou novamente alguns problemas que estão prejudicando a pesca tradicional, como a pesca de parelhas, a pesca de frete e os mergulhadores de caça sub. Então, Shida explicou que essas áreas fazem parte da zona de amortecimento e que não são de responsabilidade direta do PEIb. No entanto são áreas nas quais podem ser feitas recomendações conforme acordos com a comunidade e outros atores envolvidos, serão consideradas durante o Plano de Manejo da APA Marinha.

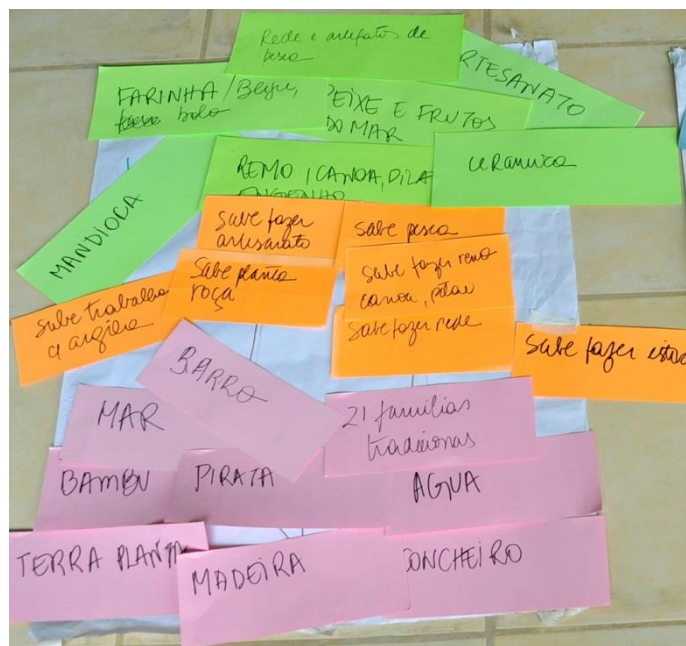
#### Árvore das Competências

Foi iniciada a dinâmica de construção da "Árvore das Competências", visando obter da comunidade as informações sobre os recursos potenciais disponíveis, os processos existentes, conforme as suas atividades tradicionais, e os produtos disponíveis em cada área. A figura a seguir ilustra o trabalho, com a construção da árvore de expectativas para o futuro.

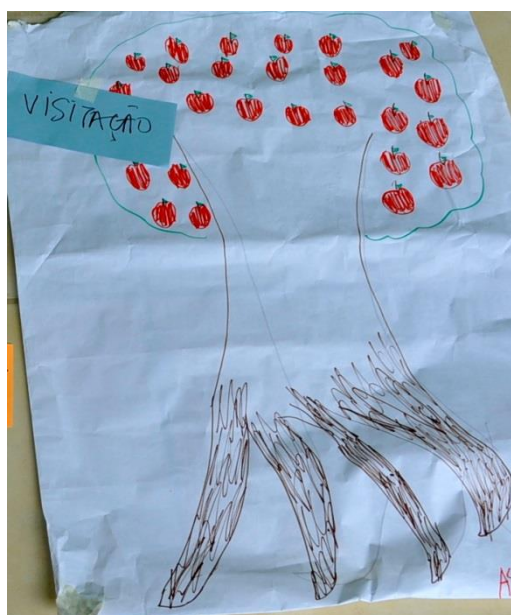


**Figura 3. Equipe técnica do PEIb e comunidade na Oficina de Zoneamento construindo a árvore das competências, Porto do Meio - Ilha de Búzios**





**Figura 4. Árvore das competências representando as potencialidades, com os recursos, processos, produtos para a Comunidade de Porto do Meio, Ilha de Búzios**



**Figura 5. Árvore das competências representando as perspectivas futuras para a Comunidade de Porto do Meio, Ilha de Búzios**

**Tabela 3. Sistematização dos resultados obtidos na árvore de competências na comunidade de Porto do Meio, Ilha dos Búzios.**

Raízes – Recursos	Tronco - Processos	Frutos – Produtos
-------------------	--------------------	-------------------



<ul style="list-style-type: none"> <li>• florestas</li> <li>• bambu</li> <li>• 21 famílias tradicionais</li> <li>• madeira</li> <li>• terra/ plantas</li> <li>• mar</li> <li>• barro</li> <li>• água</li> <li>• concheiros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• conhecimentos sobre o plantio das roças</li> <li>• conhecimento em fazer remo, pilão, engenho, canoas, trafico de farinha, artes e ferramentas de pesca.</li> <li>• conhecimentos sobre barro/ argila para artesanato</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• palmito, mandioca, farinha, bolo, biju, peixes, frutos do mar, cerâmica.</li> <li>• remos, canoas, pilão, engenho, artesanato</li> <li>• peças em cerâmica</li> </ul>
<b>Futuro</b>		
		Visitação

As atividades foram encerradas com o término da atividade da árvore, a comunidade ficou de refletir sobre suas expectativas mais relevantes no âmbito do Plano de Manejo. Na próxima oficina de programas, deverá ser discutido que tipo de projeto será iniciado junto a comunidade e de que forma o PEIb poderá apoiar estas demandas.

### 3. Guanxumas dos Búzios - 13/07/2011

**Participantes:** Sr. Olegário, Sr. Rodolfo, D. Olga, Profª Carla, Equipe FF e equipe de consultores.

Claudia Shida iniciou a oficina explicando os possíveis usos da área da comunidade, regulamentando as atividades tradicionais, desde que estas obedeçam a um zoneamento da área e um acordo entre o PEIb e a comunidade.

Um dos moradores exemplificou a proposta do Plano de Manejo, em questão, como se fosse um projeto de construir uma casa, na qual deveria ter uma planta aprovada pela prefeitura para ter uma autorização. Leonardo Sales, assessor técnico do PM PEIb, explicou que documentação necessária é semelhante ao documento de identidade (RG) ou como a carteirinha de pescador que é fornecida pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP, atual Ministério da Pesca.

Marcelo, membro da equipe de interação socioambiental do PEIb, explicou que o documento de autorização evita que a comunidade seja repreendida podendo até ser multada. Shida contou um fato ocorrido na Praia da Figueira, no qual algumas pessoas construíram sem autorização do Parque e foram multadas. Para que estas ocorrências não se repitam mais, será sempre necessária uma autorização emitida pelo Parque.

Dando sequência aos conteúdos da oficina, Shida explicou que um dos objetivos da próxima oficina será o de planejar ações ou programas para melhorar a vida da comunidade. Desta forma, as atividades tradicionais poderão ser realizadas de maneira legal e em acordo com a legislação de Parques.

Um dos moradores manifestou sua preocupação em relação aos jovens que não querem mais ficar na Ilha dos Búzios porque, segundo eles, *"aqui não tem futuro"*. Parte de sua família mora no Morro do Abrigo, em São Sebastião. Ele também argumentou a dificuldade em conseguir envolver a geração mais jovem nestes problemas, pois eles não estão mais interessados em discutir seu futuro na Ilha.

Shida explicou que este documento deverá ser construído junto com a comunidade. Caso eles não queiram contribuir no documento, este será deixado em branco e deverá ser pensado em como fazer para organizar os trabalhos futuros.

Em relação às áreas do mapa indicadas como Patrimônio Arqueológico, e que poderiam ser consideradas no planejamento de visitação do turismo, Shida esclareceu que a comunidade pode decidir em não concordar com a visitação. Leonardo Sales explicou que o turismo pode trazer resultados bons ou ruins, a comunidade deverá decidir o que é bom e como deve ser feito este acordo.

Embora a comunidade não tenha demonstrado conhecer em profundidade o trabalho com o turismo, todos aceitaram iniciar uma experiência, com o apoio do Parque: a visitação nas áreas de uso será permitida nas áreas das comunidades, com o acompanhamento de guias locais, através de um programa de "visitação monitorada"; para tanto, deverá ser iniciado um programa de formação de "guias locais", com o apoio do PEIb. Esta ação será indicada na oficina de programas, como uma das propostas de continuidade das ações para a implementação do Plano de Manejo do Parque Estadual.

Shida perguntou sobre os usos agrícolas da área, segundo a forma pelo qual as roças são realizadas pela comunidade. Uma moradora falou que as áreas agrícolas mais antigas já estão todas tomadas pelo bambu e que está ficando cada vez mais complicado em conseguir plantar em áreas novas. Houve um consenso de que uma das prioridades é iniciar uma estratégia de controle do bambu.

Shida explicou para os presentes, que para a retirada de materiais para a construção ou artesanato, será necessária uma autorização e regulamentação das áreas para o manejo extrativista. As áreas antigas de uso agrícola não necessitam mais de autorização, porém estas devem ser indicadas em mapa, para que o Parque esteja ciente das áreas que estão sendo utilizadas. Isto também contribuirá para que a comunidade fique livre de ser repreendida pela Polícia Ambiental, caso seja realizada eventuais vistorias na comunidade. Ficou esclarecido para todos que não há nenhuma proibição, somente a necessidade de ter autorização para as práticas realizadas pelos moradores tradicionais.

Shida apresentou o mapa da comunidade de Guanxumas, com indicação das áreas de uso já delimitadas, conforme o relatório do Diagnóstico das Comunidades obtido em 2010. Entretanto, foi iniciada uma confirmação dos limites das áreas, bem como os tipos de usos que ainda são realizados pelos moradores.

### Área Verde:

Esta área é denominada pela comunidade como “mato grosso”, tradicionalmente sempre foi utilizada para retirada de madeiras mais nobres, como o cedro, ingá, figueira. Atualmente estas madeiras não são utilizadas da mesma forma, visto que ocorreram mudanças nas formas de uso destes ambientes, além das restrições de uso provocadas pela legislação da UC. Os moradores gostariam de receber autorização para a utilização desta área para a retirada de madeira para fazer estiva, madeira para artesanato, como a paina e a pita, além das madeiras para fazer remos.

A comunidade manifestou muita preocupação em relação às autorizações que serão necessárias. Como exemplo, os moradores explicaram quando necessitarem retirar madeira para fazer remos, pois este é um objeto bastante útil para os pescadores. A equipe da FF explicou que as solicitações poderão ser obtidas de uma vez só, ou seja, uma autorização poderá valer para fazer vários remos.

*“...as autorizações são uma garantia para que a comunidade não seja prejudicada”.*

Um dos moradores lembrou que foi prometida a compra de eucalipto tratado para fazer as estivas e que ainda não foram atendidos. Neste caso, a equipe do PEIb se comprometeu novamente com a solução do problema das estivas, levando as madeiras de eucalipto tratado, além de fornecerem os funcionários para a montagem da estrutura nos costões. Citaram como exemplo, uma experiência bem sucedida que fora implantada na Ilha da Vitória, onde o PEIb entregou as madeiras e ajudou na sua montagem.

A questão do fogo foi lembrada, e os moradores foram advertidos de que o fogo não pode ser utilizado.

### Área Marinha:

Shida explicou que algumas ações que prejudicam a área de pesca tradicional em torno das ilhas, foram impedidas com a regulamentação da APA Marinha. Um dos exemplos citados foi a pesca de parelha, que foi impedida nessa região e está contribuindo o aumento da abundância de peixes. A equipe da Fundação explicou também que no documento do Plano de Manejo poderá fazer recomendações para indicar uma área de proteção em torno das Ilhas, conforme a legislação da APA.

Um dos pescadores artesanais da comunidade sugeriu que esta área seja marcada com bóias, como já é conhecido no litoral de Angra dos Reis, assim as embarcações poderão visualizar as áreas de pesca tradicional e respeitar seus limites. Shida considerou a proposta dos pescadores e marcou no mapa uma área de proteção ligando a ponta das Guanxumas até a ponta do leste. A proposta dos pescadores ficou registrada conforme o mapa a seguir:



**Mapa 1. Proposta de limite de proteção da área marítima no entorno da Baía de Guanxumas, segundo os pescadores tradicionais**

Árvore das Competências:

Dando sequência às atividades da oficina de Zoneamento, foram trabalhadas as potencialidades da comunidade, conforme os seus recursos naturais, os processos produtivos que são desenvolvidos através das técnicas e conhecimentos locais, e os produtos obtidos a partir destas atividades tradicionais. O exercício foi obtido a partir da reflexão e construção da "Árvore das Competências" da comunidade. Os resultados obtidos são apresentados a seguir:

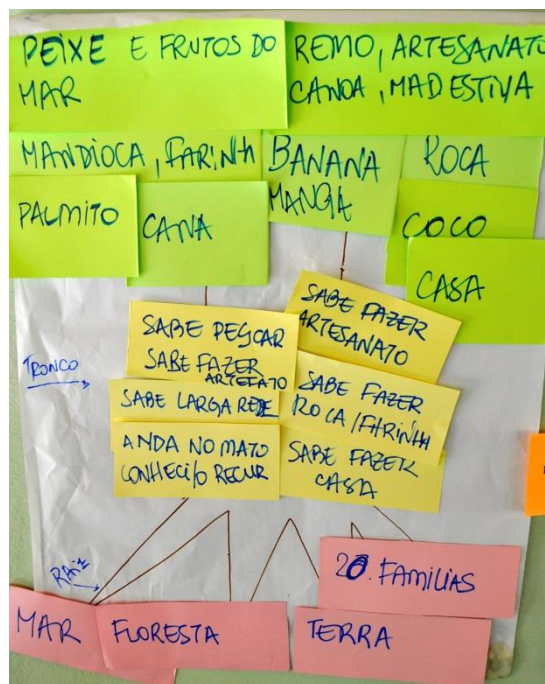


Figura 6. Árvore das competências representando as potencialidades, com os recursos, processos, produtos para a Comunidade de Guanxumas dos Búzios

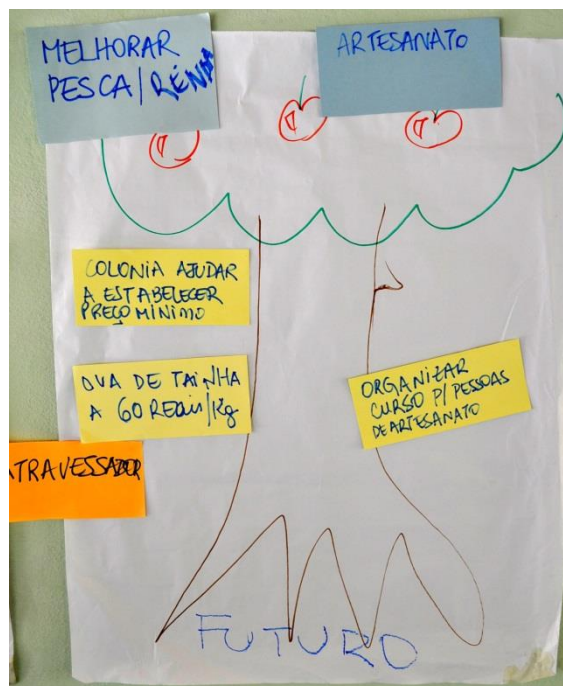


Figura 7. Árvore das competências representando as perspectivas futuras para a Comunidade de Guanxumas dos Búzios

Tabela 4. Sistematização dos resultados obtidos na árvore de competências na comunidade de Guanxumas dos Búzios.

Raízes – Recursos	Tronco - Processos	Frutos – Produtos
Mar, floresta, terra, as 20	Saber fazer o artesanato, fazer as	Peixes e frutos do mar, remos,

famílias que constituem a comunidade.	roças, fazer as casas, os conhecimentos sobre os recursos naturais.	canoas, casas, estivas, roças de mandioca, farinha, frutas da floresta.
<b>Futuro</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhorar a pesca e diminuir a margem de lucro dos atravessadores;</li> <li>Organizar cursos e oficinas para os jovens, com o reconhecimento dos artesãos mais experientes;</li> <li>Melhorar os caminhos, porto e estivas;</li> <li>A visitação não pode ser na casa dos comunitários, precisa planejar as áreas de visitação;</li> <li>Plantar mais abobora, batata-doce, cará, banana, manga, coco, cana-de-açúcar.</li> </ul>		

#### Cronograma de Atividades Realizadas Pela Comunidade de Guanxumas dos Búzios

Atividades	Meses											
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Pesca de lula	■										■	■
Pesca de cerco	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Pesca de barco com rede						■	■	■	■			

Shida questionou a comunidade sobre os meses de menos atividade pesqueira, o que acaba configurando um período de baixa renda dos pescadores, perguntou aos presentes, o que realmente a comunidade estaria interessada em desenvolver neste período de menos atividade, e qual o tipo de apoio do Parque seria necessário. Os moradores sugeriram que os artesãos da comunidade pudessem ensinar os mais jovens, para que estes possam continuar as atividades, mantendo assim as tradições locais.

A comunidade lembrou de outras questões nas quais necessitam de um maior apoio, como no caso dos pescadores que acabam vendendo o seu pescado para os atravessadores a preço muito baixo. *"... os atravessadores acabam ganhando mais do que os pescadores..."*.

Lembraram também que a "Cooperativa dos Pescadores", teria esta função de controlar os valores mínimos do pescado e ajudar na venda para outros mercados, como o de São Paulo, porém lembraram o fato de ter havido desvios de recursos nas gestões passadas, mas que agora com o novo presidente da Cooperativa, as coisas estavam melhores.

#### **4. Oficina de Zoneamento – Ilha da Vitória - 14/07/2011**

**Participantes:** Sr. Ramiro, D. Lidia, Sr. Roberto, Sr. Pedro, Sr. João, Gabriel, Sr. Alicinio, Equipe técnica da FF e Consultores técnicos.

Claúdia Shida explicou os objetivos do PM, como sendo um documento que deverá definir *"o que pode e o que não pode ser feito dentro do Parque, quem pode e como pode..."*, foi dado exemplo do caso da abertura de roças. Também enfatizou que o Plano de Manejo é um documento construído com a comunidade e destacou que o PEIb deve criar condições que possam garantir o modo de vida tradicional. Foi mostrado o mapa do zoneamento da

comunidade, elaborado pelo o relatório do Diagnóstico das Comunidades do Plano de Manejo, em 2010, e indicado o que pode ser realizado em cada uma das áreas delimitadas conforme acordos prévios:

Área Amarela:

Shida explicou que nesta área podem ser construídas casas somente pelos comunitários, mas que será necessário uma autorização do PEIb. Completando a sua explicação, falou que *"com a autorização, a comunidade ficará livre de qualquer ação da polícia ambiental, principalmente multas"*. Explicou que este acordo é garantia da segurança e da tranquilidade para as futuras gerações.

A Diretora do Parque, Carolina Bio Polleto, acrescentou que o PEIb é o responsável por controlar a ocupação da Ilha, promovendo a integração entre os desejos da comunidade e a legislação vigente. Explicou também que os mapas são necessários para dividir as áreas de acordo com atividades específicas para cada uma delas, como por exemplo: área de conservação, área de recuperação, de moradias, de visitação, entre outras. Segundo a Diretora do PEIB, as autorizações servem para que o Parque possa estar ciente de quem está construindo, se é morador da comunidade ou é pessoa de fora. Está é uma forma de garantir os direitos de quem nasceu no local e é morador da comunidade.

Esta área também permite a abertura de roças, considerando a necessidade de manter áreas disponíveis para o pousio e regeneração da floresta, pois a terra precisa descansar para se recuperar.

Carolina explicou que este zoneamento deverá servir para regulamentar as atividades tradicionais da comunidade, como por exemplo, a retirada de madeira para construções, para fazer estivados, artesanatos e até a lenha. Tanto nestes casos, quanto para a retirada de sapê, também serão necessárias as autorizações, pois estas deverão ser atividades regulamentadas.

Foi explicado novamente que os moradores deverão ir a sede do PEIb e solicitar a autorização de acordo com a atividade a ser realizada, visto que para cada atividade será feito um acordo e assinado um Termo de Compromisso, com prazos estabelecidos bem como os responsáveis pela atividade, firmando assim uma relação de confiança direta entre comunidade e PEIb.

### Área Roxa:

Área de retirada de madeira para construções de casas, estivados, artesanatos, remos e lenha. Shida perguntou para os moradores se a retirada do sapê, ou para coletar sementes de capiá (*Coix lacryma-jobi* L.), necessitariam de uma autorização. A comunidade manifestou certo descontentamento com a pergunta, pois para eles, solicitar autorização para tudo o que for ser realizado poderá dificultar a vida do caiçara tradicional. Os moradores alegaram dificuldades para se deslocarem para a cidade e, principalmente, pela demora neste tipo de processo.

Carolina procurou responder aos moradores e explicou como funciona o processo de solicitação de autorizações, alegando que podem existir casos de autorizações mais específicas, no caso de construções e reforma de casas, ou autorizações mais amplas, que consideram as atividades mais freqüentes como a coleta de sementes para o artesanato, a retirada de sapê e a produção de remos.

Shida perguntou como ficam as autorizações das roças que são feitas no mesmo lugar, sem que estas necessitem derrubar novas áreas de floresta mais antiga. Os comunitários reconheceram a necessidade de ter autorizações também nestes casos. Neste sentido, foi explicado que mesmo em áreas antigas e já utilizadas para roças, será necessário uma solicitação de autorização, pois trará mais segurança, para que ninguém leve multas. Além disto, esta seria uma forma pela qual o Parque ficaria ciente das atividades que estão sendo realizadas pelos moradores, podendo apoiar, de alguma forma, a comunidade.

Leonardo Sales, consultor do PM PEIb, apresentou mais exemplos de como seria este tipo de autorização, exemplificando, como o caso de uma carteira de motorista, na qual seria necessário para dirigir, ou no caso da licença de pesca para arrasto de camarão.

Claúdia Shida reafirmou a idéia de que será necessário haver uma relação de apoio sincero, de modo que o PEIb apresente quais são suas reais condições de ajudar a comunidade, neste sentido aquelas atividades que estiverem previstas no Plano de Manejo deverão ser apoiadas, a partir de um planejamento para sua implantação. O tempo será de acordo com a necessidade.

Marcus Schmidt, consultor do PM PEIb, questionou a equipe da FF sobre como seria este apoio efetivo para as comunidades para a realização destas atividades tradicionais, como abertura de roça, nas atividades de extrativismo na mata. Citou como exemplo as dificuldades que teriam em solicitar autorizações para tantas atividades, e que o Parque também deveria retribuir este esforço da comunidade, como uma forma de dividir responsabilidades na gestão do território.

Um dos comunitários ficou confuso com tantas informações, falou que sempre há promessas, mas que nada é resolvido. Outro morador manifestou sua indignação com o descaso com a comunidade, lembrando que "*...muita gente vem na Ilha, promete muita coisa, mas depois não cumpre nada (...)* Por que é que fazem tantas promessas se não vai cumprir depois?" Outro morador expressou a seguinte manifestação: "*...se não vai ajudar, não promete...*"

Uma moradora lembrou que seu neto está com fome e que gostaria de comer uns tomates. Explicou que gostaria de plantar tomates e que tem terra boa na Ilha. Os moradores também manifestaram seu interesse em plantar tomates, mas explicaram que sempre que



os tomates são plantados, aparecem pragas que estragam os frutos. Eles perguntaram se a equipe de consultores teria como apoiar com técnicas de cultivo orgânico de tomates.

Shida explicou que o PEIb deverá ser sincero no que diz respeito àquilo que consegue ou não consegue fazer para ajudar a comunidade.

#### Revisão das Áreas de Uso da Comunidade:

Shida iniciou a revisão das áreas e seus respectivos usos na Ilha da Vitória. Destacou a presença de sítios arqueológicos e perguntou aos moradores se a comunidade teria interesse na visita com turistas e, caso positivo, como seria esta visita?

Uma moradora explicou que o turismo é bom, mas que deve ser feito um levantamento de qual a intenção do turista na Ilha. *"...Qual é o interesse do Turista aqui na Ilha?...Precisa saber das regras do nosso lugar... Precisamos pensar como isso vai acontecer."*

Shida explicou que a visita pode ser controlada e que, para isto, pode prever a formação de guias locais. Também lembrou que qualquer visita deve ter as regras elaboradas pela própria comunidade.

Um dos moradores contou que o antigo professor da Ilha, chegou a violar sítios arqueológicos, encontrando uma ossada inteira que estava enterrada num local da Ilha. Disse que o professor tentou vender na cidade, mas que quase chegou a ser preso pela violação do patrimônio.

Na Ilha dos Pescadores existe uma área de roça e área de com sape, e estas necessitam ser recuperadas. Na Ilha da *"Cagadinha"*, que é uma área de reprodução de aves marinhas, como o mergulhão, o atobá, a fragatas, trinta-réis, entre outras, precisa ser protegida. A comunidade utiliza esta ilha como área de pesca com vara, e indicou as duas extremidades como sendo boas para pesca de anchova. Ficou acordado que as pessoas de fora estão proibidas de descer na ilha, sendo o acesso permitido somente para os moradores que irão pescar.

A partir destas informações a equipe explicou que as regras do PEIb são válidas somente para área terrestre, porém a Ilha pode ter uma área de proteção delimitada no seu entorno. Explicou que esta não é uma ação indicada no documento do Plano de Manejo, mas sim como uma recomendação para a APA Marinha.

A comunidade explicou que o mergulho noturno também atrapalha a pesca, pois espanta os peixes das redes.

Proposta Para o Zoneamento das Áreas de Uso da Comunidade:

**Zoneamento da Ilha da Vitória**

Pré Zoneamento	O que pode	O que não pode	Como pode
<b>Área Amarela</b>	Atividades que só poderão ser realizadas pelos moradores locais da Ilha de Vitória, para os seguintes tipos de usos: -morar e construir, fazer roça, tirar sementes, tirar sapê, captar água.	As pessoas de fora da comunidade não podem construir e nem fazer roça.	Os moradores deverão pedir autorização no PEIb para construir e reformar, para abrir novas áreas de roça, ou retirar madeira.
<b>Área Roxa</b>	População tradicional da Ilha de Vitória pode: -tirar madeira para construir estivas, casas, fazer remos, canoas e artesanatos/	Pessoas de fora não podem solicitar autorização.	Pedir autorização no PEIb.
<b>Área Verde</b>	Moradores da comunidade podem tirar madeira para artesanato.	Não pode colocar fogo e não pode morar gente.	Pedir autorização no PEIb.
<b>Área de Recuperação</b>	Tirar sape, fazer casa, tirar goiaba, recuperar a terra e fazer manejo de bambu.	Não pode colocar fogo.	
<b>Área Amarela (hachurada)</b>	Pode morar, fazer manejo do bambu, a visitação deverá ser acompanhada pelos próprios moradores.	Não pode construir em cima dos concheiros.	Precisa pedir autorização de cada atividade para o PEIb

**Zoneamento da Ilha do Pescador**

Pré Zoneamento	O que pode	O que não pode	Como pode
<b>Área Rosada</b>	Tirar madeira e fazer roça.		Pedir autorização para o PEIb
<b>Verde (hachurada)</b>	Tirar sape para cobrir o rancho, fazer recuperação da vegetação, tirar madeira.		Pedir autorização para o PEIb

## Zoneamento da Ilha da Cagadinha

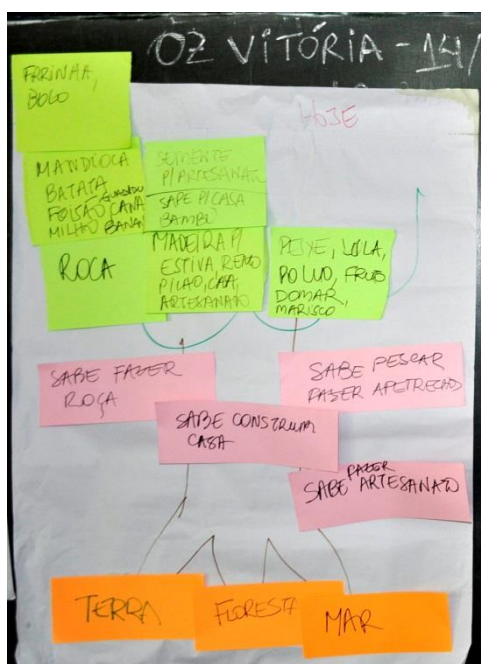
Pré Zoneamento	O que pode	O que não pode	Como pode
Toda a Ilha	A comunidade tradicional pode descer e caminhar na Ilha para pescar.	Não pode perturbar as aves e nem mexer nos ninhos e também não pegar nos ovos.	
	A comunidade tradicional pode pescar de vara. Pode pescar lula e pescar de rede.	As pessoas de fora não podem pescar e nem fazer mergulho noturno.	
Zona de Amortecimento	Só a comunidade tradicional pode pescar no entorno de 50 metros.	As pessoas de fora não podem pescar e nem fazer mergulho noturno	Fazer recomendação para o documento da APA Marinha.

## Árvore das Competências

Claúdia Shida provocou os moradores a refletirem e apresentarem seus desejos para que viverem bem na comunidade.

*"Como vocês podem melhorar as condições de vida, para que o PEIb possa justificar a elaboração e implementação de projetos na comunidade".*

A equipe então iniciou a construção da "Árvore das Competências" com a comunidade, vendo quais seriam os recursos disponíveis na Ilha, os processos e os produtos que poderiam ser considerados.

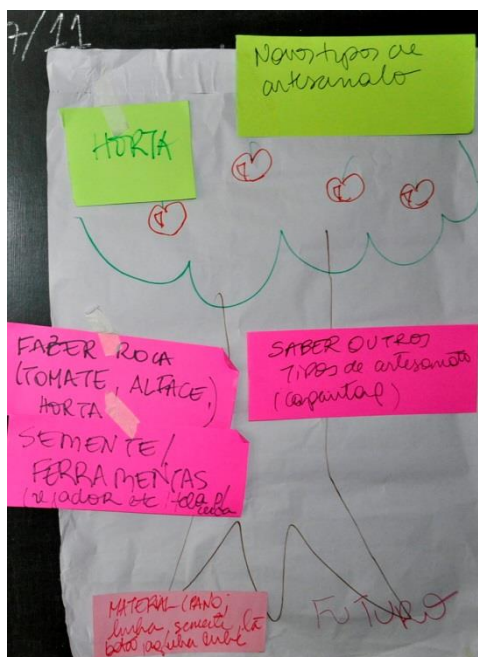


**Figura 8. Árvore das competências representando as potencialidades, com os recursos, processos, produtos para a Comunidade de Ilha da Vitória**

**Figura 9. Árvore das competências representando as perspectivas futuras para a Comunidade de Ilha da Vitória**

**Tabela 5. Sistematização dos resultados obtidos na árvore de competências na comunidade de Ilha da Vitória.**

Raízes – Recursos	Tronco - Processos	Frutos – Produtos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Terra</li> <li>• Florestas</li> <li>• Mar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• saber fazer roça;</li> <li>• saber construir as casas;</li> <li>• saber pescar e fazer petrechos;</li> <li>• saber fazer artesanato.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• farinha de mandioca;</li> <li>• bolo de mandioca;</li> <li>• as roças com plantio de mandioca, batata, feijão guandu, milho, cana, banana;</li> <li>• sementes para artesanato;</li> <li>• sapê para cobertura das casas, bambu, madeira para estiva, remo, pilão, construções e artesanato</li> <li>• peixes, frutos do mar.</li> </ul>
<b>Futuro</b>		



Fazer roça, plantio de tomate, alface, ferramentas	Materiais para artesanato para a confecção de bonecas, como cortes de pano, linha, semente, botão agulha e linha	Saber outros tipos de artesanato, capacitação
--	--	---

#### **4. Oficina de Zoneamento - Saco do Sombrio – 17/07/2011**

##### Apresentação dos Participantes:

Comunitários: Fábio Junior, Sr. Zizinho, Gimson, Sr. Pedro, D. Isaura, Sr. Hernesto, Sr. Badico, Gilmar, D. Cida, duas mulheres.

Equipe de consultores: Claudia Shida, Tatiana, Carolina Biopoletto, Marcelo, Luísa, Leonardo Sales, Marcus Schmidt.

Claudia Shida explicou o processo do Plano de Manejo do PEIb, que será construído um documento indicando as áreas de uso tradicional da comunidade, considerando a forma pela qual eles mesmos reconhecem e organizam seu território.

Foi apresentado o mapa da área do Saco do Sombrio e explicado que será necessário entender a forma de uso da área e como ela poderá ser utilizada pela comunidade, em entendimento com a legislação do Parque. Foi citado como exemplo a área de ocupação das casas, explicando que para construir ou reformar, o interessado precisa ser originalmente do lugar e solicitar uma autorização ao Parque. Foi avisado que as informações levantadas nesta oficina serão apresentadas na oficina de zoneamento com os membros do Conselho do Parque, no dia 20.

A comunidade comentou que as autorizações são muito demoradas e isto pode prejudicar o trabalho diário. Carolina Biopoletto, gestora da UC, explicou os motivos da demora em obter as autorizações, atribuindo a dificuldade principalmente por não haver um Plano de Manejo do Parque. Por este motivo, as autorizações necessitam transitar por vários órgãos do poder público, como Ministério Público, Conselho Estadual do Meio Ambiente – COSEMA, entre outros órgãos ambientais

Outros moradores lembraram também dos riscos de queda de árvores ou pedras que algumas casas estão sujeitas, questionando se, neste caso, isto demandaria também autorizações para o Parque.

Shida explicou que as autorizações possibilitam que o Parque possa disponibilizar algum tipo de apoio em todo o processo, além de liberar as atividades. Concluiu que as reformas de casas podem ser realizadas, desde que seja solicitada uma autorização prévia ao PEIb, mas somente para os moradores tradicionais.

Shida perguntou sobre a área de ocupação da comunidade em torno da base do Yatch Club de Ilhabela – YCI, que pode chegar entre 600 e 700 metros.

A comunidade sugeriu que para este levantamento ser mais preciso, a equipe técnica da FF deveria caminhar pela comunidade para conhecer as áreas de roça, de retirada de madeira e de captação de água.

A equipe da FF explicou que as reformas e construções devem ser comunicadas ao PEIb para que exista um acompanhamento das atividades que estão sendo realizadas no interior do Parque.

As atividades agrícolas podem ser autorizadas seguindo os mesmos critérios, ou seja, que sejam solicitadas por pessoas do lugar. No caso de abertura de novas áreas de roça, será necessária a autorização, e no caso de áreas antigas e que já vêm sendo cultivadas, bastará

uma comunicação ao Parque para que este identifique as áreas em uso para o seu controle e acompanhamento.

As madeiras mais utilizadas pela comunidade são retiradas principalmente das áreas mais distantes e são utilizadas para as construções das casas e dos estivados. Já as madeiras utilizadas para lenha são retiradas nas áreas próximas das casas, indicado em vermelho no mapa de zoneamento.

A equipe da Fundação Florestal – FF perguntou se a retirada de lenha necessita de autorização. Complementou a questão explicando que não é necessário, mas as madeiras mais nobres, utilizadas principalmente para as construções, e que são retiradas da área verde, estas necessitam de uma autorização do PEIb, mas só para os moradores tradicionais.

Os técnicos da FF lembraram algumas das combinações, explicando que para quem é de fora da comunidade não pode construir, não pode retirar madeira e não pode abrir roça. A comunidade perguntou sobre os casos de pessoas que são de outra comunidade e que necessitam construir ou reformar as casas no Saco do Sombrio. Neste caso não será autorizado.

Um dos moradores que é nascido no Saco do Sombrio, mas que está morando em outro lugar perguntou se poderia voltar para construir sua casa na comunidade. Os moradores explicaram que a casa era de seu avô, mas que caiu há uns anos. A equipe da FF respondeu que neste caso, é importante conhecer quem é realmente do lugar, e que ele poderá solicitar uma autorização para construir sua casa.

Shida perguntou sobre as outras atividades que a comunidade realiza, além das construções, como abertura das roças e a retirada de madeira. A comunidade indicou a área verde como sendo utilizada para a retirada de madeiras e para fazer remos.

Shida perguntou como ficaria a situação da comunidade fazer remos para vender para moradores de fora da comunidade. Os moradores explicaram que é comum um artesão que sabe fazer remo, vender para um outro morador que não sabe fazer.

*“...se ele não sabe fazer, o seu vizinho pode fazer para ele e vender ou trocar”.*

A comunidade questionou se as autorizações para remo poderiam ser válidas por um ano, evitando ter que fazer várias autorizações. Explicam que tem pescadores que usam até 4 remos por ano, outros menos.

Segundo a equipe da FF, o combinado é que não pode vender remo para quem é de fora, mas para os moradores da comunidade pode. As autorizações visam controlar a quantidade que está sendo usada, se for muito, o Parque pode questionar e não autorizar.

A comunidade explicou que as madeiras para remos são abundantes na mata, sendo as mais utilizadas a bucuíba, caixeta e jacataúba. Entre as madeiras para as construções das canoas, foram citados o ingá-folha-de-rama, cobirana e o cedro.

Shida explicou que este tipo de trabalho de manejo de recursos florestais deveria ser pensado também para as áreas em recuperação, como nos sapezais que ficam acima do morro. Explicou que o trabalho de recuperação de terras é importante, exemplificando com a área de voçoroca, que põe em risco algumas casas que estão morro a baixo.

A comunidade reconheceu que as áreas da voçoroca precisam ser recuperadas, mas recomendaram que primeiro será preciso fazer um canal para desviar a água das chuvas que são conduzidas para o buraco, pois tudo o que plantar ali a água da chuva carregará.

A discussão seguiu no tema das autorizações, Shida explicou que para fazer canoas a comunidade necessita pedir uma autorização e que esta necessita estar muito bem justificada, com os motivos para o uso da canoa, a real necessidade da família que vive da pesca. A Fundação deverá realizar um laudo técnico sobre a árvore indicada e também deverá ser feita uma avaliação sobre o estado de conservação da canoa que será substituída.

Foi indicado o uso de canoas de fibra como uma alternativa para a comunidade, de maneira a diminuir a pressão sobre os recursos florestais. A comunidade concordou que esta poderá ser uma boa opção, ainda mais porque a maioria dos moradores não sabe mais fazer canoas. Alguns perguntam sobre o caso de pescadores que necessitam de mais de uma canoa para suas atividades na pesca, como no caso da canoa para transporte de carga, e a pequena que serve para visitar os cercos diariamente.

*“...cada homem precisa ter a sua própria canoa...precisa ter uma canoa grande e outra pequena pra trabalhar no cerco e se deslocar para a cidade.*

Marcus Schmidt aproveitou para explicar que a canoa de fibra pode ajudar a diminuir a necessidade de retirar as madeiras, mas é preciso pensar em manter esta tradição que é relacionada com a identidade caiçara.

Shida questionou o que mais é retirado da área em verde no mapa comunidade. Os moradores relataram que nesta área também são retiradas as madeiras para as construções das casas de “pau-a-pique”.

Na área em vermelho, a comunidade foi questionada sobre o seu interesse em desenvolver o turismo de base comunitária. Shida lembrou que a comunidade poderá decidir se aceita a visitação de turistas pela área das casas da comunidade ou, como opção, planejar as áreas que poderão ser visitadas sem criar problemas para a comunidade. Os moradores lembram-se de um exemplo recente, de um visitante que apareceu na comunidade e entrou numa das casas sem autorização. A comunidade concordou que a visitação é boa, mas que precisa ser controlada pela própria comunidade.

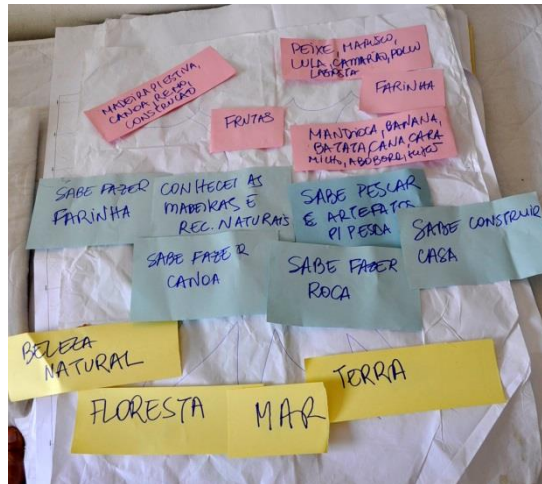
A equipe da FF falou sobre a abertura de algumas trilhas da comunidade, que poderiam ser utilizadas pelos turistas. Os moradores responderam que existem as trilhas do farol da Ponta do Boi e da Pirabura, mas que estão fechadas e necessitam ser reabertas.

Na área de recuperação, em verde claro, é necessário iniciar uma estratégia de manejo para a restauração florestal. A comunidade perguntou sobre a recuperação desta área, sobre o motivo das árvores não nascerem mais sob o sapezal. Foi discutido também que, além de desviar a água das voçorocas, é necessário replantar sementes de árvores que não existem mais no solo, que foram extintas pelo uso do fogo e que não conseguem nascer sob a vegetação do sapezal. Além disto, o sape indica que a terra já está muito fraca e necessita de plantio de algumas plantas recuperadoras.

Shida corrigiu a área de uso da comunidade, excluindo as áreas do canto esquerdo. Também foi feita a correção de outros limites de uso da comunidade, pois estas áreas não são utilizadas pela comunidade para nenhum fim.

Shida explicou que estes dados serão apresentados na reunião do dia 20, para o Conselho do Parque. Carolina complementou as explicações sobre esta reunião, que deverão ser apresentadas informações sobre toda a Ilha de São Sebastião e convidou a comunidade a participar.

Shida falou sobre o uso da área marinha, que embora não seja definida no PM PEIb,



deverão ser feitas recomendações no plano de manejo da APA Marinha. Foram explicados alguns exemplos como a caça submarina perto dos cercos, que acaba atrapalhando a pesca tradicional. Desta forma, a comunidade foi aconselhada que já inicie uma avaliação sobre estas questões, para que no próximo ano já tenham contribuições a fazer sobre as suas áreas de pesca tradicional, durante as discussões para a criação da APA Marinha.

A comunidade explicou também que o uso de jet-ski na área do Saco do Sombrio espanta os peixes porque eles passam perto das áreas dos cercos. Por este motivo recomendaram que o Yatch CIub de Ilhabela – YCI, oriente os sócios para evitar estes problemas.

### **Árvore de Competências**

Shida perguntou sobre os recursos, os processos e os produtos que existem na área da comunidade do Saco do Sombrio, e a partir destas informações, montou uma "Árvore de Competências" a partir das sugestões da comunidade.

**Figura 10. Árvore das competências representando as potencialidades, com os recursos, processos, produtos para a Comunidade de Saco do Sombrio**

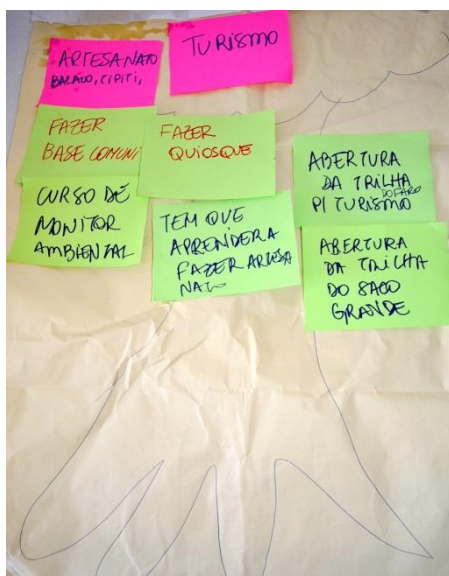


**Figura 11. Árvore das competências representando as perspectivas futuras para a Comunidade de Saco do Sombrio**

**Tabela 6. Sistematização dos resultados obtidos na árvore de competências na comunidade de Saco do Sombrio.**

Raízes – Recursos	Tronco - Processos	Frutos – Produtos
Floresta, mar	Saber pescar, conhecer as madeiras e os recursos naturais, artes de pesca, processos de construção das casas	Madeira para reformas e construções, artesanatos, canoa, remo, peixes e os fruto do mar, produtos da roça como a mandioca, banana, cará, abóbora, milho, feijão, frutas, farinha.
Futuro		
Processos necessários		Frutos – produtos
Oficinas para aprender a fazer artesanatos		Artesanato
Oficinas para formar novos construtores de canoas		Construir canoas
Oficinas para formação em monitores ambientais		Turismo comunitário

Shida mostrou alguns exemplos sobre um tipo de turismo que poderia ser desenvolvido na área com o envolvimento da comunidade, como acontece com os observadores de aves ou também conhecidos como “birdwatching”. Carolina deu um exemplo da opção da



comunidade da Praia do Bonete, que leva os turistas para observar as aves e cobram cerca de R\$ 50,00 por cada visitante.

A comunidade lembrou que as trilhas mais bonitas para a visita são fechadas, como a trilha do Saco Grande e a trilha da Ponta do Boi. Solicitaram apoio para que estas sejam roçadas para serem reabertas para os turistas.

Shida lembrou que estas alternativas deverão demandar cursos de formação e explicou que o Estado não vai contratar ninguém como pessoa física, mas que poderá apoiar algumas ações da comunidade, no caso da criação de uma associação local. Isto deverá ficar bem claro para todos, sobre o que realmente o PEIb poderá ajudar e de maneira mais efetiva. Também perguntou aos moradores sobre o que os seus filhos estariam interessados:

*"...o que eles realmente gostariam de fazer? Será que gostariam de ser monitores ambientais?"*

Embora não seja uma necessidade, a organização da comunidade em associações locais poderá ajudar neste processo, concluiu a equipe da FF, mas isto dependerá principalmente da união da comunidade.

Outro exemplo dado para a comunidade foi sobre a venda de ova de tainha que a comunidade está desenvolvendo na Praia do Bonete. Por estarem mais organizados, eles conseguem manter um preço mínimo e vender a R\$ 60,00 / kg.

Foi discutido também sobre a necessidade de melhorar a comunicação na comunidade, prevendo a instalação de telefone, rádio de comunicação, e melhorar o sinal de celular. Sobre a organização comunitária, a comunidade reconheceu que ter uma associação local poderá ajudar também em casos de emergências.

A Próxima reunião, da Oficina de Programas, foi agendada para ocorrer no dia 27/07.

Perguntas da Comunidade:

***Poderia ser construído um quiosque para vender alguns produtos aos turistas?***

Shida respondeu que isto necessita de uma autorização do Parque, e para obter esta concessão, a solicitação não poderá ser feita por pessoa física, precisa ter uma representação comunitária como uma associação, uma pessoa jurídica. Foram apresentados alguns exemplos de como foi feito no Parque Estadual de Intervales, que para licitar os serviços terceirizados precisou ser feita uma publicação dos eventuais interessados, onde cada instituição pode oferecer um serviço e o seu orçamento.

No caso da construção de um quiosque, ele estaria sendo condicionado à criação da associação comunitária, e não somente para a comercialização de produtos para algumas famílias de moradores.

Marcus Schmidt lembrou que o quiosque poderia ser mais importante quando utilizado como uma base comunitária, onde poderão ocorrer as reuniões, as oficinas e a própria organização da comunidade.

No final das discussões a proposta ficou condicionada com a organização das comunidades, pois não poderá ser concedido um quiosque para cada família. Ficou uma pergunta provocativa para a comunidade:

***Vocês têm a intenção de se organizarem numa associação e como fariam isto?***

Shida colocou a proposta de construir uma base comunitária como uma proposta na árvore de intenções futura.

Fim das Oficinas de Zoneamento.

**PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DE ILHABELA - Oficina de Programas  
Comunidades Tradicionais Caiçaras do Arquipélago de Ilhabela – SP**

ILHA DE VITÓRIA, ILHA DE BÚZIOS, PRAIA DA FIGUEIRA E SACO DO SOMBRIO

**Relatório de Atividades**

**Oficinas de Programas**

**1. Oficina de Programa - Praia da Figueira - 27/ 07/ 11**

**Participantes:** Sr. Zico, Manuel, Maurício, D. Bete, Dener, Monise, Flaviani,.

Início das Atividades

Shida iniciou a oficina lembrando aos participantes sobre os assuntos que foram combinados durante a Oficina de Zoneamento, que havia sido realizada alguns dias antes. Foram apresentadas informações levantadas em atividade da "*Árvore de Competência*", conforme proposta da comunidade, sendo:

- Escolas técnicas para formação;
- Cursos de capacitação em turismo (guias locais/culinária);
- Visitação ordenada;
- Educação ambiental com as escolas.

Shida e Carolina explicaram os dados obtidos para aqueles participantes que não puderam estar presentes na Oficina de Zoneamento realizada anteriormente, quando foram acertados acordos para a utilização das áreas de uso da comunidade, de autorizações para moradias, reformas, roças, retirada de madeira e outros recursos para o artesanato. Foi reforçado que estas atividades poderão ser realizadas, mas que será necessário pedir autorização para o Parque.

Dentro das propostas indicadas na "*Árvore de Competência*", Shida questionou se a comunidade realmente gostaria de trabalhar com o turismo e complementou esta questão indagando sobre o que mais seria necessário para manter o modo de vida das comunidades?

Os moradores explicaram que já responderam muitas perguntas, mas que o principal ponto se refere a como conseguir mais dinheiro para manter o seu modo de vida.

Conforme resposta da comunidade, uma das formas de obter dinheiro poderá ser através do turismo, mas para que isto ocorra é necessário criar estruturas para receber os visitantes, como quiosque para servir refeições, e uma boa canoa para ajudar a fazer o desembarque na praia.

Carolina explicou que será interessante oferecer também outros produtos da comunidade aos turistas, como a farinha de mandioca, o peixe, o artesanato e etc. Completou que, caso não tenha estes tipos de produtos, o turista só deve aproveitar as belezas do lugar e irá embora sem deixar mais recursos para a comunidade.

Shida lembrou que na reunião do Conselho do PEIb, ocorrida no dia 25 de julho, um dos participantes questionou a obrigatoriedade dos guias, que acompanharão os turistas nas trilhas no Parque, serem locais, e perguntou se a comunidade é interessada neste tipo de atividade. A comunidade explicou que este tipo de atividade é interessante, mas que será necessário ter a participação de pessoas da própria comunidade que conheçam a região, além da importância de ser feita limpeza e manutenção nas trilhas.

A equipe da FF explicou que poderá ser pensada a realização de cursos para formação de guias locais com o apoio do Parque, questionando se a comunidade gostaria de participar. Novamente a comunidade questionou quantas pessoas poderiam fazer o curso, se seriam oferecidas vagas a todos os que estiverem interessados, e também manifestaram dúvidas sobre a disponibilidade das pessoas do local, que fosse suficiente e com este interesse em participar.

Carolina explicou que o curso também poderia ser realizado prevendo a participação de outras comunidades, considerando um maior número de participantes, mas que era importante que o curso fosse direcionado para um determinado local, para que pudessem ser consideradas as potencialidades de cada região. Este tipo de atividade demandaria mais estrutura e, sendo assim, seria mais prudente iniciar um receptivo para os turistas que chegam de barco.

Entre outras estruturas necessárias, a comunidade lembrou que para ter farinha para os turistas, é necessário existir as roças tradicionais. A equipe da FF concordou com a solicitação, mas advertiu que para tanto é necessário fazer um registro das roças em uso, com a sua localização em mapa com referências de pontos de GPS, para as áreas novas também é necessário autorização do Parque, com pré-avaliação da área antes que esta seja derrubada.

Sobre o artesanato, foi falado que será necessário retirar bambu e para isto também é necessária autorização do Parque.

A comunidade manifestou certo descontentamento com esta condição, e perguntou sobre a possibilidade de obter autorizações definitivas, que tenham um período definido com autorização de retirada dos recursos, ao invés de ter que solicitar constantemente autorizações que são sempre demoradas.

Shida e Carolina explicaram que é necessário ter autorizações e que estas poderão ter uma validade definida, semelhante a pesca do camarão, que necessita ser renovada a cada ano. No caso dos remos, a autorização poderá prever a retirada de mais de uma madeira de uma vez só.

No caso dos alimentos, a comunidade explicou que ter roça não significa apenas plantar mandioca, pois são cultivados outros recursos em áreas abertas, como feijão, batata-doce, milho e muitas plantas também.

A comunidade considerou a venda de refeições para os turistas, e perguntou sobre a possibilidade deste tipo de atividade. A equipe de consultores explicou que é necessário ter autorização da Prefeitura Municipal e vigilância sanitária para comercialização de alimentos. Shida e Carolina explicaram que, no caso da comunidade querer vender alimentos, são eles mesmos quem serão responsáveis em caso de intoxicação alimentar para o consumidor, justificando a necessidade do registro.

Carolina questionou a necessidade de cada família montar o seu próprio quiosque, pois isto faz sentido no local, visto que é uma praia pequena. Argumentou ser mais interessante que a comunidade tenha um único local para atender aos turistas, como uma base comunitária coletiva, mas que os serviços e os produtos poderão ter a participação de todos. A comunidade concordou que cada família poderá fornecer algum tipo de serviço ou produto, em uma única localidade a ser estruturada na Praia da Figueira.

Leonardo lembrou que para que isto aconteça, também será necessário outro tipo de apoio, como uma capacitação para organização da comunidade e serviço de atendimento aos turistas.

Shida e Carolina explicaram sobre o "Turismo de Base Comunitária" - TBC, que se constitui numa forma de receber turistas a partir das próprias potencialidades que existem na comunidade. No TBC, os serviços e produtos oferecidos são originados do próprio modo de vida tradicional, como o conhecimento das histórias do local pelos moradores, as trilhas de acesso às belezas naturais, as artes de pesca e a comida tradicional. Neste tipo de turismo, os moradores não devem se preocupar em oferecer produtos de fora, como bebidas alcoólicas e etc, pois isto já existe na área urbana da Ilha. Foi questionado se a comunidade teria o interesse em conhecer mais estas atividades, prevendo cursos de capacitação. Os moradores manifestaram interesse em muitas coisas e esta proposta também poderá ajudar a comunidade.

Sobre outras questões necessárias, a equipe lembrou questões já mencionadas em oficinas anteriores, como o exemplo da necessidade de construir escola no local. A comunidade se manifestou positivamente quanto à sua construção, mas se questionou como ficaria a continuidade dos serviços de transporte dos alunos, que é realizado por um dos moradores. Carolina explicou que esta questão pode ser pensada com a contratação do barqueiro como zelador da escola, também patrocinado pela Prefeitura, como já acontece em outras comunidades e deverá trazer melhorias para os alunos.

Sobre a construção da Escola, a comunidade lembrou que já foi solicitada para a Prefeitura a construção de uma escola no local, mas que ainda falta ser encaminhada uma carta com a assinatura de todos os moradores. Ainda lembraram questão relacionada à comunidade do Saco do Sombrio, que também está solicitando uma escola para o local. Neste ponto, justificam que a escola deveria ser na Praia da Figueira por existir mais alunos.

Foram discutidas outras questões sobre o turismo, sobre os pontos positivos e negativos. Positivos no sentido de gerar mais oportunidades para a comunidade, como no caso de prestação de serviços, valorização da cultura local, e negativos com relação à necessidade de organização local de maneira que a comunidade não fique despreparada e possa receber impactos negativos. Também foi lembrado que será necessário direcionar para o tipo de público que a comunidade gostaria de receber, com foco no turista que valorize a cultura local, e não o turismo de pesca ou serviços semelhantes aos que existe na zona urbana, como bebidas e etc.

Shida explicou que são muitas demandas e que o Parque poderá ajudar em algumas questões, como nas autorizações das roças, a construção do quiosque e entre outras. Citou exemplos de demandas que já haviam sido manifestadas durante as Oficinas de

Diagnóstico, e que só em relação ao turismo, já tinham registradas diversas propostas, sendo difícil para o Parque apoiar tantas demandas da comunidade.

Os moradores lembraram outras necessidades necessárias para estruturar a comunidade para receber turistas, como o quiosque, a preparação do roteiro de visitação e fazer a divulgação. Os passeios, refeições e outros serviç os seriam iniciados somente após o início da atividade do turismo na comunidade, pois não seria possível iniciar todas as ações de modo tão rápido. Deverão ser priorizados os primeiros passos, para que a comunidade possa acompanhar o desenvolvimento do processo e se envolver na proposta de maneira mais atuante, sem que sejam dependentes de pessoas de fora da comunidade.

Sobre os primeiros passos a serem dados pela comunidade, foi priorizada a realização de cursos de capacitação para turismo, que poderá ser organizado pelo Parque, mas com o apoio da Prefeitura Municipal.

Carolina explicou que a autorização para o quiosque necessita ser da comunidade, pois não se justifica que cada família faça uma solicitação em separado. Complementou o seu raciocínio lembrando que eles deverão chegar um consenso sobre esta questão. Sobre os cursos, apresentou uma proposta de agenda a partir do segundo semestre de 2011. Explicou que já estão sendo previstos cursos e em setembro deverá acontecer uma oficina sobre Turismo de Base Comunitária para todo o Litoral Norte. Foi mencionado que alguns dos representantes da comunidade da Praia da Figueira poderão participar. Sobre esta questão, poderá ser pensada também na realização de cursos para a formação de monitores, especialmente voltado a comunidade de Figueira.

Luísa lembrou a necessidade em fazer manutenção das trilhas da comunidade, que ainda não estão em condições de receber turistas. A comunidade deu exemplos, como a trilha do Engenho que não está limpa e não poderá ser visitada.

No caso das roças tradicionais, a comunidade explicou que não   são a área de uso atual, mas que é preciso ser pensadas novas áreas para que áreas utilizadas se recuperem.

### **Avaliação**

A conversa foi bastante relacionada às questões relacionadas ao turismo, com pouco tempo para reflexão referente a outros assuntos importantes para a manutenção dos modos de vida tradicional, como a recuperação e manejo dos recursos florestais, agrobiodiversidade e valores da cultura caiçara.

A comunidade solicitou informações sobre a casa da matriarca da comunidade, que mora na Praia do Bonete e necessita de autorização para reconstruir sua casa na Praia da Figueira. Trata-se de uma questão diferente, pois apesar de ela estar morando no Bonete,   nascida na Praia da Figueira e por este motivo, tem o direito de obter a sua autorização em construir.

Carolina explicou que este é realmente um caso diferente, que precisa de mais informações para como proceder, colocou que acredita que será possível resolver da melhor forma.

Leonardo chamou atenção dos participantes sobre a necessidade de alternativas relacionadas ao plantio de frutas para servir sucos naturais para os turistas e para os próprios moradores. Perguntou se há interesse em iniciar algum tipo de formação técnica

prevendo ações de manejo florestal, ou plantio de frutíferas. Este tipo de demanda poderia ser uma estratégia para recuperar as áreas agrícolas, justificando tecnicamente as solicitações de autorizações para a abertura de roças, neste caso, poderá vir acompanhado de um manejo agroflorestal. Foi questionado para a equipe técnica da FF, como ficaria no caso do plantio de árvores frutíferas, e se seria necessário também ter autorizações do Parque.

Os moradores exemplificam uma situação em que necessitam de um remo. Carolina recomendou pedir autorização, esta é a única forma de evitar multas. Completou o mesmo raciocínio em relação às construções, pois a autorização evita que a comunidade leve multas. Deu exemplos de alguns moradores que solicitaram autorizações antes de iniciar as construções e, apesar da demora de quase um ano para a liberação, foram autorizadas e já terminaram suas casas.

Para alguns comunitários, a experiência em estar dentro do Parque não é positiva, pois são muitos entraves burocráticos, que acabam prejudicando toda a comunidade. Para a equipe técnica da FF este fato não é algo ruim, e a comunidade não está obrigada a permanecer dentro do Parque; lembra que estarem em área de Parque poderá trazer vantagens, por não permitir pessoas de fora construir nem se apropriar da área dos moradores.

Ao final, Shida reconheceu que a comunidade tem dificuldades para se apropriar do conteúdo das oficinas, pois muitos não sabem ler. Perguntou para os presentes se seria uma boa alternativa preparar versões gravadas dos relatórios, para a comunidade ouvir as conversas e acordos que ocorreram. Alguns moradores presentes acharam uma boa saída reforçando que poucos dominam a leitura. Desta forma, ficou o compromisso da equipe técnica da FF procurar alguma forma de viabilizar as gravações e entregar CD's para todas as famílias da Praia da Figueira.



## 2. Oficina de Programa - Saco do Sombrio - 27/ 07/ 11

Participantes:



**Foto 11. Participação da Comunidade de Saco do Sombrio na Oficina de Programas do Plano de Manejo do Parque Estadual de Ilhabela – PEIb**

Luisa fez uma recapitulação dos produtos realizados durante a Oficina de Zoneamento, na qual haviam sido indicadas algumas propostas da comunidade, conforme a “Árvore de Competências”. Shida lembrou que haviam conversado sobre o turismo, e perguntou para a comunidade o que necessitaria ser priorizado neste momento para desenvolver o turismo.

A comunidade explicou que as trilhas estão fechadas, mas que estas podem ser visitadas pelos turistas, como a trilha do Saco do Rosário, a trilha do Saco Grande e a trilha da Ponta do Boi. Luísa perguntou o que seria necessário para abrir as trilhas. A comunidade respondeu que eles mesmos poderiam abrir, contaram que estas trilhas apresentam muitos atrativos, como a vista para as praias do Bonete e Indaiaúba, além de muitas cachoeiras para beber água, sendo a trilha mais longa a da Ponta do Boi.

Foi explicado pela equipe da FF que para fazer a roçada também é necessário pedir autorização ao Parque. Luísa explicou que esta questão precisa ser discutida junto com o Parque, para que possa ser realizado um planejamento das ações e prever qual será o apoio necessário.

Foi sugerido aos moradores que fizessem uma avaliação sobre a necessidade de formar guias locais para que a atividade turística seja monitorada pela própria comunidade. Os moradores foram questionados sobre o interesse em participar de um curso de Monitores Ambientais, que poderá ser organizado pelo Parque.

Shida lembrou que a comunidade havia planejado montar uma base comunitária, e perguntou se ainda há o interesse e como poderia ser realizado. Carolina aproveitou para explicar que o Turismo de Base Comunitária pode contribuir para a manutenção de alguns aspectos da vida tradicional caiçara, pois permite que os turistas vivenciem a vida da própria comunidade, como as atividades de pesca, casa de farinha e sítios arqueológicos.

Luísa explicou que este tipo de turismo permite que a comunidade trabalhe com os serviços que já existem no local, sem a necessidade de buscar outros tipos de serviços mais requintados, ou como a necessidade de servir bebidas alcoólicas ou pratos diferentes da culinária local.

A comunidade manifestou o seu interesse em conhecer este tipo de atividade através de cursos de capacitação em Turismo de Base Comunitária, mas reforçaram que é necessário algumas estruturas básicas para receber os turistas com maior segurança; mas que abrir e fazer a manutenção das trilhas é prioridade.

Shida explicou que estas questões são importantes antes de fazer a divulgação da visitação nestas trilhas. Mostrando os folhetos de divulgação do Parque, reconheceu que as comunidades não foram apresentadas para o público, pois esta foi uma forma escolhida para respeitar seus valores e evitar problemas para os moradores. Justificou que são por estes motivos que a formação dos guias locais deve ser preferivelmente da própria comunidade, pois representa maneira de incluir os moradores no projeto e, ao mesmo tempo, proporcionar monitoramento da atividade junto aos turistas.

Os moradores do Saco do Sombrio concordaram com a necessidade de ter este tipo de serviço, sendo uma maneira de assegurar que a própria comunidade monitore quem entra na área das comunidades. Recomendaram que a própria base comunitária possa servir também para informar os visitantes sobre algumas questões importantes como lixo, segurança e outros informes importantes, além de servir refeições e oferecer produtos tradicionais. Luísa apoiou a proposta da comunidade em criar uma estrutura para não gerar lixo, com regras para os visitantes, como: *"o que é trazido, deve ser levado"*. A colocação de placas de aviso sobre estas recomendações também foram sugeridas como recomendações.

Também foi acertado com os comunitários, que para construir esta base também será necessária uma autorização do Parque, evitando que fiquem sujeitos a multas ou ações de repressão da polícia ambiental. Além disto, o ideal é que represente toda a comunidade, não apenas uma família, e os lucros gerados possam ser divididos entre todos.

Para construir a base, Shida sugeriu que o Ministério de Turismo pode financiar um projeto, desde que seja preparado pela comunidade e enviado um orçamento. No entanto, foi lembrado que os projetos comunitários devem ser encaminhados por uma organização formal, ou pessoa jurídica.

Leonardo Sales explicou que o mais importante neste momento, é ter uma organização da comunidade, pois será a partir destes entendimentos que todas as sugestões solicitadas poderão acontecer.

Sobre outras melhorias na comunidade, os moradores explicaram que o Yatch Club de Ilhabela – YCI poderá ajudar na construção da rampa de concreto para subir os barcos e indicam o local certo. Lembraram que o YCI se comprometeu em construir esta rampa há vários anos, mas que até hoje ela nunca saiu. Para os presentes, o YCI deveria trazer um engenheiro para fazer a obra, e que o rancho que foi construído não é adequado para a pesca e por isto não está sendo utilizado. Reforçaram que não adiantará trazer novamente material para a própria comunidade realizar a construção, pois esta experiência já aconteceu em outros momentos e o material se perdeu no tempo.

Sobre o lixo, a comunidade também lembrou que deveria ter o apoio do YCI, pois eles já fazem a coleta dos resíduos dos turistas que chegam até lá. Leonardo explicou que existe um termo de compromisso assinado entre o parque e o YCI, e que neste documento estão previstas várias ações de apoio para a comunidade, como o manejo do lixo e a construção da rampa.

A comunidade explicou que a parte do lixo já estava resolvida com a Prefeitura Municipal, e que seria melhor prever somente a construção da rampa.

Shida avisou aos presentes que não adiantaria somente contar com o apoio do Parque para solicitar a construção da rampa ao YCI, mas que a própria comunidade deveria estar mais organizada para buscar os seus direitos. Lembrou também que no curso sobre o Turismo de Base Comunitária, estas questões serão abordadas e poderão ajudar a comunidade a se organizar mais.

A comunidade sugeriu outro tipo de apoio do YCI, como passar um fio de luz para que algumas casas recebam a energia elétrica do gerador do clube. Mas acabaram reconhecendo que a capacidade não pode comportar mais ligações, que é um gerador de potência reduzida.

Os moradores lembram do projeto "Luz para Todos", mas ficaram sabendo que só foram contempladas três comunidades na primeira fase. Para este ano, o projeto prevê a instalação de placas solares nas comunidades da Ilha dos Búzios, Ilha da Vitória e na Praia da Serraria. A equipe da FF também explicou que não tem maiores informações sobre esta priorização de só três comunidades, mas que só a Prefeitura poderá ajudar nesta questão.

Leonardo Sales explicou que está chegando um momento no qual a comunidade deverá eleger seus representantes para buscar mais apoio junto às instituições. Eles deverão indicar pessoas que realmente representem os interesses dos moradores nestas solicitações junto a Prefeitura, por exemplo, que poderia ajudar a escrever uma carta com estes pedidos, entregar pessoalmente e também acompanhar seus desdobramentos. Por fim, lembrou que a comunidade tem força, e que estas questões poderão ser colocadas em prática.

Marcelo, funcionário do PEIb, contou que os membros da Associação de Castelhanos sempre pedem ajuda para fazer documentos ou sobre outras demandas, e que isto poderia acontecer também com a comunidade do Saco do Sombrio.

Os moradores reclamaram que o YCI fez um rancho que não tem altura para colocar uma canoa, além de não estar no local da rampa. Acham que este rancho deve ficar no lugar do guincho. Explicaram que sabem exatamente o local onde o novo rancho poderá ser construído.

#### Escola na Comunidade

Sobre a escola, a comunidade conta que antigamente existia uma no Saco do Sombrio, que chegou a cair, mas que a própria comunidade conseguiu reconstruir com o esforço de todos. Agora que não existe mais escola, querem solicitar para a Prefeitura sua reconstrução.

Afirmaram que a escola deveria ser no Saco do Sombrio, pois o terreno é deles mesmo, ao invés de ser construída na Praia da Figueira onde seria área de um proprietário de fora.

Também justificam que a área do Saco do Sombrio é mais segura, pois na Praia da Figueira é difícil embarcar quando o mar fica muito agitado.

A comunidade não chegou a um acordo sobre esta questão, apesar de concordarem com a necessidade de conversarem entre eles e com os moradores da Praia da Figueira, para encaminhar uma solicitação comum.

Alguns moradores também lembraram sobre a construção de uma igreja católica no local, pois também existia na área do Sombrio e hoje não existe nenhuma. Esta questão não foi apoiada por todos os moradores, que acham que isto não é prioridade no momento.

Shida perguntou qual é o interesse da comunidade em preparar e servir alimentos para os turistas, e complementou informando que, para este tipo de serviço, seria necessário um Alvará de Funcionamento emitido pela Prefeitura. Também considera outras questões necessárias para servir alimentos, que foram propostas pela comunidade, como a manutenção das roças tradicionais e, principalmente, saber cozinhar pratos da culinária tradicional. A comunidade perguntou sobre como conseguir o Alvará da Prefeitura.

A equipe da FF aconselhou a comunidade sobre os primeiros passos a serem dados, sendo importante a organização da comunidade. O tema discutido considerou o Turismo, onde não poderá ser feita uma divulgação dos serviços ou atrativos, sem que a comunidade esteja preparada. Shida lembrou que a comunidade manifestou o interesse na última Oficina de Zoneamento, onde foram colocadas ações relacionadas com o desenvolvimento do artesanato e a produção de outros produtos para atender os turistas.

A comunidade foi questionada se haveria interesse em realizar cursos ou oficinas para aprender artesanato. Sobre a prioridade das ações, foi solicitado pela comunidade as seguintes ações:

- abertura e estruturação das trilhas;
- cursos de capacitação de monitores;
- curso de capacitação em Turismo de Base Comunitária;
- construção de escola na Praia do Sombrio;
- construção de uma base comunitária.

Sobre a luz, a comunidade lembrou que todos devem ter a mesma prioridade, que não adiantará cada um ter uma coisa diferente para propor, todos precisam planejar juntos estas melhorias.

A recuperação das voçorocas foi também solicitada com o uma prioridade, pois a comunidade corre riscos de acontecerem deslizamentos. Explicaram que esta área foi avaliada por um técnico e que este indicou abrir um canal para desviar a água das chuvas. Só assim será possível replantar a vegetação e recuperar a área.

Sobre as áreas agrícolas, a comunidade explicou que existem muitas áreas de antigas roças que viraram grandes sapezais e que estes necessitam ser recuperados. Questionaram também o motivo pelo qual as árvores não crescem mais sob o sapê.

Shida explicou que o processo do Plano de Manejo do Parque está se encerrando, e que deverão acontecer outras oficinas na sede do PEIb. A comunidade foi convidada a participar das reuniões para poderem acompanhar as deliberações e se manifestarem.

Sobre a parte marinha, o PM deverá fazer recomendações para a proteção das áreas de pesca tradicional, evitando a pesca de arrasto das grandes embarcações e os problemas provocados com o turismo descontrolado nas áreas dos cercos e das redes de espera.

### **3. Oficina de Programa – Ilha da Vitória - 28/07**

Luísa fez uma introdução sobre a importância do Plano de Manejo do PEIb, citando a necessidade da participação de toda a comunidade para pensar sobre suas prioridades e tentar organizar uma proposta que represente a vontade de todos.

Foram apresentados os resultados da Oficina de Zoneamento, na qual foram listadas algumas prioridades identificadas pela comunidade, através da elaboração da “árvore de competências”, entre os quais destacaram-se:

#### Potenciais:

-Fazer roça, plantio de tomate, alface, ferramentas.

#### Processos:

-Materiais para artesanato, pano, linha, semente, botão, agulha e linha.

#### Produtos:

-Saber outros tipos de artesanato, capacitação.

Luísa explicou que este documento do Plano de Manejo deverá orientar as ações que são permitidas no interior da unidade de conservação, sendo necessários fazer acordos junto com a comunidade. É desta forma que o Parque poderá ajudar a comunidade, em algumas questões importantes para a manutenção de qualidade de vida. Finalizou sua fala comprometendo-se com aquilo que o Parque realmente pode ajudar, sem querer fazer promessas que dificilmente poderiam ser cumpridas.

Para isto, reforçou para todos que a participação da comunidade é fundamental, pois são eles mesmos que conhecem a realidade e por este motivo, poderão indicar as ações mais importantes que deverão ser priorizadas neste momento.

Shida colocou o que havia sido conversado anteriormente, com o exemplo do que está acontecendo com o desenvolvimento do Projeto Pés no Chão. Neste caso, o projeto está ajudando na forma de fazer o artesanato, trazendo novos modelos e materiais. Da mesma maneira que o Projeto Pés no Chão está prevendo a sua continuidade, o Plano de Manejo também necessitará de uma mobilização da própria comunidade.

Outra questão abordada foi sobre as discussões que ocorreram na reunião do Conselho do PEIb, onde alguns dos participantes propuseram o turismo marinho na Ilha de Vitória, mas que na verdade isto não representa a vontade dos moradores. Por este motivo, a equipe da FF não recomendou a proposta, por não estar de acordo com a vontade da comunidade. Lembrou de outra questão também relacionada nas discussões do Conselho, onde a visitação na área do Parque deveria ser realizada a partir da estruturação de guias locais. Embora um dos participantes, desta reunião, não tenha concordado com esta proposta, a equipe manteve esta condição. Também exemplificou a questão a partir do posicionamento da comunidade do Saco do Sombrio, onde a comunidade não aceitou abrir as trilhas sem a inclusão de guias locais.

Luísa perguntou o que é importante para manter o modo de vida tradicional. A comunidade apresentava-se não muito à vontade naquele momento, por motivos ainda

não totalmente explicados pela equipe técnica participante. A comunidade solicitou mais tempo para pensar nestas respostas e que nem todos haviam participado destas discussões anteriormente.

A conversa considerou o exemplo do projeto do Pés no Chão, como uma forma de pensar a continuidade do trabalho. Leonardo explicou que antes de planejar ações, precisa pensar o que eles realmente estão interessados. Se seria um projeto como o do Pés no Chão, voltado ao artesanato, ou o turismo. A comunidade respondeu que um apoio maior para o artesanato seria melhor.

Ronaldo, morador da Praia Mansa, explicou como que a comunidade poderia participar do turismo, levando os visitantes nas trilhas para passear ou pescar. A comunidade acredita que esta decisão deveria ser tomada por toda a comunidade, e que eles não estão participando. Por isto, consideram difícil propor projetos sem a participação dos outros moradores.

Marcelo recomendou que esta questão seja conversada com a comunidade, mas antes da reunião.

Ronaldo explicou que a comunidade não veio porque eles não estão entendendo. Se estivessem, teriam participado mais.

Shida perguntou como que é esta relação com o PEIb, pois existem pessoas que falam de modo negativo. Apresentou os temas que foram combinados, feitos em outras oficinas, e que permitem diversas ações, desde que sejam solicitadas pelas comunidades tradicionais e que tenham uma autorização.

Shida apresentou um exemplo de como o PEIb está do lado da comunidade, ao defender seus direitos e interesses, como no caso da criação de uma zona de proteção do entorno das Ilhas de 200 e 50 m. Apresenta como exemplo também o caso da oficina da Ilha dos Búzios

A comunidade sugeriu que seja incluída uma oficina de artesanato e de primeiros socorros, para prevenir acidentes com cobras.

Shida perguntou se a comunidade necessitava de outras vindas da equipe, para que eles tenham mais tempo, pois assim eles poderiam pensar melhor como que seria a continuação deste processo de construção do documento com o PEIb.

Neste momento a comunidade interveio e solicitou a realização da mesma oficina, mas num outro momento, onde todos poderiam estar presentes. Colocam também que é necessário a equipe dormir na comunidade, pois poderiam interagir mais com os moradores.

A comunidade sugere a continuidade desta oficina no dia 17.

Paralelo a estas conversas, foi servido suco de polpa de juçara para todos os presentes, inclusive as crianças que estava acompanhando as conversas.

## OFICINA DE PROGRAMAS - COMUNIDADES - PLANO DE MANEJO DO PEIb

**DATA:** 27 de julho de 2011

**LOCAL:** Figueira

**Programação:**

Relembrando os acordos e árvore do presente e para 5 anos

A partir da árvore para 5 anos, preenche o quadro com as seguintes questões: DE ILHABELA precisa para garantir o modo de vida, o que tem que fazer, quem tem que fazer, quem pode ajudar e como e; quando se inicia a ação.

Encerramento.



- ♦ - alta prioridade
- ♦ - média prioridade
- ♦ - baixa prioridade

O que Precisa para Garantir o Modo de Vida	O que tem que Fazer	Quem tem que Fazer	Quem Pode Ajudar e Como	Quando se Inicia a Ação
<b>Desenvolver o Turismo na Figueira</b>	Local para oferecer refeição (quiosque) comunitário	Pedir autorização falando que todos da comunidade irão utilizar o quiosque		
	Canoa para desembarque			
	Oferecer produtos da comunidade (farinha, artesanato, casa de farinha)	Comunidade fazer roça (mandioca, cana, horta) precisa pedir autorização para fazer roça	PEIb para autorização	
	Arrumar trilha para o Engenho e mantê-la			
	Divulgar a Praia da Figueira	Parque Comunidade pode ir conversar com agências que trazem turistas		
	Artesanato	Comunidade deve pedir autorização para o Parque para retirar o bambu, a madeira, etc	PEIb para autorização	
	Ter roteiros			
	<span style="color: red;">♦</span> Capacitação / curso para turismo de base comunitária, birdwatching	Parque oferecer cursos Comunidade tem que selecionar 2 ou 3 representantes para oficina de Base Comunitária/ Cursos de monitores	Prefeitura	2 Semestre de 2011
<b>Venda de Refeição</b>	Tirar alvará da Prefeitura	Prefeitura	Prefeitura deve esclarecer e orientar os procedimentos para tirar o alvará	

**DATA:** 27 de julho de 2011

**LOCAL:** Sombrio

**Programação:**

Relembrando os acordos e árvore do presente e para 5 anos

A partir da árvore para 5 anos, preenche o quadro com as seguintes questões : o que precisa para garantir o modo de vida, o que tem que fazer, quem tem que fazer, quem pode ajudar e como e; quando se inicia a ação.

Encerramento.

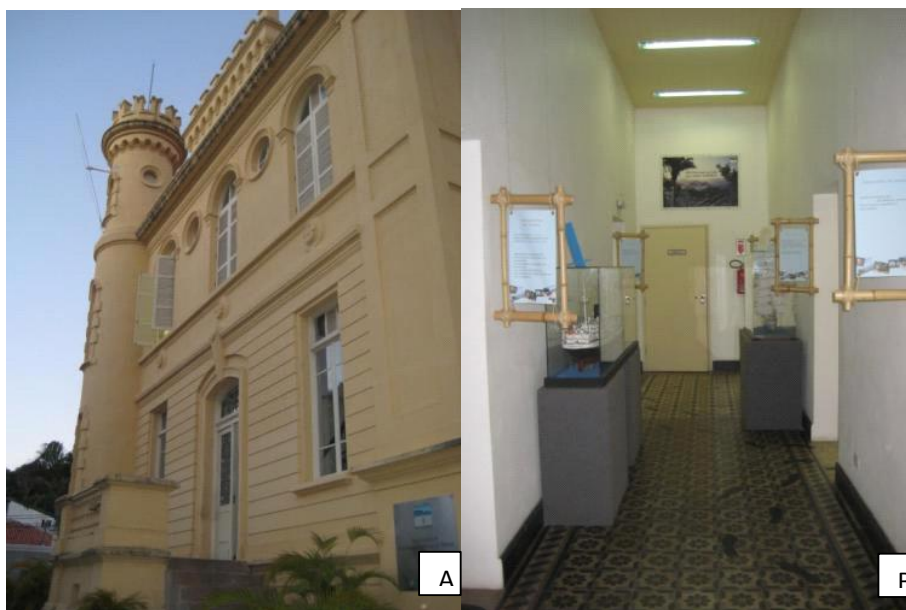
- ◆ - alta prioridade
- ◆ - média prioridade
- ◆ - baixa prioridade

O que Precisa Para Garantir o Modo de Vida	O que tem que Fazer	Quem tem que Fazer	Quem Pode Ajudar e Como	Quando se Inicia a Ação
<b>Desenvolver o turismo no Sombrio</b>	<span style="color: red;">◆</span> Abertura de trilha (saco do Rosário – mais fácil); Saco grande e Ponta do Boi (18km)	A abertura pode ser realizada pela comunidade	Deve ter autorização do PEIb	
	<span style="color: red;">◆</span> Capacitação de Monitores locais	PEIb oferecer cursos para a comunidade		
	<span style="color: red;">◆</span> Curso de turismo de Base Comunitária	PEIb oferecer cursos para a comunidade		
	<span style="color: blue;">◆</span> Estruturar as trilhas (placas, pontes, corrimão, etc)	A comunidade pode estruturar	PEIb deve autorizar e contribuir na execução	
	Divulgação			
<b>Venda de alimentos</b>	Fazer roça	Comunidade	PEIb, uma vez que tem que ter autorização	
	Aprender a cozinhar	Comunidade		
	Tirar alvará da Prefeitura	Prefeitura	Prefeitura deve esclarecer os procedimentos para tirar o alvará	
<b>Melhorar o desembarque da comunidade</b>	Rampa de concreto com carreta de encalhe para desembarque (subida do barco) + rancho	TCIIhabela	PEIb + comunidade dizer o melhor local para a rampa	
<span style="color: red;">◆</span> <b>Luz</b>	Encaminhar solicitação para ser beneficiado pelo Programa Luz para Todos	Prefeitura	PEIb pode ajudar a redigir carta	
<b>Escola</b>	Pedido de escola para comunidade Comunidade do Sombrio + Praia da Figueira	Prefeitura	PEIb pode ajudar a	



O que Precisa Para Garantir o Modo de Vida	O que tem que Fazer	Quem tem que Fazer	Quem Pode Ajudar e Como	Quando se Inicia a Ação
	fazer uma carta		redigir carta	
<b>Igreja</b>		Igreja Católica		
<b>Artesanato</b>	Verificar o interesse dos jovens em aprender o artesanato			
	Curso / capacitação para fazer "novos" artesanatos			
<b>Recuperação da Voçoroca</b>	Estudo para avaliação de como recuperar Chamar especialistas junto com comunidade	PEIB + comunidade	Defesa civil	
<b>Recuperação do sapezal e demais áreas degradadas</b>	Estudo para elaboração de um plano de recuperação a ser realizado junto com comunidade			

Anexo 130. Sede administrativa do PEIb



Crédito: Yukie Kabashima, jul 2010

**Sede administrativa do PEIb, antiga cadeia e Fórum da Vila; e B - Centro de visitantes**

Anexo 131. Sede operacional do PEIb



Crédito: Yukie Kabashima, jul 2010

**Sede operacional do PEIb**

Anexo 132. Guarita da Estrada dos Castelhanos



Crédito: Yukie Kabashima, jul 2010

**Guarita da Estrada dos Castelhanos**

Anexo 133. Comparação de informações sobre as trilhas do PEIb a partir de fontes oficiais

Trilha	Guia Trilhas de São Paulo	Folheto do PEIb Tópico Principais Atrativos	Site do PEIb Tópico Principais Atrativos
Água Branca	<p><b>Percorso:</b> 4.400 m (ida e volta)</p> <p><b>Grau de dificuldade:</b> baixo</p> <p><b>Tempo:</b> 4h</p> <p><b>Atividades e atrativos:</b> cachoeira e banho</p> <p><b>Ambiente:</b> Mata Atlântica de encosta</p> <p><b>Acompanhamento:</b> trilha autoguiada ou monitorada para grupos</p> <p><b>Horário da Trilha:</b> 8h – 15h</p>	<p><b>Percorso:</b> 4.400 m</p> <p><b>Grau de dificuldade:</b> baixo</p> <p><b>Atividades e atrativos:</b> observação de fauna e flora, banhos – cinco poços com queda d’água, caminhada, Programa Trilhas de São Paulo</p> <p><b>Início:</b> guarita de fiscalização da Estrada de Castelhanos</p> <p><b>Acompanhamento:</b> trilha autoguiada</p>	<p><b>Percorso:</b> 4.400 m</p> <p><b>Grau de dificuldade:</b> baixo</p> <p><b>Atividades e atrativos:</b> observação de fauna, três poços com queda d’água</p> <p><b>Início:</b> guarita de fiscalização do Parque, na Estrada dos Castelhanos</p> <p><b>Ambiente:</b> Mata Atlântica</p> <p><b>Acompanhamento:</b> trilha autoguiada</p>
Gato	<p><b>Percorso:</b> 4.000 m (ida e volta)</p> <p><b>Grau de dificuldade:</b> médio</p> <p><b>Tempo:</b> 1h30</p> <p><b>Atividades e atrativos:</b> cachoeira (40m)</p> <p><b>Ambiente:</b> Mata Atlântica de encosta e restinga</p> <p><b>Acompanhamento:</b> trilha monitorada</p> <p><b>Horário da Trilha:</b> 8h – 15h</p>	<p><b>Percorso:</b> 4.000 m</p> <p><b>Grau de dificuldade:</b> baixo</p> <p><b>Atividades e atrativos:</b> praia, cachoeira (80m), mirante, caminhada, Programa Trilhas de São Paulo</p> <p><b>Ambiente:</b> Mata Atlântica</p> <p><b>Início:</b> Canto do Ribeirão na Praia de Castelhanos</p> <p><b>Acompanhamento:</b> não consta</p>	<p><b>Percorso:</b> 4.000 m</p> <p><b>Grau de dificuldade:</b> médio</p> <p><b>Atividades e atrativos:</b> cachoeira, mirante</p> <p><b>Ambiente:</b> Mata Atlântica</p> <p><b>Início:</b> praia do Gato</p> <p><b>Acompanhamento:</b> por monitor credenciado</p>
Baepi	<p><b>Percorso:</b> 7.400 m (ida e volta)</p> <p><b>Grau de dificuldade:</b> alto</p> <p><b>Tempo:</b> 6h</p> <p><b>Atividades e atrativos:</b> mirante (997m)</p> <p><b>Ambiente:</b> Mata Atlântica de encosta</p> <p><b>Acompanhamento:</b> trilha monitorada – 4 grupos/dia de 15 pessoas</p> <p><b>Horário da Trilha:</b> 8h – 12h</p>	<p><b>Percorso:</b> 7.400 m</p> <p><b>Grau de dificuldade:</b> alto</p> <p><b>Atividades e atrativos:</b> observação de fauna e flora, mirante, caminhada, Programa Trilhas de São Paulo</p> <p><b>Ambiente:</b> Mata Atlântica</p> <p><b>Acompanhamento:</b> por monitor credenciado</p>	<p><b>Percorso:</b> 7.400 m</p> <p><b>Grau de dificuldade:</b> alto</p> <p><b>Atividades e atrativos:</b> vista panorâmica</p> <p><b>Ambiente:</b> Mata Atlântica</p> <p><b>Acompanhamento:</b> por monitor credenciado</p>

Trilha	Guia Trilhas de São Paulo	Folheto do PEIb Tópico Principais Atrativos	Site do PEIb Tópico Principais Atrativos
Veloso	Não se aplica	<p><b>Percurso:</b> 4.000 m  <b>Grau de dificuldade:</b> médio  <b>Atividades e atrativos:</b> cachoeira (60m) e caminhada  <b>Ambiente:</b> Mata Atlântica  <b>Acompanhamento:</b> não consta</p>	<p><b>Percurso:</b> 2.000 m  <b>Grau de dificuldade:</b> médio  <b>Atividades e atrativos:</b> cachoeira (15m)  <b>Ambiente:</b> Mata Atlântica  <b>Início:</b> propriedade particular  <b>Acompanhamento:</b> recomenda monitor ambiental credenciado</p>
Bonete	Não se aplica	<p><b>Percurso:</b> 20.000 m  <b>Grau de dificuldade:</b> alto  <b>Atividades e atrativos:</b> praia, cachoeira, caminhada, observação de flora  <b>Ambiente:</b> Mata Atlântica  <b>Acompanhamento:</b> por monitor credenciado</p>	<p><b>Percurso:</b> 10.000 m  <b>Grau de dificuldade:</b> alto  <b>Atividades e atrativos:</b> praia, cachoeira  <b>Ambiente:</b> Mata Atlântica  <b>Acompanhamento:</b> por monitor credenciado</p>
Três Tombos/ Pancada D'Água	Não se aplica	<p><b>Percurso:</b> 510 m  <b>Grau de dificuldade:</b> baixo  <b>Atividades e atrativos:</b> três cachoeiras (maior com 26m), observação de flora e caminhada  <b>Acompanhamento:</b> trilha autoguiada</p>	<p><b>Percurso:</b> 255 m  <b>Grau de dificuldade:</b> baixo  <b>Atividades e atrativos:</b> três cachoeiras (maior com 15m)  <b>Ambiente:</b> Mata Atlântica  <b>Acompanhamento:</b> trilha autoguiada</p>
Outros locais	Não se aplica	<p><b>Centro de interação ambiental:</b> abrigado em construção histórica da cidade de Ilhabela, o antigo Fórum e Cadeira, com exposição permanente sobre flora, fauna e história e cultura caiçara  <b>Pico de São Sebastião:</b> mirante  <b>Estrada de Castelhanos:</b> ponto histórico-cultural  <b>Praia do Poço:</b> mirante, banho  <b>Ilha das Cabras</b>  <b>Praia da Pacuíba</b>  <b>Praia da Fome</b>  <b>Parcel da Pirajica</b></p>	<p><b>Centro de interpretação ambiental:</b> localizado no prédio histórico que abrigou a antiga cadeia e o fórum da cidade, restaurado no âmbito do Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo (BID/SMA)</p>



Anexo 134. Folheto atual do PEIB

### A MATA ATLÂNTICA E O PARQUE ESTADUAL DE ILHABELA

Mais de 80% da população brasileira vive nos domínios da Mata Atlântica, da qual restam pouco mais de 7% do território original. Mesmo reduzido e fragmentado, seus ecossistemas ainda abrigam inmensa riqueza de espécies animais e vegetais, e contam com os mais altos índices de biodiversidade do planeta. Por estes motivos, a Mata Atlântica é considerada como um dos cinco biomas mais ameaçados do mundo.

Suas florestas garantem estabelecimento de água para 120 milhões de pessoas, protegem a estabilidade das encostas, contribuem para o equilíbrio do clima, e preservam um inestimável patrimônio histórico e cultural. O maior remanescente contínuo de remanescentes de Mata Atlântica do país encontra-se no Estado de São Paulo na Serra da Ilhabela, na Serra da Mantiqueira e na Serra do Paranapiacaba.



### CONHEÇA O PARQUE ESTADUAL DA ILHABELA

O Parque Estadual de Ilhabela está localizado no litoral norte do Estado de São Paulo, a 210 km de capital. A partir da cidade de São Sebastião, uma balsa leva pessoas e veículos até a entrada do arquipélago.

Além das praias, concentradas na ilha de São Sebastião, o Parque apresenta diversas opções de lazer a seus visitantes, como trilhas, banhos de cachoeiras, mergulho, passeios em jipes e passeios de barco. É possível também conhecer a cultura local no centro histórico ou nas comunidades caçaras tradicionais.



### PRINCIPAIS ATRATIVOS

**11 TRILHA DA CACHOEIRA PANGADA D'ÁGUA**  
310 METROS 40  
Trilha auto-guiada que passa por três cachoeiras. A maior delas tem 26 m de altura e queda com grande volume de água.

**12 TRILHA DA ÁGUA BRANCA**  
4.400 METROS 30 20 10  
Trilha auto-guiada, com pontos de observação de fauna e flora e cinco poços com queda d'água (Praça do Arquipélago, Abutã, Duchá, Escada e Pedra). O início da trilha é na quarta de fiscalização de Estado de Caelehanos.

**13 TRILHA DA CACHOEIRA DO VELOSO**  
4.000 METROS 30  
Caminhada em meio à Mata Atlântica, chegando à Cachoeira do Veloso, que possui queda d'água com 60 m de altura.

**14 TRILHA DA CACHOEIRA DO GATO**  
4.000 METROS 30 20 10  
A partir do Centro do Município na Praia de Caelehanos, a trilha passa em meio à Mata Atlântica, no trajeto há mirantes com vista para o mar, levando à Cachoeira do Gato que possui uma queda d'água de 80 m de altura.

**15 TRILHA DO SAPI**  
7.400 METROS 35 25 15  
A trilha em meio à Mata Atlântica propicia, ao final, uma bela panorâmica do Arquipélago de Ilhabela.

**16 TRILHA DO BONETE**  
20.000 METROS 35 25 15  
Trilha em meio à Mata Atlântica, passando por 3 Cachoeiras, São João, Quil, Anelada e Escada sendo o ponto alto final, a praia do Bonete.

### VISITE TAMBÉM

O Centro de Interação Ambiental do Parque está abrigado em uma construção histórica de estilo de Ilhabela, o antigo prédio do Fórum e Cadeia. Possui exposição permanente sobre a fauna e flora locais, além de atividades do Parque sobre a história e cultura caçara local.

Ao longo do arquipélago há diversos pontos de mergulho livre e autônomo, com destaque para a Ilha das Caieas, a Praia de Paqueta e a Praia de Fomes. Há diversos operadores de mergulho que oferecem passeios a estes locais.

Não deixe de visitar a Estrada de Caelehanos. Com 22 km de extensão, inicia-se no bairro da Água Branca, passa pelo interior do parque e chega à Praia de Caelehanos, uma das mais bonitas da região.



**Legenda**

- Unidade de Conservação
- Estado
- Cidade e bairro
- Cachoeira
- Comunidade de Fomes
- Trilha
- Destinação da vegetação
- Reserva para Balsa
- Trilha Interpretativa
- Trilha Interpretativa de São Paulo
- Ilhabela
- Praia
- Quil
- Comunidade
- Ilhabela
- Ilhabela
- Ilhabela

### O PARQUE

O Parque Estadual de Ilhabela localiza-se no arquipélago de Ilhabela, litoral norte do Estado de São Paulo. Criado em 20 de janeiro de 1977, possui 27.025 hectares, o que corresponde em torno de 65% do arquipélago.

Entre as 12 ilhas, 2 ilhotas e 2 baías que integram o Parque, destaca-se a ilha de São Sebastião, terceira maior ilha costeira do Brasil, com 337 km<sup>2</sup>. É nessa ilha que se encontra a área urbana do município de Ilhabela, bem como a maior parte do Parque.

O Parque foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), além de ter sido reconhecido pela UNESCO como Núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

Além de apresentar uma grande área remanescente de Mata Atlântica, o Parque integra outros ecossistemas, como restinga, e grandes extensões de costas rochosas, conferindo características únicas à paisagem.

Ao longo das trilhas é possível observar a riqueza da flora local, com espécies como figueira, pau-jean, quaporunho e quaresmeira. A fauna é também bastante diversa, com espécies típicas da Mata Atlântica, como camaleão, curupira, lagarto, macaco, gato do mar, entre outros.

O Parque Estadual de Ilhabela é também refúgio de aves migratórias e área de reprodução de aves marinhas. Já foram catalogadas 249 espécies de aves na região, várias das quais consideradas em extinção.

Nos limites do Parque vivem cinco comunidades caçaras tradicionais as quais, por meio da arquitetura, do artesanato e das festas tradicionais, transmitem suas tradições e modo de vida, contribuindo significativamente para a região.

### UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

As Unidades de Conservação são áreas naturais protegidas pelo Poder Público, seja ele municipal, estadual ou federal. Essas locais são divididas em dois grupos: Proteção Integral e Uso Sustentável. Os parques estaduais integram o primeiro grupo.

Em São Paulo, a Fundação Florestal, vinculada à Secretaria do Meio Ambiente do Estado, administra 47 Unidades de Conservação de Proteção Integral, totalizando uma área de aproximadamente 800 mil hectares. O Parque Estadual de Ilhabela integra estas áreas.

**Informações e Agendamento de Visitas**

O Parque Estadual de Ilhabela permanece aberto diariamente, das 8h00 às 17h00. A visita a alguns dos atrativos do Parque não exige presença de monitor ambiental, permitindo, para fazer as trilhas do Brasil e do Bonete, o visitante deve estar acompanhado de monitor credenciado. A entrada no Parque é gratuita e as visitas monitoradas devem ser agendadas com antecedência.

**O Parque Estadual de Ilhabela é administrado pela Fundação Florestal**

End: Rua Cel. Antônio de Menezes, 113 - Centro  
13714-000, Ilhabela - SP  
Fone: (13) 3966-7200 / 3966-5000  
www.fundflorestal.org.br  
Atendimento: atendimento@fundflorestal.org.br

**DEMONSTRE NO DESEJO AMBIENTE**  
EMBA 11 3966

GOVERNO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE  
FUNDAÇÃO FLORESTAL

Folheto atual do PEIB

Anexo 135. Placa de identificação da sede do PEIb

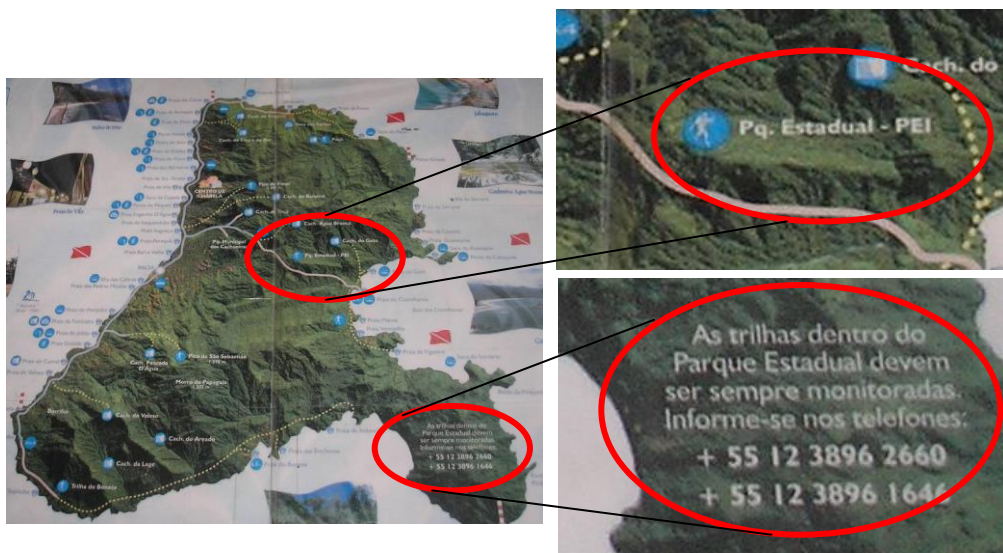


Crédito: Yukie Kabashima, jul 2010

**Placa de Identificação da Sede do PEIb**

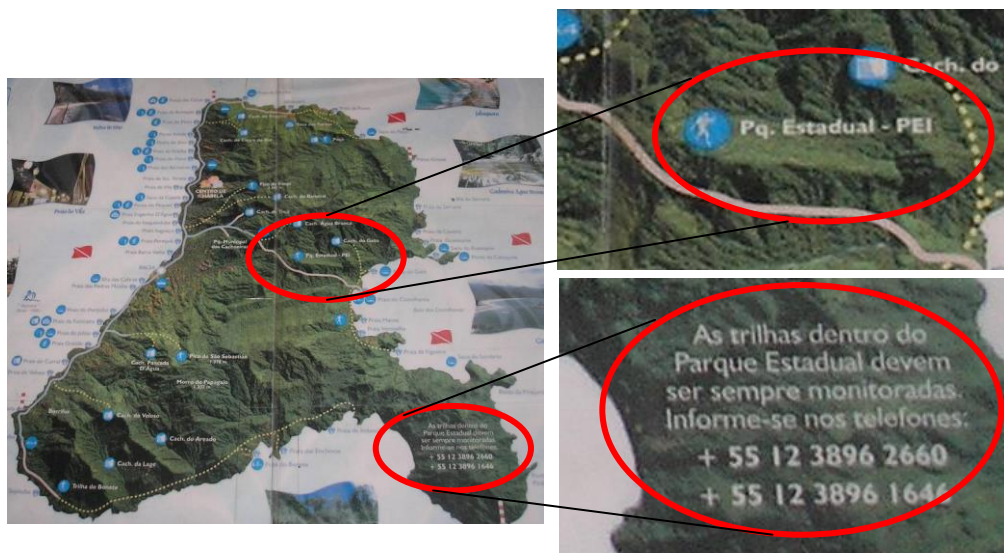


Anexo 136. Folheto de atrativos turísticos da Ilha de São Sebastião com referências errôneas sobre o PEIb



**Exemplo 1 - folheto de atrativos turísticos da Ilha de São Sebastião com referências errôneas sobre o PEIb**

Anexo 137. Folheto de atrativos turísticos da Ilha de São Sebastião com informações diferenciadas



**Exemplo II - Folheto de atrativos turísticos da Ilha de São Sebastião com informações diferenciadas**



Anexo 139. Trecho de revista sem referência ao PEIb

## A Vila

O centro histórico conhecido como Vila é o local mais pitoresco da cidade.

As centenárias palmeiras imperiais, as memórias dos piratas mantidas pelos canhões da praça e as muitas nacionalidades que ali se encontram conferem ao centro da cidade um

Na Vila, encontramos a Igreja Matriz Nossa Senhora D'Ajuda e Bom Sucesso, o antigo Fórum e Cadeia, a colônia de pescadores e a Casa de Cultura, onde o artesanato da

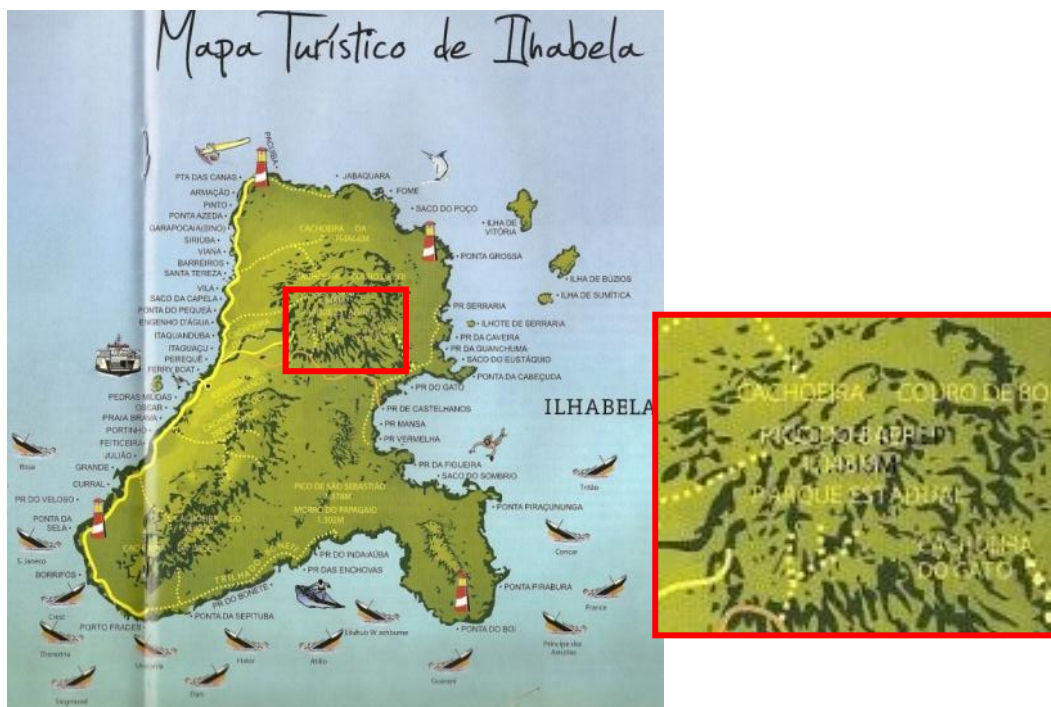
Também, a praça central, o antigo pier - considerado o marco zero da cidade, e o conjunto das casas de arquitetura colonial, nos quais lojas e restaurantes se estabeleceram misturados às residências, formando os dois blocos principais do centro.



### Exemplo IV - Trecho de revista sem referência ao PEIb



Anexo 140. Mapa em revista com referência ao PEIb



Exemplo V – Mapa em revista com referência ao PEIb

Anexo 141. Pannel em secretaria municipal com referência errônea ao PEIb



**Exemplo VI – Pannel em secretaria municipal com referência errônea ao PEIb**

Anexo 142. Folheto de atrativos turísticos da Ilha de São Sebastião sem referências ao PEIb



**Exemplo VII - Folheto de atrativos turísticos da Ilha de São Sebastião sem referências ao PEIb**

Anexo 143. Placa da instituição e placa do programa Trilhas de São Paulo



Crédito: Yukie Kabashima, 2010

**A - Placa da instituição B – Placa do programa Trilhas de São Paulo**



Anexo 144. Sinalização não oficial na Praia de Enxovas e na Praia de Indaiaúba



**A – Sinalização não oficial na Praia de Enxovas**  
**B – Sinalização não oficial na Praia de Indaiaúba**

Anexo 145. Sinalização de distância, oficial, na Trilha do Pico do Baepi e sinalização não oficial de direção entre as praias Indaiaúba e Vermelha



**A – Sinalização de distância, oficial, na Trilha do Pico do Baepi**  
**B – Sinalização não oficial de direção entre as praias Indaiaúba e Vermelha**

Anexo 146. Pannel com identificação de fauna na base da torre de observação da Trilha da Água Branca e pannel interpretativo na Trilha do Pico do Baepi



A – Pannel com identificação de fauna na base da torre de observação da Trilha da Água Branca. B – Pannel interpretativo na Trilha do Pico do Baepi

Anexo 147. Pannel na Trilha do Pico do Baepi e placa no início da Trilha da Cachoeira do Veloso



A – Pannel na Trilha do Pico do Baepi. B – Placa no início da Trilha da Cachoeira do Veloso

Anexo 148. Placa do Programa Trilhas de São Paulo e placas de diferentes padrões na Trilha da Água Branca



**A – Placa do Programa Trilhas de São Paulo  
B e C – Placas de diferentes padrões na Trilha da Água Branca**



Anexo 149. Placa coberta de vegetação na Estrada de Castelhanos



A



B

**A e B – Placa coberta de vegetação na Estrada de Castelhanos**

Anexo 150. Placa de identificação dos limites do PEIB



Crédito: Yuki Kabashima, ago 2010

**Placa de identificação dos limites do PEIB**

Anexo 151. Painel com identificação de fauna na base da torre de observação da Trilha da Água Branca e painel interpretativo na Trilha do Pico do Baepi



Figura 1 A e B - Painel de identificação e painel interpretativo



Anexo 152. Placas com versão também na língua inglesa, na Trilha Sepituba – Bonete e Praia do Bonete



**A e B – Placas com versão também na língua inglesa, na Trilha Sepituba – Bonete e Praia do Bonete**

Anexo 153. Sinalizações do percurso da trilha que liga as praias de Indaiaúba e Vermelha



**A e B – Sinalizações do percurso da Trilha que liga as praias de Indaiaúba e Vermelha**

Anexo 154. Estrutura para placa interpretativa e estrutura para placa direcional



Crédito: Valéria Freixêdas, ago 2010

**A – Estrutura para placa interpretativa. B – Estrutura para placa direcional**

Anexo 155. Sinalização turística



**Crédito:Valéria Freixêdas, ago 2010**

**Sinalização turística em agosto de 2010**

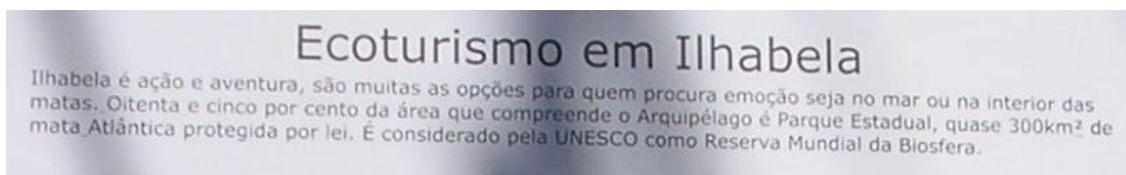
Anexo 156. Paineis sobre trilhas de Ilhabela



**Crédito: Yukie Kabashima, ago 2010**

**Painel sobre trilhas de Ilhabela**

Anexo 157. Detalhe do texto do painel que faz referência ao Parque



**Crédito: Yukie Kabashima, ago 2010**

**Detalhe do texto do painel que faz referência ao Parque**

Anexo 158. Paineis após a saída da balsa na Ilha de São Sebastião



**A – Painel após a saída da balsa na Ilha de São Sebastião; e B – Detalhe do painel, evidenciando o nome Parque Estadual e a informação de 92% de Mata Atlântica preservada**



Anexo 159. Secretaria de Turismo e Fomento



Crédito: Valéria Freixêdas, ago 2010

**Secretaria de Turismo e Fomento logo após a balsa, primeiro ponto de informação ao turista de Ilhabela**



Anexo 160. Postos de informação ao turista da vila e no sul da Ilha de São Sebastião



A

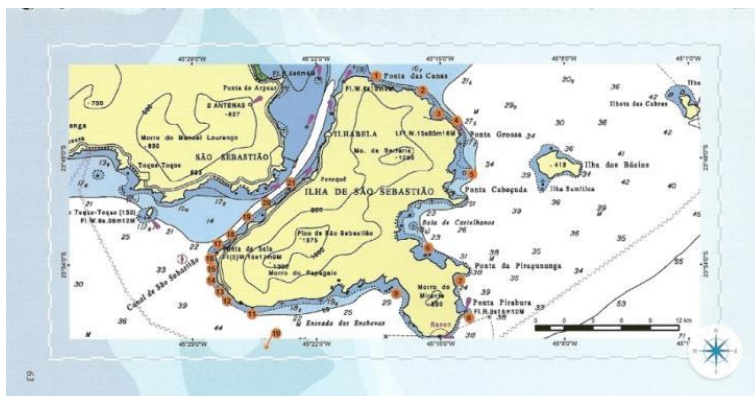


B

Crédito: Valéria Freixêdas, ago 2010

**A - Postos de Informação ao Turista da Vila; e B – Posto de Informação ao Turista no sul da Ilha de São Sebastião**

Anexo 161. Informações disponíveis no guia “Roteiros de Mergulho” sobre a Ilha de São Sebastião



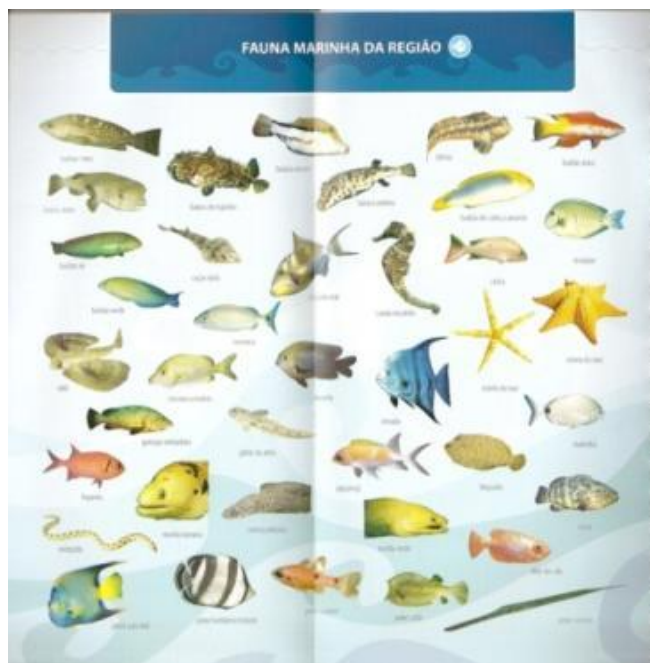
**Informações disponíveis no guia “Roteiros de Mergulho” sobre a Ilha de São Sebastião**

Anexo 162. Algumas das atividades náuticas no entorno do PEIb



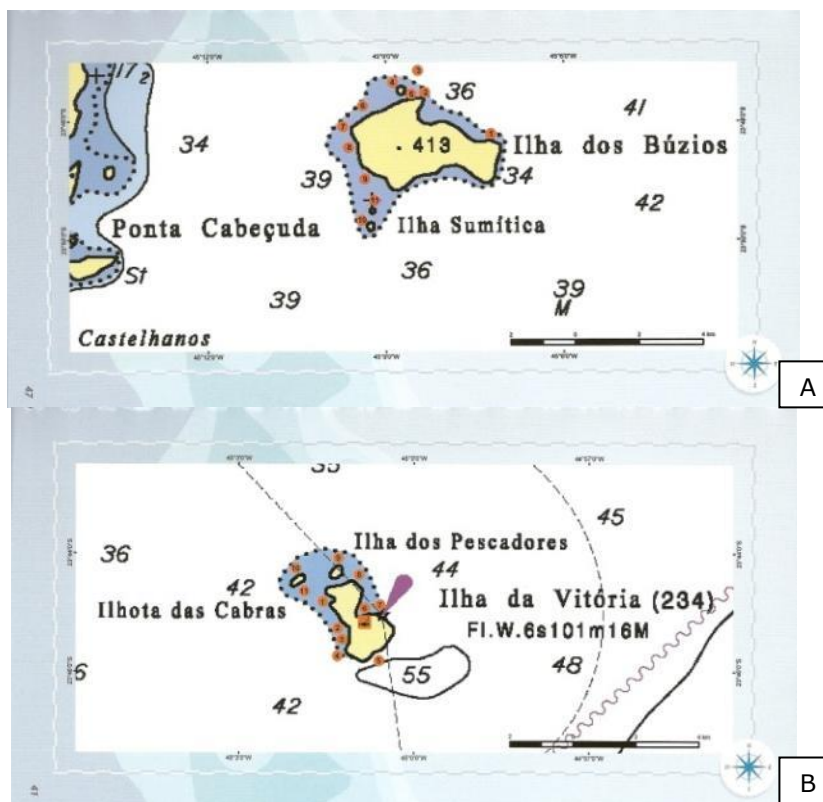
**Algumas das atividades náuticas no entorno do PEIb: A - Passeio de escuna e B – Pesca esportiva**

Anexo 163. Informações do guia "Roteiros de Mergulho" sobre a vida marinha da região



Informações do Guia "Roteiros de Mergulho" sobre a vida marinha da região

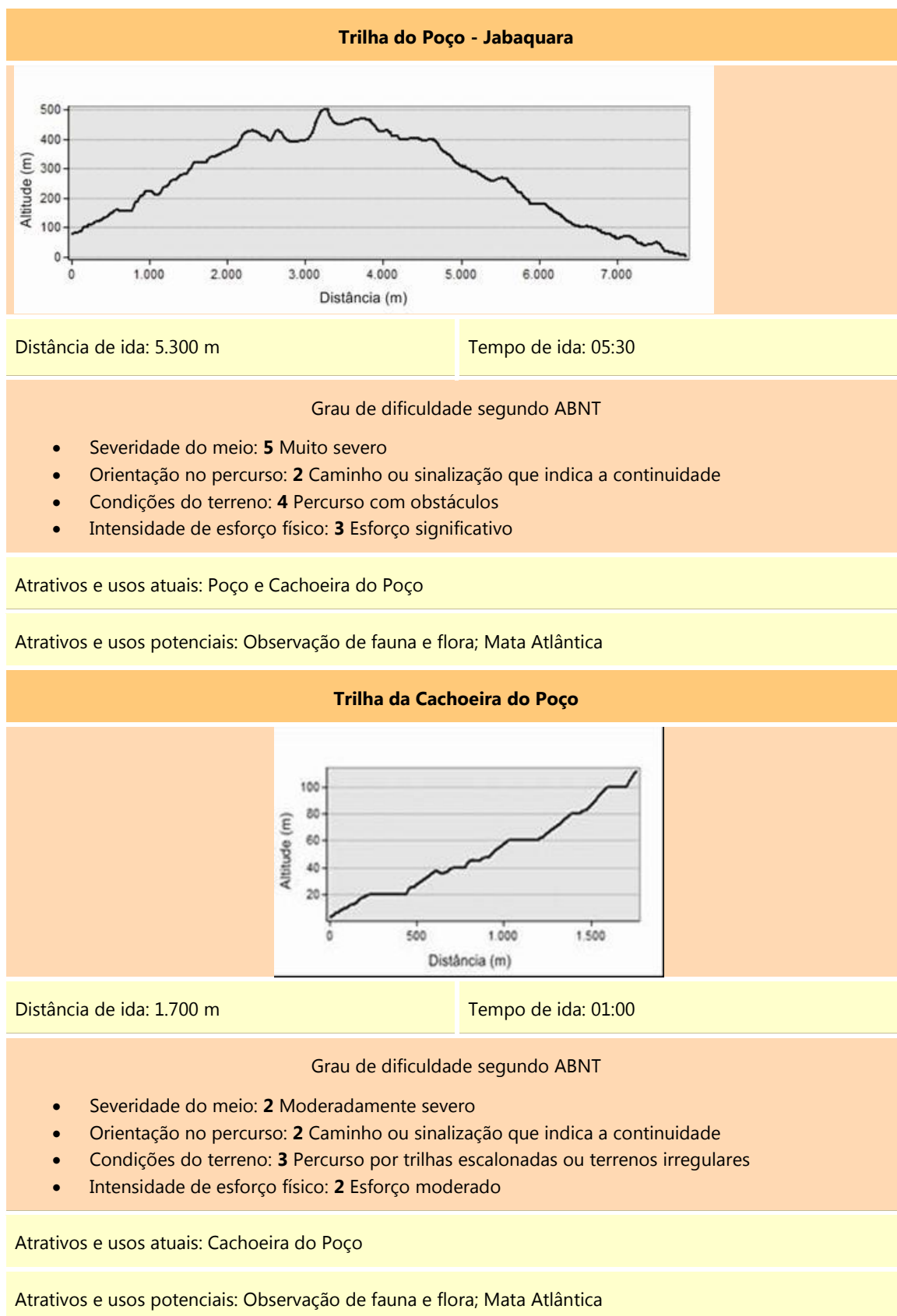
Anexo 164. Informações disponíveis no guia "Roteiros de Mergulho" sobre algumas ilhas do arquipélago de Ilhabela



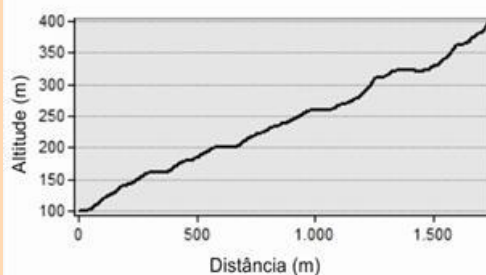
**Informações disponíveis no guia "Roteiros de Mergulho" sobre algumas ilhas do Arquipélago de Ilhabela.**

**A – Ilhas de Búzios e Sumítica. B – Ilha de Vitória, Pescadores e Ilhote das Cabras**

Anexo 165. Resumo das trilhas levantadas no período de campo



### Trilha da Cachoeira da Friagem



Distância de ida: 1.100 m

Tempo de ida: 02:00

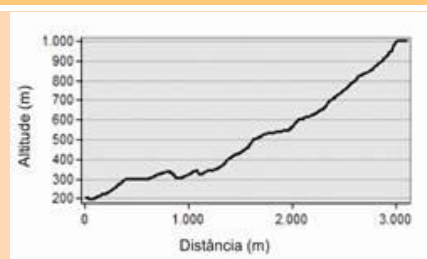
Grau de dificuldade segundo ABNT

- Severidade do meio: **4** Bastante severo
- Orientação no percurso: **3** Exige a identificação de acidentes geográficos e de pontos cardeais
- Condições do terreno: **4** Percurso com obstáculos
- Intensidade de esforço físico: **3** Esforço significativo

Atrativos e usos atuais: Cachoeira da Friagem

Atrativos e usos potenciais: Cachoeira Couro de Boi; Mata Atlântica com rica variação de tipos de vegetação; observação de fauna e flora; histórico-cultural (sistema de abastecimento de água para engenho da Fazenda Siriúba); mirante; interessantes formações rochosas; estudos do meio; pesquisas; educação ambiental

### Trilha do Baepi



Distância de ida: 3.700 m

Tempo de ida: 03:00

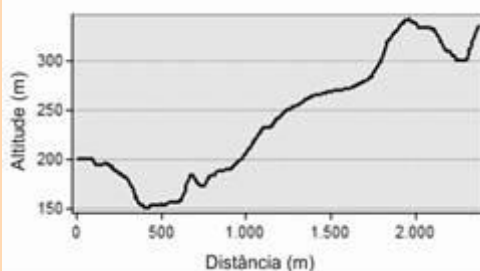
Grau de dificuldade segundo ABNT

- Severidade do meio: **4** Bastante severo
- Orientação no percurso: **1** Caminhos e cruzamentos bem definidos
- Condições do terreno: **3** Percurso por trilhas escalonadas ou terrenos irregulares
- Intensidade de esforço físico: **4** Esforço intenso

Atrativos e usos atuais: Pico do Baepi

Atrativos e usos potenciais: Mirante em patamar mais baixo (primeira área de descanso), biodiversidade na Mata Atlântica

### Trilha do Bananal do Quilombo (ou Trilha da Cachoeira do Bananal)



Distância de ida: 2.400 m

Tempo de ida: 01:30

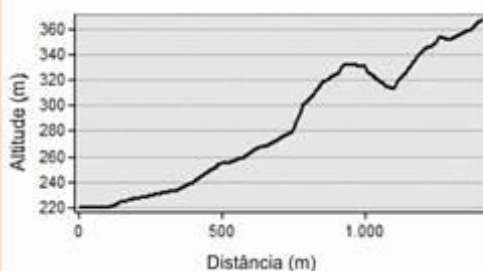
Grau de dificuldade segundo ABNT

- Severidade do meio: **4** Bastante severo
- Orientação no percurso: **4** Exige habilidades de navegação fora do traçado
- Condições do terreno: **3** Percurso por trilhas escalonadas ou terrenos irregulares
- Intensidade de esforço físico: **2** Esforço moderado

Atrativos e usos atuais: Cachoeira do Bananal

Atrativos e usos potenciais: Histórico-cultural, *birdwatching*, biodiversidade na Mata Atlântica

### Trilha da Água Branca



Distância de ida: 2.200 m

Tempo de ida: 01:30

Grau de dificuldade segundo ABNT

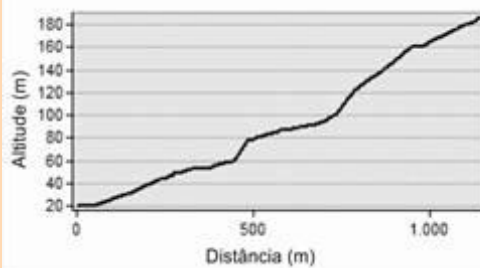
- Severidade do meio: **3** Severo
- Orientação no percurso: **1** Caminhos e cruzamentos bem definidos
- Condições do terreno: **2** Percurso por caminhos sem obstáculos
- Intensidade de esforço físico: **3** Esforço significativo

Atrativos e usos atuais: Poço da Pedra, Poço da Escada, Poço do Jabuti, Poço da Ducha, Poço do Jequitibá, Torre de observação de pássaros, educação e interpretação ambiental

Atrativos e usos potenciais: Setorização de atividades para diferentes públicos, uso de trilha de forma circular, *birdwatching*, biodiversidade na Mata Atlântica

### Trilha da Cachoeira dos Três Tombos ou da Pancada D'Água





Distância de ida: 255 m

Tempo de ida: 00:30

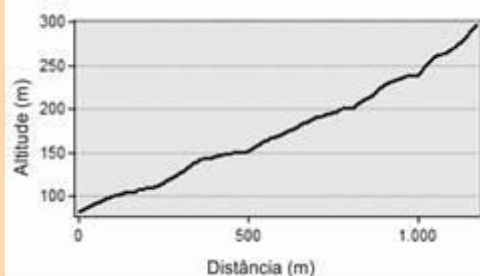
Grau de dificuldade segundo ABNT

- Severidade do meio: **1** Pouco severo
- Orientação no percurso: **1** Caminhos e cruzamentos bem definidos
- Condições do terreno: **2** Percurso por caminhos sem obstáculos
- Intensidade de esforço físico: **1** Pouco esforço

Atrativos e usos atuais: Três cachoeiras e respectivos poços, rapel, banho

Atrativos e usos potenciais: *birdwatching*, biodiversidade na Mata Atlântica

### Trilha da Cachoeira do Veloso



Distância de ida: 2.000

Tempo de ida: 00:40

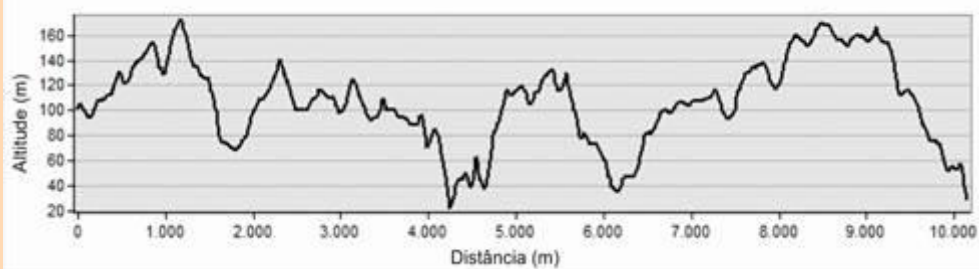
Grau de dificuldade segundo ABNT

- Severidade do meio: **2** Moderadamente severo
- Orientação no percurso: **2** Caminho ou sinalização que indica a continuidade
- Condições do terreno: **2** Percurso por caminhos sem obstáculos
- Intensidade de esforço físico: **2** Esforço moderado

Atrativos e usos atuais: Cachoeira do Veloso

Atrativos e usos potenciais: Histórico-cultural (ruínas de antiga madeireira), *birdwatching*, biodiversidade na Mata Atlântica

### Trilha do Bonete (trecho Sepituba - Bonete)



Distância de ida: 10.000 m

Tempo de ida: 04:00

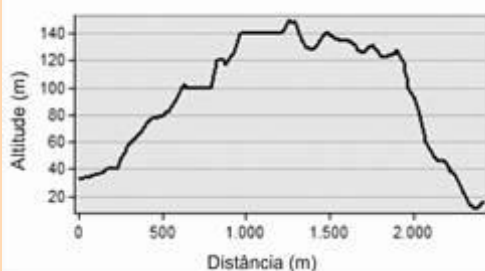
Grau de dificuldade segundo ABNT

- Severidade do meio: **4** Bastante severo
- Orientação no percurso: **1** Caminhos e cruzamentos bem definidos
- Condições do terreno: **3** Percurso por trilhas escalonadas ou terrenos irregulares
- Intensidade de esforço físico: **3** Esforço significativo

Atrativos e usos atuais: Cachoeira da Laje, Cachoeira do Areado, Cachoeira Riscada, Praia do Bonete

Atrativos e usos potenciais: Biodiversidade na Mata Atlântica

### Trilha Bonete - Enxovas



Distância de ida: 2.700 m

Tempo de ida: 01:30

Grau de dificuldade segundo ABNT

- Severidade do meio: **3** Severo
- Orientação no percurso: **1** Caminhos e cruzamentos bem definidos
- Condições do terreno: **3** Percurso por trilhas escalonadas ou terrenos irregulares
- Intensidade de esforço físico: **2** Esforço moderado

Atrativos e usos atuais: Praia do Bonete e Praia de Enxovas

Atrativos e usos potenciais: Biodiversidade na Mata Atlântica

### Trilha Enxovas - Indaiaúba

Imagem indisponível

Distância de ida: 3.000 m

Tempo de ida: 02:00

Grau de dificuldade segundo ABNT

- Severidade do meio: **2** Moderadamente severo
- Orientação no percurso: **1** Caminhos e cruzamentos bem definidos
- Condições do terreno: **3** Percurso por trilhas escalonadas ou terrenos irregulares
- Intensidade de esforço físico: **2** Esforço moderado

Atrativos e usos atuais: Praia de Enxovas e Praia de Indaiaúba

Atrativos e usos potenciais: Biodiversidade na Mata Atlântica

### Trilha Indaiaúba - Vermelha

Imagem indisponível

Distância de ida: 2.800 m

Tempo de ida: 05:00

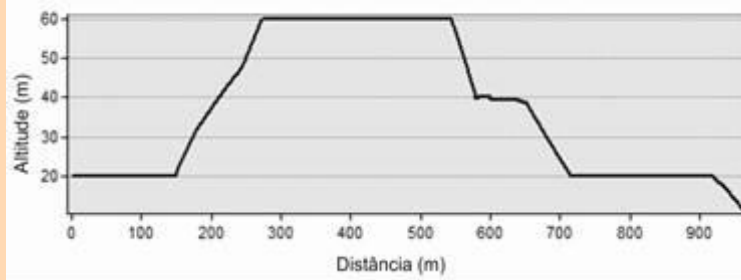
Grau de dificuldade segundo ABNT

- Severidade do meio: **4** Bastante severo
- Orientação no percurso: **4** Exige habilidade de navegação fora do traçado
- Condições do terreno: **3** Percurso por trilhas escalonadas ou terrenos irregulares
- Intensidade de esforço físico: **3** Esforço significativo

Atrativos e usos atuais: Praia de Indaiaúba e Praia Vermelha

Atrativos e usos potenciais: Biodiversidade na Mata Atlântica

### Trilha Vermelha - Mansa



Distância de ida: 500 m

Tempo de ida: 00:30

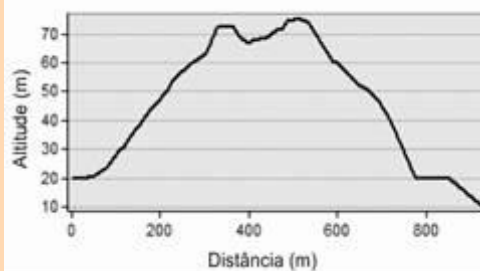
Grau de dificuldade segundo ABNT

- Severidade do meio: **2** Moderadamente severo
- Orientação no percurso: **1** Caminhos e cruzamentos bem definidos
- Condições do terreno: **2** Percurso por caminhos sem obstáculos
- Intensidade de esforço físico: **1** Pouco esforço

Atrativos e usos atuais: Praia Vermelha e Praia Mansa

Atrativos e usos potenciais: Biodiversidade na Mata Atlântica

### Trilha Mansa - Castelhanos



Distância de ida: 800 m

Tempo de ida: 00:30

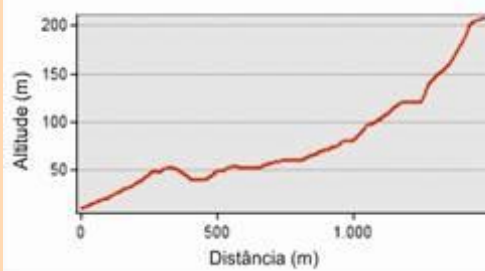
Grau de dificuldade segundo ABNT

- Severidade do meio: **1** Pouco severo
- Orientação no percurso: **1** Caminhos e cruzamentos bem definidos
- Condições do terreno: **2** Percurso por caminhos sem obstáculos
- Intensidade de esforço físico: **1** Pouco esforço

Atrativos e usos atuais: Praia Mansa e Praia de Castelhanos

Atrativos e usos potenciais: Biodiversidade na Mata Atlântica

### Trilha da Cachoeira do Gato



Distância de ida: 2.000 m

Tempo de ida: 01:00

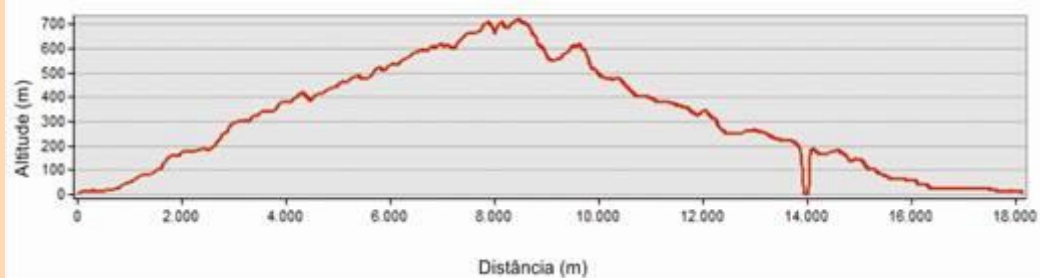
Grau de dificuldade segundo ABNT

- Severidade do meio: **2** Moderadamente severo
- Orientação no percurso: **2** Caminho ou sinalização que indica a continuidade
- Condições do terreno: **2** Percurso por caminhos sem obstáculos
- Intensidade de esforço físico: **1** Pouco esforço

Atrativos e usos atuais: Cachoeira do Gato

Atrativos e usos potenciais: Biodiversidade na Mata Atlântica

### Estrada de Castelhanos



Distância de ida: 22.000 m

Tempo de ida: n/c

Grau de dificuldade segundo ABNT

- Severidade do meio: **3** Severo
- Orientação no percurso: **1** Caminhos e cruzamentos bem definidos
- Condições do terreno: **3** Percurso por trilhas escalonadas ou terrenos irregulares
- Intensidade de esforço físico: **3** Esforço significativo

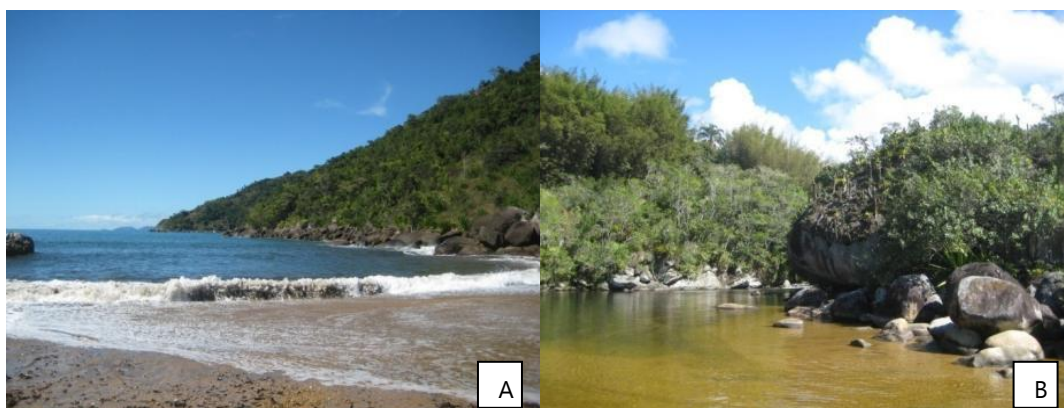
Atrativos e usos atuais: Praia de Castelhanos; caminhada; ciclismo; passeio de jipe

Atrativos e usos potenciais: Mirante; observação de fauna; Mata Atlântica

<sup>1</sup> Tempo: de percurso apenas, sem considerar atividades específicas como recreação, interpretação ambiental, observação de fauna e flora, estudo do meio, fotografia, etc.

<sup>2</sup> Atrativos atuais: citados em relatórios, projetos, materiais de divulgação e entrevistas

Anexo 166. Praia do Poço



Crédito: Yukie Kabashima, ago 2010

**A – Praia do Poço. B – Poço próximo à praia**

Anexo 167. Voçorocas e erosões subterrâneas no percurso da Trilha do Poço



**A e B – Voçorocas e erosões subterrâneas no percurso da Trilha do Poço**



Anexo 168. Cachoeira do Poço



Crédito: Yukie Kabashima, ago 2010

**Cachoeira do Poço**

Anexo 169. Início da Trilha da Friagem



Crédito: Yukie Kabashima, ago 2010

- A – Início da Trilha da Friagem em rua sem saída**
- B – Caminho por muro de condomínio em construção, detalhe de estrutura de aço aparente**

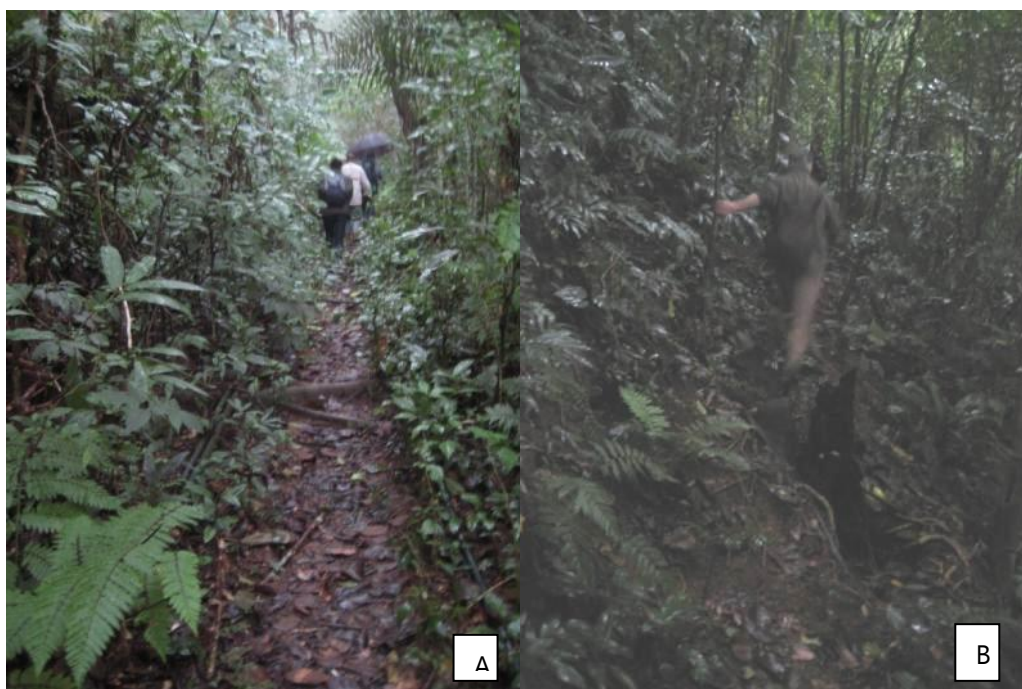
Anexo 170. Cachoeira da Friagem e Cachoeira Couro de Boi



Crédito Yukie Kabashima, ago 2010

**A – Cachoeira da Friagem, difícil visualização devido à mata do entorno. B – Cachoeira Couro de Boi com pouco espaço para acomodação de grupos**

Anexo 171. Trecho de trilha bem definido e parte da trilha com caminho indefinido

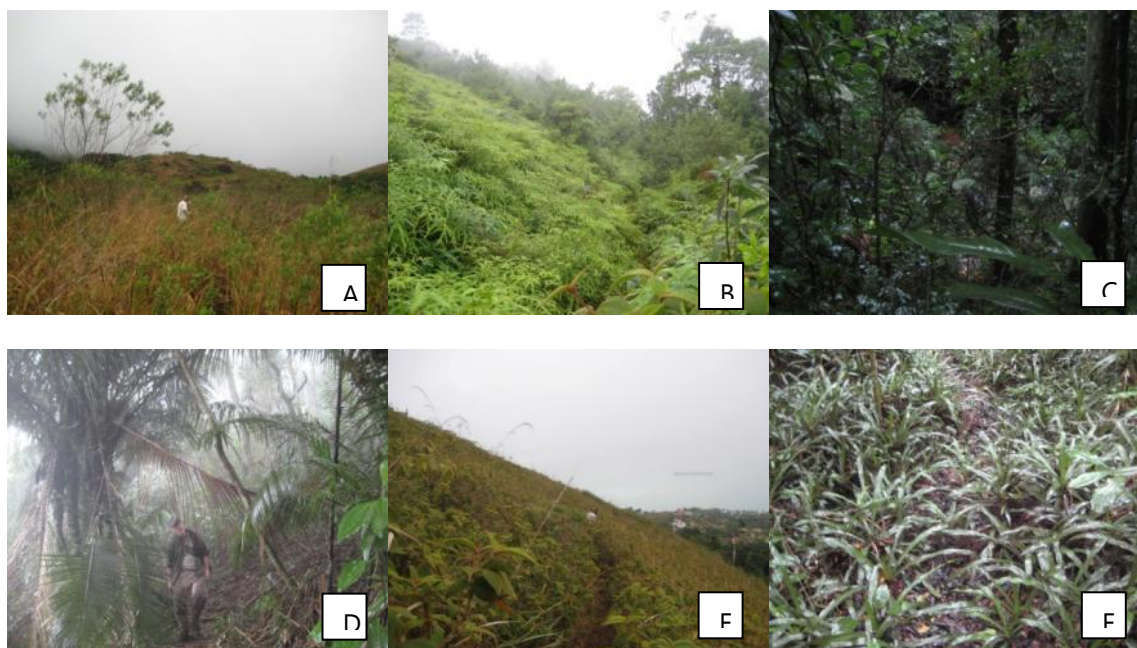


Crédito: Yukie Kabashima, ago 2010

**A – Trecho de trilha bem definido. B – Parte da trilha com caminho indefinido**



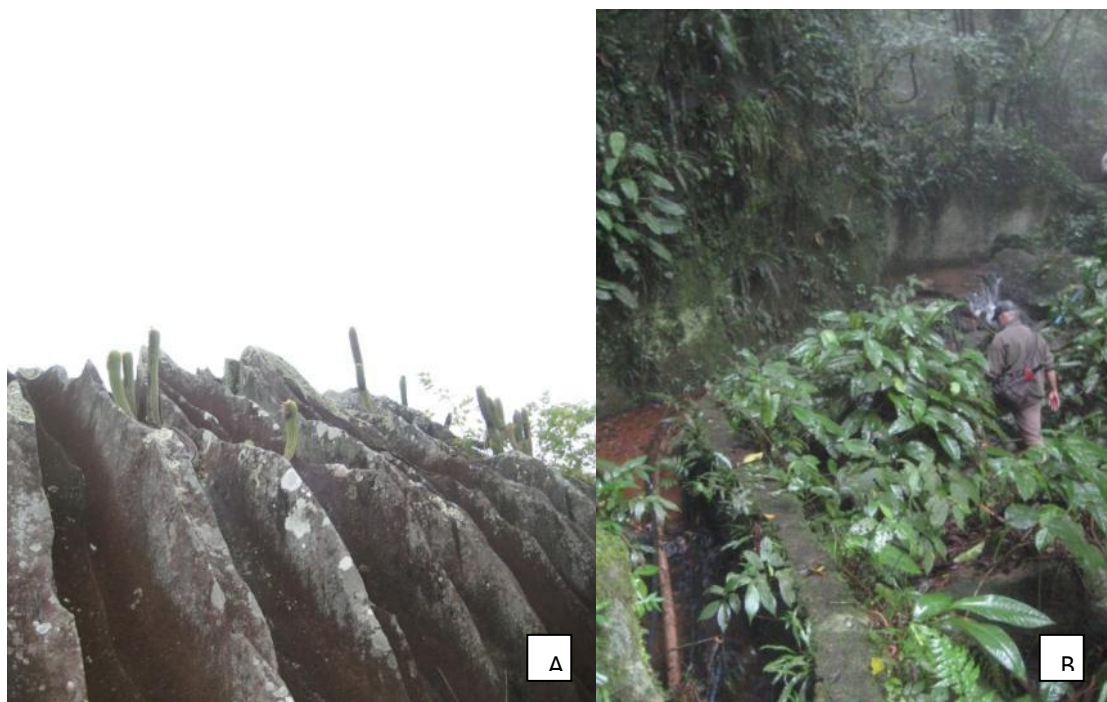
Anexo 172. Variação de paisagem na Trilha da Cachoeira da Friagem



Crédito: Yukie Kabashima, ago 2010

**A, B, C, D, E e F – Variação de paisagem na Trilha da Cachoeira da Friagem**

Anexo 173. Formação rochosa na Trilha da Cachoeira da Friagem e estrutura de abastecimento de água do antigo engenho da Fazenda Siriúba



Crédito: (Yukie Kabashima, ago 2010)

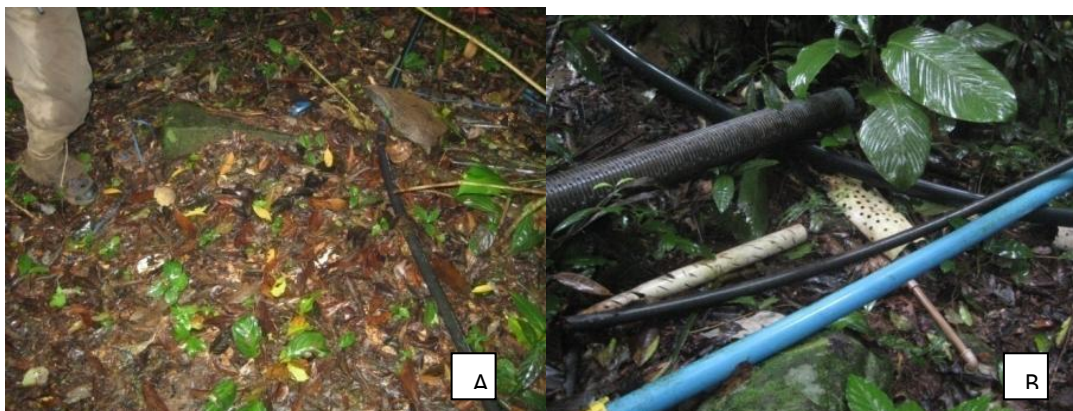
Anexo 174. Mangueiras de captação de água nas cachoeiras do PEIb



Crédito: Yukie Kabashima, ago 2010

**A e B – Mangueiras de captação de água nas cachoeiras do PEIb**

Anexo 175. Fitas de amarração de mangueiras espalhadas e pedaços de mangueiras abandonadas na mata



Crédito: Yukie Kabashima, ago 2010

**A – Fitas de amarração de mangueiras espalhadas**  
**B – Pedaços de mangueiras abandonadas na mata**



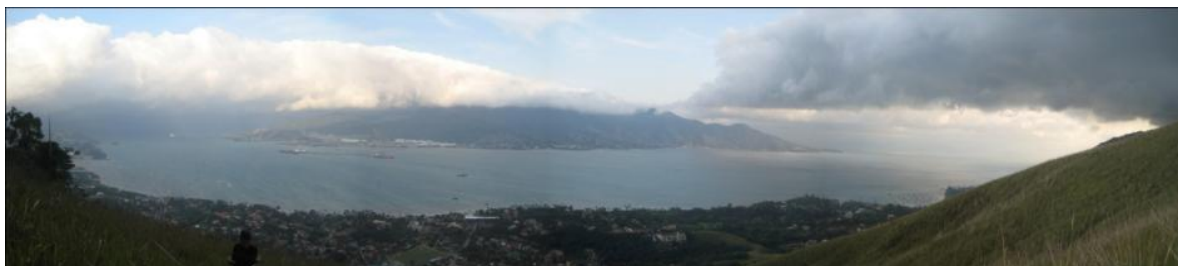
Anexo 176. Declividade acentuada na Trilha do Baepi



Crédito: Yukie Kabashima, ago 2010

**A – Declividade acentuada na Trilha do Baepi. B. Trecho muito escorregadio**

Anexo 177. Mirante no primeiro patamar da Trilha do Baepi



Crédito: Yukie Kabashima, ago 2010

**Mirante no primeiro patamar da Trilha do Baepi**

Anexo 178. Desvio de escada da Trilha do Baepi e Trilha do Bananal do Quilombo



Crédito: Yukie Kabashima, ago 2010

- A – Desvio de escada da Trilha do Baepi**  
**B – Bifurcação para Trilha do Baepi (esquerda) e Trilha do Bananal do Quilombo (direita)**

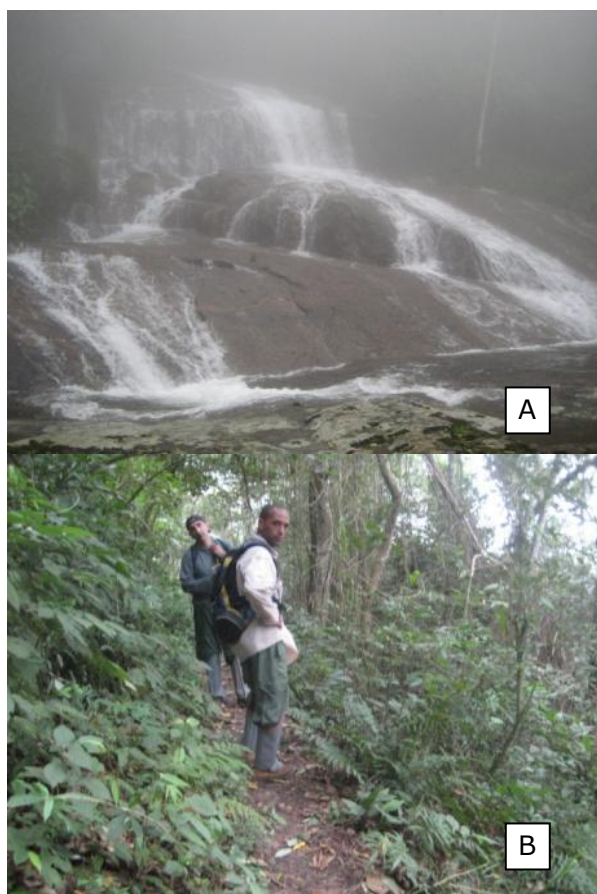
Anexo 179. Inscrições em árvores e em rochas na Trilha do Baepi



Crédito: Yukie Kabashima, ago 2010

**A - Inscrições em árvores e B – Inscrição em rochas na Trilha do Baepi**

Anexo 180. Cachoeira do Bananal



Yukie Kabashima, ago 2010

**A – Cachoeira do Bananal. B – Trecho da Trilha da Cachoeira do Bananal do Quilombo acompanhando curva de nível do terreno**



Anexo 181. Poço da Pedra, Poço da Escada, Poço da Ducha, Poço do Jequitibá e Poço do Jabuti



**A – Poço da Pedra. B – Poço da Escada. C – Poço da Ducha. D – Poço do Jequitibá.  
E – Poço do Joabuti**

Anexo 182. Torre de observação de aves e vista panorâmica da torre na Trilha da Água Branca



Crédito: Yukie Kabashima, ago 2010

**Torre de observação de aves (A) e  
vista panorâmica (B) da torre, na Trilha da Água Branca**

Anexo 183. Avarias em equipamento de lazer infantil



Crédito: Yukie Kabashima, ago 2010

**A – Avarias em equipamento de lazer infantil**  
**B – Ponto de aglomeração bastante degradado, na Trilha da Água Branca**



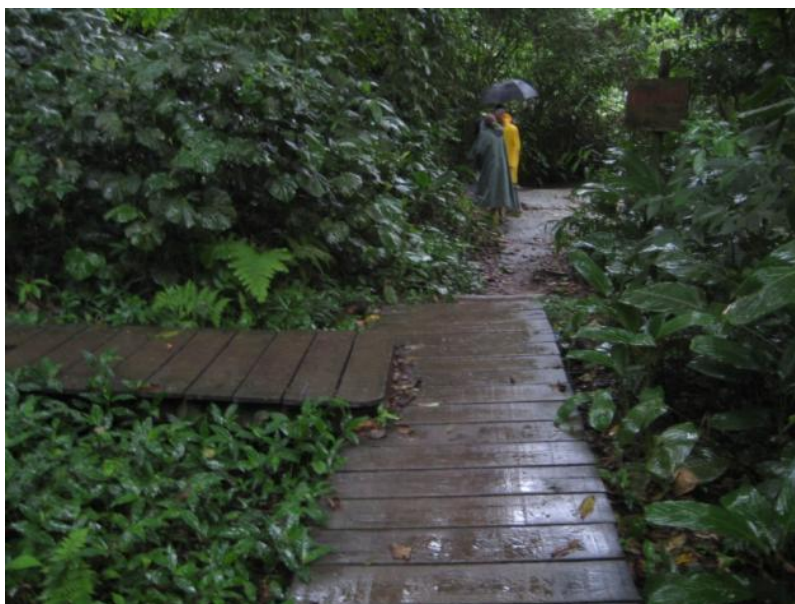
Anexo 184. Poços na Trilha da Cachoeira dos Três Tombos ou Pancada d'Água



Crédito Yukie Kabashima, ago 2010

**A, B e C – Primeiro, segundo e terceiro poços consecutivamente,  
na Trilha da Cachoeira dos Três Tombos ou Pancada D'Água**

Anexo 185. Piso elevado (deck) na trilha da Cachoeira dos Três Tombos



(Yukie Kabashima, ago 2010).

**Piso elevado (deck) na Trilha da Cachoeira dos Três Tombos**

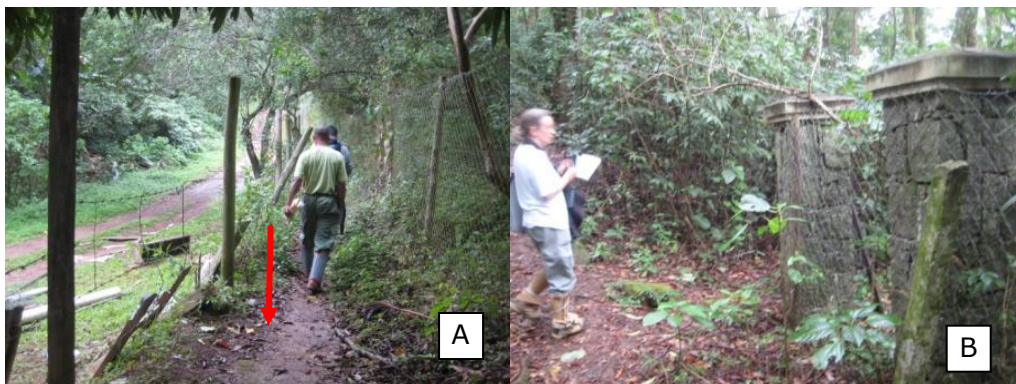
Anexo 186. O piso da trilha em forma de vala, escadas com erosão na Trilha da Cachoeira dos Três Tombos



Crédito: Yukie Kabashima, ago 2010

**A – O piso da trilha em forma de vala por onde passa a água (A) e escadas com erosão (B) na Trilha da Cachoeira dos Três Tombos**

Anexo 187. Início de trilha com corredor de arame farpado e tela e portal de pedra na Trilha da Cachoeira do Veloso



Crédito: Yukie Kabashima, ago 2010

**(A) Início de trilha com corredor de arame farpado em destaque e tela e portal de pedra  
(B) na Trilha da Cachoeira do Veloso**

Anexo 188. Queda e base com poço na Cachoeira do Veloso



Crédito: Yukie Kabashima, ago 2010

**Queda (A) e base com poço (B) na Cachoeira do Veloso**



Anexo 189. Placa com mensagem de acesso permitido apenas para campistas



Crédito: Yukie Kabashima, ago 2010

**Placa com mensagem de acesso permitido apenas para campistas**

Anexo 190. Leitos irregulares com erosão na Trilha do Bonete



Crédito: Yukie Kabashima, ago 2010

**A, B e C – Leitos irregulares com erosão na Trilha do Bonete**

Anexo 191. Cachoeira da Laje e Praia do Bonete



(Yukie Kabashima, ago 2010).

**A – Cachoeira da Laje. B – Praia do Bonete**



Anexo 192. Vista panorâmica de mirante natural



Crédito: Yukie Kabashima, ago 2010

**Vista panorâmica de mirante natural, ao fundo a praia do Bonete**

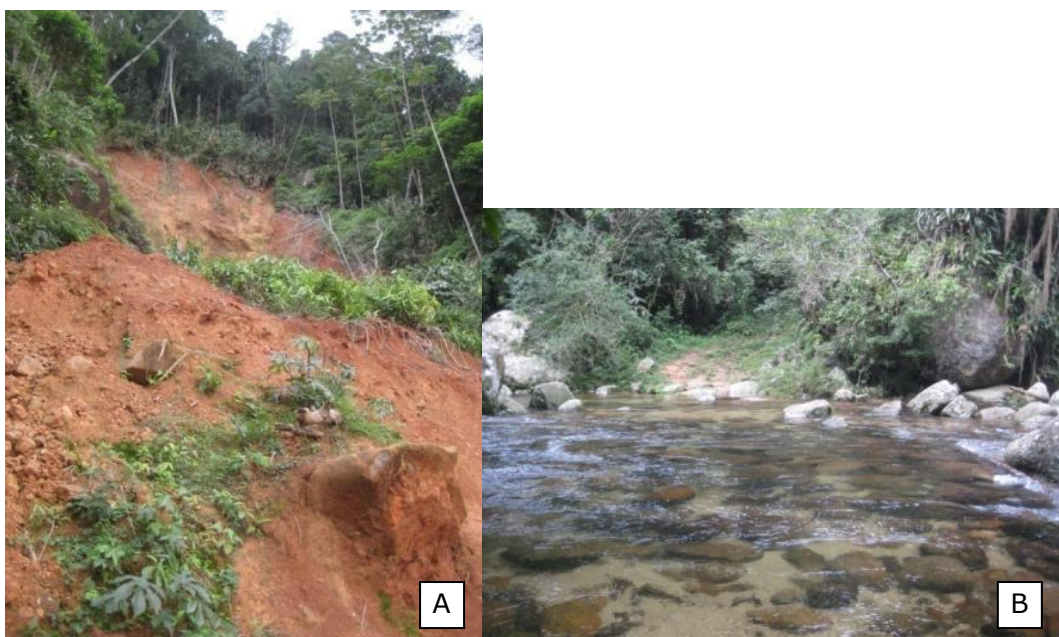
Anexo 193. Capela e cruzeiro na comunidade de Bonete



Crédito: Yukie Kabashima, ago 2010

**A - Capela e B - Cruzeiro na comunidade de Bonete**

Anexo 194. Deslizamento e rio com risco de enchente na Trilha do Bonete



Crédito: Yukie Kabashima, ago 2010

**A - Deslizamento e B - Rio com risco de enchente na Trilha do Bonete**

Anexo 195. Trilha alternativa aberta recentemente na Trilha do Bonete



Crédito: Yuki Kabashima, ago 2010

**Trilha alternativa aberta recentemente na Trilha do Bonete**

Anexo 196. Praia de Enxovas



Crédito: Yukie Kabashima, ago 2010

**Praia de Enxovas**

Anexo 197. Leito com erosão e trecho íngreme na Trilha Bonete – Enxovas



Crédito: Yukie Kabashima, ago 2010

**A - Leito com erosão e B - trecho íngreme na Trilha Bonete – Enxovas**



Anexo 198. Trilha íngreme



Crédito: Yukie Kabashima, ago 2010

**A – Trilha íngreme e B - mudança drástica do leito de trilha com presença de câmeras próxima à praia de Indaiaúba**

Anexo 199. Mirante com vista da Praia de Enxovas e Praia de Indaiaúba



Crédito: Yukie Kabashima, ago 2010

**A – Mirante com vista da praia de Enxovas. B – Praia de Indaiaúba**



Anexo 200. Saída da Praia de Indaiaúba em direção à Praia Vermelha



Crédito: Yukie Kabashima, ago 2010

**A – Saída da praia de Indaiaúba em direção à praia Vermelha. B – Praia Vermelha**

Anexo 201. Marcações em árvores e amarrações de embalagem de alimento em galhos de árvores na Trilha Indaiaúba – Vermelha



Crédito: Yukie Kabashima, ago 2010

**A – Marcações em árvores e B - amarrações de embalagem de alimento em galhos de árvores na Trilha Indaiaúba – Vermelha**

Anexo 202. Praia Mansa



Crédito: Yukie Kabashima, ago 2010

**A – Praia Mansa. B – Miniatura de canoa feita por artesão**

Anexo 203. Trechos íngremes com piso irregular entre a Praia Vermelha e a Praia Mansa



Crédito: Yukie Kabashima, ago 2010

**A e B – Trechos íngremes com piso irregular entre a praia Vermelha e a praia Mansa**

Anexo 204. Praia dos Castelhanos



Crédito: Yukie Kabashima, ago 2010

**Praia dos Castelhanos**

Anexo 205. Piso irregular e erosão na Trilha Mansa – Castelhanos



Crédito: Yukie Kabashima, ago 2010

**A e B – Piso irregular e erosão na Trilha Mansa – Castelhanos**



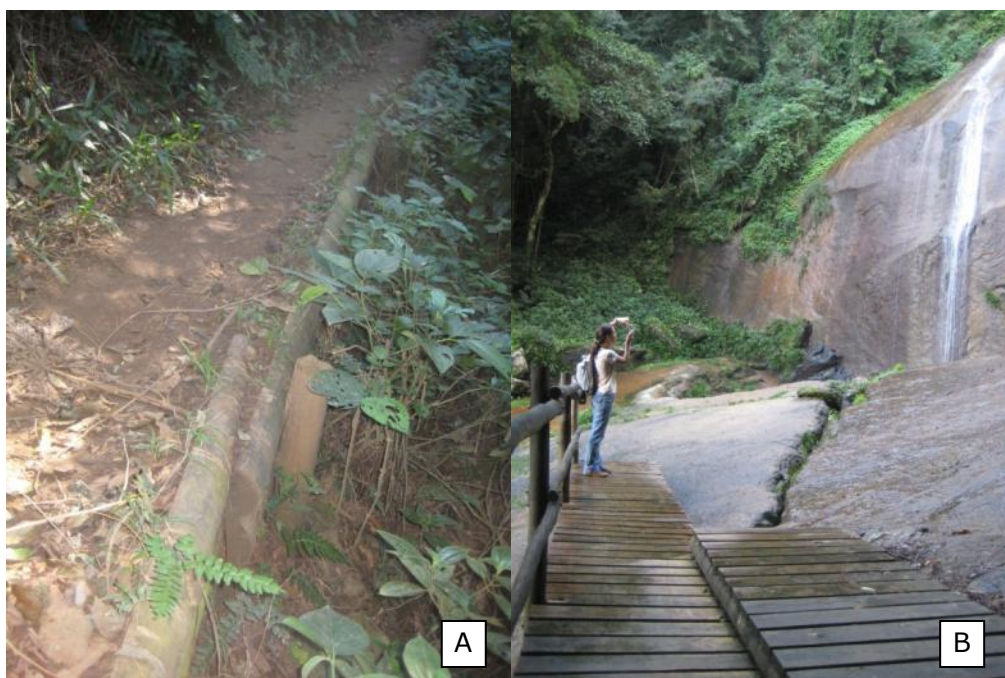
Anexo 206. Bancos em clareira na Trilha da Cachoeira do Gato



Crédito: Yukie Kabashima, jul 2010

**A - Bancos em clareira com B - figueira na Trilha da Cachoeira do Gato**

Anexo 207. Contenção que necessita de manutenção na Trilha da Cachoeira do Gato



Crédito: Yukie Kabashima, jul 2010

- A – Contenção que necessita de manutenção na Trilha da Cachoeira do Gato**
- B – Deck de madeira extremamente escorregadio na base da Cachoeira do Gato**



Anexo 208. Mangueiras de água ao longo da trilha e na ponte pênsil



Crédito: Yukie Kabashima, jul 2010

**Mangueiras de água ao longo da trilha (A) e na ponte pênsil (B). Desvio alargando corredor da trilha (C), causada por vazamento de mangueira (D)**

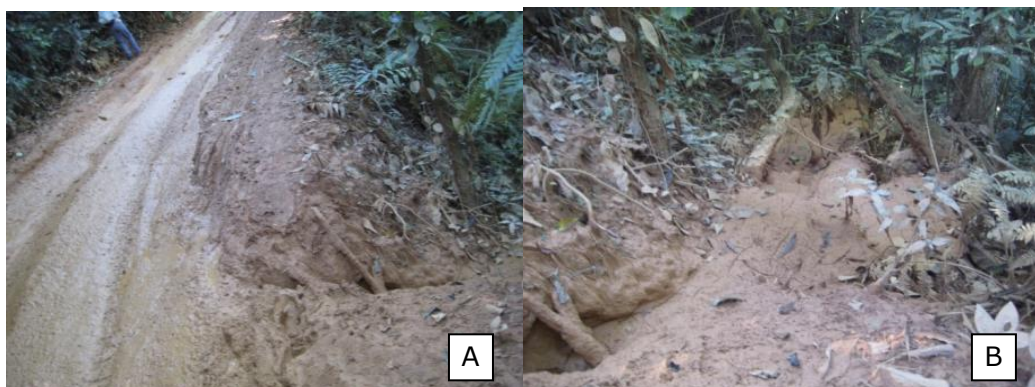
Anexo 209. Intensas erosões na Estrada dos Castelhanos



Crédito: Yukie Kabashima, jul 2010

**A e B – Intensas erosões na Estrada dos Castelhanos**

Anexo 210. Sequência da erosão e do deslocamento de sedimentos da Estrada dos Castelhanos



Crédito: Yukie Kabashima, jul 2010

**A e B – Sequência da erosão e do deslocamento de sedimentos da Estrada dos Castelhanos para dentro da mata**

Anexo 211. Sedimentos da Estrada de Castelhanos



Crédito: Yukie Kabashima, jul 2010

**Sedimentos da Estrada de Castelhanos transportada para dentro da mata**



Anexo212. Descrição básica de trilhas levantadas no período de campo

Trilhas existentes (34)	Trilhas e atrativos totalmente dentro do PEIb (8)	Trilhas e atrativos parcialmente dentro do PEIb (20)	Trilhas e atrativos totalmente fora do PEIb (4)	Trilhas utilizadas pelas Agências e Operadoras de Turismo (13)*	Trilhas levantadas pelo Proj. de Ecotur. na Mata Atlântica (10)	Trilhas levantadas pela equipe do Plano de Manejo (16)	Trilhas do Prog. Trilhas de SP (3)	Trilhas consideradas oficiais para a visitação pelo PEIb (6)	Trilhas com monitoramento do fluxo de visitantes (8)	Trilhas com sinalização e/ou infra-estruturas (10)	Trilhas prioritárias para investimento do Parque (8)**
Poço – Jabaquara		X				X					
Cachoeira do Poço						X					
Cachoeira da Friagem		X			X	X				X	1
Baepi	X			X	X	X	X	X	X	X	6
Bananal do Quilombo		X		X	X	X			X		3
Água Branca	X			X	X	X	X	X	X	X	
Cachoeira dos Três Tombos ou Pancada D'Água				X	X	X		X	X	X	5
Cachoeira do Veloso		X		X	X	X		X	X	X	4
Bonete		X		X	X	X		X	X	X	8
Bonete – Enxovas		X			X	X					7
Enxovas – Indaiaúba		X				X					
Indaiaúba – Vermelha		X				X				X	
Vermelha - Mansa			X			X				X	
Mansa – Castelhanos			X			X					
Cachoeira do Gato		X		X		X	X	X	X	X	
Estrada dos Castelhanos		X		X		X			X	X	

Trilhas existentes (34)	Trilhas e atrativos totalmente dentro do PEIb (8)	Trilhas e atrativos parcialmente dentro do PEIb (20)	Trilhas e atrativos totalmente fora do PEIb (4)	Trilhas utilizadas pelas Agências e Operadoras de Turismo (13)*	Trilhas levantadas pelo Proj. de Ecotur. na Mata Atlântica (10)	Trilhas levantadas pela equipe do Plano de Manejo (16)	Trilhas do Prog. Trilhas de SP (3)	Trilhas consideradas oficiais para a visitação pelo PEIb (6)	Trilhas com monitoramento do fluxo de visitantes (8)	Trilhas com sinalização e/ou infra-estruturas (10)	Trilhas prioritárias para investimento do Parque (8)**
Praia da Fome		X									
Cachoeira da Pacuíba		X									
Morro da Ponta Alta	X										
Pico de São Sebastião	X										
Cabaráú		X									
Pico do Ramalho	X										
Estevão		X									
Ponta do Boi – Saco do Sombrio	X										
Vermelha - Figueira		X									
Atalho I – Est. Castelhanos	X				X						2
Atalho II – Est. Castelhanos	X				X						2
Laje Preta		X		X							
Laje Preta – Eustáquio		X		X							
Eustáquio – Guanxumas			X	X							
Guanxumas – Caveira			X	X							
Caveira – Serraria		X		X							
Farol da Pta		X									

Trilhas existentes (34)	Trilhas e atrativos totalmente dentro do PEIb (8)	Trilhas e atrativos parcialmente dentro do PEIb (20)	Trilhas e atrativos totalmente fora do PEIb (4)	Trilhas utilizadas pelas Agências e Operadoras de Turismo (13)*	Trilhas levantadas pelo Proj. de Ecotur. na Mata Atlântica (10)	Trilhas levantadas pela equipe do Plano de Manejo (16)	Trilhas do Prog. Trilhas de SP (3)	Trilhas consideradas oficiais para a visitação pelo PEIb (6)	Trilhas com monitoramento do fluxo de visitantes (8)	Trilhas com sinalização e/ou infra-estruturas (10)	Trilhas prioritárias para investimento do Parque (8)**
Grossa – Pico do Eixo											
Enxovas – Castelhanos (via Sapopema)		X									

\* Trilhas apontadas pelas agências e operadoras de turismo entrevistadas em agosto de 2010.

\*\* Lista de trilhas prioritárias para investimento feito pela equipe do PEIb. Prioridade por ordem crescente.

**Obs:**

1. Sobre as trilhas e atrativos dentro ou fora do parque, dois itens, Trilha da Cachoeira dos Três Tombos e Trilha da Cachoeira do Poço não foram preenchidos, por necessitar de mais informações, portanto, somando as três colunas o total será menor que o número de trilhas da tabela.
2. Alguns dados não constam por falta de informações até o presente momento.

Anexo 213. Relatório de investimento dos recursos provenientes da TPA – Taxa de Preservação Ambiental

“O direito ao meio ambiente ecologicamente preservado, na sua concepção moderna, é um dos direitos fundamentais do ser humano. Preservar e restabelecer o equilíbrio ecológico em nossos dias é questão de vida ou morte”.

**Valores da TPA**

Veículos	Atual	À partir de jan./2010
Motos	R\$ 2,00	R\$ 2,00
Automóveis	R\$ 2,00	R\$ 5,00
Caminhonetes/Kombis	R\$ 3,00	R\$ 8,00
Vans	R\$ 20,00	R\$ 20,00
Microônibus	R\$ 30,00	R\$ 30,00
Caminhões	R\$ 30,00	R\$ 30,00
Ônibus	R\$ 40,00	R\$ 40,00

\*Os ônibus circulam na cidade somente com autorização da Prefeitura e desde que tragam turistas que ficarão hospedados no município.

**RELATÓRIO DE ARRECADAÇÃO**

SALDO TOTAL ATÉ 31/12 (R\$ 395.076,92)

**JANEIRO 2009**

Arrecadação: R\$ +130.201,75

Total: R\$ 85.201,75

Custeio: R\$ -45.000,00

**FEVEREIRO 2009**

Arrecadação: R\$ +71.170,50

Total: R\$ 29.802,53

Rend. Aplic. Financ.:R\$ +3.632,03

Custeio:R\$ -45.000,00

**MARÇO 2009**

Arrecadação: R\$ +59.682,65

Total: R\$ 19.831,05

Rend. Aplic. Financ.: R\$ +5.148,40

Custeio: R\$ - 45.000,00

**ABRIL 2009**

**O que é a TPA?**

A Taxa de Preservação Ambiental foi criada por meio da lei 547/2007 para proteger, preservar e recuperar o meio ambiente por todo o território municipal devido ao intenso fluxo de veículos que fazem uso da infra-estrutura local. A taxa é cobrada em guichês instalados na saída do município, no sistema de travessia da Dersa. Os valores arrecadados têm como base de cálculo o custo estimado da atividade administrativa em função do impacto ambiental causado pelos veículos em circulação no município.

**Para onde vai o dinheiro da TPA?**

Os valores arrecadados com a TPA são depositados na conta do Fundo Municipal de Meio Ambiente e investidos obrigatoriamente em projetos ambientais, aquisição de veículos para operações integradas ligadas ao meio ambiente, além do custeio do sistema operacional.

**Quem fiscaliza?**

É o Conselho Municipal de Meio Ambiente, formado por representantes do poder público e da sociedade civil organizada. Participe das reuniões, que são abertas ao público!

**Passagem Livre**

Terá passagem livre o veículo que circular entre 0h e 6h da manhã, exceto domingos, feriados e na temporada.

**Quem está isento?**

Somente os veículos com placas de Ilhabela, carros oficiais e ambulâncias.

**Transparência**

A Prefeitura de Ilhabela divulgará mensalmente em seu site oficial ([www.ilhabela.sp.gov.br](http://www.ilhabela.sp.gov.br)) relatório financeiro com as despesas e receitas oriundas da TPA.

**Lançamentos da TPA - Agosto 2009**

Saldo Anterior 31/7/2009 R\$ 870.983,12



Arrecadação: R\$ +97.306,00	Rendimento de aplicação Financeira	30/8/2009	R\$ 5.509,52
Total: R\$ 55.739,12	Arrecadação do Mês	30/8/2009	R\$ 115.831,00
Rend. Aplic. Financ.: R\$ +3.433,12	Pagto da Empresa Operadora (GPTRANS)	27/8/2009	-R\$ 45.000,00
Custeio: R\$ - 45.000,00	SALdo Conciliado		R\$ 947.323,64
<b>MAIO 2009</b>	<b>Lançamentos da TPA - Setembro 2009</b>		
Arrecadação: R\$ +126.405,00	Saldo Anterior	30/8/2009	R\$ 947.323,64
Total: R\$ 85.241,48	Rendimento de aplicação financeira	30/9/2009	R\$ 4.750,34
Rend. Aplic. Financ.: R\$ +3.836,48	Arrecadação do Mês	30/9/2009	R\$ 125.153,00
Custeio: R\$ -45.000,00	Aquisição de containers para coleta de lixo	24/9/2009	-R\$ 76.000,00
<b>JUNHO 2009</b>	Compra de Automóvel (caminhão)	14/9/2009	-R\$ 138.000,00
Arrecadação: R\$ 117.084,08	Compra de Automóvel (2 caminhões)	17/9/2009	-R\$ 189.000,00
Total: R\$ 72.270,72	Pagto da Empresa Operadora (GPTRANS)	22/9/2009	-R\$ 45.000,00
Custeio: R\$ -45.000,00	Despesas com Transbordo de lixo	28/9/2009	-80.512,16
Despesas: R\$ -5.272,00			R\$ 548.714,82
Rend. Apl. Financ.: R\$ 5.458,64	<b>Lançamentos da TPA - Outubro 2009</b>		
<b>JULHO 2009</b>	Saldo Anterior	30/9/2009	548.714,82
Arrecadação: R\$ 132.235,50	Rendimento de aplicação financeira	30/10/2009	3.588,74
Total: R\$ 71.751,50	Arrecadação do mês	30/10/2009	137.230,00
Custeio: R\$ -45.000,00	Despesas com Transbordo de lixo	29/10/2009	-85.820,91
Compra de Automóvel: R\$ - 21.754,00	Pagto da empresa operadora (GPTRANS)	22/10/2009	-45.000,00
Rend. Apl. Financ.: R\$ 6.270,00			558.712,65
	<b>Lançamentos da TPA - Novembro 2009</b>		
	Saldo Anterior	30/10/2009	558.712,65
	Rendimentos do mês	30/11/2009	3.623,96
	Arrecadação do mês	30/11/2009	160.056,00
	Despesas com transbordo de lixo	24/11/2009	-81.872,31
	Pagto da empresa operadora GPTRANS	29/11/2009	-45.000,00
			595.520,30
	<b>Lançamentos da TPA - Dezembro 2009</b>		
	Saldo Anterior	30/11/2009	595.520,30
	Rendimento do mês	31/12/2009	3.965,79
	Arrecadação do mês	31/12/2009	157.962,00
	Despesas com transbordo de lixo	16/12/2009	-149.438,15
	Pagto da empresa operadora GPTRANS	29/12/2009	-45.000,00
	Conserto e reforma do trator esteira D-6	24/12/2009	-109.009,78
			454.000,16
	<b>Lançamentos da TPA - Janeiro 2010</b>		
	Saldo Anterior	31/12/2009	454.000,16
	Rendimentos do mês	31/1/2010	2.961,20

Arrecadação do mês	31/1/2010	365.120,00
Despesas com transbordo de lixo	13/1/2010	-143.081,56
Pagto da empresa operadora GPTRANS	15/1/2010	-45.000,00
Aquisição de triturador de galhos	15/1/2010	-79.000,00
Reparos na máquina carregadeira	18/1/2010	-6.664,00
		548.335,80
<b>Lançamentos da TPA - Fevereiro 2010</b>		
Saldo Anterior		548.335,80
Rendimentos do mês	28/02/2010	1.218,18
Arrecadação do mês	28/02/2010	258.297,00
Despesas com transbordo de lixo	04/02/2010	-151.211,80
Pagto da empresa operadora GPTRANS	04/02/2010	-45.000,00
SERRAT COM(Banheiros químicos monitores trilha)	17/02/2010	-7.650,00
REGEA GEOLOGIA (Empresa especializada em coleta e analize de águas superficiais, visando a investigação de passivo na área aterro.	17/02/2010	-11.888,50
Pagamento monitores	03/02/2010	-6.738,82
<b>Lançamentos da TPA - Março 2010</b>		
Saldo Anterior		585.361,86
Rendimentos do mês	31/03/2010	1.747,54
Arrecadação do mês	31/03/2010	230.141,50
Despesas com transbordo de lixo	12/03/2010	-101.126,96
Pagto da empresa operadora GPTRANS	11/03/2010	-45.000,00
REGEA GEOLOGIA (Empresa especializada em coleta e analize de águas superficiais, visando a investigação de passivo na área aterro.	10/03/2010	-53.111,50
Pagamento monitores	05/03/2010	-5.765,40
Pagamento M.G FRAN. confecção folhetos informativos sobre TPA	22/03/2010	-0.885,75
Saldo	31/03/2010	610.361,29
<b>Lançamentos da TPA - Abril 2010</b>		
Saldo Anterior		610.361,29
Rendimentos do mês	30/04/2010	1.486,16
Arrecadação do mês	30/04/2010	192.186,00
Despesas com transbordo de lixo(SARPI)(PERALTA)	09/04/2010	-280.617,63*
Pagto da empresa operadora GPTRANS	26/04/2010	-45.000,00
Pagamento associação elementos da natureza	07/04/2010	-3.000,00
Saldo	30/04/2010	475.415,82
*O total corresponde a soma dos valores excedentes dos meses de janeiro, fevereiro e março, quando o volume de lixo aumenta por conta da temporada, pagos juntamente com a despesa do transbordo do mês de abril de 2010.		

Fonte: Secretaria de Turismo e Fomento, 2010

## Anexo 214. Levantamento mensal da utilização das trilhas do PEIb por agências e receptivos



Levantamento mensal da utilização das trilhas PEIb por agências receptivos.

AGENCIA:				
Trilha:	Data	Nº pax	Tipo de atividade	Perfil do grupo

Anexo 215. Pesquisa de satisfação do Programa Trilhas de São Paulo

PROGRAMA TRILHAS DE SÃO PAULO  
PESQUISA DE SATISFAÇÃO



Unidade de Conservação _____ Núcleo _____ Data ____/____/____ Município de origem _____ UF _____ Idade _____ Sexo ( ) masculino ( ) feminino	9- Em sua opinião, quais são os pontos fortes e fracos desta UC? Pontos Fortes _____ Pontos Fracos _____ 9 – Visitaria a UC novamente: ( ) Sim ( ) Não																																																																																										
1. Qual tipo de grupo o (s) acompanha? ( ) Nenhum grupo me acompanha, estou sozinho (a). ( ) Casal ( ) Família com criança(s) ( ) Família sem criança (a) ( ) Grupo de Amigos ( ) Escorção ( ) Colegas de trabalho ou escola 2. Número de pessoas no grupo _____ 3. Qual o motivo principal de viagem para essa UC? ( ) Lazer ( ) Eventos. Qual? _____ ( ) Pesquisas ( ) Negócios ( ) Outros _____ 4. De que forma tomou conhecimento dessa UC? ( ) Já havia visitado antes ( ) Informações de amigos ou parentes ( ) Internet. Quais sites? _____ ( ) Revistas e jornais. Quais? _____ ( ) Material informativo da Secretaria do Meio Ambiente ( ) Agência de Turismo. Qual? _____ 5. Quantos dias duraram sua viagem para essa UC? _____ 6. Que atividade realizou/prende realizar durante sua visita? ( ) Visita a centro de visitantes ( ) Caminhada em trilhas ( ) Atividades esportivas ( ) Banho de rio/ Cachoeira	PROGRAMA TRILHAS DE SÃO PAULO 10. Já ouviu falar do Programa Trilhas de São Paulo? ( ) Nunca ouvi falar ( ) Já ouvi falar, mas não sei do que se trata. ( ) Já ouvi falar e sei o que é o Programa 11. Como tomou conhecimento do Programa Trilhas de São Paulo? ( ) Amigos ou parentes ( ) Site do Programa Trilhas de São Paulo ( ) Outro site de Internet. Qual? _____ ( ) Neste parque ( ) Em outro parque visitado ( ) Folder do Programa e/ou da Secretaria do Meio Ambiente ( ) Reportagens em revistas / jornais ( ) Agências de turismo ( ) Outros. Quais? _____ 12. Possui o Passaporte Trilhas de São Paulo? ( ) Sim ( ) Não 13. fez alguma trilha do Programa Trilhas de São Paulo nesta visita ao parque? ( ) Sim. Quais? _____ ( ) Não. Por quê? _____ 14. Qual é a sua opinião sobre o Programa Trilhas de São Paulo?																																																																																										
7. Qual é a sua avaliação sobre cada um dos elementos da UC?	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse; text-align: center;"> <thead> <tr> <th style="width: 20%;"></th> <th style="width: 10%;">ÓTIMO</th> <th style="width: 10%;">BOM</th> <th style="width: 10%;">RUIM</th> <th style="width: 10%;">PÉSSIMO</th> <th style="width: 10%;">NÃO SE APLICA</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>a. Centro de Visitantes</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>b. Recepção e estacionamento</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>c. Nível de interesse dos atrativos Naturais ( trilhas, cachoeiras e etc.)</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>d. Nível de interesse dos atrativos Históricos – Naturais</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>e. Estado de Conservação dos Atrativos Naturais</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>f. Estado de Conservação dos Atrativos Culturais</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>g. Monitoria Ambiental</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>h. Sinalização Interna do UC</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>i. Serviços de alimentos</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>j. Sanitários</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>k. Limpeza</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>l. Segurança de acidentes</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>m. Divulgação</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>n. Acesso ao Parque</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> </tbody> </table>		ÓTIMO	BOM	RUIM	PÉSSIMO	NÃO SE APLICA	a. Centro de Visitantes						b. Recepção e estacionamento						c. Nível de interesse dos atrativos Naturais ( trilhas, cachoeiras e etc.)						d. Nível de interesse dos atrativos Históricos – Naturais						e. Estado de Conservação dos Atrativos Naturais						f. Estado de Conservação dos Atrativos Culturais						g. Monitoria Ambiental						h. Sinalização Interna do UC						i. Serviços de alimentos						j. Sanitários						k. Limpeza						l. Segurança de acidentes						m. Divulgação						n. Acesso ao Parque					
	ÓTIMO	BOM	RUIM	PÉSSIMO	NÃO SE APLICA																																																																																						
a. Centro de Visitantes																																																																																											
b. Recepção e estacionamento																																																																																											
c. Nível de interesse dos atrativos Naturais ( trilhas, cachoeiras e etc.)																																																																																											
d. Nível de interesse dos atrativos Históricos – Naturais																																																																																											
e. Estado de Conservação dos Atrativos Naturais																																																																																											
f. Estado de Conservação dos Atrativos Culturais																																																																																											
g. Monitoria Ambiental																																																																																											
h. Sinalização Interna do UC																																																																																											
i. Serviços de alimentos																																																																																											
j. Sanitários																																																																																											
k. Limpeza																																																																																											
l. Segurança de acidentes																																																																																											
m. Divulgação																																																																																											
n. Acesso ao Parque																																																																																											
Críticas / Sugestões: _____																																																																																											
Você gostaria de receber mais informações sobre o Programa Trilhas de São Paulo: ( ) Sim ( ) Não E-mail: _____																																																																																											



Assete nosso site: [www.trilhasdesaopaulo.sp.gov.br](http://www.trilhasdesaopaulo.sp.gov.br)

SECRETARIA DO  
MEIO AMBIENTE



**FUNDAÇÃO**  
para a Conservação  
e a Proteção do  
**FLORESTAL**  
Associação de Conservação de Mata Atlântica

**PARQUE ESTADUAL DE ILHABELA**  
**CONTROLE DE VISITAÇÃO NA ESTRADA DOS CASTELHANOS**

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Horário de saída: \_\_\_\_\_

Horário previsto para retorno: \_\_\_\_\_

Nome da  
Empresa: \_\_\_\_\_

Telefone de contato: \_\_\_\_\_

Nome do  
Condutor: \_\_\_\_\_

Placa do  
Veículo: \_\_\_\_\_

Número de passageiros: \_\_\_\_\_

Por favor, recorte na linha traçada e entregue ao vigilante na Guarita

---

Número de passageiros que fizeram a Trilha da Cachoeira do Gato: \_\_\_\_\_

Condutor/ agência: \_\_\_\_\_

Data: / /

**Obrigado pela colaboração!**

Anexo 217. Ficha de agendamento para acompanhamento nas trilhas do PEIb



AGENDAMENTO PARA ACOMPANHAMENTO NAS TRILHAS PEIB

Nome:	Cidade:
Email:	Telefone:
Nº de pessoas	Data p/ monitoria:
Possui passaporte?	Data da Ligação:
O acompanhamento foi realizado?	Data:
Caso não, qual foi o motivo?	

Nome:	Cidade:
Email:	Telefone:
Nº de pessoas	Data p/ monitoria:
Possui passaporte?	Data da Ligação:
O acompanhamento foi realizado?	Data:
Caso não, qual foi o motivo?	

Nome:	Cidade:
Email:	Telefone:
Nº de pessoas	Data p/ monitoria:
Possui passaporte?	Data da Ligação:
O acompanhamento foi realizado?	Data:
Caso não, qual foi o motivo?	

Nome:	Cidade:
Email:	Telefone:
Nº de pessoas	Data p/ monitoria:
Possui passaporte?	Data da Ligação:
O acompanhamento foi realizado?	Data:
Caso não, qual foi o motivo?	





Anexo 219. Estacas preparadas para o monitoramento das trilhas e estaca instalada na Trilha da Cachoeira do Veloso



**A – Estacas preparadas para o monitoramento das trilhas; e B – Estaca de monitoramento instalada na Trilha da Cachoeira do Veloso**





Anexo 220. Exemplos de mapas com os limites do PEIb desenhados pelos entrevistados pertencentes à categorias diferenciadas citadas abaixo



**Operadoras, Agências,  
Receptivo, e Associações  
ligadas ao Turismo**

**ONGs, Associações e  
outras entidades da  
Sociedade Civil**

**Poder Público e Espaços  
Colegidos**

**A – Contatos das Unidades Escolares de Ilhabela.**

<b>CONTATOS COORDENAÇÕES</b>	
<b>Secretaria Municipal de Educação</b>	
Direção/Gestão	Lídia Lúcia Sarmiento de Lima
End.	Av. São João, 277 – Perequê – Ilhabela – SP Cep 11.630-000
Fone	3896-2250
E-mail	gabinete@ilhaedic.ibl.com.br
<b>Diretoria Regional De Ensino de Caraguatatuba</b>	
Dirigente	Edna Paula Roma Teixeira
End.	Av. Princesa Isabel, 2424 – Barra Velha – Ilhabela - SP Av. Alagoas, 539 – Bº Indaiá - Caraguatatuba – SP CEP: 11665-160
Fone	3882 4488 – Fax: 3882 4504
E-mail	decaraguatatubagab@gmail.com
<b>CONTATOS CRECHES</b>	
<b>1. Associação Creche de Ilhabela</b>	
Direção/Gestão	Manoel Alves Coelho Neto
End.	End.: Av. Princesa Isabel 1104 – Perequê - Ilhabela – SP
Fone	3896-1151
<b>2. Creche Terezinha de Jesus Ferreira</b>	
Direção/Gestão	
End.	Rua Gerson Peres de Araújo, 363 – Barra velha
Fone	3895-8576
<b>3. Creche Renato Maldonado</b>	
Direção/Gestão	Maria Aparecida Roman
End.	Rua Jacob Eduardo Toedlit, 272 – Itaquanduba - Ilhabela – SP
Fone	3896-3024
<b>CONTATOS ESCOLAS MUNICIPAIS URBANAS</b>	
<b>1. E.E. Prof.<sup>a</sup> Anna Leite Julião Torres (Municipalizada)</b>	
Direção/Gestão	Maria da Conceição D. Santos
End.	Rua Benedito Leite da Silva Junior, nº201 – Bexiga
Fone	3894-1123/1775
<b>2. E.M. Dercy de Andrade de Castro</b>	
Direção/Gestão	Marilena Squizato de Souza
End.	Av. Riachuelo, nº 3947 – Portinho
Fone	3894-8718
<b>3. E.M. Eva Esperança Silva (Municipalizada)</b>	
Direção/Gestão	Maria Conceição F. dos Santos
End.	Rua Angelina Pinto de Oliveira, nº 409 – Água Branca
Fone	3896-3067/0231
<b>4. E.M. Prof. Eurípedes da Silva Ferreira</b>	
Direção/Gestão	Valdirene Ap. da S. Dionísio
End.	Rua Bahia, nº 205 – Barra Velha
Fone	3895-1100
<b>5. E.M. Professora. Iracema França Lopes Corrêa – Educ. Infantil</b>	
Direção/Gestão	Tânia Yabú Ferreira Maia Vieira
End.	Rua Angelina Pinto de Oliveira, nº 305 – Água Branca
Fone	
<b>6. E.M. Profº. José Antonio Verzegnassi</b>	
Direção/Gestão	Maria Terezinha Dias Souza
End	Rua Angelina Pinto de Oliveira, nº 305 – Água Branca
Fone	3896-5514
<b>7. E.M. Profª José Benedito de Moraes</b>	
Direção/Gestão	
End	
Fone	

<b>8. E.M. Prof. Leonardo Reale</b>	
Direção/Gestão	Yeda Cristina Seno Lopes
End	Av. Leonardo Reale, nº 4.080 – Armação
Fone	3896-3081
<b>9. E.M. Profª Maria Thereza de Freitas Vidal</b>	
Direção/Gestão	
End	
Fone	
<b>10. E.M. Profª. Mércia do Nascimento Dias</b>	
Direção/Gestão	Ana Paula dos Santos Silva
End	Rua Ubatuba, nº 280 – Saco da Capela
Fone	3896-2698
<b>11. E.M. Profª. Ophélia Reale Montanhesi</b>	
Direção/Gestão	Maria Salinas Santos Abreu
End	Rua Olimpio José dos Santos, nº 395 – Itaquaduba
Fone	3896-6393
<b>12. E.M. Dra. Ruth Cardoso</b>	
Direção/Gestão	Vilma Barreto dos Santos Souza
End	Rua Gerson Peres de Araujo, nº 331 – Barra Velha
Fone	38957182
<b>13. E.M. Dr. Salvador Arena</b>	
Direção/Gestão	Laurelena Penha Garcia
End	Rua Benedito Mariano Leite, nº 725- Barra Velha
Fone	3896-8755
<b>14. E.M. Dr. Salvador Arena – Educ.Infantil</b>	
Direção/Gestão	Maria Rosa SImoes Silva
End	Rua Benedito M. Leite, nº 735 – Barra Velha
Fone	3895-8143
<b>15. E.M. Sebastião Leite da Silva – Educ. Infantil</b>	
Direção/Gestão	Josete Oliveira Santana
End	Rua João Leite dos Santos, nº 333 – Bexiga
Fone	3894-9372
<b>16. E.M. Profª. Severina Barbosa de Faria – Educ. Infantil</b>	
Direção/Gestão	Maria Estela de Carvalho
End	Av.dos Bandeirantes, nº 446 – Itaguaçu
Fone	3896-2699
<b>17. E.M. Waldemar Belisário (Municipalizada)</b>	
Direção/Gestão	Maria Marlene Gomes Mazini
End	Rua José Joaquim da Silva, nº 02 – Itaguaçu
Fone	3896-2477/3896 2719
<b>CONTATOS ESCOLAS MUNICIPAIS – COMUNIDADES TRADICIONAIS</b>	
<b>1. E.M. Antonio Honório dos Santos</b>	
Prof.	José Luiz F. de Carvalho
<b>2. E.M. Bairro de Serraria</b>	
Prof.	Cristina Maria Teixeira
<b>3. E.M. Profº João Antonio César</b>	
Prof.	
<b>4. E.M. Ilha de Búzios – Guanxumas</b>	
Prof.	Carla dos Santos Brito
<b>5. E.M. Ilha de Vitória</b>	
Prof.	Edna Rosa de Lima Faria
<b>6. E.M. Porto do Meio</b>	
Prof.	Neide Maria de Souza
<b>7. E.M. Praia da Fome</b>	
Prof.	Adriano Leite da Silva
<b>8. E.M. Praia dos Castelhanos</b>	
Prof.	Ana Maria Pinto de Oliveira
<b>CONTATOS ESCOLAS ESTADUAIS</b>	

<b>1. E.E. Dr. Gabriel Ribeiro dos Santos</b>	
Direção/Gestão	Coord. Maria Deusani de Souza Pacheco
End	Rua Santa Tereza, nº 174 – Centro
Fone	12 3896-1190
Email	de.usa.dailha@hotmail.com
<b>2. E.E. Profª Maria Gemma de Souza Oliveira</b>	
Direção/Gestão	Coord Luciane Duarte Novaes
End	Av. Professor Malaquias de Oliveira Freitas, nº 461 – Barra Velha
Fone	12 3895-8485
Email	lu_duarte33@hotmail.com
<b>CONTATOS ESCOLAS PARTICULARES</b>	
<b>1. Colégio ACEI – Anglo Ilhabela - Associação Cultural e Educacional de Ilhabela</b>	
Direção/Gestão	Ana Cristina Perrone Fernandes
End	Rua do Quilombo, nº 28 – Perequê
Fone	12 3896-1709/12 3896-1172
Email	direcao@acei.com.br
<b>2. Colégio Objetivo</b>	
Direção/Gestão	Coord. Sandra Regina Salinas
End	Rua Gerson Peres de Araújo, 144 Barra Velha
Fone	12 3895-1500/8600
Email	sandra@iess.edu.br
<b>3. Colégio São João</b>	
Direção/Gestão	Coord Cassia Aparecida de Castro
End	Av. São João, 383
Fone	12 3896-1138
Email	cadedate@hotmail.com

FONTE: Secretaria Municipal de Educação.

## B – Quantidade de Estudantes por Unidade Escolar e Nível de Ensino.

<b>ESCOLAS MUNICIPAIS URBANAS</b>	<b>INFANTIL</b>	<b>FUND I</b>	<b>FUND II</b>	<b>EM</b>	<b>EJA</b>	<b>TOTAL</b>
E.E. Profª Anna Leite Julião Torres	0	0	269	0	0	269
E.M. Dercy de Andrade de Castro	11	90	0	0	0	101
E.M. Eva Esperança Silva	0	0	585	0	0	585
E.M. Pref. Eurípedes da Silva Ferreira	0	294	0	0	147	441
E.M. Profª. Iracema França Lopes Corrêa – Educ. Infantil	170	0	0	0	0	170
E.M. Profº. José Antonio Verzegnassi	0	331	0	0	0	331
E.M. Profª José Benedito de Moraes	64	242	0	0	0	306
E.M. Pref. Leonardo Reale	62	130	0	0	0	192
E.M. Profª Maria Thereza de Freitas Vidal	37	104	0	0	0	141
E.M. Profª. Mércia do Nascimento Dias	0	207	107	0	0	314
E.M. Profª. Ophélia Reale Montanhesi	0	289	0	0	0	289
E.M. Dra. Ruth Cardoso	0	0	523	0	200	723
E.M. Dr. Salvador Arena	0	523	0	0	0	523
E.M. Dr. Salvador Arena – Educ. Infantil	164	0	0	0	0	164
E.M. Sebastião Leite da Silva – Educ. Infantil	87	17	0	0	0	104
E.M. Profª. Severina Barbosa de Faria – Educ. Infantil	111	0	0	0	0	111
E.M. Waldemar Belisário	0	0	432	0	0	432
<b>TOTAL PARCIAL (URBANAS)</b>	<b>706</b>	<b>2227</b>	<b>1916</b>	<b>0</b>	<b>347</b>	<b>5196</b>
<b>ESCOLAS MUNICIPAIS COMUNIDADES TRADICIONAIS</b>	<b>INFANTIL</b>	<b>FUND I</b>	<b>FUND II</b>	<b>EM</b>	<b>EJA</b>	<b>TOTAL</b>
E.M. Antonio Honório dos Santos	5	26	0	0	0	31
E.M. Bairro de Serraria	0	8	0	0	0	8
E.M. Profº João Antonio César	0	14	0	0	0	14
E.M. Ilha de Búzios – Guanxumas	0	2	0	0	0	2
E.M. Ilha de Vitória	0	1	0	0	0	1
E.M. Porto do Meio	0	10	0	0	0	10
E.M. Praia da Fome	0	3	0	0	0	3
E.M. Praia dos Castelhanos	0	91	0	0	0	91
<b>TOTAL PARCIAL (TRADICIONAIS)</b>	<b>5</b>	<b>155</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>160</b>
<b>TOTAL (MUNICIPAIS)</b>	<b>711</b>	<b>2382</b>	<b>1916</b>	<b>0</b>	<b>347</b>	<b>5356</b>

FONTE: Secretaria Municipal de Educação, 2010

<b>Constituição</b>			
<b>Constituição</b>	<b>Anos</b>	<b>Destaques</b>	
Federal	1988	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Título VIII – Da ordem Social, artigos 23 e 24</li> <li>▪ Capítulo VI – Do Meio Ambiente, artigo 225 e parágrafos</li> </ul>	
Estadual	1989	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Capítulo IV – Do Meio Ambiente, dos Recursos Naturais e do Saneamento</li> <li>▪ Seção I, do Meio Ambiente – artigos 192 a 204</li> <li>▪ Seção II, da Cultura – artigo 215</li> <li>▪ Disposições Transitórias, artigo 44</li> </ul>	
<b>Política Nacional de Meio Ambiente</b>			
<b>Instrumento</b>	<b>Nº</b>	<b>Ano</b>	<b>Ementa</b>
Lei Federal	6.938	1981	Política Nacional de Meio Ambiente – criação
Lei Federal	7.804	1989	Altera a Lei nº 6.938/81
Decreto Federal	99.274	1990	Política Nacional de Meio Ambiente – regulamento
<b>Política Estadual de Meio Ambiente e de Florestas</b>			
<b>Instrumento</b>	<b>Nº</b>	<b>Ano</b>	<b>Ementa</b>
Lei Estadual	9.509	1997	Política Estadual de Meio Ambiente (cria o Sistema Estadual de Meio Ambiente - SEAQUA)
Decreto Estadual	47.400	2002	Regulamenta dispositivos referentes ao licenciamento ambiental da Lei nº 9.509/97
Decreto Estadual	51.453	2006	Sistema Estadual de Florestas (SIEFLOR) - criação (transfere a administração das UC para a Fundação Florestal), alterado pelo Decreto Estadual nº 54.079
Resolução SMA	16	2007	Organização do SIEFLOR
Decreto Estadual	53.027	2008	Reorganiza a Secretaria do Meio Ambiente
Decreto Estadual	54.079	2009	<i>Altera os artigos 5º, 6º e 9º, acrescenta o artigo 9ºA e modifica os Anexos do Decreto nº 51.453, de 29 de dezembro de 2006, que cria o Sistema Estadual de Florestas - SIEFLOR e dá providências correlatas</i>
Lei Estadual	13.798	2009	Política Estadual de Mudança Climática no Estado de São Paulo
Decreto Estadual	60.302	2014	Institui o Sistema de Informação e Gestão de Áreas Protegidas e de Interesse Ambiental do Estado de São Paulo – SIGAP e dá providências correlatas
<b>Políticas Públicas Ambientais</b>			
<b>Instrumento</b>	<b>Nº</b>	<b>Ano</b>	<b>Ementa</b>
Lei federal	9.985	2000	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)
Decreto Federal	4.340	2002	SNUC - regulamento
Decreto Federal	4.339	2002	Política Nacional da Biodiversidade
Decreto Federal	4.703	2003	Cria Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO)
Decreto Federal	5.758	2006	Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas



<b>Normas Especiais Correlatas</b>			
<b>Instrumento</b>	<b>Nº</b>	<b>Ano</b>	<b>Ementa</b>
Resolução CONAMA	11	1988	Queimada em UC
Portaria IBAMA	760	1989	Assegura acesso gratuito aos maiores de 60 anos em UC Federais
Resolução CONAMA	13	1990	Entorno de UC (10 km) – regulamenta artigo 27 do Decreto Federal nº 99.274/90 – revogada pela Resolução CONAMA nº 428/10
Portaria IBAMA	90-N	1994	Pedidos de autorização para realização de filmagens, gravações e fotografias, de caráter científico ou comercial, nas UC Federais de uso indireto
Resolução CONAMA	09	1996	Corredores entre remanescentes – definição
Resolução SMA	32	1998	Visitação pública e credenciamento de guias, agências, operadoras e monitores ambientais, para o ecoturismo e educação ambiental nas UC do Estado
Portaria IBAMA	77-N	1999	Criação de UC – critérios e procedimentos
Lei Estadual	11.527	2003	Sinalização obrigatória de UC
Resolução CONAMA	331	2003	Câmara Técnica de UC e áreas protegidas – criação
Decreto Federal	6.514	2008	Regulamenta sanções administrativas de crimes ambientais (Lei Federal nº 9.605/98)
Decreto Federal	6.515	2008	Programas de Segurança Ambiental - Guarda Ambiental Nacional e Corpo de Guardas-Parque
Resolução SMA	59	2008	Regulamenta procedimentos de uso público nas UC, incorpora os procedimentos da SMA nº 32/1998
Resolução CONAMA	428	2010	<i>Regulamenta o artigo 36, § 3º do SNUC</i>
<b>Normas dos Parques e Outras Categorias</b>			
<b>110.1.1.1.1.1.1 Instrumento</b>	<b>Nº</b>	<b>Ano</b>	<b>Ementa</b>
Lei Estadual	6.884	1962	Dispõe sobre os parques e florestas estaduais, monumentos naturais e dá outras providências
Decreto Estadual	41.626	1963	Regulamenta a execução da Lei nº 6884 que dispõe sobre os parques, florestas e monumentos naturais
Lei Federal	6.902	1981	Estações Ecológicas e APA – criação
Decreto Federal	89.336	1984	ARIE e Reservas Ecológicas
Decreto Estadual	25.341	1986	Regulamento de Parques Paulistas - gestão, plano de manejo, zoneamento
Resolução CONAMA	10	1988	APA
Decreto Federal	99.274	1990	Política Nacional de Meio Ambiente – regulamento (Título II, cap. I e II – Estações Ecológicas e APAs)
Decreto Estadual	37.619	1993	APA – regulamento
Resolução CONAMA	04	1995	Reservas Ecológicas – define parâmetros (áreas de preservação permanente, conforme artigo 18 da Lei nº 6.938/81 (posteriormente revogado)
Resolução SMA	32	2002	APA – Licenciamento
Decreto Federal	5.746	2006	RPPN- regulamento (o Decreto Federal nº 1.922/96 regula as RPPN criadas até abril de 2006, data deste Decreto)
Decreto Estadual	51.150	2006	RPPN – Programa Estadual de Apoio às

			RPPN – criação
Instrução Normativa IBAMA	145	2007	RPPN – procedimentos para reconhecimento junto ao IBAMA/Instituto Chico Mendes
Portaria FF	37	2007	RPPN – procedimentos para reconhecimento junto ao Estado – SMA/FF
Decreto Estadual	53.146	2008	Define os parâmetros para a implantação, gestão e operação de estradas no interior de UC de Proteção Integral
<b>UC do Contínuo Ecológico, Tombamento e Outros Atos</b>			
<b>Instrumento</b>	<b>Nº</b>	<b>Ano</b>	<b>Ementa</b>
Resolução CONDEPHAAT	40	1985	Tombamento das Serras do Mar e de Paranapiacaba
Resolução SMA		1987	ASPE CEBIMAR-USP
Resolução SMA		1987	ASPE Costão de Boiçucanga
Resolução SMA		1987	ASPE Costão do Navio
Decreto Federal	68.172	1971	Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB) - criação
Decreto Estadual	10.251	1977	Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) - criação
Decreto Estadual	9.629	1977	Parque Estadual da Ilha Anchieta (PEIA) - criação
Decreto Municipal	2029	1997	APA Municipal Alcatrazes
Declaração UNESCO	s/nº	1991	Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (1ª Fase)
Decreto Estadual	53.525	2008	APA Marinha do Litoral Norte
<b>Conselhos de Unidades de Conservação</b>			
<b>Instrumento</b>	<b>Nº</b>	<b>Ano</b>	<b>Ementa</b>
Decreto Estadual	48.149	2003	Conselhos Gestores de APA – criação e funcionamento
Decreto Estadual	49.672	2005	Conselhos Consultivos de UC – criação, composição e funcionamento
<b>Planos de Manejo</b>			
<b>Instrumento</b>	<b>Nº</b>	<b>Ano</b>	<b>110.1.1.1.1.2 Ementa</b>
Decreto estadual	25.341	1986	Regulamento de Parques Paulistas - gestão, plano de manejo, zoneamento
Resolução CONAMA	13	1990	Entorno de UC (10 km) – regulamenta artigo 27 do DF 99.274/90 – revogada pela Resolução CONAMA nº 428/10
Roteiros Metodológicos		1996	Critérios elaborados pelo IBAMA-MMA para subsidiar a elaboração dos Planos de Manejo das UCs
Lei Federal	9.985	2000	SNUC - Art 2º, Inciso XVI, XVII, XVIII
Decreto Federal	4.340	2004	Regulamenta artigos do SNUC - Capítulo IV, Arts. 12/16
Resolução SMA	29	2010	Dispõe sobre estudos técnicos para subsidiar alteração de limites e mudança de categorias de manejo de Unidades de Conservação, bem como sobre Termos de Compromisso a serem celebrados com os ocupantes de Unidades de Conservação até sua definitiva regularização fundiária, e dá outras providências
Resolução CONAMA	428	2010	Regulamenta o artigo 36, § 3º do SNUC
<b>Das Infrações e Crimes Ambientais e da Reparação de Danos</b>			
<b>Instrumento</b>	<b>Nº</b>	<b>Ano</b>	<b>Ementa</b>
Lei Federal	7.347	1985	Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao



			meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico
Lei Federal	8.078	1990	Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) – Introduziu o § 6º à lei federal 7.347 de 1985 ACP
Lei Federal	9.605	1998	Lei de Crimes Ambientais – Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente
Resolução SMA	37	2005	Estabelece Infrações Ambientais e respectivas sanções administrativas
Decreto Estadual	52.201	2007	Dispõe sobre a celebração de termos de ajustamento de conduta no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado
Decreto Federal	6.514	2008	Infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e processo administrativo federal para apuração destas infrações – Este decreto revogou o Decreto Federal nº 3.179 de 1999
Decreto Federal	6.515	2008	Criação da guarda nacional ambiental
Portaria Normativa IBAMA	11	2009	Regulamento Interno de Fiscalização (RIF)
<b>Do Licenciamento Ambiental e Controle da Poluição</b>			
<b>Instrumento</b>	<b>Nº</b>	<b>Ano</b>	<b>Ementa</b>
Lei Estadual	997	1976	Prevenção e o Controle da Poluição do Meio Ambiente
Decreto Estadual	8.468	1976	Prevenção e o Controle da Poluição do Meio Ambiente – regulamento
Lei Federal	6.803	1980	Zoneamento industrial em áreas críticas de poluição
Resolução CONAMA	01	1986	Avaliação de Impacto Ambiental – critérios e diretrizes (EIA-RIMA)
Resolução CONAMA	09	1987	Audiência Pública na avaliação de EIA/RIMA
Resolução CONAMA	10	1987	Reparação de danos ambientais provocados por obras de grande porte
Decreto Federal	95.733	1988	Inclusão no orçamento dos projetos e obras federais, de recursos destinados a prevenir ou corrigir prejuízos de natureza ambiental, cultural e social decorrentes da implantação
Resolução CONAMA	05	1988	Licenciamento de obras de saneamento (sistemas de abastecimento de água, sistemas de esgotos sanitários, sistemas de drenagem e sistemas de limpeza urbana)
Resolução CONAMA	13	1990	Estabelece o limite de 10 km das UC para obras de impactos – revogada pela Resolução CONAMA nº 428/10
Resolução SMA	19	1996	Estabelece critérios e procedimentos para o licenciamento ambiental dos Sistemas Urbanos de Esgotamento Sanitário
Decreto Estadual	41.261	1996	Autoriza a SMA a celebrar convênios com Municípios Paulistas, objetivando cooperação nas áreas de fiscalização e licenciamento
Resolução CONAMA	237	1997	Licenciamento ambiental – procedimentos e critérios
Decreto Estadual	47.400	2002	Regulamenta dispositivos referentes ao licenciamento ambiental da Lei nº 9.509/97 (Política Estadual do Meio

			Ambiental)
Resolução CONAMA	305	2002	Dispõe sobre Licenciamento Ambiental, Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto no Meio Ambiente de atividades e empreendimentos com Organismos Geneticamente Modificados e seus derivados
Resolução SMA	33	2002	Dispõe sobre a simplificação do licenciamento ambiental das intervenções destinadas à conservação, manutenção e pavimentação de estradas vicinais que se encontrem em operação
Resolução SMA	54	2004	Dispõe sobre procedimentos para o licenciamento ambiental no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente
Resolução SMA	40	2007	Desmatamento Zero – suspende e disciplina supressão de vegetação
Resolução SMA	8	2008	Orientação para reflorestamento heterogêneo de áreas degradadas
Resolução SMA	11	2010	Dispõe sobre a prévia anuência dos órgãos gestores de unidades de conservação nos processos de licenciamento de empreendimentos ou atividades que possam afetar a própria UC ou sua zona de amortecimento, nos termos do § 3, do artigo 36 do SNUC
Resolução SMA	22	2010	Dispõe sobre a operacionalização e execução da licença ambiental
Resolução SMA	26	2010	Dispõe sobre o licenciamento e a autorização de atividades agrícolas, pecuárias e a criação de outros animais no Estado de São Paulo
Resolução CONAMA	428	2010	<i>Regulamenta o artigo 36, § 3º do SNUC</i>
<b>Compensação Ambiental e Incentivos Econômicos à Proteção</b>			
<b>Instrumento</b>	<b>Nº</b>	<b>Ano</b>	<b>Ementa</b>
Constituição Estadual		1989	Art. 200 – Compensação Financeira aos Municípios
Lei Federal	32.283	1991	Dispõe sobre a Política Agrícola – Artigos 103 e 104
Lei Estadual	8.510	1993	Dispõe sobre o ICM-S Ecológico
Resolução CONAMA	002	1996	Estabelece compensação ambiental (mínimo de 0,5% dos custos totais previstos para implantação do empreendimento)
Lei Federal	9.985	2000	Estabelece a compensação ambiental para empreendimentos que causem significativo impacto (Artigos 36, § 1º, § 2º e § 3º do SNUC)
Decreto Federal	4.340	2004	Regulamenta artigos do SNUC, detalhando os procedimentos para a compensação ambiental (Artigos 31, 32 e 33)
Resolução CONAMA	371	2006	Estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental
Resolução SMA	56	2006	Gradação do impacto para fins de cobrança de compensação ambiental
Decreto Federal	6.848	2009	Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, para regulamentar a compensação ambiental
<b>Licitações, Contratos e Parcerias</b>			
<b>Instrumento</b>	<b>Nº</b>	<b>Ano</b>	<b>Ementa</b>

Lei Estadual	6.544	1989	Estatuto jurídico das licitações e contratos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações, concessões e locações no âmbito da Administração Centralizada e Autárquica
Lei Federal	8.666	1993	Licitações e Contratos; Artigo 116 e parágrafos: aplicam-se no que couber aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres
Decreto Estadual	40.000	1995	Programa Estadual de Participação da Iniciativa Privada
Decreto Estadual	40.722	1996	Dispõe sobre a exigência de autorização do Governador do Estado previamente à celebração de convênios no âmbito da Administração Centralizada e Autárquica e sobre a instrução dos processos respectivos
Lei Estadual	9.790	1999	Qualificação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e disciplina Termo de Parceria
Lei Estadual	11.688	2004	Institui o Programa de Parcerias Público-Privadas (PPP)
Decreto Estadual	48.766	2004	Institui o Programa de Gestão Compartilhada de Unidades de Conservação por OSCIP e aprova modelo-padrão de Termo de Parceria
Celebração de Parceria com a FF		2007	Indicam os procedimentos administrativos para o estabelecimento de convênio, protocolo de cooperação técnica e outros
Decreto Estadual	53.336	2008	Institui o Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis

#### Voluntariado

<b>Instrumento</b>	<b>Nº</b>	<b>Ano</b>	<b>110.1.1.1.1.3 Ementa</b>
Lei Federal	9.608	1998	Dispõe sobre o serviço voluntário (ressarcimento de despesas ao voluntário poderá ser realizado – no âmbito federal regulamentado pelo Decreto nº 5.313/04)
Decreto Federal	4.519	2002	Dispõe sobre o serviço voluntário em unidades de conservação federais
Portaria MMA	19	2005	Cria Programa de Voluntariado em Unidades de Conservação
Portaria FF	35	2010	Voluntariado

#### Pesquisa Científica, Coleta e Remessa de Patrimônio Biológico, Bioprospecção

<b>Instrumento</b>	<b>Nº</b>	<b>Ano</b>	<b>110.1.1.1.1.4 Ementa</b>
Constituição Federal		1988	Da Ciência e Tecnologia: Artigos 218 e 219
Constituição Estadual	Art.272	1989	Estabelece normas para os Institutos de Pesquisas
Decreto Federal	98.830	1990	Coleta, por estrangeiros, de dados e materiais científicos no Brasil
Portaria IF	s/n	1993	Estabelece Termo de Compromisso sobre direitos e eventuais patentes decorrentes de pesquisa científica no interior das UC
Portaria IBAMA	92-N	1994	Regulamenta a Pesquisa Científica em UC de uso indireto
Portaria IBAMA	016	1994	Dispõe sobre a manutenção e a criação em cativeiro da fauna silvestre brasileira com finalidade de subsidiar pesquisas científicas em Universidades, Centros de Pesquisa e Instituições Oficiais ou Oficializadas pelo Poder Público
Instrução Normativa	109	1997	Estabelece e uniformiza os procedimentos

IBAMA			de expedição de licença de pesquisa para realização de atividades científicas em UC Federais de Uso indireto, definidas como Parques Nacionais, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas e Reservas Ecológicas
Portaria IF	s/n	2000	Obrigatoriedade de acompanhamento da pesquisa científica pelos responsáveis pela gestão da UC
Resolução SMA	25	2000	Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização
Decreto Federal	3.945	2001	Define a composição do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGPG) e estabelece as normas para o seu funcionamento, alterado pelo Decreto Federal nº 4.946/03
Medida Provisória	2.186-14	2001	Dispõe sobre o acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva para fins de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico ou bioprospecção
Resolução CGPG - Conselho de Gestão do Patrimônio Genético	13	2004	Estabelece procedimentos para a remessa, temporária ou definitiva, de amostra de componente do patrimônio genético existente em condição in situ, no território nacional, plataforma continental e zona econômica exclusiva, mantida em condição ex situ, que não apresente capacidade de multiplicação, regeneração ou reprodução para desenvolvimento de pesquisa científica sem potencial de uso econômico, e dá outras providências
Resolução CGPG	14	2004	Estabelece procedimentos para a remessa, temporária ou definitiva, de amostra viva de componente do patrimônio genético de plantas, líquens, fungos e algas macroscópicos que apresentem capacidade de multiplicação, regeneração ou reprodução, existente em condições in situ no território nacional na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, mantida em condições ex situ, para desenvolvimento de pesquisa científica sem potencial de uso econômico
Resolução CGPG	15	2004	Estabelece procedimentos para o transporte de amostra de componente do patrimônio genético existente em condição in situ, no território nacional, plataforma continental e zona econômica exclusiva, mantida em condição ex situ, exclusivamente para desenvolvimento de pesquisa científica sem potencial de uso econômico, que não requeira depósito definitivo na instituição onde será realizada a pesquisa
Resolução CGPG	16	2004	Estabelece procedimentos para a remessa, temporária ou definitiva, de amostra de componente do patrimônio genético microbiano existente em condição in situ, no território nacional, na plataforma

			continental ou na zona econômica exclusiva, mantida em condição <i>ex situ</i> , que apresente capacidade de multiplicação, regeneração ou reprodução natural para desenvolvimento de pesquisa científica sem potencial de uso econômico
Resolução CGen - Conselho de Gestão de do Patrimônio Genético	20	2006	Estabelece procedimentos para a remessa de amostra de componente do patrimônio genético existente em condição <i>in-situ</i> , no território nacional, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva, mantida em condição <i>ex-situ</i> , para o desenvolvimento de pesquisa científica sem potencial de uso econômico
Instrução Normativa	154	2007	Instituir o Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO)
Instrução Normativa	179	2008	Definir as diretrizes e procedimentos para destinação dos animais da fauna silvestre nativa e exótica apreendidos, resgatados ou entregues espontaneamente às autoridades competentes
Resolução SMA	68	2008	Estabelece regras para a coleta e utilização de sementes oriundas de UC no Estado de São Paulo e dá outras providências

#### Tratados Internacionais e Ratificação

Instrumento (que aprova)	110.1.1	Ano	110.1.1.1.1.6 Ementa
Decreto Legislativo	3	1948	Convenção para a proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América, assinada pelo Brasil, a 27 de dezembro de 1940
Decreto Federal	58.054	1966	Convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas cênicas dos países da América
Decreto Federal	76.623	1975	Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção
Decreto Federal	80.978	1977	Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural
Decreto Federal	2.652	1998	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
Decreto Federal	2.519	1998	Convenção da Diversidade Biológica (CDB)
Decreto Federal	3.607	2000	Dispõe sobre a implementação da Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (CITES)
Decreto Federal	5.051	2004	Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais
Decreto Federal	5.445	2005	Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
Decreto Federal	5.705	2006	Protocolo de Cartagena sobre biossegurança da CDB (adotando o princípio da precaução, o

			objetivo do Protocolo é contribuir para assegurar um nível adequado de proteção no campo da transferência, da manipulação e do uso seguros dos organismos vivos modificados resultantes da biotecnologia moderna que possam ter efeitos adversos na conservação e no uso sustentável da diversidade biológica, levando em conta os riscos para a saúde humana, e enfocando especificamente os movimentos transfronteiriços)
--	--	--	---

### Educação Ambiental

Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Federal	9.795	1999	Política Nacional de Educação Ambiental (estabelece que aos órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, devem promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente)
Lei Estadual	12.780	2007	Política Estadual de Educação Ambiental
Resolução SMA	18	2009	Projeto Ambiental Criança Ecológica
Resolução CONAMA	442	2010	<b>110.1.1.2 Estabelece diretrizes para as campanhas, ações e projetos de Educação Ambiental, conforme Lei nº 9.795/99</b>

### Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável

Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Constituição Federal		1988	Artigo 68 do ADCT - Define os critérios para o reconhecimento de remanescentes quilombolas
Lei Federal	9.985	2000	Artigo 42 do SNUC
Decreto Federal	4.340	2002	Dos artigos 35 a 39 - regulamenta o artigo 42 do SNUC
Decreto Federal	6.040	2007	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT)
Resolução SMA	27	2010	Dispõe sobre procedimentos simplificados de autorização para a supressão de vegetação nativa, a que se referem os artigos 33 e 34 do Decreto Federal nº 6.660/08, para pequenos produtores rurais e populações tradicionais visando a agricultura sustentável nas áreas de regeneração inicial da Mata Atlântica e dá outras providências
Resolução SMA	29	2010	Dispõe sobre estudos técnicos para subsidiar alteração de limites e mudança de categorias de manejo de UC, bem como sobre Termos de Compromisso a serem celebrados com os ocupantes de UC até sua definitiva regularização fundiária, e dá outras providências

Portaria SPU	89	2010	Disciplinar a utilização e o aproveitamento dos imóveis da União em favor das comunidades tradicionais, com o objetivo de possibilitar a ordenação do uso racional e sustentável dos recursos naturais disponíveis na orla marítima e fluvial, voltados à subsistência dessa população, mediante a outorga de Termo de Autorização de Uso Sustentável – TAUS, a ser conferida em caráter transitório e precário pelos Superintendentes do Patrimônio da União.
--------------	----	------	--

#### Manejo Sustentável

Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Portaria IBAMA	439	1989	Reposição florestal de espécies produtoras de palmito
Resolução SMA	11	1992	Exploração da caixeta (Tabebuia cassinóides) – normas
Portaria IBAMA	44-N	1993	Regulamenta os procedimentos adicionais para a implantação da nova sistemática de Autorização para Transporte de Produto Florestal (ATPF)
Resolução SMA	16	1994	Exploração do palmito (Euterpe edulis) – normas
Portaria IBAMA	113	1995	Disciplina a exploração das florestas primitivas e demais formas de vegetação arbórea nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste
Resolução SMA	46	1995	Exploração do Jacatirão (Tibouchina spp) - normas
Resolução SMA	27	2010	Dispõe sobre procedimentos simplificados de autorização para a supressão de vegetação nativa, a que se referem os artigos 33 e 34 do Decreto Federal nº 6.660/08, para pequenos produtores rurais e populações tradicionais visando a agricultura sustentável nas áreas de regeneração inicial da Mata Atlântica e dá outras providências

#### Parcelamento do Solo Urbano e Planos Diretores

Instrumento	110.1.1.3 Nº	Ano	110.1.1.3.1.1.1 Ementa
Lei Federal	6.766	1979	Parcelamento do solo urbano
Constituição Federal		1988	Artigos 182 e 183 da Política Urbana
Lei Federal	10.257	2001	Conhecida como “Estatuto da Cidade”, regulamenta os artigos 182 e 183 da CF e estabelece diretrizes gerais da Política Urbana
Resolução CONAMA	412	2009	Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de novos empreendimentos destinados à construção de habitações de Interesse Social

#### Legislação Fundiária e Patrimonial

Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei	601	1850	Dispõe sobre as terras devolutas do Império
Decreto-Lei	3.365	1941	Dispõe sobre a desapropriação por utilidade pública
Decreto-Lei Estadual	14.916	1945	Dispõe sobre a reserva de terras devolutas e dá outras providências



Decreto-Lei	9.760	1946	Dispõe sobre os bens imóveis da União
Lei Federal	6.015	1973	Lei de Registros Públicos
Lei Federal	6.383	1976	Dispõe sobre o Processo Discriminatório de Terras Devolutas da União, e dá outras Providências
Lei Estadual	3.962	1957	Dispõe sobre o processamento das legitimações de posse em terras devolutas
Decreto Estadual	28.389	1988	Dispõe sobre o procedimento administrativo para legitimação de posse, autoriza a outorga de permissões de uso em terras devolutas estaduais e dá outras providências
Decreto Estadual	39.980	1995	Sistema de Gestão do Patrimônio Imobiliário do Estado
Lei Estadual	9.757	1997	Dispõe sobre a legitimação de posse de terras públicas estaduais aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos, em atendimento ao artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal
Lei Federal	10.267	2001	Regulamento – Altera dispositivos das Leis nº 4.947/66, nº 6.015/73, nº 9.393/96

### Proteção do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural

Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Decreto-Lei Federal	25	1937	Proteção do patrimônio histórico e artístico nacional
Lei Estadual	3.924	1961	Proteção dos monumentos arqueológicos ou pré-históricos
Lei Estadual	40	1985	Tombamento das Serras do Mar e de Paranapiacaba, onde o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira se apresenta como uma das áreas Núcleos da reserva da biosfera da Mata Atlântica, assim declarada pela UNESCO em 1991
Lei Federal	7.542	1986	Dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens em águas sob jurisdição nacional
Constituição Federal		1988	Artigo 20, inciso X – declara como bens da União, as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos Artigos 215 e 216 – bens de natureza material e imaterial
Portaria IPHAN	07	1988	Determina as normas e procedimentos para pesquisa e escavações arqueológicas
Constituição Estadual		1989	Seção II – Da Cultura – Artigo 259
Portaria IPHAN	230	2002	Compatibilizou a preservação do patrimônio arqueológico com os Licenciamentos Ambientais
Resolução SMA	34	2003	Dispõe sobre as medidas necessárias à proteção do patrimônio arqueológico e pré-histórico quando do licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades potencialmente causadores de significativo impacto ambiental, sujeitos à apresentação de EIA/RIMA

### Das Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal

Instrumento	Nº	Ano	110.1.1.3.1.1.2 Ementa
Lei Federal	4.771	1965	Artigos 2º e 3º estabelecem áreas de APP
Medida Provisória	2166-	200	Altera os artigos 1, 4, 14, 16 e 44, e



	67	1	acresce dispositivos à Lei nº 4.771/65, que institui o Código Florestal, bem como altera o artigo 10 da Lei nº 9.393/96, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), e dá outras providências
Resolução CONAMA	302	2002	Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno
Resolução CONAMA	303	2002	Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente (revoga a Resolução CONAMA nº 004/85)
Resolução CONAMA	369	2006	Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em APP
Decreto Estadual	50.889	2006	Dispõe sobre a manutenção, recomposição, condução da regeneração natural e compensação da área de Reserva Legal de imóveis rurais no Estado de São Paulo e dá providências correlatas. Revogado pelo Decreto Estadual nº 53.939/09
Decreto Estadual	53.939	2009	Dispõe sobre a compensação de reserva legal em áreas de UC – revoga Decreto Estadual nº 50.889/06
<b>Mata Atlântica e Florestas</b>			
<b>Instrumento</b>	<b>Nº</b>	<b>Ano</b>	<b>Ementa</b>
Lei Federal	4.771	1965	Código Florestal
Constituição Federal		1988	Artigo 225, §4º - declara a Mata Atlântica e a Serra do Mar, entre outros, patrimônio nacional
Constituição Estadual		1989	Artigo 196 - declara além da Mata Atlântica e Serra do Mar, os Vales dos Rios Ribeira e Paranapanema e as UC como espaços territoriais especialmente protegidos
Resolução CONAMA	10	1993	Estabelece parâmetros para análise do estágio sucessional
Resolução SMA/IBAMA	01	1994	Define vegetação primária e secundária e estágios sucessionais
Resolução SMA/IBAMA	02	1994	Regulamenta artigo 4º do Decreto nº 750/93 – supressão de vegetação em estágio inicial – áreas urbanas - alteradas pela Resolução SMA/IBAMA nº 05/96
Resolução CONAMA	378	2006	Define os empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional
Lei Federal	11.428	2006	Mata Atlântica
Resolução CONAMA	388	2007	Convalida as Resoluções nº 10/93, nº 01, 02, 04, 05, 06, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34 de 1994 e nº 7/96
Decreto Federal	6.660	2008	Regulamenta dispositivos da Lei Federal nº 11.428/06 – Mata Atlântica que dispões sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do bioma Mata Atlântica
Resolução SMA	27	2010	Dispõe sobre procedimentos simplificados de autorização para a supressão de vegetação nativa, a que se referem os artigos 33 e 34 do Decreto Federal nº 6.660/08, para pequenos produtores rurais e populações

			tradicionais visando a agricultura sustentável nas áreas de regeneração inicial da Mata Atlântica e dá outras providências
Lei Federal	12.651	2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências
<b>Fauna e Flora</b>			
<b>Instrumento</b>	<b>Nº</b>	<b>Ano</b>	<b>Ementa</b>
Lei Federal	5.197	1967	Código de Fauna
Resolução CONAMA	4	1985	Pousio de aves de arribação/migratórias
Portaria IBAMA	29	1994	Importação e exportação de animais da fauna silvestre brasileira e da fauna silvestre exótica – normatização
Decreto Estadual	42.838	1998	Declara as espécies da fauna silvestre ameaçadas de extinção e as provavelmente ameaçadas de extinção no Estado de São Paulo e dá providências correlatas
Instrução Normativa MMA	03	2003	Lista das espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção, aquelas constantes da lista anexa a esta Instrução Normativa
Instrução Normativa MMA	05	2004	Reconhecer como espécies ameaçadas de extinção e espécies sobreexploradas ou ameaçadas de sobreexploração, os invertebrados aquáticos e peixes, constantes dos anexos a esta Instrução Normativa
Resolução SMA	48	2004	Espécies ameaçadas da flora do Estado de São Paulo
Resolução SMA	25	2010	Estabelece critérios da gestão de fauna silvestre, no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente, e dá providências correlatas
<b>Dos Recursos Hídricos</b>			
<b>Instrumento</b>	<b>Nº</b>	<b>Ano</b>	<b>Ementa</b>
Constituição Federal		1988	Artigo 21, inciso XIX, que trata do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
Lei Estadual	7.663	1991	Cria o Programa Estadual de Recursos Hídricos (alterada pelas Leis Estaduais nº 9.034/94, nº 10.843/2001 e nº 12.183/2005)
Decreto Estadual	37.300	1993	Regulamenta o Fundo Estadual dos Recursos Hídricos (FEHIDRO)
Lei Federal	9.433	1997	Cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
Decreto Estadual	49.723	2005	Institui o Programa de Recuperação de Zonas Ciliares do Estado de São Paulo e dá providências correlatas
Resolução CONAMA	357	2005	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes
<b>Zona Costeira</b>			
<b>Instrumento</b>	<b>Nº</b>	<b>Ano</b>	<b>Ementa</b>
Constituição Federal		1988	Artigo 225, parágrafo 4º, declara a Zona Costeira como patrimônio nacional

Lei Federal	7.661	1988	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
Lei Federal	8.617	1993	Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros
Lei Estadual	10.019	1998	Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro
Decreto Federal	5.377	2005	Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM)

#### Defensivos Agrícolas

Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Federal	7.802	1989	Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências (Ver Decreto nº 4.074/02)
Decreto Federal	98.816	1990	Regulamenta a Lei nº 7.802/89 e dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos da embalagem, o registro, a classificação controle, a inspeção, a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins
Decreto Federal	99.657	1990	Acrescenta artigo e parágrafo único ao Decreto nº 98.816/90, que regulamenta a Lei no 7.802/89, que dispõe sobre agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências
Decreto Federal	991	1993	Altera o Decreto nº 98.816/90, no que dispõe sobre a regulamentação a Lei nº 7.802/89
Decreto Federal	2.018	1996	Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do artigo 220 da Constituição Federal
Decreto Federal	4.074	2002	Regulamenta a Lei nº 7.802/89, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências

#### Normas Específicas ao PEIb

Instrumento	Nº	Ano	Ementa
Lei Municipal	25	1961	Estende o perímetro urbano e suburbano da sede do município da Estância Balneária de Ilhabela
Lei Municipal	15	1964	Complementa a Lei nº 25/61 de 18 de dezembro de 1961
Decreto Estadual	9.414	1977	Parque Estadual de Ilhabela (PEIb) - criação
Portaria Ministerial	349	1991	Autorização de uso na residência no Saco

			do Sombrio
Decreto Estadual	42.079	1997	Doação de área pela Empresa Scopel Empreendimentos Imobiliários e Obras Ltda.
Decreto	49.759	2005	Transferido prédio da administração da Secretaria da Segurança Pública para a da Secretaria do Meio Ambiente
Lei Municipal	421	2006	Plano Diretor de Desenvolvimento Socioambiental do Município de Ilhabela
Decreto Estadual	54.263	2009	Doação de área pelo Banco Bradesco
Resolução SMA-ST	004	2010	Estrada-Parque de Castelhanos

Anexo 223. Andamento das ações de desapropriação indireta/indenizatórias

<b>Processonº</b>	<b>Interessado</b>	<b>Andamentoprocessual</b>
3457/02	AcacioFarinela	Sem registroatual
19/97	AdolphoAmadio	Arquivado
451/96	Adua AloiseJoaquim	JulgamentoprocidenteparaaFESP
	Agro ComercialYpê	Sem registroatual
32/97	Alberto Nassim Katri (AntonioWilsonFariaFrança)	Faseinstrutória-iníciodaperícia
26/97	AlbertoStorace	Execução de sucumbência com julgamentoprocidenteparaaFESP
190/96	AlceuPuroLemeDaSilva	Desistênciadaaçãoopeloautor
288/95	Alexandre Cunha BuenoAudrá	JulgamentoprocidenteparaaFESP
16/97	Alfredo Ignacio SpadaCancela	Faseinstrutória
1/97	Alfredo PratesValls	JulgamentoprocidenteparaaFESP

<b>Processonº</b>	<b>Interessado</b>	<b>Andamentoprocessual</b>
241/94	Aloisio MacedoAraujo	Julgamento procedente para a FESP.Arquivado
55/97	AnibalZacharias	Julgamento procedente para a FESP.Arquivado
56/97	AnibalZacharias	Aguardandojulgamentodorecurso
150/97	Anna CastelliCappanari	Julgamento procedente para a FESP.Arquivado
1206/99	AnnelviraGabarra	Arquivado
2621/00	AntonioBoscoDosReis	Execução de sucumbência com julgamento procedenteparaaFESP
32/97	AntonioWilsonFariaFrança	Faseinstrutória-iníciodaperícia
415/96	AryFrança	Julgamento procedente para a FESP.Arquivado
557/92	BadraS/A	Arquivado
447/96	Bandeirantes Emp. Imob.Ltda	ProcessofindoeremessaaVaradeorigemem2003
270/94	Cabarahus/AHotelaria	Faseinstrutória-iníciodaperícia
189/97	Caio BarbosaTinoco	Sem registroatual
450/96	Caio BarbosaTinoco	Aguardandojulgamentodorecurso
661/98	CaixaGerals/ASeguradora	JulgamentoprocidenteparaaFESP
43/97	CarlosRenatoDaCostaNetto	Arquivado

15/97	CastelãComl.EConst.Ltda	Remetido ao Tribunal de Justiça
290/97	CelsoAicardi	Execução de sucumbência com julgamento procedente para a FESP
437/96	CharlesSilvaLuz	Processo findo remetido a Vara de origem
12/97	Cicomac AgroIndustrial	Execução de sucumbência com julgamento procedente para a FESP
22/97	Claudio EugenioVanzolini	Julgamento procedente para a FESP. Arquivado
23/97	Claudio EugenioVanzolini	Execução de sucumbência com julgamento procedente para a FESP
29/97	Claudio EugenioVanzolini	Execução de sucumbência com julgamento procedente para a FESP

Processo nº	Interessado	Andamento processual
96/96	Claudio Ivan Bueno Charoux	Sem registro atual
75/97	Clother Del Carlo	Julgamento procedente para a FESP. Arquivado
40/97	Clovis Muller	Execução de sucumbência com julgamento procedente para a FESP
481/97	Companhia Química Metacril	Execução de sucumbência com julgamento procedente para a FESP
5/97	Companhia Química Metacril S/A	Execução de sucumbência com julgamento procedente para a FESP
357/97	Condomínio Santa Mônica	Sem registro atual
455/96	Cybele Ramos De Lemos	Remetido ao Tribunal de Justiça
283/97	Dinah Maria Lemos Moletto	Sem registro atual
18/97	Diprima Emp. Imob. (Alfredo Labriola)	Remetido ao Tribunal de Justiça
37/97	Dottoliv Ind. Com.	Fase instrutória
109/99	Edio Jose Costa	Execução de sucumbência com julgamento procedente para a FESP
233/94	Edson Pombo	Arquivado
236/94	Edson Pombo	Execução de sucumbência com julgamento procedente para a FESP
45/97	Fernando Barjas Millan	Fase instrutória - fase pericial
454/96	Francisco Carlos Grisólia	Fase instrutória - fase pericial
53/97	Francisco Carlos Kuzolitz	Sem registro atual
448/96	Francisco Isidoro Aloise	Julgamento procedente para a FESP

9/95	GiadaRuspoli	Fase instrutória - fasepericial
392/96	GilbertoBarthPereira	Julgamento procedente para a FESP. Arquivado
462/96	GiorgioStorace	JulgamentoprocedenteparaaFESP
463/96	GiorgioStorace	Execução de sucumbência com julgamento procedenteparaaFESP

Processon°	Interessado	Andamentoprocessual
464/96	GiorgioStorace	JulgamentoprocedenteparaaFESP
465/96	GiorgioStorace	Julgamento procedente para a FESP. Arquivo provisório
461/96	GiorgioStorace(AlbertoStorace)	Execução de sucumbência com julgamento procedenteparaaFESP
1757/84G."A"	GuilhermeVanDeKampJunior	JulgamentoprocedenteparaaFESP
1757/84G.13	GuilhermeVanDeKampJunior	JulgamentoprocedenteparaaFESP
1757/84G.14	GuilhermeVanDeKampJunior	JulgamentoprocedenteparaaFESP
27/97	HelioReale	Execução de sucumbência com julgamento procedenteparaaFESP
19/97	HellmaHermann	Julgamento procedente para a FESP. Arquivo provisório
319/96	HeloisaHelenaPinheiroMoraes	Sem registroatual
457/96	ImobiliariaEAdm.BroklinS/A	Julgamento procedente para a FESP. Arquivado
64/85	Ind. Com. TextisSaidMurad	Sem registroatual
449/93	IvoMendesDeOliveiraAndrade	JulgamentoprocedenteparaaFESP
31/97	JoãoAloisiSobrinho	Arquivado
35/97	JoãoAloisiSobrinho	
313/97	JoãoAloisiSobrinho	JulgamentoprocedenteparaaFESP
315/97	JoãoAloisiSobrinho	JulgamentoprocedenteparaaFESP
52/97	JoãoTellesCorrea	Faseinstrutória
434/96	JoaquimDeOliveiraFontesFilho	Julgamento procedente para a FESP. Arquivado
54/97	JorgeMaroum	Faseinstrutória
222/91	JosephAlbertVanSebroeck	Execução de sucumbência com julgamento procedenteparaaFESP
25/97	JPSEmp.Imobiliários	Execução de sucumbência com julgamento procedenteparaaFESP

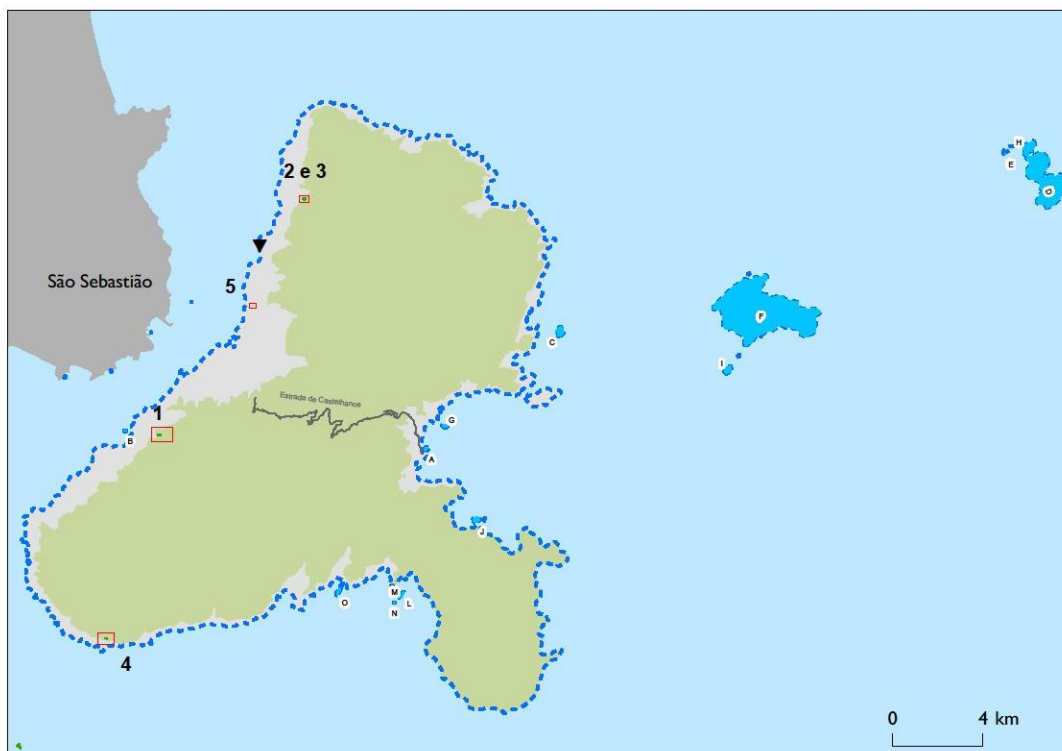
24/97	JPSEmpreendimentosImob.S/CLtda	Arquivado
Processon°	Interessado	Andamentoprocessual
37/97	Katri Part. Emp.Ltda	Sem registroatual
312/96	Lido CarlosBenassi	Execução de sucumbência com julgamento procedenteparaaFESP
436/97	LuanaCeragioli	Sem registroatual
59/97	LuizTadeuDeOliveiraPrado	JulgamentoprocidenteparaaFESP
456/96	Luiza Aparecida SouzaTangerino	Execução de sucumbência com julgamento procedenteparaaFESP
90/95	MariaAngélicaDaSilvaGordoBellio	Faseinstrutória
453/96	Maria Eunira OliveiraFacchina	Faseinstrutória
452/96	MariaHelenaSeixasBastos	Arquivado
271/94	MariaLeonorDiasDaSilvaGointier	RemetidoaoSuperiorTribunaldeJustiça
296/95	MariaSilviaDoriaDoAmaral	Execução de sucumbência com julgamento procedenteparaaFESP
64/97	MariaSoniaPinheiroDeOliveira	Sem registroatual
33/97	MarioVolcoff	JulgamentoprocidenteparaaFESP
34/97	MarioVolcoff	JulgamentoprocidenteparaaFESP
49/97	MarioVolcoff	JulgamentoprocidenteparaaFESP
119/96	MarioVolcoff	Sem registroatual
558/92	MichelHelu	Arquivado
20/97	Miguel CarlosCastro	RemetidoaoTribunal
139/97	Miguel CarlosCastro	RemetidoaoTribunal
63/97	Nadia Castel DeCatach	JulgamentoprocidenteparaaFESP
228/93	NelsonTabacowFelmanas	Fase instrutória - fasepericial
151/97	Nivea MariaFoschi	Execução de sucumbência com julgamento procedenteparaaFESP
4/97	NorbertoLandmann	SemregistroatualSemregistronosite



Processonº	Interessado	Andamentoprocessual
58/97	PatrícioRomãoSérgio	Fase instrutória - fasepericial
2/97	Praias Dellhabela	Fase instrutória - fasepericial
404/96	Prefeitura Municipal Dellhabela	SemregistroatualSemregistronosite
405/96	Prefeitura Municipal Dellhabela	SemregistroatualSemregistronosite
406/96	Prefeitura Municipal Dellhabela	RemetidoaoTribunal
50/97	RobertoDeAguiarCorrea	Julgamento procedente para a FESP.Arquivado
51/97	RobertoDeAguiarCorrea	RemetidoaoTribunal
311/97	RobertoDeAguiarCorrea	JulgamentoprocidenteparaaFESP
320/93	RobertoSchmidt	RemetidoaoTribunal
62/97	Rubens ArbexMartuch	Sem registroatual
112/97	RubensGargiuloMartinez	Execução de sucumbência com julgamento procedenteparaaFESP
30/97A	SantaMônicaEmp.EPart.	Execução de sucumbência com julgamento procedenteparaaFESP
30/97B	SantaMônicaEmp.EPart.	Execução de sucumbência com julgamento procedenteparaaFESP
47/97	SantaMônicaEmp.EPart.	Arquivado
14/97	SellSoc.DeEmp.Lat.Amer.Ltda	RemetidoaoTribunal
393/96	SirleyVillasBoasCamargoSarmiento	Sem registroatual
962/98	SPEmpreendimentosS/CLtda	JulgamentoprocidenteparaaFESP
149/97	TamieKomono	Julgamento procedente para a FESP.Arquivado
17/97	Topiza Ass. EPlanejamento	JulgamentoprocidenteparaaFESP
48/97	ToshioKariya	JulgamentoprocidenteparaaFESP
150/95	TrindadeDesenv.TerritorialS/A	JulgamentoprocidenteparaaFESP
61/97	UbaldoGonçalves	Sem registroatual
358/96	VeraDaSilvaGordoSartorelli	Faseinstrutória

Processon°	Interessado	Andamento processual
314/94	VeridianaDaSilvaPrado	Sem registroatual
21/97	VicenteLuizZezza	Fase instrutória - fasepericial
95/96	WalterCasalDelRey	Sem registroatual
57/97	Walter FerreiraPaschoal	Arquivado
46/97	WilsonDeOliveira	Execução de sucumbência com julgamento procedenteparaaFESP
41/97	Youssef NassimKatri	Sem registroatual
60/97	ZulmiraMartinsMachado	Sem registroatual

Anexo 224. Mapas: Situação fundiária / domínio; Áreas apresentadas em ações de desapropriação indireta e processos administrativos; e Principais legislações incidentes sobre o PEIb

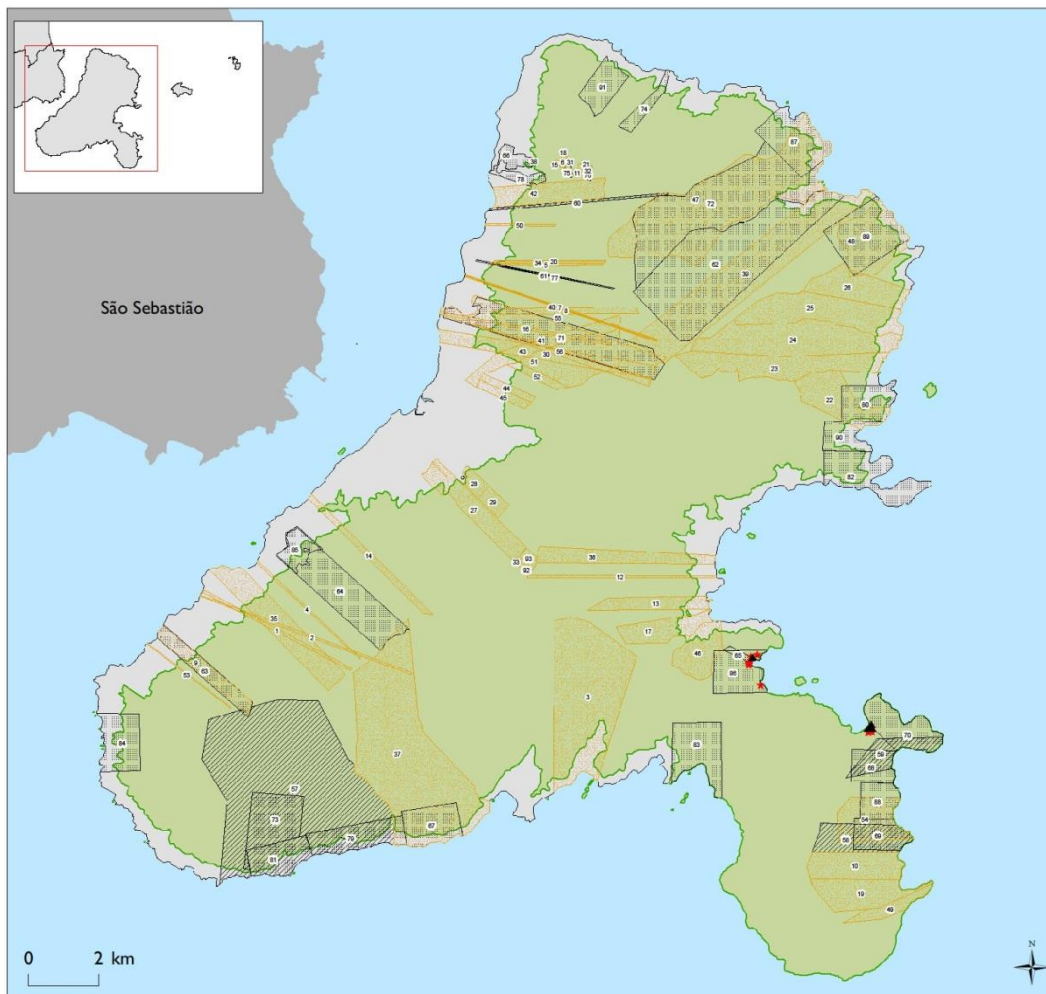


#### Domínio

- |  |   |
|--|---|
| <span style="color: blue;">■</span> Área Pública Federal | <span style="color: green;">■</span> Área Pública Estadual  |
| A. Ilha da Lagoa   | P. SMA nº 40967/2000 Doação da Scopel Empreendimentos Imobiliários e Obras Ltda - Doação concretizada |
| B. Ilha da Prainha                                       | Q. SMA nº 42365/2003 Doação do Banco Bradesco S.A - Doação concretizada                               |
| C. Ilha da Serraria                                      | R. SMA nº 42365/2003 Doação do Banco Bradesco S.A - Doação concretizada                               |
| D. Ilha da Vitória                                       | S. Doação de Espólio de Ivo Mendes de Oliveira de Andrade - Doação em andamento                       |
| E. Ilha das Cabras                                       | T. FF nº 2048/2010 - Doação de Paulo Stipsky e outros (não localizado em mapa) - Doação em andamento  |
| F. Ilha dos Búzios                                       | ▼ Sede Administrativa do Parque - Decreto Estadual n.49.759/2005                                      |
| G. Ilha dos Castelhanos                                  | U. Área Pública Municipal - Cessão de Uso pela Prefeitura Municipal de Ilhabela                       |
| H. Ilha dos Pescadores                                   | ■ Perímetro PEIb - Situação dominial indefinida   |
| I. Ilha Súmitica   | — Estrada de Castelhanos  |
| J. Ilhas das Galhetas ou do Costão                       | ■ Município de Ilhabela   |
| K. Ilhota das Cabras                                     |   |
| L. Ilhote Codó   |   |
| M. Ilhote da Figueira                                    |   |
| N. Laje da Garoupa                                       |   |
| O. Laje do Carvão  |   |
- Terrenos de marinha - limites aproximados

Fonte: Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania - Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - Departamento de Regularização Fundiária.  
 Secretaria do Meio Ambiente - Fundação Florestal - Assessoria de Estudos Patrimoniais/Núcleo de Regularização Fundiária.  
 Procuradoria Geral do Estado - Procuradoria do Patrimônio Imobiliário - Centro de Engenharia e Cadastro Imobiliário.

**Mapa de Situação fundiária / domínio**



### Áreas apresentadas em Ações de Desapropriação Indireta e Processos Administrativos

Moradores em 2008

- ▲ casa do morador local
- ▲ casa de veranista

Judicial (desapropriação indireta)

1. Alceu Pupo Leme da Silva PJ n. 19096
2. Alceu Pupo Leme da Silva e SIM Nair Lema da Silva PJ n. 19096
3. Alexandre Cunha Bueno Akiba e outros PJ n. 28995
4. Alcio Macedo Araujo PJ n. 24194
5. Aribel Zacharias e SIM Zelia Franco Zacharias PJ n. 5597
6. Antônio Wilson Faria Franca PJ n. 3297
7. Ary Franca PJ n. 41566
8. Ary Franca PJ n. 41566
9. Cabanas (Cabanas) SIA Hotelaria PJ n. 27094
10. Carlos Renato da Costa Netto e outros PJ n. 4367
11. Cicomac Agro Industrial Empreendimentos e Comércio PJ n. 1297
12. Cláudio Eugenio Vanzolini e SIM PJ n. 2967
13. Cláudio Eugenio Vanzolini e SIM PJ n. 2397
14. Cláudio Eugenio Vanzolini e SIM Sonia Viana Vanzolini PJ n. 2297
15. Companhia Química Metaloid SIA PJ n. 0597
16. Dóthila Indústria Comercio e Administração PJ n. 3797
17. Espólio de Platídio Romão Sergio PJ n. 5997
18. Espólio de Ubaldino Gonçalves PJ n. 6197
19. Espólio de Vera da Silva Gordo Sartorelli PJ n. 35996
20. Francisco Carlos Kuzoltz e José Luiz Nunes Varela PJ n. 5397
21. Francisco Carlos Kuzoltz PJ n. 45496
22. Giorgio Storace e outros PJ n. 46196
23. Giorgio Storace e outros PJ n. 46596
24. Giorgio Storace e SIM Maria Luiza de Oliveira Storace PJ n. 46496
25. Giorgio Storace e SIM Maria Luiza de Oliveira Storace PJ n. 46396
26. Giorgio Storace e SIM Maria Luiza de Oliveira Storace PJ n. 46296

27. Guilherme Van de Kamp Junior PJ n. 175784 G. 5A
28. Guilherme Van de Kamp Junior PJ n. 175784 G. 14
29. Guilherme Van de Kamp Junior PJ n. 175784 G. 13
30. Heloisa Helena Pinheiro Moraes PJ n. 31996
31. Imobiliária e Administradora Booklin SIA PJ n. 45796
32. Imobiliária e Administradora Booklin SIA PJ n. 45797
33. Ind. Com. Textis Sad Murad SIA PJ n. 6485
34. João Teles Correa PJ n. 5297
35. Jorge Maroum PJ n. 5497
36. JPS Empreendimentos Imobiliários S/C Ltda PJ n. 2597
37. Lúcia Cunha Berrani PJ n. 31296
38. Luiza Aparecida Souza Tangipino PJ n. 45696
39. Maria Estera Oliveira Facchine PJ n. 45396
40. Maria Helena Seixas Bastos PJ n. 45296
41. Maria Leonor Dias da Silva Gontier PJ n. 27194
42. Maria Sílvia Dória do Amaral PJ n. 29695
43. Mário Volcuff PJ n. 3497
44. Mário Volcuff PJ n. 3497
45. Mário Volcuff PJ n. 3497
46. Mário Volcuff PJ n. 3397
47. Michel Heil PJ n. 55762 e 55862
48. Praves de Itha Belá Ltda PJ n. 6297
49. Roberto Schmidt PJ n. 32093
50. Santa Mônica Empreendimentos e Participações PJ n. 4797
51. Santa Mônica Empreendimentos e Participações PJ n. 3097 B
52. Santa Mônica Empreendimentos e Participações PJ n. 3097 A
53. Sirley Villas Boas Camargo Sacramento PJ n. 39396
54. Topica Anonima e Planejamento Imobiliário S/C L PJ n. 1797
55. Walter Ferreira Paschoal e SIM PJ n. 5797
56. Wilson de Oliveira e SIM PJ n. 4697

Judicial (desapropriação indireta) e administrativo

57. Espólio de Ivo Mendes de Oliveira Andrade PJ n. 44993 e SMA n. 4770997
  58. Maria Angélica da Silva Gordo Bello PJ n. 9095 e SMA n. 43.58095
  59. Nelson Taboas Felmann e SIM e outros PJ n. 23993 e SMA n. 40.53595
  60. Verônica da Silva Prado PJ n. 31494 e SMA n. 4053695
- Administrativo
61. Alôdes de Queiroz Alves SMA n. 4015403
  62. Badra SA SMA n. 4037965
  63. Darcy Souza Castro SMA n. 4343594
  64. Fábio Rêgo Varasão SMA n. 425994
  65. Bunoz Arinda Silva SMA n. 4627494
  66. Jardim Sribaba Gleba II SMA n. 4304162
  67. Loteamento - Baieirão Solemar SMA n. 4044167
  68. Loteamento - Jardim Monte Cristo SMA n. 4001097
  69. Loteamento - Retiro Dom Carmelo SMA n. 4029997
  70. Loteamento - Sem nome SMA n. 4037696
  71. Maria Leonor de Souza da Silva Gontier SMA n. 4327094
  72. Michel Heil SMA n. 4209997
  73. Wilson Escólydas Pereira SMA n. 4777994
  74. Sociedade Ithalba Country Clube SMA n. 4776994
  75. Tamandaré SIA SMA n. 4240388
  76. Tamandaré SIA SMA n. 4240388

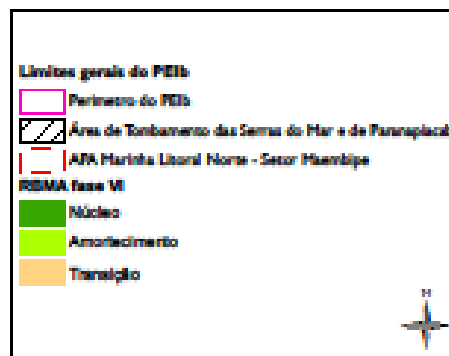
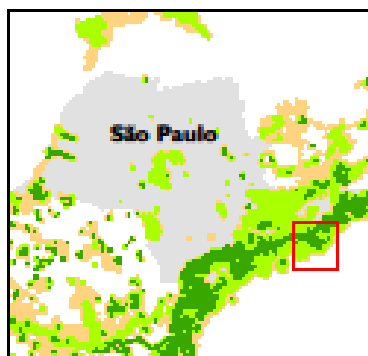
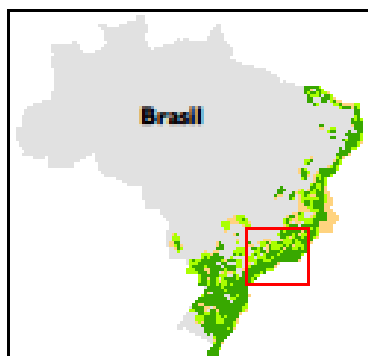
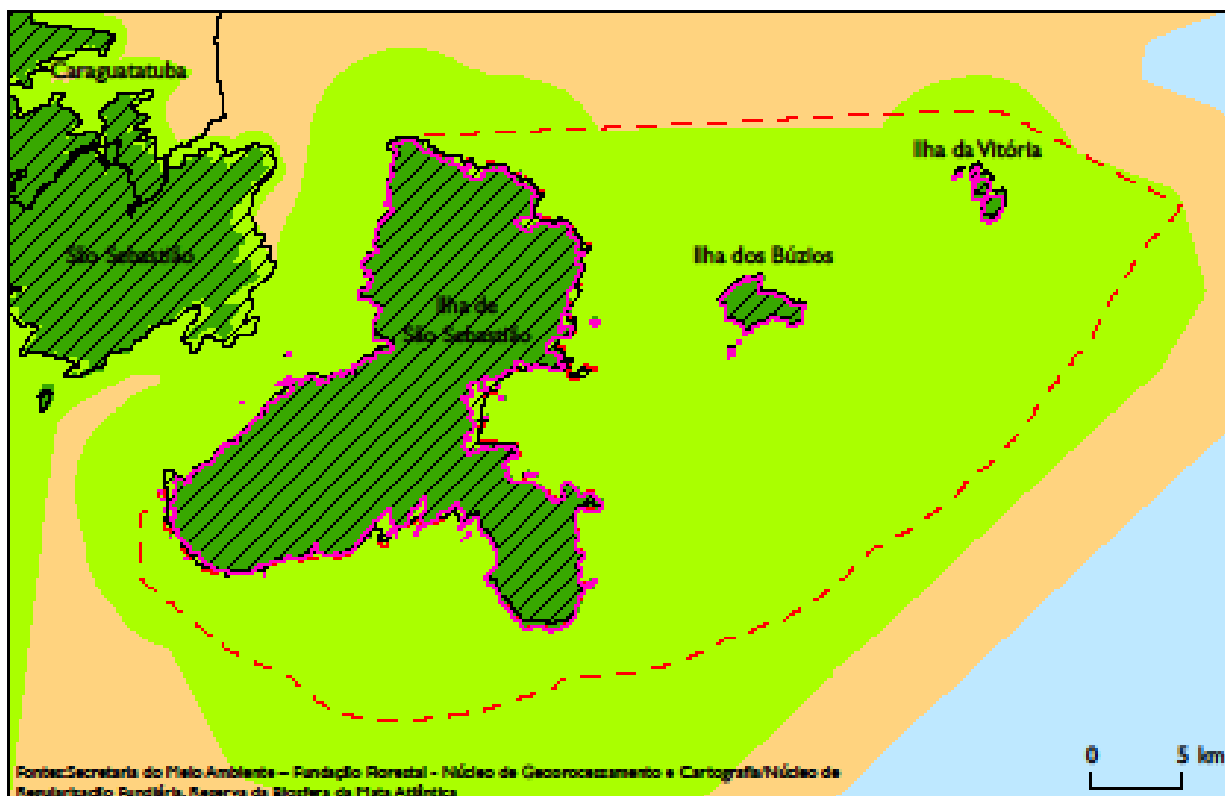
Processos administrativos não localizados

77. Francisco Carlos Kuzoltz e José Luis Nunes Varela
78. Jardim Sribaba Gleba I
79. Loteamento - Lago Cascatas
80. Loteamento - Parque Ana Capri
81. Loteamento - Fazenda Lago
82. Loteamento - Jardim Costa Azul
83. Loteamento - Jardim Tropical
84. Loteamento - Loteamento Roda Monte
85. Loteamento - Mirante do Itha
86. Loteamento - Mirante dos Castilhanos
87. Loteamento - Murupiran
88. Loteamento - Rancho Castilhanos
89. Loteamento - Residencial do Eixo
90. Loteamento - Sítio dos Sinos
91. Terreno Perimetral Norte - Pacuiba
92. Não identificado
93. Não identificado

- Perímetro PEI
- Município de Ithalba

Fonte: Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania - Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - Departamento de Regularização Fundiária. Secretaria do Meio Ambiente - Fundação Florestal - Assessoria de Estudos Patrimoniais/Núcleo de Regularização Fundiária. Procuradoria Geral do Estado - Procuradoria do Patrimônio Imobiliário - Centro de Engenharia e Cadastro Imobiliário.

Mapa de áreas apresentadas em ações de desapropriação indireta e processos administrativos



**Principais legislações incidentes sobre o PEIb**

Anexo 225. Tabela de informações sobre as áreas objeto das ações de desapropriação indireta

Processo nº	Interessado	Bairro/localidade	Área	Matrícula/transcrição
001/07	Abel Ferreira da Rocha e outros	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Matrícula nº 2.240
018/97	Abílio Francisco Ferreira e outros	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Transcrição nº 6.187
002/97	Praias de Ilhabela S/C Ltda (Abraão Rodrigues Camara e outros)	Eixo ou Sitio dos Eixos	1.500.000 m2	Matrícula nº 6.452; Transcrição nº 1.688 a 9.518
3457/02	Acácio Farinela e Heliponto SDQL Ilha Bela	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Inf. não localizada
019/97	Adolpho Amadio e outros	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Transcrição nº 6.187
015/97	Adolpho Raphael Carpentieri e outros	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Inf. não localizada
451/96	Adua Aloise Joaquim	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Matrícula nº 3.799
021/97	Aimeé Ezra Shammas e outros	Loteam. Jardim Costa Sul	Inf. não localizada	Transcrição nº 5.694
045/97	Alberto Del Nero Millan e outros	Pacohyba	2 áreas	Matrícula nº 19.623 e 19.624
465/96	Alberto Storace e outros	Inf. não localizada	3.045.100 m2	Matrícula nº 27.765
026/97	Alberto Storace e Aline de Barros e Silva Storace	Ribeirão dos Castelhanos	5.369.000 m2	Matricula nº 19.022; Transcrição nº 2.542 e Inscrição nº 6.070

Processo nº	Interessado	Bairro/localidade	Área	Matrícula/transcrição
461/96	Alberto Storace e outros	Inf. não localizada	2.002.100 m2	Matrícula nº 12.195 e 9.059
463/96	Alberto Storace e outros	Inf. não localizada	3.133.180 m2	Matrícula nº 26.035
464/96	Alberto Storace e outros	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Matrícula nº 26.035
190/96	Alceu Pupo Leme da Silva e Nair Leme da Silva	Bairro do Curral	43,78 ha (2 glebas)	Transcrição nº 14.960; Matrícula nº 23.665
288/95	Alexandre Cunha Bueno Audrá e Giuliana Cunha Bueno Audrá	Praia das Enxovas	0,08 há	Transcrições nº 15.526, 15.527, 16.022, 15.905, 06 e 07
016/97	Alfredo Ignacio Spada Cancela e outros	Cidade Ara	Inf. não localizada	Transcrição nº 10.086
055/97	Aníbal Zacharias	Saco da Capela	140.000 m2	Transcrição nº 15.517
056/97	Aníbal Zacharias e Zélia Franco Zacharias	Saco Grande	Inf. não localizada	Matrícula nº 11.159
046/97	Anita Oliveira De Oliveira e Wilson de Oliveira	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Matrícula nº 17.187
150/97	Anna Castelli Cappanari e outros	Bairro São Pedro	Inf. não localizada	Inf. não localizada
1206/99	Annelvira Gabarra	Loteam. Sítio dos Sinos	Inf. não localizada	Transcrição nº 6.187
2621/00	Antonio Bosco Dos Reis e Maria Beatriz D'Ávila Cunha	Furnas	74.400 m2	Inf. não localizada
109/99	Antonio Plácido Gongora	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Inf. não localizada
032/97	Antonio Wilson Faria França	Siriúba	Inf. não localizada	Matrícula nº 9.024

Processo nº	Interessado	Bairro/localidade	Área	Matrícula/transcrição
415/96	Ary França e outros	Saco da Capela	Inf. não localizada	Matrícula nº 17.423; Transcrição nº 1528, 8.896, 10.659, 9.412, 10.875, 16.441, 1.258; e
048/97	Aurea Satika Kariya e Toshiyo Kariya	Parque Anacapri	Inf. não localizada	Matrícula nº 10.658
557/92	Badra S/A	Inf. não localizada	1.165 ha	Inf. não localizada
447/96	Bandeirantes Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Inf. não localizada	283.416 m2 e 152.893,42	Matrícula nº 14.337 e 29.881
270/94	Cabaraú S/A Hotelaria	Inf. não localizada	1.386.560 m2	Matrícula nº 4.974
661/98	Caixa Geral Sociedade Anônima Seguradora	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Inf. não localizada
041/97	Camile Katri e Youssef Nassim Katri	Inf. não localizada	100.320 m2	Matrícula nº 1.366
052/97	Carlos Augusto Telles Correa e outros	Chácara Caiçara		Matrícula nº 6.430
043/97	Carlos Renato De Costa Netto e outros		63 alq. pta.	Matrícula nº 19.102
290/97	Celso Aicardi e sua mulher	Murupiara, antiga Fazenda Poço	2.950.000 m2	Inf. não localizada
437/96	Charles Silva Luz	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Matrícula nº 16.455
012/97	Cicomac Agro Industrial Empreendimentos e Comércio S/A	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Matrícula nº 10.334
022/97	Claudio Eugenio Vanzolini e Sonia Viana Vanzolini	Inf. não localizada	20 ha	Transcrição nº 328



Processo nº	Interessado	Bairro/localidade	Área	Matrícula/transcrição
023/97	Claudio Eugenio Vanzolini e Sonia Viana Vanzolini	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Transcrição nº 8.208
029/97	Claudio Eugenio Vanzolini e Sonia Viana Vanzolini	Lagoa, Bairro de Castelhanos	23 ha	Transcrição nº 11.188
096/96	Cláudio Ivan Bueno Charoux e outros	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Transcrição nº 12.107 e 42/60
075/97	Clother Del Carlo e outros	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Inf. não localizada
040/97	Clovis Muller e outros	Loteamento Mirantes dos Castelhanos	600 m2	Transcrição nº 8.195
005/97	Companhia Química Metacril S/A	Inf. não localizada	48.390,99 m2	Matrícula nº 10.340
481/97	Companhia Química Metacril S/A	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Matrícula nº 27.776
455/96	Cybele Ramos de Lemos	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Inf. não localizada
037/97	Dottoliv - Indústria Comércios e Administração S/A	Bairro de Itaquanduba	322.855 m2	Transcrição nº 14.952
057/97	Edmundo De Oliveira Paschoal e outros	Inf. não localizada	879.250,50 m2	Transcrição nº 9.865 e 10.909
233/94	Edson Pombo	Bairro Beixiga	2 áreas (43.529 m2)	Transcrição nº 89 e 1.532
222/91	Elizabeth Agnes Cecilia Sebroeck e Joseph Albert Van Sebroeck	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Transcrição nº 8.219
228/93	Ellen Estel Tabacow e outros	Fazenda Pirabura	136,97 ha	Matrícula nº 19.533; Transcrição nº 6.471 e 9.884
450/96	Espólio de Caio Barbosa Tinoco	Sítio da Praia Mansa	80 ha	Matrícula nº 8.208;

Processo nº	Interessado	Bairro/localidade	Área	Matrícula/transcrição
				Transcrição nº 10.159
449/93	Espólio de Ivo Mendes de O. Andrade	Fazenda Laje	1.964,85 ha	Matrícula nº 10.476
035/97	Espólio de João Aloisi Sobrinho	Inf. não localizada	504.87 m2	Matrícula nº 21.768
031/97	Espólio de João Aloisi Sobrinho	Inf. não localizada	262.500 m2	Matrícula nº 7.672
060/97	Espólio de José Fernando Machado	Inf. não localizada	560 m2 e 480 m2	Matrícula nº 8.240 e 8.241
090/95	Espolio de Maria Angélica da Silva Gordo Bellio	Pirabura	153,3 ha	Matrícula nº 19.104
058/97	Espolio de Patrício Romão Sergio	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Transcrição nº 175
358/96	Espólio de Vera da Silva Gordo Sartorelli	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Matrícula nº 19.103
061/97	Espólio de Vera da Silva Gordo Sartorelli	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Matrícula nº 11.679
095/96	Espólio de Walter Casal de Rey E Outros	Saco da Capela	6,24 há	Inf. não localizada
454/96	Francisco Carlos Grisolia	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Matrícula nº 9.780
053/97	Francisco Carlos Kuzolitz e outro	Inf. não localizada	268.235,71 m2	Matrícula nº 18.795
448/96	Francisco Isidoro Aloise e Iole Sgarzi Aloise	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Matrícula nº 3.799
009/95	Giada Ruspoli	Loteam. Jardim Siriuba	12.458,60 m2	Matrícula nº 17.154 a 17.162
392/96	Gilberto Barth Pereira	Carabaú	Inf. não localizada	Matrícula nº 24.865
462/96	Giorgio Storace e outros	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Matrícula nº 27.767

Processo nº	Interessado	Bairro/localidade	Área	Matrícula/transcrição
1757/84	Guilherme Van de Kamp Júnior	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Inf. não localizada
027/97	Hélio Reale e outros	Inf. não localizada	198.000 m2, 960.000 m2	Transcrição nº 185, 402 e 425
319/96	Heloisa Helena Pinheiro Moraes	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Transcrição nº 239
457/96	Imobiliária e Administradora Brooklyn S/A	Inf. não localizada	124.600,00 m2	Matrícula nº 10.336
024/97	Indústria e Comércio Têxtil Said Murad S/A	Pacoíba	1.400.000 m2	Matrícula nº 17.979 e 18.336; Matrícula nº 12.122 e 18.285A
064/85	Indústria e Comércio Têxtil Said Murad S/A	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Inf. não localizada
025/97	J.P.S. Empreendimentos Imobiliários S/C Ltda	Inf. não localizada	100 ha	Matrícula nº 5.444
313/97	João Aloisi Sobrinho	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Inf. não localizada
315/97	João Aloisi Sobrinho	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Inf. não localizada
434/96	Joaquim de Oliveira Fontes Filho	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Inf. não localizada
054/97	Jorge Maroum	Bairro da Bexiga	Inf. não localizada	Matrícula nº 18.354
456/96	Jose de Assis Figueira e outros	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Transcrição nº 5.036
312/96	Lido Carlos Benassi	Inf. não localizada	652,615 ha	Transcrição nº 10.086 e 10.475
436/96	Luana Ceragioli	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Inf. não localizada

Processo nº	Interessado	Bairro/localidade	Área	Matrícula/transcrição
059/97	Luiz Tadeu de Oliveira Prado	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Transcrição nº 15.953
558/92	Maria Cristina Venturelli Helu e Michel Helu	Murupiara, antiga Fazenda do Poço	Inf. não localizada	Inf. não localizada
453/96	Maria Eunira Oliveira Facchina	Murupiara, antiga Fazenda do Poço	8.750.000 m2	Matrícula nº 33.935; Transcrição nº 14.825
452/96	Maria Helena Seixas Bastos	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Matrícula nº 15.580
271/94	Maria Leonor de Souza Gontier	Fazenda Engenho D'Água	454,73 ha; 4.517.312 m2	Transcrição nº 3C e 3D
296/95	Maria Sílvia Doria do Amaral	Inf. não localizada	174,54 ha	
064/97	Maria Sonia Pinheiro De Oliveira E Outros	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Transcrição nº 6.187
034/97	Mario Volcoff	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Matrícula nº 7.006
033/97	Mário Volcoff	Inf. não localizada	1.061.721 m2	
049/97	Mário Volcoff	Inf. não localizada	350 ha	Transcrição nº 7.578
020/97	Miguel Carlos Castro	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Matrícula nº 4.582; Transcrição nº 4.582
063/97	Nadia Castel de Catach e outros	Inf. não localizada	Vários lotes do Jardim Costa Azul	Transcrição nº 5.983
151/97	Nivia Maria Foschi	Loteamento Jardim Monte Cristo - Pirabura	480 m2	Matrícula nº 9.395

Processo nº	Interessado	Bairro/localidade	Área	Matrícula/transcrição
004/97	Noberto Landmann	Inf. não localizada	1.100 m2	Matrícula nº 27.602
962/98	Paganoni Empreendimentos Imobiliários Ltda. e SP Empreendimentos S/C Ltda.	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Inf. não localizada
051/97	Roberto Aguiar Correa	Inf. não localizada	1.500.000 m2	Transcrição nº 8.916
311/97	Roberto Aguiar Correa	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Inf. não localizada
050/97	Roberto de Aguiar Correa	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Transcrição nº 2.950
320/93	Roberto Schmidt	Inf. não localizada	72,80 ha	Inf. não localizada
112/97	Rubens Gargiulo Martinez	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Matrícula nº 7.321
030/97	Santa Mônica Empreendimentos e Part. S/C Ltda	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Transcrição nº 21.081 e 21.082
047/97	Santa Mônica Empreendimentos e Part. S/C Ltda	Inf. não localizada	77.000 m2	Transcrição nº 15.061
014/97	Sell - Sociedade de Empreendimentos Latino Am. Ltda. e outros	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Matrícula nº 10.658
393/96	Sirley Villas Boas Camargo Sarmiento	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Inf. não localizada
149/97	Tamie Komono e outros	Sítio dos Sinos, gleba Manacá, Bairro das	436 m2	Registro nº 14.464 e registro nº 9.985
017/97	Topiza Assessoria e Planejamento Imobiliário S/C Ltda	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Matrícula nº 15.848
150/95	Trindade Desenvolvimento Territorial S/A	Inf. não localizada	Inf. não localizada	Matrícula nº 27.916 e 27.917; Matrícula nº 6.156

Processo nº	Interessado	Bairro/localidade	Área	Matrícula/transcrição
314/94	Veridiana da Silva Prado	Prainha	22,98 ha	Matrícula nº 22.258

Anexo 226. Tabela de sistematização dos dados dos processos administrativos do SMA, IF e da FF (localização de áreas)

PA SMA nº	Interessado	Assunto	Gleba	Lote/quadra	Área	Abrangência	Sobreposição
40.299/97	Antonio Carlos de Oliveira	Solicita declaração referente à localização da área de propriedade	Loteamen Retiro a to DomCarmel (Rancho o Castelhan dos os)	Lote nº 07 da quadra nº 15; lotes 15 e 16 da quadra nº 27	1.100 m2 1.600,00 ; m2	Totalmente inserida no Parque	Sobrepõe-se totalmente com a gleba III objeto do processo SMA nº 43.580/95 e processo judicial 090/95 Comarca de Ilhabela reivindicada por Maria Angélica da Silva Gordo
40.820/00	Associação dos proprietários do Mirante da Ilha	Autorização para execução de barramento para captação de águas e tubulação para loteamento	Fazenda São Mathias - "Bairro Feiticeira"	Informação não localizada	Informação não localizada	Totalmente inserida no Parque	Nada consta
42.979/95	Carlos Laporta	Solicita informação referente	Gleba Brejaúva - loteamento "Sítio dos Sinos"	Lote nº0 da quadra 9 184	480,00 m2	Totalmente fora do Parque	Nada consta
41.657/97	Concetta Cordoni	Solicita localização de	Condomínio Parque	Lote nº0 da quadra 6	5.000,00 m2	Parcialmente abrangida pelo	Nada consta
42.089/97	Espólio- Plínio Figueiredo	Solicita expropriação de área	Informação não localizada	Glebas denominadas A e B	353,80 ha	Parcialmente (329,62 ha) abrangida pelo	Sobrepõe-se com cerca de 251,80 hectares com a gleba reivindicada por Badra S/A,

PA SMA nº	Interessado	Assunto	Gleba	Lote/quadra	Área	Abrangência	Sobreposição
43.269/94	Fabio Riodi Yassuda	Solicita informação referente	Fazenda São Mathias (a Feiticeira)	Informação (ação localizada)	363,00 ha	Parcialmente (306,21 ha) abrangida pelo	Nada consta
47.779/94	Frederico Merciano Vieira	Solicita informação referente localização do imóvel de sua propriedade	Loteamento Lagoa Cascata Velha	Lotes 05 e 07 da quadra "E" e lote 09 da quadra "F"	6,125 ha	Informação não localizada	Sobrepõe-se com a Fazenda Laje, área objeto do processo SMA nº 47.700/94 – Maria Iranice Troncha-espólio Ivo Mendes de Oliveira Andrade. A área da
42.871/96	Haroldo Jun Shibata	Solicita declaração referente localização área de sua	Condomínio "Praia das Caveiras"	Lote nº0 da quadra 6 "J"	5.000,00 m2	Parcialmente abrangida pelo Parque	Mesma localização do loteamento denominado "Sítio dos Sinos". Sobrepõe-se, totalmente, com o
42.244/91	Henriqu Carlos e Schmid	Declaração referente localização de	"Praia de Pirabura"	Informação (ação localizada)	72,8 ha	Totalmente inserida no Parque	Nada consta
46.274/94	Ibanez Andrad Silva e	Solicitação de declaração referente a	Praia da Figueira	Informação (ação localizada)	12,97 ha	Informação não localizada	Nada consta
43.041/02	Imobiliária Siriúba Construtora	Solicita informações sobre localização de	Loteamento "Jardi Siriúba" m	Gleba "2" (parcial)	31,65 ha	Parcialmente (cerca de 2,0 ha) abrangida pelo	Nada consta



PA SMA nº	Interessado	Assunto	Gleba	Lote/quadra	Área	Abrangência	Sobreposição
		de outubro de					
40.535/95	Instituto Florestal – equipe litoral norte	Indenização referente a desapropriação de área pertencente a Nelson Tabacow Felmanas inserido no Parque Estadual de Ilhabela	“Parte da Fazenda Pirabura” a	Informação não localizada	411,16 ha (área da escritura) e 443,86 ha (área calculada)	Totalmente inserida no Parque	Área objeto da desapropriação indireta nº 228/93 que tramita no Fórum de Ilhabela. Sobrepõe-se parcialmente com imóvel denominado condomínio Dom Carmelo (processo SMA nº 42.355/89) reivindicado por
40.536/95	Instituto Florestal – equipe litoral norte	Indenização referente a desapropriação de área pertencente a Veridiana da	“Prainha”	Informação não localizada	25,50 ha	Parcialmente (23,00 ha) abrangida pelo Parque	Área objeto da desapropriação indireta nº 314/94 que tramita no Fórum de Ilhabela. Ressaltamos que não
41.821/95	Instituto Florestal – Equipe	Ação de desapropriação indireta requerida	Fazenda Engenho D’Água o	Informação não localizada	454,73 ha	Parcialmente (81,71 ha) abrangida pelo	Localização de área objeto da ação de desapropriação indireta nº 271/94 da Vara
40.540/95	Instituto Florestal – equipe litoral	Indenização referente a desapropriação de área pertencente	Informação não localizada	Informação não localizada	Informação não localizada	Informação não localizada	Área objeto de desapropriação indireta nº 233/94 que tramita pelo Fórum de Ilhabela

PA SMA nº	Interessado	Assunto	Gleba	Lote/quadra	Área	Abrangência	Sobreposição
41.239/95	Iracy Silva Reis	Solicita localização de área de sua propriedade em dos Castelhanos	Loteamento Mirante dos Castelhanos	Informação não localizada	Informação não localizada	Informação não localizada	Nada consta
41.505/96	José Antonio de Lima	Solicita declaração referente à localização de áreas de sua propriedade	Retiro Dom Carmelo II G	Lote 13 da quadra 35	550,00 m2	Totalmente inserida no Parque.	Sobrepõe-se totalmente com o Quinhão III, objeto do processo SMA nº 43.580/95 e judicial nº 90/95, e é totalmente coincidente com a gleba reivindicada por Maria Lucia L. Faria
41.767/97	Lina Pereira	Solicita declaração referente à localização de	Gleba Brejaúva - loteamento "Sítio da dos Sinos"	Lotes 16 e 17 da quadra 66	960,00 m2	Totalmente inserida no Parque	Nada consta
40.112/97	Luciano Alves Teixeira Pinto	solicita declaração referente à localização de	"Jardim Siriúba - Gleba I" - 106	Lote nº da quadra 04	734,30 m2	Totalmente dos limites do	Nada consta
40.376/96	Maria de Oliveira	Solicita declaração referente à localização de	"Mirante dos Castelhanos"	Lote 20 da quadra 20	651,00 m2	Totalmente inserida no Parque	Nada consta
47.700/94	Maria Iranice Troncha (Ivo Mendes)	Solicita declaração referente à imóvel de sua propriedade	Informação não localizada	Informação não localizada	Informação não localizada	Parcialmente (1964,85 ha) abrangida pelo Parque	Sobrepõem-se em uma área de aproximadamente 6,50 hectares com a gleba denominada Cabaráú S/A

PA SMA nº	Interessado	Assunto	Gleba	Lote/quadra	Área	Abrangência	Sobreposição
							SMA nº 43.435/94 e processo S.A.A nº 236/77; processo SMA nº 47.700/94 – Fazenda Laje – Maria Iranice Troncha espólio de Ivo Mendes de Oliveira Andrade – área total = 2116,77 hectares e
43.270/94	Maria Leonor de Souza Dias da Silva	Solicita informação referente a	Fazenda Engenho D'Água	Informação o localizada	454,73 ha	Parcialmente (381,71 ha) abrangida pelo	Nada consta
40.266/97	Mituo Muto	Solicita declaração referente à localização de área de sua propriedade	Retiro "Carmelo" (Rancho dos Castelhanos)	Dom Lote nº 01 – A da Quadra nº 32	500,00 m2	Totalmente inserida no Parque	Sobrepõe-se totalmente com a gleba III, objeto do processo SMA nº 43.580/95 e processo judicial nº 090/95, Comarca de Ilhabela reivindicada por Maria Angélica da Silva
42.049/98	Nelson Ditt	Solicita declaração referente à localização de	Parque Anacapri - à Villa Espéria	-Informação o localizada	Informação não localizada	Informação não localizada	Nada consta
42.399/96	Nelson Giamo	Solicita localização de área de sua	Gleba Brejaúva	Lote 16 da	510,00 m2	Totalmente	Nada consta

PA SMA nº	Interessado	Assunto	Gleba	Lote/quadra	Área	Abrangência	Sobreposição
		no Parque Estadual de Sinos		26		Parque	
40.197/97	Nilsen Euclyd Pereira es	Solicita declaração referente a localização de área de sua propriedade	Gleba Fazenda Laje - loteamento de Gleba das Cascatas	Lote da 15 área 8 a quadra 16 "D"	2.697,00 m2	Totalmente inserida no Parque	A "Gleba das Cascatas" está, em sua totalidade inserida na área da "Fazenda Laje", objeto do processo judicial nº 449/93 - Comarca de Ilhabela - desapropriação
41.888/92	Orestes Pagni Gelli	Solicita certidão de propriedade no Parque Estadual do Portino	"Recanto Mineiro" - Bairro e localiza	Informação não localizada	47,87 ha	Parcialmente (42,64 ha) abrangida pelo	Nada consta
40.206/92	Paulo Pinto Nogueira	Solicita declaração referente a localização de	Informação não localizada	Informação não localizada	612.000 m2	Parcialmente abrangida pelo Parque	Nada consta
42.884/96	Pedro Lombardi	Solicita declaração referente a localização de	Gleba Guarupu - loteamento "Sítio dos Sinos"	Lote 16 da quadra 116	de 393,00 m2	Parcialmente abrangida pelo Parque	Nada consta
40.010/97	Rubens Massa Hayashimi da	Solicita declaração referente a localização de área de sua	Jardim Monte Cristo	Lote 19 da quadra 09	Informação não localizada	Totalmente inserida no Parque	Sobrepõe-se totalmente com a gleba A que é parte da Fazenda Pirabura reivindicada por Nelson
47.706/94	Sociedade Ilhabela Country Clube	Solicita de localização área em	Furnas/Jabaquara	Glebas A-04 e A- 05	57,27 ha	Parcialmente (50,00 ha) abrangida pelo	Foram analisados os documentos apresentados pelo interessado que dizem

PA SMA nº	Interessado	Assunto	Gleba	Lote/quadra	Área	Abrangência	Sobreposição
							m2; e uma área de
40.441/97	Takeshi Matsushita	Solicita declaração referente à localização de	Vila Balneária Solemar	Lote 14 da quadra 23	900, m2	Totalmente inserida no Parque	Nada consta
42.403/88	Tamandaré S/A	Solicita declaração referente à localização de	Informação não localizada	Informação não localizada	Informação não localizada	Informação não localizada	Nada consta
41.079/89	Tamandaré S/A	Desapropriação de propriedade denominada -	Informação não localizada	02 glebas	12,46 ha	Totalmente inserida no Parque	Nada consta
43.771/95	Alexandre Cunha Bueno Audrá	Desapropriação de área de Alexandre Cunha Bueno	Informação não localizada	Informação não localizada	79,56 ha	Parcialmente (50,00 ha) abrangida pelo	Não foi constatada nenhuma interferência com outras glebas em ação
40.379/95	Badra S/A	Ação ordinária de desapropriação indireta requerida	Informação não localizada	Informação não localizada	843,60 ha	Parcialmente (801,60 ha) abrangida pelo	
43.580/95	Maria Angélica da Silva Gordo Bellio	Ação de desapropriação indireta de terreno pertencente à Maria Angélica da	Informação não localizada	Informação não localizada	153,30 ha	Totalmente inserida no Parque	Sobrepõe-se totalmente com o Condomínio Dom Carmelo, objeto do processo SMA nº 42.335/89 e parcialmente com cerca de 68,00 ha, ou seja, 44,36% com a gleba B

PA SMA nº	Interessado	Assunto	Gleba	Lote/quadra	Área	Abrangência	Sobreposição
41.043/02	Miguel Carlos Castro	Solicita informações sobre localização de área no município de Ilhabela	Informação não localizada	Informação não localizada	237.453,37 m2	Parcialmente (166.217,29 m2) abrangida pelo Parque	Nada consta
40.154/03	José Alcides de Queiroz Alves	Demarcação de áreas particulares no interior do Parque Estadual de Ilhabela, após					

Anexo 227. Tabela de sistematização dos dados dos processos administrativos do SMA, IF e da FF (outros assuntos)

PA SManº	Interessado	Assunto
41.474/95	Instituto Florestal - Parque Estadual dellhabela	Solicitacessão de área pertencente à CESP
47.643/94	Instituto Florestal - Divisão de Reservas e Parques Estaduais	Solicitação à União de cessão do arquipélago que constitui o Parque Estadual dellhabela para a Administração Estadual
41.803/91	Instituto Florestal - Parque Estadual dellhabela	Alteração dos termos do Decreto que criou a Unidade
44.076/06	Imobiliária Siriúba Construtora Ltda.	Solicitação de demarcação de área denominada Morro do Elefante, localizada no Município dellhabela
248/06	Michel Helú	Análise de projeto de ocupação racional de área localizada no município dellhabela
88.999/04	Pérsio José Ribeiro Carneiro	Solicita Desembargo para construção de residência
40.154/03	José Alcides de Queiroz Alves	Demarcação de áreas particulares no interior do Parque Estadual dellhabela, após decisão judicial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
42.365/03	Banco Bradesco S.A.	Doação de área com 32.875,00m <sup>2</sup> em Ilhabela - São Sebastião
265/00	Marcelo Fernandes Dias e Isleida Aparecida Emidio Dias	Doação de área abrangida pelo Parque Estadual dellhabela
42.708/95	Scopel Empreendimentos e Obras Ltda.	Doação de lotes de terra ao Instituto Florestal para construção de sede do Parque Estadual
40.154/03	José Alcides de Queiroz Alves	Demarcação de áreas particulares no interior do Parque Estadual dellhabela, após decisão judicial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Anexo 228. Tabela de sistematização dos dados dos processos administrativos da PGE

PA PGE nº	Interessado	Assunto
993/06	Instituto Florestal da Secretariado Meio Ambiente	Demarcação do Parque Estadual de Ilhabela
1760/04	Diretorado Parque Estadual de Ilhabela	Regularização Fundiária do Parque Estadual de Ilhabela



Portaria Normativa FF/DE nº 211/2014

Assunto: Dispõe sobre a operação da Estrada Parque dos Castelhanos e estabelece critérios e procedimentos administrativos para o uso de veículos automotores, ciclistas e pedestres, no interior do Parque Estadual Ilhabela.

O Diretor Executivo da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais; e

Considerando a Lei Federal nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC e estabeleceu critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, e o Decreto Federal nº 4.340/2002, que regulamenta os artigos da mencionada Lei;

Considerando o Decreto Estadual nº 51.453/2006, que instituiu o Sistema Estadual de Florestas - SIEFLOR, alterado pelo Decreto Estadual nº 54.079/2009;

Considerando o disposto na legislação ambiental incidente sobre o território protegido pelo Parque Estadual de Ilhabela – PEIB, criado pelo Decreto nº 9.414, de 20.01.1977;

Considerando a Resolução SMA nº 59/2008, que regulamenta os procedimentos administrativos de gestão e fiscalização do uso público nas Unidades de Conservação de Proteção Integral do Sistema Estadual de Florestas do Estado de São Paulo;

Considerando a Resolução Conjunta SMA/ST-004/2010, que dispõe sobre a implantação e operação da Estrada de Castelhanos, de acordo com o Decreto Estadual nº 53.146/2008; que define os parâmetros para a implantação, gestão e operação de estradas no interior de Unidades de Conservação de Proteção Integral no Estado de São Paulo e dá providências correlatas;

Considerando a necessidade de garantir a proteção do patrimônio natural, histórico, cultural e arqueológico da unidade de conservação, por meio da implementação de ações de fiscalização e educação ambiental;

Considerando a necessidade de estimular a garantia dos direitos e do bem estar das comunidades tradicionais da baía dos Castelhanos;

Considerando que as obras de perenização do leito da estrada com cascalho e a implantação de sistema de drenagem na Estrada Parque dos Castelhanos facilitaram o tráfego de veículos e possibilitaram o aumento no fluxo de usuários para acessar a

Baia dos Castelhanos;

Considerando, sobretudo, a necessidade de oferecer condições mínimas de segurança ao usuário da Estrada Parque dos Castelhanos;

RESOLVE:

Artigo 1º - Esta Portaria tem por finalidade estabelecer critérios e procedimentos visando adequar a circulação e o uso da Estrada Parque dos Castelhanos, no trecho interno do Parque Estadual Ilhabela – PEIb.

Parágrafo Único: Caberá à Fundação Florestal, ou à empresa por ela designada, exercer o controle e a contagem dos veículos e pessoas que adentram a Unidade de Conservação.

#### DAS REGRAS GERAIS

Artigo 2º – O Parque Estadual de Ilhabela permanecerá aberto à visitação pública, no trecho da Estrada Parque e Trilha da Água Branca, para pedestres, ciclistas e veículos das 7h00 às 18h00 (no horário de verão até as 19h00).

I. O ingresso para entrada no PEIb deverá ser adquirido até às 16h00.

#### DO CONTROLE, CAPACIDADE DE SUPORTE, RESTRIÇÕES DE DIAS E HORÁRIOS, CARGA, TIPO DE VEÍCULO, VELOCIDADE PERMITIDA E CONDUTAS

Artigo 3º – Fica limitado o número referencial máximo de 107 (cento e sete) veículos automotores particulares por dia, e 60 (sessenta) motocicletas que poderão acessar o Parque Estadual de Ilhabela e transitar na Estrada Parque dos Castelhanos, distribuídos da seguinte forma:

- I. 65 (sessenta e cinco) condutores de veículo 4x4 que exercem atividade turística no Parque; e
- II. 42 (quarenta) veículos particulares (4x2 e 4x4).

§ 1º - Os veículos que excederem a capacidade de carga diária estabelecida nesta Portaria não poderão adentrar o Parque Estadual de Ilhabela.

§ 2º - Essa limitação não se aplica aos veículos dos moradores da Baía de Castelhanos, que serão devidamente identificados pelo PEIb.

§ 3º - As 122 vagas de estacionamento para veículos na Praia de Castelhanos serão destinadas para 107 veículos e 60 motocicletas, que ocuparão o espaço destinado a 15 vagas de veículos.

Artigo 4º – Aos usuários que não conseguirem acesso à estrada com seus veículos particulares é facultada a entrada por meio dos jipes credenciados pelo PEIb.

- I. No período de alta temporada, de 20 de dezembro a 15 de janeiro, finais de semana de janeiro e fevereiro, carnaval e feriados, o número mínimo de 04 veículos credenciados estarão em operação na Guarita do PEIb;
- II. Aos finais de semana ao longo do ano, 02 veículos credenciados estarão em operação na Guarita do PEIb;

Parágrafo único – A quantidade de jipes em operação no interior do PEIb poderá ser alterada diante da avaliação de demanda da operação.

Artigo 5º – No trecho interno ao PEIb, o tráfego de veículos, ciclistas e pedestres na Estrada Parque dos Castelhanos deverá observar, além das normas específicas de tráfego, os seguintes critérios e procedimentos:

- I. Um sentido único de trânsito de veículos automotores, da seguinte forma: a.
  - das 07h00 às 14h00, fluxo apenas no sentido Perequê - Castelhanos;
  - b. das 15h00 às 18h00, sendo a saída de Castelhanos até às 17h00, apenas fluxo no sentido Castelhanos – Perequê; e
  - c. No horário brasileiro de verão, o fluxo no sentido Castelhanos - Perequê fica estendido até às 19h00, sendo a saída de Castelhanos até às 18h00.
- II. A velocidade máxima permitida é de 30 km/h;
- III. Os usuários deverão passar pelos procedimentos de controle ao adentrar a unidade de conservação e atentar às orientações fornecidas pelos funcionários ou por terceirizados a serviço do Parque Estadual de Ilhabela;

- IV.É proibido o tráfego de veículos e ciclistas fora do leito da estrada, tais como desvios, trilhas e margens com vegetação;
- V.É proibida a circulação de veículos cujo peso total (veículo + carga) possa ultrapassar a 4 (quatro) toneladas;
- VI.É proibido o uso de correntes nos pneus;
- VII. É proibido disputar corrida, *rally*, *cross*, demonstrar ou exibir manobra perigosa, arrancada brusca, derrapagem ou frenagem com deslizamento ou arrastamento de pneus, independentemente do tipo de veículo;
- VIII. Fica proibido o estacionamento ao longo da via, exceto nas áreas de descanso, devidamente sinalizadas;
- IX.Os condutores de veículos automotores deverão priorizar a passagem de pedestres e ciclistas e atentar à fauna presente na Estrada Parque;
- X. Os condutores de veículos deverão atentar para a possibilidade de encontro com pedestres, bem como com veículos devidamente autorizados, trafegando no contra-fluxo;
- XI.Os condutores deverão priorizar a passagens de viaturas oficiais e, em caso de aviso de sinal sonoro e visual de viaturas em curso de atendimento de emergências pelo Corpo de Bombeiros, o usuário deverá estacionar o veículo na lateral da estrada e aguardar sua passagem e em hipótese alguma se deslocar e dividir a pista com tais veículos;
- XII. O uso de equipamentos de segurança, assim definidos pelo CTB é obrigatório;
- XIII. Ciclistas deverão trafegar no mesmo sentido de fluxo estabelecido para os veículos automotores;
- XIV. Fica recomendado o uso da Estrada por pedestres e ciclistas nos primeiros horários da manhã, quando o fluxo de veículos ainda é mais baixo; e
- XV. É proibida a circulação de pedestres fora do leito da estrada e das trilhas autorizadas (trilhas da Água Branca, “Atalho 1” e “Atalho 2”).

Parágrafo único – A Polícia Militar, Polícia Civil e demais órgãos fiscalizadores poderão realizar operações de fiscalização na Estrada sem prévia comunicação.

Artigo 6º – O trecho interno da Estrada Parque, que compreende a área da unidade de conservação, permanecerá fechado para veículos automotores das 18h00 às 7h00 e, no horário de verão a partir das 19h00, exceto:

- I. Quando necessária a entrada de automóveis para remoção de veículos quebrados, atolados ou que necessitem de resgate, quando não envolver prestação de socorro a vítimas de acidentes, deverá ser realizada após o horário de funcionamento da estrada, ou seja, das:
  - a. 18h00 às 22h00; e
  - b. 19h00 às 22h00 no horário de verão.
- II. Entre às 6h00 e 7h00, para agências credenciadas junto ao PEIb em roteiros e atividades de ecoturismo para as quais seja imprescindível adentrar a unidade antes do horário, mediante solicitação de autorização conforme Anexo I e aquisição antecipada de ingresso;
- III. Para veículos e pessoas envolvidas em atividades que revertam benefícios diretos à comunidade tradicional da Baía dos Castelhanos e à Unidade de Conservação, em caráter excepcional e mediante autorização do PEIb, a ser solicitada com antecedência mínima de 7 (sete) dias na sede administrativa, conforme Anexo I e assinatura de termo de compromisso no Anexo V desta Portaria; e
- IV. Os condutores de veículo 4x4 cadastrados no PEIb que prestarem assistência à comunidade tradicional da Baía dos Castelhanos por meio do transporte dos mesmos para realizarem compras no município, poderão adentrar a UC a partir das 5h00.

Artigo 7º – Somente serão permitidos os serviços de manutenção da estrada e seus equipamentos, em dias úteis e mediante autorização prévia da administração do PEIb, bem como a prestação de serviços aos usuários que necessitem a utilização de máquinas e caminhões.

Artigo 8º – É vedada a utilização de escapamento sem silencioso e sem abafador (aberto) e emissão de som alto (acima de 45 decibéis).

Parágrafo único – A CETESB, Polícia Militar e demais órgãos competentes poderão realizar vistorias na Estrada sem prévia comunicação.

Artigo 9º – Fica proibido o tráfego de vans, micro-ônibus e ônibus na Estrada Parque.

Artigo 10 – Os interessados na realização de eventos e grupos organizados, por exemplo jipe-clubes, deverão cumprir o estabelecido na Portaria Normativa FF/DE nº 186/2013 e protocolar pedido de autorização, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, junto à administração do PEIb.

Parágrafo único – Eventos e grupos organizados acima referidos não poderão fazer uso da Estrada Parque durante a temporada (de 01 de dezembro a 28 de fevereiro) e feriados, sendo os veículos contabilizados na cota de particulares, para efeitos do Artigo 2º desta portaria.

Artigo 11 – É proibido o abandono de lixo, a retirada de plantas, caça, pesca, bem como demais ilícitos previstos na legislação ambiental vigente.

Artigo 12 – É proibido o consumo de bebidas alcoólicas no interior da unidade de conservação.

#### DA INTERDIÇÃO TOTAL OU PARCIAL DA ESTRADA PARQUE

Artigo 13 – A administração do PEIb poderá determinar interdição total ou parcial da estrada, sempre que as condições de tráfego estiverem colocando em risco os usuários, o meio ambiente ou o leito da estrada.

Parágrafo único – A administração do PEIb poderá solicitar apoio da Defesa Civil para a interdição total ou parcial da estrada.

#### DO CADASTRO

Artigo 14 – Deverão se cadastrar junto à administração do PEIb, conforme formulários nos Anexos II, III e IV desta Portaria, os seguintes usuários:

- I. Moradores e proprietários de residências da Baía dos Castelhanos;
- II. Proprietários de estabelecimentos comerciais da Baía dos Castelhanos;
- III. Funcionários que prestam serviços na Baía dos Castelhanos;

- IV. Empresas de turismo que operam na Estrada Parque;
- V. Condutores profissionais de veículo 4x4 que operam na Estrada Parque; e
- VI. Monitores de ecoturismo.

Artigo 15 – Os condutores cadastrados deverão apresentar competências compatíveis com a atividade exercida, atender ao estabelecido no formulário de cadastro, conforme Anexo III e obedecer aos critérios abaixo, quando em operação na Estrada Parque:

- I. Praticar a ética profissional junto aos clientes, demais usuários da estrada e funcionários a serviço da Fundação Florestal;
- II. Bem atender o visitante e fornecer, obrigatoriamente, informações sobre o Parque Estadual, o município e as comunidades tradicionais da Baía dos Castelhanos;
- III. Orientar o cliente quanto às condutas permitidas e proibidas na UC, condutas responsáveis junto à comunidade tradicional da baía dos Castelhanos, bem como condutas de mínimo impacto;
- IV. Orientar sobre as condições da estrada, duração do passeio e procedimentos de segurança;
- V. Utilizar a credencial a ser fornecida no cadastro em local visível, na forma de crachá;
- VI. Apresentar o formulário constante do Anexo VI, devidamente preenchido a cada vez que operar na estrada;
- VII. Atender às normas previstas na Norma ABNT NBR 15383.

Artigo 16 – Os veículos cadastrados deverão obedecer aos critérios abaixo e atender as especificidades estabelecidas no formulário de cadastro, conforme Anexo IV, no que diz respeito a:

- I. Utilização do adesivo do Parque com a numeração do cadastro em local visível;

- II. Estar em boas condições de conservação e manutenção;
- III. Apresentar equipamentos de segurança estabelecidos pela legislação pertinente;
- IV. Estar de acordo com as demais condicionantes previstas na Norma ABNT NBR 15453;
- V. Garantia de seguro de acidentes pessoais aos passageiros;
- VI. Portar equipamentos de primeiros socorros no veículo e de radiocomunicação;
- VII. Atestado de vistoria do INMETRO;
- VIII. Demais exigências previstas no Anexo IV.

Parágrafo único – Na falta do atestado de vistoria do INMETRO, fica válida a apresentação do atestado de vistoria do Ciretran para fins de cadastro, ficando estabelecido o prazo improrrogável de 06 (seis) meses para a apresentação do atestado de vistoria do INMETRO, visando a finalização do cadastro no PEIb.

Artigo 17 – Caberá à equipe do PEIb:

- I. a fiscalização do cumprimento desta Portaria;
- II. solicitar o apoio da Polícia Militar Ambiental, da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Prefeitura Municipal de Ilhabela e dos demais órgãos fiscalizadores para o fiel cumprimento desta Portaria;
- III. aplicar as sanções previstas em Lei pelo descumprimento ao disposto na presente Portaria e o desacato às orientações dos funcionários ou prestadores de serviço junto à Fundação Florestal por quaisquer usuários.
- IV. impedir o acesso de veículos que não obedecerem às normas do Código de Trânsito Brasileiro, especialmente:
  - a. Veículos sem placas, ou com as mesmas ilegíveis ou danificadas;
  - b. Veículos não adaptados para transporte de pessoas ou com pessoas na caçamba;



- c. Motoristas e passageiros sem cinto de segurança.

## DAS EXCEÇÕES

Artigo 18 – Os veículos de polícia, ambulância, bombeiros, defesa civil e outros veículos oficiais em serviço não estão inseridos nos impedimentos de tráfego constantes desta Portaria.

Artigo 19 – Se necessário, proprietários de imóveis, de comércio na Baía dos Castelhanos e respectivos funcionários, devidamente cadastrados, poderão trafegar fora dos horários estabelecidos por esta Portaria, mediante apresentação de crachá de identificação na Guarita do PEIb.

Parágrafo único – Cada comércio da Baía dos Castelhanos poderá cadastrar no máximo 5 (cinco) funcionários/prestadores de serviço que, em caso de necessidade, poderão trafegar fora dos horários estabelecidos, e o proprietário do estabelecimento comercial é responsável pelo cadastrado e por informar a administração do PEIb quando o mesmo deixar de prestar serviços em seu comércio.

Artigo 20 – O tráfego de veículos automotores com capacidade de carga superior ao estabelecido e veículos enquadrados ou não nesta portaria, poderá ser autorizado em caráter excepcional, com prévia justificativa da necessidade de acesso ao local indicado, mediante solicitação de autorização na sede administrativa do PEIb, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias e assinatura de termo de compromisso, conforme Anexo V desta Portaria.

## DA COBRANÇA DE INGRESSOS

Artigo 21 – A cobrança de ingresso ao Parque será estabelecida por meio de Portaria Normativa específica da Fundação Florestal.

## DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 22 – O desacato às orientações dos funcionários ou prestadores de serviço junto à Fundação Florestal por quaisquer usuários, ensejará as sanções previstas em Lei.

Artigo 23 – O descumprimento desta portaria, da legislação ambiental, criminal, de contravenções penais e demais legislações pertinentes, ensejará o descredenciamento do condutor, da empresa/agência operadora de turismo, do monitor, prestador de serviço e demais cadastrados junto ao PEIb.

Parágrafo único – O descredenciamento será analisado e decidido pelo Conselho Consultivo do PEIb, ou, em caráter excepcional, pela administração do PEIb – Fundação Florestal.

Artigo 24 – Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, ficando revogadas as Portarias 71/2008, 74/2009 e 199/2013.

São Paulo, 29 de maio de 2014.

OLAVO REINO FRANCISCO  
Diretor Executivo

ANEXO I

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO - PEIb \_\_\_\_/\_\_\_\_

DADOS PESSOAIS	
Solicitante Responsável:	
CPF/ RG:	
Telefone Residencial:	Celular:
E-mail:	
Cadastro PEIb:	
JUSTIFICATIVA	
Data Solicitada:	Horário Solicitado:
AUTORIZAÇÃO SOLICITADA PARA: (NOME, CPF, RG)	
• _____	
• _____	
• _____	
• _____	
• _____	
VEÍCULOS (MODELO/PLACA)	
• _____	
• _____	
• _____	
• _____	
• _____	

Ilhabela,

Assinatura:

## ANEXO II

FOTO

FICHA DE CADASTRO DE PESSOA FÍSICA  
(MORADORES, PROPRIETÁRIOS, COMERCIANTES)

DADOS PESSOAIS			
Nome:			
RG:		CPF:	
Data de Nascimento:			
Profissão/ Atividade:			
Estado Civil:			
Nome do Pai:			
Nome da Mãe:			
Telefone:		Email:	
ENDEREÇO			
PRAIA/ COMUNIDADE:			
<input type="checkbox"/> Morador	<input type="checkbox"/> 2ª Residência	<input type="checkbox"/> Locatário	<input type="checkbox"/> Proprietário *no caso de morador ou 2ª res. que possui outra casa além da sua
Rua:		Nº:	compl.:
Bairro:			
Cidade:		Estado:	CEP:
Referência			
Coordenadas geográficas			
Latitude		Longitude	
VEÍCULO			
Placa	Modelo		Cor
OBSERVAÇÕES:			
Documentos anexados: <input type="checkbox"/> RG <input type="checkbox"/> CPF <input type="checkbox"/> Doc. Imóvel <input type="checkbox"/> Contrato de aluguel <input type="checkbox"/> outros (especificar):			

Ilhabela,

Assinatura:

## ANEXO III

FICHA DE CADASTRO DE CONDUTORES  
VEÍCULOS 4X4 E MONITORES AMBIENTAIS

FOTO

DADOS GERAIS	
Nome Completo*:	
Data de Nascimento*: ____/____/____	Local*:
Nacionalidade*:	
RG*:	CPF:
CNH*:	Categoria*:
Endereço Residencial*:	
Bairro*:	Cidade*:
Estado*:	CEP*:
Telefone*:	Fax*:
Celular*:	Morador de Ilhabela desde*:
E-mail*:	Cidade de origem*:
Presta serviço para agência? Sim ( ) Não ( )	
Qual(is)?	
ESCOLARIDADE	

Ensino Formal:

Ensino Médio

Ensino Técnico Superior. Qual: \_\_\_\_\_

Ensino Superior

Qual: \_\_\_\_\_

Pós Graduação

Qual: \_\_\_\_\_

Outros cursos de capacitação em monitoria realizados:

Curso1:

Ano:

Instituição:

COMPROVADO?  Sim  Não

Curso2:

Ano:

Instituição:

COMPROVADO?  Sim  Não

Curso3:

Ano:

Instituição:

COMPROVADO?  Sim  Não

Línguas estrangeiras:

Inglês	Básico	Intermediário	Fluente
( )	( )	( )	( )
Espanhol	Básico	Intermediário	Fluente
( )	( )	( )	( )
Outro	Básico	Intermediário	Fluente
	( )	( )	( )

#### ATIVIDADES EXTRAS

Faz parte da Brigada Voluntária de Salvamento?

Sim  Não

Faz parte de Brigada Voluntária de manutenção de trilhas e atrativos?

Sim  Não

Descrição de outras competências específicas do condutor:

---



---



---

#### OPÇÃO DE CADASTRAMENTO

Opto pelo cadastramento como prestador de serviços com veículos Off-road na seguinte unidade de conservação:

PARQUE ESTADUAL DE ILHABELA

Documentos entregues no ato do cadastro

- Cópia do RG
- Cópia da CNH\*
- Cópia da credencial da capacitação de condução de veículos Off-Road na UC\*
- Cópia da credencial de Monitor Ambiental do Parque Estadual\*\*
- Cópia de atestados que comprovem as outras capacitações declaradas
- Assinatura termo de compromisso e ciência

*\*Documentos a serem entregues apenas por condutores de veículos 4x4 \*\*Documentos a serem entregues apenas por monitores ambientais*

Ilhabela,

Assinatura:

## ANEXO IV

FICHA DE CADASTRO DE AGÊNCIAS DE TURISMO  
PRESTADORAS DE SERVIÇOS COM VEÍCULOS

DADOS GERAIS	
Nome da Agência:	
CNPJ:	Data de fundação:
Nome do Responsável:	
RG:	CPF:
Endereço Comercial:	
Bairro:	Cidade:
Estado:	CEP:
Telefone:	Fax:
Celular:	E-mail:
DADOS DOS VEÍCULOS UTILIZADOS	
Veículo 1:	
Marca:	Modelo:
Placa:	Ano:
Veículo 2:	
Marca:	Modelo:
Placa:	Ano:
Veículo 3:	
Marca:	Modelo:
Placa:	Ano:
Veículo 4:	
Marca:	Modelo:
Placa:	Ano:
OPÇÃO DE CADASTRAMENTO	
Opto pelo cadastramento da Agência de Turismo como prestadora de serviços com	



veículos Off-road na seguinte unidade de conservação: PARQUE ESTADUAL DE  
ILHABELA

Documentos entregues no ato do cadastro

DOCUMENTOS DA EMPRESA:

- Cópia do RG do responsável\*
- Cópia do Cadastur
- Alvará de funcionamento - Prefeitura Municipal de Ilhabela
- Assinatura de termo de compromisso e ciência

DOCUMENTOS DOS VEÍCULOS:

- Cópia do documento do veículo devidamente licenciado
- Atestado de Vistoria do INMETRO
- Alvará do veículo – Prefeitura Municipal de Ilhabela

Ilhabela,

Assinatura:

PROTOCOLO DE ENTREGA (para uso da administração do PEIb)

Placa	Data:	Recebido:	Carimbo PEIb

## ANEXO V

### TERMO DE COMPROMISSO

Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_ provindo de (CIDADE/ESTADO) \_\_\_\_\_, estou ciente das Normas de operação estabelecidas pela presente Portaria Normativa da Fundação Florestal, bem como da legislação ambiental incidente à Estrada Parque dos Castelhanos e às Unidades de Conservação (Lei Federal 9.985/2000, Lei Federal 9.605/1998, Decreto 9.414/1977, Decreto Estadual 53.146/2008) e demais normativas referentes à fiscalização e ao Uso Público – Resolução SMA 32/1998 e SMA 32/2010.

Afirmo estar ciente do conteúdo deste Termo de Responsabilidade, das implicações cabíveis quando de seu descumprimento e comprometo-me a cumprir as seguintes determinações:

1. Adotar conduta responsável durante o trajeto na Estrada Parque dos Castelhanos atentando-me para a segurança dos passageiros do meu veículo, demais automóveis e motociclistas e, principalmente, pedestres e ciclistas;
2. Facilitar a ultrapassagem de veículos oficiais e viaturas em curso de atendimento de ocorrências e situações de emergência na Estrada Parque dos Castelhanos;
3. No caso de grupos organizados, facilitar a ultrapassagem de veículos comerciais em serviço, de forma a não comprometer os roteiros de visita turística e a visita de demais usuários, bem como a segurança das partes.
4. Evitar todo e qualquer tipo de impacto ambiental, em especial a não descartar resíduos, evitar atropelamentos de fauna, evitar erosão do leito de cascalho da estrada, pois o material compromete os corpos d'água, e não retirar, em nenhuma hipótese qualquer material no interior da UC;
5. Respeitar comunidades tradicionais residentes em área de Parque e ao seu entorno.
6. Respeitar as orientações dos funcionários a serviço da UC e demais legislações que protegem e estabelecem regras de uso da estrada e praia dos castelhanos.

7. Respeitar as determinações estabelecidas nas normas e eventual autorização da Fundação Florestal a qual esteja vinculado este termo de compromisso, sob o risco de aplicação das sanções correspondentes, se autorizações forem utilizadas para finalidades não previstas na mesma;
8. Comprometo a seguir as normativas abaixo, quando aplicáveis as atividades que exerço:

ABNT NBR 15453 – Turismo de Aventura - Condutores de Turismo fora-de-estrada em veículos 4x4 ou bugues – Requisitos para produto.

ABNT NBR 15286 – Turismo de aventura – Informações mínimas preliminares a clientes;

ABNT NBR 15383 – Turismo de Aventura - Condutores de Turismo fora-de-estrada em veículos 4x4 ou bugues – Competências de Pessoal;

ABNT NBR 15398 - Turismo de aventura - Condutores de caminhada de longo curso - Competências de pessoal;

ABNT NBR 15400 - Turismo de aventura - Condutores de canionismo e cachoeirismo - Competência de pessoal;

ABNT NBR 15505 - Turismo com atividade de caminhada;

ABNT NBR 15505-2 - Turismo com atividade de caminhada – Parte 2;

ABNT NBR 15509-1 – Cicloturismo;

LEI nº - 11.771 de 17 de Setembro de 2008 - Lei Geral do Turismo.

Declaro ciência e estar de acordo com o compromisso de cumprimento dos termos acima descritos.

Ilhabela,

Assinatura:

ANEXO VI

FORMULÁRIO PARA CONDUTORES COMERCIAIS



FUNDAÇÃO FLORESTAL

**PARQUE ESTADUAL DE ILHABELA**

**CONTROLE DE VISITAÇÃO NA ESTRADA DOS CASTELHANOS**

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Horário de saída: \_\_\_\_\_

Horário previsto para retorno: \_\_\_\_\_

Nome da

Empresa: \_\_\_\_\_

Telefone de contato: \_\_\_\_\_

Nome do

Condutor: \_\_\_\_\_

Placa do

Veículo: \_\_\_\_\_

Número de passageiros: \_\_\_\_\_



FUNDAÇÃO FLORESTAL

**Portaria Normativa FF/DE nº 218/2014**

**Assunto:** Altera os artigos da Portaria Normativa FF/DE 191/2013, no que se refere ao Sistema de Cobrança de Ingressos nas Unidades de Conservação administradas pela Fundação Florestal.

O **Diretor Executivo** da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Lei Federal nº 9.985/00, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC e estabeleceu critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação - UC;

Considerando o Decreto Estadual nº. 51.453/06, a Resolução SMA 16/07 e o Decreto Estadual nº 54.079/09, que dispõem sobre o Sistema Estadual de Florestas - SIEFLOR; e

Considerando a necessidade de readequar os valores de cobrança dos ingressos de pessoas pela utilização da estrutura, atrativos e serviços oferecidos pelas UC.

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Altera o Artigo 6º e seu Parágrafo único, Artigo 8º e seus Parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º, Artigo 14 e seus Parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º, e Artigo 26 e seus Parágrafos 1º e 2º, todos da Portaria Normativa FF/DE nº 191/2013, que passam a vigorar com a seguinte redação:

**Artigo 6º** - Os ingressos serão disponibilizados para venda ao público nas UC e/ou em pontos de vendas remotos.

**Parágrafo único** - Cabe ao Diretor Executivo - DE da Fundação Florestal estabelecer a implantação de novos postos e formas de venda de ingressos.

**Artigo 8º** - Os ingressos serão emitidos pela Fundação Florestal ou por empresa por esta autorizada.

**§ 1º** - Os ingressos deverão conter o logotipo institucional da Fundação Florestal, o brasão do Estado de São Paulo e a identificação da unidade, conforme previsto no Manual de Identidade Visual da Fundação Florestal, além da numeração sequencial por unidade e por tipo de ingresso;

**§ 2º** - Caberá ao Núcleo de Novos Negócios e Parcerias - NNNP, estabelecer os padrões de emissão dos ingressos, efetuar o controle numérico dos mesmos, sua distribuição e eventual remanejamento entre as unidades, e mantê-los em estoque sob sua guarda;



Rua do Horto, 931 – Horto Florestal – São Paulo – CEP 02377-000  
Tel.: 11 2997 5000 – [www.florestal.sp.gov.br](http://www.florestal.sp.gov.br)





FUNDAÇÃO FLORESTAL

§ 3º - Caberá ao NNNP, em situações excepcionais e devidamente justificadas com a aprovação da Diretoria Executiva desta Fundação Florestal, efetuar o remanejamento dos ingressos entre as unidades ou a sua confecção;

§ 4º - Na impossibilidade de remanejamento de ingressos, poderão estes ser confeccionados sem identificação da unidade, desde que estabelecida numeração e limitada sua quantidade, para suprir a situação de emergência, com a autorização da Diretoria Executiva.

**Artigo 14** - O controle dos processos de autorização e produção de ingressos será realizado pelo NNNP com a contribuição da administração das unidades.

§ 1º - Caberá às unidades informar ao NNNP, até o dia 10 de cada mês, a posição do estoque de cada classe de ingresso referente ao último dia do mês anterior, com a respectiva numeração, de acordo com o Anexo VI;

§ 2º - A Administração das unidades efetuará o controle das isenções concedidas e mensalmente encaminhará relatório à Diretoria Administrativa e Financeira através da Gerência e Diretoria responsável conforme o Anexo IV;

§ 3º - Os ingressos confeccionados deverão ser retirados pelo responsável da unidade, diretamente no NNNP, por meio de memorando com classe e quantidades necessárias;

§ 4º - Após a retirada dos ingressos em estoque, a responsabilidade pela guarda, controle e utilização serão da administração da unidade.

**Artigo 26º** - Os valores dos ingressos serão reajustados anualmente, a partir do dia 1º de fevereiro do ano vigente, com base na tabela de preços do ano anterior, com aplicação da variação do IPC-FIPE correspondente ao período de janeiro a dezembro ao ano anterior.

**Parágrafo Único** - Poderão ser realizados ajustes extraordinários desde que devidamente justificados pelo NNNP, e aprovados pela Diretoria Executiva.

**Artigo 2º** - Ficam acrescentados os Parágrafos 1º e 2º ao artigo 10 da Portaria Normativa FF/DE nº 191/2013, e renumerado o seu Parágrafo Único para Parágrafo 4º na forma que segue:

§ 1º - Serão isentos do pagamento de ingresso os moradores de Ilhabela e os membros da comunidade tradicional, comerciantes ou proprietários de 2ª residência da Baía dos Castelhanos, devidamente cadastrados pela administração do Parque Estadual de Ilhabela - PEIB;

§ 2º - Para a isenção formulada no parágrafo anterior, o beneficiado deverá cadastrar-se na Sede Administrativa do PEIB, por meio do preenchimento de



Rua do Horto, 931 - Horto Florestal - São Paulo - CEP 02377-000  
Tel.: 11 2997 5000 - [www.florestal.sp.gov.br](http://www.florestal.sp.gov.br)







FUNDAÇÃO FLORESTAL

formulário próprio e comprovação de sua condição, conforme estabelecido no anexo V desta Portaria;

**§ 3º** - Aos estudantes legalmente identificados através de documento hábil com foto e data, que poderá ser complementado com outros documentos, será concedido o desconto de 50% do valor estabelecido para o pagamento de ingresso de pessoas.

**Artigo 3º** - Ficam revogados o Parágrafo Único do artigo 9º, Parágrafo 5º do Artigo 14, e o Artigo 27 da Portaria Normativa FF/DE nº 191/2013.

**Artigo 4º** - Os valores de ingresso de pessoas e veículos, bem como os de hospedagem, alojamento, camping, e demais serviços previstos, ficam estabelecidos na forma do Anexo I e II.

**Artigo 5º** - Esta Portaria Normativa entrará em vigor 15 dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 03 de novembro de 2014.

Olavo Reino Francisco  
Diretor Executivo



Rua do Horto, 931 - Horto Florestal - São Paulo - CEP 02377-000  
Tel.: 11 2997 5000 - [www.fflorestal.sp.gov.br](http://www.fflorestal.sp.gov.br)



GOVERNO DO ESTADO  
**SÃO PAULO**





FUNDAÇÃO FLORESTAL

PORTARIA NORMATIVA N° 218/2014 - ANEXO I

INGRESSO POR PESSOA – UC	MUNICÍPIO	VALOR
PE Campos do Jordão	Campos do Jordão	R\$ 12,00
PE Cantareira	São Paulo	R\$ 12,00
PE Carlos Botelho	São Miguel Arcanjo	R\$ 12,00
PE Caverna do Diabo	Eldorado	R\$ 12,00
PE Ilha Anchieta	Ubatuba	R\$ 12,00
PE Ilhabela	Ilhabela	R\$ 12,00
PE Intervalos	Ribeirão Grande	R\$ 12,00
PE Marinho da Laje de Santos	Santos	R\$ 12,00
PE Serra do Mar - Núcleo Caraguatatuba	Caraguatatuba	R\$ 12,00
PE Serra do Mar - Núcleo Picinguaba	Ubatuba	R\$ 12,00
PETAR	Apiá e Iporanga	R\$ 12,00
AUTOMÓVEL – UC	MUNICÍPIO	VALOR
PE Campos do Jordão	Campos do Jordão	R\$ 6,00
PETAR - Núcleo Santana	Apiá	R\$ 6,00
PE Cantareira – Núcleo Águas Claras	São Paulo	R\$ 6,00
PE Cantareira – Núcleo Engordador	São Paulo	R\$ 6,00
PE Cantareira – Núcleo Cabuçu	Guarulhos	R\$ 6,00
MOTOCICLETA – UC	MUNICÍPIO	VALOR
PE Campos do Jordão	Campos do Jordão	R\$ 4,00
PETAR - Núcleo Santana	Apiá	R\$ 4,00
PE Cantareira – Núcleo Águas Claras	São Paulo	R\$ 4,00
PE Cantareira – Núcleo Engordador	São Paulo	R\$ 4,00
PE Cantareira – Núcleo Cabuçu	Guarulhos	R\$ 4,00
ÔNIBUS – UC	MUNICÍPIO	VALOR
PE Campos do Jordão	Campos do Jordão	R\$ 12,00
PETAR - Núcleo Santana	Apiá	R\$ 12,00
PE Cantareira – Núcleo Águas Claras	São Paulo	R\$ 12,00
PE Cantareira – Núcleo Engordador	São Paulo	R\$ 12,00
PE Cantareira – Núcleo Cabuçu	Guarulhos	R\$ 12,00



Rua do Horto, 931 – Horto Florestal – São Paulo – CEP 02377-000  
Tel.: 11 2997 5000 – www.florestal.sp.gov.br

GOVERNO DO ESTADO  
**SÃO PAULO**  
Secretaria do Meio Ambiente





FUNDAÇÃO FLORESTAL

PORTARIA NORMATIVA Nº 218/2014 - ANEXO I

HOSPEDAGEM - UC	MUNICÍPIO	VALOR POR LEITO
EEc Caetetus	Gália	R\$ 19,00
EEc Juréia-Itatins	Peruibe e Iguape	R\$ 19,00
PE Campos do Jordão	Campos do Jordão	R\$ 19,00
PE Carlos Botelho	São Miguel Arcanjo	R\$ 19,00
PE Caverna do Diabo	Eldorado	R\$ 19,00
PE Ilha do Cardoso	Cananéia	R\$ 19,00
PE Intervalos - Casa de Pesquisa e Casa Técnica	Ribeirão Grande	R\$ 19,00
PE Intervalos - Pousada Onça Pintada	Ribeirão Grande	R\$ 26,00
PE Intervalos - Pousada Esquilo e Pica Pau	Ribeirão Grande	R\$ 37,00
PE Morro do Diabo	Teodoro Sampaio	R\$ 19,00
PE Serra do Mar - Núcleo Caraguatatuba	Caraguatatuba	R\$ 19,00
PE Serra do Mar - Núcleo Cunha	Cunha	R\$ 19,00
PE Serra do Mar - Núcleo Picinguaba	Ubatuba	R\$ 19,00
PE Serra do Mar - Núcleo Santa Virgínia	São Luís de Paraitinga	R\$ 19,00
PETAR - Núcleo Ouro Grosso	Iporanga	R\$ 19,00
CAMPING - UC	MUNICÍPIO	VALOR POR PESSOA
PETAR - Núcleo Caboclos	Apiaí	R\$ 12,00



Rua do Horto, 931 - Horto Florestal - São Paulo - CEP 02377-000  
Tel.: 11 2997 5000 - [www.florestal.sp.gov.br](http://www.florestal.sp.gov.br)



GOVERNO DO ESTADO  
**SÃO PAULO**  
Secretaria do Meio Ambiente



FUNDAÇÃO FLORESTAL

PORTARIA NORMATIVA Nº 218/2014 - ANEXO II

<b>Categorias</b>	<b>Valores em R\$</b>
Sala para palestras, conferências e cursos (período de 2 horas)	123,00
Churrasqueira (por dia)	<b>SOB RESERVA</b>
até 20 pessoas	25,00
de 21 a 50 pessoas	49,00
de 51 a 100 pessoas	123,00
de 101 a 200 pessoas	247,00
a) dos menores de doze anos, desde que acompanhados de pessoa maior de idade; b) dos maiores de sessenta anos; c) das pessoas com necessidades especiais ou com mobilidade reduzida; d) os pesquisadores científicos e suas equipes que estiverem realizando pesquisas e estudos aprovados e autorizados pela área competente da Fundação Florestal; e) os técnicos e especialistas, quando convidados pela Diretoria Responsável da Fundação; f) os grupos que estiverem realizando trabalhos de exploração e levantamentos, devidamente aprovados e autorizados pela área competente da Fundação Florestal; g) as escolas públicas de primeiro e segundo graus e ensino técnico em visita com finalidade educativa, com prévia autorização do responsável pela Unidade; h) os professores da rede pública estadual e das redes municipais de ensino; i) os guias de turismo, monitores ambientais e condutores de visitantes devidamente cadastrados na Unidade ou no Cadastur, durante a execução da atividade com os visitantes; j) os prestadores de serviço em atuação na Unidade; k) os frequentadores rotineiros e moradores do entorno, mediante apresentação de comprovante de residência, e/ou cadastro autorizado pelo responsável da Unidade; l) os Membros do Conselho Consultivo da Unidade; m) os funcionários públicos em serviço e devidamente identificados; n) os funcionários da Fundação Florestal e seus familiares, quando acompanhados dos mesmos; o) moradores de Ilhabela e os membros da comunidade tradicional, comerciantes ou proprietários de 2ª residência da Baía dos Castelhanos, devidamente cadastrados pela administração do Parque Estadual de Ilhabela - PEIB; p) outras pessoas devidamente autorizadas pela Diretoria Adjunta Regional responsável pela Unidade.	<b>Não será cobrado ingresso nas seguintes hipóteses</b>
Estudantes legalmente identificados.	<b>50% do valor estabelecido para pagamento de ingresso</b>



Rua do Horto, 931 – Horto Florestal – São Paulo – CEP 02377-000  
Tel.: 11 2997 5000 – www.florestal.sp.gov.br



GOVERNO DO ESTADO  
**SÃO PAULO**  
Secretaria do Meio Ambiente





FUNDAÇÃO FLORESTAL

PORTARIA NORMATIVA Nº 218/2014 - ANEXO V

FICHA DE CADASTRO DE PESSOA FÍSICA – MORADOR ILHABELA E CASTELHANOS

DADOS PESSOAIS			FOTO
Nome:			
RG:	CPF:		
Data de Nascimento:			
Profissão/ Atividade:			
Estado Civil:			
Nome do Pai:			
Nome da Mãe:			
Telefone:		Email:	
ENDEREÇO			
Morador: <input type="checkbox"/> Ilhabela <input type="checkbox"/> Castelhanos	<input type="checkbox"/> 2ª Residência Castelhanos	<input type="checkbox"/> Locatário Castelhanos	<input type="checkbox"/> Proprietário Castelhanos *no caso de morador ou 2ª res. que possui outra casa além da sua
Rua: compl.:	Nº:		
Bairro:			
Cidade:	Estado:	CEP:	
Referência			
Coordenadas geográficas (apenas para residências em Castelhanos)			
Latitude		Longitude	
VEÍCULO			
Placa	Modelo	Cor	
OBSERVAÇÕES:			
Documentos anexados: <input type="checkbox"/> RG <input type="checkbox"/> CPF <input type="checkbox"/> Doc. Imóvel <input type="checkbox"/> Contrato de aluguel <input type="checkbox"/> Comprovante de Endereço <input type="checkbox"/> outros (especificar):			

Ilhabela,

Assinatura:



Rua do Horto, 931 – Horto Florestal – São Paulo – CEP 02377-000  
Tel.: 11 2997 5000 – www.florestal.sp.gov.br

GOVERNO DO ESTADO  
**SÃO PAULO**



FUNDAÇÃO FLORESTAL

FUNDAÇÃO FLORESTAL - UNIDADE _____
ANEXO VI - CONTROLE MENSAL DE ESTOQUE DE INGRESSOS
MÊS DE REFERÊNCIA _____ / _____

Discriminação da Classe		Númeração dos Ingressos	Estoque Final
Visitantes	Inteira		
	Meia Entrada		
	Isentos		
Veículos	Automóvel		
	Motocicleta		
	Ônibus		
TOTAL DE INGRESSOS			-

Responsável pela Unidade: \_\_\_\_\_

Assinatura



Rua do Horto, 931 - Horto Florestal - São Paulo - CEP 02377-000  
Tel.: 11 2997 5000 - [www.florestal.sp.gov.br](http://www.florestal.sp.gov.br)

GOVERNO DO ESTADO  
**SÃO PAULO**  
Secretaria da Meio Ambiente

Anexo 231. Tabela de sítios arqueológicos

<b>SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS IDENTIFICADOS NO MUNICÍPIO DE ILHABELA- SP, entre 2008 e 2013.</b> <b>Fonte: Relatório Final do Projeto de Gestão e Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico de Ilhabela, SP.</b> <b>Autoria: Cintia Bendazzoli (Arqueóloga)</b>											
O SÍTIO			INSERÇÃO NA PAISAGEM				AÇÕES			DATAÇÃO	
Sítio	Sigla	Tipo	Coordenadas		Localização	Alt.	Topografia	Escav / coleta	Responsável/ Cadastro	Coletace rvo	TL/C14
Abrigo do Beto*	AB	Sambaqui	23K 497738	73744 15	Ilha Vitória	35 m	Alta vertente	Coleta Sup.	Cintia Bendazzoli	Sim	Sim
Abrigo do Codó**	AC	Cerâmico	23K 472952	73575 11	Costão do Codó	69m	Média vertente	Não	Cintia Bendazzoli	Não	Não
Abrigo Guanxumas*	AG	Sambaqui	23K 485716	7368 152	Ilha dos Búzios	52m	Média vertente	Coleta Sup.	Cintia Bendazzoli	Sim	Sim
Abrigo Sul*	AS	Sambaqui	23K 497719	73744 01	Ilha da Vitória	40 m	Alta vertente	Sim	Cintia Bendazzoli	Sim	Sim
Antigo Engenho do Bexiga	AEB	Colonial	23K 457140	73607 08	Bexiga	68m	Média vertente	Não	Cintia Bendazzoli	Não	Não

(Batango)*											
Antigo Mercado de Escravos**	AME	Colonial	23K 463427	7370 257	Vila	2m	Planície Costeira	Não	Cintia Bendazzoli	Não	Não
Armação de Baleia*	ABAL	Colonial	23K 464824	73746 65	Praia da Armação	6m	Planície Costeira	Não	Cintia Bendazzoli	Não	Não
Biquinha da Praia do Pinto*	BPP	Colonial	23K 464603	7374 296	Praia do Pinto	21m	Média Vertente	Não	Cintia Bendazzoli	Não	Não
Capela da Armação*	CARM	Colonial	23K 464762	73746 29	Praia da Armação	3m	Planície Costeira	Não	Cintia Bendazzoli	Não	Não
Capelinha da Ponta Azeda*	CPAZ	Colonial	23K 464432	7374 219	Ponta Azeda	8m	Planície Costeira	Não	Cintia Bendazzoli	Não	Não
Casa da PacoHYba*	CPAC	Colonial	23K 467647	73760 65	Praia da Pacuíba	26m	Planície Costeira	Não	Cintia Bendazzoli	Não	Não
Casarão da Fome*	CFOM	Colonial	23K 472757	73741 69	Praia da Fome	13m	Planície Costeira	Não	Cintia Bendazzoli	Não	Não
Casarão da Praia Grande*	CPG	Colonial	23K 457528	73612 79	Praia Grande	9m	Planície Costeira	Não	Cintia Bendazzoli	Não	Não
Cemitério Antigo de Castelhanos*	CAC	Colonial	23K 470520	7362 370	Praia de Castelhanos	9,5m	Planície Costeira	Não	Cintia Bendazzoli	Não	Não

Cemitério do Morro do Gado	CMG	Colonial	23K 465102	7355 359	Bonete	69m	Média vertente	Não	Cintia Bendazzoli	Não	Não
Embarcação da Lagoa*	ELAG	Colonial	23K 470663	73612 13	Praia de Castelhanos	7m	Planície Costeira	Coleta Sup.	Cintia Bendazzoli	Sim	Sim
Engenho da Estrada de Castelhanos*	EEC	Colonial	23K 470342	73624 04	Praia dos Castelhanos	7,5m	Planície Costeira	Não	Cintia Bendazzoli	Não	Não
Engenho da Feiticeira*	EFEI	Colonial	23K 458530	7362 026	Feiticeira	84m	Média vertente	Não	Cintia Bendazzoli	Não	Não
Engenho Novo de Castelhanos*	ENOV	Colonial	23K 470641	73624 49	Praia de Castelhanos	13m	Planície Costeira	Não	Cintia Bendazzoli	Não	Não
Engenho Pacohyba*	PAC	Colonial	23K 467780	73759 62	Praia da Pacuíba	11m	Planície Costeira	Não	Cintia Bendazzoli	Não	Não
Engenho Velho de Castelhanos*	EVC	Colonial	23K 470607	73625 16	Praia de Castelhanos	25m	Planície Costeira	Não	Cintia Bendazzoli	Não	Não
Fazenda Borrifos*	FBOR	Colonial	23K 454595	7353 909	Borrifos	66m	Média vertente	Não	Cintia Bendazzoli	Não	Não
Fazenda do Mendes*	FMEN	Colonial	23K 465084	73644 66	Morro do Mendes		Alta Vertente	Não	Cintia Bendazzoli	Não	Não
Fazenda Figueira*	FF	Colonial	23K 471660	7358 537	Praia da Figueira	20m	Planície Costeira	Sim	Cintia Bendazzoli	Sim	Não

Fazenda Mexilhão*	FMEX	Colonial	23K 454117	7355 081	Mexilhão	173m	Alta Vertente	Não	Cintia Bendazzoli	Não	Não
Fazenda São Mathias*	FSM	Colonial	23K 458325	73627 44	Praia da Feiticeira	13m	Planície Costeira	Não	Cintia Bendazzoli	Não	Não
Fazenda Tatambora*	TT	Colonial	23K 454065	73583 84	Tatambora	54m	Média vertente	Não	Cintia Bendazzoli	Não	Não
Forte da Feiticeira*	FFEI	Colonial	23K 458514	73629 32	Praia da Feiticeira	29m	Média vertente	Não	Cintia Bendazzoli	Não	Não
Forte de Ponta das Canas*	FPCA	Colonial	23K 465238	7375 853	Ponta das Canas	4m	Planície Costeira	Não	Cintia Bendazzoli	Não	Não
Forte do Rabo Azedo*	FRAZ	Colonial	23K 464463	7374 251	Praia do Rabo Azedo	8m	Planície Costeira	Não	Cintia Bendazzoli	Não	Não
Fortificação da Pacohyba*	FPAC	Colonial	23K 467647	73760 64	Praia da Pacuíba	5m	Planície Costeira	Não	Cintia Bendazzoli	Não	Não
Guardiã da Toca*	GT	Rupestre	23K 471496	7353 657	Porto da Toca	2m	Planície Costeira	Não	Cintia Bendazzoli	Não	Não
Igreja Nossa Senhora da Ajuda**	INSA	Colonial	23K 463556	7370 197	Vila	12m	Média Vertente	Não	Cintia Bendazzoli	Não	Não
Pedras do Sino*	PSIN	Colonial	23K 464500	7373 852	Garapocaia	4m	Planície Costeira	Não	Cintia Bendazzoli	Não	Não
Polidor da	POLF	Polidor	23K	7358	Praia da Figueira	2 m	Planície Costeira	Não	Cintia Bendazzoli	Não	Não



Figueira*			471677	526							
Porto da Toca*	PT	Sambaqui	23K 472127	7353 142	Bonete	110m	Média Vertente	Coleta Sup.	Cintia Bendazzoli	Sim	Sim
Ruína da Pedra Branca*	RPBR	Colonial	23K 475326	7364 050	Praia do Eustáquio	25m	Média Vertente	Não	Cintia Bendazzoli	Não	Não
Ruína do Cantinho*	RCAN	Colonial	23K 475223	7364 001	Praia do Eustáquio	39m	Média Vertente	Não	Cintia Bendazzoli	Não	Não
Ruína do Meio*	RMEI	Colonial	23K 471663	73585 49	Praia da Figueira	15m	Planície Costeira	Coleta Sup.	Cintia Bendazzoli	Sim	Não
Ruínas da Fome*	RFOF	Colonial	23K 472731	73742 35	Praia da Fome	7m	Planície Costeira	Não	Cintia Bendazzoli	Não	Não
Ruínas da Laje Preta*	RLP	Colonial	23K 472906	7363 786	Castelhanos	55m	Média vertente	Não	Cintia Bendazzoli	Não	Não
Salga da Ponta Azeda*	SPAZ	Colonial	23K 464534	7374 215	Praia do Rabo Azedo	8m	Planície Costeira	Não	Cintia Bendazzoli	Não	Não
Sambaqui da Mãe Joana*	SMJ	Sambaqui	23K 487495	7367 642	Ilha dos Búzios	56m	Média vertente	Coleta Sup.	Cintia Bendazzoli	Sim	Sim
Sambaqui da Terra Preta*	STP	Sambaqui	23K 497622	73746 22	Ilha Pequena	38 m	Alta vertente	Coleta Sup.	Cintia Bendazzoli	Sim	Sim
Sambaqui do Costão*	SCOS	Sambaqui	23K 497835	73744 87	Ilha Vitória	5 m	Costeira	Coleta Sup.	Cintia Bendazzoli	Sim	Sim
Sambaqui do	SPAR	Sambaqui	23K	7374	Ilha da Vitória	71m	Alta	Coleta	Cintia Bendazzoli	Sim	Sim

Paredão*			497717 /	949			Vertente	Sup.			
Sambaqui Porto do Meio*	SPM	Sambaqui	23K 487470	7367 656	Ilha dos Búzios	10m	Costeira	Coleta Sup.	Cintia Bendazzoli	Sim	Sim
Serraria do Veloso*	SVEL	Colonial	23K 455823	7359 110	Veloso	120m	Média vertente	Não	Cintia Bendazzoli	Não	Não
Sítio Chico Branco *	SCHB	Colonial	23K 457467	73610 34	Veloso	22m	Média vertente	Não	Cintia Bendazzoli	Não	Não
Toca da Brenha**	TBRE	Pré- colonial	23K 465356	7356 048	Bonete		Média vertente	Coleta Sup.	Cintia Bendazzoli	Sim	Não
Toca da Caveira*	TCV	Sambaqui	23K 487511	7367 676	Ilha dos Búzios	57m	Média vertente	Coleta Sup.	Cintia Bendazzoli	Sim	Sim
Toca da Cozinha*	TCZ	Colonial	23K 472830	/7363 884	Castelhanos	55m	Baixa Vertente	Coleta Sup.	Cintia Bendazzoli	Sim	Não
Toca da Cumbuca*	TCUM	Colonial	23K 472830	7363 884	Castelhanos	56m	Baixa Vertente	Coleta Sup.	Cintia Bendazzoli	Sim	Não
Toca da Paixão*	TPX	Sambaqui	23K 487470	7367 656	Ilha dos Búzios	22m	Baixa Vertente	Coleta Sup.	Cintia Bendazzoli	Sim	Sim
Toca do Barro Vermelho*	TBV	Sambaqui	23K 497951	7374 469	Ilha da Vitória	48m	Média vertente	Coleta Sup.	Cintia Bendazzoli	Sim	Sim
Toca do Caldeirão*	TC	Colonial	23K 472830	7363 884	Castelhanos	56m	Baixa Vertente	Coleta Sup.	Cintia Bendazzoli	Sim	Não

Toca do Caramujo*	TCAR	Sambaqui	23K 469716	7364 643	Castelhanos	467m	Alta Vertente	Coleta Sup.	Cintia Bendazzoli	Sim	Sim
Toca do Eustáquio*	TEUS	Sambaqui	23K 475132	7363 389	Praia do Eustáquio	22m	Planície costeira	Coleta Sup.	Cintia Bendazzoli	Sim	Não
Toca do Gentio*	TG	Sambaqui	23K 498232	7373 520	Ilha da Vitória	43m	Média vertente	Coleta Sup.	Cintia Bendazzoli	Sim	Não
Toca do Mirante**	TMIR	Sambaqui	23K 465117	7354 402	Bonete	62m	Alta Vertente	Não	Cintia Bendazzoli	Não	Não
Toca do Ramiro*	TRAM	Sambaqui	23K 497719	73744 01	Ilha da Vitória	45m	Média Vertente	Coleta Sup.	Cintia Bendazzoli	Sim	Sim
Valo da Gruta*	VG	Cerâmico	23K 467015	7355 682	Enxovas	50m	Baixa Vertente	Coleta Sup.	Cintia Bendazzoli	Sim	Não

\* Coordenadas DATUM Córrego Alegre.

\*\* Coordenadas DATUM SAD69

\*\*\* Altitude aproximada em relação ao nível do mar

**OBS: Todos os sítios identificados até o presente momento aqui listados já foram cadastrados no IPHAN.**

**A Fazenda Engenho D'Água e o Antigo Prédio da Cadeia e Fórum não foram cadastrados, pois estão devidamente tombados pelo IPHAN e CONDEPHAAT respectivamente.**

**1. Estimativas de recursos necessários à implementação do Plano de Manejo por Programas de Gestão**

Programa	Diretriz	Linha de Ação	Cronograma Físico					Orçamento
			Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	
Gestão Operacional	1. Infraestrutura, Bens e Equipamentos	1. Incremento ou restauração de instalações físicas para atendimento aos programas de gestão						2.200.000
Gestão Operacional	1. Infraestrutura, Bens e Equipamentos	2. Adequação do sistema de coleta de resíduos						12.000
Gestão Operacional	1. Infraestrutura, Bens e Equipamentos	3. Adequação e manutenção do sistema de coleta de esgoto						18.000
Gestão Operacional	1. Infraestrutura, Bens e Equipamentos	4. Manutenção/ aquisição e controle de equipamentos para atender os programas de gestão						18.000
Gestão Operacional	2. Administrativa e Financeira	1. Criação de banco de dados, integrando os programas de gestão						32.000
Gestão Operacional	2. Administrativa e Financeira	2. Apoio e acompanhamento às demandas dos programas fornecendo os subsídios						2.000

Gestão Operacional	2. Administrativa e Financeira	Gestão e	3. Implantação de sistema de monitoramento e avaliação orçamentária assegurada a logística para o cumprimento das ações propostas pelos programas de gestão							-
Gestão Operacional	2. Administrativa e Financeira	Gestão e	4. Recursos financeiros							18.000
Gestão Operacional	2. Administrativa e Financeira	Gestão e	5. Aperfeiçoamento dos TdR para a contratação de serviços terceirizados							-
Gestão Operacional	2. Administrativa e Financeira	Gestão e	6. Rotinas administrativas							-
Gestão Operacional	3. Gestão de Pessoas		1. Capacitação e melhoria contínua dos funcionários do PEIb							-
Gestão Operacional	3. Gestão de Pessoas		2. Gestão de funcionários							-
Gestão Operacional	3. Gestão de Pessoas		3. Adequação da estrutura de recursos humanos							15.750.000
Gestão Operacional	4. Atuação Política-estratégica		1. Articulação e parcerias internas e externas							-
Gestão Operacional	4. Atuação Política-estratégica		2. Participação e envolvimento em grupos/fóruns							-
Gestão Operacional	4. Atuação Política-estratégica		3. Acompanhar e integrar ações e projetos com outros órgãos							-
Gestão Operacional	5. Comunicação e Marketing		1. Elaboração de um plano de marketing para o PEIb							360.000
Gestão Operacional	5. Comunicação e Marketing		2. Estreitamento das relações entre UC e as populações do entorno							-
Gestão Operacional	5. Comunicação e Marketing		3. Participação em							-

Operacional	Marketing	eventos						-
Interação Socioambiental	1. Diretriz: Infraestrutura, Bens e Equipamentos	1. Incremento ou restauração de instalações físicas para atendimento aos programas de gestão						670.000
Interação Socioambiental	2. Gestão de pessoas	1. Adequação da estrutura de recursos humanos (quadro de funcionários, serviços terceirizados)						2.100.000
Interação Socioambiental	2. Gestão de pessoas	2. Capacitações						110.000
Interação Socioambiental	3. Potencialização do conselho consultivo	1. Fortalecimento do Conselho Consultivo						-
Interação Socioambiental	3. Potencialização do conselho consultivo	2. Avaliação do funcionamento do conselho						-
Interação Socioambiental	3. Potencialização do conselho consultivo	3. Fortalecimento da CT Comunidades tradicionais						-
Interação Socioambiental	3. Potencialização do conselho consultivo	4. Fortalecimento da CT Estrada dos Castelhanos						-
Interação Socioambiental	4. Gestão Integrada da Zona de Amortecimento - Minimização das pressões sobre o PEIb	1. Esgotamento sanitário						-
Interação Socioambiental	4. Gestão Integrada da Zona de Amortecimento - Minimização das pressões sobre o PEIb	2. Resíduos sólidos						-
Interação Socioambiental	4. Gestão Integrada da Zona de Amortecimento - Minimização das pressões sobre o PEIb	3. Resíduos hídricos						-

Interação Socioambiental	4. Gestão Integrada da Zona de Amortecimento - Minimização das pressões sobre o PEIb	4. Saúde						-
Interação Socioambiental	4. Gestão Integrada da Zona de Amortecimento - Minimização das pressões sobre o PEIb	5. Atividades religiosas						-
Interação Socioambiental	4. Gestão Integrada da Zona de Amortecimento - Minimização das pressões sobre o PEIb	6. Extrativismo vegetal						-
Interação Socioambiental	4. Gestão Integrada da Zona de Amortecimento - Minimização das pressões sobre o PEIb	7. Incentivo ao estabelecimento dos corredores ecológicos e criação de UC						-
Interação Socioambiental	4. Gestão Integrada da Zona de Amortecimento - Minimização das pressões sobre o PEIb	8. Estabelecimento e fortalecimento de relações institucionais						-
Interação Socioambiental	4. Gestão Integrada da Zona de Amortecimento - Minimização das pressões sobre o PEIb	9. Desenvolvimento de alternativas sustentáveis						-
Interação Socioambiental	4. Gestão Integrada da Zona de Amortecimento - Minimização das pressões sobre o PEIb	10. Pesca						-
Interação Socioambiental	4. Gestão Integrada da Zona de Amortecimento -	11. Turismo náutico						-

	Minimização das pressões sobre o PEIb							
Interação Socioambiental	5. Comunidade tradicional	1. Todas as comunidades						0
Interação Socioambiental	5. Comunidade tradicional	2. Na zona de amortecimento						0
Interação Socioambiental	5. Comunidade tradicional	3. No interior do PEIb (Figueira; Saco do Sombrio; Porto do Meio; Guanxumas dos Búzios; Ilha da Vitória)						0
Proteção	1. Infraestrutura, Bens e Equipamentos	1. Incremento ou restauração de instalações físicas para atendimento aos programas de gestão						3.300.000
Proteção	1. Infraestrutura, Bens e Equipamentos	2. Aquisição, manutenção e controle de bens e equipamentos						860.000
Proteção	2. Gestão de pessoas	1. Adequação da estrutura de recursos humanos						6.800.000
Proteção	2. Gestão de pessoas	2. Capacitação dos agentes do sistema de fiscalização e controle						26.000
Proteção	3. Elaboração do Plano de Proteção	1. Criação de CT de Proteção.						
Proteção	3. Elaboração do Plano de Proteção	2. Atividades de proteção						
Proteção	3. Elaboração do Plano de Proteção	3. Caça e tráfico de animais.						
Proteção	3. Elaboração do Plano de Proteção	4. Estruturação de banco de dados da proteção						8.000,00
Proteção	4. Integração do sistema de fiscalização aos demais órgãos com atribuições correlatas	1. Implantação dos projetos Pró-Parque e Pró-Mar e garantir o efetivo envolvimento dos órgãos.						86.000



Proteção	4. Integração do sistema de fiscalização aos demais órgãos com atribuições correlatas	2. Estabelecimento de parceria para maior integração das ações de fiscalização na UC e no entorno imediato							-
Proteção	5. Demarcação dos limites do PEIb	1. Instalação dos marcos divisórios							74.000
Proteção	5. Demarcação dos limites do PEIb	2. Implantar delimitação física do PEIb por meio de plantio de espécies nativas com diferentes épocas de floração e / ou por traçado não pavimentado para pedestres e ciclistas							44.000
Uso Público	1. Infraestrutura, Bens e Equipamentos	1. Incremento ou restauração de instalações físicas para atendimento aos programas de gestão							440.000
Uso Público	1. Infraestrutura, Bens e Equipamentos	2. Manutenção/ Aquisição e controle de equipamentos para atender os programas de gestão							45.000
Uso Público	2. Gestão de Pessoas	1. Adequação da estrutura de recursos humanos (quadro de funcionários, serviços terceirizados)							1.200.000
Uso Público	2. Gestão de Pessoas	2. Planejamento do serviço de monitores no PEIb							-
Uso Público	2. Gestão de Pessoas	3. Capacitações							100.000
Uso Público	3. Fortalecimento e Criação de Câmara Técnica	1. Fortalecimento da CT Ecoturismo							-
Uso Público	3. Fortalecimento e Criação de Câmara	2. Formação da CT Educação ambiental							-

	Técnica						
Uso Público	3. Fortalecimento e Criação de Câmara Técnica	3. Captação de recursos					-
Uso Público	3. Fortalecimento e Criação de Câmara Técnica	4. Parcerias com proprietários particulares					-
Uso Público	3. Fortalecimento e Criação de Câmara Técnica	5. Turismo de Base Comunitária					-
Uso Público	3. Fortalecimento e Criação de Câmara Técnica	6. Parcerias na ZA					-
Uso Público	3. Fortalecimento e Criação de Câmara Técnica	7. Atuação em Fóruns					-
Uso Público	4. Integração das Atividades de EA e Visitação	1. Plano de Uso Público e de Gestão de Riscos e Contingências					120.000
Uso Público	4. Integração das Atividades de EA e Visitação	2. Estruturação de banco de dados do Uso Público					-
Uso Público	4. Integração das Atividades de EA e Visitação	3. Agendamento de visitação e educação ambiental					-
Uso Público	4. Integração das Atividades de EA e Visitação	4. Controle "Trilhas de SP"					-
Uso Público	4. Integração das Atividades de EA e Visitação	5. Cadastro de Prestadores					-
Uso Público	4. Integração das Atividades de EA e Visitação	6. Pesquisa sobre o perfil de visitantes					-
Uso Público	5. Manejo da Visitação	1. Regulamentação de Usos					-

Uso Público	5. Manejo da Visitação	2. Manutenção de Trilhas e atrativos						75.000
Uso Público	5. Manejo da Visitação	3. Monitoramento e avaliação de impactos (Gestão de Impactos)						-
Uso Público	6. Educação Ambiental transversal no PEIb	1. Consolidação e Desenvolvimento de projetos e educação ambiental – PEIb e ZA por público alvo						-
Uso Público	6. Educação Ambiental transversal no PEIb	2. Subsídios para interpretação ambiental no PEIb						-
Uso Público	6. Educação Ambiental transversal no PEIb	3. Manejo para o patrimônio arquivístico						18.000
Pesquisa e Manejo do Patrimônio Natural e Histórico-Cultural	1. Infraestrutura, Bens e Equipamentos	1. Incremento ou restauração de instalações físicas para atendimento aos programas de gestão						640.000
Pesquisa e Manejo do Patrimônio Natural e Histórico-Cultural	2. Gestão de Pessoas	2. Adequação da estrutura de recursos humanos (quadro de funcionários, serviços terceirizados)						-
Pesquisa e Manejo do Patrimônio Natural e Histórico-Cultural	3. Gestão das Atividades de Pesquisa e Manejo	1. Estruturação e normatização do Programa						-
Pesquisa e Manejo do Patrimônio Natural e Histórico-Cultural	3. Gestão das Atividades de Pesquisa e Manejo	2. Articulação interinstitucional						-
Pesquisa e Manejo do Patrimônio Natural e Histórico-Cultural	4. Projetos para Subsidiar os demais Programas de Gestão	1. Projetos para subsidiar o Programa de Visitação						12.000

Pesquisa e Manejo do Patrimônio Natural e Histórico-Cultural	4. Projetos para Subsidiar os demais Programas de Gestão	2. Projetos para subsidiar o Programa de Educação Ambiental						12.000
Pesquisa e Manejo do Patrimônio Natural e Histórico-Cultural	4. Projetos para Subsidiar os demais Programas de Gestão	3. Projetos para subsidiar o Programa de Interação socioambiental						8.000
Pesquisa e Manejo do Patrimônio Natural e Histórico-Cultural	5. Desenvolvimento de projetos de Manejo e Monitoramento	1. Projeto de recuperação e monitoramento da Estrada de Castelhanos						320.000
Pesquisa e Manejo do Patrimônio Natural e Histórico-Cultural	5. Desenvolvimento de projetos de Manejo e Monitoramento	2. Estudos de Climatologia						12.000
Pesquisa e Manejo do Patrimônio Natural e Histórico-Cultural	5. Desenvolvimento de projetos de Manejo e Monitoramento	3. Contenção de áreas de risco de erosão						40.000
Pesquisa e Manejo do Patrimônio Natural e Histórico-Cultural	5. Desenvolvimento de projetos de Manejo e Monitoramento	4. Controle de animais sentinelas/vetores na transmissão de doenças						12.000
Pesquisa e Manejo do Patrimônio Natural e Histórico-Cultural	6. Gestão e Manejo do Patrimônio Histórico-cultural	1. Manejo dos Sítios arqueológicos						8.000
Pesquisa e Manejo do Patrimônio Natural e Histórico-Cultural	6. Gestão e Manejo do Patrimônio Histórico-cultural	2. Manejo para o Patrimônio Arquitetônico						8.000
Pesquisa e Manejo do Patrimônio Natural e Histórico-Cultural	6. Gestão e Manejo do Patrimônio Histórico-cultural	3. Promoção do Patrimônio Arqueológico no PEIB e ZA						8.000

Regularização Fundiária	Subsídios à Regularização Fundiária	Mapear e realizar ação inicial de discriminação de áreas particulares e devolutas no interior do PEIb.						1.500.000
Regularização Fundiária	1. Consolidação territorial	1. Elaborar memorial descritivo e mapa georreferenciado com limites da UC;						18.000
Regularização Fundiária	1. Consolidação territorial	2. Demarcar a UC em campo, indicando e definindo as divisas com os confrontantes e sinalizando os principais acessos						12.000
Regularização Fundiária	2. Cessão de uso das ilhas e terrenos de marinha pela SPU	1. Requerer a cessão de uso das ilhas que compõem o arquipélago e dos terrenos de marinha à SPU						
Regularização Fundiária	2. Cessão de uso das ilhas e terrenos de marinha pela SPU	2. Acompanhar o cancelamento das inscrições de ocupação junto a SPU nas áreas de domínio da União						
Regularização Fundiária	2. Cessão de uso das ilhas e terrenos de marinha pela SPU	3. Reavaliar o Termo de Compromisso entre o YCI e o IF						
Regularização Fundiária	2. Cessão de uso das ilhas e terrenos de marinha pela SPU	4. Instruir os processos administrativos a fim de subsidiar medidas administrativas/judiciais;						

Regularização Fundiária	3. Planejamento para aquisição de áreas particulares	1. Levantar a documentação imobiliária e cartográfica das áreas particulares que ainda não possuem ação expropriatória, com vistas a identificar seus limites, bem como o titular atual do domínio, junto ao Setor de Cadastro da PMI e ao Cartório de Registro de Imóveis de Ilhabela						
Regularização Fundiária	3. Planejamento para aquisição de áreas particulares	2. Elaborar memorial descritivo e mapa georreferenciado das áreas particulares a adquirir/desapropriar;						
Regularização Fundiária	3. Planejamento para aquisição de áreas particulares	3. Providenciar a avaliação das áreas particulares a adquirir/desapropriar;						500.000
Regularização Fundiária	3. Planejamento para aquisição de áreas particulares	4. Estabelecer um plano de aquisição de áreas particulares						
Regularização Fundiária	3. Planejamento para aquisição de áreas particulares	5. Identificar áreas públicas e particulares a partir da análise da legitimidade dos títulos de propriedade;						
Regularização Fundiária	3. Planejamento para aquisição de áreas particulares	6. Solicitar recursos financeiros junto a CCA para aquisição ou indenização de áreas particulares;						

Regularização Fundiária	3. Planejamento para aquisição de áreas particulares	7. Acompanhar o andamento das ações de negociação amigável ou desapropriação direta, viabilizando a imissão de posse pelo Estado;						
Regularização Fundiária	3. Planejamento para aquisição de áreas particulares	8. Arrolar os ocupantes com benfeitorias que estejam ocupando áreas particulares.						
Regularização Fundiária	3. Planejamento para aquisição de áreas particulares	9. Acompanhar o andamento das ações de usucapião e das ações de desapropriação indireta junto a PGE.						
Regularização Fundiária	4. Planejamento para imissão na posse em terras públicas	1. Atualização de Cadastro						
Regularização Fundiária	4. Planejamento para imissão na posse em terras públicas	2. Estabelecer um plano de imissão na posse de áreas públicas;						
Regularização Fundiária	4. Planejamento para imissão na posse em terras públicas	3. Instruir processos administrativos para propor medidas administrativas/judiciais, junto a PGE, solicitando a reintegração de posse nas áreas indicadas						
Regularização Fundiária	5. Estudos sócio-ambientais sobre as comunidades do PEIb	1. Realizar estudos com moradores que ocupam áreas na UC;						
Regularização Fundiária	5. Estudos sócio-ambientais sobre as comunidades do PEIb	2. Apoiar os estudos para recategorização;						
Regularização Fundiária	5. Estudos sócio-ambientais sobre as comunidades do PEIb	3. Elaborar e assinar um TC com os moradores com evidências de tradicionalidade						

									37.596.000,00
--	--	--	--	--	--	--	--	--	---------------